



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3162

Sexta-feira - 05 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Cunhataí.....	359	Lauro Muller	692
Agronômica	6	Curitibanos	370	Lebon Regis.....	703
Águas Mornas	10	Descanso.....	372	Leoberto Leal.....	704
Alto Bela Vista.....	61	Dionísio Cerqueira	374	Lindóia do Sul	705
Anchieta	63	Doutor Pedrinho.....	377	Lontras.....	706
Angelina	65	Entre Rios.....	394	Luiz Alves	709
Anitápolis.....	66	Ermo	395	Luzerna	718
Antônio Carlos	68	Faxinal dos Guedes.....	396	Mafra	742
Apiuna.....	71	Flor do Sertão.....	400	Maracajá	744
Arabutã	93	Formosa do Sul	401	Maravilha.....	745
Arvoredo	96	Forquilha.....	402	Marema.....	750
Ascurra.....	99	Fraiburgo.....	403	Massaranduba.....	752
Atalanta.....	100	Garopaba.....	405	Matos Costa.....	758
Balneário Piçarras.....	101	Garuva	409	Meleiro	762
Balneário Rincão	108	Gaspar	410	Modelo	764
Barra Bonita.....	110	Governador Celso Ramos	419	Mondaí	769
Barra Velha.....	111	Grão Pará	420	Monte Carlo	770
Belmonte.....	114	Guaraciaba	427	Monte Castelo.....	775
Benedito Novo	115	Guaramirim	428	Morro da Fumaca	776
Biguaçu	144	Guarujá do Sul	450	Navegantes.....	782
Blumenau	156	Herval d'Oeste	455	Nova Erechim.....	796
Bom Jardim da Serra	171	Ibiam	459	Nova Itaberaba	797
Bom Jesus do Oeste.....	178	Ibicaré.....	462	Nova Trento	803
Bom Retiro	179	Ibirama	464	Novo Horizonte	815
Botuvera.....	181	Ilhota	469	Orleans	817
Braço do Trombudo	182	Imarui	470	Paial.....	818
Brusque.....	183	Imbituba	488	Palhoça	822
Caçador.....	226	Indaial.....	495	Palma Sola.....	898
Caibi	247	Iomerê	506	Palmeira	901
Camboriú.....	251	Iporã do Oeste.....	513	Papanduva.....	904
Campo Alegre	253	Ipuacú.....	514	Paraíso	907
Campo Erê.....	259	Ipumirim	518	Passo de Torres.....	913
Campos Novos.....	260	Irani	520	Passos Maia	915
Canelinha	295	Iratí.....	521	Paulo Lopes	919
Canoinhas.....	299	Irineópolis	522	Penha.....	930
Capinzal	302	Itá	524	Peritiba.....	955
Catanduvas.....	329	Itaiópolis	526	Pescaria Brava	961
Caxambu do Sul.....	332	Itapema.....	527	Petrolândia	972
Celso Ramos.....	333	Itapiranga.....	534	Pinhalzinho	973
Chapadão do Lageado	334	Itapoá	535	Pinheiro Preto	974
Chapecó	335	Ituporanga	545	Piratuba.....	984
Cocal do Sul.....	336	Jaborá	547	Planalto Alegre.....	985
Concórdia	340	Jacinto Machado	549	Pomerode	994
Cordilheira Alta	346	Jaraguá do Sul	552	Ponte Serrada	1000
Coronel Freitas.....	347	Joaçaba	578	Porto Belo.....	1001
Coronel Martins.....	348	Jupia	597	Porto União.....	1004
Correia Pinto.....	354	Lacerdópolis.....	646	Presidente Castello Branco	1024
Corupá	355	Lages	687	Presidente Getúlio	1028
Cunha Porã.....	357	Laguna	688	Princesa	1029

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3162

Sexta-feira - 05 de Junho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Quilombo.....	1036	São João do Sul	1160	Timbó	1245
Rancho Queimado.....	1039	São Joaquim	1161	Três Barras	1269
Rio do Campo	1040	São José.....	1162	Treviso	1271
Rio dos Cedros.....	1063	São José do Cedro.....	1173	Treze de Maio	1275
Rio do Sul.....	1041	São Lourenço do Oeste.....	1174	Treze Tílias	1276
Rio Negrinho.....	1078	São Miguel da Boa Vista	1181	Tunápolis.....	1326
Romelândia.....	1081	São Miguel do Oeste.....	1187	Turvo	1329
Saltinho.....	1083	São Pedro de Alcântara.....	1193	União do Oeste	1331
Salto Veloso.....	1084	Saudades.....	1195	Urubici	1334
Santa Helena	1085	Schroeder.....	1196	Urussanga	1335
Santa Terezinha do Progresso	1086	Seara	1204	Vargeão.....	1336
Santo Amaro da Imperatriz	1100	Serra Alta	1209	Vargem	1337
São Bento do Sul.....	1103	Siderópolis.....	1210	Vargem Bonita	1338
São Bernardino	1118	Sombrio.....	1216	Videira.....	1339
São Bonifácio	1134	Sul Brasil	1220	Vitor Meireles.....	1345
São Cristóvão do Sul.....	1140	Tangará	1227	Witmarsum	1346
São Domingos.....	1141	Tigrinhos	1229	Xanxerê.....	1347
São Francisco do Sul.....	1146	Tijucas	1239	Xavantina	1348
São João Batista.....	1147	Timbé do Sul	1242		

Associações

GRANFPOLIS.....	1360	AMUNESC.....	1362
-----------------	------	--------------	------

Consórcios

CIGA	1363
CIMVI.....	1363
CIS/AMARP	1503
CIS/AMAUC.....	1504
CIS/AMURES.....	1506
CIS/AMVI	1516
CISAM	1537
Quiriri.....	1540
CONDER.....	1545



Abdon Batista**PREFEITURA****ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS 05/2020**

Publicação Nº 2513669

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
ERRATA da TOMADA DE PREÇOS 05/2020

OBJETO: TOMADA DE PREÇOS PARA RESTAURAÇÃO DA CASA DA MEMORIA - ETAPA 01, CONFORME CONVENIO DA CAIXA CONTRATO DE REPASSE OGU MTUR 872043/2018 - OPERAÇÃO 1059032-33.

ITEM 10- DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

ONDE SE LÊ

A obra deverá ser entregue inteiramente concluída em condições de aceitação e utilização, no prazo de 90(noventa) dias, contados da data da assinatura do contrato, mediante ordem de serviço.

LEIA-SE

A obra deverá ser entregue inteiramente concluída em condições de aceitação e utilização, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da data da assinatura do contrato, mediante ordem de serviço.

Abdon Batista 04 de junho de 2020.

PORTARIA 289 DE 14 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512614

Portaria nº 289/2020
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:
Art. 1º - Conceder Férias à: SEBASTIÃO NATALÍCIO DA CRUZ, ocupante do cargo em provimento em comissão de Capataz de Turma II, referente ao período aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 04 de maio a 02 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 14 de maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 290 DE 14 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512735

Portaria nº 290/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002, e;
Considerando Art. 1º do Decreto 36/2020 de 31 de março de 2020;

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias Antecipadas à: MARINES APARECIDA GOMES MARIANO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 06.03.2020 a 05.03.2021.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 04 de maio a 02 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 14 de maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 291 DE 14 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2512772

Portaria nº 275/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ANDRIELI APARECIDA MOCELIN, ocupante do cargo temporário de Professora ACT, referente ao período aquisitivo de 25.02.2019 a 02.02.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 04 de maio a 02 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04.05.2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 14 de maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 292 DE 14 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2513285

Portaria nº 292/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002, e;
Considerando Art. 1º do Decreto 36/2020 de 31 de março de 2020;

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias Antecipadas à: ANDRESA APARECIDA SCOTTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 02.09.2019 a 01.09.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 04 de maio a 02 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 14 de maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 293 DE 14 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513325

Portaria nº 293/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002 , e;

Considerando Art. 1º do Decreto 36/2020 de 31 de março de 2020;

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias Antecipadas à: VALDETE GOULART ROSS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 25.09.2019 a 24.09.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 04 de maio a 02 de junho de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 14 de maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 294 DE 26 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513419

Portaria nº 294/2020

Concede Licença Prêmio a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a: Donizete Aparecida Ceregatti, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Saúde, nomeada pela portaria 051/1995, referente ao quinquênio de 04.09.2010 à 04.09.2015.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 34 (trinta e quatro) dias, compreendidos entre: 26 de maio à 28 de junho de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 26 de maio de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

Agronômica

PREFEITURA

327/2020

Publicação Nº 2513169

PORTARIA Nº 327/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. VANESSA NAIARA CENSI FRANCO, matrícula n.º 820 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE e lotação no Departamento de Saúde,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 30 (TRINTA) dias remunerada, e em 03/05/2020 até 02/07/2020, sendo os primeiros 15(quinze) dias pagos pelo município, e após os 15 dias será encaminhado a perícia médica junto ao INSS, à servidora municipal Sra. VANESSA NAIARA CENSI FRANCO, matrícula n.º 820 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 05 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2017

Publicação Nº 2512656

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua 7 de setembro, 215, Centro, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF nº 379.381.009-78 outorga a CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO para ALDORI VANDRESEN, inscrito no CPF nº 247.652.959-15, domiciliado na Rua Progresso, 115, Centro, do Município de Agronômica, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, o qual reger-se-á sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

CONSIDERANDO possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso II, letra "C";

CONSIDERANDO a orientação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE, em 26 de março de 2020, de promover alterações contratuais, sustações ou até extinção contratual;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense,

nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 28, de 02 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

DECIDE, que não haverá o pagamento do aluguel do Ginásio Municipal de Esportes Gerard Hugo Fernando Tschumi, do Contrato 26/2017, dos meses de março, abril e maio de 2020, tendo em vista a impossibilidade de a concessionária usufruir do objeto e auferir renda.

CLÁUSULA SEGUNDA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 30 de Maio de 2020.

..... MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA CESAR LUIZ CUNHA CONCEDENTE ALDORI VANDRESEN CPF: 247.652.959-15 CONCESSIONÁRIA
--	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO GABRIELA CAROLINA DA SILVA
CPF : 595.245.459-34 CPF: 098.778.479-06

Visto Jurídico

JOEL KORB
OAB/SC 32561

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2017

Publicação Nº 2512662

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua 7 de setembro, 215, Centro, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF nº 379.381.009-78 outorga a CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO para ALDORI VANDRESEN, inscrito no CPF nº 247.652.959-15, domiciliado na Rua Progresso, 115, Centro, do Município de Agronômica, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, o qual reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório nº 26/2017 – Concorrência Pública nº 01/2017, homologado no dia 31/05/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 26/2017 a partir de 30/05/2020, por mais 12 (doze) meses.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 30 de Maio de 2021.

As demais cláusulas e disposições do contrato original nº 26/2017, de 31 de Maio de 2017, permanecem em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 30 de Maio de 2020.

.....
MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA
CESAR LUIZ CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL
CONCEDENTE

.....
ALDORI VANDRESEN
CPF: 247.652.959-15
CONCESSIONÁRIA

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

GABRIELA CAROLINA DA SILVA
CPF: 098.778.479-06

Visto Jurídico

JOEL KORB
OAB/SC 32561

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2017

Publicação Nº 2512665

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua 7 de setembro, 215, Centro, doravante denominado simplesmente CONCEDENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF nº 379.381.009-78 outorga a CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO para ALDORI VANDRESEN, inscrito no CPF nº 247.652.959-15, domiciliado na Rua Progresso, 115, Centro, do Município de Agronômica, doravante denominado de CONCESSIONÁRIA, o qual rege-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

CONSIDERANDO possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso II, letra "C";

CONSIDERANDO a orientação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE, em 26 de março de 2020, de promover alterações contratuais, sustações ou até extinção contratual;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 28, de 02 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

DECIDE, não haverá o pagamento do aluguel do Ginásio Municipal de Esportes Gerard Hugo Fernando Tschumi, do Contrato 26/2017, pelo prazo em que perdurar a suspensão dos eventos esportivos, tendo em vista a impossibilidade de a concessionária usufruir do objeto e auferir renda.

CLÁUSULA SEGUNDA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 04 de junho de 2020.

.....
MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA
CESAR LUIZ CUNHA
CONCEDENTE

.....
ALDORI VANDRESEN
CPF: 247.652.959-15
CONCESSIONÁRIA

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

GABRIELA CAROLINA DA SILVA
CPF: 098.778.479-06

Visto Jurídico

JOEL KORB
OAB/SC 32561

AVISO DE CREDENCIAMENTO 01/2020 FMS

Publicação Nº 2513128

Fundo Municipal de Saúde de Agronômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020

CREDENCIAMENTO Nº CR 01/2020

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS MÉDICAS DE CLÍNICO GERAL

Início do recebimento de documentação: 08/06/2020

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, rua 07 de Setembro nº215, bairro Centro/ Agronômica

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0326.

Agronômica-Santa Catarina, 5 de junho de 2020.

OSMAR FREDERICO KORB
DIRETOR DEPARTAMENTO SAÚDE

Nº 056/2020

Publicação Nº 2512749

DECRETO Nº 056/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020.

"Adota medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências."

O prefeito Municipal de Agronômica, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VI artigo 79, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 22/2020 de 18 de março de 2020 e Decreto Nº 026/2020 de 26 de março de 2020 que implementava ações, no âmbito do Município Agronômica, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020,

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o Decreto 535 DE 30 de março de 2020, que altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências,

CONSIDERANDO, a portaria SES nº 192, de 29 de março de 2020, 244 de 12/04/2020, 245 de 12/04/2020, 255 de 21/04/2020 e 256 de 21/04/2020 da Secretaria de Estado da Saúde,

CONSIDERANDO, ata do Comitê de Combate à Crises, reunião realizada no dia dezanove de maio de 2020;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam estabelecidas as normativas de funcionamento de serviços de (bares, jogos "dominó carteados", canchas de bochas, futebol e afins) no território do Município de Agronômica:

I – Fica determinado que os estabelecimentos constantes do Art.1º deverão atender somente para a venda de produtos sem aglomerações, sem consumo de bebida alcoólicas no local e sem jogatinas pelo período de 15 (quinze) dias.

II – Somente os clientes que estiverem com máscaras poderão acessar o estabelecimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO, EM 05 DE JUNHO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Águas Mornas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2020 - PP 41/2020

Publicação Nº 2514277

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Pregão Presencial nº 41/2020. Objeto: Contratação de horas máquinas para realização de serviços de ensaibramento, manutenção das estradas vicinais do Município, atendimentos aos agricultores em razão da estiagem e demais serviços eventuais para atendimento a municipalidade. Data de Vigência: 26/05/2020 a 25/06/2021. Ata de Registro de Preço nº 01/2020 - Contratado: João Paulo Martins Terraplanagem - ME. Itens: 01 e 02. Valor: R\$ 91.800,00. Águas Mornas, 26 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 61/2020

Publicação Nº 2514262

Publicação Resumida do Contrato nº 61/2020. Contratado: Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Estrada Geral do Rio do Cedro, com lajotas sextavadas de concreto, com 509,62 m de extensão por 5,5 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 313.171,56. Processo: 30/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 12 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 62/2020

Publicação Nº 2514263

Publicação Resumida do Contrato nº 62/2020. Contratado: Azimute Pavimentação Ltda - ME. Objeto: Pavimentação Asfáltica e Drenagem da Estrada Geral Fazenda Ressureição, com 386,78 m de extensão por 6,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 392.329,30. Processo: 31/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 13 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 63/2020

Publicação Nº 2514266

Publicação Resumida do Contrato nº 63/2020. Contratado: AMVT Construções Ltda. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Estrada Geral Segunda Linha, com lajotas sextavadas de concreto, com 145,00 m de extensão por 7,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 105.512,76. Processo: 33/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 20 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 64/2020

Publicação Nº 2514268

Publicação Resumida do Contrato nº 64/2020. Contratado: AMVT Construções Ltda. Objeto: Pavimentação e da Estrada Geral do Rio Novo, com lajotas sextavadas de concreto, com 110,00 m de extensão por 6,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 51.765,54. Processo: 34/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 22 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 65/2020

Publicação Nº 2514270

Publicação Resumida do Contrato nº 65/2020. Contratado: Sólida Serviços de Mão de Obra EIRELI. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Estrada Geral Primeira Linha, com lajotas sextavadas de concreto, com 208,00 m de extensão por 7,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 123.091,93. Processo: 32/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 22 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 66/2020

Publicação Nº 2514272

Publicação Resumida do Contrato nº 66/2020. Contratado: Açores Serviços de Mão de Obra Ltda. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Servidão 01 (à Rua Evaldo Antônio Wilbert) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 117,31 m de extensão por 5,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 70.052,00. Processo: 35/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 27 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 67/2020

Publicação Nº 2514274

Publicação Resumida do Contrato nº 67/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Servidão 04 (à Rua Evaldo Antônio Wilbert) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 52,30 m de extensão por 3,50 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 19.125,34. Processo: 36/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 28 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 68/2020

Publicação Nº 2514275

Publicação Resumida do Contrato nº 68/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Servidão Sebastião Lázaro Hass (à Av. Teófilo Bepler) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 62,15 m de extensão por 3,50 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, nas condições previstas na Tomada de Preços e seus anexos, ao valor total de R\$ 16.306,00. Processo: 37/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 29 de maio de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

EDITAL DE LEILÃO PROCESSO N. 52/2020

Publicação Nº 2514273

LEILÃO PÚBLICO Nº 052/2020

Objeto: Alienação de Ativos Inservíveis do Município de ÁGUAS MORNAS/SC.

O MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS/SC, Órgão Público de Direito Interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.266/0001-50, com sede administrativa na Praça José Adão Lehmkuhl, n. 62, Prefeitura Municipal, Águas Mornas/SC, por seu Prefeito Municipal, Omero Prim.

TORNA PÚBLICO

Que realizará a venda de ativos inservíveis, ao final deste edital discriminados, nos termos da Lei n. 941/2019 – que autoriza o poder executivo a proceder a alienação de bens inservíveis do município de Águas Mornas/SC, através de leilão público oficial on-line, onde o cadastro dos interessados e os lances serão efetuados exclusivamente perante o Leiloeiro Público Oficial, Sr. DANIEL ELIAS GARCIA, com matrícula AARC/306, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, pelo seguinte sítio eletrônico (site na internet): www.danielgarcialeiloes.com.br. Todo o processo de realização do leilão será acompanhado pela comissão de leilão, conforme dispõe a Lei Federal 8.666 de 1.993.

1. DO LEILÃO

O leilão será realizado no dia 29 de junho, a partir das 10h:00min, no site oficial www.danielgarcialeiloes.com.br.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

2.1 - Para estar apto a ofertar lances para a aquisição dos bens expostos no site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br, o interessado deverá ser capacitado para contratar, nos termos da legislação em vigor. Menores de 18 (dezoito) anos não serão admitidos a participar do leilão.

2.2 - Os interessados em participar do leilão deverão estar com seu CPF/CNPJ em situação regular junto a Receita Federal, bem como com seu endereço atualizado ou em processo de atualização na Receita Federal e no SINTEGRA - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços.

3. DOS BENS

3.1 - Os bens apreçados estão relacionados no Anexo I do presente edital e serão vendidos NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO em que se encontram e SEM GARANTIA, reservando-se ao Município proprietário o direito de liberá-los, ou não, a quem maior lance oferecer bem como retirar, desdobrar ou reunir os bens em lotes, de acordo com o seu critério ou necessidade, por intermédio do Servidor Municipal.

3.2 - As fotos divulgadas no site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado dos bens ou influenciar a decisão de oferta de lances para arrematação de bens.

3.3 - O interessado declara ter pleno conhecimento do presente Edital, SENDO DE SUA RESPONSABILIDADE A VISTORIA PRÉVIA DOS LOTES, isentando o Município proprietário e o leiloeiro por eventuais vícios existentes no bem adquirido.

4. DA VISITAÇÃO

4.1 - Cabe aos interessados vistoriar os bens a serem apreçados nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2020, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

4.2 - Os lotes a serem apreçados estão devidamente descritos e caracterizados no Anexo I do presente Edital.

5. DO VALOR DEVIDO AO LEILOEIRO

5.1 - Os arrematantes deverão pagar ao LEILOEIRO o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço da arrematação (valor do lance ofertado).

5.2 - O valor devido ao Leiloeiro não está incluso no valor do lance ofertado.

6. DOS LANCES

6.1 - Os lances poderão ser ofertados através do site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br e/ou presencialmente (na data do encerramento do leilão).

6.2 - Os lances ofertados são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

6.3 - O Usuário poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

6.4 - O site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br permite o recebimento de lances virtuais simultaneamente aos presenciais e em tempo real.

6.5 - Lances via Internet e de viva voz (presencial) tem igualdade de condições.

7. DO PREÇO MÍNIMO DE VENDA DOS BENS

O valor mínimo aceitável para cada lote será o estimado no edital, ou o melhor lance antecipado registrado no sistema até o início da sessão pública.

8. DO PAGAMENTO

O preço do bem arrematado e o valor devido ao leiloeiro deverão ser pagos através de rede bancária, à vista, estando disponíveis os dados bancários correspondentes na tesouraria da Prefeitura e pelo Leiloeiro.

9. DO COMPROVANTE DE ARREMATAÇÃO

O Comprovante de Arrematação será emitido em nome do arrematante e entregue/enviado ao mesmo no local do leilão ou via e-mail.

10. DA RETIRADA

10.1 - Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e impostos incidentes sobre os bens arrematados.

10.2 - O Leiloeiro não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) bem(ns) arrematado(s) ao(s) arrematante(s).

10.3 - Após efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado e do valor devido ao leiloeiro, o(s) bem(ns), será(ão) disponibilizado(s) pelo Município de Águas Mornas/SC, para ser(em) retirado(s) pelo(s) arrematante(s)/procurador(es), mediante a apresentação do Comprovante de Arrematação e entrega de Procuração com firma reconhecida, se for o caso.

10.4 - Para efetuar a retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município, cujo contato será oportunamente informado.

10.5 - No ato da retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá conferir o(s) referido(s) lote(s) (natureza, quantidade, estado ou condições em que o(s) mesmo(s) estiver(em)). Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, ao Município, ficando a retirada suspensa até que estejam solucionadas as eventuais dúvidas existentes. Não poderá o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após a remoção do(s) bem(ns).

10.6 - O arrematante deverá descaracterizar toda e qualquer identificação do Município de Águas Mornas/SC, constante do bem arrematado.

10.7 - Na retirada do(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá respeitar e cumprir todas as normas internas de segurança estabelecidas pelo Município de Águas Mornas/SC, no que se refere à utilização de veículo apropriado, pessoal devidamente identificado e portando todos os equipamentos obrigatórios de segurança estabelecidos pela legislação em vigor, não cabendo ao Município de Águas Mornas/SC, qualquer responsabilidade por acidentes que venham a ocorrer durante e em função das operações de carregamento e retirada.

10.8 - Se o(s) bem(ns) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, será cobrada pela guarda do(s) mesmo(s) uma taxa de 1% (um por cento)/dia, calculada sobre o valor da arrematação. Decorrido o período de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de liberação de retirada sem que o(s) bem(ns) tenha(m) sido retirado(s), o(s) mesmo(s) poderá(ão) ser vendido(s) para terceiros, sendo devolvidos ao arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do término do

prazo para retirada do(s) bem(ns), os valores pagos, descontados o valor devido pela guarda do(s) bem(ns), o valor devido ao leiloeiro e multa de 20% (vinte por cento) do valor do lance ofertado.

11. DOS VEÍCULOS

11.1 - Será de responsabilidade do arrematante o pagamento dos débitos de eventuais multas de trânsito e IPVA relativos ao(s) veículo(s) apreendido(s), ainda que anteriores à data do leilão.

11.2 - Em até sessenta dias a contar da data da efetivação do pagamento (crédito/compensação de remessa em conta corrente) do valor do lance ofertado e do valor devido ao leiloeiro, os veículos arrematados e a respectiva documentação de transferência (DUT) serão disponibilizados pelo Município de Águas Mornas/SC, para serem retirados pelo(s) arrematante(s)/procurador(es) mediante a apresentação do Comprovante de Arrematação e fornecimento de cópia da Cédula de Identidade, CPF/MF e Carteira Nacional de Habilitação, no caso de Pessoa Física e Contrato Social ou Estatuto Social acompanhado de Ata de Eleição da Diretoria, no caso de Pessoa Jurídica, bem como de Procuração com firma reconhecida, se for caso.

11.3 - A disponibilização dos veículos e respectiva documentação, no prazo acima estabelecido, fica condicionada à comprovação, pelos arrematantes, da quitação da integralidade dos débitos que eventualmente recaiam sobre os veículos arrematados.

11.4 - Para efetuar a retirada do(s) veículo(s) arrematado(s), o arrematante deverá agendar data e horário junto ao Município proprietário, cujo contato será oportunamente informado.

11.5 - Se o(s) veículo(s) arrematado(s) não for(em) retirado(s) no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liberação de retirada, serão cobradas pela guarda do(s) mesmo(s) as seguintes taxas: R\$ 30,00 (trinta reais)/dia por automóvel arrematado. Decorrido o período de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de liberação de retirada sem que o(s) veículo(s) tenha(m) sido retirado(s), o(s) mesmo(s) poderá(ão) ser vendido(s) para terceiros, sendo devolvidos ao arrematante, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do término do prazo para retirada do(s) bem(ns), os valores pagos, descontados o valor devido pela guarda do(s) bem(ns), o valor devido ao leiloeiro e multa de 20% (vinte por cento) do valor do lance ofertado.

11.6 - Deverá o arrematante transferir o(s) veículo(s) arrematado(s) para o seu nome nos 30 (trinta) dias subsequentes à entrega do(s) documento(s), bem como encaminhar cópia da documentação já transferida para a Prefeitura, aos cuidados do Setor de Patrimônio da Prefeitura de Águas Mornas/SC, independentemente dessa providência, o Município de Águas Mornas/SC, cientificará o DETRAN da(s) venda(s) ocorrida(s) através do envio de cópia do Documento Único de Transferência - DUT do(s) veículo(s) arrematado(s). Não sendo realizada a transferência do veículo no prazo acima estipulado, o Município de Águas Mornas/SC, poderá solicitar o bloqueio do mesmo junto ao órgão responsável.

11.7 - Correrão por conta dos arrematantes todas as despesas de transferência do(s) veículo(s) para o seu nome, inclusive despesas com serviços de terceiros, despachantes, taxas, vistorias e quaisquer outras necessárias, como emissão de segunda via de documentos, mesmo que decorrentes da indisponibilidade, perda ou extravio do DUT na Prefeitura.

11.8 - No caso de veículos vendidos na condição de sucatas correrão por conta dos arrematantes todas as despesas com o recorte do registro/número de chassi do veículo, que deverá ser entregue à Prefeitura antes da retirada do bem/lote, sendo esta obrigação uma condição para a retirada.

11.9 - O leiloeiro não tem qualquer responsabilidade pela entrega do(s) veículo(s) arrematado(s) e respectiva documentação ao(s) arrematante(s).

12. DA INADIMPLÊNCIA

12.1 - Caso o arrematante não pague o preço do bem arrematado e o valor devido ao leiloeiro no prazo acima estipulado, a arrematação ficará cancelada, devendo o arrematante pagar o valor devido ao leiloeiro e o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do lance ofertado, destinado ao Município de Águas Mornas/SC e ao pagamento de eventuais despesas incorridas. Nesta hipótese, os dados cadastrais do arrematante poderão ser incluídos nos órgãos de proteção ao crédito.

12.2 - O arrematante inadimplente não será admitido a participar de qualquer outro leilão divulgado no site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br, pelo que seu cadastro ficará bloqueado. Caso sejam identificados cadastros vinculados a este cadastro bloqueado, os mesmos serão igualmente bloqueados.

12.3 - Caso o arrematante esteja com seu CPF/CNPJ em situação "suspensa/irregular" junto a Receita Federal ou com seu endereço desatualizado junto a Receita Federal e/ou SINTEGRA, ficará sujeito à perda do lote arrematado e dos valores pagos.

13. DAS SANÇÕES

O leiloeiro, a seu exclusivo critério, poderá cancelar qualquer lance, sempre que não for possível autenticar a identidade do interessado, ou caso este venha a descumprir as regras estabelecidas neste Edital.

14. DO SISTEMA

14.1 - O interessado responderá civil e criminalmente pelo uso de equipamento, programa ou procedimento que possa interferir no funcionamento do site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br.

14.2 - O leiloeiro não será responsável por qualquer prejuízo eventualmente acarretado aos interessados por dificuldades técnicas ou falhas no sistema da Internet.

14.3 - O leiloeiro não garante o acesso contínuo de seus serviços, uma vez que a operação do site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br poderá sofrer interferências acarretadas por diversos fatores fora do seu controle.

15. DA MODIFICAÇÃO

O leiloeiro poderá, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, acrescentar, extinguir ou alterar alguns ou todos os serviços disponíveis no site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As normas que disciplinam este leilão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que observado o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da licitação.

16.2 - É de inteira responsabilidade dos licitantes a observância das normas e instruções previstas neste Edital, arcando os mesmos com as consequências da inobservância de quaisquer avisos ou erratas expedidas pela Comissão de Licitação.

16.3 - A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.

16.4 - As consequências decorrentes dos atos praticados para participar deste Leilão não geram nenhum dever de indenizar pela Administração Pública.

16.5 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela comissão de licitações, com base na legislação em vigor.

16.6 - As dúvidas que surgirem durante o leilão serão analisadas pelo leiloeiro e a comissão de licitações.

16.7 - O Município de Águas Mornas/SC, através de seu representante, se reserva no direito de, total ou parcialmente, revogar o presente Leilão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal medida, adiá-lo ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93, desde que haja a devolução dos recursos comprovadamente empregados na arrematação do lote.

16.8 - Havendo anulação por ilegalidade, não possuirá direito à restituição do valor pago o arrematante que houver concorrido para a prática da irregularidade.

16.9 - Esta licitação pode ser suspensão, mediante prévia comunicação aos que demonstrarem interesse no certame, sem que caiba qualquer indenização aos mesmos.

16.10 - A Comissão de Leilões poderá, ainda, desde que devidamente justificados os motivos, retirar do Leilão qualquer um dos itens descritos neste Edital.

16.11 - À prefeitura de Águas Mornas/SC cabe o direito de promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n. 8.666/93).

16.12 - Todos os horários estabelecidos neste Edital, em avisos ou erratas emitidas referentes ao Leilão ora estabelecido, observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília; toda menção a valores neste Edital refere-se à moeda corrente nacional, a saber, o Real (R\$).

16.13 - Para dirimir judicialmente as questões oriundas do presente Edital, será competente o foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

16.14 - Eventuais controvérsias surgidas no curso do leilão e os casos omissos serão imediatamente submetidas ao crivo administrativo da Prefeitura de Águas Mornas/SC e resolvidos pelo Presidente da Comissão de Licitação do presente Leilão Público.

16.15 - Os prazos aqui estabelecidos terão início e vencimento apenas nos dias em que houver expediente na prefeitura do Município de Águas Mornas/SC.

16.16 - O resultado desta Licitação na modalidade de Leilão será publicado pela Prefeitura de Águas Mornas no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Quaisquer informações a respeito do Leilão serão prestados pelo departamento de Patrimônio do Município de Águas Mornas, das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (48) 3245-7252 ou e-mail adm@aguasmornas.sc.gov.br e pelo Leiloeiro, por e-mail: contato@dgleiloes.com.br, site: www.danielgarcialeiloes.com.br, ou pelos telefones (48) 3081-2310 | 3413-7180 ou 99138-6012.

Águas Mornas/SC, em 05 de junho de 2020.

OMERO PRIM
Prefeito Municipal
ANEXO I

1 Veículo Ford/Transit TCA MIC, cor branca, diesel, placa MJY1464, renavam 473831104, ano de fabricação 2011, modelo 2011, chassi WF0XXXTBFBTJ37614, motor trancado e desmontado. R\$ 10.000,00

2 Veículo Fiat/Ducato Minibus, cor branca, diesel, placa MGB8418, renavam 944130801, ano de fabricação 2007, modelo 2008, chassi 93W244M2382022101, motor trancado. R\$ 8.000,00

3 Veículo Vw/Gol 1.6 Power, cor branca, placa MGY9390, renavam 850969468, ano de fabricação 2004, modelo 2005, chassi 9BW-CB05X95P066239. R\$ 4.500,00

4 Veículo Vw/Gol 1.6, cor branca, placa MEX6839, renavam 903260620, ano de fabricação 2006, modelo 2007, chassi 9BWCB05W27T065905. R\$ 3.000,00

5 Veículo GM/Astra GL, cor branca, placa IKN6744, renavam 777549433, ano de fabricação 2001, modelo 2002, chassi 9BGTT69VO-2B130693. R\$ 3.000,00

6 Retroescavadeira, marca JCB, de fabricação nacional, cor amarela, ano 2009. R\$ 17.500,00

7 Retroescavadeira, marca New holland, cor amarela, ano 2010, modelo LB110, tração 4x4. R\$ 20.000,00

LEI Nº 969/2020 CRIA E DENOMINA COMO CENTRO CULTURAL O CASARÃO CONSTRUÍDO NA RUA PREFEITO GERMANO JOSÉ STEINBACH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2514303

LEI Nº 969/2020

CRIA E DENOMINA COMO CENTRO CULTURAL O CASARÃO CONSTRUÍDO NA RUA PREFEITO GERMANO JOSÉ STEINBACH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado e denominado de CASARÃO PHILIPPI – CENTRO CULTURAL ÁGUAS MORNAS a edificação construída na Rua Prefeito Germano José Steinbach, esquina com a Rua Maria Olinda Vieira, no Bairro de Vargem Grande, Município de Águas Mornas.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a selecionar, mediante licitação, a pessoa jurídica e legalmente constituída, para fins de reforma e restauração deste imóvel, em Vargem Grande, para que após a finalização dos trabalhos possam ser desenvolvidas atividades e programas que fomentem as políticas de cultura e turismo, assegurando a preservação e promoção da valorização do patrimônio cultural, material e imaterial do Município de Águas Mornas.

Parágrafo único. O espaço cultural é dedicado à criação e realização de espetáculos, ensaios e oficinas de diversos segmentos da arte, além de cursos de capacitação, atividades e programas que fomentem as políticas de cultura e turismo, assegurando a preservação e promoção da valorização do patrimônio cultural, material e imaterial do Município de Águas Mornas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Águas Mornas, 05 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 103/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513147

PORTARIA Nº. 103/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, EM GOZO.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, em gozo, a partir do dia 08.06.2020, ao Servidor Público Municipal Senhor Sérgio Schmidt, matrícula nº. 470, referente ao quinquênio de 19.11.2001 a 18.11.2006, ficando 01 (um) mês pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 05 de junho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

DENISE DINIZ CORDEIRO
Responsável

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2513087



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Concurso Público n.º 01/2020
 Publicação Legal: Edital de Abertura

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020**

O Município de **ÁGUAS MORNAS**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao **CONCURSO PÚBLICO**, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.º 17/2015, Lei Complementar Municipal n.º 18/2015, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da empresa Núcleo Brasil Sul de Provas e Avaliações Eireli - **NBS PROVAS**, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 54, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br e e-mail: nbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público, nomeada para este fim.
- 1.2.** O Concurso Público terá caráter classificatório e envolverá prova escrita objetiva e prova prática, diferenciadas por cargo.
- 1.3.** Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.3.1. Cargos de Nível Superior:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Bibliotecário	Nível Superior em Biblioteconomia, com registro no CRB.	1 + CR	-	40h	3.125,30	O
02	Fonoaudiólogo	Graduação em Fonoaudiologia e Registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia.	1 + CR	-	40h	3.125,30	O
03	Nutricionista	Nível Superior em Nutrição e Registro no Conselho Regional de Nutrição.	1 + CR	-	40h	3.125,30	O
04	Odontólogo	Nível Superior em Odontologia e Registro no Conselho Regional de Odontologia.	1 + CR	-	40h	5.556,10	O
05	Psicólogo	Nível Superior em Psicologia e Registro no Conselho Regional de Psicologia.	1 + CR	-	40h	3.125,30	O
06	Médico Especialista II – Pediatra	Nível Superior em Medicina, com Registro no Conselho Regional de Medicina e ter concluído a residência médica em pediatria ou ter título de Especialista em Pediatria.	1 + CR	-	20h	7.523,88	O

1.3.2. Cargos de Nível Médio ou Técnico:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
07	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo.	1 + CR	-	40h	1.261,70	O
08	Técnico em Enfermagem	Curso de Técnico em Enfermagem, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores e Registro no Conselho de Classe.	1 + CR	-	40h	2.083,54	O

**Município de Águas Mornas/SC: Concurso Público n.º 01/2020**

Página 1 de 44



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Concurso Público n.º 01/2020
 Publicação Legal: Edital de Abertura



1.3.3. Cargos de Nível Fundamental:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
09	Atendente de Saúde Pública	Ensino Fundamental Completo.	1 + CR	-	40h	1.261,70	O
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo.	1 + CR	-	40h	1.261,70	O
11	Motorista	Ensino Fundamental Incompleto, com Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria "D" ou superior.	1 + CR	-	40h	1.620,53	O, P
12	Operador de Máquina I	Ensino Fundamental Incompleto, com Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria "B" ou superior.	1 + CR	-	40h	1.620,53	O, P
13	Operador de Máquina II	Ensino Fundamental Incompleto, com Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria "C" ou superior.	1 + CR	-	40h	1.794,16	O, P

1.3.4. Legendas Utilizadas:

- **Tipo de Prova "O":** Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- **Tipo de Prova "P":** Aplicação de Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório.
- **Vagas PNE:** Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).
- **CR:** Cadastro Reserva.

1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no **ANEXO VI**.

1.5. Os candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público serão admitidos em regime estatutário e filiados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, como contribuintes obrigatórios do IPAM.

1.6. Os valores para inscrição no Concurso Público nº 01/2020, obedecerão aos seguintes parâmetros:

- **R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para os cargos de Nível Superior.**
- **R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de Nível Médio ou Técnico.**
- **R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de Nível Fundamental.**

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Edital de Concurso Público nº 01/2020, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no mural da Prefeitura do Município de Águas Mornas, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, bem como nos sites www.nbsprovas.com.br e www.aguasmornas.sc.gov.br.

2.2. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Concurso Público serão divulgados nos sites www.nbsprovas.com.br e www.aguasmornas.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuados sob responsabilidade exclusiva do Município de Águas Mornas, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. Para participar do Concurso Público nº 01/2020 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital, declarando conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se comprometendo a





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



acompanhar e tomar conhecimento acerca de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua nomeação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no **Anexo III**.

3.4. São condições básicas para a inscrição a serem comprovados no momento da convocação:

3.4.1. Nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.

3.4.2. Gozo dos direitos políticos.

3.4.3. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.4.4. Quitação com as obrigações militares e eleitorais.

3.4.5. Idade mínima de dezoito anos completos.

3.4.6. Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.

3.5. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:

3.5.1. VIA INTERNET: através do site www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.5.1.1. Acessar o site www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.5.1.2. Localizar, no site, o “link” correlato ao Concurso Público do Município de Águas Mornas;

3.5.1.3. Ler completa e atentamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza de que possui todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.5.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.5.1.5. O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

3.5.1.6. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Complexo Educacional, situado à Rua Prefeito José Higino Martins, 42, bairro Centro, Águas Mornas/SC, no horário das 8h30min às 12h de segunda à sexta-feira, até o último dia destinado para as inscrições.

3.6. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Concurso Público.

3.7. O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antiga(s). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.

3.8. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



3.9. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

- 3.9.1.** Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no **Anexo III**. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. **Atentar ao horário de expediente bancário.**
- 3.9.2.** A quitação efetiva deve ocorrer dentro do horário de compensação bancária do último dia previsto para o pagamento, sendo considerados intempestivos os pagamentos programados para o dia útil bancário posterior.
- 3.9.3.** A **NBS PROVAS** e o Município de **Águas Mornas** não se responsabilizam por boletos clonados, gerados através de vírus eletrônicos existentes nos dispositivos de acesso utilizados pelo candidato, devendo este conferir o código de barras e se o boleto é da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja **104**.
- 3.9.4.** Considerando a atual regulamentação da Febraban em relação aos boletos bancários, o candidato deve atentar, no momento do pagamento, para as informações do beneficiário, que obrigatoriamente deve constar como **Município de Águas Mornas** e pagador, que deverá ter os dados do próprio candidato.
- 3.9.5.** **Caso o candidato encontre informações diversas aquelas descritas nos itens anteriores, não deve realizar o pagamento, comunicando imediatamente a NBS PROVAS e o Município de Águas Mornas para que possam ser tomadas as medidas legais pertinentes.**
- 3.9.6.** Após realizado o pagamento da taxa de inscrição, não será permitida troca de cargos, nem transferência do pagamento para uma outra inscrição realizada.
- 3.10.** Será cancelada a inscrição do candidato que:
- 3.10.1.** Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.
- 3.10.2.** Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.
- 3.10.3.** Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.
- 3.10.4.** No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.10.5.** Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.
- 3.10.6.** As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br.
- 3.11.** **O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da**



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



“listagem provisória de inscritos”, prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das “homologadas/deferidas”.

- 3.11.1.** O deferimento da inscrição do candidato significa unicamente que o seu pagamento foi processado, ficando apto a realizar a prova. **O status de deferido da inscrição não comprova sua habilitação ao cargo**, devendo esta ser realizada no momento da sua contratação/convocação, mediante apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de aplicação do item 3.2 do edital.
- 3.12.** Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a “Ficha de Inscrição”, disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no **Anexo III** para a publicação da “convocação para a realização das provas objetivas”, emitida a partir da “Área do Candidato”, disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.
- 3.12.1.** Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na “Área do Candidato”, no site www.nbsprovas.com.br, acessando seus dados com sua senha pessoal.
- 3.13.** Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.
- 3.14.** Também não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital, ou a taxa com pagamento realizado fora do período estabelecido em edital (realizado após o vencimento), ou ainda, em caso de desistência do candidato em relação ao certame.
- 3.15.** A **NBS PROVAS** e o Município de **Águas Mornas** não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 3.16.** A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se fizerem cabível.
- 3.17.** O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, através do Requerimento de Condição Especial de Prova (Anexo II), que deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 3.18.** A solicitação de condições especiais de prova será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 3.19.** Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Requerimento de Condição Especial de Prova (Anexo II) indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 3.20.** Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.
- 3.21.** A listagem de candidatos com condições especiais de prova será divulgada conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no **Item 2** deste Edital, com os nomes dos candidatos com condição especial de prova e seu respectivo pleito.
- 3.22.** O Candidato que tiver a sua solicitação de condição especial de prova indeferida poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Condições Especiais de Prova, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 3.23.** As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.
- 3.24.** O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.
- 3.25.** O Candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento da Inscrição, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 3.26.** O indeferimento da inscrição do candidato se dá pela não identificação do pagamento da taxa de inscrição, no prazo estabelecido em edital.
- 3.27.** Não será permitida a realização de prova para candidato que esteja com a sua inscrição indeferida, devendo o candidato interpor recurso no prazo estabelecido para a sua apresentação, juntamente com a comprovação necessária ao seu pleito. Na mesma seara, não será efetuada nenhuma condição especial de prova para candidato que não a requereu previamente, ou ainda, teve seu pedido indeferido.
- 3.28.** **É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar o deferimento de sua inscrição, bem como, todos os atos oficiais deste Concurso Público através do meio de divulgação previsto no Item 2.2 deste Edital.**

4. DAS ISENÇÕES

- 4.1.** Ficam isentos do pagamento da Taxa de Inscrição no Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Águas Mornas **os candidatos doadores de sangue e os candidatos doadores de medula óssea** atendidas às condições estabelecidas nos itens seguintes.
- 4.2.** O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público, entretanto, se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.
- 4.3.** Para requerer a isenção por “doação de sangue” o candidato deverá:
- 4.3.1.** Efetuar o preenchimento completo do Requerimento de Isenção (Anexo VIII), assinalando a opção “doador de sangue” e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.
- 4.3.2.** O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a 2 (duas) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital deste Certame.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 4.3.3.** Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- 4.4.** Para requerer a isenção por “doação de medula óssea” o candidato deverá:
- 4.4.1.** Efetuar o preenchimento completo do Requerimento de Isenção (Anexo VIII), assinalando a opção “Doador de Medula Óssea” e anexar ao requerimento o comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.
- 4.5.** O Requerimento de Isenção deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no **Anexo III** deste Edital.
- 4.6.** A relação das isenções deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos www.nbsprovas.com.br e www.aguasmornas.sc.gov.br, devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no **Anexo III**.
- 4.7.** O Candidato que tiver o seu requerimento de isenção indeferido poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 4.8.** A NBS PROVAS apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no **Anexo III**, republicando a lista de candidatos isentos.
- 4.9.** Caso o candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, **observando o horário bancário**.
- 4.10.** A constatação de falsidade das declarações referidas nos itens anteriores, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.
- 4.11.** O candidato beneficiado com a isenção do pagamento da taxa de inscrição que faltar em qualquer das etapas do Concurso Público, deverá justificar a sua ausência, no mesmo prazo destinado ao recurso do resultado da etapa. **A não justificativa da ausência importa no lançamento da taxa de inscrição correspondente na dívida ativa municipal e sujeita o candidato aos trâmites normais de cobrança de receitas municipais não quitadas.**

5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1.** As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas no espaço físico de instituições de ensino no município de Águas Mornas/SC, na data prevista no **Anexo III**, em local(is) e horário(s) a ser(em) definido(s) e publicado(s), com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.2.
- 5.2.** O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de seu comprovante de inscrição, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente e **portando obrigatoriamente seu documento oficial de identificação com foto**.
- 5.3.** Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.
- 5.5. Destaca-se que, segundo o que determina a Lei Federal 9.610/98, em relação ao caderno de provas, todos os direitos de divulgação e distribuição são reservados à **NBS PROVAS**, sendo expressamente proibido veicular, distribuir, difundir, copiar ou publicar em qualquer outro website, que não seja o www.nbsprovas.com.br, seja no todo ou em parte, qualquer item da respectiva prova, sem a prévia autorização, por escrito, da **NBS PROVAS**, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.
- 5.6. **As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.**
- 5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, imagem de identificação (retrato), filiação e assinatura.*
 - b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente deferido.*
 - c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.*
 - d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.*
- 5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.
- 5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo está em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.
- 5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.
- 5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.
- 5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 5.14. Os telefones celulares, *paggers* e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 5.15. A **NBS PROVAS**, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.
- 5.16.** Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.
- 5.17.** Para o eventual uso dos sanitários após o início da prova, o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários após início das provas é restrito aos candidatos em regime de aplicação, ou seja, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.
- 5.18.** A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 5.19.** Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A **NBS PROVAS** e o Município de **Águas Mornas** não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, extravios de materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 5.20.** Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:
- a) *Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.*
 - b) *Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.*
 - c) *Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.*
 - d) *Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.*
 - e) *Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.*
 - f) *Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações previstas neste edital e no Manual do Candidato.*
- 5.21.** Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de respostas, por erro de preenchimento ou dano cometido pelo candidato.
- 5.22.** Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, mediante autorização do coordenador, devendo antes disso, assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes, a ata da sala e deverão acompanhar o fechamento do



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Concurso Público n.º 01/2020
 Publicação Legal: Edital de Abertura



envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura nos locais sinalizados. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será considerado como desistente pelo coordenador e pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

6. DAS PROVAS

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que **obtiverem, no mínimo:**

- **5,00 (cinco) pontos** na prova escrita objetiva, para os cargos sem aplicação de prova prática;
- **4,00 (quatro) pontos** na prova escrita objetiva e **5,00 (cinco) pontos** na prova prática, com a composição da nota final para efeitos de classificação obtida através das disposições do Item 6.3.9, para os cargos com aplicação de prova prática, sendo eliminados os candidatos ausentes em qualquer das etapas.

6.2. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

6.2.1. Para os cargos de Nível Médio ou Superior:

6.2.1.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **40 (quarenta)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Matemática	5	0,20	1,00
Informática Básica	5	0,20	1,00
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2. Para os cargos de Nível Fundamental:

6.2.2.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **25 (vinte e cinco)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.3. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

6.2.4. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;
- Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- c) *Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;*
d) *Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);*
e) *For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.*

6.2.5. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como “rascunho”, utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.2.6. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.2.7. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.2.8. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.**

6.3. DA PROVA PRÁTICA:

6.3.1. A Prova Prática será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova “P”, sendo caráter aprobatório e classificatório, constando de demonstração prática da habilidade do candidato, necessária ao desempenho de suas funções e seguirá critérios pré-estabelecidos inerentes à função.

6.3.2. A prova prática será realizada no período vespertino do dia da prova, conforme cronograma previsto no **Anexo III deste Edital.**

6.3.3. Caso o número de Candidatos Inscritos em cargos que exijam a Prova Prática supere o estimado para a sua realização no período vespertino ao da aplicação da prova objetiva, ou ainda sendo as condições climáticas desfavoráveis a boa aplicação das atividades, esta será transferida, sendo efetuada a nova convocação e divulgação pelos meios previstos no Item 2 deste edital, por conseguinte, os demais prazos inerentes à conclusão do certame. Para esta prova serão convocados até 15 (quinze) candidatos aprovados e mais bem colocados de cada cargo, na prova escrita objetiva, já aplicados todos os critérios de desempate.

6.3.4. Não haverá 2ª (segunda) chamada para realização das provas práticas, em hipótese alguma.

6.3.5. Para o cargo de **Motorista (Cargo 11) será aplicada a prova prática por desconto de infrações / eventos ocorridos, partindo da nota máxima, conforme disposto no **Anexo IX** deste Edital.**

6.3.6. Para os cargos de **Operador de Máquina I (Cargo 12) e **Operador de Máquina II (Cargo 13)** será aplicada a prova prática por desconto de infrações / eventos ocorridos, partindo da nota máxima, conforme disposto no **Anexo X** deste Edital, que contém todos os itens e regras de avaliação.**

6.3.7. Para a realização da prova os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**

- 6.3.8.** O candidato que cometer falta eliminatória na prova prática, não conseguir realizar a tarefa proposta pelo avaliador ou for considerado inapto para a atividade, será automaticamente eliminado deste Concurso Público, independente de seu desempenho nas demais etapas do certame.
- 6.3.9.** A nota final do candidato, para efeitos de classificação, será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{NOTA} = (\text{NPE} \times 0,3) + (\text{NPP} \times 0,7)$$

Onde: NPE = nota da prova escrita, com peso 3; NPP = nota da prova prática, com peso 7;

- 6.3.10.** As provas práticas poderão ser filmadas pela NBS PROVAS, com o uso das imagens para eventual análise de recurso, ficando a equipe de aplicação, desde já, autorizada a filmagem e uso das imagens para este fim.
- 6.3.11.** Em relação a Prova Prática, caberá pedido de Recurso contra o Resultado da Prova Prática, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no mesmo prazo previsto no **Anexo III** deste Edital estabelecido ao Recurso Contra a Classificação Provisória, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.

7. DOS RESULTADOS

- 7.1.** A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada **até a data prevista no Anexo III deste Edital**, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.
- 7.2.** Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:
- 7.2.1.** Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal n.º 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- 7.2.2.** Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:
- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
 - Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
 - Maior número de acertos na prova de Matemática.
 - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades.
 - Maior idade.
 - Exercício da função de Jurado.
- 7.3.** Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.
- 7.4.** Para a aplicação do critério de desempate relacionado ao efetivo exercício da função de jurado (Art. 440 do Código de Processo Penal), o candidato interessado deverá apresentar a seguinte documentação:



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 7.4.1.** Requerimento de Condição de Jurado (Anexo VII), preenchido de forma legível e completa, inclusive com a assinatura a punho.
- 7.4.2.** Certidão, Declaração, Atestado, ou outro documento público equivalente, expedido pela Justiça Estadual ou Federal, relativo ao exercício da função de jurado (Art. 440 do Código de Processo Penal).
- 7.4.3.** O Requerimento de Condição de Jurado (Anexo VII) juntamente com a documentação comprobatória deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 7.4.4.** O Candidato que tiver o seu Requerimento de Condição de Jurado indeferido poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento da Condição de Jurado, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III** para o protocolo do Recurso contra o Indeferimento da Inscrição, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 7.5.** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.
- 7.6.** Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de Recurso contra a Classificação Provisória, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, **no prazo previsto no Anexo III deste Edital**, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.
- 7.7.** Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

- 8.1.** O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.
- 8.2.** O candidato aprovado deverá manter seu endereço e o número de telefones atualizados durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda de sua classificação.
- 8.3.** O candidato aprovado perderá o direito a nomeação nos seguintes casos:
- a) *Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;*
 - b) *Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;*
 - c) *Desistir formalmente da vaga.*
- 8.3.1.** As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Águas Mornas, obedecendo à ordem de classificação.
- 8.4.** É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites www.aguasmornas.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização de Concursos a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1.** Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 9.2. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital.
- 9.3. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas de cargo oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.
- 9.4. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 em sua redação vigente.
- 9.5. Para compor a lista de “candidatos portadores de necessidades especiais”, o candidato deverá realizar os seguintes procedimentos:
- 9.5.1. Efetuar a sua inscrição através do site www.nbsprovas.com.br escolhendo o cargo a qual deseja concorrer.
- 9.5.2. Efetuar o preenchimento completo do Requerimento de Vaga Especial (Anexo II), inclusive com a assinatura a punho.
- 9.5.3. Anexar ao Requerimento de Vaga Especial (Anexo II) o Laudo Médico, emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.
- 9.5.4. O Requerimento de Vaga Especial (Anexo II) deverá ser protocolado pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.
- 9.6. O Requerimento de Vaga Especial e o documento comprobatório da situação (Laudo Médico), devidamente protocolado e apresentado na forma do item anterior, serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 9.7. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos neste Edital.
- 9.8. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.
- 9.9. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias:
- Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
 - Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;
 - Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) Comunicação;
- b) Cuidado pessoal;
- c) Habilidades sociais;
- d) Utilização dos recursos da comunidade;
- e) Saúde e segurança;
- f) Habilidades acadêmicas;
- g) Lazer; e
- h) Trabalho;
- i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

- 9.10.** Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.
- 9.11.** Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.
- 9.12.** Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.
- 9.13.** Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.
- 9.14.** O Candidato que tiver o seu requerimento de vaga especial indeferido poderá impetrar Recurso contra o Indeferimento de Vaga Especial, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital.

10. DOS RECURSOS

- 10.1.** Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:
- a) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova.
 - b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição.
 - c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais de Prova.
 - d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial.
 - e) Ao indeferimento da Condição de Jurado.
 - f) Ao indeferimento do Requerimento de Isenção.
 - g) Ao Resultado da Prova Prática.
 - h) Ao Resultado da Classificação Provisória.
- 10.2.** Para interposição de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova (alínea “a” do item 10.1), o candidato deverá realizar os procedimentos a seguir:





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 10.2.1.** Para a interposição de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, o impetrante deverá efetuar o preenchimento completo do formulário de recurso, devendo conter:
- 1) Nome do candidato;
 - 2) Número de inscrição;
 - 3) Número do documento de identidade;
 - 4) Cargo para o qual se inscreveu;
 - 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
 - 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
 - 7) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).
- 10.2.2.** Para a apresentação física (via Correios) do Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova o candidato deverá utilizar o Formulário de Recurso, representado pelo **Anexo IV** deste edital, com atendimento a todos os requisitos elencados no Item 10.2.1 do Edital.
- 10.2.3.** Para a apresentação eletrônica (via Área do Candidato) o seu acesso ao ambiente restrito (login) já supre os requisitos 1 a 4 do Item 10.2.1 do Edital, devendo o impetrante somente indicar a questão a qual pretende interpor recurso (informar o número da questão) e preencher o formulário disponível, de modo a atender as disposições de número 6 e 7 do Item 10.2.1 do Edital.
- 10.2.4.** Ainda na apresentação eletrônica de Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, todos os argumentos e referências devem obrigatoriamente ser apresentados diretamente no formulário disponível, sendo o objetivo dos anexos unicamente sustentar os argumentos já formulados. Apresentação eletrônica com argumentos e/ou referências unicamente em arquivos anexos serão indeferidos sem análise de mérito.
- 10.2.5.** O recurso somente será apreciado se apresentado tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste Item 10.2, de acordo com a forma de apresentação escolhida pelo impetrante.
- 10.2.6.** Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais elencados no item 10.2.1, serão indeferidos, sem julgamento de mérito. Recursos apresentados sem atendimento dos requisitos 6 e 7 do Item 10.2.1 do Edital, ou ainda com apresentação inadequada (não atendendo ao padrão estabelecido pela ABNT - NBR 6023), serão indeferidos sem análise de mérito, na forma do Item 10.8, não sendo listados no “extrato de análise de recursos”.
- 10.2.7.** O Recurso contra o Gabarito Provisório e Questões de Prova, **deverá ser elaborado de forma individual, sendo um recurso para cada questão, com a indicação do seu número na prova**, sob pena de indeferimento sem análise de mérito. Deve também ser anexada a cópia da bibliografia e/ou referência utilizada, no padrão citado no Item 10.2.1, sob pena de sua desconsideração.
- 10.2.8.** Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) ponto(s) referente(s) à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.
- 10.3.** Para interposição dos demais recursos previstos no Item 10.1, o candidato deverá realizar os procedimentos a seguir:
- 10.3.1.** Para a apresentação física (via Correios) destes recursos o candidato deverá utilizar o Formulário de Recurso, representado pelo **Anexo V** deste edital, efetuando o seu preenchimento completo.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 10.3.2.** Para a apresentação eletrônica (via Área do Candidato) o seu acesso ao ambiente restrito (login) já supre todos os requisitos de identificação do candidato, bastando realizar o preenchimento do formulário eletrônico disponível, com os seus argumentos.
- 10.3.3.** Ainda na apresentação eletrônica destes recursos, todos os argumentos devem ser obrigatoriamente apresentados diretamente no formulário disponível, sendo o objetivo dos anexos unicamente sustentar os argumentos já formulados. Apresentação eletrônica com argumentos unicamente em arquivos anexos serão indeferidos sem análise de mérito.
- 10.4.** O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11.3** deste Edital, no prazo previsto no **Anexo III** deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.
- 10.5.** Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.
- 10.6.** Deverá ser elaborado um recurso por candidato, de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.
- 10.7.** As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, através de publicação de "Extrato de Recursos" identificando o impetrante unicamente através de seu número de inscrição, ou ainda, disponibilizadas de maneira individual ao impetrante, através da "Área do Candidato", como decisão acerca do recurso apresentado.
- 10.8.** Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste **Item 10** deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.
- 10.9.** A Comissão Avaliadora constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

- 11.1.** Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, todos os recursos e requerimentos deverão ser protocolados.
- 11.2. Devem ser protocolados exclusivamente por MEIO POSTAL, todos os seguintes itens:**
- a) A impugnação contra as disposições do Edital.
 - b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas.
 - c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial.
 - d) O Requerimento de Condição de Jurado.
 - e) O Requerimento de Isenção.
- 11.2.1.** Os requerimentos e/ou impugnações, previstos neste item devem ser protocolados **SOMENTE** por **MEIO POSTAL, através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto para protocolo, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Concurso Público do Município de Águas Mornas
Caixa Postal 5023
Blumenau/SC - CEP: 89012-971





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 11.2.2.** Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com **CÓPIAS AUTENTICADAS** em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).
- 11.2.3.** O protocolo deverá ser individual por candidato, devendo ser realizado um protocolo para cada requerimento e/ou impugnação apresentada. O envio de mais de um conjunto de documentos na mesma remessa, ou inerente a mais de um candidato, importará no indeferimento sem análise de mérito.
- 11.2.4.** Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.
- 11.2.5.** As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.3. Devem ser protocolados alternativamente POR MEIO ELETRÔNICO ou POR MEIO POSTAL, todos os seguintes itens:

a) Todos os RECURSOS definidos no Item 10 deste Edital.

11.3.1. POR MEIO ELETRÔNICO: Diretamente no *site* www.nbsprovas.com.br, através da “Área do Candidato”, em ambiente restrito, na opção “Recursos”, preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário.

11.3.2. Na apresentação eletrônica os argumentos obrigatoriamente devem ser apresentados diretamente no formulário disponível, sendo o objetivo dos anexos unicamente sustentar os argumentos já formulados. Apresentação eletrônica com argumentos unicamente em arquivos anexos serão indeferidos sem análise de mérito.

11.3.3. POR MEIO POSTAL: efetuado **através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto para protocolo, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Concurso Público do Município de Águas Mornas
Caixa Postal 5023
Blumenau/SC - CEP: 89012-971

- 11.3.4.** Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com **CÓPIAS AUTENTICADAS** em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).
- 11.3.5.** O protocolo deverá ser individual por candidato, devendo ser realizado um protocolo para cada requerimento e/ou impugnação apresentada. O envio de mais de um conjunto de documentos na mesma remessa, ou inerente a mais de um candidato, importará no indeferimento sem análise de mérito.
- 11.3.6.** Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 11.3.7.** As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.
- 11.4.** É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, em especial do endereço de envio postal, sendo que a NBS PROVAS e o Município de Águas Mornas não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.
- 11.5.** Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.
- 11.6.** Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

12. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

- 12.1.** Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.
- 12.2.** Para a nomeação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:
- Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
 - Gozo de direitos políticos;
 - Quitação das obrigações militares e eleitorais;
 - Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial, que serão custeados pelo candidato classificado;
 - Habilitação e escolaridade exigidas por lei para o exercício do cargo;
 - Idade mínima de 18 anos completos, no momento de sua convocação.
- 12.2.1.** Para fins de nomeação serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:
- a) *Certidão de Casamento ou Nascimento;*
 - b) *Carteira de Identidade;*
 - c) *Cadastro de Pessoa Física – CPF;*
 - d) *Título de Eleitor;*
 - e) *Carteira Nacional de Habilitação (se possuir);*
 - f) *Certidão relativa à quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);*
 - g) *Certidão Criminal (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);*
 - h) *Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);*
 - i) *Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;*
 - j) *Certidão de Nascimento dos filhos até 21 anos;*
 - k) *Cadastro de Pessoa Física para os filhos;*
 - l) *Cartão do PIS/PASEP (frente e verso) ou equivalente;*
 - m) *Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;*
 - n) *Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, remuneração, órgão ao qual pertence e carga horária;*
 - o) *Uma foto 3x4;*
 - p) *Comprovante de endereço atualizado;*



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- q) *Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;*
- r) *Atestado admissional fornecido por médico oficial;*
- s) *Declaração de bens;*
- t) *Cartão de Conta Salário no banco indicado pelo Departamento de Recursos Humanos;*
- u) *Formulário de cadastro de trabalhador para o e-social (entregue pelo RH);*
- v) *Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e ou estabelecidos em Lei ou solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos.*
- 12.2.2.** A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a nomeação do candidato, sendo assim o candidato eliminado do Concurso Público.
- 12.2.3.** Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à sua realização, serão eliminados do Concurso Público.
- 12.2.4.** O candidato que, convocado para a nomeação, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.
- 12.3.** Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a nomeação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Águas Mornas/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.
- 12.4.** Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica.
- 12.5.** O candidato convocado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de ciência da convocação para entregar a documentação exigida no Serviço de Pessoal e assumir o cargo.
- 12.6.** A convocação do candidato poderá ocorrer por: telefone, e-mail, aplicativo de WhatsApp, Via Correios ou ainda de forma presencial. Não se obtendo êxito nas formas de contato listadas, far-se-á edital de convocação do candidato a ser publicado no site www.aguasmornas.sc.gov.br no item "Concursos e Seletivos", dentro da área deste processo. As formas de convocação poderão ser simultâneas, ou seja, todas as formas aplicadas de uma única vez. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem existir manifestação do candidato, este será considerado desistente, sendo eliminado do Concurso Público e efetuada a convocação próximo classificado.
- 12.7.** Não será efetuada "oferta de vagas" para este Concurso Público, ficando à critério do Município de Águas Mornas a indicação do local de trabalho, sendo observadas as atribuições inerentes à função.
- 12.8.** A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo/função, sendo convocado o próximo candidato classificado para o cargo.
- 12.9.** A não apresentação da documentação estabelecida neste item 12, por ocasião da convocação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



13. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

- 13.1.** O Prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogados uma única vez.
- 13.2.** A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à convocação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.
- 13.3.** A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 14.1.** Delega-se competência à NBS PROVAS, como banca executora deste Concurso Público, para:
- a) *Receber e processar as inscrições;*
 - b) *Emitir os documentos de homologação das inscrições;*
 - c) *Aplicar, julgar e corrigir as provas e avaliações de todas as etapas do certame;*
 - d) *Apreciar todos os recursos previstos neste edital;*
 - e) *Emitir relatórios de classificação dos candidatos;*
 - f) *Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;*
 - g) *Atuar em conformidade com as disposições deste edital;*
 - h) *Responder, em conjunto com o Município de Águas Mornas eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.*
- 14.2.** Em face da delegação de competência, a executora constituirá a Comissão de Avaliação para apreciar todos os requerimentos e recursos deste processo, sendo a fiscalização e supervisão do certame a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.
- 14.3.** As providências e atos necessários para a convocação e nomeação dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Águas Mornas.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.
- 15.2.** Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral na sede do Município.
- 15.3.** As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para nomeação correrão a expensas do próprio candidato.
- 15.4.** O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.
- 15.5.** Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 15.6. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.
- 15.7. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão Municipal de Fiscalização do Concurso Público e da NBS PROVAS, de acordo com a legislação vigente.
- 15.8. O Município de Águas Mornas e a NBS PROVAS não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público publicados em meio diverso aos previstos no Item 2 deste Edital.
- 15.9. Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o “Manual do Candidato”, contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o “Manual do Candidato”, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 15.10. A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à NBS PROVAS, portanto é proibida a sua utilização, no todo ou em partes, em objeto distinto à esta relação contratual e por terceiros, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.
- 15.11. Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) *Tornar-se culpado de incorreções ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;*
 - b) *Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;*
 - c) *For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;*
 - d) *For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;*
 - e) *Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;*
- 15.12. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.
- 15.13. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:
- a) *Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;*
 - b) *Como fiscal, na sala em que o candidato com grau de parentesco estiver realizando a prova.*
- 15.14. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.
- 15.15. Decorridos 60 (sessenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a eliminação e a disponibilização, via Área do Candidato das provas, do espelho do cartão resposta e demais itens específicos e individuais do candidato, mantendo-se estes registros em



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



“arquivo morto” e cópias de segurança de mídias eletrônicas, pelo período de validade do Concurso Público, incluindo eventuais prorrogações.

15.16. O candidato poderá apresentar impugnação em relação a qualquer item deste edital, devendo realizar os procedimentos descritos a seguir:

15.16.1. Efetuar o preenchimento completo do Formulário de Recursos Diversos, representado pelo **Anexo V** deste edital, assinalando a opção “Itens do Edital”.

15.16.2. Realizar o protocolo pelo meio previsto no **Item 11.2** deste Edital, no prazo estabelecido para este fim no **Anexo III** deste Edital.

15.17. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.

15.18. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) *Anexo I - Conteúdo Programático.*
- b) *Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.*
- c) *Anexo III - Cronograma do Concurso Público.*
- d) *Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).*
- e) *Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.*
- f) *Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.*
- g) *Anexo VII - Requerimento de Condição de Jurado.*
- h) *Anexo VIII - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.*
- i) *Anexo IX - Itens e Regras da Prova Prática (Motorista).*
- j) *Anexo X - Itens e Regras da Prova Prática (Operadores).*

15.19. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas/SC, 05 de junho de 2020.

OMERO PRIM

Prefeito do Município de Águas Mornas

TONI VIDAL JOCHEM

Secretário Municipal de Administração e Finanças



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Águas Mornas. Todo conteúdo do site: www.aguasmornas.sc.gov.br. História do Brasil e História de Santa Catarina. Conteúdo do site www.cidades.ibge.gov.br relativo ao Município de Águas Mornas/SC. Lei Orgânica do Município.

INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8 e Windows 10. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortografia (atualizada conforme as regras do Acordo Ortográfico vigente); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Verbos; Conjugação verbal; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Adjetivos; Antônimos; Sinônimos; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Fonética e fonologia: Fonemas; Alfabeto; Encontro vocálico; Encontro consonantal; Dígrafos; Ortoépia e prosódia; Transcrição fonética; Signo linguístico. Ortografia: Regras do acordo ortográfico vigente; Uso de letras maiúsculas e minúsculas; Divisão silábica; Dígrafo consonantal; Encontro consonantal; Encontro vocálico; Dígrafo vocálico. Acentuação: Regras de acentuação gráfica; Classificação de palavras quanto à acentuação; Uso da crase. Pontuação: Sinais de pontuação e sinais gráficos auxiliares; O uso da vírgula; O uso do hífen. Morfologia: Formação de palavras (Composição por aglutinação; Composição por justaposição; Derivação prefixal; Derivação sufixal; Derivação parassintética; Derivação regressiva; Derivação imprópria); Estrutura das palavras (Prefixos; Sufixos; Radicais gregos e latinos; Desinências nominais e verbais); Classes gramaticais; Substantivos; Artigos; Numerais; Pronomes; Verbos (Classificação; Tipos; Flexões; Conjugações; Modos Verbais; Formas nominais; Locuções; Vozes Verbais; Aspectos Verbais); Advérbios; Preposições; Conjunções; Interjeições. Sintaxe: Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Transitividade verbal; Tipos de frases; Período simples e período composto; Tipos de discurso; Concordância; Regência. Semântica: Significação das palavras; Conotação e denotação; Sentido próprio e figurado; Palavras cognatas; Campo lexical e campo semântico. Estilística: Linguagem, língua e fala; Níveis da linguagem; Variações linguísticas; Sincronia e diacronia; Linguagem formal e informal; Linguagem coloquial; Linguagem verbal e não-verbal; Funções da linguagem; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Estrangeirismos; Neologismos; Arcaísmos; Pragmática. Redação: Texto; Tipo de texto; Gêneros textuais; Produção de texto; Interpretação de texto; Intertextualidade; Citações.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números primos. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, volume, capacidade e tempo. Porcentagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais e reais. Fatoração e números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Porcentagem e regras de três simples. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Fundamentos de matemática. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações. Expressões matemáticas. Funções de 1º e 2º graus. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Sistema de medidas:



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



comprimentos, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Estatística: noções básicas, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem, potenciação e raiz quadrada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

Bibliotecário (Cargo 01)

Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: conceituação, princípios e evolução. A biblioteca no contexto acadêmico: conceito e funções, missão, estrutura organizacional e operacional. Planejamento, gestão, organização, controle e avaliação. Projetos, relatórios, manuais de serviço e procedimento. Princípios, métodos e processos de qualidade aplicados à gestão da biblioteca e seus serviços. Comunicação: produtos de divulgação. Marketing em unidades de informação. Ambiente tecnológico: tecnologias da informação aplicadas à gestão de acervos bibliográfico e documental. Sistemas eletrônicos de empréstimo de documentos e preparo do documento para empréstimo. Usuário: caracterização, políticas e processos de inserção no ambiente informacional; capacitação e desenvolvimento de competência informacional do usuário. O profissional bibliotecário, regulamentação do exercício profissional e a ética profissional. Meios e processos de comunicação científica. Ação cultural. Direitos autorais. Desenvolvimento de coleção: recursos impressos e eletrônicos. Políticas de seleção, aquisição e avaliação de coleções. Conservação e preservação de documentos. Sistemas de Segurança do acervo. Organização, tratamento e recuperação da informação em suportes diversos: Catalogação descritiva. Classificação: CDD e CDU. Tabela de notação de autor (Cutter e PHA). Indexação de documentos. Linguagens de indexação. Web semântica: ontologias e taxonomias. Serviço de Referência: funções, fontes de informação, estratégia de busca e recuperação da informação. Usuários: meios, métodos e modelos de busca e recuperação da informação e de disseminação da informação. Comutação bibliográfica. Normatização de trabalhos acadêmicos. Noções de bibliometria, infometria e cienciometria. Acesso à informação pública. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Manual de Redação da Presidência da República. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Fonoaudiólogo (Cargo 02)

Fonoaudiologia: Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertencentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral. Desenvolvimento da linguagem escrita: Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção de Saúde. Política Nacional de Humanização. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Nutricionista (Cargo 03)

Nutricionista: Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle - APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição,





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Políticas públicas em alimentação e nutrição. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção de Saúde. Política Nacional de Humanização. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Odontólogo (Cargo 04)

Odontologia Básica: Formação e composição da saliva. Etiologia e comportamento da cárie dental. Filosofia de tratamento integral. Noções de microbiologia bucal, placa dental, saliva, dieta, higiene bucal. Quimioprofilaxia da cárie dentária. Risco de cárie e atividade cariogênica. Diagnóstico e prognóstico de cárie. Métodos e mecanismos de ação do flúor. Plano de tratamento integrado em odontologia. Biossegurança em odontologia. Processo saúde doença. Promoção e educação em saúde. Exercício ético e legal da odontologia no Brasil. Periodontia: Epidemiologia da doença periodontal. Anatomia do periodonto. Patogenia da doença periodontal. Inter-relação periodontia e demais áreas da odontologia. Cirurgia periodontal. Odontopediatria: Características da Infância à adolescência e suas dinâmicas de mudanças. Patologias e anomalias em Odontopediatria. Uso de antimicrobianos. Hábitos bucais. Morfologia da superfície oclusal. Trauma dental na dentição decídua. Controle da dor e tratamentos indicados aos pacientes odontopediátricos. Abordagens preventivas e clínicas em odontopediatria. Doenças bucais e manifestações orais sistêmicas. Tratamento não invasivo. Odontogeriatrics: Processo de envelhecimento. Odontologia geri-átrica. Aspectos psicológicos relacionados o idoso. Atenção de saúde ao idoso. Dentística Restauradora: Propriedades, indicações e técnicas e uso das resinas compostas, amálgamas e cimento ionômeros de vidro. Restaurações diretas em dentes anteriores fraturados. Noções de oclusão e procedimentos clínicos de tratamento das disfunções. Abordagem de dentes tratados endodonticamente. Sistemas adesivos odontológicos. Clareamento de dentes vitais e não vitais. Psicologia na Odontologia: Formação de vínculo no atendimento odontológico. Relação paciente profissional. Controle do comportamento. Desenvolvimento humano. Dinâmica familiar. Conceitos de stress e sua relação com a saúde bucal. Farmacologia: Farmacologia aplicada ao atendimento odontológico e suas implicações clínicas. Farmacologia geral. Princípios gerais do uso correto de fármacos para o tratamento da dor. Anestésicos locais. Antimicrobianos de uso corrente em odontologia. Endodontia: Métodos de diagnóstico. Materiais para a proteção do complexo dentino-pulpar. Tratamento conservador da polpa dentária. Traumatismos alvéolo-dentário. Doenças da polpa e periápice. Urgências em endodontia. Exodontia: Anatomia aplicada. Indicações e contra-indicações. Exames complementares. Assepsia e barreiras de proteção. Técnicas Operatórias. Pós-operatório em exodontia. Patologia Bucal: Tumores benignos e malignos da cavidade bucal, suas incidências, características clínicas, tratamento e prognóstico. Lesões cancerizáveis. Lesões císticas. Epidemiologia. Infecções bacterianas. Doenças fúngicas e protozoárias. Infecções virais. Patologia das glândulas salivares. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção de Saúde. Política Nacional de Humanização. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Políticas de descentralização e atenção





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



primária à Saúde. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Psicólogo (Cargo 05)

Psicologia: Histórico da Psicologia. Métodos da Psicologia. O Arco reflexo. A Inteligência. A Motivação e a Aprendizagem. O processo de aprendizagem segundo Piaget. A Personalidade. A sensação e a percepção. A Psicanálise. O Gestalt – Terapia. O Behaviorismo. Os testes psicológicos. Etiologia das Deficiências Mentais. Desordens da Personalidade. Deficiências Mentais. Conhecimentos em Psicomotricidade. Psicoterapia de grupo. Desenvolvimento infantil. Psicoterapia Breve. Orientação Familiar. Seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista. Testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento. Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho. Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional. Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas. Qualidade de vida no trabalho. Saúde coletiva: políticas de saúde mental. Saúde mental e trabalho. Gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção de Saúde. Política Nacional de Humanização. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Médico Especialista II - Pediatra (Cargo 06)

Pediatrica: Condições de Saúde da Criança Brasileira. Organização da atenção à criança. Alimentação da criança. O recém-nascido normal e patológico. Programa de imunização. Crescimento e desenvolvimento. Desnutrição protéico-calórica. Anemias na infância. Diarreia aguda e crônica na criança. Cardiopatias na criança. Doenças respiratórias na criança. Doenças no trato genitourinário na criança. Doenças auto-imunes e colagenoses na criança. Doenças infecto-contagiosas mais frequentes na criança. Parasitoses intestinais. Dermatoses mais frequentes na criança. Convulsões na criança. Principais problemas ortopédicos na criança. Diagnóstico diferencial e procedimentos frente aos sinais e sintomas mais frequentes na criança. Patologias cirúrgicas mais frequentes na criança. Insuficiência Cardíaca. Choque. Ressuscitação cardiopulmonar. Cetoacidose diabética. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. Abordagem da criança politraumatizada. Síndrome de Maltreated. Estatuto da criança e do adolescente, Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Avaliação e tratamento das anemias. Avaliação da leucocitose e leucopenia. Doenças do metabolismo: obesidade. Anorexia nervosa e bulimia. Desordens do metabolismo dos lipídeos. Doenças endocrinológicas: doenças da tireóide. Diabetes mellito. Hipoglicemia e insuficiência adrenal. Doenças musculoesqueléticas e do tecido conectivo: avaliação e tratamento do paciente com doença reumática. Artrite reumatóide. Lúpus eritematoso sistêmico. Espondiloartropatias. Síndrome do anticorpo-fosfolípide. Esclerose sistêmica. Osteoartrites. Gota e desordens do tecido mole não articular. Doenças ósseas e do metabolismo ósseo: osteoporose. Doenças da paratireoide e distúrbios do cálcio. Doenças infecciosas. Doenças neurológico-psiquiátricas: avaliação do paciente neurológico. Desordens da consciência. Demência e distúrbios de memória. Doenças cerebrovasculares. Cefaléias. Avaliação das síncope. Miastenia gravis. Doença de Parkinson. Diagnóstico diferencial da síndrome convulsiva. Distúrbios ansiosos e depressão. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS 01/02. Estratégia de Saúde da Família - ESF. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Diretrizes e bases da implantação do SUS. Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Reforma Sanitária e Modelos Assistenciais de Saúde - Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Ênfase em saúde coletiva. Doenças de notificação compulsória. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**Assistente Administrativo (Cargo 07)**

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Arquivamento. Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações). Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão). Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Manual de Redação da Presidência da República. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Técnico em Enfermagem (Cargo 08)

Enfermagem: Exercício profissional de enfermagem, Higiene das mãos, Verificação de medidas antropométricas, Verificação de Sinais Vitais, Preparo e Administração de Medicamentos, Fluido terapia, Oxigênio terapia, Nebulização, Teste de Glicemia Capilar, Coleta de material para exame laboratorial, Calendário Vacinal, Curativos, Retirada de Pontos, Aspiração de secreções, Posicionamento do paciente acamado e mudança de decúbito, Limpeza, Desinfecção e Esterilização de Materiais. Assistência de enfermagem à saúde da criança, Assistência de enfermagem à saúde do adolescente, Assistência de enfermagem à saúde da mulher, Assistência de enfermagem à saúde do adulto, Assistência de enfermagem à saúde do idoso. Assistência em enfermagem nas situações de Urgência e Emergência neonatais, pediátricas, ginecológicas e obstétricas, psiquiátricas, trauma, cardiovasculares, respiratórias e metabólicas. Programa de Suplementação Alimentar – PSA. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Promoção de Saúde. Política Nacional de Humanização. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Reforma Sanitária e Modelos Assistenciais de Saúde - Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Doenças de notificação compulsória. Preenchimento de Declaração de Óbito. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Atendente de Saúde Pública (Cargo 09)

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Arquivamento. Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações). Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão). Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Manual de Redação da Presidência da República. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Auxiliar de Serviços Gerais (Cargo 10)

Atividades específicas teóricas inerentes ao emprego. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Guarda e conservação de alimentos. Controle de estoque de materiais de limpeza e de cozinha. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Noções básicas sobre segurança no trabalho. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



Motorista (Cargo 11)
Operador de Máquina I (Cargo 12)
Operador de Máquina II (Cargo 13)

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Noções básicas sobre segurança no trabalho. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS****REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL****OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____ inscrito (a) no
Concurso Público nº 01/2020 do Município de Águas Mornas, inscrição nº _____,
concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____
portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na
_____, - _____ nº _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado
_____, CEP: _____, requer: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____
CID nº: _____
Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas**a) () Prova Ampliada**

Especificar: () Fonte Arial 16 pontos ou () Fonte Arial 20 pontos

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Águas Mornas/SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Município de Águas Mornas/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 30 de 44



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Concurso Público n.º 01/2020
 Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO III - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
05/06/2020	Publicação do Edital.
08/06/2020	Prazo para contestação do Edital
09/06/2020	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
08/06/2020 - 08h00min à 07/07/2020 - 17h00min	PRAZO ESTABELECIDO PARA: <ul style="list-style-type: none"> • Realizar as Inscrições. • Protocolar o Requerimento de Condição Especial de Prova. • Protocolar o Requerimento de Vaga Especial. • Protocolar o Requerimento de Condição de Jurado.
07/07/2020	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
Até 30/06/2020	Prazo para protocolar o Requerimento de Isenção.
02/07/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
03/07/2020	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
06/07/2020	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
08/07/2020 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
09/07/2020 - 08h00min à 10/07/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova, contra o indeferimento de inscrição para vaga especial e contra o indeferimento da condição de jurado.
13/07/2020	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais e Horários de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
19/07/2020	Data da Prova Escrita e da Prova Prática
20/07/2020 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
20/07/2020 - 08h00min à 20/01/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 30/07/2020 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo destinado para apresentação de recursos contra o resultado da: <ul style="list-style-type: none"> • Classificação Provisória. • Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Concurso Público nº 01/2020.

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries, da situação da pandemia da COVID-19 e por decisão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças ou da Comissão Avaliadora, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

- 1.1.** O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. ELETRÔNICA:** Deve ser utilizado o formulário eletrônico disponível no site www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da “Área do Candidato”, na opção “Recursos”. O acesso ao ambiente restrito (login) já supere os requisitos 1 a 4 no Item 10.2.1 do Edital, devendo o impetrante atender apenas aos requisitos 6 e 7.
- 1.3. FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.2.1 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11.3.3 do Edital.

À
Comissão de Avaliação do Concurso Público nº 01/2020
ÁGUAS MORNAS/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT - NBR 6023):

Águas Mornas/SC, ____ de ____ de 2020.

(assinatura do candidato)



Município de Águas Mornas/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 32 de 44



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

- 1.1.** Os demais recursos previstos no Item 10.1 deste edital, com a exceção ao recurso relacionado com questão de prova, pode ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. ELETRÔNICA:** Deve ser utilizado o formulário eletrônico disponível no site www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", na opção "Recursos". O acesso ao ambiente restrito (login) já supere os requisitos de identificação do impetrante, devendo apenas ser apresentados os seus argumentos.
- 1.3. FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11.3.3 do Edital.
- 1.4. IMPUGNAÇÃO DE ITENS DO EDITAL:** Deve ser efetuado o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, conforme disciplinado pelo Item 15.16 do Edital, efetuando o protocolo pelo meio determinado pelo Item 11.2 do Edital.

À

Comissão de Avaliação do Concurso Público n.º 01/2020

ÁGUAS MORNAS/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso e/ou Impugnação:

<input type="checkbox"/>	Itens do Edital
<input type="checkbox"/>	Cancelamento/Indeferimento de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Classificação Provisória
<input type="checkbox"/>	Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
<input type="checkbox"/>	Indeferimento ao pedido de Condição Especial de Prova
<input type="checkbox"/>	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Águas Mornas/SC, ____ de ____ de 2020.

(assinatura do candidato)



Município de Águas Mornas/SC: Concurso Público n.º 01/2020

Página 33 de 44



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Bibliotecário (Cargo 01)

Executar os serviços de registro, catalogação e classificação de livros, folhetos, periódicos, outros materiais especiais (mapas, filmes etc.) utilizando sistemas específicos para armazenamento e recuperação de informações, colocando-as à disposição dos usuários; Executar serviços de indexação de jornais com matérias de interesse da Administração Municipal; Organizar fichários, catálogos e índices, utilizando ficha padrão para possibilitar busca e recuperação da informação; Efetuar quadro estatístico do movimento da biblioteca; Atender e manter atualizado o controle de pedidos e empréstimos de livros; Supervisionar os trabalhos de encadernação, restauração de livros e demais documentos, prestando orientação técnica para assegurar a conservação do material bibliográfico; Contatar com escolas, postos de saúde e demais setores da municipalidade, visando assessorar o encaminhamento das atividades de rotina, com subsídios bibliográficos ou documentais; Coordenar a realização de cursos para dinamizadores e professores, visando o uso adequado do acervo; Manter intercâmbio de informações com pessoas e órgãos relacionados à área; Auxiliar na Promoção de concursos literários na área de educação e contribuir com as demais atividades educativas na área de saúde e meio ambiente, através de documentação pertinente; Elaborar projetos para a criação, ampliação ou organização de bibliotecas nos diversos órgãos municipais; Implementar métodos de disseminação da informação, visando o estímulo ao hábito da leitura e ao uso da comunicação técnico-científica; Coordenar a distribuição do acervo bibliográfico, mobiliário e material de consumo para bibliotecas dinamizadas; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Fonoaudiólogo (Cargo 02)

Prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes; Avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; Elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; Desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; Avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à fonoaudiologia; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendimento à criança e ao adolescente; Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Trabalhar segundo normas técnicas de biosegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Nutricionista (Cargo 03)

Elaborar cardápios dentro dos padrões exigidos pelo MEC; aplicar testes de aceitabilidade quando for introduzir novos alimentos; verificar nas unidades educacionais o cumprimento do cardápio aprovado, a qualidade dos serviços oferecidos, a quantidade entregue e a aceitação por parte do alunado; avaliar alunos portadores de



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



patologias e encaminhar dieta adequada para atendimento de suas necessidades; desenvolver e executar projetos de educação escolar e nutricional para serem aplicados à comunidade escolar; articular-se com a equipe pedagógica da Rede Municipal de Ensino para planejamento de atividades de educação alimentar; interagir com o Conselho de Alimentação Escolar no exercício das atividades de fiscalização, orientando o cumprimento das exigências do Programa de Alimentação Escolar; elaborar capacitações para manipuladores de alimentos; orientar o correto armazenamento e o controle dos estoques de gêneros alimentícios e materiais de limpeza nas unidades educacionais; capacitar estagiários de ensino médio para atividades de supervisão nas cozinhas das unidades educacionais; acompanhar os trabalhos realizados pelos técnicos das empresas terceirizadas contratadas para o fornecimento da alimentação escolar transportada; realizar atividades educativas na comunidade escolar, também extensiva às famílias dos alunos; executar outras atividades afins e correlatas; outras atividades correlatas.

Odontólogo (Cargo 04)

1. Prestar atendimento odontológico aos munícipes, objetivando prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções dos dentes e da boca e melhorar a estética bucal; 2. Realizar exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presença de cáries e outras afecções; 3. Priorizar o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor; 4. Identificar as afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento; 5. Efetuar administração de anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento; 6. Efetuar restaurações, extrações, limpeza profilática, selantes aplicação de flúor e demais procedimentos necessários; 7. Realizar a limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraíndo o tártaro para eliminar a instalação de focos de infecção; 8. Substituir ou restaura partes da coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas para completar ou substituir o órgão dentário; 9. Orientar os pacientes quanto os cuidados com a higiene bucal; 10. Prescrever ou administrar medicamentos para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou tratar de infecções da boca e dentes; 11. Participar da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos; 12. Registrar os dados coletados lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento; 13. Prescrever medicamentos quando necessário; 14. Providenciar o preenchimento das fichas e relatórios informando as atividades dos serviços prestados; 15. Aconselhar os pacientes quanto aos cuidados de higiene, orientando-os na proteção dos dentes e gengivas; 16. Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; 17. Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato. 18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 19. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 20. Executar outras atividades correlatas.

Psicólogo (Cargo 05)

Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores; Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal; Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores; Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho; Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido; Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem; Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores; Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento; Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos; Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde; Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental; Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos; Participar na realização de diagnóstico de comunidade; Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas; Participar de estudos de ervas medicinais; Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas; Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade; Participar de estudos de técnicas grupais; Supervisionar as atividades de estagiários de psicologia; Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**Médico Especialista II - Pediatra (Cargo 06)**

1. Planejar, organizar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades relacionadas ao atendimento a pacientes, estabelecendo diagnóstico, conduta terapêutica, clínica e/ou cirúrgica, na área de Pediatria, observando o contido no Código de Ética Médica; 2. Prestar consulta médica aos munícipes, procedendo anamnese e exames no intuito de diagnosticar situações de doença, bem como prescrever pedidos de exames ou uso de medicamentos ou outras providências que julgar necessárias para restabelecer ou manter a sua saúde; 3. Exercer sua função de acordo com sua qualificação e/ou especialização desenvolver atividades de cunho preventivo, tais como campanha de vacinação, palestras, coordenar grupos de discussão de moléstias, realizar jornadas, seminários ou assemelhados; 4. Realizar atividades técnico-administrativas que se fizerem necessárias para a eficiência e eficácia das ações que visam o tratamento médico e a proteção da saúde individual e coletiva; 5. Participar de programas de treinamento; 6. Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Pediatria; 7. Realizar atendimento em serviços de emergência pediátrica e unidades de internação pediátrica; 8. Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral; 9. Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença; 10. Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral; 11. Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade; 12. Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde; 13. Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais); 14. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 16. Executar tarefas correlatas.

Assistente Administrativo (Cargo 07)

Exercer atividades qualificadas de nível médio envolvendo supervisão, orientação, análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos relacionados a pessoal, suprimento, material, transporte, secretaria, bibliotecas e outras atividades, visando o desenvolvimento, cumprimento e aprimoramento de rotinas e procedimentos administrativos; Executar trabalhos de digitação por instrumento próprio de textos, tabelas, manuais, projetos de leis, entre outros; Realizar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet; Recepcionar agentes públicos, munícipes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados; Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo; Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos; Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais; Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente; Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral; Analisar projetos e instrumentalizar seu desenvolvimento; Operar adequadamente equipamentos de sonorização; Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples; Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições; Informar processos administrativos; Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços; Assistir Superiores; Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades; Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas; Efetuar a apuração, levantamento e registro de patrimônio; Se necessário, prover através do sistema bancários a movimentação financeira dos valores dispendidos para pagamentos, conjuntamente com seu devido registro no sistema de referência; Proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de Caixa e Bancos, controlando o movimento das contas bancárias, através do sistema informatizado; Efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção à rentabilização dos valores; Conferir a folha de salarial, conjuntamente com o pagamento dos encargos dos servidores e dos agentes políticos do Poder Legislativo; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; Executar tarefas correlatas.

Técnico em Enfermagem (Cargo 08)

Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados; Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento; Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem; Participar da programação da assistência de enfermagem; Participar da orientação e supervisão





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares; Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos; Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros; Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade; Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade; Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde; Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor; Participar da equipe de saúde, inclusive quando da realização de Programas Federais (ESF) e também no SAMU; Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem; Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Atendente de Saúde Pública (Cargo 09)

Desenvolver atividades de natureza operacional, abrangendo serviços referentes à realização de exames, manutenção e esterilização de equipamentos, inclusive na área odontológica; Desenvolver atividades auxiliares de enfermagem simplificada, abrangendo serviços relativos aos cuidados de saúde do indivíduo, família e comunidade, visando a promoção, proteção e recuperação da saúde. Orientar e vistoriar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária; Promover a educação sanitária e ambiental; Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Auxiliar de Serviços Gerais (Cargo 10)

Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó; Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros; Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário; Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; Preparar e servir chá, café ou água; Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde; Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico; Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas; Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas; Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando; Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha; Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado; Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos; Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais; Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral; Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal; Preparar e servir refeições, conforme



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



instruções e cardápios pré-estabelecidos; Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha; Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha; Elaborar pedidos de material para merenda; Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle; Receber, guardar os alimentos recebidos; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Motorista (Cargo 11)

Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos, veículos de ambulância, veículos de transporte coletivo de pessoas, caminhões e caçambas; Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza; Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva; Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município; Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município; Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes; Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos; Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância; Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar tarefas correlatas.

Operador de Máquina I (Cargo 12)

Efetua operações de máquinas agrícolas, acionando comandos no processo de arar, gradear e roças a terra, por meios mecânicos, favorecendo o processo de plantio e fornecendo apoio aos pequenos e médios produtores. Opera tratores e reboques montados sobre rodas, para carregamento e descarregamento de materiais, roçadas de terreno, preparo da terra e desobstrução de vias públicas. Observa as condições do trator no que se refere à manutenção, verificando pneus, combustível, entre outros elementos do veículo; Executa serviços de terraplanagem, tais como remoção, distribuição nivelamento de superfícies, cortes de barrancos, acabamento e outros. Providenciar controle de abastecimento, controle das revisões e manutenção preventiva; Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Operador de Máquina II (Cargo 13)

Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura, tais como: pá carregadeira, retroescavadeira, motoniveladora, tratores de terraplanagem, entre outras máquinas pesadas; Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo; Ajudar na carga e descarga, quando necessário; Espalhar terra, areia, pedra, brita e asfalto; Abrir e limpar valas e canais para a melhoria dos sistemas de drenagem, e nos serviços de rompimento de pedras; Providenciar controle de abastecimento, controle das revisões e manutenção preventiva; Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO VII - REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO DE JURADO****REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO DE JURADO (CRITÉRIO DE DESEMPATE)**

_____ inscrito (a) no
Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Águas Mornas, inscrição n.º _____,
concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____
portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na
_____, - _____ n.º _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado
_____, CEP: _____, requer o direito de preferência como critério de desempate,
na condição de jurado conforme estabelecido no Art. 440 do Código de Processo Penal
(Decreto Lei n.º 3.689/1941).

DECLARO ter plena ciência que serão aceitos apenas certidões, declarações, atestados ou outro documento público expedido pela Justiça Estadual e Federal do país, que ateste claramente o exercício da função de jurado, conforme determinado pela atual redação do Art. 440 do Código de Processo Penal (Com a redação dada pela Lei Federal 11.689/200808).

DECLARO que entreguei na data abaixo, os documentos comprobatórios da condição de jurado, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão de Avaliação do Concurso Público, estando ciente das sanções civis e criminais, bem como da eliminação do presente certame, em caso de apresentação de documento inidôneo (falsidade ideológica).

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Águas Mornas/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

_____ inscrito (a) no
Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Águas Mornas, inscrição n.º _____,
concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º
_____ portador do documento de identidade n.º _____,
residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado _____,
CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme **Item 4** deste
Edital:

(Assinale apenas UMA opção)

1) (☐) **DOADOR DE SANGUE**

Anexar: *Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 2 (duas) doações nos últimos 12 meses.*

2) (☐) **DOADOR DE MEDULA ÓSSEA**

Anexar: *Comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.*

Declaro estar ciente que se beneficiado com a isenção do pagamento da taxa de inscrição e vier a faltar em qualquer das etapas do certame, deverei justificar a ausência, no mesmo prazo destinado ao recurso do resultado da etapa, sendo que a não justificativa da ausência importará no lançamento da taxa de inscrição correspondente na dívida ativa municipal, estando sujeito aos trâmites normais de cobrança de receitas municipais não quitadas.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Águas Mornas/SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) Candidato (a)





Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO IX - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (Motorista)

- 1.1. A prova prática de condutor consiste na avaliação negativa do candidato em relação às normas de trânsito vigente - CTB - Lei 9503/97, onde ao realizar determinado percurso, utilizando qualquer veículo que se enquadre nas atribuições do cargo, serão efetuadas **"perdas de pontos"**, de acordo com a(s) eventual(ais) ocorrência(s), constatadas pelo avaliador. Nesta técnica, sempre se parte da pontuação máxima, efetuando descontos abaixo relacionados, obtendo a nota final do candidato.
- 1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.
- 1.3. Para a realização da prova, os candidatos os cargos de **Motorista (Cargo 11)** devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**
- 1.4. Os candidatos serão alocados em sala ou local sem comunicação externa, durante o período de realização das provas, sendo submetidos à varredura eletrônica assim de seu ingresso, com os mesmos procedimentos de prova previstos no item 5 deste edital.
- 1.5. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Águas Mornas/SC ou da NBS PROVAS, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.
- 1.6. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.
- 1.7. Não é permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico durante a realização da prova (celular, GPS, rádios e equipamentos similares), tampouco sua posse, mesmo que desligado, sob pena de eliminação do certame, além das demais sanções aplicáveis.
- 1.8. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independente de seu desempenho nas demais etapas.
- 1.9. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.
- 1.10. A prova prática constará em se percorrer um percurso previamente definido pela equipe de aplicação da prova prática, onde serão avaliadas todas as situações normais de trânsito, representada pela tabela abaixo, onde poderão ser propostas: paradas, estacionamentos, vias, dentre outros itens comuns ao desempenho da função:



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Concurso Público n.º 01/2020
 Publicação Legal: Edital de Abertura


Faltas Eliminatórias (REPROVAÇÃO):

- a) Avançou a via preferencial; SIM () NÃO ()
- b) Entrou na contramão; SIM () NÃO ()
- c) Excedeu a velocidade indicada para a via; SIM () NÃO ()
- d) Avançou sobre o meio-fio; SIM () NÃO ()
- e) Provocou acidente durante a realização do exame; SIM () NÃO ()
- f) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima; SIM () NÃO ()

Faltas Graves (PERDA DE 1,0 PONTOS POR ITEM):

- a) Desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; SIM () NÃO ()
- b) Utilizou o cinto de segurança de modo correto, antes da movimentação do veículo; SIM () NÃO ()
- c) Não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção; SIM () NÃO ()
- d) Não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo; SIM () NÃO ()
- e) Não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente; SIM () NÃO ()
- f) Perdeu o controle da direção do veículo em movimento; SIM () NÃO ()
- g) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Faltas Médias (PERDA DE 0,5 PONTO POR ITEM):

- a) Executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre; SIM () NÃO ()
- b) Trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; SIM () NÃO ()
- c) Interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova; SIM () NÃO ()
- d) Fez conversão incorretamente; SIM () NÃO ()
- e) Desengrenou o veículo nos declives; SIM () NÃO ()
- f) Colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias; SIM () NÃO ()
- g) Usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens; SIM () NÃO ()
- h) Entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro; SIM () NÃO ()
- i) Engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso; SIM () NÃO ()
- j) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Faltas Leves (PERDA DE 0,25 PONTO POR ITEM):

- a) Provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado; SIM () NÃO ()
- b) Ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor; SIM () NÃO ()
- c) Não ajustou devidamente os espelhos retrovisores; SIM () NÃO ()
- d) Apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; SIM () NÃO ()
- e) Utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo; SIM () NÃO ()
- f) Deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada; SIM () NÃO ()
- g) Tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro; SIM () NÃO ()
- h) Acendeu corretamente as luzes do veículo; SIM () NÃO ()
- i) Abriu corretamente as portas do veículo (somente para ônibus); SIM () NÃO ()
- j) Cometeu qualquer outra infração de natureza leve ou deixou de fazer qualquer das verificações prévias no veículo de prova. SIM () NÃO () Quantidade: ()



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO X - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (Operadores)

- 1.1. A prova prática consiste em executar atividades inerentes a função, conforme atribuições do cargo, definidas no **Anexo VI**. A avaliação será realizada considerando desempenho do candidato na tarefa que irá executar, dentro das normas técnicas, considerando o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.
- 1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.
- 1.3. Para a realização da prova, os candidatos aos cargos de **Operador de Máquina I (Cargo 12)** e **Operador de Máquina II (Cargo 13)** devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**
- 1.4. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Águas Mornas/SC ou da NBS PROVAS, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.
- 1.5. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Em relação ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, o candidato terá no máximo 3 (três) tentativas de operação.
- 1.6. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independentemente de seu desempenho nas demais etapas.
- 1.7. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.
- 1.8. A avaliação consistirá na execução de serviços compatíveis com as atribuições da função, podendo ou não contar com a operação de equipamentos / maquinários, na execução de uma tarefa determinada pelo avaliador, bem como as prévias vistorias/conferências do local de trabalho, de acordo com as atribuições inerentes à cada cargo.
- 1.9. A tarefa proposta será apresentada pelo avaliador no momento da prova prática e o candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 2,00 por cada falta cometida, conforme os seguintes fatores a serem avaliados:
 - I. **Apresentação (asseio, higiene pessoal e vestimentas), uso de EPIs:**
 - Item 01 (-0,25);
 - Item 02 (-0,25);
 - Item 03 (-0,25);
 - Item 04 (-0,25);



Estado de Santa Catarina
Município de Águas Mornas
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Edital de Abertura



II. Organização do trabalho e uso correto dos equipamentos:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);

III. Execução da tarefa proposta:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);
- Item 05 (-1,00);
- Item 06 (-1,00);
- Item 07 (-2,00);

1.10. Fazem parte dos critérios de avaliação, definidos nos itens de avaliação anteriores:

- a) Aproveitamento do Equipamento e Produtividade;
- b) Técnica/Aptidão/Eficiência.

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2513098



Estado de Santa Catarina

Município de Águas Mornas**Secretaria Municipal de Administração e Finanças****Concurso Público n.º 01/2020****Publicação Legal: Edital de Abertura**

O **Município de Águas Mornas**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao **CONCURSO PÚBLICO n.º 01/2020**, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.º 17/2015, Lei Complementar Municipal n.º 18/2015, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital. **Cargos:** Bibliotecário; Fonoaudiólogo; Nutricionista; Odontólogo; Psicólogo; Médico Especialista II - Pediatra; Assistente Administrativo; Técnico em Enfermagem; Atendente de Saúde Pública; Auxiliar de Serviços Gerais; Motorista; Operador de Máquina I; Operador de Máquina II. **Das inscrições:** As inscrições serão realizadas de **08 de junho a 07 de julho de 2020** exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico www.nbsprovas.com.br. **Provas:** As provas serão aplicadas no dia **19 de julho de 2020** (Prova Escrita e Prova Prática), podendo sofrer alteração diante da situação da pandemia da COVID-19. O Edital e mais informações poderão ser obtidos no Município de Águas Mornas (SC), no site www.aguasmornas.sc.gov.br bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Águas Mornas (SC), 05 de junho de 2020. Sr. OMERO PRIM. Prefeito Municipal; Toni Vidal Jochem Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Município de Águas Mornas/SC: Concurso Público n.º 01/2020**

Página 1 de 1

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PR31/2020

Publicação Nº 2513547



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista
Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
1972-4383-021

Página
1 / 1

Licitação Deserta

Licitação: PR31/2020
Modalidade: Pregão
Julgamento: Por Item

Data: 02/06/2020
Seqüência: 64197
Valor total estimado: R\$ 21.135,00

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de lavação de veículos e máquinas da Frota Municipal.
Observação: Nenhuma empresa protocolou envelopes para participação do certame

Itens				Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Quantidade	Un. medida	Material/Serviço	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00
2	15,00	UN	8692 - Lavagem Completa de Retroscavadeira, Escavadeira Hidráulica	R\$ 100,00	R\$ 800,00
3	8,00	UN	8683 - Lavagem Completa de Caminhão simples (Toco)	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
4	20,00	UN	8682 - Lavagem Completa de Caminhão Caçamba trucado	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
5	20,00	UN	8693 - Lavagem Completa de Trator Agrícola	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
6	25,00	UN	8687 - Lavagem Completa de Gaiola Agrícola, Ensladeira, Pipa	R\$ 50,00	R\$ 550,00
7	11,00	UN	8694 - Lavagem Completa de Veículo Toyota e F 350	R\$ 50,00	R\$ 3.750,00
8	75,00	UN	8681 - Lavagem Completa de Ambulâncias e Master	R\$ 25,00	R\$ 3.775,00
9	151,00	UN	8695 - Lavagem Completa de veículos Leves (carros de Passeio, Savei	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
10	12,00	UN	8690 - Lavagem Completa de Ônibus	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
11	25,00	UN	8688 - Lavagem Completa de Micro Ônibus	R\$ 75,00	R\$ 900,00
12	12,00	UN	8686 - Lavagem Completa de Carreta Agrícola	R\$ 15,00	R\$ 90,00
13	6,00	UN	8689 - Lavagem Completa de Motocicleta (moto)	R\$ 20,00	R\$ 600,00
14	30,00	UN	8696 - Lavagem Externa de veículos Leves (carros de Passeio, Saveir	R\$ 80,00	R\$ 320,00
15	4,00	UN	20694 - Lavagem Completa de Ensladeira Automotriz	R\$ 25,00	R\$ 50,00
20695 - Lavagem Completa de Rocadeira Acoplada em Trator					
Total geral (R\$):					R\$ 21.135,00

Nota: NENHUMA EMPRESA PROTOCOLOU DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CERTAME.

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

PREGÃO PRESENCIAL 40/2020

Publicação N° 2513316

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR40/2020, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para possível aquisição de materiais elétricos, destinado as unidades administrativas municipais.

Data de entrega dos envelopes: 03/07/2020 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Data de abertura dos envelopes: 03/07/2020 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 04 de junho de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 219/2020

Publicação Nº 2513709

PORTARIA nº. 219/2020
De, 04 de junho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para as servidoras ocupantes dos cargo de Professora de Ensino Fundamental e Professora de Creche, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura, conforme descrito abaixo.

Nome	Cargo	Período
Ivone Maria Rizzotto Kraemer	Segunda Professora - Turma 201 - CMEIF	01/06/2020 a 30/06/2020
Lucia Anita Foresti Cocco	Segunda Professora - Turma 502 - CMEIF	01/06/2020 a 30/06/2020
Marcia Back	Segunda Professora - Turma 602 - CMEIF	01/06/2020 a 30/06/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 04 de junho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 220/2020

Publicação Nº 2513716

PORTARIA nº. 220/2020
De, 04 de junho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 15 (quinze) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 15 (quinze) dias, para o servidor Público Senhor Ivo Antônio Appio, ocupante do

cargo de Operador I, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura, a ser gozada no período de 04/06/2020 à 18/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.

Em, 19 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantú – Agente Administrativo

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 52/2020

Publicação Nº 2514204

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 052/20
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001268 de 10 de Dezembro de 2019
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguintes dotações orçamentárias:		
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS			
06.02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS			
15452102.024 - Manutenção e Func. dos Serviços Urbanos			
(157) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicação Direta		R\$	4.700,00
(158) 3.3.90.00.00.00.00.0.3.00 - Aplicação Direta		R\$	779,69
	Total Suplementação	R\$	5.479,69
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação e superávit financeiro, respectivamente por fonte de recurso.		
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.		

Angelina, 04 de junho de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020.

Publicação Nº 2512537

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão presencial no dia 23/06/2020, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: O presente pregão tem como objeto o Registro de Preços para aquisição futura, eventual e parcelada de lubrificantes para as máquinas, caminhões e veículos das diversas secretarias da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 05/06/2020, da seguinte forma: Email: licita@anitapolis.sc.gov.br, na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis e no site da prefeitura: www.anitapolis.sc.gov.br. FONE: (48) 3256-0188. Anitápolis, 04/06/2020. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 017/2020

Publicação Nº 2513370

TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020 - A Prefeitura Municipal de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços no dia 24/06/2020, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de um Galpão Pré-Moldado no Município de Anitápolis, nos termos do Processo Nº 25100.025820/2012-59, que se trata do Convênio 0361/2011 de Sistema de Resíduos Sólidos, celebrado com a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e o Município de Anitápolis, de acordo com Memorial Descritivo, Projetos e demais anexos constantes neste edital. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 05/06/2020, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188, site: www.anitapolis.sc.gov.br e no Email: licita@anitapolis.sc.gov.br. Anitápolis, 04/06/2020. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 034/2020 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 23 DE ABRIL DE 2020 QUE ESTABELECE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2512515

DECRETO Nº 034/2020

Altera o Decreto Municipal nº 029, de 23 de abril de 2020 que estabelece medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º, parágrafo único do Decreto 029, de 23 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º ...

Parágrafo único. As aulas nas unidades de ensino da rede pública municipal permanecem suspensas até o dia 02 de agosto de 2020.

Art. 2º Ficam ratificadas todas as disposições do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 4 de junho de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos § 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 04 de junho de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no órgão oficial do município de anitápolis, em 04 de junho de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 035/2020 AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2513515

DECRETO Nº. 035/2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 452.850,08 (quatrocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta reais e oito centavos), a dotação abaixo relacionada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

14.002.1.052.4.4.90.01.00/149 R\$ 71.318,08

14.002.1.052.4.4.90.01.34/149 R\$ 381.532,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação da fonte de recursos no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 04 de junho de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 04 de junho de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

Antônio Carlos**PREFEITURA****34ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2512943

34ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 05/06/2020 a partir das 7 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

FARMACÊUTICO		
Class.	Candidato	Inscrição
05º	ARTUR RAMOS LIMA	0817
06º	EDSON FERREIRA ROSA	0680

Antônio Carlos, 04 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 069/2020

Publicação Nº 2513026

DECRETO Nº 69/2020

SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, e;

Considerando, o disposto no art. 10, da Lei Federal n. 173, de 27 de maio de 2020, que dispõe: "Art. 10. Ficam suspensos os prazos de validade dos concursos públicos já homologados na data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em todo o território nacional, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União".

DECRETA:

Art. 1ª - Fica suspenso o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2016.

Parágrafo único. O prazo suspenso volta a correr a partir do término do período de calamidade pública.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 4 de junho de 2020.

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

PORTARIA N 333/2020

Publicação Nº 2512766

PORTARIA Nº 333/2020

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 20 dias a servidora FRANCIELLE SCHUTZ, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 30H, a partir de 20 de maio de 2020 a 08 de junho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/05/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 04 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de junho de 2020.

PORTARIA N 334/2020

Publicação N° 2512767

PORTARIA N° 334/2020

Prorroga a Readaptação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 27 da Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar a prorrogação da readaptação do (a) servidor (a) municipal ANDREZA SIMAS LOPES, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme Avaliação Médica realizada pelo perito Dr. Jorge Luiz Tramujas, continuando a exercer a função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 03 de junho de 2020.

Artigo 2º - A readaptação de que trata o artigo 1º desta Portaria, será pelo prazo de 120 dias, podendo ser revisto, revogado ou alterado a qualquer momento, caso haja alteração no quadro clínico do servidor.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/06/2020.

Artigo 4º - Revoga-se a Portaria 294/2013.

Município de Antônio Carlos, em 04 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de junho de 2020.

PORTARIA N 335/2020

Publicação N° 2512768

PORTARIA N° 335/2020

Revoga nomeação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei 558/92 e,

Considerando que a Sra. Amanda Martins, nomeada para o cargo de Médico 40H em 03 de junho de 2020, manifestou sua desistência de tomar posse no respectivo cargo.

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a nomeação da Sra. Amanda Martins para o cargo de Médico 40H, aprovada no Concurso Público do Município de Antônio Carlos, realizado de acordo com o Edital nº 001/2018, nomeada pela Portaria nº 326/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 04 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de junho de 2020.

PORTARIA N 336/2020

Publicação N° 2512770

PORTARIA N° 336/2020

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM 06º LUGAR NO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE MÉDICO, DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal, Geraldo Pauli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), aprovados(a) no Concurso Público nº 01/2018, do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos - SC, em virtude da Homologação de seu resultado publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), Edição Nº 2729 de 15 de janeiro de 2019, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

Inscrição	Nome	Classif.	Cargo
060	JARDEL JACINTO	06º	MÉDICO 40H

Art. 2º - O(a) candidato(a) nomeado(a), na forma do artigo 1º, fica desde já convocado(a) para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerado apto no exame médico de caráter eliminatório segundo o disposto no item 9 do Edital nº 01/2018, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações; bem como mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes do Anexo VI, da Instrução Normativa N.TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), a saber:

I. Comprovação relativa a:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) habilitação exigida no edital;

II. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;**III. Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, número do PIS/PASEP;****IV. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional;****V. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;****VI. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;****VII. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;****VIII. Comprovante de endereço;****IX. Declaração de bens;****X. Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;****XI. Foto 3x4.**

Art. 3º - O não comparecimento do(a) candidato(a) nomeado(a) ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º - Além da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos convocados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município Antônio Carlos - SC, no endereço <http://www.antoniocarlos.sc.gov.br/>.

Art. 5º - O candidato nomeado e empossado submeter-se-á ao Regime Jurídico Único, Estatuto dos Servidores do Município de Antônio Carlos - SC, e demais Leis e Regulamentos municipais em vigor no Município de Antônio Carlos - SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos - SC, 04 de junho de 2020.

Geraldo Pauli

Publicado no DOM em: 05 de junho de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL 10-2020

Publicação Nº 2514280

Prefeitura de Apiúna

Aviso de alteração de edital de licitação – Pregão Presencial nº 10/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TONER OU CARTUCHOS E EQUIPAMENTOS AUXILIARES.

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alteração no edital acima referido. Em virtude da alteração, a data e horário foram modificados. Data e horário de apresentação dos envelopes: até o dia 23 de junho de 2020 às 09:00 horas.

Data e horário de abertura dos envelopes: 23 de junho de 2020 às 09:40 horas.

A sessão pública de abertura e julgamento das propostas de preços e documentos de habilitação, será realizada por videoconferência, em atendimento às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), através do link: <https://join.skype.com/B2IKWhezrW2g> com participação aberta às licitantes e público em geral. Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020

Publicação Nº 2513574

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTES CERTAME

DATA	ATO
05/06/2020	Publicação do Edital
05/06/2020 até 20/06/2020	Período de Inscrições
22/06/2020	Publicação da relação de inscritos e do local de provas
23/06/2020	Prazo para recurso do não deferimento da inscrição
24/06/2020	Homologação das Inscrições
28/06/2020	Realização das provas objetivas
29/06/2020	Publicação do gabarito provisório
30/06/2020	Prazo para recurso da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
01/07/2020	Publicação do julgamento dos recursos, do gabarito definitivo e da classificação provisória
02/07/2020	Prazo para recurso contra notas da prova objetiva e da classificação provisória
03/07/2020	Publicação do julgamento dos recursos
A Partir de 03/07/2020 até 31/07/2020	Publicação da Homologação do resultado final.

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima e salário:

2.1.1. Cargos de nível superior

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO R\$
Farmacêutico	CR	40h	Graduação em Farmácia e registro no conselho profissional	3.734,22
Enfermeiro - PSF	CR	40h	Graduação em Enfermagem e registro no conselho profissional	4.092,06

CR = Cadastro Reserva

2.1.2. Além do vencimento terão os benefícios de insalubridade e auxílio alimentação em conformidade com a previsão legal.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através do site www.apiuna.sc.gov.br as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.5.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.5.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

2.5.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.5.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.5.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.5.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.5.14 - Número da conta corrente;

2.5.15 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;

2.5.16 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

2.5.17 - Declaração de que não sofreu penalidades disciplinares no exercício de função pública, conforme Anexo II deste Edital;

2.5.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;

2.5.19 - Comprovante de endereço;

2.5.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site (www.apiuna.sc.gov.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.2.2. Os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão fazê-lo no endereço:

Local: Secretaria Municipal de Saúde.

Avenida Florianópolis nº 107

Bairro Centro - Apiúna/SC

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo através do site até a data e horário limite para as inscrições.

3.3.1. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos,

comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo Simplificado.

3.5.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo Simplificado poderão ser sanadas através do e-mail saude@apiuna.sc.gov.br ou do telefone (47) 3353-2500 no horário compreendido das 8h às 12h e das 14h às 16:30h

3.6. A Prefeitura Municipal de Apiúna não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas 1 (um) cargo.

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail saude@apiuna.sc.gov.br durante o período de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

3.9.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar este atendimento através do e-mail saude@apiuna.sc.gov.br durante o período de inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

4.1.1. Para os cargos deste edital, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, até o último dia de inscrições, para a Prefeitura Municipal de Apiúna, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, 204, bairro Centro, Apiúna/SC, CEP 89135-000 original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID e Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. A Inscrição será gratuita.

6. DA PROVA OBJETIVA

6.1. PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota mínima de 4,0 (quatro) pontos na nota da prova objetiva.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. A prova objetiva para todos os cargos será realizada em 28 de Junho de 2020, considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 15min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 45min
Início da prova	9h
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	9h e 30min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão resposta.	11h e 00min

6.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8h e 45 minutos, sob qualquer alegação.

6.3. A Prova Objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
	Matemática	5		
	Conhecimentos Gerais	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Específicos do cargo e Legislação	10	0,70	7,00
	TOTAL	25	10,00	

6.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

6.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta:

6.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo Simplificado:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado, bem como consultar livros ou apontamentos;

6.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

6.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

6.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

6.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

6.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado.

6.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

6.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

6.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

6.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

6.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

6.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

6.9.4. A correção das provas será feita através do CARTÃO-RESPOSTA sendo este o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

6.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

6.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

6.11. No local da prova, os 2 (dois) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

6.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado.

6.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

7. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. a nota final será:

$PO = 100\% = NF$.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

NF = Nota Final

7.2. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.2.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso; Para os demais casos, será:

7.2.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

7.2.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

7.2.4. Que tiver maior idade.

7.3. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.3.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Da impugnação do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova objetiva;

8.1.5. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 01 (um) dia útil, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração no Município de Apiúna.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do e-mail saude@apiuna.sc.gov.br indicando o Processo Seletivo Simplificado a que se refere. Não serão aceitos recursos via postal, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo Simplificado constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final, podendo ser prorrogado por igual período.

9.2 A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser contratado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

9.3. O candidato aprovado perderá o direito a nomeação nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Desistir formalmente da vaga.

9.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Apiúna, obedecendo a ordem de classificação.

9.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site www.apiuna.sc.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo Simplificado.

10. DO CHAMAMENTO E DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

10.1. O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por intermédio do Edital afixado na Prefeitura Municipal e divulgação no site do município.

10.2. A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 5 (cinco) dias para assumirem o cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

10.3. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.4. Não haverá, em hipótese alguma, segunda convocação, por qualquer que seja o motivo.

10.5. Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço, junto a Prefeitura Municipal de Apiúna, quando houver alteração do endereço informado na ficha de inscrição.

10.6. O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no Item 10.2, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.7. No mesmo prazo previsto no Item 10.2, o candidato poderá, uma única vez, fazer o pedido expresso de reclassificação no Processo Seletivo Simplificado, passando a figurar no último lugar da lista de classificados.

10.8. Uma vez aceita a reclassificação será de caráter definitivo e não poderá ser cancelada pelo candidato, seja qual for o motivo alegado.

10.9. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os documentos descritos no item 2.5 deste Edital.

10.9.1. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

10.9.2. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

10.9.3. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Processo Seletivo Simplificado.

10.10. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Apiúna convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

10.11. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo ou emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 5 (cinco) dias da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Apiúna e no sítio www.apiuna.sc.gov.br.

11.2 - A homologação do Processo Seletivo Simplificado far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. As atribuições inerentes aos cargos deste Processo Seletivo Simplificado estão dispostas nas Leis Complementares 78/2005 e 82/2006 e suas alterações, disponíveis na íntegra, no sítio oficial do município: www.apiuna.sc.gov.br.

11.5. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo Simplificado, sendo competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, 04 de Junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Emprego e colocação dos pronomes oblíquos átonos; estrutura das palavras e seus processos de formação; estrutura da oração e do período; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal, crase. Morfologia, sintaxe, classes gramaticais. Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULO I e II.

MATEMÁTICA: Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, intersecção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoração, critérios de divisibilidade, fatoração completa.). Números Município de Apiúna/SC: Concurso Público n.º 04/2018 Página 24 de 40 Estado de Santa Catarina Município de Apiúna Concurso Público n.º 04/2018 primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoração. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Apiúna. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Apiúna.

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

FARMACEUTICO

Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Legislação sobre controle social na saúde. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Farmácia ambulatorial e hospitalar: seleção de medicamentos, aquisição, produção, padronização, controle de estoque e conservação de medicamentos. Armazenamento: boas práticas de armazenamento de medicamentos, distribuição de medicamentos e controle de consumo. Logística de abastecimento da farmácia: ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, informação sobre medicamentos, comissões hospitalares, informática aplicada à farmácia. Controle de infecção hospitalar e farmacovigilância. Fiscalização sanitária, na área de medicamentos e estabelecimentos. Farmacotécnica: definição e objetivos da farmacotécnica, conceitos básicos em farmacotécnica, classificação dos medicamentos, vias de administração, conservação, dispensação e acondicionamento de medicamentos. Pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Fórmulas farmacêuticas. Farmacologia geral: princípios gerais de farmacocinética. Princípios gerais de farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Efeitos adversos. Controle de qualidade de medicamentos e insumos farmacêuticos. Análises clínicas: Análise bromatológica, fabricação e manipulação de alimentos para resguardo da saúde pública. Análise clínica de exsudatos e transudatos humanos como urina, sangue, saliva e demais secreções para fins de diagnóstico. Conceitos: atenção farmacêutica, assistência farmacêutica, medicamentos genéricos, medicamentos similares, medicamentos análogos, medicamentos essenciais. Comissão de farmácia e terapêutica. Comissão de controle de infecção hospitalar. Farmacoconomia e Farmacovigilância; Código de Ética dos Profissionais de Farmácia; Normas que regulamentam o exercício profissional de Farmácia. Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de

internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

ENFERMEIRO - PSF

Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação-rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES DISCIPLINARES

Apiúna, _____

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____ declaro:

() ter sofrido;

() não ter sofrido,

no exercício da função pública, penalidades disciplinares em qualquer esfera do governo federal, estadual ou municipal.

Data: _____

Assinatura

ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2020

Publicação Nº 2513581

ERRATA 01/2020**PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº10/2020**

Considerando que as licitações têm o escopo de selecionar a propostas mais vantajosas e justas, bem como fomentar a competitividade do certame a fim de obter um melhor preço;

Considerando a decisão administrativa ao pedido de impugnação;

Considerando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que no edital deverá constar todas as normas e critérios aplicáveis à licitação, bem como a forma de participação dos licitantes, a descrição detalhada do objeto, os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, além das formas de execução do futuro contrato;

Faz-se a presente errata pretendendo as seguintes alterações:

1- NO EDITAL

- **O preambulo do edital passa a constar da seguinte forma:**

Tipo de Julgamento: **Menor Preço.**

Tipo de Comparação: **Por Lote.**

Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

Data e horário de apresentação dos envelopes: até o dia 23 de junho de 2020 às 09:00 horas.

Data e horário de abertura dos envelopes: 23 de junho de 2020 às 09:40 horas.

A sessão pública de abertura e julgamento das propostas de preços e documentos de habilitação, será realizada por videoconferência, em atendimento às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), através do link: <https://join.skype.com/B2IKWhezrW2g> com participação aberta às licitantes e público em geral.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º Andar, Sala 06, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.

Observação 1. Em caso de indisponibilidade do sistema ou instabilidades a sessão de vídeo conferencia ,quando possível, o presidente dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Observação 2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Observação 3. Todos os documentos apresentados serão digitalizados e disponibilizados via internet, no sítio eletrônico do Apiúna (in <https://www.apiuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/38819>), oportunizando-se a eventuais interessados/licitantes, o exercício de seu direito ao contraditório e ampla defesa.

A sessão pública por videoconferência será realizada em sala aberta ao público, garantindo-se a publicidade e transparência do ato.

Se os envelopes forem enviados via correio deverão ser postados para o seguinte endereço:

A COMISSÃO DE PREGÃO

Referente Pregão Presencial nº 12/2020

Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro

Apiúna – SC

89135-000

- **ONDE SE LIA**

3.2 Toda a documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes proposta e documentação, sendo estas originais ou autenticadas em cartório ou tabelionato, ou ainda por servidor municipal designado para tal atividade. Caso a empresa decida autenticar a documentação com o servidor municipal, deverá fazê-lo antes da abertura do pregão. Esta documentação será juntada ao processo licitatório, por tanto não será devolvida.

- **PASSA-SE A LER**

3.2 Toda a documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada em envelope próprio identificado como – **DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**, entregue juntamente como os envelopes de 1 e 2, e será analisado pelo Pregoeiro antes da abertura destes, devendo os documentos serem originais ou autenticadas em cartório ou tabelionato, ou ainda por servidor municipal designado para tal atividade. Caso a empresa decida autenticar a documentação com o servidor municipal, deverá fazê-lo antes da data prevista para a entrega dos envelopes, pois não haverá autenticações na sessão de abertura dos envelopes, pois esta será realizada por vídeo conferencia. O pregoeiro poderá solicitar ao participante da videoconferência que apresente o documento de identidade a fim de que seja reconhecida a legitimidade da participação.

- **ONDE SE LIA**

8.2.3 As razões do recurso deverão ser protocoladas junto a Assessoria Jurídica Municipal ou Setor de Licitações e Contratos desta Prefeitura, situada na Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna/ SC, em dia útil das 7 horas e 30 minutos às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, não serão aceitos recursos encaminhados por meios eletrônicos, fax e-mail, etc;

- **PASSA-SE A LER**

8.2.3 As razões do recurso deverão ser protocoladas junto a Assessoria Jurídica Municipal ou Setor de Licitações e Contratos desta Prefeitura, situada na Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna/ SC, em dia útil das 7 horas e 30 minutos às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, ou através do e-mail: fiscal@apiuna.sc.gov.br.

2- NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

• **2- ESPECIFICAÇÕES DETALHADA DO ITEM**

1 - LOTE 1					
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	624.000	COPIA	CÓPIA - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA/SCANNER/COPIADORA. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 22 EQUIPAMENTOS, ESTIMATIVA DE 52.000 COPIAS MÊS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 32 PPM EM IMPRESSÃO E CÓPIA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 50 FOLHAS, SISTEMA DE IMPRESSÃO A LASER MACROMÁTICA, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200X1200 DPI; DUPLEX PARA IMPRESSÃO, 2 BANDEJAS DE ALIMENTAÇÃO, VIDRO DE EXPOSIÇÃO COM TAMANHO MÍNIMO PARA UMA FOLHA DE TAMANHO OFÍCIO, CAPACIDADE DE ALIMENTAÇÃO DE NO MÍNIMO 300 FOLHAS, INTERFACES ETHERNET PARALELA E USB, INTERFACE USB FRONTAL, SCANNER COLORIDO COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 19200 DPI (INTERPOLADA), REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE 25-400%, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS VISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS NOVOS OU SEMI-NOVOS (EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO), DA MESMA MARCA E MODELO.	R\$0,07	R\$ 43.680,00
2	984.000	COPIA	CÓPIA - SERVIÇO DE LOCAÇÃO MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA/SCANNER/COPIADORA. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 45 EQUIPAMENTOS, ESTIMATIVA DE 82.000 COPIAS MES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; COM SISTEMA DE IMPRESSÃO JATO DE TINTA COLOR, CERA COLOR, OU LASER COLOR, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 20PPM EM PRETO E 15 PPM EM COLORIDO, IMPRESSÃO SEM BORDA OU COM BORDA REDUZIDA, VIDRO DE EXPOSIÇÃO COM TAMANHO MÍNIMO PARA UMA FOLHA TAMANHO A4, SCANNER COLORIDO COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 19.200 DPI INTERPOLADA, REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE 25-400%, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS XP E WINDOWS VISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS NOVOS OU SEMI-NOVOS (EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO), DA MESMA MARCA E MODELO.	R\$0,08	R\$ 78.720,00
2 - LOTE 2					
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1.200	COPIA	CÓPIA -SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL,IMPRESSORA/SCANNER/COPIADORA. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 EQUIPAMENTO, ESTIMATIVA DE 100 CÓPIAS MÊS EM PAPEL A3, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO: ATÉ 21PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO COLORIDA: ATÉ 17 PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: ATÉ 4800X1200DPI OTIMIZADOS NO PAPEL FOTOGRAFICO HP ADVANCED, COM 1200X1200 DPI DE ENTRADA, ÁREA DE IMPRESSÃO MÁXIMA: 297X431,8 MM, CICLO DE TRABALHO MENSAL: ATÉ 18000 PGS, LINGUAGENS DE IMPRESSÃO:HP PCL 3 GUI, HP PCL 3 , TAMANHOS DE MÍDIA, DUPLEX: A3, A4, OFÍCIO, CARTA , EXECUTIVO, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR: PADRÃO, 35 FOLHAS, CAPACIDADE DE ENTRADA: ATÉ 250 FLS, TAMANHOS DE MÍDIA: BANDEJA 76 X 1127 A 297 X 420 MM, TIPOS DE MÍDIA: COMUM, PAPEL DE APRESENTAÇÃO PREMIUM FOSCO 120G,, PAPEL PARA BROCHURA COM TRES DOBRAS BRILHAMNTE 180G, PAPEL PARA BROCHURA FOSCO 180 G, PAPEL FOTOGRAFICO ADVANCED, LUZ 60-74 G, ENVELOPES DE 20 A 24, IMPRESSÃO SEM MARGEM: SIM(ATE A3/11 X 17-POL), PROTOCOLOS DE REDE SUPTADOS: TCP/IP, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO MÓVEL:APLE, WI-FI DIRECT, FAX DISPONIVEL: SIM,EM CORES, CONFIGURAÇÕES DE COPIADORA: CÓPIAS, TAM, QUALIDADE, SELEÇÃO DE BANDEJA, MAISCLARO/MAIS ESCURO, TAMANHO DO PAPEL: REDIMENSIONAR. TIPO DE PAPEL, FRENTE E VERSO, COPIAR E AGRUPAR, MARGEM DE ENCARDENAÇÃO, APRIMORAMENTO,	R\$0,08	R\$ 96,00

			CORTAR, VISUALIZAR CÓPIA, CONFIGURAÇÕES DE REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE COPIA: 25 A 400%, RESOLUÇÃO DE CÓPIA: ATÉ 600DPI, PORTAS: 1 USB 2.0 COM COMPATIBILIDADE COM DISPOSITIVOS USB 3.0, 1 HOST USB, 1 ETHERNET, 1 802.11B/G/N SEM FIO, 2 PORTAS DE MODEM RJ 11, CAPACIDADE SEM FIO: SIM, WIFI 802.11 B/G/N INCORPORADO, IMPRESSÃO WIRELESS DIRECT, COMPATÍVEL COM IMPRESSÃO DIRETA: IMPRESSÃO WIRELESS, IMPRESSÃO USB.		
TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 122.496,00					

• PASSA-SE A LER

1 - LOTE 1					
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	624.000	COPIA	CÓPIA - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA/SCANNER/COPIADORA. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 22 EQUIPAMENTOS, ESTIMATIVA DE 52.000 COPIAS MÊS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 32 PPM EM IMPRESSÃO E CÓPIA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 50 FOLHAS, SISTEMA DE IMPRESSÃO A LASER MACROMÁTICA, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO MÍNIMA DE 300 DPI; DUPLEX PARA IMPRESSÃO, 2 BANDEJAS DE ALIMENTAÇÃO, VIDRO DE EXPOSIÇÃO COM TAMANHO MÍNIMO PARA UMA FOLHA DE TAMANHO OFÍCIO, CAPACIDADE DE ALIMENTAÇÃO DE NO MÍNIMO 300 FOLHAS, E USB, INTERFACE USB FRONTAL, SCANNER COLORIDO COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 19200 DPI (INTERPOLADA), REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE 25-400%, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS VISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS NOVOS OU SEMI-NOVOS (EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO COM NO MÁXIMO 7 ANOS DE USO), DA MESMA MARCA E MODELO.	R\$0,07	R\$ 43.680,00
2	984.000	COPIA	CÓPIA - SERVIÇO DE LOCAÇÃO MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA/SCANNER/COPIADORA. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 45 EQUIPAMENTOS, ESTIMATIVA DE 82.000 COPIAS MES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; COM SISTEMA DE IMPRESSÃO JATO DE TINTA COLOR, CERA COLOR, OU LASER COLOR, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE 20PPM EM PRETO E 15 PPM EM COLORIDO, IMPRESSÃO SEM BORDA OU COM BORDA REDUZIDA, VIDRO DE EXPOSIÇÃO COM TAMANHO MÍNIMO PARA UMA FOLHA TAMANHO A4, SCANNER COLORIDO COM RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO MÍNIMA DE 300 DPI, REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE 25-400%, COMPATIBILIDADE COM WINDOWS XP E WINDOWS VISTA. TODOS OS EQUIPAMENTOS NOVOS OU SEMI-NOVOS (EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO COM NO MÁXIMO 7 ANOS DE USO), DA MESMA MARCA E MODELO.	R\$0,08	R\$ 78.720,00
2 - LOTE 2					
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1.200	COPIA	CÓPIA-SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL, IMPRESSORA/SCANNER/COPIADORA. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 EQUIPAMENTO, ESTIMATIVA DE 100 CÓPIAS MÊS EM PAPEL A3, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO: DE NO MÍNIMO 21PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO COLORIDA: DE NO MÍNIMO 17 PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO: DE NO MÍNIMO 300DPI, ÁREA DE IMPRESSÃO MÍNIMA: 297X431,8 MM, CICLO DE TRABALHO MENSAL: MÍNIMA: 18000 PGS, LINGUAGENS DE IMPRESSÃO: mínimo PCL3 (superior ou equivalente) , TAMANHOS DE MÍDIA, DUPLEX: A3, A4, OFÍCIO, CARTA , EXECUTIVO, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR: PADRÃO, MÍNIMO 35 FOLHAS, CAPACIDADE DE ENTRADA: MÍNIMA 250 FLS, TAMANHOS DE MÍDIA: BANDEJA 76 X 1127 A 297 X 420	R\$0,08	R\$ 96,00

			MM, TIPOS DE MÍDIA: COMUM, PAPEL DE APRESENTAÇÃO PREMIUM FOSCO 120G, PAPEL PARA BROCHURA COM TRES DOBRAS BRILHAMNTE 180G, PAPEL PARA BROCHURA FOSCO 180 G, PAPEL FOTOGRAFICO ADVANCED, LUZ 60-74 G, ENVELOPES DE 20 A 24, IMPRESSÃO SEM MARGEM: SIM(ATE A3/11 X 17-POL), PROTOCOLOS DE REDE SUPTADOS: TCP/IP, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO MÓVEL:APLE, WI-FI DIRECT, FAX DISPONIVEL: SIM,EM CORES, CONFIGURAÇÕES DE COPIADORA: CÓPIAS, TAM, QUALIDADE, SELEÇÃO DE BANDEJA, MAIS CLARO/MAIS ESCURO, TAMANHO DO PAPEL: REDIMENSIONAR. TIPO DE PAPEL, FRENTE E VERSO, COPIAR E AGRUPAR, MARGEM DE ENCARDENAÇÃO, APRIMORAMENTO, CORTAR, VISUALIZAR CÓPIA, CONFIGURAÇÕES DE REDUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE COPIA: 25 A 400%, PORTAS: 1 USB 2.0 COM COMPATIBILIDADE COM DISPOSITIVOS USB 3.0, 1 HOST USB, 1 ETHERNET, 1 802.11B/G/N SEM FIO, 2 PORTAS DE MODEM RJ 11, CAPACIDADE SEM FIO: SIM, WIFI 802.11 B/G/N INCORPORADO, IMPRESSÃO WIRELESS DIRECT, COMPATÍVEL COM IMPRESSÃO DIRETA: IMPRESSÃO WIRELLES, IMPRESSÃO USB.		
TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 122.496,00					

- Fica acrescido ao termo de referencia o item 3.2

3.2 Considera-se seminovos, os equipamentos que no máximo sete anos de uso, tal exigência se justifica pelo fato de que equipamentos mais antigos são mais obsoletos enquanto os mais novos dispõe de compatibilidade com as tecnologias atuais e fornecem uma melhor qualidade. Caso a administração queira comprovar tal exigência poderá solicitar ao licitante notas fiscais ou documento equivalente que comprove o tempo de uso do objeto fornecido.

VISTO QUE AS ALTERAÇÕES AFETARÃO A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS POR PARTE DOS LICITANTES, A DATA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES FOI ALTERADA, CONFORME DISPOSTO NO ITEM 1 DESTA ERRATA.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Apiúna, 04 de junho de 2020.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito de Apiúna

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS DO MES DE MAIO

Publicação Nº 2513859

MUNICIPIO DE APIUNA

Contrato Nº : 27/2018

Aditivo Nº : 03/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : TELEFONICA BRASIL SA

Licitação : Pregão Presencial 55/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE TELEFONIA MOVEL PESSOAL, PARA 36 (TRINTA E SEIS) ACESSOS INDIVIDUAIS COM O FORNECIMENTO DOS APARELHOS PARA LIGACOES LOCAIS, NA LOCALIDADE DE APIUNA/SC, EM ROAMING NACIONAL/INTERNACIONAL NO SISTEMA DIGITAL POS PAGO, COM TECNOLOGIA GSM, HABILITACAO, ASSINATURA, FACILIDADES E COMUNICACAO DE DADOS, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICIPIO DE APIUNA, PRINCIPALMENTE QUE ATENDA COM SINAL EM NO MÍNIMO 80% (OITENTA POR CENTO) DA BR-470 NO TRECHO QUE COMPREENDE O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, QUE CONVERSEM ENTRE SI SEM CUSTO DE LIGACAO OU MANUTENCAO E FRANQUIA DE CINCO MIL E QUINHENTOS MINUTOS MES,

PARA LIGACOES DE MOVEIS PARA FIXO, OU MOVEIS PARA MOVEIS (QUALQUER QUE SEJA A OPERADORA) E ONZE FRANQUIAS DE DADOS ILIMITADOS

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 25/05/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 32 - 05.001.2050.33390400500000000000.01020000

Dotação : 277 - 03.001.2030.33390400500000000000.01000000

FISCAL: CARLA REGINA ZONTA LANGE

Contrato Nº : 30/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : SANDRA ALTINI FERRARI

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 08/05/2020

Valor R\$: 7.400,00 (Sete Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 31/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : ELTON MONTAGNA

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 08/05/2020

Valor R\$: 58.094,00 (Cinquenta e Oito Mil e Noventa e Quatro Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 31/2020

Aditivo Nº : 1/2020

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : ELTON MONTAGNA

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 19.147,00 (Dezenove Mil e Cento e Quarenta e Sete Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 32/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : ASSOC PROD ORGANICOS DO PLAN V DO ITAJAI E LITORAL CAT - ECOFRUTAS

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 08/05/2020

Valor R\$: 25.910,00 (Vinte e Cinco Mil e Novecentos e Dez Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 33/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : MAKLEANE LEYLA SANTOS BREZINGER

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 08/05/2020

Valor R\$: 57.954,00 (Cinquenta e Sete Mil e Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 33/2020

Aditivo Nº : 1/2020

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : MAKLEANE LEYLA SANTOS BREZINGER

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 19.667,00 (Dezenove Mil e Seiscentos e Sessenta e Sete Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 34/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : VILMAR HUGEN

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 08/05/2020

Valor R\$: 20.954,00 (Vinte Mil e Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 34/2020

Aditivo Nº : 1/2020

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : VILMAR HUGEN

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 17.879,00 (Dezessete Mil e Oitocentos e Setenta e Nove Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 35/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CLEOMAR HUGEN

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 08/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 08/05/2020

Valor R\$: 20.320,00 (Vinte Mil e Trezentos e Vinte Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 35/2020

Aditivo Nº : 1/2020

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CLEOMAR HUGEN

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 13.530,00 (Treze Mil e Quinhentos e Trinta Reais)

Dotação : 155 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 198 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 254 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 282 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

Contrato Nº : 36/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 44/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária do Beco Dallabrida com extensão de 380,00m e área de 2.100,00m²

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 290.204,56 (Duzentos e Noventa Mil, Duzentos e Quatro Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação : 124 - 06.001.1063.34490519900000000000.01830000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

Contrato Nº : 37/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 43/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua BOTUVERÁ, com extensão de 110m e área de 600m²

Vigência : Início: 19/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 19/05/2020

Valor R\$: 110.559,05 (Cento e Dez Mil, Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Cinco Centavos)

Dotação : 124 - 06.001.1063.34490519900000000000.01830000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

Contrato Nº : 38/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

Licitação : Inexigibilidade 51/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Vigência : Início: 21/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 21/05/2020

Valor R\$: 28.663,28 (Vinte e Oito Mil, Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 156 - 07.001.2074.33390399900000000000.01000000

FISCAL: HERICK EDUARDO MENEGHELI

Contrato Nº : 39/2019

Aditivo Nº : 3/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : GENTE SEGURADORA SA

Licitação : Pregão Presencial 72/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA APP, SEGURO RCF, RCO E COMPREENSIVA TOTAL DA FROTA DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITAS NO ANEXO NO EDITAL.

Vigência : Início: 31/05/2020 Término: 31/05/2021

Assinatura : 12/05/2020

Valor R\$: 132.869,72 (Cento e Trinta e Dois Mil, Oitocentos e Sessenta e Nove Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 32 - 05.001.2050.3339039690000000000.01020000

Dotação : 146 - 09.001.2091.3339039690000000000.01000000

Dotação : 184 - 02.001.2020.3339039690000000000.01000000

Dotação : 187 - 06.001.2060.3339039690000000000.01000000

Dotação : 206 - 02.001.2006.3339039690000000000.01000000

Dotação : 214 - 04.001.2047.3339039690000000000.01010000

Dotação : 218 - 07.001.2070.3339039690000000000.01000000

Dotação : 277 - 03.001.2030.3339039690000000000.01000000

Dotação : 294 - 03.001.2032.3339039690000000000.03100000

Dotação : 296 - 03.001.2058.3339039690000000000.03000001

Dotação : 314 - 05.001.2055.3339039690000000000.03380800

Dotação : 327 - 05.001.2056.3339039690000000000.03380900

FISCAL: JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA

Contrato N° : 39/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : CLARO S.A

Licitação : Dispensa de Licitação 52/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TELEFONIA MÓVEL PARA DIVERSAS SECRETARIAS CONFORME NECESSIDADE.

Vigência : Início: 21/05/2020 Término: 21/05/2021

Assinatura : 21/05/2020

Valor R\$: 12.694,80 (Doze Mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 32 - 05.001.2050.3339040050000000000.01020000

Dotação : 277 - 03.001.2030.3339040050000000000.01000000

FISCAL: CARLA REGINA ZONTA LANGE

Contrato N° : 40/2019

Aditivo N° : 2/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 76/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LICENCIAMENTO MENSAL, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA GERENCIAL DE GESTÃO E CONTROLADORIA MUNICIPAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 10/06/2021

Assinatura : 14/05/2020

Valor R\$: 33.500,00 (Trinta e Três Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 106 - 02.002.2803.3339040010000000000.01000000

Dotação : 277 - 03.001.2030.3339040010000000000.01000000

FISCAL: CARLA REGINA ZONTA LANGE

Contrato N° : 40/2020

Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada : SANDRA BACHMANN

Licitação : Dispensa de Licitação 54/2020

Objeto : Contratação de Serviços de Consultoria aos sistemas informatizados do Ministério do Desenvolvimento Social MDS e Assessoria Técnica para a Equipe do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 28/05/2020

Valor R\$: 1.724,14 (Um Mil, Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Quatorze Centavos)

Dotação : 358 - 09.001.2091.3339036060000000000.03350300

FISCAL: LAIS DANIEL

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020

Publicação Nº 2513573

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2020 para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva, para os cargos de: Farmacêutico e Enfermeiro - PSF. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio www.apiuna.sc.gov.br, no período de 05/06/2020 até às 23h:59min do dia 20/06/2020. As datas de provas e demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Apiúna e no sítio www.apiuna.sc.gov.br. Prefeitura Municipal de Apiúna, 04 de Junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

FMS -EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS DO MES DE MAIO

Publicação Nº 2513888

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato Nº : 22/2019

Aditivo Nº : 2/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA

Contratada : AIRTON JOAO CUSTODIO

Licitação : Dispensa de Licitação 7/2019

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AGENTE DE ENDEMIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 01/06/2021

Assinatura : 14/05/2020

Valor R\$: 10.546,20 (Dez Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 23 - 05.001.2055.33390361500000000000.01380800

FISCAL: ANA PAULA NAHRING

Contrato Nº : 22/2016

Aditivo Nº : 0002/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA

Contratada : WILLY WOEHL JUNIOR ME

Licitação : Pregão Presencial 21/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, LOCALIZADOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA

Vigência : Início: 06/05/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 06/05/2020

Valor R\$: 31.844,74 (Trinta e Um Mil, Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos)

Dotação : 23 - 05.001.2055.33390400900000000000.01380800

Dotação : 32 - 05.001.2050.33390400900000000000.01020000

Dotação : 314 - 05.001.2055.33390400900000000000.03380800

Dotação : 333 - 05.001.2050.33390400900000000000.03380600

Dotação : 347 - 05.001.2050.33390400900000000000.03383000

Dotação : 379 - 05.001.2050.33390400900000000000.01383500

FISCAL: ANA PAULA NAHRING

PORTARIA Nº 0347/2020

Publicação Nº 2513553

PORTARIA Nº 0347/2020

De 02 de junho de 2020

DESIGNA JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA COMO
FISCAL DO CONTRATO Nº 41/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
41/2020	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA DE PNEUS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS CONVENIO 2019TR001338 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2020 – REGISTROS DE PREÇOS.	– VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIAL LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

Servidor: Josemar Lisieski

Cargo: Assessor de Serviços e Obras Públicas

Matrícula: 44644

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor Josemar Lisieski, matrícula 44644, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 02 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 0348/2020

Publicação N° 2513554

PORTARIA N° 0348/2020

De 02 de junho de 2020

DESIGNA MARCIANE PETERS FERRARI COMO

FISCAL DE CONTRATO N° 06-FMS/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva MARCIANE PETERS FERRARI, matrícula n. 19534, ocupante do cargo de Assessor de Saúde, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
06-FMS/2020	CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO CLÍNICO GERAL, FONOAUDIÓLOGO, NUTRICIONISTA, FISIOTERAPIA CLÍNICA E DOMICILIAR, PEDIATRIA, ULTRASSONOGRAFIA, GINECOLOGIA, ORTOPEDIA, NEUROLOGIA PEDIÁTRICA E LABORATÓRIO CLÍNICO - Credenciamento 13/2017.	– GIORDANA BATISTA DA SILVA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: Ana Paula Nahring

Cargo: Auxiliar de Escritório

Matrícula: 104671

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora Ana Paula Nahring, matrícula 104671, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 02 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0349/2020

Publicação Nº 2513555

PORTARIA Nº 0349/2020

De 04 de junho de 2020

REDISTRIBUI E PROMOVE APROVEITAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO MARCIO SCHULZ

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 63 e 64, combinado com o art. 89, inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 03 de Abril de 1990 e com fundamento nos artigos 40, 49 e 54 da Lei Complementar nº 95 de 01/09/2008,

CONSIDERANDO:

- A necessidade de deslocamento do cargo efetivo, ocupado no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro setor da Secretaria Municipal de lotação, observado o interesse da Administração, a equivalência de vencimentos, a manutenção da essência das atribuições do cargo, a vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades, o mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, e/ou a compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade;
 - Que a redistribuição ocorrerá ex-offício para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade;
 - Que nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo, ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento;
 - Que caracterizada a existência de cargo sujeito à declaração de desnecessidade, em decorrência da extinção ou da reorganização de órgão ou de entidade, observado os critérios de análise pertinentes à situação pessoal dos respectivos ocupante e presente a necessidade da administração, necessário o aproveitamento do servidor em cargo de atribuições, vencimento, nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional compatíveis com o anteriormente por ele ocupado;
 - Que o servidor ocupante do cargo de Operador de Máquinas não pode exercer atividades deste cargo em face da alienação do equipamento de trabalho e da inexistência de outro para seu uso, mas que poderá atender a necessidade de pessoal para as atividades do cargo de Motorista, enquanto perdurar esta situação;
 - Que existe equivalência e/ou compatibilidade remuneratória, manutenção da essência das atribuições do cargo, vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades, mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, e/ou a compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, bem como que o reaproveitamento do servidor atende ao interesse público;
- RESOLVE

Redistribuir ex-offício o servidor efetivo MARCIO SCHULZ, matrícula nº 123935-1, ocupante do cargo de OPERADOR MAQUINA ESTEIRA – 40h, para o aproveitamento do servidor no exercício excepcional das funções do cargo de MOTORISTA – 40h, no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Município de Apiúna enquanto persistir a falta da máquina esteira na entidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de junho de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 16, DE 27 MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513416

RESOLUÇÃO CMAS Nº 16, DE 27 MAIO DE 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2020, identificada pela Ata nº 96/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19.

CONSIDERANDO:

A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;

A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar por unanimidade o recurso federal no valor de R\$ 4.200,00 para compra de EPI aos trabalhadores do SUAS.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de maio de 2020

Inalva Ramos
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17, DE 27 MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513418

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17, DE 27 MAIO DE 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2020, identificada pela Ata nº 96/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19

CONSIDERANDO:

A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;

A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar por unanimidade o Cofinanciamento Estadual 2020, que será pago em duas parcelas no valor de R\$ 19.389,75, que serão utilizados 70% para custeio e 30% investimento nos serviços da Proteção Básica.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de maio de 2020

Inalva Ramos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513421

RESOLUÇÃO CMAS Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2020, identificada pela Ata nº 96/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19

CONSIDERANDO:

A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;

A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar por unanimidade a Capacitação da Gestão do Cadastro Único e Bolsa Família, para os trabalhadores do SUAS.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de maio de 2020

Inalva Ramos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 19, DE 27 MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513424

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 27 MAIO DE 2020

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2020, identificada pela Ata nº 96/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19

CONSIDERANDO:

A Lei Orgânica de Assistência Social – Lei 8.742/1993 e suas alterações;

A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art.1º- Criada a Comissão do Bolsa Família, os membros que compõem são os conselheiros: Miltinha Aparecida Carvalho e Adilson Fortunato.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 27 de maio de 2020

Inalva Ramos
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS ° 15/2020

Publicação Nº 2513411

Resolução cmas ° 15/2020	APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019.
--------------------------	--

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro 1993, conferidas pela Lei Municipal nº 282, de 13 de novembro 1996, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2020, identificada pela Ata nº 96/2020. Essa reunião foi realizada via sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário, devido a pandemia do COVID.19.

CONSIDERANDO:

- Lei Orgânica de Assistência Social-Lei 8.742/1993 e suas alterações;
- A política Nacional de Assistência Social através da Resolução/ CNAS nº145,de 15 de outubro de 2004, a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
- A realidade do município de Apiúna;
- O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Os repasses de recursos recebidos e aplicados pelo próprio município;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos ordinários e vinculados, referente ao exercício de 2019, sendo recurso gastos no exercício:

Recursos Ordinários: R\$ 1.006.292,90

Recursos Vinculados Federal: Piso Básico Fixo R\$ 20.757,10, Apoio financeiro aos municípios: R\$ 2.299,60, IGD Bolsa Família: R\$ 6.441,54 - IGD SUAS: R\$ 4.276,77 Recursos do Cofinanciamento Estadual Custeio: R\$ 25.574,61, Recursos do Cofinanciamento Estadual Investimento: R\$ 6.241,60

Art. 2º Os Recursos Federais e Estaduais foram gastos de forma adequada conforme respectivas finalidades específicas da Política de Assistência Social, e conforme orientações do FNAS, aprovado por unanimidade.

Art. 3º Os recursos Ordinários também foram gastos de forma condizente com a política de Assistência Social.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Apiúna, 27 de maio de 2020

Inalva Ramos
Presidente do CMAS

Arabutã

PREFEITURA

2627 RETIFICADO

Publicação Nº 2514335

DECRETO Nº 2627 DE 03 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O CALENDÁRIO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 222 da Lei Complementar nº 15/1993, de 16 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário do Município e dá outras providências,

CONSIDERANDO os efeitos da Covid - 19 sobre a saúde pública global e a crise econômica que se seguirá deverá atingir a todos, indistintamente e a possível recessão econômica mundial sem precedentes, exigindo a complacência da Administração Pública em todos os níveis

CONSIDERANDO a existência de um posicionamento alinhado na definição de ações e regras restritivas com vistas a equacionar a questão atinente ao equilíbrio necessário entre a proteção da saúde da população e a retomada gradual das atividades econômicas

DECRETA

Art. 1º O Calendário Fiscal do exercício de 2020 para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU E TLL, Taxa de Coleta de Resíduos - TCR, fica assim estabelecido:

TRIBUTOS	MESES												
TRIBUTOS	DIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IPTU	10									X	X	x	x
TCR	10									X	X	x	x

§ 1º No pagamento em parcela única (valor integral do IPTU), a ser realizado até o dia 10 de setembro haverá um desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

§ 2º No pagamento do IPTU em quatro parcelas, sendo a primeira no último dia 10 de setembro e as demais nos meses seguintes, não haverá o desconto previsto no parágrafo anterior do presente artigo.

§ 3º Os tributos, e demais valores a serem pagos ao Município, quer tributários ou não tributários não previstos no presente decreto, serão pagos de acordo com as normas específicas para cada caso.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 03 de Junho de 2020.

Lenai Kapp Schmitt
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 03 de Junho de 2020.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

2628

Publicação Nº 2514327

DECRETO Nº 2628, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta do Superávit Financeiro apurado por Fonte de Recurso no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 20.000,00 no Orçamento do Município de Arabutã.

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito em Exercício do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	189	3390000000000000030794	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL				20.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Superávit:

Descrição da Fonte: 0.3.0794 – Superávit Financeiro R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 03 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 03 de junho de 2020.

Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

PE 11/2020

Publicação Nº 2514325

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2020

Objeto: Aquisição itens de cozinha (balança digital, batedeira planetária, espremador de frutas, fogão industrial, forno industrial, forno micro-ondas, freezer vertical, lavadora de roupas, liquidificador industrial, mixer e processador de alimentos e refrigeradores. O objeto será adquirido com recursos oriundos do Termo de Compromisso nº 202001659-5 do PAR – Plano de Ações Articuladas, celebrado com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

LOCAL: <https://www.bll.org.br> - "Acesso Identificado"

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 26/06/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 05 de Junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

PORTARIA 343/2020

Publicação Nº 2513266

PORTARIA Nº 343/2020
NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir do dia 04 de junho de 2020, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013, conforme anexo I "A", ANELY GROSS KIEKOW, inscrita no CPF sob nº 446.588.269-68, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de junho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.454

Publicação Nº 2512476

DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CMDPD 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando as disposições da Lei Complementar Nº 034, de 27 de maio de 2011, que institui e disciplina o Conselho Municipal Dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência – CMDPD.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Membros do Conselho Municipal Dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência – CMDPD, instituído pela Lei Complementar Nº 034, de 27 de maio de 2011, nos termos seguintes:

I – Representantes de órgãos do Governo Municipal:

a) Representante do órgão municipal de Assistência Social;

Titular: Renata Gandolfi

Suplente: Camila Lorenzetti

b) Representante do órgão municipal de saúde;

Titular: Aline Picoli

Suplente: Juliana Rosário

c) Representante do órgão municipal de Urbanismo, e Desenvolvimento Econômico;

Titular: Julio Cezar Zanuzzo

Suplente: Celso Luiz Giachin

d) Representante do órgão municipal de Educação;

Titular: Felipe Queiroz Pedreira

Suplente: Cláuzia Adriana Broll

II – Representantes das seguintes entidades, indicados em fórum próprio, como segue:

a) Representante do Conselho Comunitário de Arvoredo;

Titular: Janete Cavignon

Suplente: Roseli Scartezini

b) Representante da Associação de Pais e Professores da Escola Estadual de Educação Básica Benta Cardoso;

Titular: Eliomar Zancanaro

Suplente: Daniela Aroldi

c) Representante das Associações de Pais e Professores das Escolas Municipais;

Titular: Marciane Angela Giarretta

Suplente: Elizabete Burin Bevilaqua

d) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, com sede a abrangência no Município.

Titular: Cedenir Padova

Suplente: Edeceldo de Oliveira

Art. 2º Na sessão de instalação do mandato, que será presidida pelo conselheiro mais idoso, serão eleitos o presidente, o vice-presidente e o secretário do CMDPD, cujas atribuições serão regulamentadas no respectivo Regimento Interno, na forma do art. 10 da Lei Complementar Nº 034, de 27 de maio de 2011.

Art. 3º O mandato dos membros designados do Conselho Municipal Dos Direitos Das Pessoas Com Deficiência – CMDPD é de 02(dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período, conforme art. 8º da Lei Complementar Nº 034, de 27 de maio de 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, 01 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Miriam Meneguzzi Pádova

Responsável pelas Publicações

DECRETO 2.455

Publicação N° 2512478

Decreto nº 2.455, de 02 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando, os termos do Edital do processo Seletivo nº. 001/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo nº. 001/2019, pelo prazo de mais 01 (um) ano, em conformidade com o disposto no Edital do Processo Seletivo nº. 001/2019 no Item 1.1.2

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 02 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Miriam Meneguzzi Padova

Agente Administrativa

DECRETO 2.456

Publicação N° 2513725

REGULAMENTA O ADICIONAL DE SOBREAVISO ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR N°090/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o adicional de sobreaviso, disposto no Art. 68º da Lei Complementar Municipal N°.090/2019, para cumprimento pelos servidores municipais, na forma a ser estabelecida em escala.

Art. 2º Os elementos essenciais do sobreaviso são:

I – Escala de sobreaviso, previamente elaborada pelo Gerente do setor onde está lotado o servidor, especificando horário, data e local de trabalho com ciência do servidor na escala;

II – Permanência do servidor em sua residência, aguardando convocação;

Parágrafo único. O Servidor de sobreaviso que necessitar se afastar de sua residência deverá comunicar, a quem de direito, o local onde poderá ser encontrado, de forma que não prejudique ou dificulte sua convocação, caso necessário.

Art. 3º A Escala de sobreaviso deverá ser elaborada, mensalmente, pela chefia imediata, com antecedência mínima de 05 dias da sua aplicação e afixada em um mural no local de trabalho dos servidores envolvidos.

Art. 4º As horas de sobreaviso, ou seja, o número de horas da escala menos o número de horas efetivamente trabalhadas durante a mesma, serão remuneradas na proporção de 33% (trinta e três por cento) do valor da hora normal de trabalho.

Parágrafo único. O valor da hora normal de trabalho é o equivalente ao vencimento base do servidor dividido pelo divisor 200.

Art. 5º As horas efetivamente trabalhadas, durante o sobreaviso, serão remuneradas na proporção de 100 % da hora normal de trabalho.

Art. 6º A remuneração das horas de sobreaviso será paga no mês subsequente à sua realização.

Art. 7º Cabe a chefia imediata, mensalmente, efetuar o registro do número de horas de sobreaviso e das horas efetivamente trabalhadas e encaminhar ao Departamento de Pessoal até o dia 23 de cada mês, juntamente com a escala de sobreaviso com o ciente do servidor

Art. 8º Cabe ao Departamento de Pessoal efetuar os registros pertinentes e proceder ao arquivamento dos documentos comprobatórios das horas de sobreaviso de cada servidor, assim como seu devido pagamento ou compensação.

Art. 9º O servidor em sobreaviso deverá anotar no formulário que lhe é fornecido pela Gerência, às horas que efetivamente prestou no tempo de sobreaviso, constando assinatura do serviço/atendimento realizado, para posterior conferência e fiscalização pelo chefe imediato.

Art. 10º as despesas decorrentes deste decreto correrão por força do orçamento municipal.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arvoredo/SC,
03 de junho de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.
MIRIAM MENEGUZZI PADOVA
Responsável pelas Publicações

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 35/2020

Publicação Nº 2512511

Município de Ascurra

Edital de Tomada de Preço n. 27/2020

Extrato de contrato n. 35/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 05.898.011/0001-54

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA NA RUA ADERBAL RAMOS DA SILVA, BAIRRO CENTRO, EM ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 323 METROS DE EXTENSÃO E 2.790,00M² DE ÁREA DE PISTA, COM PASSEIO PÚBLICO EM UM TOTAL DE 1.350,00M² E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DENTRE OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E DEMAIS EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, BDI E PROJETOS, DENTRE OUTROS ANEXOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 27/2020.

Validade: 31/12/2020

Valor Total: R\$283.056,80

Ascurra, 05 de junho de 2020.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

PORTARIA N° 045/2020

Publicação N° 2513434

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA N° 045/2020

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 235 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença Paternidade ao Servidor JULIO CESAR GEMBRO, conforme Certidão de nascimento, arquivada em sua pasta, a partir da data de 28 de maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de junho de 2020

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

DECRETO 061-2805-EQUIPE DE REFERÊNCIA CREAS

Publicação Nº 2514188

DECRETO Nº 061/2020

Designa Equipe de Referência para atendimento das Medidas Sócioeducativas em meio aberto, no Município de Balneário Piçarras, conforme específica, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, para compor a equipe de apoio, a para atuar na Execução Das Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto, no Município de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, os servidores municipais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, conforme abaixo especificado:

1. Izabela Cristina Medeiros e Silva (matrícula 11600) - Assistente Social
2. Tatiane Maraschin Fermiani (matrícula 11582) - Psicóloga
3. Maurício Koche (matrícula 9) - Advogado

Art. 2º As atribuições da equipe de referência designada é refere-se ao atendimento das demandas dos adolescentes em cumprimento de liberdade assistida - LA e Prestação de Serviço à Comunidade - PSC.

Art. 3º Os Servidores designados pelo desempenho das atribuições de que dispõe este Decreto, não farão jus a qualquer remuneração adicional, nem a geração de qualquer vínculo social ou trabalhista.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Balneário Piçarras/SC, 28 de maio de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 061/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 28 de maio de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 062-2805-ALTERAÇÃO DECRETO 034-2019

Publicação Nº 2514189

DECRETO Nº 062/2020

Altera o Decreto nº 034, de 17/06/2019, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei Municipal nº 180/2011, para o Biênio 2018/2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º, I, “d” do Decreto Municipal nº 034/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

I – Representantes Governamentais:

...

d) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Regiane Carolina Pereira Basso

Suplente: Eunice Bernardina Rosa de Souza

...”

(NR)

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Balneário Piçarras/SC, 28 de maio de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 062/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 28 de maio de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 063-0306-SUPLEMENTAÇÃO-ANULAÇÃO

Publicação Nº 2514186

DECRETO Nº 063/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18 da Lei Municipal nº 731, de 20/11/2019 – LOA, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei nº 731, de 20 de novembro de 2019, DECRETA:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 36.470,64 (Trinta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0007
Atividade: 2.061 - Manutenção das atividades de proteção social básica
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 0.6.35.0936 – SF: Pbf - Piso Básico Fixo – Proteção Social
Valor: R\$ 36.470,64

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0007
Atividade: 2.061 - Manutenção das atividades de proteção social básica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recurso: 0.6.35.0936 – SF: Pbf - Piso Básico Fixo – Proteção Social
Valor: R\$ 36.470,64

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 03 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 063/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 03 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 064-0406-SUPLEMENTAÇÃO-EXCESSO

Publicação Nº 2514187

DECRETO Nº 064/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo Art. 19, Inciso I da Lei Municipal nº 731, de 20/11/2019 – LOA, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei nº 731, de 20 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 295.539,01 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e um centavo), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0008

Atividade: 2029 - Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.63.0001 - Convênio 2020TR000175 - Aquisição Trailer Odontológico

Valor: R\$ 130.000,00

Funcional-Programática: 10.302.0008

Atividade: 2036 - Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.38.0005 - Coronavírus - COVID19

Valor: R\$ 52.282,01

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.38.0005 - Coronavírus - COVID19

Valor: R\$ 52.282,00

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0007

Atividade: 2055 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.35.0001 - Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369

Valor: R\$ 14.175,00

Funcional-Programática: 08.241.0007

Atividade: 2056 - Manutenção das atividades de atenção aos idosos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.35.0002 - Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369

Valor: R\$ 46.800,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020 por conta dos recursos vinculados ao Convênio 2020TR000175 - Aquisição Trailer Odontológico na importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), dos recursos vinculados ao Coronavírus - COVID19 na importância de R\$ 104.564,01 (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e um centavo), dos recursos vinculados às Ações do COVID no SUAS para EPI - Portaria 369 na importância de R\$ 14.175,00 (quatorze mil, cento e setenta e cinco reais) e dos recursos vinculados às Ações do COVID no SUAS - para Acolhimento - Portaria 369 na importância de R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais), totalizando R\$ 295.539,01 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e um centavo).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 04 de junho de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 064/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 04 de junho de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 167/2020

Publicação N° 2514092

PORTARIA N.º 167/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 100 a 103, da Lei Complementar nº. 079/2004 de 26/11/2004 e considerando o que consta no Processo nº 171/2020/SED, RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pela servidora, Sra. EVANIR LEGUIR SILVA, brasileira, maior, casada, inscrita no CPF sob o nº 249.811.288-00, portadora do RG sob o nº 7.361.602 SSP/SC, matrícula nº 3253, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao decênio de 23/04/2007 a 22/08/2017, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 29 de maio de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 168/2020

Publicação N° 2514093

PORTARIA N.º 168/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o exercício do cargo efetivo de AGENTE SANITÁRIO II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Conforme Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, nº 002/2018, o Sr. RODRIGO MOURA MESQUITA, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG sob o nº MG-17.399.007 SSP/MG, CPF sob o nº 108.925.566-76, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com as prerrogativas e competências que lhe concede a Lei Complementar 079/2004 de 26 de novembro de 2004, a qual se dará posse na presente data.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 169/2020

Publicação N° 2514095

PORTARIA N.º 169/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Art. 109, da Lei Complementar nº. 099/2015 de 23 de março de 2015 e considerando o que consta no Processo nº 008/2020/SED, RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pela servidora, Sra. GRACIOSA PEREIRA, brasileira, maior, solteira, inscrita no CPF nº 656.673.959-91, portadora do RG nº 14.191.470-7 SSP/SC, matrícula nº 9823, ocupante do cargo efetivo de Professora III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao quinquênio de 13/06/2014 a 12/10/2019, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos. Esta portaria retroage seus efeitos a 01 de junho de 2020.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 170/2020

Publicação Nº 2514096

PORTARIA N.º 170/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 100 a 103, da Lei Complementar nº. 079/2004 de 26/11/2004 e considerando o requerimento RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pela servidora, Sra. CHRISTA JULIANE HARBS, brasileira, maior, solteiro, inscrita no CPF sob o nº 309.078.109-34, portadora do RG sob o nº 339.955-9 SESP/SC, matrícula nº 4153, ocupante do cargo efetivo de Arquivista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao decênio de 08/12/2008 a 05/12/2018, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos pelo período de 08/07/2020 a 05/10/2020.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 03 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 171/2020

Publicação Nº 2514097

PORTARIA N.º 171/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Sra. EUNICE BERNARDINA ROSA DE SOUZA, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 890.487.259-68, portadora do RG nº 3.006.282 SSP/SC, matrícula nº 2793, ocupante do cargo efetivo de Agente Sanitário II; a Sra. MARA REGINA FIGUEREDO, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 906.830.999-49, portadora do RG nº 2.689.616 SSP/SC, matrícula nº 314, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo I; e a Sra. LEILA MARIA RODRIGUES WILLEM, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 729.899.809-97, portadora do RG nº 1.808.669 SSP/SC, matrícula nº 2781, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças; e como apoio jurídico a Sra. BIANCA LENARA FIAMONCINI, brasileira, maior, inscrita no CPF sob nº 068.357.199-07, portadora do RG nº 4.938.453 SSP/SC, matrícula nº 10657, ocupante do cargo de Assessora Jurídica; para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2020, bem como, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 03 de junho de 2020.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 172/2020

Publicação Nº 2514098

PORTARIA N.º 172/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. MAURICIO KOCH, brasileiro, maior, inscrito no CPF nº 572.812.389-91, portador do RG nº 1.828.835 SSP/SC, matrícula nº 9, ocupante do cargo efetivo de Advogado; a Sra. LEILA MARIA RODRIGUES WILLEM, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 729.899.809-97, portadora do RG nº 1.808.669 SSP/SC, matrícula nº 2781, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Finanças; e a Sra. MARIA OLINDIA VIEIRA, brasileira, maior, inscrita no CPF nº 035.783.709-67, portadora do RG nº 3684659 SSP/SC, matrícula nº 1579, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo III; e como apoio jurídico a Sra. BIANCA LENARA FIAMONCINI, brasileira, maior, inscrita no CPF sob nº 068.357.199-07, portadora do RG nº 4.938.453 SSP/SC, matrícula nº 10657, ocupante do cargo de Assessora Jurídica; para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2020, bem como, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de junho de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 173/2020

Publicação Nº 2514099

PORTARIA N.º 173/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o exercício do cargo efetivo de FISCAL DE OBRAS II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Conforme Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, nº 002/2018, o Sr. RICARDO DA SILVA, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG sob o nº 3.939.985 SSP/SC, CPF sob o nº 009.365.879-62, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, com as prerrogativas e competências que lhe concede a Lei Complementar 079/2004 de 26 de novembro de 2004, a qual se dará posse na presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 04 de junho de 2020.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2020 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADES

Publicação Nº 2513302

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2020 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADES

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de gêneros de alimentação, atendendo as solicitações das Secretarias Municipais, Polícia Civil, Polícia Militar e

Corpo de Bombeiros de Balneário Piçarras, conforme especificações constantes do Anexo I. R\$564.784,06 (quinhentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e seis centavos). Recebimento dos Envelopes até: 19/06/2020 às 09h. Data da Sessão Pública: 19/06/2020 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 06 de junho de 2020. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 072/2020

Publicação Nº 2513268

DECRETO/GP/Nº 072/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia Secretário Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Rogério José Cardoso a ocupar o Cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 03 de junho de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 03 de junho de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças Designado

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - JR

Publicação Nº 2513606

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 054/PMBR/2019. JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, o PRAZO DE EXECUÇÃO, que prevê o término em 18/05/2020, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 18/05/2020 até 18/07/2020, e o PERÍODO DE VIGÊNCIA que prevê o término em 30/05/2020, por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 30/05/2020 até 31/12/2020, do Contrato Nº. 054/PMBR/2019, que tem como objeto a execução das "Obras de Pavimentação Asfáltica, compreendendo: Terraplenagem, drenagem, passeios públicos, com acessibilidade, capa asfáltica e sinalização vertical e horizontal, em um trecho da Rua Antonio Sebastião Lemos, localizada no Bairro Barra Velha no Município de Balneário Rincão/SC", conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria que fazer parte integrante do edital, de acordo com o Contrato de Repasse Nº. 868543/2018/MCIDADES/CAIXA, firmado com o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal e o Município de Balneário Rincão, objeto do Processo de Licitação Edital de Tomada de Preços Nº. 066/PMBR/2019, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 13/05/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Tiago Aguiar Marcolino

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - RTM

Publicação Nº 2513592

TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO Nº. 011/SAMAE/2028. RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO, a execução que prevê o término em 16/06/2020, por mais 03 (três) meses, ou seja, de 16/06/2020 até 16/09/2020, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 02/06/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Marcos Ferreira Bortolon

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SETEP

Publicação Nº 2513599

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato 052/PMBR/2019. SETEP CONSTRUÇÕES S.A. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO, que prevê o término em 02/06/2020, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 02/06/2020 até 02/08/2020, do Contrato Nº. 052/PMBR/2019, que tem como objeto a execução das "Obras de Pavimentação asfáltica nas ruas: Teodorico Pedro Lino (Trecho 1), Av. Atlântida e Av. Leoberto Leal; e pavimentação com blocos sextavados de concreto nas ruas: Teodorico Pedro Lino (Trecho 2), 13 de Maio, Urussanga Velha, José de Lagos Inácio, Projetada 01, Vilmar Pereira Marcelino, Colibri, Antônio P. Rodrigues, Alexandrina S. da Silveira, Manoel José Marcelino, Copacabana, Avenida "Q", Rua São Paulo e Pedro José Vargas, incluindo obras de drenagem, passeios com acessibilidade e sinalização", objeto do Processo de Licitação Edital de Concorrência Nº. 062/PMBR/2019, em face do interesse público, Parecer Jurídico favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 29/05/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Carlos de Souza

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SETUP

Publicação Nº 2513603

TERMO ADITIVO Nº. 08 ao Contrato 044/PMBR/2017. SETUP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 044/PMBR/2017, que tem como objeto prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, do sistema de Iluminação Pública, do município de Balneário Rincão/SC, objeto do Processo de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº. 040/PMBR/2017, Homologado em 23/06/2017, que prevê o término em 26/06/2020, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26/06/2020 até 26/06/2021, em face do interesse público, e Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 04/06/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Filipe Frasseto Machado

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SIDEK

Publicação Nº 2513595

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº. 008/SAMAE/2020. SIDEK TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução do Contrato Nº. 008/SAMAE/2020, que tem como objeto a execução das "Obras de Implantação de galerias pluviais com tubos de concreto armado; Item 01: Nos trechos 01 até 04 (vide projeto), no canal localizado ao longo da Rua 04, no Bairro Barra Velha; Item 02: na Rua Salésio Fernandes no trecho do ponto de descarga à jusante até a Rua João Teodoro Machado, no Bairro Pedreiras, no município de Balneário Rincão", que prevê o término em 02/06/2020, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 02/06/2020 até 02/08/2020, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pelo Diretor Presidente e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 02/06/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. José Vittorassi

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº43/2020

Publicação Nº 2513458

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº43/2020
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº42/2020

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Concorrência Pública para Concessão de direito real de uso, a título gratuito, de bem móvel, conforme Lei Municipal nº863/2019. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 6 de julho de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura Barra Bonita, em 3 de junho de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 014/2020 - IPREVE

Publicação Nº 2513425

PORTARIA Nº 014/2020 - IPREVE

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE,

Art. 1º- Alterar a Portaria nº 012/2020 - IPREVE, que concedeu Aposentadoria por idade e tempo de contribuição especial de docente à servidora inativa Vanderleia Maria de Avila, matrícula funcional nº 1026, inscrita no CPF sob o n. 742.828.409-00, conforme Processo Administrativo nº 001/2020, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha – IPREVE, alterando o valor dos proventos do benefício para R\$ 5.063,33 (cinco mil e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Barra Velha, 04 de junho de 2020.

IVO IRINEU BERNARDO
Diretor Presidente

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

Publicação Nº 2513415

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 5150/2020

CONTRIBUINTE: LAUDELINA ANTUNES DE LIMA DOS SANTOS

ASSUNTO: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE PAGAMENTO DE IPTU

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE PAGAMENTO. IPTU. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. CONTRIBUINTE QUE PAGOU DÉBITO DE TERCEIRO. Ficou demonstrado que a administração municipal realizou o envio de carnê de IPTU de terceira pessoa para o endereço de LAUDELINA ANTUNES DE LIMA DOS SANTOS que, incuida de boa fé, realizou o pagamento. Portanto seu pedido de retificação de pagamento deve ser deferido. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, devendo que: a) seja restituído o valor de R\$ 123,38 (cento e vinte e três reais e trinta e oito centavos) pago a título de IPTU; b) o setor providencie a retificação do lançamento nº 18976/2020 a fim de proporcionar à contribuinte o pagamento do IPTU com 10 % de desconto;c) o setor providencie a restituição do lançamento 31789/2020 pago erroneamente pela contribuinte, visto que o imóvel pertence a Alan Oliveira Guimarães. Assinam o presente acórdão o membro suplente consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente do conselho.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 5042/2020

CONTRIBUINTE: GABRIELA STEIN CANI

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO – TAFO E ISS

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DECANCELAMENTO DE TAFO E ISS.PEDIDO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO QUE AINDA NÃO FOI OBJETO DE ANÁLISE. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DA TAFO. ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO AINDA NÃO EMITIDO. INOCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DO ISS.PEDIDOS DEFERIDOS.O contribuinte protocolou pedido de ressarcimento de TAFO e ISS incidente sobre construção civil, por meio de processo administrativo, alegando que não houve análise de seu pedido de construção, tampouco há construção no local até a atual data. Contudo, o setor de planejamento municipal, afirmou que o projeto contendo pedido de licença de construção já fora objeto de análise, mas o Alvará de Construção ainda não foi emitido. Portanto, tendo em vista a inoccrrência do fato gerador do ISS, torna-se inexigível a cobrança do tributo, devendo-se proceder o cancelamentodo lançamento tributário nº 111412/2020 no valor originário de R\$ 3.658,28 (três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos) referente Taxa de Fiscalização de Obras Particulares – TAFO, e do lançamento nº 111462/2020, lançado a título de Imposto Sobre Serviço – ISS incidente sobre construção civil. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento parcial aos pedidos do contribuinte, devendo seremcancelados, do lançamento tributário nº 111412/2020 no valor originário de R\$ 3.658,28 (três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e

oito centavos) referente Taxa de Fiscalização de Obras Particulares – TAFO, e do lançamento nº 111462/2020, lançado a título de Imposto Sobre Serviço – ISS incidente sobre construção civil, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Assinam o presente acórdão o membro titular consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente da Comissão.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 3229/2020

CONTRIBUINTE: MANOEL AMARO DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS. ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A BASE DE CÁLCULO. DECRETO 1305/2019. ENTREGA DE AVALIAÇÃO POR PROFISSIONAL INSCRITO NO CRECI E CNAI. DEFERIMENTO DO PEDIDO. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI. Qualquer contribuinte pode insurgir-se quanto a base de cálculo estabelecida pelo fisco municipal quando entender que o valor mensurado supera o de mercado. Inicialmente há que se destacar que a base de cálculo para fins de ITBI é o valor de mercado do bem. O contribuinte discordou do valor utilizando o argumento de que a transação dos imóveis ocorram sob valor menor. Ato contínuo, apresentou a documentação exigida pelo art. 13 § 1º do Decreto 1305/2019, ou seja, Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, em consonância com a norma NBR nº 14.653 - ABNT, realizado por profissionais do CREA ou CRECI desde que inscritos no Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários - CNAI em que o profissional esclarece que o valor de mercado é de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). Desta forma, o pedido deve ser julgado procedente, retificando-se a base de cálculo de ITBI para R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) o imóvel. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido da contribuinte, retificando a base de cálculo do imóvel no valor R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Realize-se o lançamento. Após, expeça-se a referida guia de recolhimento. Assinam o presente acórdão o membro consultivo Suplente, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente da Comissão.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 3256/2020

CONTRIBUINTE: MAYKON APARECIDO PEDRO DE BRITO

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o contribuinte teve julgado procedente seu pedido para o cancelamento do débito materializado no lançamento nº 52862/2020. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento 52862/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Encaminhe-se cópia da documentação ao Setor de Cadastro. Assinam o presente acórdão o membro suplente consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente do conselho.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 3063/2020

CONTRIBUINTE: ELIAS DE OLIVEIRA

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o contribuinte teve julgado procedente seu pedido para o cancelamento do débito materializado no lançamento nº 55395/2020. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento 55395/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Encaminhe-se cópia da documentação ao Setor de Cadastro. Assinam o presente acórdão o membro suplente consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente do conselho.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 2972/2020

CONTRIBUINTE: AGUSTINHO RIGONI

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de

energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o contribuinte teve julgado procedente seu pedido para o cancelamento do débito materializado no lançamento nº 44156/2020. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 44156/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Encaminhe-se cópia da documentação ao Setor de Cadastro. Assinam o presente acórdão o membro suplente consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente do conselho.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 2183/2020

CONTRIBUINTE: GABRIEL PEDRO FACHINI

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o contribuinte teve julgado procedente seu pedido para o cancelamento do débito materializado no lançamento nº 43925/2020. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento nº 43925/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Encaminhe-se cópia da documentação ao Setor de Cadastro. Assinam o presente acórdão o membro suplente consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente do conselho.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 1917/2020

CONTRIBUINTE: PAULO EVARISTO

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE IPTU SUPOSTAMENTE PAGO EM DUPLICIDADE

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE IPTU. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA BAIXA MAGNÉTICA DEMONSTROU TER SIDO REALIZADO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento em duplicidade do valor de R\$ 195,71 (cento e noventa e cinco reais e setenta e um centavos). Analisando a baixa magnética é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor de R\$ 195,71 (cento e noventa e cinco reais e setenta e umcentavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Assinam o presente acórdão o membro titular consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente da Comissão.

SESSÃO DO DIA: 04/06/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 1628/2020

CONTRIBUINTE: DAVID DOS SANTOS

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – COSIP

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO DA COSIP EM DUPLICIDADE. PAGAMENTO POR MEIO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Nas hipóteses em que o contribuinte realiza o pagamento da COSIP por meio da fatura de energia elétrica, não deverá realizar novo pagamento da contribuição juntamente com guia de recolhimento específica do carnê do IPTU, nos termos da Súmula Administrativa 02/2019 – COMAT. No presente caso foi identificada a ocorrência do bis in idem tributário, motivo pelo qual o contribuinte teve julgado procedente seu pedido para o cancelamento do débito materializado no lançamento nº 53330/2020. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento 53330/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Encaminhe-se cópia da documentação ao Setor de Cadastro. Assinam o presente acórdão o membro suplente consultivo, membro representante da Procuradoria Municipal e o Presidente do conselho.

Belmonte

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2020

Publicação Nº 2514312

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2020

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de pregão eletrônico a ser utilizado pelo departamento de Compras, Licitações e Contratos, para realizarem futuras contratações para o município de Belmonte/SC, em decorrência da obrigatoriedade desta municipalidade utilizar esta modalidade de licitação quando estejam envolvidos recursos da união, decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, para aquisição de bens e a contratação, conforme decreto nº 10.024/2019. Extinguindo a competição, caracterizando a inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de junho de 2020.

GENESIO BRESSIANI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

Publicação Nº 2514321

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
Registro de Preços

Objeto: aquisição de material de expediente, destinado a atender as diversas secretarias municipais e departamentos da administração municipal do Município de Belmonte, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h00min do dia 19/06/2020, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08h00min do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de junho de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 56/2020**

Publicação Nº 2513779

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 56/2020

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADA: COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA (75.342.097/0001-10)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA DISTRIBUIÇÃO A FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CRAS VISANDO ATENDER AO PROGRAMA DE COMBATE E PREVENÇÃO AO COVID-19.

VALOR TOTAL: R\$ 1.039,50 (mil e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 e LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.

Benedito Novo, 05 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

LEI 1.982/2020 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

Publicação Nº 2513869

Lei nº 1982, de 27 de maio de 2020

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento

JEAN MICHEL GRUNDAMNN, Prefeito de Benedito Novo/SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade Fundo Municipal de Saúde de Benedito Novo, no valor de R\$ 77.055,00 (setenta e sete mil e cinquenta e cinco reais), conforme dotações orçamentárias relacionadas na tabela abaixo:

04.001.0010.0302.0400.2410 Apoiar e Manter Hospitais 33350000000000000000 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Lucrat.	01020000	77.055,00
---	----------	-----------

Total Geral da Suplementação	77.055,00
------------------------------	-----------

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das dotações relacionadas na tabela abaixo:

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações Diretas	01020000	77.055,00
--	----------	-----------

Total Geral da Anulação	77.055,00
-------------------------	-----------

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, 27 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 27 de maio de 2020.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

LEI 1.983/2020 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO A FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, COM INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS, VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO [...]

Publicação Nº 2513933

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Lei nº 1.983, de 03 de junho de 2020.

Autoriza o Município de Benedito Novo a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com interveniência do Instituto Geral de Perícias, visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município de Benedito Novo autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias, visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 03 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.
Benedito Novo, aos 03 de junho de 2020.

Joice Aparecida Costa
Auxiliar Administrativo I

NOTA DE ESCLARECIMENTO - PP 50/2020

Publicação Nº 2513948

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

**NOTA DE ESCLARECIMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2020
Pregão Presencial nº 50/2020**

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, esclarece aos interessados que questionaram que os fardamentos objetos do presente edital deverão atender as especificações técnicas conforme a seguir:

ITEM 02 - COBERTURA CAQUI PADRÃO PMSC

Tecido – tipo rip stop, na cor caqui padrão PMSC

Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC)

- 67% poliéster e 33% algodão
- Tolerância: ± 3 p.p.

Densidade (Norma NBR 10588/15) (fios/cm)

- Urdume - 41,0
- Trama - 19,5
- Tolerância: ± 8%

Gramatura (Norma NBR 10591/08) (g/m2)

- 225 g/m2
- Tolerância: ± 8%

Título (Norma NBR 13216/94) (Ne)

- Urdume – 19,44 – Tolerância de 15%
- Trama – 18 – Tolerância de 17%

Resistência e Alongamento (Norma NBR 11912/01)

- Resistência (kgf)
- Urdume - 100
- Trama – 58
- Tolerância: valor de referência mínimo
- Alongamento (%)
- Urdume - 14
- Trama – 16
- Tolerância: valor de referência mínimo

Pilling (Norma ISO 12945-1)

- Nota: 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

Estrutura (Norma NBR 12546/91)

- Tecido maquinado, alto relevo, com armação predominante em tela – tipo Rip Stop

Identificação da Classe do Corante

- Indanthren
- Poliéster - Classe do corante – Disperso
- Algodão- Classe do corante - Reativo

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**Solidez da Cor****- Ao Suor (NBR ISO 105 E04/14)**

- Ácido - 5
- Alcalina – 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

- À Fricção (NBR ISO 105 X-12/07)

- seco – 4/5
- úmido – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo

- Ao Cloro (Norma 61 (IVA)/13 da AATCC)

- Migração algodão – 4/5
- Alteração –4
- Tolerância: valor de referência mínimo

- A Luz (NBR ISO 105 B02/07) – Aparelho Xenotest 150 S (30 horas)

- Nota: 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

Cálculo da Diferença de Cor (Norma 173/09 da AATCC)

- Illuminate D65 – 10º Equação:CIELAB
- $L^* = 47,38$
- $a^* = 4,05$
- $b^* = 14,90$ - $DE < 1,20$

Descrição:

O boné será montado por 06 (seis) partes, onde serão colocados 06 (seis) ilhoses medindo 5,0mm de diâmetro (medido na parte interna), de metal ouro velho, sendo 01 (um) em cada gomo (traseiros, rentes e laterais), ficando a uma distância de 6,5cm do centro do botão.

Na parte superior do boné um botão plástico revestido com o mesmo tecido.

Gomos frontais, dublado com entretela de tecido, 100% algodão, gramatura 125g/m², fusionada, de forma a manter o boné armado, gomos laterais e traseiros sem dublagem de entretela (conforme modelo Padrão PMSC).

Bordado frontal - centralizado, padrão PMSC, bordado nas cores: vermelho, branco e verde nas faixas laterais e os círculos: em azul com cinturão de estrelas em prata, o seguinte em dourado e o último em vermelho com estrela em prata; as inscrições em preto. Com aproximadamente 9.185 pontos.

Pala de PVC - (aba interna), PVC normal, material extrusado, tendo entre 6,5cm a 7,0cm de largura na frente, revestida com o mesmo tecido do corpo na parte superior e parte inferior (ambas sem colagem).

Regulador traseiro- regulado através de velcro 20,0mm, revestido com tecido principal. Velcro na cor cáqui padrão PMSC, com dimensão de 80,0mm para cada lado do regulador, tendo entre os regulares uma abertura em forma de arco (entre os dois gomos traseiros). (velcro fêmea no regulador externo e macho no interno)

Linhas - da mesma cor do tecido (bege) em poliéster, título 80, koban ou similar.

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

Carneira – medindo 30mm de largura, na cor caqui, composta de viés de tecido 100% algodão meia goma, plástico lisolene e entre o viés meia goma e o lisolene uma camada de espuma. Filete de non woven com 8mm de largura, branco ou natural, contornando a cobertura junto a carneira, sendo colocado junto a borda do tecido do boné (parte interna).

Acabamentos - Viés de tecido 100% algodão na cor caqui, aplicado internamente na abertura traseira medindo de 8,0mm a 10,0mm pronto. Fechamento dos gomos da copa em máquina reta, coberto internamente por viés de tecido 100% algodão medindo de 13,0mm a 15,0mm, na cor caqui, aplicado em máquina de pesponto duplo.

Etiqueta interna – com especificação de tamanho, empresa fornecedora, composição, fabricante do tecido e modo de lavar, costurada na parte interna traseira (embutida no viés sobre a união dos gomos traseiros).

MEDIDAS (em cm)	TAMANHOS				
	P	M	G	GG	Tolerância
Aba (A)	6,5	6,5	6,5	6,5	+0,5
Altura Frontal (B)	15,5	16	16,5	17	±0,5
Altura Lateral (D)	15,8	16,3	16,8	17,3	±0,5
Altura Parte Traseira (E)	11	11	11	11	±0,5
Tamanho do Regulador (F)	8	8	8	8	±0,5
Profundidade da Copa (G)	10	10,5	11	11,5	±0,5
Circunferência da Copa (c/ regulador no tamanho mínimo (H)	55	57	59	61	±1,0
Distância do centro do Botão a borda do Ilhós (I)	6,5	6,5	6,5	6,5	±0,5

OBS: Os laudos devem apresentar as mesmas unidades de medidas desta especificação, bem como os testes que devem ser realizados no tecido, com base nas normas também informadas nesta especificação.

Se restarem dúvidas poderá ser exigido da licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, amostra da Cobertura Operacional Rip Stop para Praças e Oficiais até Nível Intermediário modelo PMSC ofertada.

ITEM 3 – BLUSA DE LA PULOVER CAQUI PADRÃO PMSC**Linha de Composição da Malha**

Cor caqui padrão PMSC. (Norma AATCC – 173) – Iluminante D65-10º L = 39,05

a* = 4,17

b* = 11,51

DE < 1,20

Referência – Linha tipo Canaã da Belcryn Lansul, cor 775.

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

Composição do fio (norma 20/13 e 20A/14 da AATCC) - dois cabos, formado por um de poliéster e outro de acrílico, formando um único fio composto por 80% acrílico e 20% poliéster. (Tolerância de +/-10% na composição da mesma, entre fios).

Densidade (NBR 12060/91)

Cursos – 4 a 5 cursos/cm

Colunas – 4 a 5 colunas/cm

Gramatura (NBR 10591/08) – 393,00g/m2. (± 8,0%)

Solidez de Cor ao Suor (NBR ISO 105 E04/14) (valores mínimos).

- Ácido – Migração acrílico – 4-5
- Migração Poliéster – 4-5
- Alteração – 4-5
- Alcalino – Migração Acrílico – 4-5
- Migração poliéster – 4-5
- Alteração – 4-5

Solidez ao Cloro (Norma 61 (IVA) /13 AATCC) (valores mínimos).

- Migração Algodão – 4
- Alteração – 4

Solidez da Cor a Fricção (NBR ISO 105 X-12/07) (valores mínimos)

- Seco – 4/5
- Úmido - 4

Solidez de Cor à Luz (NBR ISO ISO105 B02/07)

- Aparelho Xenotest Q-SUN (30 horas)
- Temp. na placa negra: Max 45°C
- Quebra na escala azul: quebra 6
- Resultado – 4/5 (valor mínimo)

Ribana (acabamento da manga e barra); (NBR 13462/95) – dupla, malha sanfonada 2/1.

Bandeira Bordada do Estado de Santa Catarina

- a) no mínimo de 16.000 pontos.
- b) nas cores padrão
- c) com o tamanho de 8,0cm de comprimento e 6,0cm de largura;
- d) Contorno de acabamento na bandeira – Nas mesmas cores da bandeira (vermelho e branco).
- e) Linha para o bordado – no 120 – 100% poliéster.
- f) Imagem da Bandeira de Santa Catarina

Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

- a) Tipo Etiqueta Tecida
- b) Fios 100% poliéster.
- c) Fundo – tafetá plus com 55 fios/cm e 56 bat/cm.
- d) Urdume – 100 dtex
- e) Trama – 76 dtex

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

f) Figura (inscrição) – 76 dtex

g) A inscrição da fita vermelha deverá ser em cor branca (“05 DE MAIO” no lado esquerdo do laço, e “DE 1835” no lado direito do laço).

h) As inscrições deverão estar afastadas 4,0mm da borda do escudo, medida está tomada na linha imaginária que divide o escudo em duas metades no sentido vertical.

As inscrições “POLÍCIA MILITAR” e “SANTA CATARINA” devem ser em fonte Arial negrito tamanho 18.

a) O centro das inscrições ficará a 4,0mm de cada borda;

b) Fabricante referência: Haco Etiquetas Ltda.

c) Fios 100% poliéster.

d) Fundo – tafetá plus com 55 fios/cm e 56 bat/cm;

e) Urdume – 100 dtex

f) Trama de fundo – 76 dtex

g) Figura (inscrição/desenhos) – 76 dtex

h) Acabamento corte.

Tecidos dos reforços.

a) Referência: Tipo Terbrim da Santista Têxtil S/A

b) Cor Caqui, cor 750, nuance 555 (para Ref. Santista) padrão PMSC

c) Norma AATCC – 173 – Iluminante D65-10º

- $L^* = 49,26$ - $a^* = 5,45$ - $b^* = 13,06$ - $DE < 1,20$ d) Composição (norma 20/13 e 20A/14 da AATCC) – 67% poliéster e 33% algodão. (± 3).**Botões**

Botões caqui, de nylon fosco, da mesma cor do tecido, tamanho 24, com quatro furos, abaulado na parte superior (Modelo Padrão PMSC).

Características do Modelo

a) Ribana dos punhos e da cintura, dupla, medindo 7,5cm de altura (pronta). Do decote, dupla remalhada

medindo 3,0cm de altura (pronta).

b) Todas as costuras devem ser em máquina overlock (4 fios), para evitar desfiamento e ou esgarçamento nas costuras (exceto o decote).

c) Mangas

Manga direita

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

Deverá ser costurada a uma distância de 4,0cm da costura do ombro, centralizada pela junção de ombro e pela platina, a bandeira do Estado de Santa Catarina. A bandeira deverá ser costurada com linha branca sobre a faixa branca e linha vermelha sobre a faixa vermelha.

Deverá ser costurado com linha na cor caqui contornando-o, a uma distância de 4,0cm da costura do ombro, centralizado pela junção de ombro e pela platina, o escudo com brasão da Polícia Militar de SC.

Reforços

Nos ombros e cotovelos, um reforço com tecido de cor caqui.

Nos ombros

Palas com acabamento em costuras duplas (linha da mesma cor do tecido). A medida de todas das palas serão 29,0cm junto a manga e 32,0cm próximo a ribana do decote (sendo 17,0cm nas costas e 15,0cm na frente), a largura das palas deverá obedecer a grade de medidas; as palas são inteiras, sem emendas na costura do ombro e devem ficar na mesma altura (frente e costas).

Nos cotovelos

Os reforços de forma elíptica com eixo maior (na vertical) medindo 20,0cm e eixo menor com 4,0cm; com acabamento em overlock (linha da mesma cor do tecido) e costuras duplas em todo o contorno.

Etiqueta

Etiqueta de pano, com indicativo de número de manequim, da firma fornecedora da confecção e do fabricante do fio, costurada na parte interna, no lado direito, logo acima da barra, informando ainda a composição e modo de lavar.

Platina

Platina de ombro de tecido caqui especificado no item 2.2.4, uma de cada lado, com 14,0cm de comprimento no centro, e 11,5cm nas laterais, terminando em forma de seta, com 6,0cm de largura junto ao ombro e 5,0cm de largura nos vértices laterais da seta, com base costurada junto ao ombro (manga) e a extremidade superior abotoada próxima a gola, através do caseado. Deverá ter pesponto simples de 0,5cm em todo contorno, com 3,5 a 4,0 pontos/cm. Forrada internamente com entreteela.

Característica Especial do Modelo

O modelo deverá ter caída de ombro para frente e inclinação da cava do ombro em relação a ribana da gola.

Grade de Medidas (medidas em centímetros)

Manequim	Medidas					
	Tórax	Ribana	Comprimento da manga c/	Comprimento total	Largura Pala	Cotoveleira

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

			punho			
PP	51	7,5	61	63	14	14 x 20
P	53	7,5	62	65	15	14 x 20
M	55	7,5	63	67	16	14 x 20
G	57	7,5	64	69	17	14 x 20
GG	59	7,5	65	71	18	14 x 20
XG	61	7,5	66	73	19	14 x 20
Tolerância	De - 1 a + 2	De -0,5 a+0,5	De - 1 a + 1	De - 1 a + 2	De -0,5 a+0,5	De -0,5 a+0,5

Se restarem dúvidas poderá ser exigido da licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, amostra da Blusa de lã (Pulôver) modelo PMSC ofertado.

ITEM 6 – CAMISA GOLA POLO CAQUI PADRÃO PMSC**TECIDO:** Meia malha PA, na cor caqui padrão PMSC**Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC)**

- 50% Algodão / 50% Poliéster
- Tolerância: ± 5 p.p.

Gramatura (Norma NBR 10591/08) (g/m2)

- 180 g/m2
- Tolerância: $\pm 6\%$

Título fio (NBR 13216/94)

- 30 (Ne)
- Tolerância: $\pm 6\%$.

Densidade (NBR 12060/91):

- Cursos/cm – 25
- Colunas/cm – 16
- Tolerância: $\pm 8\%$

Solidez da Cor à lavagem doméstica e comercial (60°C - NBR ISO 105 C06/10 -

- Migração Poliéster – 4
- Migração Algodão – 4
- Alteração – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo

Solidez da Cor ao Suor (NBR ISO 105 E04/14):

- Ácido
- Migração Poliéster – 4

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

- Migração Algodão – 3/4
- Alteração – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo. Alcalina
- Migração Poliéster – 4
- Migração Algodão – 3/4
- Alteração – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo.

Solidez da Cor ao Cloro (Norma 61 (IVA)/13 da AATCC)

- Migração algodão – 4
- Alteração – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo.

Solidez da Cor À luz artificial (Norma NBR ISO 105 B02/07) 25 horas: -Nota: 4

- Tolerância: valor de referência mínimo.

Encolhimento (NBR 10320/88; após 1º lavagem; Secagem tambor rotativo): No máximo 5%.**Pilling (Norma ISO 12945-1)**

- Nota: 4
- Tolerância: valor de referência mínimo.

Cálculo da Diferença de Cor (Norma 173/09 da AATCC)

Illuminate D65 – 10º

L* = 48,04

a* = 5,28

b* = 16,39

DE < 1,50

DESCRIÇÃO:

Camisa gola polo, manga curta, cor caqui padrão PMSC, com caída de ombro para frente de 2,0cm (± 0,5cm).

AVIAMENTOS:

Linha: na cor do tecido (caqui), em poliéster, título 120, Koban ou similar. Linha: na cor do tecido, 100% poliéster, texturizada (balon);

Botões: em nylon, caqui (padrão PMSC), fosco, com 4 furos, tamanho 18, abaulado na parte superior externa;

Entretela: tecida, termocolante, 100% algodão, cor branco óptico, com aproximadamente 120g/m², acabamento firme para gola;

Entretela: de papel 40gr, própria para peitinho, com picote de 3,0cm de largura; Cadarço: 100% algodão com 1,0cm de largura, na cor caqui.

COSTURAS:

Junção de cava/mangas e fechamento da manga e lateral em overlock, bitola média (0,5cm).

Junção de ombro em interlock, bitola média (0,1cm).

Fechamento e pespontos da gola e do peitinho, acabamento do debrum em máquina reta.

Bainha barras e mangas em cobertura duas agulhas (Bitola 0,7 cm).

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

Pespontos: 4 a 5 pontos por cm.

Caseado: as casas para botões terão acabamento de modo a impedir desfiamento, rupturas ou esgarçamento.

DESCRIÇÃO:

Ombro: com caída de 2,0cm para frente (tolerância de $\pm 0,5$ cm). Fechado em interlock, fixando o cadaço de reforço internamente. Pesponto simples 0,5cm sobre as costas.

Gola: polo, da mesma malha do corpo, forrada internamente com entretela 100% algodão, medindo 7,0cm de largura nas extremidades e 8,0 cm no centro das costas ($\pm 0,5$ cm de tolerância), com pesponto simples 0,5cm da borda, fixada em overlock, debrum da própria malha em todo o decote interno, rebatido em máquina reta com arremate no início e fim.

Frente e costas: As partes anteriores e posteriores terão formas ligeiramente elípticas, com cavas proporcionais ao manequim. Peitilho com abertura de 16,0cm e 3,0cm de largura, forrado internamente com entretela de papel, base com pesponto formando retângulo 3,0cm x 0,8cm. Fechamento com 03 botões (equidistantes) e caseados na vertical.

Mangas e barra: com bainha de 2,0cm de largura, rebatida em cobertura duas agulhas bitola larga (0,7cm).

A medida deverá ser da costura superior até a dobra do tecido.

Serigrafia:

Lado esquerdo – na altura do peito Brasão de Armas da PMSC, colorido nas cores padrão.

Etiqueta: com indicativo do manequim, firma fornecedora da confecção, composição do tecido e modo de lavar, aplicadas no centro do decote traseiro interno.

Se restarem dúvidas poderá ser exigido da licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, amostra da Camisa Gola Polo cáqui modelo PMSC ofertada.

ITEM 7 - CALÇA OPERACIONAL CAQUI EM RIP STOP PADRÃO PMSC

Tecido – tipo rip stop, na cor caqui padrão PMSC

Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC)

- 67% poliéster e 33% algodão
- Tolerância: ± 3 p.p.

Densidade (Norma NBR 10588/15) (fios/cm)

- urdume - 41,0 trama - 19,5
- Tolerância: $\pm 8\%$

Gramatura (Norma NBR 10591/08) (g/m²)

- 225 g/m²
- Tolerância: $\pm 8\%$

Título (Norma NBR 13216/94) (Ne)

- Urdume – 19,44 – Tolerância de 15%

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

- Trama – 18 – Tolerância de 17%

Resistência e Alongamento (Norma NBR 11912/01)

- Resistência (kgf)
- Urdume - 100
- Trama – 58
- Tolerância: valor de referência mínimo
- Alongamento (%)
- Urdume - 14
- Trama – 16
- Tolerância: valor de referência mínimo

Pilling (Norma ASTM D 3512/10)

- Nota: 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

Estrutura (Norma NBR 12546/91)

- Tecido maquinado, alto relevo, com armação predominante em tela – tipo Rip Stop

Identificação da Classe do Corante

- Indanthren
- Poliéster - Classe do corante – Disperso
- Algodão- Classe do corante - Reativo

Solidez da Cor**- Ao Suor (NBR ISO 105 E04/14)**

- Ácido - 5
- Alcalina – 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

- à Fricção (NBR ISO 105 X-12/07)

- Seco – 4/5
- úmido – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo

- Ao Cloro (Norma 61 (IVA)/13 da AATCC)

- Migração algodão – 4/5
- Alteração – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo

- A Luz (NBR ISO 105 B02/07) – Aparelho Xenotest 150 S (30 horas)

- Nota: 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

Cálculo da Diferença de Cor (Norma 173/09 da AATCC)

- Iluminante D65 – 10º Equação: CIELAB
- L* = 47,38
- a* = 4,05
- b* = 14,90
- DE < 1,20

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br****Aviamentos****Linha:** na cor do tecido (caqui), em poliéster título 80, Koban ou similar.**Botões:** em nylon, caqui (padrão PMSC), fosco, com 4 furos, tamanho 24, abaulado na parte superior externa.**Zíper:** de metal anti-ferruginoso, caqui, 12,0cm de comprimento para os tamanhos de 36 a 38, 15,0cm para os tamanhos de 40 a 46 e 18,0cm para os demais tamanhos.**Entretela:** Em tecido 100% algodão, cor branco ótico, termo colante, peso 125g/m² (+/- 10%), acabamento firme.**Costuras:**

- Junção do gancho traseiro, junção do entre pernas, junção lateral em máquina interlok, bitola 1,0cm.
- Fixação dos bolsos, das lapelas dos bolsos, do zíper, união do gancho frontal, pesponto lateral da perna, acabamento do cós, vivos dos vincos e pesponto para bainha da abertura dos bolsos em máquina reta.
- Boca das pernas, abertura dos bolsos (lateral da perna e traseiro), limpeza das lapelas, da braguilha e do gancho frontal em overlock.
- Pespontos: 3,5 a 4 pontos /cm.
- Gancho frontal (abaixo da braguilha), abertura do bolso frontal e vinco das pernas com pesponto simples em máquina reta, iniciando próximo da borda.
- Costuras laterais da perna com pesponto simples 0,5cm de largura.
- Bolsos e lapelas dos bolsos com pesponto duplo iniciando próximo da borda.
- Caseado: as casas para os botões terão acabamento de modo a impedir desfiamento, rupturas ou esgarçamento.

Detalhamentos da peça**Cós:** tecido duplo, com o mesmo tecido da calça, largura de 4,5cm, acabamento das pontas com travetes e fechamento com botão; o caseado deverá ser feito na ponta direita do cós de maneira que o botão não fique aparente, deverá ter acabamento de modo a impedir desfiamento, rupturas ou esgarçamento. Contendo 07 passadores externos para cinta, do mesmo tecido da calça, embutidos na parte inferior do cós e travetados na borda superior. O passador central traseiro terá 2,5cm de largura e os demais passadores terão 1,0cm de largura, distribuídos da seguinte forma: laterais junto a costura de união lateral das pernas, os traseiros centralizados entre o traseiro central e os laterais e os frontais junto ao vinco pelo lado externo.**Bolsos:**

- Bolsos Frontais – Dois bolsos, um de cada lado, embutidos, abertura conforme tabela de medidas e 29,0cm de profundidade (+/- 1,0cm), paralelos em relação às costuras laterais, iniciando junto à costura do cós e na parte superior separado aproximadamente 0,5cm da costura lateral. Espelho e vista interna em tecido principal, tendo no mínimo 6,0cm de largura, de maneira a evitar que o forro apareça em demasiado. Travetados nas extremidades. Os forros internos dos bolsos deverão ser arredondados. O fechamento do bolso deverá ser em overlock com costura embutida e pesponto simples externo próximo a borda.

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

- Bolso Traseiro – dois, um em cada perna, com 16,0cm de largura e 17,0cm de altura, tendo uma prega macho (aberta - para permitir a expansão do bolso) vertical de 4,0cm de largura. Abertura com limpeza em overlock e bainha simples de 2cm. Deverá ser fechado por dois botões através de lapelas duplas, de maneira que os botões não fiquem aparentes. Lapela externa da largura do bolso e 6,0cm de altura, forrada internamente com entretela.

Pesponto duplo em todo o contorno (lapelas e bolsos). Extremidade superior dos bolsos e das lapelas com travetes.

- Bolso Lateral da Perna – dois, um em cada perna, com 17,0cm de largura e 19,0cm de altura, tendo uma prega macho (aberta - para permitir a expansão do bolso) vertical de 4,0cm de largura. Abertura com limpeza em overlock e bainha simples de 2cm. Deverá ser fechado por dois botões através de lapelas duplas, de maneira que os botões não fiquem aparentes. Lapela externa da largura do bolso e 6,0cm de altura, forrada internamente com entretela. Pesponto duplo em todo o contorno (lapelas e bolsos). Extremidade superior dos bolsos e das lapelas com travetes. Posicionado conforme tabela de medidas.

Braguilhas: fechada por zíper, travetes na parte inferior para não haver rupturas. Pesponto simples em máquina reta, iniciando 3,5cm da borda.

Pernas: ligeiramente cônicas, com vinco frontal e traseiro costurado em máquina reta próximo a borda (1,0 a 2,0mm) boca com medida conforme tabela, arrematada com overlock, sem bainha. Laterais com pesponto simples 5mm da borda.

Ganchos: - Gancho traseiro – deverá ser costurado em toda extensão com máquina interlock.

- Gancho dianteiro- com limpeza em overlock, junção até a braguilha em máquina reta e com pesponto simples a 0,2cm da borda.

Pence traseira – uma em cada lado, para ajuste da cintura, costurada com máquina reta, terminando abaixo da lapela, centralizada pelo bolso traseiro.

Etiquetas: com indicativo do manequim, firma fornecedora da confecção e do fabricante do tecido, costuradas internamente junto ao primeiro passador dianteiro do lado esquerdo, informando composição do tecido e modo de lavar.

Obs. A linha do travete deverá ser na cor do tecido.

GRADE DE MEDIDAS (em centímetros)

NUMERAÇÃO /ITENS	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
Cintura	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
Quadril	48	50	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70	72
Coxa	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43
Gancho Dianteiro	23,5	24	24,5	25	25,5	26	26,5	27	27,5	28	28,5	29	29,5
Gancho Traseiro	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Entre pernas sem barra	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83	83

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

Ilharga sem cós e sem barra	103,5	104	104,5	105	105,5	106	106,5	107	107,5	108	108,5	109	109,5
Abertura dos bolsos frontais	16	16	16	17	17	17	18	18	18	19	19	19	19
Altura do bolso lateral (s/ cós até o início da lapela)	30	30,5	31	31,5	32	32,5	33	33,5	34	34,5	35	35	35
Boca	22	22	23	23	24	24	25	25	26	26	26	26	26
TOLERÂNCIA	+/- 1,0												

Se restarem dúvidas poderá ser exigido da licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, amostra da Calça Operacional masculina Rip Stop modelo PMSC ofertada.

ITEM 9 – CAMISA OPERACIONAL MASCULINA MANGA LONGA E MANGA CURTA**Tecido** – tipo rip stop, na cor caqui padrão PMSC**Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC)**

- 67% poliéster e 33% algodão
- Tolerância: ± 3 p.p.

Densidade (Norma NBR 10588/15) (fios/cm)

- Urdume - 41,0
- Trama - 19,5
- Tolerância: $\pm 8\%$

Gramatura (Norma NBR 10591/08) (g/m²)

- 225 G/m²
- Tolerância: $\pm 8\%$

Título (Norma NBR 13216/94) (Ne)

- Urdume – 19,44 – Tolerância de 15%
- Trama – 18 – Tolerância de 17%

Resistência e Alongamento (Norma NBR 11912/01)

- Resistência (kgf)
- Urdume - 100
- Trama – 58
- Tolerância: valor de referência mínimo
- Alongamento (%)
- Urdume - 14
- Trama – 16
- Tolerância: valor de referência mínimo

Pilling (Norma ASTM D 3512/10)

- Nota: 5

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

- Tolerância: valor de referência mínimo

Estrutura (Norma NBR 12546/91)

- tecido maquinado, alto relevo, com armação predominante em tela – tipo Rip Stop

Identificação da Classe do Corante

- Indanthren
- Poliéster - Classe do corante – Disperso
- Algodão- Classe do corante - Reativo

Solidez da Cor**- Ao Suor (NBR ISO 105 E04/14)**

- Ácido - 5
- Alcalina – 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

- À Fricção (NBR ISO 105 X-12/07)

- Seco – 4/5
- Úmido – 4
- Tolerância: valor de referência mínimo

- Ao Cloro (Norma 61 (IVA)/13 da AATCC)

- Migração algodão – 4/5
- Alteração –4
- Tolerância: valor de referência mínimo

- A Luz (NBR ISO 105 B02/07) – Aparelho Xenotest 150 S (30 horas)

- Nota: 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

- Cálculo da Diferença de Cor (Norma 173/09 da AATCC)

- Illuminate D65 – 10º Equação: CIELAB
- $L^* = 47,38$
- $a^* = 4,05$
- $b^* = 14,90$
- $DE < 1,20$

- Descrição:

Camisa operacional masculina, em tecido tipo rip stop, cor caqui padrão PMSC, gola social, botões cobertos por vista dupla, manga curta, com queda de ombro de 2,0cm para frente (+/- 0,5cm).

- Aviamentos:

Linha: Na cor do tecido (caqui), em poliéster 80 koban ou similar.

Botões: padrão PMSC, caqui, de nylon fosco, tamanho 24, com 4 furos, abaulado na parte superior externa.

Entretela: Em tecido 100% algodão, cor branco ótico, termo colante, peso 125g/m2(+/- 10%), acabamento firme.

- Costuras:

- Junção ombro, junção manga /cava, junção manga e junção lateral em máquina interlok, bitola 1,0cm.

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

- Bainhas (barra, mangas e bolsos), vista frontal, platina de ombro, fixação da gola, da bandeira, do brasão, dos bolsos e lapelas de bolso em máquina reta.
- Limpeza das lapelas e abertura dos bolsos em overlock Pespontos: 3,5 a 4 pontos /cm
- Gola e platina de ombro com pesponto simples, iniciando a 0,5cm da borda.
- Bolsos e lapelas de bolso, pesponto duplo iniciando próximo da borda.
- Caseados: verticais, as casas para os botões terão acabamento de modo a impedir desfiamento, rupturas ou esgarçamento.

- Detalhamento da peça

Gola: tipo social, formada por gola e pé de gola, forrada internamente com entretela, com 7,0cm de largura na ponta e 4,0cm no meio (tolerância +/- 0,5cm), comprimento de acordo com tabela de medidas, tendo as pontas 1,5cm a mais que o colarinho, deixando as mesmas com o formato levemente agudo. Pespontada em todo o contorno, iniciando a 0,5cm da borda. Em ambas as pontas deverão ser bordadas duas garruchas cruzadas com fio amarelo ouro e contorno em preto, centralizadas a 3,5cm da ponta da gola (conforme especificação desenho anexo). Pé de gola com acabamento arredondado e com pesponto de 0,2cm em seu contorno.

Manga: Curta, comprimento conforme tabela de medidas, tendo bainha enfraldada de 2,0cm. Costuras de junção lateral, junção de manga e junção de manga/cava devem estar alinhadas (desenho anexo).

- Manga direita - aplicada a uma distância de 4,0cm da costura do ombro, a bandeira do Estado de Santa Catarina, tecida em tafetá plus, nas cores padrão; com 8,0cm de comprimento e 6,0cm de altura.

Características para confecção da bandeira:

- Fios 100% poliéster.
- Fundo – tafetá plus com 55 fios/cm e 56 bat/cm;
- urdume – 100 dtex
- Trama de fundo – 76 dtex
- Figura (inscrição/desenhos) – 76 dtex- Bandeira com acabamento corte/dobra;

OBS: - A bandeira deverá ser costurada com linha na cor vermelha sobre a faixa vermelha e com linha na cor branca sobre a faixa branca.

- Manga esquerda - aplicada a uma distância de 4,0cm da costura do ombro, o escudo com brasão da Polícia Militar de SC, tecida em tafetá plus, nas cores padrão; com 8,2cm de altura e 5,8cm de largura.

Características para confecção do brasão

- Fios 100% poliéster.
- Fundo – tafetá plus com 55 fios/cm e 56 bat/cm;
- urdume – 100 dtex
- trama de fundo – 76 dtex
- Figura (inscrição) – 76 dtex

- Ambos os distintivos das mangas deverão estar alinhados (centrados) com a platina do ombro.

- **Bolsos:** 02 (dois) bolsos frontais na altura do peito, com 12,0cm (+/- 0,5cm) de largura e 15,0cm (+/- 0,5cm) de altura, tendo uma prega macho vertical de 4,0cm de largura (aberta - para permitir a expansão do bolso).

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

Deverá ser fechado por dois botões através de lapelas duplas, de maneira que os botões não fiquem aparentes. Lapela externa da largura do bolso e 6,0cm de altura, forrada internamente com entretela. Pesponto duplo em todo o contorno (lapelas e bolsos). Extremidade superior dos bolsos e das lapelas com travetes. Na lapela do bolso esquerdo haverá uma abertura de 2,5cm na costura para passagem da caneta.

- **Frente e costas:** As partes anteriores e posteriores terão forma ligeiramente acinturadas. Abertura frontal, lado esquerdo com vista dupla de 3cm, cobrindo os botões, sendo a vista inferior 2mm aproximadamente menor que a superior e lado direito com vista simples de 2,5cm. A frente será fechada 07 (sete) botões, sendo o primeiro botão fixado no pé de gola, o segundo 7cm distante do primeiro e os demais distribuídos em espaços iguais. Deverá ser colocado um botão extra na parte interna, próximo à bainha.

- **Barra:** enfraldada com 1 cm.

- **Platinas:** De ombro, uma de cada lado, formato de seta, forrada internamente com entretela. Centralizada sobre a costura do ombro, tendo a ponta fixada através de caseado e botão próximo à gola. Deverá ter pesponto simples de 0,5cm em todo contorno (desenho abaixo).

- **Etiqueta:** com indicativo de número de manequim, da firma fornecedora da confecção e do fabricante do tecido, costurada na parte traseira interna do colarinho, informando ainda a composição do tecido e modo de lavar.

- **TABELA DE MEDIDAS** (em centímetros)

ITENS	Numeração	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Tolerância das medidas										
Tórax	De -1 a +2	48	52	56	60	64	68	72	76	80	84
Espalda	De -1 a +1	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
Manga Curta (com bainha feita)	De -0,5 a + 0,5	25	25	25,5	26	26,5	27	27,5	27,5	27,5	27,5
Boca da manga	De -0,5 a + 0,5	18	18,5	19,5	20	21	21,5	22,5	23	24	24,5
Contorno de cava	De -1 a +1	52	54	56	58	60	62	64	66	68	70
Comprimento total (com bainha feita)	De -1 a +2	70	72	74	76	78	79	80	80	80	80
Colarinho	De -1 a +1	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56

Se restarem dúvidas poderá ser exigido da licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, amostra da Camisa Operacional masculina Rip Stop modelo PMSC ofertada.

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**ITEM 10 - CAMISETA BRANCA DRY COM BRASÃO PADRÃO PMSC**

Camiseta em malha 100% poliamida com as características de **FPS 50+ (UV-A e UV-B) e DRY permanentes no tecido**. Cor branca padrão PMSC. Com manga curta e gola redonda padrão PMSC. Com caída de ombro 2,0cm para frente (tolerância de +/-0,5cm).

CARACTERÍSTICAS DO TECIDO

- a) Tecido malha poliamida:
- b) Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC) - 100% poliamida. Tolerância: Não permitida variação.
- c) Identificação da Poliamida (procedimento interno) – Poliamida 6.6 Tolerância: Não permitida variação. Quantidade de filamentos (NBR 15291/05) – 68 filamentos. Tolerância: +/- 3%.
- d) Gramatura (NBR 10591/08) – 135 g/m2 Tolerância: +/- 8%.
- e) Título (ABNT NBR 13216/94): 80,00 Dtex. Tolerância: +/- 6%.
- f) Determinação das alterações dimensionais – Lavagem em máquina doméstica automática e secagem em Tumbler (ABNT NBR 10320/88): Largura: -5,00 % (encolhimento máximo) Comprimento: - 5,00 % (encolhimento máximo)
- g) Solidez da cor ao Suor (NBR ISO 105 E04/14): Ácido – 4/5 Alcalino – 4/5 Tolerância: Valor de referência mínimo.
- h) Solidez da cor ao Cloro (AATCC 61 (IVA): Migração Algodão = 4/5. Alteração = 4 Tolerância: Valor de referência mínimo.
- i) Solidez da cor à fricção (NBR ISO 105 X-12/07): Seco – 5. Úmido – 5. Tolerância: Valor de referência mínimo.
- j) Solidez da cor à lavagem doméstica e comercial (Norma ABNT NBR ISO 105 C06/10 – A1S): Migração Poliamida – 5 Migração algodão – 5 Alteração – 5 Tolerância: Valor de referência mínimo.

AVIAMENTOS

Linha: na cor do tecido, em poliéster, título 120, Koban ou similar; Linha: na cor do tecido, 100% poliéster, texturizada (balon);

ACABAMENTO

- a) **Ombro:** com caída de 2,0cm para frente (tolerância de +/-0,5cm).
- b) **Decote:** redondo, com gola no mesmo tecido e cor da camiseta, com altura de 2,0cm, aplicada em overlock e pesponta em cobertura duas agulhas bitola estreita (4,0mm). A união da gola deverá ficar centralizada nas costas.
- c) **Mangas e barra:** com bainha de 2,0cm de largura, rebatida em cobertura duas agulhas bitola larga (7,0mm). A medida deverá ser da costura superior até a dobra do tecido.
- d) **Serigrafia:**
 - d.1.) **Lado esquerdo** – na altura do peito Brasão de Armas da PMSC, colorido nas cores padrão.
- e) **Costuras:** União de ombro, união de cava/mangas e fechamento da manga e lateral em overlock, bitola média (0,5cm). Pespontos 4 a 5 pontos por cm.

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

f) Etiqueta: com indicativo do manequim, firma fornecedora da confecção, composição do tecido e modo de lavar, embutidas na ribana no centro do decote traseiro interno.

Se restarem dúvidas poderá ser exigido da licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, amostra da Camiseta branca modelo PMSC ofertada.

ITEM 13 - CAMISA COMBAT SHIRT CAQUI PADRÃO PMSC**TECIDO PRINCIPAL:** Tipo rip stop, na cor caqui padrão PMSC**Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC)**

- 67% poliéster e 33% algodão
- Tolerância: ± 3 p.p.

Densidade (Norma NBR 10588/15) (fios/cm)

- Urdume - 41,0
- Trama - 19,5
- Tolerância: $\pm 8\%$

Gramatura (Norma NBR 10591/08) (g/m²)

- 225g/m²
- Tolerância: $\pm 8\%$

Título (Norma NBR 13216/94) (Ne)

- Urdume – 19,44 – Tolerância de 15%
- Trama – 18 – Tolerância de 17%

Resistência e Alongamento (Norma NBR 11912/01)

- Resistência (kgf)
 - Urdume – 100
 - Trama – 58
 - Tolerância: valor de referência mínimo
- Alongamento (%)
 - Urdume – 14
 - Trama – 16
 - Tolerância: valor de referência mínimo

Pilling (Norma ISO 12945-1)

- Nota: 5
- Tolerância: valor de referência mínimo

Estrutura (Norma NBR 12546/17)

- Tecido maquinado, alto relevo, com armação predominante em tela - tipo Rip Stop

Identificação da Classe do Corante

- Indanthren
 - Poliéster - Classe do corante – Disperso
 - Algodão - Classe do corante – Reativo

Solidez da Cor

- Ao Suor (NBR ISO 105 E04/14)

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

- Ácido – 5
- Alcalina – 5
- Tolerância: valor de referência mínimo
- À Fricção (NBR ISO 105 X-12/07)
 - Seco – 4/5
 - Úmido – 4
 - Tolerância: valor de referência mínimo
- Ao Cloro (Norma 61 (IVA)/13 da AATCC)
 - Migração algodão – 4/5
 - Alteração – 4
 - Tolerância: valor de referência mínimo
- À Luz (NBR ISO 105 B02/07) – Aparelho Xenotest Q-SUN – Modelo Xe-2 (30 horas)
 - Nota: 5
 - Tolerância: valor de referência mínimo

Cálculo da Diferença de Cor (Norma 173/09 da AATCC)

- Illuminate D65 – 10º
- $L^* = 47,38$
- $a^* = 4,05$
- $b^* = 14,90$
- $DE < 1,20$

TECIDO MALHA: Meia malha com elastano, na cor caqui, padrão PMSC**Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC)**

- 48% Poliéster / 46% Algodão / 6% Elastano
- Tolerância: ± 3 p.p.

Gramatura (Norma NBR 10591/08) (g/m²)

- 260 g/m²
- Tolerância: $\pm 6\%$

Estrutura (ABNT NBR 13462/1995)

- Meia malha
- Tolerância: não permitida variação.

Densidade (Norma 12060/1991)

- Cursos/cm – 25
- Colunas/cm – 15
- Tolerância: $\pm 6\%$

Resistência ao estouro (ABNT NBR 13384/95)

- 8 kgf/cm²
- Tolerância: valor de referência mínimo.

Solidez da Cor

- Ao Suor (NBR ISO 105 E04/2014)
 - Ácido
 - Migração Poliéster – 4/5

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

- Migração Algodão – 4/5
- Alteração – 4/5
- Tolerância: valor de referência mínimo.
- Alcalino
 - Migração Poliéster – 4/5
 - Migração Algodão – 4/5
 - Alteração – 4/5
 - Tolerância: valor de referência mínimo.

- À fricção (ABNT NBR ISO 105 X-12/2007)

- Seco – 5
- Úmido – 4/5
- Tolerância: valor de referência mínimo.

Encolhimento (ABNT NBR 10320/1988)

- Largura – 5% (Máximo)
- Comprimento – 5% (Máximo)

Cálculo da diferença de cor (NORMA 173/09 da AATCC)

- Iluminante D65 – 10º – CIELAB

L* 46,60

a* 5,95

b* 15,37

DE < 1,80

AVIAMENTOS:

Linha: na cor do tecido, em poliéster, título 120, Koban ou similar;

Linha: na cor do tecido, 100% poliéster, texturizada (balon);

Zíper: de nylon fino, invertido, tamanho 20,0cm, na cor caqui;

Zíper: de nylon fino, tamanho 18, na cor caqui;

Entretela 100% poliéster com aproximadamente 65g/m²;

Entretela: tecida, termocolante, 100% algodão, cor branco óptico, com aproximadamente 170g/m², acabamento firme;

Velcro: de 2,0cm, 5,0cm, e no formato da divisa, na cor caqui.

ESPECIFICAÇÕES DO CORTE E DEMAIS CARACTERÍSTICAS:

Frente e costas: em meia malha. As partes anteriores e posteriores terão formas ligeiramente elípticas, com cavas tipo raglan, proporcional ao manequim, unidas em interlock ou em overlock + reta (costura de 1,0cm) e com pesponto simples de 0,7cm sobre o corpo. Parte inferior da cava com nesga (recorte em meia malha), medindo aproximadamente 17,0cm para a manga e 11,0cm para a cava, podendo variar conforme tamanho, unido em interlock ou em overlock + reta (costura de 1,0cm) e com pesponto simples de 0,7cm sobre o mesmo.

Abertura frontal parcial de 20,0cm, fechada por zíper de nylon invertido que termina na extremidade superior da gola alta. Em sua extremidade superior, o zíper é sobreposto por uma pequena aba (lapela dobrada), confeccionada em meia malha entretelada, medindo 2,5cm de largura. A aba na

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO**

CNPJ: 83.102.780/0001-08

Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC

CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487

Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br

face externa do zíper, se inicia 2,5cm abaixo da extremidade superior do zíper e estende-se à face interna do zíper até sua extremidade inferior. A função dessa aba é proteger o usuário do contato com o zíper e essa extensão de 2,5cm voltada para a face externa da peça evita o atrito do queixo do usuário com o cursor do zíper.

Gola: alta, entretelada, com 5,5cm de altura (tolerância de +/- 0,5cm), sendo confeccionada em tecido tipo rip stop no lado externo e em meia malha no lado interno, com pesponto simples de 0,2cm em todo o contorno.

Na parte da frente, na altura do peito, lado esquerdo, deverá ser estampado através do processo de silkscreen, o Brasão de Armas da PMSC, colorido nas cores padrão.

Mangas: em tecido rip stop, tipo canhão, com acabamento através de punho sobreposto, medindo 5,0cm de largura, aplicado com pesponto duplo. Velcro fêmea (macio) medindo 20,0cm x 5,0cm para os tamanhos até M e 22,0cm x 5,0cm para os demais tamanhos, aplicado sobre o punho a aproximadamente 3,0cm da costura de união da manga (parte da frente).

Lapela retangular, medindo 5,0cm de largura por 10,5cm de comprimento, com pesponto duplo nas extremidades, ponta com velcro macho (áspero) medindo 9,0cm x 5,0cm, e embutida na costura de fechamento da manga para ajuste conforme necessidade.

Manga esquerda: contendo um bolso sobreposto, medindo 18,5cm de largura por 21,0cm de altura (Tolerância de +/- 0,5cm), com uma abertura próximo a lateral (frente) de aproximadamente 18,0cm, fechada através de zíper, de forma que o zíper abra de cima para baixo, sendo coberto por 02 vivos (embutidos um em cada lado) medindo aproximadamente 0,5cm de largura cada, pesponto simples de borda no contorno da abertura. Lateral do bolso (costas) com acréscimo de tecido de 3,0cm formando fole. Bolso aplicado a 20,0cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0cm para os demais tamanhos), com pesponto duplo em todo o contorno e com pesponto simples de 0,2cm na fixação do fole. Travete nas extremidades do fole.

Costurada sobre o bolso, a 1,5cm de distância da borda superior do bolso da manga, o Brasão da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, tecida em tafetá plus, nas cores padrão, padronagem cetim de trama, composição 100% poliéster, medindo 8,2cm de altura e 5,8cm de largura (+/- 4mm). Costurado com linha na cor caqui acompanhando o contorno.

OBS: o Brasão deverá ser fixado antes do bolso para não interferir na abertura do mesmo.

Características para confecção do brasão:

- Tipo: Etiqueta Tecida
- Título urdume 100/36
- Título trama fundo 76/30
- Título trama figura 76/30
- Densidade urdume 56 fios/centímetro
- Densidade trama 56 fios/centímetro
- Acabamento: calandragem e recorte a laser.

Manga direita: costurada a uma distância de 22,5cm da costura da gola para o tamanho M (graduação de 1,0cm para os demais tamanhos), centralizada pela junção de ombro, a Bandeira do Estado de Santa Catarina, tecida em tafetá plus, nas cores padrão, padronagem cetim de trama,

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

composição 100% poliéster, medindo 6,0cm de altura e 8,0cm de largura (+/- 4mm). Costurada com linha branca sobre a faixa branca e linha vermelha sobre a faixa vermelha.

Características para confecção da bandeira:

- Tipo: Etiqueta Tecida
- Título urdume 100/36
- Título trama fundo 76/30
- Título trama figura 76/30
- Densidade urdume 56 fios/centímetro
- Densidade trama 56 fios/centímetro
- Acabamento: calandragem e recorte a laser.

Velcro mangas: Para os praças deverá ser costurado um velcro fêmea em cada manga, na cor caqui, no formato de divisa, sendo no lado esquerdo aplicado 1,0cm abaixo do brasão da PMSC, sobre o bolso (OBS: o velcro deverá ser fixado antes do bolso para não interferir na abertura do mesmo). E do lado direito aplicado 2,0cm abaixo da bandeira, em máquina reta com pesponto simples de beira. Velcro macho de igual tamanho deverá acompanhar o velcro fêmea.

Barra: com bainha de 2,5cm de largura, rebatida em cobertura duas agulhas bitola larga (7,0mm). A medida deverá ser da costura superior até a dobra do tecido.

Costuras: junção de manga e laterais em interlock ou em overlock + reta (costura de 1,0cm) Pespontos 3,5 a 4 pontos por cm.

Etiqueta: com indicativo do manequim, firma fornecedora da confecção, composição do tecido e modo de lavar, costurada na parte traseira interna do colarinho.

GRADE DE MEDIDAS (em centímetros)

ITENS	Numeração	PP	P	M	G	GG	XG	XGG
	Tolerância das medidas							
Tórax	De -1 a +2	45	49	53	57	61	65	69
Comprimento total	De -1 a +2	69	71	73	75	77	79	81
Comprimento manga	De -1 a +1	79	81	83	84	85	86	87

Estamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas que ainda possam surgir.

Publique-se.

Benedito Novo/SC, 04 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

PORTARIA N° 121/2020 - AFASTAMENTO PREVENTIVO

Publicação N° 2513357

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ N° 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA N° 121/2020, 20 DE MAIO DE 2020.

AFASTAMENTO PREVENTIVO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município; e art. 227 a 231 da Lei Complementar n° 04, de 22-12-95; e Considerando ainda a edição dos Decreto n° 020/2020, de 17 de março de 2020; Decreto n° 028/2020, de 30 de março de 2020; e Decreto n° 038, de 15 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1° - Determinar o afastamento preventivo das atividades laborativas presenciais, das servidoras gestantes, como segue: Dayana Anacleto Satake, Patricia Pereira Nones, Carla Cristine da Silva, Neide Eliane Bertram.

Parágrafo Único – O afastamento das atividades laborativas presenciais seguirá na vigência do Decreto n° 038/2020, de 15 de abril de 2020, ou qualquer outro fato relevante ou superveniente, com efeitos a contar de 19 de março de 2020, conforme estabelece o Decreto n° 20/2020, de 17 de março de 2020.

Art.2° - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA N° 122/2020 - CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

Publicação N° 2513359

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ N° 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA N° 122/2020, DE 20 DE MAIO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar n°4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder licença-prêmio ao servidor IVAN EVARISTO, ocupante do cargo de Operário, símbolo OP, anexo I, sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos de Benedito Novo, quinquênio de 03-03-2013 a 02-03-2018, com recebimento em Gozo pelo Período de 01 de abril de 2020 a 29 de junho de 2020.

Art. 2° - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 123/2020 - AFASTAMENTO PREVENTIVO

Publicação Nº 2513360

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 123/2020, 20 DE MAIO DE 2020.

AFASTAMENTO PREVENTIVO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município; e art. 227 a 231 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95; e Considerando ainda a edição dos Decreto nº 020/2020, de 17 de março de 2020; Decreto nº 028/2020, de 30 de março de 2020; e Decreto nº 038, de 15 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o afastamento preventivo das atividades laborativas presenciais, da servidora Anay Stela de Oliveira, na vigência do Decreto nº 038/2020, de 15 de abril de 2020, art. 3º, § 1º, III, ou qualquer outro fato relevante ou superveniente, com efeitos a contar de 19 de março de 2020, conforme estabelece o Decreto nº 20/2020, de 17 de março de 2020.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 124/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2513363

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 124/2020, DE 20 DE MAIO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 049/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2011; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 11 de dezembro de 2020 ou até o retorno da titular, o que acontecer primeiro, o prazo da Portaria nº 049/2020 de 10-02-2020, que contratou a Servidora DAIANA DOS PASSOS REINHOLD, ocupante do cargo de Psicólogo, símbolo PC, Anexo I, sub anexo V, do quadro de servidores do Município, aprovada no Processo Seletivo 005/2019, em substituição a Servidora Anay Stela de Oliveira, que se encontra afastada de suas atividades, em referência ao Decreto 038/2020 de 15/04/2020, art. 3º, § 1º, III.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 125/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 420/2020

Publicação Nº 2513366

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 125/2020, DE 20 DE MAIO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 420/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo feita pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até o final da gestação, mais o período de estabilidade prevista em lei, o prazo da Portaria nº 420/2019 de 11-12-2019, que contratou, a Servidora DAYANA ANACLETO SATAKE, ocupante do cargo de Enfermeiro, do Quadro Geral dos Servidores Públicos Municipais, em referência ao Decreto 038/2020 de 15/04/2020, art. 3º, § 1º, III.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 126/2020 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2513783

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 126/2020, DE 20 DE MAIO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio ao servidor EGON BONNING, ocupante do cargo de Pedreiro, símbolo PD, anexo I, sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos de Benedito Novo, quinquênio de 03-05-2014 a 02-05-2019, com recebimento em Gozo pelo Período de 01 de março de 2020 a 29 de maio de 2020.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 20 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 127/2020 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 109/2020

Publicação Nº 2513786

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 127/2020, 22 DE MAIO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 109/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 05 de julho de 2020, o prazo da Portaria nº 109/2020, de 06/05/2020, que concedeu licença para tratamento de saúde a servidora IRENE LUZIA DA ROCHA ITNER, ocupante do cargo de Servente, símbolo SE, do Quadro dos Servidores Público Municipal de Benedito Novo, conforme a Comunicação de Decisão, Requerimento nº 199853989, Benefício nº 630.429.840-0, de 22-05-2020 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 22 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 128/2020 - APLICA MEDIDA DISCIPLINAR

Publicação Nº 2513858

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 128/2020, DE 27 DE MAIO DE 2020.

APLICA MEDIDA DISCIPLINAR.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar medida disciplinar, com Desconto na Folha de Pagamento das horas não trabalhadas e faltas ao serviço público não justificadas, conforme a Lei 1.334 de 28-09-2005, não registradas no Cartão Ponto do período de dia 06-04-2020 a 10-05-2020, dos Servidores em anexo:

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 27 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 129/2020 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 2513863

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 129/2020 DE 27 DE MAIO DE 2020.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", Lei Orgânica do Município; e, art. 227 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde para os servidores municipais, conforme Relatório dos Atestados Médicos, do período de 06 de abril de 2020 a 10 de maio de 2020, contendo 03 páginas, em anexo, e de acordo com a Lei nº 1.808 de 18 de novembro de 2015, onde institui Prêmio-Eficiência e Auxílio-Alimentação.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 27 de maio de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2020

Publicação Nº 2514021

DECRETO Nº 131/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

23. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2302.08.244.0006.2060	Proteção Social Básica	59.268,72
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	59.268,72
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos/Aplicação Direta	59.268,72

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DL60/2020-FMS

Publicação Nº 2513593

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2020-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA UPA DE BIGUAÇU, EM VIRTUDE DA COVID – 19, CONFORME O DECRETO DE MUNICIPAL Nº063/2020 E 069/2020.

EMPRESA CONTRATADA: SC HOSPITALAR LTDA

VALOR: R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil, trezentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

392 10/1 2043 33390303600000000000

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os



bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

A aquisição deste objeto é em virtude da emergencialidade em virtude do Coronavírus disease (COVID19), conforme Decreto Municipal 063/2020, declara emergencialidade, Decreto Municipal 069/2020 que declara situação de emergência, Decreto estadual 515/2020 no qual declara situação de emergência em todo o território catarinense conforme a Lei Federal 8666/93, art. 24, inciso IV, medida Provisória 926/2020, na qual dispõe sobre aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, sendo essencial essa aquisição para a entubação dos pacientes da UPA. O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade.

O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2020

Publicação Nº 2514170

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 06/2020

CONTRIBUINTE:	NNG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
ENDEREÇO:	RUA LIBORIO FRANCISCO GOEDERT, 1870, BAIRRO CENTRO - BIGUAÇU - SC		
Inscrição no CMC:	767328	CPF/CNPJ	14.678.190.0001-05
Processo Fiscal:	9255/2017	IF/AI/NL:	NL Nº 72/2020

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 003/2007, Em 01/09/2017 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento nº 9255/2017 de Regularização de Obra, sujeito a taxa de análise de projetos para obras de edificação residencial com área de 106,25 m².

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 003/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 003/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 86,54

Atualização monetária: R\$ 8,37

Multa de fiscalização: R\$ 34,17

Juros: R\$ 29,42

Valor total: R\$ 158,50

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu - SC, 02 de junho de 2020.

André Silva Fenner

Fiscal de Tributos

Matrícula nº 15055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2020

Publicação Nº 2514171

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 07/2020

CONTRIBUINTE:	NNG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
ENDEREÇO:	RUA LIBORIO FRANCISCO GOEDERT, 1870, BAIRRO CENTRO - BIGUAÇU - SC		
Inscrição no CMC:	767328	CPF/CNPJ	14.678.190.0001-05
Processo Fiscal:	9255/2017	IF/AI/NL:	NL Nº 71/2020

Notifica-se o contribuinte acima identificado com base na Lei ordinária nº2419/2007 que dispõe sobre a regularização de edificações estabelecida em seu artigo 7º, III, b o seguinte. Em 19/09/2017 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 8773/2017 de regularização de obra, sujeito a taxa de regularização da construção de edificação com área 106,25 m². Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento da referida Taxa de regularização conforme determina o dispositivo legal supramencionado.

Informações:

- a. Base legal, Lei nº2419/2007 artigo 7º, III, c/c Lei Complementar nº03/2007, Instrução Normativa nº 03/2017, artigo 4º, inciso I.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
- e. Multa: Art. 347I, da LC 003/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 612,73

Atualização monetária: R\$ 59,24

Multa de fiscalização: R\$ 241,91

Juros: R\$ 208,31

Valor total: R\$ 1.122,19

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 02 de Junho de 2020.

André Silva Fenner
Fiscal de Tributos
Matrícula nº 15055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2020

Publicação Nº 2514172

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 08/2020

CONTRIBUINTE:	IRAN EDSON DE CASTRO		
ENDEREÇO:	RUA 7 DESETEMBRO, 420, BAIRRO CENTRO - BIGUAÇU - SC		
Inscrição no CMC:	234834	CPF/CNPJ	910.660.189-87
Processo Fiscal:	3907/2017	IF/AI/NL:	NL Nº 37/2020

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 003/2007, Em 18/04/2017 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento nº 3907/2017 de Regularização de Obra, sujeito a taxa de análise de projetos para obras de edificação residencial com área de 235,29 m².

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 003/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007

- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
e. Multa: Art. 77, II da LC 003/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 191,65

Atualização monetária: R\$ 19,64

Multa de fiscalização: R\$ 76,06

Juros: R\$ 76,06

Valor total: R\$ 363,41

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu - SC, 03 de junho de 2020.

André Silva Fenner

Fiscal de Tributos

Matrícula nº 15055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 009/2020

Publicação Nº 2514174

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 09/2020

CONTRIBUINTE:	IRAN EDSON DE CASTRO		
ENDEREÇO:	RUA 7 DESETEMBRO, 420, BAIRRO CENTRO - BIGUAÇU - SC		
Inscrição no CMC:	234834	CPF/CNPJ	910.660.189-87
Processo Fiscal:	3907/2017	IF/AI/NL:	NL Nº 36/2020

Notifica-se o contribuinte acima identificado com base na Lei ordinária nº2419/2007 que dispõe sobre a regularização de edificações estabelece em seu artigo 7º, III, b o seguinte. Em 18/04/2017 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 3907/2017 de regularização de obra, sujeito a taxa de regularização da construção de edificação com área 235,29 m². Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento da referida Taxa de regularização conforme determina o dispositivo legal supramencionado.

Informações:

- a. Base legal, Lei nº2419/2007 artigo 7º, III, c/c Lei Complementar nº03/2007, Instrução Normativa nº 03/2017, artigo 4º, inciso I.
b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
e. Multa: Art. 347I, da LC 003/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.356,89

Atualização monetária: R\$ 139,09

Multa de fiscalização: R\$ 538,55

Juros: R\$ 538,55

Valor total: R\$ 2.573,08

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 03 de Junho de 2020.

André Silva Fenner

Fiscal de Tributos

Matrícula nº 15055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 010/2020

Publicação Nº 2514175

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 10/2020

CONTRIBUINTE:	MARIA DE LOURDES HAMMES THEISGUES		
ENDEREÇO:	RUA JOSÉ VITOR SCHMITZ, 40 BAIRRO FUNDOS - BIGUAÇU - SC		
Inscrição no CMC:	905356	CPF/CNPJ	868.654.479-72
Processo Fiscal:	83/2017	IF/AI/NL:	NL Nº 39/2020

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 003/2007, Em 18/04/2017 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento nº 83/2017 de Regularização de Obra, sujeito a taxa de análise de projetos para obras de edificação residencial com área de 80,26 m².

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 003/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 003/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 65,37

Atualização monetária: R\$ 7,16

Multa de fiscalização: R\$ 26,11

Juros: R\$ 28,29

Valor total: R\$ 126,93

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu - SC, 03 de junho de 2020.

André Silva Fenner

Fiscal de Tributos

Matrícula nº 15055

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 011/2020

Publicação Nº 2514177

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 11/2020

CONTRIBUINTE:	MARIA DE LOURDES HAMMES THEISGUES		
ENDEREÇO:	RUA JOSÉ VITOR SCHMITZ, 40, BAIRRO FUNDOS - BIGUAÇU - SC		
Inscrição no CMC:	905356	Inscrição no CMC:	905356
Processo Fiscal:	83/2017	Processo Fiscal:	83/2017

Notifica-se o contribuinte acima identificado com base na Lei ordinária nº2419/2007 que dispõe sobre a regularização de edificações estabelece em seu artigo 7º, III, b o seguinte. Em 06/01/2017 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento 83/2017 de regularização de obra, sujeito a taxa de regularização da construção de edificação com área 80,26 m². Agora, tendo conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, realizamos o lançamento da referida Taxa de regularização conforme determina o dispositivo legal supramencionado.

Informações:

- a. Base legal, Lei nº2419/2007 artigo 7º, III, c/c Lei Complementar nº03/2007, Instrução Normativa nº 03/2017, artigo 4º, inciso I.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007

d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
e. Multa: Art. 347I, da LC 003/2007

Montante Devido:
Tributo: R\$ 462,85
Atualização monetária: R\$ 50,72
Multa de fiscalização: R\$ 184,89
Juros: R\$ 200,29
Valor total: R\$ 898,75

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 03 de Junho de 2020.

André Silva Fenner
Fiscal de Tributos
Matrícula nº 15055

IL82/2020-PMB

Publicação Nº 2513317

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE 82/2020-PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

CONTRATADO: MAGNUM LUIZ SERPA

VALOR: O percentual de comissão a ser aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, com base no previsto no art. 24 do Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, considerando as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

JUSTIFICATIVA: A contratação faz-se necessária para que seja possível, através de Leilão, proceder ao desfazimento de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Biguaçu, sendo o leilão uma das formas permitidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e com a Instrução Normativa nº 17 de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), órgão que substitui o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

O processo tem fundamento legal no art. 25, II da Lei 8.666/93:

II – Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

O valor contratado conforme consulta prévia aparenta encontrar-se compatível com o praticado no mercado.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretário de Administração

PE 80-2020 PMB -FMS - FAMABI

Publicação Nº 2513815

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 80/2020-PMB- FMS FAMAB

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TRATORES, MOTOCICLETAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU PARA OS SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS NO PROCESSO 54/2020.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 05/06/2020, às 14:00h do dia 23/06/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 23/06/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1381/2020

Publicação Nº 2513907

PORTARIA Nº 1381 de 03 de junho de 2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 30HS - EDUCAÇÃO INFANTIL, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico n.º 9.265/2020, nos termos do art. 176, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Gerson da Silva, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Maria Fernanda Caminha de Souza, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, e Cristiane Góes, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3369/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 04/06/2020 a 04/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1382/2020

Publicação Nº 2514106

PORTARIA nº 1382 de 03 de junho de 2020

Prorroga suspensão dos contratos de trabalho dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme Decreto Estadual nº 562/2020, em decorrência da Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a suspensão dos contratos de trabalho dos seguintes servidores, relacionados abaixo, pelo período de 01/07/2020 a 31/07/2020.

1. Adesma Aparecida Guesser da Cunha – Professor I 10HS – Ensino Fundamental
2. Andreia Dal Annio Reis - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
3. Denise Cristina Miguel – Professor I 10HS – Ensino Fundamental

4. Joice Muller – Professor I 10HS – Ensino Fundamental
5. Joziane Maria Fernandes Costa - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
6. Luiza Alvina Marcelino Schmitz - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
7. Maria de Lourdes Lohn Coelho - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
8. Marilange Maria Nunes Muller - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
9. Rosimeri Ferreira dos Reis – Professor I 10HS – Ensino Fundamental
10. Sandra Mara de Andrade - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
11. Vania Maria de Souza Dutra - Professor I 10HS – Ensino Fundamental
12. Vania Neuza Melo Vieira – Professor I 10HS – Ensino Fundamental
13. Ana Maria de Oliveira – Professor II 10HS – Educação Infantil
14. Andressa Amaral Machado – Professor II 10HS – Educação Infantil
15. Caroline Feix – Professor II 10HS – Educação Infantil
16. Claudia da Silva Agostinho - Professor II 10HS – Educação Infantil
17. Cristiane Brito de Araujo – Professor II 10HS – Educação Infantil
18. Elizandra da Silva Florenço Marques - Professor II 10HS – Educação Infantil
19. Fabiana Aparecida Miranda Coutinho – Professor II 10HS – Educação Infantil
20. Fabiana de Souza – Professor II 10HS – Educação Infantil
21. Giseli Maria Vicente Tavares – Professor II 10HS – Educação Infantil
22. Juliana Correa Feltz – Professor II 10HS – Educação Infantil
23. Katia Izaura Marcelino Fernandes – Professor II 10HS – Educação Infantil
24. Maria de Fatima dos Santos - Professor II 10HS – Educação Infantil
25. Priscila Bernardo do Espirito Santo – Professor II 10HS – Educação Infantil
26. Raquel Alaide Lima Ventura Batista – Professor II 10HS – Educação Infantil
27. Rosangela Siegel – Professor II 10HS – Educação Infantil
28. Sandra Regina Lisboa – Professor II 10HS – Educação Infantil
29. Schimeni Rose da Silva Pereira – Professor II 10HS – Educação Infantil
30. Shirley Martins Koning Bezerra – Professor II 10HS – Educação Infantil
31. Simoni Ocampos Balestra – Professor II 10HS – Educação Infantil
32. Sirlene de Melo – Professor II 10HS – Educação Infantil
33. Stela Maris Sperandio Silveira – Professor II 10HS – Educação Infantil
34. Taisy de Agapito Rosa Delgado – Professor II 10HS – Educação Infantil
35. Tatiana Ferreira Cristofolini - Professor II 10HS – Educação Infantil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/07/2020.

Biguaçu, 03 de junho de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1383/2020

Publicação Nº 2514107

PORTARIA Nº 1383 de 04 de junho de 2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) ZENILDE MARIA FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – 30HS, lotada na Secretaria Municipal da Receita, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal Nº 127/2020, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/06/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1384/2020

Publicação Nº 2514114

PORTARIA nº 1384/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, JULIANA CARDOSO VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO - 40HS, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, no período de 01/06/2020 a 27/11/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1385/2020

Publicação Nº 2514115

PORTARIA nº 1385 de 04 de junho de 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) DEBORA REGINA CORREA MATOS, detentor do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, para exercer a Função de Confiança de GERENTE DE COMPRAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1386/2020

Publicação Nº 2514117

PORTARIA nº 1386 de 04 de junho de 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ROBERTO ANDRADE DA SOLEDADE, detentor do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA II (C – VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS), para exercer a Função de Confiança de DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PESADOS, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1387/2020

Publicação Nº 2514158

PORTARIA Nº 1387/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ELAINE ROBERTA CORREA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3029/2020 em anexo, no período de 05/03/2020 a 03/04/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1388/2020

Publicação Nº 2514159

PORTARIA Nº 1388/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA REGINA GONÇALVES MACHADO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA 30HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3488/2020 em anexo, no período de 11/03/2020 a 15/03/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1389/2020

Publicação Nº 2514160

PORTARIA Nº 1389/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALINE MARIA LAURINDO DE FRANCA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III 30HS – EDUCAÇÃO ESPECIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3186/2020 em anexo, no período de 01/03/2020 a 29/04/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1390/2020

Publicação Nº 2514162

PORTARIA Nº 1390/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JAIKISON ROMILDO DOS PASSOS, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR 20HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 2977/2020 em anexo, no período de 02/03/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1391/2020

Publicação Nº 2514163

PORTARIA Nº 1391/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALINE CRISTINA DA CUNHA, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR 20HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3373/2020 em anexo, no período de 09/03/2020 a 13/03/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1392/2020

Publicação Nº 2514164

PORTARIA Nº 1392/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TAMARA REGINA CARDOSO, ocupante do cargo temporário de SEGUNDO PROFESSOR 40HS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3190/2020 em anexo, no período de 08/03/2020 a 12/03/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1393/2020

Publicação Nº 2514165

PORTARIA Nº 1393/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SANDRO PERES MACHADO, ocupante do cargo comissionado de ASSISTENTE DA ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Laudo Médico Pericial em anexo, no período de 11/03/2020 a 13/03/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1394/2020

Publicação Nº 2514166

PORTARIA Nº 1394/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE VETERINÁRIO I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 2642/2020, no período de 17/02/2020 a 18/02/2020, 25/02/2020 a 26/02/2020 e 02/03/2020 a 03/03/2020.

Biguaçu, 04 de junho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PP 47-2020 PMB - FMS

Publicação Nº 2514156

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL – 47/2020 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE E TENDAS PARA A PREFEITURA DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Até às 13:45 horas, do dia 24 de junho de 2020;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 24 de junho de 2020;

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 4 de junho de 2020.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 24.134/2020

Publicação Nº 2513821

PORTARIA Nº 24.134, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE HELOISA JACOBS STRUBE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não ter tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 068/2020, de 27/05/2020, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública e Cadastro, a nomeação de:

HELOISA JACOBS STRUBE, nomeada através da Portaria FAEMA nº 787, de 23 de novembro de 2018, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento "A", aprovada pelo Concurso Público FAEMA nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 1º de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.146/2020

Publicação Nº 2513822

PORTARIA Nº 24.146, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

CONVOCA JUNTA MÉDICA, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP), PARA REALIZAR EXAME MÉDICO PERICIAL NA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUDMILA RIBEIRO KANDER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, e fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e atendendo ao pedido efetuado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPASD/ISSBLU, através do Memorando nº 001/2020 e encaminhamento efetuado pela Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal, por meio do Memorando nº 064/2020, de 02/06/2020, resolve:

Art.1º. CONVOCAR os servidores públicos municipais abaixo, para integrarem Junta Médica no âmbito do SESOSP, a fim de realizar exame médico, mediante laudo pericial, para avaliar a capacidade físico/mental da servidora pública municipal LUDMILA RIBEIRO KANDER, matrícula nº 40073, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada junto ao Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, a ser realizado na data de 01/07/2020, às 9h00min, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 48, 4º andar:

I- Dr. JOSÉ BISOGNIN NETO, CRM nº 15304, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dra. MELISSA HORVATH DE LIMA, CRM nº 14765, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS;

III- Dr. LEONARDO MOTTA FELÍCIO FERREIRA, CRM nº 12070, ocupante do cargo de Médico Perito, contratado em caráter temporário (ACT), junto ao Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica, através de seu Procurador legalmente constituído e apresentá-los ao SESOSP, com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.147/2020

Publicação Nº 2513823

PORTARIA Nº 24.147, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL S.R.P.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, e

Considerando as atas e os documentos acostados ao Memorando nº 525/2019 e 041/2010 – Gabinete SEMED, ambos encaminhados pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nº 23.366, de 17/09/2019 e nº 15.578, de 02/04/2012, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal S.R.P., matrícula nº 193046, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por infringir, em tese, arts. 176, III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.148/2020

Publicação Nº 2513824

PORTARIA Nº 24.148, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA VANESSA ANDREIA DA SILVA RECKELBERG, CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR DE PORTUGUÊS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando nº 073/2020, de 02/06/2020, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 10 de junho de 2020, VANESSA ANDREIA DA SILVA RECKELBERG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.149/2020

Publicação Nº 2513825

PORTARIA Nº 24.149, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO, PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando nº 072/2020, de 02/06/2020, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 10 de junho de 2020, os seguintes candidatos aprovados em concurso público, para ocuparem cargos de provimento efetivo:

JAQUES JILMAR MOSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARA REGINA FREITAS CALDAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

BIANCA RAFAELA HENKELS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

SOLANGE APARECIDA MAIDEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARIA NEUSA RIBEIRO NEGRETTI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

SILVANA MARIA KIENEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

CARLOS ROGÉRIO DIAS VIANA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

VANUZA AMARAL DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.150/2020

Publicação Nº 2513826

PORTARIA Nº 24.150, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 03 de junho de 2020:

ÉDER ANTÔNIO BORON, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Expediente, símbolo CC-2, lotado no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 24.010/2020;

CHRISTIANO SENS, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial do Gabinete, símbolo CC-2, lotado no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 23.092/2019;

JEFFERSON EDEMAR VOIGTLAENDER, do cargo de provimento em comissão de Diretor dos Serviços de Atendimento ao Público, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 24.029/2020;

BIANCA GRACINDO LUCAS, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC-2, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, nomeada pela Portaria nº 23.545/2019;

ANDRÉ DE MOURA DA CUNHA, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 23.576/2019;

OSCAR RAUTENBERG, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Rural, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, nomeado pela Portaria nº 23.545/2019;

NILTON ANTÔNIO SPENGLER, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Transportes, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, nomeado pela Portaria nº 24.010/2020;

ANDRÉ ALOISIO DE OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Urbanas, símbolo CC-3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, nomeado pela Portaria nº 24.077/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.151/2020

Publicação Nº 2513827

PORTARIA Nº 24.151, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA ÉLSON CAMPOS FERREIRA DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OUVIDORIA NA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007; no art. 50 da Lei Complementar nº 1.220, de 17/12/2018 e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, no dia 03 de junho de 2020:

ÉLSON CAMPOS FERREIRA, do exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Ouvidoria, símbolo CC-3, lotado na Controladoria-Geral do Município, nomeado pela Portaria nº 23.093/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.152/2020

Publicação Nº 2513828

PORTARIA Nº 24.152, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA MARCELLO SCHILIRÓ DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, no art. 22, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 721, de 21/09/2009 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, no dia 03 de junho de 2020:

MARCELLO SCHILIRÓ, do cargo de provimento em comissão de Coordenador Municipal do PROCON, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 23.761/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.153/2020

Publicação Nº 2513829

PORTARIA Nº 24.153, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de junho de 2020:

ÉDER ANTÔNIO BORON, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, símbolo CC-1;

JEFFERSON EDEMAR VOIGTLAENDER, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Rural, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade;

MARCELLO SCHILIRÓ, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Transportes, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.154/2020

Publicação Nº 2513831

PORTARIA Nº 24.154, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA ANDRÉ DA CUNHA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 42 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 22, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 721, de 21/09/2009 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de junho de 2020:

ANDRÉ DE MOURA DA CUNHA, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador Municipal do PROCON, símbolo CC-2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.155/2020

Publicação Nº 2513833

PORTARIA Nº 24.155, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de junho de 2020:

ROMEU HORST FRITZKE, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

NILTON ANTÔNIO SPENGLER, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Expediente, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito;

BIANCA GRACINDO LUCAS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Gabinete, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito;

ÉLSON CAMPOS FERREIRA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor dos Serviços de Atendimento ao Público, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.156/2020

Publicação Nº 2513835

PORTARIA Nº 24.156, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de junho de 2020:

OSCAR RAUTENBERG, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde;

CHRISTIANO SENS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal do Esporte;

BRENO CAIXETA VIEIRA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Orçamento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.157/2020

Publicação Nº 2513836

PORTARIA Nº 24.157, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de junho de 2020:

ESTER SANY DE SOUZA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Drenagem e Infraestrutura, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

CARLA RAFAELA EBEL, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Urbanas, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

ANA LÚCIA ABRÃO LATRÔNICO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos Urbanísticos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.158/2020

Publicação Nº 2513837

PORTARIA Nº 24.158, DE 03 DE JUNHO DE 2020.
NOMEIA CLAUDETE CARDOSO MARTINS TILLMANN PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007; no art. 50 da Lei Complementar nº 1.220, de 17/12/2018 e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 04 de junho de 2020:

CLAUDETE CARDOSO MARTINS TILLMANN, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Ouvidoria, símbolo CC-3, na Controladoria-Geral do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.159/2020

Publicação Nº 2513839

PORTARIA Nº 24.159, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLAITON PREVE DE MELO, PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ALBERTO STEIN".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 051/2020, de 02/06/2020, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Atendimento aos Servidores da SEMED, resolve:

DESIGNAR, a contar de 04 de maio de 2020, o servidor público municipal CLAITON PREVE DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar do Centro de Educação Infantil "Alberto Stein", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.160/2020

Publicação Nº 2513849

PORTARIA Nº 24.160, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZENIA PEREIRA SOARES AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR o retorno da servidora pública municipal ZENIA PEREIRA SOARES, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar de 01 de junho de 2020, conforme o Processo Administrativo nº 2020/05/003294.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.161/2020

Publicação Nº 2513850

PORTARIA Nº 24.161, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal

de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo 4º do artigo 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, combinado com o parágrafo 2º do artigo 5º do mesmo diploma legal, de acordo com a solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Memorando nº 073/2020 – Gabinete SEMED, de 20/05/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012 e alterações, para compor o Conselho Municipal de Educação – CME, na gestão 2017/2021, juntamente com os demais membros:

FERNANDA CRISTINA SCHWARZ, representante titular da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a JAKELINE DANIELA HOFFMANN PITZ, nomeada pela Portaria nº 23.681/2019, de 09/12/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.162/2020

Publicação Nº 2513851

PORTARIA Nº 24.162, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA – COMDEVI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 3º caput, incisos I e II, parágrafo único e no inciso III, do art. 4º, da Lei Complementar nº 288, de 13 de setembro de 2000, e em atenção ao Memorando nº 140/2020, de 01/06/2020, subscrito pelo Intendente Distrital da Vila Itoupava, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar n. 288, de 13 de setembro de 2000, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Distrito de Vila Itoupava – COMDEVI, juntamente com os demais membros:

RODRIGO ALVES CAPISTRANO e SUSANA RAQUEL BATISTA, representantes titular e suplente natos, respectivamente, da Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, em substituição a LEANDRO DA SILVA e ADRIANE SASSE EICHSTADT, nomeados pelas Portarias nºs 22.864, de 26 de abril de 2019 e 22.469, de 17 de dezembro de 2018;

LEANDRO DA SILVA, representante titular Do Gabinete do Prefeito – GAPREF, em substituição a JOÃO FRANCISCO BELTRAME, nomeado pela Portaria nº 22.864, de 26 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.163/2020

Publicação Nº 2513852

PORTARIA Nº 24.163, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLY SAMARA SASSO TELES ORTIZ DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, NO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no inciso II do artigo 11, combinado com o parágrafo 1º do artigo 17 da Lei Complementar nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, e atendendo ao pedido efetuado pelo Diretor Presidente do ISSBLU através do Ofício nº 23/2020, de 01/06/2020, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31 de maio de 2020, a servidora pública municipal KELLY SAMARA SASSO TELES ORTIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Auxiliar de Controle Interno - FGC-70%, no Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, designada pela Portaria nº 22.496, de 21 de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.164/2020

Publicação Nº 2513883

PORTARIA Nº 24.164, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HELOISE ANDRÉ, PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, NO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, alínea “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no inciso II, do art. 11 e §1º, do art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018, e atendendo ao pedido efetuado pelo Diretor Presidente do ISSBLU através do Ofício nº 23/2020, de 01/06/2020, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de junho de 2020, a servidora pública municipal HELOISE ANDRÉ, matrícula nº 40075, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Auxiliar de Controle Interno, concedendo-lhe a gratificação de FGC-70%, com as atribuições constantes no art. 17 da Lei Complementar nº 1.220, de 17 de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2020

Publicação Nº 2513900

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2020

Data da Homologação: 28 de maio de 2020. Objeto: Aquisição de materiais para limpeza, para uso nas unidades de ensino da rede municipal, conforme especificações constantes no edital – SEMED.
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas Vencedoras:

BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Item 01 – R\$ 11,15

MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item 02 – R\$ 4,31

Item 03 – R\$ 6,19

Item 07 – R\$ 1,19

Item 09 – R\$ 0,62

Item 10 – R\$ 5,45

Item 12 – R\$ 1,07

Item 21 – R\$ 1,69

Item 23 – R\$ 3,93

KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

Item 04 – R\$ 6,30

Item 05 – R\$ 8,29

Item 11 – R\$ 2,08

Item 13 – R\$ 34,00

Item 20 – R\$ 42,00

Item 26 – R\$ 7,45

PAULO ROBERTO DOS SANTOS EPP

Item 06 – R\$ 7,25

Item 18 – R\$ 6,30

Item 19 – R\$ 6,30

RGP LIMPEZA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI ME

Item 14 – R\$ 133,15

Item 22 – R\$ 30,90

CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI EPP

Item 15 – R\$ 21,90

Item 16 – R\$ 15,21

Item 24 – R\$ 4,30

SUELEN DAIANE KANIS ME

Item 27 – R\$ 19,32

Base Legal: De acordo com o pregão supracitado nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04 Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.
Blumenau, 04 de junho de 2020.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2020

Publicação Nº 2513902

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2020

Data da Homologação: 01 de junho de 2020. Objeto: Aquisição de equipamento gateway e fonte de alimentação para telefonia IP, para uso da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS e Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMUDES. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa Vencedora: IP2LINK TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EIRELI EPP - VALOR GLOBAL DE R\$ 236.708,00 (Duzentos e trinta e seis mil, setecentos e oito reais). Valores unitários: Item 01 - R\$ 8.524,00, Item 02 - R\$ 11.915,00, Item 03 - R\$ 3.800,00, Item 04 - R\$ 1.290,00.

Base Legal: De acordo com o pregão supracitado nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04 Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.
Blumenau, 04 de junho de 2020.

PREGÃO PRESENCIAL 06-2202/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2513913

DATA DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL 06-2202/2020.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES DA AUTARQUIA, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO – SAMAE., ENTREGA ENVELOPES: dia 23 de junho de 2020, até às 08h:30min, ABERTURA ENVELOPES: dia 23 de junho de 2020, às 09h:00min. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail marcelofileti@samae.com.br/outiagofelipe@samae.com.br/ou joaobremer@samae.com.br.Contato (47) 3331-8421. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 04/06/2020.

Michael Schneider
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7.714/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2513920

PORTARIA Nº 7.714/2020

Altera medidas impostas através da Portaria nº 7.681/2020 e dá outras providências.

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, no uso das atribuições do Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e ainda, com fundamento dos considerandos do Decreto nº 12.589 de 17 de março de 2020, nomeado pela Portaria nº 23.764/2020, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do Art. 8º da Portaria nº 7.681/2020, passando a constar a seguinte redação:

Art. 8º. Fica suspenso temporariamente:
(...)

II. O registro de frequência dos servidores e estagiários da Autarquia que estiverem atuando na modalidade home office, desde que autorizados pela chefia imediata.

§1º Aos servidores que estiverem em home office deverá ser apresentado relatório circunstanciado de suas atividades no período em que perdurar a condição.

§2º Para fins de pagamento, somente serão computadas as horas extras devidamente registradas através do sistema eletrônico de registro ponto.

§3º Aos servidores não atuantes na modalidade supracitada, deverão a partir de 08/06/2020, registrar o ponto diante do sistema eletrônico disponível nas dependências da Autarquia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Blumenau, 04 de junho de 2020.

Michael Raul Schneider
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 05/2020 - IDIVI

Publicação Nº 2513927

PORTARIA INTERNA IDIVI Nº 05, DE 3 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ORIUNDAS DO CONVÊNIO Nº 39/2019, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CIDASC, NO ÂMBITO DA INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA.

LEANDRO DA SILVA, Intendente Distrital de Vila Itoupava, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.234, de 6 de Junho de 2019, e considerando o disposto no artigo 4º da Lei Complementar 1.121 de 2018; além dos dispositivos do Decreto Municipal 12.326, de 12 de Setembro de 2019, e da Lei Complementar 1.300, de 1º de Junho de 2020, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Sidney Marcos da Silva, matrícula 141526, e a servidora Juliana Ângela Arnold, matrícula 218200, ambos ocupantes de cargos de provimento efetivo de Agente Administrativo, para auxiliarem nas atividades administrativas pactuadas entre o Município de Blumenau e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, no âmbito da Intendência Distrital de

Vila Itoupava.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA – BLUMENAU/SC, em 3 de Junho de 2020.

Adm. LEANDRO DA SILVA
Intendente Distrital de Vila Itoupava

EXTRATO Nº 195/2020 - FURB

Publicação Nº 2513929

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 195/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

SIRONA DENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ODONTOLÓGICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de aparelho de Raio-X extra bucal digital 3 em 1 (panorâmico, telerradiografia e tomografia) para o Departamento de Odontologia da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 002/2020 e Contrato nº 107/2020, firmado em 08 de junho de 2020.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária do presente Contrato é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca / Modelo	Preço Unitário (em R\$)
01	39598	01	Peça	Aparelho de Raio-X extra bucal digital 3 em 1 – panorâmico, telerradiografia e tomografia.	Orthophos SL 3D Ceph + Xelis Dental S + Sidexis SW W	290.000,00
Preço Total (em, R\$)				290.000,00		
Preço Total (em reais, por extenso)				Duzentos e noventa mil reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga, instalação e treinamento de usuários) do(s) material(is) desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 03/06/2020.

EXTRATO Nº 196/2020 - FURB

Publicação Nº 2513930

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 196/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
BATERIAS CHAPECÓ ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de baterias estacionárias para diversos equipamentos e sistemas gerenciados pela Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 103/2020 e Ata de Registro de Preços nº 108/2020, firmado em 08 de junho de 2020.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária do presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote: 01						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37141	10	Peça	Bateria estacionária 12V - 26Ah em regime de descarga de 20h (C20) e 25°C, com terminais em chumbo de furo passante. Fixação por parafusos, arruelas e porcas sextavadas em aço inox. Dimensões máximas da bateria (C x L x A) 180mm x 180mm x 180mm. Neste item pode ser fornecida bateria de capacidade superior desde que atenda as dimensões máximas. Modelo de referência: Heliar/Freedom DF300	260,00	2.600,00
2	30331	10	Peça	Bateria estacionária 12V - 36Ah em regime de descarga de 20h (C20) e 25°C, com terminais em chumbo de furo passante. Fixação por parafusos, arruelas e porcas sextavadas em aço inox. Dimensões máximas da bateria (C x L x A) 180mm x 180mm x 180mm. Neste item pode ser fornecida bateria de capacidade superior desde que atenda as dimensões máximas. Modelo de referência: Heliar/Freedom DF500	280,00	2.800,00
3	30557	30	Peça	Bateria estacionária 12V - 45Ah em regime de descarga de 20h (C20) e 25°C, com terminais em chumbo de furo passante. Fixação por parafusos, arruelas e porcas sextavadas em aço inox. Dimensões máximas da bateria (C x L x A) 220mm x 180mm x 180mm. Neste item pode ser fornecida bateria de capacidade superior desde que atenda as dimensões máximas. Modelo de referência: Heliar/Freedom DF700	330,00	9.900,00
4	31683	40	Peça	Bateria estacionária 12V - 60Ah em regime de descarga de 20h (C20) e 25°C, com terminais em chumbo de furo passante. Fixação por parafusos, arruelas e porcas sextavadas em aço inox. Dimensões máximas da bateria (C x L x A)	350,00	14.000,00

				250mm x 180mm x 180mm. Neste item pode ser fornecida bateria de capacidade superior desde que atenda as dimensões máximas. Modelo de referência: Heliar/Freedom DF1000		
5	30330	100	Peça	Bateria estacionária 12V - 105Ah em regime de descarga de 20h (C20) e 25°C, com terminais de rosca em aço inox e fixação por arruelas e porcas sextavadas em aço inox ou com terminais em chumbo de furo passante e fixação por parafusos, arruelas e porcas sextavadas em aço inox. Dimensões máximas da bateria (C x L x A) 340mm x 180mm x 250mm. Neste item pode ser fornecida bateria de capacidade superior desde que atenda as dimensões máximas. Modelo de referência: Heliar/Freedom DF2000	578,00	57.800,00
Garantia (em meses)				24 meses a contar da emissão da NF		
Preço Total do Lote 01 (em R\$)				87.100,00		
Preço Total do Lote 01 (em reais, por extenso)				Oitenta e sete mil e cem reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s)/produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 04/06/2020.

EXTRATO Nº 197/2020 - FURB

Publicação Nº 2513931

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 197/2020**

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
ICR 3 CIENTÍFICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de manutenção preventiva de diversos equipamentos do Laboratório de Combustíveis da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 110/2020 e Contrato nº 085/2020, firmado em 08 de junho de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 22.355,00 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais)**, conforme constante dos autos do processo de **Inexigibilidade de Licitação nº. 110/2020**, especialmente quanto a Proposta de **folhas 04 à 09**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	1	Serviço	Manutenção preventiva e calibração em APM7	2.295,00	2.295,00
2	1	Serviço	Manutenção preventiva e calibração RBC em AKV 202	3.825,00	3.825,00
3	1	Serviço	Manutenção preventiva e calibração em ACRM3	1.785,00	1.785,00
4	1	Serviço	Manutenção preventiva e calibração em AT500N	2.380,00	2.380,00
5	1	Serviço	Manutenção preventiva e calibração em APM8	2.295,00	2.295,00
6	3	Serviço	Calibração RBC em densímetro digital	1.275,00	3.825,00
7	1	Serviço	Deslocamento	5.950,00	5.950,00
Preço Total (em R\$)				22.355,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				Vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no *caput* do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 05/06/2020

CÂMARA MUNICIPAL**ANEXO 1 - DESPESA COM PESSOAL - 1ºQUADRIMESTRE 2020**

Publicação Nº 2513712

**Câmara Municipal de Blumenau**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Maio/2019 a Abril/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.611.832,12	0,00
Pessoal Ativo	18.345.656,43	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.277.879,58	0,00
Obrigações Patronais	3.067.776,85	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.266.175,69	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.211.286,86	0,00
Pensões	54.888,83	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.608,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.608,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	19.598.223,82	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.487.109.000,62	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	8.468.004,00	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	---
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA O CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.478.640.996,62	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	19.598.223,82	1,33
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	88.718.459,80	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	84.282.536,81	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	79.846.613,82	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1509-9809-276). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Blumenau. Data da emissão: 04/06/2020 e hora de emissão: 16:24.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO Nº 80/2020

Publicação Nº 2513904

DECRETO Nº 80/2020

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), institui a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos e dá outras providências.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, e ainda:

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e o disposto no Decreto Municipal nº 32, de 20 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

Considerando a perspectiva de aumento dos gastos e de redução da receita, ante a diminuição da atividade econômica, em decorrência do enfrentamento ao Coronavírus;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas, inclusive, para que se possa dar prioridade as despesas com a saúde;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de manutenção da receita;

Considerando a necessidade da correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas;

Considerando que o equilíbrio da execução orçamentária é exigência da qual a Administração não pode se afastar e em tempos de gastos extraordinários e recursos escassos, a correta aplicação dos recursos públicos se mostra ainda mais importante;

Considerando que, inobstante o art. 65, da LRF preveja a suspensão dos prazos constantes dos arts. 23, 31 e 70, mediante reconhecimento da declaração de emergência ou calamidade pública pelo Poder Legislativo, em nível Estadual ou Federal, o replanejamento das contas públicas é medida que se impõe;

Considerando que o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização são pontos fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando as orientações do TCE/SC, editadas em 27/03/2020, diante da situação de calamidade pública e de emergência Estadual e Municipais, declarados em razão do coronavírus, inclusive, no sentido de que:

Enquanto durarem os efeitos do Decreto nº 18.332/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, aplica-se o disposto no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000):

I - Os municípios estão dispensados do atingimento dos resultados fiscais fixados pelas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como de proceder à limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei Complementar n. 101/2000. II - Está suspensa a contagem de prazo para recondução ao limite máximo de despesas com pessoal, previsto no artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000, para os municípios que extrapolaram ou vierem a extrapolar o referido limite.

Encontram-se suspensas: I - as sanções previstas nos Parágrafos 3º e 4º do artigo 23 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, aos municípios que tenham extrapolado o limite máximo com despesas de pessoal antes da vigência ou enquanto durarem os efeitos do decreto de calamidade pública, e que não venham a cumprir as regras de recondução das despesas de pessoal aos referidos limites, ainda que o descumprimento venha a ocorrer no primeiro quadrimestre do ano corrente (no qual seria aplicável a regra do último ano de mandato). II - as sanções decorrentes do eventual descumprimento do limite máximo da dívida consolidada, previsto no artigo 31 da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Considerando a decisão proferida nos autos da ADIN 6357, do STF, em que restou afastada a incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF, restando por consequência, afastada a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação do Covid-19, para os Municípios que decretarem situação de calamidade pública.

DECRETA

Art. 1º. Ficam vedadas, exceto para os casos e serviços essenciais estabelecidos em Decreto Estadual e/ou Municipal ao enfrentamento do coronavírus:

I - a nomeação, contratação ou qualquer forma de admissão de pessoal para o serviço público municipal;

II - a concessão de vantagens, adicionais, gratificações ou quaisquer outros acréscimos pecuniários;

III - a realização e pagamento de serviços ou horas extraordinárias;

IV - a participação de servidores em eventos, congressos, seminários, etc., que impliquem em pagamento de inscrições, diárias ou indenização de despesas, inclusive de deslocamento;

V - a locação de novos imóveis.

Art. 2º. Para fins de redução de despesas, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas, sendo que algumas destas já estão previstas no decreto 36/2020:

I - concessão de licença prêmio aos servidores efetivos;

II - concessão de férias, aos servidores efetivos e comissionados, atualizando-se o número de férias que porventura já se encontrem vencidas;

III - concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos com período aquisitivo incompleto, exceto, aos servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde, aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 36, de 02 de abril de 2020 e aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município;

IV - adoção do trabalho na modalidade teletrabalho (home office) quando possível;
V - adoção de horário especial de expediente;
VI - reestruturação e revisão dos cargos comissionados, das funções gratificadas e de outras gratificações de natureza eventual;
VII - desvinculação dos servidores já aposentados pelo Regime Geral da Previdência, com fundamento na EC nº 103/2019;
VIII - realização de alterações de contratos e instrumentos congêneres para readequação de prazos, reequilíbrio econômico financeiro, suspensão, sustação ou até extinção contratual, nos termos das orientações do TCE, emitidas em 27/03/2020;
IX - verificação das disposições contratuais, identificando a possibilidade de suspensão total ou parcial, nos casos de serviços prestados em caráter continuado;
X - realização de compras coletivas, envolvendo a participação de distintas unidades da federação, como por exemplo, os consórcios públicos, com o propósito de gerar economia de escala e assim obter preços mais vantajosos, desde que atendidos os critérios estabelecidos para realização das licitações compartilhadas e emitidas pelo TCE/SC, em 27/03/2020;
XI - aderência a atas de registro de preços de outro órgão — “carona” — mesmo que de outra esfera de poder (municipal, estadual ou federal), obedecidas as condições do Prejulgado 1895, eis que a utilização do “carona” pode se mostrar vantajosa, tanto economicamente como para a qualidade, eficiência e efetividade da aquisição ou contratação;
XII - racionalização do consumo de água, energia elétrica, telefonia, correios, combustíveis e a utilização de máquinas e equipamentos nas Secretarias Municipais;
XIII - contingenciamento de aquisição de materiais de consumo, salvo aqueles de necessidade, notadamente quanto ao volume;
XIV - racionalização de despesas próprias com consultoria técnica;
XV - racionalização de liberação dos materiais de almoxarifado.
XVI - revisão de viagens a serem empreendidas com veículos oficiais, de representação ou não, independentemente da quilometragem, exceto os casos necessários ao enfrentamento ao coronavírus;
XVII - renegociação de locações de imóveis vigentes;
XVIII - suspensão e não implantação de novos projetos que resultem em aumento de despesa, salvo situações extraordinárias e projetos necessários de TI;
XIX - suspensão de cessões de pessoal para outros Órgãos, salvo se não houver ônus para o Município e excluídos os servidores da área da saúde.

Art. 3º. Para fins de manutenção da receita, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

I - realização de campanhas de conscientização da população, no sentido de que a aquisição de produtos e serviços locais, vai refletir no movimento financeiro e conseqüentemente na receita municipal;
II - prorrogação do prazo para pagamento dos tributos municipais, em cumprimento ao princípio da legalidade e da indisponibilidade dos créditos públicos;
III - ampliação da realização das compras públicas junto às micro e pequenas empresas incentivando sua sustentabilidade, colaborando para a estabilidade da economia local e preservando o emprego e a renda de seus cidadãos, devendo-se observar o disposto no capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado e simplificado nas aquisições públicas para as micro e pequenas empresas;
IV - levantamento acerca do número de trabalhadores autônomos existentes no Município, com objetivo de auxiliá-los no acesso as iniciativas do Governo Federal, como o Coronavoucher;
V - reavaliar todas as previsões orçamentárias do Município, vez que é necessário prever a intensidade do impacto e o desequilíbrio das contas públicas.

Art. 4º. Mesmo durante a situação de emergência, da excepcionalidade da situação, as prestações de contas e a transparência dos atos são medidas que se impõem, em cumprimento às Leis de Acesso à Informação, de Transparência e especialmente aos arts. 48 e seguintes da LRF.

Art. 5º. Fica instituída a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos, com a incumbência de acompanhar as ações de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental.

§ 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Controle e Acompanhamento dos gastos Públicos:

I – Maicon Liam Bombazaro– Secretário Municipal de Administração e Finanças;
II – Nírio Velho Júnior– Secretário Municipal de Compras e Licitações;
III – Giuliano Cordella Melo – Analista em Controle Interno;
IV – Aline Pereira Zomer – Assessora Jurídica do Município;
V – Saionara Dias – Contadora

§ 2º. A Comissão vai estabelecer um cronograma de trabalho e ao final apresentar um relatório conclusivo sobre as ações executadas para dar cumprimento ao presente Decreto acompanhado de proposta dos ajustes que entender necessários para assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decretos Estadual e Municipal que declararam situação de emergência ou calamidade pública.

Bom Jardim da Serra, 03 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 221/2020

Publicação N° 2513144

PORTARIA N° 221/2020
De 21 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO do cargo de Técnico em Informática, nível salarial ANS 6, o Sr. José de Lima de Souza, nascido em 30/08/1989, filho de Elizeu Velho de Souza e de Francisca de Lima de Souza, portador do RG: 4.419.561 e do CPF: 070.017.669-17, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 21 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 222/2020

Publicação N° 2513145

PORTARIA N° 222/2020
De 22 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA ao Sr. Oneide Nunes Zaneta, nascido em 20/09/1972, filho de Hamilton Nunes Zaneta e Djanira Cândido da Silva, portador do RG: 2.705.490 e do CPF:767.093.299-68, pelo período de 13/05/2020 a 11/07/2020.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir do dia 13 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 223/2020

Publicação N° 2513146

PORTARIA N° 223/2020
De 22 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA ao Sr. Marcelo Pereira, nascido em 18/12/1990, filho de Adiney Pereira e Beatriz Macêdo Pereira, portador do RG: 4.419.369 e do CPF:079.225.249-78, pelo período de 30/04/2020 a 07/05/2020.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir do dia 30 de abril de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, 22 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 224/2020

Publicação N° 2513148

PORTARIA N° 222/2020
De 25 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO do cargo de Farmacêutica, nível salarial ANS 8, a Sra. Diana Caroline Schneider da Silva, nascida em 28/12/1992, filha de Volnei da Silva e de Evanilde Aparecida Schneider, portadora do RG: 5.323.717 e do CPF: 075.306.969-55, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 25 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 225/2020

Publicação N° 2513151

PORTARIA N° 225/2020
De 26 de Maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - PRORROGAR POR MAIS UM ANO a contratação da Sra. ÉRICA VENINA LUZ ANTUNES, no cargo de Agente Comunitário de Saúde – localidade Fundo da Pitiça, nível salarial TSA - 11, portadora do RG: 5.266.513 e do CPF: 088.251.409-16, filha de Itamir de Souza Antunes e de Sebastiana Cruz da Luz Antunes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, produzindo seus efeitos, a partir do dia 17 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 26 de Maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 226/2020

Publicação N° 2513153

PORTARIA N° 226/2020
De 26 de Maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º -PRORROGAR POR MAIS UM ANO, a contratação da Sra. CAROLINE BORGES MIOTTO, no cargo de Agente Comunitário de Saúde na localidade de Vista Alegre, nível salarial TSA - 11, portadora do RG: 5.266.906 e do CPF: 075.225.189-97, filha de Anilto Miotto e de Sandra Regina Borges Miotto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos ,a partir do dia 15 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 26 de Maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 227/2020

Publicação Nº 2513156

PORTARIA Nº 227/2020
De 26 de Maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - PRORROGAR POR MAIS UM ANO a contratação ,da Sra. CAMILA DA ROSA MACHADO, no cargo de Técnico Administrativo, nível salarial AOG - 4, portadora do RG: 5.682.529 e do CPF: 108.700.489-61, filha de Valmir Antônio Machado e de Leila Terezinha da Rosa.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir do dia 14 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 26 de Maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 228/2020

Publicação Nº 2513448

PORTARIA Nº 228/2020
De 26 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO do cargo de Professora Municipal I, nível salarial C, a Sra. Andréia Borges, nascida em 13/08/1979, filha de Adélia Macedo Borges e de José Sadi Borges, portadora do RG: 3.926.022 e do CPF: 025.323.409-32 .
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 15 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 26 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 229/2020

Publicação Nº 2513450

PORTARIA Nº 229/2020
De 29 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR do cargo Secretário Adjunto do Planejamento, nível salarial DCA 4, o Sr. Simiel Córdova Nunes, nascido em 29/05/1989, filho de Antônio Ozair de Souza Nunes e de Inês Córdova Nunes, portador do RG: 4.359.743 e do CPF:074.495.119-40, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 230/2020

Publicação Nº 2513451

PORTARIA Nº 230/2020
De 29 de maio de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Gisele de Almeida, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, para exercer suas funções na Secretaria de Administração.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 12/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 29 de maio de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 231/2020

Publicação Nº 2513453

PORTARIA Nº 231/2020
De 01 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - SUSPENDER em caráter definitivo as atividades na modalidade home office dos servidores Maiara de Souza e Marcos Willian Fusther.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 28 de maio de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
01 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 232/2020

Publicação N° 2513454

PORTARIA N° 232/2020
De 01 de junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - SUSPENDER em caráter definitivo as atividades na modalidade home office da servidora Rosmari Ribeiro de Lima.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 01 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA N° 233/2020

Publicação N° 2513455

PORTARIA N° 233/2020
De 01 de Junho de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretária Adjunta do Planejamento, nível salarial DCA-4, a Sra. ANITA RAMOS ZANDONADI, nascida em 07/12/1995, filha de Ermes Zandonadi e de Maria Benta Pereira Ramos, portadora do RG: 5.042.646 e do CPF: 083.071.119-86, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 01 de junho de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 05/2020

Publicação Nº 2513538

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1013/2020
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 05/2020

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que a partir do dia 08 de junho de 2.020, está aberta a Inexigibilidade por Credenciamento, tendo como objeto credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídica para prestação de serviço de consulta medicas especializadas e exames de média e alta complexidade.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sito a Avenida Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, fone 049 3363 0200, pelo site: www.bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 05 de junho de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

701.06.20 - P. DES. ODONTOLOGA FRANCIELI ALTHOFF

Publicação N° 2513817

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 701/20 de 04.06.20

Designa Odontóloga Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso II da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Francieli Althoff, para atuar como Odontóloga, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde – Programa Saúde Bucal, no período de 04 de junho com término no dia 30 de novembro de 2020. Motivo: em virtude do excepcional interesse público, causado pela pandemia de Covid-19. Obs. Sem Processo Seletivo e conforme Parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Sec. Mun. Administração e Fazenda

702.06.20 - P. GRATIFICAÇÃO MARCIA D. S. GRUDTNER

Publicação N° 2513820

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N° 702/20, de 04.06.2020.

Nomeia Secretária Executiva dos Concelhos Municipais e Concede gratificação de exercício funcional em regime de tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 78/19 de 10.07.19 (Institui Horário Especial da Jornada de Trabalho, Institui o pagamento de gratificação de exercício funcional em regime de tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE e dá outras providências) e considerando a Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005 do Conselho Nacional de Assistência Social:

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 315/2019, oriunda da responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o qual solicita nomeação de responsável pelos Conselhos: Conselho de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal de Segurança Alimentar;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005, a qual solicita que os conselhos estejam em pleno funcionamento e devem ter, como responsável, na Secretaria Executiva do CMAS, profissional de nível superior, sendo que, para os municípios pequenos, portes I e II, o profissional poderá ser compartilhado com o órgão gestor.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, como Secretária Executiva dos Conselhos a servidora Marcia Denize Schiestl Grudtner, Ocupante do cargo de Assistente Social, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na secretaria municipal de Assistência Social e Habitação, sendo responsável pelos Conselhos Municipais no Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 78/19, de 10 de julho de 2019, bem como concede gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE, a partir do dia 01 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de junho de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL NILTON CESAR DOS SANTOS
Prefeito Municipal Sec. Mun. Administração e Fazenda

AVISO DE ANULAÇÃO

Publicação Nº 2513433

AVISO DE ANULAÇÃO

O Município de Bom Retiro torna SEM EFEITO a publicação nº 2511584 de 04/06/2020 – Extrato Dispensa Chamamento Público 13/2020 Bom Retiro, 05 de junho de 2020.

Vilmar Jose Neckel
Prefeito Municipal

ERRATA TA TERMO DE COLABORAÇÃO 04/2020

Publicação Nº 2513430

ERRATA TA TERMO DE COLABORAÇÃO 04/2020

O Município de Bom Retiro TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a retificação da data de publicação do TA do Termo de Colaboração 04/2020:

ONDE SE LÊ – Bom Retiro, 04 de maio de 2020.

LEIA-SE: Bom Retiro, 04 de junho de 2020.

Bom Retiro, 05 de junho de 2020.

Vilmar Jose Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA CHAMADA PUBLICA 13/2020

Publicação Nº 2513414

CHAMADA PÚBLICA 13/2020

(LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014).

A Secretaria Municipal de Saúde convoca as Organizações da Sociedade Civil – OSC, localizadas no Município de Bom Retiro - SC, que prestem serviços, programas, projetos e benefícios na área da saúde, a apresentarem propostas para firmar Termo de Fomento/Colaboração com a administração pública municipal, para consecução de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades para atendimento da população bonretirense, de acordo com os parâmetros definidos neste Edital. A Sessão pública para apresentação de propostas será 06/07/2020 as 10h00min na sede da Prefeitura Municipal de Bom Retiro. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 05 de junho de 2020.

Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL P.L. Nº 31/2020 T.P. 01/2020 AMPLIAÇÃO DA COZINHA CENTRO MÚLTIPLO USO.

Publicação Nº 2513108

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020-TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que encontra aberto Processo Licitatório para execução do projeto de "AMPLIAÇÃO DA COZINHA CENTRO MULTIPLO USO", recursos provenientes do Convênio 2018TR000799 do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Recebimento da documentação e propostas: 24/06/2020, até as 09:00 Horas, abertura da sessão as 09:30 horas na mesma data e local, que é a Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 05 de junho de 2020.

Jussara de Oliveira Lussoli
Secretaria de Assistência Social

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 04/2020 FMS

Publicação Nº 2513400

PROCESSO ADMINISTRATIVO 7/2020 FMS
EDITAL DE LIC. PREGÃO ELETRÔNICO 4/2020 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 18/06/2020, estará selecionando a melhor proposta para Registro de preço para eventuais aquisições de TESTE RÁPIDO COVID19 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo - SC, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 04 de junho de 2020.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2020

Publicação Nº 2513471

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO 001/2020

Partes: Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC e o Município de Braço do Trombudo. Objeto: Cessão de uso do veículo marca Volkswagen (VW), modelo SPACEFOX Trend GII, tipo Automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação e modelo 2013/2013, chassi nº 8AWPB45Z7DA525556, código Renavam 559344058, placas MKI 8225.

Vigência: 05 (cinco) anos a contar da data da assinatura.

Braço do Trombudo, 03 de junho de 2020

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

Charles Alexandre Vieira - Comandante Geral CBMSC

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 002-2020- SAMAE

Publicação Nº 2514009



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



EDITAL Nº 002/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea “c” da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, e da Portaria nº 12.727/2019, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de pessoal em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação nas funções diversas abaixo especificadas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas no presente Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária, regido por este Edital e seus anexos, será executado pela Comissão do Processo Seletivo, instituída pela Portaria nº 161/2020
- 1.2. O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.3. O Processo Seletivo terá, por critério de seleção, comprovação de tempo de serviço no cargo e prova prática ou apenas comprovação de tempo de serviço, conforme especificado neste Edital.
- 1.4. As contratações resultantes do Processo Seletivo Simplificado serão feitas em conformidade com os artigos 8º e 9º da Lei Municipal n. 2.174/1997 e demais normas municipais pertinentes.
- 1.5. O Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, destina-se a selecionar candidatos para contratação temporária de profissionais, para o preenchimento de 05 (cinco) vagas, para exercer as funções discriminadas conforme item 2 deste Edital.

Página 1 de 26



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



1.6. Durante a vigência do contrato, a critério exclusivo do SAMAE, poderá haver remoção de lotação e de turno de trabalho, conforme a necessidade e conveniência do serviço.

1.7. O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como, a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público.

1.8. As contratações de que tratam este Edital poderão ser realizadas, após a homologação do resultado, pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, ficando assegurado às partes contratantes o direito recíproco de rescisão, caso desejarem rescindir o contrato antes de expirado o termo ajustado, aplicando-se, nesse caso, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, conforme disposto no art. 481 da CLT.

1.9. O presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista a ausência de candidatos aprovados em concurso público e ainda, da necessidade temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos, buscando assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

1.10. A vigência deste Edital será de 1 (um) ano a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período mediante ato publicado.

2. DAS VAGAS, FUNÇÕES, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO (R\$)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (R\$)	CARGA HORÁRIA
01	AGENTE HIDRÁULICO	R\$ 2.213,04	R\$ 330,00	40h semanais
01	AGENTE DE OBRAS	R\$ 2.213,04	R\$ 330,00	40h semanais
01	OPERADOR DE MÁQUINA	R\$ 3.269,68	R\$ 330,00	40h semanais
01	ELETRECISTA	R\$ 2.213,04	R\$ 330,00	40h semanais
01	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.383,15	R\$ 330,00	40h semanais

CARGOS	FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.
--------	--------------------------



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



AGENTE HIDRÁULICO	Ensino Fundamental Completo (1ª a 4ª série). Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria AB.
AGENTE DE OBRAS	Ensino Fundamental Completo (1ª a 4ª série). Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria AB.
OPERADOR DE MÁQUINA	Formação Completa em Ensino Fundamental. Possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH – Categoria D.
ELETRICISTA	Ensino Médio Completo e Curso Profissionalizante. Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria AB.
SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Incompleto.

2.1 A comprovação de escolaridade e demais requisitos do cargo, deverá ser feita por meio de apresentação de cópia e original do diploma, certificado, histórico escolar e demais documentos comprobatórios no momento da convocação.

3. DO PERÍODO, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas na sede do SAMAE de Brusque/SC, à Rua Doutor Penido, 297, Centro – Junto ao Parque Leopoldo Moritz, dos dias 08 a 16 de junho de 2020, das 12:30 às 17:30;

O candidato no ato da inscrição deverá apresentar original e cópia:

- a) A ficha de inscrição devidamente preenchida e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável por elas;
- b) Documento oficial de identidade com foto e CPF, se for estrangeiro apresentar identificação civil e visto temporário de trabalho;
- c) Comprovante de residência atualizado (contrato de aluguel dentro da validade com assinatura do locador reconhecida em cartório acompanhado do respectivo comprovante em nome do locador, contas de água, luz, telefone, TV, internet, boletos bancários que receba pelo correio em seu endereço, etc).



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



d) Originais e cópias dos comprovantes de tempo de serviço, conforme item 5 deste Edital;

3.2 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

As listas das inscrições validadas serão divulgadas por meio do site do SAMAE de Brusque/SC, no endereço eletrônico: www.samaebru.com.br e no site do Diário Oficial dos Municípios de SC www.diariomunicipal.sc.gov.br, na data de 22/06/2020.

4. DA COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO E PROVA PRÁTICA

4.1 A seleção será realizada por meio de comprovação de tempo de serviço para todos os cargos e prova prática para os candidatos classificados nos cargos de Agente de Obras, Agente Hidráulico e Operador de Máquinas, para verificação do conhecimento para o exercício da função;

4.2 A comprovação do tempo de serviço se dará por registro em carteira de trabalho, considerados os registros até 31/05/2020.

4.3 O candidato que prestou serviço nos cargos descritos neste edital, na forma de servidor concursado em órgão público, poderá comprovar o tempo de serviço por meio de apresentação de original e cópia de portaria de nomeação e de exoneração, juntamente com declaração do órgão no qual era concursado.

4.4 A declaração deverá conter, além dos dados do órgão, telefone, endereço, assinatura do responsável e carimbo do órgão emissor, a descrição do cargo e atividades desenvolvidas enquanto era servidor público, bem como deverá conter o período em anos, meses e dias, sendo considerado período laborado em cargo público compatível até 31/05/2020.

4.5 Será considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação mínima de 6,0 (seis) pontos.

Disposições gerais sobre a prova prática:

- a) Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova prática, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



início, com o comprovante de inscrição e documento de identificação original com foto, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

- b) No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;
- c) Não haverá segunda chamada para a prova prática deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame.
- d) Os candidatos aos cargos de Agente de Obras, Agente Hidráulico e Operador de Máquinas (Retroescavadeira) na ordem de sua classificação na contagem de tempo de serviço, serão submetidos à prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função;
- e) A prova prática para os cargos de Agente de Obras, Agente Hidráulico e Operador de Máquinas (Retroescavadeira), será aplicada em dia, horário e local que serão confirmados no endereço eletrônico do SAMA E, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da sua realização;
- f) Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso do publicado;
- g) Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderão ser alterados local, data e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do SAMA E e ou por aviso fixado no mural e ou na porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados:

- h) Munidos de documento de identificação original com foto e comprovante de inscrição, sem os quais não poderão ingressar no local da prova; os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas (Retroescavadeira) deverão apresentar ainda a Carteira Nacional de Habilitação que os autorize a conduzir o veículo e ou equipamento.
- i) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou com calçado aberto ou com peça de vestuário como regatas, bermudas etc.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



- j) Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

AGENTE DE OBRAS

Manusear corretamente os materiais;
Utilizar corretamente EPIs;
Preparar o local para realização do trabalho;
Limpeza e sinalização do local;

Os candidatos ao cargo de agente de obras serão avaliados de acordo com os quesitos abaixo:

AGENTE DE OBRAS					
		Avaliação/Pontuação			
		Atingiu Plenamente	Atingiu Parcialmente	Atingiu Minimamente	Não Atingiu
1	Verificação da condição de segurança	0,50	0,25	0,10	0,00
2	Utilização correta dos materiais	2,00	1,00	0,30	0,00
3	Manutenção do Canteiro de obras	3,00	1,50	0,50	0,00
4	Realização de tarefa	4,00	2,00	1,00	0,00
5	Postura corporal	0,50	0,25	0,10	0,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10,00	5,00	2,00	0,00

AGENTE HIDRÁULICO

Reconhecer as conexões hidráulicas utilizadas nas redes de abastecimento de água, nos cavaletes de entrada e medição e nos ramais das redes, referindo qual seu uso;

Utilizar peças e conexões de um Kit para a montagem de cavalete de ligação de água com hidrômetro. Terminado o serviço o candidato deverá limpar e guardar de forma apropriada o material utilizado;



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Montar um esquema hidráulico, simulando a execução de um ramal de ligação de água doméstica. Terminado o serviço o candidato deverá limpar e guardar de forma apropriada o material utilizado;

Utilizar corretamente EPIs;

Os candidatos ao cargo de agente hidráulico serão avaliados de acordo com os quesitos abaixo:

AGENTE HIDRÁULICO					
		Avaliação/Pontuação			
		Atingiu Plenamente	Atingiu Parcialmente	Atingiu Minimamente	Não Atingiu
1	Verificação da condição de segurança	0,50	0,25	0,10	0,00
2	Utilização correta dos materiais	2,00	1,00	0,30	0,00
3	Manutenção do Canteiro de obras	3,00	1,50	0,50	0,00
4	Realização de tarefa	4,00	2,00	1,00	0,00
5	Postura corporal	0,50	0,25	0,10	0,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10,00	5,00	2,00	0,00

OPERADOR DE MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA)

Ligar a máquina, demonstrando as precauções de segurança necessárias para que se evitem acidentes;

Conduzir a máquina até o local de realização da tarefa específica, obedecendo todas as normas da legislação de trânsito e os cuidados com relação à direção defensiva, bem como demonstrando o completo domínio dos conhecimentos teóricos e práticos necessários à função;

Executar uma tarefa própria da máquina, no tempo determinado e conforme a Folha de Tarefas, demonstrando inequivocamente conhecer a correta operação e funcionamento da mesma, bem como todas as precauções de segurança;



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Conduzir a máquina e estacionar no local indicado pelo avaliador;

Desligar a máquina com segurança.

Os candidatos ao cargo de operador de máquinas (retroescavadeira) serão avaliados de acordo com os quesitos abaixo:

OPERADOR DE MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA)					
		Avaliação/Pontuação			
		Atingiu Plenamente	Atingiu Parcialmente	Atingiu Minimamente	Não Atingiu
1	Verificação da condição de operação e segurança	0,50	0,25	0,10	0,00
2	Ligar e arrancar com segurança	1,00	0,50	0,20	0,00
3	Operação durante o trajeto indicado	3,00	1,50	0,60	0,00
4	Realização de tarefa	4,00	2,00	0,80	0,00
5	Estacionamento e operações finais	1,00	0,50	0,20	0,00
6	Postura Corporal	0,50	0,25	0,10	0,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10,00	5,00	2,00	0,00

5 DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

5.1 O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço:

Cargos: Agente de Obras, Agente Hidráulico e Operador de Máquinas	PONTUAÇÃO
Por mês de serviço trabalhado, comprovado por registro em carteira de trabalho, considerados os registros até 31/05/2020, no cargo pretendido.	3,0

Nota da Prova Prática:

Cargos: Agente de Obras, Agente Hidráulico e Operador de Máquinas	PONTUAÇÃO
Soma da pontuação das tarefas propostas	7,0



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Tempo de Serviço:

Cargo de Eletricista
Por mês de serviço trabalhado, comprovado por registro em carteira de trabalho, considerados os registros até 31/05/2020, no cargo pretendido.

Cargo de Servente de Serviços Gerais
Por mês de serviço trabalhado, comprovado por registro em carteira de trabalho, considerados os registros até 31/05/2020, no cargo pretendido.

5.2 Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque e suas Autarquias e Fundações.

5.3 Estará classificado no Processo Seletivo Simplificado o candidato que obtiver na soma total do tempo de serviço e da prova prática, 6,00 (seis) pontos ou mais do total geral pontos.

DA MÉDIA FINAL E APROVAÇÃO NO PROCESSO

SELETIVO

6.1 Para o cargo de Servente de Serviços Gerais, a nota será obtida da fórmula abaixo:

MF= NTS

Sendo:

MF= Média Final

NTS= Nota Tempo de Serviço

6.2 Para os cargos que farão a comprovação de tempo de serviço e a prova prática, será obtida a média conforme fórmula abaixo:

MF= (NTS.3 + NPP.7) /10

Sendo:

MF= Média Final



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



NTS = Nota Tempo de Serviço

NPP= Nota Prova Prática

Serão considerados aprovados os candidatos que obtiveram média final igual ou superior a 6,00 (seis).

7 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á, para o desempate, disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/2003, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso, nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais até a data do término das inscrições).

7.2 Para os candidatos que não se encontram sob o amparo do item anterior, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) Menor idade;
- b) Candidato casado ou sob regime de união estável;
- c) Que possuir o maior número de filhos.

Para aplicação dos itens “b” e “c” acima, serão observadas as declarações feitas pelo candidato em sua ficha de inscrição, sendo que, no momento da contratação, verificando-se que foram prestadas informações falsas na inscrição, o candidato estará automaticamente eliminado, podendo-se aplicar as sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

7.3 Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios do item e o desempate se dará através do sistema de sorteio.

7.4 O sorteio público, se necessário, será realizado em sessão pública aberta a qualquer interessado, divulgado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina onde constarão data e local de realização.

8 DA DATA DAS PROVAS



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



8.1 As provas práticas serão na data provável de 27 e 28 de junho de 2020. A confirmação da data, local e horário das mesmas serão informados no endereço eletrônico do SAMAE após homologação das inscrições dos candidatos.

8.2 O comparecimento para a realização da prova não exime o candidato de efetuar sua inscrição nos termos e datas do item 3 deste Edital.

8.3 Não será permitido ao candidato entrar no local da prova com atraso, ou seja, será desclassificado o candidato que não se apresentar pontualmente no local e horário solicitado.

8.4 O não comparecimento do candidato para a realização da prova ensejará sua desclassificação.

8.5 Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos;

8.6 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos

8.7 Será considerado classificado na prova prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis).

9 DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

9.1 A divulgação da classificação provisória da prova prática do Processo Seletivo para todas as funções será dia 02/07/2020. As listas dos classificados na ordem decrescente serão divulgadas por meio do site do SAMAE de Brusque, no endereço eletrônico: www.samaebru.com.br e no Diário Oficial dos Municípios de SC www.diariomunicipal.sc.gov.br

10 DOS RECURSOS

10.1 O candidato poderá interpor recurso, contra o resultado da classificação na prova do Processo Seletivo, contra as tarefas da prova prática, o qual deverá ser oferecido no período de 03/07/2020 das 12:30 às 17:30.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



10.2 O recurso deverá ser PROTOCOLADO no SAMAE, no Setor Jurídico.

10.3 O recurso para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido.

10.4 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada nos itens 10.1 e 10.2; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração com assinatura reconhecida em cartório ou instrumento público de procuração, com poderes específicos para esse ato.

10.5 A divulgação da análise dos recursos e o resultado final será realizada no dia 07/07/2020.

11 DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO:

11.1 Quando convocado para a contratação o candidato brasileiro nato ou naturalizado, deverá possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos, não estar impossibilitado para contratação, inclusive em razão de demissão por atos de improbidade, não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo os casos permitidos pela Constituição Federal, ter aptidão física e mental para o exercício da função, que será comprovada posteriormente com atestado médico admissional, não ter prestado serviços ou ter sido contratado pela Autarquia nos seis meses anteriores à convocação e deverá apresentar foto 3x4, cópia e o original dos documentos abaixo relacionados, além dos demais documentos comprobatórios para compor os requisitos da função escolhida:

Carteira de Identidade;

CPF;

Título de Eleitor;

Comprovante de quitação com obrigações militares (sexo masculino com idade entre 18 e 45 anos);

Carteira de Trabalho com PIS/PASEP (cópia dos dados, foto e nº de PIS/PASEP);

Página 12 de 26



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



Certidão de nascimento se solteiro e sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento ou de união estável;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

Carteira de vacinação dos filhos menores;

Certidão de quitação com obrigações eleitorais e gozo dos direitos políticos;

Comprovante de escolaridade de acordo com a exigência do cargo (diploma, certificado de conclusão de curso ou histórico escolar);

Carteira Nacional de Habilitação categoria AB para os cargos de Agente de Obras, Agente Hidráulico e Eletricista;

Carteira Nacional de Habilitação categoria D para o cargo de Operador de Máquinas (Retroescavadeira)

Comprovante de residência atualizado (contrato de aluguel dentro da validade com assinatura do locador reconhecida em cartório acompanhado do respectivo comprovante em nome do locador; contas de água, luz, telefone, TV, internet, boletos bancários que receba pelo correio em seu endereço, etc);

Cartão Nacional do SUS (se possuir cadastro no SUS);

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (Anexo III);

Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (Anexo IV);

Declaração de bens (Anexo V);

Na convocação a não apresentação de todos os documentos exigidos ou a não comprovação do preenchimento dos requisitos do cargo implicará na desclassificação do candidato no Processo Seletivo e a imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



A aprovação e a classificação no presente processo seletivo não implicam em direito à admissão, que será realizada na medida das necessidades do SAMAÉ e de acordo com a disponibilidade orçamentária.

11.2 Os candidatos estrangeiros deverão apresentar visto temporário de trabalho (art. 14 da Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017, Lei da Migração) e a identificação civil – constante no art. 19 da Lei Federal nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

12 DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

12.1 Após a convocação por meio de Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios e no Site do SAMAÉ, na entrega de documentos para admissão, os candidatos aprovados e que irão ser contratados por esta Autarquia serão informados do agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a mera expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque reserva-se ao direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

13.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados feitos pela Comissão do Processo Seletivo.

13.3 O não pronunciamento do candidato, nos prazos estabelecidos pela Comissão do Processo Seletivo, implicará em desistência da vaga com a perda do direito à contratação na função para a qual se habilitou, facultando à Comissão do Processo Seletivo a convocação dos próximos candidatos na ordem de classificação.

13.4 O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Autarquia, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



13.5 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do inteiro teor deste Edital, bem como de seus anexos, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente Processo Seletivo.

13.6 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais.

13.7 O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja abertura de conta deverá ser providenciada pelo candidato.

13.8 O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

13.9 Caso o candidato convocado para admissão não preencha os requisitos para a função, ou por qualquer motivo venha a desistir ou ainda não compareça para assumir a vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para a respectiva função e o candidato será automaticamente desclassificado do certame, a menos que solicite, através de requerimento, **uma única vez**, a postergação da contratação, quando então será reclassificado para o último da lista de classificação.

13.10 As despesas decorrentes das novas contratações temporárias correrão por conta da dotação orçamentária n. 80.002.0017.0512.0301.2292.3319000000000000 e 80.001.0004.0122.0300.2291.3319000000000000.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

Brusque/SC, 04 de junho de 2020.

DEJAIR MACHADO
Diretor Presidente



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



**DESCRIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR
147/2009, ANEXO V-B**

AGENTE HIDRÁULICO:

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- ↳ Instalar e consertar redes de distribuição, adutoras, conexões, válvulas e equipamentos hidráulicos, ligações domiciliares de água.
- ↳ Fazer instalação de água, hidrantes, ventosas, válvulas e conexões em geral;
- ↳ Sinalizar as vias onde estão sendo realizados os trabalhos;
- ↳ Executar a abertura e fechamento de valas, com a remoção do pavimento reaterro e apiloamento da vala;
- ↳ Executar nas dependências da Autarquia, conserto de válvulas torneiras e providenciar a substituição de tubos;
- ↳ Executar ligações domiciliares, ampliação de redes e consertos de redes e consertos de ligações, tanto de água;
- ↳ Efetuar mudanças de ligações, instalações e retiradas de hidrômetros das ligações domiciliares;
- ↳ Relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários aos serviços e providenciar a retirada do almoxarifado;
- ↳ Realiza serviços de escuta com geofone mecânico/eletrônico, para localização de vazamentos ocultos na rede de abastecimento de água;
- ↳ Efetuar medidas de pressões manométricas e cotas de altitude;
- ↳ Efetuar a limpeza e a manutenção de instrumentos e equipamentos de uso diário;
- ↳ Preencher as atividades desenvolvidas nas respectivas ordens de serviço;



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



- ↳ Participar e executar serviços de plantões em feriados, finais de semana e noturnos, cumprindo as demais atribuições do cargo;
- ↳ Fazer uso de EPI's conforme normas da Autarquia;
- ↳ Dirigir veículos para se locomover até o local de trabalho;
- ↳ Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

AGENTE DE OBRAS:

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- ↳ Preparar o material de pintura, misturando tintas, pigmentos, óleos e outros, para obter a cor e quantidade desejada.
- ↳ Realizar levantamento das necessidades de materiais, ferramentas entre outros, sempre que solicitado.
- ↳ Pintar paredes, tetos, assoalhos, árvores, muros, ruas, pontes, palcos, palanques, móveis, entre outros, observando as medidas, a posição e o estado da superfície a ser pintada.
- ↳ Executar trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando, pregando, colando, encaixando, montando, reformando peças ou conjuntos de madeira para edificações, veículos, mobiliário, cenários, entre outros, bem como para manutenção e/ou reformas.
- ↳ Auxiliar na construção e montagem das armações de madeira dos edifícios, pontes galpões, viveiros e obras públicas diversas, utilizando processos e ferramentas adequadas.
- ↳ Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando-os e demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.
- ↳ Demolir e/ou construir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas.
- ↳ Preparar canteiros de obras, limpando a área e compactando solos.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



- ↳ Realizar outras atribuições compatíveis as acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.
- ↳ Fazer uso de EPI's conforme norma da Autarquia
- ↳ Dirigir veículo oficial para seu deslocamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 218/2013)

OPERADOR DE MÁQUINAS:

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- ↳ Operar e manter em condições de funcionamento retroescavadeiras, pás-carregadeiras, caminhão hidrojetado, caminhão valetreiro e outras máquinas.
- ↳ Operar retroescavadeiras, e outras máquinas pesadas, destinadas à abertura de valas e terraplenagens;
- ↳ Operar pás-carregadeiras;
- ↳ Operar caminhão equipado com hidrojetado e vácuo destinado à desobstrução de redes de esgoto;
- ↳ Conduzir máquinas e equipamentos aos locais de operação;
- ↳ Realizar reparos de emergência nas máquinas;
- ↳ Zelar pela limpeza e conservação da máquina;
- ↳ Comunicar ao superior imediato, os defeitos de funcionamento apresentados pela máquina;
- ↳ Preencher relatório diário de funcionamento da máquina;
- ↳ Verificar e controlar o nível do óleo e da água;
- ↳ Respeitar normas de trânsito;
- ↳ Fazer uso de EPI's conforme normas da Autarquia;
- ↳ Executar outras tarefas inerentes ao cargo.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- ↳ Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral em edificações da autarquia para manter as condições de higiene e conservação das mesmas.
- ↳ Executar trabalhos de limpeza, varrendo, lavando, espanando, aspirando, polindo e encerando dependências, móveis, utensílios e instalações da Autarquia, a fim de manter a higiene e a boa aparência dos locais;
- ↳ Limpar banheiros, com produtos adequados, recolhendo papéis dos cestos e reabastecendo-os com papel higiênico, toalhas de papel, com a finalidade de mantê-los em perfeita higiene e condições de uso;
- ↳ Utilizar os equipamentos de proteção individual ou coletivo (EPI's), solicitando sua reposição ou manutenção, visando manter sua segurança e a boa imagem da Autarquia;
- ↳ Fazer café/chás entregando e recolhendo garrafas térmicas, nos setores conforme determinação superior;
- ↳ Guardar, organizar e transportar pequenos objetos;
- ↳ Executar outras tarefas correlatas as acima descritas

ELETRICISTA

- ↳ Planejar as atividades de trabalho, detalhando tarefas, definindo recursos humanos e materiais, analisando a viabilidade econômica e financeira, bem como condições técnicas, econômicas e ambientais, elaborando procedimentos, interpretando normas, realizando testes, aplicando ferramentas de qualidade, visando garantir a qualidade do trabalho/serviço e/ou produto.
- ↳ Executar serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de máquinas, instalações e equipamentos elétricos.
- ↳ Executar a manutenção preditiva, preventiva e corretiva de máquinas, instalações e equipamentos elétricos;
- ↳ Examinar máquinas, instalações e equipamentos elétricos, valendo-se dos planos de montagem, especificações e de instrumentos adequados, para localizar e identificar defeitos;
- ↳ Reparar a rede elétrica interna e partes elétricas de máquinas operatrizes, caixas e chaves de distribuição, equipamentos auxiliares e outros, consertando ou substituindo peças, fazendo as regulagens necessárias, medindo e testando os diversos elementos do conjunto utilizando voltímetro, amperímetro, extratores, adaptadores, solda e outros recursos, para mantê-las em condições de funcionamento;



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



- ↳ Limpar e lubrificar motores, transformadores de alta tensão, disjuntores e outros instrumentos, utilizando aparelhos de ar comprimido, elementos químicos, óleos e outros materiais, para conservar e melhorar os equipamentos;
- ↳ Efetuar ligações provisórias de energia em equipamentos portáteis, aparelhos de teste e solda e máquinas diversas, instalando fios e demais componentes, com a ajuda de ferramentas apropriadas, e testando com instrumentos adequados, para permitir a utilização deles em trabalhos de natureza temporária e eventual;
- ↳ Proceder à instalação, reparo ou substituição de tomadas, fios, lâmpadas, painéis e interruptores, utilizando chaves, alicates e outras ferramentas, para atender às necessidades de consumo de energia elétrica;
- ↳ Efetuar a limpeza e a manutenção de instrumentos e equipamentos de uso diário;
- ↳ Efetuar ligações de energia elétrica em estações elevatórias e estações de bombeamento de água;
- ↳ Consertar quadros elétricos de comando;
- ↳ Fazer uso de EPI's conforme normas da Autarquia;
- ↳ Executar outras tarefas inerentes ao cargo.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020

FICHA DE INSCRIÇÃO

1 – DADOS DO PROCESSO SELETIVO

1.1 Função escolhida: 3º Grau()
incompleto
() **Agente Hidráulico**
() **Agente de Obras**
() **Operador de Máquinas**
() **Servente de Serviços Gerais**

2- DADOS PESSOAIS

2.1. – Nome Completo:

2.2. CPF:

2.3. Identidade: 2.3. Órgão Expedidor:

2.4. Sexo: M ☐ F ☐

2.5. Data de Nascimento: 2.6. Estado Civil:

2.7. Nacionalidade:

2.9. Número de Filhos menores de 14 anos:



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br

**2.10. Endereço completo:**

2.10.1. Logradouro:

2.10.2. Cidade:

2.10.3.
Estado:2.10.4.
CEP:

--	--	--	--

2.10.5. Telefone Residencial:

2.10.6. Telefone Comercial:

2.10.7 Telefone Celular:

--	--	--

2.10.8. E-mail:

--

3 – FORMAÇÃO ACADÊMICA**3.1. Escolaridade:**

4ª série do Ensino ()

Superior ()

Fundamental

Incompleto

Ensino Fundamental ()

Superior ()

incompleto

completo

Ensino Fundamental ()

Especialização ()

completo

Ensino Médio ()

Mestrado ()

incompleto

Ensino Médio completo ()

Doutorado ()

Brusque (SC), _____ de _____ de 2020.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019

FORMULÁRIO DE RECURSO

“O recurso para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irressignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido”. Observar orientações conforme item 11 do Edital.

Candidato:

CPF:

Função:

Razões do Recurso

Brusque (SC), ____ de ____ de 2020.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



ANEXO III

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que **não** sou titular, **não** exerço e/ou **não** estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja **inacumulável** com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, que não prestei serviços à autarquia tampouco ocupei cargo emprego ou função na autarquia nos seis meses que antecederam a minha convocação.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretoria de Recursos Humanos do SAMA E de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque (SC), _____ de _____ de 2020.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



ANEXO IV

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque (SC), _____ de _____ de 2020.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RUA DOUTOR PENIDO, 297 – CENTRO.
CEP: 88.350-460 BRUSQUE / SC
FONE: (47) 3255 0500
www.samaebru.com.br



ANEXO V

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de venda atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor da Aquisição	Valor de venda atual

Outros	

Fontes de Renda	

NOME COMPLETO:

CARGO:

Brusque (SC), ____ de ____ de 2020.
(Preencher local e data)

(Assinatura do candidato)

Página 26 de 26

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 035-2020

Publicação Nº 2513942

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 035-2020

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 035/2020 entre o Município de Brusque e PEDRINHO IMHOF NETO CNPJ: 36.740.947/0001-86 Objeto: termo aditivo quantitativo r\$4.500,00 Origem dispensa de licitação 003/2020 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eliani Ap. Bunardo Buemo e Pedrinho Neto Imhof.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063-2019

Publicação Nº 2513975

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 063-2019

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 063/2019 entre o Município de Brusque e TECELAGEM LM LTDA CNPJ: 82.130.956/0001-72 Objeto: termo aditivo prorrogação 13/06/2020 a 13/06/2021. e reajuste R\$ 109.129,32 Origem Dispensa de licitação 004/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eliani Ap. Busnardo Buemo e Marilda Teresinha Petermann

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031-2017

Publicação Nº 2513981

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031-2017

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 031/2017 entre o Município de Brusque e COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR VALE DO ITAJAÍ CNPJ: 07.125.517/0001-56 Objeto: termo aditivo prorrogação 21/06/2020 a 20/06/2021. e reajuste R\$ 577.480,00 Origem Dispensa de licitação 010/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eliani Ap. Busnardo Buemo e Valdecir Caxoeira

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057-2017

Publicação Nº 2513988

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057-2017

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 057/2017 entre o Município de Brusque e RC RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA CNPJ: 00.171.486/0001-20 Objeto: termo aditivo prorrogação 26/07/2020 a 25/07/2021 e reajuste R\$ 1.306.200,00. Origem Pregão 015/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Charles Pires da Silva.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058-2017

Publicação Nº 2513996

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058-2017

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 058/2017 entre o Município de Brusque e ELETRO TÉCNICA CENTRO SUL EIRELI EPP CNPJ: 03.714.040/0001-93 Objeto: termo aditivo prorrogação 26/07/2020 a 25/07/2021 e reajuste R\$ 195.687,50 Origem Pregão 015/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Jaime Flavio da Silva Cesari.

EXTRATO CONTRATO Nº 047-2020

Publicação Nº 2513999

EXTRATO CONTRATO Nº 047-2020

ESPÉCIE: Contrato n. 047/2020, entre o Município de Brusque e a empresa LUCIA DA COSTA GERMANO CNPJ: 36.614.460/0001-57. Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ACONDICIONADA EM EMBALAGENS 'MARMITEX' Pregão nº 036/2020 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Lucia da Costa Germano, Aurinho Silveira de Souza e Paulo Cesar Grellert.

EXTRATO CONTRATO Nº 032-2020 - SAMAE

Publicação Nº 2514013

EXTRATO DO CONTRATO 032/2020

ESPÉCIE: Serviço de manutenção de bomba higrá; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 022/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.0002.0017.0512.0301.2292.33393917000000.002000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 04/06/2020; VALOR: R\$ 36.000,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: Fluxor Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda.; CNPJ: 20.138.059/0001-58; Diretor do SAMAE.

Brusque, 04 de junho de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071-2020

Publicação Nº 2512132

PREGÃO nº 054/2020
Processo Licitatório nº 071/2020

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORREÇÃO DE DEFEITOS POR FRESAGEM DESCONTINUA DO REVESTIMENTO BETUMINOSO.

Local e data de protocolo dos envelopes e credenciamento: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/06/2020, às 13h30min.

Local e data para abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/06/2020, às 14h00min

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 05/06/2020

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1248-2020

Publicação Nº 2514029

Portaria nº 1248/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
675016	0	DAIANA DALLAGNOLI CIVINSKI	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2020	07/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1249-2020

Publicação Nº 2514031

Portaria nº 1249/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias do servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
3425	0	CARLOS CESAR RAMOS	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	01/06/2020	10/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RENATO BIANCHI
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1250-2020

Publicação Nº 2514034

Portaria nº 1250/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias do servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
18201	1	LUIZ ROBERTO VELHO VIEIRA	Secretaria de Saúde	02/06/2020	01/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 02/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1251-2020

Publicação Nº 2514035

Portaria nº 1251/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias da servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19):

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
881147	1	DANIELLY VIEIRA DE SOUZA	Fundo Municipal de Assistência Social	01/06/2020	10/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ODAIR BOZIO
Secretário de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1252-2020

Publicação Nº 2514037

Portaria nº 1252/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
694460	8	JOVELINA MORAIS VOSS	Secretaria Municipal de Educação	03/06/2020	02/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1253-2020

Publicação Nº 2514039

Portaria nº 1253/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10000185071	1	GRAZIELA RENATA DE OLIVEIRA MARQUES	Secretaria de Orçamento e Gestão	04/06/2020	13/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1254-2020

Publicação Nº 2514042

Portaria nº 1254/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
627100	0	MILKA MARIA SANTOS MACHADO	Secretaria de Saúde	08/06/2020	22/06/2020	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1255-2020

Publicação Nº 2514046

Portaria nº 1255/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) EDILA MARISTANE SANTOS PEDEBOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 08/06/2020 a 06/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 29/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1256-2020

Publicação Nº 2514047

Portaria nº 1256/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
563382	0	AMERICO KORCHAK	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	08/06/2020	17/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RENATO BIANCHI
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1257-2020

Publicação Nº 2514049

Portaria nº 1257/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Interromper as Férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Contrato	Seq	Nome do Servidor	A partir de
817813	4	ADEMIR JOSE DOS SANTOS	01/06/2020
10000115115	2	ANISIO NAPOLITANO	29/05/2020
683809	1	ANTONIO IVANDEL ANTUNES	01/06/2020
9954	0	ANTONIO JERONIMO NETO	29/05/2020
4268938	4	ANTONIO RAPOSO OLIVEIRA	29/05/2020
4285190	2	BRAULINO BISPO DOS SANTOS	29/05/2020
4302524	1	CATARINA HILLESHEIM TONEL	02/06/2020
10000038851	3	ELIZANI VIEIRA DOS SANTOS	29/05/2020
861235	4	GIORDANO PAGNO	29/05/2020
514250	6	GOMERCINDO MANOEL BATISTA	29/05/2020
10000057120	3	MARIA DA CONCEICAO PEREIRA SANTOS	01/06/2020
10000183480	1	SANDRA APARECIDA LISBOA	01/06/2020
11380	5	VALMIR JESKE	02/06/2020
9210	8	VILSON PAZA	02/06/2020
10077928	1	VITAL JORGE QUINDOTA	29/05/2020

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 29/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1258-2020

Publicação Nº 2514051

Portaria nº 1258/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
544116	2	ADELAIDE DA SILVA FERREIRA	13/05/2020	11/06/2020	30
10000280690	1	ADRIANA RUHOFF FERRAZ	25/05/2020	23/06/2020	30
10000182983	1	ANDRES IGUANACI MORAES SOUSA	25/05/2020	23/06/2020	30
4165659	4	ANTONIA DE FATIMA BERTOLINI	13/05/2020	11/06/2020	30
4025997	1	ANTONIO MIGUEL DE SOUZA	13/05/2020	11/06/2020	30
4252489	5	BENEDITA APARECIDA DA CONCEICAO	13/05/2020	11/06/2020	30
10000022066	4	CELIA MARIA BARAO CORREA	13/05/2020	11/06/2020	30
4165969	5	CLECI GONCALVES MEZZETA	13/05/2020	11/06/2020	30
1000139503	3	CLENIR SOUZA DA COSTA	13/05/2020	11/06/2020	30

10000028334	4	CRISTIANE SACRAMENTO DA SILVA ALMEIDA	13/05/2020	11/06/2020	30
4131304	1	ELAINE FERNANDES OZAWA	13/05/2020	11/06/2020	30
926299	4	ELI DA SILVA OLIVEIRA	27/05/2020	25/06/2020	30
10000021894	4	ELIETE BATISTA OLIVEIRA	13/05/2020	11/06/2020	30
4295129	1	EVALDO SALVADOR PEREIRA	13/05/2020	11/06/2020	30
10000160289	2	EVELINE DUTRA REGO	26/05/2020	24/06/2020	30
710490	1	FRANCINI DANIELLE PEDRINI	25/05/2020	23/06/2020	30
617113	7	FRANCISCA FRANCINEIDE DA SILVA	13/05/2020	11/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1259-2020

Publicação Nº 2514052

Portaria nº 1259/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4302168	5	GABRIELLI DA CONCEICAO BOSSA	25/05/2020	23/06/2020	30
440779	1	GENI TEREZINHA MARTINS	13/05/2020	11/06/2020	30
681954	7	GERALDO MENDES	13/05/2020	11/06/2020	30
4131290	1	HIROSHI OZAWA	13/05/2020	11/06/2020	30
864153	3	IRENE LOFY	13/05/2020	11/06/2020	30
10000222213	1	ISABELLA MEIRELLES SALVUCCI PEIXOTO RIBEIRO	25/05/2020	23/06/2020	30
10000171056	1	ISANA DAS VIRGENS GOMES FELIX	25/05/2020	23/06/2020	30
10000094752	3	IVONEI JOAO TORMENA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000091514	3	JACI DE LIMA	13/05/2020	11/06/2020	30
4294866	1	JOAO PAULO ANTUNES MACIEL JUNIOR	25/05/2020	23/06/2020	30
4157060	5	JOAQUINA BOING HELLMANN	13/05/2020	11/06/2020	30
1044354	3	JOECI DE FATIMA CASTRO	13/05/2020	11/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1260-2020

Publicação Nº 2514054

Portaria nº 1260/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1000145473	1	JONATHAN DOS SANTOS COSTA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000092119	3	LAUDICEIA DE OLIVEIRA LIMA PINHEIRO	13/05/2020	11/06/2020	30
677990	5	LEOPOLDO RODRIGUES	13/05/2020	11/06/2020	30
10000158870	1	LUANA MACHADO MARQUES	25/05/2020	23/06/2020	30
4157036	5	LUDEMILA BAGATIM TAVARES	13/05/2020	11/06/2020	30
4289730	4	LURDETE RAISER	28/05/2020	26/06/2020	30
831131	2	MARCELI DE SOUZA GUEDES	25/05/2020	23/06/2020	30
10000158545	1	MARCELLY PEREIRA DE OLIVEIRA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000153853	1	MARIA CANDIDA MOURA DE FONTOURA SANTOS	25/05/2020	23/06/2020	30
10000276981	1	MARIA DAS MERCES PANTOJA DA SILVA	21/05/2020	19/06/2020	30
928046	3	MARIA DE FATIMA KOLODY	13/05/2020	11/06/2020	30
4290364	5	MARIA DE LOURDES LAUER	13/05/2020	11/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1261-2020

Publicação Nº 2514056

Portaria nº 1261/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
9318	1	MARIA DE LOURDES PRETI	13/05/2020	11/06/2020	30
10000177394	2	MARIA GORETI FRANCA	13/05/2020	11/06/2020	30
10000092060	3	MARIA JOSÉ OLIVEIRA DE MENEZES	13/05/2020	11/06/2020	30
1088327	6	MARIA LEONICE VICENTE PINHEIRO	13/05/2020	11/06/2020	30
4839	1	MARIA LOURDES ADAMI	13/05/2020	11/06/2020	30
499676	4	MARIA LOURDES GELATTI	13/05/2020	11/06/2020	30
10000194443	1	MARIA LUCIA PANTOJA DA SILVA	13/05/2020	11/06/2020	30
539074	3	MARIA ONELIA DE SOUZA	13/05/2020	11/06/2020	30
461237	9	MARIA ROSILDA DALCASTAGNE	13/05/2020	11/06/2020	30
473740	7	MARISTELA TRINDADE	13/05/2020	11/06/2020	30
11126	1	MARLENE RODRIGUES DAROCESSESKI	13/05/2020	11/06/2020	30
776645	0	MARLI BEATRIZ SILVEIRA OLIVEIRA	13/05/2020	11/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1262-2020

Publicação Nº 2514057

Portaria nº 1262/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
373249	13	MAURA ZEVERINO BATISTA	13/05/2020	11/06/2020	30
609897	4	MAURINA ROSA DE OLIVEIRA STEGEMANN	13/05/2020	11/06/2020	30
149039	2	NILZA MARIA DE OLIVEIRA	13/05/2020	11/06/2020	30
1000137403	3	NOINA DA SILVA	13/05/2020	11/06/2020	30
10000276490	1	ORIDES FERNANDES MEDEIROS	13/05/2020	11/06/2020	30
19453	7	OSMAR KAMMERS	13/05/2020	11/06/2020	30
10000158840	2	PAULO MARCELO CURY BARROZO	25/05/2020	23/06/2020	30
10000212964	1	RAFAEL MARTINS DE SOUZA	25/05/2020	23/06/2020	30
4173503	2	RECI JORDAN	13/05/2020	11/06/2020	30
1092715	5	REJANE BISPO DE SOUSA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000171292	1	ROBERTA DE FREITAS VITAL DO NASCIMENTO	25/05/2020	23/06/2020	30
413100	4	ROSANI HEIL	13/05/2020	11/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1263-2020

Publicação Nº 2514059

Portaria nº 1263/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1052055	5	ROSMARI BENTO	13/05/2020	11/06/2020	30
1078941	5	RUTH FONTES MUNIZ	25/05/2020	23/06/2020	30
768839	2	SALETE RODRIGUES	13/05/2020	11/06/2020	30
896713	4	SEBASTIANA DE FATIMA LISBOA	13/05/2020	11/06/2020	30
663603	9	SUELI STOCCO	13/05/2020	11/06/2020	30
10000148803	1	SUYELLE APARECIDA PADILHA	27/05/2020	25/06/2020	30
1009400	3	TATICLEIA PEREIRA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000223497	1	TEREZINHA LEMES DE SOUZA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000270260	1	THALYA CARDOSO DE OLIVEIRA ORLANDI	25/05/2020	23/06/2020	30
10000223447	1	TIAGO DENIZ VIEIRA	25/05/2020	23/06/2020	30
10000276813	1	VALDENIRA LEITE DA SILVA LEMES	13/05/2020	11/06/2020	30
10000161570	2	VALDINEIA BALBINO LOUREDO DOS SANTOS	25/05/2020	23/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1264-2020

Publicação Nº 2514061

Portaria nº 1264/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
188042	9	APARECIDO BUENO	25/05/2020	23/06/2020	30
908118	1	BERNADETE DALAGNOLI	20/05/2020	18/06/2020	30
507423	2	CLELIA SAVORITO DA SILVA	20/05/2020	18/06/2020	30
16586	1	NAIR TERESINHA DELL AGNOLO	20/05/2020	18/06/2020	30
834351	4	ROBERTO RIVELINO ALVES	13/05/2020	11/06/2020	30
724521	1	VANDERLEI CLERES DA SILVA	25/05/2020	23/06/2020	30
8168	11	VANILDA CESARI	13/05/2020	11/06/2020	30
513237	7	VERONICA DA ROCHA RUZINSKY	25/05/2020	23/06/2020	30
1072765	1	VILMA LANG	20/05/2020	18/06/2020	30
4147839	2	VILMAR PACHECO	27/05/2020	25/06/2020	30
680001	5	ZELIR FATIMA CORDEIRO DOS SANTOS	13/05/2020	11/06/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 13/05/2020, revogando-se as disposições

em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1265-2020

Publicação N° 2514063

Portaria nº 1265/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
824453	5	ROSINEIDE RAIMONDI	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2020	17/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1267-2020

Publicação N° 2514064

Portaria nº 1267/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio à servidora SILVANA MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 22/06/2020 a 21/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1268-2020

Publicação Nº 2514066

Portaria nº 1268/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
408646	4	ALDONEI DA SILVA LOPES	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2020	07/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1269-2020

Publicação Nº 2514069

Portaria nº 1269/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CLAYTON MASIERO PEDROSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/06/2020 a 07/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1270-2020

Publicação Nº 2514072

Portaria nº 1270/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10000188220	1	JOÃO CARLOS MATHIAS	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	08/06/2020	17/06/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1271-2020

Publicação Nº 2514193

Portaria nº 1271/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ANTONINHO POSSOBOM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/06/2020 a 04/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 14/02/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1272-2020

Publicação Nº 2514194

Portaria nº 1272/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) WOLNI XAVIER DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 05/06/2020 a 04/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1273-2020

Publicação Nº 2514195

Portaria nº 1273/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a Licença Prêmio ao(a) servidor(a) DAIANA DA PAIXÃO GOLLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado(a) na Secretaria de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/01/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 03/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1274-2020

Publicação Nº 2514196

Portaria nº 1274/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias à servidora abaixo relacionada, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
654450	0	TANIA MARIA VENTURA DA SILVA	Secretaria de Saúde	05/06/2020	04/07/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Junho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 586-2020

Publicação Nº 2514026

PORTARIA Nº 586/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
JULIO WITTACKER DE MORAES	4126181 – 1	AGENTE ADMINISTRATIVO	Horizontal	B – I	C– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019-2020-ATA DE JULGAMENTO-SAMAE

Publicação Nº 2514019

ATA DE JULGAMENTO PL 019/2020 – TOMADA DE PREÇOS

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 12:00 (doze), reuniram-se no escritório do SAMAE, a Comissão Permanente de Licitações, composta pelos servidores: Deivison Araldi – Presidente, Denise Bruns – 1º Membro e Almir Roberto Pavesi – 2º Membro, para o julgamento do Processo Licitatório 019/2020, na modalidade Tomada de Preços. Da análise das propostas, após manifestação do setor de engenharia, a Comissão decidiu por: a) considerar todas as empresas classificadas para participarem do presente certame; b) considerar vencedoras as empresas: Lao Industria Ltda Ltda, para o item 01, com valor global de R\$ 360.500,00 (Trezentos e Sessenta Mil e Quinhentos Reais); por ter cotado o menor preço e atender as condições estabelecidas no edital.. Assim sendo e tendo em vista que os preceitos legais foram rigorosamente obedecidos e os procedimentos editais observados propomos que o Processo Licitatório seja homologado e as empresas consideradas vencedoras sejam adjudicadas, nos valores respectivos.

Deivison Araldi Presidente	
Denise Bruns 1ºMembro	
Almir Roberto Pavesi 2ºMembro	

CONVÊNIO SSP 05-2020

Publicação Nº 2514024

MAIO 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE CONVÊNIO: SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE COMPETÊNCIA: 05/2020				
MÊS DE REFERÊNCIA: MAIO 2020				
ÓRGÃOS	SALDO INICIAL	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FINAL
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE	453.738,88			
POLÍCIA MILITAR	17.492,97			
POLÍCIA CIVIL	36.919,30			
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA - MULTAS		217.782,42		
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA – R.A.		391,05		
ESTORNO DE TARIFAS BANCÁRIAS		,00		
DÉBITO CONTRATUAL (CIASC)			10.884,60	
DÉBITO FUNSET			10.884,60	
TARIFA DE COBRANÇA			7.507,50	
DESPESA – PAGAMENTO JARI			18.724,80	
DESPESA – PAGAMENTO CORREIO			4.284,89	
RESTITUIÇÃO DE MULTAS			,00	
RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA		218.173,47	52.286,39	
DISPONIBILIDADE SSP		165.887,08		
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE		116.120,96		
POLÍCIA MILITAR		24.883,06		
POLÍCIA CIVIL		24.883,06		
DESPESAS			174.582,59	
DESPESAS – SETRAM			120.170,32	
POLÍCIA MILITAR (BANCO BRASIL C/C: 841.073-9)			17.492,97	
POLÍCIA CIVIL (BANCO BRASIL C/C: 307.851-5)			36.919,30	
SALDOS				
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE				449.689,50
POLÍCIA MILITAR				24.883,07
POLÍCIA CIVIL				24.883,07
TOTAIS	508.151,15	218.173,47	226.868,98	499.455,64

BRUSQUE, 02 DE JUNHO DE 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANO BITTENCOURT
CONTADOR – CRC/SC 028895/O-9

Caçador

PREFEITURA

ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2020 - LEILÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2513290

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2020 – LEILÃO Nº 01/2020

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, TRATOR AGRÍCOLA E SUCATAS, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS PARA A PREFEITURA DE CAÇADOR, RELACIONADOS NO ANEXO I DO EDITAL.

RETIRADA DOS ITENS ABAIXO POR INTERESSE PÚBLICO:

18	01 (um) Veículo Fiat Ducato Multi. Jaedi T -16 passageiros, Placas MHE-5136, Renavan 212573713, ano 2010. OBS: Problema no módulo (ignição). Estado de conservação regular	R\$ 30.000,00
19	01 (um) Veículo Ambulância Renault, Placas MLH-9169, Renavan 1026977522, ano 2014. OBS: Estado de conservação regular.	R\$ 35.000,00
24	01 (um) ônibus TR Escolar, Placas MKW-5476, Renavan 492226113, ano 2012. OBS: Problema no EDC na placa; Corta força; Caixa de câmbio problema na marcha ré e pívô.	R\$ 45.000,00

REODERNAÇÃO DOS NÚMEROS DOS ITENS APÓS A RETIRADAS DOS ITENS ACIMA:

18	01 (um) Veículo Corsa Hatch MAXX, Placas MJO-8528, Renavan 397076835, ano 2011. OBS: Estado de conservação ruim.	R\$ 8.000,00
19	01 (um) Veículo Ford Transit TCA MIC, 15 Passageiros, Placas MKB-9784, Renavan 475966724, ano 2011. OBS: Problema na Injeção eletrônica. Estado de conservação ruim.	R\$ 25.000,00
20	01 (um) Veículo GOL 1.0, Placas MHE-6516, Renavan 212309749, ano 2010. OBS: Estado de conservação regular.	R\$ 7.000,00
21	01 (um) Veículo FIAT Estrada Fire Flex, Placas MHF-2136, Renavan 212720392, ano 2010. OBS: Frente do veículo batida. Estado de conservação ruim.	R\$ 3.000,00

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 04 de junho de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 2513765

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018 - CONTRATADA: VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.250.388/0001-89, com sede na Rua Padre Kolb, nº 1312, bairro Bucarein, cidade de Joinville-SC, neste ato representado pelo Sr. MAICON ANDRÉ DALLAGNOL, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 071.586.519-67, residente e domiciliado nesta cidade de Joinville-SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 01/2018, datado em 7 de maio de 2018, para AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE USO DE SOFTWARE AUTODESK, referente ao processo licitatório nº 01/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2018. O presente aditivo contratual tem por objeto a renovação contratual, conforme solicitação e justificativa emitida pelo INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR – IPPUC, documento anexo ao presente, para todos fins e efeitos legais. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 07 de maio de 2020 e findando em 07 de maio de 2021. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 73.993,20 (setenta e três mil novecentos e noventa e três reais e vinte centavos), sendo o valor mensal de R\$ 6.166,10 (seis mil cento e sessenta e seis reais e dez centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2019 - FMS

Publicação Nº 2513769

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2019 - FMS - CONTRATADA: ADRIANA RIBAS, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 046.058.179-13, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador, SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 12/2019 datado de 22 de maio de 2019, cujo objeto é ATENDIMENTO PSICOLÓGICO (MÉTODO ABA) A MENOR MARIA ALICE CARVALHO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, AUTOS Nº 012.14.001192-9. O presente Termo aditivo tem por finalidade a renovação contratual pelo período de 12 meses, conforme solicitação e justificativa, documento anexo ao presente, para todos fins e efeitos legais. O valor total para o presente aditivo é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando em 23 de maio de 2020 e findando dia 23 de maio de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2019

Publicação Nº 2513781

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2019 - CONTRATADA: QUANTUM ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.094.640/0001-72, com sede na cidade de Florianópolis/SC neste ato representada pelo Sr. Gilberto Vieira Filho brasileiro, diretor geral, função, inscrito no CPF sob nº 531.195.419-15 residente e domiciliado na cidade de Florianópolis/SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 60/2019 de 03 de junho de 2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS INTEGRANTES DO CONVÊNIO Nº 003 PEE CELESC 2018, referente ao processo licitatório nº 07/2019, Pregão Presença nº 06/2019. O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo, conforme solicitação e justificativa, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais. O presente Contrato tem sua prorrogação para o período de 06 meses, iniciando-se em 03/06/2020 e findando em 03/12/2020, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019

Publicação Nº 2514157

1º ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019 - CONTRATADA: COMUNIDADE PAROQ. SÃO FCO ASSIS – MITRA DIOCESANA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0003-94 com sede na Rua Sete de Setembro S/N, nesta cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo senhor Dom Frei Severino Clasen, brasileiro, Bispo da Diocese de Caçador, inscrito no CPF sob o nº 521.510.507-34, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 53/2019 datado de 14 de maio de 2019, para Locação do imóvel de propriedade do contratado, representado por 2 (duas) salas comerciais, localizada na Avenida Santa Catarina, nº 228, Centro em Caçador/SC, destinadas ao funcionamento dos Serviços de Topografia e Controle de Concessões Públicas, referente ao processo licitatório nº 81/2019, na modalidade de Dispensa nº 21/2019. O presente Aditivo tem por objeto a Renovação Contratual, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria de Administração, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente instrumento é de 03 (três) meses, iniciando dia 14 de maio de 2020 e findando dia 14 de agosto de 2020, podendo ser renovado havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) para a totalidade do presente contrato, sendo R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) mensais. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 4ª ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2019

Publicação Nº 2513789

4ª ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2019 - CONTRATADA: STANG E STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0015-79, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. ANTONIO STANG, brasileiro, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 723.271.039-91, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O presente Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico inicialmente previsto com relação aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 constantes na Ata Principal de REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL GASOLINA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E S10), PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, datada de 02 de setembro de 2019, mediante solicitação e comprovação emitida pelo FORNECEDOR, documentos estes anexos a presente Ata, que ficam fazendo parte integrante da mesma, como se transcritos estivessem, para todos os fins e efeitos. O preço certo e ajustado para o item 2 e 6 – ÓLEO DIESEL COMUM, passa a ser R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos), para o item 3 e 7 – ÓLEO DIESEL S10, passa a ser R\$ 3,03 (três reais e três centavos), para o item 1 e 5 – GASOLINA COMUM, passa a ser R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) e para o item 4 e 8 - ETANOL, passa a ser R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos), com relação aos preços iniciais e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação do presente aditivo. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2018

Publicação Nº 2514161

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/ 2018 - CONTRATADA: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.891.805/0001-37, com sede na cidade de Chapecó/SC, neste ato representada pelo Sr. GERCE JOSÉ DRAGER, brasileiro, casado, gerente comercial, inscrito no CPF sob nº 727.084.099-72, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 47/2018 de 08 de junho de 2018, para a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Monitoramento 24 Horas, Instalação Manutenção e Locação de Sistema Eletrônico Alarmes e CFTV, Vigilantes Presencial com ou sem Arma de Fogo. O presente aditivo tem por objeto a Renovação do Contrato Administrativo, em todos os seus termos, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria de Administração e mediante parecer jurídico nº 127/2020, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 1.393.090,00 (um milhão trezentos e noventa e três mil e noventa reais) para a totalidade do presente contrato. O prazo de vigência do presente instrumento é 12 (doze) meses, contados de 10 de maio de 2020 e findando dia 10 de maio de 2021, podendo ser renovado havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - FMAS

Publicação Nº 2514120

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - FMAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 – FORNECEDOR: SALVI LOPES E CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.478.140/0001-34, com sede na cidade de Arapongas, PR, neste ato representada pela Sra. Irene Lopes Salvi, brasileira, administradora, inscrita no CPF sob o nº 515.443.269-04, residente e domiciliada no município de Arapongas, PR. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE HIGIENE PESSOAL, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Gleci do Carmo Nurilles Pila.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
22/04/2020	25	59374 - CREME DENTAL - DENTIFRÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CREME DENTAL COM FLUOR ATIVO DE (1100 PPM), SABOR MENTA, CAPACIDADE 90 GR, APLICAÇÃO HIGIENE DENTAL	UN	ICE FRESH	2.000	1,999	3.998,00
Total						3.998,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - FMAS

Publicação Nº 2514121

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - FMAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 – FORNECEDOR: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pela Sra. GISELE DOS SANTOS, brasileira, sócia-administrativa, inscrita no CPF sob o nº 037.326.939-02, residente e domiciliada no município de Arapongas, PR. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE HIGIENE PESSOAL, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Gleci do Carmo Nurilles Pila.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unidmed	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
22/04/2020	20	55889 - CARNE MOIDA BOVINA IN NATURA DE 2ª MOIDA NA HORA	KG	ROSA	300	19,45	5.835,00
22/04/2020	30	55650 - Farinha de milho tipo 1 (fubá) embalagem com 1 kg.	UN	monte claro	50	2,19	109,50
22/04/2020	49	55916 - OSSOBUCO, MÚSCULO DE GADO COM OSSO	KG	ROSA	30	18,00	540,00
22/04/2020	50	55892 - Ovos de galinha tipo 02 vermelhos grandes, fresco, casca livre de rachaduras e sujeiras.	DZ	carminati	300	7,90	2.370,00
22/04/2020	51	55966 - PEITO DE FRANGO, CARNE IN NATURA, ORIGEM AVÍCOLA, APRESENTAÇÃO SEM TEMPERO, SEM OSSO, CONGELADO.	KG	AGRODA-NIELI	100	13,50	1.350,00
22/04/2020	54	55915 - PREPARADO PARA CALDO COM SEIS TABLETES COM 63G DIVERSOS SABORES	UN	APTI	100	2,00	200,00
22/04/2020	61	56023 - Salsicha a granel origem: carne de frango, bovina ou suína, tipo tradicional, ingredientes: proteína de soja, amido, sal, condimentos naturais, resfriada	KG	FRIMESA	200	10,00	2.000,00
22/04/2020	62	56025 - Sardinha em óleo comestível, embalagem com 125 gr	UN	88	44	4,25	187,00
Total						12.591,50	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - FMAS

Publicação Nº 2514123

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - FMAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 – FORNECEDOR: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. VANDERLEI BLASKOWSKI, brasileiro, diretor administrativo, inscrito no CPF sob o nº 745.817.759-49, residente e domiciliado no município de Caçador, SC. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE HIGIENE PESSOAL, DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Gleci do Carmo Nurilles Piala.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
22/04/2020	1	66474 - Abacaxi perola Abacaxi perola - de 1ª qualidade, tamanho grande, cor e formação uniforme, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem caixa apropriada.	UN	Costa e Silva Costa e Silva	100	5,60	560,00
22/04/2020	2	55950 - ABOBRINHA - TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE S/CORTES PRODUTOS FRESCOS E COM GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIA, DEVERÁ APRESENTAR ODOR AGRADÁVEL, CONSISTÊNCIA FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	KG	Costa e Silva Costa e Silva	35	3,50	122,50
22/04/2020	4	71334 - Acelga in natura, espécie comum.	UN	Costa e Silva Costa e Silva	50	5,00	250,00
22/04/2020	6	71335 - Alface in natura, espécie crespa.	UN	Costa e Silva Costa e Silva	50	2,80	140,00
22/04/2020	8	55669 - ARROZ TIPO 01, EMBALAGEM COM 5 KG	UN	minutinho minu- tinho	100	12,30	1.230,00
22/04/2020	10	56277 - BARBEADOR DESCARTÁVEL 2 LÂMINAS, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	UN	gillet gillet	1.500	3,14	4.710,00
22/04/2020	11	55953 - BATATA DOCE-TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE ROXA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE.	KG	Costa e Silva Costa e Silva	20	3,50	70,00
22/04/2020	12	55642 - Batata inglesa, boa qualidade, tamanho médio, casca lisa	KG	Costa e Silva Costa e Silva	70	2,94	205,80
22/04/2020	13	55954 - BETERRABA DE TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA.	KG	Costa e Silva Costa e Silva	40	2,31	92,40
22/04/2020	18	63915 - Carne de frango, tipo empanado 100g temperado cozido congelado a menos 12º	UND	Lar Lar	150	1,35	202,50
22/04/2020	23	63908 - Couve flor, in natura, espécie comum, aplicação alimentação humana	UND	Costa e Silva Costa e Silva	44	4,20	184,80
22/04/2020	24	55960 - COUVE IN NATURA, ESPÉCIE COMUM/MANTEIGA, APRESENTAÇÃO EM MAÇO	UN	Costa e Silva Costa e Silva	100	2,48	248,00
22/04/2020	26	56279 - DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE, AE-ROSSOL, SEM ÁLCOOL, EMBALAGEM 100 GR, MASculino	UN	Boss Db ar	1.000	7,56	7.560,00

22/04/2020	27	63924 - Ervilha verde em conserva; simples; inteira; imersa em líquido; tamanho e coloração uniformes; acondicionada em lata com 200g; validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega; sendo considerado como peso líquido o produto drenado; e suas condições deverão estar de acordo com a nta -31 (decreto 12.486 de 20/10/78).	UND	Stella Stella	150	2,95	442,50
22/04/2020	28	59373 - ESCOVA DENTAL, MATERIAL CERDAS NÁILON, MATERIAL CABO PLÁSTICO, TIPO CABO ANATÔMICO, FORMATO CABEÇA OVALADO, MODELO MACIO, APLICAÇÃO ADULTO, CERDAS MACIAS.	UN	Clean-b Clean-b	2.000	1,80	3.600,00
22/04/2020	29	66485 - O Extrato de Tomate deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. Será tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. Ingredientes: tomates selecionados, açúcar e sal.	UN	Elefante Elefante	250	2,61	652,50
22/04/2020	32	55712 - Feijão, tipo 1, preto, safra 2019/2020 maquinado, embalado em saco plástico de 1kg.	UN	Bella Bella	100	4,29	429,00
22/04/2020	33	55907 - FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM COM 250 G	UN	Royal Royal	50	6,85	342,50
22/04/2020	34	63917 - congelada Frango tipo coxa e sobrecoxa, sem carcaça, sem tempero, congelada	KG	Perdigão Perdigão	150	6,77	1.015,50
22/04/2020	35	56281 - INSETICIDA CONTRA INSETOS, APRESENTAÇÃO LATA 500 ML	UN	mat inset mat inset	30	12,29	368,70
22/04/2020	37	55942 - Leite condensado. Ingredientes: Leite integral, açúcar, leite em pó integral, lactose embalagem 395 g.	UN	Piracanjuba Piracanjuba	44	3,62	159,28
22/04/2020	39	55727 - Maça Fuji tamanho médio casca íntegra sem amassados.	KG	Costa e Silva Costa e Silva	200	7,30	1.460,00
22/04/2020	43	55962 - MANDIOCA SEM CORTES DE 1ª QUALIDADE, TUBÉRCULO DEVE TER O ASPECTO ALONGADO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM COZIMENTO GARANTIDO, COMPACTO E FIRME, ISENTA DE MATERIAL TERROSO, PARASITAS, MOFOS E SEM PARTES ARROXADAS SEM FOLHAS E TALOS.	KG	Costa e Silva Costa e Silva	100	3,86	386,00
22/04/2020	44	35398 - Mel de abelha puro, embalagem 500 g.	UN	Mel Mel	40	16,67	666,80
22/04/2020	46	63923 - Milho verde em conserva; simples; grãos inteiros; imerso em líquido; tamanho e coloração uniformes; acondicionado em lata com peso líquido 200g, com validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a nta- 31 (decreto 12.486 de 20/10/1979)	UND	Stella Stella	250	2,59	647,50
22/04/2020	47	55965 - MORGOTA IN NATURA, ESPÉCIE PONKAN	KG	Costa e Silva Costa e Silva	150	5,00	750,00
22/04/2020	52	55968 - PÊRA FRUTA IN NATURA, ESPÉCIE NACIONAL	KG	Costa e Silva Costa e Silva	44	7,23	318,12
22/04/2020	53	35258 - Pimentão legume in natura, espécie verde	KG	Costa e Silva Costa e Silva	10	3,75	37,50
22/04/2020	55	55970 - Presunto cozido sem capa de gordura ingredientes carne suína, embalagem com 200 g	KG	Sadia Sadia	300	6,20	1.860,00
22/04/2020	59	71337 - Rúcula in natura, espécie comum, apresentação maço.	UN	Costa e Silva Costa e Silva	100	2,50	250,00
22/04/2020	60	59349 - Sabonete em barra com 90 g.	UN	Francis Francis	2.000	1,17	2.340,00

22/04/2020	63	56271 - SHAMPOO AROMA AGRADÁVEL 500ML	UN	Monange Monange	400	5,40	2.160,00
22/04/2020	66	55975 - TRIGO PARA QUIBE, EMBALAGEM 500 GR	UN	Yoki Yoki	40	3,84	153,60
22/04/2020	67	55918 - VINAGRE, MATÉRIA PRIMA MAÇÃ, TIPO AROMÁTICO, ACIDEZ 4,20, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS, EMBALAGEM COM 750 ML	UN	Koller Koller	60	2,80	168,00
Total						33.783,50	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2020

Publicação Nº 2513830

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 – FORNECEDOR: BELLACATARINA VIAGENS, TURISMO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 18.417.571/0001-91, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. ADEMIR PASQUALI, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 808.358.219-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Leandro José Martello.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/04/2020	5	71285 - Transporte de passageiros com veículo tipo ÔNIBUS CONVENCIONAL, com capacidade mínima para 42 (quarenta e duas) pessoas, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, com bancos reclináveis, apoio de braço, ar condicionado, cinto de segurança, banheiro, equipado com tacógrafo e GPS.	KM	M. Benz	3.750	6,35	23.812,50
Total						23.812,50	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2020

Publicação Nº 2513834

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 – FORNECEDOR: SCHUMACHER TUR EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.246.217/0001-89, com sede na cidade de Itapiranga/SC, neste ato representada pela Sra. JOSEANE SCHUMACKER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 045.631.179-35, residente e domiciliada na cidade de Itapiranga/SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Leandro José Martello.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/04/2020	2	71283 - Transporte de passageiros com veículo tipo MICRO-ÔNIBUS, com capacidade mínima para 24 (vinte e quatro) pessoas (lugares), com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, ar condicionado, apoio de braço, tacógrafo e GPS.	KM	Senior Marco-pollo	10.000	3,23	32.300,00
27/04/2020	3	71284 - Transporte de passageiros com veículo tipo ÔNIBUS LEITO, com capacidade mínima para 30 (trinta) pessoas, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, com bancos reclináveis, apoio de braço, ar condicionado, cinto de segurança, banheiro, equipado com tacógrafo e GPS.	KM	Mercedes Bens Marcopollo	5.000	5,89	29.450,00

27/04/2020	4	71285 - Transporte de passageiros com veículo tipo ÔNI-BUS CONVENCIONAL, com capacidade mínima para 42 (quarenta e duas) pessoas, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, com bancos reclináveis, apoio de braço, ar condicionado, cinto de segurança, banheiro, equipado com tacógrafo e GPS.	KM	Mercedes Bens Marcopollo	11.250	6,24	70.200,00
Total						131.950,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2020

Publicação Nº 2513838

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 – FORNECEDOR: VANDERLEI CAMILO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 14.768.369/0001-53, com sede na cidade de Fraiburgo/SC, neste ato representada pelo Sr. JOSE VANDERLEI CAMILO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 899.840.309-97, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo/SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DESTINADOS A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Leandro José Martello.

Data Adjudicac	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/04/2020	1	71282 - Transporte de passageiros com veículo tipo VAN, com capacidade mínima para 15 (quinze) pessoas, com no máximo 08 (oito) anos de fabricação, ar condicionado, equipado com tacógrafo e GPS. Transporte de passageiros com veículo tipo VAN, com capacidade mínima para 15 (quinze) pessoas, com no máximo 08 (oito) anos de fabricação, ar condicionado, equipado com tacógrafo e GPS.	KM	Renault master	15.000	2,03	30.450,00
Total						30.450,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2020

Publicação Nº 2513844

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 – FORNECEDOR: SAL DA TERRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.271.265/0001-48, com sede na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pela Sra. ROSANGELA SELAN GUEDES SUZZE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 905.145.219-53, residente e domiciliada na cidade de Londrina/PR. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS LOCADOS NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Vania Moraes Schirrmann.

Data Adjudicac	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/04/2020	7	71480 - Boné tipo árabe em Brim, na cor cinza, com Brasão da Administração bordado na parte frontal.	UN	PRÓPRIA CONFO RME EDITAL	400	15,90	6.360,00
Total						6.360,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2020

Publicação Nº 2513845

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 – FORNECEDOR: ANDRE ANTONIO SABINO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 27.743.380/0001-00, com sede na cidade de Francisco Beltrão/PR, neste ato representada pelo Sr. ANDRE ANTONIO SABINO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.442.029-09, residente e domiciliado na cidade de Francisco Beltrão/PR. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS LOCADOS NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Vania Moraes Schirrmann.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/04/2020	4	71477 - Calça em Brim, na cor cinza, com ½ elástico na cintura, passantes, zíper e botão. Com duas faixas refletivas, sendo, uma altura da coxa e a outra na altura da panturrilha. Numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	CAPTIVE CONFORME DESCRITIVO DO REFERIDO ITEM DESTE EDITAL	400	39,00	15.600,00
27/04/2020	5	71478 - Bermuda em Brim, na cor cinza, com ½ elástico na cintura, passantes, zíper e botão. Com uma faixa refletiva na altura da coxa. Numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	CAPTIVE CONFORME DESCRITIVO DO REFERIDO ITEM DESTE EDITAL	400	32,00	12.800,00
27/04/2020	6	71479 - Macacão em Brim com mangas longas deverão ser confeccionados com botões na parte frontal, 03 bolsos na parte da dianteira e 01 bolso na parte traseira, com Brasão da Administração bordado na parte superior esquerda, na cor cinza e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	CAPTIVE CONFORME DESCRITIVO DO REFERIDO ITEM DESTE EDITAL	200	71,99	14.398,00
27/04/2020	8	71481 - Jaleco em microfibra com mangas longas na cor Azul Royal com Brasão da Administração bordado no lado esquerdo na altura do peito e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	CAPTIVE CONFORME DESCRITIVO DO REFERIDO ITEM DESTE EDITAL	200	36,35	7.270,00
27/04/2020	9	71482 - Jaleco em microfibra com mangas curtas na cor Azul Royal com Brasão da Administração bordado no lado esquerdo na altura do peito e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	CAPTIVE CONFORME DESCRITIVO DO REFERIDO ITEM DESTE EDITAL	200	28,25	5.650,00
27/04/2020	10	71483 - Jaleco em microfibra com mangas longas na cor Branca com Brasão da Administração bordado no lado esquerdo na altura do peito e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	CAPTIVE CONFORME DESCRITIVO DO REFERIDO ITEM DESTE EDITAL	100	36,30	3.630,00
Total						59.348,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2020

Publicação Nº 2513853

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 – FORNECEDOR: JESSICA LORENA CUNHA SILVA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 35.200.562/0001-63, com sede na cidade de Marigá/PR, neste ato representada pela Sra. JESSICA LORENA CUNHA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 008.710.159-94, residente e domiciliada na cidade de Maringá/PR. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS LOCADOS NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Vania Moraes Schirrmann.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/04/2020	1	71474 - Camisa polo em algodão com mangas curtas com brasão da Administração bordado no lado esquerdo na altura do peito, na cor cinza e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	PRÓ PRIO PRÓ PRIO	100	27,90	2.790,00
27/04/2020	2	71475 - Camiseta em poliviscose com mangas longas na cor cinza com Brasão da Administração bordado no lado esquerdo na altura do peito e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	PRÓ PRIO PRÓ PRIO	400	17,07	6.828,00
27/04/2020	3	71476 - Camiseta em poliviscose com mangas curtas na cor cinza com Brasão da Administração bordado no lado esquerdo na altura do peito e numeração PP-P-M-G-GG-EG.	UN	PRÓ PRIO PRÓ PRIO	400	14,28	5.712,00
Total						15.330,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2020

Publicação Nº 2513854

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 – FORNECEDOR: SOMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 20.222.787/0001-43, com sede na cidade de Lages/SC, neste ato representada pelo Sr. STEFAN SYMALLA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 012.721.746-03, residente e domiciliado na cidade de Lages/SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CERDAS DE NYLON E CERDAS DE AÇO PARA SEREM UTILIZADAS PELAS MÁQUINAS BOBCAT DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Daniel Rodrigo de Freitas.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
13/04/2020	1	71299 - CERDAS DE NYLON DE 210 MM	PEÇA	KM01 NYLON	576	23,00	13.248,00
13/04/2020	2	71300 - CERDAS DE AÇO 210 MM	PEÇA	KM01 AÇO	576	31,25	18.000,00
Total						31.248,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2020

Publicação Nº 2513857

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 – FORNECEDOR: KELEN REGINA LUNARDI EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 32.795.764/0001-07, com sede na cidade de Concórdia/SC, neste ato representada pela Sra. KELEN REGINA LUNARDI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.137.179-06, residente e domiciliado na cidade de Concórdia/SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ADESIVO PARA COLAGEM DE PLACA DE PISO DE BORRACHA ECOLÓGICA, GRAMA SINTÉTICA, PISO EMBORRACHADO, ENTRE OUTROS SUBSTRATOS EM CONTRAPISO DE CIMENTO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Wagner Servergnini e Daniel Rodrigo de Freitas.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
08/04/2020	1	71333 - Kit contendo Adesivo de poliuretano Bi-componente desenvolvido para colagem de placa de piso de borracha ecológica, grama sintética, piso emborrachado, entre outros substratos em contrapiso de cimento. Balde 5 Kg e frasco catalisador PU (isocianato poli-funcional) de 0,600 Kg.	KIT	HD FLEX GRAMA FLEX	1.000	79,39	79.390,00
Total						79.390,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2020

Publicação Nº 2513937

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020 – FORNECEDOR: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. VANDERLEI BLASKOWSKI, brasileiro, diretor administrativo, inscrito no CPF sob nº 745.817.759-49, residente e domiciliado no município de Chapecó, SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS BÁSICOS (CESTAS BÁSICAS) PARA SUPRIR PARTE DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME DECRETO Nº 507 DE 16 DE MARÇO DE 2020. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Karina do Nascimento Zardo.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
----------------	------	------------------	----------	-------	----------------------	-------------------

29/04/2020	2	71798 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS BÁSICOS (CESTA BÁSICA) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. ITENS INCLUSOS NA CESTA BÁSICA: ? 5 KG DE ARROS PARBOILIZADO ? 2 KG DE FEIJÃO ? 1 KG DE FUBA ? 5 KG DE AÇUCAR REFINADO ? 900 ML DE ÓLEO DE SOJA ? 1 KG DE SAL ? 5 KG DE FARINHA DE TRIGO ? 400 GR DE LEITE EM PÓ ? 1 KG DE MACARRÃO COM OVOS ? 400 GR DE BISCOITO TIPO MARIA ? 2 DÚZIAS DE OVOS	UN	1.000	73,60	73.600,00
TOTAL						73.600,00

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2020

Publicação Nº 2513938

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020 – FORNECEDOR: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pela Sra. GISELE DOS SANTOS, brasileira, casada, sócia administradora, inscrita no CPF sob nº 037.326.939-02, residente e domiciliada no município de Chapecó, SC. O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS BÁSICOS (CESTAS BÁSICAS) PARA SUPRIR PARTE DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME DECRETO Nº 507 DE 16 DE MARÇO DE 2020. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Karina do Nascimento Zardo.

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
29/04/2020	1	71798 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS BÁSICOS (CESTA BÁSICA) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. ITENS INCLUSOS NA CESTA BÁSICA: ? 5 KG DE ARROS PARBOILIZADO ? 2 KG DE FEIJÃO ? 1 KG DE FUBA ? 5 KG DE AÇUCAR REFINADO ? 900 ML DE ÓLEO DE SOJA ? 1 KG DE SAL ? 5 KG DE FARINHA DE TRIGO ? 400 GR DE LEITE EM PÓ ? 1 KG DE MACARRÃO COM OVOS ? 400 GR DE BISCOITO TIPO MARIA ? 2 DÚZIAS DE OVOS	UN	3.000	73,50	220.500,00
TOTAL						220.500,00

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2020

Publicação Nº 2513940

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.608/0001-89, com sede na cidade de Mariópolis, PR, neste ato representada pelo Sr. NESTOR LUIZ SIMIONATO, brasileiro, sócio gerente, inscrito no CPF sob nº 518.588.199-20, residente e domiciliado no município de Mariópolis, PR. o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislowski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	1	59501 - ACIDO MURIATICO- removedor de manchas de alta concentração para uso geral - Fórmula: HCl. O ácido clorídrico comercial é uma solução aquosa contendo de 3 a 37% em peso do gás cloreto de hidrogênio. Peso molecular: 36,47. Embalagem em galão de 5 litros. Constante data de fabricação e validade	UN	SIPROLIMP LIMPA PEDRAS	150	22,50	3.375,00

14/05/2020	5	68695 - Amaciante roupa líquido, concentrado para todos os tipos de tecidos, promovendo maciez, com perfume agradável, tensoativos, produto biodegradável e que conserve a tonalidade, que atenda às seguintes características físico-químicas. Aspecto: líquido, cor clara, PH: 2,0 a 4,0. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentação: embalagem em bombona com 2 litros. Produto notificado na ANVISA. Todos os itens de uma mesma linha de produto. Embalagem certificada pelo INMETRO.	UN	SIPROLIMP SIPROLIMP	2.000	3,06	6.120,00
14/05/2020	6	68696 - Balde, material plástico, capacidade de 15 litros, material alça arame galvanizado, cores diversas Medida do produto: Ø interno 285 mm x altura 290 mm.	UN	ARQPLAST ARQPLAST	300	4,87	1.461,00
14/05/2020	7	57537 - Balde plástica reforçada capacidade 20 litros Dimensões: 350x345mm, sem tampa com alça de arame galvanizado cores diversas	UN	ARQPLAST ARQPLAST	500	7,59	3.795,00
14/05/2020	12	68703 - Desinfetante, aspecto físico líquido. Aplicação: desinfetante e germicida. Composição aromática: Lavanda, Pinho, Eucalipto, Jasmim e Limão Frasco de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	GALÃO	SIPROLIMP SIPROLIMP	3.000	5,50	16.500,00
14/05/2020	22	68714 - Fósforos - caixa pequena embalagem com 10 Unidades contendo 40 palitos cada caixinha. COMPOSIÇÃO: FÓSFORO, CLORATO POTÁSSIO AGLUTINANTES. Com selo do INMETRO.	UN	PARANÁ PARANÁ	600	2,76	1.656,00
14/05/2020	27	68719 - Lixeira plástica reforçada - capacidade 30 litros - com tampa - não telado	UN	ARQPLAST ARQPLAST	180	14,29	2.572,20
14/05/2020	28	37733 - Lixeira plástica reforçada - 20 Litros, sem tampa	UN	ARQPLAST ARQPLAST	200	8,34	1.668,00
14/05/2020	29	65192 - Lixeira de polietileno telado capacidade 8 litros	UN	ARQPLAST ARQPLAST	120	2,31	277,20
14/05/2020	30	68722 - Lustra móveis, tipo cremoso, fragrância lavanda/outras, frasco com 200ml, contendo no rótulo o nome do fabricante e especificação com data de validade.	UN	SIPROLIMP SIPROLIMP	500	2,40	1.200,00
14/05/2020	37	68730 - Querosene para limpeza embalagem 1 litro.	LT	SIPROLIMP SIPROLIMP	400	9,36	3.744,00
14/05/2020	45	68740 - Vassoura de palha com cabo de madeira - 120 cm.	UN	SIPROLIMP SIPROLIMP	800	11,04	8.832,00
14/05/2020	55	68750 - Cera líquida, galão com 5 litros, incolor, composição: carnaúba, para piso lustável.	UN	SIPROLIMP SIPROLIMP	500	20,50	10.250,00

14/05/2020	56	68751 - Cera em pasta vermelha. Composição carnaúba, cera polietileno, parafina, cera microcristalina, solvente alifáticos, emulsificante, tensoativo, coadjuvantes, corantes essência e óleo de pinho, latas de 400 gramas	UN	SIPROLIMP SIPROLIMP	50	8,30	415,00
14/05/2020	57	2035 - Cera em pasta amarela composição carnaúba, cera polietileno, Cera em pasta amarela composição carnaúba, cera polietileno, parafina, cera micro cristalina, solvente alifáticos, emulsificante, tensoativo, coadjuvantes, corantes essência e óleo de pinho, latas de 400 gramas	UN	SIPROLIMP SIPROLIMP	50	7,90	395,00
14/05/2020	80	68110 - ISQUEIRO GRANDE	UN	BIC BIC	50	3,28	164,00
14/05/2020	87	34574 - GRAMPOS DE ROUPAS DE PLÁSTICO RESISTENTE, PACOTE COM 12 GRAMPOS	PCT	DESAFIO DESAFIO	450	1,48	666,00
14/05/2020	92	71293 - Toalha de Rosto 41 cm x 65 m 100% algodão	UN	BIA BIA	100	4,33	433,00
Total						63.523,40	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2020

Publicação Nº 2513941

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pela Sra. GISELE DOS SANTOS, brasileira, casada, sócia administradora, inscrita no CPF sob nº 037.326.939-02, residente e domiciliada no município de Chapecó, SC. o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unidmed	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	2	68694 - Açúcar Refinado - Açúcar Refinado de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar. Aspecto sólido amorfo e cor branca com grãos finos e não definidos. Não deverá empedrar. A embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rótulo da embalagem e com todas as informações pertinentes ao produto, previsto na legislação vigente. Embalagem com 5 quilos.	UN	ALTO ALEGRE	4.000	10,73	42.920,00
14/05/2020	13	68704 - Pedra Sanitária composição do Produto: Bicarbonato de Sódio, Dodecilbenzeno Sulfonato de Sódio, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes. com vários aromas com suporte sanitário	UN	PERFECT	3.900	0,80	3.120,00
14/05/2020	79	48033 - SACOLAS PLASTICAS COR BRANCA, MEDIDA DE 48 X 58 CM, CAIXAS COM 1.000 UNIDADES	CX.	ECONOMICA	8	94,00	752,00

14/05/2020	86	37785 - Máscara para manipulação de alimentos, descartável, com elástico 100 % de polipropileno, atóxica, hipoalergênico	UN	bompak	1.500	6,81	10.215,00
14/05/2020	101	68728 - Papel higiênico branco - picotado - folha simples neutro - com 60 metros - macio-fardo com 64 rolos embalados em pacotes com 4 rolos- celulose virgem. Papel com 10 cm de largura.	FARDO	FAMILIAR	2.250	35,65	80.212,50
14/05/2020	105	68728 - Papel higiênico branco - picotado - folha simples neutro - com 60 metros - macio-fardo com 64 rolos embalados em pacotes com 4 rolos- celulose virgem. Papel com 10 cm de largura.	FARDO	FAMILIAR	850	35,65	30.302,50
Total						167.522,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2020

Publicação Nº 2513944

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: ROBERTO MISTURA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 10.292.359/0001-33 com sede no município de Guatambu, SC, neste ato representada pelo Sr. ROBERTO MISTURA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 060.000.569-07, residente no município de Guatambu, SC. o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	8	56232 - Bolsa Para chão, branca, dupla, 100% de algodão, alvejada, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo 48x63cm, Para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade	UN	fixer fixer	3.000	2,25	6.750,00
14/05/2020	21	68713 - Flanela para limpeza, tipo 100% algodão, bordas overlocadas nas dimensões 40x60cm em cores diversas, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante.	UN	fixer fixer	3.000	1,35	4.050,00
14/05/2020	23	68715 - Garrafa térmica capacidade mínima de 1 litro, tipo de mesa, uso e transporte na vertical, conservação térmica de líquidos frios e quentes, jato forte e preciso, sistema corta pingos, revestimento externo polipropileno - pp, isolamento térmico por ampola de vidro, conservação de no mínimo 6 horas, sistema de servir por bomba de pressão.- garantia de 3 meses	UN	mor mor	150	24,48	3.672,00
14/05/2020	26	68718 - Pano de prato pronto com bainha 100% algodão, cor branca, tamanho 0,65x0,45, avulso	UN	fixer fixer	1.500	1,40	2.100,00
14/05/2020	31	68723 - Luva, material tipo látex forrado, tipo domestica com antiderrapante na palma da mão e ponta dos dedos, com cano curto, com 30 cm de comprimento. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante Tamanho M.	PAR	talge talge	4.500	2,80	12.600,00
14/05/2020	32	68724 - Luva, material tipo látex forrado, tipo domestica com antiderrapante na palma da mão e ponta dos dedos, com cano curto, com 30 cm de comprimento. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. Tamanho G.	PAR	talge talge	3.300	2,80	9.240,00

14/05/2020	33	68725 - Luva, material tipo látex forrado, tipo domestica com antiderrapante na palma da mão e ponta dos dedos, com cano curto, com 30 cm de comprimento. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. Tamanho GG.	PAR	talge talge	1.100	2,80	3.080,00
14/05/2020	34	68726 - Desodorizador aerosol de ambientes, fragrâncias diversas, composição: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%, ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano, frasco com no mínimo 360ml.	UN	ultra ultra	1.500	5,90	8.850,00
14/05/2020	38	68731 - Rodo com espuma, aproximadamente 35 a 40 cm limpeza de vidros, com cabo.	UN	DESAFIO DESAFIO	350	5,80	2.030,00
14/05/2020	40	68734 - Sabão em pó com alvejante seguro, composição tensoativo aniônico tamponantes coadjuvantes sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essência, carga e água. Contém aquil benzenosulfonato de sódio em embalagens de 1 kg.	UN	top limp top limp	3.500	3,47	12.145,00
14/05/2020	43	68738 - Toalha de rosto felpuda 100% algodão tamanho 50 x 70 cm.	UN	fixer fixer	900	3,70	3.330,00
14/05/2020	51	68746 - Bule em alumínio com cabo de madeira capacidade 3 litros.	UN	erca erca	25	36,90	922,50
14/05/2020	52	68747 - Chaleira de alumínio com cabo de madeira capacidade 4,2 litros.	UN	erca erca	30	41,90	1.257,00
14/05/2020	54	37777 - SAPOLIO LIQUIDO Sapólio líquido. Tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, tubo com 300 ml	UN	perfect perfect	3.000	2,34	7.020,00
14/05/2020	65	71287 - Esponja de banho para bebê	UN	nubi nubi	700	1,00	700,00
14/05/2020	66	62410 - Toalhinhas de boca, tipo fraldinha, com acabamento, pacote com 03 unidades	PCT	minasrey minasrey	800	7,00	5.600,00
14/05/2020	68	38618 - TRAVESSEIRO, 0,50 X 0,70 M, ENCHIMENTO 100% FIBRA DE POLIÉSTER, REVESTIMENTO DE 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER.	UN	panosul panosul	500	23,90	11.950,00
14/05/2020	69	40778 - Sabonete líquido infantil, formulação suave, sem corante, testado oftalmo e dermatologicamente, frasco de 200 ml	UN	life life	700	5,60	3.920,00
14/05/2020	70	40784 - Shampoo infantil, com formulação suave, sem corante, testado oftalmo e dermatologicamente, frasco de 200 ml	UN	life life	800	5,63	4.504,00
14/05/2020	72	40791 - Creme preventivo de assaduras, 80 gramas, hipoalergênico, composição glicerina, óxido de zinco e óleo de amêndoas	UN	anjinho anjinho	400	12,90	5.160,00
14/05/2020	74	71288 - Manta de solteiro de microfibra, medindo 2,0 metros x 1,50 metro	UN	cortex cortex	400	26,00	10.400,00
14/05/2020	75	38609 - BABADORES 100% ALGODÃO, COM FORRO PLÁSTICO 17 X 20CM, COM FECHAMENTO EM CORDÃO.	UN	minasrey minasrey	800	5,45	4.360,00
14/05/2020	76	38617 - LENÇOL PARA BERÇO, COM ELÁSTICO, 100% ALGODÃO, DE MALHA, COR LISA	UN	sb sb	700	8,90	6.230,00
14/05/2020	77	70088 - Lençol de solteiro, com elástico, 100 % algodão, cor lisa	UN	sb sb	300	19,80	5.940,00

14/05/2020	84	71291 - Lixeira plástica em polipropileno reforçado, com tampa e pedal, capacidade de 100 litros	UN	ARQPLAST ARQPLAST	50	156,00	7.800,00
14/05/2020	90	62409 - Fralda descartável com gel, tripla proteção, com elástico nas pernas, pacotes com aproximadamente 40 fraldas, sendo P: 100 pacotes, M 500 pacotes e G 700 pacotes	PCT	parentex parentex	1.300	32,99	42.887,00
Total						186.497,50	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2020

Publicação Nº 2513949

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 25.034.906/0001-58 com sede no município de Erechim, RS, neste ato representada pelo Sr. RICARDO ALEXANDRE SALAMONI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 019.917.800-36, residente no município de Erechim, SC. o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid. med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	100	68707 - Embalagem plástica para lixo, na cor preto 10 micras - capacidade 100 litros - Fardo com 50 Unidades	Pacote	PLAST ILIFE PLAST ILIFE	6.000	12,00	72.000,00
14/05/2020	104	68707 - Embalagem plástica para lixo, na cor preto 10 micras - capacidade 100 litros - Fardo com 50 Unidades	Pacote	PLAST ILIFE PLAST ILIFE	2.000	12,00	24.000,00
Total						96.000,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2020

Publicação Nº 2513954

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 24.537.945/0001-05 com sede no município de Blumenau, SC, neste ato representada pela Sra. MARIA EVANI PEREIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 902.194.499-53, residente no município de Blumenau, SC. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	71	62413 - Luva de látex, tipo industrial, não estéril, de policloreto de vinila, caixa com 100 unidades. Tamanho P, M e G	CX	GLOMED TAMA- NHO P, M E G	250	29,90	7.475,00
14/05/2020	85	58225 - Hastes flexíveis com ponta de algodão com 75 unidades	CX	HIGIE TOPP CX C/ 75 UND	500	1,40	700,00
14/05/2020	97	71297 - Termômetro digital clínico.	UN	G-TECH DIGITAL	80	26,00	2.080,00
Total						10.255,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2020

Publicação Nº 2514016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. VANDERLEI BLASKOWSKI, brasileiro, diretor administrativo, inscrito no CPF sob nº 745.817.759-49, residente e domiciliado no município de Caçador, SC. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unidmed	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	14	68705 - Detergente neutro para louças, biodegradável, consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UN	JJ Guimarães JJ Guimarães	10.000	1,14	11.400,00
14/05/2020	15	68706 - Embalagem plástica para lixo, na cor preto 10 micras - capacidade 30 litros- fardo com 50 Unidade.	PCT	Miller Miller	5.000	3,30	16.500,00
14/05/2020	16	68708 - Escova para lavar de mão com cerdas de polipropileno resistentes e duráveis	UN	Perovinha Perovinha	300	2,04	612,00
14/05/2020	17	68709 - Escova para vaso sanitário com cerdas de polipropileno com suporte cabo com 30 cm cerda dura	UN	Sanylux Sanylux	850	4,20	3.570,00
14/05/2020	18	68710 - Esponja para lavar louça dupla face –COMPOSIÇÃO: FIBRA SINTÉTICA COM MINERAL ABRASIVO. EMBALAGENS CONTENDO 5 ESPONJAS DE 125MM X 87MM X 20MM	UN	NOBRE NOBRE	4.500	2,98	13.410,00
14/05/2020	20	2171 - FILTRO PARA CAFÉ Nº 103, CAIXA COM 30 UNIDADES, 100% CELULOSE, COM ABA (FLAP) PARA ABERTURA.	CX	Supremo Supremo	3.500	2,40	8.400,00
14/05/2020	24	68716 - Garrafa térmica capacidade mínima de 1,8 litro, tipo de mesa, uso e transporte na vertical, conservação térmica de líquidos frios e quentes, jato forte e preciso, sistema corta pingos, revestimento externo polipropileno - pp, isolamento térmico por ampola de vidro, conservação de no mínimo 6 horas, sistema de servir por bomba de pressão.	UN	Unitermi Unitermi	250	33,00	8.250,00
14/05/2020	25	65191 - Lixeiro plástico em polipropileno reforçado com tampa e pedal Para abri-la, não telado capacidade 30 litros. Garantia de 3 meses	UN	Perovinha Perovinha	250	27,00	6.750,00
14/05/2020	35	68727 - Pá com cabo longo, facilita no transporte de lixo. Produto galvanizado, oferecendo maior durabilidade e proteção contra oxidação. MATERIAL: Pá - metal. / Cabo - madeira. MEDIDAS: Cabo - 61 cm / Pá - 15 x 18 cm.	UN	Perovinha Perovinha	380	4,99	1.896,20
14/05/2020	36	68729 - Papel toalha branco, não reciclado, branco, interfolha duas dobras, 21 x22,5cm, pacote com 1250 folhas - celulose virgem	Pacote	bela vista bela vista	5.000	7,40	37.000,00

14/05/2020	44	68739 - Vassoura matérias sintético, cerdas de nylon plumadas e cabo de madeira de tamanho grande- Altura: 157 cm Largura: 22 cm.	UN	Perovina Perovina	1.700	4,50	7.650,00
14/05/2020	46	68741 - Desentupidor sanitário- Emborrachado com cabo em Madeira - Venda em unidade - Resistente e durável. - Higiênica - Dimensões: A x L x P / 57,0 x 30,0 x 30,0 cm.	UN	Perovina Perovina	120	6,50	780,00
14/05/2020	47	68742 - Mangueira para jardim trançada com 30 metros. Conteúdo da Embalagem: 1 rolo de mangueira para jardim com 30 metros, indicada para condução de água fria na limpeza e irrigação em jardim. Pronta para uso - acompanha conexão da torneira e esguicho plástico reto. Especificações Técnicas: Diâmetro interno da mangueira: 7/16" - 11 mm Espessura da parede da mangueira: 1,8 mm.	UN	Mantac Mantac	150	52,30	7.845,00
14/05/2020	50	68745 - Guardanapo de papel tamanho médio 22,5x 19,5 com 50 Unidade 100% celulose virgem.	UN	bela vista bela vista	1.950	0,65	1.267,50
14/05/2020	53	68748 - Alcool Gel 65 INPM 70 GL- embalagem com 500 gramas.	UN	PAMY PAMY	4.000	3,77	15.080,00
14/05/2020	59	68754 - Porta filtro tipo coador que possa suportar filtros de nº 103, com alça e uma base larga para um melhor apoio na garrafa de café, capacidade de 700 ml com as seguintes dimensões do produto comprimento:- 15cm Largura:13,5cm Altura: 13,6 cm.	UN	Hario Hario	350	5,90	2.065,00
14/05/2020	60	68755 - Esponja de fibra para limpeza leve, branca, medindo: 102mm x 260mm. Pacote com 10 unidades.	Pacote	NOBRE NOBRE	500	8,85	4.425,00
14/05/2020	61	68756 - Embalagem plástica para lixo, na cor preto 10 micras - capacidade 50 litros- fardo com 50 Unidade.	Pacote	Miller Miller	4.500	4,77	21.465,00
14/05/2020	62	68757 - Coador de pano para café grande, diâmetro mínimo de 150mm, com cabo no mínimo 130mm e espessura de no mínimo 20mm.	UN	NOBRE NOBRE	50	6,50	325,00
14/05/2020	63	68044 - LIXEIRA PLÁSTICA BASCULANTE - 5 LITROS	UN	Perovina Perovina	120	14,70	1.764,00
14/05/2020	64	40774 - Bacia Plástica reforçada - 20 Litros	UN	Perovina Perovina	50	7,40	370,00
14/05/2020	67	62425 - Colchão infantil, densidade 18	UN	Berflex Berflex	300	75,49	22.647,00
14/05/2020	73	37787 - Suporte com fixação em parede com reservatório, para sabonete líquido na cor branca.	UN	NOBRE NOBRE	50	19,50	975,00
14/05/2020	78	65133 - Toalhinhas umedecidas para bebê, sem álcool e com ph neutro, testado dermatologicamente. Pacotes com 48 unidades cada.	UN	anjinho anjinho	4.000	8,00	32.000,00
14/05/2020	82	521 - Suporte para papel toalha, na cor branca em plástico resistente	UN	NOBRE NOBRE	50	19,40	970,00
14/05/2020	83	68117 - XÍCARAS PEQUENAS COM PIRES NA COR BRANCA	UN	Arizona Arizona	120	30,00	3.600,00

14/05/2020	88	48004 - LUVAS DE PLASTICO TRANSPARENTE - DESCARTAVEL	PAR	talge talge	1.500	2,15	3.225,00
14/05/2020	89	65153 - Toalha de banho felpuda, 100% algodão, medindo 70 cmx1,40metros	UN	Fischer Fischer	1.000	11,65	11.650,00
14/05/2020	93	71294 - Capa protetora para colchão de berço impermeável.	UN	Solecasa Solecasa	1.000	40,00	40.000,00
14/05/2020	94	71295 - Capa protetora para colchão de solteiro.	UN	Solecasa Solecasa	300	40,00	12.000,00
14/05/2020	95	68118 - TELA DE PROTEÇÃO DE INSETOS PARA JANELAS E PORTAS	MTR	Lahuma Lahuma	2.500	3,57	8.925,00
14/05/2020	96	71296 - Capa protetora para travesseiro 0,50 x 0,70 impermeável de algodão.	UN	Solecasa Solecasa	1.500	11,00	16.500,00
Total						323.316,70	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2020

Publicação Nº 2514018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: LEANDRO APARECIDO DE PAULA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.634.481/0001-15, com sede na cidade de Nova Erechim, SC, neste ato representada pelo Sr. LEANDRO APARECIDO DE PAULA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 009.925.610-00, residente e domiciliada no município de Nova Erechim, SC. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	3	1491 - Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Embalagem em galão de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UN	GLAMOUR	3.500	3,80	13.300,00
14/05/2020	42	68736 -. Sabonete líquido composição Phneutro várias fragrâncias capacidade 5 litros – 100% BIODEGRADÁVEL.	UN	GLAMOUR	1.500	9,45	14.175,00
14/05/2020	48	68743 - Desengordurante multiuso embalagem com 500 ml- Lauril éter sulfato de sódio, coadjuvantes, água e fragrância.100% Biodegradável.	UN	GLAMOUR	4.000	1,28	5.120,00
14/05/2020	91	71292 - Cera líquida, embalagem com 750ml, amarela, composição: carnaúba, para piso lustrável.	UN	GLAMOUR	300	2,80	840,00
Total						33.435,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2020

Publicação Nº 2514038

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Planalto Alegre, SC, neste ato representada pela Sra. RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 005.351.199-92, residente e domiciliada no município de Planalto Alegre, SC. O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Paulo Eduardo Estanislovski (Assistência Social), Fabiana Binotto Cracco (Educação) e Marcos Ferrareze Godinho (Saúde).

Data Adjudicaç	Item	Material/Serviço	Unid med	Marca	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14/05/2020	4	37668 - Álcool Etílico Hidratado - Álcool Líquido 92,8° Inpm (96 GL) uso doméstico com registro do INMETRO. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde	LT	ITAJA 1993	5.000	5,29	26.450,00
14/05/2020	9	68699 - Chá aromático nos sabores camomila, erva, cidreira erva doce, hortelã caixa com 15 saquinhos envelopados, com 16g (1 saquinho). Quantidade suficiente para o preparo de 200 ml de chá (1 xícara). A embalagem deve conter data de fabricação, vencimento e devem atender as exigências da ANVISA para comercialização	CX	CHILENO /BELA	900	1,40	1.260,00
14/05/2020	10	68700 - Chá aromático de abacaxi, morango maçã, pêssego, frutas vermelhas, maracujá, limão e misto de até 30 sabores caixa com 15 saquinhos envelopados, com 16g (1 saquinho). Quantidade suficiente para o preparo de 200 ml de chá (1 xícara). A embalagem deve conter data de fabricação, vencimento e devem atender as exigências da ANVISA para comercialização	CX	CHILENO /BELA	900	1,40	1.260,00
14/05/2020	11	68702 - Copo descartável 50 ml, em material poliestireno padrão ABNT, com selo do INMETRO de alta qualidade e resistência, (material atóxico) pacotes com 100 unidades.	Pa-cote	COPOBEL 5301	100	1,33	133,00
14/05/2020	19	68711 - Esponja de lã de aço - COMPONENTE: AÇO CARBONO, PESO MÍNIMO DE 60GR, CONTENDO 8 UNIDADES CADA PACOTE.	Pa-cote	MUNDIAL 2290	1.900	1,11	2.109,00
14/05/2020	39	68733 - Rodo de borracha com aproximadamente 60 cm de largura, borracha dupla, com cabo de alumínio 1,4mx 22mm.	UN	LOCAT ELLI 2325	700	10,98	7.686,00
14/05/2020	41	68735 - Sabão em barra - neutro - 500 gramas - 100% BIODEGRADÁVEL.	UN	ZAVASKI 1006	2.000	5,00	10.000,00
14/05/2020	49	68744 - Papel higiênico rolo com 300 metros, branco, 100% celulose virgem. Papel com 10 cm de largura.	UN	PRIMA VERAP LUS 2770	4.000	2,95	11.800,00
14/05/2020	58	71286 - Luva, material tipo látex forrado, tipo doméstica com antiderrapante na palma da mão e ponta dos dedos, com cano curto, com 30 cm de comprimento. Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante Tamanho P.	UN	SUPER PRO 2604	3.300	2,99	9.867,00

14/05/2020	98	68698 - Café em pó homogêneo embalado a vácuo puro, 500g tradicional - Café, em pó homogêneo, torrado e moído, constituídos de grão de café tipo 8 COB ou melhores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) =, evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados. Características sensoriais recomendáveis e nota de qualidade global da bebida. Cafés com categoria de qualidade tradicional devem apresentar aroma e sabor. Característico do produto, podendo ser suave ou intenso e obter em análise sensorial da bebida, nota de qualidade global na faixa de 4,5 a 5,9 pontos, realizada por Equipe selecionada e treinada, em laboratórios credenciados, fazendo uso de escala de 0 a 10 para qualidade global. O produto deve ser embalado à vácuo, com registro da data de fabricação, peso e validade estampadas no rótulo da embalagem. Adicionalmente, as marcas cotadas devem ter o selo de pureza da abic com validade de 06 (seis) meses.	Pa-cote	BELVE DER 2366	5.250	5,70	29.925,00
14/05/2020	99	68701 - Copo descartável de 180 ml, em material de polipropileno transparente, padrão ABNT com selo do INMETRO de alta qualidade e resistência. temperatura máxima para: 100°C. (material atóxico) caixa com 2.500 pacotes com 100 unidades.	CX	COPO BEL 5517	750	56,01	42.007,50
14/05/2020	102	68698 - Café em pó homogêneo embalado a vácuo puro, 500g tradicional - Café, em pó homogêneo, torrado e moído, constituídos de grão de café tipo 8 COB ou melhores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) =, evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados. Características sensoriais recomendáveis e nota de qualidade global da bebida. Cafés com categoria de qualidade tradicional devem apresentar aroma e sabor. Característico do produto, podendo ser suave ou intenso e obter em análise sensorial da bebida, nota de qualidade global na faixa de 4,5 a 5,9 pontos, realizada por Equipe selecionada e treinada, em laboratórios credenciados, fazendo uso de escala de 0 a 10 para qualidade global. O produto deve ser embalado à vácuo, com registro da data de fabricação, peso e validade estampadas no rótulo da embalagem. Adicionalmente, as marcas cotadas devem ter o selo de pureza da abic com validade de 06 (seis) meses.	Pa-cote	BELVE DER 2366	1.750	5,70	9.975,00
14/05/2020	103	68701 - Copo descartável de 180 ml, em material de polipropileno transparente, padrão ABNT com selo do INMETRO de alta qualidade e resistência. temperatura máxima para: 100°C. (material atóxico) caixa com 2.500 pacotes com 100 unidades.	CX	COPO BEL 5517	250	56,01	14.002,50
Total						166.475,00	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2020

Publicação Nº 2514044

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2020 – FORNECEDOR: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. VANDERLEI BLASKOWSKI, brasileiro, diretor administrativo, inscrito no CPF sob nº 745.817.759-49, residente e domiciliada no município de Caçador, SC. O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS, VIDROS E ACESSÓRIOS, MADEIRAS E CORRELATOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DE CONTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, PARA ATENDER AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Gilmar Calisto de Oliveira (administração), Edegar Roberto Mazzotti (agricultura), Paulo Eduardo Estanislovski (assistência social), Nilton Goes Junior (esporte, cultura e turismo), Fabiana Rodrigues Moscheta (educação), Luiz Carlos da Luz Antunes (infraestrutura) e Alessandro

Luis Ribeiro (saúde).

Item	Material/Serviço	Percentual de desconto	Valor estimado
2	71694 - Fornecimento de insumos – esquadrias, vidros e acessórios com instalação, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos no SINAPI (Santa Catarina) vigente – Não desonerada	5,00%	150.000,00
3	71695 - Fornecimento de insumos – madeiras em geral, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos no SINAPI (Santa Catarina) vigente – Não desonerada	5,01%	225.000,00
5	71694 - Fornecimento de insumos – esquadrias, vidros e acessórios com instalação, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos no SINAPI (Santa Catarina) vigente – Não desonerada	5,00%	50.000,00
6	71695 - Fornecimento de insumos – madeiras em geral, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos no SINAPI (Santa Catarina) vigente – Não desonerada	5,03%	75.000,00

INFORMATIVO DE ADITIVO Nº 22

Publicação Nº 2514075

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 22/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2019, da Prefeitura Municipal de Caçador, 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2019, do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): FORMATO ENGENHARIA LTDA-EPP, M Z 8 IMÓVEIS E ALUGUEL EIRELI.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 04 de junho de 2020.

INFORMATIVO DE ATA Nº 12

Publicação Nº 2514070

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 12/2020

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 04 de junho de 2020.

Caibi

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

Publicação Nº 2512633

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

Processo Licitatório nº 036/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 018/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Contratação de empresa especializada na execução dos serviços elétricos para manutenção da iluminação pública do município de Caibi – SC, com vigência até 20/05/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serv.	1500	Mão de obra para manutenção de iluminação pública compreendendo num ponto: braço ip, base para relé, luminária soquete, cabo de cobre, chave de comando, reator, fotocélula lâmpada e conectores.	82,00	123.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA				123.000,00	

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POTENTI - SOLUÇÕES EM ELETRO ENERGIA LTDA	14.458.850/0001-42	RUA HERNESTO HOLZ, 66-P/CHC 63ª- GALPÃO INDUSTRIAL – SANTA RITA	SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	89.900-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 023/2020 no valor de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais)

Caibi - SC 21 de Maio de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2020

Publicação Nº 2512711

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2020

Processo Licitatório nº 038/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 019/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção da frota de máquinas, caminhões e ônibus da Prefeitura Municipal de Caibi-SC, com vigência até 27/05/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	Und	26	Recapagens de pneus Nº 1000 x 20 borrachudo 19,5 mm	498,00	12.948,00
10	Und	40	Recapagens de pneus nº 1000 R 20 Radial, Borrachudo (22mm)	520,00	20.800,00
VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA				33.748,00	

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA ME	02.570.797/0001-98	RUA WALDEMAR RANGRAB, 1199 BAIRRO SÃO JORGE	SÃO MIGUEL DO OESTE – SC	89900-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 024/2020 no valor de R\$ 33.748,00 (trinta e três mil reais)

Caibi - SC 28 de Maio de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2020

Publicação Nº 2512713

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2020

Processo Licitatório nº 038/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 019/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção da frota de máquinas, caminhões e ônibus da Prefeitura Municipal de Caibi-SC, com vigência até 27/05/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	Und	2	Recapagens de pneus Nº 18,4 x 30	1.750,00	3.500,00
5	Und	2	Recapagens de pneus Nº 12,4 x 24	785,00	1.570,00

6	Und	12	Recapagens de pneus Nº 19.5 x 24	1.790,00	21.480,00
8	Und	8	Recapagens de pneus nº 12.5/80 x 18	658,00	5.264,00
11	Und	4	Recapagens de pneus 17.5 x 25	1.795,00	7.180,00
VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA				38.994,00	

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
A.R PNEUS LTDA	09.243.567/0001-63	RUA WALDEMAR RANGRAB, 4101TREVO	SÃO MIGUEL DO OESTE – SC	89900-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 025/2020 no valor de R\$ 38.994,00 (trinta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais)

Caibi - SC 28 de Maio de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020

Publicação Nº 2512714

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2020

Processo Licitatório nº 038/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 019/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção da frota de máquinas, caminhões e ônibus da Prefeitura Municipal de Caibi-SC, com vigência até 27/05/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Und	18	Recapagens de pneus Nº 1400 x 24	1.302,00	23.436,00
7	Und	12	Recapagens de pneus Nº 12. x 16,5	580,00	6.960,00
VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA				30.396,00	

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
N.G. PNEUS LTDA	29.667.841/0001-39	RUA PREFEITO ALBINO CERRUTI CELLA, 834	MARAVILHA - SC	89874-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 026/2020 no valor de R\$ 30.396,00 (trinta mil trezentos e noventa e seis reais)

Caibi - SC 28 de Maio de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2020

Publicação Nº 2512716

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2020

Processo Licitatório nº 038/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 019/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Prestação de serviços de recapagem de pneus para manutenção da frota de máquinas, caminhões e ônibus da Prefeitura Municipal de Caibi-SC, com vigência até 27/05/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	Und	20	Recapagens de Pneus Nº 215/75 R 17,5	328,00	6.560,00
9	Und	12	Recapagens de pneus nº 275/80 R 22.5 (22mm)	550,00	6.600,00
VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA				13.160,00	

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
R.M PNEUS E RECAPA- GENS LTDA	04.223.949/0001-01	Rua Valdemar Pianta, 224 Area Industrial	São Lourenço Do Oeste- SC	89.990-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 027/2020 no valor de R\$ 13.160,00 (treze mil cento e sessenta reais)

Caibi - SC 28 de Maio de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020

Publicação Nº 2512719

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020

Processo Licitatório nº 039/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 020/2020 Objeto: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos em Geral de Manutenção Preventiva e Corretiva da Frota de Máquinas, Equipamentos, Caminhões e Ônibus do Município de Caibi –SC, com vigência até 03/06/2021. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTI-MADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Hrs	650	Mão de Obra – Hora/Homem • CAMINHÃO 26220 PRANCHA PLACA MBR - 4034 • CAMINHÃO CARGO TOCO PLACA LWS 5164 • CAMINHÃO IVECO SIMPLES PLACA MMK 7765 • CAMINHÃO PAC 2 PLACA QHC 9095 • CAMINHÃO IVECO TRAÇADO PLACA QHX 8560	90,00	58.500,00
2	Hrs	150	Mão de Obra – Hora/ Homem MOTONIVELADORA CATERPILLAR 2013 120 K.	100,00	15.000,00
3	Hrs	450	Mão de Obra – Hora/Homem ROLO COMPACTADOR VAP 70 DYNAPAC LWU 1836 ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND 135 ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU	100,00	45.000,00
4	Hrs	500	Mão de Obra – Hora/Homem • RETROESCAVADEIRA CASE 2006 /580 L • RETROESCAVADEIRA TURBO RANDON 2013 RD 406 • RETROESCAVADEIRA 2013 CATERPILLAR 416 • RETROESCAVADEIRA ANO 2017 JCB	100,00	50.000,00
5	Hrs	120	Mão de Obra – Hora/Homem • TRATOR DE PNEUS MASSEY • TRATOR DE ESTEIRA ANO 2017 NEW HOLLAND D140 • TRATOR CORTADOR DE GRAMA	100,00	12.000,00
6	Hrs	80	Mão de Obra – Hora/Homem • CARRETÃO • DISTRIBUIDOR DE ESTERCO IPACOL • DISTRIBUIDOR RINO 6000	80,00	6.400,00
7	Hrs	300	Mão de Obra – Hora/Homem ONIBUS ESCOLAR QIA 7111 ONIBUS ESCOLAR QIA 7181 ONIBUS ESCOLAR QIB 8651 ONIBUS ESCOLAR MKC 4665 ONIBUS MICRO ESCOLAR MIE 0258 ONIBUS ESCOLAR MJT 3739 ONIBUS ESCOLAR 2014 OKG 4446	90,00	27.000,00
VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA				213.900,00	

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
MECÂNICA BEILKE LTDA ME	27.595.782/0001-05	RUA EUCLIDES DA CUNHA, 646	CAIBI-SC	89888-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 028/2020 no valor de R\$ 213.900,00 (duzentos e treze mil e novecentos reais)

Caibi - SC 04 de Junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2020

Publicação Nº 2512880

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2020

4º(QUARTO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 124/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: DUETO TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Fica acrescido ao contrato original o seguinte sistema: GOVBR PREGÃO ELETRÔNICO. O valor de Implantação/Treinamento no importe de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) e com manutenção mensal no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

FIRMADO: 02/06/2020

VIGÊNCIA: 31/07/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 043/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 066/2020

Publicação N° 2513255

EXTRATO DO CONTRATO N° 66/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A

OBJETO: Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

VALOR:0,00(zero real)

FIRMADO: 04/06/2020

VIGÊNCIA: 04/06/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2020

MODALIDADE: Dispensa por LimiteN° 013/2020

PORTARIA 326/20

Publicação N° 2513720

PORTARIA N.º 326/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal do município de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REENQUADRAR o Servidor Municipal DIRLEI LEMES DE ALMEIDA , matrícula nº 9066-2, para atuar no cargo de DIRETOR GERAL, até a presente data com lotação junto ao Departamento Municipal de Administração para a partir desta data responder como Gestor do Departamento Municipal de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Gabinete do Prefeito, 04 de Junho de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

PORTARIA 327/20

Publicação N° 2513723

PORTARIA N.º 327/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal do município de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REENQUADRAR o Servidor Municipal EDUARDO GASPARIN , matrícula nº 9070-0, para atuar no cargo de DIRETOR CC 03 , até a presente data com lotação junto ao Departamento Municipal de Cultura para a partir desta data responder como Responsável do Departamento Municipal de Administração e Planejamento , com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Gabinete do Prefeito, 04 de Junho de 2020.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020 - PMC

Publicação Nº 2514103

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 021/2020 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 044/2020 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE REPARO NAS VIAS PAVIMENTADAS EM LAJOTA E PARALELEPÍPEDOS EM TODAS AS RUAS QUE NECESSITAREM MANUTENÇÃO, CONFORME CRONOGRAMA ESTABELECIDO PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 04/06/2020
1ª Publicação.

PE 008/2020 - FMS

Publicação Nº 2513384

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2020 - FMS - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA OS PACIENTES ATENDIDOS NA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Inicialá às 13:00 horas do dia 22 (vinte e dois) de Junho de 2020, no site www.bnc.org.br

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú 04 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 013/2020 - FMS

Publicação Nº 2513387

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2020 - FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES USUÁRIOS DO HOSPITAL E REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 12:30 horas do dia 23 (vinte e três) de Junho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br

Camboriú 04 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 014/2020 - FMS

Publicação Nº 2513848

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2020 - FMS - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO 2 AO 5 COM COTA PRINCIPAL AO ITEM 01.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO - SOLUÇÃO FISIOLÓGICA PARA A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 22 (vinte e dois) de Junho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 04 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 05/2020 - FMAS

Publicação Nº 2513410

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2020 - FMAS - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS P13 E P45 PARA SEREM UTILIZADOS PELO CRAS, CREAS, CASA DA COSTURA, MÚLTIPLO USO, ESCOLA DE PANIFICAÇÃO, CENTRO DE APOIO A FAMÍLIA ADÃO ROSA E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 19 (dezenove) de Junho de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 04 de Junho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

APOSTILA Nº 6/2020 FMS

Publicação Nº 2512864

A P O S T I L A Nº 6/2020

(Ref. Contrato nº 12/2020 – Processo Licitatório 20/2019)

Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência da baixa nos preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 e S500, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando a vigorar a partir desta data conforme segue:

- o óleo diesel S10 de R\$ 2,843 para R\$ 2,681 o litro,
- o óleo diesel S500 de R\$ 2,811 para R\$ 2,658 o litro.

Campo Alegre, 4 de junho de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2020

Publicação Nº 2512871

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 44/2020)

Às 10h do dia 04/06/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em geração e juntada de documentos técnicos necessários a fim de obter a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, emitida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), para regularização de dez poços tubulares profundos perfurados no município de Campo Alegre/SC, utilizados no abastecimento público de água, são eles: Bateias de Baixo 0, Bateias de Baixo 1, Avenquinha I, Avenquinha II, Fragosos, Corredeiras, Lageado Parque Industrial, Lageado Comunidade, São Miguel e Rodeio de Santa Cruz. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 12.859 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513734

DECRETO Nº 12.859 DE 04 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 54.000,00 (cincoenta e quatro mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.0996 -	Despesas Correntes		
330000.00.0996 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0996 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0996 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		



08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00		
	Total	R\$ 54.000,00		

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras			
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.			
400000.00.0996 -	Despesas de Capital			
440000.00.0996 -	Investimentos			
449000.00.0996 -	Aplicações Diretas			
449052.00.0996 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 50.000,00		
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias			
400000.00.0896 -	Despesas de Capital			
440000.00.0896 -	Investimentos			
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00		
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00		
	Total	R\$ 54.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.860 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514100

DECRETO Nº 12.860 DE 04 DE JUNHO DE 2020

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAIS ADQUIRIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR PROCESSOS LICITATÓRIOS, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica do Município, e ainda, os incisos IV e V do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, e:

CONSIDERANDO: Que a Administração Pública deverá verificar a conformidade de cada proposta com os requisitos dos Editais dos Processos Licitatórios, bem como somente poderá classificar as propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação previstos no ato convocatório; DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a "Comissão para Avaliação de Amostras de materiais adquiridos pelo Fundo Municipal de Saúde" deste Município, quando forem realizadas por meio de Processo Licitatório e quando o Processo Licitatório assim o exigir.
Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deste artigo será constituída pelos seguintes membros:

I - Presidente: ELENA GORNIACK – Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde;
II - Membro: TATIANE FABIOLA ARENHART – Enfermeira;
III - Membro: CLAYTON FRANCISCO VALENTIM – Farmacêutico.

Art. 2º As amostras de materiais serão analisadas, em até 02 (dois) dias úteis, verificando-se o atendimento às especificações técnicas do Edital do Processo Licitatório, por esta Comissão especialmente designada para tal finalidade, a qual elaborará relatórios de análises que serão utilizados pela Comissão de Licitação como instrumento para classificação dos produtos ofertados.

Parágrafo único. As amostras de materiais serão analisadas pela Comissão a partir de critérios OBJETIVOS, pautando-se nos seguintes critérios fundamentais:

I – Da descrição: os produtos deverão atender as especificações mínimas, conforme previsto no Edital do Processo Licitatório;
II – Da qualidade: os produtos poderão ser testados pela Comissão a fim de comprovar a qualidade dos mesmos.

Art. 3º A referida Comissão não terá remuneração pelas avaliações, sendo os serviços considerados como de relevância ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2020

Publicação Nº 2513261

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2020

Objeto: Benfeitoria necessária ao Prédio Público Municipal, patrimônio nº 33331 sito a Rua Padre Luiz Gilg, nº 250 Centro do Município de Campo Alegre/SC. (Fornecimento de material e mão de obra para instalação de cobertura em policarbonato e rufos de alumínio).

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	03.00	Secretaria Municipal de Administração
Unidade	03.01	Serviço de Administração
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	0005	Atividades da Secretaria de Administração
Projeto	2.102	Manut. Das Atividades da Secretaria de Administração
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00	Obras e Instalações (Dot 34)

Vigência: 02/06/2020 a 01/08/2020.

Do valor total: R\$ 19.500,00 (Dezenove Mil e Quinhentos Reais).

Contratado: JULIANO ANTÔNIO CHIMELLI

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

INTIMAÇÃO ABERTURA PROPOSTAS TP 29/2020

Publicação Nº 2513842

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 29/2020 – TOMADA DE PREÇO

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para construção de quadra esportiva para uso na EMEB Profª Zilka de França Hasselmann, no bairro Cascatas, neste Município.

Considerando a inabilitação da empresa Duplick Empreendimentos Imobiliários Ltda;

Considerando que transcorreu o prazo para apresentação de recurso quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, e que nenhuma licitante apresentou recurso quanto ao julgamento dos documentos.

EFETUE-SE A INTIMAÇÃO das licitantes a seguir relacionadas: LN CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ – 10.834.999/0001-28, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP – CNPJ: 05.015.521/0001-63 e WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI – CNPJ: 30.150.827/0001-42, habilitadas no referido Processo Licitatório para que tenham ciência da sessão de abertura das Propostas.

A sessão de abertura das propostas será no dia 08/06/2019 às 14:00h, na Sala de Licitações no Prédio Anexo à Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Destinatários

LN CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ – 10.834.999/0001-28
(47) 3635-1250/ (47) 9613-4801 - lnconstrucoesbs@gmail.com

WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI
(47) 36448090 wrconstrucom@gmail.com

PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
(47) 3634-0453 – prkengenharia@gmail.com

Campo Alegre, 04 de junho de 2020.

MARIA CRISTINA MARCINIÁK MUNHOZ
Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 18.115 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514167

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.115 DE 04 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autoriza o pagamento de um Terço de Férias a Servidora Pública Municipal, CAMILA SUELEN DOS SANTOS, matrícula funcional nº 000972, registro no sistema sob nº 955912, ocupante do Cargo Público e na Função de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo: 06 de maio de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O pagamento de que trata o Art. 1º desta Portaria, em atenção ao requerimento da Servidora Pública Municipal junto ao Serviço de Pessoal, devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de junho de 2020 sob nº 001872.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.116 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514180

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.116 DE 04 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal CLÓVIS NENEVÊ, matrícula funcional nº 000583, registro no sistema sob nº 954778, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 07 de agosto de 2018 a 06 de agosto de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor Público Municipal o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 27 de fevereiro de 2020, sob nº 00275.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.117 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514181

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.117 DE 04 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal CLODOALDO DA ROSA, matrícula funcional nº 000104, registro no sistema sob nº 183000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 12 de março de 2019 a 11 de março de 2020, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor Público Municipal o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 11 de março de 2020, sob nº 000428.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.118 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514184

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.118 DE 04 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal EVELTON MICHEL SCHULZE, matrícula funcional nº 000774, registro no sistema sob nº 955393, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Operacional III, exercendo atualmente a Função Gratificada de Chefe do Serviço do Núcleo de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Administração. Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor Público Municipal o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 27 de maio de 2020, sob nº 001642.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.119 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514185

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.119 DE 04 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, matrícula funcional nº 335, registro no sistema sob nº 124240, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, exercendo atualmente a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de junho de 2019 a 01 de junho de 2020, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção da Servidora a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de maio de 2020, sob nº 001615.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
04 de junho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 05/06/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 19/2020

Publicação Nº 2513512

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 410/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 25 de junho de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 410/2020 na modalidade de Pregão Presencial Nº 19/2020, tipo Menor Preço - Unitário por Item para a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS/CRAS/GBF-FNAS/GSUAS-FNAS/PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO E TERCEIRA IDADE, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 04 de junho de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

PRORROGA PRAZO DE ABERTURA PREGÃO 18/2020

Publicação Nº 2512678

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 400/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Prorroga horário de abertura do:

Processo Licitatório n.º 400/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020, para AQUISIÇÃO DE PORTOES E ALAMBRADOS INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERE – SC, nas quantidades e tamanhos especificados nas descrições do anexo VIII – Termo de Referência, conforme especificado nesse Edital. Fica prorrogado o horário de abertura para às 14:30 horas do dia 18 de junho de 2020. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações complementares poderão ser obtidas no Tel. ***49 36553035, das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, pelo fone 49 3655 3035, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em 04 de junho de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.621/20 DE 01/06/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2514352

DECRETO Nº 8.621/20 DE 01/06/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$70.000,00 (Setenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08–SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009– Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 180 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0011 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

193 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0012 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados o Superávit recurso convênio exercício anterior valor de R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 01 de junho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1292/2020

Publicação Nº 2513799

PORTARIA Nº1292/2020 de 11/05/2020
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) ROBSON JOÃO MELO DO CARGO DE PROFESSOR REGENTE

Sílvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) ROBSON JOÃO MELO do cargo de professor regente, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de maio de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1318/2020

Publicação Nº 2513801

PORTARIA Nº1318/2020 de 18/05/2020
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) DAIANE ESCAINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonera a pedido o (a) servidor (a) DAIANE ESCAINI do cargo de auxiliar de serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
18 de Maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1319/2020

Publicação Nº 2513803

PORTARIA Nº 1319/2020 DE 19/05/2020

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INCENTIVO FINANCEIRO PARA OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,
RESOLVE:

Art. 1º. Designa os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Incentivo Financeiro para os Profissionais da Assistência Farmacêutica, com recursos referentes ao Programa de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Campos Novos:

Ricardo Ferreira da Silva - Membro representante da Secretaria Municipal de Saúde

Ildefonso Wendhausen Rochadel - Membro representante do Conselho Municipal de Saúde

Nilva Maria Fabro Sarmento - Membro representante do Departamento de Recursos Humanos

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de Maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1320/2020

Publicação Nº 2513806

PORTARIA Nº 1320/2020 DE 19/05/2020

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA PORTARIA Nº 1588/2016, QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores do quadro efetivo Edenilson Patrick Moresco, Einor Luiz Fae e Solange Aparecida Nohatto, para sob a presidência do primeiro, formarem a Comissão para apreciação e despacho dos pedidos requeridos para progressão funcional por curso de aperfeiçoamento, capacitação e gratificação por titulação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1588/2016 de 09/09/2016, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de Maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1323/2020

Publicação Nº 2513809

PORTARIA Nº1323/2020 de 20/05/2020

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO DO CARGO DE PROFESSOR REGENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO do cargo de professor regente, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de Maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1324/2020

Publicação Nº 2513810

PORTARIA Nº1324/2020 de 21/05/2020

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º Contratar em caráter temporário LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO, para exercer o cargo de assistente social com carga horária de 40 horas semanais. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Maio de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2020

Publicação Nº 2513342

PORTARIA Nº192/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDINA LUCIA MECABO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) EDINA LUCIA MECABO referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2020

Publicação Nº 2513345

PORTARIA Nº193/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ANTUNES DORNELES.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA ANTUNES DORNELES referente ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 01/07/2019 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/2020

Publicação Nº 2513346

PORTARIA Nº194/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA PINHEIRO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 01/03/2019 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/2020

Publicação Nº 2513348

PORTARIA Nº195/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO THIBES DE CAMPOS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) FABIULA DE OLIVEIRA COUTO THIBES DE CAMPOS, referente ao período aquisitivo de 04/08/2017 a 03/08/2018 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2020

Publicação Nº 2513358

PORTARIA Nº196/2020 DE 21/01/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCIELLI MARIA KEMER.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCIELLI MARIA KEMER, referente ao período aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017 a serem gozadas no período de 03/02/2020 a 03/03/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2020

Publicação Nº 2513362

PORTARIA Nº197/2020 DE 21/01/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THIAGO FELIPE CORREA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) THIAGO FELIPE CORREA, referente ao período aquisitivo de 19/01/2017 a 18/01/2018 a serem gozadas no período de 17/02/2020 a 17/03/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2020

Publicação Nº 2513364

PORTARIA Nº207/2020 DE 21/01/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCIELE DALL OGLIO DE SOUZA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) JUCIELE DALL OGLIO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 09/08/2018 a 08/08/2019 a serem gozadas no período de 13/01/2020 a 11/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2020

Publicação Nº 2513365

PORTARIA Nº208/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TATIANI PEREIRA DE CAMARGO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) TATIANI PEREIRA DE CAMARGO referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2020

Publicação Nº 2513368

PORTARIA Nº209/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ATALIZE MOCELIN BECKER.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) ATALIZE MOCELIN BECKER referente ao período aquisitivo de 01/10/2018 a 30/09/2019 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2020

Publicação Nº 2513371

PORTARIA Nº210/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ELIANE DE MORAES LIMA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA ELIANE DE MORAES LIMA referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018 a serem gozadas no período de 13/01/2020 a 11/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 211/2020

Publicação Nº 2513372

PORTARIA Nº211/2020 DE 21/01/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LINDAMIR MACEDO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) LINDAMIR MACEDO referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019 a serem gozadas no período de 20/01/2020 a 18/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2020

Publicação Nº 2513373

PORTARIA Nº212/2020 DE 21/01/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JULIANA MICHELIN DOS SANTOS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) JULIANA MICHELIN DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 02/07/2019 a serem gozadas no período de 20/01/2020 a 18/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213/2020

Publicação Nº 2513375

PORTARIA Nº213/2020 DE 21/01/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) RAQUEL DE CAMARGO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) RAQUEL DE CAMARGO referente ao período aquisitivo de 14/01/2019 a 13/01/2020 a serem gozadas no período de 27/01/2020 a 25/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214/2020

Publicação Nº 2513378

PORTARIA Nº214/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDETE DE FATIMA BARBOSA GONÇALVES.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDETE DE FATIMA BARBOSA GONÇALVES referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019 a serem gozadas no período de 23/01/2020 a 21/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/2020

Publicação Nº 2513379

PORTARIA Nº215/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA LÚCIA GARCIA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) ANA LÚCIA GARCIA referente ao período aquisitivo de 15/04/2018 a 14/04/2019 a serem gozadas no período de 23/01/2020 a 21/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2020

Publicação Nº 2513380

PORTARIA Nº216/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE CORONA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE CORONA referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019 a serem gozadas no período de 27/01/2020 a 25/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 217/2020

Publicação Nº 2513383

PORTARIA Nº217/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILZETE LIMA SOARES.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) NILZETE LIMA SOARES referente ao período aquisitivo de 08/10/2018 a 07/10/2019 a serem gozadas no período de 03/02/2020 a 03/03/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2020

Publicação Nº 2513390

PORTARIA Nº242/2020 DE 21/01/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANTÔNIA REGINA HOSSA NEUJAHR.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Concede férias regulamentares ao (a) servidor (a) ANTÔNIA REGINA HOSSA NEUJAHR, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019 a serem gozadas no período de 06/01/2020 a 04/02/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30/2020

Publicação Nº 2513280

PORTARIA Nº 30/2020 DE 27/04/2020

CONCEDE REASSUNÇÃO A SERVIDORA DEBORA REDANTE

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Reassunção a servidora DEBORA REDANTE, na função de Auxiliar Administrativo, 40 horas semanais a partir da data de 27 de Abril de 2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 31/2020

Publicação Nº 2513284

PORTARIA Nº 31/2020 DE 27/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TAISE RIBEIRO DA SILVA PEREIRA.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TAISE RIBEIRO DA SILVA PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019 a serem gozadas no período de 04/05/2020 a 02/06/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 32/2020

Publicação Nº 2513289

PORTARIA Nº 32/2020 DE 27/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NEY JOSE PINHEIRO DA SILVA.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NEY JOSE PINHEIRO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 12/01/2019 a 11/01/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2513291

PORTARIA Nº 33/2020 DE 27/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANE APARECIDA DE MORAIS ZANÃO.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTIANE APARECIDA DE MORAIS ZANÃO, referente ao período aquisitivo de 01/10/2018 a 30/09/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 332/2020

Publicação Nº 2513391

PORTARIA Nº 332/2020 de 21/01/2020

ADMITE TEMPORARIO A SERVIDORA ISABELA CAROLINA PRATO PARA EMPREGO PÚBLICO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 de 09/12/08;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir temporário a servidora ISABELA CAROLINA PRATO, CI nº 4984926, CPF nº 070.435.829-89, para exercer o cargo de ENFERMEIRO COMUNITARIO, com atribuições junto às unidades de Estratégia Saúde da Família - ESF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor (a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$4.287,20 (quatro mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 06 de janeiro de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de janeiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 34/2020

Publicação Nº 2513295

PORTARIA Nº 34/2020 DE 27/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE GONÇALVES RAYZEL RAMOS.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIMONE GONÇALVES RAYZEL RAMOS, referente ao período aquisitivo de 18/03/2019 a 17/03/2020 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 35/2020

Publicação Nº 2513297

PORTARIA Nº 35/2020 DE 27/04/2020

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUCIANE APARECIDA MELO.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUCIANE APARECIDA MELO, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019

a serem gozadas no período de 04/05/2020 a 02/06/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 36/2020

Publicação Nº 2513299

PORTARIA Nº 36/2020 DE 27/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE APARECIDA PINTO.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100
RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE APARECIDA PINTO, referente ao período aquisitivo de 21/03/2018 a 20/03/2019 a serem gozadas no período de 01/04/2020 a 30/04/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 368/2020

Publicação Nº 2513393

PORTARIA Nº368/20 de 03/02/2020
EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO A SERVIDORA MARINILZE BORTOLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por termino de contrato a servidor (a) MARINILZE BORTOLI do cargo de Auxiliar de serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369/2020

Publicação Nº 2513394

PORTARIA Nº 369/2020 de 03/02/2020
DISPENSA ADEMAR MOREIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa (a) servidor (a) ADEMAR MOREIRA do cargo de em COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 37/2020

Publicação Nº 2513314

PORTARIA Nº 37/2020 DE 27/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) TEREZINHA APARECIDA MOREIRA DA SILVA DOS SANTOS.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) TEREZINHA APARECIDA MOREIRA DA SILVA DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 11/09/2016 a 10/09/2017 a serem gozadas no período de 04/05/2020 a 02/06/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 374/2020

Publicação Nº 2513397

PORTARIA Nº374/2020 de 03/02/2020
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) MARISTELA DE ALMEIDA PERIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido (a) servidor (a) MARISTELA DE ALMEIDA PERIN do cargo de professor regente. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 38/2020

Publicação Nº 2513319

PORTARIA Nº 38/2020 DE 27/04/2020
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) INES MAI.

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida na Lei complementar 03/2000 de 04/12/2000. Art. 100
RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) INES MAI, referente ao período aquisitivo de 01/10/2018 a 30/09/2019 a serem gozadas no período de 04/05/2020 a 02/06/2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de Abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 39/2020

Publicação Nº 2513320

PORTARIA Nº 39/2020 DE 27/04/2020
CONCEDE AFASTAMENTO POR GRUPO DE RISCO AO (A) SERVIDOR (A) JOSE ROBERTO CATAO MIRANDA

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, Art. 1º da Lei 1.968/93, e conforme o Decreto nº 8.589/2020 de 16 de abril de 2020.
RESOLVE:

Conceder afastamento por grupo de risco ao (a) servidor (a) JOSE ROBERTO CATAO MIRANDA, pelo período que perdurar a situação de emergência da pandemia do novo coronavírus ou por determinação do Poder Executivo Municipal. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 22 de abril de 2020.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de abril de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 394/2020

Publicação Nº 2513398

PORTARIA Nº394/2020 de 13/02/2020
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA SIDELY CORREA GAUER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º Contratar em caráter temporário CAMILA SIDELY CORREA GAUER, para exercer o cargo de Auxiliar de enfermagem com carga horária de 40 horas semanais. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2020.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 397/2020

Publicação Nº 2513399

PORTARIA Nº397/2020 de 13/02/2020
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) CLAUDETE PINTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido (a) servidor (a) CLAUDETE PINTO do cargo de Auxiliar de obras. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 415/2020

Publicação Nº 2513777

PORTARIA Nº415/2020 de 13/02/2020
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ELIS REGINA ZACARON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido (a) servidor (a) ELIS REGINA ZACARON do cargo de Auxiliar de serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 416/2020

Publicação Nº 2513778

PORTARIA Nº416/2020 de 13/02/2020
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido (a) servidor (a) ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON do cargo de Auxiliar de serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 42/2020

Publicação Nº 2513323

PORTARIA Nº 42/2020 DE 09/05/2020

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA MICHELLE ANELIZE CANDEIA AIMI

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder prorrogação de Licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares a servidora MICHELLE ANELIZE CANDEIA AIMI, no cargo efetivo de Auxiliar de Farmácia, com início em 09 de Maio de 2020 por até 02 (dois) anos.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de Maio de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 433/2020

Publicação Nº 2513780

PORTARIA Nº433/2020 de 13/02/2020

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINILZE BORTOLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º Contratar em caráter temporário MARINILZE BORTOLI, para exercer o cargo de Auxiliar de serviços gerais com carga horária de 40 horas semanais. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 44/2020

Publicação Nº 2513324

PORTARIA Nº 44/2020 DE 12/05/2020

CONCEDE AFASTAMENTO POR GRUPO DE RISCO AO (A) SERVIDOR (A) NEY JOSE PINHEIRO DA SILVA

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, Art. 1º da Lei 1.968/93, e conforme o Decreto nº 8.589/2020 de 16 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder afastamento por grupo de risco ao (a) servidor (a) NEY JOSE PINHEIRO DA SILVA, pelo período que perdurar a situação de emergência da pandemia do novo coronavírus ou por determinação do Poder Executivo Municipal. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
12 de maio de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 46/2020

Publicação Nº 2513327

PORTARIA Nº 46/2020 DE 19/05/2020

CONCEDE AFASTAMENTO POR GRUPO DE RISCO AO (A) SERVIDOR (A) LUCIANE APARECIDA SILVA

Luanna Coninck Dalla Costa, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, Art. 1º da Lei 1.968/93, e conforme o Decreto nº 8.589/2020 de 16 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder afastamento por grupo de risco ao (a) servidor (a) LUCIANE APARECIDA SILVA, pelo período que perdurar a situação de emergência da pandemia do novo coronavírus ou por determinação do Poder Executivo Municipal. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
19 de maio de 2020.

Luanna Coninck Dalla Costa
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 809/2020

Publicação Nº 2513782

PORTARIA Nº809/20 de 03/03/2020

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR MATHEUS BRUSCHI DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por termino de contrato a servidor (a) MATHEUS BRUSCHI DOS SANTOS do cargo de Medico Comunitário. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 822/2020

Publicação Nº 2513784

PORTARIA Nº822/2020 DE 09/03/2020

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Pregão Presencial;

Mauro Cesar Gonçalves – Pregoeiro

Hayett Sarkis Kanaan Milanez- Equipe de Apoio

Dayana Taize dos Santos Ribeiro– Equipe de Apoio

Clarice Aparecida Fagundes - Suplente

Ana Paula Dos Santos – Suplente

João Maria Moraes Ribeiro Junior – Pregoeiro substituto na impossibilidade do pregoeiro oficial

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2083/19 de 06/05/19.

Prefeitura de Campos Novos, 09 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 835/2020

Publicação Nº 2513785

PORTARIA Nº 835/2020 DE 17/03/2020
CONCEDE REMOÇÃO PERMANENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação e conforme edital nº41/2019,e 42/2019 da SMEC com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à servidora Maria Elaine Marcon, a remoção permanente do CEIM Jose Carlos Pisani (CAIO) 40 horas, para CEIM Pequeno Anjo 40 horas.

Art. 2º - A remoção concedida será com a carga horária de 40 horas semanais, sendo 40 horas no PEQUENO ANJO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 03 de Janeiro de 2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 836/2020

Publicação Nº 2513788

PORTARIA Nº 836/2020 DE 17/03/2020
CONCEDE REMOÇÃO PERMANENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação e conforme edital nº41/2019,e 42/2019 da SMEC com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à servidora EUNICE TEREZINHA STEFANES, a remoção permanente do GEM Waldemar Rupp de 20 horas para 40 no GEM Jardim Bela Vista.

Art. 2º - A remoção concedida será com a carga horária de 40 horas semanais, sendo 40 horas no GEM Jardim Bela Vista.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 03 de Janeiro de 2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 837/2020

Publicação Nº 2513790

PORTARIA Nº 837/2020 DE 17/03/2020
CONCEDE REMOÇÃO PERMANENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação e conforme edital nº41/2019,e 42/2019 da SMEC com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à servidora ANA PAULA DE LIMA ALMEIDA, a remoção permanente do SMEC para 40 no GEM Jardim Bela Vista.

Art. 2º - A remoção concedida será com a carga horária de 40 horas semanais, sendo 40 horas no GEM Jardim Bela Vista.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 03 de Janeiro de 2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 838/2020

Publicação Nº 2513792

PORTARIA Nº 838/2020 DE 17/03/2020
CONCEDE REMOÇÃO PERMANENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação e conforme edital nº41/2019, e 42/2019 da SMEC com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à servidora Zulma Aparecida de Jesus, a remoção permanente de 30 horas no EMEF Santa Julia Billiart e 10 horas semanais na Itinerante para 40 no EMEF Santa Julia Billiart.

Art. 2º - A remoção concedida será com a carga horária de 40 horas semanais, sendo 40 horas no EMEF Santa Julia Billiart.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 03 de Janeiro de 2020.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 910/2020

Publicação Nº 2513795

PORTARIA Nº 910/2020 de 27/03/2020
ADMITE TEMPORARIO O SERVIDOR EMIDIO MACEDO LEMOS FILHO PARA EMPREGO PÚBLICO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 de 09/12/08; considerando classificação final do edital da chamada publica 08/2020 da secretaria municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir temporário o servidor EMIDIO MACEDO LEMOS FILHO, CI nº 94002333463, CPF nº 749.928.803-04, para exercer o cargo de Medico comunitário, com atribuições junto às unidades de Estratégia Saúde da Família - ESF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor (a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$20.682.17 (Vinte mil seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 02 de março de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS 05/2020

Publicação Nº 2514094

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Mato

Página: 1/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	998.189,42D	373.701,63	247.103,81	1.124.787,24D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	584.797,55D	368.941,63	242.198,96	7.11.540,22D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	525.750,68D	368.941,63	242.198,96	652.493,35D
1.1.5			ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6			ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01 (42388)	P	P	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9			VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGA SANCIONADAMENTE	57.001,79D	0,00	0,00	57.001,79D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	11.157,09D	0,00	0,00	11.157,09D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	11.157,09D	0,00	0,00	11.157,09D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	45.844,70D	0,00	0,00	45.844,70D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	45.844,70D	0,00	0,00	45.844,70D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	413.391,87D	4.760,00	4.904,85	413.247,02D
1.2.3			IMOBILIZADO	413.391,87D	4.760,00	4.904,85	413.247,02D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	379.581,87D	4.760,00	0,00	384.341,87D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	379.581,87D	4.760,00	0,00	384.341,87D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	44.530,63D	0,00	0,00	44.530,63D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	42.480,63D	0,00	0,00	42.480,63D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	42.480,63D	0,00	0,00	42.480,63D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	114.657,10D	0,00	0,00	114.657,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	114.657,10D	0,00	0,00	114.657,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	114.657,10D	0,00	0,00	114.657,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	91.646,59D	4.760,00	0,00	96.406,59D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	5.405,69D	0,00	0,00	5.405,69D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	8.638,90D	0,00	0,00	8.638,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	77.602,00D	4.760,00	0,00	82.362,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	30.937,55D	0,00	0,00	30.937,55D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	30.937,55D	0,00	0,00	30.937,55D
1.2.3.1.1.05			VEÍCULOS	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.05.03 (42907)	P	P	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	173.362,60C	0,00	4.904,85	180.267,45C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSO	173.362,60C	0,00	4.904,85	180.267,45C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 2/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MOVEIS	175.362,60C	0,00	4.904,85	180.267,45C
1.2.3.8.1.01.05 (43013)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	45.962,26C	0,00	1.383,33	47.345,59C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MOVEIS	129.400,34C	0,00	3.521,52	132.921,86C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanço de Verificação - 2020

Betha Sistemas
 Exercício de 2020
 Maio
 Página: 3/12

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	559.892,79C	283.132,28	303.117,91	579.878,42C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	186.564,70C	283.132,28	303.117,91	206.550,33C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A P/L	186.274,01C	204.356,26	224.227,72	206.145,47C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	186.274,01C	139.760,60	159.632,06	206.145,47C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	186.274,01C	139.760,60	159.632,06	206.145,47C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	186.274,01C	139.760,60	159.632,06	206.145,47C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	139.337,51	139.337,51	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	95.667,27C	0,04	12.613,12	108.280,35C
2.1.1.1.1.01.02.01	P	P	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	95.667,27C	0,04	12.613,12	108.280,35C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	90.606,74C	423,05	7.681,43	97.865,12C
2.1.1.1.1.01.03.01	P	P	FÉRIAS	90.606,74C	423,05	7.681,43	97.865,12C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	35.835,87	35.835,87	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	35.835,87	35.835,87	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	35.835,87	35.835,87	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	28.759,79	28.759,79	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	28.759,79	28.759,79	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	28.759,79	28.759,79	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	38.325,91	38.325,91	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	38.325,91	38.325,91	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	38.325,91	38.325,91	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	38.325,91	38.325,91	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	38.325,91	38.325,91	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	38.325,91	38.325,91	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	290,69C	40.450,11	40.564,28	404,86C
2.1.8.8			VALORES RESTITUIVEIS	290,69C	40.450,11	40.564,28	404,86C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	290,69C	40.450,11	40.564,28	404,86C
2.1.8.8.1.01			CONSIGNAÇÕES	0,00	11.570,12	11.570,12	0,00
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	INSS	0,00	18.903,21	18.903,21	0,00
2.1.8.8.1.01.04	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	18.903,21	18.903,21	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	18.903,21	18.903,21	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	ISS	290,69C	0,00	114,17	404,86C
2.1.8.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	9.922,73	9.922,73	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47983)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	6.021,71	6.021,71	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47987)	P	F	SICOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	3.088,65	3.088,65	0,00
2.1.8.8.1.01.99.08 (50738)	P	F	SINDCAMPOS	0,00	812,37	812,37	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	54,05	54,05	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	54,05	54,05	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	373.328,09C	0,00	0,00	373.328,09C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	3.051,41D	0,00	0,00	3.051,41D
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	3.051,41D	0,00	0,00	3.051,41D
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	12.108.500,45D	0,00	0,00	12.108.500,45D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.108.500,45D	0,00	0,00	12.108.500,45D
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	13.691.150,22C	0,00	0,00	13.691.150,22C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 4/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.691.150,22C	0,00	0,00	13.691.150,22C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	1.585.701,18D	0,00	0,00	1.585.701,18D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.585.701,18D	0,00	0,00	1.585.701,18D

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 5/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.037.253,79D	262.275,43	0,00	1.299.529,22D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	735.348,52D	187.968,80	0,00	923.317,32D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	623.617,18D	159.209,01	0,00	782.826,19D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	531.112,97D	138.914,46	0,00	670.027,43D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	531.112,97D	138.914,46	0,00	670.027,43D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	531.112,97D	138.914,46	0,00	670.027,43D
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	531.112,97D	138.914,46	0,00	670.027,43D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	92.504,21D	20.294,55	0,00	112.798,76D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	92.504,21D	20.294,55	0,00	112.798,76D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	92.504,21D	20.294,55	0,00	112.798,76D
3.1.1.2.1.01.21 (44268)	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	38.025,27D	7.661,43	0,00	45.706,70D
3.1.1.2.1.01.22 (44269)	P		13. SALÁRIO	54.478,94D	12.613,12	0,00	67.092,06D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	111.731,34D	28.759,79	0,00	140.491,13D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	111.731,34D	28.759,79	0,00	140.491,13D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	111.731,34D	28.759,79	0,00	140.491,13D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	111.731,34D	28.759,79	0,00	140.491,13D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	140.580,26D	35.835,87	0,00	176.416,13D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	140.580,26D	35.835,87	0,00	176.416,13D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	140.580,26D	35.835,87	0,00	176.416,13D
3.2.1.1.1			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	140.580,26D	35.835,87	0,00	176.416,13D
3.2.1.1.1.01			OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	140.580,26D	35.835,87	0,00	176.416,13D
3.2.1.1.1.01.99 (48290)	P		USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	161.325,01D	38.470,76	0,00	199.795,77D
3.3			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	21.545,92D	5.638,27	0,00	27.184,19D
3.3.1			CONSUMO DE MATERIAL	21.545,92D	5.638,27	0,00	27.184,19D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	1.520,11D	283,04	0,00	1.803,15D
3.3.1.1.01 (44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	2.818,00D	315,20	0,00	3.133,20D
3.3.1.1.1.16 (44513)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	5.525,17D	545,00	0,00	6.070,17D
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	3.553,18D	1.329,89	0,00	4.883,07D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETÔNICO	880,60D	168,90	0,00	1.049,50D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1.180,00D	0,00	0,00	1.180,00D
3.3.1.1.1.39 (44534)	P		BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	0,00	1.352,00	0,00	1.352,00D
3.3.1.1.1.50 (44544)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	6.068,86D	1.644,24	0,00	7.713,10D
3.3.1.1.1.99 (44556)	P		SERVIÇOS	120.408,16D	27.927,64	0,00	148.335,80D
3.3.2			DIÁRIAS	21.018,75D	0,00	0,00	21.018,75D
3.3.2.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	21.018,75D	0,00	0,00	21.018,75D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	21.018,75D	0,00	0,00	21.018,75D
3.3.2.1.1.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	21.018,75D	0,00	0,00	21.018,75D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.247,39D	0,00	0,00	1.247,39D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	1.247,39D	0,00	0,00	1.247,39D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	98.142,02D	27.927,64	0,00	126.069,66D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	13.570,00D	5.200,00	0,00	18.770,00D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	680,00D	0,00	0,00	680,00D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	6.317,40D	1.239,06	0,00	7.556,46D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO				
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.				

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 6/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	13.770,78D	3.608,10	0,00	17.378,86D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.391,19D	1.785,96	0,00	8.177,15D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	8.180,48D	200,00	0,00	8.380,48D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERVIÇO MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	525,00D	0,00	0,00	525,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	48.707,19D	15.894,52	0,00	64.601,71D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	19.370,93D	4.904,85	0,00	24.275,78D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	19.370,93D	4.904,85	0,00	24.275,78D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	19.370,93D	4.904,85	0,00	24.275,78D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	19.370,93D	4.904,85	0,00	24.275,78D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	19.370,93D	4.904,85	0,00	24.275,78D

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 7/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.475.550,42C	0,00	368.887,62	1.844.438,04C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.475.550,32C	0,00	368.887,58	1.844.437,90C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.475.550,32C	0,00	368.887,58	1.844.437,90C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.475.550,32C	0,00	368.887,58	1.844.437,90C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	1.475.550,32C	0,00	368.887,58	1.844.437,90C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,10C	0,00	0,04	0,14C
4.9.7			REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,10C	0,00	0,04	0,14C
4.9.7.1			REVERSAO DE PROVISÕES	0,10C	0,00	0,04	0,14C
4.9.7.1.1			REVERSAO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO	0,10C	0,00	0,04	0,14C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSAO DE OUTRAS PROVISÕES	0,10C	0,00	0,04	0,14C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 8/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.426.651,00D	400.000,00	400.000,00	4.426.651,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	4.426.651,00D	400.000,00	400.000,00	4.426.651,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	4.426.651,00D	400.000,00	400.000,00	4.426.651,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.426.651,00D	400.000,00	400.000,00	4.426.651,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	4.426.651,00D	0,00	0,00	4.426.651,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)		O	CRÉDITO INICIAL	4.426.651,00D	0,00	0,00	4.426.651,00D
5.2.2.1.2			DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00D
5.2.2.1.2.01 (46207)		O	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00D
5.2.2.1.9 (46225)		O	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 9/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.426.651,00C	1.122.000,29	1.122.000,29	4.426.651,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	4.426.651,00C	1.122.000,29	1.122.000,29	4.426.651,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	4.426.651,00C	1.122.000,29	1.122.000,29	4.426.651,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	4.426.651,00C	1.122.000,29	1.122.000,29	4.426.651,00C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	3.464.130,67C	637.059,08	400.000,00	3.227.071,59C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	962.520,33C	484.941,21	722.000,29	1.199.579,41C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	12.430,00C	242.259,08	237.059,08	7.230,00C
6.2.2.1.3.02 (46268)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00	423,05	423,05	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	242.259,08	242.259,08	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	950.090,33C	0,00	242.259,08	1.192.349,41C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

[illegible]

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 11/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	1.579.349,88C	767.335,45	1.136.277,08	1.948.291,51C
8.1			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	102.474,84C	5.200,00	5.200,00	102.474,84C
8.1.2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	102.474,84C	5.200,00	5.200,00	102.474,84C
8.1.2.3			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	102.474,84C	5.200,00	5.200,00	102.474,84C
8.1.2.3.1			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	102.474,84C	5.200,00	5.200,00	102.474,84C
8.1.2.3.1.02			CONTRATOS DE SERVIÇOS	61.231,00C	5.200,00	5.200,00	61.231,00C
8.1.2.3.1.02.01			A EXECUTAR	47.661,00C	5.200,00	0,00	42.461,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000001 (52843)			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	32.031,00C	0,00	0,00	32.031,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000002 (52846)			RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	1.600,00C	0,00	0,00	1.600,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000003 (52849)			SIMPATIA FM LTDA.	1.600,00C	0,00	0,00	1.600,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000006 (54845)			COMUNICAÇÃO O CELEIRO EIRELLI	2.500,00C	1.000,00	0,00	1.500,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000007 (54849)			EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	2.250,00C	1.000,00	0,00	1.250,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000008 (54853)			RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	3.840,00C	1.600,00	0,00	2.240,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000009 (54856)			SIMPATIA FM LTDA.	3.840,00C	1.600,00	0,00	2.240,00C
8.1.2.3.1.02.02			EXECUTADOS	13.570,00C	0,00	5.200,00	18.770,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000006 (54846)			COMUNICAÇÃO O CELEIRO EIRELLI	2.500,00C	0,00	1.000,00	3.500,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000007 (54850)			EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	2.750,00C	0,00	1.000,00	3.750,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000008 (54854)			RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	4.160,00C	0,00	1.600,00	5.760,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000009 (54857)			SIMPATIA FM LTDA.	4.160,00C	0,00	1.600,00	5.760,00C
8.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	41.243,84C	0,00	0,00	41.243,84C
8.1.2.3.1.04.01			A EXECUTAR	41.243,84C	0,00	0,00	41.243,84C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000005 (50721)			BETHA SISTEMAS LTDA.	11.943,84C	0,00	0,00	11.943,84C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000007 (50790)			SIMPATIA FM LTDA.	14.400,00C	0,00	0,00	14.400,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000008 (50793)			RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	14.400,00C	0,00	0,00	14.400,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000009 (50798)			EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	500,00C	0,00	0,00	500,00C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.475.697,65C	762.135,45	1.131.077,08	1.844.639,28C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	1.475.697,65C	762.135,45	1.131.077,08	1.844.639,28C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	1.475.697,65C	762.135,45	1.131.077,08	1.844.639,28C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	513.029,99C	237.167,18	368.995,68	644.858,49C
8.2.1.1.1.01 (46731)			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	513.029,99C	237.167,18	368.995,68	644.858,49C
8.2.1.1.2 (46733)			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	12.430,00C	242.259,08	237.059,08	7.230,00C
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	290,69C	282.709,19	282.823,36	404,86C
8.2.1.1.3.01 (46735)			COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	242.259,08	242.259,08	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)			COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEÇÕES	290,69C	40.450,11	40.564,28	404,86C
8.2.1.1.4 (46738)			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	949.946,97C	0,00	242.198,96	1.192.145,93C
8.9			OUTROS CONTROLES	1.177,39C	0,00	0,00	1.177,39C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.177,39C	0,00	0,00	1.177,39C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍT	1.177,39C	0,00	0,00	1.177,39C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	1.177,39C	0,00	0,00	1.177,39C

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Maio
Página: 12/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2020

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	1.177,39C	0,00	0,00	1.177,39C
TOTAL:				0,00	3.577.386,71	3.577.386,71	0,00C

CAMPOS NOVOS, 04/06/2020

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI
PRESIDENTE

JOELMA F. FAE
CONTADORA CRC/SC 28419/O-6

DECRETO Nº 07/2020

Publicação Nº 2514110

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

DECRETO Nº 7/2020

Dispõe sobre adoção de medidas aos servidores públicos municipais no período de enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), na Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

CONSIDERANDO, que no dia 11 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 554, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o teor do art. 4º do Decreto nº 554, de 11 de abril de 2020, e a decisão cautelar proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 547, de 02/04/2020, que estabeleceu o teletrabalho aos servidores públicos que estão no grupo de risco;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 8.565/2020 que declara situação de emergência no município de Campos Novos e o Decreto Municipal nº 8.581/2020 que dispõe sobre a aplicabilidade automática dos decretos e regulamentos editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a Saúde Pública, e com vistas a estabelecer medidas de enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º Como medida preventiva, os vereadores e servidores devem tomar os seguintes cuidados:

- I - higienizar as mãos com frequência com água e sabonete líquido ou formulação alcoólica a 70%, principalmente antes de consumir algum alimento;
- II - utilizar lenço descartável para higiene nasal;
- III - usar máscara para cobrir nariz e boca enquanto frequentarem o ambiente de trabalho da câmara;
- IV - evitar tocar nas mucosas de olhos, nariz e boca, e sempre higienizar as mãos após tossir ou espirrar;

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 7#1#36#3#3#7#2020#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

V - não compartilhar objetos de uso pessoal, como talheres, pratos, copos, garrafas, canudos, cigarros, chimarrão;

VI - manter ambientes bem ventilados, evitar contato próximo com pessoas que apresentem sinais ou sintomas da doença;

VII - manter tubos de álcool em gel nas áreas de comum acesso.

VIII- controlar o acesso de pessoas dentro dos recintos da Câmara, de modo a evitar aglomerações, incluindo o uso obrigatório de máscaras e utilização de álcool gel, com distanciamento mínimo de 1,5 metros;

Art. 2º Os servidores públicos incluídos no chamado grupo de risco do coronavírus deverão permanecer afastados das atividades laborativas presenciais.

§1º. Incluem-se entre os servidores integrantes do grupo de risco, os servidores com idade acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico e gestantes.

§2º. Para que seja concedido o afastamento dos servidores integrantes do grupo de risco, deverá ser apresentado atestado médico.

§3º. Os servidores impedidos de retornar às atividades presenciais deverão manter o exercício de atividades laborais na modalidade de teletrabalho (home office) e, não sendo possível, lhes serão concedidas férias ou licenças-prêmio.

§4º. Os servidores que não tiverem férias ou licenças-prêmio para serem usufruídas terão suas faltas abonadas nos termos do art. 3º, § 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§5º. Na impossibilidade de realização de tele trabalho (home office), o servidor ficará afastado de suas funções, sem prejuízo da remuneração, pelo período que perdurar a situação de emergência da pandemia do novo coronavírus ou determinação do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 04 de junho de 2020.

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 7#1#36#3#3#7#2020#1#0#0#1

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 79/2020**

Publicação Nº 2513922

PORTARIA SAMAE CNO 79/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

REVOGAR a Portaria SAMAE CNO 62/2020 de 05 de Maio de 2020 e;

NOMEAR, Comissão Permanente de Licitação do SAMAE, composta pelos seguintes servidores:

Presidente	Carla Cristiane Barbosa Antunes
Vogal	Cleiton Oneda
Vogal	Leticia Alves Ribeiro
Vogal	Luis José Borella
Vogal	Carina Valéria Lagni Alves

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 80/2020

Publicação Nº 2513923

PORTARIA SAMAE CNO 80/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

REVOGAR a portaria 63/2020 de 05 de maio de 2020 e;

NOMEAR, Comissão Permanente de Licitação na modalidade Pregão, composta pelos seguintes servidores:

Pregoeiro Cleiton Oneda
Membro Carla Cristiane Barbosa Antunes
Membro Adriane Pavan Nora
Membro Verônica de Campos Walter

Na ausência do pregoeiro titular, assume o primeiro membro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

PORTARIA 81/2020

Publicação N° 2513924

PORTARIA SAMAE CNO 81/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER gratificação por integrar a comissão de Licitação e/ ou Pregão ao servidor LUIS JOSÉ BORELLA, Assistente Administrativo, Padrão 6.3.J.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Luciano Chiamolera Andonini
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

LEI 3683/2020

Publicação Nº 2513655

LEI Nº 3683 DE 06 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

MOACIR MONTIBELER, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para adicionar à ação: (2.006) Transporte Ensino Fundamental, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado.

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude

08 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Funcional Programática: 12.361.0018

Modalidade da Aplicação: (...) 3.3.90 (aplicação direta)

Fonte de Recurso: 01.0036 (quota salário educação).

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta da anulação parcial das ações pertencentes aos órgãos governamentais abaixo especificado.

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude

08 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Ação: (2.004) – Ensino Fundamental

Funcional Programática: 12.361.0018

Modalidade da Aplicação: (031) 4.4.90 (aplicação direta) R\$ 12.000,00

Fonte de Recurso: 01.0036 (quota salário educação);

09 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

Ação: (2.005) – Educação Infantil

Funcional Programática: 12.365.0018

Modalidade da Aplicação: (041) 3.3.90 (aplicação direta) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 01.0036 (quota salário educação).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha, 04 de junho de 2020.

MOACIR MONTIBELER

Prefeito de Canelinha

LEI 3684/2020

Publicação Nº 2513919

LEI Nº 3684 DE 06 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

MOACIR MONTIBELER, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para adicionar à ação: (0.006) Amortização e Encargos de Dívida, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado.

08 – Encargos Gerais do Município

01 – Encargos Gerais do Município

Funcional Programática: 28.843.0000

Modalidade da Aplicação: (088) 3.2.90 (aplicação direta)

Fonte de Recurso: 01.0000 (ordinário).

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta da anulação parcial da ação (0.007) Contribuição ao PASEP, pertencente ao órgão

governamental abaixo especificado.

08 – Encargos do Município

01 – Encargos Gerais do Município

Funcional Programática: 28.843.0000

Modalidade da Aplicação: (090) 3.3.90 (aplicação direta)

Fonte de Recurso: 01.0000 (ordinário).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 04 de junho de 2020.

MOACIR MONTIBELER

Prefeito de Canelinha

LEI 3685/2020

Publicação N° 2513925

LEI N° 3685 DE 06 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

MOACIR MONTIBELER Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas por Lei. Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para suplementar às ações pertencentes aos órgãos governamentais abaixo especificados.

06- Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos

01 – Transportes

Ação (2.040): Estradas Vicinais

Funcional Programática: 26.782.0039

Modalidade de Aplicação: (065) 3.3.90 (aplicação direta) R\$ 30.000,00

Fonte de Recurso: 01.000.00 (ordinário);

02- Obras e Serviços Urbanos

Ação (2.031): Vias e Praças

Funcional Programática: 15.452.0031

Modalidade de Aplicação: (073) 3.3.90 (aplicação direta) R\$ 45.000,00

Fonte de Recurso: 01.000.00 (ordinário).

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta da anulação parcial da ação (2.013) Eventos Comemorativos e culturais, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado.

04- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude

06 – Cultura

Funcional Programática: 13.392.0018

Modalidade de Aplicação: (018) 3.3.90 (aplicação direta) R\$ 75.000,00

Fonte de Recurso: 01.000.00 (ordinário).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 04 de junho de 2020.

MOACIR MONTIBELER

Prefeito de Canelinha

LEI 3686/2020

Publicação N° 2513932

LEI N° 3686 DE 06 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

MOACIR MONTIBELER, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas por Lei. Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para suplementar a ação (1.095) Ampliação, conservação de pontes, pertencente ao órgão governamental, abaixo especificado:

06 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
02 – Obras e Serviços Urbanos
Funcional Programática: 26.782.0039
Modalidade de Aplicação: (...) 4.4.90 (aplicação direta)
Fonte de Recurso: 01.0000 (recurso - ordinário).

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta da anulação total da ação: (1.001) Reforma Física do Centro Social, pertencente ao órgão governamental, abaixo especificado:

05 – Secretaria de Assistência Social e da Cidadania
01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 08.242.0028
Modalidade de Aplicação: (097) 4.4.90 (aplicação direta)
Fonte de Recurso: 01.0000 (recurso - ordinário).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 04 de junho de 2020.

MOACIR MONTIBELER
Prefeito de Canelinha

LEI 3687/2020

Publicação Nº 2513946

LEI Nº 3687 DE 06 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

MOACIR MONTIBELER, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para adicionar à ação: (1.018) Ampliação da Rede Física Escolar, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado.

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude
09 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
Funcional Programática: 12.365.0018
Modalidade da Aplicação: (...) 4.4.90 (aplicação direta)
Fonte de Recurso: 01.0036 (quota salarial educação).

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta da anulação parcial das ações pertencentes aos órgãos governamentais abaixo especificados.

04 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude
09 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
Ação: (2.005) Educação Infantil
Funcional Programática: 12.365.0018
Modalidade da Aplicação: (041) 3.3.90 (aplicação direta) R\$ 20.000,00
Modalidade da Aplicação: (044) 4.4.90 (aplicação direta) R\$ 10.000,00
Fonte de Recurso: 01.0036 (quota salarial educação).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 04 de junho de 2020.

MOACIR MONTIBELER
Prefeito de Canelinha

LEI 3688/2020

Publicação Nº 2513953

LEI Nº 3688 DE 06 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL EM FAVOR DO ÓRGÃO GOVERNAMENTAL, QUE ESPECIFICA.

MOACIR MONTIBELER, Prefeito do Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas por Lei. Faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município, autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de até R\$ 92.934,80 (noventa e dois mil, quatrocentos e dez reais e oitenta centavos), para suplementar a ação (1.111) Restauração Física e Equipamentos Esportivos, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado.

04 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude

07 – Esporte e Juventude

Funcional Programática: 27.812.0021

Modalidade de Aplicação: (...) 4.4.90 (aplicação direta) R\$ 92.410,84

Fonte de Recurso: 01.0034 (transferência de convênios da União);

Modalidade de Aplicação: (117) 4.4.90 (aplicação direta) R\$ 523,96

Fonte de Recurso: 01.0000 (ordinário).

Art. 2º. O crédito autorizado nesta Lei correrá por conta de recursos oriundos do governo Federal, através do Ministério do Esporte, no valor de até R\$ 92.410,84 (noventa e dois mil reais, quatrocentos e dez reais e oitenta e quatro centavos), e por conta da anulação parcial da ação (2.014) Apoio ao Esporte Amador, pertencente ao órgão governamental abaixo especificado.

04- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude

07 – Esporte e Juventude

Funcional Programática: 27.812.0021

Modalidade de Aplicação: (021) 3.3.90 (aplicação direta)

Fonte de Recurso: 01.0000 (ordinário).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 04 de junho de 2020.

MOACIR MONTIBELER

Prefeito de Canelinha

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. PMC 14/2020

Publicação N° 2513767

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. PMC 14/2020

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/06/2020, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO - CONVÊNIO ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 2019TR1122 - PROCESSO Nº SCC 5903/2019, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 08h45min do dia 24/06/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2020

Publicação N° 2513744


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 13/2020
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação da TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2020, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO - CONVÊNIO ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 2019TR1122 - PROCESSO Nº SCC 5903/2019, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Motivo: Após o lançamento do certame, foi constatado que o cronograma de pagamento encontraria em óbice na legislação eleitoral, o que prejudicaria o bom andamento da obra e a conclusão do serviço na forma tencionada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.


Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PMC 55.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2513754

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso		Chave de Autenticação Digital 1997-7556-189	Página 1 / 2
--	--	---------------------------------	--	---	------------------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO						
Licitação: PE55/2020		Modalidade: Pregão		Julgamento: Lote		Registro de preço: Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, ÓCULOS E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.						Controla quantidade: Sim
Fornecedor: 3956 - FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA				CPF/CNPJ: 04.584.756/0001-86		Valor total (R\$): 13.378,90
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/06/2020	12	35929 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 50, MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 50, EM BRIM, 100% ALGODÃO, COR AZUL. Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	20,00000	81,71000	1.634,20
04/06/2020	13	35930 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 52, MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 52, EM BRIM, 100% ALGODÃO, COR AZUL. Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	20,00000	81,71000	1.634,20
04/06/2020	14	35931 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 54, MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 54, EM BRIM, 100% ALGODÃO, COR AZUL. Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	15,00000	81,71000	1.225,65
04/06/2020	15	35932 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 56, MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 56, EM BRIM, 100% ALGODÃO, COR AZUL. Marca: FD UNIFORMES	UNIDADE	15,00000	81,73000	1.225,95
04/06/2020	16	35780 - LUVAS VAQUETA PETROLEIRA Marca: HJS COURO/C.A	PAR	200,00000	13,08000	2.616,00
04/06/2020	17	40334 - ÓCULOS EM POLICARBONATO ESCURO, C/ HASTES TIPO ESPÁTULAS ÓCULOS EM POLICARBONATO ESCURO, C/ HASTES TIPO ESPÁTULAS C/ AJUSTE DE COMPRIMENTO, RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS. Marca: ISSO MOLD/C.A 28018	UNIDADE	20,00000	3,95000	79,00
04/06/2020	18	40336 - ÓCULOS EM POLICARBONATO TRANSPARENTE C/ HASTES TIPO ESPÁTULA ÓCULOS EM POLICARBONATO TRANSPARENTE C/ HASTES TIPO ESPÁTULA C/ AJUSTE DE COMPRIMENTO, RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS. Marca: ISSO MOLD/C.A 28018	UNIDADE	50,00000	3,90000	195,00
04/06/2020	19	64845 - MASCARA RESPIRATORIA DESCARTAVEL Marca: CAMPER/C.A	UNIDADE	300,00000	5,27000	1.581,00
04/06/2020	20	47729 - PROTETOR AURICULAR (TIPO COTONETE) COMPOSTO DE SILICONE Marca: 3M/C.A 5674	UNIDADE	30,00000	3,50000	105,00
04/06/2020	21	11591 - CAPA DE CHUVA EM PVC Marca: LEROUPI/C.A	UNIDADE	50,00000	18,90000	945,00
04/06/2020	22	35580 - LUVAS DE LATEX TAMANHO M. Marca: TALGE	UNIDADE	50,00000	4,79000	239,50
04/06/2020	23	64846 - LUVAS DE LATEX TAMANHO G. Marca: TALGE	UNIDADE	60,00000	4,79000	287,40
04/06/2020	24	35668 - LUVAS FLEXTACTIL PRETA Marca: BIGCOMPRA/C.A	UNIDADE	60,00000	4,20000	252,00
04/06/2020	36	37256 - MASCARA DE SOLDADA Marca: LYNUS/C.A	UNIDADE	5,00000	193,80000	969,00
04/06/2020	37	33122 - LENTE EXTERNA PARA MÁSCARA DE SOLDADA Marca: LYNUS/C.A	UNIDADE	100,00000	3,90000	390,00
Fornecedor: 12256 - PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA				CPF/CNPJ: 19.611.064/0001-57		Valor total (R\$): 2.035,00
04/06/2020	34	47796 - PROTETOR SOLAR FPS 40 Marca: NUTRIEX	UNIDADE	50,00000	12,70000	635,00
04/06/2020	35	16933 - CONJUNTO DE SEGURANÇA, COMPOSTO DE BLUSÃO E CALÇA TAM. G CONJUNTO DE SEGURANÇA, COMPOSTO DE BLUSÃO C/ CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES DE PRESSÃO E CALÇA C/ CORDÃO NA CINTURA, CONFECCIONADOS EM PVC FORRADO, COR AMARELA, COSTURA DE SOLDADA ELETRÔNICA. Marca: BRASCAMP	CONJUNTO	50,00000	28,00000	1.400,00
Fornecedor: 12258 - SAGATI COM. DE EQUIP. DE SEGURANÇA EIRELI				CPF/CNPJ: 22.327.120/0001-30		Valor total (R\$): 3.096,00
04/06/2020	25	7208 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº 38	PAR	4,00000	21,50000	86,00
04/06/2020	26	7209 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº 39	PAR	10,00000	21,50000	215,00
04/06/2020	27	7210 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº 40	PAR	23,00000	21,50000	494,50
04/06/2020	28	7211 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº40	PAR	33,00000	21,50000	709,50
04/06/2020	29	7212 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº42	PAR	29,00000	21,50000	623,50
04/06/2020	30	7213 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº43	PAR	25,00000	21,50000	537,50
04/06/2020	31	7214 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº44	PAR	8,00000	21,50000	172,00
04/06/2020	32	64847 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº45	PAR	7,00000	21,50000	150,50
04/06/2020	33	64848 - BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº46	PAR	5,00000	21,50000	107,50
Fornecedor: 12257 - SUL COM ATACADO E VAREJO LTDA EPP				CPF/CNPJ: 26.469.541/0001-57		Valor total (R\$): 5.050,00
04/06/2020	1	7351 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO TAMANHO 36, CONFEC BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO TAMANHO 36, CONFECCIONADA EM COURO, COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	4,00000	33,45000	133,80
04/06/2020	2	7352 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 37 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO TAMANHO 37, CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	4,00000	33,45000	133,80
04/06/2020	3	7353 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 38 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 38 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	10,00000	33,45000	334,50
04/06/2020	4	7354 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 39 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 39 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	23,00000	33,45000	769,35
04/06/2020	5	7355 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 40 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 40 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	33,00000	33,44000	1.103,52
04/06/2020	6	7356 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 41 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 41 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	29,00000	33,44000	969,76
04/06/2020	7	7357 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 42 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 42 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	25,00000	33,44000	836,00
04/06/2020	8	7358 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 43 BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 43 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO. Marca: CARTOM	PAR	8,00000	33,45000	267,60



Prefeitura Municipal de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital
1997-7556-189

Página
2 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO					
04/06/2020	9	7359 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 44	PAR	7,00000	33,45000
		BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 44 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO.			234,15
		Marca: CARTOM			
04/06/2020	10	7360 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 45	PAR	5,00000	33,44000
		BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 45 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO.			167,20
		Marca: CARTOM			
04/06/2020	11	7361 - BOTINA DE SEGURANÇA PU OU PVC, C/ CADARÇO, TAMANHO 46 CONFECCIONADA EM COURO (RASPA), COR PRETA, SEM BIQUEIRA DE AÇO.	PAR	3,00000	33,44000
		Marca: CARTOM			100,32
				Total Adjudicado (R\$):	23.559,90

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 23.559,90

Winston Beyersdorff Lucchiarri

Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 055/2020

Publicação Nº 2512771

DECRETO No 055, DE 6 DE MAIO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal no 3.368, de 6 de maio de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

0801.10.303.0150.2109	MANUT DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-029	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	500.000,00
0801.10.305.0150.2111	MANUT DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-033	Aplicações Diretas	1066	00	R\$	100.000,00
0801.10.306.0160.2114	ALIMENT À CRIANÇA DFE BAIXO PESO	FTE	DR	R\$	0,00
339+00000-035	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	30.000,00
	Total			R\$	630.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), na forma dos quadros a seguir:

Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal:

0301.04.122.0015.2010	MODERN ADM TRIB E GEST SET SOC BAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-019	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	210.000,00
44900000-021	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	210.000,00
0301.04.122.0025.1005	AMPL E REFOR CENTRO ADM MUNIC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-027	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	210.000,00
	Total			R\$	630.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 6 de maio de 2020

NILVO DORINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

ERRATA AO COMUNICADO 02/2020

Publicação Nº 2513154

ERRATA AO COMUNICADO
02/2020

NOVA DATA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

Onde se lê 04 de junho de 2020, leia-se 03 de junho de 2020.

Capinzal, 04 de Junho de 2020.

NILVO DORINI
Presidente do Consórcio
Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR)

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0070/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0023/2020

Publicação Nº 2512908

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0070/2020

Dispensa de Licitação Nº 0023/2020

IVAIR LOPES RODRIGUES, Secretário de Administração e Finanças do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados, do art. 4º da Lei 13.979/2020 e art. 24 da Lei nº 8.666/93, torna público o Processo Licitatório n. 0070/2020, conforme segue:

1. DO OBJETO

O objeto da presente Dispensa de Licitação consiste na aquisição de 3 (três) Canais de Sessões Adicionais do Licenciamento Premium do Teamviewer, software para acesso remoto, afim de atender as necessidades de trabalho do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, durante a Pandemia do COVID-19. Com Recursos Próprios.

2. DA JUSTIFICATIVA**JUSTIFICATIVA 1:**

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria da Administração e Finanças, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no art. 4 CAPUT da Lei 13.979/2020, bem como no inciso II, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem: CONSIDERANDO que a necessidade de disponibilizar para alguns usuários a possibilidade de trabalho remoto devido ao fator de risco em meio ao combate à pandemia do coronavírus (COVID – 19) para os servidores deste Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, conforme justificativa do Técnico de Informática anexa.

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações pela Lei 8883/94, e art. 4 CAPUT da Lei 13.979/2020, prevê a dispensa de licitação conforme se depreende do permissivo legal abaixo transcrito:

É dispensável a Licitação:

Art. 24. Lei 8666/93

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 4º CAPUT - Lei 13.979/2020

É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do coronavírus de que trata esta lei.

Assim, há amparo legal para aquisição de 3 (três) Canais de Sessões Adicionais do Licenciamento Premium do Teamviewer, software para acesso remoto para este Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, por Dispensa de Licitação, tendo em vista que o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido por Lei.

Destarte, sendo lícita a contratação dos referidos serviços através da Dispensa de Licitação nas hipóteses que a Lei define, onde, a Secretaria da Administração e Finanças efetuou cotações de preços, conforme cópias anexas.

Assim, não restam dúvidas que a escolha é adequada a atender o interesse público é da empresa 7IT Tecnologia & Nuvem, inscrita no CNPJ 12.021.383/0001-63, que cotou o valor R\$ 2.098,77 (dois mil, noventa e oito reais e setenta e sete centavos), para a aquisição do objeto e quantidades necessárias, através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação.

Informamos ainda, que a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, anexas.

JUSTIFICATIVA 2:

Considerando a necessidade de disponibilizar para alguns usuários a possibilidade de trabalho remoto devido ao fator de risco em meio ao combate à pandemia do coronavírus (COVID-19), foi feito levantamento para aquisição de 3 (três) canais de sessões adicionais de licenciamento Premium do TeamViewer (Licenciamento Anual), software para acesso remoto do qual já possuímos uma licença base devidamente adquirida para esse tipo de atendimento, sendo hoje de uso exclusivo do Setor de Tecnologia de Informática (TI).

A aquisição desses canais de sessões adicionais permitirá a criação de 3 (três) usuários adicionais no portal de gerenciamento do Team-Viewer, que lhes permitirá acessar remotamente (por um equipamento a ser disponibilizado pelo município), seus devidos computadores instalados localmente no prédio administrativo da Prefeitura Municipal de Capinzal.

Esse recurso viabilizará um acesso mais seguro e eficaz permitindo que os usuários indicados possam trabalhar remotamente, simulando como se estivessem presencialmente em suas devidas salas.

O intuito dessa aquisição, acima de tudo, será de prezar pela saúde e bem estar dessas pessoas e pela continuidade na execução de suas tarefas e rotinas de trabalho no que diz respeito aos meios de sistemas de informação.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no art. 4 CAPUT da Lei 13.979/2020, bem como no inciso II, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores.

É dispensável a licitação:

Art. 4º - Lei 13.979/2020

É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do coronavírus de que trata esta lei.

Art. 24. – Lei 8.663/93

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Efetuada a pesquisa de preços junto aos profissionais do ramo do objeto e analisadas as propostas ofertadas, a empresa 7IT TECNOLOGIA E NUVEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 12.021.383/0001-63, com endereço na Rua Onze de Agosto, n. 59, Centro, no Município de Tatuí, Estado de São Paulo, foi selecionada para o fornecimento do software do objeto, uma vez que apresentou o menor preço item com relação às demais. Ainda, a contratada está em dia com sua regularidade fiscal, conforme documentação anexa.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A empresa acima qualificada apresentou a proposta mais vantajosa, com preço compatível com o de mercado, estando, inclusive, abaixo dos demais apresentados, razão pela qual se justifica sua escolha, conforme tabela abaixo:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	3,00	UN	Canais de Sessões Adicionais do Licenciamento Premium do Team-viewer, software para acesso remoto	699,59	2.098,77
Total					2.098,77

6. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Despesa: 13 - Manutenção dos serviços gerais da administração.

Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

Projeto/Atividade: 2.009 - Manutenção dos serviços gerais da administração.

Elemento: 33903047000000 - Aplicações Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

7. DA VIGÊNCIA

O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse da Administração, de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Encerrada a vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.

A Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

As Eventuais prorrogações de prazo deverão ser justificadas, por escrito, e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, devidamente autuados no processo.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 04 de junho de 2020.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Município de Capinzal

PMC TA 005/2020 C208

Publicação N° 2512501

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo N° : TA 005/2020 C208 - Contrato N°: 0208/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/07/2020		
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 8/2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato para 30 dias, ou seja, a prorrogação para o período de 16/06/2020 à 16/07/2020, conforme solicitação, documentos e Parecer Jurídico n° 140/2020, anexados ao Processo Licitatório.		
Capinzal, 4 de Junho de 2020		

PORTARIA 0491/2020

Publicação N° 2514315

PORTARIA N° 0491, DE 04 DE MARÇO DE 2020
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar n° 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o n° 193/2020, à servidora Miriam Golin Fagundes, matrícula n° 332011/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 23 de maio de 2012 a 22 de maio de 2019, pelo período de 04 de março a 01 de junho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0496/2020

Publicação N° 2514291

PORTARIA N° 0496, DE 05 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o n° 577/2020, a contar de 05 de março de 2020, Evelini Zeni de Matos, matrícula n° 410525/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0505/2020

Publicação N° 2512499

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE CAPINZAL****SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****Diretoria de Recursos Humanos**

PORTARIA N° 0505, DE 06 DE MARÇO DE 2020

Altera disposto em portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor e conforme requerimento protocolado sob o n° 694/2020, resolve:

Art. 1º Altera o disposto na portaria n° 0054/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

10432901	EDGAR MARTINS DA S. D'AVILA	07/05/2018	06/05/2019	03 A 12/02/2020	0
				01 A 09/04/2020	
				14 A 24/06/2020	

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, interino

PORTARIA 0510/2020

Publicação N° 2512482

PORTARIA N° 0510, DE 09 DE MARÇO DE 2020
Concede licença a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar n° 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula n° 106401 01 55 2020 4 00007 279 0000813 72, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito do pai, pelo período de 06 a 13 de março de 2020, à servidora Tania Riquetti Pereira, matrícula n° 319759/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, à disposição do Fórum de Justiça.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0514/2020

Publicação N° 2514295

PORTARIA N° 0514, DE 09 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n° 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei n° 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Roseli Cabral, matrícula n° 410540/01, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, no ESF São Cristóvão, em substituição a titular Juliana Aparecida Rodrigues, que está em licença maternidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 09 de março a 12 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0519/2020

Publicação N° 2514297

PORTARIA N° 0516, DE 10 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n° 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei n° 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Andrieli Lovatel, matrícula n° 410552/01, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, nos Postos de Saúde do Interior e na Rede Feminina, em substituição a titular Tailania Pereira Dias, que está em licença maternidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 10 de março a 07 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0519/2020

Publicação N° 2514302

PORTARIA N° 0519, DE 10 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n° 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei n° 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Leny Tomie Onuke, matrícula n° 410551/01, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, ESF Parizotto.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 10 de março a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0529/2020

Publicação N° 2512484

PORTARIA N° 0529, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 15 de março de 2020, Nadir Durli, matrícula n° 324620/06, ocupante do cargo de Assessor de Controle e Manutenção, conforme anexo III - A da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0531/2020

Publicação N° 2512485

PORTARIA N° 0531, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 12 de março de 2020, conforme requerimento protocolado sob o n° 746/2020, Cleberson Carlos Cordeiro dos Santos, matrícula n° 410492/01, ocupante do cargo de Secretário da Infraestrutura, conforme anexo IV - G da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Cessar efeito da portaria n° 0882/2019 que designou o servidor para responder pelo Fundo de Habitação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0533/2020

Publicação N° 2514369

PORTARIA N° 0533, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar n° 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, conforme requerimento protocolado sob o n° 768/2020, a servidora Maiara Beatriz Schiller, matrícula n° 331244/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Belisário Pena para a Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora fica removida, por permuta, com a servidora Bruna Dalpissol Wilbert, pelo período de 16 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0534/2020

Publicação N° 2514370

PORTARIA N° 0534, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso II do artigo 35 da Lei Complementar n° 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, conforme requerimento protocolado sob o n° 774/2020, a servidora Bruna Dalpissol Wilbert, matrícula n° 327018/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Ernesto Hachmann para a Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora fica removida, por permuta, com a servidora Maiara Beatriz Schiller, pelo período de 16 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0535/2020

Publicação N° 2512488

PORTARIA N° 0535, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 17 de março a 15 de maio de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 0755/2020, da servidora Adriana Duarte, matrícula nº 410297/01, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Controle e Manutenção, conforme o Anexo III - A da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0536/2020

Publicação N° 2514299

PORTARIA N° 0536 DE 17 DE MARÇO DE 2020

Concede Progressão por Merecimento a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Neri Steffens, matrícula nº 324710/08.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0537/2020

Publicação N° 2514364

PORTARIA N° 0537, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Concede Progressão Funcional a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 791/2020, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Rubia Samara Fabro, matrícula nº 410094/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência G.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0546/2020

Publicação N° 2514365

PORTARIA N° 0546, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ana Marli Serpa, matrícula nº 410185/05, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Construindo Sonhos, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 16 de março a 17 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0547/2020

Publicação N° 2514366

PORTARIA N° 0547, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, o servidor Rafael Fracaro, matrícula nº 180718/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 10 (dez) horas semanais, da Escola Municipal Belisário Pena para a Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º O servidor fica removido, pelo período de 09 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 09 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0548/2020

Publicação N° 2514368

PORTARIA N° 0548, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Gustavo Luiz Ratico, matrícula nº 403130/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, no Programa AABB Comunidade.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 02 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0549/2020

Publicação N° 2514338

PORTARIA N° 0549, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar n° 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Tania Celia dos Reis Lisbôa, matrícula n° 333778/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente para o Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 01 de março a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0550/2020

Publicação N° 2514340

PORTARIA N° 0550, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar n° 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Raquel Pelissari Katschor, matrícula n° 410549/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Creche Municipal Primeiros Passos para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 01 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0551/2020

Publicação Nº 2514341

PORTARIA Nº 0551, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Iliane Aparecida dos Santos, matrícula nº 310743/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º Conceder gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) à servidora, conforme o artigo 24, inciso I da Lei Complementar nº 045/2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0552/2020

Publicação Nº 2514343

PORTARIA Nº 0552, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Jaqueline Isganzela Gaideczka, matrícula nº 311847/09, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 04 a 06 de março de 2020, em substituição a titular Lucrecia Colombo Côas, que está em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0553/2020

Publicação Nº 2514353

PORTARIA Nº 0553, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ione Maria Masson, matrícula nº 410466/03, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Franciele Aparecida Vidi, que este em licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 16 a 18 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0554/2020

Publicação Nº 2514350

PORTARIA Nº 0554, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Leticia Palinski, matrícula nº 330647/12, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 02 a 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0555/2020

Publicação Nº 2514354

PORTARIA Nº 0555, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/07, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 02 a 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0556/2020

Publicação Nº 2514355

PORTARIA Nº 0556, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Celia Maria Molineti, matrícula nº 410509/03, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 02 a 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0560/2020

Publicação Nº 2514358

PORTARIA Nº 0560, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ana Carolina Weber Welter, matrícula nº 410116/07, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, em vaga excedente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 a 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0561/2020

Publicação Nº 2514359

PORTARIA Nº 0561, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Sidinei Antonio Antunes, matrícula nº 410386/04, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em vaga excedente.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 02 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0562/2020

Publicação N° 2514360

PORTARIA N° 0562, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Luciana Cristina Toaldo Baretta, matrícula nº 330906/12, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing para a Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 01 de março a 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0563/2020

Publicação N° 2514363

PORTARIA N° 0563, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Patricia Roque de Moraes Colombo, matrícula nº 317349/07, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 04 de março a 31 de maio de 2020, em substituição a titular Alessandra Roque de Moraes, que está em Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0564/2020

Publicação Nº 2514324

PORTARIA Nº 0564, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Ana Paula Franceschi Savariz, matrícula nº 326461/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Viver e Conhecer para a Secretaria Municipal da Educação, para atender o Telecentro e para eventuais outros serviços da secretaria, relativos a informática, divulgações entre outros.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 01 de março a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0565/2020

Publicação Nº 2514305

PORTARIA Nº 0565, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 19 de março de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 795/2020, Andrieli Lovatel, matrícula nº 410552/01, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0566/2020

Publicação Nº 2512489

PORTARIA Nº 0566, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 22 de março a 20 de maio de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 425/2020, da servidora Marcela Darga Paza, matrícula nº 331309/01, ocupante do cargo de Secretário de Escola, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0568/2020

Publicação Nº 2514307

PORTARIA Nº 0568, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

CONSIDERANDO a situação de emergência no âmbito do Município de Capinzal, conforme Decreto nº 027/2020,

CONSIDERANDO a necessidade emergencial de contratação de servidores para a Secretaria da Saúde,

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ivete Terezinha Rosseti Baretta, matrícula nº 311260/07, para exercer as funções do cargo Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 24 de março, enquanto houver a necessidade emergencial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0569/2020

Publicação Nº 2514309

PORTARIA Nº 0569, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

CONSIDERANDO a situação de emergência no âmbito do Município de Capinzal, conforme Decreto nº 027/2020,

CONSIDERANDO a necessidade emergencial de contratação de servidores para a Secretaria da Saúde,

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Maria Dulce Schmidt, matrícula nº 314951/04, para exercer as funções do cargo Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 24 de março, enquanto houver a necessidade emergencial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0570/2020

Publicação Nº 2514310

PORTARIA Nº 0570, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

CONSIDERANDO a situação de emergência no âmbito do Município de Capinzal, conforme Decreto nº 027/2020,

CONSIDERANDO a necessidade emergencial de contratação de servidores para a Secretaria da Saúde,

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Maria Ines de Paula Godoy, matrícula nº 315095/03, para exercer as funções do cargo Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 24 de março, enquanto houver a necessidade emergencial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0571/2020

Publicação Nº 2514311

PORTARIA Nº 0571, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

CONSIDERANDO a situação de emergência no âmbito do Município de Capinzal, conforme Decreto nº 027/2020,

CONSIDERANDO a necessidade emergencial de contratação de servidores para a Secretaria da Saúde,

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ana Paula Chiamolera, matrícula nº 305723/08, para exercer as funções do cargo Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 24 de março, enquanto houver a necessidade emergencial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0574/2020

Publicação N° 2514322

PORTARIA N° 0574, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 24 de março de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 756/2020, Cristiane da Silva Valcarengi, matrícula nº 402516/06, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0575/2020

Publicação N° 2512490

PORTARIA N° 0575, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 10 de março de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 627/2020, Ana Paula Enderle, matrícula nº 410032/01, ocupante do cargo de Escrivão, nível 153, referência D, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0577/2020

Publicação N° 2512497

PORTARIA N° 0577, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 13 de março de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 743/2020, Paulo Sergio Dorigon, matrícula nº 410473/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Leves, nível 199, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, interino

PORTARIA 0579/2020

Publicação Nº 2512496

PORTARIA Nº 0579, DE 24 DE MARÇO DE 2020
Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o nº 552/2020, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Lidiane Cristiane da Silva, matrícula nº 410335/01, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Meio Ambiente, nível CC - 1, conforme anexo IV – C da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, no dia 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, interino

PORTARIA 0582/2020

Publicação Nº 2514313

PORTARIA Nº 0582, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

CONSIDERANDO a situação de emergência no âmbito do Município de Capinzal, conforme Decreto nº 027/2020,

CONSIDERANDO a necessidade emergencial de contratação de servidores para a Secretaria da Saúde,

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Eduarda Koch, matrícula nº 410556/01, para exercer as funções do cargo Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Unidade Sanitária Central.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 25 de março, enquanto houver a necessidade emergencial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0586/2020

Publicação Nº 2514320

PORTARIA Nº 0586, DE 26 DE MARÇO DE 2020
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79 da Lei Complementar nº 006/1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 21 de março a 18 de julho de 2020, conforme atestado médico, à servidora Karimone Paula Galio Ferrari, matrícula nº 330310/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência b, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0587/2020

Publicação Nº 2512493

PORTARIA Nº 0587, DE 26 DE MARÇO DE 2020

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0039/2017, que designou o servidor Roberto da Silva Pinto, matrícula nº 317870/02, ocupante do cargo de Escriurário, nível 153, referência E, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor de Tributação e Cadastro e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0588/2020

Publicação Nº 2512492

PORTARIA Nº 0588, DE 26 DE MARÇO DE 2020

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Roberto da Silva Pinto, matrícula nº 317870/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor de Patrimônio.

Art. 2º Conceder gratificação FC –2 ao servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0589/2020

Publicação N° 2512491

PORTARIA N° 0589, DE 26 DE MARÇO DE 2020

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Marlisa Aparecida Padilha, matrícula nº 122246/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, nível 101, referência G, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor de Fundos Especiais.

Art. 2º Conceder gratificação FC –2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0590/2020

Publicação N° 2512494

PORTARIA N° 0590, DE 26 DE MARÇO DE 2020

Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) à servidora Loceni Borges de Lima Gotardo, matrícula nº 323764/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, referência E, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0591/2020

Publicação N° 2512495

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE CAPINZAL****SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****Diretoria de Recursos Humanos**

PORTARIA N° 0591, DE 30 DE MARÇO DE 2020

Altera disposto em portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor e conforme requerimento, resolve:

Art. 1º Altera o disposto na portaria n° 0505/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

10432901	EDGAR MARTINS DA S. D'AVILA	07/05/2018	06/05/2019	03 A 12/02/2020	0
				14 A 24/06/2020	
				16 a 24/11/2020	

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, interino

PORTARIA 0592/2020

Publicação N° 2514316

PORTARIA N° 0592, DE 31 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 31 de março de 2020, Leticia Palinski, matrícula nº 330647/12, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0593/2020

Publicação N° 2514317

PORTARIA N° 0593, DE 31 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 31 de março de 2020, Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0594/2020

Publicação N° 2514318

PORTARIA N° 0594, DE 31 DE MARÇO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais, a contar de 31 de março de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 31 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0595/2020

Publicação N° 2514319

PORTARIA N° 0595, DE 31 DE MARÇO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em trinta (30) horas semanais, do servidor Elcio de Lima Girioli, matrícula nº 410399/02, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de dez (10) horas semanais, pelo período de 01 de março a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0744/2020

Publicação N° 2512480

PORTARIA N° 0744, DE 29 DE MAIO DE 2020

Determina a instauração de processo administrativo fiscal para apuração do enquadramento e lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela empresa EXITO CONTADORES SOCIEDADE SIMPLES para o exercício de 2020 e subsequentes e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a decisão judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 0300318-52.2019.8.24.0016, da 2ª Vara Judicial a Comarca de Capinzal – SC, tendo como impetrante a empresa Êxito Contadores Sociedade Simples, CNPJ nº 95.996.278/0001-77, com endereço na Rua Carmelo Zocolli, nº 150, 2º andar, CONJ 205, Bairro Centro, na cidade de Capinzal – SC, determinando “que a autoridade coatora, nos exercícios subsequentes a 2018, se abstenha de calcular e cobrar o ISS da impetrante com base nos arts. 18, 19 e 45 da Lei Complementar Municipal n. 74/03 – por estimativa -, desde que mantido o enquadramento da impetrante como sociedade simples de natureza não empresarial, admitida a compensação, nos termos da fundamentação”;

Considerando os protocolos de nº 0000364/2020, de 07 de fevereiro de 2020, e de nº 0001104/2020, de 12 de maio de 2020, tendo como requerente a empresa Êxito Contadores Sociedade Simples, os quais solicitam o cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 0300318-52.2019.8.24.0016, da 2ª Vara Judicial a Comarca de Capinzal –SC;

RESOLVE

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Fiscal com a finalidade de apuração do enquadramento e lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, para os exercícios de 2020 e subsequentes.

Art. 2º - Designa os seguintes servidores, todos Servidores Públicos Municipais estáveis, Auditores Fiscais Tributários, para conduzirem o Processo Administrativo Fiscal:

I – Mônica Lopes da Cunha , matrícula nº 410503/01;
II – Tuani Arpini, matrícula nº 410272/01;

Art. 3º - Os servidores deverão assegurar o fiel cumprimento das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa na condução dos trabalhos, bem como a fiel observância das normas aplicáveis ao presente processo administrativo fiscal, observando os ditames da Lei Complementar Municipal nº 134, de 22 de dezembro de 2009, bem como a aplicação subsidiária da Lei Federal n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, sendo que o prazo para a conclusão do presente processo é de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, para a devida apuração dos fatos narrados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor em 29 de maio de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito de Capinzal

Registre-se e Publique-se.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/26/2020**

Publicação Nº 2512582

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/26/2020

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ DO CONTRATADO: 61.198.164/0001-60

OBJETO: TERMO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/35/2017, PARA RENOVAÇÃO/PRORROGAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SIMAE.

VALOR: R\$ 2.488,37 (DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

VIGÊNCIA: 01/06/2020 A 31/05/2021

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: ROBERTO DE SOUZA DIAS - PROCURADOR

NEIDE OLIVEIRA SOUZA – PROCURADORA

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/27/2020

Publicação Nº 2512587

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/27/2020

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A.

CNPJ DO CONTRATADO: 90.180.605/0001-02

OBJETO: TERMO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/33/2017, PARA RENOVAÇÃO/PRORROGAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE MOTOCICLETAS DO SIMAE.

VALOR: R\$ 2.675,78 (DOIS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

VIGÊNCIA: 01/06/2020 A 31/05/2021

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: MARCELO WAIS - SEGURADOR/DIRETOR

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/28/2020

Publicação Nº 2512597

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/28/2020

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A.

CNPJ DO CONTRATADO: 90.180.605/0001-02

OBJETO: TERMO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/34/2018, PARA RENOVAÇÃO/PRORROGAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SIMAE.

VALOR: R\$ 7.600,16 (SETE MIL, SEISCENTOS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

VIGÊNCIA: 01/06/2020 A 31/05/2021

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: MARCELO WAIS - SEGURADOR/DIRETOR

PORTARIA N º 45/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2512549

PORTARIA N º 045/2020/SIMAE-CAO, DE 02 de junho de 2020.

Designa servidores para comporem a Comissão de Acompanhamento e Recebimento de equipamento, na forma que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores Valdir Morosini, Marcelo Lago, Dionísio A. Rosset e Cleomar A. Masson, para comporem a Comissão de Recebimento de uma bomba submersa 4" para poço artesiano, entregue pela empresa Gisleine Venite Rosa Ribas de Matos ME, observadas as condições estabelecidas no Edital de Licitação nº CAO/14/2020 e seus anexos.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO : PROCESSO LICITATÓRIO N° 0043/2020 - TOMADA DE PREÇOS N° 0003/2020

Publicação N° 2514221

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0043/2020
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA N° 0003/2020

Objeto: Contratação de empresa para construção de Gavetário junto ao Cemitério Municipal, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, conforme necessidade do município de Catanduvas - SC.

O recebimento dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS ATÉ AS 13H00MIN HORAS DO DIA 17/06/2020;

INTERESSADOS CADASTRADOS ATÉ ÀS 08H20MIN DO DIA 23/06/2020.

O recebimento do envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS ATÉ ÀS 08H20MIN DO DIA 23/06/2020.

Abertura das Propostas: 08h40min, do dia 23 de junho de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 04 de junho de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 04 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0044/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0012/2020

Publicação N° 2514234

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0012/2020

Objeto: Contratação de empresa para conserto de caminhão Volkswagen 24.280 CRM 6x2, placa MCU-7230, visando a necessidade da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvas - SC.

Dotação Orçamentária:

05.002.15.452.0008.2021.3.3.90.00 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 04 de junho de 2020.

Márcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA - REF. MAIO/2020

Publicação Nº 2512916

Página: 1 / 1

Data de emissão: 03/06/2020

Exercício de 2020

Até o mês: 5

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Balancete da Despesa (A liquidar/A pagar)

ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS



Parâmetros: Exercício: 2020; Consolidado: n; Entidades: [{"valor":"","3144","descricao":"","CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS"}]; Listar despesas por: O_N2; Assinatura: [{"valor":"","3245","descricao":"","TRANSF. CM"}]; Tipo de Período: ATE; Mês: 5; Colunas: ES; Agrupar por: 1; QP; Agrupar por: 2; QF; Agrupar por: 3; QS - Versão: 20 de 26/02/2020 23:54:55

Programa / Função / Subfunção / Organograma Nível 2	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	A liquidar	A Pagar
1 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.342.000,00	1.358.000,00	407.412,08	407.412,08	407.412,08	0,00	0,00
1 - Legislativa	1.342.000,00	1.358.000,00	407.412,08	407.412,08	407.412,08	0,00	0,00
31 - Ação Legislativa	1.342.000,00	1.358.000,00	407.412,08	407.412,08	407.412,08	0,00	0,00
01.001 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.342.000,00	1.358.000,00	407.412,08	407.412,08	407.412,08	0,00	0,00
Total Geral:	1.342.000,00	1.358.000,00	407.412,08	407.412,08	407.412,08	0,00	0,00

Catanduvas, 03/06/2020

SIMONE V. S. DE MARTINI

CONTADORA - CRC/SC 22.439

IVACIR CARDOSO MOREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA

BALANCETE FINANCEIRO - REF. MAIO/2020

Publicação Nº 2512912



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Página: 1 / 1
 Data de emissão: 04/06/2020
 Exercício de 2020
 Período de: Maio à Maio
 Despesa: Empenhada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			0,00 DESPESA ORÇAMENTÁRIA		80.266,48
Ordinária			0,00 Ordinária		80.266,48
			Recursos Ordinários		80.266,48
Vinculada			0,00 Vinculada		0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			113.166,66 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			14.663,21 EXTRAORÇAMENTÁRIAS		16.902,91
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			-2.428,82 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados			0,00 Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			17.092,03 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.902,91
SALDOS ANTERIORES			96.745,29 SALDOS ATUAIS		127.405,77
CAIXA			0,00 CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES			96.745,29 CONTAS CORRENTES		127.405,77
APLICAÇÕES			0,00 APLICAÇÕES		0,00
TOTAL		224.575,16	TOTAL		224.575,16

SIMONE V. S. DE MARTINI
 CONTADORA - CRC/SC 22.439

IVACIR CARDOSO MOREIRA
 PRESIDENTE DA CÂMARA

NEUSA REGINA CHINATO
 SECRETARIA/TESOUREIRA

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 88/2020

Publicação N° 2513703

Decreto nº 88/2020

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando requerimento apresentado pelo servidor na data de 04 de junho de 2020 onde requer desincompatibilização do cargo de secretário municipal para disputar as eleições municipais de 2020

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado (a) do Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, nesta data, o(a) Sr (a). INÉDIO ANTELMO TOMASI (inscrito no CPF nº XXX.XXX.479-34.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 04 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

TP N° 004/2020 PCS - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PONTE

Publicação N° 2513634

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRA DE ENGENHARIA N° 004/2020 PCS

Objeto: Execução de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA ALMIRANTE BARROSO ENTRE R. SANTA CATARINA E ACESSO LATICÍNIO e execução de PONTE EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço por LOTE.

Recebimento das propostas: até às 09:00 horas do dia 19/06/2020.

Abertura: dia 19/06/2020, às 09:30 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 04 de junho de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 28/2020

Publicação Nº 2513142

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 15/2020
PROCESSO: 28/2020

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 15/2020, tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA CONFORME DEMANDA, EM ATENDIMENTO À LEI 973/2018 E ALTERAÇÕES POSTERIORES QUE TRATAM DO PROGRAMA DE INCENTIVO À ATIVIDADE RURAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 22/06/2020, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 05 de junho de 2020.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS - PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 69/2020

Publicação N° 2512553

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 69/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 42/2020

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 18 de junho de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Concreto Usinado Bombeado - FCK 25 MPA para manutenção, reforma e ampliação de bens próprios e de domínio público, em diversos pontos do Município de Chapadão do Lageado/SC, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 05 de junho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2513984

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, torna público o presente EDITAL para retificar o Edital de Convocação de Audiência Pública publicado na edição nº 3161 do Diário Oficial dos Municípios, da data de 04/06/2020.

Onde se lê:

"proposta de alteração da Lei Complementar Municipal nº 546/2014 (Código de Obras) referente à Regularização de Construções Irregulares e Clandestinas"

Leia-se:

"proposta da Lei Complementar que dispõe sobre a Regularização de Construções Irregulares e Clandestinas"

As demais informações referentes ao Edital permanecem ratificadas.

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Chapecó, 04 de junho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EXTRATOS

Publicação Nº 2513990

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº. 002/2020

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIENTE – Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC

OBJETO – O presente Aditivo ao Termo de Fomento nº 002/2020, tem por finalidade estabelecer a parceria entre a Associação dos Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina – ADEVOSC e o Município de Chapecó, mediante repasse de recurso financeiro para o atendimento do seguinte objeto:

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o Projeto "Recursos tecnológicos como ferramentas de inserção escolar e social para crianças e adolescentes com deficiência visual" com a intenção de viabilizar o acesso a recursos tecnológicos nos atendimentos a crianças e adolescentes com deficiência visual, de forma que essas venham a contribuir sobremaneira na sua autonomia, participação e qualidade de vida em seu contexto educacional, escolar e profissional, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA RATIFICAÇÃO E INCORPORAÇÃO - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Fomento nº. 002/2020, incorporando-se ao mesmo o presente aditamento para todos os efeitos legais.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 14 de Maio de 2020 – Ulda Baldissera, Secretaria Municipal de Assistência Social, Antônio Carlos Rigo, Presidente da Organização da Sociedade Civil (OSC).

EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO Nº. 003/2020

COMODADO – Prefeitura Municipal de Chapecó.

COMODANTE – Associação de Moradores do Goio-ên

OBJETO – O COMODANTE, proprietário dos imóveis urbano, localizados no Porto Goio-ên, neste Município de Chapecó, estado de Santa Catarina, cede ao MUNICIPIO o direito de usufruir da água dos imóveis, utilizados para instalações da Unidade Básica de Saúde, Unidade do Corpo de Bombeiros Militar, Escola Básica Municipal Goio-ên, Museu dos Balseiros do Rio Uruguai e Banheiros Públicos, localizados no Porto Goio-ên.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato de Comodato vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo.

Poderá haver rescisão do presente convênio por mútuo acordo entre as partes, por inadimplência de quaisquer cláusulas e condições ou, ainda, por superveniência de norma ou fato legal, a qualquer época. A rescisão deverá ser comunicada expressamente com antecedência de 90 (noventa) dias.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 28 de Abril de 2020 – Sandra Maria Galera, Secretaria de Educação, Maristela Bisognin Santi Rocha, Secretária de Saúde, Nemésio Carlos da Silva, Secretário da Cultura, Marcos Alberto Giovanoni, Diretor de Gestão Administrativa, Pedrinho Rotava, Presidente da Comodante.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 2513506

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2020 (Registro de Preços)

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafoado foi retificado. A DATA E HORÁRIO DA ABERTURA NÃO FORAM ALTERADOS, conforme informações abaixo.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Material para Manutenção de Bens Imóveis (MATERIAIS ELÉTRICOS e afins), para uso no Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h15min do dia 09/06/2020.

Abertura: Dia 09/06/2020, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 04 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 380/2020

Publicação Nº 2513658

DECRETO SAF/Nº. 380/2020, de 02 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

RAIMON JOÃO DA SILVA, portador do CPF nº 028.078.359-02, para o cargo em comissão de Encarregado de Manutenção Civil Saúde, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de junho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 381/2020

Publicação Nº 2513659

DECRETO SAF/Nº. 381/2020, de 02 de junho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

Alterar o cargo de

ARLETE APARECIDA MARTINS, portadora do CPF nº. 547.915.459-15, nomeada pelo Decreto SAF/N. 512/18, de 14 de novembro de 2018, de Assessor Administrativo III, 40 horas, para ASSESSOR ADMINISTRATIVO II, 40 horas, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de junho de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 382/2020

Publicação Nº 2513650

DECRETO SAF/N. 382/2020, de 02 de junho de 2020.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, o valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos	1.013	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º A abertura de crédito suplementar se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, na fonte de recursos 00 – Recursos Ordinários, para aquisição de veículo novo para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e desenvolvimento Rural.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 383/2020

Publicação Nº 2514308

DECRETO SAF/Nº. 383/2020, de 03 de junho de 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1.549, de 04 de junho de 2020, resolve.

Art. 1º Autoriza a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ÓRGÃO	15	
Construção de Quadras Poliesportivas para Educação Física	1.006	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0001	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ÓRGÃO	15	
Manutenção do Ensino Fundamental	2.011	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01.0001	Aplicação Diretas	50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 03 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN CLEDIO FACHIN

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Gestão Administrativa
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 384/2020

Publicação Nº 2513653

DECRETO SAF/N. 384/2020, de 03 de junho de 2020.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, o valor de R\$ 86.879,70(oitenta e seis mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta centavos) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Pavimentação e Recuperação de vias, rodovias, logradouros e passeios	1.014	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.89.0089	Aplicações Diretas	86.879,70

Art. 2º A abertura de crédito suplementar se dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, na fonte de recursos 89 – Recursos de Alienação de Bens, disponíveis em conta corrente 71004-4, Agência 4624 – Cocal do Sul, Caixa Econômica Federal, para pavimentação da Rua Ida Smania, trecho localizado na área industrial II e III, conforme Lei Municipal nº. 1.544 de 20 de maio de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI N. 1.548

Publicação Nº 2514304

LEI Nº. 1.548, de 03 de junho de 2020.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRAS DE DIONÍSIO PAULO DE BRIDA E ESPOSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir de Dionísio Paulo De Brida, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 103.472.759-15, e sua esposa, a seguinte área de terra:

Um terreno Rural, com área de terra de 64.429,18m²(sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove metros e dezoito centímetros quadrados), localizado em Linha Cocal-Estação Cocal, Rodovia SC 442, município de Cocal do Sul, com as seguintes confrontações: Norte, medindo 99,46 metros, confrontando com Jhonys Ponciano e Dionisio Paulo De Brida; Sul, em 06 linhas irregulares, fazendo um total de 102,92 metros, confrontando com Rio Barbosa; Leste, medindo 719,12 metros, confrontando com José Machado Pereira; Oeste, medindo 715,54 metros, confrontando com terras de José Teixeira, devidamente matriculado sob o nº 4.388, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga.

§ 1º A área objeto da aquisição pelo município será desmembrada de uma área total de 163.717,00m²(cento e sessenta e três mil, setecentos e dezessete metros quadrados), conforme Planta Planimétrica anexa ao presente projeto de lei.

§ 2º. Destina-se a área objeto da aquisição pelo Município, para a implantação da "IV Área Industrial do Município de Cocal do Sul".

Art. 2º. O valor da aquisição autorizada por esta lei é de R\$ 1.410.000,00 (um milhão quatrocentos e dez mil reais), que será pago após transcrição imobiliária em nome do município, conforme laudo avaliatório exarado pela Comissão de Avaliação, constituída pelo Decreto SA/ Nº 389/17, de 17 de agosto de 2017.

Art. 3º Ficará a cargo do Município de Cocal do Sul, a construção de uma ponte de madeira, para travessia do Rio Barbosa, que dará acesso a área remanescente 2, do processo de desmembramento.

Art. 4º Todas e quaisquer despesas com Cartório referente a escritura e registro do desmembramento e transferência do referido imóvel, ficará por conta do vendedor.

Art. 5º As despesas inerentes a execução desta lei correm a conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI N. 1.549

Publicação Nº 2514300

LEI Nº. 1.549, de 03 de junho de 2020.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ÓRGÃO	15	
Construção de Quadras Poliesportivas para Educação Física	1.006	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.0001	Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, é reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ÓRGÃO	15	
Manutenção do Ensino Fundamental	2.011	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.0.1.01.0001	Aplicação Diretas	50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 03 de junho de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN CLEDIO FACHIN
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Gestão Administrativa
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO ADENDO 01 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36-2020 PMC

Publicação Nº 2513934

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020 – PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RURAL por intermédio de seu Secretário, torna público a correção do edital de Pregão Eletrônico nº 36/2020 - PMC, contratação de empresa para a prestação de serviços de conserto, serviços e fornecimento de peças para motoniveladora caterpillar 120k, trator de esteira new holland d140 e trator agrícola Massey Fergusson 4x4 MF4275, da frota municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Fica alterado para até dia 15 de junho de 2020, às 08h15min, sendo que a abertura da licitação ocorrerá no dia 15 de junho de 2020, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113. Concórdia, SC, 04 de junho de 2020.

VALDOMIRO TAFAREL

Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

AVISO ADENDO 01 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37-2020 PMC

Publicação Nº 2512752

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 – PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA por intermédio de seu Secretário Municipal de Educação, torna público a correção do Pregão Eletrônico nº 37/2020 - PMC, com o seguinte objeto Contratação de empresa para prestação dos serviços de limpeza de fossas, limpeza de caixas da água, limpeza de caixas de gordura, desinsetização, desratização, limpeza de forros, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estarão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164. Concórdia, SC, 04 de junho de 2020.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 039/2020

Publicação Nº 2514084

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 039/2020

CHAMADA DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público para o provimento de vaga temporária do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
015.186.322-97	Roberto Andrade Lima	MÉDICO COMUNITÁRIO
070.305.469-46	Gabriela Spessatto	MÉDICO COMUNITÁRIO
007.407.329-00	Sarah Michelon Alves	MÉDICO COMUNITÁRIO

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 8.6 do Edital de Processo Seletivo 2/2018.

Por se tratar da segunda convocação (final de lista), o não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na perda definitiva da vaga.

Concórdia, 04 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 040/2020

Publicação N° 2514086

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 040/2020

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO N° 2/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto n° 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vagas nos níveis iniciais de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
900.753.660-53	DENIZE MIOLA DE BARBARA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 04 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22-2020 PMC

Publicação N° 2512729

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 22/2020

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 12/2020 PMC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 88/2020 PMC

OBJETO: Possível prestação de serviços de horas máquinas, transporte de mudança e transporte de pessoas para participarem de atividades que serão promovidas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, previstas no Plano Diretor Municipal Rural e na Lei Complementar n° 742/2017 e 717/2016, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

VALIDADE: 19 de maio de 2020 a 18 de maio de 2021.

Fiscal Técnico-Administrativo: Jucelino Alves de Oliveira
Fiscal Técnico-Administrativo: Cristiano Pasternak
Fiscal Técnico-Administrativo: Laurindo Francisco Kufner
Fiscal Técnico-Administrativo: Marco Antônio Magro

Resumo dos Fornecedores		
Fornecedor	Item	
Razão Social: Conterra Terraplenagem e Construtora Ltda CNPJ: 09.425.680/0001-60 Endereço: Rua Adeodato, nº 144, Alto Irani, Irani-SC, CEP 89.680-000 Contatos: 49 8820-1033 / Fabiano_teles@yahoo.com.br Representante: Fabiano Teles – Sócio Administrador	1	

Resumo dos Fornecedores		
Fornecedor	Item	
Razão Social: Raisa Turismo Ltda ME CNPJ: 09.298.981/0001-70 Endereço: Linha Sede Brum, s/n, Interior, Concórdia-SC, CEP 89700-000 Contatos: 49 3444-5385 / 49 99975-3483 / contato@ortigaracontabilidade.com.br Representante: Jocelane Baldissarelli	2 e 4	
Razão Social: Assessoria e Consultoria Pública e Privada Eireli - EPP CNPJ: 17.688.208/0001-48 Endereço: Rua Dr. Maruri, nº 1204, Centro, Concórdia-SC, CEP 89700-168 Contatos: 49 3442/1254 / contato@assconpp.com.br Representante: Cristiano Trombetta	5	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 52-2020 FMS

Publicação Nº 2512740

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2020

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 08/2020 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020 FMS

OBJETO: assegurar o compromisso, para possível aquisição de dieta alimentar Infatrini®, Novamil Rice® e APTAMIL AR®, em cumprimento as Decisões Judiciais nº 5003187-64.2019.8.24.0019, nº 0301074-52.2019.8.24.0019 e nº 0900200-52.2018.8.24.0019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

VALIDADE: 01 de junho de 2020 a 31 de maio de 2021.

Fiscal Administrativo: Ana Paula Forner

Fiscal Administrativo: Ariane de Cacia Bisol Ionceck

Fiscal Técnico: Sirlei Michelotti

Resumo dos Fornecedores		
Fornecedor	Item	
Razão Social: Nutriport Comercial Ltda CNPJ: 03.612.312/0001-44 Endereço: Rua Professor Serafim Orlandi, nº 356, Vila Mariana, São Paulo/SP – CEP 04115-010 Contatos: 48 3344-4348 / licitações.sp@nutriport.com.br Representante: Alexandre Tabuenca da Silva / Samuel Chazan Briones	1 e 3	
Razão Social: Suprema Comercio & Distribuição EIRELI CNPJ: 23.159.220/0001-68 Endereço: Rua 2, nº 35-A, Parque das Laranjeiras, Formosa/GO, CEP 73.805-630 Contatos: 061 99816-7813 / suprema01@outlook.com Representante: Moises de Brito Souza	2	

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 – PMC

Publicação Nº 2512552

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 18/2020 □ PMC

O Secretário Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Fernando Svillen, Diretor Administrativo e Financeiro, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 03/06/2020, para a Locação de imóvel para funcionamento do Cmei Sonhos de Criança, situado na Rodovia Pedro Rogério Garcia, 8100, Bairro Frágosos, Concórdia - SC; a favor de FUNDAÇÃO ADOLPHO BOSIO DE EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE no valor total de R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos).

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

Publicação Nº 2513701

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para a execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, em parte das Ruas Distrito Federal, Brasília, Minas Gerais e Paraíba, no Bairro dos Estados, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: finalidade de efetuar a abertura do Envelope nº 02 – Proposta de Preços das licitantes habilitadas neste certame, quais sejam: KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – EPP e SETEP CONSTRUÇOES S.A. Ressalva-se que as licitantes foram formalmente convocadas para participar da presente sessão, através da publicação no DOM/SC, edição número 3151, do dia 25 de maio de 2020. Por conseguinte, foi apurada a seguinte classificação: a licitante SETEP CONSTRUÇOES S.A. sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$313.525,41 (trezentos e treze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos); a licitante BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – EPP ficou em segundo lugar com o menor preço global de R\$333.248,38 (trezentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos); a licitante KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA ficou em terceiro lugar com o menor preço global de R\$364.105,34 (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e cinco reais e trinta e quatro centavos). Em atenção ao disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 do Edital que prevê o seguinte: após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP (como é o caso do vencedor deste certame SETEP CONSTRUÇOES S.A.), e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, (como também é o caso, já que a empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – EPP, na fase de habilitação comprovou através de competente Certidão, ser Empresa de Pequeno Porte), e com isso, após efetuarmos o cálculo previsto no subitem 8.3 do Edital, verificamos que a licitante possui o direito de preferência, já que o valor de sua proposta de preços está dentro dos 10% previsto na Lei Federal nº 123/2006. Assim, a Presidente da Comissão de Licitação procede da seguinte forma: a licitante BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – EPP, classificada em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito. Portanto, fica o representante legal da empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – EPP, intimado se assim tiver interesse, a protocolizar nova proposta de preço (em envelope identificado conforme edital), até às 17h (dezessete horas), do dia 09 de junho de 2020, e se assim acontecer, a Comissão de Licitação fará nova sessão, proferindo a nova classificação de preços no dia 10 de junho de 2020, às 14h00min, e neste caso, será aberto posteriormente o pertinente prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", Lei Federal 8.666/93. Caso não haja protocolo de nova proposta, o prazo recursal citado acima iniciar-se-á na data de 10 de junho de 2020. Em razão da ausência do representante legal das licitantes, o resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 04 de junho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da CPL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 27 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512556

Site: cme.concordia.sc.gov.brE-mail: cme@concordia.sc.gov.br**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 27 DE MAIO DE 2020**

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, após estudos e análises alusivas ao modelo de avaliação atual, constante na Resolução 03/2012, traça diretrizes para períodos fortuitos ou de força maior e outras situações emergenciais (pandemias, epidemias e outros casos extremos).

RESOLVE:

Art. 1º Acrescer CAPÍTULO XIV – Situações Emergenciais, à Resolução nº 03/2012, que dispõe sobre as diretrizes que norteiam a avaliação e o processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Educação de Concórdia – Santa Catarina, um novo capítulo destinado à tratar de situações emergenciais, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO XIV**Situações Emergenciais**

“Art. 47-A. Fica determinado que, em casos fortuitos ou de força maior – pandemias, epidemias e outras situações extremas, ficando impossibilitado às Instituições Privadas ou Rede de Ensino Municipal o cumprimento das diretrizes de avaliação, seja de qualquer ordem ou etapa de ensino, bem como a temporização que determina o processo avaliativo – bimestral, trimestral ou semestral, a que se refere a Resolução 03/2012, que as mesmas aconteçam de acordo com a realidade e possibilidades de cada segmento e instituição. Deve-se, no entanto, priorizar os direitos de aprendizagem do discente.

Parágrafo único. Superadas as eventualidades que demandam tais medidas, cabe às Instituições retornarem às diretrizes estabelecidas à Resolução 03/2012, assim que concluídas as etapas avaliativas em andamento. Fica estabelecido que as medidas propostas para o período devem ser contempladas nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Concórdia, 27 de maio de 2020.

Registre-se

Presidente: Daniela Magedanz

Vice-Presidente: Vani Locatelli Majeski

Secretária: Luciana da Silva Hilger

Conselheira: Cleusa Todescatto

Conselheira: Liane Vizzotto

Conselheira: Rosani Baltasar da Rosa

Conselheira: Cleonice Bison

Conselheira: Dóris Marcon

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**PORTARIA Nº 43/2020 - IPRECON**

Publicação Nº 2512697

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 43/2020, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora EDITE TERESINHA DA SILVA DE AVILA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de junho de 2020, à servidora EDITE TERESINHA DA SILVA DE AVILA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOD1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 89109-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

ONEIDE BERTOLINI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de junho de 2020.

MARGARETE PECINI

Agente Administrativo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO DE RESULTADO PROC. 62/2020

Publicação Nº 2513249

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº24/2020

JULGAMENTO: Menor preço por Item

PROCESSO: 62/2020.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Agua e Saneamento Básico

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$48.140,00(Quarenta e oito mil, cento e quarenta e reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declara vencedora a empresa: CSM PRODUTOS QUIMICOS LTDA para os itens 1,2,3, no valor total de R\$48.140,00; adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 04 de Junho de 2020.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Pregoeira

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS N° 04/2020

Publicação N° 2512804

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P FMS N° 04/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO EM GINECOLOGIA, NA FORMA DE CONSULTA.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 19/06/2020.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 19/06/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de maio de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2020, PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2020 FUNSAU

Publicação Nº 2513587

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO FUNSAU N. 004/2020
PREGÃO PRESENCIAL FUNSAU Nº 001/2020
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Coronel Martins – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE AO AR LIVRE A SER INSTALADA JUNTO A PRAÇA MUNICIPAL OTTO MAY NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, conforme descrito no objeto do presente Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 18 de Junho de 2020, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda à sexta-feira.
Coronel Martins - SC, 04 de junho de 2020.

Kaue Paulo Schuster
Pregoeiro

DECRETO Nº104/2020

Publicação Nº 2512534

DECRETO Nº 104 DE 03 DE JUNHO DE 2020.
PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto Municipal nº 105, de 26 de junho de 2019, que homologa processo seletivo nº 01/2019;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade da publicidade e principalmente da economicidade;

Considerando o Edital do Processo Seletivo 001/2019, que determina a validade de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, atendendo o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo 001/2019, homologado e publicado através do Decreto nº. 105, de 26 de Junho de 2019, por mais 01 (um) ano, sendo valido até 26 de Junho de 2021.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 03 de Junho de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº105/2020

Publicação Nº 2512535

DECRETO Nº 105 DE 03 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE MECÂNICO GERAL.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando justificativa em anexo feita pelo secretário da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e economicidade

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado Contrato temporário de servidor, Sr. Renato Simão Gonçalves, no cargo temporário de Mecânico Geral, até dia 16 de Julho de 2021 devido a necessidade de Mecânico na secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 03 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº106/2020

Publicação Nº 2513265

DECRETO Nº.106, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração protocolado pelo Servidor em 04 de Junho de 2020, protocolo nº 2524/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Pedro Sizinande, ocupante de cargo de provimento efetivo de PCE Auxiliar de Manutenção e Conservação, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, em razão da concessão de sua aposentadoria por tempo de contribuição, conforme benefício nº181051488-1, a partir de 04/06/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 04 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

ERRATA PORTARIA 060/2020

Publicação N° 2512532

**MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**
Estado de Santa Catarina**ERRATA REFERENTE A PORTARIA N°. 060 DE 22 DE ABRIL DE 2020**

A presente *Errata* consiste na Alteração no teor da Portaria nº 060, de 22 de Abril de 2020, onde lê-se:

Roseli Garbin	Servente	28/06/2019 á 27/06/2020
---------------	----------	-------------------------

Leia-se:

Roseli Garbin	Servente	28/06/2020 á 27/06/2021
---------------	----------	-------------------------

Art. 1º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 04 de
Junho de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

administracao@coronelmartins.sc.gov.br
Fone: (49) 3459-0011



Rua Porto Alegre, 47 - Centro
CEP 89.837-000 - Coronel Martins - SC
CNPJ 95.993.093/0001-09

PORTARIA Nº 079/2020

Publicação Nº 2512528

PORTARIA Nº 079, DE 02 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE AFASTAMENTO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando certidão de Óbito apresentada no dia 02 de Junho de 2020

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Afastamento aos Servidores Públicos Municipais, Marcos Antonio Marmentini ocupante do Cargo de Professor, e Adriane Welchen Marmentini ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, por um período de 04 (Quatro) dias, conforme Art. 120 da Lei Complementar nº 040 de 29 de Abril de 2014, a partir do dia 02/06/2020 à 05/06/2020, por motivo de falecimento de seu cunhado, Sr. Gilmar Jose Somavilla ocorrido no dia 01/06/2020 as 18:15, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 080/2020

Publicação Nº 2512530

PORTARIA Nº. 080 DE 03 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

Considerando portaria de retorno de férias nº 054 de 07 de Abril de 2020

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 10 (Dez) dias no período de 15 de Junho de 2020 à 24 de Junho de 2020

NOME	CARGO	REFERENCIA
Laudinei Bandeira	Auxiliar Administrativo	02/06/2019 à 01/06/2020

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de Junho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 081/2020

Publicação Nº 2513267

PORTARIA Nº. 081 DE 04 DE JUNHO DE 2020

"ANTECIPA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto nos artigos 12, XI, "a", 94, VI, XVII e XLVI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando portaria de retorno nº 055 de 09 de Abril de 2020

Considerando os princípios constitucionais da eficiência, moralidade, legalidade, economicidade, necessidade, interesse público e publicidade;

Considerando a Pandemia decorrente do vírus COVID- 19, que coloca em quarentena todos os cidadãos do nosso município, conforme Decreto Estadual n. 515/2020, Decreto 525/2020 e Decreto Municipal 074/2020, cujo medidas desta natureza são estendidas aos demais entes públicos;

Considerando que o servidor municipal que faz parte desta portaria ainda não possuem férias vencidas, mas que futuramente farão jus ao direito constitucional;

Considerando que estes servidores, em tese, teriam direito do gozo dos 30 dias de férias somente após 12 (doze) meses de serviços;

Considerando que este é um caso excepcional de saúde pública, onde automaticamente o Poder Público sofrerá sérias consequências e prejuízos financeiros;

Considerando por derradeiro, por todas as razões expostas e pela conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, bem como com base na Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o gozo de Férias antecipadas ao Servidor abaixo relacionado, pelo período de até 05 (cinco) dias, no período de 08/06/2020 á 12/06/2020 sendo que o direito do abono de 1/3 serão pagos na data em que cada servidor preencher o requisito de do transcurso de 12 (doze) meses de serviços.

NOME	CARGO	REFERENCIA (Período aquisitivo)
Renato Simão Gonçalves	Mecânico Geral	16/07/2019 á 15/07/2020

Art. 2º. Aos servidores que forem exonerados em data anterior ao cumprimento do período aquisitivo serão descontados valores proporcionais recebidos a maior junto da rescisão contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 04 de Junho de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 082/2020

Publicação Nº 2513269

PORTARIA Nº. 082 DE 04 DE JUNHO DE 2020

"ANTECIPA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto nos artigos 12, XI, "a", 94, VI, XVII e XLVI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando os princípios constitucionais da eficiência, moralidade, legalidade, economicidade, necessidade, interesse público e publicidade;

Considerando a Pandemia decorrente do vírus COVID- 19, que coloca em quarentena todos os cidadãos do nosso município, conforme Decreto Estadual n. 515/2020, Decreto 525/2020 e Decreto Municipal 074/2020, cujas medidas desta natureza são estendidas aos demais entes públicos;

Considerando que o servidor municipal que faz parte desta portaria ainda não possui férias vencidas, mas que futuramente fará jus ao direito constitucional;

Considerando que este servidor, em tese, teria direito do gozo dos 30 dias de férias somente após 12 (doze) meses de serviços;

Considerando que este é um caso excepcional de saúde pública, onde automaticamente o Poder Público sofrerá sérias consequências e prejuízos financeiros;

Considerando por derradeiro, por todas as razões expostas e pela conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, bem como com base na Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o gozo de Férias antecipadas ao Servidor abaixo relacionado, pelo período de até 30 (trinta) dias, no período de 08/06/2020 á 07/07/2020 sendo que o direito do abono de 1/3 serão pagos na data em que cada servidor preencher o requisito de do transcurso de 12 (doze) meses de serviços.

NOME	CARGO	REFERENCIA (Período aquisitivo)
Jeferson Alceu de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	09/07/2019 á 08/07/2020

Art. 2º. Aos servidores que forem exonerados em data anterior ao cumprimento do período aquisitivo serão descontados valores proporcionais recebidos a maior junto da rescisão contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 04 de Junho de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 0277/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2020 PMCP - CONCORRÊNCIA

Publicação N° 2512551

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2020 PMCP
CONCORRÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato n° 0277/2020 PMCP.

PARTES: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e ADILSON LEMOS DA SILVA, CNPJ 17.079.226/0001-22.

OBJETO: OUTORGA EM REGIME DE CONCESSÃO, À EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO (DIÁRIAS) DE VEÍCULO (S) QUE TENHA(M) INCORRIDO EM INFRAÇÃO (ÕES) PREVISTA(S) NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, APROVADO PELA LEI N° 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, NA LEGISLAÇÃO PREVISTA NO ART. 175 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VIGÊNCIA: 60 MESES CONTADOS DE 27 DE MAIO DE 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1945/2020

Publicação Nº 2512479

DECRETO Nº 1945/2020

EXONERA O SR. ISRAEL RAMON PEREZ MORALES, DO CARGO DE COORDENADOR DE EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. ISRAEL RAMON PEREZ MORALES, do cargo de Coordenador De Equipe De Saúde Da Família.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
05 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PORTARIA Nº 5678/2020

Publicação Nº 2512561

PORTARIA Nº 5678/2020

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 006/19.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 006/19, a senhora MÔNICA WAJAND SIQUEIRA, matrícula funcional nº 15166, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a LOCAÇÃO DE (01) UMA SALA EM ALVENARIA COM ÁREA DE 139,25M², LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO MEES Nº 1014, BAIRRO XV DE NOVEMBRO, DESTINADA PARA ACOMODAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5101/19.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
05 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/19

Publicação N° 2512540

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/19

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

LOCADOR: PAULO WARGENOWSKI, portador da Carteira de Identidade nº 9/R 782.818 SESP/SC e do CPF sob o nº 311.296.179-04, residente e domiciliado em Corupá/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto no contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 02 de junho de 2020 até 01 de abril de 2021.

Data da Assinatura: 01/06/2020

Data da Vigência: 01/04/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91, DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512800

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 91/2020.

Segundo termo aditivo ao Contrato Administrativo 78/2018

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA TDC COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.527.200/0001-13

Do Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação de prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 78/2018, celebrado em 30 de maio de 2018, por mais 12 (doze) meses, conforme consta na Cláusula Quarta do referido contrato, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ANÁLISE, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E DE RELAÇÕES PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA ATENDIMENTO AO PROJETO MULTISSETORIAL E MULTIDISCIPLINAR DO HORTO MEDICINAL E CIRCUITO TURÍSTICO DE FITOTERAPIA E PRÁTICAS INTERATIVAS COMPLEMENTARES.

Processo Licitatório: 577/2018

Modalidade: Tomada de Preços nº 3/2018

Data do Contrato: 29/05/2020

Da vigência do Contrato: 29/05/2020 à 29/05/2021

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92, DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512807

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 92/2020.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 112/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA TDC COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.527.200/0001-13

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 112/2019, celebrado em 05 de junho de 2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIA PÚBLICA, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM CALÇAMENTO, MEIO FIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL DO ACESSO AO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, SITUADO NA LINHA GLÓRIA DO MEIO, INTERIOR, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 3.672,50 M², CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 870639/2018 – OPERAÇÃO 1056108-26 – PROGRAMA TURISMO – PAVIMENTAÇÃO DE VIA DE ACESSO AO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: 596/2019

Modalidade: Tomada de Preços nº 4/2019

Data do Contrato: 29/05/2020

Da vigência do Contrato: 29/05/2020 à 29/09/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 3/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512810

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 3/2017, CELEBRADO NO DIA 02 DE JANEIRO DE 2017 E RESPECTIVOS ADITIVOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

De um lado o MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa na Rua Moura Brasil nº 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.147/0001-95, com sua sede estabelecida na Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Jairo Rivelino Ebeling, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Cunha Porã/SC, portador da Cédula de Identidade nº 1.878.282 e inscrito no CPF sob nº 949.929.169-53, na qualidade de LOCATÁRIO e de outro lado o Senhor CELSON EDEMAR BENDER, pessoa física inscrita no CPF sob nº 017.613.769-69, residente e domiciliado nesse município de Cunha Porã/SC, na qualidade de LOCADOR, por conveniência administrativa e interesse público, conforme previsto na Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 15/2018, resultante do Processo Licitatório nº 5/2017, instaurado sob a modalidade de Dispensa de Licitação Por Justificativa nº 2/2017, com amparo no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem firmar o presente Termo de Rescisão do Contrato Administrativo nº 3/2017, celebrado em 02 de janeiro

de 2017, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato Administrativo nº 3/2017, celebrado em 02 de janeiro de 2017, resultante do Processo Licitatório nº 5/2017, instaurado sob a modalidade de Dispensa de Licitação Por Justificativa nº 2/2017, bem como seus respectivos Termos Aditivos Primeiro, Segundo e Terceiro, e que tem como objeto a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA FAMÍLIA DE MARLENE DA SILVA, RG Nº 4991635, CPF Nº 074.327.249-10, NIS 13215414723, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMÓVEL RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA ESTRADA SÃO DOMINGOS, Nº 1431, BAIRRO JARDIM NA CIDADE DE CUNHA PORÃ (SC), COM ÁREA APROXIMADA 60,00M².

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Rescisão de Contrato se faz por solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social, devido a inquilina, Senhora Marlene da Silva, ter deixado de residir nesse imóvel, visto ter adquirido um imóvel residencial próprio, conforme solicitação de rescisão em anexo a esse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, bem como os seus aditivos, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido, inclusive quanto à valores.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Cunha Porã/SC, para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento. Assim, justos e acertados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cunha Porã/SC, 01 de junho de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal
Locatário

CELSON EDEMAR BENDER
CPF nº 017.613.769-69
Locador

TESTEMUNHAS:

Nestor Grando
CPF: 779.806.209-25

Ilhana Aguiar Piazzollo
CPF: 582.804.809-00

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO 051

Publicação Nº 2514276

DECRETO MUNICIPAL Nº. 051/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUNHATAÍ/SC, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19). E DÁ CONTINUIDADE À ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, especialmente o estabelecido no artigo 77 inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Cunhataí; na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro 2020; e ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (covid-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n.º 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Corona vírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515 e nº 509, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais; e posteriormente o Decreto Estadual nº 587, de 30 DE abril de 2020 que suspende conforme o art. 8º Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo indeterminado e conforme o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina nº 630/2020 que prorroga o afastamento das aulas presenciais até o dia 02 de agosto de 2020.

(...)

III – as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado n.º 1664 do TCE/SC;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da covid-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 026, de 17 de março de 2020, Decreto n.º 027, de 18 de Março de 2020, Decreto n.º 029/2020, de 25 de Março de 2020, Decreto n.º 031, de 1º de abril de 2020 e Decreto n.º 037/2020 de 13 de Abril de 2020, e Decreto n.º 038/2020 de 15 de abril de 2020, que adotaram medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Cunhataí estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício n.º 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a Medida Provisória n.º 927, de 22 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Medida Provisória n.º 934, de 1º de abril de 2020 que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 075/1997 que dispõe sobre o Sistema Municipal de ensino e dá outras providências, no Art. 17 inciso 2º e Art. 18 inciso I;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da constituição federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do covid-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do covid-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da covid-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, §2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas;

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo está se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei n.º 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquele veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação;

CONSIDERANDO a Portaria MEC n.º 343/2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus (covid-19)

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo. Adaptando-se à nova organização social a CLT foi alterada pela Lei 12.551/2011, passando seu art. 6º a prever: "Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego;

CONSIDERANDO o parecer do CEE n.º 179 através do processo SED 9820/2020 que orienta para o cumprimento da carga horária mínima anual, prevista na LDB, decorrente das medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 devendo estar em consonância com o que dispõe o regime especial de atividades não presenciais no Sistema Estadual de Santa Catarina.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do covid-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO a ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 672 que em resposta ao STF Ministro Alexandre de Moraes reafirma " ASSEGURANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DISTRITAL E SUPLEMENTAR DOS GOVERNOS MUNICIPAIS, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, sendo assim cabe ao município garantir de todas as formas que os direitos a Educação e a Saúde não sejam violados;

CONSIDERANDO que a medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 que em seu art. 1º dispensa, em caráter excepcional, o estabelecimento de ensino da educação básica da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso i do caput no § 1º do art. 24 e no inciso ii do caput do art. 31 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino a nota de esclarecimento emitida pelo conselho nacional de educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do covid-19;

CONSIDERANDO a emissão do Parecer: CNE/CP 5/2020 Seu enunciado solidifica o dever dos entes municipais de garantir o direito a educação das crianças e jovens catarinenses diante da excepcionalidade A possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia da COVID-19 poderá acarretar:

- Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o possível comprometimento também do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022;
- Retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 ressalta que a legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar,

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 calendário escolar e carga horária mínima a ser cumprida Os parâmetros mínimos de carga horária e dias letivos para cada nível educacional, suas etapas e respectivas modalidades estão previstos nos artigos 24 (ensino fundamental e médio), 31 (educação infantil) Em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 A gestão do calendário e a forma de organização, realização ou reposição de atividades acadêmicas e escolares é de responsabilidade dos sistemas e redes ou instituições de ensino;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 considerando a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, pode haver dificuldades para uma reposição que não impacte o calendário de 2021 e que também não acarrete retrocesso educacional para os estudantes. O CNE recomenda que sejam permitidas formas de reorganização dos calendários utilizando mais de uma alternativa de forma coordenada, e a realização de atividades pedagógicas não presenciais visa em primeiro lugar que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola o que pode levar à evasão e abandono;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais

(videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 sobre as condições de atendimento da educação infantil, em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação a distância, mesmo em situação de emergência. E diante da EXCEPCIONALIDADE da situação e garantir o direito a educação para esta etapa previsto na constituição:

- a) O parecer CNE considera também que, para cumprir a carga horária mínima anual prevista na LDB, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária.
- b) Os dispositivos estabelecidos no artigo 31 da LDB ao delimitar frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário de educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia.
- c) Sugere a manutenção de atividades não presenciais nesta etapa desta etapa pelo desenvolvimento de interação entre professores e pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e sócio emocionais;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 educação infantil sobre as condições de atendimento da educação infantil, com a manutenção de atividades não presenciais nesta etapa evitar-se-ia a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 a reposição de carga horária exclusivamente de forma presencial, ao fim do período de emergência, pode acarretar diversas dificuldades. Entre estas dificuldades encontram-se:

1. Dificuldades operacionais para se encontrar datas ou períodos disponíveis para reposição de aulas presenciais, podendo acarretar em prejuízo também do calendário escolar de 2021;
2. Dificuldades das famílias para atendimento das novas condições de horários e logísticas;
3. Dificuldades de uso do espaço físico nas escolas que tenham um aproveitamento total de seus espaços nos diversos turnos;
4. Dificuldades administrativas dependendo do impacto financeiro dos custos decorrentes dos ajustes operacionais necessários; e
5. Dificuldades trabalhistas envolvendo contratos de professores, questões de férias, entre outros.

Além disso, um longo período de reposição de carga horária utilizando sábados, feriados, períodos de recesso escolar e férias, pode acarretar uma sobrecarga de trabalho pedagógico tanto para estudantes quanto para professores, com prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO a Resolução CME/SC do Município de Cunhataí de n.º 001, de 31 de março de 2020 e a Resolução CME/SC do Município de Cunhataí de n.º 002, de 17 de Abril de 2020 e a Resolução CME/SC do Município de Cunhataí de n.º 003, de 01 de Junho de 2020, que dispõem sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Cunhataí/SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (covid-19);

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução CME/SC n.º 003/2020, de 01 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação parte integrante do presente Decreto para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido as atividades pedagógicas sem a presença, de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas municipal e educação infantil.

Art. 2º. O Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais da Educação Básica terá caráter excepcional valerá pelo período de suspensão, e enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. E respeitará a carga horária semanal de cada disciplina e obedecerá aos seguintes princípios:

I – Possibilitar experiências significativas de ensino e de aprendizagem, mediadas por tecnologias ou não, que assegurem o desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes, dos jovens, dos adultos e dos idosos, definido, essencialmente, pela manutenção das atividades pedagógicas, mesmo sem a presença física de estudantes e professores, no âmbito de todas as Instituições que compõem o Sistema de Ensino de Cunhataí/SC;

II – Estimular e considerar novas formas de aprendizagens;

III – Promover a garantia do padrão de qualidade da aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Art. 3º. Considerar-se-á o cumprimento previsto do calendário escolar, substituindo, excepcionalmente, a prática presencial por atividades Não Presenciais para a Educação Básica, sem prejuízo aos estudantes enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao contágio do COVID-19, proteção à comunidade escolar e à sociedade em geral, devendo garantir possibilidades de:

I - minimização do prejuízo do ensino e da aprendizagem aos estudantes com a suspensão temporária de atividades presenciais;

II - que os objetivos educacionais, previstos para cada ano e/ou etapa do ensino e de aprendizagem, possam ser alcançados até o término do ano letivo;

III - adequação do calendário escolar, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, Art. 23, § 2º;

IV - manutenção da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem com intencionalidades pedagógicas orientadas pelos professores e educadores, mediadas ou não por tecnologia a distância.

Art. 4º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

§1º. A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, e será objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período no regime especial de atividades não presenciais.

§2º. Quanto a etapa da educação infantil serão realizadas atividades não presenciais e a avaliação obedecerá caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam ser desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do Território Catarinense garantido os , direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária. Especificamente nesta resolução para educação infantil (0 a 3 anos) e pré-escolar (4 e 5 anos).

§ 3º. As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar desse período. E em especial para as classes de alfabetização e anos iniciais.

§ 4º. Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º. Para fins de cumprimento da carga horária mínima previsto na LDB de 800 horas, as instituições ou redes de ensino considerarão, o cômputo das horas compostas por atividades feitas com tecnologias remotas, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no inciso anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º. A realização de atividades na forma remota durante o período de suspensão das aulas presenciais, não excluirá a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não sejam possíveis contemplar as 800 horas previstas em lei.

§ 7º. Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deverá considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos(as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do(a) docente;

§ 8º. Os professores de Educação Infantil planejarão tendo como base a BNCC em caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, usando a mediação entre pais ou responsáveis e as crianças, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e sócio emocionais.

Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período de regime não presencial.

Parágrafo único. Consideram-se de efetivo trabalho escolar, as horas em que forem desenvolvidas atividades na forma remota de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola desde que contem com a frequência controlada dos alunos e o monitoramento dos professores.

Art. 6º. Durante o Regime Especial de atividades de aprendizagem não presenciais para as etapas da Educação Básica, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais e obedecer os seguintes princípios: (LDB Art. 24):

I – Diagnóstica, analisar e interpretar evidências relativas à eficácia e eficiência dos processos de ensino. E conforme os níveis de aproveitamento e avaliar os resultados corrigindo as falhas do processo ensino-aprendizagem;

II – Formativa, permitindo ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, orientando-o na reformulação do seu trabalho didático;

III – O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais deverá ser utilizado com o intuito, de determinar o grau de domínio dos estudantes relacionados aos conteúdos curriculares ofertados na forma remota. Tendo como objetivo avaliar de modo geral em que grau os objetivos preestabelecidos foram atingidos. Conforme § 2o. Os componentes principais da nota final dos alunos, majoritariamente, devem ser presenciais (antes e após o período emergencial);

IV – Para a etapa da educação infantil a avaliação deverá ser realizada “mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental” Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, na seção II, artigo 31, item 1.

Art. 7º. O secretário de educação poderá caso necessário editar atos próprios, em complementação aos termos do presente Decreto, dos 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020, 525, de 23 de março de 2020, Decreto 535 de 30 de Março de 2020 e Decreto n.º 554, de 11 de abril de 2020 e o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina nº 630/2020 e suas respectivas alterações, Instruções Normativas específicas, entre outros atos cabíveis.

Art. 8º. As medidas previstas neste Decreto terão vigência vinculada as determinações constantes nos Decretos Municipais nº 026, de 17 de março de 2020, Decreto nº 027, de 18 de Março de 2020, Decreto nº 029/2020, de 25 de Março de 2020, Decreto nº 031, de 1º de abril de 2020 e Decreto 037 de 13 de abril de 2020 e do Decreto n.º 038/2020 de 15 de abril de 2020, e nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020, 525, de 23 de março de 2020, Decreto 535 de 30 de Março de 2020 e Decreto nº 554 de 11 de Abril de 2020 e o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina nº 630/2020 prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e poderão ser reavaliadas a qualquer momento e alteradas conforme a necessidade do poder público.

Parágrafo único. Os afastamentos de que trata o presente Decreto não implicarão em perda de quaisquer benefícios aos agentes públicos, inclusive auxílio-alimentação.

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2020.

Art. 10. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 05 de junho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

RESOLUÇÃO CME/SC Nº 003, de 01 de junho de 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de (Cunhataí SC), para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Corona vírus (COVID-19).

A PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE (Cunhataí, SC), no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 01 de Junho de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Corona vírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515 e nº 509, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais; e posteriormente o Decreto Estadual nº 587, de 30 DE abril de 2020 que suspende conforme o art. 8º Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por tempo

indeterminado e conforme o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina nº 630/2020 que prorroga o afastamento das aulas presenciais até o dia 02 de agosto de 2020.

(...)

III – as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como, a necessidade do Município de Cunhataí estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública; entre elas garantir os direitos a educação e a saúde.

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO o disposto no artigo nº 205 da Constituição Federal de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018);

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e a possibilidade de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino, qual seja, carga horária mínima anual da educação básica de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o artigo nº 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, bem como, a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquela veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação;

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo. Adaptando-se à nova organização social a CLT foi alterada pela Lei 12.551/2011, passando seu art. 6º a prever: Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego;

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO a ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 672 que em resposta ao STF Ministro Alexandre de Moraes reafirma " ASSEGURANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DISTRITAL E SUPLEMENTAR DOS GOVERNOS MUNICIPAIS, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, sendo assim cabe ao município garantir de todas as formas que os direitos a Educação e a Saúde não sejam violados

CONSIDERANDO que a medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 que em seu art. 1º dispensa, em caráter excepcional, o estabelecimento de ensino da educação básica da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso i do caput no § 1º do art. 24 e no inciso ii do caput do art. 31 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino a nota de esclarecimento emitida pelo conselho nacional de educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do covid-19;

CONSIDERANDO a emissão do Parecer: CNE/CP 5/2020 Seu enunciado solidifica o dever dos entes municipais de garantir o direito a educação das crianças e jovens catarinenses diante da excepcionalidade A possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia da COVID-19 poderá acarretar:

- Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o possível comprometimento também do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022;
- Retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 ressalta que legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar,

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 calendário escolar e carga horária mínima a ser cumprida Os parâmetros mínimos de carga horária e dias letivos para cada nível educacional, suas etapas e respectivas modalidades estão previstos nos artigos 24 (ensino fundamental e médio), 31 (educação infantil) Em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 A gestão do calendário e a forma de organização, realização ou reposição de atividades acadêmicas e escolares é de responsabilidade dos sistemas e redes ou instituições de ensino.

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 considerando a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, pode haver dificuldades para uma reposição que não impacte o calendário de 2021 e que também não acarrete retrocesso educacional para os estudantes. O CNE recomenda que sejam permitidas formas de reorganização dos calendários utilizando mais de uma alternativa de forma coordenada, e a realização de atividades pedagógicas não presenciais visa em primeiro lugar que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola o que pode levar à evasão e abandono;

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas.

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 sobre as condições de atendimento da educação infantil, em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação a distância, mesmo em situação de emergência. E diante da EXCEPCIONALIDADE da situação e garantir o direito a educação para esta etapa previsto na constituição

a) O parecer CNE considera também que, para cumprir a carga horária mínima anual prevista na LDB, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária.

b) Os dispositivos estabelecidos no artigo 31 da LDB ao delimitar frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário de educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia.

c) Sugere a manutenção de atividades não presenciais nesta etapa desta etapa pelo desenvolvimento de interação entre professores e pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 educação infantil sobre as condições de atendimento da educação infantil, com a manutenção de atividades não presenciais nesta etapa evitar-se-ia a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno.

CONSIDERANDO que conforme o Parecer: CNE/CP 5/2020 a reposição de carga horária exclusivamente de forma presencial, ao fim do período de emergência, pode acarretar diversas dificuldades. Entre estas dificuldades encontram-se:

1. Dificuldades operacionais para se encontrar datas ou períodos disponíveis para reposição de aulas presenciais, podendo acarretar em prejuízo também do calendário escolar de 2021;
2. Dificuldades das famílias para atendimento das novas condições de horários e logísticas;
3. Dificuldades de uso do espaço físico nas escolas que tenham um aproveitamento total de seus espaços nos diversos turnos;
4. Dificuldades administrativas dependendo do impacto financeiro dos custos decorrentes dos ajustes operacionais necessários; e
5. Dificuldades trabalhistas envolvendo contratos de professores, questões de férias, entre outros.

Além disso, um longo período de reposição de carga horária utilizando sábados, feriados, períodos de recesso escolar e férias, pode acarretar uma sobrecarga de trabalho pedagógico tanto para estudantes quanto para professores, com prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem.

RESOLVE

Art. 1º. Homologar Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Cunhaí/SC para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Corona vírus (COVID -19)., para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020,

Parágrafo Único - Para efeitos desta Resolução, são integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Cunhaí/SC as Instituições do Ensino Fundamental, Educação Infantil pública, determinam as medidas necessárias para reposição do calendário escolar e das outras providências conforme as normas vigentes nesse ato legal.

CAPÍTULO I

REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM NÃO PRESENCIAIS

Art. 1º. Para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido as atividades pedagógicas sem a presença, de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas municipal e educação infantil.

§ 1º - O Regime Especial de Atividades de Aprendizagem Não Presenciais da Educação Básica terá caráter excepcional valerá pelo período de suspensão, e enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. E respeitará a carga horária semanal de cada disciplina e obedecerá aos seguintes princípios:

I - Possibilitar experiências significativas de ensino e de aprendizagem, mediadas por tecnologias ou não, que assegurem o desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes, dos jovens, dos adultos e dos idosos, definido, essencialmente, pela manutenção das atividades pedagógicas, mesmo sem a presença física de estudantes e professores, no âmbito de todas as Instituições que compõem o Sistema de Ensino de Cunhaí/SC

II - Estimular e considerar novas formas de aprendizagens;

III – Promover a garantia do padrão de qualidade da aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

CAPÍTULO II

DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR E REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Art. 4º Considerar-se-á o cumprimento previsto do calendário escolar, substituindo, excepcionalmente, a prática presencial por atividades Não Presenciais para a Educação Básica, sem prejuízo aos estudantes enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao contágio do

COVID-19, proteção à comunidade escolar e à sociedade em geral, devendo garantir possibilidades de:

- I - minimização do prejuízo do ensino e da aprendizagem aos estudantes com a suspensão temporária de atividades presenciais;
- II - que os objetivos educacionais, previstos para cada ano e/ou etapa do ensino e de aprendizagem, possam ser alcançados até o término do ano letivo;
- III - adequação do calendário escolar, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 23, § 2º.
- IV- manutenção da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem com intencionalidades pedagógicas orientadas pelos professores e educadores, mediadas ou não por tecnologia a distância,

Art. 5º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

- I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;
- II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;
- III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.
- IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;
- V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;
- VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, e será objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período no regime especial de atividades não presenciais.

§ 2º Quanto a etapa da educação infantil serão realizadas atividades não presenciais e a avaliação obedecerá caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam ser desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do do Território Catarinense garantido os , direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária. Especificamente nesta resolução para educação infantil (0 a 3 anos) e pré-escolar (4 e 5 anos)

§ 3º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar desse período. E em especial para as classes de alfabetização e anos iniciais

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º Para fins de cumprimento da carga horária mínima previsto na LDB de 800 horas, as instituições ou redes de ensino considerarão, o cômputo das horas compostas por atividades feitas com tecnologias remotas, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no inciso anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º A realização de atividades na forma remota durante o período de suspensão das aulas presenciais, não excluirá a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não sejam possível contemplar as 800 horas previstas em lei.

§ 7º Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deverá considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos(as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do(a) docente;

§ 8º Os professores de Educação Infantil planejarão tendo como base a BNCC em caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, usando a mediação entre pais ou responsáveis e as crianças, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

Art. 6º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período de regime não presencial

§1º - Consideram-se de efetivo trabalho escolar, as horas em que forem desenvolvidas atividades na forma remota de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola desde que contem com a frequência controlada dos alunos e o monitoramento dos professores.

Art. 7º Durante o Regime Especial de atividades de aprendizagem não presenciais para as etapas da Educação Básica, a avaliação deverá ser obedecer os seguintes princípios: (LDB Art. 24):

A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais

I- Diagnóstica , analisar e interpretar evidências relativas à eficácia e eficiência dos processos de ensino. E conforme os níveis de aproveitamento e avaliar os resultados corrigindo as falhas do processo ensino-aprendizagem.

II Formativa permitindo ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, orientando-o na reformulação do seu trabalho didático,

III O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais deverão serem utilizados com o intuito , de determinar o grau de domínio dos estudante relacionados aos conteúdos curriculares ofertados na forma remota. Tendo como objetivo avaliar de modo geral em que grau os objetivos preestabelecidos foram atingidos. Conforme § 2o. Os componentes principais da nota final dos alunos, majoritariamente, devem ser presenciais (antes e após o período emergencial).

IV - Para a etapa da educação infantil a avaliação deverá ser realizada "mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental" Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, na seção II, artigo 31, item 1.

Art. 8º – A SMEC poderá resolver os casos específicos de sua da Rede Municipal de Ensino, obedecidas às disposições legais e desta resolução.

Após análise detalhada da legislação, este conselho está de acordo e emite parecer favorável. Com ressalva de que seja garantido o cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente.

IONE WEBER
(Presidenta do Conselho)

Cunhataí SC, 01 de Junho de 2020

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2020

Publicação Nº 2513275

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 14/2020

Processo Administrativo nº 17/2020

Pregão Presencial nº 11/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC

CONTRATADA: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU ELETRÔNICOS, DO TIPO VALE-ALIMENTAÇÃO, AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/05/2021.

VALOR: R\$ 205.350,00(Duzentos e cinco mil trezentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 2.053, 2.010, 2.011, 2.019, 2078, 2.001, 2.004, 2.045, 2.059, 2.031, 2.007, 2.065.

Modalidade de Aplicação nº: 33.90;

Signatários: Luciano Franz e Deny Guazi Resende.

Cunhataí/SC, 04/06/2020.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2020

Publicação Nº 2514000

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE SERRA SABRE PARA UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES DE RESGATE DO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 19/06/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 19/06/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Junho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

Publicação Nº 2513998

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para:

Contratação de empresa especializada para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Curitibanos, conforme anexo 1 deste edital

Os interessados em participar do certame deverão protocolizar seu envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 13:30 horas do dia 19/06/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

A partir das 14:00 horas do dia 19/06/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e posteriormente terá início a fase de lances com as propostas classificadas.

Curitibanos, 04 de Junho de 2020.

Yara Aparecida Vilani Padilha

Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020

Publicação Nº 2514143

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA, com o valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TOUCAS CIRURGICAS, PARA USO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ESTÃO ATUANDO NA LINHA DE FRENTE PARA COMBATE/ ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, CONFORME DECRETO 13.979/2020 E NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO LICITATÓRIO 69/2020 ENCONTRA EM FASE RECURSAL E DEVERÁ AINDA SER SUBMETIDO À FASE DE ANÁLISE DE AMOSTRAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos à Secretária, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Paulo Augusto Granemann Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro Membro

Mary Hellen B. D. Ribeiro Roberto Carlos da Silva Cristiane J. Pereira Sandri
Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 04 de junho de 2020.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de junho de 2020.

Yara Aparecida Vilani Padilha

Secretária Municipal de Saúde

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020 - ALTERAÇÃO QUANTITATIVOS ITENS 8 E 9

Publicação Nº 2513465

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020
RETIFICAÇÃO

Objeto: aquisição, pelo sistema de registro de preços, de materiais de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e outros para as diversas secretarias do Município de Descanso e para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações do edital e seus anexos.

O Município de Descanso torna público, aos interessados, que houve retificação no edital referente ao pregão presencial 28/2020, mais especificamente nos quantitativos dos itens 8 e 9 do Termo de Referência, não havendo, contudo, alteração na data da Sessão Pública.

RETIFICAÇÃO:

Onde se lia:

No anexo I - Termo de Referência:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Preço Unit. Máx	Total R\$
8	260	UN	ÁLCOOL 70%, LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 1000ML.	8,99	2.337,40

Leia-se:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Preço Unit. Máx	Total R\$
8	560	UN	ÁLCOOL 70%, LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 1000ML.	8,99	5.034,40

RETIFICAÇÃO

Onde se lia:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Preço Unit. Máx	Total R\$
9	250	UN	ÁLCOOL EM GEL 70%, ANTISSEPTICO PARA MÃOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 440G.	16,66	4.165,00

Leia-se:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Preço Unit. Máx	Total R\$
9	550	UN	ÁLCOOL EM GEL 70%, ANTISSEPTICO PARA MÃOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 440G.	16,66	9.163,00

A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 04 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15820/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - D E S I G N A R- COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Publicação Nº 2514367

PORTARIA Nº 15820/2020, de 04 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 267, inciso III, c/c 275, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e, artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Descanso, resolve:

D E S I G N A R

ROSELI BONATTO Código: 2.945, Agente de Secretaria, FELIPE JOSÉ TERNUS, Código: 3.109, Agente de Secretaria, e THAIS REGIN DURIGON Código: 3.110, Agente de Secretaria, para sob a Presidência do primeiro e no prazo legal de 60 dias, comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para o fim de apurar os fatos comunicados Secretário dos Transportes, envolvendo o funcionário público NORBERTO SCHUSTER, Código: 3.021, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, para conhecimento e deliberação sobre eventual responsabilidade administrativa do servidor.

Descanso - SC, 04 de junho de 2020.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 29/2020

Publicação Nº 2513601

PORTARIA Nº 29/2020, de 04 de junho de 2020.

REGULAMENTA E ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E A PROPAGAÇÃO DO COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE DESCANSO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 30, inciso II, e artigo 24, inciso II, do Regimento Interno Cameral;

CONSIDERANDO o cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19;
CONSIDERANDO a recente confirmação dos primeiros casos de coronavírus no município de Descanso/SC;

RESOLVE

Art. 1º. Fica proibido até o dia 30 de junho de 2020 a presença de público nas sessões ordinárias e/ou extraordinárias que se realizarem durante esse período.

Parágrafo único: A medida poderá ser prorrogada de acordo de acordo com a evolução da pandemia no município, seguindo sempre as recomendações técnicas advindas dos poderes constituídos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,
Descanso – SC, 04 de junho de 2020.
MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO
Presidente da Câmara Mun. de Vereadores.

Registrada e Publicada na presente data.

Neusa Machado da Silva
Secretária Executiva

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

1º T.A. CONTRATO 34-2019 - CONCORRENCIA 95-2019 - PMDC

Publicação Nº 2513407

Aditivo Nº : 1º TA 34/2019 - Contrato Nº: 34/2019 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada...: FRONSUL ENGENHARIA LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 95/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL, PARA ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO FRIGORÍFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA EM DIONÍSIO CERQUEIRA-SC, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, RELATIVO A REPROGRAMAÇÃO DE CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO 823.753/2015 - 2ª ETAPA, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 4 de Junho de 2020

2º T.A. CONTRATO 10-2019 - PREGAO PRESENCIAL 41-2019 - FMS

Publicação Nº 2513329

Aditivo Nº : 2º TA 10/2019 - Contrato Nº: 10/2019 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada...: FRINOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELATIVOS A REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO Nº 823.753/2015, SEGUNDA ETAPA, RELATIVO AO PROGRAMA PRONAT DO MDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DAS INSTALAÇÕES DO FRIGORÍFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA EM DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 4 de Junho de 2020

2º T.A. CONTRATO 11-2019 - PREGAO PRESENCIAL 41-2019 - PMDC

Publicação Nº 2513369

Aditivo Nº : 2º TA 11/2019 - Contrato Nº: 11/2019 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada...: ECAANPI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELATIVOS A REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO Nº 823.753/2015, SEGUNDA ETAPA, RELATIVO AO PROGRAMA PRONAT DO MDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DAS INSTALAÇÕES DO FRIGORÍFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA EM DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 4 de Junho de 2020

4º T.A. CONTRATO 107-2016 - TOMADA DE PREÇOS 142-2016 - PMDC

Publicação Nº 2513429

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 4º TA 107/2016 - Contrato Nº: 107/2016 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 142/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : IMPLANTAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO 23 KV PARA FRIGORÍFICO DO P.A TRACUTINGA NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA.
THYAGO W. G. GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 4 de Junho de 2020

4º T.A. CONTRATO 39-2017 - PREGAO PRESENCIAL 67-2016 - PMDC

Publicação Nº 2513273

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 4º TA 039-2017 - Contrato Nº: 039-2017 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: FRINOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 11/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 67/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS INSTALAÇÕES DO FRIGORÍFICO DE AVES DO P.A TRACUTINGA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA SC. (Convenio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Contrato de Repasse nº 823753/2015 MDA Processo nº 2623.1026985-49/2015)
THYAGO W. G. GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 4 de Junho de 2020

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16-2020 - FMS

Publicação Nº 2512589

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/20
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/20
HOMOLOGAÇÃO: 04/06/20
CONTRATADO: MAJ LAB - COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS PA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS MINDRAY BC3000 PLUS E BS 120 MINDRAY, BEM COMO AQUISIÇÃO DE KIT DE MANUTENÇÃO BC 3000 MINDRAY, KIT COMPLETO PREVENTIVA BS 120). A MANUTENÇÃO PREVENTIVA CONSISTE EM UMA REVISAO COMPLETA DOS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO LIMPEZA, TROCA DE PEÇAS QUE APRESENTEM DESGASTES E RECALIBRAÇÃO
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.305,50 (nove mil trezentos e cinco reais e cinq-enta centavos)
DATA: 04/06/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

LEI Nº 4797/2020

Publicação Nº 2513680

LEI Nº 4797/2020.
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 103.000,00(CENTO E TRÊS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

TITULO I

CAPÍTULO I**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 103.000,00(Cento e três mil reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas com manutenção de Secretaria Municipal de Serviços e Desenvolvimento Urbano, bem como do Abrigo Infantil Beija Flor.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.757, de 16 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 103.000,00(Cento e três mil reais) objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas com manutenção de Secretaria Municipal de Serviços e Desenvolvimento Urbano, bem como do Abrigo Infantil Beija Flor.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.758, de 16 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 103.000,00(Cento e três mil reais) objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas com manutenção de Secretaria Municipal de Serviços e Desenvolvimento Urbano, bem como do Abrigo Infantil Beija Flor.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 103.000,00(Cento e três mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

14. SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO**02. SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO**

15.451.0537.1.076 – Implantação e Recomposição de Obras com Pavimentação Asfáltica e Poliédrica, Drenagem e Sinalização

106-4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**01 ADMINISTRAÇÃO**

08.243.0483.2.074 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Abrigo Inf. Beija Flor

24-3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Total R\$ 103.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

02. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01. GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0043.2.003 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Gabinete do Prefeito

02-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**01 ADMINISTRAÇÃO**

08.243.0483.1.024 – Aquisi. de Equip. e Material Permanente p/ Melhor Desenv. As Ativ. dos Programas Sociais

2-4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.350,00

08.243.0483.2.058 – Adm. Geral dos Bens e Serviços dos Programas Sociais Desenvolvidos no Município.

13-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.244.0021.2.040 – Admin Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Assistência Social

31-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.650,00

16.482.0667.1.098 – Regularização Fundiária e Construção de Casas Populares

35-4.4. 90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Total R\$ 103.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020

Publicação Nº 2512487

ATO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2020

O Município de Doutor Pedrinho, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Simoni Mércia Mesch Nones, no uso de suas atribuições legais, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49 da Lei 8.666/93 e da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, decide REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020 – PREGÃO PRESENCIAL sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, que tinha por objeto a AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DIVERSAS DESTE MUNICÍPIO.

CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

CONSIDERANDO que após realizado o credenciamento, percebeu a comissão de licitação, possíveis indícios de fraude em licitação, em virtude dos seguintes motivos abaixo expostos, conforme transcrito na Ata de Sessão e Julgamento:

“Todos os 03 (três) licitantes credenciados possuem como sede da empresa a cidade de Santa Terezinha, sendo inclusive o mesmo Bairro de Rio da Anta, inclusive o logradouro das empresas HM COMERCIO E TRANSPORTES DE MADEIRAS EIRELLI e ELOI TEIXEIRA 03090890933, possuem o mesmo nome, sendo Rio da Anta, sendo sua única diferença a denominação como Distrito e Estrada Geral respectivamente; Todos os licitantes apresentaram a Declaração de Enquadramento como Beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (anexo IV do Edital) conforme exigência do Edital, sendo todas elas assinadas pelo mesmo contador, VANDERLEI GIOVANI WILHELM, com registro no conselho regional de contabilidade do Estado de Santa Catarina nº SC-024657/O-9; Todos os envelopes eram exatamente iguais e possuíam externamente um papel colado para a identificação dos fornecedores com características formatação idêntica, ficando divergente apenas os dados da empresa; HAMILTON MANOEL ZEFERINO DA SILVA o qual nesta licitação estava representando a empresa HM COMERCIO E TRANSPORTES DE MADEIRAS EIRELLI, sendo sócio da mesma, participou no ano passado da licitação nº 20/2019 para aquisição do mesmo objeto, sendo na época representante legal da empresa INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA – ME.”

CONSIDERANDO a possível prática criminosa de fraude em licitação mediante ajuste, conduta esta prevista no art. 90 da Lei 8.666/1993, foi remetida cópia dos Autos do Processo Licitatório 20/2020 ao Ministério Público para as providências necessárias;

CONSIDERANDO que é dever legal da Administração Pública zelar pelo patrimônio público, bem como pela legalidade, moralidade e probidade de seus atos,

Deste modo a Administração, pelos motivos acima mencionados determino a

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Doutor Pedrinho, 02 de junho de 2020.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020

Publicação Nº 2513812

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2020
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA PARA USO INTERNO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa RSUL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.066.477/0001-84, situada à Rua Norberto Seara Heusi, nº 1143, sala 01, Bairro Escola Agrícola, cidade de Blumenau – SC, CEP: 89.037-800, neste ato representado pelo(a) Representante Legal, senhor(a) LEANDRO GEREMIAS, CPF sob nº 039.376.959-31, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 22/2020, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA PARA USO INTERNO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Produto	Marca / Modelo	Valor Proposto	
					Unitário	Total
1	UNID	100	CAIXA DE ARQUIVO MORTO DE PAPELÃO, 3MM DE ESPESSURA, MEDIDAS MÍNIMAS DE 35X25X14CM SEM PROPAGANDA DA REVENDEDORA, PAPELÃO KRAFT.	NEOMUNDI	R\$ 1,65	R\$ 165,00
3	UNID	12	APAGADOR QUADRO BRANCO, MATERIAL BASE FELTRO, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, COMPRIMENTO 15CM, LARGURA 6 CM, ALTURA 5 CM.	LYKE	R\$ 2,90	R\$ 34,80
16	CAIXA	10	CLIPS NIQUELADO 2/0 CAIXA C/500 GRAMAS.	XR	R\$ 6,60	R\$ 66,00
17	CAIXA	19	CLIPS NIQUELADO 3/0 CAIXA C/ 500 GRAMAS.	XR	R\$ 6,35	R\$ 120,65
18	CAIXA	10	CLIPS NIQUELADO 8/0 CAIXA C/500 GRAMAS.	XR	R\$ 6,35	R\$ 63,50
25	CAIXA	200	COLA GLITTER COM 6 CORES (TUBO COM NO MÍNIMO 23GR) LAVÁVEL, NÃO TÓXICA APROXIMADAMENTE COLA, COMPOSIÇÃO POLÍMERO DE ACETATO DE POLIVINILA E ADITIVOS, COR VARIADA, APLICAÇÃO PINTURA TERAPIA OCUPACIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM APLICADOR, NÃO TÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA, TIPO GLITTER.	LYKE	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
29	UNID	88	CORRETIVO EM FITA 4MM X 10M, COM TAMPA PROTETORA, CORREÇÃO A SECO, FORMATO ERGONÔMICO; PRODUTO ATÓXICO.	NEOMUNDI	R\$ 3,40	R\$ 299,20
32	UNID	80	FITA ADESIVA, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO. ROLO COM 12MM X 50 METROS. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ADESÃO 5,5 N/25MM - ESPESSURA TOTAL 0,039MM - RESISTÊNCIA AO ALONGAMENTO 145% - RESISTÊNCIA À TEMPERATURA 60°C - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO - 82,5 N/25MM.	NEOMUNDI	R\$ 0,82	R\$ 65,60
34	UNID	65	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO, TIPO GOMADA, LARGURA 48MM, COMPRIMENTO 50M, COR MARROM. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ADESÃO 10 N/25MM - ESPESSURA TOTAL 0,04MM - RESISTÊNCIA AO ALONGAMENTO 190% - RESISTÊNCIA À TEMPERATURA 60°C - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO - 97 N/25MM.	NEOMUNDI	R\$ 2,93	R\$ 190,45
35	UNID	2	CADERNO ESPIRAL 1/4 CAPA DURA 96FLS. FORMATO: 140X200MM - NÚMERO DE FOLHAS: 96 - MIOLO PAUTADO - FOLHAS DO MUITO: PAPEL OFF-SET 56G/M² - CAPA EM PAPELÃO 780G/M² - REVESTIMENTO EM PAPEL COUCHE 150G/M² - ESPELHO EM PAPEL OFF-SET 90G/M² - ESPIRAL COM ARAME REVESTIDO EM NYLON 1,00MM - PRODUTO DE ACORDO COM ABNT15733:2012.	NEOMUNDI	R\$ 3,00	R\$ 6,00
36	UNID	2	FITA DUPLA FACE DE PAPEL 18mmx30m.	NEOMUNDI	R\$ 4,30	R\$ 8,60
42	CAIXA	3	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/10, CAIXA COM 5000 UNIDADES, GALVANIZADO.	BRW	R\$ 11,30	R\$ 33,90
44	CAIXA	100	LÁPIS DE COR LONGO, CAIXA COM 12 CORES, MATERIAL MADEIRA, MINA DE 4MM, CORPO FORMATO ERGONÔMICO, COM SELO COMPULSÓRIO DO INMETRO.	NEOMUNDI	R\$ 9,35	R\$ 935,00
53	UNID	10	PINCEL ATÔMICO GROSSO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO DE CARGA RECARREGÁVEL, COR DA TINTA PRETA.	NEOMUNDI	R\$ 1,20	R\$ 12,00
54	UNID	12	PINCEL ATÔMICO GROSSO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO DE CARGA RECARREGÁVEL, COR DA TINTA AZUL.	NEOMUNDI	R\$ 1,20	R\$ 14,40
55	UNID	10	PINCEL ATÔMICO GROSSO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO DE CARGA RECARREGÁVEL, COR DA TINTA VERMELHA.	NEOMUNDI	R\$ 1,20	R\$ 12,00
59	UNID	45	PINCEL PARA RETROPROJETOR, COR PRETA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, PONTA FINA DE 2,0MM DE POLIACETAL, E ESPESSURA DE ESCRITA DE 0,5MM, PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLIÉSTER.	NEOMUNDI	R\$ 1,40	R\$ 63,00

61	UNID	70	PINCEL CHATO-PINCEL DESENHO, MATERIAL CABO DE MADEIRA, TIPO PONTA CHATO, MATERIAL CERDA DE NYLON, TAMANHO N° 12.	DGW	R\$ 1,19	R\$ 83,30
67	UNID	10	RÉGUA DE METAL PARA ESCRITÓRIO, COMPRIMENTO 30CM, GRADUAÇÃO CENTÍMETRO/POLEGADA, TIPO DO MATERIAL RÍGIDO.	LYKE	R\$ 2,45	R\$ 24,50
92	UNID	46	CADERNO UNIVERSITÁRIO, SEM DIVISÃO, PAUTADO, TIPO ESPIRAL COM 96 FOLHAS, PAPEL APERGAMINHADO BRANCO, GRAMATURA 50/64G/M2, MEDINDO APROXIMADAMENTE 205X280MM.	PANAMERICANA	R\$ 4,00	R\$ 184,00
95	UNID	50	CADERNO DE CALIGRAFIA BROCHURA CAPA FLEXÍVEL, 200X140 MM, COM 40 FOLHAS, CAPA/CONTRACAPA: PAPEL OFF SET 90G, FOLHAS INTERNAS: PAPEL OFF SET 56G.	PANAMERICANA	R\$ 0,90	R\$ 45,00
98	CAIXA	220	MASSA MODELAR, 12 CORES, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁGUA/ CARBOIDRATOS DE CEREALIS E CLORETO SÓDIO, COR SORTIDA, CARACTERÍSTICAS OPCIONAIS SEM MOLDES, PRAZO DE VALIDADE 4 ANOS, ATÓXICA.	SPLASH COLOR	R\$ 2,15	R\$ 473,00
109	UNID	302	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, NA COR AZUL, COM TINTA A BASE DE ÁGUA, COM PONTA CHANFRADA, DO TIPO CORPO EMBORRACHADO, DESCARTÁVEL.	NEOMUNDI	R\$ 1,40	R\$ 422,80
110	UNID	360	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, NA COR PRETO, COM TINTA A BASE DE ÁGUA, COM PONTA CHANFRADA, DO TIPO CORPO EMBORRACHADO, DESCARTÁVEL.	NEOMUNDI	R\$ 1,30	R\$ 468,00
111	UNID	102	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, NA COR VERMELHO, COM TINTA A BASE DE ÁGUA, COM PONTA CHANFRADA, DO TIPO CORPO EMBORRACHADO, DESCARTÁVEL.	NEOMUNDI	R\$ 1,30	R\$ 132,60
112	UNID	100	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, NA COR VERDE, COM TINTA A BASE DE ÁGUA, COM PONTA CHANFRADA, DO TIPO CORPO EMBORRACHADO, DESCARTÁVEL.	NEOMUNDI	R\$ 1,35	R\$ 135,00
115	UNID	6	EXTRATOR DE GRAMPO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO ESPÁTULA TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO.	CAVIA	R\$ 0,85	R\$ 5,10
118	UNID	2	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/20 FOLHAS.	LYKE	R\$ 10,79	R\$ 21,58
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 5.084,98	

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 22/2020 e seus Anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2020 do Município de Doutor Pedrinho, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2005 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1000001 – REC. PRÓPRIOS FUNREBOM
1100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – MILITAR
1110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL
3000001 – REC. PRÓPRIOS FUNREBOM
3100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – MILITAR
3110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL

04 – SEC. MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
01 – SEC. MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
01 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2008 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1010000 – RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
1360000 – SALÁRIO EDUCAÇÃO
3370800 – AFM EDUCAÇÃO

05 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
01 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2030 – MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1010000 – RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
1360000 – SALÁRIO EDUCAÇÃO

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1020000 – RECEITA DE IMPOSTOS SAÚDE
1381100 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FEDERAL
3380400 – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL
3380101 – INCENTIVO AO CADASTRAMENTO AB – SUS
3380700 – EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS – ECD

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2022 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1350100 – BOLSA FAMÍLIA

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2033 – MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1650100 – COFINANCIAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
02 – DESPORTO
2018 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato, é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na Conta Corrente nº 138252-7, Agência nº 3420-7 do Banco do Brasil de titularidade da contratada, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2.1.2 - Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a contratada se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 10 (dez) dias corridos para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com Servidor Público Municipal, para que possam ser organizados os dias e horários de entrega. O local de entrega deverá ser informado para o licitante através de e-mail ou contato telefônico, conforme necessidade do município, independentemente da quantidade solicitada.

4.1.1 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.2 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.3 - Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora.

4.4 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.5 - O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato.

4.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

4.8 - Além da entrega no local designado pelo servidor público responsável, deverá a licitante vencedora, também, descarregar, armazenar e empilhar os materiais no local indicado pelo servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.9 - Será avaliado o acondicionamento dos produtos, no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, com vazamento, materiais manchados, sujos e/ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

4.10 - Por ocasião do recebimento dos materiais, a Secretaria responsável, por intermédio de funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições.

4.11 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura, e se estende até 31/12/2020.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto

quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, nº 22/2020 a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste Edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- k) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, fica designado o Chefe de Gabinete, Tarcísio Lenzi.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Leandro Geremias, o(a) qual poderá ser contado(a) através do telefone (47) 3209-6617 e e-mail rsulvendas02@gmail.com, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 03 de junho de 2020.

MUNICÍPIO

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal

CONTRATADA

RSUL EIRELI

LEANDRO GEREMIAS

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER

Assessor Jurídico

OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

TARCÍSIO LENZI

Testemunhas:

ALLISON DA LUZ

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA WOLLERT

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2020

Publicação Nº 2512502

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA PARA USO INTERNO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa SILVANI ALTINO DE FRANCA 77688074991, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.315.493/0001-66, situada à Rua Arnaldo Fritz, nº 609, Bairro Warnow, cidade de Indaial – SC, CEP: 89.080-001, neste ato representado pelo(a) Representante Legal, senhor(a) SILVANI ALTINO DE FRANÇA, CPF sob nº 776.880.749-91 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 22/2020, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA PARA USO INTERNO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Produto	Marca / Modelo	Valor Proposto	
					Unitário	Total
4	PACOTE	37	BLOCO DE RECADO AUTO-ADESIVO REPOSICIONÁVEL 38MM X 50MM COLORIDO PACOTE COM 4.	BRW	R\$ 3,25	R\$ 120,25
5	UNID	350	BORRACHA BRANCA MÉDIA, MACIA Nº 40, ESPECIAL PARA APAGAR ESCRITA DE LÁPIS; TAMANHO MÉDIO DE 34X22X8,5MM (MARGEM).	REDBOR	R\$ 0,15	R\$ 52,50
7	UNID	2	CALCULADORA 12 DIGITOS.	ELGIN	R\$ 10,00	R\$ 20,00
8	CAIXA	7	CANETA ESFEROGRÁFICA, PONTA FINA MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS 1 UN, MATERIAL PONTA LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA FINA, COR TINTA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MATERIAL TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO LATERAL. CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 50 UNIDADES. QUE NÃO BORRE E NÃO FALHE.	BIC	R\$ 42,00	R\$ 294,00
9	CAIXA	4	CANETA ESFEROGRÁFICA, PONTA FINA MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS 1 UN, MATERIAL PONTA LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA FINA, COR TINTA PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MATERIAL TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO LATERAL. CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 50 UNIDADES, QUE NÃO BORRE E NÃO FALHE.	BIC	R\$ 44,00	R\$ 176,00

10	CAIXA	1	CANETA ESFEROGRÁFICA, PONTA FINA MATERIAL PLÁSTICO, QUANTIDADE CARGAS 1 UN, MATERIAL PONTA LATÃO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA FINA, COR TINTA VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MATERIAL TRANSPARENTE E COM ORIFÍCIO LATERAL. CAIXA CONTENDO NO MÍNIMO 50 UNIDADES, QUE NÃO BORRE E NÃO FALHE.	BIC	R\$ 44,00	R\$ 44,00
15	CAIXA	150	CANETINHA HIDROGRÁFICA 12 CORES - CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES EM CORES DIFERENTES. PONTA MÉDIA RESISTENTE E COM TINTA LAVÁVEL. AS DIMENSÕES MÍNIMAS DEVERÃO SER 10MM DE DIÂMETRO E COMPRIMENTO DE 145MM, BARRA INTERNA CONSTITUÍDA UNIFORMEMENTE, ISENTA DE IMPUREZAS APRESENTAR BOA PIGMENTAÇÃO, SER MACIA, ALTO PODER DE COBERTURA. ATÓXICA. CERTIFICAÇÃO INMETRO. EMBALAGEM DE PAPELÃO COM VISOR DAS CANETINHAS. PRODUTO LAVÁVEL.	ACRILEX	R\$ 5,08	R\$ 762,00
19	UNID	150	COLA BRANCA ESCOLAR, LÍQUIDA, PARA USO ESCOLAR, A BASE DE ÁGUA, LAVÁVEL, ATÓXICA, BICO ECONÔMICO, SECAGEM NORMAL, ACONDICIONADA EM FRASCO, PESANDO NO MÍNIMO 40G, NA COR BRANCA. COM VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PIRATININ-GA	R\$ 0,69	R\$ 103,50
23	PACOTE	25	COLA QUENTE REFIL GROSSO COM 11MM DE DIÂMETRO E 30CM DE COMPRIMENTO; PACOTE COM NO MÍNIMO 1 KG.	CLASSE	R\$ 22,45	R\$ 561,25
24	UNID	10	COLA BASTÃO, COR BRANCA, APLICAÇÃO EM PAPEL, INSTANTÂNEA; PESO MÍNIMO DE 10G.	LEONORA	R\$ 0,76	R\$ 7,60
26	CAIXA	50	COLA COLORIDA 6 CORES SORTIDAS, PESO MÍNIMO 23G (0,81 O2) CADA, NÃO TÓXICA.	SPLASH COLOR	R\$ 4,10	R\$ 205,00
28	UNID	25	COLA PARA E.V.A / ISOPOR, 90 G (3,17 O2).	ACRILEX	R\$ 3,55	R\$ 88,75
30	UNID	90	FITA ADESIVA CREPE 18MMX50M. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ADESÃO 8,5 N/25MM - ESPESSURA TOTAL 0,1MM - PESO DO SUPORTE 52G/M² - RESISTÊNCIA A TEMPERATURA 60°C - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 81,5 N/25MM.	EUROCEL	R\$ 2,40	R\$ 216,00
31	UNID	105	FITA ADESIVA CREPE 48MM X 50M. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ADESÃO 8,5 N/25MM - ESPESSURA TOTAL 0,1MM - PESO DO SUPORTE 52G/M² - RESISTÊNCIA A TEMPERATURA 60°C - RESISTÊNCIA À TRAÇÃO 81,5 N/25MM.	EUROCEL	R\$ 6,30	R\$ 661,50
37	UNID	100	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 CRISTAL.	ALAPLAST	R\$ 0,30	R\$ 30,00
38	UNID	100	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 PRETO.	ALAPLAST	R\$ 0,25	R\$ 25,00
41	CAIXA	165	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5000 UNIDADES, GALVANIZADO.	NEW	R\$ 3,00	R\$ 495,00
43	UNID	450	LÁPIS PRETO, MATERIAL MADEIRA OU RESINA, DIÂMETRO CARGA 2 MM, DUREZA CARGA 2B, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA PARA APAGAR.	MASTER-PRINT	R\$ 0,15	R\$ 67,50
50	UNID	80	PASTA EM L, PP 0,12, A4, CRISTAL GOFRADO.	ALAPLAST	R\$ 0,45	R\$ 36,00
51	UNID	1	PASTA CATÁLOGO (PORTFOLIO) CAPA PRETA C/100 PLÁSTICOS PARA PAPEL TAMANHO A4.	DAC	R\$ 11,99	R\$ 11,99
52	UNID	100	PASTA SUSPENSÃO EM PAPELÃO. 235MM/360MM MARMORIZADA PLASTIFICADA COM HASTE METÁLICA E ILHÓS.	TIMPEL	R\$ 1,44	R\$ 144,00
62	UNID	13	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE, COM CONTROLE DE DISPARO, UTILIZADA PARA COLAGENS DIVERSAS; 40W E COMPATÍVEL COM BASTÕES DE COLA DE 11MM.	CLASSE	R\$ 12,25	R\$ 159,25
63	UNID	6	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA, COM CONTROLE DE DISPARO, UTILIZADA PARA COLAGENS DIVERSAS; 40W E COMPATÍVEL COM BASTÕES DE COLA DE 7,5MM.	CLASSE	R\$ 8,95	R\$ 53,70
69	UNID	21	TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL CABO POLIPROPILENO, COMPRIMENTO 21 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO ANATÔMICO.	BRW	R\$ 3,40	R\$ 71,40
72	UNID	150	TINTA GUACHE, COMPOSIÇÃO RESINA VINÍCULA/ÁGUA/PIGMENTO/ CARGAS E CONSERVANTE, CORES DIVERSAS, APLICAÇÃO PINTURA A PINCEL EM PAPEL/CARTÃO E CARTOLINA, C/ 250 ML.	SPLASH COLOR	R\$ 3,25	R\$ 487,50
75	PACOTE	24	PAPEL A-4 180GM² 210MM/297MM BRANCO, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	USAPEL	R\$ 11,98	R\$ 287,52
77	UNID	300	PAPEL CARTÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 240 G/M2, COMPRIMENTO 660 MM, LARGURA 500 MM, CORES DIVERSAS.	VMP	R\$ 0,70	R\$ 210,00
78	UNID	300	PAPEL CARTÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 240 G/M2, COMPRIMENTO 660 MM, LARGURA 500 MM, DECORADAS VÁRIAS ESTAMPAS.	VMP	R\$ 1,40	R\$ 420,00

81	UNID	150	PAPEL CREPOM, 48CMX2M, ROLO, UNID. DE MEDIDA: CORES VARIADAS.	VMP	R\$ 0,60	R\$ 90,00
82	UNID	300	PAPEL DUPLA FACE COLOR SET 45X66CM - CORES VARIADAS.	VMP	R\$ 0,60	R\$ 90,00
84	PACOTE	37	PAPEL COLORIDO CRIATIVO FLUORESCENTE, 5 CORES DIFERENTES, COLORIDOS NA MASSA, NÃO SOLTA TINTA, PH: NEUTRO, LIVRE DE ÁCIDO ATÓXICO, GRAMATURA: 75 G/M² FORMATO: A4 (210/297 MM). PACOTE C/50 FOLHAS.	FILIPINHO	R\$ 14,00	R\$ 518,00
86	UNID	700	FOLHA DE EVA, LISO, LAVÁVEL E ATÓXICO, 40X60CM, CORES VARIADAS.	MILLY	R\$ 1,03	R\$ 721,00
87	UNID	200	FOLHA DE EVA FELPUDO (CORES VARIADAS).	MILLY	R\$ 2,50	R\$ 500,00
88	UNID	70	FOLHA DE EVA, ESTAMPADOS, LAVÁVEL E ATÓXICO, 40X 60 CM, CORES VARIADAS.	MILLY	R\$ 2,48	R\$ 173,60
89	UNID	100	FOLHA DE EVA, COM GLITTER, LAVÁVEL E ATÓXICO, 40X 60 CM, CORES VARIADAS.	MILLY	R\$ 3,30	R\$ 330,00
90	UNID	150	FOLHA DE PAPEL LAMINADO, EM CORES VARIADAS. 48X60CM.	VMP	R\$ 0,73	R\$ 109,50
93	UNID	500	CADERNO BROCHURA 96 FOLHAS, TAMANHO 140X202MM – TAMANHO PEQUENO, CAPA/CONTRA CAPA: CAPA DURA (PAPELÃO 697G/M²) EM DIVERSAS CORES.	PANAMERICANA	R\$ 2,98	R\$ 1.490,00
94	UNID	300	CADERNO BROCHURA 48 FOLHAS, TAMANHO 140X202MM – TAMANHO PEQUENO, CAPA/CONTRA CAPA: CAPA DURA (PAPELÃO 697G/M²) EM DIVERSAS CORES.	PANAMERICANA	R\$ 1,89	R\$ 567,00
96	UNID	200	CADERNO DE DESENHO BROCHURA, PEQUENO CAPA DURA, 40 FOLHAS, FOLHAS INTERNAS: PAPEL OFF SET 70G/M², 200X140 MM.	PANAMERICANA	R\$ 2,45	R\$ 490,00
97	CAIXA	210	GIZ DE CERA 12 CORES, MATERIAL CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO, CORES VARIADAS, TAMANHO GRANDE, ESPESSURA GROSSA.	PIRATININGA	R\$ 1,80	R\$ 378,00
100	PACOTE	52	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO,75G/M² PACOTE COM 100 FOLHAS COR AMARELO.	CHAMEQUINHO	R\$ 4,89	R\$ 254,28
101	PACOTE	53	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO,75G/M² PACOTE COM 100 FOLHAS COR AZUL.	CHAMEQUINHO	R\$ 4,89	R\$ 259,17
102	PACOTE	52	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO,75G/M² PACOTE COM 100 FOLHAS COR VERDE.	CHAMEQUINHO	R\$ 4,89	R\$ 254,28
103	PACOTE	52	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO,75G/M² PACOTE COM 100 FOLHAS COR ROSA.	CHAMEQUINHO	R\$ 4,89	R\$ 254,28
105	RESMA	2	PAPEL SULFITE A3 BRANCO, 297mmx420mm 75g/m² C/500 FOLHAS.	CHAMEX	R\$ 39,38	R\$ 78,76
119	UNID	1	FURADOR OVOIDE PARA CRACHÁ.	MOTIVATE	R\$ 128,00	R\$ 128,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 12,587,08	

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 22/2020 e seus Anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2020 do Município de Doutor Pedrinho, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – GABINETE DO PREFEITO
2005 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1000001 – REC. PRÓPRIOS FUNREBOM
1100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – MILITAR
1110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL
3000001 – REC. PRÓPRIOS FUNREBOM
3100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – MILITAR
3110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL

04 – SEC. MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
01 – SEC. MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
01 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2008 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1010000 – RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
1360000 – SALÁRIO EDUCAÇÃO
3370800 – AFM EDUCAÇÃO

05 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
01 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2030 – MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1010000 – RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
1360000 – SALÁRIO EDUCAÇÃO

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1020000 – RECEITA DE IMPOSTOS SAÚDE
1381100 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FEDERAL
3380400 – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL
3380101 – INCENTIVO AO CADASTRAMENTO AB – SUS
3380700 – EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS – ECD

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2022 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1350100 – BOLSA FAMÍLIA

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2033 – MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1650100 – COFINANCIAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
02 – DESPORTO
2018 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
33903016 – MATERIAL DE EXPEDIENTE
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato, é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na Conta Corrente nº 025438-3, Agência nº 3420-7 do Banco do Brasil de titularidade da contratada, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2.1.2 - Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a contratada se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO:

4.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 10 (dez) dias corridos para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com Servidor Público Municipal, para que possam ser organizados os dias e horários de entrega. O local de entrega deverá ser informado para o licitante através de e-mail ou contato telefônico, conforme necessidade do município, independentemente da quantidade solicitada.

4.1.1 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.2 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.3 - Não serão aceitos, no momento da entrega, produtos de fabricante e/ou marca diferentes daqueles constantes na proposta vencedora.

4.4 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.5 - O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato.

4.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

4.8 - Além da entrega no local designado pelo servidor público responsável, deverá a licitante vencedora, também, descarregar, armazenar e empilhar os materiais no local indicado pelo servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.9 - Será avaliado o acondicionamento dos produtos, no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, com vazamento, materiais manchados, sujos e/ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

4.10 - Por ocasião do recebimento dos materiais, a Secretaria responsável, por intermédio de funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições.

4.11 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura, e se estende até 31/12/2020.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto

quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação, nº 22/2020 a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste Edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- k) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, fica designado o Chefe de Gabinete, Tarcísio Lenzi.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Silvani Altino de França, o(a) qual poderá ser contatado(a) através do telefone (47) 3334-6822 e e-mail silvanidefranca@hotmail.com, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 03 de junho de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADA

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

SILVANI ALTINO DE FRANCA 77688074991

Prefeita Municipal

SILVANI ALTINO DE FRANÇA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER

Assessor Jurídico

OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

TARCÍSIO LENZI

Testemunhas:

ALLISON DA LUZ

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA WOLLERT

PORTARIA Nº 118/2020

Publicação Nº 2513807

PORTARIA no 118, de 02 de Junho de 2020.

Concede exoneração a Servidora Dorisete Bernardes Bowens.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 50, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora DORISETE BERNARDES BOWENS, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, para o qual foi nomeada pela Portaria nº 081, de 01/07/2014, a partir desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de junho de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 119/2020

Publicação Nº 2513814

PORTARIA no 119, de 02 de junho de 2020.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Técnico em Enfermagem.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se que as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal são regulamentadas no âmbito municipal pela Lei Complementar nº 47, não são vedadas Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020;

Considerando-se a classificação desta candidata na Chamada Pública nº 05/2020, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

A servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.834,99 (hum mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Simone Dallabrida (DN. 24/05/1998)	109.291.399-84 5.921.056	Manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Saúde e Assistência Social.	02/06/2020 a 18/12/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 120/2020

Publicação Nº 2513841

PORTARIA no 120, de 02 de Junho de 2020.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Agente Comunitário de Saúde.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a declaração de vacância do emprego público ocupado pela servidora Ines Odorizzi Valcanaia, através da Portaria nº 075/2018 de 11/06/2018, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público;

Considerando-se a classificação desta candidata na Chamada Pública nº 05/2020, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

A servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego de Agente Comunitário de Saúde – Micro área 08, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Fernanda Girelli (DN. 01/10/1995)	087.489.869-25 4.682.960	Substituição de Pessoal em face de vacância do emprego público ocupado pelo servidor titular.	02/06/2020 a 18/12/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 121/2020

Publicação Nº 2513846

PORTARIA no 121, de 03 de Junho de 2020.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Técnico em Enfermagem.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Daiana Maria Stulzer) através da Portaria nº 107, de 03/09/2013, e a inexistência de candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2016 para o emprego;

Considerando-se a classificação deste candidato na Chamada Pública nº 05/2020, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.834,99 (hum mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Diogenes Moser Paul (DN. 29/08/1981)	028.531.719-90 4.253.943	Substituição de Pessoal em face de exoneração do servidor titular.	03/06/2020 à 18/12/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 122/2020

Publicação Nº 2513855

PORTARIA no 122, de 03 de Junho de 2020.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Atendente de Odontologia.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatorios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a alteração da Lei Complementar nº 32 de 06/04/2004, através da Lei Complementar nº 117 de 13/12/2013 onde incluiu o Emprego Público de Atendente de Odontologia no Grupo II dos empregos permanentes;

Considerando-se a classificação desta candidata na Chamada Pública nº 05/2020, a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

A servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego de Atendente de Odontologia, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.834,99 (hum mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos):

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Elisa Silva de Brito Uber (DN. 07/06/1989)	038.331.371-69 7.522.847	Manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Saúde e Assistência Social.	03/06/2020 a 18/12/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 123/2020

Publicação Nº 2513866

PORTARIA no 123, de 03 de junho de 2020.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, no emprego de Operador de Trator Agrícola.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a classificação deste candidato na Chamada Pública nº 06/2020, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo devido a aquisição de um trator agrícola, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego de Operador de Trator Agrícola, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 1.623,25 (Um mil seiscentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Alan Diego De Pin Hager (DN. 26/03/1992)	080.732.339-08 4.787.277	Manutenção dos serviços da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	03/06/2020 a 29/01/2021

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de junho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 124/2020

Publicação Nº 2513868

PORTARIA no 124, de 03 de junho de 2020.

Designa servidor para fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 37/2020.

A Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações;
Considerando-se o disposto no Edital de Concorrência nº 82/2019; resolve:

DESIGNAR

O servidor ELIZEU RODRIGUES TAVARES, ocupante do cargo em Comissão de Secretario de Obras, Estradas e Serviços Urbanos para a fiscalização, acompanhamento e recebimento das etapas e definitivo do objeto do Contrato nº 37/2020 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA), PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MOBILIDADE URBANA NA RUA DUQUE DE CAXIAS COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO (FINISA), DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL MAIS COMPLEMENTAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de junho de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020

Publicação Nº 2512529

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 07/2020

Pregão Presencial nº 08/2020

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À FAMÍLIAS CARENTES ATENDIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor: MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	UND	180	AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, CONTENDO 1 (UMA) UNIDADE DE CADA SUBITEM ABAIXO:		R\$ 85,66	R\$ 15.418,80
1.1	PCT	180	ARROZ TIPO I, CLASSE LONGO FINO, SUBGRUPO PARBOILIZADO (EMBALAGEM COM 5 KG).	KIKA	R\$ 12,42	R\$ 2.235,60
1.2	LIT	180	ÓLEO DE SOJA (EMBALAGEM COM 900 ML).	COCAMAR	R\$ 4,31	R\$ 775,80
1.3	PCT	180	CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO (EMBALAGEM COM 500 G).	ODEBRECHT	R\$ 7,46	R\$ 1.342,80
1.4	KG	180	FEIJÃO, CLASSE PRETO, TIPO I (EMBALAGEM COM 1 KG).	URGENTE	R\$ 5,61	R\$ 1.009,80
1.5	LAT	180	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO (EMBALAGEM COM 400 G).	PIRACANJUBA	R\$ 10,44	R\$ 1.879,20
1.6	KG	180	SAL REFINADO, IODADO (EMBALAGEM COM 1 KG).	MARFIM	R\$ 1,85	R\$ 333,00
1.7	CX	180	SABÃO EM PÓ (EMBALAGEM COM 1KG).	CLASS	R\$ 6,14	R\$ 1.105,20
1.8	KG	180	MACARRÃO COM OVOS, TIPO PARAFUSO (EMBALAGEM COM 1 KG).	DIANA	R\$ 5,49	R\$ 988,20
1.9	PT	180	MARGARINA 65% DE LIPÍDIOS (EMBALAGEM COM 500 G).	DELÍCIA	R\$ 3,49	R\$ 628,20

1.10	PT	180	DOCE DE FRUTAS, SABOR BANANA, MORANGO E/OU ABÓBORA COM COCO (EMBALAGEM COM 400 G).	LUISALVENSE	R\$ 3,79	R\$ 682,20
1.11	PCT	180	AÇÚCAR REFINADO (EMBALAGEM COM 5 KG).	CARAVELAS	R\$ 12,73	R\$ 2.291,40
1.12	PCT	180	FARINHA DE TRIGO, TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (EMBALAGEM COM 5 KG).	DOMÉSTICA	R\$ 11,93	R\$ 2.147,40
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 15.418,80	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 06 de março de 2020.

Doutor Pedrinho/SC, 04 de junho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

PAUTA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2513870

PAUTA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 08 DE JUNHO DE 2020 –

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Mensagem Retificativa nº 01/2020 ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2020 – “Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Doutor Pedrinho no Consórcio Interfederativo Catarinense – CINCATARINA e dá outras providências;

- Segunda votação nominal;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VI – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2020.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO

Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO

Assessoria Legislativa (FG)

Entre Rios

PREFEITURA

DECRETO Nº 053/2020

Publicação Nº 2513106

Decreto nº053 de 01 de junho de 2020

ALTERA O DECRETO 032/2020 E ESTABELECE NOVO LIMITE DE GASTOS COM O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE CATARINENSE – CIS-AMOSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, que o Município de Entre Rios/SC é signatário do protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, mediante autorização da Lei Municipal nº 413/2008;

CONSIDERANDO, que por força do artigo 2º da Lei Municipal nº 639/2015, foi autorizado o Chefe do Poder Executivo expedir ato regularizando os limites de gastos anuais em relação ao convênio firmado no protocolo de intenções que se refere a Lei nº 413/2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que esta Municipalidade poderá despendar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o limite de gastos no valor máximo de R\$ 224.274,90 (duzentos e vinte e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais com noventa centavos), para o exercício de 2020.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de junho de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO 035-2020 PMER

Publicação Nº 2512486

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 035/2020-PRE

PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº. 020/2020 – Sistema de Registro de Preços

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro no município de Entre Rios/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do MENOR PREÇO POR LOTE, tendo por finalidade a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM MATERIAIS PARA A CONFECÇÃO E RECOLOCAÇÃO DE PAVES (CALÇADAS) EM RUAS DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS-SC, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pela Pregoeiro e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal de nº. 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 10h30min (horário oficial de Brasília) do dia 17 de JUNHO de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, Centro, da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura do envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 10h35min (horário oficial de Brasília), do dia 17 de JUNHO de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço do item “1.2” do edital.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

1.5 – O horário de abertura da proposta e documentação prevista no item “1.3” poderá ser alterado mediante necessidade justificada.

Entre Rios, SC, 01 de JUNHO de 2020.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 041, DE 29 DE MAIO DE 2020.

Publicação N° 2512709

DECRETO N.º 041, de 29 de Maio de 2020.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 466/19, de 13/11/2019 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a saber:

07.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0039.2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.71.00.00.00.00.0080 (72) – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 4.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 4.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de Maio de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 04

Publicação N° 2513012



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO FAXINAL DOS GUESDES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO: N° 04 / 2020

O Município de Faxinal dos Guedes/SC vem através deste edital notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros, confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de **LOTEAMENTO BARRA GRANDE II, EM FORMATO DE REUB-S E PARTE DO NÚCLEO POR MEIO DE REURB-E, ATRAVÉS DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA** conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este Loteamento denominado de Barra Grande II está em fase de Regularização Fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes no Referido Loteamento bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da **matrícula n° 26.924 e transcrição n° 11.015**, registradas na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê/SC.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento Barra Grande II conforme **Matrícula n° 26.924 e transcrição n° 11.015** com área de lotes de 23.404,70 m², ambas registradas na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê - SC, de **Propriedade da Associação de Moradores de Barra Grande e Anibal Valentin Rossi e Outros**, com as seguintes configurações:

IMÓVEL:	Loteamento Barra Grande II		
PROPRIETÁRIO:	Associação de Moradores de Barra Grande / Anibal Valentin Rossi		
CARTÓRIO:	Xanxerê - SC	CNS:	10.758-1
ÁREA MATRICULADA:	Matrículas 26.924, 34.418 e Transcrição 11.015 do ORI de Xanxerê - SC		
ÁREA TOTAL DE LOTES:	23.404,70 m²		
QUANTIDADE TOTAL DE LOTES:	28	QUANTIDADE TOTAL DE QUADRAS:	5
LOCAL:	MUNICÍPIO:	COMARCA:	ESTADO:
Barra Grande	Faxinal dos Guedes	Xanxerê - SC	Santa Catarina - SC
ESCALA:	DATA:	DATUM:	Coordenadas e Azimutes:
1/750	Abril de 2.020	Sirgas2000/UTM	UTM



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO FAXINAL DOS GUESDES

RESUMO ÁREAS DAS QUADRAS	
QUADRA 10:	753,00 m²
QUADRA 09:	7.610,09 m²
QUADRA 02:	2.603,13 m²
QUADRA 03:	7.825,88 m²
QUADRA 17:	4.612,60 m²
ÁREA TOTAL DE LOTES:	23.404,70 m²

Artigo 1.2 Com uma área de lotes a regularizar de 23.404,70 m², sendo essa uma área, com uma concentração de 28 Lotes Urbanos de mais de 28 famílias ali residindo e com uma população de 112 pessoas situado no Loteamento Barra Grande, no Município de Faxinal dos Guedes - SC, que são atendidos pela Rua 1 de Maio, Rua 12 de Outubro, Rua 25 de Dezembro, Rua 21 de Abril e Rua 26 de Janeiro, que passarão ao Domínio Público Municipal de acordo com a Tabela de metragens acima citadas.

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídos na área tais quais:

- A comunidade é atendida pela Escola de Educação Básica;
- Arruamentos com partes das vaíias;
- Energia Elétrica;
- Água potável;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos sendo realizados semanalmente pelo Município;
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e VIVO;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público coletivo entre outros;
- Área a ser regularizada está totalmente integrada ao perímetro urbano municipal;
- Áreas de Lazer e institucionais presentes na localidade.

Artigo 03: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

Artigo 03.1: Os confinantes externos terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

- MATRICULA N° 28.839, propriedade de JOÃO FRANCISCO BAGESTON MORAIS;
- MATRICULA N° 23.586, propriedade de PAULO JOSÉ MEDEIROS E ELIZANDRA GUBERT;
- MATRICULA N° 22.404, propriedade de JOSÉ CARLOS STRAPAZZON;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO FAXINAL DOS GUEDES

- MATRICULA Nº 22.087, propriedade de ELISEU DASSI E ALCEU FERNANDES DE OLIVEIRA;
- MATRICULA Nº 15.118, propriedade de NEURI IOP E NERI IOP;
- MATRICULA Nº 26.924, propriedade de SEBASTIÃO MACHADO, LUIZ PADOAN, VALDIR GONÇALVES, OLIVIO CARDOSO DE OLIVEIRA;
- MATRICULA Nº 11.012, propriedade de ADÃO TIECHER E NAIR ALVES HOFFMANN ZANON;
- MATRICULA Nº 15.120, propriedade de MADEIREIRA BARRA GRANDE;
- MATRICULA Nº 23.555, propriedade de DIRCEU BELAVER;
- MATRICULA Nº 9.566, 23.491, 11.015 propriedades de ANIBAL VALENTIN ROSSI;

Artigo 04: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da **Prefeitura Município de Faxinal dos Guedes**, endereçada ao Prefeito Municipal e a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

Artigo 05: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

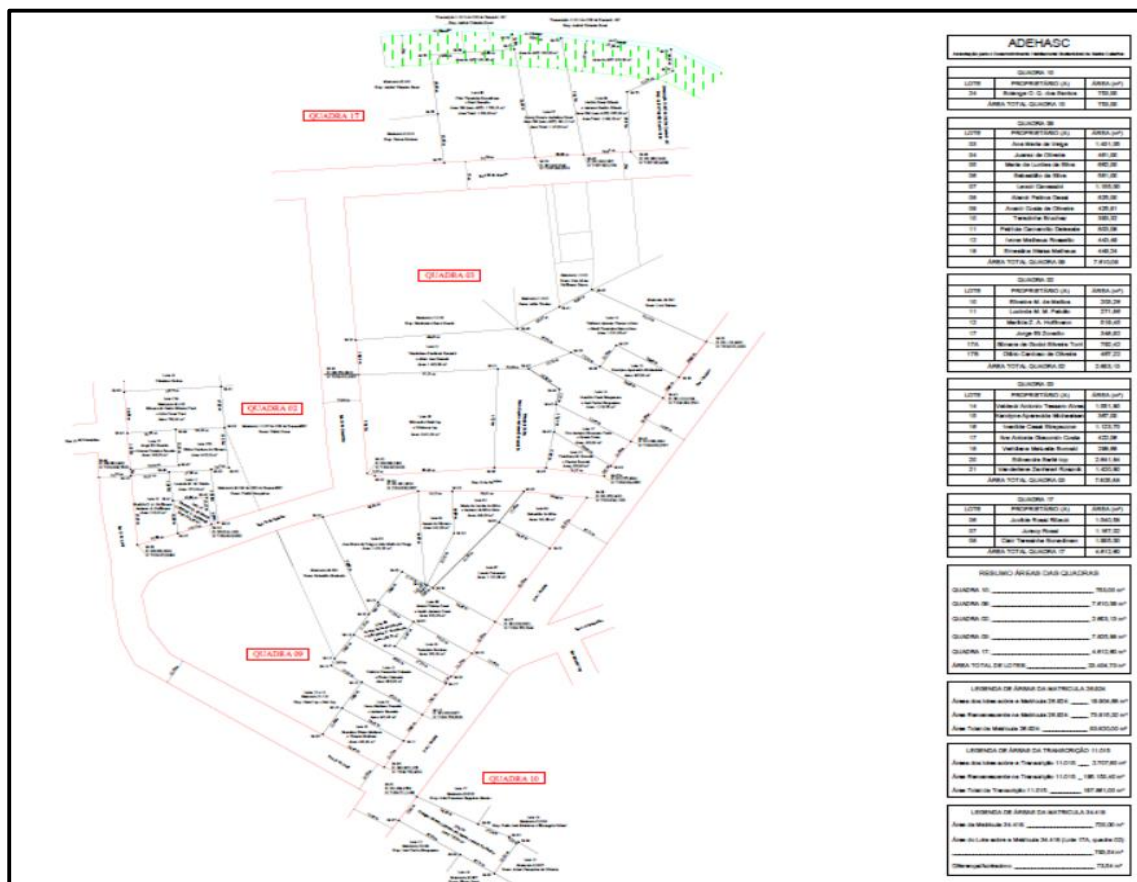
FAXINAL DOS GUEDES/SC, 5 de junho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito de Faxinal dos Guedes - SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO FAXINAL DOS GUESDES

ANEXO II – PLANTA BAIXA E MAPA DO LOTEAMENTO



Flor do Sertão

PREFEITURA

LEI Nº 716/2020

Publicação Nº 2512831

LEI Nº 716/2020

ALTERA O QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO ANEXO I DA LEI Nº 635/2015 QUE DISPÕE sobre o Sistema de Carreira na Administração Municipal E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

ART. 1º - O Artigo 5º da Lei Municipal nº 635/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

ART. 5º – Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração que integrarão os quadros de pessoal da administração pública municipal são os previstos nos Anexos I e III da Lei 635/2015.

ART. 2º - O quadro de cargos do ANEXO I - CARGOS COMISSIONADOS, com carga horária de 40 HORAS SEMANAIS passa a vigorar com a seguinte redação;

ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS – 40 HORAS SEMANAIS

CARGOS	VAGAS	VENC. BASE
Secretário Municipal	07	5.036,09
Agente de Controle Interno	01	5.036,09
GMC (Gerente Municipal de Convênios)	01	4.382,33
Superintendente de Cultura, Esportes e Lazer	01	4.382,33
Chefe de gabinete e assessor de comunicação	01	4.382,33
Diretor	05	3.132,01
Assessor Especial I	02	2.929,93
Assessor Especial II	02	2.121,66
Assessor de Planejamento I	06	1.534,66
Assessor de Planejamento II	02	1.278,90
Assessor de Administração I	02	1.207,44
Assessor de Administração II	02	994,37
	32	

ART. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal ficando revogadas as disposições em contrário.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 02 dias do mês de junho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4977/2020

Publicação N° 2513191

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N° 4977, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

“ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos V e XXIV do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, a partir de 08 de junho de 2020, horário de expediente em dois turnos, compreendidos das 07h00 às 13h00 e das 12h00 às 18h00, de segundas a sextas-feiras, nas seguintes Secretarias Municipais: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e no Departamento de Cultura e Esporte.

Parágrafo único. A Secretária Municipal definirá a escala e o horário de expediente dos servidores públicos municipais subordinados dentro do turno autorizado.

Art. 2º Fica estabelecido ainda que a partir de 08 de junho de 2020, o horário de expediente na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos Municipais será das 12h00 às 18h00 de segundas a sextas feiras.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de junho de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul-SC, em 04 de junho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 54/2020

Publicação N° 2512475

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 54/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 25/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – FH TREINAMENTOS E PREPAROS DE DOCUMENTOS EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de readequação do projeto de pavimentação asfáltica no Município de Forquilha/SC.

Item 01: Elaboração do projeto de uma rotatória no KM 384+140,00m da Rodovia Estadual Maxiliano Gaidzinski (Rod. Gabriel Arns) – SC 108, interseção em nível com a Rod. Municipal Vante Rovaris, Bairro Ouro Negro, Forquilha SC.

Item 02: Elaboração de projetos de pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização viária vertical e horizontal e acessibilidade de passeios públicos em área urbana e em logradouros públicos do município de Forquilha, com levantamento topográfico e cadastral, serviços de topografia para primeira locação e marcação altimétrica, serviços de laboratório de solos e pavimentação. (Rua José Eyng – Bairro Santa Isabel).

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução de serviços, objeto do Contrato n°. 25/PMF/2020 passando de 31/05/2020 para 30/07/2020.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei n° 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 25 de maio de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

011 - AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011_2020-FMS

Publicação Nº 2513463

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2020 – FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0019/2020 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo (SC), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, torna público a Dispensa de Licitação nº 0011/2020, nos seguintes termos: Objeto: Dispensa de Licitação para Aquisição de Equipamento de Proteção Individual para o enfrentamento do COVID – 19. Contratada: ANDREAS MICHAEL MEDEIROS EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº 32.527.410/0001-81. Prazo de Vigência: 01 a 30 de junho de 2020. Valor Total com Recurso Vinculado: R\$ 184.440,80 (cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos) Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal 13.979/2020.

Fraiburgo(SC), 04 de junho de 2020.

Ayres Nogueira Junior – Secretário de Saúde

DECRETO Nº 127 - 2020

Publicação Nº 2513103

DECRETO Nº 127, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (114)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (112)	R\$	5.800,00
3.3.93 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0200 (113)	R\$	3.200,00
4.4.93 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (115)	R\$	1.000,00
TOTAL	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 04 DE JUNHO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3162 e 05/06/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO DE CONVÊNIO 0001-2020- POLICIA MILITAR - DOM

Publicação N° 2513066

EXTRATO DO CONVÊNIO N° 0001/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

CONVENIADA: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Objeto: Convênio tem como objeto o repasse de auxílio financeiro de R\$ 9.372,39 (nove mil trezentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos) à Conveniada, para aquisição de um fuzil calibre 5.56 e de munições para habilitar os policiais no uso deste armamento.

Fundamento: Lei Municipal n° 2484, de 03 de junho de 2020, no inciso IV, do Art. 7° da Lei Complementar n° 381, de 07 de maio de 2007 e no Decreto n° 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto n° 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria n° 0242/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016. Vigência: 1 (um) ano a partir da publicação no DOE.

Fraiburgo (SC), 04 de junho de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Municipal Fraiburgo

PORTARIA 08312020

Publicação N° 2513064

PORTARIA N° 0831, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de LILIANE LOPES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n° 106.881.279-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de junho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS A PUBLICAR 2020

Publicação N° 2513068

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal n° 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04.05.2020	FNDE	PNAE – Alimentação Escolar - AEE	1.335,60
08.05.2020	FNAS	Ações do COVID no SUAS para EPI	12.075,00
08.05.2020	FNAS	Ações do COVID no SUAS para Acolhimento	123.600,00
08.05.2020	FNDE	PNATE	5.549,41
14.05.2020	FNDE	Salário Educação	194.635,71
19.05.2020	FNAS	Prot. Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19	66.000,00
19.05.2020	FNAS	Prot. Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19	46.305,48
19.05.2020	FNAS	IGDBF	5.001,50
27.05.2020	FNS	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.246,55
02.06.2020	FNS	SAMU	21.919,00
02.06.2020	FNS	MAC	143.463,76
03.06.2020	FNS	FARMÁCIA BÁSICA	17.917,81
03.06.2020	FNS	APS INFORMATIZAÇÃO	15.300,00
03.06.2020	FNS	APS DESEMPENHO	45.856,11
03.06.2020	FNS	APS TRANSIÇÃO	18.069,65
03.06.2020	FNS	APS CAPTAÇÃO	170.354,30
03.06.2020	FNS	APS AÇÕES ESTRATÉGICAS	12.000,00
03.06.2020	FNS	HEPATITES	2.500,00

Secretaria de Finanças



Garopaba

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA PE031/2020

Publicação Nº 2513943

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020
PROCESSO Nº 014/2020

O Município de Garopaba, através Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 031/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 25/05/2020 e realizado às 14h10min do dia 04/06/2020, que teve por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços.

Garopaba, 04 de junho de 2020.
Ana Carolina Pereira
Pregoeira

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 129/2020

Publicação Nº 2513177

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA Nº. 129/2020; PROCESSO Nº 049/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA SERGIO DA SILVA-ME CNPJ Nº 24.817.911/0001-74 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERV. TÉCN. ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA: SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, LANTERNAGEM/PINTURA E CAPOTARIA NOS VEÍCULOS DA PMG E FMS, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE FÁBRICA VALOR: R\$210.000,00 DATA DA ASSINATURA: 04/06/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 130/2020

Publicação Nº 2513183

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA Nº. 130/2020; PROCESSO Nº 050/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP CNPJ Nº 07.174.735/0001-80 OBJETO: AQUISIÇÃO OXIGÊNIO MEDICINAL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GAROPABA VALOR: R\$139.000,00 DATA DA ASSINATURA: 04/06/2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº044/2020

Publicação Nº 2513171

EXTRATO DE CONTRATO 044/2020

PMG
PROCESSO Nº: 043/2020; MODALIDADE: PE016/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SAN MARINO ONIBUS LTDA; CNPJ Nº 93.785.822/0001-06; OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS COM ACESSIBILIDADE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 36 LUGARES + 01 MOTORISTA + 01 CADEIRANTE, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONVÊNIO 888359/2019 - PROPOSTA SICONV 042193/2019 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA); VALOR: R\$ 299.200,00; DATA DA ASSINATURA: 04/06/2020.

PORTARIA N.º 745/2020.

Publicação Nº 2513352

PORTARIA N.º 745, DE 04 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÕES DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente.

Considerando o Decreto Municipal nº. 087, de 26 de Março de 2020 Ficam as Secretarias Municipais autorizadas a remanejarem todos os servidores públicos que se mostrarem indispensáveis ao atendimento e ampliação das demandas da Secretaria Municipal da Saúde para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), autorizando-se, ainda, a contratação de profissionais da saúde, nos termos do art. 207, I, e art. 208, §1º, da Lei Complementar nº 1000/2005 c/c art. 3º, §1º, II e V, da Lei Federal nº 8.745/93, para viabilizar os atendimentos e a eficaz prestação dos serviços públicos à população.

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR TEMPORARIAMENTE A LOTAÇÃO, nos termos do art. 17 A, do Decreto n.º 087/2020, dos servidores ANTONIO CARLOS DA SILVA, matrícula funcional n.º 3713, NAZARO CARDOSO, matrícula funcional n.º 6668 e AMARILDO RODRIGUES, matrícula funcional n.º 0075, ocupantes de cargos de provimento efetivo de Motorista Caminhão/Auto/Ônibus, da Secretaria de Educação e Cultura para a Secretaria de Administração, do Município de Garopaba.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de Junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2020 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 746/2020.

Publicação Nº 2513353

PORTARIA N.º 746, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÕES DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente.

Considerando o Decreto Municipal nº. 087, de 26 de Março de 2020 Ficam as Secretarias Municipais autorizadas a remanejarem todos os servidores públicos que se mostrarem indispensáveis ao atendimento e ampliação das demandas da Secretaria Municipal da Saúde para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), autorizando-se, ainda, a contratação de profissionais da saúde, nos termos do art. 207, I, e art. 208, §1º, da Lei Complementar nº 1000/2005 c/c art. 3º, §1º, II e V, da Lei Federal nº 8.745/93, para viabilizar os atendimentos e a eficaz prestação dos serviços públicos à população.

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR TEMPORARIAMENTE A LOTAÇÃO, nos termos do art. 17 A, do Decreto n.º 087/2020, dos servidores BOBSON LUIZ FONSECA NUNES, matrícula funcional n.º 6662, DANIEL PEREIRA SILVA, matrícula funcional n.º 8507, CLOVIS ROBERTO HALBERSTADT, matrícula funcional n.º 8594, HENRIQUE MULLENMEISTER, matrícula funcional n.º 8508, ROGÉRIO DE OLIVEIRA AFONSO, matrícula funcional n.º 8510, GILSI MANOEL VALENTIM matrícula funcional n.º 8587, JONAS CABRAL matrícula funcional n.º 3752, ocupantes de cargo de Motorista Caminhão/Auto/Ônibus de provimento efetivo e contratos temporários da Secretaria de Educação e Cultura para a Secretaria de Saúde, do Município de Garopaba.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 08/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de Junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO LUCIANA DE ABREU CORREA
Prefeito Municipal Secretária de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2020 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 747/2020.

Publicação Nº 2513472

PORTARIA N.º 747, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, JULIO CESAR LISBOA ROSA, CPF n.º ***.***.079-43, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 03/06/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 03/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de junho de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 748/2020.

Publicação N° 2514012

PORTARIA N.º 748, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÕES DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente.

Considerando o Decreto Municipal nº. 087, de 26 de Março de 2020 Ficam as Secretarias Municipais autorizadas a remanejarem todos os servidores públicos que se mostrarem indispensáveis ao atendimento e ampliação das demandas da Secretaria Municipal da Saúde para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), autorizando-se, ainda, a contratação de profissionais da saúde, nos termos do art. 207, I, e art. 208, §1º, da Lei Complementar nº 1000/2005 c/c art. 3º, §1º, II e V, da Lei Federal nº 8.745/93, para viabilizar os atendimentos e a eficaz prestação dos serviços públicos à população.

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR TEMPORARIAMENTE A LOTAÇÃO, nos termos do art. 17 A, do Decreto n.º 087/2020, do ROBERTO CARLOS PEREIRA, matrícula funcional n.º 0120, ocupante de cargo de Motorista Caminhão/Auto/Ônibus de provimento efetivo da Secretaria de Educação e Cultura para a Secretaria de Infraestrutura, do Município de Garopaba.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 05/06/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de Junho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO	JAIR JOÃO RIBEIRO NETO
Prefeito Municipal	Secretário de Infraestrutura

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/06/2020 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PE016/2020

Publicação N° 2513491

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 16/2020 - PE
CNPJ: 82.836.057/0001-90 Praça Governador Ivo Silveira, 296 C.E.P.: 88495-000 - Garopaba - SC	Processo Administrativo: 43/2020 Processo de Licitação: 43/2020 Data do Processo: 04/03/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, PAULO SERGIO DE ARAUJO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2020
b) Licitação Nr.: 16/2020-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 03/06/2020
e) Data da Adjudicação: 01/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para fornecimento de ônibus com acessibilidade com capacidade mínima para 36 lugares + 01 motorista + 1 cadeirante, para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 013970 - SAN MARINO ONIBUS LTDA	<u>1</u>	0,0000	<u>299.200,00</u>
	1		299.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (142), 1.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (338)

Garopaba, 1 de Junho de 2020.

PAULO SERGIO DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS 003/2020

Publicação Nº 2513264

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 003/2020

MODALIDADE: Dispensa de Licitação- Processo FMS nº 007/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADO: SOUZA LAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.607.981/0001-28.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de pessoa jurídica com capacidade técnica para a realização de Exames Laboratoriais, emergenciais 24 horas, incluindo finais de semana e feriados, conforme solicitação médica dentro da Unidade de Pronto Atendimento do Município de Garuva, conforme Termo de Referência.

Valor: R\$12.810,00 (doze mil, oitocentos e dez mil reais)

VIGÊNCIA: 30/05/2020 a 29/08/2020

DATA DE ASSINATURA: 29/05/2020

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087/2020

Publicação Nº 2512538

PORTARIA Nº. 087 de 03 de junho de 2020.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar nelise dias vieira da silva – portadora do CPF nº 076.448.909-71, Diretora Administrativa da Unidade de Pronto Atendimento, para atuar como fiscal do contrato FMS nº 007/2020, firmado entre o Município de Garuva/Fundo Municipal de Saúde de Garuva e a Empresa SOUZA LAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 306 Sala 02, Centro, na cidade de Araquari - SC, inscrita no CNPJ nº: 03.607.981/0001-28, cujo objeto é “Contratação de pessoa jurídica com capacidade técnica para a realização de Exames Laboratoriais, emergenciais 24 horas, incluindo finais de semana e feriados, conforme solicitação médica dentro da Unidade de Pronto Atendimento do Município de Garuva, conforme Termo de Referência.”

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

Publicação Nº 2513715

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2020

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Gases Medicinais com Fornecimento de Cilindros em Regime de Comodato.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 08/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 19/06/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 19/06/2020.

LOCAL Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br. Íntegra do Edital nos sites: www.gaspar.sc.gov.br e www.comprasbr.com.br.

Gaspar (SC), 04/06/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 9.398, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513696

DECRETO Nº 9.398, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DISPENSA SERVIDOR ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 01º de junho de 2020, o servidor efetivo ARNALDO GONÇALVES MUNHOZ JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 030.087.699-85, do exercício de Função Gratificada de Supervisor de Atenção Básica, Nível I, da Secretaria Municipal de Saúde, designado pelo Decreto nº 7.561, de 11 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de junho de 2020.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.399, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513700

DECRETO Nº 9.399, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

EXONERA SILVANIA JANOELO DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA-GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 01º de junho de 2020, a servidora SILVANIA JANOELO DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 026.150.829-65, do cargo em comissão de Diretora-Geral de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social, ref. 64, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 9.360, de 16 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de junho de 2020.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

Publicação Nº 2513772

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2020
ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

ERRATA - Fica retificado o Extrato da Chamada Pública nº 002/2020, Publicado no DOM em 04/06/2020, Edição nº 3.161, página 395, conforme segue:

Onde se lê: A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e o Projeto de Venda deverá ocorrer até às 9h do dia 25/06/2020, no Depto. de Compras e Licitações do Município de Gaspar, com sede no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, na Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP: 89.110-082, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 25/06/2020 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do EDITAL no Depto. de Compras e Licitações ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br, sem custo. Leia-se: A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e o Projeto de Venda deverá ocorrer até às 9h do dia 24/06/2020, no Depto. de Compras e Licitações do Município de Gaspar, com sede no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, na Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP: 89.110-082, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 24/06/2020 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do EDITAL no Depto. de Compras e Licitações ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br, sem custo. Gaspar/SC, 04 de junho de 2020.

JORGE LUIZ PRUCINIO PEREIRA | Secretário Municipal de Educação

LEI Nº 4.060, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513710

LEI Nº 4.060, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 1.330, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 178 da Lei nº 1.330, de 13 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 178. [...]

[...]

§ 3º Excepcionalmente para o exercício de 2020, as parcelas com vencimento original em 20 de março e 20 de maio ficam com vencimento para 30 de junho de 2020; (NR)”

Art. 2º Fica acrescido o inciso VI ao artigo 223 da Lei nº 1.330, de 13 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 223. [...]

[...]

VI – excepcionalmente, exceto para impostos retidos na fonte:

a) para o período de apuração março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, fica com vencimento para 20 de julho de 2020;

b) para o período de apuração abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, fica com vencimento para 20 de agosto de 2020; e

c) para o período de apuração maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, fica com vencimento para 21 de setembro de 2020. (NR)”

Art. 3º Fica acrescida alínea “c” ao artigo 253 da Lei nº 1.330, de 13 de dezembro de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 253. [...]

[...]

c) excepcionalmente para o exercício de 2020, em duas parcelas anuais com vencimentos em 31 de agosto e 30 de novembro ou antes do início da atividade.

Art. 4º Os parcelamentos de débitos e as taxas municipais que venceram entre os dias 18 de março de 2020 a 18 de abril de 2020 terão seus vencimentos prorrogados em 90 (noventa) dias da data do seu vencimento original.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 03 de junho de 2020.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 6.313, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513057

PORTARIA Nº 6.313, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA DIANE RODRIGUES SILVEIRA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1086/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 05 de junho de 2019, a servidora DIANE RODRIGUES SILVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 010.089.809-27, ocupante do cargo de Diretora de ETA e ETE, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1086/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa LEO PLAHTYN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de junho de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.314, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513063

PORTARIA Nº 6.314, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA JOÃO CARLOS FRANCESCHI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 10176/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 10 de dezembro de 2019, o servidor JOÃO CARLOS FRANCESCHI, inscrito no CPF sob o nº 395.993.100-04, ocupante do cargo de Diretor de Resíduos Sólidos, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 10176/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Saneville Engenharia e Consultoria Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de dezembro de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.315, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513065

PORTARIA Nº 6.315, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA DIANE RODRIGUES SILVEIRA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1019/2015.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 1º de janeiro de 2017, a servidora DIANE RODRIGUES SILVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 010.089.809-27, ocupante do cargo de Diretora de ETA e ETE, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1019/2015, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Freitag Laboratórios Ltda. EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de janeiro de 2017.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA N° 6.316, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2513067

PORTARIA N° 6.316, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA DIANE RODRIGUES SILVEIRA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1095/2017.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 21 de novembro de 2017, a servidora DIANE RODRIGUES SILVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 010.089.809-27, ocupante do cargo de Diretora de ETA e ETE, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1095/2017, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e o Laboratório Beckhauser e Barros Ltda. Me.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de novembro de 2017.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA N° 6.317, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2513073

PORTARIA N° 6.317, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA KARINE MARQUES DE SOUZA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 10117/2018.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 02 de abril de 2020, a servidora KARINE MARQUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 083.135.889-00, ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Pessoas, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 10117/2018, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e o Servmed Clínica de Medicina do Trabalho Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de abril de 2020.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA N° 6.318, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2513076

PORTARIA N° 6.318, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA KARINE MARQUES DE SOUZA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1054/2017.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 02 de abril de 2020, a servidora KARINE MARQUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 083.135.889-00, ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Pessoas, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1054/2017, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e o Senior Sistemas S/A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de abril de 2020.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.319, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513078

PORTARIA Nº 6.319, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA JULIO CESAR DE OLIVEIRA MATOS PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 10111/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 23 de julho de 2019, o servidor JULIO CESAR DE OLIVEIRA MATOS, inscrito no CPF sob o nº 346.624.518-41, ocupante do cargo de Diretor de Eletromecânica e Automação, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 10111/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Agri-Lat Implementos Agrícolas Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 23 de julho de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.320, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513081

PORTARIA Nº 6.320, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA JANETE DA SILVA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1010/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 05 de agosto de 2019, a servidora JANETE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 304.232.289-00, ocupante do cargo de Diretor Administrativo, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1010/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e Rogério Venturi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de agosto de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.321, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513084

PORTARIA Nº 6.321, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA RICARDO MELATO PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1064/2017.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 24 de agosto de 2017, o servidor RICARDO MELATO, inscrito no CPF sob o nº 051.450.289-46, ocupante do cargo de Operador de Sistemas, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1064/2017, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Tecno Control Tecnologia e Sistemas Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 24 de agosto de 2017.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.322, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513089

PORTARIA Nº 6.322, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA VANDERLEI FISTAROL PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 10129/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 20 de agosto de 2019, o servidor VANDERLEI FISTAROL, inscrito no CPF sob o nº 576.270.109-34, ocupante do cargo de Diretor Operacional, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 10129/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Hexagon Artefatos de Cimento Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de agosto de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.323, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513093

PORTARIA Nº 6.323, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA JANETE DA SILVA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1011/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 20 de agosto de 2019, a servidora JANETE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 304.232.289-00, ocupante do cargo de Diretor Administrativo, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1011/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e Eliseu Krause.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de agosto de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.324, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513095

PORTARIA Nº 6.324, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA DIMAS FREITAS DE CARVALHO PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1069/2017.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 24 de junho de 2019, o servidor DIMAS FREITAS DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 226.932.748-93, ocupante do cargo de Chefe de Comunicação, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1069/2017, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Free-Reichert Comunicações Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 24 de junho de 2019.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

PORTARIA Nº 6.325, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513097

PORTARIA Nº 6.325, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA JOÃO CARLOS FRANCESCHI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1021/2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente interino do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 20 de março de 2020, o servidor JOÃO CARLOS FRANCESCHI, inscrito no CPF sob o nº 395.993.100-04, ocupante do cargo de Diretor de Resíduos Sólidos, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1021/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Vitaciclo S/A Logística Reversa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de março de 2020.

Gaspar, 02 de junho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente interino do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 48/2020

Publicação Nº 2513667

RESOLUÇÃO Nº 48/2020

Autoriza a realização de audiência pública virtual para discussão do PL 91/2019 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 41, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o teor do ofício GV FDB nº 015/2020, subscrito pela Vereadora Franciele Daiane Back;

Considerando a necessidade de prevenção à infecção e à propagação no novo coronavírus [Sars-Cov-2], causador da doença respiratória Covid-19;

Considerando o teor das medidas decretadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus [Sars-Cov-2];

Resolve:

Art. 1º Fica autorizada a realização de audiência pública para discussão apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 91/2019, "Que altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006".

Art. 2º A audiência pública de que trata esta Resolução será realizada no dia 4 de junho de 2020, às 17h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Gaspar, com acesso virtual disponibilizado nas páginas da Câmara Municipal de Gaspar na Internet (camaragaspar.sc.gov.br), Facebook (@camaramunicipalgaspar) e YouTube (Câmara de Vereadores de Gaspar).

Art. 3º Poderão participar da audiência pública virtual de que trata esta Resolução os membros dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, dos setores governamentais, das organizações de classe, das empresas públicas e privadas e demais munícipes.

§1º A presença de público no Plenário da Câmara Municipal de Gaspar durante a realização da audiência pública deverá respeitar o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade total do recinto.

§2º Com exceção dos assentos exclusivos destinados a cada vereador, os demais presentes no recinto do plenário deverão guardar distância mínima de duas cadeiras livres

Art. 4º A participação na audiência pública virtual observará os seguintes procedimentos:

I - é assegurado o direito de manifestação aos responsáveis pela organização e apresentação do objeto da audiência pública que estiverem no Plenário da Câmara Municipal de Gaspar, bem como aos que participarem de forma virtual;

II - as manifestações observarão a ordem sequencial do registro da intenção para manifestação, devendo ser informado o nome do manifestante;

III - o tempo para manifestação será definido em função do número de participantes, sendo assegurado o tempo máximo de dois minutos;

IV - o interessado que estiver participando de forma virtual deverá utilizar a ferramenta de comentários do Facebook, para questionamentos e outras manifestações;

V - não serão aceitos questionamentos ou manifestações não pertinentes ao tema da audiência pública.

Parágrafo único. O Presidente da audiência poderá reduzir ou estender o tempo estipulado para cada um dos participantes.

Art. 5º Todos os autorizados por esta Resolução a estarem no Plenário da Câmara Municipal de Gaspar durante a audiência pública deverão:

I - usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou de tecido de algodão;

II - higienizar as mãos com álcool em gel 70%, especialmente antes de manusearem quaisquer equipamentos.

Art. 6º Situações não previstas no procedimento da audiência pública virtual serão resolvidas pelo Presidente da Audiência.

Art. 7º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive a expedição de convites e publicações em jornal local, para a efetivação da audiência pública a que se refere esta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução ficará à disposição dos interessados na página da Câmara Municipal de Gaspar na Internet (www.camaragaspar.sc.gov.br).

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Gaspar, em 1º de junho de 2020.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR

PORTARIA Nº 39, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513490

PORTARIA Nº 39, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA RICARDO MELATO PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 102/2018.

CLEVERTON JOAO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 04 de junho de 2020, o servidor RICARDO MELATO, inscrito no CPF sob o nº 051.450.289-46, ocupante do cargo de Operador de Sistema, para atuar como Fiscal do Contrato nº 102/2018, firmado entre o Município de Gaspar o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e a empresa A4 Digital Print LTDA - EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de janeiro de 2018.

Gaspar, 04 de junho de 2020.

CLEVERTON JOAO BATISTA

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 40, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513497

PORTARIA Nº 40, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA GILBERTO DELLANDREA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1018/2019.

CLEVERTON JOAO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 04 de junho de 2020, o servidor GILBERTO DELLANDREA, inscrito no CPF sob o nº 452.157.319-34, ocupante do cargo de Chefe de Frota, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1018/2019, firmado entre o Município de Gaspar o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e a empresa Gente Seguradora S/A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de fevereiro de 2019.

Gaspar, 04 de junho de 2020.
CLEVERTON JOAO BATISTA
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 41, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513514

PORTARIA Nº 41, DE 04 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA JANETE DA SILVA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1030/2018.

CLEVERTON JOAO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 04 de junho de 2020, a servidora JANETE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 304.232.289-00, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1030/2018, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e a empresa Intersept Vigilância e Segurança Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de março de 2018.

Gaspar, 04 de junho de 2020.
CLEVERTON JOAO BATISTA
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 42, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513521

PORTARIA Nº 42, DE 04 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA JULIO CESAR DE OLIVEIRA MATOS PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1030/2020.

CLEVERTON JOAO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 04 de junho de 2020, o servidor JULIO CESAR DE OLIVEIRA MATOS, inscrito no CPF sob o nº 346.624.518-41, ocupante do cargo de Diretor de eletromecânica e automação, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1030/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e a empresa Tecno Control Tecnologia e Sistemas Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de abril de 2020.

Gaspar, 04 de junho de 2020.
CLEVERTON JOAO BATISTA
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 43, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513527

PORTARIA Nº 43, DE 04 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA JANETE DA SILVA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1094/2018.

CLEVERTON JOAO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 04 de junho de 2020, a servidora JANETE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 304.232.289-00, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1094/2018, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e a empresa Orbenk Organização e Serviços Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 29 de maio de 2018.

Gaspar, 04 de junho de 2020.
CLEVERTON JOAO BATISTA
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2020 - POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPACTÁVEIS DOMICILIARES E COMERCIAIS (COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES) PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO**

Publicação Nº 2513447

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2020

POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPACTÁVEIS DOMICILIARES E COMERCIAIS (COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES) PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Aos 4 dias do mês de junho do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) COLETOR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, estabelecida à Estrada RS 030, nº 7009, Tramandaí/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 14.416.685/0001-66, neste ato representado pelo(a) Iury Meirelles Konrath, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 034.131.330-04, portador(a) do RG n.º 4115115448, para POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPACTÁVEIS DOMICILIARES E COMERCIAIS (COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES) PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 33/2020, objeto do Processo 33/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para locação de Caminhão para os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares e comercial (com características domiciliares)), sendo o valor diário de 01(um) caminhão para a prestação dos serviços durante a alta temporada	Diária	720	833,3333	600.000,00
	temporada (caminhão compactador com capacidade mínima de 15m³, com motorista), para atender as necessidades do Município de Governador Celso Ramos.				
2	Contratação de empresa para locação de Caminhão para os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares e comercial (com características domiciliares), sendo o valor diário de 01(um) caminhão para a prestação dos serviços durante a alta temporada (caminhão compactador com capacidade mínima de 15m³, com motorista e com ajudante, sendo, no mínimo, três garis), para atender as necessidades do Município de Governador Celso Ramos.	Diária	720	1.013,8889	730.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 04 de Junho de 2020.

COLETOR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N 51-2020 - ISADORA

Publicação Nº 2514136

CONTRATO N. 51/2020
(de 29 de maio de 2020)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e ISADORA BUSSOLO HEINZEN brasileira, solteira, portadora do CPF n. 087.221.209-20 e do RG n. 5.303.580, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 291, Bairro Centro, Cidade de Grão Pará/ SC, doravante denominada LOCADORA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Locação de uma sala de 235m (duzentos e trinta e cinco metros), localizada na Rua Barão do Rio Branco, Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, para funcionamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA – Tubarão – Unidade Descentralizada de Grão-Pará.

CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, a locadora receberá o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais até o término da vigência contratual que se dará em 31/12/2020.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 29 de maio de 2020 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la a locadora quando do término ou rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:
06.01.2.016.3.3.90.36.15.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 73);

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 27/2020 – Edital de Dispensa de Licitação n. 17/2020-DL, de 29/05/2020.

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a locadora sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente

este contrato e aplique outras sanções;

b) Advertência escrita;

c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A locadora não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 29 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

ISADORA BUSSOLO HEINZEN

Locadora

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 52-2020 - TEREZINHA COSTA KOCH

Publicação N° 2514137

CONTRATO N° 52/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.558.149/0001-55, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, doravante denominado CONTRATANTE, e, por outro lado, TEREZINHA COSTA KOCH, residente na Estrada Geral Capivaras do Meio, s/n, município de Grão-Pará/SC, portadora do CPF nº 018.281.469-60, doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e na Chamada Pública nº 01/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais de Ensino, a serem pagos com verba do FNDE/PNAE, a partir da assinatura deste Contrato até 31/12/2020, de acordo com a Chamada Pública nº 01/2020, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato, denominada CONTRATADA, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA FORNECEDORA deverá informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar em, no máximo, 30 dias, após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

A entrega do produto inicia-se, imediatamente, após assinatura deste Contrato, sendo o prazo final do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2020.

a. A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais, dias e quantidades conforme solicitação de compra, da Chamada Pública nº 01/2020.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

c. A entrega deverá ser nas segunda-feira.

d. as quantidades a serem entregues deverão ser em pacotes de 2kg e 5kg, conforme solicitação de compras.

CLÁUSULA SEXTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar,

a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 14.175,00 (quatorze mil e cento e setenta e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR	2. CPF	3. DAP	4. PRODUTO	5. UNIDA-DE	6. QUANTIDADE/ UNIDADE	7. PREÇO PRO-POSTO	8. VALOR TOTAL
TEREZINHA COSTA KOCH	018.281.469-60	SDW0018281469600505201010	BATATA DOCE	KG	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
			BATATA INGLESA	KG	2000	R\$ 4,00	R\$ 8.000,00
			BRÓCOLIS	UN	200	R\$ 3,50	R\$ 700,00
			CEBOLA DE CABEÇA	KG	250	R\$ 4,50	R\$ 1.125,00
			CHUCHU	KG	150	R\$ 2,50	R\$ 375,00
			COUVE FLOR	UN	150	R\$ 3,00	R\$ 450,00
			COUVE FOLHA	MÇ	150	R\$ 2,50	R\$ 375,00
			PEPINO	KG	200	R\$ 4,00	R\$ 800,00
			OVOS	DZ	200	R\$ 6,75	R\$ 1.350,00
			ABOBRINHA PAULISTA	KG	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
VALOR TOTAL							R\$ 14.175,00

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula sexta, estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

06.01.2.048.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 102);

06.01.2.048.3.3.90.30.07.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 103);

06.01.2.049.3.3.90.30.07.00.00.00.0111 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 105);

06.01.2.050.3.3.90.30.07.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 107);

CLÁUSULA NONA

A CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

A CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento a CONTRATADA FORNECEDORA deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20, da Lei nº 11.947/2009, e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A CONTRATADA FORNECEDOR deverá guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA FORNECEDORA o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A CONTRATANTE em razão de interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar, unilateralmente, o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos da CONTRATADA;
- rescindir, unilateralmente, o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão da CONTRATADA;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa da CONTRATADA, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através da Nutricionista alocada na Secretaria referida, e do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 01/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Este Contrato poderá ser aditado, a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

As comunicações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício ou carta, que somente terá validade se enviado/a mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício ou carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

É competente o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 29 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

TEREZINHA COSTA KOCH
Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 53-2020 - GILMAR COSTA KOCH

Publicação Nº 2514138

CONTRATO Nº 53/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.558.149/0001-55, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, doravante denominado CONTRATANTE, e, por outro lado, GILMAR COSTA KOCH, residente na Estrada Geral Capivaras do Meio, s/n, município de Grão-Pará/SC, portador do CPF nº 018.321.109-07, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e na Chamada Pública nº 01/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais de Ensino, a serem pagos com verba do FNDE/PNAE, a partir da assinatura deste Contrato até 31/12/2020, de acordo com a Chamada Pública nº 01/2020, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato, denominado CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa

Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar em, no máximo, 30 dias, após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

A entrega do produto inicia-se, imediatamente, após assinatura deste Contrato, sendo o prazo final do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2020.

- a. A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais, dias e quantidades conforme solicitação de compra, da Chamada Pública nº 01/2020.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.
- c. A entrega deverá ser nas segunda-feira.
- d. as quantidades a serem entregues deverão ser em pacotes de 2kg e 5kg, conforme solicitação de compras.

CLÁUSULA SEXTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 19.880,00 (dezenove mil e oitocentos e oitenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR	2. CPF	3. DAP	4. PRODUTO	5. UNIDA- DE	6. QUANTIDADE/ UNIDADE	7. PREÇO PRO- POSTO	8. VALOR TOTAL
GILMAR COS- TA KOCH	018.321.109-07	SDW0018321109070710190246	AIPIM	KG	250	R\$ 3,00	R\$ 750,00
			ALFACE	UN	500	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
			BANANA BRANCA	KG	2500	R\$ 3,50	R\$ 8.750,0
			BETERRABA	KG	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
			CENOURA	KG	330	R\$ 3,50	R\$ 1.155,00
			REPOLHO	UN	300	R\$ 3,00	R\$ 900,00
			TEMPERO VERDE	MÇ	400	R\$ 2,50	R\$ 1.000,00
			TOMATE	KG	800	R\$ 5,50	R\$ 4.400,00
			VAGEM	KG	50	R\$ 3,50	R\$ 175,00
VALOR TOTAL							R\$ 19.880,00

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula sexta, estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 06.01.2.048.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 102);
- 06.01.2.048.3.3.90.30.07.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 103);
- 06.01.2.049.3.3.90.30.07.00.00.00.0111 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 105);
- 06.01.2.050.3.3.90.30.07.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 107);

CLÁUSULA NONA

A CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

A CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento ao CONTRATADO FORNECEDOR deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20, da Lei nº 11.947/2009, e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para

Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A CONTRATANTE em razão de interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar, unilateralmente, o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir, unilateralmente, o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através da Nutricionista alocada na Secretaria referida, e do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 01/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Este Contrato poderá ser aditado, a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

As comunicações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício ou carta, que somente terá validade se enviado/a mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício ou carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

É competente o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 29 de maio de 2020.

MARCIO BORBA BLASIVUS
Prefeito Municipal

GILMAR COSTA KOCH
Contratado

TESTEMUNHAS

DECRETO N. 28//2020

Publicação Nº 2514182

DECRETO Nº 28, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

“REVOGA DISPOSITIVO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 17/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o inciso III, do artigo 4º, do Decreto Municipal nº 17/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 04 de junho de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 04 de junho de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 09.20 CONTRATAÇÃO DE SEGURO FMS

Publicação N° 2513705

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°09/2020.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 18/20, Edital de Pregão Presencial N° 09/20. Tipo: Menor preço por item. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VEÍCULO NISSAN/MARCH PLACAS MJK 0953; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 18/06/20; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 18/06/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30 às 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 04 de JUNHO de 2020.

Daiane Dorigon,
Ordenadora do FMS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO CONCLUSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2019 FMS

Publicação Nº 2513101

ATA DA SESSÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2019 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Aos 04 dias do mês de junho de 2020 às 09:00h a pregoeira Sra. FERNANDA DE RESENDE RIEN MACHADO, designada pela Portaria nº 379/2019, resolve informar através de publicação no DOM/SC o resultado final do pregão n.º 53/2019 FMS.

Após análise da Equipe técnica nomeada pela Portaria n.º 514/2019 quanto as amostras apresentadas pelas licitantes, a pregoeira efetuou a desclassificação dos itens que foram reprovados.

Considerando a aprovação das licitantes nos itens, obteve-se o resultado conforme ANEXO I desta ata.

Considerando que as licitantes foram habilitadas na sessão pública ocorrida em 09/03/2020, atendendo a todos os requisitos previstos em edital a Sra. Pregoeira adjudicou conforme acima.

Em relação a intenção de recursos, passou-se a considerar o que segue:

Considerando o disposto no Decreto n. 1202, de 19 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de Guaramirim e definiu medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19).

Considerando a necessidade de finalização do pregão presencial n.º 53/2019 FMS, tendo em vista tratar-se de produtos necessários ao atendimento de pacientes do município.

Ficam intimados os licitantes para que se desejarem manifestem intenção de recurso, através do e-mail fernanda.machado@guaramirim.sc.gov.br, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

FERNANDA DE RESENDE RIEN MACHADO

Pregoeira

Portaria nº 379/2019

Anexo I – Relatório Final de Vencedores

Item: 1 Produto: 59255 - Abaixador de língua tipo espátula em madeira, descartável, formato convencional liso, com extremidades arredondadas, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento x 1,4 cm de largura x 0,5 mm de espessura. Embalado em pacotes com 100 peças. Embalagem apresentando dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar registro no MS e ANVISA. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$2,76	Lance	

Item: 2 Produto: 78431 - ADAPTADOR PARA FRASCO SISTEMA FECHADO. DISPOSITIVO PARA RETIRADA DE SOLUÇÕES, INDICADO PARA O ACESSO AOS RECIPIENTES DE SOLUÇÕES PARENTERAIS EM SISTEMA FECHADO. PONTA PERFURANTE, ASAS DE APOIO ANATÔMICAS, RÍGIDAS E RESISTENTES, DIÂMETRO INTERNO GRANDE. UTILIZADO PARA FRASCOS, BOLSAS E RECIPIENTES DE VIDRO, SEM USO DE AGULHAS, PERMITINDO A CONEXÃO COM SERINGAS. CONECTOR COM TAMPA QUE MANTÉM O SISTEMA FECHADO. PRODUTO ESTÉRIL E APIROGÊNICO, DE USO ÚNICO, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU NA PARTE POSTERIOR E POLIURETANO NA PARTE ANTERIOR. CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$0,56	Lance	

Item: 4 Produto: 71357 - Agulha descartável 20 x 5,5 hipodérmica, utilizada em procedimentos médicos, cirúrgicos ou ambulatoriais. Destina-se à injeção de substâncias medicamentosas ou à coleta sanguínea com finalidade de diagnóstico in vitro. Tamanho 24G 3/4" (Polegadas); Dimensões (milímetros): Diâmetro (Ø): 0,55 mm e comprimento: 20 mm. Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão. Composta de cânula com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizado, atóxica e apirogênica. Permitindo uma introdução suave e atraumática. O canhão permite acoplamento perfeito à seringa Luer Slip e Luer Lock. Capa protetora em formato cilíndrico. Capa e canhão de polímeros atóxicos. Apirogênico. Atóxico. Esterilizado a Óxido de Etileno. Fabricada de acordo com as boas normas de fabricação. Produto de uso único. Descartar após o uso. Proibido reprocessar. Embaladas individualmente. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA e/ou MS. Com prazo de validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$5,22	Lance	

Item: 6 Produto: 71359 - Agulha descartável 25 x 8 hipodérmica, utilizada em procedimentos médicos, cirúrgicos ou ambulatoriais. Destina-se à injeção de substâncias medicamentosas ou à coleta sanguínea com finalidade de diagnóstico in vitro. Tamanho 21G 1" (Polegadas); Dimensões (milímetros): Diâmetro (Ø): 0,80 mm e comprimento: 25 mm. Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão. Composta de cânula com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizado, atóxica e apirrogênica. Permitindo uma introdução suave e atraumática. O canhão permite acoplamento perfeito à seringa Luer Slip e Luer Lock. Capa protetora em formato cilíndrico. Capa e canhão de polímeros atóxicos. Apirrogênico. Atóxico. Esterilizado a Óxido de Etileno. Fabricada de acordo com as boas normas de fabricação. Produto de uso único. Descartar após o uso. Proibido reprocessar. Embaladas individualmente. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA e/ou MS. Com prazo de validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$5,22	Lance	

Item: 7 Produto: 71361 - Agulha descartável 30 x 7 hipodérmica, utilizada em procedimentos médicos, cirúrgicos ou ambulatoriais. Destina-se à injeção de substâncias medicamentosas ou à coleta sanguínea com finalidade de diagnóstico in vitro. Tamanho 22G 1 1/4" (Polegadas); Dimensões (milímetros): Diâmetro (Ø): 0,70 mm e comprimento: 30 mm. Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão. Composta de cânula com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizado, atóxica e apirrogênica. Permitindo uma introdução suave e atraumática. O canhão permite acoplamento perfeito à seringa Luer Slip e Luer Lock. Capa protetora em formato cilíndrico. Capa e canhão de polímeros atóxicos. Apirrogênico. Atóxico. Esterilizado a Óxido de Etileno. Fabricada de acordo com as boas normas de fabricação. Produto de uso único. Descartar após o uso. Proibido reprocessar. Embaladas individualmente. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA e/ou MS. Com prazo de validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$4,99	Lance	

Item: 9 Produto: 71363 - Agulha descartável 40 x 12 hipodérmica, utilizada em procedimentos médicos, cirúrgicos ou ambulatoriais. Destina-se à injeção de substâncias medicamentosas ou à coleta sanguínea com finalidade de diagnóstico in vitro. Tamanho 18G 1 1/2" (Polegadas); Dimensões (milímetros): Diâmetro (Ø): 1,20 mm e comprimento: 40 mm. Identificação dos calibres conforme Padrão Universal de Cores do canhão. Composta de cânula com bisel trifacetado em aço inoxidável, siliconizado, atóxica e apirrogênica. Permitindo uma introdução suave e atraumática. O canhão permite acoplamento perfeito à seringa Luer Slip e Luer Lock. Capa protetora em formato cilíndrico. Capa e canhão de polímeros atóxicos. Apirrogênico. Atóxico. Esterilizado a Óxido de Etileno. Fabricada de acordo com as boas normas de fabricação. Produto de uso único. Descartar após o uso. Proibido reprocessar. Embaladas individualmente. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA e/ou MS. Com prazo de validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$5,31	Proposta	

Item: 11 Produto: 79574 - AGULHAS PARA ACUPUNTURA TAMANHO 0,25 X 30 MM. CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E PERFEITAMENTE UNIFORME. AGULHA É COMPOSTA POR TRÊS PARTES DIFERENTES: LÂMINA, CABO E MANDRIL. CAIXA CONTENDO 1000 (MIL) UNIDADES, EMBALADAS EM BLISTER DE PVC RÍGIDO. CONTENDO 10 UNIDADES E TUBO APLICADOR. VALIDADE DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. ESTERILIZADAS A ÓXIDO DE ETILENO. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
3	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$125,00	Lance	

Item: 12 Produto: 79575 - AGULHAS PARA ACUPUNTURA TAMANHO 0,25 X 40 MM. CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E PERFEITAMENTE UNIFORME. AGULHA É COMPOSTA POR TRÊS PARTES DIFERENTES: LÂMINA, CABO E MANDRIL. CAIXA CONTENDO 1000 (MIL) UNIDADES, EMBALADAS EM BLISTER DE PVC RÍGIDO. CONTENDO 10 UNIDADES E TUBO APLICADOR. VALIDADE DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. ESTERILIZADAS A ÓXIDO DE ETILENO. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$125,00	Lance	

Item: 14 Produto: 72717 - Álcool etílico 70%, para uso externo, hospitalar. Antisséptico. Almotolia descartável contendo 100 ml, composto por álcool etílico e água purificada Q.S.P. produto líquido, incolor e isento de partículas visíveis a olho nu, volátil e inflamável. Validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Registro na ANVISA e/ou MS Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	430315 - MAYCON WILL EIRELI EPP	R\$1,49	Lance	

Item: 15 Produto: 71366 - Álcool etílico 70°, para uso externo, hospitalar. Antisséptico. Frasco contendo 1.000 ml, composto por álcool etílico e água purificada q.s.p. Produto líquido, incolor e isento de partículas visíveis a olho nu, volátil e inflamável. Validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Registro na ANVISA e/ou MS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	264016 - BRIOJARAGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA EPP	R\$3,69	Proposta	

Item: 17 Produto: 59912 - Almotolia plástica âmbar 250 ml. Frasco tipo almotolia, material em polietileno (plástico) âmbar, com graduação em ml, bico em cone reto longo, com tampa para proteção do bico, estreito, com rosca para conexão ao frasco. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado

9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$2,23	Lance	
Item: 18 Produto: 59911 - Almotolia plástica transparente 250 ml. Frasco tipo almotolia, material em polietileno (plástico) transparente, com graduação em ml, bico em cone reto longo, com tampa para proteção do bico, estreito, com rosca para conexão ao frasco. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$2,10	Lance	
Item: 19 Produto: 79577 - Antisséptico degermante. Aplicação uso hospitalar. Forma de apresentação frasco de 100 ml. Princípio ativo polivinilpirrolidona iodato (iodo ativo a 1%). Composição tensoativo aniônico solubilizante, estabilizante, corretor de pH. Registro na ANVISA. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$2,54	Proposta	
Item: 20 Produto: 79578 - Antisséptico tópico, (iodopovidona). Forma de apresentação frasco de 100 ml. Composição: Cada ml da solução contém iodopovidona 100mg e água purificada qsp. Registro Anvisa. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$2,25	Lance	
Item: 23 Produto: 76378 - APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL. APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL AUTOMÁTICO. VISOR DIGITAL EM LCD. APRESENTAR VÁLVULA DE LIBERAÇÃO AUTOMÁTICA DE PRESSÃO. BRAÇADEIRAS ERGONÔMICAS COM CIRCUNFERÊNCIA ADAPTÁVEL PARA BRAÇOS ENTRE 22 CM E 42 CM. FONTE DE ALIMENTAÇÃO PILHAS AAA. CONTER MANUAL DE INSTRUÇÃO E ESTOJO DE ARMAZENAMENTO. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 299 MMHG. GARANTIA DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
4	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$121,00	Lance	
Item: 27 Produto: 79580 - Aparelho para aspirar secreções. Portátil. Reservatório de vidro autoclavável, tampa de borracha, capacidade para no mínimo 3 litros. Motor monofásico com capacitor permanente 1/5 Hp. Proteção de Motor através de protetor térmico que desativa o conjunto no excesso de temperatura (religando quando a temperatura voltar ao normal). Baixo consumo de energia. Alimentação bivolt. Rotações 1.750 RPM . Amperagem: 2.4 A em 110 V e 1.25 A em 220 V. Compressor a pistão oscilante. Isento de lubrificação. Fluxo de 34 litros de ar p/ min (livre). Vácuo máximo: 25 polegadas de mercúrio (Hg). Possui filtro bactericida. Botão liga/desliga. Dimensões aproximadas 280 x 280 x 450 mm. Acompanhar acessórios (3 cânulas semi-curvas e 1,5m de tubo plástico cinza. Possuir registro na ANVISA. Manual do usuário. Certificado de garantia. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$1.461,72	Proposta	R\$1.461,00
Item: 32 Produto: 23427 - Avental descartável para realização de exames, confeccionado em não tecido 100% polipropileno, atóxico, antialérgico, sem mangas, com abertura frontal e tiras externas para fechamento, preferencialmente na cor rosa ou branco, pacote com 10 unidades, descartável, não estéril, qualidade superior, gramatura 30 ou 40, tamanho adulto, procedência nacional. Deve conter data de fabricação e número do lote. Unidade: PACOTE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$14,90	Lance	
Item: 33 Produto: 77693 - BISTURI ELÉTRICO DIGITAL. MODOS DE OPERAÇÃO MÍNIMOS: CORTE, BLEND E COAGULAÇÃO; SAÍDA BIPOLAR; 02 (DOIS) DISPLAYS INDEPENDENTES PARA CORTE E COAGULAÇÃO; ACIONAMENTO POR PEDAL OU CANETA; DISPLAY COM INDICAÇÃO DE QUALIDADE DE CONTATO DA PLACA DE RETORNO; PLACAS SIMPLES OU DUPLA COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA E INDICAÇÃO EM DISPLAY; FUNÇÃO STAND BY. ALARME DE SEGURANÇA; POTÊNCIA MÁXIMA: 150W. ALIMENTAÇÃO: 220V OU BIVOLT. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS. REGISTRO NA ANVISA. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30529115 - SERV SUL ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI EPP	R\$3.350,00	Proposta	
Item: 36 Produto: 59649 - BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10 CM X 100 M, GRAMATURA 60, ISENTO DE FUROS, INODORO, REPELENTE A LÍQUIDOS, RESISTENTE A RASGOS. FILME LAMINADO DE POLIPROPILENO COM OU SEM TINTA INDICATIVA PARA OS SEGUINTE PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO: VAPOR SATURADO, ÓXIDO DE ETILENO, E RADIAÇÃO, UTILIZADO PARA O EMPACOTAMENTO DE ARTIGOS MÉDICO-ODONTO-HOSPITALARES E ESTERILIZAÇÃO. CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE NA BORDA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$38,30	Lance	
Item: 38 Produto: 59651 - BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 20 CM X 100 M, GRAMATURA 60, ISENTO DE FUROS, INODORO, REPELENTE A LÍQUIDOS, RESISTENTE A RASGOS. FILME LAMINADO DE POLIPROPILENO COM OU SEM TINTA INDICATIVA PARA OS SEGUINTE PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO: VAPOR SATURADO, ÓXIDO DE ETILENO, E RADIAÇÃO, UTILIZADO PARA O EMPACOTAMENTO DE ARTIGOS MÉDICO-ODONTO-HOSPITALARES E ESTERILIZAÇÃO. CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE NA BORDA DO PRODUTO. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado

9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$77,47	Lance	
Item: 40 Produto: 71950 - BOLSA IMPERMEÁVEL MODELO APH. CONFECCIONADA DE NYLON E MANTA HIDRORREPELENTE. ALÇA COM PROTEÇÃO DE OMBRO REGULÁVEL. ALÇA PEGA MÃO COM PROTEÇÃO. ABERTURA PRINCIPAL COM ZÍPER E BOLSO INTERNO EM TELA DE POLIETILENO COM ZÍPER. CONTER INTERNAMENTE 05 (CINCO) DIVISÓRIAS FIXADAS COM VELCRO. CONTER EXTERNAMENTE 02 (DOIS) PEQUENOS, 02 (DOIS) BOLSOS MÉDIOS E 01 (UM) BOLSO GRANDE, SENDO ESTE COM 04 (QUATRO) DIVISÓRIAS E FUNDO FECHADO, CINTOS ELÁSTICOS DE FLEXÃO NO TAMPO DO BOLSO E ABERTURA TOTAL COM ZÍPER. CONTER LOGOTIPO CRUZ DA VIDA. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 48 X 18 X 26 CM (COMP. X LARG. X ALT.). Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$139,44	Proposta	R\$139,00
Item: 41 Produto: 59291 - Bota de Unna. Bandagem elástica, indicada para tratamento ambulatorial de úlcera venosa e edema linfático dos membros inferiores. Composta por bandagem de algodão e poliéster, óxido de zinco, acácia, glicerina, óleo de castor e vaselina branca, devendo se adaptar aos contornos da perna esticando suavemente e permanecendo flexível, na cor branca. Embalada individualmente, medindo no mínimo 10 cm x 9,4 cm. Registro na ANVISA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
5	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$18,50	Lance	
Item: 43 Produto: 78439 - CADEIRA MOCHO SEM ENCOSTO, COM RODÍZIOS (DE MINIMO 4), FABRICADA COM ASSENTO PRODUZIDO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE E REGULAGEM DE ALTURA FEITA POR MEIO DE SISTEMA A GÁS. REVESTIMENTO EM COURVIN, NA COR PRETA OU AZUL. ALTURA MÍNIMA DE 42 CM E MÁXIMA DE 54 CM. DIÂMETRO DO ASSENTO DE NO MINIMO 40 CM E ESPESSURA DE 08 CM. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$350,00	Proposta	
Item: 44 Produto: 153 - Caixa coletora para lixo contaminado de material perfurocortante, com capacidade para 03 (três) litros (útil entre 02 e 2,3 litros), confeccionada em papelão ondulado resistente à perfuração, com saco plástico e revestimento interno para descarte de objetos, com alças externas, tampa de segurança com sistema de abertura e fechamento prático e segurança ao manuseio. Com instruções de uso e montagem impressas externamente. Fabricado de acordo com a norma IPT NEA 55 e as normas ABNT RDC 306/2004, CONAMA NBR 7500 e 13.853. Embaladas em caixa de papelão com 10 unidades constando externamente os dados de identificação, procedência nacional e marca/fabricante. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$16,20	Lance	
Item: 45 Produto: 2241 - Caixa coletora para lixo contaminado de material perfurocortante, com capacidade para 07 (sete) litros (útil entre 5,3 e 6,2 litros), confeccionada em papelão ondulado resistente à perfuração, com saco plástico e revestimento interno para descarte de objetos, com alças externas, tampa de segurança com sistema de abertura e fechamento prático e segurança ao manuseio. Com instruções de uso e montagem impressas externamente. Fabricado de acordo com a norma IPT NEA 55 e as normas ABNT RDC 306/2004, CONAMA NBR 7500 e 13.853. Embaladas em caixa de papelão com 10 unidades constando externamente os dados de identificação, procedência nacional e marca/fabricante. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$26,00	Lance	
Item: 46 Produto: 8453 - Caixa coletora para lixo contaminado de material perfurocortante, com capacidade para 13 litros (útil entre 09 e 10,3 litros), confeccionada em papelão ondulado resistente à perfuração, com saco plástico e revestimento interno para descarte de objetos, com alças externas, tampa de segurança com sistema de abertura e fechamento prático e segurança ao manuseio. Com instruções de uso e montagem impressas externamente. Fabricado de acordo com a norma IPT NEA 55 e as normas ABNT RDC 306/2004, CONAMA NBR 7500 e 13.853. Embaladas em caixa de papelão com 10 unidades constando externamente os dados de identificação, procedência nacional e marca/fabricante. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$29,30	Lance	
Item: 51 Produto: 73553 - CAMPO CIRÚRGICO SEM FENESTRA 60 X 60 CM, NA COR BRANCA OU AZUL. INDICADO PARA USO EM CIRURGIAS EM GERAL PARA REVESTIR AS MESAS CIRÚRGICAS E O PACIENTE DURANTE A REALIZAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO FORMADO POR FIBRAS DE POLIPROPILENO 100% - SMS, GRAMATURA DE 40G E DIMENSÃO 60 CM X 60 CM. PRODUTO ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM SELAGEM UNIFORME QUE PROPORCIONA BARREIRA MICROBIANA, A MANUTENÇÃO DA ESTERILIDADE E A TÉCNICA DE ABERTURA ASSÉPTICA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE CONTER LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$2,45	Lance	
Item: 54 Produto: 79581 - Cânula orofaríngea tipo guedel, confeccionada em material PVC transparente flexível com inserto em PP. Kit contendo 06 peças (do nº 0 ao nº 5). Atender norma NBR ISO 5364. Registro na ANVISA e/ou Ministério da Saúde. Unidade: KIT				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$23,00	Proposta	

Item: 55 Produto: 79582 - Carro de emergência com gavetas, em chapa de aço reforçada (chapa 1,59mm) com tratamento anti-corrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó texturizada de alta resistência na cor bege claro. Gabinete com 04 gavetas com a frente em poliestireno. Possuir gaveta para medicamentos: a primeira gaveta possui divisória de poliestireno branco com 24 compartimentos para acomodação de medicamentos. Tempo com duas partes para acomodação de um aparelho e outro para manipulação de medicamentos. Trava com lacre: travamento simultâneo de todas as gavetas através de um único lacre numerado. Suporte que oferece bandeja dupla não giratória para instalação de cardioversor ou desfibrilador e o outro aparelho auxiliar como um monitor. Conjunto de tomadas tipo filtro de linhas com cinco saídas para ligação de aparelhos e cabo de extensão de 4 metros de comprimento. Tábua de massagem cardíaca em acrílico cristal de 6mm de espessura com suporte para sua fixação. Suporte para garrafa de oxigênio. Para-choque de borracha envolvendo todo o gabinete. Equipamento com Registro ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$1.611,00	Proposta	R\$1.610,00

Item: 59 Produto: 79586 - Catéter descartável para punção venosa periférica com dispositivo de segurança de proteção total da agulha 18G, confeccionado em poliuretano, com agulha em aço cirúrgico com ponta atraumática, com bisel triangulado e ponta trifacetada. Cânula em poliuretano com tiras radiopacas, aprotético, flexível. Câmara de refluxo para visualização do sangue transparente. Com sistema de segurança passivo, que minimiza acidentes com perfuro cortantes, de acordo com a NR 32, filtro hidrófobo na câmara de refluxo. Esterilizado em óxido de etileno, padronização de cores de acordo com norma NBR ISO 10555-5. Registro na ANVISA. Validade de 03 (cinco) anos a contar da data de entrega. Caixa com 100 unidades. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$155,00	Lance	

Item: 60 Produto: 79587 - Catéter descartável para punção venosa periférica com dispositivo de segurança de proteção total da agulha 20G, confeccionado em poliuretano, com agulha em aço cirúrgico com ponta atraumática, com bisel triangulado e ponta trifacetada. Cânula em poliuretano com tiras radiopacas, aprotético, flexível. Câmara de refluxo para visualização do sangue transparente. Com sistema de segurança passivo, que minimiza acidentes com perfuro cortantes, de acordo com a NR 32, filtro hidrófobo na câmara de refluxo. Esterilizado em óxido de etileno, padronização de cores de acordo com norma NBR ISO 10555-5. Registro na ANVISA. Validade de 03 (cinco) anos a contar da data de entrega. Caixa com 100 unidades. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$156,00	Lance	

Item: 61 Produto: 79588 - Catéter descartável para punção venosa periférica com dispositivo de segurança de proteção total da agulha 22G, confeccionado em poliuretano, com agulha em aço cirúrgico com ponta atraumática, com bisel triangulado e ponta trifacetada. Cânula em poliuretano com tiras radiopacas, aprotético, flexível. Câmara de refluxo para visualização do sangue transparente. Com sistema de segurança passivo, que minimiza acidentes com perfuro cortantes, de acordo com a NR 32, filtro hidrófobo na câmara de refluxo. Esterilizado em óxido de etileno, padronização de cores de acordo com norma NBR ISO 10555-5. Registro na ANVISA. Validade de 03 (cinco) anos a contar da data de entrega. Caixa com 100 unidades. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$156,00	Lance	

Item: 62 Produto: 79589 - Catéter descartável para punção venosa periférica com dispositivo de segurança de proteção total da agulha 24G, confeccionado em poliuretano, com agulha em aço cirúrgico com ponta atraumática, com bisel triangulado e ponta trifacetada. Cânula em poliuretano com tiras radiopacas, aprotético, flexível. Câmara de refluxo para visualização do sangue transparente. Com sistema de segurança passivo, que minimiza acidentes com perfuro cortantes, de acordo com a NR 32, filtro hidrófobo na câmara de refluxo. Esterilizado em óxido de etileno, padronização de cores de acordo com norma NBR ISO 10555-5. Registro na ANVISA. Validade de 03 (cinco) anos a contar da data de entrega. Caixa com 100 unidades. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$184,00	Lance	

Item: 66 Produto: 59507 - Coletor para secreção e urina, podendo adaptar o drenador no intermediário do dispositivo para incontinência urinária, frasco com tubo extensor com pinça corta fluxo, conector e tampa, capacidade para 1.200 ml com escala de graduação, transparente e suporte para sustentação, deve constar dados de identificação, lote e validade na embalagem. De acordo com as normas instituídas pela ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$2,73	Proposta	

Item: 67 Produto: 71376 - Coletor universal (pote) para coleta de material para realização de exames (urina, fezes, escarro), confeccionado em polipropileno, capacidades para 60 ml. Embalados individualmente. Estéril. Sem etiquetas. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$0,40	Lance	

Item: 75 Produto: 77697 - Desfibrilador cardíaco com seleção de energia até 360 joules, acesso fácil às pás para uso e reposição; entrada para sincronismo da onda r para cardioversão; carregador bivolt com bateria interna recarregável; com 01 cabo de força; e 01 cabo terra; e 01 jogo de pás externas adultas; manual de instruções em português. Possuir registro na anvisa. Garantia mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	265470 - CSE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - ME	R\$7.900,00	Lance	R\$7.850,00

Item: 76 Produto: 59311 - Destilador de água para uso laboratorial, com capacidade de reservatório de água destilada de 3,8 litros e reservatório de água comum de 04 (quatro) litros com duração de ciclo completa de até 06 (seis) horas, peso bruto de 04 kg. Deve conter chave liga/desliga, dimensões aproximadas de 27 cm x 33 cm x 27,6 cm. Voltagem de 220 V com potência de 600 W. Na cor branca. Apresentar registro de fabricação do produto e garantia mínima de 01 (um) ano a contar da data da entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30519268 - V.L. FUZETI - COMERCIAL - ME	R\$590,00	Proposta	

Item: 77 Produto: 71377 - DETECTOR FETAL PORTÁTIL, UTILIZADO PARA DETECTAR OS BATIMENTOS CARDÍACOS FETAIS, CICLAGEM DE 6.000 A 60.000, FREQUÊNCIA DE 2,0 A 2,25 MHZ, REALIZA AUSCULTA A PARTIR DA 10ª SEMANA, BOTÃO LIGA E DESLIGA COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS UM MINUTO SEM USO, REGULAGEM DE VOLUME, DISPLAY COM CONTADOR NUMÉRICO DIGITAL, MEDIDA DE BATIMENTOS CARDÍACOS DE 50 A 240 BCFPM, ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR, BATERIA 9V ALCALINA RECARREGÁVEL, CARREGADOR PARA BATERIA UTILIZA REDE ELÉTRICA 220V OU BIVOLT. DIMENSÕES MÍNIMAS: (L X P X A) 131 X 117 X 33 MM. GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30519268 - V.L. FUZETI - COMERCIAL - ME	R\$410,00	Proposta	

Item: 78 Produto: 77639 - Detergente enzimático para limpeza de artigos médicos hospitalares composto por 05 (cinco) enzimas: protease, peptidase, amilase, celulase e lipase. Detergente não iônico/aniônico, ph neutro, biodegradável, não corrosivo para metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecida para processos de limpeza manual ou automatizado, de ação rápida, volume de 1.000 ml, diluição de 2,0 ml por litro, pouca formação de espuma, sem odor agressivo na forma concentrada ou diluída. O produto deve ser notificado na ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
5	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$14,80	Lance	

Item: 79 Produto: 79597 - Diapasão com cursor 128 hz - Indicado para utilização em testes audiológicos de rotina. Fabricado em alumínio não magnético e resistente à corrosão. Cabo longo. Com fixador. Registro na Anvisa. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$88,69	Lance	

Item: 80 Produto: 54867 - DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINARIA Nº 04, COM EXTENSÃO, CONFECCIONADO EM P.V.C. ATÓXICO E FLEXÍVEL E PRESERVATIVO DE PURO LÁTEX, CONECTOR DE PVC, TUBO INCOLOR DE PVC CRISTAL. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$1,78	Lance	

Item: 82 Produto: 51523 - DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINARIA Nº06, COM EXTENSÃO, CONFECCIONADO EM P.V.C. ATÓXICO E FLEXÍVEL E PRESERVATIVO DE PURO LÁTEX, CONECTOR DE PVC, TUBO INCOLOR DE PVC CRISTAL, PRAZO DE VALIDADE 2 (DOIS) ANOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$1,76	Lance	

Item: 83 Produto: 78443 - DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, TIPO "SCALP", CALIBRE 19G, COM ASAS, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO. INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE CURTA DURAÇÃO (ATÉ 24 HORAS NA VEIA). ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUTO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. POSSUIR PROTETOR DA AGULHA QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE ATÉ O MOMENTO DE USO. TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO. CONECTOR LUER LOCK. REGISTRO NA ANVISA E POSSUIR DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$8,45	Proposta	

Item: 84 Produto: 71671 - DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, TIPO "SCALP", CALIBRE 21G, COM ASAS, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO. INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE CURTA DURAÇÃO (ATÉ 24 HORAS NA VEIA). ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUTO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. POSSUIR PROTETOR DA AGULHA QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE ATÉ O MOMENTO DE USO. TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO. CONECTOR LUER LOCK. REGISTRO NA ANVISA E POSSUIR DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$8,39	Lance	

Item: 86 Produto: 78445 - DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, TIPO "SCALP", CALIBRE 25G, COM ASAS, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO. INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE CURTA DURAÇÃO (ATÉ 24 HORAS NA VEIA). ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUTO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. POSSUIR PROTETOR DA AGULHA QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE ATÉ O MOMENTO DE USO. TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO. CONECTOR LUER LOCK. REGISTRO NA ANVISA E POSSUIR DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$8,44	Lance	R\$8,39

Item: 87 Produto: 78446 - DISPOSITIVO PARA INFUSÃO INTRAVENOSA, TIPO "SCALP", CALIBRE 27G, COM ASAS, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO. INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA, PARA INFUSÕES DE CURTA DURAÇÃO (ATÉ 24 HORAS NA VEIA). ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUTO DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. POSSUIR PROTETOR DA AGULHA QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE ATÉ O MOMENTO DE USO. TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO. CONECTOR LUER LOCK. REGISTRO NA ANVISA E POSSUIR DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$8,45	Proposta	

Item: 88 Produto: 79392 - DIU intrauterino de cobre TCU 380A - Dispositivo de polietileno flexível com formato em "T", de pontas arredondadas com um cilindro de cobre aplicado em cada um de seus braços. Espiral de fio de cobre enrolado em torno da haste do T e fio duplo de polietileno branco com aproximadamente 2 a 3 cm atado à sua extremidade. Produto de uso único. Esterilizado por radiação gama. Validade de no mínimo 07 anos da data de esterilização. Embalado individualmente. Possuir tubo de aplicação com guia móvel e êmbolo. Possuir manual de instrução, informação à paciente e cartão da paciente e do médico. Registro na ANVISA e/ou MS. Validade de no mínimo 05 anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$80,00	Lance	

Item: 89 Produto: 3417 - Eletrodo emborrachado e auto-adesivo 05 cm x 05 cm para eletroterapia, reutilizável, maleável, indicado para eletroestimulação de superfície. Pacote com no mínimo 04 (quatro) unidades. Registro na ANVISA e/ou MS. Garantia mínima de 03 (três) meses. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$18,19	Lance	

Item: 90 Produto: 3418 - Eletrodo emborrachado e auto-adesivo 09 cm x 05 cm para eletroterapia, reutilizável, maleável, indicado para eletroestimulação de superfície. Pacote com no mínimo 04 (quatro) unidades. Registro na ANVISA e/ou MS. Garantia mínima de 03 (três) meses. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$24,90	Proposta	

Item: 91 Produto: 78447 - ELETRODO EMBORRACHADO E AUTOADESIVO PARA ELETROTHERAPIA, REDONDO, COM APROXIMADAMENTE 3,2 CM DE DIÂMETRO, REUTILIZÁVEL, MALEÁVEL, INDICADO PARA ELETROESTIMULAÇÃO DE SUPERFÍCIE. PACOTE COM NO MÍNIMO 04 (QUATRO) UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA E/OU MS. GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) MESES. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$19,50	Lance	

Item: 92 Produto: 59546 - Eletrodo para monitorização cardíaca precordial adulto, descartável para realização de eletrocardiografia. Uso único, composto com espuma de polietileno, polivinilalcool coberto com silicone, gel sólido polímero sintético hidrofílico, pino metálico para encaixe de presilha e contra pino de Ag/AgCl. Usado para monitorizações de curta permanência até aproximadamente 48 horas. Embalagem com 50 unidades, contendo dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, lote, registro na ANVISA. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$11,70	Lance	

Item: 93 Produto: 59547 - Eletrodo para monitorização cardíaca precordial infantil, descartável para realização de eletrocardiografia. Uso único, composto com espuma de polietileno, polivinilalcool coberto com silicone, gel sólido polímero sintético hidrofílico, pino metálico para encaixe de presilha e contra pino de Ag/AgCl. Usado para monitorizações de curta permanência até aproximadamente 48 horas. Embalagem com 50 unidades, contendo dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, lote, registro na ANVISA. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$13,00	Proposta	

Item: 97 Produto: 59926 - Espadrado 10 cm x 4,5 m, composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Aplicação de massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Boa aderência para fixação, cor branca, protegido por uma camada de papel não aderente, isenta de impurezas, permeável aos gases, evitando maceração, bobina em plástico rígido, medindo 10 cm x 4,5 metros, embalagem unitária, acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, devendo apresentar na embalagem dados de identificação, lote e data de validade, procedência, apresentar isenção do registro no MS, apresentar registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
--------	------------	------------	----------	---------------

9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$5,70	Lance	
Item: 98 Produto: 51528 - Espátula de Ayres em madeira, resistente, utilizada para coleta de exames ginecológicos, pontas arredondadas, sem saliências ou imperfeições, descartável, medindo 18 cm de comprimento, pacote com 100 unidades, procedência nacional, deve conter na embalagem número do lote e data de fabricação. Unidade: PACOTE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$6,25	Lance	
Item: 99 Produto: 59928 - Espéculo vaginal tamanho G, descartável, para exame ginecológico, parafuso fechado, impulso do espéculo feito pelo poliéstero transparente elevado. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,72	Lance	
Item: 100 Produto: 59929 - Espéculo vaginal tamanho M, descartável, para exame ginecológico, parafuso fechado, impulso do espéculo feito pelo poliéstero transparente elevado. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,63	Lance	
Item: 101 Produto: 59930 - Espéculo vaginal tamanho P, descartável, para exame ginecológico, parafuso fechado, impulso do espéculo feito pelo poliéstero transparente elevado. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,60	Lance	
Item: 102 Produto: 79598 - Estesiômetro para teste de sensibilidade - Teste de monofilamentos de Semmes-Weinstein. Utilizado para detectar o risco de lesões e ulcerações nas mãos e pés. Produto reconhecido pelo Ministério da Saúde. O Kit é composto por um conjunto de 07 monofilamentos (Semmes-Weinstein) de nylon, de comprimentos iguais, cores e diâmetros diferentes, que exercem forças de 0,05g a 300g, quando aplicados sobre a pele (verde: 0,05 g; azul: 0,2 g; violeta: 2 g; vermelho: 4 g; laranja: 10 g; rosa: 300 g), calibrados, montados em suportes e protegidos dentro de tubos transparentes. O sétimo tubo é reservatório para outros dois filamentos dos mais delicados, e serve também para apoiar convenientemente sobre uma superfície, as demais hastes, uma vez montadas para utilização. Garantia de um ano a contar da data de entrega. Unidade: KIT				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
3	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$195,00	Lance	
Item: 104 Produto: 59557 - ESTETOSCÓPIO CARDIOLÓGICO INFANTIL DUO-SONIC COM OLIVAS EM SILICONE DE FORMATO ANATÔMICO PARA AJUSTE CONFORTÁVEL, COR ESCURA COM ACABAMENTO SEM REBARBAS, CONJUNTO BIAURICULAR FLEXÍVEL E RESISTENTE NA CURVATURA DO TUBO Y, AUSCULTADOR FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM DIAFRAGMA DE ALTA SENSIBILIDADE. ACOMPANHA 01 (UMA) MEMBRANA DO DIAFRAGMA SOBRESSALENTE, 02 (DOIS) PARES DE OLIVAS SOBRESSALENTES. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$101,66	Proposta	
Item: 106 Produto: 59889 - EXTENSOR INTERMEDIÁRIO DE 02 (DUAS) VIAS ADULTO, PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAÇÕES PARENTERAIS. COM TUBO EM Y TRANSPARENTE EM PVC, LÁTEX-FREE, CONECTOR LUER SLIP COM O PACIENTE E CONECTOR DISTAL LUER FÊMEA COM PROTETORES DE CONE LUER. PINÇAS TIPO CLAMP (CORTA-FLUXO). TAMPAS PROTETORAS RESERVA, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PAPEL GRAU NA PARTE POSTERIOR E POLIURETANO NA PARTE ANTERIOR. CONSTAR NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$0,75	Proposta	
Item: 107 Produto: 45607 - FAIXA ELÁSTICA EXTRA FORTE. FAIXA ELÁSTICA PARA SISTEMA PROGRESSIVO DE RESISTÊNCIA. ATÓXICA. FORNECIDA COM COR E RESISTÊNCIA VARIÁVEL. EMBALAGEM PADRÃO DE 1,50 M X 0,14 M (COMP. X LARG.). CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL. RESISTÊNCIA EXTRA FORTE. INDICADA PARA FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$49,50	Lance	
Item: 108 Produto: 45610 - FAIXA ELÁSTICA FORTE. FAIXA ELÁSTICA PARA SISTEMA PROGRESSIVO DE RESISTÊNCIA. ATÓXICA. FORNECIDA COM COR E RESISTÊNCIA VARIÁVEL. EMBALAGEM PADRÃO DE 1,50 M X 0,14 M (COMP. X LARG.). CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL. RESISTÊNCIA FORTE. INDICADA PARA FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$31,88	Proposta	

Item: 109 Produto: 45611 - FAIXA ELÁSTICA LEVE. FAIXA ELÁSTICA PARA SISTEMA PROGRESSIVO DE RESISTÊNCIA. ATÓXICA. FORNECIDA COM COR E RESISTÊNCIA VARIÁVEL. EMBALAGEM PADRÃO DE 1,50 M X 0,14 M (COMP. X LARG.). CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL. RESISTÊNCIA LEVE. INDICADA PARA FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$18,82	Proposta	
Item: 110 Produto: 45825 - FAIXA ELÁSTICA MÉDIA. FAIXA ELÁSTICA PARA SISTEMA PROGRESSIVO DE RESISTÊNCIA. ATÓXICA. FORNECIDA COM COR E RESISTÊNCIA VARIÁVEL. EMBALAGEM PADRÃO DE 1,50 M X 0,14 M (COMP. X LARG.). CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL. RESISTÊNCIA MÉDIA. INDICADA PARA FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$23,66	Proposta	R\$23,65
Item: 111 Produto: 58478 - FAIXA ELÁSTICA SUPER FORTE. FAIXA ELÁSTICA PARA SISTEMA PROGRESSIVO DE RESISTÊNCIA. ATÓXICA. FORNECIDA COM COR E RESISTÊNCIA VARIÁVEL. EMBALAGEM PADRÃO DE 1,50 M X 0,14 M (COMP. X LARG.). CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL. RESISTÊNCIA SUPER FORTE. INDICADA PARA FISIOTERAPIA, REABILITAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$42,94	Proposta	
Item: 112 Produto: 78449 - FIO PARA SUTURA NYLON 3-0, NÃO ABSORVÍVEL, DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDO POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, FORMANDO MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME, COM 45 CM, NA COR PRETO OU INCOLOR, NÃO REUTILIZÁVEL, COM AGULHA CIRÚRGICA EM AÇO INOX TAMANHO 1,5 X 1/2 TRIANGULAR, ESTÉRIL, CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT, COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
5	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$26,99	Lance	
Item: 113 Produto: 78452 - FIO PARA SUTURA NYLON 4-0, NÃO ABSORVÍVEL, DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDO POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, FORMANDO MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME, COM 45 CM, NA COR PRETO OU INCOLOR, NÃO REUTILIZÁVEL, COM AGULHA CIRÚRGICA EM AÇO INOX TAMANHO 1,5 X 1/2 TRIANGULAR, ESTÉRIL, CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT, COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$28,20	Lance	
Item: 114 Produto: 78450 - FIO PARA SUTURA DE NYLON 4-0, NÃO ABSORVÍVEL, DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDO POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, FORMANDO MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME, COM 45 CM, NA COR PRETO OU INCOLOR, NÃO REUTILIZÁVEL, COM AGULHA CIRÚRGICA EM AÇO INOX TAMANHO 2,0 X 3/8 TRIANGULAR, ESTÉRIL, CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT, COM REGISTRO NA ANVISA E/OU MS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$24,77	Proposta	R\$24,75
Item: 117 Produto: 59968 - Fita microporosa 2,5 cm x 10 m, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético quimicamente inerte. Capa hipoalergênica, corte uniforme bidirecional (para um curativo de melhor aparência, sem necessidade de uso de tesoura). Registro na ANVISA e validade de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$1,89	Lance	
Item: 118 Produto: 56229 - FITA ADESIVA MICROPOROSA 5,0 CM X 4,5 M CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANÇADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA IMPREGANADA DE SUBSTÂNCIA A BASE DE ÉTER SINTÉTICO QUIMICAMENTE INERTE. CAPA HIPOALERGÊNICA, CORTE UNIFORME BIDIRECIONAL (PARA UM CURATIVO DE MELHOR APARÊNCIA, SEM NECESSIDADE DE USO DE TESOURA) REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 2 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$2,85	Lance	
Item: 119 Produto: 59263 - Fixador citopatológico para lâminas de vidro, spray 30 ml. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: FRASCO				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$3,63	Proposta	

Item: 120 Produto: 79600 - Foco clínico de LED. Equipamento auxiliar durante os procedimentos clínicos ambulatoriais. com lâmpada LED 12V/3W, com fluxo luminoso na faixa de 80 a 100 lumens, o cabeçote aloja o LED, a fonte eletrônica e o cabo de alimentação de no mínimo 1,5 metros. Alimentação bivolt haste telescópica flexível. Base com rodízios. Ajuste na altura de no mínimo 110 até 160cm. Pintura epóxi, na cor branca, alta resistência. Garantia de 01 (um) ano. Apresentar registro de fabricação do produto. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$225,22	Proposta	
Item: 121 Produto: 26392 - Frasco para alimentação enteral. Frasco fracionador para soluções enterais, permite tratamento térmico (aquecimento e resfriamento) das soluções. Livre de bisfenol-A, tampa com membrana perfurável, adaptada aos equipos de alimentação enteral. Frasco em polietileno, transparente, com capacidade para 500 ml graduado em escala de 50 ml, com dispositivo para fixação em suporte. Atóxico. Embalado individualmente em saco plástico, apresentando identificação, procedência, data de fabricação e validade e número do lote. Esterilizado por radiação gama. Registro na ANVISA e/ou MS. Data de validade de no mínimo 01 (um) ano a contar da data de entrega. Unidade: FRASCO				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$1,16	Lance	
Item: 122 Produto: 59262 - Frasco porta lâmina para citologia 03 (três) unidades, fabricado em polipropileno (PP), cor branco leitoso, frasco redondo com tampa e rosca. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
3	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$0,36	Lance	
Item: 123 Produto: 71380 - Gel lubrificante íntimo, sachê contendo 05 ml. Hipoalergênico, à base de água, não gorduroso, pH neutro, sem corantes, sem sabores, sem perfumes. Compatível com o uso de preservativos. Testado dermatologicamente. Validade mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega. Registro na ANVISA e/ou MS. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$0,42	Proposta	
Item: 124 Produto: 59896 - Gel para ultrassom. Frasco 250 g, utilizado como meio de contato para transmissão ultrassônica e em aparelhos ecógrafos, Doppler e eletrocardiograma. Deve ser inodoro, incolor, consistente e não agredir o equipamento por ser isento de sal. registro na ANVISA, validade de no mínimo 01 (um) ano a contar da data de entrega. Unidade: FRASCO				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$2,98	Lance	
Item: 127 Produto: 71382 - Gelo reutilizável rígido 400 ml, não tóxico, com embalagem de polietileno rígido para ser conservado em freezer, conter gel a base de polímero acrílico, resistente a impactos, quebras e deformações, evitando vazamentos. Ser inodoro, cor preferencialmente branca. Dimensões mínimas de 17 x 10 x 03 cm (C x L x A) e no mínimo 400 ml. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$1,82	Proposta	
Item: 129 Produto: 59897 - Hipoclorito de sódio 1%. Desinfetante de superfície, a base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo estabilizado (10.000 ppm), com ação bactericida, indicação exclusiva para superfícies fixas e artigos não críticos. Deve constar no rótulo especificação, data de validade, procedência, nº do lote e registro na ANVISA e/ou MS. Embalagem contendo 01 (um) litro. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
5	430315 - MAYCON WILL EIRELI EPP	R\$2,20	Lance	
Item: 131 Produto: 79601 - Indicador biológico para vapor do tipo auto-contido, com tempo de resposta de final em 03 (três) horas, por método de fluorescência, para monitoramento biológico de ciclos de esterilização a vapor saturado sob pressão. Tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e calibrados de geobacillus stearothermophilus (ATCC 7953, com certificado de qualidade assegurada) padronizados, a referida tira será armazenada em uma ampola plástica fechada, termorresistente, contendo uma ampola de vidro lacrada, com caldo nutriente próprio para o cultivo dos microorganismos. a ampola plástica fechada por uma tampa perfurada e protegida por papel de filtro hidrofóbico. Cada ampola possui um rótulo externo que informa o nome do produto, lote e a data de fabricação do produto com o prazo de validade, contendo campos para identificação da ampola e um indicador químico externo que diferencia as ampolas processadas das não-processadas. Caixa com 50 unidades, com validade de 02 anos a contar da data de entrega. A Empresa deve fornecer incubadora (com tempo de resposta final em 03 horas) em comodato. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$1.564,00	Lance	
Item: 132 Produto: 59584 - INTEGRADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. PERMITE MONITORIZARÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTERILIZAÇÃO NO INTERIOR DAS EMBALAGENS DE UM ÚNICO PONTO, QUE PERMITE A LEITURA FÁCIL DO RESULTADO ATRAVÉS DA MUDANÇA DE COR AO SER SUBMETIDO AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO TEM SUA COR MODIFICADA PARA UMA TONALIDADE ESCURA UNIFORME. PARÂMETROS DE LEITURA ENTRE 121°C ATÉ 138°C. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 72 X 23 MM. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES. VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: PACOTE				

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30545439 - SANEVITA COM. E REP. DE PROD. MÉDICOS.	R\$58,00	Lance	
Item: 136 Produto: 79603 - Kit Laringoscópio Completo contém 01 Cabo Convencional e 03 lâminas tamanhos 3, 4, 5 de lâmina Curva Adulto. Produzido com aço inoxidável com registro na ANVISA. Especificações Técnicas: Cabo Convencional Médio; Fabricado em aço inoxidável à prova de ferrugem; - Acabamento acetinado para redução do brilho; Esterilizável e autoclavável; Cabos em metal à prova de ferrugem; Cabos recartilhados para melhor ergonomia e segurança; Alimentação por pilhas tipo C; Lâmpada de LED. Unidade: KIT				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
4	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$430,00	Lance	
Item: 138 Produto: 71736 - Kit para nebulização adulto. Máscara, copo e extensor que se adapta a qualquer marca de inalador/nebulizador. Micronebulizador com máscara, em PVC, super macia, atóxica e anatômica, cor clara, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, rosca na cor verde, com copinho dosador que não derrama o líquido. Registro na ANVISA. Unidade: KIT				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$6,17	Lance	
Item: 143 Produto: 59260 - Lâmina para exame preventivo com ponta fosca para identificação das amostras, intercaladas uma a uma com folhas de papel, seladas a vácuo, caixa com 50 lâminas, registro na ANVISA, validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data da entrega. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$3,41	Proposta	
Item: 146 Produto: 4665 - LENÇOS UMEDECIDOS INFANTIL. COMPOSIÇÃO: LANOLINA, ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, EDTA, COCAMIDO-PROPILO BETAÍNA, METILPARABENO, FRAGRÂNCIA BRONOPOL E VITAMINA E. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. DIMENSÃO APROXIMADA DE 20 CM X 18 CM, PACOTE COM 48 LENÇOS OU MAIS. CONTER LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	430315 - MAYCON WILL EIRELI EPP	R\$12,00	Lance	
Item: 147 Produto: 59597 - Loção a base de A. G. E. Loção oleosa indicada no auxílio do processo de cicatrização de feridas à base de A.G.E. (ácidos graxos essenciais) com vitaminas A e E. Fórmula com ácido linoléico (óleo de girassol). Embalagem frasco de 200 ml. Registro na ANVISA e/ou MS. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$3,30	Lance	
Item: 150 Produto: 59604 - Luva cirúrgica, estéril, descartável, nº 8,0, conforme padrão nacional. Confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, com bainha, dotada de punho ajustável, provida de reforço tipo viola, com textura uniforme, sem falhas, emendas ou furos, deve ser antiderrapante e apresentar elasticidade, resistência à tração e sensibilidade tátil compatíveis com a finalidade, lubrificada com produto bioabsorvível, atóxico. O produto deve ser hipoalergênico. Cada par de luvas em embalagem dupla, sendo a interna um envelope identificando a mão direita e esquerda, com punhos e polegares dobrados adequadamente, de forma a facilitar o calçamento sem contaminar; a embalagem externa em papel grau cirúrgico ou papel grau cirúrgico e filme plástico, com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até momento de sua utilização, permita sua transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no ministério da saúde e ministério do trabalho e estar conforme nbr 13391 e RDC nº 5, de 19/02/2008. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses a partir da data de entrega. Unidade: PARES				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$1,09	Proposta	
Item: 151 Produto: 59318 - LUVA EXTRA P SEM TALCO, LUVA PARA PROCEDIMENTO, CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, FLEXÍVEL, DOTADA DE PUNHO AJUSTÁVEL, PROVIDA DE REFORÇO TIPO VIOLA ATÓXICO, RESISTENTE A TRAÇÃO, HIPOALERGÊNICA, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ABNT/NBR/ISO 11193-1:2009, EMBALADAS EM CAIXA COM 100 UNIDADES DE CADA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, N. DO LOTE E APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO M.T. APRESENTAR REGISTRO DA ANVISA E PRAZO DE VALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS NO ATO DA ENTREGA. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
5	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$21,80	Lance	
Item: 152 Produto: 78457 - LUVA FABRICADA EM NITRILO. TAMANHO M. TOTALMENTE ISENTA DE PÓ, ISENTA DE LÁTEX, PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS. AMBIDESTRA. NÃO ESTÉRIL. PRODUTO DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. PREFERENCIALMENTE NA COR AZUL. POSSUIR RESISTÊNCIA MECÂNICA A RASGOS E PERFURAÇÕES. CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES. VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$16,30	Proposta	

Item: 159 Produto: 79604 - Maca rígida, projetada para transporte manual de vítimas. Fabricada em polietileno com alta resistência a impactos, rígida, leve e confortável. Possuir cinto tipo aranha e imobilizador lateral de cabeça (coxins) produzido em ABS e preso com velcro ao tecido que reveste a prancha, possuir dois cintos de imobilização reguláveis para testa e queixo, resistente a impactos e possuir orifício auricular de aproximadamente 80 mm para verificação de sangramento, espuma de vinil emborrachada (impermeável e lavável). Dimensionada para suportar até 180 kg. Possuir aberturas específicas para facilitar a imobilização da vítima. Dimensões aproximadas de 188 cm x 46 cm (A x L). Registro na ANVISA e/ou Ministério da Saúde. Garantia específica do fabricante (mínimo 06 meses a contar da data de entrega). Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$392,00	Proposta	

Item: 160 Produto: 79605 - Mandril, fio guia condutor para tubo endotraqueal. Composto de uma vareta de alumínio flexível revestida com uma bainha de plástico (PEBD - polietileno de baixa densidade). Tamanhos de 5,0 a 8,0. Embalado individualmente. Esterilizado em Óxido de Etileno. Registro na ANVISA e/ou Ministério da Saúde. Unidade: KIT

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$19,02	Proposta	R\$19,00

Item: 163 Produto: 79607 - Máscara de oxigênio tipo venturi com tubo corrugado indicada para tratamento da insuficiência respiratória e da apnéia obstrutiva. Para uso em adultos. Possuir 6 diluidores coloridos que possibilitam o controle da fração inspirada de oxigênio (azul: 24% FIO2, amarelo 28% FIO2, branco 31% FIO2, verde 35% FIO2, vermelho 40% FIO2, laranja 50% FIO2). Possuir copo (branco) com entrada para ar comprimido e prolongamento de oxigênio. Possuir tubo de O2. Possuir elástico para fixação na cabeça. Máscara confeccionada em PVC, atóxica e não estéril. Embalagem individual. Registro na ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$10,20	Lance	

Item: 166 Produto: 59857 - MESA AUXILIAR MAYO, TOTALMENTE EM INOX, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 68 X 47 X 85 CM, COM ANEL DE FIXAÇÃO, SUPORTE PARA BANDEJA EM AÇO INOX, BANDEJA EM AÇO INOX, PÉS COM RODÍZIOS E ALTURA MÁXIMA 1,20 M. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$229,90	Proposta	

Item: 167 Produto: 74166 - Mesa auxiliar para uso médico hospitalar em aço inox, com tampo e prateleira, estrutura em tubo 25 mm de diâmetro pés com rodízio de 2" (duas polegadas) e com trava. Dimensões mínimas de 40 cm x 60 cm x 80 cm (comp. X prof. X alt.) Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$329,00	Proposta	R\$328,00

Item: 168 Produto: 78460 - MESA GINECOLÓGICA COM ESTRUTURA CONFECCIONADA EM MDF, DE COR CLARA, POSSUI 02 (DUAS) PORTAS E 04 (QUATRO) GAVETAS. LEITO CONFECCIONADO EM MADEIRA, COM ESPUMA DE 05 CM D28, REVESTIDO EM COURVIN, NA COR PRETA OU AZUL. DIVIDIDO EM 03 (TRÊS) SEÇÕES: DORSO, ASSENTO E PERNAS, COM ELEVÇÃO ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. PERNEIRAS ACOLCHOADAS, REVESTIDAS EM COURVIN. CAPACIDADE ATÉ 150 KG. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1800 MM (C) X 550 MM (L) X 850 MM (A). POSSUIR SUPORTE PARA LENÇOL DESCARTÁVEL. GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3042529 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	R\$2.098,02	Proposta	R\$2.098,00

Item: 169 Produto: 79609 - Monitor cardíaco digital com as seguintes características: ecg com cabo paciente de 5 vias (padrão); derivações: di, dii, diii, avl, avr, avf e v (05 vias); permitir a interligação com desfibrilador; parâmetros de monitoração: ecg, oximetria e pressão arterial: possuir alarmes sonoros; bateria recarregável; conter 01 braçadeira reutilizável adulta e pediátrica; conter 01 cabo de força; cabo de paciente 05 vias; com 01 certificado de garantia; com 01 manual do usuário; sincronismo de onda r. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30545455 - V.S. COSTA & CIA LTDA	R\$7.315,00	Proposta	

Item: 170 Produto: 71389 - Nebulizador/inalador com 04 (quatro) saídas, suporte para máscara, compressor isento de óleo, 04 (quatro) kit's de nebulização, régua com válvula de impacto para retenção de ar. Potência de 1/3, 50/60hz, rotação de 1750 RPM, 40 libras 2,8 bar. Contendo botão liga/desliga, protetor térmico que desliga o equipamento automaticamente ao sofrer super aquecimento ou descarga elétrica. Garantia mínima de 01 (um) ano. Oferecer treinamento para uso do equipamento aos funcionários na aquisição. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$1.083,00	Proposta	

Item: 172 Produto: 47186 - Oxímetro de pulso portátil. Utilizado para medir valores confiáveis de SpO2 (saturação de oxigênio) e FC (frequência cardíaca), botão único de ligação, desliga automaticamente após 8 segundos sem atividades, visor luminoso em LED, compacto, portátil, utiliza 02 (duas) pilhas AAA, com alarme visual e/ou sonoro quando O2 abaixo de 90%, com barra gráfica, faixa de medição de frequência cardíaca de 30 a 250 BCPM e faixa de medição de spo2 de 35% a 100%, indicador de carga baixa, com garantia de no mínimo 01 (hum) ano, registro na ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$90,00	Proposta	R\$89,50

Item: 174 Produto: 79610 - Pinça adson com serrilhas - Pinça com serrilha, tamanho 12 cm. Confeccionada em aço inoxidável cirúrgico. Autoclavável. Embalada individualmente, em embalagem plástica, contendo dados de identificação, procedência e rastreabilidade. Garantia de no mínimo 10 anos contra defeitos de fabricação. Registro na Anvisa. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$10,04	Proposta	
Item: 177 Produto: 79613 - Pinça Kelly Curva tamanho 14 cm confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420 e Ponta curva, com Serrilha. Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$20,85	Proposta	
Item: 178 Produto: 79614 - Pinça Kelly Reta 14cm confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420 e Ponta curva, com Serrilha. Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$20,85	Proposta	
Item: 189 Produto: 76388 - Saco coletor de Urina e/ou Vômito. Consiste em um saco do tipo coletor, descartável com capacidade de 600 ml com bocal anatômico, flexível e emborrachado e zíper de segurança. Dentro deste saco existem partículas de cristais de gel derivado de celulose: inodoro, insípido, não tóxico e fisiologicamente inerte. Que absorve 98% do odor. Produto unissex. Após o uso o líquido gelidifica instantaneamente. Dimensões mínimas: 14,3 x 6,2 x 2,6 cm (L x A x P). Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$7,00	Proposta	
Item: 191 Produto: 59950 - Saco para lixo hospitalar 50 litros. Pacote com 100 unidades, gramatura 60, isento de furos, repelente a líquido e resistente a rasgos, inodoro, para resíduos sólidos hospitalar-infectantes, constituído de polietileno de alta densidade, de acordo com a Norma Técnica 9191, produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT. Medidas aproximadas de 63 cm x 80 cm. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: PACOTE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$24,06	Lance	
Item: 192 Produto: 59312 - SELADORA COM PEDAL TUBULAR E ACIONAMENTO A PEDAL, SELA EMBALAGENS DE ATÉ 350 MM DE ESPESSURA (PAPEL GRAU CIRÚRGICO). CONTROLE ELETRÔNICO DO TEMPO DE SELAGEM COM ALARME SONORO, CONTROLE ELETRÔNICO DE TEMPERATURA. LUZ INDICATIVA DE SELAGEM, AJUSTÁVEL ATÉ 300°C DE 220 V. DIMENSÕES: PESO DE ATÉ 32 KG. POTÊNCIA DE 500 W. ÁREA DE SELAGEM 400 MM. APRESENTAR REGISTRO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO E GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. SUPORTE PARA BOBINA, BASEADA NO PRINCÍPIO DE APLICAÇÃO SIMULTÂNEA DE CALOR E PRESSÃO. PINTURA EPÓXI. PERFIL DE SILICONE, COM MESA LIVRE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$1.130,00	Proposta	
Item: 194 Produto: 54892 - Seringa descartável de 03 ml sem agulha. Confeccionada em polipropileno de alta densidade, transparente, graduada em 03 ml, encaixe luer lock. Uso único, com borracha no êmbolo para proteção. Rolha de borracha de cor preta. Siliconização interna, cilindro com anel de retenção para evitar vazamento, conforme NR 32 e Portaria 1748 de 30/08/2011. Apresentar dispositivo de segurança. Procedência nacional. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Estéril, apirrogênica e atóxica. Caixa contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Possuir lote, data de fabricação e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$39,00	Lance	
Item: 195 Produto: 59662 - Seringa descartável de 05 ml sem agulha. Confeccionada em polipropileno de alta densidade, transparente, graduada em 05 ml, encaixe luer lock. Uso único, com borracha no êmbolo para proteção. Rolha de borracha de cor preta. Siliconização interna, cilindro com anel de retenção para evitar vazamento, conforme NR 32 e Portaria 1748 de 30/08/2011. Apresentar dispositivo de segurança. Procedência nacional. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Estéril, apirrogênica e atóxica. Caixa contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Possuir lote, data de fabricação e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
3	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$41,30	Lance	
Item: 196 Produto: 54893 - Seringa descartável de 10 ml sem agulha. Confeccionada em polipropileno de alta densidade, transparente, graduada em 10 ml, encaixe luer lock. Uso único, com borracha no êmbolo para proteção. Rolha de borracha de cor preta. Siliconização interna, cilindro com anel de retenção para evitar vazamento, conforme NR 32 e Portaria 1748 de 30/08/2011. Apresentar dispositivo de segurança. Procedência nacional. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Estéril, apirrogênica e atóxica. Caixa contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Possuir lote, data de fabricação e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA				

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
4	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$52,60	Lance	
Item: 197 Produto: 59665 - SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML SEM AGULHA. CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, GRADUADA EM 20 ML, ENCAIXE LUER LOCK. USO ÚNICO, COM BORRACHA NO ÊMBOLLO PARA PROTEÇÃO. ROLHA DE BORRACHA DE COR PRETA. SILICONIZAÇÃO INTERNA, CILINDRO COM ANEL DE RETENÇÃO PARA EVITAR VAZAMENTO, CONFORME NR 32 E PORTARIA 1748 DE 30/08/2011. APRESENTAR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA. PROCEDÊNCIA NACIONAL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. ESTÉRIL, APIROGÊNICA E ATÓXICA. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA. POSSUIR LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: CAIXA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$33,26	Proposta	
Item: 201 Produto: 51522 - Solução alcoólica de digluconato de clorexidina 0,5%, antisséptico de uso tópico. Registro na ANVISA e MS. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Embalagem com 100 ml. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
4	430315 - MAYCON WILL EIRELI EPP	R\$1,53	Lance	
Item: 202 Produto: 79629 - Solução aquosa de digluconato de clorexidina 0,2%, antisséptico de uso tópico. Registro na ANVISA e MS. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Embalagem com 100 ml. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	430315 - MAYCON WILL EIRELI EPP	R\$1,51	Proposta	R\$1,50
Item: 205 Produto: 59669 - Sonda de Aspiração Traqueal Nº 06. Composta por tubo de PVC, atóxico, flexível, com aproximadamente 50 cm, ponta atraumática com orifício, e 02 orifícios laterais dispostos em posições diferentes, conector universal. Embalada individualmente, em polipropileno para proporcionar maior segurança aos pacientes em uso domiciliar, estéril em raio gama, a embalagem deve possuir dados de rotulagem conforme RDC 185/01, registro no Ministério da Saúde. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,44	Lance	
Item: 207 Produto: 59671 - Sonda de Aspiração Traqueal Nº 10. Composta por tubo de PVC, atóxico, flexível, com aproximadamente 50 cm, ponta atraumática com orifício e 02 orifícios laterais dispostos em posições diferentes, conector universal. Embalada individualmente, em polipropileno para proporcionar maior segurança aos pacientes em uso domiciliar, estéril em raio gama, a embalagem deve possuir dados de rotulagem conforme RDC 185/01, registro no Ministério da Saúde. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,46	Lance	
Item: 208 Produto: 59672 - Sonda de Aspiração Traqueal Nº 12. Composta por tubo de PVC, atóxico, flexível, com aproximadamente 50 cm, ponta atraumática com orifício e 02 orifícios laterais dispostos em posições diferentes, conector universal. Embalada individualmente, em polipropileno para maior segurança aos pacientes em uso domiciliar, estéril em raio gama. A embalagem deve possuir dados de rotulagem conforme RDC 185/01, registro no Ministério da Saúde. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$0,46	Lance	
Item: 209 Produto: 59673 - Sonda de Aspiração Traqueal Nº 14. Composta por tubo de PVC, atóxico, flexível, com aproximadamente 50 cm, ponta atraumática com orifício e 02 orifícios laterais dispostos em posições diferentes, conector universal. Embalada individualmente, em polipropileno para maior segurança aos pacientes em uso domiciliar, estéril em raio gama. A embalagem deve possuir dados de rotulagem conforme RDC 185/01, registro no Ministério da Saúde. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$0,53	Lance	
Item: 210 Produto: 59674 - Sonda de Aspiração Traqueal Nº 16. Composta por tubo de PVC, atóxico, flexível, com aproximadamente 50 cm, ponta atraumática com orifício e 02 orifícios laterais dispostos em posições diferentes, conector universal. Embalada individualmente, em polipropileno para maior segurança aos pacientes em uso domiciliar, estéril em raio gama, a embalagem deve possuir dados de rotulagem conforme RDC 185/01, registro no Ministério da Saúde. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,54	Lance	

Item: 215 Produto: 8702 - Sonda Foley 2 vias nº 20 em borracha natural, ponta atraumática, siliconizada, com 02 (duas) vias, 02 (dois) orifícios laterais em lados opostos e na mesma altura, balão de textura reforçada e uniforme com capacidade de 30 ml e válvula luer lock. Embalagem estéril individual, contendo na embalagem os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Registro na ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$2,95	Lance	

Item: 217 Produto: 8704 - Sonda Foley 2 vias nº 24 em borracha natural, ponta atraumática, siliconizada, com 02 (duas) vias, 02 (dois) orifícios laterais em lados opostos e na mesma altura, balão de textura reforçada e uniforme com capacidade de 30 ml e válvula luer lock. Embalagem estéril individual, contendo na embalagem os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Registro na ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$3,80	Lance	

Item: 218 Produto: 23290 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$0,72	Lance	

Item: 219 Produto: 23297 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,75	Lance	

Item: 220 Produto: 23298 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$0,80	Proposta	

Item: 221 Produto: 23299 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30542774 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	R\$0,95	Lance	

Item: 222 Produto: 23300 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$1,03	Lance	

Item: 223 Produto: 23301 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$1,16	Proposta	R\$1,15

Item: 224 Produto: 23037 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 22. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$1,80	Lance	

Item: 225 Produto: 78468 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 24. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$1,37	Proposta	

Item: 226 Produto: 78467 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 4. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$0,80	Lance	

Item: 227 Produto: 23294 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 6. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,61	Lance	

Item: 228 Produto: 23295 - SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 8. SONDA FABRICADA EM PVC, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICO, APIROGÊNICO, CRISTAL, TRANSPARENTE DE PAREDES FINAS E MALEÁVEIS, COM 01 (UMA) EXTREMIDADE CONTENDO 01 (UM) CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA E A OUTRA COM PONTA ARRENDONDA E 04 (QUATRO) ORIFÍCIOS LATERAIS ALTERNADOS E 01 (UM) ORIFÍCIO NA PONTA. COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. ESTERILIZADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHO, VALIDADE, ETC). VALIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,65	Lance	

Item: 229 Produto: 8726 - SONDA URETRAL Nº 06 DESCARTÁVEL, ATRAUMÁTICA, FLEXÍVEL, SILICONADA, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICA, TRANSPARENTE COM ORIFÍCIOS (CENTRAL E LATERAIS SENDO OS LATERAIS DISPOSTOS EM ALTURAS DIFERENTES). ESTERILIZADA A RAIOS GAMA OU COBALTO 60. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM FILME POLIETILENO CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. CALIBRE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$0,42	Lance	

Item: 231 Produto: 8728 - Sonda uretral nº 10 descartável, atraumática, flexível, siliconada, confeccionada em polivinil atóxica, transparente com orifícios (central e laterais sendo os laterais dispostos em alturas diferentes). Esterilizada a raio gama ou cobalto 60. Embalagem individual em filme polietileno constando externamente os dados de identificação. Procedência, data de fabricação e validade, número do lote. Calibre e registro no Ministério da Saúde. Registro na ANVISA e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,46	Lance	
Item: 232 Produto: 60454 - SONDA URETRAL Nº 10 MARCA EMBRAMED, DESCARTÁVEL, ATRAUMÁTICA, FLEXÍVEL, SILICONADA, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICA, TRANSPARENTE COM ORIFÍCIOS (CENTRAL E LATERAIS SENDO OS LATERAIS DISPOSTOS EM ALTURAS DIFERENTES). ESTERILIZADA A RAO GAMA OU COBALTO 60. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM FILME POLIETILENO CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. CALIBRE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCA ESPECIFICADA CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$0,51	Lance	
Item: 233 Produto: 8729 - SONDA URETRAL Nº 12 DESCARTÁVEL, ATRAUMÁTICA, FLEXÍVEL, SILICONADA, CONFECCIONADA EM POLIVINIL ATÓXICA, TRANSPARENTE COM ORIFÍCIOS (CENTRAL E LATERAIS SENDO OS LATERAIS DISPOSTOS EM ALTURAS DIFERENTES). ESTERILIZADA A RAO GAMA OU COBALTO 60. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM FILME POLIETILENO CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. CALIBRE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$0,54	Lance	
Item: 234 Produto: 8730 - Sonda uretral nº 14 descartável, atraumática, flexível, siliconada, confeccionada em polivinil atóxica, transparente com orifícios (central e laterais sendo os laterais dispostos em alturas diferentes). Esterilizada a raio gama ou cobalto 60. Embalagem individual em filme polietileno constando externamente os dados de identificação. Procedência, data de fabricação e validade, número do lote. Calibre e registro no Ministério da Saúde. Registro na ANVISA e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$0,52	Lance	
Item: 235 Produto: 8731 - Sonda uretral nº 16 descartável, atraumática, flexível, siliconada, confeccionada em polivinil atóxica, transparente com orifícios (central e laterais sendo os laterais dispostos em alturas diferentes). Esterilizada a raio gama ou cobalto 60. Embalagem individual em filme polietileno constando externamente os dados de identificação. Procedência, data de fabricação e validade, número do lote. Calibre e registro no Ministério da Saúde. Registro na ANVISA e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,56	Proposta	
Item: 236 Produto: 59885 - SORO FISIOLÓGICO 0,9% AMPOLA 10 ML, FRASCO COR TRANSPARENTE, SOLUÇÃO ISOTÔNICA ESTÉRIL COMPOSTA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%, INDICADA PARA ASEPSIA, INALAÇÕES, LIMPEZA DE FERIMENTOS, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL. REGISTRO NA ANVISA, VALIDADE MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$0,19	Proposta	
Item: 237 Produto: 79491 - Soro fisiológico 0,9% frasco de 100 ml, solução isotônica estéril, composta de cloreto de sódio - 0,9%, indicada para assepsia, inalações, limpeza de ferimentos e infusão endovenosa, frasco plástico rígido transparente com sistema fechado, com graduação em ml na embalagem, tampa perfurante e cicatrizante de procedência nacional. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$2,66	Lance	
Item: 238 Produto: 71180 - Soro fisiológico 0,9%, frasco de 250 ml. Solução isotônica estéril composta de cloreto de sódio 0,9%, indicada para assepsia, inalações, limpeza de ferimentos e infusão endovenosa. Frasco plástico transparente, com graduação em ml na embalagem rígido com sistema fechado, tampa perfurante e cicatrizante de procedência nacional. Registro na ANVISA. Validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$3,24	Lance	

Item: 240 Produto: 59243 - Spray repelente contra insetos, frasco de 100 ml, hipoalergênico sem perfume. Dermatologicamente testado, possuir princípio ativo derivado icaridina, com ação de longa duração no combate aos insetos. Deverá constar na rotulagem o tempo para reaplicação do produto com base no teste de eficácia do mesmo, obedecendo sempre quando for o caso o número de aplicações máximas, informações de segurança, além da data de fabricação e validade. Registro na ANVISA, validade mínima de 01 ano a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA	R\$12,80	Lance	

Item: 241 Produto: 59762 - Suporte para coletor de materiais perfurocortantes com capacidade para 13 litros, podendo ser utilizado sobre bancadas ou fixado na parede. Confeccionado em metal com pintura epóxi eletrostática na cor branca. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$19,06	Lance	

Item: 246 Produto: 59767 - TERMÔMETRO TERMO-HIGRÔMETRO, DIGITAL, SENSOR INTERNO E EXTERNO DIGITAL E UMIDADE, POSSUIR FUNÇÃO DE MÁXIMA E MÍNIMA °C/°F. ESCALA DE TEMPERATURA DE MEDIÇÃO INTERNO APROXIMADAMENTE ENTRE -50 E +70°C, ESCALA DE MEDIÇÃO DE UMIDADE APROXIMADAMENTE ENTRE 20 A 90°C, RESET. DEVE POSSUIR UM CABO ENTRE 02 (DOIS) A 03 (TRÊS) METROS COM SENSOR NA PONTA, PILHAS AAA. POSSUIR SUPORTE DE MESA E DISPOSITIVO PARA SER INSTALADO EM PAREDES. VISOR EM CRISTAL LÍQUIDO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO. BOTÃO LIGA/DESLIGA. REGISTRO NA ANVISA E APROVADO PELO INMETRO. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
8	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$53,00	Lance	

Item: 247 Produto: 21294 - TESOURA ÍRIS. TESOURA PARA USO CIRÚRGICO EM GERAL, CORTA TECIDO E RETIRA PONTOS. COM PONTA CURVA, TAMANHO DE 12 CM, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. GARANTIA DE 10 (DEZ) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
3	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$14,30	Lance	

Item: 248 Produto: 45909 - TESOURA METZEMBAUM CURVA - UTILIZADA PARA SEPARAR OS TECIDOS DELICADOS DA PELE. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL. CURVA, TAMANHO DE NO MÍNIMO 20CM. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE. FABRICADO DE ACORDO PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT. GARANTIA DE 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA E / OU MS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$38,09	Proposta	

Item: 249 Produto: 59859 - TESOURA SPENCER. TESOURA PARA RETIRADA DE PONTOS, COM PONTA RETA, TAMANHO 09 CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. GARANTIA DE 10 (DEZ) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$24,90	Lance	

Item: 250 Produto: 61100 - Teste rápido de gravidez. Teste imunocromatográfico de etapa única, para determinação qualitativa da gonadotrofina coriônica humana (HCG) na urina. Sensibilidade de 25 UI/ml. Diagnóstico de uso in vitro com mais de 99% de confiabilidade. Caixa com 100 unidades. Embalados individualmente. Registro na ANVISA. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$66,45	Proposta	R\$66,40

Item: 251 Produto: 78469 - TINTURA DE BENJOIM SOLUÇÃO 20%. FRASCO CONTENDO 100 ML. REGISTRO NA ANVISA. Unidade: FRASCO

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	430315 - MAYCON WILL EIRELI EPP	R\$58,00	Lance	

Item: 253 Produto: 79631 - Tornozeleira para exercícios de fortalecimento. Confeccionada em nylon de alta resistência. Com fechamento em velcro. Com peso de 2 kg. Ajuste na largura através do velcro. Ajuste confortável. Garantia de no mínimo 06 meses a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$20,15	Proposta	

Item: 254 Produto: 79632 - Tornozeleira para exercícios de fortalecimento. Confeccionada em nylon de alta resistência. Com fechamento em velcro. Com peso de 4 kg. Ajuste na largura através do velcro. Ajuste confortável. Garantia de no mínimo 06 meses a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3037134 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	R\$41,86	Proposta	

Item: 257 Produto: 79633 - Tubo endotraqueal para entubação oral e nasal tamanho 7,0. Fabricado em PVC com silicone (termossensível), atóxico, translúcido. Balão baixa pressão/alto volume com marcação em centímetro "in de level", conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável, orifício Murphy. Linha radiopaca contínua, extremidade atraumática. Produto estéril. Embalado individualmente. Registro na ANVISA. Data de validade de no mínimo 03 anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$4,06	Proposta	R\$4,05

Item: 258 Produto: 79634 - Tubo endotraqueal para entubação oral e nasal tamanho 7,5. Fabricado em PVC com silicone (termossensível), atóxico, translúcido. Balão baixa pressão/alto volume com marcação em centímetro "in de level", conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável, orifício Murphy. Linha radiopaca contínua, extremidade atraumática. Produto estéril. Embalado individualmente. Registro na ANVISA. Data de validade de no mínimo 03 anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$4,06	Proposta	R\$4,05

Item: 259 Produto: 79635 - Tubo endotraqueal para entubação oral e nasal tamanho 8,0. Fabricado em PVC com silicone (termossensível), atóxico, translúcido. Balão baixa pressão/alto volume com marcação em centímetro "in de level", conector em polipropileno, válvula ABS com mola inoxidável, orifício Murphy. Linha radiopaca contínua, extremidade atraumática. Produto estéril. Embalado individualmente. Registro na ANVISA. Data de validade de no mínimo 03 anos a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	30541840 - DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	R\$4,06	Proposta	R\$4,05

Item: 261 Produto: 59903 - Vaselina líquida, produto de origem mineral. Frasco contendo 01 (um) litro. Deve constar no frasco data de validade, lote, rótulo informativo e identificativo, procedência. Registro na ANVISA. Unidade: FRASCO

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$21,69	Lance	

Item: 262 Produto: 54892 - Seringa descartável de 03 ml sem agulha. Confeccionada em polipropileno de alta densidade, transparente, graduada em 03 ml, encaixe luer lock. Uso único, com borracha no êmbolo para proteção. Rolha de borracha de cor preta. Siliconização interna, cilindro com anel de retenção para evitar vazamento, conforme NR 32 e Portaria 1748 de 30/08/2011. Apresentar dispositivo de segurança. Procedência nacional. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico. Estéril, apirrogênica e atóxica. Caixa contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Possuir lote, data de fabricação e validade mínima de 02 (dois) anos a contar da data de entrega. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	425230 - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	R\$39,41	Lance	

Item: 263 Produto: 77697 - Desfibrilador cardíaco com seleção de energia até 360 joules, acesso fácil às pás para uso e reposição; entrada para sincronismo da onda r para cardioversão; carregador bivolt com bateria interna recarregável; com 01 cabo de força; e 01 cabo terra; e 01 jogo de pás externas adultas; manual de instruções em português. Possuir registro na anvisa. Garantia mínima de 01 (um) ano a contar da data de entrega. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	310573 - INSTRAMED IND MÉDICO HOSPITALAR LTDA	R\$8.050,00	Proposta	R\$7.850,00

Item: 264 Produto: 79601 - Indicador biológico para vapor do tipo auto-contido, com tempo de resposta de final em 03 (três) horas, por método de fluorescência, para monitoramento biológico de ciclos de esterilização a vapor saturado sob pressão. Tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e calibrados de geobacillus stearothermophilus (ATCC 7953, com certificado de qualidade assegurada) padronizados, a referida tira será armazenada em uma ampola plástica fechada, termorresistente, contendo uma ampola de vidro lacrada, com caldo nutriente próprio para o cultivo dos microorganismos. a ampola plástica fechada por uma tampa perfurada e protegida por papel de filtro hidrofóbico. Cada ampola possui um rótulo externo que informa o nome do produto, lote e a data de fabricação do produto com o prazo de validade, contendo campos para identificação da ampola e um indicador químico externo que diferencia as ampolas processadas das não-processadas. Caixa com 50 unidades, com validade de 02 anos a contar da data de entrega. A Empresa deve fornecer incubadora (com tempo de resposta final em 03 horas) em comodato. Unidade: CAIXA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
9999	392448 - DANIELE DAGIOS ME	R\$1.564,00	Lance	

PORTARIA Nº. 189/2020

Publicação Nº 2512926

PORTARIA Nº. 189/2020

Nomeia a Comissão Intersectorial para acompanhamento do processo de distribuição dos kits da Alimentação Escolar para os alunos da rede municipal de ensino durante o período de afastamento social (calamidade pública).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o art. 21-A da Lei Federal nº. 11.947/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados, para comporem a Comissão Intersectorial que acompanhará o processo de distribuição dos kits da Alimentação Escolar, para os alunos da rede municipal de ensino, durante o período de afastamento social (calamidade pública):

I - Eunice Maria da Silva - professora e representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;

II - Juliana Bento Antoniutti - nutricionista da Secretaria Municipal de Educação;

III - Luci Teresinha Marloch - representante do Conselho Municipal Da Criança e do Adolescente – CMDCA;

IV - Marise Sasse Borgonha - representante da Secretaria Municipal de Educação;

V - Daniel Erthal - representante do Conselho Municipal de Educação – CME.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de junho de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 190/2020

Publicação Nº 2513549

PORTARIA Nº. 190/2020

Altera a Portaria nº. 455/2018, que nomeia os membros responsáveis pelo procedimento e fiscalização das parcerias com recursos do Fundo Municipal da Defesa Civil, submetidas as disposições da Lei Federal nº. 13.019/14.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a Portaria nº. 455/2018, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

I - Gestor da Parceria - Ricardo Paulino Martins Portelinha;

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de junho de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

RESULTADO AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2019 FMS

Publicação Nº 2513180

Processo Licitatório Pregão Presencial nº 53/2019- FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Resultado da 3ª Avaliação das amostras

ITEM	3.º CLASSIFICADO	APROVADO/REPROVADO
3	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
5	DISQUEMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
8	DISQUEMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
17	DISQUEMED	APROVADO
21	CLASSMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
34	MAYCON WILL	REPROVADO
35	CLASSMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
37	NOSSA DENTAL	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
39	BLUMEDICA	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
45	STOKMED	APROVADO
53	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
57	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
58	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
65	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
67	DISQUEMED	APROVADO
80	DENTAL SHOW	APROVADO
81	CLASSMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
82	STOKMED	APROVADO
85	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
95	STOKMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
96	CLASSMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
97	DENTAL SHOW	APROVADO
115	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
116	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
121	BLUMEDICA	APROVADO
128	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
130	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
131	DANIELE DAGIOS	APROVADO
138	DENTAL SHOW	APROVADO
139	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
140	DANIELE DAGIOS	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
141	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
142	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
144	SANIMED	REPROVADO
145	STOKMED	REPROVADO
148	DISQUEMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
149	DISQUEMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
153	A.V COMERCIO	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
154	DANIELE DAGIOS	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
155	A.V COMERCIO	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
156	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
157	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
158	A.V COMERCIO	NÃO APRESENTOU AMOSTRA

161	DISQUEMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
162	STOKMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
175	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
176	NOSSA DENTAL	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
180	BLUMEDICA	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
186	NOSSA DENTAL	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
187	NOSSA DENTAL	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
190	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
203	CLASSMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
206	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
211	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
212	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
213	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
214	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
215	DISQUEMED	APROVADO
216	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
217	DISQUEMED	APROVADO
226	DISQUEMED	APROVADO
230	STOKMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
233	BLUMEDICA	APROVADO
242	STOKMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
243	MEDEFE	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
245	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
251	MAYCON WILL	APROVADO
255	SANIMED	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
260	DENTAL SHOW	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
264	DANIELE DAGIOS	APROVADO

Equipe Técnica
Portaria nº 514/ 2019

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 31/2020

Publicação Nº 2513729

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 31/2020 - Pregão Presencial Nº. 20/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de material e serviços elétricos, hidráulicos, pintura, construção e outros para serem utilizados pelo município de Guarujá do Sul (Órgão Gerenciador / Município de Guarujá do Sul e Órgão Participante / Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistencial Social).

Propostas e Habilitação: 19/06/2020 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 04 de junho de 2020.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - 08/2020 PREF

Publicação Nº 2513694

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Página: 1/4
Processo Nº: 23/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2020

No dia 4 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.027.045/0001-87, com sede administrativa localizada na AVENIDA JOÃO PESSOA, 1265, bairro CENTRO, CEP nº. 89940-000, nesta cidade de Guarujá do Sul/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, inscrito no CPF sob o nº. 061.266.679-48, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2020, Processo Licitatório nº. 23/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de lanches diversos para serem utilizados quando da realização de eventos (conferencias, treinamentos, palestras, cursos, entre outros) do município de Guarujá de Sul. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6104	CLAUDIO HERPICH - ME	9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18
8809	MELECIO JOSE PERIUS - ME	1, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 17, 19
9544	SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA	2, 4, 20

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 92/2017 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLAUDIO HERPICH - ME	79.492.609/0001-85	LEONICE T. S. HERPICH	645.905.859-87
MELECIO JOSE PERIUS - ME	07.006.365/0001-72	DANIELE PERIUS	096.128.169-30
SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA	15.542.198/0001-02	PATRICI C. AMANN	069.108.129-80

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de lanches diversos para serem utilizados quando da realização de eventos (conferencias, treinamentos, palestras, cursos, entre outros) do município de Guarujá de Sul. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO TOTAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6104 - CLAUDIO HERPICH - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	Massa de pizza tamanho grande	UN		105,000	3,1500	330,75
10	Palito salgado	KG		79,000	22,0000	1.738,00
11	Pão de queijo médio	UN		2.760,000	1,2500	3.450,00
12	Pão Fatiado	KG		60,000	9,9000	594,00
13	Pão frances	KG		173,000	7,5000	1.297,50
14	Pão de cachorro quente	KG		55,000	9,3000	511,50
16	Bolo salgado recheio diverso (presunto, queijo, carne moida, frango, legumes)	KG		148,000	20,9000	3.093,20
18	Bolinho tipo gostoli com cobertura de açúcar	KG		87,000	16,5000	1.435,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Página: 2/4
 Processo Nº.: 23/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 8809 - MELECIO JOSE PERIUS - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Prensadinho (presunto, queijo, tomate, pepino) - Bandeja com 50 unidades	UN		138,000	25,0000	3.450,00
3	Bolo recheado em camadas (crocante, creme real, frutas, 4 leites, brigadeiro) com cobertura de glacê	KG		107,000	22,5000	2.407,50
5	Cuca sovada recheada (recheios a escolher)	KG		128,000	9,9000	1.267,20
6	Cuca grande de forma com sabores diversos, aproximadamente 5 kg	UN		103,000	35,0000	3.605,00
7	Empadinha de queijo/palmito/frango	UN		3.025,000	1,7500	5.293,75
8	Esfiram mistas assada (média)	UN		2.400,000	0,9000	2.160,00
15	Risole de quijo e presente (médio)	UN		2.400,000	0,6500	1.560,00
17	Sanduíche natural com presunto, queijo, alface e tomate, tipo triangulo	UN		3.620,000	1,6000	5.792,00
19	Mini pizza sabores diversos (clabresa, quatro queijos, estrogonof frango/gado e outros)	UN		2.510,000	3,6000	9.036,00

Fornecedor: 9544 - SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Bolo de aipim com cobertura	KG		120,000	16,0000	1.920,00
4	Bolo Marmore - KG	KG		112,000	14,4000	1.612,80
20	Empadão de frango 1 kg assado (catupiry, carne de frango, azeitonas pretas, temperos diversos, tomate, milho verde 0	KG		102,000	19,8000	2.019,60

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. ÓRGÃO GERENCIADOR:

4.1.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Detentora da Ata.

4.2. DETENTORA DA ATA:

4.2.1. A Detentora da Ata assumirá responsabilidade pela entrega dos materiais e/ou prestação dos serviços, nos quantitativos solicitados, bem como por quaisquer danos decorrentes, causados a municipal ou a terceiros, sem prejuízo da responsabilidade civil prevista na legislação específica.

4.2.2. Observar rigorosamente todas as normas de prevenção e segurança inerente ao respectivo ramo de atividade.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

5.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

5.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Página: 3/4
Processo Nº.: 23/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. Os materiais e/ou serviços, serão fornecidos de acordo com a necessidade, sendo que a entrega e/ou prestados deverão ser conforme o constante no Termo de Referência /Anexo I, bem como demais informações.

6.2. A entrega será diretamente na Secretaria ou Departamento, constante na Autorização de Fornecimento.

6.3. Toda e qualquer despesa decorrentes da entrega dos materiais e/ou serviços, serão de exclusiva responsabilidade da empresa, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será em até 5 dias, após a entrega do solicitado ou execução dos serviços, em moeda corrente nacional, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica correspondente.

7.2. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica deve-se em observância ao Protocolo do ICMS nº 85, de 09 de julho de 2010.

7.3. Os materiais e/ou serviços sem Nota Fiscal Eletrônica serão recusados por não estarem acompanhados de documento fiscal hábil.

7.4. Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo Município de Guarujá do Sul, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Autorizações de Fornecimento, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. A Detentora da Ata que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

10.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

10.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos e, ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Página: 4/4
Processo Nº.: 23/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Guarujá do Sul, 4 de Junho de 2020.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CLAUDIO HERPICH - ME

CNPJ: 79.492.609/0001-85

MELECIO JOSE PERIUS - ME

CNPJ: 07.006.365/0001-72

SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA

CNPJ: 15.542.198/0001-02

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 385/2020

Publicação Nº 2512814

LEI COMPLEMENTAR Nº 385/2020

"RECONHECE E APROVA A LEI COMPLEMENTAR Nº 407/2020 APROVADA PELO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE AGENTE DE OBRAS DO PROVIMENTO EFETIVO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e ratificada a Lei Complementar nº 407 de 03 de abril de 2020, aprovada pelo Município de Joaçaba-SC, que dispõe sobre a criação de Cargo de Agente de Obras para o cargo permanente de Cargos e Provimento Efetivo dos Servidores do Serviços Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC-SIMAE e dá outras providências.

Art. 2º Está Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Herval d'Oeste (SC), 03 de junho de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

LEI Nº 3419/2020

Publicação Nº 2512803

LEI Nº 3.419/2020

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL UNIÃO HERVALENSE.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faz saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica O Município de Herval d'Oeste autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL UNIÃO HERVALENSE, objetivando a cooperação mútua entre os convenientes na manutenção, conservação, operação e exploração da cantina e do espaço físico da "Cancha de Bolão Municipal Ernesto Mascarello" localizada neste Município.

Parágrafo Único - O convênio oriundo da presente Lei não importará em transferência de recursos financeiros entre os convenientes.

Art.2º As obrigações das partes convenientes serão as seguintes:

I - Pelo Município de Herval d'Oeste:

- a) organizar e determinar o objeto do convênio e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- b) intervir na prestação do objeto do convênio nos casos e condições previstos em lei;
- c) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando a Associação para as devidas regularizações;
- d) fiscalizar a prestação do serviço através dos fiscais autorizados pela Prefeitura de Herval D'Oeste;
- e) estimular a racionalização e melhoria no serviço;
- f) informar as determinações sobre a execução dos serviços, inclusive os horários de ocupação das dependências da Cancha de Bolão através de autorizações impressas;
- g) fornecer energia elétrica e água em todas as dependências da Cancha de Bolão;
- h) nos eventos realizados pela Administração Pública, fornecer os materiais necessários para manutenção e limpeza.

II - Pela Associação Esportiva e Cultural União Hervalense:

- a) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do convênio;
- b) prestar contas da gestão dos serviços à Prefeitura e aos usuários, sempre que solicitado pela Administração Pública;
- c) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação de serviço, bem como segurá-los adequadamente e cumprir a legislação pertinente à atividade;
- d) atender as recomendações da Prefeitura Municipal para a melhoria dos serviços prestados;
- e) não permitir a prática, nas dependências da Cancha de Bolão, de qualquer modalidade de jogos de azar;
- f) fornecimento, por sua conta e risco, do pessoal e dos materiais e mercadorias necessários para a execução do objeto do convênio;
- g) pagamento dos salários do pessoal diretivo e empregado, encargos sociais e previdenciários vigentes ou que venham a ser criados, não respondendo o Município perante fornecedores e terceiros, inclusive órgãos arrecadadores de encargos sociais e outros tributos, nem assumindo qualquer responsabilidade por multas, salários, contribuições sociais, ou acidentes de qualquer natureza decorrentes da exploração da Unidade, devendo a mesma responder e gerir as atividades por sua conta e risco;
- h) limpeza, coleta de lixo e higiene sanitária da Unidade que explorará, mantendo limpas todas as suas dependências, sendo de inteira responsabilidade da Associação os serviços de limpeza e materiais de higiene e limpeza a serem usados no espaço;
- i) explorar de forma privativa a cantina do local, nos horários de utilização e com horário de atendimento mínimo de segunda à sexta-feira,

das 17h às 23h, bem como, nos demais eventos realizados pela Administração Pública Municipal de Herval D'Oeste;

j) praticar, na venda de produtos atinentes ao ramo, preços de mercado para a espécie, sob pena de regulamentação pela Administração Pública Municipal;

k) adequar móveis e utensílios para a prestação dos serviços, visando ao bem estar, conforto e segurança dos usuários;

l) respeitar e fazer respeitar as normas e procedimentos de segurança e saúde a qualquer tempo oriundas ou exigidas pela Administração Pública Municipal;

m) ligar e desligar as lâmpadas dos recintos da Cancha de Bolão;

n) zelar pelo patrimônio em uso;

o) devolver ao final do convênio o espaço recebido, nas mesmas condições e no mesmo estado de conservação, ressalvada a depreciação natural dos bens;

p) não permitir a fixação de moradia no recinto, sob qualquer hipótese;

q) realizar as adequações necessárias à exploração da atividade da cantina existente na Cancha de Bolão, às suas expensas, sob supervisão da Prefeitura de Herval d'Oeste;

r) vedar a venda de aguardente em dose ou litro nas dependências da Cancha de Bolão, e, em nenhuma hipótese, vender bebida alcoólica para menores de 18 anos;

s) disponibilizar, no mínimo, 08 (oito) horas semanais noturnas e 08 (oito) horas semanais diurnas (período vespertino) para utilização sob critério da municipalidade.

Parágrafo Único - Demais detalhamentos serão previstos através do instrumento de convênio, atendendo aos postulados básicos desta Lei.

Art.3º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado anualmente nas mesmas condições da presente Lei, na forma da Lei 8.666/1993.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de junho de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3421/2020

Publicação Nº 2512785

LEI Nº 3.421/2020

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR OS DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC, COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL-IPREVI-HO, SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL RPPS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMÉRICO LORINI, PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE-ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a parcelar os débitos do Município de Herval D'Oeste-SC, com seu Regime Próprio de Previdência Social-RPPS, regido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais-IPREVI-HO, decorrentes de pagamentos atrasados efetuados nos meses de janeiro de 2015 ao mês de novembro de 2015 e do mês de dezembro de 2016, conforme determinado nos autos do processo nº @RLA 16/00229163 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Os débitos são oriundos das multas e juros gerados pelos pagamentos atrasados efetuados pelo Município ao Regime Próprio de Previdência Social-RPPS, das competências de janeiro à novembro de 2015 e dezembro de 2016 e perfazem o montante atual de R\$ 557.291,32 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos), e serão parcelados em trinta e seis (36) prestações mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 15.491,32 (quinze mil quatrocentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) mais trinta e cinco parcelas no valor de R\$ 15.480,00 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais), perfazendo o montante de R\$ 557.291,32 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos), nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação da Portaria do MPS nº 21/2013.

§ 2º É vedado o parcelamento para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados inativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado-IGP-M/FGV e/ou índice que vier a substituí-lo, acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e em caso de atraso nos pagamentos de multa de 0,5%(meio por cento) ao mês, cumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. As parcelas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M/FGV e/ou índice que vier a substituí-lo, acrescido de 0,5% (meio por cento) e no caso de atraso, mais a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acumulados desde a data do dia de vencimento da parcela até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º Fica autorizado a vinculação ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM com garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas até o décimo segundo dia do mês subsequente ao vencido, iniciando-se os pagamentos no mês de junho de 2020.

Parágrafo único. A garantia da vinculação ao FPM deverá constar como cláusula no termo de parcelamento e autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D´Oeste-SC, 03 de junho de 2020.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

LEI Nº 3422/2020

Publicação Nº 2512789

LEI Nº 3.422/2020

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARCELAR OS DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE-SC, QUE DIVERAM ORIGEM DESDE A EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 (NOVEMBRO DE 2019) E A EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 382/2019 (26 DE DEZEMBRO DE 2019) COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL-IPREVI-HO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMÉRICO LORINI, PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D´OESTE-ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a parcelar os débitos do Município de Herval D´Oeste-SC, com seu Regime Próprio de Previdência Social-RPPS, regido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais-IPREVI-HO, decorrentes de pagamentos feitos pelo IPREVI para auxílio doença, salário família e salário maternidade pagos pelo instituto nos meses de novembro à dezembro de 2019.

§ 1º Os débitos oriundos de auxílio doença, salário família e salário maternidade pagos nos meses de novembro à dezembro de 2019, pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Herval d´Oeste-SC- IPREVI, perfazem o montante atual de R\$ 173.197,31 (cento e setenta e três mil cento e noventa e sete reais e trinta e um centavos) e serão parcelados em trinta e seis (36) prestações mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 4.847,31 (quatro mil oitocentos e quarente e sete reais e trinta e um centavos) mais trinta e cinco parcelas no valor de R\$ 4.810,00 (quatro mil oitocentos e dez reais), perfazendo o montante de R\$ 173.197,31 (cento e setenta e três mil cento e noventa e sete reais e trinta e um centavos), nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação da Portaria do MPS nº 21/2013.

§ 2º É vedado o parcelamento para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados inativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP/M/FGV e/ou índice que vier a substituí-lo, acrescidos de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e em caso de atraso nos pagamentos de multa de 0,5%(meio por cento) ao mês, cumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. As parcelas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M/FGV e/ou índice que vier a substituí-lo, acrescido de 0,5% (meio por cento) e no caso de atraso, mais a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acumulados desde a data do dia de vencimento da parcela até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º Fica autorizado a vinculação ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM com garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas até o décimo segundo dia do mês subsequente ao vencido, iniciando-se os pagamentos no mês de junho de 2020.

Parágrafo único. A garantia da vinculação ao FPM deverá constar como cláusula no termo de parcelamento e autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D´Oeste-SC, 03 de junho de 2020.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 739/2020

Publicação Nº 2513791

PORTARIA Nº 739/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d´Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados, sob a direção do primeiro, para compor a equipe da Ouvidoria no Sistema Único de Saúde, conforme previsto no artigo 3º da Lei Complementar Nº 228/2007:

- WILLIAM CÉSAR GAVASSO (MATRÍCULA 2751) - Membro
- MARCOS HITOSHI YAMADA (MATRÍCULA 4145) - Membro
- GIOLLY MURIEL MOREIRA (MATRÍCULA 5133) - Membro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 539/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de Junho de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 740/2020

Publicação Nº 2513794

PORTARIA Nº 740/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor CARLOS NORBERTO PESSOLI (MATRÍCULA 540), ocupante do Cargo de Provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência - K, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2016 a 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a contar de 01 de junho de 2020 a 12 de junho de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de Junho de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

IPREVI/HO

RESOLUÇÃO Nº 014/2020

Publicação Nº 2514329

RESOLUÇÃO Nº 14/2020

ANDRÉ PALUDO, Presidente do Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o erro de digitação no preâmbulo da Resolução IPREVI-HO nº 13/2020;

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar e dar nova redação ao preâmbulo da Resolução IPREVI-HO nº 13/2020 que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, ao servidor Valdemar do Amaral e Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, Nível – 8/1, Classe – K; onde se lê: "... Sérgio Luiz Nagel"; leia-se: "... Valdemar do Amaral e Silva";

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste/SC, 05 de junho de 2020.

ANDRÉA PALUDO

Presidente do Conselho de Administração

Ibiam**PREFEITURA****TERMO ADITIVO N. 028 - TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI**

Publicação N° 2513301

TERMO ADITIVO 028/2020
CONTRATO ADITADO N.º 075/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2019

Quinto Termo aditivo do Contrato de Nº 075/2019, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI, autorizado através do Processo nº 104/2019, Licitação n. 008/2019, modalidade Tomada de Preços.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Centro, 20, Ibiam - SC.
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI
CNPJ n.º. 12.816.075/0001-24
Endereço: Rua Pedro Nelcindo Kafer, Centro, nº 29, na cidade de Treze Tílias.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI, na data de 06 de novembro de 2019, firmaram contrato, que tem como objeto a EXECUÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA COMUNIDADE DE LINHA UNIÃO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

- 2.1 Considerando a lei federal de licitações nº 8666/1993;
- 2.2 Considerando relatório de vistoria de engenheiro responsável pela fiscalização da obra, o projeto inicial contemplava um total de 1.550,00 m de sarjetas de concreto, verificou-se a necessidade da execução de uma quantidade a mais de sarjetas em relação ao projeto inicial com a finalidade de melhorar o escoamento das águas provenientes da pista pavimentada. Assim sendo, foram determinados os pontos de alinhamento a serem executadas as referidas sarjetas e, conforme projeto as built em anexo, executou-se um total de 1.755,00m, sendo 205,00m adicionais.
- 2.3 Considerando o valor unitário do serviço conforme licitado em R\$ 61,15/m, fica aditado o referido contrato, o total de R\$ 12.535,75 (doze mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1 As demais cláusulas do contrato nº 075/2019 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 22 de maio de 2020.
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI

Testemunhas

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 029 - MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Publicação Nº 2513307

TERMO ADITIVO 029/2020
CONTRATO ADITADO N.º 026/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020

Segundo Termo aditivo do Contrato de Nº 026/2020, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 024/2020, Licitação n. 024/2020, modalidade Pregão Eletrônico.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Centro, 20, Ibiã - SC.
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ n.º. 83.675.413/0001-01
Endereço: Rodovia BR 101, s/n, km 210 – Bairro Picadas do Sul, São José.
Representada por: Fabio Hoffmann Pegoraro

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, na data de 31 de março de 2020, firmaram contrato, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO DE PRAZO

2.1 Considerando a lei federal de licitações nº 8666/1993;
2.2 Considerando algumas questões técnicas e procedimentais, houve a necessidade de prorrogação do contrato para a posterior autorização para fornecimento do bem, fica aditado até a data de 30/06/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 026/2020 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 29 de maio de 2020.
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Testemunhas

Matheus Ethierry Ceron Zanin
CPF: 076.699.959-98

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO DE RESCISÃO 001/2020 - PMI - MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI

Publicação Nº 2513279

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2019

Termo de rescisão amigável ao contrato de visando a aquisição de grama esmeralda, mudas de flores, calcário e adubo para um período de 12 meses para Prefeitura Municipal de Ibiã, firmado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM – SC e a empresa MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI.

O Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, CEP: 89.652-000 - Ibiã – SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado, pelo Prefeito Municipal Sr. Ivanir Zanin, doravante denominado simplesmente de Contratante, e por outro lado a empresa MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI, com sede na Rua Maria de Lourdes P Pizani, nº 64, CEP: 89.642-000 na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.662.218/0001-28, doravante denominado CONTRATADO, vinculando-se ao Processo Licitatório nº 099/2019 e Modalidade Pregão Presencial nº 049/2019, sujeitando-se as partes às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de grama esmeralda, mudas de flores, calcário e adubo para um período de 12 meses para Prefeitura Municipal de Ibiã.

1.2 Nos termos da Lei 8.666/93, ficando rescindido a partir de 29/05/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

2.1 A presente rescisão, se realiza em comum acordo entre as partes, sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Ibiã, 29 de maio de 2020

IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI

Testemunhas:

Matheus Ethierry Ceron Zanin
CPF 076.699.959-98

Carmelita C. Tragancin
CPF 490.157.709-30

Visto Assessoria Jurídica:

Rafael Gonzatto Araldi
OAB/SC 32.184
Advogado

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO 001/20

Publicação Nº 2513819

AVISO DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O PODER LEGISLATIVO DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente Sr. Jocimar Tesck de Oliveira, no uso de suas atribuições, faz saber a todos, que realizará na data de 23 de junho de 2020, Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 001/2020, visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos pelo Edital do Processo Licitatório nº 001/2020, Pregão Presencial nº 001/2020.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 23/06/2020 até as 16h00min, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 16h15min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Câmara Municipal de Ibiã, localizada na sede deste Município – Rua Izaltino Gomes de Oliveira nº. 257, pelo telefone de contato (49) 3534-0251, ou através do e-mail: secretariacamaraibiam@gmail.com.

IBIAM (SC), 04 de junho de 2020.
JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal

Ibicaré

PREFEITURA

DECRETO Nº 039-2020

Publicação Nº 2513773

DECRETO Nº 039 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO PELOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO, EM CUMPRIMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS EM DECORRÊNCIA DA SUSPENSÃO DAS AULAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, DECRETADA COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 96, IX, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto 630, de 01 de junho de 2020 do Governo de Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense.

DECRETA:

Art. 1º. As regras definidas no presente decreto aplicam-se aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Ibicaré, referente aos cargos de Atendente de creche e Pré-escola, Agente de copa e higienização, Serventes, Diretoras, Diretora adjunta, Secretária Escolar e Coordenadoras Pedagógicas e Nutricionista, cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Fica alterada, inicialmente até o dia 02 de agosto de 2020, a carga horária dos servidores acima mencionados para 06 (seis) horas diárias presenciais, aos servidores que estão sob o regime de 40h (das 07h às 13h), e 4h30min diárias presenciais, aos servidores que estão sob o regime de 30h (7h às 11h30) em decorrência da situação de emergência em saúde pública, devido ao Coronavírus.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de junho de 2020.

Gianfranco Volpato

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO 27-2020 SERVIÇO DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS

Publicação Nº 2513771

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020 PMI

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, através da Secretaria Municipal de Transportes e Urbanismo, Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo, Secretaria Municipal de Fomento Agropecuário, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, como órgãos participantes, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente, no

que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS de serviços, de recapagem de pneus, destinados à manutenção da frota Municipal.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14 horas, do dia 19 de junho de 20, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem de pneus utilizados nos caminhões, ônibus e máquinas da frota municipal.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 04 de junho de 2020

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE PROCESSO PREGÃO PRESEBIAL N.º 28/2020

Publicação Nº 2513179

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA.

ANULAÇÃO DE PROCESSO PREGÃO PRESEBIAL N.º 28/2020.

O Município de Ibirama vem através deste, nos termos da legislação vigente comunicar a ANULAÇÃO / CANCELAMENTO do processo de licitação – Pregão Presencial de n.º 28/2020 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, DESTINADA PARA PEQUENOS REPAROS EM PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DESTE MUNICÍPIO. Fundamentação Legal: Art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93 c/c a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Informações adicionais Setor de Licitações, pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br. Ibirama, 04 de junho de 2020. Adriano Poffo - Prefeito Municipal de Ibirama.

CONTRATO Nº : 48/2016 ADITIVO Nº : 7/2020

Publicação Nº 2513170

Contrato Nº : 48/2016

Aditivo Nº : 7/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : Ivanor Tafarel – CPF 768.024.187-20

Licitação : Dispensa de Licitação 38/2016

Objeto : LOCAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL DESTINADO A ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO CONSELHO TUTELAR DESTE MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Vigência : Início: 01/05/2020 Término: 30/04/2021

Assinatura : 29/04/2020

Valor R\$: 10.410,96 (Dez Mil, Quatrocentos e Dez Reais e Noventa e Seis Centavos)

Dotação : 172 - 10.001.2055.3339036150000000000.01000000

FISCAL: FABIO LUIZ FUSINATO

CONTRATO Nº: 62/2020 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2513192

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 62/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: CURT SCHROEDER SA IND E COM - - número inscrição CNPJ 85.775.500/0001-58

Licitação: Dispensa de Licitação 70/2020

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de serviços e peças de reparos para manutenção do veículo placa MLW0228 frota 174 desta municipalidade.

Vigência: Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor R\$: 8.017,00 (Oito Mil e Dezessete Reais)

Dotação: 183 - 05.001.2018.3339030990000000000.01000000

Dotação: 183 - 05.001.2018.3339039990000000000.01000000

FISCAL: RUBENS FUSINATO

CONTRATO Nº: 63/2020 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2513196

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 63/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: CSE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - número inscrição CNPJ 02.994.122/0001-76.

Licitação: Dispensa de Licitação 71/2020

Objeto: Aquisição de 10 (dez) pás DEA para subsidiar as ações do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama.

Vigência: Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020
 Assinatura: 04/06/2020
 Valor R\$: 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)
 Dotação: 125 - 04.001.2070.33390303600000000000.01000000
 FISCAL: RUDINEI PINSEGHIER

DECRETO Nº 4.520, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2513176

DECRETO nº 4.520, de 04 de Junho de 2020.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e fundamentada no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.418, de 17 de Dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 90.631,00 (noventa mil seiscentos e trinta e um reais) no orçamento vigente do exercício de 2020 da Unidade Prefeitura Municipal das seguintes dotações orçamentárias:

10	Fundo Municipal de Assistência Social	Valor
001	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0062.2055	Manutenção do Fundo de Assistência Social	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01350000 (203)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	50.000,00
40000000	Despesas de Capital	
44000000	Investimentos	
44900000	Aplicações Diretas	
01650001 (38)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social	631,00
0008.0244.0062.2089	Manutenção do CRAS e Aquisição de Equipamentos	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01350000 (202)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	40.000,00
Total das Anulações		90.631,00

Art. 2º - Por conta das anulações do Art. 1º fica suplementado no orçamento vigente da Unidade Prefeitura Municipal o valor de R\$ 90.631,00 (noventa mil seiscentos e trinta e um reais) as seguintes dotações orçamentárias:

10	Fundo Municipal de Assistência Social	Valor
001	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0062.2055	Manutenção do Fundo de Assistência Social	
30000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
01350000 (76)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	50.000,00
01650001 (86)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social	631,00
0008.0244.0062.2089	Manutenção do CRAS e Aquisição de Equipamentos	
30000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
01350000 (80)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	40.000,00
Total das Suplementações		90.631,00

Art. 3º Fica suplementado o valor de R\$ 14.596,03 (catorze mil quinhentos e noventa e seis reais e três centavos) no orçamento vigente do exercício de 2020 da Unidade Prefeitura Municipal as seguintes dotações orçamentárias:

10	Fundo Municipal de Assistência Social	Valor
001	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0062.2055	Manutenção do Fundo de Assistência Social	
30000000	Despesas Correntes	

33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
03650001 (334)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social	13.061,01
40000000	Despesas de Capital	
44000000	Investimentos	
44900000	Aplicações Diretas	
03650001 (317)	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social	1.535,02
Total das Suplementações		14.596,03

Art. 4º Para suplementação das dotações orçamentárias descritas no Art. 3º serão utilizados recursos do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2019 na fonte de recursos 03650001 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ibirama, em 04 de Junho de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito

Publicado o presente Decreto.

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 70/2020

Publicação Nº 2513188

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 70/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24º Inciso II.

Objeto: Aquisição de 10 (dez) pás DEA para subsidiar as ações do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama.

Contratada: CSE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - número inscrição CNPJ 02.994.122/0001-76. Ibirama, 04 de junho de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 70/2020

Publicação Nº 2513184

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 70/2020.

Base legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24º Inciso II.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de serviços e peças de reparos para manutenção do veículo placa MLW0228 frota 174 desta municipalidade.

Contratada: CURT SCHROEDER SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO número inscrição CNPJ 85.775.500/0001-58. Ibirama, 04 de junho de 2020. Adriano Poffo – Prefeito.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - NUCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DE IBIRAMA

Publicação Nº 2513165

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01, de 04 de junho de 2020.

“DISPÕE SOBRE VAGAS DE ESTACIONAMENTOS PARA OBRAS DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES, ATINENTE AO ANEXO 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 172/2019”

O PRESIDENTE DO NUCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DE IBIRAMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno c/c a Lei Complementar nº. 65/2007, e considerando o determinado na Ata do dia 04/05/2020,

RESOLVE,

Art. 1º Aplica-se esta Instrução Normativa para as obras regulares anteriores à instituição da LC 73 de 22 de Dezembro de 2008, sendo que estão isentas de vagas de estacionamento, sem necessidade de compensação, e para as obras regulares posteriores à instituição da LC 73 de 22 de Dezembro de 2008, sendo que aplicar-se-á as vagas de estacionamento requeridas na referida lei, desde que o projeto de reforma não implique em ampliação da área existente e não implique em mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada.

§ 1º Entende-se por obra regular aquelas que possuam Alvará de Construção e Habite-se, desde que não tenham sofrido nenhuma ampliação irregular que vieram a alterar área edificada proposta na época.

§ 2º No caso de imóvel com edificações existentes, sem manifestação de ampliação, onde o interessado solicite reforma com mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada:

I - o número mínimo de vagas de veículos exigidas deverá ser de 1/3 das vagas constantes no Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019, podendo o interessado instalar mais vagas do que o mínimo exigido;

II - as vagas não instaladas, previstas no Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019, deverão utilizar-se de medida compensatória;

III - nos casos onde o Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019 exija a implantação de vagas para carga e descarga, não havendo a possibilidade de implantação desta, deverá o mesmo solicitar autorização para implantar placa identificando horário de carga e descarga, na testada do lote, efetuada no horário anterior às 8 horas e entre às 18h30min e 20 horas, sendo que o custo da placa e sua instalação ficarão por conta do interessado sendo ainda a definição de tamanho e inscrições por conta do Departamento de Trânsito do Município;

IV - a vaga para carga e descarga também será passível de compensação financeira.

§ 3º No caso de imóvel com edificações existentes, com solicitação de Alvará de Ampliação:

I - o número mínimo de vagas exigidas deverá ser as constantes no Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019, considerando a área a ser ampliada;

II - as vagas de estacionamento para a área existente da edificação, quando não ocorrer mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada, será isenta sem necessidade de compensação;

III - as vagas de estacionamento para a área existente da edificação, quando ocorrer mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada, deverá seguir o determinado no parágrafo 2º deste artigo.

§ 4º Para as ampliações dos imóveis com finalidades sociais, culturais e públicas caberá a isenção das vagas de estacionamento, sem necessidade de compensação, à excessão das instituições de ensino superior com quantidade de alunos maior que 200 (duzentas) pessoas.

Art. 2º Aplica-se esta Instrução Normativa para as obras existentes anteriores à instituição da LC 73 de 22 de Dezembro de 2008 que não possuem Alvará de Construção e Habite-se, sendo que estão isentas de vagas de estacionamento, mediante compensação, devendo ser apresentado projeto de regularização da edificação, podendo ser individual ou em conjunto com o projeto de reforma, desde que o projeto de reforma não implique em ampliação da área existente e não implique em mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada.

§ 1º A existência da edificação anteriormente a instituição da LC 73 de 22 de Dezembro de 2008 não regularizada junto a Prefeitura Municipal, deverá ser comprovada com a apresentação dos carnês de IPTU.

§ 2º No caso de imóvel com edificações existentes, sem manifestação de ampliação, onde o interessado solicite reforma com mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada, deverá ser aplicado o disposto no parágrafo 2º do artigo 1º desta Instrução Normativa.

§ 3º No caso de imóvel com edificações existentes, com solicitação de Alvará de Ampliação:

I - o número mínimo de vagas exigidas deverá ser as constantes no Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019, considerando a área a ser ampliada;

II - as vagas de estacionamento para a área existente da edificação, quando não ocorrer mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada, será isenta mediante compensação;

III - as vagas de estacionamento para a área existente da edificação, quando ocorrer mudança na finalidade da atividade anteriormente instalada, deverá seguir o determinado no parágrafo 2º do artigo 1º desta Instrução Normativa.

Art. 3º Para as edificações não contempladas nos artigos 1º e 2º desta Instrução Normativa, anteriormente mencionados, aplicar-se-á o disposto no Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019, sem direito a isenção ou compensação de vagas.

Art. 4º As compensações previstas seguirão obrigatoriamente os seguintes moldes:

I - a compensação se fará com registro público de doação ao município, conforme necessidade apresentada pelo Poder Executivo e aprovada pelo NGPT-IB, no valor equivalente de 1,2 CUBs por vaga não implantada;

II - a compensação será reduzida à termo, em conjunto com o Alvará de Reforma e cumprida dentro do prazo de 60 dias;

III - a compensação se dará por sala comercial, escritórios ou demais atividades no caso de Licença de Funcionamento, será reduzida à termo, de acordo com o cálculo de vagas do Anexo 03 da LC 172 de 17 de Dezembro de 2019;

IV - a compensação não poderá ser feita de modo financeiro, sendo os valores referenciais transformados em lotes ou materiais utilizados ao bem estar social da população;

V - os requerimentos de compensação passarão por análise técnica do NGPT - Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Ibirama;

VI - após a aprovação do NGPT, caberá ao interessado definir e apresentar à Prefeitura Municipal de Ibirama o bem a ser doado, para que esta redija e encaminhe à Câmara Municipal de Vereadores lei autorizativa para o recebimento do bem.

Parágrafo Único. CUB: Custo unitário básico, definido pelo SINDUSCON/SC.

§ 1º estarão isentos de compensação: os imóveis com finalidades sociais, culturais e públicas, desde que existentes e regularizadas no cadastro público municipal;

Art. 5º Todos os processos de solicitação de isenção das vagas de estacionamento, compensação ou isenção de compensação, deverá ser compreendido por:

I - requerimento preenchido e assinado;

II - planta de situação e localização da obra, contendo todas as exigências da LC 87 de 16 de Junho de 2010, todas as edificações existentes, suas áreas e respectivas atividades e Quadro de Índices Urbanísticos;

III - planta baixa de todos os pavimentos com cálculo de área de acordo com a Seção XX da LC 87 de 16 de Junho de 2010 e suas finalidades;

- IV - anexar cópia dos Alvarás de Construção das edificações existentes, tanto para edificações construídas após a LC 73 de 22 de dezembro de 2008, quanto para edificações construídas anteriormente a instituição da referida lei;
- V - no caso de edificação construída anteriormente a instituição da LC 73 de 22 de Dezembro de 2008, não regularizada junto à Prefeitura Municipal, apresentar os carnês de IPTU para comprovação da existência da obra anterior a LC 73 de 22 de Dezembro de 2008;
- VI - identificar a faixa de APP - Área de Preservação Ambiental, conforme legislação municipal vigente, sendo que a edificação deverá estar localizada fora da faixa de APP e da faixa de manutenção das tubulações;
- VII - anexar Certidão atualizada do Registro de Imóveis.

Art. 6º Esta Instrução Normativa terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação e homologação.

Paço Municipal de Ibirama, 04 de junho de 2020.

Izanir da Silva

Presidente do NGPT

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 586

Publicação N° 2513340

DECRETO N° 586, DE 4 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre o expediente nos órgãos da administração direta e indireta nos dias 11 e 12 de junho de 2020".

O Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e, ainda, CONSIDERANDO que, nos termos da Portaria 679, de 30 de dezembro de 2019, do Ministério da Economia, no dia 11 de junho é ponto facultativo,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo na quinta-feira (11/06/2020) e sexta-feira (12/06/2020).

Art. 2º Em que pese os pontos facultativos estabelecidos no artigo anterior, a unidade de saúde central estará aberta das 08h00min às 18h00min em ambos os dias (11 e 12).

Art. 3º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 4 de junho de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

Imarui

PREFEITURA

058 - JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS - REVOGAÇÃO DE PORTARIA

Publicação Nº 2512584

PORTARIA GP Nº 058/2020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Revoga Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A gratificação de 10% concedida através da Portaria GP Nº 021/2019 a JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS para atuar no Apoio Pedagógico, de acordo com a CI nº 032/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

059 - WILZA CARLA ALFREDO CARDOSO BRASIL - REVOGAÇÃO DE PORTARIA

Publicação Nº 2512585

PORTARIA GP Nº 059/2020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Revoga Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 117/2017 que concede gratificação de 45% a WILZA CARLA ALFREDO CARDOSO BRASIL para o cargo de Assessor de Direção da Unidade Escolar E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 032/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

060 - VANDELEIA IVETE MARQUES MATTOS - DESIGNA PARA O CARGO DE ASSESSOR DE DIREÇÃO

Publicação Nº 2512591

PORTARIA GP Nº 060/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Designa para o Cargo de Assessor de Direção

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

VANDELEIA IVETE MARQUES MATTOS para o cargo de Assessor de Direção na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, com gratificação de 45%, de acordo com a CI nº 032/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

061 - PAULO SERGIO GOULART - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MOTORISTA

Publicação Nº 2512593

PORTARIA GP Nº 061/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

PAULO SÉRGIO GOULART com CPF nº 028.349.869-24, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

062 - JANIO DE CASTRO - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MOTORISTA

Publicação Nº 2512595

PORTARIA GP Nº 062/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

JANIO DE CASTRO com CPF nº 033.595.379-47, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

063 - JHONATA WALMOR GONÇALVES FRANCISCO - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MOTORISTA

Publicação Nº 2512596

PORTARIA GP Nº 063/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

JHONATA WALMOR GONÇALVES FRANCISCO com CPF nº 090.880.889-50, para exercer o cargo de Motorista com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

064 - DELZI MACHADO ALVES - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MOTORISTA

Publicação N° 2512598

PORTARIA GP N° 064/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:
DELZI MACHADO ALVES com CPF nº 179.095.119-49, para exercer o cargo de Motorista com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

065 - JASON DA SILVA NUNES - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MOTORISTA

Publicação N° 2512599

PORTARIA GP N° 065/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:
JASON DA SILVA NUNES com CPF nº 069.957.209-62, para exercer o cargo de Motorista com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

066 - ROGERIO EUGENIO DA SILVA - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

Publicação N° 2512600

PORTARIA GP N° 066/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Psicólogo-NAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:
ROGERIO EUGENIO DA SILVA com CPF nº 252.211.658-48, para exercer o cargo de Psicólogo-NAE, com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

067 - GIOVANA DA SILVA HERCULANO - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL

Publicação N° 2512601

PORTARIA GP N° 067/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Assistente Social-NAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:
GIOVANA DA SILVA HERCULANO com CPF nº 036.352.079-18, para exercer o cargo de Assistente Social-NAE, com carga horária de 30h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

068 - GUILHERME JAIR DOS SANTOS - NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE FONOAUDIÓLOGO

Publicação N° 2512602

PORTARIA GP N° 068/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de Fonoaudiólogo-NAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:
GUILHERME JAIR DOS SANTOS com CPF nº 092.568.609-37, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo-NAE, com carga horária de 20h semanais, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

069 - ROSANGELA MARIA NOGUEIRA - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512603

PORTARIA GP N° 069/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:
ROSANGELA MARIA NOGUEIRA com CPF nº 824.286.469-15, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Prof.ª Larice Cavalcanti Caldas, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

070 - LUANA CRISTINE DE AMORIM - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512604

PORTARIA GP N° 070/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

LUANA CRISTINE DE AMORIM com CPF nº 068.453.739-73, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Prof.^a Larice Cavalcanti Caldas, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

071 - MARILDE VIEIRA RODRIGUES - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512605

PORTARIA GP N° 071/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

MARILDE VIEIRA RODRIGUES com CPF nº 594.687.009-25, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

072 - ROSANGELA TORQUATO DE BARROS - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512606

PORTARIA GP N° 072/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

ROSANGELA TORQUATO DE BARROS com CPF nº 058.372.829-47, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

073 - SILVIA SOARES - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação Nº 2512607

PORTARIA GP Nº 073/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

SILVIA SOARES com CPF nº 051.140.839-02, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

074 - DEYVIDA CARDOSO AGOSTINHO ROCHADEL - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação Nº 2512608

PORTARIA GP Nº 074/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

DEYVIDA CARDOSO AGOSTINHO ROCHADEL com CPF nº 026.079.629-86, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

075 - RAFAELA NUNES MIGUEL - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação Nº 2512609

PORTARIA GP Nº 075/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

RAFAELA NUNES MIGUEL com CPF nº 092.312.689-96, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

076 - FRANCIELLY VIEIRA DAMAS - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512610

PORTARIA GP N° 076/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

FRANCIELLY VIEIRA DAMAS com CPF nº 108.961.749-64, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horaria de 40h semanais, no C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

077 - CRISTIANE ALEXANDRE FRAGA SABINO - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512611

PORTARIA GP N° 077/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

CRISTIANE ALEXANDRE FRAGA SABINO com CPF nº 072.743.579-56, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

078 - FABIANA DA SILVA - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512612

PORTARIA GP N° 078/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

FABIANA DA SILVA com CPF nº 021.650.599-25, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

079 - MARLETE SILVINO - NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação N° 2512613

PORTARIA GP N° 079/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
Nomeação para o cargo de auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 2096/2020 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2019, resolve:

NOMEAR:

MARLETE SILVINO com CPF nº 082.655.969-79, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40h semanais no E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 029/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Imaruí, 12 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

080 - JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação N° 2512615

PORTARIA GP N° 080/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS, de 10 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

081 - ROSI LEIA SILVEIRA CUNHA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação N° 2512616

PORTARIA GP N° 081/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora ROSI LEIA SILVEIRA CUNHA, de 20 para 40 horas semanais na E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

082 - DANIELA DALPIAZ PEREIRA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512617

PORTARIA GP Nº 082/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora DANIELA DALPIAZ PEREIRA, de 10 para 20 horas semanais no E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

083 - WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512618

PORTARIA GP Nº 083/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado do Professor WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR, de 10 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

084 - NADIA ROMAGNA DA ROSA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512620

PORTARIA GP Nº 084/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora NADIA ROMAGNA DA ROSA, de 10 para 20 horas semanais no E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

085 - HELLEN MARTINSK ALBINO - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512621

PORTARIA GP Nº 085/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora HELLEN MARTINSK ALBINO, de 10 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

086 - JONAS NUNES GONZAGA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512622

PORTARIA GP Nº 086/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado do Professor JONAS NUNES GONZAGA, de 10 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

087 - MARCELO SEBASTIÃO FERNANDES - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512624

PORTARIA GP Nº 087/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado do Professor MARCELO SEBASTIÃO FERNANDES, de 10 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Prof.ª Larice Cavalcanti Caldas, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

088 - PATRICIA DAMAZIO - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512626

PORTARIA GP Nº 088/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora PATRICIA DAMAZIO, de 10 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bitencourt, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

089 - ELDICLESIA ANACLETO DOS SANTOS VITOR - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512627

PORTARIA GP Nº 089/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora ELDICLESIA ANACLETO DOS SANTOS VITOR, de 10 para 20 horas semanais no E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

090 - RAMONA DOS PASSOS DA SILVA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação N° 2512628

PORTARIA GP N° 090/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar n° 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital n° 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora RAMONA DOS PASSOS DA SILVA, de 10 para 20 horas semanais no E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt e E.E.F.M. Ver. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI n° 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

091 - ROSANIA CASTRO SILVA DE OLIVEIRA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação N° 2512629

PORTARIA GP N° 091/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar n° 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital n° 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora ROSANIA CASTRO SILVA DE OLIVEIRA, de 20 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Prof.º José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI n° 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

092 - MIRIAN VALMIRIA VIEIRA - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação N° 2512631

PORTARIA GP N° 092/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar n° 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital n° 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora MIRIAN VALMIRIA VIEIRA, de 20 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Prof.º José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

093 - CRISTIANE DE CARVALHO DIAS - ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA POR TEMPO INDETERMINADO DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512632

PORTARIA GP Nº 093/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Alteração de Carga Horária Por Tempo Indeterminado de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, a Lei Complementar nº 005/2008 de 04 de abril de 2008 e Posteriores alterações e de acordo com o Edital nº 001/2020, resolve,

ALTERAR:

A carga horária por tempo indeterminado da Professora CRISTIANE DE CARVALHO DIAS, de 20 para 40 horas semanais no E.E.F.M. Prof. Portinho Bittencourt e E.E.F.M. Prof. José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 034/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

094 - VALDETE MANOEL DA SILVA STEFF CARDOSO - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512634

PORTARIA GP Nº 094/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) VALDETE MANOEL DA SILVA STEFF CARDOSO de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

095 - ROSILENE JOÃO FELIPE - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512636

PORTARIA GP Nº 095/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) ROSILENE JOÃO FELIPE de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

096 - ROSA MANOEL CARDOSO - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação N° 2512639

PORTARIA GP N° 096/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) ROSA MANOEL CARDOSO de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

097 - ELISETE MACHADO RODRIGUES - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação N° 2512642

PORTARIA GP N° 097/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) ELISETE MACHADO RODRIGUES de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

098 - SAIONARA MEDEIROS LINO - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação N° 2512644

PORTARIA GP N° 098/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) SAIONARA MEDEIROS LINO de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

099 - MARLI DOS PASSOS - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação N° 2512667

PORTARIA GP N° 099/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) MARLI DOS PASSOS de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

100 - REGINA DOS SANTOS VIANA - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação N° 2512668

PORTARIA GP N° 100/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) REGINA DOS SANTOS VIANA de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA

Secretário de Planejamento e Gestão

101 - PAULO CESAR PEREIRA - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação N° 2512669

PORTARIA GP N° 101/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) PAULO CESAR PEREIRA de 10 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

102 - REGILANE SEBASTIÃO FERNANDES - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512672

PORTARIA GP Nº 102/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) REGILANE SEBASTIÃO FERNANDES de 10 horas para 20 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

103 - RAMONA DOS PASSOS DA SILVA - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512674

PORTARIA GP Nº 103/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) RAMONA DOS PASSOS DA SILVA de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

104 - PATRICIA CRESCÊNCIO - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512676

PORTARIA GP Nº 104/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) PATRICIA CRESCÊNCIO de 10 horas para 20 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

105 - EVALDO DA SILVA - AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

Publicação Nº 2512677

PORTARIA GP Nº 105/2020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.
Ampliação de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações e de acordo com o Processo Seletivo 002/2020, resolve:

AMPLIAR:

A carga horária do (a) Professor (a) EVALDO DA SILVA de 20 horas para 40 horas semanais, de acordo com a CI nº 038/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 13 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretário de Planejamento e Gestão

106 - SINARA ALVES - EXONERAÇÃO DO CARGO DE ASSISTENTE

Publicação Nº 2512683

PORTARIA GP Nº 106/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
Exoneração de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve,

EXONERAR:
SINARA ALVES do cargo de Assistente, de acordo com a CI nº 032/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 14 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

107 - GRAZIELI FERNANDES DA ROCHA FAUST - EXONERAÇÃO DO CARGO DE ASSISTENTE

Publicação Nº 2512685

PORTARIA GP Nº 107/2020, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.
Exoneração de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve,

EXONERAR:
GRAZIELI FERNANDES DA ROCHA FAUST, do cargo de Assistente, de acordo com a CI nº 032/2020 da Secretaria de Educação.

Imaruí, 14 de fevereiro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

VANDERLEI CUNHA
Secretario de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 107, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513928

DECRETO PMI Nº 107, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 117.345,00 (cento e dezessete mil, trezentos e quarenta e cinco reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Benefícios Eventuais		
08.244.0017-2.060		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.3074 (0027)	Aplicações Diretas	117.345,00
Total		117.345,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Benefícios Eventuais Custeio – FEAS/Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 108, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2514155

DECRETO PMI Nº 108, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$178.023,51 (cento e setenta e oito mil, vinte e três reais e cinquenta e um centavos), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0022-2.074		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0811 (0010)	Aplicações Diretas	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0811 (0011)	Aplicações Diretas	68.023,51
Total		178.023,51

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos do Convênio Trânsito - Prefeitura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 109, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2514190

DECRETO PMI Nº 109, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$244.362,34 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Civil		
06.181.0022-2.076		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0809 (0008)	Aplicações Diretas	144.362,34
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0809 (0009)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		244.362,34

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos do Convênio Trânsito - Polícia Civil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 110, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2514192

DECRETO PMI Nº 110, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 83.812,60 (oitenta e três mil, oitocentos e doze reais e sessenta centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0022-2.075		
3.3.30.00.00.00.00.00.03.0810 (0012)	Aplicações Diretas	83.812,60
Total		83.812,60

Art. 2º Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos do Convênio Trânsito - Polícia Militar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

ERRATA INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO SEASTH Nº 001/2020

Publicação Nº 2514183

ERRATA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 SEASTH

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3151 de 25 de maio de 2020, página 470 corrige-se:

Onde se lê:

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Leia-se:

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Fomento junto à entidade abaixo relacionada:

Onde se lê:

Modalidade: Termo de Cooperação

Leia-se:

Modalidade: Termo de Fomento

ROSINETE DELFINO LAURINDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 37/2020 DISPENSA Nº 13/2020 (PMI-SEAD)

Publicação Nº 2514131

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEAD

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 37/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação de nº 13/2020, por motivo de interesse Público.

Imbituba, 05 de junho de 2020.

Emanuele Martins Ávila

Presidente da CPL

LEI N.º 5.140, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513662

LEI N.º 5.140, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a desafetar bem móvel e a firmar Termo de Doação entre o Município de Imbituba e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba autorizado a proceder à desafetação e realizar a doação do Veículo Marca/Modelo Ford Transit, Renavam 323972055, Chassi WFOXXTBFBTK45321, Ano Modelo 2011/2011, Placa MJD 3312, Combustível Diesel, Patrimônio nº 13.818.

Art. 2º A celebração do Termo de Doação, destina-se à execução de ações e atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as iniciativas necessárias visando à transferência e incorporação do referido bem móvel ao Patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações pertencentes ao orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

LEI N.º 5.141, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513760

LEI N.º 5.141, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a desafetar bem móvel e a firmar Termo de Doação entre o Município de Imbituba e o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba autorizado a proceder à desafetação e realizar a doação do Veículo Marca/Modelo I/M. Benz CDI SPR TCA AMB, Renavan 1036788536, Chassi 8AC906633FE101197, Ano Modelo 2014/2015, Placa OKH 5759, Combustível Diesel, Patrimônio n.º 15.608.

Art. 2º A celebração do Termo de Doação destina-se à execução de ações e atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as iniciativas necessárias visando à transferência e incorporação do referido bem móvel ao Patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações pertencentes ao orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

LEI N.º 5.142, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513840

LEI N.º 5.142, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a desafetar bem móvel e a firmar Termo de Doação entre o Município de Imbituba e o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba autorizado a proceder à desafetação e realizar a doação do Veículo Marca/Modelo VW Nova Saveiro CS, Renavam 599670428, Chassi 9BWKB45U9EP145161, Ano Modelo 2013/2014, Placa MLI 6301, Combustível Gasolina, Patrimônio n.º 30.411.

Art. 2º A celebração do Termo de Doação, destina-se à execução de ações e atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as iniciativas necessárias visando à transferência e incorporação do referido bem móvel ao Patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações pertencentes ao orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

PORTARIA PMI/SEAD Nº 380/2020

Publicação Nº 2513699

PORTARIA PMI/SEAD Nº 380, de 03 de junho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 7.064/2020 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. EDUARDO CRISTIANO MORAES, Auditor Fiscal, inscrito no CPF sob o n.º 008.397.589-60, admitido em 04 de maio de 2010, contrato nº 5451, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	04.01.2021 a 02.02.2021
	03.01.2022 a 01.02.2022
	02.01.2023 a 31.01.2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 381/2020

Publicação Nº 2513874

PORTARIA PMI/SEAD Nº 381, de 04 de junho de 2020.
Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Fiscais de Obras e Posturas, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando o exposto no Memorando nº 9.472/2020 e de acordo com o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Desligar por término de contrato, em 05 de junho de 2020, os servidores aprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2020, contratados emergencialmente em caráter temporário, nomeados através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 290, de 08 de abril de 2020, para exercerem o cargo de Fiscal de Obras e Posturas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDURB.

Nome	Cargo/Função	CPF
GUSTAVO GUIMARAES BORGES	Fiscal de Obras e Posturas	105.871.699-01
ERICK FRANCISCO SILVA DOS SANTOS	Fiscal de Obras e Posturas	119.521.329-20
ANA CAROLINA LAUREANO	Fiscal de Obras e Posturas	113.060.799-26
MARIA LUIZA LAUREANO	Fiscal de Obras e Posturas	113.060.729-13
POLLYANNA FERREIRA DE SOUSA	Fiscal de Obras e Posturas	109.228.039-19
VICTORIA MELO DE SOUZA	Fiscal de Obras e Posturas	104.250.849-65
FELIPE FERREIRA PONTES	Fiscal de Obras e Posturas	879.440.650-20
JOAO PEDRO LUIZ JOSE	Fiscal de Obras e Posturas	104.501.369-22

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de junho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 382/2020

Publicação Nº 2514198

PORTARIA PMI/SEAD Nº 382, de 04 de junho de 2020.

Dispõe sobre a exoneração a pedido de Diretor de Controle e Fiscalização de Contratos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 9.482/2020 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, em 05 de junho de 2020, o Sr. FRED HESSE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 294.402.979-72, do cargo de Diretor de Controle e Fiscalização de Contratos da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 41, de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 383/2020

Publicação Nº 2514089

PORTARIA PMI/SEAD Nº 383, de 04 de junho de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada/representação junto ao órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 9.488/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 05 de junho de 2020, o servidor de carreira abaixo descrito, na respectiva função gratificada junto ao órgão superior correspondente, de acordo com o quadro abaixo.

Matr.	Nome	Órgão	Função
10655	Vitor Antônio Alves	UCSCI	Gerente de Transparência e Serviços ao Cidadão

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 028/2020**

Publicação Nº 2514134

Ato da Presidência nº 028/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 18ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 08 de junho de 2020 (segunda-feira), às 19h30min, através do Sistema de Deliberação Digital previsto no Ato da Presidência nº 13/2020 e convalidado pela Resolução nº 003, de 16 de abril de 2020.

PROPOSIÇÃO

Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
-	MOÇÃO nº 5/2020 Discussão e Votação da Moção nº 5/2020	27/05/2020	Poder Legislativo	Vereadores de Imbituba	Moção de Apoio à aprovação do Projeto de Lei Estadual nº. 0187.5/2020, que tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e dispõe sobre a concessão de renda emergencial cultural aos trabalhadores do setor cultural enquanto perdurar a vigência do Decreto Legislativo Estadual nº. 18.332, de 20 de março de 2020.	Ordinário

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 04 de junho de 2020.

Antônio Clésio Costa	Humberto Carlos dos Santos
Presidente	Vice-Presidente
Renato Carlos de Figueiredo	Roberto Luiz Rodrigues
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

Indaial

PREFEITURA

COMUNICADO OFICIAL - SAÚDE 04 DE JUNHO - COVID-19

Publicação Nº 2513049

Comunicado Oficial:

O Fundo Municipal de Saúde de Indaial, em cumprimento ao §2º, Art. 4º da Portaria 1393 de 29 de maio de 2020 do Ministério da Saúde que dispõe sobre o auxílio financeiro às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) - no exercício de 2020 – com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19, vem comunicar que em 04 de junho de 2020 – através da Portaria 1448 de 29 de maio de 2020 - foi transferido pelo Fundo Nacional de Saúde o Valor de R\$ 839.020,48 (referente à segunda parcela) que deverá ser transferido à Entidade Beneficiada "Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos" sob o CNPJ 84.231.281/0001-83, CNES 2521873, do Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Alexandre Manoel Dalabrida.
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2272/2020

Publicação Nº 2513052

. DECRETO Nº 2272/20

. De 04 de junho de 2020

RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO COM JORNADA SUPLEMENTAR EXERCÍCIO 2020.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 113/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam relacionados os Profissionais da Rede Municipal de Educação, com Jornada Suplementar Exercício 2020, com data inicial em 01 de junho de 2020 e vigência até 30 de junho de 2020, conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Ato da Secretaria Municipal de Educação poderá cessar a execução da jornada suplementar antes do fim do período estabelecido no artigo anterior, conforme o caso, se não houver mais motivo justificador de sua execução pelos profissionais relacionados no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

JORNADA SUPLEMENTAR EXERCÍCIO 2020

De 01 a 30 de junho de 2020

Servidor	Motivo	Disciplina	Vinculado
HELENA LERNER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	APOIO PEDAGÓGICO E AEE	Vaga aberta para efetivação – Apoio Pedagógico
ADRIANE MARIA MARCHIORATO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Substituindo a professora Raquel Zimmermann de Faveri, que está atuando provisório 2020 como professora de Apoio Pedagógico (vaga aberta para efetivação)
ALEXANDRE TAKIO KITAGAWA	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	CIÊNCIAS	Vaga aberta para efetivação
ALINE FERNANDA MENGARDA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Turma provisória para 2020 (mediante demanda, necessidade de desdobramento de turma)
ANA PAULA FONSECA ALKIMIN ASSIS	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
ANDERSON MIGUEL BONA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	HISTÓRIA	Substituindo Suely Vehmuth – Diretora da EBM Mulde Baixa

BIAFRA SPINDOLA PEREIRA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo Elke Peters Dallabrida – Secretária de Educação
BIANCA SULIEE KORC CORREA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	PORTUGUÊS	Substituindo Elenice Hermes – Diretora EBM Juvenal Carvalho
CATIANE HENN	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Vaga aberta – Professor de Educação Especial
DANIELA CRISTINA FINK	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo Monica Bogo – Auxiliar de Direção + vaga aberta para efetivação
DANIELA LEOPOLDO SILVA OLIVEIRA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Turma provisória para 2020 (mediante demanda, necessidade de desdobramento de turma)
DANIELA SOARES GIOVANELLA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
DEBORA CARLINI REINECKE	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Vaga aberta para efetivação
DEBORA CORREA SOUZA SANTOS NESPOLO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
DUANE DE FATIMA GUESSER	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	CIÊNCIAS	Substituindo Luciana Stedile Luciano – Diretora EBM Leopoldo Simão
ELAINE CHRISTINA R. ARAUJO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Substituindo Vitor Arthur Dietrich – Diretor EBM Encano Central
ELIENE LAGO MARTINS	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Substituindo Celio Antonio Sardagna – Secretário COMED
ELIZANDRA COLPANI DE OLIVEIRA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo Monica Bogo – Auxiliar de Direção
FABIO ELISIO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
FELIPE GALVÃO DUARTE	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	CIÊNCIAS	Substituindo Caroline Krug Vieira – Licença sem Vencimento, para realização de mestrado
GABRIELA BENTO PORTO	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	ARTE	Substituindo Daniel Reis – Diretor do Colégio Municipal
IRACI ALVES	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	CIÊNCIAS	Substituindo Janete Pedrinha Fink dos Santos – Coordenadora UAB
ITAMAR DELLANI	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	ENSINO RELIGIOSO	Substituindo Sheila Terezinha Giovanella – Auxiliar de Direção Colégio Municipal
JANAINA DA SILVA CANDIDO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	PORTUGUÊS	Vaga aberta para efetivação
JAQUELINE ANDRESSA KROEGER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Substituindo a professora Sherley Simone Jennrich Kubiack, que está atuando provisório 2020 como professora de Apoio Pedagógico (vaga aberta para efetivação)
JOACIR TASCHNER	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo a professora Bruna Deodona Ferrari - SED
JOICE MARIANA WITHOEFT	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	1º AO 5º	Substituindo a professora Rubia Waldirene Speck Loes – Diretora da EBM Prof. Mário Bonessi
JULIA DALRI PINHEIRO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
KELLY CRISTINA NERI	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Vaga aberta para efetivação
LAERTE FLORIANI NETO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo o professor Adalberto Salvino Castellain Filho - FME
LEANDRO FERREIRA GANG	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
LIRIA BEWIAN MAAS	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
MARCIA DE AMORIM DRAEGER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
MARIA ANGELICA BLOCK	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo Monica Bogo – Auxiliar de Direção
MARIA ZENILDA DA LUZ	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação

MIRNA SEIDE	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
NILVA MARIA MIGUEL CAETANO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Vaga aberta para efetivação
NILZA STEFFEN	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Substituindo a professora Janaina Thais Traebert - Diretora EBM Tancredo de Almeida Neves
PATRICIA REGIANE TOMASELLI	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	FANFARRA E MÚSICA	Vaga aberta para efetivação
REJANE BUBLITZ	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Vaga aberta para efetivação
ROSE MARY ANACLETO	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
ROSE MARY DALPIAZ CORREA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º	Substituindo a professora Patricia Blunk - SED
SABRINA ISAURA CARLINI	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
SABRINA TRIDAPALLI	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	MÚSICA	Vaga aberta para efetivação
SILMARA LOZEYKO BALAK	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	GEOGRAFIA	Vaga aberta para efetivação
TAMARA BEIMS GUANABENS ALTENBURG	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	PORTUGUÊS	Vaga aberta para efetivação
VIVIAN GEISLER VENDORF	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	GEOGRAFIA	Substituindo a professora Zilda Maria Garcia de Garcia – Diretora do EJA
VIVIANE APARECIDA PEDRO SIMÃO	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
CLAUDIA LEYTICHELE IMME ATANAZIO	JORNADA SUPLEMENTAR 10HORAS	INGLÊS	Vaga aberta para efetivação
MANOEL TAVARES FILHO	JORNADA SUPLEMENTAR 20HORAS	INGLÊS	Vaga aberta para efetivação
QUESIA SILVA DOS SANTOS	JORNADA SUPLEMENTAR 20HORAS	INGLÊS	Substituindo a professora Joselice Lemes de Oliveira – readaptada como Atendente de Biblioteca
MARIA AP. MACHADO KRAUSS	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	Educação Física	Projeto Escola Integral EBM Encano Central

Observação: os professores em Jornada Suplementar também possuem 1/3 de hora atividade, conforme a sua respectiva carga horária.

Indaial, SC, 03 de junho de 20

PORTARIA Nº 605/20

Publicação Nº 2512847

PORTARIA Nº 605/20

De 19 de maio de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Mario Voigt

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 18 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2014/2020 ao servidor Mario Voigt, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 90 (noventa) dias a serem usufruídos a partir de 22 de maio de 2020 a 19 de agosto de 2020.

Prefeitura de Indaial, em 19 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Secretário Interino de Agricultura

(Decreto nº 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 638/20

Publicação Nº 2512844

PORTARIA Nº 638/20
De 25 de maio de 2020
Retifica Portaria nº 535/20

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Agricultura

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações; considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto nº 1658/15 de 23 de novembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 2226/20 de 05 de maio de 2020, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Agricultura e considerando a Comunicação Interna confeccionada pela Secretaria de Agricultura em 20 de maio de 2020 e o artigo 1º, § 2º do Decreto nº 2216 de 28 de abril de 2020, resolve:

Retificar a portaria nº 535/20, que Normatiza a Escala de Plantão e Sobreaviso da Secretaria de Agricultura, que passa a ter a seguinte redação:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura com efeitos ao período de 01 de maio de 2020 até 31 de maio de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Valmir França	Operador de Máquina Niveladora	09,10,23 e 24 de maio de 2020
Roberto Joni Stahnke	Inseminador	01,02,03,09,10,16,17,23,24, 30 e 31 de maio de 2020
Charles Suchara	Operador de Retroescavadeira	16 e 17 de maio de 2020
Gelson Finkenauer de Candida	Operador de Trator de Pneus	30 e 31 de maio de 2020

Prefeitura Municipal de Indaial em 25 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Secretário Interino de Agricultura
(Decreto nº 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 654/20

Publicação Nº 2512841

PORTARIA Nº 654/20
De 26 de maio de 2020
Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.
Hélio Ribeiro

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 13 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2014/2019 ao servidor Hélio Ribeiro, ocupante do cargo de Pedreiro do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 13 de maio de 2020 a 11 de junho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 26 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

FABIANO DOS SANTOS
Secretário de Planejamento
Secretário Interino de Obras
(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 655/20

Publicação Nº 2512837

PORTARIA Nº 655/20

De 26 de maio de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Rudiberto Waterstradt

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 15 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2004/2009 ao servidor Rudiberto Waterstradt, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 13 de maio de 2020 a 11 de junho de 2020;
- 60 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 26 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

FABIANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento

Secretário Interino de Obras

(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 657/20

Publicação Nº 2512835

PORTARIA Nº 657/20

De 26 de maio de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Wilson Bohmann

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 21 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2005/2010 ao servidor Wilson Bohmann, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 22 de maio de 2020 a 20 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de novembro de 2011;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de março de 2010.

Prefeitura de Indaial, em 26 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 659/20

Publicação Nº 2512826

PORTARIA Nº 659/20

De 27 de maio de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Transportes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação confeccionada pela Secretaria de Saúde, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Transportes, com efeitos ao período de 01 de junho de 2020 até 30 de junho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Jedrael Nilton Polleza	Motorista	11,12,13,14,27 e 28 (24 horas/cada); 08,09,10,22,23,24,25 e 26 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Regis Meurer da Silva	Motorista	20 e 21 (24 horas/cada); 15,16,17,18 e 19 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Everaldo Lamim	Motorista	06 e 07 (24 horas/cada); 01,02,03,04,05,29 e 30 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 27 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 660/20

Publicação Nº 2512824

PORTARIA Nº 660/20

De 27 de maio de 2020

Retifica Portaria Nº 560/20

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação Interna nº 22/20 confeccionada pela Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária em 08 de maio de 2020 e Comunicação Interna nº 24/20, confeccionada pela Secretaria de Saúde/ Vigilância Sanitária em 25 de maio de 2020, resolve:

Retificar a portaria nº 560/20 que retificou a portaria nº504/20 que por sua vez Normatiza a Escala de Plantão e Sobreaviso da Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária, que passa a ter a seguinte redação:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária com efeitos ao período de 01 de maio de 2020 até 31 de maio de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Maria Dalva Brassiani Mafra	Fiscal de Saúde	10,16 e 17 (24 horas/cada); 11,12,13,14,15,18,19 e 20 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Guilherme Luiz Ventura	Fiscal de Saúde	01,02,03 e 09 (24 horas/cada); 04,05,06,07 e 08 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luci Marques	Técnica Sanitarista	01,02,03 e 09 (24 horas/cada); 04,05,06,07 e 08 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luciana Pinto Brassiani	Fiscal de saúde	23,24,30 e 31 (24 horas/cada); 21,22,25,26,27,28 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Melita Gunther Kalk	Fiscal de Saúde	10,16 e 17 (24 horas/cada); 11,12,13,14,15,18,19 e 20 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Rogério Brassiani	Fiscal de Saúde	01,02,03,09,10,16,17,23,24,30 e 31 (24 horas/cada); 04,05,06,07,08,11,12,13,14,15,18,19,20,21,22,25,26,27,28 e 29 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 27 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 662/20

Publicação Nº 2512830

PORTARIA Nº 662/20

De 27 de maio de 2020

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Nayara Elmisan Zolet

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. Pedro Geisel Santos, CRM/SC 14.919 de 25 de maio de 2020. RESOLVE:

Homologar 15 (quinze) dia de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Nayara Elmisan Zolet, ocupante do cargo de Educadora de Atividades Físicas II do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho João Carlos Elmisan Zolet Silva, do dia 25 de maio de 2020 à 08 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 27 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 665/20

Publicação Nº 2512822

PORTARIA Nº 665/20

De 27 de maio de 2020

Regulamenta Situação Funcional/Licença Prêmio

Valdecir Adécio Wartha

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 88, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 07 de maio de 2020; Resolve:

Regulamentar a situação funcional, com relação aos períodos de Licenças Prêmio do servidor Valdecir Adécio Wartha, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em 10 de julho de 1991, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2001/2006

- 30 (trinta) dias já usufruídos de 11 de setembro de 2017 a 10 de outubro de 2017;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento de fevereiro de 2008;
- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 13 de maio de 2020 à 11 de junho de 2020.

Período 2006/2011

- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos a partir de 12 de junho de 2020 a 10 de agosto de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna, conforme acordo com Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 27 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Secretário Interino de Agricultura
(Decreto nº 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 674/20

Publicação Nº 2513042

PORTARIA Nº 674/20
De 28 de maio de 2020
Regulamenta Situação Funcional
Kleber José Coninck

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, em seu artigo 88, e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 04 de maio de 2020, RESOLVE:

Regulamentar a situação funcional, com relação aos períodos de Licenças Prêmio, do servidor Kleber José Coninck, ocupante do cargo de Operador de Máquina Niveladora, admitido em 22 de novembro de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

Período 2008/2013

- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de fevereiro de 2015;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de abril de 2018;
- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 04 de maio de 2020 à 02 de junho de 2020.

Período 2013/2018

- 90 (noventa) dias a serem usufruídos a partir de 03 de junho de 2020 à 31 de agosto de 2020.

Prefeitura de Indaial, em 28 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

FABIANO DOS SANTOS
Secretário de Planejamento
Secretário Interino de Obras
(Decreto nº 2133 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 675/20

Publicação Nº 2512820

PORTARIA Nº 675/20
De 29 de maio de 2020
Torna nula a Portaria nº 567/20

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando email confeccionado pela Coordenação de RH da Secretaria de Educação em 28 de maio de 2020, RESOLVE:

Tornar nula a Portaria nº 567/20, que concedeu Licença Prêmio ao servidor Diego Francisco Catão, ocupante do cargo de Professor.

Prefeitura de Indaial, em 29 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 677/20

Publicação N° 2512817

PORTARIA N° 677/20

De 29 de maio de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Izoldina da Silva Drzeniscki

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 26 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2013/2018 à servidora Izoldina da Silva Drzeniscki, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 27 de maio de 2020 a 25 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 27 de abril de 2020 a 26 de maio de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 22 de julho de 2019 a 20 de agosto de 2019.

Prefeitura de Indaial, em 29 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 678/20

Publicação N° 2512815

PORTARIA N° 678/20

De 29 de maio de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Maria Valtenice de Moura Silva

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando requerimento confeccionado pela servidora em 25 de maio de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2009/2014 à servidora Maria Valtenice de Moura Silva, ocupante do cargo de Agente Educacional do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias a serem usufruídos de 01 de junho de 2020 a 30 de junho de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 29 de maio de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 682/20

Publicação Nº 2512812

PORTARIA Nº 682/20

De 01 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Nadia Giovanella Quintino

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 30 de abril de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2014/2019 à servidora Nadia Giovanella Quintino, ocupante do cargo de Fonoaudióloga do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 05 de maio de 2020 a 03 de junho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 02 de abril de 2020 a 01 de maio de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídas em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 01 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 75/2020

Publicação Nº 2512885

. PORTARIA Nº 75/20

. De 03 de junho de 2020

Colocar temporariamente a Disposição da Secretaria de Administração e Finanças / Praça do Cidadão / Amanda Carolina Caetano

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional.

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19.

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto Estadual nº 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

CONSIDERANDO que foi decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Indaial, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), por meio do Decreto Municipal nº 2128/2020.

CONSIDERANDO que o inciso XVII do artigo 117 da Lei Federal nº 8.112/90, estabelece que "cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias".

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010), em seu artigo 95, inciso XVI, reproduz a legislação federal (Lei 8.112/90, 117, XVII), possibilitando a Administração Pública conferir aos seus servidores atribuições estranhas ao cargo que ocupa para atender situações de emergência e transitórias.

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado, em informativo direcionado aos gestores públicos, asseverou que "em situações excepcionais, como a presente pandemia do coronavírus (Covid19), em que se requer a proteção iminente da vida (bem jurídico maior a ser tutelado) e da saúde da coletividade, poder-se-ia admitir, por meio de Decreto regulamentando as situações específicas, que determinados servidores exerçam, em caráter de urgência e de modo temporário, atividades distintas do cargo ou emprego para o qual foram nomeados, desde que possuam habilitação específica para exercer o mister a que forem designados (TCE/SC – http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/coronavirus_perguntas_e_respostas.pdf).

CONSIDERANDO que com a Pandemia COVID-19, ocorreu a suspensão dos Eventos Esportivos, conforme Decreto Estadual nº 509/2020,

deixando alguns servidores da fundação municipal de esporte ociosos, bem como a necessidade de pessoal junto a Praça do Cidadão para atendimento ao público, o qual teve aumento significativo em decorrência dos reflexos econômicos advindos das restrições impostas pelo Governo do Estado.

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Administração e Finanças – Praça do Cidadão, a Servidora Amanda Carolina Caetano, Professora ACT de Hidroginástica 20 h na FME, para auxiliar na Recepção da Praça.

Parágrafo único – Para o cumprimento do artigo 1º sua jornada de trabalho será de segunda a sexta das 08h até 12h.

Art. 2º - As medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 03 de junho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2020 - REVOGAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2513104

REVOGAÇÃO DE EDITAL**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Processo Administrativo nº 057/2020

Edital de Pregão Presencial nº 024/2020-10430

Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que REVOGA o processo licitatório citado retro, na forma do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic03@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 11/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 03/2020**

Publicação Nº 2513542

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº Portaria 20/2020,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante na ata circunstanciada, considerando vencedora para o objeto do Processo Licitatório nº 11/2020 – Edital de Pregão (Presencial) nº 3/2020, a empresa:

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 02.255.187/0001-08 com o valor global anual estimado de R\$14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais);

Vereador Flavio Augusto Ferri Molinari

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 5 de junho de 2020.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 49/2020 - PMI

Publicação Nº 2512853

CONTRATO PARA OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI. CT20/049

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELI, pessoa jurídica, situada na Av. Lebon Regis nº 421, Bairro São José na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 27.841.750/0001-42, neste ato representado pelo Sr. Laureci Bitencourt, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0036/2020, TOMADA DE PREÇOS nº 0010/2020, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para PAVIMENTAÇÃO NA RUA IRMÃO GUZETTI - CENTRO, de acordo com os Projetos, Memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo. Valor do item R\$ 138.800,00 (cento e trinta e oito mil e oitocentos reais).

Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para PAVIMENTAÇÃO EM PÁTIO DA PREFEITURA - CENTRO, de acordo com os Projetos, Memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo. Valor do item R\$ 137.950,00 (cento e trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 276.750,00 (duzentos e setenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

2.2 – A liberação dos pagamentos somente se dará após a fiscalização, liberação por parte do engenheiro responsável designado pelo município e recebimento de recursos do BADESC.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao órgão Federal e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua assinatura e término no prazo de execução que será de até 60 (sessenta) dias, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	183 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Código Reduzido	155

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrado multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- b) dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- c) executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- d) executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- e) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- g) iniciar os serviços após recebimento da ordem de serviço e retirada do Alvará de construção no setor de tributação do município, caso seja necessário;
- h) manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- i) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- j) assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.
- k) manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.
- l) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.
- m) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra vistado pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;
- n) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;
- o) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- p) outras obrigações mencionadas no edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário ou responsável. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 04 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

NOSSA PAVIMENTAÇÃO EIRELI
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 50/2020 - PMI

Publicação Nº 2512856

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CENTER MÓVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA.
CT20/050

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Pedro Penso, nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CENTER MÓVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Tubarão, nº 250 Bairro Bom Jesus, na cidade de Caçador-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 36.160.222/0001-19, neste ato representado pelo Sr. Adilso Adriano Paris, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de mudas de flores abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de móveis sob medida, conforme planilhas de projetos e proposta apresentada.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
01	Unid.	Móveis sob medidas conforme projeto ao edital e proposta apresentada e planilha de valores em anexo.	98.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – A empresa vencedora do certame, deverá fazer as entregas/montagem conforme necessidades solicitadas pelo município, em até 40 (quarenta) dias após os pedidos formalizados pelo Município de Iomerê, nas quantidades e especificidades descritos na Autorização de Fornecimento. Poderá o município não adquirir o total licitado.

2.2 – As despesas de deslocamento e transporte dos móveis desta licitação até o município de Iomerê ficarão a cargo da empresa vencedora.

2.3 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos materiais objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O valor do contrato é de R\$ 98.100,00 (noventa e oito mil e cem reais), sendo os pagamentos conforme as aquisições.

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subseq-ente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão a conta de cada secretaria solicitante do exercício de 2020.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0038/2020 – Pregão Presencial nº 0020/2020.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

- a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação.

9.2 – Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal solicitante, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 04 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CENTER MÓVEIS INDÚSTRIA E COM.
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

PORTARIA 3586/20

Publicação Nº 2513306

PORTARIA Nº 3586 DE 04 DE JUNHO DE 2020
Exonera servidor de Cargo Comissionado

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, KAROLINE RODRIGUES FACHINI, do Cargo de Chefe de Departamento de Saúde, a partir de 4 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de junho de 2020
GABINETE DO PREFEITO
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3587/20

Publicação N° 2513312

PORTARIA N° 3587, DE 04 DE JUNHO DE 2020
Nomeia Secretária Municipal de Saúde e Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Nomear KAROLINE RODRIGUES FACHINI, para o cargo de Secretária Municipal Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomere, 03 de Junho de 2020
GABINETE DO PREFEITO
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO ASFALTO

Publicação N° 2512859

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2020 - TP	
	Processo Administrativo:	36/2020
	Processo de Licitação:	36/2020
	Data do Processo:	24/04/2020
Folha: 1/1		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2020
b) Licitação Nr.: 10/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/06/2020
e) Data da Adjudicação: 04/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PAVIMENTAÇÃO EM PARTE DA RUA IRMÃO GUZETTI E PATIO DA PREFEITURA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME (5308)

1 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARTE RUA IRMAO GUZETTI	SRV	1,00	0,0000	138.800,00	138.800,00
2 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PATIO PREFEITURA	SRV	1,00	0,0000	137.950,00	137.950,00
				Total do Fornecedor:	276.750,00
				Total Geral:	276.750,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.059.4.4.90.00.00.00.00 (155) Saldo: 254.469,34

Iomerê, 4 de Junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO MOVEIS

Publicação N° 2512868

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2020 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 38/2020 Data do Processo: 14/05/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 38/2020
b) Licitação Nr.: 20/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/06/2020
e) Data da Adjudicação: 04/06/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDAS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	-------------	----------------	---------------

CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA (5674)

1	MÓVEIS SOB MEDIDAS - CONFORME PROJETOS	UN	1,00	0,0000	98.100,00	98.100,00
					Total do Fornecedor:	98.100,00
					Total Geral:	98.100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.004.4.4.90.00.00.00.00.00 (12), 1.053.4.4.90.00.00.00.00.00 (26), 1.056.4.4.90.00.00.00.00.00 (78),
2.020.4.4.90.00.00.00.00.00 (126)

Iomerê, 4 de Junho de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Iporã do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC ADM 045/2020

Publicação N° 2513462

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 045/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 003/2020

O Município de Iporã do Oeste - SC torna público a realização de Procedimento Licitatório, Modalidade Tomada de Preços, para obras e serviços de engenharia, com abertura para dia 26.06.2020, a partir das 13:00h, do tipo menor preço/empreitada global, visando a Seleção e Contratação de empresa para execução de obra de revitalização da praça municipal Reinoldo Ruschel, conforme projetos, memorial descritivo, orçamentos e cronograma físico financeiro.

Os recursos são provenientes do Contrato de Repasse nº 887858/2019/MTUR/CAIXA OPERAÇÃO 1063939-37 – PROPOSTA 004828/2019. A íntegra do edital e seus anexos e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 12:00h às 18:00h pelo Fone: (49) 3634-1210 ou no site www.ipora.sc.gov.br.
Iporã do Oeste - SC, 4 de junho de 2020.

Lúcio Mallmann - Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 104 DE 02 DE JUNHO DE 2020. ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2513309

DECRETO Nº 104
DE 02 DE JUNHO DE 2020.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XL do artigo 91 da Lei Orgânica; e

Considerando Decreto Estadual nº 432, de 23 de janeiro de 2020, que fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2020 para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual;

Considerando Decreto do Executivo Municipal nº 070, de 23 de março de 2020, que decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Ipuacú, em razão da pandemia decorrente do COVID19;

Considerando as orientações da OMS e Ministério da Saúde no sentido de evitar aglomerações e lugares fechados, bem como o contato social e laboral;

Considerando que o município pode definir sua forma e estrutura de trabalho para melhor atender a população nos tempos de enfrentamento da pandemia que assola o país;

Considerando que a prática administrativa tem demonstrado que a adoção da medida de que trata esse Decreto gera economia ao Erário Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da Administração Municipal nos dias 11 (quinta-feira) e 12 de junho de 2020 (sexta-feira), face a passagem de Corpus Christi.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais deverão promover atendimento em regime de plantão/sobreaviso para atendimento dos serviços considerados essenciais, emergenciais e urgentes ao interesse público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 02 de junho de 2020.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br.

DECRETO Nº 105 DE 03 DE JUNHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2513690

DECRETO Nº 105

DE 03 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do art. 91 da Lei Orgânica, art. 9 da Lei 910, de 05 de dezembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte programação de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.054 – Manutenção do Bloco Saúde/Estado

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.1163 – Transferência Convênio Estado/Saúde

Despesa: 16 – R\$ 100.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), das fontes de recurso 0.1163 – Transferência Convênio Estado/Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 03 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br.

PORTARIA Nº 110 DE 01 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 2513313

PORTARIA Nº 110

DE 01 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, principalmente as contidas na Lei Complementar Municipal nº 028, de 18 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio as Servidoras abaixo relacionadas, no período e referência que especifica:

Servidora:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
IVONETE TEREZINHA CASAL	Assistente de Educação	04/02/2014 à 03/02/2017	01/06/2020 à 30/06/2020
LUCIMAR ALMEIDA RIBEIRO LEMOS	Assistente de Educação	06/03/2014 à 05/03/2017	01/06/2020 à 30/06/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 111 DE 01 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

Publicação Nº 2513315

PORTARIA Nº 111

DE 01 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para os Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
LUCIANE CRISTINA MILESKI	Coordenadora do CRAS	01/06/2018 à 31/05/2019	01/06/2020 à 30/06/2020
MARINES MENDES SOARES	Agente Comunitária de Saúde	28/03/2019 à 27/03/2020	01/06/2020 à 30/06/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 112 DE 01 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 2513318

PORTARIA Nº 112

DE 01 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
NERI BALASTRELI	Auxiliar de Mecânico	01/06/2018 à 31/05/2019	02/06/2020 à 01/07/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 02 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 113 DE 02 DE JUNHO DE 2020. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

Publicação Nº 2513321

PORTARIA Nº 113

DE 02 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para os Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
CLAIR SOARES	Motorista	06/05/2019 à 05/05/2020	03/06/2020 à 02/07/2020
LADAIR COLPO	Operador de Máquinas Rodoviárias	10/05/2019 à 09/05/2020	03/06/2020 à 02/07/2020
NELICIMA FÁTIMA NOVELLO	Assistente Social	02/05/2019 à 01/05/2020	03/06/2020 à 02/07/2020

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 03 de junho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 02 de junho de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESCISÃO DO CT PREF 09.2019

Publicação N° 2513847

DATA/RESCISÃO: 04/06/2020.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO PREF N. ° 09 DE 28 DE JANEIRO DE 2019. LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC

LOCADOR: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SUA COM. IPUAÇU, inscrita no CNPJ. Nº. 72.490.675/0001-77.

OBJETO: Tem por objeto o presente contrato a LOCAÇÃO de pavilhão com área de 1.116m² localizado na Rua Pissetti, n.º 850, centro de Ipuacu-SC, para realização de palestras, reuniões, deliberações de conselhos, da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Agricultura e demais ações e projetos vinculados a Administração municipal de Ipuacu-SC. Todas as atividades que serão desenvolvidas nas dependências do locador serão sem fins lucrativos. Sendo que a parte superior do pavilhão será utilizada em tempo integral como depósito do setor de cultura deste município.

DA RESCISÃO: fica rescindido integralmente na data de 04 de junho de 2020 o Contrato Pref n. ° 09 de 28 de janeiro de 2019 e todos os seus efeitos inclusive o primeiro termo aditivo existente.

Ipumirim

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 10/2020

Publicação Nº 2512503

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 10/2020

Dispõe sobre análise e homologação da documentação anual da APAE junto CMAS de Ipumirim/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, em Reunião Ordinária realizada em 03 de junho de 2020, registrada em ata de nº 201, e:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, atualizada pela Lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata o artigo 3º da Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando que os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais prestados por Entidades e Organizações de Assistência Social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Municipal de Assistência Social em vigor;

Considerando que foram cumpridas as exigências estabelecidas na resolução do CMAS de nº. 07 de 28 de maio de 2018, que dispõe sobre a manutenção de inscrição das Entidades, Serviços, Projetos, Programas e Benefícios Socioassistenciais no CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar e aprovar a documentação apresentada pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ipumirim referente aos anos de 2019 e 2020, relativo à execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ofertado neste município.

Art. 2º - Manter a inscrição da APAE junto ao CMAS de Ipumirim.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 03 de junho de 2020.

Claudira Andreia Kammers Costa

Presidente do CMAS de Ipumirim

RESOLUÇÃO Nº 08 2020 COFINANCIAMENTO ESTADUAL BENEFÍCIOS EVENTUAIS - 2ª E 3ª PARCELA

Publicação Nº 2512509

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº. 08/2020

Dispõe sobre o Cofinanciamento Estadual Socioassistencial 2020 correspondente a 2ª. e 3ª. parcela, no que tange aos Benefícios Eventuais de Vulnerabilidade Temporária, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de IPUMIRIM.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária, realizada na data de 03 de junho de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, a ser transferido para o FMAS, no valor de R\$ 19.387,75, referente ao ano de 2020 correspondente a 2ª. e a 3ª. parcela, a previsão de recebimento do referido recurso são os meses de agosto e novembro de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 03 de junho de 2020.

Claudira Andréia Kammers Costa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09 2020 PLANO DE CONTINGÊNCIA (COVID - 19)

Publicação Nº 2512507

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº. 09/2020

Dispõe sobre o Plano de Contingência da Política de Assistência Social para atuação na situação de emergência em saúde pública da doença COVID – 19.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária, realizada na data de 03 de junho de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Contingência da Política de Assistência Social para atuação na situação de emergência em saúde pública da doença COVID – 19.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 03 de junho de 2020.

Claudia Andréia Kammers Costa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Irani

PREFEITURA

DECRETO N° 095.2020

Publicação N° 2512790

DECRETO N° 095, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

ESTIPULA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS EM VIRTUDE DO PONTO FACULTATIVO DE CORPUS CHRISTI.

Sívio Antonio Lemos das Neves, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e as conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 11 e 12 de junho de 2020, em decorrência da comemoração do dia de Corpus Christi.

Art.2º Não se incluem no presente Decreto os serviços de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA prestados pelo Município na área de Saúde.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 03 de junho de 2020.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Gestão em 03/06/2020.

Irati

PREFEITURA

ERRATA 1 PREGÃO Nº 037-2020-MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE IRATI E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Publicação Nº 2513656

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

E R R A T A

Processo Administrativo Nº 068/2020

Processo Licitatório Nº 068/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 037/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE IRATI E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC.

ONDE SE LÊ:

3) Os produtos/serviços constantes desta Licitação, deverão ser entregues no Município, no prazo e local indicado na Autorização de Fornecimento, em no máximo 02 (dois) dias, contados a partir da entrega da AF.

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 15.06.2020

Abertura dos Envelopes: 14:0 horas do dia 15.06.2020

LEIA-SE:

3) Os produtos/serviços constantes desta Licitação, deverão ser entregues no Município, no prazo e local indicado na Autorização de Fornecimento, em no máximo 03 (três) dias úteis, contados a partir da entrega da AF.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 19.06.2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 19.06.2020

...

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Irati – SC, 03 de junho de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N° 3779

Publicação N° 2513443

DECRETO N.º 3.779/2020.

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DOS CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS HOMOLOGADOS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 65 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020 que reconhece o Estado de Calamidade Pública em todo o território nacional;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV - 2 (Covid- 19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suspensos os prazos de validade dos Concursos Públicos nº 01/2018 homologado em 25 de junho de 2018; nº 02/2018, homologado em 03 de julho 2018; nº 01/2019, homologado em 16 de Dezembro de 2019 e o nº 02/2019, homologado em 09 de Dezembro de 2019.

Art. 2º - A suspensão dos prazos de validade também se aplica aos Processos Seletivos nº 01/2018 homologado em 23 de agosto de 2019 e nº 01/2019 homologado em 12 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Os prazos de validade ficam suspensos até o termino da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 4º - Revogados os atos em contrário, os efeitos deste Decreto retroagem a 20 de março de 2020.

Município de Irineópolis (SC), 04 de junho 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 204/2020

Publicação N° 2513252

PORTARIA N.º 204/2020.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Portaria nº 188/2018 de 05/06/2018, com trabalhos reiniciados em 03/03/2020, conforme Portaria nº 102/2020, tendo como indiciada a servidora ROSANI APARECIDA NOGATH.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/06/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 07 de Maio de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 205/2020

Publicação Nº 2513253

PORTARIA Nº 205/2020.

DETERMINA A SUSPENSÃO DA LICENÇA À TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, CONCEDIDA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º - Suspender em data de 02/06/2020, o gozo da Licença à Título de Prêmio por Assiduidade concedida à servidora Municipal FRANCIELI ZIEMANN, através da Portaria nº 176/2020, de 11/05/2020.

Art. 2.º - A suspensão da referida licença dá-se em função da necessidade de cobertura das atividades de profissional afastada para tratamento de saúde.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 03 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 206/2020

Publicação Nº 2513254

PORTARIA Nº. 206/2020.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR DRIELI CUBAS CRISTOFOLINI, nascida em 05/05/1989, portadora do CPF n.º 070.022.439-42, RG n.º 5.560.321 – SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Saúde criado através da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, para o desempenho de atividades junto a Secretaria Municipal da Saúde de Irineópolis - SC.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Junho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020, CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2512846

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020, CONCORRÊNCIA Nº. 001/2020. Às 08h30min do dia quatro do mês de maio do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 07 de janeiro de 2019, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, estando presentes os membros Julcimar Antônio Zotti e Silviane Carla Mertins para o ato de abertura dos envelopes de habilitação referente à Concorrência nº 001/2020, Processo Licitatório nº 011/2020, destinada à venda de bens imóveis de propriedade do município; Protocolou tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA. Representada neste ato pelo Sr. Marcelo Ródio; O Presidente declarou aberta a seção comunicando que nesta oportunidade será aberto inicialmente o envelope de documentação da empresa licitante. Aberta a palavra, não houve manifestação. O Senhor Presidente, em prosseguimento, determinou à abertura do envelope de documentação, e os documentos nele contido foram rubricados pelo presidente e membros da comissão de licitações e analisados pelo licitante presente; Da análise restou em: INABILITAR a empresa: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA por deixar de apresentar os documentos dos item 5.1.2, alínea "a" do edital (por se tratar de cooperativa, não apresentou ata de eleição e posse da diretoria). Diante do fato o presidente em atendimento ao item 7.12 do edital fixa ao licitante o prazo de oito dias uteis para apresentação da documentação faltante. Em nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida, vai assinada pelo Presidente e membros da Comissão de Licitação e licitante presente. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá e lançada na internet, www.ita.sc.gov.br, e entregue pessoalmente ao licitante presente.

Delso Minski
Presidente

Julcimar Antonio Zotti
Membro

Silviane Carla Mertins
Membro

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA
Licitante

AVISO DE REVOGAÇÃO PL 035/2020

Publicação Nº 2512842

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020
AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que REVOGOU o Pregão Presencial nº 019/2020, para aquisição de mesas digitais interativas para a Secretaria de Educação. O aviso de revogação encontra-se disponível no site www.ita.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9510. Itá SC, 04 de junho de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

DECISÃO PREFEITO PL 035/2020

Publicação Nº 2512840

Itá- SC, 03 de Junho de 2020.
DECISÃO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de ITÁ-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas considerando o recebimento de impugnação e solicitação de informações referente ao Processo Licitatório 035/2020, edital de Pregão Presencial 019/2020 2018 e ainda, considerando ata expedida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, DECIDO:

Solicitado Parecer Jurídico o mesmo assim se manifestou:

"(...)

Em análise das razões aduzidas pela empresa impugnante percebe-se que há necessidade de adequação da descrição do objeto a ser adquirido.

Ante o exposto, sem adentrar ao mérito, outra alternativa não resta senão a sua revogação.

Nesse sentido frisa-se o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Do exposto, considerando a necessidade de adequação da descrição do objeto a ser licitado, esta Assessoria opina pela REVOGAÇÃO dos autos do Processo Licitatório 035/2020.

Desta forma, adoto como forma de decidir o Parecer Jurídico anexo, e determino a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório 049/2018 para que sejam diligenciadas informações necessárias para formalização da descrição dos itens nele inseridos.

Intime-se
Publique-se!

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO PL 035/2020

Publicação Nº 2512839

PARECER JURÍDICO

Apresenta-se para Parecer Jurídico, ata expedida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que dá conta do recebimento de impugnação por parte da empresa SIEG APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI-ME, ao edital de pregão presencial 019/2020, que tem como objeto a aquisição de mesas interativas.

Em análise das razões aduzidas pela empresa impugnante percebe-se que há necessidade de adequação da descrição do objeto a ser adquirido.

Ante o exposto, sem adentrar ao mérito, outra alternativa não resta senão a sua revogação.

Nesse sentido frisa-se o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Do exposto, considerando a necessidade de adequação da descrição do objeto a ser licitado, esta Assessoria opina pela REVOGAÇÃO dos autos do Processo Licitatório 035/2020.

Salvo Melhor Juízo
Este é o parecer.

Itá, SC, 02 de Junho de 2020.
ANA CARLA PORN LOPES DA SILVA
Advogada
OAB/SC 33.366

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2020

Publicação N° 2513470

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso (locação) de sistema informatizado de gestão pública municipal, incluindo ainda serviços necessários a sua implantação, suporte técnico e manutenção para atendimento de necessidades da Administração Municipal e Câmara de Vereadores. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 23 de junho de 2020, até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 23 de junho de 2020, as 09h15. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br. Itaiópolis, 04 de junho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

ABERTURA ENVELOPE HABILITAÇÃO - 04.013.2020

Publicação Nº 2513698

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
Pregão Presencial nº. 04.013.2020
ESTADO DE SANTA CATARINA

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa especializada em controle de mosquitos Aedes Aegypti e Culex Quinquefasciatus, com fornecimento de matéria prima, equipamentos e mão de obra, para atender as necessidades da Prefeitura de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.013.2020

Considerando o aceite da terceira colocada na prestação do serviço objeto do Pregão 04.013.2020, designa-se o dia 08/06/2020, às 14:00hs para abertura do envelope de habilitação. A abertura se dará na Prefeitura Municipal de Itapema, sito a Avenida Nereu Ramos, 134, Itapema/SC, Departamento de Compras.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1475.

Itapema, 04 de junho de 2020.
Marines Kepler Nunes
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.028.2020 REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE BOLSA PARA GESTANTE (KIT CEGONHA) E JALECO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2514144

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO
ITEM EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.028.2020.

Objeto: Registro de Preços – aquisição de bolsa para gestante (kit cegonha) e jaleco para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.028.2020.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 (treze) horas do dia 19 (dezenove) de junho de 2020.

Abertura do Pregão: dia 19 (dezenove) de junho de 2020, às 13:01 (treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – modalidades – pregão – pasta 04.028.2020" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 04 de junho de 2020.
Marinês Kepler Nunes
Secretária de Administração

PUBLICAÇÃO 203 - CONTRATO 024.2020 - ODONTO

Publicação Nº 2513216

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 024/2020
PROCESSO 081/2020

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos com fornecimento de peças e mão de obra, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.030.2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ODONTO PRAIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI

DO VALOR: R\$ 368.865,37 (oitocentos e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

PRAZO: O presente termo terá validade de 12 (doze) meses, a partir do dia 07 de maio de 2020, ou seja, até 06 de maio de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 07/05/2020.

Itapema, 07 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 204 - CONTRATO 025.2020 - INTERNAÇÃO

Publicação N° 2513221

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 025/2020
PROCESSO 105/2020

DO OBJETO: Contratação de Clínica para internação do paciente Luan Pereira Vicente, para tratamento psiquiátrico em cumprimento a ordem judicial proferida nos autos nº 0900046-70.2019.8.24.0125/SC, pelo período de 06 (seis) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS E TOXICÔMANOS

DO VALOR: R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato sera de 06 (seis) meses, a partir da data do presente termo, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da lei 8.666/93 e alterações posteriores

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

Itapema, 28 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 205 - 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 54.2019

Publicação N° 2513224

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 054/2019 – 2º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma da Unidade Básica de Saúde localizada à Rua 424, Bairro Morretes no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 90 (noventa) dias, a partir de 30 de maio de 2020, ou seja, até 27 de agosto 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO:

Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 68.183,68 (sessenta e oito mil cento e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 3.009,12 (três mil e nove reais e doze centavos)

DATA DA ASSINATURA: 11/05/2020

Itapema, 11 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 206 - 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 076.2019

Publicação N° 2513227

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 076/2019 – 2º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção de postos guarda vidas denominados II e IV para serviços de operação veraneio do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 90 (noventa) dias, a partir de 13 de maio de 2020, ou seja, até 10 de agosto de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 11/05/2020

Itapema, 11 de maio de 2020.

NILZA NILDA SILVA
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 207 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 039.2019 - ALTO URUGUAI

Publicação N° 2513231

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 039/2019 – 1º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de Diagnóstico sócio ambiental para o Município de Itapema, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital N°. 04.060.2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ALTO URUGUAI ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 187 (cento e oitenta e sete) dias, a partir de 08 de junho de 2020, ou seja, até 11 de dezembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2020.
Itapema, 18 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 208 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 092.2018 - SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

Publicação N° 2513233

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
CONTRATO 092/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção da unidade básica de saúde (UBS MORRETES III) localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 10 de maio de 2020, ou seja, até 23 de junho de 2020, conforme solicitação e justificativa anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 08/05/2020.

Itapema, 08 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 209 - 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 025.2018 - BETHA

Publicação N° 2513234

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO
CONTRATO 025/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no anexo I do edital do Pregão 04.028.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

DA SUPRESSÃO: Fica suprimido o licenciamento de uso sistema de Gestão Educacional (item nº 10), no valor mensal de R\$ 13.672,96 (treze mil seiscentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), a partir do dia 01 de junho de 2020, conforme solicitação anexa aos autos:

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2020.

Itapema, 20 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 210 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 077.2019 - SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

Publicação N° 2513236

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO 077/2019

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para o fechamento da quadra de esportes da EMEB Vereador Paulo Reis localizada no Bairro Sertão do Trombudo no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO
DE OBRA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 90 (noventa) dias, a partir de 11 de junho de 2020, ou seja, até 08 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

Itapema, 01 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 211 - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 045.2018 - VALSOUZA LTDA EPP

Publicação Nº 2513238

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 003/2020 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO:

Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 34.560,79 (trinta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e setenta e nove centavos).

Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 89,80 (oitenta e nove reais e oitenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

Itapema, 01 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 212 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003.2020 - AÇU

Publicação Nº 2513239

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 003/2020 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO:

Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 34.560,79 (trinta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e setenta e nove centavos).

Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 89,80 (oitenta e nove reais e oitenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

Itapema, 01 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 213 - 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 051.2019 - PROCESSO 129.2019 - ORLA MP

Publicação Nº 2513241

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO 051/2019

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para revitalização do Parque Linear Orla do Bairro Meia Praia no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 05 (cinco) meses, a partir de 27 de maio de 2020, ou seja, até 26 de outubro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 19/05/2020
Itapema, 19 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 214 - TERMO DE CREDENCIAMENTO 005.2019 - PROC. 065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017

Publicação Nº 2513244

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 013/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 – SUB GRUPO 01 – CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR / Médico ginecologista e obstetra

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: DIOGO FARIAS CANTALIXTO

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 15/05/2020

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 014/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 – SUB GRUPO 01 – CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR / Médico otorrinolaringologista

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: KZ SERVIÇOS MEDICOS LTDA

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 015/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 – SUB GRUPO 01 – CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR / G2 – SUB GRUPO 11 – MÉTODOS DIAGNOSTICO EM ESPECIALIDADES / G2 – SUB GRUPO 09 – DIAGNOSTICO POR ENDOSCOPIA / G2 – SUB GRUPO 05 – DIAGNOSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA; Médico Generalista / Médico Ginecologista e obstetra / Médico Infectologista / Médico Neurologista / Médico Oftalmologista / Médico Ortopedista e Traumatologista / Médico Otorrinolaringologista / Médico Psiquiatra / Médico Pediatra / Médico Reumatologista

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: PROMAIS CONSULTAS E EXAMES LTDA

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 044/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 - SUB-GRUPO 01 - CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR (MÉDICA CLÍNICA GERAL)

CONTRATADO: ALEXANDRE OLSZEWSKI DAHMER

DO PRAZO: O termo de credenciamento 044/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 20 de abril de 2020, ou seja, até o dia 19 de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 17/04/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 080/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G2 - SUB-GRUPO 05 - DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA / G2 - SUB-GRUPO 11 - MÉTODOS DIAGNÓSTICO EM ESPECIALIDADES

CONTRATADO: SÃO LUCAS CARDIO LTDA

DO PRAZO: O termo de credenciamento 080/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 30 de maio de 2020, ou seja, até o dia 29 de maio de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 05/05/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 081/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G2 - SUB-GRUPO 03 - DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA

CONTRATADO: CIP - CENTRO INTEGRADO DE PATOLOGIA LTDA

DO PRAZO: O termo de credenciamento 081/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 30 de maio de 2020, ou seja, até o dia 29 de maio de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26/05/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 083/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G2 - SUB-GRUPO 04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA / G2 - SUB-GRUPO 06 - DIAGNÓSTICO POR TOMOGRAFIA / G2 - SUB-GRUPO 07 - DIAGNÓSTICO POR RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.

CONTRATADO: CLÍNICA SÃO LUCAS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ LTDA

DO PRAZO: O termo de credenciamento 083/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 06 de junho de 2020, ou seja, até o dia 04 de junho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 08/05/2020

Itapema, 29 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

QUADRO DE VENCEDORES Nº 64/2020

Publicação Nº 2513185

Pág 1 / 1

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 64 / 2020
AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO, PÓ DE BRITA E RACHÃO, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Fornecedor: 103608 - ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA ME EPP					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Total
4	PÓ DE BRITA.		TON	2.772	119.196,00
				Total por Fornecedor:	119.196,00
Fornecedor: 253014 - PRESTADORA DE SERVICOS JANTSCH LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Total
1	PEDRA BRITA Nº 01		TON	4.185	187.906,50
2	PEDRA BRITA Nº 02		TON	135	6.804,00
3	PEDRISCO.		TON	3.220	141.519,00
5	PEDRA RACHÃO.		TON	650	33.150,00
				Total por Fornecedor:	369.379,50
				Total Geral:	488.575,50

Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
103608 - ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA ME EPP	4	119.196,00
253014 - PRESTADORA DE SERVICOS JANTSCH LTDA	1, 2, 3, 5	369.379,50

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-KHET-328975748 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

04/06/2020 13:09:08

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 32/2019

Publicação Nº 2512913

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	04/06/2020	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 32/2019 Nº 147/2019

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTOS DE MATERIAIS PARA A URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DAS MARGARIDAS, TRECHO I, COM EXTENSÃO DE 800METROS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Casa da Cultura, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios e Site Oficial do Município, no dia 12/12/2019 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
28/05/2020	105	09h12m	ARBO EMPREENDIMENTOS	21.457.375/0001-55
03/06/2020	117	11h34m	TECTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI	22.679.901/0001-94
03/06/2020	118	11h37m	DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP	82.887.829/0001-12
04/06/2020	119	07h40m	KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP	26.786.919/0001-46
04/06/2020	120	07h41m	DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA	27.404.978/0001-75
04/06/2020	121	08h00m	EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME	25.526.024/0001-00
04/06/2020	122	08h10m	PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	14.589.125/0001-03
04/06/2020	123	08h11m	J.R. DOS SANTOS TERRAPLENAGEM E ENGENHARIA EPP	21.467.572/0001-55
04/06/2020	124	08h12m	JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	19.679.035/0001-27
04/06/2020	125	08h17m	JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA – ME	08.596.022/0001-78

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado pela CPL o disposto a seguir:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: J.R. DOS SANTOS TERRAPLENAGEM E ENGENHARIA EPP
1.1. Apresentou Certidão FGTS com razão social divergente dos demais documentos, sendo "J.R. DOS SANTOS EMPREITEIRA ME"; 1.2. Apresentou índice QGE com índice S1, divergente do solicitado pelo edital (SG Solvência Geral), descumprindo o item 2.4.6. do Edital. Quanto ao item 1.1, trata-se do mesmo CNPJ que após alteração de contrato social é necessária a comunicação aos órgãos competentes para alteração, portanto neste quesito a CPL entende não ser motivo para inabilitação. Quanto ao item 1.2, a CPL considera a empresa INABILITADA.	
2	REF.: PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
2.1. Apresentou documento de identificação do sócio autenticada, porém apresentou documento de identificação do responsável pelas assinaturas das declarações em cópia simples, descumprindo o item 2.6.1. do Edital. Neste quesito, em analogia ao julgamento da Concorrência nº 03/2020, a CPL entende não ser motivo para inabilitação, considerando a empresa HABILITADA.	
3	REF.: TECTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI
3.1. Não apresentou as Notas Explicativas acompanhado do balanço, descumprindo o item 2.4.1. do Edital; 3.2. Apresentou Certidão FGTS e CND Municipal com razão social divergente dos demais documentos, sendo "TECNOTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO". Quanto ao item 3.1, a CPL considera a empresa INABILITADA. Quanto ao item 3.2, trata-se do mesmo CNPJ que após alteração de contrato social é necessária a comunicação aos órgãos competentes para alteração, portanto neste quesito a CPL entende não ser motivo para inabilitação.	
4	REF.: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
4.1. Apresentou Cartão CNPJ vencido, com data de emissão em 27/02/2020, descumprindo o item 2.6.5 do Edital. Quanto ao item 4.1, caso a empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP seja considerada vencedora do certame, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação do documento vencido, por se enquadrar na Lei Complementar nº 123/2006.	
5	REF.: JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA – ME

- 5.1. O prazo de duração do contrato de prestação de serviços com o técnico responsável é superior à 4 anos, com início em 04/01/2016, e em analogia a decisão da CPL no mesmo quesito na Sessão Pública da Tomada de Preço nº 14/2019, mesmo que a contratação conste prazo indeterminado, não poderá ser superior a 4 anos, com base no art. 598 do Código Civil.
- 5.2. Apresentou índices que não condizem com os números apresentados no balanço, descumprindo o item 2.4.6. do Edital.
- Nestes quesitos, a CPL considera a empresa JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA – ME inabilitada.

Sendo assim, as empresas J.R. DOS SANTOS TERRAPLENAGEM E ENGENHARIA EPP, TECTUBOS ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI e JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA – ME foram consideradas INABILITADAS. As empresas PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, ARBO EMPREENDIMENTOS, KJPR PAVIMENTAÇÕES EIRELI EPP, DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA, EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME e JOTAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA estavam de acordo com o edital, e, portanto consideradas HABILITADAS. Tendo em vista o Decreto Estadual Compilado nº 525/2020 e Decreto Municipal nº 4359/2020, os documentos de habilitação serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 16/06/2020. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO
RICARDO LASTRA MEMBRO	FERNANDO VITOR PERES MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 4452, DE 18 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512592

DECRETO MUNICIPAL Nº 4452, DE 18 DE MAIO DE 2020

Altera Decreto Municipal nº4114 de 27 de agosto de 2019, que nomeia membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá – CDUI – para o biênio 2019-2020.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 71 da Lei Municipal nº 676, de 29 de setembro de 2016, com o Regimento Interno do CDUI e,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº4114 de 27 de agosto de 2019 que nomeia membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá – CDUI – para o biênio 2019-2020:

I – dois representantes da Prefeitura de Itapoá:

...

b) Hamanda Fernandes Henk – suplente;(NR)

c) Sérgio Rodrigo Grassi – titular;(NR)

d) Jádriel Miotti do Nascimento – suplente. (NR)

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de maio 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4455, DE 20 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512578

DECRETO MUNICIPAL Nº 4455, DE 20 DE MAIO DE 2020

Cria, estabelece normas e regulamenta o Programa de Reabilitação Profissional e Perícias médicas.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado O Programa de Reabilitação Profissional - PRP, composta por médico do trabalho, Médico perito, terapeuta ocupacional, assistente social e demais profissionais especialistas.

Art. 2º O Programa de Reabilitação Profissional abrangerá, além de avaliação para capacidade laboral disposta na Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, as avaliações para afastamentos temporários, exames médicos admissionais, demissionais, periódicos e retorno ao trabalho.

Art. 3º Ficam incluídos no Programa de Reabilitação Profissional - PRP, todos os servidores efetivos, temporários, comissionados e agentes políticos.

Art. 4º Fica a critério do médico perito a presença de acompanhante durante a perícia, desde que este não interfira nem seja motivo de constrangimento, pressão ou ameaça ao perito ou ao periciado.

Art. 5º A equipe técnica deve ficar atenta aos fundamentos legais e procedimentos a serem observados na atividade pericial, especificamente a Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, suas alterações e ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO e seus anexos, se houver.

Art. 6º A equipe técnica deverá emitir laudos onde os dados sejam registrados com uma linguagem clara, objetiva e concisa, descrevendo todos os fatos importantes àquela avaliação.

Art. 7º Os laudos deverão ser renovados a critério médico ou no máximo a cada 06 (seis) meses.

Art. 8º Os profissionais em que se referem o art. 1º, poderão ser contratados pela administração municipal de acordo com a Lei 8.666/93.

Art. 9º O prazo para aplicação do Programa de Reabilitação Profissional é de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do presente Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 20 de maio de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4460, DE 27 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512625

DECRETO MUNICIPAL Nº 4460, DE 27 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre o deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização

Fundiária – CRF do Loteamento Gleba II do Município de Itapoá/SC através da Lei 13.465/2017 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária – CRF, através da Lei Federal no 13.465/2017, Decreto no 9.310/2018 e Portaria Executiva da Secretaria de Planejamento e Urbanismo no 01/2019, do Loteamento Gleba II, com área de 1.365.315,63 m2, matriculada sob o nº 143.791, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Joinville/SC, localizado no Bairro Itapema do Norte, município de Itapoá /SC, nas modalidades REURB-S e REURB-E para emissão de matrículas individualizadas a cada legitimado, conforme Auto de Demarcação Urbanística, mapa, memorial descritivo e Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Itapoá, 27 de maio de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 1002, DE 25 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2512660

LEI MUNICIPAL Nº 1002, DE 25 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a denominação de via pública como "Rua Professor Dinno", e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica denominada como "Rua Professor Dinno", a via pública localizada entre as quadras 05 e 06 até as quadras 85 e 86 do Balneário Princesa do Mar.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 25 de maio de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

LISTA ATUALIZADA EM 04 DE JUNHO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2513286

LISTA ATUALIZADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS / INDEFERIDAS – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA a lista atualizada das inscrições Deferidas/Indeferidas realizadas até as 13hs do dia 04/06/2020. Confira abaixo na íntegra:

- INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
19/03 – 16:08	Jocimara M. Funk Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:05	Isabela Rita Gomes Padilha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:09	Marcos Aurélio Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:34	Erlane Figueiredo da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:52	Ivone Maria da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:57	Zenir W. Fernandes	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:00	Franciele Belinato da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:02	Vanessa Pereira Schmoeller	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:25	Carolyne de Fatima Denk	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:37	Flávia dos Santos Terra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:48	Adria Dalila M. dos Santos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:56	Eduardo Rodrigues de S. Rocha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:31	Lucelia Fatima Barra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:52	Sabrina Heloise Rodrigues	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:53	Flavia Ione Ferreira de França	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:34	Francielen Dambinski	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:43	Bruna Caroline G. dos Santos	Técnico de Enfermagem
21/03 – 10:54	Camila de Melo Spinola	Técnico de Enfermagem
21/03 – 16:32	Elaine Turin	Técnico de Enfermagem
23/03 - 01:40	Ronaldo de Souza	Técnico de Enfermagem
23/03 – 13:36	Daniele Soares Nominato	Técnico de Enfermagem
23/03 – 14:32	Isabel Cristina Pereira	Técnico de Enfermagem
25/03 – 08:50	Viviane Kowalczyk	Técnico de Enfermagem
26/03 – 10:25	Tatiane dos Santos B. Cicarello	Técnico de Enfermagem
26/03 – 19:43	Silmara de Farias	Técnico de Enfermagem
06/05 – 12:10	Diego Ramão Camargo	Técnico de Enfermagem
06/05 – 13:08	Keli Cristina de Lima	Técnico de Enfermagem
21/05 – 13:29	João Carlos do Nascimento	Técnico de Enfermagem
28/05 – 09:43	João Paulo Linhar	Técnico de Enfermagem

ENFERMEIRO

19/03 – 17:43	Karla R. Coelho	Enfermeiro
19/03 – 18:33	Marisa Ricardo da Cruz Carneiro	Enfermeiro
19/03 – 19:21	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
20/03 – 08:15	Silvana B. Rujanowski	Enfermeiro
20/03 – 11:33	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
20/03 – 13:12	Francine Lais dos S. Lopes Leal	Enfermeiro
20/03 – 13:18	Ketlen Pereira Vaz	Enfermeiro
20/03 – 14:24	Nathalia Coelho H. Cremasco	Enfermeiro
25/03 – 13:29	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
26/03 – 11:20	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
30/03 – 09:42	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro
14/04 – 15:04	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
27/04 – 12:08	Ana Cristina Vieira da Costa	Enfermeiro
05/05 – 19:14	Andresa Luana Silva Bautz	Enfermeiro
06/05 – 17:31	Daniele Barbosa Teixeira Silva	Enfermeiro
11/05 – 15:55	Jayne Steffany Leal	Enfermeiro
26/05 – 19:44	Carolina Corrêa	Enfermeiro
28/05 – 14:56	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
29/05 – 10:43	Daniele Veiga Keiser	Enfermeiro

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
28/04 – 10:15	Marina Medeiros da Silva	Médico 40hs
28/04 – 10:17	Brenda Camelo Ferreira	Médico 40hs
28/04 – 10:32	Fernanda Sickert Oliveira Fontes	Médico 20hs

- INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme item 3, sub item 3.3 do Edital

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 17:46	Henrique Matheus de Mauro Custódio	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 20:16	Josi Silva	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.

20/03 - 08:48	Itamara Jesus	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 - 14:03	Rosana de Lurdes B. Krasnieviz	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 - 16:59	Ana Priscila Barbosa de Alencar	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 - 17:31	Erlane Figueiredo da Silva	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
20/03 - 23:46	Ingrid Beatriz Burgel	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
21/03 - 10:35	Weverton dos Santos	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
26/05 - 16:17	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

Itapoá, 04 de Junho de 2020.

Marciane Rech
Enfermeira III

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais/Readaptada

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

PORTARIAS Nº 5855/2020

Publicação Nº 2513110

PORTARIA Nº 5.855/2020.

De: 10 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 10 de fevereiro de 2020 à 10 de março de 2020, ao(a) servidor(a) ADENILDO PEDRO COELHO, investido(a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – D.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5856/2020

Publicação Nº 2513111

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 5856/2020

Data: 11 de fevereiro de 2020

NOMEIA COMISSÃO PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ARQUITETO

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Fica nomeada comissão para realizar Processo de Teste Seletivo para contratação temporária de ARQUITETO, em conformidade com a Lei nº. 016/2007, constituída pelos seguintes servidores:

1. CÉLIA MARIA REINERT.....Presidente
2. VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI.....Secretária
3. CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão elaborar edital, conferir documentos, divulgar a classificação, julgar recurso, enfim tudo que necessário for para conclusão do referido processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 11 de fevereiro de 2020
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

PORTARIAS Nº 5857/2020

Publicação Nº 2513112

PORTARIA Nº 5.857/2020
De: 11 de fevereiro de 2020.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) NELMA REGINA DE OLIVEIRA, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 20H, vinculada à Professora Daniela Soares.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de fevereiro de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5858/2020

Publicação Nº 2513113

PORTARIA Nº 5.858/2020
De: 11 de fevereiro de 2020.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ALINE NASCIMENTO MERTENS, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 20H, vinculada à Professora Daniela Soares.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de fevereiro de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5859/2020

Publicação Nº 2513115

PORTARIA Nº 5.859/2020
De: 11 de fevereiro de 2020.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARIA JOSÉ RIBEIRO, na função temporária de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL I 40H, vinculada à Professora Daiane Junkes Ayroso.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de fevereiro de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5860/2020

Publicação Nº 2513116

PORTARIA Nº 5.860/2020
De: 11 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ELIANE DO NASCIMENTO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II – F para o nível II – G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de fevereiro de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5861/2020

Publicação Nº 2513118

PORTARIA Nº 5.861/2020
De: 11 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MARCIA MARIA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, passando do nível I – H para o nível I – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de fevereiro de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5862/2020

Publicação Nº 2513119

PORTARIA Nº 5.862/2020
De: 11 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 155/03.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MARIA DA LUZ MARTINS CANDIDO, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, passando do nível I – H para o nível I – I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de fevereiro de 2020.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5863/2020

Publicação Nº 2513121

PORTARIA Nº 5.863/2020

De: 12 de fevereiro de 2020.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 12 de fevereiro de 2020 a 03 de março de 2020, ao (a) servidor (a) SIRLEI APARECIDA WESTPHAL, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – J.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5864/2020

Publicação Nº 2513122

PORTARIA Nº 5.864/2020

De: 12 de fevereiro de 2020.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

- Edital de Contratação temporária nº 63/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ROBSON CORREA, na função temporária de PROFESSOR DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA I 30H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 12 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5865/2020

Publicação Nº 2513123

PORTARIA Nº 5.865/2020.

De: 12 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DE PORTARIA DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a ratificação da Portaria nº 1.305/2017 de 30.06.17 de readaptação do(a) Servidor(a) CLAUDETE THOMAS, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no nível salarial N I – G, readaptada para exercer sua função sem erguer peso, e alterando a sua jornada de trabalho de 06 horas/dia para 08 horas/dia, por 6 meses, com início em 12.02.20 e final em 09.08.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5866/2020

Publicação Nº 2513189

PORTARIA Nº 5.866/2020.

De: 12 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) DAIANE BATISTA, investido(a) no cargo efetivo de SECRETÁRIA EXECUTIVA I, no nível salarial V – D, com vencimentos integrais, a partir de 05.02.20 e término em 05.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 05.02.20.

Itapoá - SC, 12 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5866/2020

Publicação Nº 2513181

PORTARIA Nº 5.866/2020.

De: 12 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) DAIANE BATISTA, investido(a) no cargo efetivo de SECRETÁRIA EXECUTIVA I, no nível salarial V – D, com vencimentos integrais, a partir de 05.02.20 e término em 05.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 05.02.20.

Itapoá - SC, 12 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIAS Nº 5867/2020

Publicação Nº 2513199

PORTARIA Nº 5.867/2020.

De: 12 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CATIA HUEBNER KERKHOVEN, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – C, com vencimentos integrais, a partir de 30.01.20 e término em 02.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 30.01.20.

Itapoá - SC, 12 de fevereiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONTRATAÇÃO POR CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2513159

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO POR CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID -19

No Edital de Contratação por Credenciamento de Profissionais de Saúde devido a Situação Emergencial Covid -19, onde consta:

3.2. Documentos Obrigatórios:

b) Registro no CRM/SC para médicos e registro no COREN/SC para Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem;

PASSA A CONSTAR:

3.2. Documentos Obrigatórios:

b) Registro no CRM para médicos e registro no COREN para Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem;

Publique-se.

Cumpra-se.

Itapoá, 04 de Junho de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária de Saúde

Marciane Rech
Enfermeira III

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais Readaptada

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 038/2019 EDUCADOR (A) SOCIAL

Publicação Nº 2513248

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2020
PROCESSO SELETIVO Nº 038/2019
EDUCADOR (A) SOCIAL

CÉLIA MARIA KONELL, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais CONVOCA aos candidatos, abaixo relacionados para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Classificação	Candidato
12º	Larissa Mariano Ferreira de Souza

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico;
- Laudo psicológico;
- Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração).

Itapoá, 04 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA KONELL
Secretária de Assistência Social

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512619

DECRETO Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2020.

"CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS DE PERMUTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65 e Artigo 115, ambos da Lei Orgânica do Município de Ituporanga - SC, e

Considerando que a aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, depende de prévia avaliação e autorização legislativa;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada e constituída Comissão de Avaliação de Imóveis formada pelos senhores: Antônio César Grahl, Ana Paula Mendonça e Mauricio Fernando Amaral, sob a presidência do primeiro, com o fim especial de avaliar o imóvel abaixo descrito:

1) Um terreno urbano, situado nesta cidade de Ituporanga, na Rua Padre Réus, contendo a área de 3.055,00m², no bairro Nossa Senhora de Fátima, matriculado no CRI desta Comarca sob o nº 21.007.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 3 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 1.220, DE 22 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513736

PORTARIA Nº 1.220, DE 22 DE MAIO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a servidora CATIA HELENA SOUZA, ocupante de cargo temporário de SERVENTE, com desempenho de suas funções na Fundação FEXPONACE, nomeada pela Portaria nº 1.483 de 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de março de 2020.

Ituporanga, SC, 22 de maio de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda e

Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 1.221, DE 22 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513737

PORTARIA Nº 1.221, DE 22 DE MAIO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário CATIA HELENA SOUZA, no cargo de SERVENTE, com desempenho de suas funções na Fundação

FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de março de 2020.

Ituporanga, 22 de maio de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda e

Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1911 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512806

DECRETO Nº 1.911, de 04 DE JUNHO DE 2020.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELIR MANOEL INACIO, Prefeito de Jaborá – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, com fulcro no inciso VIII do art. 102 da Lei Orgânica do Município de Jaborá (SC):

DECRETA

Artigo 1º - Decreta “PONTO FACULTATIVO” nas repartições públicas municipais, e de outros órgãos, quando controlados/conveniados com a administração municipal, em virtude do feriado de Corpus Christi.

- Dia 11/junho/2020 – Feriado. Não haverá atendimento.

- Dia 12/junho/2020 - Ponto facultativo, exceto Secretaria de Saúde e serviços essenciais.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ – SANTA CATARINA

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá, em 04 de junho de 2020.

ADELIR MANOEL INACIO

PREFEITO

Publicado no Diário Oficial do Município em 05/junho/2020

MARLENE F.M.C. PICINATTO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 089/2020

Publicação Nº 2512533

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 089, de 04 de junho de 2020.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor ADALIR MELÂNIO DE SANTI, para o cargo em comissão de Secretário de Infraestrutura, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04/06/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05/junho/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 05_2020

Publicação Nº 2512707

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Maio
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	50.555,39
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	50.555,39
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.037,89
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.517,50
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	108.301,75	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.692,41
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.800,31	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.800,31
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	50.555,39	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	52.946,05
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	52.946,05	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	52.946,05
SALDOS ANTERIORES	121.248,03	SALDOS ATUAIS	166.301,98
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	119.143,77	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	157.207,59
BANCO C/ MOVIMENTO	2.104,26	BANCO C/ MOVIMENTO	9.094,39
TOTAL	327.549,78	TOTAL	327.549,78

JABORA, 04/06/2020

ITAMAR TOIGO
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO
Contador CRC SC-030442/O-0

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 28/2020 TP

Publicação Nº 2513917

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 28/2020 - Tomada de Preços - Menor Preço Global

Objeto: execução das obras de pavimentação asfáltica da Rodovia Municipal Serra da Pedra – 3ª Etapa, no município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 22/06/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08horas do dia 22/06/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone (48) 3535-1133. João Batista Mezzari - Prefeito Municipal

AVISO DA LICITAÇÃO 29/2020 TP

Publicação Nº 2513926

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 29/2020 - Tomada de Preços - Menor Preço Global

Objeto: execução das obras de pavimentação asfáltica da Estrada da Barra do Pinheirinho – 1ª Etapa, no município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 09h45min do dia 22/06/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 10horas do dia 22/06/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone (48) 3535-1133. João Batista Mezzari - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 050 DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513543

DECRETO Nº 050 DE 01 DE JUNHO 2020.

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 912 de 27 de Maio de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Jacinto Machado do Exercício de 2020, através da abertura de crédito adicional especial ao orçamento, criando nova classificação orçamentária – modalidade de aplicação para realização de transposição orçamentária, conforme abaixo descrito:

Entidade: 4- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0696 (36) – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 30.138,85

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.0696 (37) – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 5.655,09

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.0696 (38) – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 684,11

SUB - TOTAL: R\$ 36.478,05

TOTAL GERAL: R\$ 36.478,05

Art. 2º - Para atender ao crédito adicional especial do artigo anterior será anulado recursos da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 4- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0696 (9) – Aplicações Diretas R\$ 36.478,05

SUB - TOTAL: R\$ 36.478,05

TOTAL GERAL: R\$ 36.478,05

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 01 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 051 DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513545

DECRETO Nº 052 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO, ORIUNDO DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 764.000,00 (Setecentos e Sessenta e Quatro Mil Reais), como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 1.039 Pav. Recup. Vias, Rodovias, Logradouros, Pontes e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0094 (79) – Aplicações Diretas R\$ 764.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 764.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculação 0094 – Recursos Vinculados Federais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados em Conta Bancária específica nº 647.177-3 Agência 1084, Caixa Econômica Federal para movimentação dos recursos supra mencionados e destinados a realização de Obra de Pavimentação Asfáltica da Estrada Barra do Pinheirinho – 1ª Etapa no Município de Jacinto Machado – SC, Convênio nº 892903/2019 e Proposta nº 000628/2019.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 01 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 052 DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513548

DECRETO Nº 052 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO, ORIUNDO DE RECURSOS DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto

Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 764.000,00 (Setecentos e Sessenta e Quatro Mil Reais), como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade:01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 1.039 Pav. Recup. Vias, Rodovias, Logradouros, Pontes e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0094 (79) – Aplicações Diretas R\$ 764.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 764.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculação 0094 – Recursos Vinculados Federais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados em Conta Bancária específica nº 647.177-3 Agência 1084, Caixa Econômica Federal para movimentação dos recursos supra mencionados e destinados a realização de Obra de Pavimentação Asfáltica da Estrada Barra do Pinheirinho – 1ª Etapa no Município de Jacinto Machado – SC, Convênio nº 892903/2019 e Proposta nº 000628/2019.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Junho de 2020.

Jacinto Machado/SC, 01 de Junho de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 72/2020

Publicação Nº 2513713

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA TOMADA DE PREÇOS Nº 72/2020

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.938/2020 formada pelos membros Tarcísio Demo Junior, Eliziana dos Reis e Karen Cristina Arce, para sob a presidência do Primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS Nº 72/2020, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para manutenção e instalação de cercas, grades e portões na EMEB Ribeirão Molha, situada na Rua Adolfo Antônio Emmendoerfer, 2693, no Bairro Rio Molha. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
TELA DE ALAMBRADO MARINGA LTDA EPP	Emerson da Silva Mattos	221.627.368-61

Após a identificação dos envelopes e Representante da proponente, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelo Representante presente. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	48	Numeradas de 01 a 48
TELA DE ALAMBRADO MARINGA LTDA EPP	48	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre ao representante presente que não se manifestou. Consultado o mesmo concordou com o julgamento das Habilitações e renunciaram ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
TELA DE ALAMBRADO MARINGA LTDA EPP	Emerson da Silva Mattos	

Prosseguindo a Comissão entrou em contato via telefone para a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA informando a sua habilitação e solicitando o Termo de Renúncia ao julgamento das Habilitações e não tiveram sucesso no retorno da renúncia. Desta forma a Comissão informa ao Representante presente que em função do não recebimento da renúncia da empresa citada, está suspendendo a sessão e Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes". Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelo Representante presente, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

Tarcísio Demo Junior	
Eliziana dos Reis	
Karen Cristina Arce	
Emerson da Silva Mattos	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 49/2020

Publicação Nº 2513708

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA nº 49/2020

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.896/2020, formada pelos membros Ivan Andreias Wolter, Marcio Bylaardt e Carla Eduarda Scheuer Keiser, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Concorrência nº 49/2020, que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua Manoel Pereira de Souza (início no entrocamento da Rua Afonso Benjamin Barbi até sua extensão final) – Bairro Tifa Martins, com extensão total de 253,45m (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta e cinco centímetros). Apresentou-se a sessão a seguinte empresa:

Proponentes	Representante	Identificação
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Lucas de Medeiros	089.176.899-81

Após a identificação dos envelopes da proponente, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitação e 02 – Proposta Comercial. Logo após, passou-se à abertura do Envelope 01 – Habilitação, cuja documentação foi rubricada pelos membros da Comissão

Especial e pelo Representante presente. A documentação apresentada pela proponente foi a seguinte:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	97	Numeradas de 01 a 94 e 03 sem numeração

Após análise criteriosa da Habilitação à Comissão declara a proponente HABILITADA, visto ter atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre ao representante presente que não se manifestou. Consultado o mesmo concordou com o julgamento da Habilitação e renunciou ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Lucas de Medeiros	

Dando prosseguimento foi aberto o envelope 02 – Proposta Comercial da proponente. Foi apresentada a seguinte proposta em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	377.070,02

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa da proposta comerciais apresentada e após a análise foi CLASSIFICADA por estar de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois a empresa participante deste processo licitatório não se enquadram em ME/EPP. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 377.070,02 (Trezentos e setenta e sete mil, setenta reais e dois centavos). Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

Ivan Andréias Wolter	
Carla Eduarda Scheuer Keiser	
Marcio Bylaardt	
Lucas de Medeiros	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2020

Publicação Nº 2513717

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2020

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 95/2020, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento do material e da mão de obra, para aplicação de bactericida para sanitização (saneante bactericida com princípio ativo Quaternário de Amônio), a ser aplicado com caminhões com equipamento de hidrojateamento, equipados com bombas de alta pressão, possibilitando maior vazão e alcance dos jatos e com reservatório de água de no mínimo 2.000 litros, destinado para aplicação em diversos locais dentro do município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
AUBVILLE SOL. AMBIENTAIS E TRANSP. EIRELI	Sem representante	.x.x.x.x.
COMERCIO E SERVIÇOS ARACAJU ME	Felipe Osmar de Aviz	056.137.189-03
DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME	Gustavo Souza da Rocha	086.090.869-09
DESENTUPIDORA CARVALHO LTDA ME	Thiago Raphael da Rocha	059.582.989-92
ESGOTEM DESENT. LIMPA FOSSA LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
GUARAMIRIM CONTROLE DE PRAGAS LTDA ME	Lucas Fachi	092.897.329-89
IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA EPP	Fernando Friederich Voigt	020.129.979-88
MISERVI ADMINISTRADORA DE SERV. LTDA	Jivago Goetten de Lima	008.889.119-47
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	José Miguel Pindeck	157.139.709-49
TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A.	Gilberto Carlos Gugelmin	816.053.829-49
DEDETIZADOR SÃO JOÃO EIRELI	Sem representante	.x.x.x.x.

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes munidos de suas comprovações conforme exigido no Edital. A empresa AUBVILLE SOL. AMBIENTAIS E TRANSP. EIRELI, não apresentou a documentação para realização do credenciamento e nem a declaração de habilitação. As empresas DEDETIZADOR SÃO JOÃO EIRELI e ESGOTEM DESENT. LIMPA FOSSA LTDA não cumpriram com a documentação correta para serem credenciados, visto as Procuções apresentadas estavam em desacordo, não concedendo poderes para que o munícipe presente fosse credenciado para representar a empresa e nem assinar a Declaração de Habilitação; Prosseguindo passou-se à abertura das propostas comerciais e após a análise, relativamente às imposições do edital, foram desclassificadas as Propostas das empresas AUBVILLE SOL. AMBIENTAIS E TRANSP. EIRELI, DEDETIZADOR SÃO JOÃO EIRELI e ESGOTEM DESENT. LIMPA FOSSA LTDA, por não terem Representantes credenciados na sessão e por não apresentarem a Declaração de Habilitação, estando em desconformidade com os itens 3.2.1.4, 3.2.2.1, 3.2.2.2 e 3.4 do Edital; foram desclassificadas as Proposta Comerciais das empresas DESENTUPIDORA CARVALHO

LTDA ME e MISERVI ADMINISTRADORA DE SERV. LTDA, visto que após conferência do catálogo apresentado, constatou-se que as empresas não atendem ao item 13.1.14 do Edital e 9.1.41 da Minuta da Ata de Registro, quanto a capacidade de diluição do produto que deverá ser de 1 litro para 2.000 de água, e no catálogo da empresa DESENTUPIDORA CARVALHO LTDA consta capacidade de diluição do produto de 1 litro para 200 litros de água e no catálogo da empresa MISERVI ADMINISTRADORA DE SERV. LTDA consta capacidade de diluição do produto de 1 litro para 250 litros de água; e foram classificadas as demais propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e empresas de grande porte. Restou vencedora a seguinte empresa, com o seguinte preço final para o item:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do serviço	Valor unitário/hora (R\$)
01	GUARA-MIRIM CONTROLE DE PRAGAS LTDA ME	600	Horas	Prestação de serviços, com fornecimento do material e da mão de obra, para aplicação de bactericida para sanitização (saneante bactericida com princípio ativo Quaternário de Amônio), a ser aplicado com caminhões com equipamento de hidrojateamento, equipados com bombas de alta pressão, possibilitando maior vazão e alcance dos jatos e com reservatório de água de no mínimo 2.000 litros, destinado para aplicação em diversos locais dentro do município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com os anexos do Edital.	190,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação da licitante vencedora, concluindo-se pela HABILITAÇÃO da mesma, visto ter atendido as exigências do edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. Com a desclassificação das propostas comerciais das empresas DESENTUPIDORA CARVALHO LTDA ME e MISERVI ADMINISTRADORA DE SERV. LTDA, os envelopes 02 – habilitações foram devolvidos aos seus Representantes no decorrer da sessão pública, perante a presença de todos. Quanto as empresas DEDETIZADOR SÃO JOÃO EIRELI e ESGOTEM DESENT. LIMPA FOSSA LTDA por não atenderem o credenciamento e não apresentarem a declaração de habilitação e tendo suas propostas também desclassificadas, foram devolvidos os envelopes 02 habilitações aos municípios presentes, no decorrer da sessão pública, perante a presença de todos. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião a qual vai assinada pelos Representantes presentes até o final da sessão a qual foi entregue cópia desta. Jaraguá do Sul, SC, 04 de junho de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elían Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Thiago de Oliveira Braga	
Felipe Osmar de Aviz	
Gustavo Souza da Rocha	
Thiago Raphael da Rocha	
Lucas Fachi	
Fernando Friederich Voigt	
Jivago Goetten de Lima	Retirou-se antes do término da sessão
José Miguel Pindeck	
Gilberto Carlos Gugelmin	Retirou-se antes do término da sessão

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 055/2020

Publicação Nº 2513726

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 055/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, DISCO DE CORTE DIAMANTADO, ARRUELAS, PARAFUSOS E OUTROS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 05/06/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 19/06/2020 às 09 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Evânia Aparecida Duarte Liebl

Diretora Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 056/2020

Publicação Nº 2513728

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 056/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, TIPO PICK-UP, ZERO QUILOMETRO, DESTINADO A RENOVAÇÃO DA FROTA DO SAMAE, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO CONTRAN.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 05/06/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 22/06/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Evânia Aparecida Duarte Liebl

Diretora Presidente

DECRETO Nº 13.952/2020

Publicação Nº 2513761

D E C R E T O Nº 13.952/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref); e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.001 - GABINETE DO PREFEITO

02.001.4.122.301.2.023 - Pagamento dos Servidores do Gabinete

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.001.7 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 23.000,00

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.001 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.001.4.122.301.2.034 - Pagamento dos Servidores da Procuradoria

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

04.001.37 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 9.000,00

TOTAL R\$ 32.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref); e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.001 - GABINETE DO PREFEITO

02.001.4.122.301.2.023 - Pagamento dos Servidores do Gabinete

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

02.001.6 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias

0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 23.000,00

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.001 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.001.4.122.301.2.034 - Pagamento dos Servidores da Procuradoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

04.001.36 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias

0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS R\$ 9.000,00

TOTAL R\$ 32.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 98/2020 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2513718

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 98/2020
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços abrangendo solução tecnológica com equipamentos e sistema de monitoramento de imagens com identificador e leitura de placas de veículos, em conformidade com os Anexos II – Minuta do Contrato, Anexo III – Projeto Básico/Termo de Referência, e demais anexos que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal n.º 8.666/93 e demais alterações posteriores.

DATA, HORA E LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 09 de julho de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO GLOBAL (PARA 12 MESES): R\$ 800.577,12 (oitocentos mil quinhentos e setenta e sete reais e doze centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 27 de maio de 2020.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 024/2020/PAS

Publicação Nº 2513733

Edital de Notificação 024/2020/PAS

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA RESTAURANTE SABOR DE CASA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.535.292/0001-37, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 002/2018 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010364/A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA CORRESPONDENTE A 400% DA UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 138/2020 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2019

Publicação Nº 2513250

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 138/2020
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2019

Processo: Concorrência 050/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: SM7 Engenharia, Tecnologia e Importação Ltda. - EPP; Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto executivo, fornecimento, montagem instalação de 02 (dois) reservatórios de água potável em aço vitrificado com capacidade nominal de 4.000m³ e 500m³, com base de concreto, incluindo mão de obra e equipamentos novos, produzidos no país e credenciados no BNDES; Supressão: Com fundamento no artigo 65, inciso I, letra "b", c/c com o § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz/suprime os serviços/materiais, constantes da planilha apresentada pela Contratada juntamente com a proposta, no valor de R\$ 17.004,20 (dezesete mil, quatro reais e vinte centavos), correspondente a 0,47% (quarenta e sete centésimos percentuais) de redução em relação ao valor do contrato original. 1.2. Em consequência da presente redução/supressão, o valor total do Contrato nº 195/2019 passa a ser de R\$ 3.583.318,43 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e três centavos). 1.3. O escopo que compreende este termo aditivo está demonstrado no documento denominado Justificativa para Reprogramação Contratual, registro este que está anexo a este documento contratual e faz parte integrante do presente Termo Aditivo. Do Fundamento Legal: A redução/supressão dos serviços/materiais realizada ao contrato é firmada com base na justificativa do Gestor e Fiscal do contrato, constante do Memorando 592/2020/Samae/CPF, que integra o presente e encontra amparo legal no art. 65, inciso I, alínea "b", c/c §1º, da Lei 8.666/93, bem como no item 7.3 da Cláusula Sétima do contrato original Da Dotação Orçamentária O valor decorrente da presente

supressão será abatido do empenho por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.4420	Ampliação e Subst. Redes e Ramal. de Água	4.4.90.- Aplicações Diretas	40	Financiamento BNDES e Contrapartida

Data da assinatura: 20/05/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Evânia A. Duarte Liebl e Rogério Eduardo Betetto Sciamana.

Evânia A. Duarte Liebl
Diretor a Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

ORDEM DE PARALISAÇÃO CONTRATO Nº 165/2020

Publicação Nº 2513182

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Contrato nº 165/2020

Considerando que em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia do COVID-19, à Administração Pública compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações, sendo essencial a suspensão dos serviços até que seja autorizado o seu reinício.

Comunicamos por meio desta, que a empresa CLINIMED SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA (CNPJ 24.066.112/0001-03), teve os serviços suspensos desde 26 de março de 2020, referente à prestação de serviços médicos destinados para suprir as necessidades da Gerência de Assistência ao Servidor no que tange ao atendimento de medicina e segurança do trabalho, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 210/2019, e formalizada pelo Contrato nº 165/2020, sendo a suspensão válida até 30 de junho de 2020. Jaraguá do Sul, 1º de junho de 2020.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Gestor Designado – Decreto 13.229/2019

FERNANDA FEDALTO CHICOSKI

Fiscal - Decreto 13.229/2019

CLÁUDIO FIALHO DOS SANTOS

Fiscal - Decreto 13.229/2019

ORDEM DE PARALISAÇÃO CONTRATO Nº 428/2019

Publicação Nº 2513186

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Contrato nº 428/2019

Considerando que em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia do COVID-19, à Administração Pública compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações, sendo essencial a suspensão dos serviços até que seja autorizado o seu reinício.

Comunicamos por meio desta, que a empresa LABORALMED EIRELI ME (CNPJ 25.131.499/0001-05), teve os serviços suspensos desde 26 de março de 2020, referente à prestação de serviços médicos destinados para suprir as necessidades da Gerência de Assistência ao Servidor no que tange ao atendimento de medicina e segurança do trabalho, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 180/2019, e formalizada pelo Contrato nº 428/2019, sendo a suspensão válida até 30 de junho de 2020.

Jaraguá do Sul, 1º de junho de 2020.

FERNANDA FEDALTO CHICOSKI

Gestora - Decreto 13.168/2019

AMÉLIA APARECIDA KIÉSKI MARISTELA ROSA SÔNIA DE FATIMA DALL AGNOL

Fiscais - Decreto 13.168/2019

PORTARIA Nº 152/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2513427

PORTARIA Nº 152/2020/Semtip
Designa Defensor Dativo no Processo
Administrativo Disciplinar Nº 010/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria Nº 783/2016, de 15/09/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 050/2020/3ªCPPAD, de 28/05/2020, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/06/2020, "ad hoc" o servidor público municipal EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677, servidor público municipal efetivo e estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo em Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2020, instaurado pela Portaria Nº 282/2020, de 08/05/2020, a que responde o servidor público municipal Marcelo Ludvichak à época dos fatos, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2020.
VANESSA SCHWIRKOWSKY
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 268/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513493

PORTARIA Nº 268/2020 – ISSEM
De 20.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LIANE TERESINHA ZOZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.05.2020 a 02.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 269/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513494

PORTARIA Nº 269/2020 – ISSEM
De 20.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA ROSELI PIRES RIBEIRO, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 19.05.2020 a 13.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de maio de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 270/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513496

PORTARIA Nº 270/2020-ISSEM

De 26/05/2020

Concede Aposentadoria ao Sr. Polibio Andy Radtke.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0036,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. POLÍBIO ANDY RADTKE, inscrito no CPF sob nº 505.016.239-49, servidor do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, matriculado sob o nº 7008, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 3, Letra "H", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de maio de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 271/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513498

PORTARIA Nº 271/2020-ISSEM

De 26/05/2020

Concede Aposentadoria à Sra. Noeli Aparecida Zanghelini.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 40, §1º, inc. I, da CF (redação dada pela EC nº 41/2003) c/c art. 46 da LCM nº 33/2003, e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0015,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SRA. NOELI APARECIDA ZANGHELINI, inscrita no CPF sob nº 920.344.899-34, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Lic. Plena, matriculada sob o nº 9275, com referência salarial: Classe 7, Letra "C", triênios equivalentes a 18% (dezoito por cento) e carga horária de 190 horas mensais/ 38 horas semanais.

Art. 2º. Os proventos serão integrais sobre o resultado da média aritmética simples e serão reajustados nos termos do art. 70-A da LCM 33/2003, ou seja, sem paridade.

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente
Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 272/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513500

PORTARIA Nº 272/2020 – ISSEM
De 27.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. MARCELINO RODRIGUES, lotado na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.05.2020 a 14.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 273/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513501

PORTARIA Nº 273/2020 – ISSEM
De 27.05.2020.
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ADRIANE DE FÁTIMA SOUZA FRANÇA, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.05.2020 a 16.09.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 274/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513503

PORTARIA Nº 274/2020 – ISSEM
De 27.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRELI BEATRIZ LOPES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.05.2020 a 20.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 275/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513504

PORTARIA Nº 275/2020 – ISSEM
De 27.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. IRIA STANGE TREMEA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.05.2020 a 12.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 276/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513505

PORTARIA Nº 276/2020 – ISSEM
De 28.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TAISE MARGOTI BORBA DIETTERLE, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 29.05.2020 a 06.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 277/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513507

PORTARIA Nº 277/2020 – ISSEM
De 28.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSANGELA MEYER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 29.05.2020 a 28.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29.05.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 278/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513509

PORTARIA Nº 278/2020 – ISSEM
De 28.05.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA WELDT SCHROEDER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.06.2020 a 30.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de maio de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 279/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513510

PORTARIA Nº 279/2020-ISSEM
De 29/05/2020
Concede Aposentadoria ao Sr. Luis Fernando Medeiros.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1204,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. LUIS FERNANDO MEDEIROS, inscrito no CPF sob nº 320.861.569-87, servidor do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, matriculado sob o nº 7153, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 11, Letra "H", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de maio de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente
Portaria nº 066/2019

PORTARIA Nº 280/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513511

PORTARIA N.º 280/2020-ISSEM
De 01/06/2020.
Prorroga Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar n.º 217/2018, de 20 de setembro de 2018, e suas alterações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 140, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 3 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR A LICENÇA MATERNIDADE concedida pela Portaria nº 070/2020-Issem à Servidora Pública Municipal lotada no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, Sra. MIRIAN ERDMANN, matrícula nº 1173, pelo período de 11 de junho a 9 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de junho de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do Issem

PORTARIA Nº 281/2020 – ISSEM

Publicação Nº 2513513

PORTARIA N.º 281/2020 – ISSEM
De 01/06/2020.
Prorrogação de prazo para posse

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), por meio do seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIV do art. 17, da Lei Complementar Municipal (LCM) Nº 217/2018, de 20 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria nº 258/2020-Issem, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição nº 3139, em 13 de maio de 2020, que nomeou e convocou candidata aprovada no Concurso Público nº 01/2019, cujo prazo de 30 (trinta) dias para posse se encerra em 12 de junho de 2020;

CONSIDERANDO a solicitação de prorrogação de prazo para posse, protocolada sob nº 1903/2020, no dia 26 de maio, pelo Sr. Joney Cicero Morozini, nomeado para o Cargo de Agente Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo para a posse do candidato JONEY CICERO MOROZINI, nos termos do Art. 16, § 1º da Lei Complementar Municipal n.º 154/2014, de 3 de novembro de 2014, por mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 13 de junho de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir do dia 13 de junho de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul/SC, em 1º de junho de 2020.
MÁRCIO ERDMANN
Presidente do Issem

PORTARIA Nº 343/2020

Publicação Nº 2514255

PORTARIANº 343/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos IX e XIII, da LOM; e pelo inciso VII, do artigo 148, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, e 238/2019, de 10/10/2019; e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020, e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 113/2020/Semad/DGP/GAS, de 29/05/2020, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Jorge Bernardo Garnica Carmargo	8998	Médico	Secretaria Municipal de Saúde	25/05/2020 a 31/05/2020
Marie Fabiane Silva Martins	9432	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	26/05/2020 a 01/06/2020
Rafael Cordeiro Martins	9596	Auxiliar de Almoxarifado	Secretaria Municipal de Saúde	26/05/2020 a 01/06/2020
Elizete Luzia Pereira	113601	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	25/05/2020 a 31/05/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 344/2020

Publicação Nº 2514256

PORTARIANº 344/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 03/06/2020, JOÃO ANTÔNIO BERTI do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 4º, da Portaria Nº 950/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 345/2020

Publicação Nº 2514257

PORTARIANº 345/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 04/06/2020, JOÃO ANTÔNIO BERTI para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA N° 346/2020

Publicação N° 2514258

PORTARIANº 346/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 03/06/2020, FRANCIELI ALVES CORREA BIZATTO do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, PROCESSOS E DECISÕES ADMINISTRATIVAS, da Diretoria de Decisões Administrativas, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 5º, da Portaria N° 950/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA N° 347/2020

Publicação N° 2514259

PORTARIANº 347/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal N° 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 04/06/2020, FRANCIELI ALVES CORREA BIZATTO para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA N° 348/2020

Publicação N° 2514260

PORTARIANº 348/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 04/06/2020, o Secretário Municipal da Administração ARGOS JOSÉ BURGARDT, matrícula 81861, como Secretário-Geral do CONSELHO DO MUNICÍPIO - PROJARAGUÁ, constituído pela Portaria N° 539/2019, de 13/06/2019, em substituição à Emanuela Christian Wolff.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 349/2020

Publicação Nº 2514261

PORTARIANº 349/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.2º RETIFICAR a designação do membro do COMITÊ GESTOR DO PLANO DE PREVENÇÃO E CONTINGENCIAMENTO EM SAÚDE DO COVID-19 - COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19, constante do inciso VII, do §1º, do artigo 1º, da Portaria Nº 195/2020, de 07/04/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º ...

§1º ...

...

VII - Gustavo Pacher, Advogado;

...”

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 660/2020

Publicação Nº 2513190

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 660/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital nº003/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2605/2019 de 01.10.2019, que admitiu ROSANA ALVINA CORREA ANZINI para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 661/2020

Publicação Nº 2513194

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 661/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2606/2019, de 01.10.2019, que admitiu ROSANA ANDRIELI DIAS CAMILIO DOS SANTOS para, em Caráter Temporário, atuar como Auxiliar de Sala, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 662/2020

Publicação Nº 2513195

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 662/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2607/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSANA DE CARVALHO DE ARAUJO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 663/2020

Publicação Nº 2513197

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 663/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2608/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSANA MACHADO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 664/2020

Publicação Nº 2513198

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 664/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2684/2019, de 01.10.2019, que admitiu ROSANE DE FATIMA CORNELSEN para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 665/2020

Publicação Nº 2513200

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 665/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2610/2019, de 01.10.2019, que admitiu ROSANE PEREIRA WALZ para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 666/2020

Publicação Nº 2513201

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 666/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº 018/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2836/2019, de 19.11.2019, que prorrogou a portaria de ROSANGELA HRUSCHKA para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 25 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 667/2020

Publicação Nº 2513202

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 667/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2621/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSANGELA MARIA MACHADO SILVEIRA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 668/2020

Publicação Nº 2513203

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 668/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2633/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSANGELA POTERIKO DE LIMA para, em Caráter Temporário, atuar como Coordenadora Pedagógica, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 669/2020

Publicação Nº 2513204

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 669/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2623/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSE MARLI TOMASELLI para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 670/2020

Publicação Nº 2513205

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 670/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2624/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSECLER DE RODETTES DE MERA para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 671/2020

Publicação Nº 2513207

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 671/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2625/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSELI GORETE DA SILVA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 672/2020

Publicação Nº 2513208

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 672/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 003/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº768/2019 de 26.03.2019, que admitiu ROSELI RANGEL para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, nos períodos de 06.05.2019 a 05.08.2019, 06.08.2019 a 19.12.2019 e 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 673/2020

Publicação Nº 2513209

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 673/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2627/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSELI ZIMINGOSKI para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 674/2020

Publicação Nº 2513210

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 674/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2628/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSENILDA DOS SANTOS para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 675/2020

Publicação Nº 2513211

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 675/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2629/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSENILDA MADUREIRO para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 676/2020

Publicação Nº 2513212

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 676/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2630/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSIANE DE MACEDO BINI para, em Caráter Temporário, atuar como Auxiliar de Sala, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA N° 677/2020

Publicação N° 2513213

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 677/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2631/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSICLEIA LANGE FINTA para, em Caráter Temporário, atuar como Auxiliar de Sala, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA N° 678/2020

Publicação N° 2513214

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 678/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE

PRORROGAR A PORTARIA nº2632/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSICLEIA TEIXEIRA DA SILVA para, em Caráter Temporário, atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA N° 679/2020

Publicação N° 2513215

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 679/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2633/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSILENE LITZ para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 680/2020

Publicação Nº 2513217

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 680/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2634/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROSINEIDE DE LIMA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 681/2020

Publicação Nº 2513218

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 681/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2316/2019, de 02.09.2019, que prorrogou a portaria de ROSINETI ELEUTERIO para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 682/2020

Publicação Nº 2513220

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 682/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2636/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de ROZANGELA MESQUITA CORREA para, em Caráter Temporário, atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 683/2020

Publicação Nº 2513222

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 683/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2637/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de RUBIA SAMARA GARCIA DO NASCIMENTO para, em Caráter Temporário, atuar como Auxiliar de Sala, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 684/2020

Publicação Nº 2513223

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 684/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº018/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2827/2019, de 13/11/2019, que admitiu RUDNEY MARINHO DE SOUZA para, em Caráter Temporário, atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de GEOGRAFIA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 685/2020

Publicação Nº 2513225

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 685/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 003/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2638/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de RULCIMAR ROCHA para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 686/2020

Publicação Nº 2513226

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 686/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos realizado através do Edital nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2639/2019 de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de RUTE CANDIDA DE ARAUJO para, em Caráter Temporário, atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 687/2020

Publicação Nº 2513229

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 687/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos realizado através do Edital nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2640/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de, SABRINA KOLLROSS FERNANDES para, em Caráter Temporário, atuar como Pedagoga, nas Salas de Atendimento Pedagógico – SAP, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 688/2020

Publicação Nº 2513230

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 688/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2644/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de SARAH SANTOS DE SOUZA RODRIGUES para, em Caráter Temporário, atuar como Tradutora e Intérprete de Libras de Nível Médio, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 689/2020

Publicação Nº 2513232

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 689/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA nº2642/2019, de 01.10.2019, que prorrogou a portaria de SAMARA SERENINI para, em Caráter Temporário, atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 26 de março de 2020
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

Joaçaba

PREFEITURA

12/2018 FMAS TA 02

Publicação Nº 2513958

CONTRATO Nº 12/2018 – FMAS - TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, representada neste ato pela Secretária, SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.338.999/0001-58, estabelecida na RUA RUI BARBOSA, 104, ANEXO, 112, no Município de GUARABIRA/PB, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CASSIO PALUDO FOSTER portador do documento de Identidade RG nº 1.616.481, inscrito no CPF sob o nº 028.391.904-35, residente e domiciliado na Rua JOSE DA CUNHA REGO, 996, na cidade de GUARABIRA/PB, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 12/2018/FMAS, firmado em 08 de junho de 2018, proveniente do Processo de Licitação nº 47/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 28/2018/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de rastreamento veicular em tempo real via GPS (Global Positioning System), objetivando o controle, acompanhamento e localização dos veículos da frota municipal, onde se ADITA a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 08 de junho de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 01 de junho de 2020.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO

SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA
CASSIO PALUDO FOSTER

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

40/2018 PMJ TA 06

Publicação Nº 2513978

CONTRATO Nº 40/2018/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, e a empresa CONSTRUTORA FOSCARINI EIRELI, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 215, sala 04, centro, Concórdia, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.517.944/0001-57, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por ANTÔNIO LUÍS FOSCARINI, portador do CPF nº 497.975.739-15, resolvem celebrar este TERMO ADITIVO ao contrato nº 40/2018/PMJ, firmado em 19/02/2018, proveniente do Processo Licitatório nº 88/2017/PMJ, correlato à Concorrência nº 06/2017/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA das obras de conclusão do Edifício do Centro de Inovação, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S) e a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

Considerando que o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, declara situação de emergência em todo território catarinense para fins de enfrentamento da COVID-19;

Considerando que, tanto o Decreto Estadual nº 515, quanto o Decreto Municipal nº 5905, suspenderam todas as atividades não essenciais, o que fez com que todas as obras do Município fossem automaticamente paralisadas;

Considerando que o Decreto Municipal 5910/2020, de 25 de março de 2020, determinou a retomada das obras públicas no âmbito do Município a partir do dia 26 de março de 2020;

Considerando que, desta forma, as obras relativas à conclusão do Edifício do Centro de Inovação, objeto do contrato nº 40/2018/PMJ, ficaram suspensas de 17 a 25 de março de 2020,

O prazo de execução constante no subitem 2.2 do contrato fica prorrogado para 10 de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA / VALIDADE CONTRATUAL**

Em face das considerações constantes na cláusula primeira deste Termo Aditivo, a vigência do contrato fica prorrogada para 10 de junho de 2020, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, 01 de junho de 2020.

CONTRATADA CONSTRUTORA FOSCARINI EIRELI ANTÔNIO LUÍS FOSCARINI	CONTRATANTE MUNICÍPIO DE JOAÇABA DIOCLÉSIO RAGNINI Prefeito
--	--

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

67/2018 PMJ TA 02

Publicação Nº 2513936

CONTRATO Nº 67/2018/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA (Setor de Frotas), doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário WILSON SARTORI, e a empresa SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.338.999/0001-58, estabelecida na RUA RUI BARBOSA, 104, ANEXO 112, no Município de GUARABIRA/PB, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CASSIO PALUDO FOSTER, portador do documento de Identidade RG nº 1.616.481, inscrito no CPF nº 028.391.904-35, residente e domiciliado na Rua JOSE DA CUNHA REGO, 996, na cidade de GUARABIRA/PB, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 67/2018/PMJ, firmado em 08 de junho de 2018, proveniente do Processo de Licitação nº 47/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 28/2018/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de rastreamento veicular em tempo real via GPS (Global Positioning System), objetivando o controle, acompanhamento e localização dos veículos da frota municipal, onde se ADITA a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 08 de junho de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 01 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI - Secretário

SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA

CASSIO PALUDO FOSTER

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

DECRETO Nº 5.948 DE 27 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514133

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 5.948 DE 27 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019, PELO ARTIGO 14 e 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 899.878,05 (oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinco centavos), por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos próprios e vinculados do Município.

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO

Proj./Atividade: 1.071 Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – 82

Valor: R\$ 4.264,00

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO

Proj./Atividade: 2.157 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.50.0000 – 94

Valor: R\$ 895.614,05

Art. 2º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor R\$ 2.116,02 (dois mil, cento e dezesseis reais e dois centavos), por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos vinculados do Município.

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO

Proj./Atividade: 2.157 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.50.0000 – 94

Valor: R\$ 2.116,02

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de maio de 2020

Dioclésio Ragnini

Prefeito

EXTRATO PL 33/2020/PMJ - PE 11/202/PMJ

Publicação Nº 2513569

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020/PMJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de produtos de higiene pessoal, bem como, de produtos e materiais de limpeza destinados ao atendimento das demandas dos órgãos participantes. Data da abertura: Dia 22/06/2020, através do site www.portal-decompraspublicas.com.br. Forma de Julgamento: Menor preço por item. DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 22 de junho de 2020. HORÁRIO LIMITE: até 13h50min. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 22 de junho de 2020. HORÁRIO: às 14h00min. Local

para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites www.joacaba.sc.gov.br, www.portaldecompras-publicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 04 de junho de 2020.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretário

PORTARIA Nº 6.848

Publicação Nº 2514145

PORTARIA Nº 6.848 DE 03 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ADRIANO DANIEL PASQUALOTTI, Agente da Dengue, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 283/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 23 de fevereiro de 2019 a 22 de fevereiro de 2020 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de junho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.849

Publicação Nº 2514146

PORTARIA Nº 6.849 DE 03 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELISANGELA CRISTINE DE SOUZA MALISKA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 283/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 18 de maio de 2019 a 17 de maio de 2020 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de junho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.850

Publicação Nº 2514147

PORTARIA Nº 6.850 DE 03 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZANDRA FIDELIS, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme

memorando nº 283/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 18 de julho de 2018 a 17 de julho de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.851

Publicação Nº 2514148

PORTARIA Nº 6.851 DE 03 DE JUNHO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIANO COLOMBO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.852

Publicação Nº 2514149

PORTARIA Nº 6.852 DE 03 DE JUNHO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIANA ZARDO SCHMAUTZ, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 03 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (32 dias), por um período de 16 (dezesseis) dias, a partir de 15 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.853

Publicação Nº 2514150

PORTARIA Nº 6.853 DE 03 DE JUNHO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO MARTINAZZO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 07 de março de 1995 a 06 de março de 2000 (30 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 12 de junho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.854

Publicação Nº 2514151

PORTARIA Nº 6.854 DE 04 DE JUNHO DE 2020

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso I da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de junho de 2020, o(a) Sr.(a) MICHEL CARLESSO AVILA, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, nível CC-1, para exercer cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, nível CC-1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação do Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Revoga-se a portaria nº 6.847 de 03 de junho de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.855

Publicação Nº 2514152

PORTARIA Nº 6.855 DE 04 DE JUNHO DE 2020

“DESIGNA ORDENADOR DE DESPESA, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o(a) Sr.(a) MICHEL CARLESSO AVILA, Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, exercendo cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, nível CC-1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019, para exercer as funções de “ORDENADOR DE DESPESAS” do Município.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.856

Publicação Nº 2514154

PORTARIA Nº 6.856 DE 04 DE JUNHO DE 2020
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 04 de junho de 2020, o(a) Sr.(a) MELISSA LEMOS, Assessor de Secretaria, nível CC-6, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 269/2020 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de junho de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

1-2/2020 FMAS

Publicação Nº 2513395

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 1 / 2
Processo Nº 3/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020

Registro de Preço 1 / 2020**Data do Registro : 2 de Junho de 2020****Válido até : 02-06-2021**

Objeto da Compra : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cestas básicas destinadas à manutenção dos programas de Benefícios Eventuais da Assistência Social do Município.

MERCADO MUNARI LTDA - ME

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
1	Cesta básica PEQUENA contendo os seguintes itens: feijão preto - 01 kg / óleo de soja 900 ml / arroz parbolizado tipo 1 - 02 kg / açúcar refinado - 02 kg / farinha de fubá fina - 01 kg / farinha de trigo especial - 03 kg / chocolate em pó - 400 gr / café em pó - 500 gr / leite em pó - 400 gr / biscoito doce sortido - 800 gr / massa com ovos tipo espaguete - 01 kg / sardinha em óleo 125 gr - 02 latas / extrato/molho de tomate 340 gr - 01 lata / doce de frutas 400 gr - 01 pote / leite UHT integral - 06 caixas de 01 litro / sabonete 90 gr / creme dental - 90 gr / sabão em barra - 500 gr / sabão em pó 500 gr	02-06-2021	1	2000	78,27

Total dos itens da ata:**R\$156.540,00**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 2
Processo Nº 3/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020

Registro de Preço 2 / 2020

Data do Registro : 2 de Junho de 2020

Válido até : 02-06-2021

Objeto da Compra : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cestas básicas destinadas à manutenção dos programas de Benefícios Eventuais da Assistência Social do Município.

ENIO DELAZERI EIRELI

Item Especificação

Item	Especificação	Data Venc.	Marca	Qtd	Preço Unitário
2	Cesta básica GRANDE contendo os seguintes itens: feijão preto – 02 kg / óleo de soja 900 ml – 02 latas / arroz parboilizado tipo 1 – 05 kg / açúcar refinado – 05 kg / farinha de fubá fina – 02 kg / farinha de trigo especial - 05 kg / farinha de trigo especial - 02 kg / chocolate em pó – 800 gr / café em pó – 01 kg / leite em pó – 02 pacotes 400 gr / biscoito doce sortido – 800 gr / massa c/ ovos - espaguete - 02 kg / sardinha em óleo 125 gr – 05 latas / extrato/molho de tomate 340 gr – 02 latas / doce de frutas 400 gr – 01 pote / leite UHT integral – 12 caixas de 01 litro / sabonete 90 gr / creme dental - 90 gr / sabão em barra – 500 gr / sabão em pó 500 gr	02-06-2021	ATACADÃO	2000	144,71

Total dos itens da ata:

R\$289.420,00

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 292 DE 04 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2513343

PORTARIA Nº 292 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 282, de 20 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a MARINARA APARECIDA PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 732.673.689-87, portadora do RG nº 2.631.308, inscrita no PASEP sob o nº 182.35041,23-0, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.137, nos termos do art. 22 c/c 24, ambos da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor em 05 de junho de 2020.

Joaçaba-SC, 04 de junho de 2020.

Eliane Aparecida Ceron Vier

Diretora Presidente

PLASS**RESOLUÇÃO Nº 01/2020/PLASS**

Publicação Nº 2514173

RESOLUÇÃO Nº 01/2020/PLASS

"DISPÕE DE REGULAMENTAÇÃO DO PRAZO PARA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ELETIVOS"

O Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº. 090 de 16 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº. 4.336 de 26 de junho de 2013, e conforme deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 28 de maio de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estipulado o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo da solicitação do segurado junto a Secretaria Executiva do PLASS, com toda a documentação solicitada, para análise de pedido de autorização para realização de procedimentos eletivos.

§ 1º. O prazo estipulado refere-se a solicitação para procedimentos de caráter eletivo, feita por profissionais credenciados ou não credenciados.

§ 2º. O prazo será interrompido em caso de necessidade de apresentação de documentos faltantes.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

JOAÇABA(SC), 28 de maio de 2020.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente Conselho de Administração

RESOLUÇÃO Nº 02/2020/PLASS

Publicação Nº 2514176

RESOLUÇÃO Nº 02/2020/PLASS

"DISPÕE DE REGULAMENTAÇÃO DO PRAZO PARA RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS"

O Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº. 090 de 16 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº. 4.336 de 26 de junho de 2013, e conforme deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 28 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o Parágrafo Único do Art. 20, o § 1º do Art. 21 e o Art. 23 do Decreto nº 4.336/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estipulado o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento junto a Secretaria Executiva do PLASS, para análise e, quando for o caso, realização de ressarcimento de despesas médicas, devidamente instruídas com os documentos hábeis, conforme legislação vigente.

Parágrafo Único. O prazo será interrompido em caso de necessidade de apresentação de documentos faltantes.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

JOAÇABA(SC), 28 de maio de 2020.
JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente Conselho de Administração

RESOLUÇÃO Nº 03/2020/PLASS

Publicação Nº 2514179

RESOLUÇÃO Nº 03/2020/PLASS

“DISPÕE DE REGULAMENTAÇÃO PARA LIBERAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS DE CIRURGIAS PLÁSTICAS REPARADORAS PÓS BARIÁTRICA.”

O Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº. 090 de 16 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº. 4.336 de 26 de junho de 2013, e conforme deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 28 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o Art. 16, inciso III, alínea n, do Decreto nº 4.336/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. As cirurgias plásticas reparadoras, realizadas após cirurgia bariátrica, serão liberadas para correção de abdômem e/ou seios, devendo ocorrer no prazo mínimo de 01 (um) ano e máximo de 03 (três) anos após a realização do procedimento bariátrico.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

JOAÇABA(SC), 28 de maio de 2020.
JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente Conselho de Administração

RESOLUÇÃO Nº 04/2020/PLASS

Publicação Nº 2514178

RESOLUÇÃO Nº 04/2020/PLASS

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS VALORES DAS GRATIFICAÇÕES DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PLASS.”

O Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº. 090 de 16 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº. 4.336 de 26 de junho de 2013, e conforme deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 28 de maio de 2020,

CONSIDERANDO o Art. 58, inciso VII, da Lei Complementar n. 90/2004:

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, que é paga por meio de gratificação mensal pelo PLASS, corrigida anualmente de acordo com a data e o índice utilizado para concessão da revisão geral anual dos servidores públicos municipais, sendo os valores fixados em:

- I - Diretor Executivo: R\$ 1.392,81 (um mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos);
- II - Assessor Jurídico: R\$ 1.218,94 (um mil, duzentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos).
- III - Contador: R\$ 1.218,94 (um mil, duzentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos);
- IV - Assistente Social: R\$ 992,05 (novecentos e noventa e dois reais e cinco centavos);
- V - Secretário: R\$ 992,05 (novecentos e noventa e dois reais e cinco centavos);
- VI - Tesoureiro: R\$ 992,05 (novecentos e noventa e dois reais e cinco centavos);

Art. 2º. Será paga aos membros da Diretoria do PLASS gratificação natalina calculada proporcionalmente aos meses trabalhados.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir de 01 de junho de 2020.

JOAÇABA(SC), 28 de maio de 2020.
JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente Conselho de Administração

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0020/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2512791

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0020/2020

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE REDES E RAMAIS DE ESGOTO NAS CIDADES DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA/SC E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0014/2020, PROCESSO JHL Nº 0019/2020, PROTOCOLO JHL Nº 0679/2020

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado "SIMAE" e a empresa WLPN Transportes de Resíduos Ltda - ME, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0019/2020, Pregão Presencial JHL nº 0014/2020, homologado em 04/06/2020, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	WLPN Transportes de Resíduos Ltda - ME
	ENDEREÇO:	Rua João Foresti, nº12, Bairro Bom Jesus, em Caçador/SC.
	CNPJ/MF:	00.553.801/0001-84
	REPRESENTANTE LEGAL:	Loeni Aparecida Nhoato
	CPF:	543.565.049-68
	RG:	1.682.765

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza de redes e ramais de esgoto nas cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos/serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE CAMINHÃO AUTO VÁCUO PARA SUÇÃO E DESENTUPIMENTO DE REDES E RAMAIS COLETORAS DE ESGOTO. - Marca: WLPN	HR	300	420,00	R\$ 126.000,00
2	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. - MARCA: WLPN	M3	100	130,00	R\$ 13.000,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0014/2020 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 04 de junho de 2020.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotado no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE, e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Evandro Castanha, Gerente do Setor Operação e Manutenção de Esgoto do SIMAE, e-mail: some@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão executados parceladamente conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

7.2 A contratação é para execução de serviços nas redes e ramais coletores de esgoto nas cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – SC e destinação final dos resíduos decorrentes da referida limpeza.

7.3 A DETENTORA deverá prestar os serviços após a emissão da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE, com prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas nos locais especificados nas autorizações. Não serão aceitos entendimentos verbais.

7.3.1 Os serviços devem ser executados em dias e horários de expediente do SIMAE (segunda a sexta-feira, horários das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30), exceto em casos de urgência ou emergência que venha a comprometer o sistema de esgotamento sanitário o qual deverá ser executado imediatamente após a solicitação que será efetuada pelo gerente do Setor de Operação e Manutenção de Esgoto do SIMAE ou servidor designado por este.

7.4 Para execução dos serviços de desobstrução é obrigatória a utilização de veículo combinado (auto vácuo), dotado de mangueira. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

7.4.1 Deverá possuir 1 (um) tanque dividido em 2 (dois) compartimentos, sendo um compartimento com capacidade mínima para 8.000 litros, o qual serve para guardar resíduos sugados pelo equipamento, tais como, lodos de esgoto etc. O outro compartimento deverá ter capacidade mínima de 3.000 litros e serve para acondicionar a água que é usada no equipamento de hidro jato ou AUTO VÁCUO.

7.4.2 Mangueira de no mínimo 100 metros de comprimento e com diâmetro adequado a ser definido pela DETENTORA no momento da execução do serviço.

7.4.3 A bomba de alta pressão do equipamento de hidro jato deverá possuir uma pressão mínima de 120 bar.

7.5 Os quantitativos descritos em cada item (Anexo I) constituem mera estimativa, dimensionada pela demanda atualmente existente, podendo ocorrer acréscimos ou supressões, não ficando o SIMAE obrigado a executá-los.

7.6 A quantidade de horas dispendidas para realizar os serviços deve corresponder ao efetivamente necessário para a realização da atividade, devendo a DETENTORA do Registro de Preços se abster de realizar serviços e utilizar tempo (horas) em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

7.6.1 A DETENTORA deverá emitir os relatórios dos serviços e entregar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o término do serviço. Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo, deverá ocorrer no dia anterior ao determinado.

7.6.2 A fiscalização terá o prazo máximo de 2 (dois) dias para aprovar os relatórios, confirmar o que foi aceito e autorizar a emissão da Nota Fiscal.

7.6.3 No acompanhamento do serviço por servidor do SIMAE, a DETENTORA deverá entregar o relatório ao servidor do SIMAE imediatamente após a conclusão dos serviços, ou no máximo um dia útil após o término dos trabalhos.

7.6.4 O relatório deve constar o endereço de execução do serviço, o tempo de execução, a quantidade de resíduos retirada.

7.6.5 O cálculo das horas para efeito de pagamento será baseado nas horas trabalhadas in-loco, não considerando horas de deslocamento.

7.7 A prestação do serviço deverá ser executada por no mínimo um operador para o caminhão combinado (auto vácuo), um ajudante para a operação e um profissional técnico habilitado para acompanhamento do serviço.

7.8 A DETENTORA deverá dar destino adequado aos resíduos decorrentes da execução dos serviços, atendendo a legislação ambiental vigente, com a informação do local a ser depositado.

7.9 A DETENTORA possui total responsabilidade sobre os serviços executados e prestará garantia sobre os mesmos, devendo refazê-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, por escrito, no caso de má execução dos mesmos. Os serviços deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses, devendo a DETENTORA refazê-los em caso de eventuais problemas que estejam cobertos pela garantia, sem qualquer ônus para a autarquia.

7.9.1 A garantia dos serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato/ata.

7.10 Caso o serviço executado não seja aceito novamente seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da

DETENTORA de entregar nas condições e especificações pactuadas e poderá sujeitá-la à multa, bem como a sua rescisão unilateral pelo SIMAE, conforme previsto no item 13 desta Ata de Registro de Preços.

7.11 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, definidos no Edital e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

7.12 A DETENTORA é responsável por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive perante terceiros.

7.13 A DETENTORA deverá efetuar o pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente à execução dos serviços em local confinado, como por exemplo: poços de visita, e entregar uma cópia ao SIMAE juntamente com a declaração assinada por Técnico de Segurança do Trabalho que o(s) funcionário(s) possui(em) curso para realização da atividade.

7.14 A DETENTORA deverá fornecer, a suas expensas, equipamentos, ferramentas e materiais de consumo, necessários à execução dos serviços, bem como uniformes, crachá para identificação do(s) funcionário(s) e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC), sendo obrigatória e utilização dos mesmos durante a execução dos serviços.

7.15 A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o SIMAE perante a DETENTORA e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, alimentação e transporte dos profissionais contratados, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

7.16 A DETENTORA deverá manter sinalizada a via de trânsito para veículos e pedestres, sempre que a atividade exigir, atendendo as normas de trânsito vigente.

7.17 A prestação dos serviços de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão aceitos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

7.18 O SIMAE reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a DETENTORA da responsabilidade por qualquer irregularidade.

7.19 Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o SIMAE poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2020, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.16.00.00.00

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Apresentar a documentação necessária para a realização da atividade de limpeza nas redes e ramais coletores de esgoto sanitário e destinação dos resíduos.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

10.6 Exigir do SIMAE, documento de autorização, emitido pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

10.7 Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

10.8 Dar destino adequado aos resíduos decorrentes da execução dos serviços, atendendo a legislação vigente, informando ao SIMAE o local que será depositado.

10.9 Executar os serviços e garantir a perfeita execução dos mesmos, devendo refazê-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, no caso de má execução dos mesmos, bem como manter os locais em perfeito estado de conservação. A garantia mínima deve ser de 03 (três) meses.

10.10 Efetuar pagamento e apresentar comprovante ao SIMAE de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços em local confinado, e entregar uma cópia ao SIMAE juntamente com a declaração assinada Técnico em Segurança, que o funcionário possui curso para realização da atividade.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 04 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken
Diretora

Loeni Aparecida Nhoatto
Presidente do Simae Sócia Gerente

Testemunhas:

Evandro Castanha
Gerente SOME

Valdinei Antonio Gusatto
Gerente SMTP

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2512849

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0009/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2020

PROTOCOLO Nº 0375/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de laboratório especializado para prestação de serviços de análises laboratoriais em amostras de água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado do Simae, de acordo com o solicitado na legislação vigente e órgãos fiscalizadores.

EMPRESA: LABB LABORATÓRIOS DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	<p>Análises em amostras de esgoto sanitário in natura e das diversas etapas de tratamento de esgoto, compreendendo os parâmetros listado abaixo, conforme cronograma a ser apresentado pelo Simae:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5) • Demanda Química de Oxigênio (DQO) • Nitrogênio total • Nitrogênio amoniacal • Fósforo total • pH • Dólidos sedimentáveis • Óleos e graxas • Escherichia coli • Temperatura • Toxicidade Aguda para Daphnia magna • Toxicidade Aguda para Vibrio fischeri - Marca: LABB 	SV	38	330,5226

2	Análises em amostras de esgoto sanitário in natura e das diversas etapas de tratamento de esgoto, compreendendo o parâmetro listado abaixo, conforme cronograma a ser apresentado pelo Simae: • Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5) • Demanda Química de Oxigênio (DQO) - Marca: LABB	SV	10	35,9100
3	Análises em amostras de água proveniente de manancial superficial in natura, compreendendo os parâmetros: • Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5) • Oxigênio Dissolvido (OD) • Turbidez • Cor verdadeira • pH • Clorofila-a • Densidade de cianobactérias • Sólidos dissolvidos totais • Fósforo total • Nitrogênio amoniacal • Nitrogênio total • Coliformes termotolerantes - Marca: LABB	SV	40	300,4402
4	Análises em amostras de água in natura proveniente de poços de monitoramento de lençol freático de uma Estação de Tratamento de Esgoto compreendendo os parâmetros: nitrato (expresso em N), nitrito (expresso em N), óleos e graxas, sólidos totais dissolvidos, turbidez e coliformes termotolerantes. - Marca: LABB	SV	10	106,3450

VIGÊNCIA: 02/03/2020 a 01/03/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 04 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2512867

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0008/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2020

PROTOCOLO Nº 0335/2020

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva incluindo fornecimento de peças, componentes e materiais genuínos (exceto as que o Simae dispoe em registro de preços específico), e serviços de transporte em caminhão prancha para as retroescavadeiras, de propriedade do Simae.

EMPRESA: LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	SERVIÇO DE MECANICA GERAL MAQUINAS PESADAS	HR	700	78,7993
2	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA MAQUINAS PESADAS	HR	300	89,7952
3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA MAQUINAS PESADAS	HR	100	79,7192
4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA MAQUINAS PESADAS	HR	100	89,0000

VIGÊNCIA: 03/03/2020 a 02/03/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 04 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2512881

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0008/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2020

PROTOCOLO Nº 0335/2020

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva

e corretiva incluindo fornecimento de peças, componentes e materiais genuínos (exceto as que o Simae dispôr em registro de preços específico), e serviços de transporte em caminhão prancha para as retroescavadeiras, de propriedade do Simae.

EMPRESA: SOMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
5	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RETROESCAVADEIRA	SV	120	583,3334

VIGÊNCIA: 03/03/2020 a 02/03/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 04 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0022/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2512907

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0022/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0042/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2019

PROTOCOLO Nº 2080/2019

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de asfalto usinado a quente (CBUQ) em embalagens de 25 quilos para reposição de pavimentos asfálticos removidos em função de conserto de redes de água e esgoto do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ASFALTO EM SACO - CBUQ - 25 KG - MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE CURA PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8, TEOR DE BETUME ENTRE 4,6 E 6,0%, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ACIMA DE 1,90 T/M3.	SC	6.000	R\$ 30,59	R\$ 183.540,00

VIGÊNCIA: 04/09/2019 a 03/09/2020.


Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 04 de junho de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

HOMOLOGAÇÃO PR 0014/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2512554

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2020
	Processo Adm.: 19/2020 Data do Processo: 05/03/2020 Folha: 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 19/2020
b) Nr. Licitação: 14/2020 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 04/06/2020
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para limpeza de rede coletora de esgoto e destinação final dos resíduos.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA ME				
1 - SERVIÇO DE CAMINHÃO AUTO VÁCUO PARA SUÇÃO E DESENTUPIMENTO DE REDES E RAMAIS COLETORAS DE ESGOTO. - Marca: WLPN	HR	300,000	420,0000	R\$ 126.000,00
2 - Coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos. - Marca: WLPN	M3	100,000	130,0000	R\$ 13.000,00
Total geral:				R\$ 139.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 141.837,00

Joaçaba, 04/06/2020

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

Jupirá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 168/20 DE 01/06/2020

Publicação Nº 2512531

PORTARIA N.º 168/20 de 01/06/2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, DECLARA VACÂNCIA DE CARGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e, de conformidade com a Lei Complementar nº 004/06 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - EXONERAR, a servidora municipal ROSANGELA APARECIDA DA CRUZ VOTTERI, bem como declara vago o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, 40 hs ocupado pelo mesmo, em função de sua aposentadoria no serviço público, conforme documentos do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, em anexo.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 01 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/20 DE 01/06/2020

Publicação Nº 2512536

PORTARIA N.º 169/20 de 01/06/2020.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V e XXV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1.º - ATRIBUIR, a partir de 01/06/2020, o servidor municipal EVERTON LYRA CIVIDINI, o exercício de suas funções como Diretor de Unidade, na Secretaria de Infraestrutura.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 01 de junho de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/20 DE 01/06/2020

Publicação Nº 2512630

PORTARIA N.º 170/20 de 01/06/2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 20 (vinte) dias de férias a servidora municipal JOSIELI DALLA SANTA, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/06/2016 a 01/06/2018, que serão gozadas no período 01/06/2020 a 20/06/2020,devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 01 de junho de 2020.
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 171/20 DE 01/06/2020

Publicação N° 2512637

PORTARIA N.º 171/20 de 01/06/2020.
CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, orientação da Organização Mundial de Saúde;

Considerando, que o servidor abaixo relacionado pertence ao grupo de risco da pandemia do COVID 19, decretada pela Organização Mundial de Saúde;

RESOLVE:

Art.1.º - AFASTAR, por prazo indeterminado, o servidor abaixo relacionado, bem como dispensado de registrar o cartão ponto, a partir da data retroativa de 26 de maio de 2020.

EDSON LARRY BIASE - Odontólogo;

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 26/05/2020.

Município de Jupiá SC, 01 de junho de 2020.
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2019

Publicação N° 2513571

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2019

Número do Registro de Preços: 10/2019 Data do Registro: 28/06/2019 Válido até: 28/06/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA AVENIDA TUPINAMBÁ, SENDO, ENTRE AS RUAS ALAGOAS E BAHIA, NO PERÍMETRO URBANO DE JUPIÁ - SC, PARA FUTURA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN=40 (01-01-27730)	M	A. PEREIRA TUBOS (3789)	IPUTUBOS	0	33.8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 13/2019

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2019		Data do Registro: 28/06/2019		Válido até: 28/06/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA AVENIDA TUPINAMBÁ, SENDO, ENTRE AS RUAS ALAGOAS E BAHIA, NO PERÍMETRO URBANO DE JUPIÁ - SC, PARA FUTURA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN=60 (01-01-27732)	M	A. PEREIRA TUBOS (3789)	IPUTUBOS	0	68.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2019

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 10/2019		Data do Registro: 28/06/2019		Válido até: 28/06/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA AVENIDA TUPINAMBÁ, SENDO, ENTRE AS RUAS ALAGOAS E BAHIA, NO PERÍMETRO URBANO DE JUPIÁ - SC, PARA FUTURA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019
PROCESSO Nº 10/2019
(3789) - A. PEREIRA TUBOS

Jupiá, 28 de Junho de 2019.	JANDIR LUSSANI EQUIPE DE APOIO	DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO Pregoeiro(a)
-----------------------------	-----------------------------------	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2019

Publicação Nº 2513576

Página: 1/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABRAÇADEIRA 5/8 X 3/4 16X19MM (01-01-33164)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	QISER	0	1,9000	1
2	ADESIVO INSTANTANEO 20GR (01-01-29334)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	SUPERCIANO	0	9,0000	1
3	ADESIVO PARA TUBO SOLDAVEL 175GR (01-01-37940)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TIGRE	0	16,0000	1
4	ADESIVO PARA TUBO SOLDAVEL 17G (01-01-32614)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TIGRE	0	4,0000	1
5	ADESIVO PARA TUBO SOLDAVEL 75GR (01-01-37939)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TIGRE	0	8,0000	1
6	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6" USO GERAL (01-01-33881)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	36,0000	1
7	ARAME ZINCADO MACIO BWG 14 1KG (01-01-33882)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	14,0000	1
8	AREIA MEDIA (01-01-02020)	M³	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	HOBİ	0	145,0000	1
9	ARGAMASSA ACII COM 20KG (01-01-37845)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VOTORAM	0	12,0000	1
10	ARGAMASSA ACII COM 20KG (01-01-37846)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VOTORAM	0	20,0000	1
11	ARGAMASSA ACII COM 20KG (01-01-37847)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VOTORAM	0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 2/22

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	ARRUELA LISA ZINCADA 3/8 (01-01-27159)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CISER	0	0.6000	1
13	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADO BRANCO (01-01-33884)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	DORIN	0	56.0000	1
14	BALDE PLÁSTICO 12LT (01-01-31938)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	PARCEBONI	0	12.0000	1
15	BALDE PLÁSTICO 20LITROS (01-01-02424)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	PARCEBONI	0	15.0000	1
16	BANDEJA PINTURA 23CM (01-01-32264)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ROMA	0	7.0000	1
17	BARRA DE FERRO 10.00MM BARRA 12MT (01-01-37959)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	37.0000	1
18	BARRA DE FERRO 12.50MM BARRA 12MT (01-01-37960)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	49.0000	1
19	BARRA DE FERRO 20MM X 12M (01-01-38058)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	160.0000	1
20	BARRA DE FERRO 4.2MM BARRA 12MT (01-01-37957)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	7.0000	1
21	BARRA DE FERRO 8.00MM 12MT (01-01-37958)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	26.0000	1
22	BLOCO DE CONCRETO 14 X 20 X 40CM (01-01-37983)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	MASSA FORTI	0	3.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 3/22

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	BOIA 1/2 - 3/4 PARA CAIXA DÁGUA (01-01-33885)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	10.0000	1
24	BOTA DE BORRACHA TAMANHO 38-44 (01-01-33886)	PAR	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VULCABRAS	0	48.0000	1
25	BROCA DE AÇO 5.5MM (01-01-03838)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	6.0000	1
26	BROCA DE AÇO RAPIDO 9,00MM (01-01-33890)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	12.0000	1
27	CADIADO LATÃO 20MM (01-01-33891)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VONDER	0	17.0000	1
28	CAIXA DÁGUA EM POLIPROPILENO 1.000LT (01-01-37946)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	295.0000	1
29	CAIXA DÁGUA EM POLIPROPILENO 10.000LT (01-01-37949)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.799.0000	1
30	CAIXA DÁGUA EM POLIPROPILENO 2.000LT (01-01-37947)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	699.0000	1
31	CAIXA DÁGUA EM POLIPROPILENO 5.000LT (01-01-37948)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	1.750.0000	1
32	CAIXA DÁGUA EM POLIPROPILENO 500LT (01-01-37945)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	199.0000	1
33	CAIXA DE ÁGUA EM POLETILENO 20 000 LITROS (01-01-33873)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ALUMASA	0	5.850.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 4/22

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	CAIXA DESCARGA BRANCA (01-01-33892)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	HIDRA	0	33.0000	1
35	CAL PARA PINTURA 8KG (01-01-02002)	SC	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	9.0000	1
36	CAVADEIRA ARTICULADA MÉDIA ALTURA 1,45MT COM CABO (01-01-33893)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	57.0000	1
37	CHAVE BIELA 10 A 15MM (01-01-33894)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	28.0000	1
38	CHAVE COMBINADA 10 A 14MM (01-01-33895)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	18.5000	1
39	CHAVE COMBINADA 15 A 22MM (01-01-33896)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	21.0000	1
40	CHAVE DE FENDA 1/4 X 6" (01-01-37962)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	13.0000	1
41	CHAVE PHILIPS 5/16 X 6" (01-01-37963)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	13.0000	1
42	CIMENTO 50 KG (01-01-01129)	SC	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VOTORAN	0	30.0000	1
43	COBERTURA EM ALUZINCO 0,43MM TRAPÉZIO TP40 DE 1º QUALIDADE (01-01-34412)	M²	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TEVERE	0	26.0000	1
44	CONJUNTO BANHEIRO 50 X 80 X 30 (01-01-33897)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	STEM	0	480.0000	1

Página: 5/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	CORDA DE POLIPROPILENO NATURAL 12MM (01-01-33898)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ESTIC	0	3.5000	1
46	CORDA EM POLIPROPILENO 3MM (01-01-37951)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ESTIC	0	0.6000	1
47	CORDA EM POLIPROPILENO 8MM (01-01-37950)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ESTIC	0	2.5000	1
48	CUMEIRA NORMAL 1,10 15G 6MM (01-01-33900)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	33.0000	1
49	CUMEIRA NORMAL 1,10 20G 6MM (01-01-33901)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	33.0000	1
50	CUMEIRA NORMAL ART 4 MM (01-01-34127)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	7.0000	1
51	CURVA 90 SOLDABEL 25 A 32MM (01-01-33903)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	3.0000	1
52	CURVA 90 SOLDABEL 40 A 50MM (01-01-33904)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.2500	1
53	DISCO DE CORTE 115 X 1,0 X 22,2MM (01-01-33905)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	56.0000	1
54	DUCHA 220V (01-01-33906)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ZAGONEL	0	47.0000	1
55	ENXADA OLHO OVAL 19CM COM CABO (01-01-33907)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	35.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 6/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	ESQUADRO PADRÃO 305MM/12" (01-01-33908)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	30.0000	1
57	FACÃO 18 CABO PVC (01-01-33910)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	25.0000	1
58	FECHADURA PARA PORTA DE FERRO EXTERNA (01-01-37966)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	SOPRANO	0	47.0000	1
59	FECHADURA PARA PORTA EM MADEIRA EXTERNA (01-01-37967)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	SOPRANO	0	39.5000	1
60	FECHADURA PARA PORTA INTERNA (01-01-37965)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	SOPRANO	0	37.0000	1
61	FIO SOLIDO 1,5MM (01-01-37968)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CORFIO	0	1.0000	1
62	FIO SOLIDO 10,0MM (01-01-37972)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CORFIO	0	5.0000	1
63	FIO SOLIDO 2,5MM (01-01-37969)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CORFIO	0	1.5000	1
64	FIO SOLIDO 4,0MM (01-01-37970)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CORFIO	0	2.5000	1
65	FIO SOLIDO 6,0MM (01-01-37971)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CORFIO	0	4.0000	1
66	FORRO EM PVC BRANCO PADRÃO 10MM X 1MT (01-01-37849)	M²	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	PARTELETE	0	14.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 7/22

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	FUNDO A ÓLEO EXTERNA INTERNA 3,6L (01-01-33919)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	49.0000	1
68	FUNDO A ÓLEO EXTERNA INTERNA 18L (01-01-33918)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	220.0000	1
69	FUNDO ACRILICO 18L (01-01-33920)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	65.0000	1
70	GARRAFA TERMICA 3 LITRO (01-01-26698)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	INVICTA	0	38.0000	1
71	GARRAFA TÉRMICA 5 LITRO (01-01-37964)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	INVICTA	0	38.0000	1
72	HASTE TERRA 5/8" - 1,20M (01-01-33921)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	CISER	0	23.0000	1
73	INTERRUPTOR 10A (01-01-22336)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	6.5000	1
74	ISOLADOR OLHAL PIMENTÃO MP408 (01-01-33923)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	MANPLEX	0	6.5000	1
75	JANELA FERRO 1,0 X 1,20M (01-01-33306)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	EMAB	0	220.0000	1
76	JOELHO 45 20MM (01-01-33924)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
77	JOELHO 45 SOLDÁVEL 25MM (01-01-33926)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 8/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	JOELHO 45 SOLDÁVEL 50MM (01-01-33925)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
79	JOELHO 90 ESGOTO 40MM (01-01-02019)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
80	JOELHO 90 ESGOTO 50MM (01-01-06532)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
81	JOELHO 90 SOLDÁVEL 20MM (01-01-33929)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
82	JOELHO 90 SOLDÁVEL 25MM (01-01-16303)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
83	JOELHO 90 SOLDÁVEL 40MM (01-01-33927)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.5000	1
84	JOELHO 90 SOLDÁVEL 50MM (01-01-33928)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
85	JOELHO COM ROSCA 25 X 3/4 (01-01-33930)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	5.6000	1
86	JOELHO ESGOTO 45 100MM (01-01-33931)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	5.0000	1
87	JOELHO ESGOTO 45 40MM (01-01-33932)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	5.0000	1
88	JOELHO ESGOTO 45 50MM (01-01-33933)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Página: 9/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

89	JOELHO ESGOTO 90 150MM (01-01-33934)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	28.0000	1
90	JOELHO ESGOTO COM REDUÇÃO 400 X 50MM (01-01-33935)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
91	JOELHO SOLDAVEL 32MM (01-01-32270)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.5000	1
92	LAJOTAS CERAMICAS 7 X 20 X 30 (01-01-33936)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	KARINA	0	7.5000	1
93	LÂMPADA 220V FOSCA 100W (01-01-33937)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	KIAN	0	7.9000	1
94	LÂMPADA 220V FOSCA 150W (01-01-33938)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	KIAN	0	12.0000	1
95	LÂMPADA FLUORESCENTE 200V 20W (01-01-33939)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	KIAN	0	9.0000	1
96	LAMPADA LED 9W (01-01-31700)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	KIAN	0	12.0000	1
97	LÂMPADA LED TUBULAR 120CM 18W 6000K BIVOLT 1900LM (01-01-33941)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	KIAN	0	30.0000	1
98	LUVA REDUÇÃO 50 X 25CM (01-01-33943)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.5000	1
99	LUVA REDUÇÃO SOLDAVEL 35 X 25MM (01-01-33944)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 10/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

100	LUVA SOLDÁVEL 20 MM (01-01-01348)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
101	LUVA SOLDÁVEL 25 MM (01-01-10020)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
102	LUVA SOLDÁVEL 25 X 20MM (01-01-32267)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
103	LUVA SOLDÁVEL 32MM (01-01-33947)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.5000	1
104	LUVA SOLDÁVEL 40MM (01-01-10021)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
105	LUVA SOLDÁVEL 50 MM (01-01-13568)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.5000	1
106	LUVA SOLDÁVEL ROSCA 25 X 1/2 (01-01-33945)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
107	LUVA SOLDÁVEL ROSCA 25 X 3/4 (01-01-33946)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
108	LUVA TAMANHO P.M.G EM LATEX (01-01-37989)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	DANI	0	13.0000	1
109	LUVA TAMANHO P.M.G EM MALHA (01-01-37990)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	DANI	0	6.0000	1
110	MANGUEIRA JARDIM EM POLIPROPILENO 1/2 (01-01-37961)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	3.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 11/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	MARTELO CABO MADEIRA 27MM (01-01-33949)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	32.0000	1
112	MARTELO DE BORRACHA 60MM PT (01-01-33948)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	34.0000	1
113	MASSA CORRIDA ACRILICA 25KG (01-01-37942)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	139.0000	1
114	MASSA CORRIDA ACRILICA 3.600GR (01-01-37941)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	55.0000	1
115	MASSA CORRIDA PVA 25KG (01-01-29482)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	31.0000	1
116	NIVEL MADEIRA 20 50CM (01-01-33951)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	17.0000	1
117	PÁ AJUNTAR BICO COM CABO EUCALIPTO (01-01-33952)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	26.0000	1
118	PADRÃO DE ENERGIA ELÉTRICA BIFASICO (01-01-37850)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VITRA	0	2.200.0000	1
119	PADRÃO DE ENERGIA ELETTRICA MONOFASICO (01-01-34103)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VITRA	0	1.900.0000	1
120	PADRÃO DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFASICO (01-01-37851)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VITRA	0	2.399.0000	1
121	PALANQUE EM MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO 15X15 cm (01-01-34106)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GEOTRACT	0	16.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 12/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	PARAFUSO TELHEIRO 5,16 X 110MM (01-01-37956)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	PARABONI	0	0,7000	1
123	PAVER DE CONCRETO DE PRIMEIRA QUALIDADE 20 X 10 X 06 (01-01-36998)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	MASSA FORTI	0	0,8500	1
124	PAVER DE CONCRETO DE PRIMEIRA QUALIDADE 20 X 10 X 08 (01-01-36999)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	MASSA FORTI	0	0,9500	1
125	PEDRA BRITA N° 01 (01-01-19765)	M³	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	HOBÍ	0	85,0000	1
126	PEDRISCO N°01 (01-01-37852)	M³	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	HOBÍ	0	85,0000	1
127	PÓ DE PEDRA (01-01-02926)	M³	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	HOBÍ	0	106,0000	1
128	PORTA DE FERRO 2,10 X 0,700MM A 0,950MM (01-01-37973)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	EMAB	0	230,0000	1
129	PREGO 12 X 12 (01-01-01583)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	13,0000	1
130	PREGO 18 X 27 TELHEIRO 500GR (01-01-33954)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	11,0000	1
131	PREGO COM CABEÇA 17 X 27 (01-01-32643)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	10,0000	1
132	PREGO COM CABEÇA 18 X 30 (01-01-37953)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 13/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	PREGO COM CABEÇA 19 X 39 (01-01-33955)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	10.0000	1
134	PREGO COM CABEÇA 20 X 48 (01-01-37952)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	12.0000	1
135	PREGO COM CABEÇA 24 X 60 (01-01-33956)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	12.0000	1
136	PREGO COM CABEÇA 25X72 (01-01-34126)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	13.0000	1
137	PREGO COM DUAS CABEÇA 17 X 27 (01-01-37954)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	14.0000	1
138	PREGO COM DUAS CABEÇA 18 X 30 (01-01-37955)	Kg	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	14.0000	1
139	PRUMO POLIDO 400GR 608050 (01-01-33957)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	22.0000	1
140	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO 100 X 50 (01-01-33984)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	4.0000	1
141	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO 75 X 50MM (01-01-33983)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	4.0000	1
142	REGISTRO ESFERA 3/4 ROSCA EXTERNA (01-01-33985)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	12.0000	1
143	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 25MM (01-01-33986)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	9.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 14/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	REGISTRO ESFERA SOLDABEL 32MM (01-01-33987)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	12.0000	1
145	REGISTRO ESFERA SOLDABEL 40MM (01-01-24420)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	14.0000	1
146	REGISTRO ESFERA SOLDABEL 50MM (01-01-33988)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	16.0000	1
147	REJUNTE 1 KG BRANCO (01-01-33989)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	VOTORAN	0	4.0000	1
148	ROLO LÂ ANTIRESPINGO 23CM (01-01-33990)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ATLAS	0	19.0000	1
149	ROLO TEXTURA 23CM (01-01-33991)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ATLAS	0	28.0000	1
150	SERROTE 22" 550MM (01-01-33992)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	36.0000	1
151	SOQUETE FIXO PRETO (01-01-33993)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ILUMI	0	4.0000	1
152	T 90 ESGOTO SÉRIE NORMAL 150MM (01-01-33996)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	28.0000	1
153	T ESGOTO 40MM (01-01-15853)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	3.0000	1
154	T ESGOTO 75MM (01-01-33997)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	8.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Página: 15/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

155	TALHADEIRA 20 X 250MM (01-01-33976)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	26.0000	1
156	TALHADEIRA 40 X 250MM (01-01-33977)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	34.0000	1
157	TE 90 ESGOTO 100MM (01-01-33978)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	8.0000	1
158	TE 90 ESGOTO 50MM (01-01-33979)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
159	TE 90 REDUÇÃO 32 X 25MM (01-01-33980)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	3.5000	1
160	TE 90 SOLDÁVEL 25MM (01-01-33981)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	2.0000	1
161	TE 90 SOLDÁVEL 32MM (01-01-32268)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.0000	1
162	TE 90 SOLDÁVEL 50MM (01-01-33982)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	4.5000	1
163	TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 4MM 2,44 X 0,50M (01-01-37934)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	15.0000	1
164	TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 1,83 X 1,10M (01-01-37935)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	34.0000	1
165	TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 2,13 X 1,10MM (01-01-37938)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	42.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 16/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 2.44 X 1.10M (01-01-37936)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	49.0000	1
167	TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 3.05 X 1.10M (01-01-37937)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ETERNIT	0	62.0000	1
168	TEXTURA ACRILICA BRANCA LISA 25 KG (01-01-21813)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	59.0000	1
169	THINNER 0.15 5LITROS (01-01-33965)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	50.0000	1
170	THINNER 0.15 900ML (01-01-33966)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	10.5000	1
171	TIJOLO CERAMICO 11.5 X 19 X 24CM (01-01-37943)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	BARRO BRAN	0	1.0000	1
172	TIJOLO MACIÇO 5.3 X 9 X 19 (01-01-38059)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	BARRO BRAN	0	0.7000	1
173	TIJOLOS CERAMICOS 6 FUROS 9 X 14 X 24CM (01-01-31707)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	BARRO BRAN	0	0.5800	1
174	TINTA ACRILICA 3.6 LITROS (01-01-33970)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	38.0000	1
175	TINTA BASE PIGMENTADA ACRILICA 18LT (01-01-37987)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	520.0000	1
176	TINTA BASE PIGMENTADA ACRILICA 3.6LT (01-01-37988)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	135.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Página: 17/22

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
177	TINTA ESMALTE SECA RAPIDO BRILHANTE 0,9 LITROS BRANCO (01-01-33995)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	70.0000	1
178	TINTA ESMALTE SINTERICO 3,6LT (01-01-37984)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	70.0000	1
179	TINTA PRONTA ACRILICA 18LT (01-01-37985)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	140.0000	1
180	TINTA PRONTA ACRILICA 3,6LT (01-01-37986)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	RESICOLOR	0	80.0000	1
181	TOMADA INDUSTRIAL PROCELANA- TRIFASICA 30A (01-01-33998)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	12.0000	1
182	TOMADA MODULO PAD 2P + T 10A (01-01-33999)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	6.0000	1
183	TOMADA MODULO PAD 2P + T 20A (01-01-34000)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	6.5000	1
184	TOMADA MONOFASICA 20A NYLON 500V (01-01-34001)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	12.0000	1
185	TOMADA MONOFASICA 30A NYLON 500V (01-01-34002)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	12.0000	1
186	TOMADA PERPLUGI QUADRADO 2P + T PARA EXTENSÃO (01-01-34003)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	6.0000	1
187	TOMADA PETRA 39016 10A (01-01-34004)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	5.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 18/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

188	TOMADA SOBREP RET 10A 250V (01-01-34005)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FAME	0	10.0000	1
189	TORNEIRA BOIA 1/2 BEBEDOURO (01-01-34007)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	7.0000	1
190	TORNEIRA BOIA 1/2 E 3/4 CAIXA DÁGUA (01-01-34006)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEV	0	10.0000	1
191	TORNEIRA COZINHA GIRATORIA PAREDE 1/4 VOL 1/2 (01-01-34008)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	LEÃO	0	24.0000	1
192	TORNEIRA COZINHA MESA B. ALTA 1/4 VOLTA 1/2 C44 (01-01-34009)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	LEÃO	0	24.0000	1
193	TORNEIRA COZINHA PAREDE B. ALTA 1/4 VOLTA 1/2 (01-01-34012)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	LEÃO	0	24.0000	1
194	TORNEIRA PLÁSTICA 1/2" (01-01-37944)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	DOREM	0	4.0000	1
195	TRELIÇA TG12L 6/5/4 2MM (01-01-34128)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	6.5000	1
196	TRELIÇA TG8L 6/4/2/4 2MM (01-01-34024)	Mt	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	GERDAU	0	6.0000	1
197	TRENA 5M (01-01-34025)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	TRAMONTINA	0	15.0000	1
198	TUBO ESGOTO 75MM - 6M (01-01-34026)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	48.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Página: 19/22

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

199	TUBO ESGOTO SÉRIE NORMAL 100MM - 6M (01-01-34030)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	49.0000	1
200	TUBO ESGOTO SN 150MM - 6M (01-01-34027)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	125.0000	1
201	TUBO ESGOTO SN 40MM - 6M (01-01-34028)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	20.0000	1
202	TUBO ESGOTO SN 50MM - 6M (01-01-34029)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	32.0000	1
203	TUBO SOLDÁVEL 20MM (01-01-02934)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	12.5000	1
204	TUBO SOLDÁVEL 25 MM (01-01-32576)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	14.5000	1
205	TUBO SOLDÁVEL 32MM (01-01-07289)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	25.0000	1
206	TUBO SOLDÁVEL 40MM (01-01-08692)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	36.0000	1
207	TUBO SOLDÁVEL 50MM (01-01-34031)	Br	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	56.0000	1
208	VASO ACOPLADO COMPLETO (01-01-34032)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ATOGASA	0	380.0000	1
209	VASO SANITÁRIO COMPLETO (01-01-34033)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	ATOGASA	0	225.0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

Página: 20/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
210	Y ESGOTO 100 X 50MM (01-01-34036)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	9,0000	1
211	Y ESGOTO 100 X 75MM (01-01-34036)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	9,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

Página: 21/22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2019

Número do Registro de Preços: 11/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO E PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
212	Y ESGOTO 100MM (01-01-34034)	Und	SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (2712)	FORTLEVE	0	9,0000	1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2019

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(2712) - SANTOS E SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

Jupirá, 9 de Agosto de 2019.

DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO
Pregoeiro(a)

JANDIR LUSSANI
EQUIPE DE APOIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019

Publicação Nº 2513580

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2019

Número do Registro de Preços: 13/2019 Data do Registro: 04/10/2019 Válido até: 04/10/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO, POR EMPRESA COM CNPJ ESTABELECIDO, QUANDO NA REALIZAÇÃO DE JOGOS DE CAMPEONATO MUNICIPAL DE JUPIÁ - SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, PARA CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE JUPIÁ/SC NAS EDIÇÕES - EDIÇÃO 2019 E EDIÇÃO 2020. CAMPEONATOS MUNICIPAIS: FUTSAL FORÇA LIVRE MASCULINO; DE FORÇA LIVRE FEMININO; FUTSAL INTER CAPELAS FORÇA LIVRE MASCULINO; DE SUÍÇA FORÇA LIVRE MASCULINO; E REGIONAL AMNOROESTE FUTEBOL DE DE CAMPO E FUTSAL COM NO MÍNIMO 03 PROFISSIONAIS, POR UNIDADE DE JOGO. (01-01-38079)	Und	LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL (3634)	LIGA	0	145.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JUPIÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2019

Número do Registro de Preços: 13/2019		Data do Registro: 04/10/2019		Válido até: 04/10/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO, POR EMPRESA COM CNPJ ESTABELECIDO, QUANDO NA REALIZAÇÃO DE JOGOS DE CAMPEONATO MUNICIPAL DE JUPIÁ - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2019
PROCESSO Nº 13/2019

(3634) - LIGA CAMPOERENSE DE FUTEBOL

Jupirá, 4 de Outubro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Responsável pelo Setor Compras

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2020

Publicação Nº 2513582

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 14/01/2020		Válido até: 14/01/2021			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, POR PESSOA JURÍDICA, COM CNPJ ESTABELECIDO, COMO INSTRUTOR DE MÚSICA, INSTRUTOR DE ARTESANATO E PINTURA E INSTRUTOR DE ARTESANATO, AMBOS PARA PESSOAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JUIÁ - SC, E NO MUNICÍPIO DE JUIÁ - SC, NO PERÍODO DE FEVEREIRO AT							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Instrutor de música - Perfil: - Ensino médio e conhecimento na área de musical, instrumental e canto (violão, teclado, baixo, flauta, violino, tam tam, pandeiro e canto...) Experiência comprovada: - Experiência comprovada na função escolhida através de declaração da instituição, através de comprovante de experiência (CRAS OU PROJETOS SOCIAIS), de acordo com a atribuição descrita. Tempo de atuação no serviço público municipal, área de assistência social. Portador da carteira de músico profissional da ordem dos músicos do Brasil. Cursos de qualificação profissional relacionado a área de atuação. Atribuições: I - organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Música em Geral com crianças, adolescentes e idosos, nas modalidades de instrumentos eletrônicos, corda, sopros e percussão, violão e teclado e canto, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos; II - realizar um trabalho que desenvolva no aluno uma prática saudável e bem orientada do tocar e cantar através de um método prático e dinâmico; III - explorar os recursos que proporcionam ao aluno o desenvolvimento técnico musical erudito e popular do instrumento e canto; IV - proporcionar conhecimentos e opções para a formação de estilos individuais; V - Facilitar a trajetória de cada criança e adolescente e idoso na direção do desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a criação de um ambiente educativo, participativo e democrático; VI - Organizar e cuidar dos instrumentos e materiais de trabalho diários (relatar necessidades de reposição e manutenção dos materiais utilizados); VII - Registrar a frequência dos alunos as atividades e encaminhar mensalmente ao técnico responsável; VIII - Valorizar as potencialidades das crianças e dos adolescentes, incentivá-los e mobilizá-los para a participação, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos, identificando situações-problemas, posicionando-se diante delas e mediando eventuais conflitos; IX - Participar de reuniões e atividades de capacitação com a equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço; X - E responsabilidade do monitor o acompanhamento, organização e cuidados com os seus grupos quanto as apresentações dentro e fora do local das oficinas. (01-01-39008)	Und	RODINEI LINHARES VEIRA 03484893907 (3400)	RODINEI	0	35,0000	1
---	--	-----	---	---------	---	---------	---

2	Instrutor de artesanato e pintura: - Ensino médio e conhecimento na área de pintura e artesanato, corte e costura, ter habilidade para manusear máquina de costura. Experiência comprovada através de Cursos de qualificação profissional relacionado à área de atuação. Atribuições: I - organizar, coordenar e executar as oficinas de artesanato em geral, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos; II - proporcionar a experiência com técnicas diversas de artesanato, levando o aluno a desenvolver a capacidade de pesquisa e criação através da arte; IV - permitir que o aluno manifeste, através da arte, seu modo de perceber o mundo, proporcionando a experiência com técnicas diversas; V - proporcionar ao aluno a educação do olhar através da observação, permitindo um criar espontâneo e desenvolvendo o pensar crítico acerca das atividades desenvolvidas; VI - proporcionar o aprendizado de diversas técnicas e temáticas sobre pintura e desenho; VII - proporcionar conhecimentos e opções para a formação de estilos individuais; VIII - Facilitar a trajetória de cada criança e adolescente na direção do desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a criação de um ambiente educativo, participativo e democrático; IX - Organizar e cuidar dos materiais de trabalho diários (relatar necessidades de reposição e manutenção dos materiais utilizados); X - Registrar a frequência dos alunos às atividades e encaminhar mensalmente ao técnico responsável; XI - Valorizar as potencialidades das crianças e dos adolescentes, incentivá-los e mobilizá-los para a participação, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos, identificando situações-problemas, posicionando-se diante delas e mediando eventuais conflitos; XII - Participar de reuniões e atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço; XIII - E responsabilidade do monitor o acompanhamento, organização e cuidados com os seus grupos quanto as apresentações dentro e fora do local das oficinas. (01-01-34782)	Hr	MARILIZA CATANEO DREI 01849613940 (3935)	Mariliza Drei M	0	25,0000	1
---	---	----	--	-----------------	---	---------	---

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 14/01/2020		Válido até: 14/01/2021	
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, POR PESSOA JURÍDICA, COM CNPJ ESTABELECIDO, COMO INSTRUTOR DE MÚSICA, INSTRUTOR DE ARTESANATO E PINTURA E INSTRUTOR DE ARTESANATO, AMBOS PARA PESSOAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JUPIÁ - SC, E NO MUNICÍPIO DE JUPIÁ - SC, NO PERÍODO DE FEVEREIRO AT					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
			ROSELI RODRIGUES CHAGAS 04409433962 (3246)		0
				Preço Unitário	Classif.
				25.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 14/01/2020		Válido até: 14/01/2021			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, POR PESSOA JURÍDICA, COM CNPJ ESTABELECIDO, COMO INSTRUTOR DE MÚSICA, INSTRUTOR DE ARTESANATO E PINTURA E INSTRUTOR DE ARTESANATO, AMBOS PARA PESSOAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JUPIÁ - SC, E NO MUNICÍPIO DE JUPIÁ - SC, NO PERÍODO DE FEVEREIRO AT							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Instrutor de Artesanato. Perfil: Ensino médio e conhecimento na área de técnicas necessárias para a manufatura de trabalhos para confecção de enxoval para bebês (patchwork, bordado em ponto cruz, tricô, crochê, acolchoar, corte e costura, habilidade em manusear máquina de costura...); experiência comprovada através de Cursos de qualificação profissional relacionado à área de atuação. Atribuições: I - organizar, coordenar e executar oficinas específicas de Artesanato desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos; II - buscar desenvolver habilidades específicas e a expressão estética dos alunos através das variadas técnicas e temáticas; III - proporcionar conhecimentos e opções para a formação de estilos individuais; IV - capacitar o aluno para a produção do artesanato; VII - utilizar técnicas diversas como: patchwork, bordado, aplicações em tecidos, tricô, crochê, acolchoar, corte e costura e outros. VII - proporcionar conhecimentos e opções para a formação de estilos individuais; VIII - Facilitar a trajetória de cada gestante e mulher na direção do desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a criação de um ambiente educativo, participativo e democrático; IX - Organizar e cuidar dos materiais de trabalho diários (relatar necessidades de reposição e manutenção dos materiais utilizados); X - Registrar a frequência dos alunos às atividades e encaminhar mensalmente ao técnico responsável; XI - valorizar as potencialidades das gestantes e mulheres, incentivá-las e mobilizá-las para a participação, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos, identificando situações-problemas, posicionando-se diante delas e mediando eventuais conflitos; XII - Participar de reuniões e atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço.. (01-01-34783)	Hr	ROSELI RODRIGUES CHAGAS 04409433962 (3246)		0	25.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2020

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 2/2020		Data do Registro: 14/01/2020		Válido até: 14/01/2021			
Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, POR PESSOA JURÍDICA, COM CNPJ ESTABELECIDO, COMO INSTRUTOR DE MÚSICA, INSTRUTOR DE ARTESANATO E PINTURA E INSTRUTOR DE ARTESANATO, AMBOS PARA PESSOAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JUPIÁ - SC, E NO MUNICÍPIO DE JUPIÁ - SC, NO PERÍODO DE FEVEREIRO AT							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2020
PROCESSO Nº 16/2019

- (3246) - ROSELI RODRIGUES CHAGAS 04409433962
- (3400) - RODINEI LINHARES VIEIRA 03484893907
- (3935) - MARILIZA CATANEO DREI 01849613940

Jupiá, 14 de Janeiro de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Responsável pelo Setor Compras

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020

Publicação Nº 2513586

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Número do Registro de Preços: 3/2020 **Data do Registro:** 02/03/2020 **Válido até:** 28/02/2021

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABACAXI de boa qualidade, tamanho grande, sem danos mecânicos ou por pragas, com selo e - Origem (01-01-34690)	Und	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	6,4900	1
2	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)			REAL	0	6,5000	2
3	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)			real	0	6,8900	3
4	AÇAFRÃO da Terra em pó embalagem plástica de 50g, com selo e - Origem. (01-01-34691)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	INCAS	0	1,6900	1
5	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)			REAL	0	1,7000	2
6	ACELGA DE BOA QUALIDADE, TAMANHO GRANDE, SEM DANOS MECÂNICOS OU POR PRAGAS, com selo e - Origem. (01-01-39074)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	J B	0	3,9900	1
7	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)			REAL	0	4,0000	2
8	AÇUCAR Tipo cristal, embalagem plástica 5 kg, (01-01-34692)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CEDRO	0	9,2100	1
9	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)			estrela	0	9,2200	2
10	AÇUCAR Tipo mascavo, embalagem de 1 kg, (01-01-34693)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	J B	0	7,3900	1
11	ALHO de 1ª qualidade - Grupo comum, roxo, tipo especial: - embalagem de 200g, com selo e - Origem. (01-01-34619)	Und	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	BONIELA	0	8,9500	1
12	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)			REAL	0	9,0000	2
13	AMENDOIM embalagem de 500g, (01-01-34695)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	daju	0	4,4000	1
14	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)			DAQUI	0	4,4400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTES MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	AMIDO DE MILHO, embalagem de papel com 500 g (01-01-34696)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	dáju	0	2.8700	1
9	ARROZ INTEGRAL, embalagem de 1 kg (01-01-34697)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	VALAR	0	2.8900	2
10	ARROZ PARBOILIZADO, tipo 1, (embalado em pacote hermético de 5KG (01-01-34698)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DALON	0	2.7700	1
11	BANANA TIPO CATURRA de 1ª qualidade, pencas com 60% a 70% de maturação, com selo e - Origem. (01-01-34701)	Kg	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	minutinho	0	2.7800	2
12	BANHA SUJINA EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA DE 7KG, COM INSPEÇÃO DE SIF. SIE, SIM. (01-01-39075)	Und	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DALON	0	10.4700	1
13	BATATA INGLESA de 1ª qualidade, - tamanho de médio a grande consistência firme; sem início de germinação; isenta de sujidade, com selo e - Origem. (01-01-34703)	Kg	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	REAL	0	10.4800	2
14	BATATA PALHA embalagem de 140g (01-01-34704)	Pct	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	2.7500	1
15	BETERRABA de 1ª qualidade - tamanho pequeno a médio; casca lisa, sem início de germinação; isenta de sujidade, com selo e - Origem. (01-01-34705)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	COBALCHINI	0	2.7600	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	AFRIB	0	49.8900	1
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	2.8400	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CANTU	0	2.8500	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CASAREDO	0	5.8900	1
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	2.8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

16	BISCOITO CASEIRO sem leite e derivados preparados um dia antes da entrega (01-01-34622)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CANTU	0	2.8900	2
			MARIELI HENRICH'S ME (2724)	VITRINE DO P	0	16.9000	1
			JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR E ART	0	17.1000	2
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	17.5000	3
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	18.7000	4
17	BISCOITO tipo maria sem lactose embalagem de 200g (01-01-34708)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	ilane	0	3.8500	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DIANE	0	3.8900	2
18	BISCOITO Tipo Maria, embalagem 740 g (01-01-34707)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	prodasa	0	5.9000	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CASAREDO	0	5.9400	2
19	BOLO NEGA MALUCA COM COBERTURA - SEM LEITE E DERIVADOS PREPARADOS UM DIA ANTES DA ENTREGA (01-01-39076)	Kg	JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR E ART	0	17.9000	1
			MARIELI HENRICH'S ME (2724)	VITRINE DO P	0	18.0000	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	21.5000	3
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	21.9000	4
20	BOLO PÃO DE LÓ, produzido no máximo um dia antes da entrega (01-01-34710)	Kg	MARIELI HENRICH'S ME (2724)	VITRINE DO P	0	16.4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	BOLO TOALHA FELPUDA, produzido no máximo um dia antes da entrega (01-01-34709)	Kg	JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR E ART	0	16.5000	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	17.2000	3
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	17.9000	4
			JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR E ART	0	16.9000	1
			MARIELI HENRICH ME (2724)	VITRINE DO P	0	17.0000	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	22.5500	3
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	22.9000	4
22	BRÓCOLIS EXTRA, livres de fungos; cor verde escuro, tamanho de médio a grande, sem danos mecânicos ou fisiológicos, embaladas separadas em sacos plásticos transparentes de primeiro uso, com selo e - Origem. (01-01-34711)	Und	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	4.3500	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	JB	0	4.3800	2
24	CANJICA embalagem de 500g (01-01-34714)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	daju	0	2.6500	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DAJU	0	2.6800	2
25	CARNE BOVINA moída 1º qualidade congelada, com máximo 12% de gordura, com inspeção do Ministério da Agricultura, embalada em formato achatado em saco plástico de aproximadamente 1 kg (01-01-34716)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	FRIESTE	0	14.9700	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	cararo	0	14.9800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 02/03/2020 Válido até: 28/02/2021

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	CARNE DE FRANGO Tipo Coxa e sobrecoxa de 1ª qualidade, congelada, com adição de água de no máximo de 6%, sem adição de temperos, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, embalagens com nome do produto, peso e data de validade, com inspeção SIF, SIE, SIM. (01-01-34718)	Kg	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	agrodanieli	0	7,1900	1
27	CARNE DE FRANGO Tipo Filé de peito de primeira qualidade, limpa, sem ossos, embaladas à vácuo, congeladas à 12 graus Celsius (-), isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam próprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), com inspeção SIF, SIE, SIM. (01-01-34719)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	MAIS FRANGC	0	7,2000	2
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	AURORA	0	7,2500	3
28	CARNE SUJINA picada em cubos, congelada, sem ossos e sem gordura, isentas de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam próprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), com inspeção de SIF, SIE, SIM. (01-01-34720)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DANIELI	0	12,9200	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	agrodanieli	0	12,9500	2
29	CEBOLA de 1ª qualidade - tamanho de médio a grande, - casca íntegra sem fungos, consistência firme, não brotada e sem danos mecânicos ou fisiológicos, com selo e - Origem. (01-01-34721)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	FRIOESTE	0	16,9200	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	atribi	0	16,9300	2
30	CEBOLA de 1ª qualidade - tamanho de médio a grande, - casca íntegra sem fungos, consistência firme, não brotada e sem danos mecânicos ou fisiológicos, com selo e - Origem. (01-01-34722)	Kg	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	3,2300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3,2400	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	rea	0	3,5000	3
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	3,2200	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3,2400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2020

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	CHÁ DE CAMOMILA, embalagem de 15g com 15 sachês em cada (01-01-34723)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	folle	0	1,2300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DAJU	0	1,2400	2
32	CHÁ DE ARVA DOCE, embalagem de 20g com 10 sachês em cada (01-01-34724)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	folle	0	1,2300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DAJU	0	1,2400	2
33	CHÁ DE HORTELÃ, embalagem de 20g com 10 sachês em cada (01-01-34725)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	folle	0	1,2300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DAJU	0	1,2400	2
34	COCO RALADO TIPO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, NÃO CONTENDO QUANTIDADE SIGNIFICATIVA DE SÓDIO, EMBALAGEM DE 100GR (01-01-37005)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	apli	0	2,9200	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DAJU	0	2,9400	2
35	COLORAU PURO, embalagem plástica de 500g. (01-01-34727)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	incas	0	3,4000	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DAJU	0	3,4400	2
36	CUCA SOVADA RECHEADA COM FRUTAS - PRODUZIDA NO MÍNIMO, UM DIA ANTES DA ENTREGA, EMBALADA EM EMBALAGEM DE PRIMEIRO USO, RECHEADA COM CREME DE FRUTAS, SEM LEITE E DERIVADOS NA SUA COMPOSIÇÃO. (01-01-39077)	Kg	MARIELI HENRICHS ME (2724)	VITRINE DO P	0	10,1000	1
			JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR E ART	0	10,2000	2
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	12,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 02/03/2020 Válido até: 28/02/2021

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	12.9000	4
37	OREGANO, embalagem de 50 g, (01-01-34756)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	apti	0	3.7000	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	VALAR	0	3.7100	2
38	ERVILHA NATURAL, congelada, em embalagem plástica com 350g, sem conservantes e 100% natural. (01-01-34729)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	LAR	0	3.2400	1
39	FARINHA DE MANDIOCA torrada, seca, tipo 1, fina, (embalado em pacote hermético de 1kg) (01-01-34731)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	AMAFIL	0	3.7400	1
40	FARINHA DE MILHO EMBALAGEM DE 1 KILO, (01-01-10101)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	monte carlo	0	1.7300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REDE FORTE	0	1.7400	2
41	FARINHA DE TRIGO especial, branca, enriquecida com ferro e ácido fólico, com glúten, sem conservantes (embalado em pacote hermético de 5 kg) (01-01-34732)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	auriverde	0	10.9300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REDE FORTE	0	10.9400	2
42	FEUÃO CARIOCA, tipo 1, livre de sujidades e objetos estranhos, ausência de grãos mofoados ou estragados, embalado em pacote hermético de 1kg, com selo e - Origem. (01-01-34630)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	siviero	0	5.9300	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	BONIELA	0	5.9400	2
43	FEUÃO PRETO, tipo 1, livre de sujidades e objetos estranhos, ausência de grãos mofoados ou estragados, embalado em pacote hermético de 1kg, com selo e - Origem. (01-01-34723)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	siviero	0	3.8400	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REIDAMESA	0	3.8500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 8/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra:		AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	FERMENTO BIOLÓGICO seco instantâneo, embalagem de 125g a vácuo. (01-01-34734)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	apti	0	5,6700	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	APTI	0	5,6900	2
45	FERMENTO QUÍMICO em pó lata com 100 g (01-01-34735)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	apti	0	2,3200	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	APTI	0	2,3400	2
46	GROSTOLI SALGADO - SEM LEITE E DERIVADOS PREPARADOS UM DIA ANTES DA ENTREGA. (01-01-39078)	Kg	MARIELI HENRICH ME (2724)	VITRINE DO P	0	16,0000	1
			JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR E ART	0	16,4000	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	19,8000	3
47	LEITE SEM LACTOSE UHT, embalagem 1 litro. (01-01-34739)	Lt	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	aurora	0	5,8900	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PIRACANJUBA	0	5,9000	2
48	LENTILHA embalagem de 500g (01-01-34740)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	daju	0	4,0900	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	VALAR	0	4,1000	2
49	LINGUIÇA CASEIRA DE CARNE SUJINA E BOVINA - SEM ADIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, COM TEMPEROS NATURAIS, INSPEÇÃO SIF, SIE, SIM. (01-01-39079)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PROGRESSO	0	11,9500	1
50	MAÇA TIPO FUGI de 1ª qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas, com selo e - Origem. (01-01-34741)	Kg	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	MARINS	0	4,4400	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	4,4500	2

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUIPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 02/03/2020 Válido até: 28/02/2021						
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTES MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
57	MARGARINA ZERO LACTOSE - COM SAL - EMBALAGEM DE 500GR (01-01-39081)	Und	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	QUALY	0	4.4900
58	MELANCIA de 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, com selo e - Origem. (01-01-34749)	Kg	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	1.4600
59	MELÃO DE 1ª QUALIDADE, CONSIST-ENÇA FIRME SEM DANOS MECÂNICOS OU CAUSADOS POR PRAGAS, com selo e - Origem. (01-01-39082)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	1.4700
60	MILHO CONGELADO, em embalagem plástica com 350g, sem conservantes e 100% natural. (01-01-34751)	Pct	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	4.1900
61	MILHO PARA PIPOCA, embalagem plástica com 500 g (01-01-34752)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	4.2000
62	MORANGA CABOTIÁ de 1ª qualidade, consistência firme sem danos mecânicos ou causados por pragas. (01-01-34753)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	LAR	0	3.9800
63	ÓLEO DE SOJA REFINADO, sem odor ou sabor estranho, embalado em lata de 900 ml. (01-01-34755)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	DAJU	0	1.9000
64	OVOS DE GALINHA - de 1ª qualidade, tamanho médio, acondicionados em cartelas, não pode estar com casca trincada ou quebrada, com inspeção SIF, SIE, SIM. (01-01-34757)	Dz	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	daju	0	1.9300
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	3.4500
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3.4700
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	cocamar	0	3.9700
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CONCORDIA	0	3.9800
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	5.2900

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 11/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

65	PÃO FATIADO, SEM LACTOSE E LIVRE DE PROTEÍNA DO LEITE, PRODUZIDO NO DIA DA ENTREGA. (01-01-39083)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	CANTU	0	5,3000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	real	0	5,4900	3
			MARIELI HENRICH ME (2724)	VITRINE DO P	0	6,9700	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DI PAES	0	6,9800	2
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	6,9900	3
66	PÃO TIPO INTEGRAL, sem lactose e livre de proteína do leite, produzido no dia da entrega. (01-01-34758)	Kg	MARIELI HENRICH ME (2724)	VITRINE DO P	0	6,9400	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DI PAES	0	6,9500	2
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	KIDELICIA	0	6,9900	3
67	PÃO TIPO SOVADINHO, sem lactose e livre de proteína do leite, produzido no dia da entrega. (01-01-34759)	Kg	MARIELI HENRICH ME (2724)	VITRINE DO P	0	8,0000	1
			JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980 (2891)	SABOR EART	0	8,4000	2
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	DI PAES	0	11,5500	3
68	PEPINO DE 1º QUALIDADE - ISENTO DE FUNGOS E SUJIDADE, com selo e - Origem. (01-01-39084)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3,4900	1
69	POLVILHO AZEDO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500GR. (01-01-39085)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	prata	0	3,6500	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PRATA	0	3,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Página: 12/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Número do Registro de Preços: 3/2020			Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021		
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	POLVILHO DOCE embalagem plástica de 500 g. (01-01-34760)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	prata	0	3,2900	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	PRATA	0	3,3000	2
71	PRESUNTO FATIADO - EMBALAGEM A VÁCUO, RESFRIADO, PROVENIENTE DE CARNE DUJINA 100% PERNIL, SAL ESPECIARIAS NATURAIS, E CONTER ADITIVOS PERMITIDOS OELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SEM ADIÇÃO DE GLUTEN, EMBALAGEM DE 200GR. (01-01-39086)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	FRIMESA	0	7,9400	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)		0	7,9500	2
72	QUEIJO ZERO LACTOSE FATIADO EMBALAGEM DE 150GR (01-01-39087)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	LAC LELO	0	6,4900	1
73	REPOLHO de 1ª qualidade - isento de fungos e sujidade, com selo e - Origem. (01-01-34762)	Kg	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	2,8800	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	2,8900	2
74	SAGU embalagem plástica com 500g. (01-01-34764)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	prata	0	3,5000	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	REAL	0	3,5400	2
75	SAL AMONÍACO embalagem com 100g (01-01-34765)	Pct	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	APTI	0	1,1700	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	apli	0	1,1800	2
76	SAL REFINADO iodado, pacote c/ 1 kg. (01-01-34766)	Pct	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	estrela	0	1,2400	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	GARÇA	0	1,2500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

Página: 13/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2020

Número do Registro de Preços: 3/2020 Data do Registro: 02/03/2020 Válido até: 28/02/2021

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	TOMATE de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, consistência firme, sem sujidade, pele lisa, livre de fungos sem danos mecânicos ou fisiológicos, com selo e - Origem: (01-01-34767)	Kg	LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	4.8600	1
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2855)	REAL	0	4.8700	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	rea	0	5.0000	3
78	VAGEM DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO E GRANDE, CONSISTÊNCIA FIRME, SEM SUJIDADE, PELE LISA, LIVRE DE FUNGOS SEM DANOS MECÂNICOS OU FISIOLÓGICOS, com selo e - Origem: (01-01-37007)	Kg	NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2855)	REAL	0	7.8800	1
			LUCAS MARMENTINI 09122812946 (3954)	REAL	0	7.9000	2
79	VINAGRE DE MAÇÃ, embalagem com 750 ml. (01-01-34768)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (3398)	koller	0	3.4000	1

Página: 14/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOAL E TREVISOL LTDA - ME (2955)	KOOLER	0	3.4400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2020

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 3/2020		Data do Registro: 02/03/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra:		AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, PARA DESTINAÇÃO AO CONSUMO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DESTE MUNICÍPIO, NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA FEDERAL PNAE E RECURSOS ORDINÁRIOS.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2020
PROCESSO Nº 1/2020

- (2724) - MARIELI HENRICHS ME
- (2891) - JULIANA ROSSONI GUARAGNI 02626524980
- (2955) - NOAL E TREVISOL LTDA - ME
- (3398) - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
- (3954) - LUCAS MARMENTINI 09122812946

Jupirá, 2 de Março de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
Responsável pelo Setor Compras

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 78/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2514080

Decreto Nº 78/2020

Altera o Decreto Legislativo nº 77/2020, de 22 de abril de 2020, o qual dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio do coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá-SC, e dá outras providências.

CLAUDIO BARBOSAPRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JUPIÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

REITERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

REITERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, e suas alterações, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, e prorrogou algumas medidas de enfrentamento à epidemia da COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º A art. 2º do Decreto Legislativo nº 77/2020, de 22 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam suspensas por prazo indeterminado:

.....
§ 1º As sessões, ordinárias e/ou extraordinárias, serão realizadas por meio de prévia convocação pelo Presidente da Câmara de Vereadores, no prazo regimental, para a discussão e votação de projetos de lei.

§ 2º Todas as sessões, ordinárias e/ou extraordinárias, inclusive reuniões de comissões permanentes, serão realizadas virtualmente durante a vigência do presente Decreto Legislativo.

§ 3º As sessões virtuais poderão ser transmitidas pelas redes sociais disponibilizadas via internet.” (NR)

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o inciso IV e §§ 1º e 2º, todos do art. 2º do Decreto Legislativo nº 77/2020, de 22 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá, em 04 de junho de 2020.

Claudio Barbosa
Presidente da Mesa

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 21-2020

Publicação Nº 2513460

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 21/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2020

DATA DE EMISSÃO: 04/06/2020

OBJETO: registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual contratação futura e parcelada, conforme a necessidade, através da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de vulcanização, conserto e recapagem de pneus, com o fornecimento de materiais, para a frota de veículos do Município de Lacerdópolis/SC, cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos estão no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min de 18/06/2020, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 04 de junho de 2020.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI

Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 21/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2020

DATA DE EMISSÃO: 04/06/2020

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM, conforme condições do tópico 02 (OBJETO) deste edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 18 de junho de 2020.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual contratação futura e parcelada, conforme a necessidade, através da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de vulcanização, conserto e recapagem de pneus, com o fornecimento de materiais, para a frota de veículos do Município de Lacerdópolis/SC, cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos estão abaixo:

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	04	Vulcanização de pneu 900x16	139,35	557,40
02	04	Vulcanização de pneu 19.5.24	461,07	1.844,28
03	06	Vulcanização de pneu 1000x20	175,21	1.051,26
04	06	Vulcanização de pneu 1400x24	409,84	2.459,04
05	02	Vulcanização de pneu 17.5.25	461,07	922,14
06	06	Vulcanização de pneu 12.4.24	286,89	1.721,34

07	04	Vulcanização de pneu 18.4.30	420,09	1.680,36
08	02	Vulcanização de pneu 18.4.34	433,41	866,82
09	04	Vulcanização de pneu 14.9.28	303,28	1.213,12
10	02	Vulcanização de pneu 23.1.30	494,88	989,76
11	02	Vulcanização de pneu 14x17.5	256,15	512,30
12	03	Vulcanização de pneu 12.5/80x18	334,02	1.002,06
13	04	Vulcanização de pneu 185 R 14	199,80	799,20
14	08	Recapagem de pneu 185 x65x14	199,80	1.598,40
15	06	Recapagem de pneu 205/70 R 15	346,31	2.077,86
16	12	Recapagem de pneu 215/75 R17.5 borrachudo	427,26	5.127,12
17	12	Recapagem de pneu 1400x24	1.529,73	18.356,76
18	06	Recapagem de pneu 17.5.25	1.895,51	11.373,06
19	08	Recapagem de pneu 12.4.24	1.024,60	8.196,80
20	04	Recapagem de pneu 18.4.30	1.793,05	7.172,20
21	02	Recapagem de pneu 18.4.34	1.929,32	3.858,64
22	16	Recapagem de pneu 750x16 borrachudo	409,84	6.557,44
23	02	Recapagem de pneu 900x16 frizado	556,36	1.112,72
24	02	Recapagem de pneu 900x20 frizado	512,30	1.024,60
25	70	Recapagem pneu 1000x20 borrachudo a frio	640,38	44.826,60
26	04	Recapagem de pneu 14.9.24	1.331,98	5.327,92
27	06	Recapagem de pneu 14.9.28	1.409,85	8.459,10
28	06	Recapagem de pneu 23.1.30	2.971,34	17.828,04
29	06	Recapagem de Pneu 12.5/80x18	938,53	5.631,18
30	06	Recapagem de pneu 19.5.24	1.946,74	11.680,44
31	12	Recapagem de pneu 295/80 x 22.5	655,74	7.868,88
32	04	Recapagem de pneu 14 x 17.5	973,37	3.893,48
33	04	Recapagem de pneu 23.1.26	2.953,92	11.815,68
34	10	Conserto de pneu nº 01	18,44	184,40
35	10	Conserto de pneu nº 02	20,49	204,90
36	15	Conserto de pneu nº 03	28,69	430,35
37	20	Conserto de pneu nº 04	35,86	717,20
38	30	Conserto de pneu nº 05	44,06	1.321,80
39	30	Conserto de pneu nº 06	54,30	1.629,00
40	30	Conserto de pneu nº 07	58,40	1.752,00
41	20	Conserto de pneu nº 08	77,87	1.557,40
42	10	Conserto de pneu nº 09	94,26	942,60
43	10	Conserto de pneu nº 10	122,95	1.229,50
			TOTAL: R\$ 209.375,15	

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca (quando existente e exclusivamente para fins de fiscalização), ficando obrigado a entregar a marca cotada e os itens conforme descrito neste edital, sob pena de não ser aceito.

2.4 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

2.5 – PRAZO DE ENTREGA: até (três) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.6 – LOCAL DE RETIRADA E ENTREGA: Secretaria de obras e Transportes do Município de Lacerdópolis (Rua Vereador Simon Proner, n. 455, Centro, Lacerdópolis/SC).

2.7 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, frete, etc.

2.8 – Os serviços deverão estar livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição e aplicar sanções administrativas.

03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

6.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 18/06/2020, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31

de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.08/2020
ENVELOPE N. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2020
ENVELOPE N. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO III.
- k) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante. ATENÇÃO: os licitantes sediados no Estado de Santa Catarina, deverão apresentar a certidão emitida através do sistema SAJ5 (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>), juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema E-proc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).
- l) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala "Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS" <http://www.>

portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecione-das=linkDetalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao.

m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala "Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

n) Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

8.3 – A comprovação da qualificação técnica se dará pelo ramo de atividade da empresa, compatível com o objeto da licitação.

8.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.4.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.4.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.5 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.5.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.5.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.6 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.7 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de MENOR PREÇO POR ITEM do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente,

a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superiores à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) deste edital..

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e/ou pelos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- d) ANEXO IV – Ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 04 de junho de 2020.

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito de Lacerdópolis

ANEXO I PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>,

<DATA>_____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) ____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em ____ (ENDEREÇO COMERCIAL)____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2020

PROCESSO LICITATÓRIO n. 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL n. 08/2020

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, RESOLVE registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual contratação futura e parcelada, conforme a necessidade, através da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de vulcanização, conserto e recapagem de pneus, com o fornecimento de materiais, para a frota de veículos do Município de Lacerdópolis/SC, cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos é(são):

...

1.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

1.3 - O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca (quando existente e exclusivamente para fins de fiscalização), ficando obrigado a entregar a marca cotada e os itens conforme descrito neste edital, sob pena de não ser aceito.

1.4 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

1.5 – PRAZO DE ENTREGA: até (três) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

1.6 – LOCAL DE RETIRADA E ENTREGA: Secretaria de obras e Transportes do Município de Lacerdópolis (Rua Vereador Simon Proner, n. 455, Centro, Lacerdópolis/SC).

1.7 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, frete, etc.

1.8 – Os serviços deverão estar livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição e aplicar sanções administrativas.

1.9 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 21/2020, Processo Licitatório n. 08/2020 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico “7.5” do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - A ata terá vigência por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, particular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser

atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a

Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e/ou os serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA	DETENTOR DA ATA
--	-----------------

PROCESSO LICITATORIO 22-2020

Publicação Nº 2513508

VISTO
PELO
JURÍDICO**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 22/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2020
DATA DE EMISSÃO: 04/06/2020

OBJETO: registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, com recursos próprios e/ou vinculados, conforme a necessidade, através do Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67), de kit alimentação e kit higiene pessoal e material de limpeza para distribuição via CRAS às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme a Lei n. 1924, de 18 de setembro de 2013 (dispõe sobre a regulamentação para concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social), cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos estão no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min de 18/06/2020, para abertura da Seção às 09h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: pregão presencial para registro do menor preço por item.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 04 de junho de 2020.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI
Comissão de Licitações

Página 1 de 29

VISTO
PELO
JURÍDICO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 22/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2020
DATA DE EMISSÃO: 04/06/2020

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, com supedâneo na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal n. 024/2011 e na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DO MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme condições do tópico 02 (OBJETO) deste edital.

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 09h00min de 18 de junho de 2020.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, com recursos próprios e/ou vinculados, conforme a necessidade, através do Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67), de kit alimentação e kit higiene pessoal e material de limpeza para distribuição via CRAS às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme a Lei n. 1924, de 18 de setembro de 2013 (dispõe sobre a regulamentação para concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social), cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos estão abaixo:

VISTO
PELO
JURÍDICO

ITEM	QNT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	250	<p align="center"><u>KIT ALIMENTAÇÃO</u></p> <p>FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 03 meses a contar da data da entrega. Quantidade do produto: 01 pacote;</p> <p>AÇÚCAR REFINADO, de primeira, cristalino, pacote com 5 Kg cada, produto obtido de açúcar de cana, purificado por processo tecnológico adequado, classificado como açúcar de primeira. Deverá ser fabricado isento de fermentações, matéria terrosas, parasitas e detritos animais ou vegetais, apresentando cor, odor e aspecto próprio do açúcar. Quantidade do produto: 01 pacote;</p> <p>ARROZ TIPO I, produto beneficiado de 1ª qualidade, longo, fino, polido, limpo, sem escolhas (sementes, pedras ou cascas de arroz), eletronicamente selecionado. Validade 12 meses a partir da data de entrega. Embalagem: 5 Kg. Quantidade do produto: 01 pacote;</p> <p>FUBÁ, pacote com 1 kg, de excelente qualidade, validade de no mínimo 12 meses, a partir da data da entrega. Quantidade do produto: 02 pacotes;</p> <p>FEIJÃO PRETO TIPO 1 - embalados em saco de polietileno transparente. Prazo mínimo de validade: 06(seis) meses. Apresentar 02(duas) amostras, na embalagem original devidamente identificada, com rótulo contendo todas as informações do produto de acordo com a legislação vigente. A amostra deverá ser correspondente ao produto entregue. Padrão de qualidade igual ou superior a atual. Quantidade do produto: 02 pacotes;</p> <p>ÓLEO DE SOJA. Características: óleo de soja refinado, 100% natural, não deve apresentar cheiro forte e intenso, volume insatisfatório, mistura de outros óleos. Embalagem: intacta, acondicionadas em embalagens plásticas 900 ml de peso líquido. Quantidade do produto: 02 unidades;</p> <p>EXTRATO DE TOMATE, lata com 340 g. Ingredientes: tomate, açúcar e sal. Isento de glúten. Valor energético por porção de 20 kcal</p>	R\$ 170,56	R\$ 42.640,00

VISTO
PELO
JURÍDICO

		<p>e sódio 5% dos valores diários. Tipo elefante. Validade não inferior a 3 meses a partir da data de entrega. Quantidade do produto: 01 lata;</p> <p>MARGARINA VEGETAL com sal, 70% de lipídios, isenta de gordura trans, embalagem com 500 g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Quantidade do produto: 01 pote;</p> <p>MACARRÃO com Ovos tipo Parafuso/espaguete, produto fermentado obtido pelo amassamento da farinha de trigo com água. Embalagem: acondicionados em sacos de polietileno contendo 1 kg. Quantidade do produto: 02 pacotes;</p> <p>BISCOITO DOCE Bolacha Doce Tipo Maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína e 3,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. Embalagem até no máximo 370 gr. Quantidade do produto: 01 pacote;</p> <p>DOCE DE FRUTAS – sabores: morango, uva, pêssago, banana, maçã ou abóbora. Embalagem: pote plástico em polietileno, transparente, atóxico, íntegro, com tampa e lacre de proteção, contendo 400g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega. Quantidade do produto: 01 unidade;</p> <p>SAL IODADO, embalagem com 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. Quantidade do produto: 01 pacote;</p> <p>LEITE UHT – suas condições deverão estar de acordo com a Portaria 370 de 04/09/97, livre de parasitas e de qualquer substância nociva. Embalagem tetrapak esterilizada e hermeticamente fechada, contendo 1 litro.</p>		
--	--	---	--	--

VISTO
PELO
JURÍDICO

		<p>Prazo de validade: 04 meses a contar a partir da data de entrega. Quantidade do produto: 12 litros;</p> <p>OVOS DE GALINHA, vermelho ou branco, tamanho médio. Fresco, acondicionado em embalagem contendo identificação da marca, validade e selo de inspeção do órgão competente. Quantidade do produto: 02 dúzias;</p> <p>CARNE MOÍDA - Carne bovina sem gordura, moída, de segunda, aspecto próprio, não amolecida nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Embalagem adequada, entrega em kg. Certificado de inspeção sanitária. Validade 30 dias a contar da data da entrega. Quantidade do produto: Embalagem de 1 kg;</p>		
02	250	<p><u>KIT DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA</u></p> <p>AMACIANTE DE ROUPA, aspecto físico líquido viscoso frasco 130,00 concentrado, perfumado. Frasco de 5 litros, com tampa abre e fecha com lacre de rosquear. Quantidade: 01 frasco;</p> <p>ÁGUA SANITÁRIA, à base de cloro. Composição química: frasco 3.152,00 hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco de 1 litro. Quantidade: 02 frascos;</p> <p>SABÃO EM PÓ. Embalagem (caixa/pacote) de 1 kg. Quantidade: 02 caixa/pacote;</p> <p>DESINFETANTE, aspecto físico líquido. Aplicação: desinfetante e frasco 15,00 germicida. Frasco de 500ml. Quantidade: 02 frascos;</p> <p>SABONETE, em tablete, uso adulto, de fragrância suave. O sabonete deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso o suficiente para não desenvolver rachaduras ao longo do tempo de sua utilização, formar o mínimo de massa gelatinosa que leva ao seu amolecimento precoce e não causar irritabilidade dérmica. Embalagem: pacote com 01 unidade de 90g. Quantidade: 04 unidades;</p> <p>CREME DENTAL, uso adulto, com flúor. A</p>	R\$ 75,69	R\$ 18.922,50

VISTO
PELO
JURÍDICO

	<p>embalagem deverá tubo 100,00 conter número de registro no ministério da saúde e selo de aprovação da associação brasileira de odontologia (a.b.o). Tubo de 90g. Quantidade: 02 tubos;</p> <p>PAPEL HIGIÊNICO, 100% fibras naturais, picotado, grofado, com pacote 263,00 relevo, folha simples na cor branca (100% branca), neutro, de primeira qualidade. Pacote com 04 rolos medindo 30mx10cm. Quantidade: 02 pacotes;</p> <p>Detergente para louças, biodegradável, consistente. Frasco 468,00 aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Aroma natural. Frasco de 500ml. Quantidade: 03 frascos;</p> <p>SABÃO EM BARRA, pacote com 5 barras Sabão em barra, aspecto físico sólido, neutro ou glicerinado. Pacote com 05 barras de 200g cada. Quantidade: 01 pacote;</p> <p>Desinfetante, frasco 750ml. Desinfetante, ação bactericida, com registro na ANVISA/Ministério da Saúde, frasco com 750 ml, fragrância suave. Quantidade: 02 frascos.</p> <p>ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE (fibra e espuma), formato unidade 212,00 retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. 01 unidade;</p> <p>ESPONJA DE LÃ DE AÇO, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades, 60 gramas. Quantidade: 01 pacote.</p>		
			TOTAL: R\$ 61.562,50

2.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

2.3 - **O licitante deverá cotar o valor unitário de cada item e indicar a marca (quando existente e exclusivamente para fins de fiscalização), ficando obrigado a entregar a marca cotada e os itens conforme descrito neste edital, sob pena de não ser aceito.**

2.4 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

VISTO
PELO
JURÍDICO

2.5 – PRAZO DE ENTREGA: até 03 (três) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

2.6 - LOCAL DE ENTREGA: Rua 31 de março, n. 855, Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000 (CRAS de Lacerdópolis).

2.7 - Os kits de alimentação deverão estar acondicionados em embalagem plástica transparente reforçada.

2.8 - Os kits de higiene e limpeza deverão estar embalados separadamente em embalagem plástica reforçada.

2.9 - Todos os itens deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como, deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

2.10 - A carne moída deverá ser inspecionada e conter o carimbo correspondente, além de ser entregue resfriada ou congelada de acordo com a especificação do item.

2.11 - Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

2.12 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, frete, etc.

03 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

3.2 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega da mesma, sem rasuras.

3.3 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

3.6 - Não serão pagos valores antecipadamente.

VISTO
PELO
JURÍDICO

3.7 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta.

3.8 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.9 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67).

3.10 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.11 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos itens anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

04 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado do objeto não poderá ultrapassar o(s) limite(s) constante(s) no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

05 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

5.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

5.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

5.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

VISTO
PELO
JURÍDICO

06 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 6.2 e 6.3.

6.2 – Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

6.3 – Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

6.4 - As **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

6.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os tópicos 6.2, 6.3 e 6.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

6.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

07 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 09h00min do dia 18/06/2020, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC.

7.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

VISTO
PELO
JURÍDICO

7.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N.09/2020
ENVELOPE N. 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

7.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n. do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os **preços unitários, por item**, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições desde Edital.

7.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, n. da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

7.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

7.7 – Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

7.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

VISTO
PELO
JURÍDICO

08 – HABILITAÇÃO

8.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2020
ENVELOPE N. 02 - “DOCUMENTAÇÃO”

8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- j) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), conforme ANEXO III.
- k) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante. ATENÇÃO: os licitantes sediados no Estado de Santa Catarina, deverão apresentar a certidão emitida através do sistema SAJ5 (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>), juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema E-proc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).
- l) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria – Geral da União na ala “Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Ccnpj%2Cnome%2CufSancionado%2Corgao%2CtipoSancao%2CdataPublicacao>.
- m) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência – Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala “Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)” <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

VISTO
PELO
JURÍDICO

n) Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

8.3 - As **MICROEMPRESAS** E **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações.

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

8.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

8.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

8.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando a respectiva justificativa/comprovante.

8.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

09 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

VISTO
PELO
JURÍDICO

9.1 - A presente licitação será adjudicada ao proponente que apresentar proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM** do(s) item(s) descrito(s) no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

9.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

10 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 06 (CREDENCIAMENTO).

10.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

10.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

10.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

10.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

10.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

10.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

10.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

VISTO
PELO
JURÍDICO

10.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

10.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2. da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** classificadas de acordo com o tópico anterior poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – Não ocorrendo a contratação das **MICROEMPRESAS** e **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, na forma do tópico anterior, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 10.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 10.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

10.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

10.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

10.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

VISTO
PELO
JURÍDICO

10.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

10.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

10.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

11 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

11.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

11.5 – A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

11.6 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à

VISTO
PELO
JURÍDICO

irregularidade encontrada, em percentual não superior a **10% (dez por cento)** do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de **0,03% (três centésimos por cento)** por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a **5% (cinco por cento)** sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de **20 % (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

11.7 - Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

12 – ASSINATURA DA ATA E SUA RESPECTIVA VIGÊNCIA

12.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) a ata (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.2 - No ato de formalização da ata, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

12.3 – A ata terá vigência **por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).**

VISTO
PELO
JURÍDICO

12.4 - Caso a ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13 - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

13.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pelo responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67).

13.2 - O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

13.3 - Não serão aceitos valores superiores à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

13.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

13.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

14 - UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A ata a ser lavrada, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 (OBJETO) deste edital.

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

VISTO
PELO
JURÍDICO

16 - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e/ou pelos serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes participantes e não vencedoras pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, através do telefone (49) 3552-0188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

17.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

17.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) ANEXO III – Declaração de que não emprega menor de idade, salvo se aprendiz;
- d) ANEXO IV – Ata de Registro de Preços.

Lacerdópolis/SC, 04 de junho de 2020.

Sérgio Luiz Calegari
Prefeito de Lacerdópolis

VISTO
PELO
JURÍDICO

ANEXO I

PROCURAÇÃO

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de
____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E
QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como PROCURADOR o Sr.
____<NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para
representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>,
outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários
ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>,

<DATA>_____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

VISTO
PELO
JURÍDICO

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

_____(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____,
sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, para fins do
disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei n. 10.520, de
17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo
Licitação, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato
impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

VISTO
PELO
JURÍDICO

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA
CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ n. ____ (xxxxxxxxxx)____,
sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, para fins do
disposto no inciso XXXIII, art. 7., da Constituição Federal, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

VISTO
PELO
JURÍDICO

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2020

PROCESSO LICITATÓRIO n. 22/2020

PREGÃO PRESENCIAL n. 09/2020

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) apresentado(s) pela(s) empresa(s), na ordem de classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(s), observadas as condições do edital e anexos que integram este instrumento e as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual aquisição futura e parcelada, com recursos próprios e/ou vinculados, conforme a necessidade, através do Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67), de kit alimentação e kit higiene pessoal e material de limpeza para distribuição via CRAS às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme a Lei n. 1924, de 18 de setembro de 2013 (dispõe sobre a regulamentação para concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social), cujas condições, descrição, quantidades e valores máximos é(são):

...

1.2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

1.3 - O licitante deverá entregar a marca cotada e os itens conforme descrito neste edital, sob pena de não ser aceito.

1.4 - Os itens serão adquiridos em quantidades que variam até o limite previsto nesta licitação, conforme a demanda, não constituindo obrigação do município a aquisição de toda a quantidade a ser contratada.

VISTO
PELO
JURÍDICO

1.5 – PRAZO DE ENTREGA: até 03 (três) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo incidir multa para o caso de atraso.

1.6 - LOCAL DE ENTREGA: Rua 31 de março, n. 855, Centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000 (CRAS de Lacerdópolis).

1.7 - Os kits de alimentação deverão estar acondicionados em embalagem plástica transparente reforçada.

1.8 - Os kits de higiene e limpeza deverão estar embalados separadamente em embalagem plástica reforçada.

1.9 - Todos os itens deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como, deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.10 - A carne moída deverá ser inspecionada e conter o carimbo correspondente, além de ser entregue resfriada ou congelada de acordo com a especificação do item.

1.11 - Os itens deverão ser entregues livres de qualquer imperfeição, podendo o Município de Lacerdópolis/SC solicitar a substituição.

1.12 - No valor cotado já estão calculados todos os impostos, encargos trabalhistas, frete, etc.

1.13 - Integram a presente ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial n. 09/2020, Processo Licitatório n.22/2020 e a proposta apresentada pelo fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, conforme normas estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos produtos e mediante apresentação de nota fiscal e comprovante de entrega no verso da mesma, sem rasuras.

VISTO
PELO
JURÍDICO

3.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.5 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico “7.5” do edital.

3.6 - Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

3.7 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67).

3.8 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.9 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados no tópico anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTRO ÓRGÃO

A presente ata, quando cabível, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA

5.1 - A ata terá vigência **por 12 (doze) meses, a iniciar-se com a publicação da mesma na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).**

VISTO
PELO
JURÍDICO

5.2 - Durante o prazo de validade da presente ata as empresas, a critério do Município de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

5.3 - Se a empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DA ATA

A presente ata de registro de preços está vinculada ao processo licitatório que a originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93, a Lei n. 10.520/02, Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto Municipal n. 024/2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ATA

7.1 - A execução da ata será administrada e fiscalizada pelo responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social (CNPJ 13.694.692/0001-67).

7.2 - O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis.

7.3 - Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores constantes no tópico 02 (OBJETO) desta ata.

7.4 - Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

7.5 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÕES

VISTO
PELO
JURÍDICO

8.1 - A presente ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

8.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar esta ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente ata.

Página 26 de 29

VISTO
PELO
JURÍDICO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente ata, particular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no edital e tópico 01 (OBJETO) desta ata;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13.1 - À contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

13.2 - Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser

Página 27 de 29

VISTO
PELO
JURÍDICO

atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% (dez por cento) do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de **0,03% (três centésimos por cento)** por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a **5% (cinco por cento)** sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de **20 % (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

13.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade pelos produtos fornecidos e/ou os serviços prestados, respondendo civil e criminalmente por fatos que causem danos ao município ou terceiros, decorrente da execução da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas desta ata, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

VISTO
PELO
JURÍDICO

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Município de Lacerdópolis/SC
Sérgio Luiz Calegari
ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

DETENTOR DA ATA

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

ATA Nº 09/2020 PREGÃO PRESENCIAL 05/2020

Publicação Nº 2513530

PREGÃO 05/2020
PROCESSO 09/2020.

ATA 09/2020

DATA: 04/06/2020 HORÁRIO: 13H30min
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC.

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 13:30 horas, o pregoeiro nomeado pela portaria 031/2020, na sala de licitações, no prédio sede da Câmara Municipal de Lages, situado na Rua Otacílio Vieira da Costa, 280, Centro, em Lages, Santa Catarina, abriu a sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos a licitação na modalidade Pregão nº 05/2020. Compareceram ao certame as empresas MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA, SLA COMERCIAL EIRELI, VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME e RS 118 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EIRELI. Na fase do credenciamento foi constatado por um representante de licitante que a empresa RS 118 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EIRELI não consta no objeto de seu contrato social a atividade de fabricação de móveis, conforme descreve o item 1 do Edital do presente certame. Passou então a abertura das propostas. Todos verificaram e assinaram as mesmas. Passou-se então a etapa de lances pelo menor preço global conforme edital os quais estão documentados no sistema Betha. Foi declarada vencedora a empresa VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, com o valor de R\$ 20.189,99(vinte mil, cento e noventa reais e noventa e nove centavos). Na sequência foi analisada a documentação de habilitação, a qual foi repassada aos licitantes tendo sido assinada por todos os presentes a referida documentação. O pregoeiro questionou se havia alguma contestação ou intenção de recurso por parte das empresas licitantes, sendo que nenhuma licitante se manifestou a intenção de recurso ou contestação. Encerrou-se então a sessão as 14:40hs, sendo esta assinada por todos os presentes.

Lages, 04 de junho de 2020.
LUIZ GONZAGA AZZI
Pregoeiro

DOUGLAS DE PAULA FINGER
Membro

ALINE APARECIDA CORDOVA BRANCO
Membro

ADRIANA ROSA DE SOUZA
Membro

SIMONE PEREIRA DE LIZ
Membro

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI

MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

SLA COMERCIAL EIRELI

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 599/2020

Publicação Nº 2513878

PORTARIA RH Nº 599/2020

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ÁLVARO FERMIANO SOUZA Educador Social, do dia 25.05.2020 a 23.06.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Maio de 2020.

PATRICIA DA SILVA PAULINO

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 610/2020

Publicação Nº 2513884

PORTARIA RH Nº 610/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

EXONERAR A PEDIDO, JOÃO PAULO STEFFEN RONCADA do cargo de Odontólogo, de provimento efetivo, 40 horas, nível ANSS 2, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 611/2020

Publicação Nº 2513887

PORTARIA RH Nº 611/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.06.2020 a 30.06.2020.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Clarabel Alves	2019/2020
Cleide Rodrigues de Souza	2019/2020
Maria Olivia de Oliveira Helena	2017/2018
Patrícia Bento	2018/2019
Pedro Paulo Real Horn Júnior	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 612/2020

Publicação Nº 2513890

PORTARIA RH Nº 612/2020

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor EDOIR NERCY DE SOUZA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 25.05.2020 a 23.06.2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.

RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 613/2020

Publicação Nº 2513892

PORTARIA RH Nº 613/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0002965/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2020 a 30 de Junho de 2020, a Servidora CLÁUDIA FERNANDES TEODORO, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2012/2019 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.

CARLOS FELIPE SCHMIDT
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 614/2020

Publicação Nº 2513894

PORTARIA RH Nº 614/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0002883/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2020 a 30 de Junho de 2020, a Servidora MARIA APARECIDA DA SILVA BENTO, Auxiliar de Consultório Dentário, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 615/2020

Publicação Nº 2513896

PORTARIA RH Nº 615/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0002943/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2020 a 30 de Junho de 2020, a Servidora THAYSE RICKEN TURAZZI, Psicólogo, referente ao período 2013/2018 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 616/2020

Publicação Nº 2513897

PORTARIA RH Nº 616/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0002884/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2020 a 30 de Junho de 2020, a Servidora JOVITA FRANCISCA RICARDO MARTINS, Técnica em Enfermagem, referente ao período 2015/2020 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 617/2020

Publicação Nº 2513901

PORTARIA RH Nº 617/2020

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor VALERI RODRIGUES Motorista, do dia 01.06.2020 a 13.06.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.
PATRICIA DA SILVA PAULINO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 618/2020

Publicação Nº 2513905

PORTARIA RH Nº 618/2020

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0002911/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2020 a 29 de Agosto de 2020, ao Servidor RAMON LEANDRO VALENTIN, Assistente de Administração, referente ao período 2008/2013 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2020.
PATRICIA DA SILVA PAULINO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 619/2020

Publicação Nº 2513906

PORTARIA RH Nº 619/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. LUIZ FELIPE REMOR, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 02 de Junho de 2020 a 31 de Julho de 2020, a Servidora ALINE TRICHES SAVI, Bióloga, referente ao período 2013/2018 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Junho de 2020.
LUIZ FELIPE REMOR
Presidente de Fundação

PORTARIA Nº 620/2020

Publicação Nº 2513912

PORTARIA RH Nº 620/2020

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 03.06.2020 a 02.07.2020.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Almir Alves	2018/2019
Ezequiel de Assis	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Junho de 2020.
LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

RESOLUÇÃO CMAS N.º 07/2020

Publicação Nº 2514122

RESOLUÇÃO CMAS Nº 07/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação sem ressalvas do Plano de Trabalho para recebimento da 2ª e 3ª parcelas do Cofinanciamento Estadual para o ano de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária realizada dia 04 de junho de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, Ata de nº 06/2020 e Resolução nº 07 do Conselho Municipal de Assistência Social, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por unanimidade e sem ressalvas o Plano de Trabalho para recebimento da 2ª e 3ª parcelas do Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social de Média e Alta Complexidade, e dos Benefícios Eventuais, para o ano de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Adriana Soares Duarte
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 090/2020

Publicação Nº 2512703

DECRETO Nº 090/2020.
SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica substituído o senhor Rodrigo Porto Schwedersky, membro da Comissão de Regularização Fundiária, representante da Fundação Ambiental Municipal pela senhora Camila Flor André, conforme segue:

PRESIDENTE: RICARDO FONTANELLA
MEMBRO: AUGUSTO BIANCHINI
MEMBRO: CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA
MEMBRO: MARISA DE MOURA DORIGON
MEMBRO: CAMILA FLOR ANDRÉ
MEMBRO: RAFAEL BONOTI

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 116/2019.

LAURO MÜLLER, 04 DE JUNHO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fina. e Planej.

EXTRATO DE CONTRATO MAIO 2020

Publicação Nº 2513591

EXTRATO ABRIL 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2019 PMLM

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para fins de contratação de empresa, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para o município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CALPE SOLUÇÕES EIRELI

Modalidade: PP 128/2019

Vigência: 17/07/2020

Assinatura: 17/07/2019

Valor: R\$ 750.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 012/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível - diesel, para manutenção da frota municipal.

JUSTIFICATIVA: As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo rescindir o Contrato nº 012/pmlm/2020 amigavelmente a partir do dia 14 de Abril de 2020.

CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Modalidade: PP 004/2020

Assinatura: 14/04/2020

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 114/2018 PMLM

OBJETO: Imóvel de 80m² sito na rua 29 de agosto, bairro Santa Barbara município de Lauro M-Iler, para funcionamento de atividades dos clubes de mães e idosos, de propriedade do locador.

JUSTIFICATIVA: As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo rescindir o Contrato nº 114/PMLM/2018 amigavelmente a partir do dia 05 de Maio de 2020.

CONTRATADO: ROSICLEIA RITA

Modalidade: DISP. 059/2018

Assinatura: 05/05/2020

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 318/2020– PMLM

OBJETO: A presente dispensa objetiva aquisição de produtos de informática, face a pandemia do corona vírus gerando consequentemente em atendimento no setor do CAD-ÚNICO e bolsa família frente ao novo programa do Governo Federal onde amplia cadastros e exige novo formato apresentado pelo ministério da cidadania, conforme justificativa da Secretaria de Assistência Social, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Procuradoria Geral do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: BORGUETTI INFORMÁTICA LTDA ME

Modalidade: DISP 051/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$3.809,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 345/2020– PMLM

OBJETO: A presente dispensa objetiva aquisição tecidos e serviços de sonorização para atendimento das demandas apresentadas durante da pandemia do CONVID-19 no município de Lauro Muller, de modo a garantir condições seguras aos servidores confeccionando luvas em tecido e dando informações a população de cunho emergencial por meio dos serviços de sonorização, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: LENOYR BEZ TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA ME

Modalidade: DISP 053/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$825,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 346/2020– PMLM

OBJETO: A presente dispensa objetiva aquisição tecidos e serviços de sonorização para atendimento das demandas apresentadas durante da pandemia do CONVID-19 no município de Lauro Muller, de modo a garantir condições seguras aos servidores confeccionando luvas em tecido e dando informações a população de cunho emergencial por meio dos serviços de sonorização, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: VALDENIR GONÇALVES MEI

Modalidade: DISP 053/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$730,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 401/2020– PMLM

OBJETO: A presente dispensa objetiva aquisição luvas para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social durante atendimento e cadastramentos de auxílio emergencial apresentadas durante da pandemia do CONVID-19 no município de Lauro Muller, face a situação calamitosa em que encontra-se todo o país, de modo a garantir condições seguranças aos servidores que realizam o atendimento de munícipes de maneira presencial para cadastros de auxílio emergencial, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: CALFIR ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO EIRELI

Modalidade: DISP 057/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$756,92

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 406/2020– PMLM

OBJETO: A presente dispensa objetiva aquisição álcool em gel e tecidos para confecção de máscaras para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social durante atendimento e cadastramentos de auxílio emergencial apresentadas durante da pandemia do CONVID-19 no município de Lauro Muller, face a situação calamitosa em que encontra-se todo o país, de modo a garantir condições seguranças aos servidores que realizam o atendimento de munícipes de maneira presencial para cadastros de auxílio emergencial, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: DANIELA CRISTINA NESI

Modalidade: DISP 058/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$356,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 407/2020– PMLM

OBJETO: A presente dispensa objetiva aquisição álcool em gel e tecidos para confecção de máscaras para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social durante atendimento e cadastramentos de auxílio emergencial apresentadas durante da pandemia do CONVID-19 no município de Lauro Muller, face a situação calamitosa em que encontra-se todo o país, de modo a garantir condições seguranças aos servidores que realizam o atendimento de munícipes de maneira presencial para cadastros de auxílio emergencial, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: ELISA CELESTINA MACHADO DE SOUZA LOLI

Modalidade: DISP 058/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$1.222,00

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 ao Contrato Nº 002/PMLM/2020

OBJETO: O presente Instrumento tem como objetivo a modificação unilateral do Contrato Nº002/PMLM/2020, que tem por objeto o fornecimento, em favor da CONTRATANTE, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição, vislumbrando a substituição de dotação orçamentária.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA

Assinatura: 23/04/2020

ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato de Gestão Nº049/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº049/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Assinatura: 02/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 003/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº003/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 19/03/2020

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato Nº 003/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº003/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 02/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 011/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº011/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: TEVIAN COMERCIAL LTDA

Assinatura: 08/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 048/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº048/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: TEVIAN COMERCIAL LTDA

Assinatura: 08/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 048/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº048/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: TEVIAN COMERCIAL LTDA

Assinatura: 08/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Termo de fomento 002/PMLM/2020

OBJETO: Considerando o período de isolamento social em virtude da pandemia do CORONAVIRUS, onde atividades coletivas estão suspensas em todo estado, torna-se imperiosa a suspensão do presente Termo, uma vez que a entidade encontra-se impedida de realizar os serviços constantes em Termo nº003/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL SANTA BÁRBARA

Assinatura: 17/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 066/PMLM/2020

OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a SUPRESSÃO referente à locação de área para extração de saibro municipal com licença ambiental face a situação emergencial que encontra-se o município conforme Decreto nº050/2020 em virtude da queda de receita.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ARNALDO WARMELLING

Assinatura: 24/04/2020

TERMO ADITIVO N° 01 ao Contrato N° 065/PMLM/2020

OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a SUPRESSÃO referente à locação de área para extração de cascalho municipal com licença ambiental face a situação emergencial que encontra-se o município conforme Decreto nº050/2020 em virtude da queda de receita.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ARNALDO PIUCO

Assinatura: 24/04/2020

TERMO ADITIVO N° 03 ao Contrato N° 003/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato N°003/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 28/04/2020

TERMO ADITIVO N° 01 ao Contrato N° 110/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato N°110/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Assinatura: 28/04/2020

TERMO ADITIVO N° 04 ao Contrato N° 073/PMLM/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a SUPRESSÃO referente à locação imóvel para funcionamento da biblioteca municipal face a situação emergencial que encontra-se o município conforme Decreto nº050/2020 em virtude da queda de receita.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: PERPETUA VOSS DALPONTE

Assinatura: 04/05/2020

CONTRATOS

CONTRATO N°. 110/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de diesel S10, para manutenção da frota municipal.

CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Modalidade: PP 050/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 14/04/2020

Valor: R\$ 777.410,00

CONTRATO N°. 111/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de lanches a ser consumido no local para a polícia militar do Município do Lauro Muller/SC durante o ano de 2020.

CONTRATADO: BUNN E BUNN LANCHES LTDA ME

Modalidade: PP 042/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 15/04/2020

Valor: R\$ 14.951,23

CONTRATO N°. 112/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza e expediente para atendimento das demandas da polícia civil do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: PP 044/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 15/04/2020

Valor: R\$ 8.832,45

CONTRATO N°. 113/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza e expediente para atendimento das demandas da polícia civil do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 044/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 15/04/2020

Valor: R\$ 2.439,06

CONTRATO N°. 114/2020 PMLM

OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para execução de obras da pavimentação da Rua David Bez Fontana na localidade do Arizona, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos bem como emenda parlamentar de protocolo nº SEF 5338/2020, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

CONTRATADO: BCL EMPREENDIMENTOS

Modalidade: TP 037/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 16/04/2020

Valor: R\$ 130.051,80

CONTRATO Nº. 115/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de EPI's para atendimento das necessidades das Secretarias do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 045/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 16/04/2020

Valor: R\$ 13.075,80

CONTRATO Nº. 116/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de EPI's para atendimento das necessidades das Secretarias do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Modalidade: PP 045/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 16/04/2020

Valor: R\$ 6.052,80

CONTRATO Nº. CTR012/CIM-AMREC

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para elaboração de Plano Municipali de Mobilidade Urbana dos municípios de Treviso, Balneario Rincão, Sideropolis, Nova Veneza, Lauro Muller, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Urussanga e Orleans, nas condições previstas neste edital e seus anexos, nas condições previstas no pregão e seus anexos, partes integrantes e inseparáveis deste contrato.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL INTERFINALITÁRIO DA AMREC

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/03/2020

Valor: R\$ 16.060,70

CONTRATO Nº. CTR001/2019CIM-A

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo o rateio das despesas necessárias à manutenção do Consórcio para o exercício de 2020.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL INTERFINALITÁRIO DA AMREC

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/03/2020

Valor: R\$ 10.672,88

CONTRATO Nº. 117/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de cestas básicas para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: MERCADO LUCIANO LTDA EPP

Modalidade: DISPENSA 059/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor: R\$ 9.733,35

CONTRATO Nº. 118/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição madeiras para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP

Modalidade: PP 054/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor: R\$ 242.350,00

CONTRATO Nº. 119/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição madeiras para atendimento das demandas das secretarias de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: MARCOS FERANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Modalidade: PP 054/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020
Valor: R\$ 10.500,00

CONTRATO Nº. 120/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de kits para auxílio natalidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTADA ME

Modalidade: PP 055/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor: R\$ 2.589,00

CONTRATO Nº. 121/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de kits para auxílio natalidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

Modalidade: PP 055/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor: R\$ 1.290,00

CONTRATO Nº. 122/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de kits para auxílio natalidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 055/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor: R\$ 317,40

CONTRATO Nº. 123/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de kits para auxílio natalidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: VILMA ALVES DA SILVA

Modalidade: PP 055/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 23/04/2020

Valor: R\$ 699,00

CONTRATO Nº. 124/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: JAIME NESTOR DA SILVA

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 29/04/2020

Valor: R\$ 10.767,50

CONTRATO Nº. 125/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: ARTHUR DEMARCH

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 29/04/2020

Valor: R\$ 19.714,40

CONTRATO Nº. 126/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: FRIGORÍFICO SANTO AGOSTINHO LTDA

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 9.798,00

CONTRATO Nº. 127/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: CÉLIO FRANCISCO BETT

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 47.200,00

CONTRATO Nº. 128/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: PAULA MARIA DA SILVA

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 10.791,00

CONTRATO Nº. 129/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: OLGA RABELO MARCOS

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 5.120,00

CONTRATO Nº. 130/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar em cumprimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, para o ano letivo de 2020.

CONTRATADO: LUCILENE VIEIRA RIZZI

Modalidade: DISPENSA 061/2020

Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 38.207,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 010/2020 FMS**

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível - diesel, para manutenção da frota municipal.

JUSTIFICATIVA: As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo rescindir o Contrato nº 010/FMS/2020 amigavelmente a partir do dia 14 de Abril de 2020.

CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Modalidade: PP 001/2020

Assinatura: 14/04/2020

ADITIVOS**TERMO ADITIVO Nº 23 ao Contrato de Gestão Nº001/FMS/2018**

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO NO REPASSE DE RECURSOS, de acordo com a Justificativa o presente aditivo diz respeito a duas parcelas de incentivo hospitalar conforme Portaria do SES nº543/2008 (R\$18.559,06) e pagamento de encargos com folha de pagamento (R\$4.993,31) e encargos de folha de pagamento dos servidores novos (74.582,69) devidamente aprovado pelo Conselho Curador.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Assinatura: 31/03/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº002/FMS/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº002/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Assinatura: 19/03/2020

TERMO ADITIVO N° 02 ao Contrato N°002/FMS/2020
OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato N°002/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Assinatura: 02/04/2020

TERMO ADITIVO N° 03 ao Contrato N°002/FMS/2020
OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato N°002/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Assinatura: 30/04/2020

TERMO ADITIVO N° 01 ao Contrato N°027/FMS/2020
OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato N°027/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Assinatura: 28/04/2020

CONTRATOS

CONTRATO N°. 027/2020 FMS
OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de diesel S10, para manutenção da frota municipal.
CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Modalidade: PP 017/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 14/04/2020
Valor: R\$ 57.800,00

CONTRATO N°. 028/2020 FMS
OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material médico hospitalar, para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.
CONTRATADO: METROMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR
Modalidade: PP 018/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 43.176,04

CONTRATO N°. 029/2020 FMS
OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material médico hospitalar, para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Modalidade: PP 018/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 41.310,60

CONTRATO N°. 030/2020 FMS
OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material médico hospitalar, para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.
CONTRATADO: ISAMED-MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME
Modalidade: PP 018/2020
Vigência: 31/12/2020
Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 48.214,47

CONTRATO N°. 031/2020 FMS
OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material médico hospitalar, para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.
CONTRATADO: MEDEFE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA
Modalidade: PP 018/2020
Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 29/04/2020
Valor: R\$ 78.502,30

CONTRATO Nº. 032/2020 FMS

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material médico hospitalar, para uso da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: SAÚDE IMPERIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Modalidade: PP 018/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 29/04/2020

Valor: R\$ 28.973,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 102/2020- FHHL**

OBJETO: A presente dispensa objetiva a aquisição de material médico para uso em respiradores e lupa para esterilização de materiais, face a situação calamitosa em que se encontra todo o país face a pandemia do corona vírus, de modo a garantir atendimento digno aos munícipes e aos profissionais da saúde, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: BIOMEDTRONIC COM. EQUIP. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: DISP 023/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$2.895,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 103/2020- FHHL

OBJETO: A presente dispensa objetiva a aquisição de material médico para uso em respiradores e lupa para esterilização de materiais, face a situação calamitosa em que se encontra todo o país face a pandemia do corona vírus, de modo a garantir atendimento digno aos munícipes e aos profissionais da saúde, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: JET-MED FISIO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

Modalidade: DISP 023/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$425,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 126/2020- FHHL

OBJETO: A presente dispensa objetiva a aquisição de óculos de proteção e termo higrômetro digital, face a situação calamitosa em que se encontra todo o país face a pandemia do corona vírus, de modo a garantir qualidade e segurança no atendimento, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: GARRA ENGENHARIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

Modalidade: DISP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$100,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 125/2020- FHHL

OBJETO: A presente dispensa objetiva a aquisição de óculos de proteção e termo higrômetro digital, face a situação calamitosa em que se encontra todo o país face a pandemia do corona vírus, de modo a garantir qualidade e segurança no atendimento, com fundamento no inciso VI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e Lei 13.979/20 em seu artigo 4º, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica do Município, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: BIOMEDTRONIC COM. EQUIP. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: DISP 026/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$225,00

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 009/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível - diesel, para manutenção da frota municipal.

JUSTIFICATIVA: As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo rescindir o Contrato nº 009/FHHL/2020 amigavelmente a partir do dia 14 de Abril de 2020.

CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Modalidade: PP 001/2020

Assinatura: 14/04/2020

ADITIVOS**TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº001/FHHL/2020**

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº001/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 19/03/2020

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato Nº001/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº001/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 02/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº021/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº021/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: TEVIAN COMERCIAL LTDA

Assinatura: 08/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 03 ao Contrato Nº 001/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº001/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 28/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 051/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº051/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Assinatura: 28/04/2020

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato Nº 007/FHHL/2020

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo contratual, da execução da reforma parcial da Fundação Hospitalar, necessários e imprescindíveis para a continuação dos serviços pertinentes ao Contrato nº007/FHHL/2020 oriundo do processo licitatório Tomada de Preço Nº036/FHHL/2019, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº 8.666/93, do mesmo Diploma Legal, de acordo com a Justificativa e o Parecer Jurídico favorável, conforme discriminações e quantitativos apresentados em planilha em anexo.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

CONTRATADA: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Assinatura: 04/05/2020

CONTRATOS**CONTRATO Nº. 049/2020 FHHL**

OBJETO: É objeto deste contrato a contratação de serviços de plantão médico presencial para a Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: FC DIAS E ASSIS EIRELI

Modalidade: Inex. 024/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 07/04/2020

Valor: R\$ 1.056.000,00

CONTRATO Nº. 050/2020 FHHL

OBJETO: O objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços médicos de ortopedia, para atender as demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: LEVE ORTOPEDIA LTDA

Modalidade: PP 016/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 13/04/2020

Valor: R\$87.000,00

CONTRATO Nº. 051/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de diesel S10, para manutenção da frota municipal.

CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Modalidade: PP 022/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 14/04/2020

Valor: R\$ 14.450,00

CONTRATO Nº. 052/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares com fornecimento de peças, atendendo as demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage Município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: BIOMEDTRONIC COMERCIO DE EQUIP. MÉDICO HOSPITALARES LTDA

Modalidade: PP 018/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/04/2020

Valor: R\$ 58.500,00

CONTRATO N°. 053/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar para a Fundação Hospitalar Henrique Lage, conforme ANEXO deste contrato pelo exercício de 2020.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: PP 025/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 29/04/2020

Valor: R\$ 11.254,79

CONTRATO N°. 054/2020 FHHL

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar para a Fundação Hospitalar Henrique Lage, conforme ANEXO deste contrato pelo exercício de 2020.

CONTRATADO: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: PP 025/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 29/04/2020

Valor: R\$ 6.320,00

PREGÃO PRESENCIAL N°77/PMLM/2020

Publicação N° 2513585

PREGÃO PRESENCIAL N° 077/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 15/06/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de material de EPI's atendimento conforme demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com, disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 04 de junho de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 19/2020. LICITAÇÃO: TP04/2020

Publicação Nº 2513583

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 19/2020. Licitação: TP04/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente) na Rua Júlio Vieira Gonçalves, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo.

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA - 07.455.659/0001-81.

Valor: R\$ 646.621,09 (seiscentos e quarenta e seis mil e seiscentos e vinte e um reais e nove centavos).

Vigência: 02/06/2020. Término: 31/12/2020

Lebon Régis, 02/06/2020.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 20/2020. LICITAÇÃO: TP05/2020

Publicação Nº 2513588

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 20/2020. Licitação: TP05/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), na Rua João Padilha de Souza, com drenagem das águas pluviais, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, de acordo com o Contrato de Repasse OGU nº 891385/2019 - Operação 1066057-53 - Programa Planejamento Urbano, firmado com a Caixa Econômica Federal.

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA - 07.455.659/0001-81.

Valor: R\$ 339.320,31 (trezentos e trinta e nove mil e trezentos e vinte reais e trinta e um centavos).

Vigência: 02/06/2020. Término: 31/12/2020

Lebon Régis, 02/06/2020.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº TP05/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 22/2020

Publicação Nº 2513590

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº TP05/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 22/2020.

Ato adjudicatório: O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado, resolve: ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), na Rua João Padilha de Souza, com drenagem das águas pluviais, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, de acordo com o Contrato de Repasse OGU nº 891385/2019 - Operação 1066057-53 - Programa Planejamento Urbano, firmado com a Caixa Econômica Federal. DATA DE ADJUDICAÇÃO: 26/05/2020. VENCEDOR: LZK CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 07.455.659/0001-81, com o valor total de R\$ 339.320,31.

Lebon Régis, 26 de maio de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº I CONTRATO Nº 21/2019. LICITAÇÃO: DL11/2019

Publicação Nº 2513578

TERMO ADITIVO Nº I

CONTRATO Nº 21/2019. LICITAÇÃO: DL11/2019.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato em epígrafe para renová-lo por 12 (doze) meses, alterando o seu vencimento para 04/06/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA Conforme previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, subitem 7 do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 2,46%. CLÁUSULA TERCEIRA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. CONTRATADO: LAUDELINO RODIGHIERI CNPJ 543.721.519-34. Início de vigência: 05/06/2020. Término: 04/06/2021. Lebon Régis, 29 de maio de 2020.

ALICE GOMES DA ROCHA – Gestora.

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 053/2020

Publicação Nº 2513630

DECRETO Nº 053, DE 04 DE JUNHO DE 2020

“INSTITUI NO MUNICÍPIO LEOBERTO LEAL/SC O COMITÊ DE CRISE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMITÊ SUAS/(LEOBERTO LEAL) COVID 19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Crise da Assistência Social – COMITÊ SUAS/(Leoberto Leal) COVID 19, com o objetivo de discutir de forma democrática e colegiada as questões provocadas pela crise e seus agravamentos, e manter o Plano de Contingência da área sempre em discussão, atualizado e em aperfeiçoamento.

Art. 2º O Comitê será composto dos seguintes representantes:

ROBERTA OTTO - Gestor da Assistência Social;
ANA PAULA EGER - Técnico de Gestão;
ROSIMERI SCHMITT SCHEIDT - Coordenador e/ou profissional da Proteção Social Básica;
GIAN CARLOS KNAUL - Gestor do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
LUCEMAR NACIR DE SOUZA GUCHERT – Vice-Presidente do CMAS;
REGIANI PATRICIA KNAUL - Representante da sociedade civil indicado pelo CMAS;
AMANDA HACH IANZEN - Conselho Tutelar.

Art. 3º O Comitê deverá atuar de forma integrada com o Comitê de Crise da Prefeitura Municipal.

Art. 4º São atribuições do Comitê:

- Monitorar e avaliar as ações do Plano de Contingência da Política de Assistência Social; O referido plano faz conexão direta com o Plano Plurianual de Assistência Social e deverá ser aprovado pelo Conselho de Assistência Social e estar alinhado as diretrizes do SUAS;
- Rever e atualizar continuamente as ações do Plano de Contingência da Política de Assistência Social conforme situação que se apresenta no momento, observando os indicadores e avanço da pandemia;
- Conhecer os recursos previstos no orçamento municipal, destinados a atuação em situação de calamidade e os recursos da Assistência Social, bem como, dialogar pela ampliação dos mesmos em virtude das necessidades locais;
- Auxiliar no planejamento de cada equipamento, definindo o funcionamento dos serviços, quais as estratégias serão utilizadas, os canais de acesso e os cuidados essenciais.
- Articular junto a Secretaria de Saúde para capacitação dos profissionais e disponibilização dos EPIs, e em quais situações devem ser usados, bem como solicitar que os profissionais da Assistência Social também recebam a vacina da gripe; A Assistência Social pode adquirir EPIs com os recursos do SUAS, porém mesmo assim deve manter diálogo com a Política de Saúde para orientações;
- Mapear e orientar os profissionais que estão no grupo de risco identificados pelo Ministério da Saúde;
- Implementar iniciativas de divulgação geral dos contatos telefônicos, para que as famílias possam comunicar-se, tirar suas dúvidas, fazer agendamentos, evitando fluxos nos equipamentos e deslocamentos aos equipamentos;
- Realizar reuniões e capacitações com a equipe da Assistência Social;
- Participar de reuniões intersetoriais para alinhamento da atuação;
- Estabelecer parcerias para diagnóstico, mapeamento e estudos da pandemia no território;

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da Sua Publicação.

Leoberto Leal, 04 de junho de 2020

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 03/2020

Publicação N° 2512821

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 03/2020

Genir Loli – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL, na forma da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação conforme a necessidade de empresa especializada para prestação dos serviços de MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, no dia 25 de junho de 2020, as 08;30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas dos interessados cadastrados, até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de junho de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 80/2020

Publicação N° 2512694

DECRETO N° 80/2020
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão n° 44/2020 em 04 de junho de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação n° 41/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORAMENTO E ORIENTAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 04 de junho de 2020.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

EDITAL 45/2020

Publicação N° 2513099

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2020

OBJETO: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE BATERIAS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 22/06/2020; Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 22/06/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 04 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 44/2020

Publicação N° 2512699

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 44/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviços técnicos de assessoramento e orientação na alimentação de programas de gestão na secretaria de saúde, conforme descrito no anexo I.

Contratada: SELETEC APOIO ADMINISTRATIVO, inscrita no CNPJ 17.362.821/0001-70, localizado na Rua José Bonifácio, bairro Bela Vista, n° 440, Ibirama/SC. Valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora. Prazo: até 31/12/2020.

Lontras, 04 de junho de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATOS 1089/2020

Publicação N° 2512560

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1089

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO ELEVADOR DA PREFEITURA MUNICIPAL. FORTE ELEVADORES LTDA - CNPJ: 32.267.504/0001-69. Valor do repasse: R\$ 1.345,00 (MIL TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

Lontras, 04 DE JUNHO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25-2020**

Publicação Nº 2514199

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020

Ref. Prestação e administração de Serviços Gerais 01/2020, firmado em 02/01/2020. A renovação se dará do mês de junho a dezembro de 2020, e o valor mensal proposto pela empresa é de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) o que dará o total de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais), compatível com o limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93 (limite fixado pelo artigo 24, II, da mesma lei), estabelecido pela Medida provisória do Governo Federal nº 921/2020. Empresa: AVS – Administradora de Serviços Ltda – CNPJ 05.781.966/0001-27, apresentou menor valor orçado.

Lontras, 1º de junho de 2020.
GLAUCO ROLAND KUHL
Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26-2020

Publicação Nº 2514200

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2020

Ref. Realização de consultoria e treinamento no período de junho de 2020 a dezembro de 2020 com carga de 08 (oito) horas da Câmara Municipal de Lontras/SC. Empresa: IMPACTO TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA – CNPJ 04.534.030/0001-39, apresentou menor valor orçado. Valor do repasse: 08 (oito) horas mensais é de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) o valor da hora, totalizando no mês o valor de R\$ 1.560,00 (um mil, quinhentos e sessenta reais), que ao final da contratação alcança o valor de R\$ 10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais).

Lontras, 1º de junho de 2020.
GLAUCO ROLAND KUHL
Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28-2020

Publicação Nº 2514201

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2020

Ref. 45 (quarenta e cinco) unidades de MÁSCARAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PERSONALIZADA COM LOGO DO PODER LEGISLATIVO BORDADO, NOS TECIDOS DUPLOS DE 100% ALGODÃO – PARA USO DOS SERVIDORES E VEREADORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE LONTRAS / SC. Empresa: CLAUDENEIA DE ABREU ME – CNPJ 27.698.557/0001-02, apresentou menor valor orçado. Valor do repasse: R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais) em parcela única, sendo cada unidade com valor de R\$ 7,00 (sete reais).

Lontras, 2 de junho de 2020.
GLAUCO ROLAND KUHL
Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29-2020

Publicação Nº 2514202

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2020

Ref. 5.000 (cinco mil) unidades de folhas A4 – 21 x 29,7 cm, timbradas com informações da Câmara de Vereadores, em papel reciclado 75g, cores 4 x 0 – PARA USO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE LONTRAS / SC. Empresa: JAWI INDUSTRIA GRAFICA LTDA – CNPJ 82.906.942/0001-06, apresentou menor valor orçado. Valor do repasse: R\$ 700,00 (setecentos reais) em parcela única, sendo cada unidade com valor de R\$ 0,14 (quatorze centavos).

Lontras, 2 de junho de 2020.
GLAUCO ROLAND KUHL
Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30-2020

Publicação Nº 2514203

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2020

Ref. PLACA PVC (012) - LAÇO COMEMORATIVO COM CORTE A LASER NA COR VERMELHA – PARA USO NA SALA DO PLENÁRIO NA CÂMARA DE VEREADORES DE LONTRAS -SC. Empresa: MENDONCA E CIA LTDA – CNPJ 09.633.402/0001-06, apresentou menor valor orçado. Valor do repasse: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) em parcela única.

Lontras, 3 de junho de 2020.
GLAUCO ROLAND KUHL
Presidente

Luiz Alves**PREFEITURA****CONTRATO N.º 37/2020**

Publicação Nº 2513388

CONTRATO N.º 37/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

CONTRATADO: RALF WOLFGANG BIEGING – CNPJ: 33.072.996/0001-08.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO INTERMUNICIPAL COM A FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, EDITAIS E MATÉRIAS, COM TIRAGEM DE 500 (QUINHENTOS) EXEMPLARES PARA DISTRIBUIÇÃO MENSAL NO MUNICÍPIO E NA PREFEITURA MUNICIPAL.

DOS VALORES: Para a execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de R\$ 4.200,00 (quatro mil e novecentos reais).

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Luiz Alves, 02 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 110/2020

Publicação Nº 2512520

DECRETO N.º 110/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.082,00 (vinte e oito mil e oitenta e dois reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

15.452.0004.2.072 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 78

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 28.082,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

15.452.0004.2.072 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00 – Aplicações Diretas decorrente de Op. entre órgãos

Código Reduzido: 79

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 3.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 80

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 25.082,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 02 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves - SC

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 111/2020

Publicação N° 2512522

DECRETO N.º 111/2020

Estabelece ponto facultativo nas Repartições do Poder Executivo do Município de Luiz Alves.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que no dia 11 de junho de 2020 ocorre a celebração de Corpus Christi, data declarada feriado religioso municipal pela Lei Municipal n.º 457, de 13 de agosto de 1985;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020 e o Decreto Municipal n.º 48/2020, alterado pelos Decretos Municipais n.º 49/2020 e 62/2020, que estabelecem as medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19, dentre elas a de distanciamento social, como meio de conter a propagação da doença;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o dia 12 de junho de 2020 como ponto facultativo para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Na data prevista no caput deste artigo poderá haver convocação especial de alguns servidores públicos, em caso de excepcional necessidade.

Art. 2º Não serão suspensas, no dia descrito no artigo 1º deste Decreto, as atividades consideradas de natureza essencial prestadas pela CASAN, referente aos serviços de plantão, pela Fundação Médica Assistencial ao Trabalhador Rural de Luiz Alves, que deverá manter em funcionamento o plantão médico, atendimento de urgência e emergência, pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá manter em funcionamento o plantão de ambulância e pela Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, que deverá manter a prestação de serviço de coleta de lixo.

Art. 3º A jornada de trabalho que, por força deste Decreto, foi suspensa, deverá ser compensada ulteriormente, ficando cada Secretaria com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 02 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 112/2020

Publicação Nº 2513522

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES****DECRETO N.º 112/2020**

Aprova o projeto do parcelamento de terra denominado “Loteamento Vila das Palmeiras”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 001/2007 – Plano Diretor, e a Lei Federal n.º 6.766/1979;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o parcelamento de terra denominado “Loteamento Vila das Palmeiras”, localizado na Rua Álida Bressanini, Vila Nova, perímetro urbano do Município de Luiz Alves/SC, do imóvel registrado sob a matrícula n.º 23.230 do Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Altini Empreendimentos SPE LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 29.174.404/0001-83, com área útil a lotear de 60.537,65 m² e área com 7.372,17 m² a ser desmembrada em 11 parcelas.

Art. 2º A área total do loteamento aprovado fica assim distribuída:

I – área dividida em 118 lotes: 37.055,16 m²;

II – área verde: 6.054,34 m²;

III – área de interesse social: 1.594,96 m²;

IV – área pública: 3.037,45 m²;

V – área de ruas: 12.795,74 m².

Parágrafo único. A área do desmembramento será dividida em 11 parcelas, com frente para a Rua Álida Bressanini.

Art. 3º Ficam caucionados, para fins de garantia de execução das obras, as seguintes áreas:

a) Lote 41 da quadra 4 com 375,10m²;

b) Lote 42 da quadra 4 com 305,59m²;

c) Lote 43 da quadra 4 com 304,99m²;

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

- d) Lote 44 da quadra 4 com 304,39m²;
- e) Lote 45 da quadra 4 com 303,79m²;
- f) Lote 46 da quadra 4 com 303,19m²;
- g) Lote 47 da quadra 4 com 302,60m²;
- h) Lote 48 da quadra 4 com 302,26m²;
- i) Lote 49 da quadra 4 com 319,40m²;
- j) Lote 50 da quadra 5 com 317,25m²;
- k) Lote 51 da quadra 5 com 300,25m²;
- l) Lote 52 da quadra 5 com 300,00m²;
- m) Lote 53 da quadra 5 com 300,00m²;
- n) Lote 54 da quadra 5 com 300,00m²;
- o) Lote 55 da quadra 5 com 300,00m²;
- p) Lote 56 da quadra 5 com 300,00m²;
- q) Lote 57 da quadra 5 com 300,00m²;
- r) Lote 58 da quadra 5 com 367,27m²;
- s) Lote 65 da quadra 5 com 300,00m²;
- t) Lote 66 da quadra 5 com 300,25m²;
- u) Lote 67 da quadra 5 com 317,25m².

Art. 4º A área verde, de interesse social, pública e destinada às ruas constantes no artigo 2º deste Decreto, especificadas no projeto e no memorial descritivo, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, desde a data de registro do loteamento no Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes, em conformidade com o artigo 22 da Lei Federal n.º 6.766/1979.

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Art. 5º O cronograma de execução das obras está disposto no Anexo I deste Decreto e o orçamento para a infraestrutura do Loteamento está previsto no Anexo II deste Decreto.

Art. 6º O loteamento ora aprovado deve ser submetido ao registro imobiliário do Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes, em consonância com o disposto no artigo 303 da Lei Complementar Municipal n.º 01/2007, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto n.º 85/2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 03 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br*

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário M. de Administração

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO																		
MESES																		
ATIVIDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18					
Terraplanagem																		
Drenagem																		
Rede Água																		
Rede Esgoto																		
Pavimentação																		
Rede Elétrica																		
Outros																		

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
 Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ANEXO II

Item	Cod. Sicro	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitario	Valor Total
1.0 Terraplanagem						
1.1	5502985	Limpeza de Terreno Camada Vegetal e=0,30m (Área de Empréstimo)	m²	83.338,34	R\$ 0,38	R\$ 31.668,57
1.2	5502136	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 200 a 400 m (Corte)	m³	127.778,28	R\$ 3,24	R\$ 414.001,63
1.3	5502978	Compactação de Aterro 100% P.N.	m³	127.779,28	R\$ 3,21	R\$ 410.171,49
1.4	4413905	Hidrosemeadura para taludes	m²	8.253,60	R\$ 2,89	R\$ 23.852,90
Valor Total do Item						R\$ 879.694,59
2.0 Drenagem Pluvial						
2.1	2003983	Tubo de PEAD DN 0,30m	m	340,00	R\$ 140,00	R\$ 47.600,00
2.2	2003984	Tubo de PEAD DN 0,45m	m	618,00	R\$ 180,40	R\$ 111.487,20
2.3	2003986	Tubo de PEAD DN 0,60m	m	188,00	R\$ 339,12	R\$ 63.754,56
2.4	2003987	Tubo de PEAD DN 0,75m	m	99,00	R\$ 503,14	R\$ 49.810,86
2.5	5003989	Tubo de PEAD DN 0,90m	m	64,00	R\$ 561,51	R\$ 35.936,64
2.6	2003626	Caixa de drenagem para DN 0,30m	Unid	50,00	R\$ 723,09	R\$ 36.154,50
2.7	2003626	Caixa de drenagem para DN 0,45m	Unid	30,00	R\$ 723,09	R\$ 21.692,70
2.8	2003628	Caixa de drenagem para DN 0,60m	Unid	7,00	R\$ 870,99	R\$ 6.096,93
2.9	2003630	Caixa de drenagem para DN 0,75m	Unid	4,00	R\$ 1.018,89	R\$ 4.075,56
2.10	2003632	Caixa de drenagem para DN 0,90m	Unid	3,00	R\$ 1.166,79	R\$ 3.500,37
2.11	2003644	Caixa de ligação para DN 0,45m	Unid	1,00	R\$ 1.239,26	R\$ 1.239,26
2.12	2003646	Caixa de ligação para DN 0,60m	Unid	2,00	R\$ 1.688,03	R\$ 3.376,06
2.13	2003646	Caixa de ligação para DN 0,75m	Unid	3,00	R\$ 1.688,03	R\$ 5.064,09
2.14	2003648	Caixa de ligação para DN 0,90m	Unid	2,00	R\$ 2.118,42	R\$ 4.236,84
2.15	804393	Ala de drenagem Ø1,00m	Unid	1,00	R\$ 2.136,06	R\$ 2.136,06
Valor Total do Item						R\$ 396.161,63
3.0 Pavimentação						
3.1	-	Paver (e=0,08m)	m²	12.795,76	R\$ 55,00	R\$ 703.766,80
3.2	4011219	Base com pó de brita (e=0,15m)	m³	1.919,36	R\$ 7,36	R\$ 14.126,49
3.3	4011227	Reforço de macadame (e=0,30m)	m³	3.838,73	R\$ 6,99	R\$ 26.832,72
3.4	2003947	Meio-fio	m	2.038,44	R\$ 14,29	R\$ 29.129,31
3.5	1100658	Concreto escovado FCK 20mpa - passeio (1,20m)	m²	176,17	R\$ 311,30	R\$ 54.841,25
3.6	4413950	Árvores ornamentais para Passeios	unid	40,00	R\$ 100,59	R\$ 4.023,60
3.7	4915684	Grama Esmeralda - passeio (1,30m)	m²	2.738,41	R\$ 8,66	R\$ 23.714,63
Valor Total do Item						R\$ 856.434,80
4.0 Esgotamento Sanitário						
4.1	vc	Rede Coletora PVC 0,60 Mpa DN150	m	1.712,00	R\$ 34,35	R\$ 58.807,20
4.2	vc	Poços de Visita (PV)	Unid	13,00	R\$ 1.860,00	R\$ 24.180,00
4.3	vc	Terminais de Limpeza (TL)	Unid	13,00	R\$ 527,00	R\$ 6.851,00
4.4	vc	Terminais de Inspeção e Limpeza (TIL Radial)	Unid	6,00	R\$ 535,00	R\$ 3.210,00
Valor Total do Item						R\$ 93.048,20
5.0 Rede de Água Potável						
5.1	vc	TE PBA PB JE DN50 x DN50	Unid	13,00	R\$ 20,40	R\$ 265,20
5.2	vc	CURVA 90° PVC PB JE CLASSE 15 - DN50	Unid	16,00	R\$ 15,53	R\$ 248,48
5.3	vc	CURVA 45° PVC PB JE CLASSE 15 - DN50	Unid	20,00	R\$ 24,72	R\$ 494,40
5.4	vc	CRUZETA PVC PB JE CLASSE 15 - DN50	Unid	1,00	R\$ 22,08	R\$ 22,08
5.5	vc	ANEL DE BORRACHA DN50	Unid	450,00	R\$ 1,53	R\$ 688,50
5.6	vc	TUBO PVC PBA JEI CLASSE 15 - DN50	m	2.067,40	R\$ 10,82	R\$ 22.369,27
5.7	vc	Conjuntos de Válvula de Manobra DN50	Unid	4,00	R\$ 230,56	R\$ 922,24
5.8	vc	Conjuntos de Válvula de Descarga DN50	Unid	6,00	R\$ 230,56	R\$ 1.383,36
5.9	vc	Conjuntos de Válvula Ventosa ¾"	Unid	1,00	R\$ 664,99	R\$ 664,99
Valor Total do Item						R\$ 27.058,52
6.0 Plantio de Vegetação na Área Verde						
6.1	4413951	Mudas nativas com 1,0m de altura	Unid	672,00	R\$ 64,94	R\$ 43.639,68
Valor Total do Item						R\$ 43.639,68
7.0 Rede Elétrica						
7.1	vc	Posteamento, fiação, iluminação pública, transformadores e mão de obra de rede elétrica.	unid	1,00	R\$ 220.000,00	R\$ 220.000,00
Valor Total do Item						R\$ 220.000,00
8.0 Sinalização Viária						
8.1	5213400	Pintura de Faixa Central das Ruas	m²	60,60	R\$ 17,56	R\$ 1.064,14
8.2	5213440	Placas de regularização	unid	7,00	R\$ 155,28	R\$ 1.086,96
8.3	5213464	Placas de Advertência	unid	8,00	R\$ 187,40	R\$ 1.499,20
Valor Total do Item						R\$ 3.650,30

Valor Total R\$ 2.519.687,72

*VC = Valores comerciais da Região do Empreendimento

**Utilizada Tabela Sicro SC de 2019 como base de custos

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2020 (FMS)

Publicação N° 2513445

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 10/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 02/2020

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARGIO MELCHIORETTO, LOCALIZADA NA RUA FAUSTINO MARTINI, BAIRRO RIO DO PEIXE, MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação de habilitação e Proposta: Até às 08h45min horas do dia 25/06/2020.

Abertura: às 09h00min horas do dia 25/06/2020, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações, preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 04 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 25/2020 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2020 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Publicação N° 2512883

EXTRATO DO CONTRATO N.º 25/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: JULIA ARAÚJO TORRES – ME. – CNPJ: 05.683.801/0001-12.

Do objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS, PESSOAS JURÍDICAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, INTERESSADAS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, NA OFERTA DE EXAMES LABORATORIAIS DE DIAGNOSE EM PATOLOGIA CLÍNICA.

Dos valores: O preço máximo global previsto para o período de 12 (doze) meses será de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

Da vigência: A vigência deste Termo de Credenciamento será da data da sua assinatura até o dia 28 de maio de 2021, podendo ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Luiz Alves, 28 de maio de 2020.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 26/2020 – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 15/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Publicação N° 2513502

EXTRATO DO CONTRATO N.º 26/2020 – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 15/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: ECOEFICIÊNCIA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – EPP. – CNPJ: 05.608.332/0001-77.

Dos valores: Com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, resolvem aditar ao contrato original, o valor de R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais).

Do prazo: Com fundamento no artigo 57, parágrafo 4º da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, resolvem de comum acordo prorrogar até 30 de maio de 2021 o prazo do contrato.

Luiz Alves, 04 de junho de 2020.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

PORTARIA 289/2020

Publicação Nº 2513367

PORTARIA N.º 289/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª VERA LÚCIA ROSSI, assistente social junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 15 de junho de 2020 e término no dia 24 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 288/2020

Publicação Nº 2513168

PORTARIA N.º 288/2020

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª JOCELMA MACHADO, agente comunitária de saúde, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de maio de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 02 de junho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML N° 067/2020

Publicação N° 2513485

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000
www.luzerna.sc.gov.br

**CONTRATO PML N° 067/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 034/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2020**

O **MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. **ITAMAR TONETTO**, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LNXOPEN INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, Rua dos Andradas, 1137, sala 811, Bairro Centro, na cidade de Porto Alegre/SC CEP: 90.207-900, inscrita no CNPJ sob o nº 05.170.054/0001-19, neste ato representado por **DANIEL DE OLIVEIRA PINTO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 295.161.450-00 e portador da cédula de identidade nº 1004445746 e **RONALDO CAPIVERDE SILVA**, brasileiro, casado, analista de sistemas, inscrito no CPF nº 648.174.260-15 e portador da cédula de identidade nº 1048134652, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.1. O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, pelo período de 12 (doze) meses, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. Proposto (por veículo)	Preço Total mensal	Preço Total (12 meses)
1	12,00	mês	Serviço de solução em gestão da frota de veículos e equipamentos, conforme Termo de Referência. Quantidade estimada de veículos: 60 veículos , compreendendo a frota da Administração Municipal de Luzerna e dos órgãos/entes conveniados (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil).	29,95	1.797,00	21.564,00

1.1. A **CONTRATADA**, responsável pelo fornecimento dos **itens descritos na tabela acima**, receberá o valor global total de **R\$ 21.564,00 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e quatro reais)**.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA FORMA DE EXECUÇÃO****2.1. A CONTRATADA deverá:**

2.1.1. Implantar o software em conformidade com as características e especificações aqui contidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão da autorização de fornecimento ou início dos serviços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 2.1.2. Prestar garantia do mínima de 12 (doze) meses contados da data de homologação do software no Município/Entidade, incluindo evolução tecnológica, legal e evolutiva.
- 2.1.3. Garantir a implementação de novas funcionalidades ou módulos, evolução do software e aperfeiçoamento operacional, conforme solicitação do Município/Entidade, desde que acompanhada pelo projeto específico da demanda solicitada, e com orçamento prévio apresentado.
- 2.1.4. Disponibilizar suporte técnico e atendimento sob demanda em tempo real.
- 2.1.5. Fazer a emissão de um novo cartão magnético ou micro processado para o veículo ou equipamento, no caso de extravio ou danos da identificação eletrônica destinada ao mesmo sem custo adicional.
- 2.1.6. Dar treinamento do software aos usuários definidos pelo Município/Entidade.
- 2.1.7. Possibilitar o treinamento e implantação do software de captura eletrônica de dados de novos estabelecimentos comerciais credenciados, mediante solicitação do Município/Entidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do referido pedido.
- 2.1.8. Executar a integração com os softwares legados do Município/Entidade, respeitando as regras definidas pelo mesmo.
- 2.1.9. Integração do software com o sistema do DETRAN para permitir a gestão das informações patrimoniais da frota;
- 2.1.10. A integração deverá ter módulo estabelecendo o nível de permissão do acesso ao software de frota, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

2.2. Os trabalhos de implantação pela CONTRATADA deverão compreender:

- 2.2.1. Implantação e treinamento de software em estabelecimentos comerciais credenciados;
- 2.2.2. Migração e integração dos dados dos veículos e servidores;
- 2.2.3. Estudo da logística da rede de atendimento;
- 2.2.4. Estrutura de gestão;
- 2.2.5. Treinamento de usuários;

I. DA QUANTIDADE ATUAL E DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS COMPREENDIDOS PELO OBJETO

VEÍCULOS LEVES / CAMINHÕES E ÔNIBUS / MÁQUINAS PESADAS / EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS	
*QUANTIDADE ATUAL	60

*Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração na quantidade de veículos e equipamentos, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE VEÍCULOS OBTIDAS PELO SOFTWARE DETRAN:

- Município/Entidade de licenciamento
- Fabricante (nacional/estrangeiro)
- Combustível
- Ano fabricação
- Ano modelo
- Marca-modelo
- Final de placa
- Chassi
- RENAVAL
- Tipo de veículo
- Tipo de carroceria
- Cor
- Categoria

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- Espécie
- Cilindrada
- Potência
- Capacidade de passageiros
- Capacidade de carga
- Número de eixos
- Capacidade máxima de tração (CMT)
- Peso bruto total (PBT)

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE EQUIPAMENTOS ACOPLADOS

- Identificação Patrimonial
- Chassi
- Marca/Modelo
- Número do Motor
- Tipo de Equipamento
- Ano de Fabricação
- Nome do Fabricante
- Número de Série
- Placa - Veículo

II. FUNÇÕES DO SOFTWARE

Para atender o objeto da licitação o software da proponente deverá oferecer as funcionalidades descritas abaixo. Visando simplificar e melhorar o entendimento do texto o termo "veículo/equipamento" doravante será utilizado em substituição à expressão "veículos, equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que tenham tanque de combustível".

1. Permitir cadastrar a frota de veículos/equipamentos de propriedade ou em uso pelos órgãos do Município/Entidade, quer sejam eles:
 - Próprios do Município/Entidade em uso próprio;
 - Cedidos ao Município/Entidade por empréstimo de terceiros;
 - Cedidos a terceiros por empréstimo do Município/Entidade;
 - Cedidos ao Município/Entidade como fiel depositário;
 - Locados;
 - Baixado para remanejamento;
 - Baixados em processo de alienação, doação ou leilão;
 - Alienados por furto ou acidente com perda total;
 - Doados;
 - Leiloados.
- 1.1. Deverá manter o registro da situação corrente dos veículos/equipamentos conforme relacionado no item anterior.
- 1.2. Deverá registrar o proprietário e usuário do veículo/equipamento próprio ou de terceiro, obedecendo ao que segue:
 - 1.2.1. Deverá registrar o proprietário do veículo/equipamento ao nível de órgão do Município/Entidade para veículos próprios ou entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) em se tratando de veículo de terceiro (veículo emprestado ao Município/Entidade, locado, alienado por furto ou acidente com perda total, doado, leilado);
 - 1.2.2. Deverá registrar o usuário do veículo/equipamento ao nível de órgão do Município/Entidade ou entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) para veículos/equipamentos em uso pelo Município/Entidade sejam eles próprios, emprestados a terceiros, de propriedade de terceiros emprestados ao Município/Entidade ou locados;
 - 1.2.3. Deverá registrar o proprietário do veículo/equipamento ao nível de unidade administrativa setorial (centro de custo) do Município/Entidade para veículos/equipamentos próprios;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 1.2.4. Deverá registrar o usuário do veículo/equipamento ao nível de unidade administrativa setorial (centro de custo) do Município/Entidade para veículos/equipamentos próprios, locados ou emprestados ao Município/Entidade.
- 1.3. Deverá registrar todas as alterações de proprietário e usuário do veículo/equipamento próprio ou de terceiros, e emitir um documento oficial referente à movimentação, obedecendo ao que segue:
- 1.3.1. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) proprietário/usuário devido à **baixa** do veículo/equipamento próprio, deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescidos dos dados: estado geral de conservação, motivo baixa, código contábil, valor contábil, dados da vistoria: data da vistoria, hodometro/horimetro do veículo/equipamento, estados de conservação de equipamento elétrico, estofamento, embreagem, cambio, funilaria, pneus, motor, suspensão, direção, diferencial, local onde se encontra o veículo, dispositivo legal e campo para observação;
- 1.3.2. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) proprietário devido ao **remanejamento** do veículo/equipamento próprio para outro órgão, deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescidos dos dados:
- Órgão de origem;
 - Órgão de destino;
 - Data do remanejamento;
 - Motivo do remanejamento;
 - Valor contábil;
 - Número da portaria;
 - Data da publicação da portaria;
 - Número do Diário Oficial do Município/Entidade.
- 1.3.3. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) proprietário devido à **doação** do veículo/equipamento a uma entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescido dos dados:
- Data da doação;
 - Valor contábil;
 - Código contábil;
 - Número da lei;
 - Data da publicação da lei;
 - Número do Diário Oficial do Estado;
 - Nome da entidade beneficiada;
 - CNPJ;
 - Endereço;
 - Telefone.
- 1.3.4. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) proprietário devido à **aquisição por leilão** do veículo/equipamento por uma entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescidos dos dados:
- Data do leilão;
 - Número do leilão;
 - Número do lote
 - Município/Entidade de realização do leilão;
 - Nome do arrematante;
 - CPF/CNPJ do arrematante;
 - Endereço do arrematante;
 - Telefone do arrematante;
 - Valor arrematado.
- 1.3.5. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) proprietário devido à **alienação** do veículo/equipamento em consequência de furto ou acidente com perda total deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescido dos dados: motivo da baixa (acidente ou furto), valor da indenização, entidade seguradora, número do comunicado na Imprensa

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- Oficial do Município/Entidade, data de publicação na Imprensa Oficial do Município/Entidade se a alienação do veículo se der por furto, incluir dados do boletim de ocorrência, ou seja, nome da delegacia, ano e número do boletim de ocorrência;
- 1.3.6. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) usuário devido à **cessão de uso** do veículo/equipamento para outro órgão do Município/Entidade ou entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescido dos dados:
- 1.3.6.1. Dados para cessão de uso por empréstimo: código do órgão/entidade usuário, data início do uso, finalidade de uso, dispositivo legal;
- 1.3.6.2. Dados para cessão de uso como fiel depositário:
- Órgão de origem.
 - Código do órgão/entidade usuária;
 - Data de início do uso;
 - Finalidade do uso;
 - Dispositivo legal;
 - CNPJ;
 - Endereço;
 - Telefone;
- 1.3.7. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) usuário devido à **devolução** do veículo/equipamento em **cessão de uso** para outro órgão do Município/Entidade ou entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescido dos dados:
- 1.3.7.1. Dados para cessão de uso por empréstimo: data final do uso, finalidade de uso
- 1.3.7.2. Dados para cessão de uso como fiel depositário:
- Data final de uso;
 - Finalidade de uso.
- 1.3.8. Em alteração de órgão e unidade administrativa setorial (centro de custo) usuário devido à **devolução** do veículo/equipamento **locado** deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescido dos dados:
- Data final de uso;
 - Km final.
- 1.3.9. Em alteração de unidade administrativa setorial (centro de custo) usuária devido à **transferência** do veículo/equipamento interna ao órgão usuário deverá ser mantido um registro da condição anterior à movimentação acrescido dos dados: data da transferência, código do novo centro custo e campo para observação;
- 1.3.10. Para vistoria das condições atuais do veículo, deverão ser registradas as condições de uso do motor, caixa de câmbio, funilaria, estofamento e pneus, além de permitir o registro de ao menos duas fotografias atuais do veículo.
- 1.4. Para veículos, o software obedecerá também ao que segue:
- 1.4.1. Permitir cadastrar todos os tipos de veículos terrestres que compõem a frota do Município/Entidade;
- 1.4.2. Manter minimamente as características técnicas e informações listadas no item II deste Anexo;
- 1.4.3. Adotar como identificador único a placa do veículo além da identificação patrimonial;
- 1.4.4. Deverá obter as características técnicas e informações do veículo do item II deste Anexo, de forma automatizada no software DETRAN, base de Santa Catarina. A codificação e o conteúdo descritivo das características técnicas de veículos mantidos no software de frota deverão ser idênticos àquelas registradas no software DETRAN;
- 1.4.5. Garantir a existência do veículo próprio do Município/Entidade na base do software DETRAN;
- 1.4.6. Deverá bloquear o cadastramento de veículo registrado no DETRAN em categoria diferente de "oficial" em caso de veículos próprios do Município/Entidade (órgãos e entidades do Município/Entidade);
- 1.4.7. Permitir registro em forma descritiva dos componentes do veículo: motor, caixa de câmbio e caixa de direção;
- 1.5. Para equipamentos motorizados, equipamentos acoplados e rebocáveis que tenham tanque de combustível

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- próprio, o software obedecerá também ao que segue:
- 1.5.1. Permitir cadastrar todos os tipos equipamentos utilizados pelo Município/Entidade;
 - 1.5.2. Adotar como identificador único a identificação patrimonial;
 - 1.5.3. Manter minimamente as características técnicas e informações listadas no item II deste Anexo;
 - 1.5.4. A codificação e o descritivo das características técnicas de equipamentos mantidos no software poderão ser sugeridos pelo fornecedor durante a implantação do software;
 - 1.6. Deverá efetuar o registro da aquisição do veículo/equipamento seja ela por compra ou doação, mantendo minimamente os dados:
 - Órgão de aquisição;
 - Data de aquisição;
 - Tipo de aquisição: compra / doação;
 - Valor de aquisição.
 - 1.7. Deverá efetuar o registro da cessão de uso do veículo/equipamento emprestados a órgãos do Município/Entidade por entidades externas ao governo municipal, mantendo minimamente os dados:
 - Órgão de origem.
 - Código do órgão/entidade usuária;
 - Data de início do uso;
 - Data fim de uso;
 - Finalidade do uso;
 - Dispositivo legal;
 - CNPJ;
 - Endereço;
 - Telefone;
 - 1.8. Deverá efetuar o registro da cessão de uso do veículo/equipamento cedidos aos órgãos do Município/Entidade como fiel depositário, mantendo minimamente os dados:
 - Órgão de origem.
 - Código do órgão/entidade usuária;
 - Data de início do uso;
 - Data fim de uso;
 - Finalidade do uso;
 - Dispositivo legal;
 - CNPJ;
 - Endereço;
 - Telefone;
 - 1.9. Deverá efetuar o registrar das locações de veículo/equipamento utilizados pelos órgãos com dados de cada veículo/equipamento e dos contratos de locação, mantendo minimamente os dados:
 - Entidade proprietária;
 - Órgão locador;
 - Centro de custo locador;
 - Número do processo licitatório;
 - Data de início da locação;
 - Data fim da locação;
 - Número do contrato de locação;
 - Município/Entidade de registro do veículo junto ao DETRAN;
 - Estado de conservação;
 - Finalidade de uso;
 - Valor da locação.
 - 1.10. Deverá manter um registro com todos os dados dos veículos/equipamentos na forma de histórico sempre que ocorrerem alterações. Deste histórico deverá constar também a situação anterior do veículo/equipamento, conforme consta da relação do subitem 1 deste Anexo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 1.11. Deverá possibilitar o agrupamento de veículos/equipamentos de acordo com características técnicas e possibilitar a associação imediata e automática dos veículos/equipamentos aos seus grupos;
- 1.12. Deverá possibilitar o registro de dados de veículo/equipamento necessários ao software de patrimônio do Município/Entidade e a viabilidade de exportação destes dados em arquivo CSV (formato comum de troca de dados entre softwares, bastante utilizado pelo mercado e que pode ser lido em praticamente qualquer computador);
- 1.13. Deverá permitir o registro de itens patrimoniais instalados nos veículos/equipamentos oriundos de importação a partir do software de patrimônio do Município/Entidade na forma de arquivo CSV. O software de frota deverá registrar a data de início e de término da utilização além dos dados a seguir obtidos durante a importação: identificação patrimonial, código do material específico e descritivo do material específico;
- 1.14. Com base nos dados do cadastro de veículos/equipamentos deverá ser possível a emissão dos relatórios abaixo:
 - Veículos por órgão/entidade;
 - Veículos por grupo/potência;
 - Veículos para leilão;
 - Veículos leiloados;
 - Veículos doados no período;
 - Veículos sinistrados no período;
 - Veículos com multa no órgão/entidade;
 - Estatísticas de infrações de trânsito;
 - Veículos locados;
 - Tipo de veículo;
 - Tipo de carroceria;
 - Ano de fabricação;
 - Tipo de veículo e carroceria;
 - Tipo de veículo e ano de fabricação;
 - Tipo de veículo e marca/modelo;
 - Final de placa;
 - Veículos para licenciamento.
- 1.14.1. Os relatórios poderão ser classificados/filtrados por órgão/entidade, ou centro de custo.
- 1.14.2. Os relatórios deverão prever somatórios de quantitativos/valor quando necessário.
- 1.15. Deverá manter atualizado o preço médio de mercado do veículo, conforme publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), permitindo ao gestor a comparação deste com os custos de manutenção.
- 1.16. Deverá possibilitar o gerenciamento de seguros com veículo/equipamento, mantendo minimamente os dados:
 - Placa do veículo/número do patrimônio;
 - Coberturas de (em R\$):
 - Casco;
 - Danos materiais;
 - Danos pessoais;
 - Morte/invalidéz.
 - Número da apólice;
 - Valor da franquia;
 - Custo total do seguro;
 - Período de vigência.
2. Gerir a utilização de veículos/equipamentos em uso pelos órgãos do Município/Entidade:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 2.1. Registrar cada utilização de veículo em uso rotineiro ou em viagem, possibilitando emissão da autorização de utilização, mantendo minimamente os dados:
- Identificação da autorização de utilização do veículo;
 - Identificação do veículo utilizado;
 - Endereço do local de origem;
 - Endereço do local de destino;
 - Data, hora e hodômetro inicial da utilização;
 - Data, hora e hodômetro final da utilização;
 - Servidor responsável pela autorização de utilização do veículo;
 - Servidor responsável pela condução do veículo durante a utilização;
 - Identificação nominal de cada passageiro do veículo;
 - Descrição do serviço realizado durante a utilização do veículo;
 - Descrição de eventos ocorridos durante a utilização do veículo tais como: manutenções no veículo, acidentes, desvios de rota etc.
 - Identificação das autorizações de despesa com abastecimentos e/ou manutenções ocorridas durante a utilização do veículo.
- 2.2. Permitir o desdobramento da utilização do veículo em trechos e para cada trecho registrado, possibilitar informações adicionais de:
- Identificação do trecho percorrido;
 - Endereço do local de origem do trecho percorrido;
 - Endereço do local de destino do trecho percorrido;
 - Data, hora e hodômetro inicial da utilização no trecho percorrido;
 - Data, hora e hodômetro final da utilização no trecho percorrido;
 - Servidor responsável pela condução do veículo no trecho percorrido;
 - Identificação nominal de cada passageiro do veículo no trecho percorrido;
 - Descrição do serviço realizado durante a utilização do veículo no trecho percorrido;
 - Descrição de eventos ocorridos durante a utilização do veículo no trecho percorrido, tais como: manutenções no veículo, acidentes, desvios de rota etc.
 - Abastecimentos/manutenções ocorridas no trecho percorrido, com identificação das autorizações de despesa.
- 2.3. Registrar cada utilização de equipamento motorizado, equipamento acoplado e rebocável que tenham tanque de combustível em uso rotineiro ou especial, possibilitando emissão da autorização de utilização, mantendo minimamente os dados:
- Identificação da autorização de utilização do equipamento;
 - Endereço do local de utilização;
 - Data, hora inicial da utilização;
 - Data, hora final da utilização;
 - Servidor responsável pela autorização de utilização do equipamento;
 - Servidor responsável pela operação do equipamento durante a utilização;
 - Descrição do serviço realizado durante a utilização do equipamento;
 - Descrição de eventos ocorridos durante a utilização do equipamento tais como: manutenções no equipamento, acidentes, desvios de atividade etc.
 - Identificação das autorizações de despesa com abastecimentos e/ou manutenções ocorridas durante a utilização do equipamento.
- 2.4. Possibilitar o agendamento de reservas para a utilização de veículo/equipamento com emissão da autorização de utilização, mantendo minimamente os dados:
- Identificação da autorização de utilização;
 - Data e hora da reserva;
 - Servidor responsável pela reserva;
 - Servidor responsável pela condução/operação do veículo/equipamento;
 - Data, hora inicial previsto para a utilização;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- Data, hora final previsto para a utilização;
 - Local de utilização do equipamento ou Locais de origem e de destino para veículos;
 - Descrição do serviço a ser realizado durante a utilização do veículo/equipamento;
 - Emissão da autorização para utilização do veículo/equipamento;
- 2.5. A funcionalidade de reservas de veículo/equipamento para utilização deverá listar para seleção os veículos/equipamentos disponíveis de acordo com critérios de característica técnica (tipo de veículo/equipamento, ano fabricação, combustível, potência) informado e disponibilidade para o período solicitado;
- 2.6. A funcionalidade de reservas de veículo/equipamento deverá rejeitar a solicitação e informar ao usuário durante o agendamento quanto a restrições abaixo:
- Em caso de conflito de reservas;
 - Em caso de revisões e manutenções restritivas, previstas para o veículo/equipamento durante o período agendado;
 - Em caso de restrição de utilização do veículo/equipamento por decisão administrativa;
- 2.7. A funcionalidade de reservas de veículo/equipamento deverá emitir aviso, no momento da reserva, quanto a pendências de revisão eletromecânica ou de manutenção preventiva identificada automaticamente pelo software;
- 2.8. A funcionalidade de reservas de veículo/equipamento deverá possibilitar a alteração de dados da autorização de utilização respeitando a disponibilidade do veículo/equipamento para o período informado;
- 2.9. Permitir identificar o condutor e outros dados de utilização de um veículo/equipamento por meio da comparação entre a data/horário para efeito investigatório;
- 2.10. Permitir identificar os condutores e veículos em utilização por meio da comparação entre dados de utilização de veículo/equipamento para fins investigatórios (data, hora, local, características do veículo, órgão usuário);
- 2.11. Possibilitar o registro de acidentes com veículo/equipamento durante a utilização, mantendo minimamente os dados abaixo:
- Identificação do veículo/equipamento;
 - Identificação da autorização de utilização;
 - Data, hora e local de ocorrência do acidente;
 - Servidor responsável pela condução/operação do veículo/equipamento;
 - Descrição do acidente;
 - Descrição do tipo de envolvimento do envolvido;
 - Identificação do boletim de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública;
 - Identificação de autorizações de despesa decorrentes do acidente;
 - Identificação do servidor responsável pelo registro do acidente;
 - Data de registro do acidente.
- 2.12. Possibilitar o registro de infrações de trânsito realizadas durante a utilização de veículos. O software deverá importar dados de infrações a partir do software de multas do DETRAN, mantendo minimamente os dados abaixo:
- Número do auto de infração;
 - Local da infração;
 - Código da infração;
 - Valor da infração;
 - Data de vencimento para pagamento;
 - Número do protocolo da defesa prévia;
 - Defesa deferida/indeferida.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 2.13. Identificar o condutor ou operador do veículo/equipamento - dar-se-á por meio de matrícula, validada no software de recursos humanos adotado pelo Município/Entidade, durante a execução de qualquer operação de realização de despesa ou utilização de veículo/equipamento.
3. Deverá gerir a realização de despesas com os veículos/equipamentos em uso pelos órgãos do Município/Entidade de forma detalhada e em tempo real quer sejam elas com:
- Abastecimento de combustíveis, lubrificantes, fluidos e aditivos;
 - Peças de manutenção, equipamentos e acessórios;
 - Serviços de manutenção e conservação;
 - Serviços de instalação ou desinstalação de equipamentos e acessórios;
 - Serviços de alterações de características técnicas;
 - Locação de veículos/equipamentos;
 - Seguros;
 - Taxas e obrigações legais;
 - Multas;
- 3.1. Deverá registrar todas as despesas realizadas com veículo/equipamento, obedecendo ao que segue:
- 3.1.1. Para despesas realizadas com via processo de **compra direta** ou **pronto pagamento**, deverá promover as funcionalidades com os dados abaixo:
- Cadastro de Fornecedor com dados: CNPJ, Razão Social, Endereço, atividade econômica e Município/Entidade de atuação;
 - Possibilitar, opcionalmente, a geração de autorização prévia à realização da despesa para o veículo/equipamento;
 - Registro de cada item despesa mantendo minimamente os dados: órgão, centro de custo, identificação do veículo/equipamento, hodômetro/horímetro do veículo/equipamento, data, código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário e identificação do fornecedor e da nota/cupom fiscal;
 - Registro da nota/cupom fiscal com dados: CNPJ do fornecedor, data e identificação na nota/cupom fiscal, órgão, centro de custo, e dados de cada item da nota/cupom fiscal mantendo os dados: código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário;
- 3.1.2. Para despesas realizadas em processo de **compra** via contrato, o software deverá promover as funcionalidades com os dados abaixo:
- Cadastro de Fornecedor, mantendo minimamente os dados: CNPJ, Razão Social, endereço, atividade econômica e Município/Entidade de atuação;
 - Cadastro de contrato, item de contrato e gerenciamento de cotas de centro de custo para cada item de contrato, conforme especificado no subitem 7 deste Anexo;
 - Geração de autorização de despesa para o veículo/equipamento previamente à realização da despesa, devendo haver o comprometimento de reserva da quantidade a ser comprada antes de sua realização e o bloqueio à compra em caso de insuficiência de saldo na cota do item contratado para o centro de custo referenciado. A geração da autorização de despesa deverá efetuar também o comprometimento orçamentário e deverá ser bloqueada em caso de insuficiência orçamentária para o item;
 - Registro de cada item despesa realizado mantendo minimamente os dados: órgão, centro de custo, identificação do veículo/equipamento, hodômetro/horímetro do veículo/equipamento, data, código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário e identificação do fornecedor e da nota/cupom fiscal;
 - Registro da nota/cupom fiscal com dados: CNPJ do fornecedor, data e identificação na nota/cupom fiscal, órgão, centro de custo, e dados de cada item da nota/cupom fiscal mantendo os dados: código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário;
- 3.1.3. Para despesas custeadas por **convênios** com entidades externas à estrutura administrativa municipal, deverá promover as funcionalidades com os dados abaixo:
- Cadastro de entidade externa à estrutura administrativa municipal conforme especificado no subitem 6 deste Anexo;
 - Cadastro de convênio e gerenciamento de cotas de centro de custo para cada grupo-classe de

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- materiais, conforme especificado no subitem 8 deste Anexo;
 - Geração de autorização prévia à realização da despesa para o veículo/equipamento, devendo haver o comprometimento de reserva do valor a ser gasto perante a cota do centro de custo antes de sua realização e o bloqueio à compra em caso de insuficiência de saldo para o grupo classe do material a ser comprado para o centro de custo referenciado;
 - Registro de cada item despesa realizado mantendo minimamente os dados: órgão, centro de custo, identificação do veículo/equipamento, hodômetro/horímetro do veículo/equipamento, data, código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário;
- 3.1.4. Para despesas custeadas por entidades externas à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) em processo de **doação**, deverá promover as funcionalidades com os dados abaixo:
- Cadastro de entidade externa à estrutura administrativa municipal (pessoa física ou jurídica) conforme especificado no subitem 6 deste Anexo;
 - Cadastro de Fornecedor conforme especificado no subitem 4 deste Anexo;
 - Registro do termo de doação do material especificado, mantendo minimamente os dados: valor da doação, tipo de combustível e/ou lubrificante;
 - Registro da despesa mantendo minimamente os dados: termo de doação; órgão, centro de custo, identificação do veículo/equipamento, hodômetro/horímetro do veículo/equipamento, data, para cada item de despesa: código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário, identificação do fornecedor e da nota/cupom fiscal;
 - Registro da nota/cupom fiscal com dados: CNPJ do fornecedor, data e identificação na nota/cupom fiscal, termo de doação, órgão, centro de custo, e dados de cada item da nota/cupom fiscal mantendo os dados: código do material/serviço, quantidade comprada, valor unitário;
- 3.1.5. Deverá permitir restrição diária de consumo de combustível para veículos/equipamentos que são abastecidos por condutor/operadora sendo esta quantidade parametrizável para cada órgão do Município/Entidade, com possibilidade de tratamento de exceções.
- 3.1.6. O software deverá permitir a restrição mensal de consumo de combustível para cada veículo/equipamento sendo a quantidade parametrizável a cada órgão do Município/Entidade, com possibilidade de tratamento de exceções.
- 3.1.7. O processo de geração de autorização de despesa para abastecimento de veículo/equipamento deverá considerar:
- A compatibilidade de materiais em relação à característica do motor e liberar para consumo somente aqueles materiais compatíveis com o tipo de combustível do veículo/equipamento;
 - O software deverá manter uma tabela associativa de materiais compatíveis a cada tipo de veículo/equipamento quanto à combustível de acordo com o tipo de abastecimento (combustível, lubrificante, fluido e aditivos);
- 3.1.8. O software deverá restringir a autorização de despesa de peças de veículos/equipamentos à grupos específicos de materiais informados pela gerência central do software, da Secretaria de Gestão Administrativa;
- 3.2. O software deverá possibilitar a impressão das autorizações de despesa com veículo/equipamento em formulário com layout adequado às normas do Município/Entidade. Este documento poderá ser emitido pelo software para utilização em processos de compra off-line ou com fornecedores não credenciados pelo Município/Entidade. A empresa fornecedora deverá prover serviços de captura dos abastecimentos eletronicamente na rede credenciada pelo Município/Entidade, incluindo fornecimento dos equipamentos periféricos necessários para esta operação.
- 3.3. O software deverá apresentar solução tecnológica para a captura de informações relativas às despesas com abastecimentos, serviços e manutenções realizadas em estabelecimentos comerciais credenciados pelo Município/Entidade. O processo de captura deverá contemplar minimamente os seguintes requisitos:
- 3.3.1. As informações da autorização de despesa previamente gerada pelo software deverão ficar disponíveis para acesso, via internet, por softwares externos processando nos estabelecimentos comerciais credenciados. O software que processar no estabelecimento comercial deverá interagir com um software que processa em um equipamento centralizador, do Município/Entidade, para checar a viabilidade de compra e restringi-la aos itens e quantidades autorizadas.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 3.3.2. A solução deverá permitir que toda a captura eletrônica de dados ocorra em tempo real no momento da realização da compra;
- 3.3.3. A solução deverá apresentar viabilidade de interação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados pelo Município/Entidade.
- 3.3.4. A solução deverá viabilizar a identificação do veículo/equipamento via cartão magnético para o qual é efetuada a despesa bem como suas características técnicas que ajudarão ao vendedor a comprovar a autenticidade da autorização no momento da compra.
- 3.3.5. O software de central deverá possuir um processo de autorização para a transação comercial que somente será efetivada após a recepção e conferência dos dados:
- Código de segurança gerado para a compra durante a autorização prévia da despesa, informada pelo condutor do veículo e enviada ao software de almoxarifado em processo on-line;
 - Identificação do condutor do veículo através da matrícula funcional;
 - CNPJ do fornecedor fornecido pelo software do ponto de venda;
 - Identificação do veículo/equipamento registrada em cartão magnético e obtida pelo aplicativo no ponto de venda;
- 3.3.6. A autorização de compra será confirmada com o software de almoxarifado remetendo os dados abaixo ao software ponto de venda:
- Código de segurança gerado para a compra durante a autorização prévia da despesa
 - CNPJ do Fornecedor fornecido pelo software do ponto de venda;
 - Identificação do veículo/equipamento;
 - Para cada item de despesa autorizado: o código do material/serviço, a quantidade máxima e o valor autorizado para a compra;
- 3.3.7. A transação será concluída com o software do ponto de venda repassando ao software de almoxarifado os dados da despesa:
- Código de segurança da autorização de despesa;
 - Hodômetro/horímetro do veículo/equipamento, verificado no momento da compra;
 - Data e hora da compra;
 - Identificação da nota/cupom fiscal;
 - Código do material/serviço;
 - Quantidade comprada;
 - Valor unitário.
- 3.3.8. Após a conclusão da compra, o software instalado no estabelecimento comercial deverá emitir um documento de comprovação de compra que contenha minimamente os dados abaixo:
- CNPJ do fornecedor e razão social;
 - Data e hora da compra;
 - Identificação da nota/cupom fiscal;
 - Identificação da autorização de despesa;
 - Identificação do veículo/equipamento;
 - Hodômetro/horímetro do veículo/equipamento;
 - Identificação do condutor do veículo através da matrícula funcional;
 - Código do material/serviço, para cada item de despesa realizado;
 - Quantidade comprada, para cada item de despesa realizado;
 - Valor unitário, para cada item de despesa realizado (quando tratar-se de compra via contrato, este dado servirá para simples conferência, pois o valor é conhecido anteriormente à criação da autorização de despesa).
- 3.3.9. A solução deverá contemplar ambos os softwares que processam nos equipamentos dos estabelecimentos comerciais credenciados bem como o software que processa no ambiente central;
- 3.3.10. Havendo a necessidade de instalação de equipamento periférico e/ou algum software específico nos estabelecimentos comerciais credenciados pelo Município/Entidade para que haja o funcionamento do software de captura, estes deverão estar contemplados na solução proposta, sem custo adicional para a rede credenciada.
- 3.3.11. O processo deverá apresentar uma arquitetura de comunicação que possua garantia de segurança transacional e proteção contra interferências externas não autorizadas, e que não necessite de contratação adicional de link privado de comunicação;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 3.3.12. A solução apresentada deverá vir acompanhada de uma rotina de contingência que garanta a continuidade das compras em tempo real para o caso de interrupções do software de captura, na eventualidade de problemas;
- 3.3.13. O software deverá possibilitar o acompanhamento de forma on-line e em tempo real, dos abastecimentos de combustíveis realizados nos veículos/equipamentos, permitindo a visualização ao nível de unidade administrativa, órgão, ou global para todos os órgãos do Município/Entidade;
- 3.4. O software deverá disponibilizar uma consulta das despesas com combustível realizadas por veículo/equipamento dispostas em ordem cronológica de realização apresentando valores resultantes de cálculo da média de consumo do veículo/equipamento com base na quantidade consumida e registro de hodômetro/horímetro do veículo/equipamento na ocasião de cada abastecimento. A pesquisa deverá considerar como parâmetros de seleção de abastecimentos a identificação do veículo/equipamento e o período de análise;
- 3.5. O software deverá possibilitar a emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo/equipamento, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados para grupos de veículos;
4. O Software deverá prever a funcionalidade de cadastramento de fornecedores com as funcionalidades abaixo:
- 4.1. O Software deverá prever a funcionalidade de cadastramento de fornecedores, pessoa física ou jurídica, sem vínculo formal de comercialização com o Município/Entidade para efeitos de aquisição de materiais e realização de serviços na forma de compra direta ou pronto pagamento, mantendo minimamente os dados: tipo de pessoa (física ou jurídica), CPF ou CNPJ, nome ou razão social, endereço, atividade econômica e Município/Entidade de atuação;
5. O Software deverá gerir o credenciamento de estabelecimentos comerciais para fornecimento de materiais e serviços, com passagem de informações de compra via software de captura automática, sejam eles fornecedores contratados ou eventuais do Município/Entidade;
6. O software deverá prever a funcionalidade de cadastramento de entidades externas à estrutura administrativa (pessoa física ou jurídica) para efeitos de aquisição por doação ou cessão de uso de veículos/equipamentos ao Município/Entidade ou doação de materiais e realização de serviços para manutenção de veículos/equipamentos, mantendo minimamente os dados: tipo de pessoa (física ou jurídica), CPF ou CNPJ, nome ou razão social, endereço, Município/Entidade de atuação;
7. O software deverá permitir o cadastramento de contratos com fornecedores de combustíveis, peças e serviços de manutenção de veículos/equipamento, contemplando minimamente os seguintes requisitos:
- 7.1. Cadastramento do contrato contendo minimamente os dados abaixo:
- Identificação do órgão do Município/Entidade (codificação adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
 - Nome do órgão do Município/Entidade (descrição adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
 - Identificação do contrato (ano e número do contrato) e sequencial de termo aditivo, quando for o caso;
 - Identificação do contrato superior (ano e número do contrato) e sequencial de termo aditivo, quando for o caso;
 - Tipo de contrato;
 - Número do processo licitatório;
 - Data do início de vigência;
 - Data final de vigência;
 - Situação do contrato;
 - Data da situação;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- Objeto do contrato;
- Caminho de arquivamento da documentação;
- Campos de integração com software orçamentário: número do empenho, ano do empenho;
- Dados do fornecedor: CNPJ ou CPF, nome/razão social, indicação de fornecedor cadastrado, atividade econômica, Município/Entidade e UF.

7.2. Cadastramento de itens de contrato contendo minimamente os dados:

- Grupo/classe de material (codificação adotada pelo Almoxarifado do Município/Entidade);
- Nome Grupo/classe de material (descrição adotada pelo Almoxarifado do Município/Entidade);
- Tipo de item (material ou serviço);
- Código do item (codificação adotada pelo Almoxarifado do Município/Entidade)
- Nome do item (descrição adotada pelo Almoxarifado do Município/Entidade);
- Quantidade contratada;
- Quantidade aditada;
- Valor unitário.

7.3. Cadastramento de cotas de itens contratados para unidades administrativas setoriais (centros de custo) contendo minimamente os dados:

- Identificação do centro de custo (codificação adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
- Nome do centro de custo (descrição adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
- Identificação do Centro de Custo (descrição adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
- Cota para o centro de custo (quantidade reservada para consumo por veículos do centro de custo);
- Data de vencimento da cota.

7.4. Deverá prever alteração de preço de itens de contrato vigente e manter registro histórico de preços anteriores. O software deverá restringir a incidência de despesas com preços diferenciados sob o mesmo item numa mesma data. A alteração de preço somente deve ser permitida para combustíveis.

7.5. Deverá prever alteração de preço de itens de contrato com data de início de vigência anterior à data de despesas realizadas. Proceder a inclusão do histórico de preço, a alteração de preço do item de contrato e a correção dos preços de todos os itens de despesa do tipo "abastecimento" vinculados com o item de contrato, ocorridos no período de validade do novo preço. A manutenção deve ser agendada com a inclusão da solicitação efetuada pelo gestor da frota.

7.6. O software deverá permitir que o fornecedor insira no sistema a Nota Fiscal Eletrônica referente ao faturamento do período. O sistema deverá validar as informações da Nota Fiscal Eletrônica, tais como CNPJ, produto e valor total, de forma automática, e rejeitar caso não esteja de acordo com o faturamento gerado.

8. O software deverá permitir o cadastramento de convênio com entidade externa à estrutura administrativa municipal para custeio de despesas com combustíveis, peças e serviços de manutenção de veículos/equipamento, contemplando minimamente os seguintes requisitos:

8.1. Permitir o cadastramento do convenio contendo minimamente os dados:

- Identificação do órgão do Município/Entidade (codificação adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
- Nome do órgão do Município/Entidade (descrição adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
- Identificação do órgão ou entidade;
- Identificação do convenio (tipo, ano e número do convênio) e sequencial de termo aditivo, quando for o caso;
- Data vencimento do convênio;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- Situação do convênio;
 - Número de telefone e fac-símile;
- 8.2. Permitir o cadastramento de cotas de convênio para unidades administrativas setoriais (centros de custo) contendo minimamente os dados:
- Identificação do centro de custo (codificação adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
 - Nome do centro de custo (descrição adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade);
 - Identificação do grupo-classe de materiais/serviço (descrição adotada pelos softwares operacionais do Município/Entidade) aos quais as despesas deverão estar restritas;
 - Data de vencimento da cota;
 - Cota para o centro de custo (valor reservado para pagamento de despesas com materiais/serviços do grupo-classe para veículos do centro de custo);
 - Saldo da cota
 - Quantidade reservada
 - Quantidade comprometida
- 8.3. Prever alteração de cotas de convênio vigente e manter registro histórico de cotas anteriores. O software deverá garantir o saldo para consumo positivo, ou seja, que a nova cota informada seja superior à soma das quantidades reservadas e quantidades já comprometidas.
- 8.4. Deverá prever a suplementação de cotas de convênios vigentes para unidades administrativas setoriais (centros de custo) e manter registro histórico de suplementações anteriores, contemplando minimamente a data da suplementação e o valor suplementado. A data da suplementação deve ser inferior à data de vencimento da cota. O número suplementações por dia não deve passar de 1 (um);
9. O software deverá permitir o gerenciamento de manutenções efetuadas em veículos/equipamentos mantendo minimamente as seguintes funcionalidades:
- 9.1. Deverá suprir a elaboração de planos de manutenções preventivas para veículos/equipamentos;
- 9.2. Deverá gerir a instalação de peças e acessórios em veículos/equipamentos, controlando data de aplicação, valor do material e prazo de garantia de funcionamento/validade quando aplicável.
- 9.3. Permitir a verificação de prazos de garantia de peças instaladas ou serviços realizados em veículos/equipamentos;
- 9.4. Deverá permitir o bloqueio para utilização de veículos/equipamentos quando eles estiverem em processo de manutenções preventivas ou corretivas.
- 9.5. Deverá emitir mensagem de alerta sempre que forem agendadas ou registradas utilizações de veículos/equipamentos que estiverem com alguma manutenção preventiva pendente, ou sempre que estiverem sendo geradas autorizações de despesas para eles.
- 9.6. Os veículos em manutenção devem ficar automaticamente indisponíveis para realizar qualquer tipo de serviço.
- 9.7. Permitir o registro de substituição ou alteração de dados de hodômetro/horímetro de veículo/equipamento e promover ajustes necessários para evitar distorções em consultas e relatórios (média de consumo, programação de manutenções, etc.) do software que podem ser afetados.
10. O software deverá permitir solicitar a emissão de cartões magnéticos para veículos/equipamentos.
11. Controle de aquisição de cartões magnético para cada veículo/equipamento;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

12. Validação de cartões magnéticos e inutilização de cartões com impossibilidade de uso;
13. Registro de dano ou extravio de cartões magnético com possibilidade de cancelamento imediato.
14. O software deverá disponibilizar informações de apoio a direcionamentos operacionais e de tomadas de decisões diversos, garantindo minimamente os relatórios e consultas descritos abaixo:
 - 14.1. O software deverá disponibilizar relatórios e gráficos comuns de mercado, para o controle das despesas de abastecimento e manutenção da frota do Município/Entidade.
 - 14.2. Os relatórios e consultas disponibilizados pela contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:
 - Relação dos veículos e equipamentos motorizados por marca, modelo, ano de fabricação, potência, grupo de custo;
 - Histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do servidor, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor total da operação e saldo;
 - Análise e histórico de consumo de combustível (km/l ou km/h) do veículo ou equipamento;
 - Quilometragem percorrida pela frota ou pelo veículo;
 - Quilometragem por equipamento;
 - Histórico das operações realizadas por servidor previamente autorizado pelo Município/Entidade;
 - Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
 - Preço pago pelas mercadorias/serviços adquiridos;
 - Relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;
 - Relatórios constando apenas os veículos que apresentem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis e lubrificantes, em relação a parâmetros previamente estabelecidos.
 - Relatórios constando apenas os veículos que apresentem distorções em manutenção em relação a parâmetros previamente estabelecidos.
 - Relatório descritivo de todos os veículos e equipamentos gerenciados pelo software;
 - Relatórios de gastos por veículo ou equipamento;
 - Relatório das autorizações de serviço e manutenções executadas por equipamento e total;
 - Relatório de aviso de manutenção preventiva;
 - Relatório de previsões de manutenções;
 - Consulta da tabela de lubrificantes e manutenção (tabela de materiais e tabela de peças);
 - Média de consumo mensal/anual por equipamento em km/l ou l/h;
 - Média de consumo por tipo e modelo de veículo e equipamento;
 - Agregação de materiais por equipamento;
 - Resumo de utilização e despesas de equipamentos.
 - Histórico do veículo – possibilitando o registro completo, com dados patrimoniais, manutenções pendentes e realizadas garantias existentes e consumo de combustíveis e lubrificantes;
 - Média de consumo por centro de custo. Deverá apresentar também a lista de veículos ordenados por maior e menor média de consumo;
 - Relatório por data, exibindo todas as ocorrências do período de reserva;

15. Da Gestão de Manutenção por meio de Orçamento On-Line:

- 15.1. O software da contratada deverá realizar o controle da manutenção que compreende, a possibilidade do registro do custo estimado do orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção e reparos mecânicos, eletro-eletrônicos, lataria, pintura, estofaria, alinhamento e balanceamento de rodas nos diversos estabelecimentos indicados pelo Município/Entidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 15.2. Módulo de orçamento on-line tem por finalidade encaminhar a solicitação de orçamento aos estabelecimentos cadastrados classificando pelo grupo classe definido pelo Município/Entidade recebendo as cotações no prazo pré-estabelecido, podendo ainda classificar as informações de visualização e emissão;
- 15.3. O software deverá permitir na emissão de Autorização de Ordem de Serviço, contendo a descrição dos 03 (três) orçamentos de menor valor, para que haja a autorização pelos seus respectivos responsáveis.
- 15.4. A contratada deverá disponibilizar módulo de cadastro de estabelecimentos especializados em manutenção, por meio da internet. Vincular os dados do CNPJ ao sistema da Junta Comercial do Estado.
- 15.5. O software deverá permitir o cadastro de produtos de forma individual ou em lotes.

III. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Implantar o software em conformidade com as características e especificações do Anexo I, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão da autorização de fornecimento ou início dos serviços;
- b. Prestar garantia da solução mínima de 12 meses contados da data de homologação do software no Município/Entidade, incluindo evolução tecnológica, legal e evolutiva.
- c. Garantir a implementação de novas funcionalidades ou módulos, evolução do software e aperfeiçoamento operacional, conforme solicitação do Município/Entidade, desde que acompanhada pelo projeto específico da demanda solicitada, e com orçamento prévio apresentado.
- d. Disponibilizar suporte técnico e atendimento sob demanda em tempo real.
- e. Os trabalhos de implantação da contratada compreendem:
- Os trabalhos de implantação pela empresa contratada deverão compreender:
 - Implantação e treinamento de software em estabelecimentos comerciais credenciados;
 - Migração e integração dos dados dos veículos e servidores;
 - Estudo da logística da rede de atendimento;
 - Estrutura de gestão;
 - Treinamento de usuários;
- f. Fazer a emissão de um novo cartão magnético ou micro processado para o veículo ou equipamento, no caso de extravio ou danos da identificação eletrônica destinada ao mesmo., sem custo adicional.
- g. Dar treinamento do software aos usuários definidos pelo Município/Entidade.
- h. Possibilitar o treinamento e implantação do software de captura eletrônica de dados de novos estabelecimentos comerciais credenciados, mediante solicitação do Município/Entidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do referido pedido.
- i. Executar a integração com os softwares legados do Município/Entidade, respeitando as regras definidas pelo mesmo.

IV. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/ENTIDADE

- a. Disponibilizar o cadastro completo dos veículos, servidores e condutores, contendo todos os dados necessários ao seu registro.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- b. Respeitar o direito de propriedade intelectual do fornecedor do software, não sendo permitida a comercialização nem doação do software a terceiros.
- c. Promover o cadastramento dos servidores, definindo o nível de acesso ao software, bem como responsabilizar-se pela troca da senha em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos.
- d. Dar conhecimento do teor deste Termo de Referência aos servidores dos referidos instrumentos periféricos do software destinados aos veículos ou equipamentos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.
- e. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto do contrato.
- f. Disponibilizar acesso a base de dados do DETRAN, através de convenio a ser firmado entre o Município/Entidade e o DETRAN, para permitir a gestão das informações patrimoniais da frota;

V. DAS INTEGRAÇÕES

- a. Ter módulo estabelecendo o nível de permissão do acesso ao software de frota, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.
- b. As integrações deverão estar inclusas no preço ofertado, sendo elas: DETRAN, Recursos Humanos, deverá ser executada pelo fornecedor obedecendo a regras, padrões e layouts definidos e sob a supervisão do Município/Entidade.
 - Integração com o software do DETRAN para permitir a gestão das informações patrimoniais da frota,
 - Integração com o software de Recursos Humanos do Município/Entidade. Permitir manter atualizados os dados dos funcionários e motoristas a partir da integração com o software de Recursos Humanos do Município/Entidade.
 - Integração com o software de almoxarifado do Município/Entidade.
 - As manutenções internas, abastecimentos, lavagens executadas nas dependências dos órgãos municipais devem ser apropriados com retirada de material do estoque. Os combustíveis, peças e outros materiais apropriados a um veículo deverão possuir registro no almoxarifado do Órgão, atualizando custos, quantidades mínimas e médias e preço médio do estoque.
- c. O software deverá permitir a integração com tabelas de referências de mercado para peças e serviços de manutenção contratadas pelo Município/Entidade.

VI. DO AMBIENTE OPERACIONAL

Software projetado em três camadas (camada de apresentação, camada de negócio e camada de persistência de dados) para operação em ambiente de banco de dados relacional SQL Server 2005 ou Oracle ou aplicação WEB compatível com browser Microsoft Internet Explorer versão 6.0 ou superior e Mozilla Firefox versão 2.0 ou superior, codificada em NET ou J2EE ou JAVA com viabilidade de autenticação via LDAP com mecanismo de controle de acesso baseado em múltiplos papéis (Gestor, Operacional, Operacional de nível intermediário, etc.), em múltiplas unidades administrativas (órgãos, centros de custo) e níveis hierárquicos.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.1.1. O pagamento será susinado, verificada execução defeituosa do objeto, enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados no período a que se refere a fatura, bem como, se existente débito pendente de satisfação para com o Município ou com terceiros, relacionados com o contrato.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pela proponente por ocasião da habilitação.
- 3.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:
- MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.
- 3.3. A proponente vencedora deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES**

- 4.1. Cabe ao **CONTRATANTE**:
- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoa ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do Contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento da CONTRATADA de acordo com o estipulado neste Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação do Contrato proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- 4.2. Cabe à **CONTRATADA**:
- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o Termo de Referência.
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.5. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 4.2.6. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do Contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da **CONTRATADA**, relativamente às obrigações contratuais



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no Contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. Pelo inadimplemento das obrigações contratuais gerais sejam na **condição de participante do pregão ou de CONTRATANTE**, as licitantes, conforme a infração estará sujeitas às seguintes penalidades:

a) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação (valor mensal x 5 meses);

c) executar o Contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) inexecução parcial do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do Contrato;

e) inexecução total do Contrato: rescisão contratual, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do Contrato;

f) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do Contrato.

g) não cumprir com o itinerário e cláusulas do Contrato apresentado pela Prefeitura Municipal: advertência.

h) em caso de reincidência de qualquer advertência, desde que não prevista pena específica para a situação de reincidência: multa de 10% sobre o valor atualizado do Contrato.

i) a **CONTRATADA** está proibida de transportar terceiros não-alunos, sob pena de caracterizar descumprimento de cláusula contratual, ensejando a aplicação das penalidades de advertência e, em caso de reincidência, de multa de 10% sobre o valor mensal do Contrato, sendo as multas aplicadas por cada reincidência e multiplicadas pela quantidade de terceiros não-alunos transportados.

j) a **CONTRATADA** está proibida de transportar alunos de itinerário diverso, isto é, que não estejam na lista de alunos do itinerário, sob pena de caracterizar descumprimento de cláusula contratual, ensejando a aplicação das penalidades de advertência e, em caso de reincidência, de multa de 10% sobre o valor mensal do Contrato, sendo as multas aplicadas por cada reincidência e multiplicadas pela quantidade de terceiros não-alunos transportados.

k) a **CONTRATADA** está proibida de transportar alunos e/ou passageiros em número que exceda a lotação máxima do veículo (superlotação), sob pena de caracterizar descumprimento de cláusula contratual, ensejando a aplicação das penalidades de advertência e, em caso de reincidência, considerando a gravidade e o risco envolvido na atitude, de multa equivalente a 100% do valor mensal do Contrato por passageiro excedente, cumulada com a rescisão contratual e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.

5.3. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000
www.luzerna.sc.gov.br

5.4. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a **CONTRATADA** em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.5. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.6. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**.

5.6.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.7. O Município observará a boa-fé da **CONTRATADA** e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**:

5.8.1. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA
DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

6.1. O Contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, contados da sua publicação podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, consoante estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e, ainda:

6.1.1. Haja autorização formal da autoridade competente;

6.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

6.1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

6.1.4. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

6.1.5. A **CONTRATADA** manifeste expressamente interesse na prorrogação.

6.2. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o Contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação, sem prejuízo do disposto ao item 4.5 e seguintes.

6.3. O Contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, artigo 65, inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "c" e "d", observado o que dispõe os parágrafos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir total ou parcialmente o presente Contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a **CONTRATADA**, direito algum de reclamações ou indenização.

**CLÁUSULA OITAVA
DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

8.1. O preço proposto pela licitante vencedora é fixo e irrevogável, durante a vigência contratual inicialmente prevista. No entanto, na hipótese de se efetivar a prorrogação prevista no item 15, o preço contratado poderá sofrer reajuste somente a partir do **13º (décimo terceiro) mês** de vigência da contratação, desde que haja disponibilidade orçamentária para tal fim e as partes convenham quanto ao índice de reajustamento a ser aplicado (INPC) em face da desvalorização da moeda ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

8.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

8.3. Quando for aplicado o reequilíbrio, as alterações passarão a ser praticadas no mês subsequente.

**CLÁUSULA NONA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

9.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência do presente Contrato, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

04.010.06.181.0010.2.451 – Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros

04.010.06.181.0010.2452 – Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar – multas de trânsito

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

010 – Convênio de Trânsito – Militar

011 – Convênio de Trânsito – Civil

020 – Corpo de Bombeiros

**CLÁUSULA DÉCIMA
DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Av. 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, 89609-000

www.luzerna.sc.gov.br

10.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoa, designada pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos oriundos do presente Procedimento Licitatório, a Sra. **Cheila Pegoraro**, a qual deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e dos Termos de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 04 de junho de 2020.

**ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE****DANIEL DE OLIVEIRA PINTO
LNXOPEN INFORMÁTICA LTDA
CONTRATADA****RONALDO CAPIVERDE SILVA
LNXOPEN INFORMÁTICA LTDA
CONTRATADA****TESTEMUNHAS:**

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 038/2020 - PE 020/2020 - LUBRIFICANTES - PML

Publicação Nº 2513982

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 038/2020 - PML
Pregão Eletrônico nº 020/2020 - PML

O Prefeito de Luzerna/SC, Sr. MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 038/2020, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de óleos lubrificantes e correlatos, para utilização nos veículos, equipamentos e máquinas pesadas da Administração Municipal de Luzerna e órgãos/entes conveniados, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI;

* GMP COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA;

* LUBRE MAIS COMERCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES EIRELI.

- Valor total: R\$141.633,00

Luzerna (SC), 4 de junho de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

PL 008/2020 – DL 004/2020 - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM - FMS

Publicação Nº 2513584

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 008/2020 - FMS

Dispensa de Licitação nº 004/2020 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, por intermédio de sua Gestora, Sra. GABRIELA MAZZARINO, torna público a Dispensa de Licitação referente à Contratação de 1 (um) profissional formado na área da enfermagem, para atuar no "Centro de Triagem do COVID-19", mantido pela estrutura das Secretarias de Saúde dos Municípios de Joaçaba, Herval d' Oeste, Lacerdópolis e Luzerna no "Ginásio de Esportes da AABJ Joaçaba", sito à Rua Roberto Trompowski, 110, em Joaçaba(SC), devido a mudança de horário de funcionamento, que a partir do dia 1º de junho, com atender no horário das 8h às 20h, mantendo-se o atendimento médico, ambulatorial e coleta de material para exames.

DA CONTRATADA:

- KAREN DE MATOS RIBEIRO, registro no COREN/SC nº 000.480.357;

DO PRAZO CONTRATUAL:

A prestação dos serviços, proveniente desta dispensa de licitação, vigorará pelo período de 01/06/2020 até 19/07/2020, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado caso necessário à manutenção das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

DO VALOR E PAGAMENTO:

O valor será pago de:

- R\$ 461,17 (quatrocentos e sessenta e um reais e dezessete reais), compreendendo todos os encargos, inclusive o adicional de insalubridade por plantão.

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas, em especial o disposto no art. 24, inciso IV e no Decreto Municipal nº 2905 de 18 de março de 2020, art. 2º.

Luzerna (SC), 1º de junho de 2020.

Gabriela Mazzarino
Gestora do FMS

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020

Publicação Nº 2513303

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 10.633.441/0001-84

Valor registrado: R\$ 42.579,80 (quarenta e dois mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2020

Publicação Nº 2513298

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: WILL COMERCIAL EIRELI EPP CNPJ: 18.712.730/0001-80

Valor registrado: R\$ 23.588,00 (vinte e três mil quinhentos e oitenta e oito reais).

Objeto: aquisição de aquisição de material médico de consumo hospitalar, que será destinado para todas as unidades de Saúde do Município de Mafra, incluindo Atenção Primária em Saúde, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, CAPS e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 028/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 010/2020.

Data de assinatura: 07 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2020

Publicação Nº 2513311

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: JRS LIVRARIA E PAPELARIA EIRELI-ME

CNPJ: 28.650.669/0001-48

Valor registrado: R\$ 976,30 (novecentos setenta e seis reais e trinta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de informática e mão de obra técnica, destinados ao quartel da Polícia Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 084/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 035/2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2020

Publicação Nº 2513296

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: PARCOMED PARANA COM. E REPRES. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA

CNPJ: 85.079.200/0001-34

Valor registrado: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).

Objeto: aquisição de insumos para diabetes, destinados aos pacientes e as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 058/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 023/2020.

Data de assinatura: 11 de maio de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de maio de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2020

Publicação N° 2513305

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI-EPP

CNPJ: 23.240.000/0001-64

Valor registrado: R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).

Objeto: aquisição de insumos para diabetes, destinados aos pacientes e as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo n° 058/2020, Pregão Eletrônico RP N° 023/2020.

Data de assinatura: 11 de maio de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 11 de maio de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2020

Publicação N° 2513287

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2020

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: POSTO DE COMBUSTÍVEIS FENIX LTDA

CNPJ n° 34.973.434/0001-90

Objeto: aquisição de combustíveis para frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais

Modalidade Processo Licitatório n.º 113/2020. Pregão Eletrônico – RP N° 045/2020.

Data Assinatura do termo aditivo: 26 de maio de 2020.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Econômico Financeiro R\$
1	48393 - Óleo Diesel S-10	2,33	2,68
4	87378 - Óleo Diesel S-500	2,31	2,65

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

ATA 03 - TOMADA DE PREÇO N. 026/2020

Publicação Nº 2512811

ATA 03
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 026/2020
Processo administrativo nº 324/2020

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 2 – CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇO ACIMA DESCRITA.

OBJETO: contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rodovia Municipal Demétrio José da Rocha, localidade de Cedro, no município de Maracajá/SC.

Às nove horas, do dia quatro, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 22/2020. Aberta a sessão pela Presidente da Comissão de Licitação e Chefe de Divisão de Planejamento, Engenheira VANESSA APARECIDA JERONIMO, a mesma informou a Comissão que tendo passado os prazos legais, necessário se faz a continuidade dos trabalhos referente a segunda fase deste processo licitatório. Encontrava-se presente na sessão o representante legal da empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, o Sr. Tiago Aguiar Marcolino. Ato contínuo, passou-se à abertura do envelope de nº 02, com a proposta de preços da licitante habilitada. Assim, constataram-se os seguintes resultados por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR GLOBAL
1ª	JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	R\$ 570.606,97
2ª	CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	R\$ 610.759,02
3ª	SETEP CONSTRUÇÕES S.A	R\$ 637.498,16
4ª	BCL EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 650.036,22
5ª	SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTO EIRELI	R\$ 650.491,06

Ato contínuo, verificou-se que a empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA ME, 2ª (segunda) colocada na ordem de classificação, é registrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), razão pela qual, houve um empate ficto entre esta (Crema Construções Ltda EPP) e a empresa primeira colocada (JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA), podendo aquela se beneficiar do direito de preferência para contratação, conforme disciplinado na Lei Complementar Nº. 123/2006. Sendo assim, a empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, fica notificada, através da publicação da presente ata no Diário Oficial do Município (DOM), para que, caso seja do seu interesse, envie nova proposta, planilha orçamentária e cronogramas com valor abaixo do preço global ofertado pela 1ª (primeira) classificada, no prazo de 2 (dois) dias úteis. As empresas serão comunicadas desta decisão através da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios – DOM. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 10h00min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação. Maracajá, 04 de junho de 2020.

VANESSA APARECIDA JERÔNIMO	GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT	ROSANE ROLDÃO DE FAVERI	
Presidente	Secretária	Membro	Membro
			TATIANE

TIAGO AGUIAR MARCOLINO
Representante Legal
JR CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 540/2020

Publicação Nº 2513541

DECRETO Nº 540, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, denominados a seguir:

I- Representantes do Poder Público:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Kathiucya Immig Suplente: Cristieli Bringhamti

b) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Solange Balestreri Suplente: Miriani Sartori

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Marisete Perondi Suplente: Roseméri B. Rodrigues da Silva

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda:

Titular: Cinara Geremia Suplente: Neiva Carnette

II- Representantes entidades que desenvolvem ações voltadas à promoção, à proteção, ao atendimento, ao estudo, à pesquisa e à defesa e/ou garantia dos direitos da criança e do adolescente:

a) Lions Clube Maravilha:

Titular: Margarida Pissatto Suplente: Iloene Kafer

b) Rotary Clube:

Titular: Edivanes Girardelo Suplente: Audilar Bona

c) Cultura e Esporte:

Titular: Rose Reichert Suplente: Edinar Zardo

d) Pastoral da Criança

Titular: Alice Schuertz da Sival Suplente: Terezinha Schu

e) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: Nívea Campana Suplente: Neldi Terezinha de Lima

Art. 2º Ficam igualmente nomeada a Diretoria do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, denominados a seguir:

I- Solange Balestreri – Presidente;

II- Roseméri B. Rodrigues da Silva – Vice-Presidente;

III- Marisete Perondi – Secretária;

IV- Cinara Geremia – Vice-Secretária.

Art. 3º As atividades desempenhadas pelos membros do Conselho são de caráter relevante, não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 4 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 541/2020

Publicação Nº 2513575

DECRETO Nº 541, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Institui o Plano Museológico do Museu Municipal Padre Fernando Nagel e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Plano Museológico do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, documento de planejamento estratégico da instituição.

§ 1º O Museu Municipal Padre Fernando Nagel foi criado oficialmente em 15 de maio de 1970, pela Lei Municipal nº 344 e está vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e reger-se-á por este Plano Museológico, em conformidade com a Lei Federal nº 11.904, de 20 de janeiro de 2009 – Estatuto dos Museus.

§ 2º O Museu localiza-se na Avenida Araucária, nº 625, Centro, Município de Maravilha, Santa Catarina.

Art. 2º O referido documento aborda as seguintes etapas de planejamento:

I- definição da missão, objetivos e valores do museu;

II- diagnóstico das atividades e estrutura do museu;

III- elaboração dos seguintes programas: institucional; gestão de pessoas; acervos; exposição; educativo e cultural, arquitetônico e urbanístico; pesquisa; segurança; financiamento e fomento; comunicação; socioambiental.

Art. 3º A missão do Museu Municipal Padre Fernando Nagel definida no referido plano foi: Promover a interação da comunidade com o patrimônio cultural de Maravilha, SC, com ênfase na sua história e na memória, por meio da salvaguarda, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob guarda do Museu.

Art. 4º O Plano Museológico está disponível para consulta pública irrestrita na sede do Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

Art. 5º Cabe à coordenação e equipe técnica do Museu e do Departamento de Cultura o desenvolvimento de diretrizes contidas no plano e à Administração Municipal oferecer condições para a execução do mesmo.

Art. 6º O Plano Museológico terá validade por dez anos, a partir da publicação deste Decreto, podendo ser revisto e reformulado a cada 4 (quatro) anos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de junho de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 542/2020

Publicação Nº 2513589

DECRETO Nº 542, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Prorroga contratação temporária emergencial, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário emergencial, pelo período de 7 de maio de 2020 a 21 de janeiro de 2021, da servidora ANA PAULA DE OLIVEIRA, brasileira, portadora do RG nº 55176429, ocupante do cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de junho de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N° 543/2020

Publicação N° 2513610

DECRETO N° 543, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Prorroga contratação temporária emergencial, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário emergencial, pelo período de 1º de junho de 2020 a 21 de janeiro de 2021, da servidora SIMONE CLAUDIA CASTANHA, brasileira, portadora do R.G. nº 5723476, ocupante do cargo de Enfermeiro – Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de junho de 2020.

Maravilha – SC, 4 de junho de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N° 544/2020

Publicação N° 2513635

DECRETO N° 544, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 4 de junho de 2020 a 16 de abril de 2021, do servidor EDINHO JUNIOR DA ROSA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 062.346.919-78, ocupante do cargo de Professor de Tae-kwon-do, com carga horária de 10 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de junho de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N.092/2020

Publicação Nº 2513516

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 092/2020 - Modalidade Pregão Presencial n. 041/2020. O Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo do Município de Maravilha - SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a execução de pintura meio fio/defensa e vigas dos parklets da Avenida Maravilha no Município de Maravilha - SC, tipo Menor Preço por lote, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 19 de junho de 2020 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 04 de junho de 2020. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020 - DISPENSA Nº 2/2020**

Publicação Nº 2513149

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC TORNA PÚBLICO que realizou, com base na Lei e 8.666/93, Licitação na Modalidade DISPENSA LICITATÓRIA, no dia 05 de junho de 2020, na Câmara Municipal de Vereadores, para aquisição de um portão em material alumínio, de acordo com o detalhamento descrito no processo de dispensa e seus anexos. A íntegra do Edital de dispensa poderá ser obtida junto à Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com sede à Rua 15 de novembro, nº 817 – Centro, e no site da entidade, www.cmm.sc.gov.br, ou pelo link:
<http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/40450>

Demais informações fone (49) 3664 0727.

Maravilha/SC, 05 de junho de 2020.
NATALINO PRANTE
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213/2020, HOMOLOGA TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº 02/2020 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA OFICINA MECÂNICA BRUTSCHER LTDA.

Publicação Nº 2514113

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213 de 1º/06/2020.

Homologa Termo de Concessão de Uso celebrado entre o Município de Maravilha e a Empresa Oficina Mecânica Brutscher Ltda e dá Outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa Oficina Mecânica Brutscher Ltda

Art. 2º A presente CONCESSÃO de direito real de uso, far-se-á com relação ao lote de propriedade do Cedente, a seguir descrito, mediante as disposições do processo de concorrência pública 002/2019:

Área territorial relativa ao Lote (A), com área de 6.090,73m², localizado à Rua Ayrton Senna, no Município de Maravilha/SC.

Art. 3º O presente termo terá a vigência por 10 (dez) anos a contar da data de assinatura do Termo mediante a aprovação do CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha prorrogável por igual período.

Art. 4º O Termo de Concessão de Uso nº 002/2020 em anexo é parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões ao 1º dia do mês de junho de 2020.

Natalino Prante
Presidente

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2020 - DISPENSA Nº 2/2020

Publicação Nº 2513150

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 3/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pela Comissão Processante de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade DISPENSA LICITATÓRIA Nº 2/2020, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Procedimento Licitatório Nº 3/2020

TIPO: Dispensa (fulcro no Art. 24, II, primeira parte da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018).

OBJETO: Aquisição de um portão em material alumínio.

ADJUDICADO: JUCIMAR ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO EIRELI - CNPJ sob o nº 36.445.360/0001-44.

Maravilha/SC, 05 de junho de 2020.
Natalino Prante - Presidente

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº092/2020

Publicação Nº 2513677

DECRETO Nº092/2020

DE 27 DE MAIO DE 2020

DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MAREMA – SC, PARA FINS DE TOMADA DE MEDIDAS URGENTES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO SURTO INFECIOSO DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, NOS TERMOS DA CLASSIFICAÇÃO CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES (COBRADE) 1.5.1.1.0.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente a Lei orgânica do Município;

CONSIDERANDO a classificada pandemia do NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, declarada de forma pública pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, sem tratamento médico específico para seu controle;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde editou Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, demandando esforço conjunto do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO que Governo Federal, na Mensagem n.º 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública ao Congresso Nacional, com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em razão do NOVO CORONAVÍRUS – COVID 19, que tramitou como PDL 88/20 e foi aprovada no dia 20.03.2020 no Senado Federal;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina já Decretou Estado de Calamidade no dia 20.03.2020, e que se encontra em estágio de transmissão comunitária, com risco de produzir danos à saúde da coletividade, conforme menciona o Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020; tendo sido a classificação de transmissão comunitária no estado de Santa Catarina reconhecida e confirmada pelo Ministério da Saúde em coletiva de imprensa realizada na data de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que em situações de transmissão comunitária não seja mais possível mapear a origem e a cadeia de infecções do NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, estando toda a população do Estado de Santa Catarina, do qual pertence o município de MAREMA, potencialmente exposto a contaminação;

CONSIDERANDO o aumento progressivo exponencial do número de casos divulgados oficialmente pelo Ministério da Saúde, ao passo que segundo orientações do Sistema de Saúde (SUS), priorizando-se aqueles em situação de maior complexidade para fins de tratamento;

CONSIDERANDO, portanto, que há subnotificação de casos por falta de testagem da população catarinense, resultando em grande possibilidade de ser muito maior do que aqueles divulgados pelos números oficiais do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO as situações semelhantes que se observam em outros países já atingidos pela pandemia, cujos contágios iniciaram-se em momentos anteriores ao do Brasil, e que hoje apresentam situações de grande gravidade, em especial a absorção do atendimento de pacientes pelos sistemas de saúde;

CONSIDERANDO que o Município de Marema tem população estimada de 2000 munícipes, enquanto possui apenas 1 postos de saúde municipal e depende de leitos nos Hospitais da Região, estrutura insuficiente para atender a referida pandemia no âmbito municipal, mesmo que ela atinja um número percentual muito pequeno da população do município;

CONSIDERANDO que é dever do Gestor Público municipal tomar todas as medidas necessárias a garantir aos seus administrados o acesso aos serviços públicos de maneira plena, valendo-se de todos os meios necessários à execução de duas funções, pelo múnus público que lhe é incumbido;

CONSIDERANDO que as medidas de restrição impostas pelo Governo do Estado de Santa Catarina acabaram por afetar drasticamente a capacidade produtiva do estado, que por consequência resulta em queda abrupta das receitas do Município, impossibilitando fazer frente ao disposto na Lei Orçamentária Anual;

CONSIDERANDO a decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.357, que afasta a exigência de demonstração de adequação orçamentária em relação a criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da Covid-19, cuja decisão é válida para todos os entes da federação que tenham decretado estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO, que o município possui casos confirmados de contágio, o que tem o potencial de propagação do vírus no território do Município;

CONSIDERANDO, por fim, que o exercício pleno da tomada de medidas emergenciais para a proteção dos munícipes de Marema está restrito aos limites impostos pelas legislações fiscais e eleitorais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Município de Marema para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, até 31 de dezembro de 2020 ou até que seja declarado cessado o contágio comunitário da doença no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Para dar cumprimento às medidas de proteção e enfrentamento a epidemia, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I – a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos garantidos pelo art. 3º, VII, da Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro 2020;

II – a aquisição de bens e equipamentos, contratação de serviços e realização de obras necessárias ao enfrentamento da situação calamitosa através de dispensa de licitação, nos termos garantidos pelo art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993;

III – a impossibilidade de rescisão de contratos administrativos no caso de suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias; e/ou (b) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração; nos termos garantidos pelo art. 78, XIV e XV da Lei 8.666/1993;

IV – a prorrogação de contratos administrativos cujos vencimentos ocorram no período que perdurar o estado de calamidade, dispensando-se

a necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais;

V – a flexibilização do cumprimento dos limites impostos a execução orçamentária, nos termos garantidos pelo art. 65 da Lei Complementar n.º 101/2000;

VI – a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da

Administração Pública no ano eleitoral, nos termos garantidos pelo art. 73, §10º, da Lei 9.504/1997;

VII - a abertura de crédito extraordinário para fazer frente as despesas decorrentes da situação de calamidade pública, nos termos do art. 41, III, da Lei 4.320/1964;

VIII - o afastamento da proibição de assunção compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito, nos termos do art. 59, §3º, da Lei 4.320/1964;

IX – a solicitação de transferência de recursos destinados a resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, nos termos da Lei 12.340/2010 e do art. 73, VI, “a)” da Lei 4.320/1964;

X – quaisquer outras medidas necessárias ao enfrentamento e prevenção do contágio pelo NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19, autorizadas por Lei, no âmbito do município de Marema.

Art. 3º. O presente decreto tem por finalidade promover o amparo e o enquadramento do Município de Marema ao disposto na Decisão Liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.357, que afasta a exigência de demonstração de adequação orçamentária em relação a criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da Covid-19, cuja disposição é válida para todos os entes da federação que tenham decretado estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Art.4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2020 ou até a decretação de término do contágio comunitário pelo NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19 no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Marema/SC, em 27 de maio de 2020.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

Massaranduba

PREFEITURA

ADITIVO DE QUANTIDADE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54.2019 (PMM)

Publicação Nº 2512594

ADITIVO – equilíbrio econômico-financeiro
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/2019
Processo Licitatório Nº. 127/2019
Pregão Presencial - registro de preço

Aos 03 dias de junho do ano de 2020, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas, resolve aditar a quantidade dos itens 15 e 16 da licitação, conforme abaixo relacionado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE PORTAS E DIVISÓRIAS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 CONSIDERANDO a justificativa acostada, a quantidade adquirida dos itens 15 e 16 não suprirá a demanda necessária, uma vez que foi locado espaço para trabalhos de algumas especialidades da secretaria de educação, cuja locação não estava prevista no ano de 2019, razão pela qual foi requerido o aditamento da quantidade, na proporção de 25%;

CONSIDERANDO que o art. 65, § 1.º da Lei 8666/93 autoriza adições e supressões até 25%;

2.2 É celebrado o presente termo aditivo a Ata de Registro de Preços, a fim de aditar a quantidade dos itens 15 e 16.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO CONTRATUAL

DO ADITIVO DE 25% NA QUANTIDADE INICIALMENTE LICITADA					
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Quantidade inicialmente adquirida	Quantidade a ser aditivada
15	FORNECEDOR: 266337 - DELDUQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	PORTA NAVAL EUCATEX 35MM, COMPLETA, INSTALADA COM PERFIL AÇO GALVANIZADO E PINTADO COM TINTA EPÓXI COM VIDRO INCOLOR FIXO 4MM. COMPREENDENDO FECHADURA TUBULAR MODELO BOTÃO/CHAVE, DOBRADIÇAS, REQUADRO PROTETOR E BATENTES EM PERFIS DE AÇO TRATADO E PINTADO NA COR BRANCO, PRETO, CINZA OU BEGE. DIMENSÕES APROXIMADAS DA PORTA: 80X210CM. DIMENSÕES DA FOLHA DE VIDRO: 40X55CM, INSTALADA EM LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO)	Unid	4	25%
16	FORNECEDOR: 266337 - DELDUQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	DIVISÓRIAS NAVAL EUCATEX 35MM, FABRICADOS COM MIOLO "HONEY COMB" (COLMÉIA DE ALTA GRAMATURA) E REVESTIMENTO EM PINTURA ULTRAVIOLETA NA COR BRANCO, AREIA JUNDIAÍ OU CRISTAL E DEMAIS MONTANTES EM PERFIS DE AÇO TRATADO E PINTADO NA COR BRANCO, PRETO, CINZA OU BEGE. INSTALADA COM CANTONEIRA PERFIL T E/OU L DE 3MM AÇO GALVANIZADO E PINTADO COM TINTA EPÓXI, COM ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM (PERFILADOS E REBITES PARA EFETUAR A MONTAGEM). INSTALADA EM LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO).	Unid	150	25%

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

4.2. O presente instrumento será publicado em minuta, na forma regulamentar.

4.3 Esta Ata integra o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 127/2019 - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO.

4.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

4.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 03 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI	DELDUQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
PREFEITO MUNICIPAL	Representante legal
Contratante	Contratada

CRC - GTA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

Publicação Nº 2513731

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:	GTA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA		
CNPJ:	10.671.681/0001-73		
ENDEREÇO:	RUA JOÃO ANTÔNIO DA SILVA, NÚMERO 39, BAIRRO WARNOV		
CEP: 89.081-070	MUNICÍPIO: INDAIAL	UF: SC	

RAMO:
OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	4800061/2020	18/02/2020	15/08/2020
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	200140052696351	05/05/2020	04/07/2020
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	C9FA.152E.AF50.724C	28/11/2019	24/08/2020
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2020031503374416429910	15/03/2020	12/07/2020
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	13711/2020	26/05/2020	25/06/2020
FALENCIA E CONCORDATA	7402588	19/05/2020	18/07/2020

CERTIFICO que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 04/06/2020

VALIDADE ATÉ: 31/12/2020

MAYARA RAIMONDI MARTINA
Gerência de Licitações e Contratos
CPF: 092.860.619-86

CRC - SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Publicação Nº 2513487

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL:	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA		
CNPJ:	14.770.128/0001-49		
ENDEREÇO:	RUA PARAGUAY, NÚMERO 400, BAIRRO PONTA AGUDA		
CEP: 89.050-020	MUNICÍPIO: BLUMENAU	UF: SC	

RAMO DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	8691852/2020	14/04/2020	10/10/2020
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	200140065298600	02/06/2020	01/08/2020
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	AEC6.5CDB.FDF7.5219	22/02/2020	20/08/2020
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2020031803045721001381	18/03/2020	15/07/2020
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	74210804207	24/04/2020	21/10/2020
FALENCIA E CONCORDATA	7366332	30/04/2020	29/06/2020

CERTIFICO que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 04/06/2020

VALIDADE ATÉ: 31/12/2020

MAYARA RAIMONDI MARTINA
Gerência de Licitações e Contratos
CPF: 092.860.619-86

PROCESSO LICITATÓRIO 95.2020 DIS 95.2020 (PMM) - REVISÃO PREVENTIVA DO ÔNIBUS ESCOLAR VTE 21 - PLACA QJX 5614

Publicação Nº 2512691

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DA REVISÃO PREVENTIVA DO ÔNIBUS VW/NEOBUS MINIESCOLAR, MODELO 8-160, PLACA QJX 5614, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DO FABRICANTE, ATRAVÉS DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ANEL 2P0103196A	UNID	13	R\$ 1,00	R\$ 13,00
2	ÓLEO MOTOR 15W40 G052819Q9	LITRO	13	R\$ 18,50	R\$ 240,50
3	ELEMENTO FILTRO 2R0127177J	UNID	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
4	JOGO FILTRO VTE 21	UNID	1	R\$ 442,10	R\$ 442,10
1	REVISÃO PREVENTIVA LUBRIFICAÇÃO	SERV.	2	R\$ 178,00	R\$ 356,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.141,60 (UM MIL CENTO E QUARENTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS).

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: W.BREITKOPF COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

CNPJ: 82.636.754/0003-69

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 251992136

ENDEREÇO: Rodovia BR 280, KM 53, sem número, bairro Sede, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

CONTATO: (48) 3373-0127 – oficina4958@wbreitkopf.com.br

DADOS BANCÁRIOS: Banco do Brasil

AGÊNCIA: 3420-7

CONTA CORRENTE: 4537-3

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

8 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

1 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2043 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**33903039 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS****33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS****14405 – TRANSF. FNDE - PNATE-ENS. FUND.****6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO**

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser executado em 05 (cinco) dias consecutivos, após a emissão da ordem de compra.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso XVII do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)”.

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. Torna-se necessária a contratação de empresa autorizada e especializada para a revisão preventiva do ônibus escolar VW/NEOBUS MINIESCOLAR, modelo 8-160, chassi 9532M52P0LR012424, placa QJX 5614, Renavam 1194447730, adquirido em 27/05/2019, a qual se encontra dentro do prazo de garantia, correspondente a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pois é necessária a revisão preventiva devido estar baixando óleo, na concessionária própria da marca, devido a garantia da mesma.

7.2.1. Se as revisões forem realizados serviços por redes não autorizadas, poderá acarretar perda da garantia da fábrica, o que se torna inviável para a secretaria solicitante. A revisão é imprescindível para o bom funcionamento do veículo. Dessa forma, se torna importantíssimo que o veículo descrito tenha boas condições de rodagem e segurança, para que desempenhe com efetividade o serviço.

8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. Assim não há como praticar a concorrência propriamente dita, pois refere se a prestação de serviços mecânicos, neste caso, a revisão preventiva, incluindo substituição de peças do veículo, sendo certo que a garantia técnica do fabricante somente é mantida se a dita revisão for realizada nas suas concessionárias autorizadas.

8.1.1. A escolha da referida empresa já foi devidamente justificada no item acima, e mostra-se vantajosa para a Administração Municipal, pois, percebe-se que a empresa é idônea, sendo que a proposta apresentada atende as necessidades do município e é a concessionária autorizada mais próxima do paço Municipal.

Massaranduba (SC), 03 de junho de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 96.2020 PP 96.2020 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: OPERAÇÃO TAPA-BURACOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL

Publicação Nº 2512781

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS (OPERAÇÃO TAPA-BURACOS) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 19/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 19/06/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 97.2020 PP 97.2020 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: MOBILIÁRIO E PAISAGISMO PARA PRAÇAS, PARQUES, LOGRADOUROS E PRÉDIOS MUNICIPAIS

Publicação Nº 2512808

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E PAISAGISMO PARA AS PRAÇAS, PARQUES, LOGRADOUROS E PRÉDIOS MUNICIPAIS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 19/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 19/06/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO DE Nº 132/2020**

Publicação Nº 2514191

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone (47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340
e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina
RESOLUÇÃO Nº 132/2020
05/06/2020

Estabelece o funcionamento mediante a modalidade de deliberação remota (digital) a ser adotado como forma de discussão e votação digital de matérias sujeitas a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Massaranduba durante a emergência de saúde pública relacionada à pandemia do COVID-19 e assemelhados.

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o art. 47, II e art. 99, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º As reuniões ordinárias das comissões permanentes presenciais, as sessões plenárias ordinárias presenciais e as sessões extraordinárias presenciais poderão ser realizadas de forma virtual, excepcionalmente em razão do estado de emergência desencadeada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), de acordo com o prazo definido por Ato da Mesa.

Art. 2º As convocações para as reuniões, sessões e encaminhamentos dos pareceres e demais atos será através de whatsapp ou por e-mail.

Art. 3º As sessões, na modalidade remota, devem seguir, caso não conflitar com esta Resolução, na medida do possível, o Regimento

Interno da Câmara, inclusive os prazos para análise das matérias pelas comissões da Casa.

Art. 4º O Presidente somente poderá convocar as sessões ordinárias virtuais nos dias e horários definidos para as mesmas no Regimento Interno, atendidos o número mínimo das sessões ordinárias no mês.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone (47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

Art. 5º A metodologia de discussão e de votação de matérias em reuniões de comissão e em sessões plenárias virtuais seguirão, no que couber, o que determina o Regimento Interno.

§ 1º A discussão se dará através do sistema virtual, por meio do qual os Vereadores poderão fazer as considerações e debater acerca das matérias em pauta durante toda a duração da reunião virtual de comissão ou da sessão plenária virtual.

§ 2º Para o uso da palavra durante a discussão, o presidente adotará o critério de manifestação oral do Vereador para usar da palavra, obedecido o tempo destinado conforme o Regimento Interno.

Art. 6º A chamada para a votação nas comissões e sessões ordinárias e extraordinárias será nominal na modalidade de deliberação virtual, proferindo seu voto verbalmente.

§ 1º A votação virtual será chamada pela ordem alfabética dos nomes dos Vereadores presentes na sessão.

§ 2º Para registrar o voto, o Vereador deverá manifestar-se por áudio com as opções "SIM" ou "NÃO", ou, caso existir algum problema técnico, por imagem, com as opções "POSITIVO" ou "NEGATIVO".

§ 3º O quórum de votação, das comissões ou reuniões plenárias, será apurado apenas para os Vereadores que se acharem conectados e que proferirem seus votos, consignando-se falta aos desconectados, salvo problemas técnicos.

§ 4º Caso ocorra durante a sessão algum problema técnico, passados 10 (dez) minutos e não retornada a sessão, a mesma será considerada encerrada valendo-se os atos até então realizados.

Art. 7º Para uso da palavra livre, o Presidente chamará os Vereadores por ordem alfabética para o pronunciamento.

Art. 8º As sessões virtuais serão públicas devendo ser transmitidas ao vivo em um canal pelo Facebook, canal do Youtube ou Site da Câmara.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone (47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

Art. 9º O Presidente da Câmara e os Presidentes das comissões deverão presidir a reunião no recinto da Câmara de Vereadores.

Art. 10 As atas das sessões pela modalidade de deliberação virtual serão disponibilizadas e enviadas a cada um dos Vereadores por e-mail, e, caso haja necessidade de retificação, o interessado deverá requerer as modificações no pequeno expediente, podendo a leitura ser dispensada nos termos do Regimento Interno sendo assinadas no prazo máximo de 72 horas.

Art. 11 As atas/pareceres das reuniões das comissões serão assinadas pelo Presidente e demais integrantes da comissão que já tiveram seus votos anunciados na reunião da comissão virtual no prazo máximo de 72 horas.

Art. 12 A Mesa Diretora providenciará as medidas técnicas para implantação dos mecanismos desta Resolução.

Art. 13 Os casos omissos serão decididos pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Resolução nº 131/2020.

CÂMARA DE MASSARANDUBA (SC) EM 05 DE MAIO DE 2020.

Joanir José Lewandowski

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

Matos Costa**PREFEITURA****DESPACHO LICITAÇÃO PL 13 PP 03**

Publicação Nº 2512828

DESPACHO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório: 13/2020

Pregão Presencial: 03/2020

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo como prerrogativa os regramentos estatuídos na Lei 8.666/1993, bem como:

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes na municipalidade, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria-Geral do Município no qual foram apontados vícios de formalidade no certame, e que, dentre outras ponderações opinou favorável à anulação do certame;

CONSIDERANDO que houve o início do fornecimento do objeto licitado pelos fornecedores, e as referidas despesas, em razão do teor dos pareceres acima referidos, não foram pagas;

DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, **ANULAR** o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 03/2020, em observância à regra prevista no art. 21 do Decreto-Lei 4.657/1942, determino à Secretaria Municipal de Administração que, com o auxílio técnico da Procuradoria-Geral do Município e a supervisão do Controle Interno instaure processo administrativo com o fim de, na forma do parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/1993, indenizar o fornecedor relativamente ao combustível já entregue, outrossim, informe-se ao setor de compras a necessidade de abertura de outro certame.

Matos Costa, 04 de junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DESPACHO LICITAÇÃO PL 14 PP 04

Publicação Nº 2512829

DESPACHO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório: 14/2020

Pregão Presencial: 04/2020

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo como prerrogativa os regramentos estatuídos na Lei 8.666/1993, bem como:

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes na municipalidade, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO os pareceres exarados pela Procuradoria-Geral do Município no qual foram apontados vícios de formalidade no certame, e que, dentre outras ponderações opinou favorável à anulação do certame;

CONSIDERANDO que houve o início do fornecimento do objeto licitado pelos fornecedores, e as referidas despesas, em razão do teor dos pareceres acima referidos, não foram pagas;

DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, **ANULAR** o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 04/2020, em observância à regra prevista no art. 21 do Decreto-Lei 4.657/1942, determino à Secretaria Municipal de Administração que, com o auxílio técnico da Procuradoria-Geral do Município e a supervisão do Controle Interno instaure processo administrativo com o fim de, na forma do parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/1993, indenizar o fornecedor relativamente ao combustível já entregue, outrossim, informe-se ao setor de compras a necessidade de abertura de outro certame.

Matos Costa, 04 de junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas

Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

ERRATA EXTRATO CONTRATO Nº 15/2020

Publicação Nº 2513038

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - ERRATA EXTRATO CONTRATO Nº 15/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020 - A Presidente da Comissão de Licitação nomeada pelo Decreto nº 061/2019, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR o que segue: ONDE SE LÊ: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 17.237.099/0001-42., LEIA-SE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ N 83.102.566/0001-51. ONDE SE LÊ: Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 31/12/2020. LEIA-SE: Vigência: Início: 26/05/2020 Término: 31/12/2020. Demais informações permanecem inalteradas. Matos Costa, 04 de maio de 2020. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2020

Publicação Nº 2513935

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ N 83.102.566/0001-51.

CONTRATADA: ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.289.188/0001-89.

VALOR DA DESPESA R\$: 578.600,00 (quinhentos e setenta e oito mil e seiscentos reais).

Vigência: Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020.

Dotação: 4.4.90.00.00.00.00 (77) (78)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica da Rua 7 de Setembro - Trecho 1, com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com passeios acessíveis, drenagem das águas pluviais, sinalização, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Repasse OGU nº 885310/2019 - Operação 1064646-35 - Programa Planejamento Urbano - Pavimentação Asfáltica em via urbana do Município de Matos Costa/SC.

Matos Costa, 04 de junho de 2020. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

PORTARIA 326/2020

Publicação Nº 2512823

PORTARIA Nº 326/2020 – De 03 de Junho de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCIO DE PAULA FLEIT, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de CARPINTEIRO, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 03 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS

Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES

Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

TERMO DE ADJUDICAÇÃO TP 03/2020

Publicação N° 2513980

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA CNPJ: 83.102.566/0001-51 RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137 C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2020 - TP Processo Administrativo: 21/2020 Processo de Licitação: 21/2020 Data do Processo: 19/05/2020 Folha: 1/1
---	---

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, RAUL RIBAS NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 03/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica da Rua 7 de Setembro - Trecho 1, com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com passeios acessíveis, drenagem das águas pluviais, sinalização, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Repasse OGU nº 885310/2019 - Operação 1064646-35 - Programa Planejamento Urbano - Pavimentação Asfáltica em via urbana do Município de Mato

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI (2428)

1 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA 7 DE SETEMBRO - TRECHO 1, com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com passeios acessíveis, drenagem das águas pluviais, sinalização, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Repasse OGU nº 885310/2019 - Operação 1064646-35 - Programa Planejamento Urbano - Pavimentação Asfáltica em via urbana do Município de Matos Costa/SC. - Marca: ENGEMASS	SERV	1,00	0,0000	578.600,00	578.600,00
--	------	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 578.600,00

Total Geral: 578.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.055.4.4.90.00.00.00.00.00 (77), 1.055.4.4.90.00.00.00.00.00 (78)

RAUL RIBAS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 03/2020

Publicação N° 2513976

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2020 - TP
CNPJ: 83.102.566/0001-51 RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137 C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC	Processo Administrativo: 21/2020 Processo de Licitação: 21/2020 Data do Processo: 19/05/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, RAUL RIBAS NETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 03/06/2020
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica da Rua 7 de Setembro - Trecho 1, com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com passeios acessíveis, drenagem das águas pluviais, sinalização, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Repasse OGU nº 885310/2019 - Operação 1064646-35 - Programa Planejamento Urbano - Pavimentação Asfáltica em via urbana do Município de Mato

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI (2428)

1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA 7 DE SETEMBRO - TRECHO 1, com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com passeios acessíveis, drenagem das águas pluviais, sinalização, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Repasse OGU nº 885310/2019 - Operação 1064646-35 - Programa Planejamento Urbano - Pavimentação Asfáltica em via urbana do Município de Matos Costa/SC. - Marca: ENGEMASS	SERV	1,00	0,0000	578.600,00	578.600,00
---	--	------	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 578.600,00

Total Geral: 578.600,00

Matos Costa, 3 de Junho de 2020.

RAUL RIBAS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 032-2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2512521

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: PONTO SYSTEM COMÉRCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA ME Objeto: A CONTRATADA COMPROMETE-SE A PRESTAR OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE 07 (SETE) RELÓGIOS PONTO INFORMATIZADOS BIOMÉTRICOS, MEDIANTE MÃO DE OBRA E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, VISANDO O PLENO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA E DO EQUIPAMENTO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ESPORTE/CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL), MANTENDO-OS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO.

Valor: R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 03/06/2020 Término: 02/06/2021.

Data da assinatura: 03 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 051-2020

Publicação Nº 2512523

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 051/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANA CLÁUDIA MACEDO MEDEIROS MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO PARA A CRIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ESCULTURA/MONUMENTO EM FORMATO CORPO DE HOMEM, COM 03 (TRÊS) METROS DE ALTURA E LARGURA PROPORCIONAL, ALUSIVO AO CORPO DE UM HOMEM, COM APARÊNCIA SEMELHANTE AO PERSONAGEM HOMENAGEADO (ANTÔNIO ROSS). O MATERIAL A SER UTILIZADO NA ESCULTURA/MONUMENTO SERÁ COM CIMENTO E PINTURA DOURADA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Valor: R\$ 15.000 (quinze mil reais).

Vigência: Início: 02/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 02 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO Nº 052-2020

Publicação Nº 2512524

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 052/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANA CLÁUDIA MACEDO MEDEIROS MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE RENOMADO PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO PARA A CRIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ESCULTURAS/MONUMENTOS EM FORMATO DE BUSTO, EM TAMANHO PROPORCIONAL AO CORPO DE UM HOMEM, COM APARÊNCIA SEMELHANTE AO PERSONAGEM HOMENAGEADO (ENEDIR MANFREDINI, PADRE ANTONIO LUIZ DIAS), CONFORME PROPOSTA DE PREÇO APRESENTADA, QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Vigência: Início: 02/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 02 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO N° 053-2020

Publicação N° 2512525

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 053/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CJC PRÉ-MOLDADOS LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DE AVENIDAS, RUAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE MELEIRO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 58.897,50 (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: Início: 03/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO N° 054-2020

Publicação N° 2512526

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 054/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TSN PRÉ-MOLDADOS EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DE AVENIDAS, RUAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE MELEIRO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

Valor: R\$ 74.212,00 (setenta e quatro mil, duzentos e doze reais).

Vigência: Início: 03/06/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 03 de junho de 2020.

EXTRATO CONTRATO N° 055-2020

Publicação N° 2512527

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°. 055/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PONTO SYSTEM COMÉRCIO DE RELOGIO PONTO LTDA ME Objeto: A CONTRATADA COMPROMETE-SE A PRESTAR OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE 07 (SETE) RELÓGIOS PONTO INFORMATIZADOS BIOMÉTRICOS, MEDIANTE MÃO DE OBRA E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, VISANDO O PLENO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA E DO EQUIPAMENTO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ESPORTE/CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL), MANTENDO-OS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO.

Valor: R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 03/06/2020 Término: 02/06/2021.

Data da assinatura: 03 de junho de 2020.

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 093-2020 - TERMO ADITIVO 01-2020 - EDIFICAR - OBJETO E VALOR

Publicação Nº 2513045

TERMO ADITIVO Nº. 001/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2020, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA EPP, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA E QUINTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua do Comércio, 1574, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.278.825/0001-51, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor GILBERTO LUIS SIGNOR, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº. 118/2020 – Tomada de Preços nº 001/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

OBJETO DO CONTRATO

Fica aditado o objeto do contrato Nº 093/2020 de 04.05.2020, Constante da Cláusula Primeira, com adição de itens do objeto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de aditivo ao contrato, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo os seguintes itens aditados:

Lote	Item	Descrição	UND	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
01	1	Cobertura de Telha Ondulada de 0,5 MM	M²	157,00	28,85	4.529,45
01	2	Manta Lá de Rocha	M²	157,00	9,77	1.533,89
01	3	Mão de Obra para colocação dos perfis, mantas e da nova cobertura	M²	157,00	10,85	1.703,45

TOTAL DO ADITIVO	7.766,79
------------------	----------

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 093/2020 de 04.05.2020, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de aditivo que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o valor aditivado de R\$ 7.766,79 (sete mil e setecentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) a serem acrescidos do valor original do contrato no valor de R\$ 81.949,69 (Oitenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 89.716,48 (oitenta e nove mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 093/2020 de 04.05.2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), em 1º de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal Contratante	EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA EPP Gilberto Luis Signor Sócio Administrador – Contratada
---	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto:
GILNEI ROBERTO VOGEL
OAB/SC Nº 11.283 – Assessor Jurídico

CONTRATO 093-2020 - TERMO ADITIVO 02-2020 - EDIFICAR - OBJETO E VALOR

Publicação Nº 2513054

TERMO ADITIVO Nº. 002/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2020, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA EPP, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA E QUINTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua do Comércio, 1574, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.278.825/0001-51, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor GILBERTO LUIS SIGNOR, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº. 118/2020 – Tomada de Preços nº 001/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**OBJETO DO CONTRATO**

Fica aditado o objeto do contrato Nº 093/2020 de 04.05.2020, Constante da Cláusula Primeira, com supressão de item do objeto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de aditivo ao contrato, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o seguinte item suprimido:

Lote	Item	Descrição	UND	Qdt.	Vlr unit.	Vlr total
01	1	Lavagem da Cobertura	Und	1	429,57	429,57
TOTAL DA SUPRESSÃO				-429,57		

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 093/2020 de 04.05.2020, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de aditivo que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o valor suprimido de R\$ -429,57 (quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Que o valor original do contrato era no valor de R\$ 81.949,69 (Oitenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos); com o Termo Aditivo nº 001/2020 de 1º de junho de 2020, foi aditivado o valor de R\$ 7.766,79 (sete mil e setecentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos); e com o este Termo Aditivo nº 002/2020 de 04/06/2020, foi suprimido o valor de R\$ -429,57 (quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos); totalizando o valor do contrato em R\$ 89.286,91 (oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 093/2020 de 04.05.2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 04 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal Contratante	EDIFICAR CONSTRUTORA LTDA EPP Gilberto Luis Signor Sócio Administrador – Contratada
---	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:
GILNEI ROBERTO VOGEL
OAB/SC Nº 11.283 – Assessor Jurídico

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041-2020 MATERIAIS PINTURA - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2512504

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 041/2020

Processo Licitatório nº 825/2020

Pregão SRP nº 024/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 09.344.389/0001-67

Valor: R\$ 2.348,00

Assinado em: 04/06/2020

Vigente até: 04/06/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TINTA, MÃO DE OBRA DE PINTURA E DEMAIS MATERIAIS

Modelo/SC, 04 de junho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042-2020 MATERIAIS PINTURA - BORILLE

Publicação Nº 2512505

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 042/2020

Processo Licitatório nº 825/2020

Pregão SRP nº 024/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ nº 32.177.092/0001-76

Valor: R\$ 8.160,00

Assinado em: 04/06/2020

Vigente até: 04/06/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TINTA, MÃO DE OBRA DE PINTURA E DEMAIS MATERIAIS

Modelo/SC, 04 de junho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043-2020 MATERIAIS PINTURA - BARBOZA

Publicação Nº 2512506

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 043/2020

Processo Licitatório nº 825/2020

Pregão SRP nº 024/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: RICHARDI GONCALVES BARBOZA 10955689902, CNPJ nº 32.240.422/0001-20

Valor: R\$ 4.590,00

Assinado em: 04/06/2020

Vigente até: 04/06/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TINTA, MÃO DE OBRA DE PINTURA E DEMAIS MATERIAIS

Modelo/SC, 04 de junho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044-2020 MATERIAIS PINTURA - ROSALEN

Publicação Nº 2512508

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 044/2020

Processo Licitatório nº 825/2020

Pregão SRP nº 024/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUÍMICOS EM GERAL LTDA, CNPJ nº 24.531.333/0001-05

Valor: R\$ 62.706,00

Assinado em: 04/06/2020

Vigente até: 04/06/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE TINTA, MÃO DE OBRA DE PINTURA E DEMAIS MATERIAIS

Modelo/SC, 04 de junho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 136/2020

Publicação Nº 2513127

PORTARIA Nº 136/2020 DE 29 DE MAIO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
MARCOS STOCKER	04.10.2018 a 03.10.2019	01.06.2020 a 10.06.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de Maio de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 137/2020

Publicação Nº 2514265

PORTARIA Nº 137/2020 DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
CLAUDECIR LEONIR BOLIS	07.03.2018 a 06.03.2019	08.06.2020 a 07.07.2020 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 03 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 138/2020

Publicação N° 2514267

PORTARIA N° 138/2020 DE 03 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
PATRICIA GIARETTA	19.02.2019 a 18.12.2020	10.06.2020 a 19.06.2020 (10 dias)
PATRICIA GIARETTA	19.02.2019 a 18.12.2020	16.09.2020 a 25.09.2020 (10 dias)
PATRICIA GIARETTA	19.02.2019 a 18.12.2020	15.12.2020 a 24.12.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 03 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 012.2020 PMM

Publicação N° 2512776

PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação "multientidade", EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 012/2020. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para reposição, manutenção e edificação de prédios e outras construções públicas no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: deverão ser entregues na Casa da Cultura, Rua do Porto, nº 279, Bairro Uruguai, Mondaí/SC, a partir das 07h45min até as 08h15min do dia 22 de junho de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 22 de Junho de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 03 de Junho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA 235/2020

Publicação Nº 2513856

PORTARIA Nº 235/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA, o servidor VALDIR CUNEN RG. 1 516 092/SESP SC, SECRETÁRIO ADJUNTO DE AGRICULTURA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011.

Art. 2º- A presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo a partir da data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 236/2020

Publicação Nº 2513860

PORTARIA Nº 236/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) ALINE PINHEIRO DENARDI, RG 4.785.966/SESP/SC, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, para exercer o cargo de PROFESSOR IV do quadro de pessoal com provimento EFETIVO, nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "131-XI-M" e jornada de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais.

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação pela aprovação no Concurso Público 001/2015 e classificação em 9º lugar.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 237/2020

Publicação Nº 2513862

PORTARIA Nº 237/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora ANA CRISTINA DA SILVA DOS SANTOS 6.168.415/SSP SC, CUIDADORA DA CASA LAR lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 64/2013 de 18 de Setembro de 2013, com nível salarial "462 CUIDADOR DA CASA LAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º A presente nomeação encontra respaldo legal no art. 1 da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde a referida servidora nomeada executará atividade de Cuidadora da Casa Lar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 238/2020

Publicação N° 2513864

PORTARIA N° 238/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR o (a), servidor (a) JOSÉ CARLOS DA LUZ, investido (a) no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º A presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, parágrafo único, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 02 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 239/2020

Publicação N° 2513865

PORTARIA N° 239/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA, a servidora HOSNEIA DA SILVA RIZZI RG 3152827/SESP SC, CUIDADOR DA CASA LAR lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 64/2013 de 18 de Setembro de 2013.

Art. 2º A presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 03 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 240/2020

Publicação Nº 2513867

PORTARIA Nº 240/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA, o(a) servidor(a) APARECIDA SILVANA DIAS RIBEIRO RG 1.514.750/SESP/SC, do cargo de PROFESSOR III, do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 241/2020

Publicação Nº 2513871

PORTARIA Nº 241/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER FUNÇÃO GRATIFICADA V da servidora CLARICE DOS SANTOS CREMA, investida no cargo de PROFESSOR IV do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; criado e aprovado Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de DIRETORA E COORDENADORA DE TURMA.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na retroagindo na data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 242/2020

Publicação Nº 2513873

PORTARIA Nº 242/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora ELIANE FERREIRA DA SILVA 4.623.701/SSP SC, CUIDADORA DA CASA LAR lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 64/2013 de 18 de Setembro de 2013, com nível salarial "462 CUIDADOR DA CASA LAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º A presente nomeação encontra respaldo legal no art. 1 da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde a referida servidora nomeada executará atividade de Cuidadora da Casa Lar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data 03 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 03 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 16/2020

Publicação Nº 2513651

Tomada de Preços n. 003/2020

Processo Administrativo Licitatório n. 16/2020

DECISÃO

Trata a presente, sobre impugnação aos termos do Edital de Tomada de Preços n. 003/2020, em face da exigência de comprovação de aptidão técnica por parte das proponentes licitantes, para execução dos serviços de pavimentação com pedras irregulares das ruas indicadas no Memorial Descritivo constante nos autos.

Afirma a Impugnante, que a exigência prevista no item 4.2.4.2 do edital, em face do cotejo entre os certificados e os atestados, com o acervo técnico da proponente licitante. Além disso, indica que os quantitativos previstos no atestado de capacidade, implicariam em violação clara aos termos da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A impugnação foi formulada no prazo fatal previsto pelo Edital, sendo portanto, tempestiva.

Os autos foram à Procuradoria do Município, onde receberam parecer por provimento parcial da impugnação. Não pelos termos consignados no pedido de revisão, mas sim, pela constatação feita pela Procuradoria, de que a exigência de comprovação de aptidão, correlacionada ao Acervo Técnico da empresa, poderia gerar nulidade futura, em face da ausência desta terminologia, no rol de documentos possíveis de se buscar, para atestar a qualificação técnica da licitante (artigo 30 da Lei 8.666/93).

Indica ainda, o parecer, que o atestado de capacidade técnica da licitante, somente seria cabível em obras que denotam elevado grau de complexidade, para parcelas de relevância técnica. Mas que estas parcelas deveriam estar indicadas no ato convocatório, o que não ocorreu no caso em questão.

É o necessário relatório. Decido.

Conforme se vislumbra da leitura do texto legal, o Poder Público pode exigir a comprovação da aptidão técnica para execução de obras ou serviços de maior complexidade.

Mas esta comprovação, como bem assinalado pela Procuradoria, somente pode ocorrer em parcelas com notável complexidade técnica. E essas parcelas, devem ser indicadas no edital.

As parcelas, com essa natureza e peculiaridade, não são atribuíveis por ato do gestor público. Refogem à discricionariedade, visto se tratar de qualificação técnica, que somente pode ser atestada pelo Departamento de Engenharia do Município.

De fato, compulsando os autos, não encontramos nos termos de referência e memoriais descritivos, quaisquer anotações ou ressalvas que determinem a inclusão desta obrigatoriedade. Então, volver sobre a capacidade operacional das licitantes, torna-se medida sem fundamento, que deve ser afastada pelo Poder Público, servindo-se neste aspecto, da Súmula 473 do STJ, que permite a revisão dos atos administrativos, quando eivados de vício, ou ainda, por motivo de conveniência.

Além disso, temos que o requisito de habilitação previsto no item 4.2.4.3, comprovará a qualificação do corpo técnico encarregado dos serviços, garantindo a boa qualidade da obra a ser adjudicada pelo Poder Executivo de Monte Carlo.

Quanto ao argumento de que os documentos previstos nos itens 4.2.4.2 e 4.2.4.3, são o mesmo documento, conforme bem anotou a Procuradoria, em seu parecer, constituem dois documentos totalmente diferentes, sendo o primeiro, o atestado de aptidão técnica da empresa, e o segundo, o acervo técnico do profissional.

Deste modo, indefiro a impugnação formulada pela empresa Colufort Construtora, para, de ofício, reconhecer a nulidade do item 4.2.4.2 do edital, determinando sua supressão do ato convocatório, contido no presente certame.

Considerando que esta decisão, não altera os termos das propostas, visto tratar-se de requisito de habilitação, e não da proposta, tenho que tal medida não exige a republicação integral do edital, nos termos do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93.

Razão porque, mantenho a data do certame, determinando-se a publicação da presente decisão, e a intimação das empresas que retiraram o edital, por via eletrônica, em especial, da Impugnante, principal interessada.

Publique-se a presente decisão, no Diário Oficial dos Municípios.

Cumpra-se.

Este é o parecer.

Monte Carlo, 04 de junho de 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE PUBLICAÇÕES DE PROPOSIÇÕES**

Publicação Nº 2514285

EXTRATO DE PROPOSIÇÕES ANALISADAS
(RESOLUÇÕES N. 01 E 03/2020)

Sessão do Plenário Virtual de 04/06/2020

Proposição: PEDIDO DE INFORMAÇÕES N. 06/2020 DE 03 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe a relação de investimentos realizados na área de Saúde nas medidas de enfrentamento e combate ao COVID-19. Informe, também, a relação de recursos recebidos e onde foram aplicados.

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB ; Maria Cristina Dick Rigo – PSD e Thais Camile Frozza – PSDB.

Ausentes, justificadamente: Joel de Oliveira – PP e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Monte Castelo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020_FMS

Publicação Nº 2513022



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2020 PROCESSO DE COMPRA Nº 012/2020

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: O Fundo Municipal de Saúde torna público que em conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, com fundamento suplementar no art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979/2020 e de acordo com os Prejulgados de n.º 1311 e 1288 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Acórdão 1157/2013 - Plenário do TCU, que DISPENSOU de licitação a aquisição dos seguintes bens.

OBJETOS: PLANO DIRETOR DO NOVO HOSPITAL DE MONTE CASTELO, compreendendo o desenvolvimento do PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA a ser encaminhado à Vigilância Sanitária do Estado, com área estimada em 3.000m². O PLANO DIRETOR do Novo Hospital compreenderá os seguintes setores: •Unidade de Pronto Atendimento •Unidade de Imagens (RX / Ultrassonografia) •Unidade de Consultórios de Especialidades •Unidade de Internação – Modernização e Ampliação •Unidade de Centro Cirúrgico-Obstétrico / Central de Materiais Esterilizados •Unidade de Laboratório •Recepção / Administração •Cozinha / Refeitório •Lavanderia •Almoxarifado / Farmácia •Vestiários e Conforto de Funcionários •Manutenção Predial Básica

PRESTADOR: MADRIGANO KLINIKA PLANEJAMENTO DO EMPREENDIMENTO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.037.170/0001-60, com sede na Rua Angelo Dias, nº 45 - Sala 11 - Bairro Centro - Blumenau - SC.

VALOR TOTAL: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: Parcelado

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03. 01 - 10.301.1001.2.113

MOTIVAÇÃO: Trata-se de prestação de serviços previstos no inc. IX, do art. 6º da Lei 8.666/93, destinado atender as obrigações legais elencadas nos art. 7º e 8º, ambos da Lei 8.666/93, com vistas a viabilizar a futura edificação do novo Hospital do Município de Monte Castelo, em razão da interrupção do funcionamento do Hospital Maternidade Padre Clemente Kampmann.

Monte Castelo - SC, 02 de junho de 2020.

Andreza Da Silveira
Diretora Geral de Licitações e Compras

ATO DA SECRETÁRIA/GESTORA MUNICIPAL DE SAÚDE

R.H.

Ratifico a Dispensa de Licitação, por seus próprios fundamentos nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93. Destaco ainda, a indispensabilidade dos serviços e a incontroversa necessidade de celeridade do processo.

Execute-se.

Publique-se.

Monte Castelo - SC, 02 de junho de 2020.

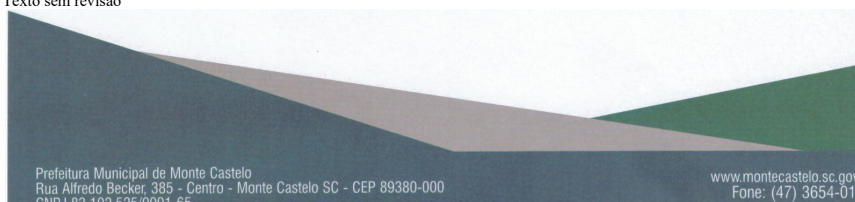
Reni Maria Meister
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer Jurídico de n.º 047/2020 (anexo),
exarado nos termos do inciso VI, do art. 38, da Lei 8.666/93.
Monte Castelo- SC, 02 de junho de 2020.

MARCELO FELIZ ARTILHEIRO
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.493

Texto sem revisão



Prefeitura Municipal de Monte Castelo
Rua Alfredo Becker, 385 - Centro - Monte Castelo SC - CEP 89380-000
CNPJ 83.102.525/0001-65

www.montecastelo.sc.gov.br
Fone: (47) 3654-0161

Morro da Fumaça

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2514243

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: LUIZ ANTÔNIO DOMINGOS. Contador inscrito no CRC, sob o nº 19.178/SC, CPF Nº 542.221.339-49.

OBJETO: constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados de assessoria contábil, a fim de assessorar tecnicamente o setor competente, a fim de obter e ajustar todas as informações necessárias para elaboração do E-sfinge (sistema de fiscalização integrada de gestão) da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, sendo tal sistema disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constituindo-se no assessoramento técnico e acompanhamento para geração de dados e informações provenientes dos sistemas: contabilidade, compras, licitações e setor pessoal, durante o Exercício de 2020.

DATA DA VIGÊNCIA: 02/01/2020 até 31.12.2020.

VALOR GLOBAL: O valor total deste contrato é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), e o CONTRATADO receberá, pelos serviços prestados, mensalmente, do CONTRATANTE, a importância de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.06.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2020

Publicação Nº 2514253

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA

CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: GREGORINI ASSOCIADOS EMPRESA JORNALISTICA LTDA (JORNAL FOLHA DA FUMAÇA), CNPJ: 02.923.547/0001-94.

OBJETO: Prestação de serviços especializados na publicação de jornais impressos, com veiculação no Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações legais e institucionais da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, na forma do Edital de Credenciamento nº 01/2020.

DA VIGÊNCIA: 25.03.2020 até 31.12.2020.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços deste contrato, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor unitário R\$ 15,00 (quinze reais) por centímetro de coluna em jornal impresso, conforme itens nº 03 e 04, definidos na tabela e critérios da cláusula primeira, integrante do inteiro teor deste contrato em apreço, bem como do Anexo I, do Edital atinente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 25 de março de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2020

Publicação Nº 2514254

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA

CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: GILBERTO FERNANDES MANDEIRA MEI, CNPJ: 14.058.141/0001-70.

OBJETO: Serviços de divulgação, publicação e manutenção diária de boletins informativos, contendo o resumo da pauta e demais atividades realizadas pelos vereadores nas sessões ordinárias da Câmara Municipal, de formato de texto, a ser disponibilizado no site: www.tvrsul.com.br.

com.br, de total propriedade do contratado, devendo ser mantidos todos os seus serviços inerentes ao objeto deste instrumento na sede do Contratado, durante o período de vigência contratual, que compreenderá a alocação do link específico para acesso à Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça, obrigatoriamente em local visível e na página inicial do referido endereço eletrônico do contratado.

DA VIGÊNCIA: 25.03.2020 até 31.12.2020.

VALOR GLOBAL: O valor total do presente contrato é de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), sendo pago, ao Contratado, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por cada unidade de boletim informativo publicado, até 10º (décimo) dia útil, contados após a apresentação de respectiva nota fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 25 de março de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2020

Publicação Nº 2514244

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: HELTON SAVIATO, CPF: 037.075.179-50.

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato: Locação de 01 (um) imóvel comercial (sala nº 11), com 38,12mt² (trinta e oito metros e doze centímetros quadrados), sito à Avenida Celeste Recco, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, integrante do imóvel urbano matriculado sob o nº 2.143, no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC, para uso do Setor de Contabilidade da Câmara Municipal. O Locador autoriza o pagamento mensal à RAQUEL LIMA CORRETORA DE IMÓVEIS, registrada no CRECI sob o nº 3.923, estabelecida à Avenida Celeste Recco, salas 03 e 04, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, fone: (48) 3434-2250, representada por Raquel de Oliveira Lima, CPF: 981.252.229-87, C.I 1528345 SSP/SC, a qual compete dar plena e total quitação do mesmo, inclusive assinar recibo de pagamento atinente.

DA VIGÊNCIA: 02.01.2020 até o dia 31.12.2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, perfazendo o total anual de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.15.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2020

Publicação Nº 2514245

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: HELTON SAVIATO, CPF: 037.075.179-50.

OBJETO: 01 (um) imóvel comercial (sala nº 12), com 38,12mt² (trinta e oito metros e doze centímetros quadrados), sito à Avenida Celeste Recco, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, integrante do imóvel urbano matriculado sob o nº 2.143, no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC, para uso do Arquivo Central da Câmara Municipal. O Locador autoriza o pagamento mensal à RAQUEL LIMA CORRETORA DE IMÓVEIS, registrada no CRECI sob o nº 3.923, estabelecida à Avenida Celeste Recco, salas 03 e 04, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, fone: (48) 3434-2250, representada por Raquel de Oliveira Lima, CPF: 981.252.229-87, C.I 1528345 SSP/SC, a qual compete dar plena e total quitação do mesmo, inclusive assinar recibo de pagamento atinente.

DA VIGÊNCIA: 02.01.2020 até o dia 31.12.2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, perfazendo o total anual de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.15.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2020

Publicação Nº 2514246

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA, CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: IVAN SAVARIS FAGUNDES MEI, CNPJ: 36.079.628/0001-71.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços no prédio-sede da Câmara Municipal, incluindo: - Recomposição e reboco com argamassa, reforma e revitalização com reparos devidos, compreendendo o piso, paredes e forro de todo o interior da sala da presidência, incluindo todos os serviços necessários, com fornecimento de todo material necessário, inclusive de alvenaria e aditivo impermeabilizante, além da limpeza completa e retirada de entulho e sobras decorrentes dos serviços em questão; - Recomposição e reboco com argamassa, reforma e revitalização com reparos devidos, compreendendo as paredes da lateral do hall de acesso ao Plenário, bem como das paredes externas do prédio-sede no corredor externo coberto do prédio-sede, com fornecimento de todo material necessário, inclusive de alvenaria e aditivo impermeabilizante, além da limpeza completa e retirada de entulho e sobras decorrentes dos serviços em questão; - Retirada de um aparelho de ar condicionado alocado na sala da presidência, fechamento do referido orifício com material de alvenaria necessário, inclusive reboco com aditivo impermeabilizante, além da limpeza completa e retirada de entulho e sobras decorrentes dos serviços em questão; - Instalação de duas prateleiras de vidro com os respectivos suportes de aço na sala da presidência; - Realização de grafiato nas paredes internas da sala da presidência, bem como na parede lateral do hall de acesso ao Plenário e realização de textura na parede localizada no corredor coberto do hall de entrada do prédio-sede da Câmara Municipal; - Aplicação de removedor químico, remoção de cera e verniz acumulada no assoalho de pedra-granito do interior do prédio-sede, com área de 10mt²; - lixamento do assoalho de pedra-granito do interior do prédio-sede, com área de 10mt²; - aplicação de impermeabilizante no assoalho de pedra-granito do interior do prédio-sede, com área de 10mt².

DA VIGÊNCIA: 22.01.2020 até o dia 31.01.2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) pelos serviços prestados, a ser pago até cinco dias úteis após a conclusão total dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e memorial descritivo junto ao setor competente, e após certificada a conclusão de todos os itens objetos do presente contrato, sob as penas da legislação pertinente em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.16.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 22 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 22 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2020

Publicação Nº 2514247

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA
CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: FABRICIO CLIMATIZAÇÃO (FABRICIO DUARTE DE SOUZA MEI)
CNPJ: 22.568.686/0001-54

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços, por parte da contratada, no prédio-sede da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, especificadamente para:

- instalação de dois ar condicionados Q/F 12.000btus GREE R410A (um no gabinete da presidência e outro na sala da assessoria da presidência/sistema de transmissão e sonorização);
- instalação de um ar condicionados frio 24.000btus GREE BRANCO (Plenário);
- instalação de duas cortinas de ar 120cm 220v ELGIN (portas de entrada da Câmara Municipal);
- uma limpeza e higienização de um ar condicionado Midea 24.000btus (Plenário);
- uma limpeza e higienização de um ar condicionado Midea 12.000btus (Secretaria/recepção)
- duas limpezas e higienização de um ar condicionado Midea 9.000btus (sala do agente administrativo e sala da direção-geral);
- uma limpeza e higienização de um ar condicionado Midea 18.000btus (Plenário).

DA VIGÊNCIA: 30.01.2020 até 31.01.2020.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) pelos serviços prestados, a ser pago até cinco dias úteis após a conclusão total dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e memorial descritivo junto ao setor competente, e após certificada a conclusão de todos os itens objetos do presente contrato, sob as penas da legislação pertinente em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.16.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 30 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2020

Publicação Nº 2514248

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA
CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: FABIO VALDENIR DE SOUZA ME
CNPJ: 17.950.911/0001-82

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços no prédio-sede da Câmara Municipal, incluindo: - Pintura geral, com fundo selador acrílico, com duas demãos, dos ambientes internos e externos da sala da presidência, existente no prédio-sede, incluindo todo material necessário, além da limpeza completa e retirada de entulho e sobras decorrentes dos serviços em questão; - Pintura geral, com fundo selador acrílico, com duas demãos, dos ambientes internos e externos da parede lateral situada no hall de acesso ao Plenário, existente no prédio-sede, incluindo todo material necessário, além da limpeza completa e retirada de entulho e sobras decorrentes dos serviços em questão; - Pintura geral, com fundo selador acrílico, com duas demãos, dos ambientes internos e externos das paredes externas do prédio-sede situadas no corredor externo coberto, bem como de todo o ambiente externo lateral paralelo com o hall de acesso ao Plenário, da sala de recepção e sala da presidência, incluindo todo material necessário, além da limpeza completa e retirada de entulho e sobras decorrentes dos serviços em questão.

DA VIGÊNCIA: 03.02.2020 até 12.02.2020.

VALOR GLOBAL: O valor total do contrato é de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) pelos serviços prestados, a ser pago até cinco dias úteis após a conclusão total dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e memorial descritivo junto ao setor competente, e após certificada a conclusão de todos os itens objetos do presente contrato, sob as penas da legislação pertinente em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.16.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 03 de fevereiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2020

Publicação Nº 2514250

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA
CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: PAJÉ ELECTRIC - CNPJ: 36.079.628/0001-71.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços e fornecimento de material elétrico para o Plenário prédio-sede da Câmara Municipal, incluindo: 1 - Serviços de instalação, no Plenário do prédio-sede da Câmara Municipal, de 24 (vinte e quatro) luminárias sobrepor dupla de 1,20m, de alto rendimento, customizadas com pintura epóxi externa na cor preta e interior refletivo, incluindo todo o material necessário: valor total dos serviços: R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais); 2 - Fornecimento de 24 (vinte e quatro) luminárias sobrepor dupla de 1,20m, de alto rendimento, customizadas com pintura epóxi externa na cor preta e interior refletivo, para serem instaladas no Plenário do prédio-sede da Câmara Municipal, valor unitário: R\$ 150,00 = total: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); 3 - Fornecimento de 48 (quarenta e oito) lâmpadas tubular led T8 p/ luminárias sobrepor dupla de 1,20m, de alto rendimento, para serem instaladas no Plenário do prédio-sede da Câmara Municipal, valor unitário: R\$ 18,00 = total: R\$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais).

DA VIGÊNCIA: 03.02.2020 até 13.02.2020.

VALOR GLOBAL: O valor total do contrato é de R\$ 6.064,00 (seis mil e sessenta e quatro reais) pelos serviços prestados, a ser pago até cinco dias úteis após a conclusão total dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e memorial descritivo junto ao setor competente, e após certificada a conclusão de todos os itens objetos do presente contrato, sob as penas da legislação pertinente em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.16.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 03 de fevereiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020

Publicação Nº 2514251

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA

CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: PAJÉ ELECTRIC - CNPJ: 36.079.628/0001-71.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços e fornecimento de material elétrico para diversos setores do prédio-sede da Câmara Municipal, incluindo: 1 - Serviços de instalação, em diversos setores internos do prédio-sede da Câmara Municipal, de 10 (dez) luminárias sobrepor dupla de 60cm, de alto rendimento, customizadas com pintura epóxi externa na cor preta e interior refletivo, incluindo todo o material necessário: valor total dos serviços: R\$ 600,00 (seiscentos reais); 2 - Fornecimento de 10 (dez) luminárias sobrepor dupla de 60cm, de alto rendimento, customizadas com pintura epóxi externa na cor preta e interior refletivo, para serem instaladas em diversos setores internos do prédio-sede da Câmara Municipal, valor unitário: R\$ 120,00 = total: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais); 3 - Fornecimento de 20 (vinte) lâmpadas tubular led T8 p/ luminárias sobrepor dupla de 60cm, de alto rendimento, para serem instaladas em diversos setores do prédio-sede da Câmara Municipal, valor unitário: R\$ 15,00 = total: R\$ 300,00 (trezentos reais); 4 - Serviços de instalação, em diversos setores internos do prédio-sede da Câmara Municipal, de 08 (oito) luminárias sobrepor dupla de 1,20m, de alto rendimento, customizadas com pintura epóxi externa na cor preta e interior refletivo, incluindo todo o material necessário: valor total dos serviços: R\$ 600,00 (seiscentos reais); 5 - Fornecimento de 08 (oito) luminárias sobrepor dupla de 1,20m, de alto rendimento, customizadas com pintura epóxi externa na cor preta e interior refletivo, para serem instaladas em diversos setores internos do prédio-sede da Câmara Municipal, valor unitário: R\$ 150,00 = total: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais); 6 - Fornecimento de 16 (dezesesseis) lâmpadas tubular led T8 p/ luminárias sobrepor dupla de 1,20m, de alto rendimento, para serem instaladas em diversos setores do prédio-sede da Câmara Municipal, valor unitário: R\$ 18,00 = total: R\$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

DA VIGÊNCIA: 10.02.2020 até 14.02.2020.

VALOR GLOBAL: O valor total do contrato é de R\$ 4.188,00 (quatro mil, cento e oitenta e oito reais) pelos serviços prestados, a ser pago até cinco dias úteis após a conclusão total dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e memorial descritivo junto ao setor competente, e após certificada a conclusão de todos os itens objetos do presente contrato, sob as penas da legislação pertinente em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.16.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 10 de fevereiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2020

Publicação Nº 2514252

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA

CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: FABIO VALDENIR DE SOUZA ME, CNPJ: 17.950.911/0001-82.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços no conserto e limpeza do telhado do prédio-sede da Câmara Municipal, incluindo realização de limpeza geral e reparos nas respectivas calhas, telhas e anexos, bem como à aplicação de 06 metros de manta asfáltica específica sobre o telhado, rachaduras e furos existentes na cobertura, incluindo todo o material necessário para a consecução total do objeto em apreço.

DA VIGÊNCIA: 03.03.2020 até 10.03.2020.

VALOR GLOBAL: O valor total do contrato é de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) pelos serviços prestados, a ser pago até cinco dias úteis após a conclusão total dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e memorial descritivo junto ao setor competente, e após certificada a conclusão de todos os itens objetos do presente contrato, sob as penas da legislação pertinente em vigor.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.16.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2020.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de fevereiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

RESOLUÇÃO Nº 017/2020

Publicação Nº 2514242

EMENTA: "DETERMINA A PUBLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO Nº 003/2020/PJE/034ZE, NO ÁTRIO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Determinar que a Secretaria desta Casa legislativa promova a devida publicação integral da RECOMENDAÇÃO Nº 003/2020/PJE/034ZE, a fim de publicizar ao público as orientações constantes do referido expediente, em cumprimento ao contido no Ofício nº 0027/2020/PJE/034ZE, expedido pela 34ª Promotoria Eleitoral de Urussanga/SC.

§ 1º - A referida publicação deve ser efetivada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Resolução.

§ 2º - A Secretaria dará ciência do inteiro teor desta recomendação em apreço, notadamente a todos os vereadores e servidores desta Casa de Leis, mediante recibo próprio.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 25 de maio de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, bem como no átrio de publicações legais, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA 1º SESSAO 35/2020 PMN

Publicação Nº 2514356

ATA 35/2020- PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 20/2020 PMN. CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS DO CRAS I; CRAS II; INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CIDADANIA; PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; ACESSUAS JOVEM/TRABALHO; PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, CURSOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E DEMAIS ATIVIDADES, EVENTOS DE SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUAS. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA, MÁXIMA ATACADISTA EIRELI, PJ SERVIÇO E COMERCIO EIRELI-ME, SEVEN COMERCIO DE EMBALAGENS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA, ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI, LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA , RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI, RC PAPEIS LTDA- ME, BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA E TODAS SE ENQUADRA COMO ME/EPP. PRESENTE NO CERTAME SR. LUIZ FERNANDO GOMES FUNCIONARIO DA ASS. SOCIAL PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. SENDO DISPONIBILIZADO AOS CREDENCIADOS OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCE ONDE NO ITEM 31 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI COM O VALOR DE R\$130,00. ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI COM O VALOR DE R\$47,00. ITEM 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA COM O VALOR DE R\$ 15,00, SENDO DESCLASSIFICADA POIS NÃO APRESENTOU FICHA TECNICA, VOLTANDO PARA ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPEIS LTDA- ME COM O VALOR DE R\$ 15,38. ITEM 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,50. ITEM 04 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,99. ITEM 05 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 6,30. ITEM 06 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 135,00. ITEM 07 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 26,39, DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER O DESCRITIVO DO EDITAL SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 50,00. ITEM 08 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 8,00, DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER O DESCRITIVO DO EDITAL SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇO E COMERCIO EIRELI-ME COM O VALOR DE R\$ 8,40. ITEM 09 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPEIS LTDA- MECOM O VALOR DE R\$ 4,00. ITEM 10 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA COM O VALOR DE R\$ 5,40. ITEM 11 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPEIS LTDA- ME COM O VALOR DE R\$ 5,50. ITEM 12 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 5,95. ITEM 13 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 22,80. ITEM 14 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPEIS LTDA- ME COM O VALOR DE R\$ 8,80. ITEM 15 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 22,00. ITEM 16 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,30. ITEM 17 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPEIS LTDA- ME COM O VALOR DE R\$ 1,08. ITEM 18 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 3,35. ITEM 37 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 40,90. ITEM 19 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 15,50. ITEM 20 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,80. ITEM 21 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 0,29. ITEM 22 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,80. ITEM 23 SAGROU-SE VENCEDORA A KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,25, DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER O DESCRITIVO DO EDITAL SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,60. ITEM 24 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇO E COMERCIO EIRELI-ME COM O VALOR DE R\$ 18,39. ITEM 25 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MÁXIMA ATACADISTA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 20,20. ITEM 26 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPEIS LTDA- ME COM O VALOR DE R\$ 12,35, DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER O DESCRITIVO DO EDITAL SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA COM O VALOR DE R\$ 17,49. ITEM 27 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA – LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,95. ITEM 28 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,75. ITEM 29 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 3,30. ITEM 30 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,30. ITEM 32 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 7,50. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL.

O CERTAME ESTÁ SUSPENSO AGORA AS 12:00 E TERÁ CONTINUAÇÃO DIA 05/06/2020 AS 08 HORAS. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 12:04. EU, AGATH S. JENSEN GERALDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSAO 38/2020 PMN -- ATA COMPLEMENTAR

Publicação Nº 2514326

Ata 38/2020 PMN – Ata complementar

No dia dois de junho de dois mil e vinte, na sala de Administração, no Paço Municipal, reuniu - se a Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 952 de treze de fevereiro de dois mil e vinte para verificar os documentos apresentados para regularização dos documentos, conforme ata da sessão anterior. Os documentos foram entregues no dia vinte e seis de maio, dentro do prazo e cumpriu com o que havia sido apontado. Dando prosseguimento, a comissão irá entregar a documentação do imóvel para a comissão especial de avaliação para realizar a vistoria para comprovação técnica da adequação da proposta, e da compatibilidade de seu valor, sendo lavrado e publicado o relatório de vistoria.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 67/2020 PMN

Publicação Nº 2514116

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 67/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em mão de obra com fornecimento de maquinários, para remoção e colocação de lajotas sextavadas, paralelepípedos, pavers e meios-fios, nas vias públicas do município, através da Secretaria Municipal de Obras do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 19/06/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 19/06/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTA -- TOMADA DE PREÇO 56/2020 PMN

Publicação Nº 2514301

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTA

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONVOCA AS EMPRESAS PARTICIPANTES DA TOMADA DE PREÇO 56/2020 PMN CUJO OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS III, SITUADO NA RUA ENGENHEIRO FÉLIX MALBURG, S/N - MEIA PRAIA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO DE REPASSE 873976/2018 - OPERAÇÃO 1060775-22 - MC- PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. PARA A SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS QUE ACONTECERÁ NO DIA 08 DE JUNHO DE 2020 AS 9H.

DECISÃO PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATORIOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2513117

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATORIOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - DECISÃO ADMINISTRATIVA.

(PAI nº 007/2020)

ASSUNTO: Apurar possibilidade de pagamento pelo suposto dano ocorrido no veículo de propriedade da Sra. Marinez Maria Cordeiro.

O presente processo foi instaurado através do requerimento da Sra. Marinez Maria Cordeiro, protocolado nesta Administração no dia 24 de abril de 2020, para apurar a possibilidade do pagamento pelos danos ocasionados ao requerente, em razão de um buraco em via pública sem a devida sinalização, tendo sofrido prejuízo material em seu veículo, além de ferimentos sofridos no momento da queda, segue anexo toda documentação necessária a propositura do presente processo administrativo, o prejuízo material de acordo com os orçamentos apresentados.

O processo foi autuado conforme segue:

1. Termo de Abertura - (fl. 01);
2. Requerimento - (fl.02);
3. Documentos da requerente (fl. 03-04);
4. Boletim de ocorrência (fl. 05-07);
5. Comprovante de atendimento médico em razão do acidente (fl. 08-13);
6. Fotos do local (fl.14-18);
7. Orçamentos para conserto da motoneta e despesas hospitalares/medicamentos (fls. 19-24);
8. Solicitação de informações (fl. 25);
9. Resposta da Secretaria de Saneamento e Obras (fl. 26-27);
10. Portaria nomeando a comissão (fl. 28)
11. Cópia da Lei municipal que rege o assunto (fl. 29).

1. DOS FATOS

Segundo apreende-se dos documentos encaminhados pelo suposto dano ocorrido no veículo de propriedade da Sra. Marinez Maria Cordeiro, quando "Estava em direção a loja milium no centro, estava voltando da Havan e entrei na rua de trás da caixa econômica mais ou

menos 30 km quando o meu pneu bateu no buraco e meu pneu da frente ficou preso, o bombeiro veio até a via e nos conduziu até o hospital da cidade. Eu e minha mãe que estava na garupa e se machucou bastante.”, conforme Registro de ocorrência nº 0224450/2020-BO-00601.2020.0004802 cito à (fl. 05), lavrado no dia 14/03/2020, tendo um prejuízo representado no valor médio de R\$ 1821,68 (um mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), conforme documentos comprobatórios.

RELATADOS. DECIDIMOS.

No caso em tela, o cerne da questão a ser analisada é relativo à responsabilidade da Secretaria de Obras pelos danos causados no veículo do Requerente, já que em resposta aponta ser um problema recorrente no local em razão de problemas na tubulação antiga, pela negligência decorrente da ausência de sinalização e manutenção na via pública que culminou no acidente, evento danoso ocorrido no dia 14/03/2020.

Especificamente no caso sub examine, o Secretário de Obras informa que:

"A equipe da Secretaria de Obras e Serviços Municipais efetivou o reparo da pavimentação no local da ocorrência no dia 27 de abril de 2020, mesma data na qual a C.I. 37/2020 foi enviada a este órgão. Desse modo, observa-se que já havia um cronograma anterior prevendo a realização de tais benfeitorias e restauros, tanto que estas foram devidamente executadas antes mesmo de um comunicado oficial acerca do evento relatado pela parte exequente.

Ademais, após conversa com o engenheiro responsável, foi elucidado que anteriormente já havia sido operado ações de reparos no mesmo local, mas que o problema se repete devido a falta de drenagem adequada e eficiente em tal via pública." (fl.27).

A Secretaria de Saneamento, por sua vez, informou apenas que "em nossos registros não temos nenhuma ocorrência registrada no endereço informado e de acordo com as fotos recebidas, trata-se de manutenção no calçamento da rua e que não compete a esta secretaria executar. (fl. 26)

Conforme demonstra os documentos acostado aos autos, o fato ocorrido restou comprovado quanto aos danos causados no veículo do requerente, conforme fotografias e demais documentos que instruem o presente feito.

Assim, passemos, pois, ao âmago da questão, que reside na responsabilidade do Município e na possibilidade de serem reparados os danos sofridos pelo requerente através de acordo extrajudicial.

Preceitua a Carta Magna (CF/88), em seu artigo 37, parágrafo 6º, que a responsabilidade da administração pública, direta ou indireta, é objetiva:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
[...]

§6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. "

Do dispositivo legal supratranscrito, depreende-se que, ao disciplinar a responsabilidade civil do Estado, abordou a responsabilidade civil objetiva da Administração, sob a modalidade do risco administrativo, pela qual somente se requer a prova do dano e o nexo causal para ensejar à administração a obrigação de reparar o dano.

Dentre os reconhecidos e admiráveis doutrinadores do Direito Administrativo, destacamos o pensamento de Hely Lopes Meirelles:

"A teoria do risco faz surgir a obrigação de indenizar o dano do só ato lesivo e injusto caudado à vítima pela Administração. Não se exige qualquer falta do serviço público, nem público, nem culpa de seus agentes. Basta a lesão, sem o concurso do lesado. [...]. Aqui não se cogita a culpa da Administração ou de seus agentes, bastando que a vítima demonstre fato danoso e injusto ocasionado por ação ou omissão do Poder Público. Tal teoria, como o nome está a indicar, baseia-se no risco que a atividade pública gera para os administrados e na possibilidade de acarretar dano a certos membros da comunidade, impondo-lhes um ônus não suportado pelos demais. [...] O risco e a solidariedade social são, pois, os suportes desta doutrina, que, por sua objetividade e partilha dos encargos, conduz à mais perfeita justiça distributiva, razão pela qual tem merecido o acolhimento dos Estados modernos, inclusive o Brasil, que a consagrou pela primeira vez no art.194 da CF de 1946". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Malheiros Editores Ltda., 2006, 32ª edição, PP. 649/650).

Especificamente no caso sub examine, constata-se que o fato danoso ocorreu em tese por negligência, ainda que involuntária, da Secretaria de Obras, que apesar de argumentar que já havia um cronograma de manutenção do local, não conseguiu comprovar suas alegações, e mais, ainda que houvesse já a intenção de realizar o reparo, o local deveria estar devidamente sinalizado para preservar os motoristas e pedestres, o que ao que consta não ocorreu. Aliás, é visível ao longo do Município diversos locais onde há buracos e lajotas soltas, a exemplo do caso dos autos, sem sinalização, o que pesa a favor da requerente.

A propósito, em situação análoga, em que o condutor de uma motocicleta caiu bruscamente ao solo ao tentar desviar de buraco situado na via pública, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, manteve a condenação do Município ao pagamento da indenização pelos danos materiais, por entender configurada a responsabilidade subjetiva do ente público. Vejamos:

EMENTA – INDENIZAÇÃO – RESPONSABILIDADE CIVIL DE ENTE PÚBLICO – QUEDA DE MOTOCICLETA AO DESVIAR DE BURACO NA VIA PÚBLICA – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA – DANOS DE ORDEM MATERIAL – DANOS MORAIS INDEVIDOS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Em se tratando de omissão, a responsabilidade civil de pessoa jurídica de direito público, tanto a doutrina como a jurisprudência majoritária entendem que é subjetiva, devendo, portanto, ser demonstrada a ocorrência de uma das modalidades da culpa: negligência, imperícia ou imprudência. Trata-se de doutrina baseada no que os franceses chamaram de *faute du service* (falta do serviço).

2. Incumbe ao Município a manutenção e conservação das vias públicas, devendo tomar todas as cautelas necessárias a fim de impedir que os municípios sofram acidentes em decorrência de sua má conservação A inobservância deste dever, comprometendo a segurança, gera o

dever de indenizar os danos materiais.

3. Não restando demonstrado o dano moral, não há se falar na sua indenização.

(TJMS, Apelação Cível 0801321-38.2013.8.12.0045, Sidrolândia, Des. Rel. Sideni Soncini Pimentel, 5ª Câmara Cível, julgado em 10/11/2015).

E, nesse mesmo contexto, urge destacar o posicionamento dos Tribunais de Justiça de Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal e Territórios, uníssonos ao imputar ao Estado a responsabilidade pelos eventos danosos causados pela má prestação do serviço público no que tange à pavimentação e conservação das vias públicas:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - BURACO EM VIA PÚBLICA - OMISSÃO - RESPONSABILIDADE SUBJETIVA - DANOS MATERIAIS COMPROVADOS - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - PRIMEIRA APELAÇÃO PROVIDA E SEGUNDA APELAÇÃO NÃO PROVIDA. 1. A conduta omissiva do Município enseja a responsabilização subjetiva, sendo necessária a comprovação da culpa, do dano e do nexo de causalidade. 2. É dever do Município manter os logradouros públicos em condições que assegurem a sua regular utilização por todos. 3. É cabível a responsabilização do Município pelos danos materiais causados em decorrência de queda do autor em buraco, quando trafegava em sua motocicleta, uma vez comprovado que o ente municipal não manteve a via pública em condições seguras. 4. O Município deve responder pelos danos morais, tendo o autor sofrido fratura na costela, em razão do acidente. 5. Configurado o dano moral, cabe ao magistrado arbitrar um valor capaz de propiciar a necessária compensação satisfativa ao dano, nos limites da proporcionalidade e da razoabilidade, para que não sirva de fonte de enriquecimento sem causa. 6. Primeira apelação provida. 7. Segunda apelação não provida. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.12.053708-0/001, Rel. Des. Raimundo Messias Júnior, 2ª Câmara Cível, julgado em 06/10/2015).

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. BURACO NO MEIO DA PISTA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONDUTA OMISSIVA. FISCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO.

[...]

4. A reparação de danos decorrentes de conduta omissiva praticada pelo Estado cuida de hipótese excepcional de responsabilidade subjetiva, fundada na teoria da faute du service, encontrando-se, portanto, sujeita à comprovação de culpa na falha do serviço prestado e do nexo de causalidade entre esta e o evento lesivo.

5. Tem-se configurada a responsabilidade civil do Estado quando o dano experimentado pelo motociclista tem origem em ato omissivo do ente estatal, consistente em não reparar grande buraco no centro da pista de rolamento, tampouco providenciar a devida sinalização no local, como forma de garantir aos usuários condições adequadas de uso e segurança do sistema viário local.

6. Demonstrado que o evento que culminou com sequelas na mão esquerda do autor, comprometendo o exercício de sua atividade laborativa, torna-se devida a indenização pelos danos materiais e morais sofridos.

(TJDFT, Acórdão 896457, 20130111162569APO, Des. Rel. Simone Lucindo, 1ª Turma Cível, julgado em 16/09/2015).

APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ALEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE BUEIRO INAPROPRIADO E BURACO NO ASFALTO – MÁ CONSERVAÇÃO DA VIA PÚBLICA – LEGITIMIDADE PASSIVA DA MUNICIPALIDADE RECONHECIDA – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA PELOS ESTRAGOS VERIFICADOS NO PNEU DO AUTOMÓVEL DO AUTOR, A TEOR DO ART. 37, § 6º, DA CF – DANOS MATERIAIS DEVIDAMENTE COMPROVADOS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

(TJSP, Apelação Cível 1004380-2014.8.26.0114, Rel. Des. Cesar Luiz de Almeida; 28ª Câmara de Direito Privado; julgado em 10/11/2015).

Assim, havendo inércia do Estado em manter as vias públicas em boas condições de uso para a população, resulta no dever de indenizar, seja material ou moralmente. Destarte, considerando os reiterados casos de ausência de sinalização que resultaram em situações idênticas, ante a teoria do risco administrativo, é admissível a obrigação do Município indenizar o requerente pelos danos materiais sofridos.

Vencida esta questão, passar-se-á à análise referente à possibilidade de acordo extrajudicial para a composição dos danos causados.

Não obstante os entendimentos doutrinários dominantes reiterarem a viabilidade de transação entre o Poder Público e a requerente, sem a necessidade de lei expressa nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, manifestou-se acerca do tema no seguinte sentido:

Prejulgado nº 816

“É necessária autorização legislativa específica para a efetivação de pagamento referente à indenização a particulares resultante de acordo extrajudicial, em caso de responsabilidade civil (acidente de trânsito) do ente público, quando não houver norma na legislação Federal, Estadual e Municipal, nesta incluída a Lei Orgânica do Município, regulando a adoção de forma ou procedimento a ser observado...”

No mesmo sentido, a Lei Municipal nº 2335, de 04 de agosto de 2010, preceitua:

“Art. 1º - Fica, o Município de Navegantes, autorizado a compor acordo extrajudicial para o pagamento de danos decorrentes de atos de omissão, imperícia ou imprudência, comprovadamente realizados pelos agentes públicos municipais”.

“Art. 6º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento da Prefeitura de Navegantes”

Superada também a questão sobre a possibilidade de acordo extrajudicial para a composição dos danos causados, tendo em vista a existência de norma municipal que respalda a composição, passar-se-á à análise do quantum indenizatório.

Nesse sentido, atente-se para a necessidade da observância do princípio da proporcionalidade quanto ao pagamento da indenização.

Observado o princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, a promoção de resultados esperados com o menor custo possível; é a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, deverá a administração indenizar o requerente Sr. Deivid Roberto, com base nos orçamentos apresentados. A lei menciona que:

“Art. 2º O valor a ser indenizado compreenderá todas as despesas suportadas pela vítima, decorrentes do evento danoso, inclusive prejuízos de natureza material, pessoal e moral.

Art. 3º Os valores oriundos dos danos materiais devem ser comprovados mediante a apresentação de no mínimo 03 (três) orçamentos para

cada item."

Analisando a documentação acostada, verifica-se que a Requerente orçou em três oficinas o conserto da motocicleta e ainda solicitou ressarcimento em relação à medicamentos e um óculos de grau novo. Apesar de a lei mencionar que a indenização compreenderá "todas as despesas suportadas pela vítima", o cupom fiscal dos medicamentos data de 14/04/2020 (fl. 22) e o orçamento dos óculos data de 24/04/2020, ou seja, não há como comprovar a relação direta entre estas despesas e o acidente ocorrido, razão pela qual a indenização deve recair apenas sobre o valor de R\$ 1.821,68 o menor valor dos três orçamentos para o conserto do veículo (fl. 21).

Autorizada pela lei, pois, a possibilidade de resolução da questão extrajudicialmente, e arbitrado o valor da indenização, resta analisar-se os termos da decisão administrativa e do termo de acordo.

Quanto a Decisão, preenche todos os requisitos legais e formais que lhe são peculiares, da mesma forma que o termo de acordo extrajudicial contém todos os pressupostos dos contratos, quais sejam:

Requisitos subjetivos: existência de duas ou mais pessoas; capacidade genérica das partes contratantes para praticar atos da vida civil; aptidão específica para contratar; consentimento das partes contratantes.

Requisitos objetivos: dizem respeito ao objeto do contrato; a validade e eficácia do contrato, como um direito creditório, dependem da: a) licitude de seu objeto; b) possibilidade física ou jurídica do objeto; c) determinação de seu objeto, pois este deve ser certo ou, pelo menos, determinável; d) economicidade de seu objeto, que deverá versar sobre interesse economicamente apreciável, capaz de se converter, direta ou indiretamente, em dinheiro.

No caso em tela foi garantido a requerente, a ampla defesa e o contraditório, onde sem qualquer restrição, pode defender seus direitos, que lhe são garantidos pela nossa Lei Maior, onde situa os destacados princípios conjuntamente em seu inciso LV, artigo 5.º: "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com meios e recursos a eles inerentes;"

Ante o exposto, considerando meramente os aspectos jurídicos e formais apreciados, somos favoráveis PELA POSSIBILIDADE DO RESSARCIMENTO DOS DANOS MATERIAIS sofridos no veículo de propriedade da SRA. MARINEZ MARIA CORDEIRO (REQUERENTE), através de acordo extrajudicial, tendo em vista a existência de legislação municipal própria, que endossa tal procedimento.

Igualmente, não se vislumbra óbice formal ou legal à manutenção dos termos, tanto da decisão administrativa, quanto do termo de acordo extrajudicial, nos moldes das respectivas decisões apresentadas.

Outrossim, deve ser providenciado processo administrativo de sindicância a fim de apurar a responsabilidade do funcionário que deu causa ao ocorrido, a fim de obter-se o reembolso ao Município pela indenização ora prestada, caso seja configurado dolo ou culpa de algum agente público.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 18 de MAIO de 2020.

Ellinton Pedro de Souza
Presidente da Comissão de Avaliação Indenizatória

Fernanda Hassmann Constâncio Maria Benedita Correa
Membro da Comissão Membro da Comissão

Nelson da Cunha Patrícia Aparecida Gualberto
Membro da Comissão Membro da Comissão

Gracy Kelly Lucindo
Membro da Comissão

Emilio Vieira Marcio da Rosa
Prefeito de Navegantes Secretário de Administração e Logística

DECISÃO: Procedimento Administrativo nº 007/2020
Requerente: Sra. Marinez Maria Cordeiro

DECRETO 112/2020

Publicação Nº 2513881

DECRETO N º 112 DE 03 DE JUNHO DE 2020

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com a lei municipal nº 1674 de 27/05/2003, resolução 016/94 do TCE SC e Parecer Jurídico 50/2019,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor JOÃO EMILIANO DE MOURA SILVA MIRANDA – CPF 037.613.379-14, Comandante da 2ª Companhia de Bombeiros Militar - no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal nº 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal nº 4320/64 e Resolução nº 016/94 do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas variadas conforme Ofício NR 431-2020-7º BBM e outras despesas nos termos da lei municipal nº 1674 de 27/05/2003.

Art. 3º As despesas decorrentes correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do FUMSCI – FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DE NAVEGANTES/SC, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
Prefeito

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

DECRETO Nº 113 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512514

DECRETO Nº 113 DE 04 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO/2019 (RECURSOS ORDINÁRIOS), PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3450 de 27/11/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do superávit financeiro/2019, do recurso abaixo discriminado, até a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 6.000 – Superávit Financeiro - Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

08 – Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social

06.181.0015 – 2.154 – Convênio Polícia Militar – Rádio Patrulha

220 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

221 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira
Prefeito

ERRATA DA PORTARIA 2227 DE 08 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514361

ERRATA:

Na Portaria 2227 DE 08 DE MAIO DE 2020, publicada na Edição nº 3151 do Diário Oficial dos Municípios de 25/05/2020,

Onde se lê:

Art.1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO a MICHEL KIRSCHNER HERBST, matrícula 6188601, efetivo no cargo de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 horas semanais, para a classe/referência "E".

Art. 3º. Esta progressão corresponde ao período de avaliação de 2016/2018 e 2018/2020.

Leia-se:

Art.1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO a MICHEL KIRSCHNER HERBST, matrícula 6188601, efetivo no cargo de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 horas semanais, para a classe/referência "D".

Art. 3º. Esta progressão corresponde ao período de avaliação de 2016/2018.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de junho de 2020.

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2020 PMN.

Publicação Nº 2514168

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2020 PMN.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, neste ato representado pelo Superintendente de Relacionamento com Clientes, Sr. JACIMAR GOMES FERREIRA, portador do CPF nº 131.xxx.xxx-xx.

ENDEREÇO: Setor de Grandes Áreas Norte – SGAN, Quadra 601, Módulo “V”, Edifício – Sede BAIRRO: Asa Norte

CIDADE: Brasília/DF CEP: 70.836-900.

Valor : R\$ 8.268,72 (oito mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Vigência : 12 meses.

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 50/2020 PMN.

Recursos : Dotação: 2.111 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, CONSISTINDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE CONSULTAS AS BASES DOS CADASTROS DE PESSOAS (CPF E/OU CNPJ) ONLINE S BASES DE DADOS CADASTRAIS E ECONÔMICO FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita.

Navegantes, 03 de junho de 2020.

EXTRATO DA ATA 57/2019 FMS

Publicação Nº 2514140

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 57/2019, relativa ao Pregão Presencial nº 57/2019 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS (LOCADOS E PRÓPRIOS), QUE ABRIGAM AS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 57/2019 FMS.

Fornecedores: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA - ME

CNPJ nº: 01.276.119/0001-54

Sócio: Andre Vinicius Krutzmann

Valor: R\$ 14.261,40

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ nº: 83.183.152/0001-02

Proprietário: Jean Clever Kraus

Valor: R\$ 7.259,00

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI - EPP

CNPJ nº: 31.254.425/0001-50

Proprietária: Neuza Silveira dos Santos

Valor: R\$ 24.917,19

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ nº: 13.060.647/0001-50

Sócia: Julia Cristina Meurer de Souza

Valor: R\$ 61.851,35

Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ nº: 80.443.633/0001-03
Sócio: Leandro Nunes
Valor: R\$ 140.385,70
Vigência: 02/06/2020 a 02/06/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 02 de junho de 2020.

PORTARIA 2496/2020 - NOMEIA COMDCAN

Publicação Nº 2513446

PORTARIA N º 2496 DE 04 DE JUNHO DE 2020

NOMEIA OS INTEGRANTES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES - COMDCAN E REVOGA NA ÍNTEGRA O DECRETO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III e de acordo com o art. 4º da Lei 1186/1997

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

Membros Governamentais:

a) Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Mary Cleide Tambosi

Suplente: Angelica Scartezini Batisteli

b) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Caroline Fernandes Freitas

Suplente: Tatiane Cristine Gaya

c) Representantes da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude:

Titular: Nilcinéia Scalvin Motta

Suplente: Luiz Fernando Gomes

d) Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Franciele Justino

Suplente: Márcio Capella

e) Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Aparecida Sagás de Mello

Suplente: Susana dos Passos de Souza

Membros Não Governamentais:

f) APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes:

Titular: Roseli dos Santos Bini

Suplente: Shaiany Cristine Jovita

g) OJINJÉ – Associação de Cultura e Tradições de Matriz Africana:

Titular: Isabel Cristina Ribeiro Rosa

Suplente: Luiz Marcelo Titão

h) ADVIR – Associação de Deficientes Visuais de Itajaí e Região:

Titular: Jairton Fabeni Domingos

Suplente: Bruno Carlos de Oliveira

i) OAB/SC – SUBSEÇÃO DE NAVEGANTES:

Titular: Diego Dias

Suplente: Gabriela de Almeida Soares

j) SINDIFOZ – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí:

Titular: Carolini Barbosa de Oliveira

Suplente: Catúpcia Veronica Silva Penha

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a portaria nº 660 de 14 de janeiro de 2020, publicada na Edição nº 3030 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 17 de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JUNHO DE 2020.

Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 2403 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2513120

PORTARIA N ° 2403 DE 04 DE JUNHO DE 2020,
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, matrícula 166411 ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 10 horas semanais, com início do afastamento em 04.06.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir 04.06.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JUNHO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N.º 001 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2514264

PORTARIA N ° 001 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

APROVA A NOTA EXPLICATIVA N. 001/2020, QUE VISA ORIENTAR A REGULARIZAÇÃO, ANÁLISE, EMISSÃO DE CERTIDÕES OU AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS PARA ESTABELECIMENTOS DE PESCADOS E CONGÊNERES.

A Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.461 de 20/11/2001 e,

CONSIDERANDO a necessidade de orientar e padronizar os expedientes emitidos para as atividades e estabelecimentos de pescados e congêneres de competência da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes;
CONSIDERANDO o expediente (C.I nº 004/2020/SIM/SMAAP) emitido pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca;
CONSIDERANDO a competência da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN, em licenciar as atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, sujeitos ao licenciamento ambiental municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Nota Explicativa n.º 001/2020, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2020.

Heloisa Cristina Flores
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

Esta Portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2020.

Anexo

NOTA EXPLICATIVA – 01 – DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Considerações sobre a regularização, análise, emissão de certidões ou autorizações ambientais para estabelecimentos de pescados e congêneres.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN, resolve, emitir a nota Explicativa, referente a demanda e questionamentos sobre empreendimentos e atividades que exercem ou pretendam exercer atividades com pescados no Município.
Considerando que para efeitos de enquadramento do estabelecimento nas atividades e empreendimento (códigos) que compõem a Resolução CONSEMA nº 98, e 99/2017, considerar-se-á a atividade preponderante e efetivamente exercida pelo estabelecimento;
Considerando que a presente Nota Explicativa tem objetivo de dar transparência, padronizar as ações e esclarecer sobre o posicionamento adotado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN, nas análises de requerimentos de Certidões ou Autorizações Ambientais.

1. DOS EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES DE PESCADOS

A fim de prestar os devidos esclarecimentos, as empresas que se designam “de congelamento” de pescados são consideradas indústrias e não comércios.

De maneira geral, estas empresas recebem a matéria prima já filetada e procedem o congelamento e venda/distribuição.

Apesar de sua operação caracterizar a matéria prima como minimamente processada, ocorre um aperfeiçoamento para consumo da mesma, com a preparação e beneficiamento visando aumentar sua conservação através do congelamento. Sendo utilizado para tal, frio a nível industrial.

Na etapa de congelamento, estão autorizados a realizarem o glaciamento (ou Glazing) do pescado com água adicionada de aditivos, a fim de conservar suas características físicas, evitando as queimaduras por frio durante a estocagem, e aumentar o tempo de conservação do produto nas câmaras de estocagem ou pontos de venda direta ao consumidor, como supermercados ou peixarias.

Ainda, quanto as instalações frigoríficas, estas devem ser específicas da indústria, de modo a separar as operações de congelamento e estocagem de congelados, não se admitindo a utilização de refrigeradores do tipo doméstico, como o freezer, entre outros, que impossibilitam a obtenção da qualidade exigida para o produto final. (Estamos tratando neste aspecto, de parâmetros técnicos, definidos em legislação Federal e internacionalmente reconhecidos, que definem a natureza industrial da atividade).

Assim, não é possível realizar as operações de congelamento fora de um recinto industrial, independente do seu dimensionamento, mas que atenda os parâmetros mínimos desejados.

Outro ponto importante é que, a fim de adequar a quantidade de pescado ao peso de venda nas embalagens, os filés já congelados são cortados em pedaços menores para ajuste, visando atingir o peso especificado e caracterizando corte e manipulação.

Este ato já descaracteriza estas operações como comércio atacadista pois, em legislação Federal relativa a produtos de origem animal (Decreto n.º 9.013, de 29 de março de 2017) proíbe-se quaisquer trabalhos de manipulação e de fracionamento em casas atacadistas.

No caso de estabelecimentos classificados como peixarias, e sob a ótica do licenciamento ambiental, é um comércio que presta um serviço adicional quando realiza a limpeza (evisceração) do pescado e outros. Desta forma, estaria isenta de licenciamento, cabendo somente à vigilância sanitária/município fiscalizar e orientar.

2. DO CONSELHO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO - CNAE

O Conselho Nacional de Classificação (CNAE) explica que no código de subclasse 4634-6/03 Comércio atacadista de pescados e frutos do mar, está compreendido o comércio atacadista de peixes e outros frutos do mar frescos, frigorificados e congelados.

Deixando claro que um comércio atacadista de pescado e frutos do mar é o estabelecimento que comercializa produtos frescos, frigorificados e já congelados. Não realiza o congelamento.

Já de acordo com a nota explicativa do CNAE de subclasse 1020-1/01 Preservação de peixes, crustáceos e moluscos, está compreendida a preparação de peixes, crustáceos e moluscos (frigorificados ou congelados), mesmo quando efetuada em barco fábrica que não realizam a atividade de pesca.

Expressando que é sob este CNAE que se enquadra uma empresa que realize o congelamento. Inclusive com uma descrição específica mencionando a preparação de Filés e outras carnes de peixes, refrigerados ou congelados

Então, sob essa ótica, o estabelecimento deverá ter por CNAE um código enquadrado nas subclasses “1020-1/01 Preservação de peixes, crustáceos e moluscos”, que é a atividade da “Indústria de Transformação”, mais especificamente da indústria de “Fabricação de Produtos Alimentícios”. Concluímos, portanto, que caso o requerente não realize industrialização de pescados, limitando-se a comprar e revender pescados, não se caracterizará como estabelecimento industrial e não necessitará de licenciamento ambiental, ainda, não será classificado nas CNAEs 1020-1/01 e 1020-1/02.

Conforme se verifica na pesquisa realizada no site, em 17/01/2020, na estrutura da CNAE-Subclasses 2.3, conforme abaixo transcrito, a CNAE prevista para indústrias de congelamento ou que façam manipulação e/ou conserva de pescado pertencem à estrutura das “Indústrias de Transformação” (Seção “C”), na parte relativa à “Fabricação de Produtos Alimentícios” (Divisão) e correspondem às subclasses “1020-1/01 Preservação de peixes, crustáceos e moluscos” e “1020-1/02 Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos”:

“Seção: C INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Divisão: 10 FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Grupo: 10.2 Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado

Classe: 10.20-1 Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado

Subclasse: 1020-1/01 Preservação de peixes, crustáceos e moluscos

1020-1/02 Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e

Moluscos”

Conclui-se, então, que para a emissão de Licença Ambiental ou Autorização Ambiental, é necessário que o estabelecimento tenha como CNAEs o código 1020-1/01. E que o estabelecimento deverá apresentar uma Certidão de Diretrizes com CNAE enquadrado nas subclasses “1020-1/01 Preservação de peixes, crustáceos e moluscos”, que é a atividade da “Indústria de Transformação”, mais especificamente da indústria de “Fabricação de Produtos Alimentícios”.

Dessa forma, considera-se irregular a simples inclusão de CNAEs com o objetivo de se beneficiar de exigências mais brandas de licenciamento ambiental e/ou de tentar evitar o enquadramento na listagem das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, sujeitas ao licenciamento ambiental municipal.

Assim, caso o requerente não realize industrialização de pescados, limitando-se a comprar e revender pescados, não se caracterizará como estabelecimento industrial e não necessitará de licenciamento ambiental, ainda, não necessitará estar classificado nas CNAEs 1020-1/01 e 1020-1/02.

3. DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE DIRETRIZES MUNICIPAIS PARA ATIVIDADES DECLARADAS.

Sobre os questionamentos a respeito dos empreendimentos de “Congelamento de pescado” estarem recebendo a Certidão de Diretrizes

fornecida pela Prefeitura Municipal, e por consequência estarem aptos a se instalarem em zonas do plano diretor fora da Zona de Indústria e Serviços.

Esclarecemos que a viabilidade é solicitada e concedida baseada em premissas incorretas, pois é requerida como sendo atividade comercial (Comércio atacadista de pescados e frutos do mar e Peixaria), e a atividade de fato realizada é de caráter industrial.

Visto que, para efeito de enquadramento do estabelecimento num dos códigos que compõem a Resolução CONSEMA nº 99/2017, será considerada a atividade preponderante e efetivamente exercida pelo estabelecimento (item 1 desta Nota), e a definição da atividade ocorre através de vistoria por técnicos desta Fundação. Só será aceita Certidão de Diretrizes que corresponda a uma atividade industrial (indústria de alimentos), no caso, desta ser a efetivamente realizada.

Ressalta-se que para efeito da aplicação da legislação, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou mesmo aperfeiçoamento para consumo.

Para todos os requerimentos junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN, serão realizadas vistorias de constatação, e serão comunicadas as Secretarias Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, sobre constatações referentes ao licenciamento ambiental e a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano referente a atividade constatada no empreendimento, para conhecimento e procedimentos de praxe referente ao Zoneamento Urbano.

É a presente Nota Explicativa, a fim de esclarecer e instruir sobre os procedimentos para viabilidade, regularização e funcionamento de atividades preponderantes de pescado no Município de Navegantes.

PORTARIA Nº 2498 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514139

PORTARIA Nº 2498 DE 04 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 57/2019 FMS do Pregão Presencial 57/2019 cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS (LOCADOS E PRÓPRIOS), QUE ABRIGAM AS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial nº 57/2019 PMN.

Fiscais:

MANOEL JULIO GAYA-- (titular)

CARLA DA SILVA DE CARVALHO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESOLUÇÃO 05/2020 - CMAS

Publicação Nº 2513661

RESOLUÇÃO 05/2020 CMAS Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do exercício de 2019 do Fundo Municipal de Assistência Social de Navegantes.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 25 de maio de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1186 de 19 de março de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Navegantes – CMAS;

RESOLVE:

Art.1 – Aprovar, sem ressalvas, a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social do exercício de 2019 provenientes de receitas do Ministério de Assistência Social e do Estado;

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Navegantes, 26 de maio de 2020.

Jairo Mariano
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social

RESPOSTA AO RECURSO E CONTRARRAZÃO -- CHAMADA PÚBLICA 28/2020 PMN

Publicação Nº 2513125

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA Nº 28/2020 PMN

Aos 03 dias de junho de 2020, às 15h, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 952 de 12 de fevereiro de 2020, com intuito de analisar e julgar recursos administrativos da CHAMADA PÚBLICA nº 28/2020, cujo OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE ORGANIZADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 26/2013 E Nº 04/2015 VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO DE 2020. Protocolados pela COOPERATIVA DOS AGRICULTORES RURAIS DE BARRA VELHA – CNPJ 30.252.228/0001-30 e CONTRARRAZÕES DOS AGRICULTORES INDIVIDUAIS LOCAIS.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem os recursos, verificaram que o mesmos foram protocolados tempestivamente. Em síntese, manifestam-se COOPERATIVA através do recurso, arguindo que não há no edital concessão de prazo para apresentação posterior de documentos de habilitação, mas, somente dos documentos do projeto de venda, visto que o item que autoriza a regularização está previsto no item 4.5 do edital. Alega ainda que, alguns agricultores individuais deixaram de apresentar fichas técnicas dos itens 4 e 5, ou apresentaram-nas incompletas. Os agricultores individuais apresentaram suas contrarrazões alegando que o recurso apresentado não merece provimento, visto que a fundamentação jurídica foi feita a partir da lei 8666/93, e que a presente Chamada Pública, se baseia na Lei 11947/09 e resoluções do FNDE 26/13 e 04/15.

DECISÃO

Diante do que foi exposto a Comissão Permanente de Licitação decide por rejeitar os argumentos apresentados pela recorrente, e mantém a decisão que possibilita a regularização dos documentos, conforme segue:

Em primeiro momento é importante mencionar a cláusula do edital que diz:

4.5. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

Por si só, em uma análise gramatical ao item, já se pode perceber que ele se refere ao plural "os ENVELOPES", ou seja, mesmo que está previsto no item 4.5, o mesmo se refere aos envelopes, neste caso, habilitação e projeto de venda. Então, ao possibilitar a regularização dos documentos ausentes, a comissão não está cometendo irregularidades e sim, mantendo a previsão editalícia.

Se não bastasse a previsão editalícia é importante mencionar o que está previsto nas Resoluções do FNDE 26/13 e a 04/15, esta última que altera os artigos 25 a 32 da primeira. Mas especificamente o artigo 27, §5º, da resolução 26/13 que foi alterado no §4º da resolução 04/15, vejamos na íntegra a alteração deste:

§5º Na ausência ou irregularidade de qualquer desses documentos, fica facultado à EEx. a abertura de prazo para a regularização da documentação, desde que esteja previsto no edital da chamada pública.

Alterado para:

§4º Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado à EEx. a abertura de prazo para a regularização da documentação.

Como pode ser observado, na redação anterior a possibilidade de regularização se dava através da necessidade de previsão no edital, porém, o legislador optou por retirar tal previsão, com isso, mesmo sem constar no edital a Comissão tem a faculdade de abertura de prazo para regularização dos documentos ausentes ou em desconformidade com o mesmo.

Ou seja, conforme apresentado, além do edital apresentar essa prerrogativa, visto tratar-se do ENVELOPES apresentados, a comissão ainda poderia conceder abertura de prazo para regularização baseada na Resolução que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no âmbito do programa Nacional de Alimentação Escolar.

Referente a falta das fichas técnicas dos itens 4 e 5, também não merece provimento, visto que o edital é claro no item 3.4, quando apresenta os demais documentos, quais itens deveriam ser apresentados na habilitação fichas técnicas, laudos, certificados e etc, no entanto, todos os fornecedores dos itens 4 e 5 deverão apresentar as fichas técnicas, conforme o descritivo do item, na apresentação das amostras.

Diante do que foi exposto, decide-se improcedência do recurso apresentado, mantendo-se a regularização dos documentos, conforme ata publicada. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 03 de junho de 2020.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Leila Mengarda

Tatiana de Alencar Carlini

Patrícia Aparecida Gualberto

Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2020

Publicação Nº 2513693

Extrato Ata de Registro de Preços nº 04/2020IPP

Licitação: Pregão Presencial nº 04/2020

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas.

Contratada: PODER AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.

CNPJ: 27.779.566/0001-10

Valor: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

reais)

Vigência: 12 meses

Navegantes, 04 de junho de 2020.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2020

Publicação Nº 2513692

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas.

Contratada: PODER AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.

CNPJ: 27.779.566/0001-10

Valor: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Vigência: 12 meses

Navegantes, 04 de junho de 2020.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente

PORTARIA Nº 35 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513882

PORTARIA N º 35 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata nº 04/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS COMPREENDENDO A COTAÇÃO, RESERVA, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, EMISSÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, conforme Pregão Presencial SRP nº 04/2020.

FISCAL TITULAR: GEISE NAIARA PINTO FELTRIN
FISCAL SUPLENTE: RAFAEL CASTRO

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 04 DE JUNHO DE 2020.

Gisele de Oliveira Fernandes
DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Geise Naiara Pinto Feltrin
FISCAL DE CONTRATO TITULAR
Rafael Castro
FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 151/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2514282

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº. 151 de 03 de Junho de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1041	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS P/ O SOCIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.00	R\$9.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º. Utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2019, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 03 de Junho de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

DANIELA CRISTINA RAMBO
Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO N.º 213/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514286

DECRETO N.º 213/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO LOCAL INTERSETORIAL PARA TRATAR TEMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o DECRETO Nº 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina e a avaliação do cenário epidemiológico em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão na região Oeste do Estado, situação que pode vir a ser identificada em outras regiões a qualquer momento, e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO as determinações do Governo do Estado de Santa Catarina no Decreto 535 de 30 de Março de 2020.

DECRETA:

ART. 1º - Fica instituída a Comissão Local Intersetorial para tratar temas de alimentação Escolar em decorrência da Pandemia da COVID-19, a qual é composta pelos seguintes segmentos e respectivos representantes:

- I - FERNANDA FIOREZE, Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II - LUAN MACIEL, Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- III - JORYE LOURDES MENDES DE MEDEIROS, Representante do Serviço de Nutrição Escolar;
- IV - JULIANA BIANCHI GILIOLI, Representante do Conselho Municipal de Educação;
- V - CRISTIANO PAVIN, Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- VI - GISELI LUBI, Representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
- VII - MARCIANE ALTHAUS, Representante do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente;

ART. 2º Ficam estabelecidos como departamentos consultivos os seguintes:

- I - Procuradoria Jurídica do Município;
- II - Departamento de Compras e Licitações do Município;

ART. 3º Este decreto entra em vigor na de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Assessor Jurídico

DECRETO N.º 214/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514328

DECRETO N.º 214/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2020
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
APÓS DECURSO DO PRAZO RECURSAL

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 07 de junho de 2020 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

Em razão da pandemia de coronavírus (COVID-19), o ingresso ao local de provas somente será permitido ao candidato que estiver fazendo uso de máscara facial.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições Após Decurso do Prazo Recursal, referente ao Processo Seletivo n.º 003/2020, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 003/2020, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, após decurso do prazo recursal, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Fiscal de Tributos e Obras

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1989973	Camila Karina Zanette	073.731.709-43
1989992	Cleomara Elis Lauschner	096.761.089-36
1978501	Tanara Babinski	073.426.879-36
1978035	Volnir Franz	477.418.059-91
Total de Inscritos - 04		

Médico Veterinário

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1990110	Ana Paula Piovezan	102.242.239-17
1990925	Bruno Luiz Perin Battistel	018.134.830-60
1972131	Caio Resende Docal	395.086.498-95
1989968	Demetrius Cansian Baldissarelli	022.987.209-32
1990874	Luana Borelli 085.536.329-03	
1973672	Maria Aparecida Sutille	080.659.479-99
1991035	Mayrini Rubas Elsner	084.980.419-10
1990886	Priscila Deotti Signor	093.536.629-66
1979643	Rafael Carniel	043.807.989-25
Total de Inscritos - 09		

2. Continuam não homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 003/2020, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Fiscal de Tributos e Obras

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1977626	Gian Antonelli	727.187.300-72
1990599	Jeferson Geneviro	076.184.299-36
1972495	Jose Victor Da Silva Junior	043.319.439-17
1990291	Lais Ballen	067.753.559-71

1990934	Marlon Junior Morosini	066.027.919-31
1991034	Miriam Fernanda Simon	005.822.739-35
1973634	Viviane Debastiani	059.242.389-11
1990977	Williams Carniel	087.400.259-18
Total de Inscritos - 08		

Médico Veterinário

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1969262	Andrieli Buzelato	009.718.729-10
1990015	Eder Samaniego Carneiro	033.405.931-32
1990095	Edigar Junior Duranti	054.156.569-95
1976572	Franciele Ines Colling	085.257.329-40
1972064	Katiane Zamadei	091.492.219-06
1967384	Katrisley Liz Maier	085.316.999-32
1965356	Marcelo Reginaldo Vieira	038.089.419-01
1990094	Maria Julia Biolchi Canello	076.671.749-62
Total de Inscritos – 08		

3. Do total de 29 inscrições no Processo Seletivo n.º 003/2020, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 13 inscrições foram homologadas e 16 inscrições permaneceram não homologadas após decurso do prazo recursal.

4. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 05 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

DECRETO N.º 215/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514330

DECRETO N.º 215/2020 DE 05 DE JUNHO DE 2020

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2020

ENSALAMENTO

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 07 de junho de 2020 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

Em razão da pandemia de coronavírus (COVID-19), o ingresso ao local de provas somente será permitido ao candidato que estiver fazendo uso de máscara facial.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Ensalamamento, referente ao Processo Seletivo n.º 003/2020, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos o Ensalamento relativo ao Processo Seletivo n.º 003/2020, conforme segue:

Sala 1
Nova Itaberaba/SC
Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro | Matutino - 07/06/2020 09:00

Fiscal de Tributos e Obras

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	1989973	Camila Karina Zanette	073.731.709-43
2	1989992	Cleomara Elis Lauschner	096.761.089-36
3	1978501	Tanara Babinski	073.426.879-36
4	1978035	Volnir Franz	477.418.059-91

Sala 2
Nova Itaberaba/SC
Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro | Matutino - 07/06/2020 09:00

Médico Veterinário

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	1990110	Ana Paula Piovezan	102.242.239-17
2	1990925	Bruno Luiz Perin Battistel	018.134.830-60
3	1972131	Caio Resende Docal	395.086.498-95
4	1989968	Demetrius Cansian Baldissarelli	022.987.209-32
5	1990874	Luana Borelli	085.536.329-03
6	1973672	Maria Aparecida Sutille	080.659.479-99
7	1991035	Mayrini Rubas Elsner	084.980.419-10
8	1990886	Priscila Deotti Signor	093.536.629-66
9	1979643	Rafael Carniel	043.807.989-25

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 05 de junho de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65-2020

Publicação Nº 2514287

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 65/2020, de 04/06/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A

OBJETO: Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

VALOR DO CONTRATO: SEM CUSTOS.

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 91/2020, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 104/2020 DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514279

PORTARIA N.º 104/2020 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio a servidora Pública Municipal GIVANETE DA ROSA RIBOLI, Auxiliar de Serviços Geral, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 03/06/2020 a 02/07/2020. Período aquisitivo 01/07/2014 a 30/06/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 02 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 105/2020 DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514281

PORTARIA N.º 105/2020 DE 02 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: a Pandemia do COVID-19 e o requerimento solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor Público Municipal PAULO ISAIAS DUTKEVICZ, Motorista, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 03/06/2020 a 03/07/2020. Período aquisitivo 25/05/2011 a 24/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 02 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 106/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514283

PORTARIA N.º 106/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento da solicitando a concessão e o deferimento do Chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares a servidora municipal CLEDIA MARA VIDOR FERRARINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com período aquisitivo de 03/05/2019 a 02/05/2020, férias e período de gozo de 15/06/2020 a 24/06/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 04 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 107/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2514284

PORTARIA N.º 107/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PREMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019.

CONSIDERANDO: o direito de Licença Prêmio já adquirido e o requerimento, solicitando a concessão;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio a servidora Pública Municipal SIMEIA CARDOSO CIQUELERO, Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de acordo com a Lei Complementar nº 1.228/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, compreendidos entre os dias 04/06/2020 a 03/07/2020. Período aquisitivo 14/07/2013 a 13/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 04 DE JUNHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 090/2020

Publicação Nº 2512646

CONTRATO Nº 090/2020

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2019
Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60.
Contratada: JV EMPREENDIMENTOS LTDA, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 122, Sala 02, Município de São João Batista/SC, CNPJ Nº 16.978.577/0001-02. Objeto do Contrato: O objeto é o registro de preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, Prédios Públicos, Praças e Jardins, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Valor: O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019, de acordo com a quantidade de serviço prestado. Vigência: 04/06/2020 a 31/12/2020.

Nova Trento, 02 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

CONTRATO Nº 091/2020

Publicação Nº 2512654

CONTRATO Nº 091/2020

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2019
Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: JULCEONI GUEDES ME, estabelecida a Rua da Paz, 46 - Centro, Município de Nova Trento/SC, CNPJ Nº 12.324.376/0001-30. Objeto do Contrato: O objeto é o registro de preços para contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal de Nova Trento, Prédios Públicos, Praças e Jardins, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Valor: O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019, de acordo com a quantidade de serviço prestado. Vigência: 04/06/2020 a 31/12/2020.

Nova Trento, 02 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

DECRETO Nº 072 "A"/2020

Publicação Nº 2512731

DECRETO N.º 072 "A", DE 21 DE MAIO DE 2020

Homologa a Resolução nº 01 de 13 de maio de 2020, do Conselho Municipal de Educação que dispõe sobre a organização e execução do Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04/04/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01 de 13 de maio de 2020, do Conselho Municipal de Educação que dispõe sobre a organização e execução do Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de maio de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal de Nova Trento

RAFAEL VISENTAINER ADAMI

Secretário Municipal de Administração e Finanças de Nova Trento

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TRENTO

RESOLUÇÃO CME Nº 01/2020

Dispõe sobre a organização e execução do Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TRENTO, no uso de suas atribuições legais, e o disposto na Lei nº 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na Lei Municipal nº 2589/15 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino e a Lei Complementar Municipal nº 675/20 que dispõe sobre Medidas Administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do município de Nova Trento para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona Vírus (Covid -19), de acordo ainda com os Decretos Municipais nº 36/20 e o 59/20 que dispõem sobre medidas de enfrentamento e regime de trabalho dos profissionais do magistério e do cumprimento de atividades remotas em decorrência da situação emergencial caracterizada pela suspensão das aulas da Rede Municipal de Ensino, decretada como medida de enfrentamento da pandemia Covid 19 provocada pelo Novo Corona Vírus e dá outras providências:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento.

Parágrafo único - o Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, com validade enquanto perdurar o período de dispensa das aulas em função da disseminação do Novo Corona Vírus.

Art 2º O presente Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, poderá ser alterado em parte ou no todo, sempre que se fizer necessário, tendo em vista o comportamento da Covid – 19 provocada pelo Novo Corona Vírus.

Art 3º O Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento levará em consideração também o disposto na Portaria SME nº 273/17 e a Resolução CME nº 01/17 que dispõe sobre o processo de avaliação do ensino e aprendizagem nos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento e da Portaria nº 461/2020 da Secretaria Municipal de Educação que institui regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário do ano de 2020.

Art. 4º O Plano de Intervenção Emergencial de Educação da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento e consequente legislação (Leis, Decretos e Portarias) deverão fazer parte do Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares para cumprimento.

Art 5º Para validação das 800 horas letivas, a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a LDB irá utilizar as seguintes possibilidades: reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência, realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) e ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais - Atividade Complementar, concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades. Parágrafo único - Para a pré-escola etapa de 04 a 06 anos conforme disciplina o artigo 31 da LDB ao delimitar frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, será considerada a carga horária de 60% das 800 horas mínimas, equivalente a 480 horas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de abril de 2020.

Nova Trento, 13 de maio de 2020.

Sirléia Piuco

Presidente do Conselho Municipal de Educação

DECRETO Nº 072/2020

Publicação Nº 2512741

DECRETO Nº 072, de 21 de Maio de 2020.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da LDO para 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 1.849.200,00 (Um milhão oitocentos e quarenta e nove mil e duzentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 2º Bimestre de 2020 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 250.000,00

FONTE 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB - R\$ 301.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0301.04.122.0002.2006	Manut. da Secretaria de Administração e Finanças	
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	100.000,00
0301.04.129.0002.2009	Revitalização da Máquina Arrecadadora	
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	50.000,00

0301.04.122.0002.2008	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	
3.3.91.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta Intra	100.000,00
0402.12.361.0003.2019	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	301.300,00

FONTE 0.1.05.000016 – Índice de Gestão Descentralizada – R\$ 200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2048	Manutenção do Bolsa Família	200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200,00

FONTE 0.1.05.000022 – Piso de Transição de Média Complexidade – R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.242.0006.2050	Transferência a Entidades Sócio-assistenciais	1.000,00
3.3.40.00	Outras Despesas Correntes/TIPSFL	1.000,00

FONTE 0.1.05.000019 – Piso Básico Fixo – R\$ 2.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2046	Proteção Social Básica	2.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	2.200,00

FONTE 0.1.05.000023 – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – R\$ 3.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2046	Proteção Social Básica	3.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.700,00

FONTE 0.1.05.000022 – Piso de Transição de Média Complexidade – R\$ 1.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.242.0006.2050	Transferências a Entidades Sócio Assistenciais	1.400,00
3.3.50.00	Outras Despesas Correntes/TIPSFL	1.400,00

FONTE 0.1.05.000027 – Proteção Social Básica - Custeio – R\$ 5.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2046	Proteção Social Básica	5.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.900,00

FONTE 0.1.05.000128 – Proteção Social Básica - Investimento – R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2046	Proteção Social Básica	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.1.06.000000 – Transferência do Salário Educação – R\$ 50.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0402.12.365.0003.1003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fund.	50.800,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.800,00

FONTE 0.1.09.000037 – PNATE - Ensino Fundamental - R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0402.12.361.0003.2019	Manutenção do Transporte Escolar	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.1.10.000000 – Cide – R\$ 8.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.482.0008.2055	Manutenção da STOSP e Planejamento	8.900,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	8.900,00

FONTE 0.1.16.000101 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PC – R\$ 12.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.06.181.0008.2057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	12.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	12.700,00

FONTE 0.1.16.000102 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PM – R\$ 10.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.06.181.0008.2057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	10.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.500,00

FONTE 0.1.16.000103 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PRF. – R\$ 13.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.06.181.0008.2057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	13.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	13.200,00

FONTE 0.1.19.000000 – Ônus de Sucumbência 70% – R\$ 7.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.02.62.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral	7.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	7.900,00

FONTE 0.1.20.000000 – Ônus de Sucumbência 20% – R\$ 3.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.02.62.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral	3.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.500,00

FONTE 0.1.44.000000 – Cota-parte da Comp. Financeira de Recursos Minerais – CFEM – Principal – R\$ 800,00.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.452.0008.2055	Manutenção da STOSU e Planejamento	800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	800,00

FONTE 0.1.71.000071 – Convênio SEE - Transporte Escolar - R\$ 2.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0402.12.361.0003.2019	Manutenção do Transporte Escolar	2.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.600,00

2. UNIDADE GESTORA: FMS

FONTE 0.2.27.000000 – Taxa de Fiscalização Sanitária – R\$ 53.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.304.0004.2033	Ações de Vigilância Sanitária	53.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	53.600,00

FONTE 0.2.28.000100 – Custeio das ASPS - Investimentos – R\$ 93.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.301.0004.1005	Implantação e Manut. de Polos de Academia de Saúde	93.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	93.000,00

FONTE 0.2.29.000156 – Programa de Assistência Farmacêutica Básica – R\$ 7.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.303.0004.2031	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	7.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.100,00

FONTE 0.2.29.000158 – Co-financiamento de Atenção Básica – R\$ 15.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

0501.10.301.0004.2022	Ações de Atenção Básica	15.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	15.100,00

FONTE 0.2.29.000159 – Atenção de MAC-Produção Ambulatorial e Hospitalar – R\$ 796.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.302.0004.2028	Manutenção do Hospital	796.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	796.000,00

FONTE 0.2.29.000160 – Piso de Atenção Básica - NASF – R\$ 2.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.301.0004.2022	Ações de Atenção Básica	2.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.800,00

FONTE 0.2.29.000169 – Incentivo Estadual para Ações de MAC – R\$ 200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.302.0004.2028	Manutenção do Hospital	200.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200.000,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 21 de maio de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

RAFAEL VISENTAINER ADAMI
Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

PORTARIA Nº 488/2020 "B"

Publicação Nº 2512657

PORTARIA Nº 488/2020 "B"

Lotação Provisória

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 10 do Capítulo II (Da lotação provisória em outro órgão da Administração Pública), do Decreto nº 059/2020 de 27/04/2020,

RESOLVE:

Fica determinada a lotação provisória da servidora pública municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, MARIA CENI MACIEL NEPOMUCENO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – ACT, matrícula 8287, para o exercício das suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário – SAMU (Serviço Atendimento Móvel de Urgência), a partir de 03 de junho de 2020 até 20 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 495/2020

Publicação Nº 2512910

PORTARIA Nº 495/2020

Admissão em Caráter Temporário

Varley Orlando Dalbosco, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 472/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 006/2018, de 29/10/2018, homologado em 02/01/2019, convocado conforme Decreto nº 101/2019, LEONARDO JOÃO BONECHER, matrícula nº 8071, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de junho de 2020.

Varley Orlando Dalbosco
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, VARLEY ORLANDO DALBOSCO, casado, brasileiro, CPF nº 030.347.349-56, RG nº 3.773.499, residente e domiciliado na Rua Augusto Voltolini Minatti, nº 52, no município de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LEONARDO JOÃO BONECHER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Geral, nº 763, Bairro Ribeirão Frederico, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 072.242.159-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.640,00 (um mil seiscentos e quarenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo é firmado a contar de 05 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 05 de junho de 2020.

Varley Orlando Dalbosco Leonardo João Bonecher
Secretário M. Transp.Obras, Serv.Urbanos e Planejamento Contratado

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui Rafael Diego Mathias

Assistente Administrativo Assistente Adm./Assessor Administrativo CPF: 799.691.359-53 CPF: 040.788.629-00

PORTARIA Nº 496/2020

Publicação Nº 2512942

PORTARIA Nº 496/2020

Admissão em Caráter Temporário

Varley Orlando Dalbosco, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 476/2019 "C" que Admitiu através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 006/2018, de 29/10/2018, homologado em 02/01/2019, convocado conforme Decreto nº 101/2019, JURACI AFONSO BOTAMELI, matrícula nº 8080, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de junho de 2020.

Varley Orlando Dalbosco

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami

Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, VARLEY ORLANDO DALBOSCO, casado, brasileiro, CPF nº 030.347.349-56, RG nº 3773499, residente e domiciliado na Rua Augusto Voltolini Minatti, nº 52, Bairro Trinta Réis, no município de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, Lei Complementar 675 de 24 de Abril de 2020 e artigo 19 do Decreto 060 de 27 de Abril de 2020 (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e o Senhor JURACI AFONSO BOTAMELI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alferes, nº 1682, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 416.852.249-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Motorista II, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.640,00 (um mil seiscentos e quarenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo é firmado a contar de 05 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 05 de junho de 2020.

Varley Orlando Dalbosco Juraci Afonso Botameli
Secretário M. Transp.Obras, Serv. Urbanos e Planejamento Contratado

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo Assistente Adm./Assessor Administrativo CPF: 799.691.359-53 CPF: 076.577.989-71

PORTARIA Nº 497/2020

Publicação Nº 2514288

PORTARIA Nº 497/2020
Dispõe sobre a Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VIII E XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de conformidade com o Art. 64, inciso I e Art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, DEIZE CARMEM MORESCO, matrícula 7278, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto do Bem Estar Social e Habitação, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, a partir de 05 de junho de 2020.

Art. 2º - NOMEAR, a Servidora Pública Municipal DEIZE CARMEM MORESCO, matrícula 8381, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, nível CC-1, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 05 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de junho de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal Administração e Finanças

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2019

Publicação Nº 2512457

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Rua Santo Inácio 126, Praça Del Comune - Centro - representado pelo Sr. Prefeito Municipal GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, a empresa DANIELE VARGAS - MEI, inscrita no CNPJ nº 16.060.430/0001-40, estabelecida na Rua Santo Inácio, 143, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representada por DANIELE VARGAS, inscrita no CPF nº 058.625.259-20, doravante denominada "CONTRATADA" firmam o presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 075/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de serviços especializados para diagramação (arte final) e design gráfico, para publicações e atividades desenvolvidas Pela Prefeitura de Nova Trento e Fundos, conforme Projeto Básico constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 075/2019, prorrogando-se o prazo final de vigência do contrato para 24 de abril de 2021

(Vigência: 25/04/2020 até 24/04/2021), tendo validade por mais 12 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 075/2019, para alteração de valor, devido a aplicação do índice de reajuste INPC (2,46%) sobre o valor do contrato inicial, que passará a ser de R\$ 2.049,20 (dois mil e quarenta e nove reais e vinte centavos) mensais, totalizando a importância anual de R\$ 24.590,40 (vinte e quatro mil, quinhentos e noventa reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 075/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, junto a duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 22 de abril de 2020.

Gian Francesco Voltolini Contratante	Daniele Vargas Contratada
---	------------------------------

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

Aprício José Botameli	Fábio de Freitas
-----------------------	------------------

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2019

Publicação Nº 2513140

TERMO ADITIVO DE PRAZO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2019

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede, hoje, a Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CNPJ n. 82.925.025/0001-60, neste ato representado por seu Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado Contratante, e a empresa AMVT CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida a Rua Max Schlemper, nº 320 – sala 01, Ponte do Imaruim, Palhoça/SC, CEP 88.130-325, CNPJ/MF n. 23.352.445/0001-36, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do Processo Licitatório Nº 114/2019, Tomada de Preços Nº 010/2019, de 18 de julho de 2019, homologado em 02/10/2019, mediante sujeição mútua à Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO BAYER SOBRINHO (ETAPAS 01 E 02), MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 113/2019, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 90 (noventa) dias, haja vista, que os trabalhos forma paralisados por solicitação do município de Nova Trento que necessita resolver situações pontuais com moradores. Tal Solicitação foi enviada pela empresa, analisada pelos responsáveis pelo acompanhamento e execução dos serviços, e assim emitindo a Manifestação Técnica, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93. Prazo de Execução: 29/01/2020 a 29/04/2020. Vigência permanece até dia 31/12/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 113/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 29 de janeiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	AMVT CONSTRUÇÕES LTDA. Contratada
---	--------------------------------------

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____

Aprigio José Botameli

2. _____

Fábio de Freitas

DECRETO Nº 072/2020 - ANEXO

Publicação Nº 2512744

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

DECRETO Nº 072/2020

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADÇÃO RELATIVO AO 2º BIMESTRE DE 2020											
ESPECIFICAÇÕES			ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
			PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
UNIDADE GESTORA; PREFEITURA											
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários 0.1.01.000000 - Recursos de Imp p/ MDB - Mínimo 25% 0.1.02.000000 - Recursos de Imp p/ ASPS - Mínimo 15% 0.1.03.000000 - Contrib.p/Reg.Próprio de Previd.Social - RPPS 0.1.04.000000 - COSIP 0.1.05.000016 - Índice de Gestão Descentralizada-IGDBF 0.1.05.000019 - Piso Básico Físico 0.1.05.000022 - Piso de Transição de Média Complexidade 0.1.05.000023 - Serv de Conv. e Fortalecimento de Vinc 0.1.05.000024 - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS 0.1.05.000025 - Acessuasitab 0.1.05.000067 - Bolsa Família do CONVID 19 - União 0.1.05.000068 - Cestas Básicas - COVID 19 0.1.05.000027 - Proteção Social Básica-Custeio 0.1.05.000128 - Proteção Social Básica - Investimento 0.1.06.000000 - Transferência do Salário Educação-Prin. 0.1.08.000031 - PNAE - Ensino Fundamental 0.1.08.000032 - PNAE - Ensino Infantil 0.1.08.000033 - PNAEI - Creche 0.1.08.000034 - PNAE - Ensino Especial 0.1.09.000036 - PNATE - EF 0.1.09.000037 - PNATE - EI 0.1.09.000038 - PNATE - EM 0.1.10.000000 - CIDE 0.1.12.000000 - FUNDEB - Min60% 0.1.13.000000 - FUNDEB 40% 0.1.16.000101 - Multa Previstas na Leg.de Transito - PC 0.1.16.000102 - Multa Previstas na Leg.de Transito - PM 0.1.16.000103 - Multa Previstas na Leg.de Transito - Prefeitura 0.1.17.000000 - Receitas do Funrebotm 0.1.18.000000 - Transferência de Pessoa Física-FIA 0.1.19.000000 - Ônus de Sucumbência - 70% dos Procuradores 0.1.20.000000 - Ônus de Sucumbência - 20% Fundo 0.1.23.000000 - Ônus de Sucumbência - 10% Servidores 0.1.44.000000 - Compensação Finan de Rec Minerais 0.1.45.000000 - Cota-Part Royalties 0.1.70.000044 - Convênio MC- Pavimentação de Ruas 0.1.70.000179 - Construção de um Centro de Eventos 0.1.70.000190 - Plano de Deserv. Territ. Do Turismo de NT 0.1.70.000191 - Convênio MT - Pavimentação de Ruas 0.1.71.000066 - Convênio Secret.Estado de Educação-Aquis. Comp. 0.1.71.000069 - Reforma do Ginásio da Escola de Trinta Réis	2.718,0	2.717,2	-0,8	3.868,0	3.317,5	-550,5	6.586,0	6.034,7	-551,3		
	590,0	608,2	18,2	970,0	1.016,2	46,2	1.560,0	1.624,4	64,4		
	1.080,0	1.079,9	-0,1	1.120,0	1.209,1	89,1	2.200,0	2.289,0	89,0		
	0,0	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3		
	188,0	216,0	28,0	228,0	223,2	-4,8	416,0	439,2	23,2		
	3,0	1,5	-1,5	3,0	4,3	1,3	6,0	5,8	-0,2		
	6,0	0,0	-6,0	6,0	9,8	3,8	12,0	9,8	-2,2		
	1,0	0,0	-1,0	1,0	0,6	-0,4	2,0	0,6	-1,4		
	4,0	0,3	-3,7	4,0	8,1	4,1	8,0	8,4	0,4		
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4		
	3,0	0,6	-2,4	3,0	-0,5	-3,5	6,0	0,1	-5,9		
	2,0	0,0	-2,0	2,0	0,0	-2,0	4,0	0,0	-4,0		
	172,0	138,1	-33,9	130,0	113,1	-16,9	302,0	251,2	-50,8		
	0,0	5,3	5,3	7,0	20,0	13,0	7,0	25,3	18,3		
	0,0	3,1	3,1	3,0	9,8	6,8	3,0	12,9	9,9		
	0,0	7,2	7,2	8,0	23,5	15,5	8,0	30,7	22,7		
	0,0	0,2	0,2	0,0	0,4	0,4	0,0	0,6	0,6		
	0,0	0,0	0,0	7,0	7,7	0,7	7,0	7,7	0,7		
	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	-1,0	1,0	0,0	-1,0		
	0,0	0,0	0,0	1,0	14,5	13,5	1,0	14,5	13,5		
	9,0	4,9	-4,1	9,0	4,2	-4,8	18,0	9,1	-8,9		
970,0	1.025,3	55,3	895,0	857,2	-37,8	1.865,0	1.882,5	17,5			
323,0	342,7	19,7	300,0	286,7	-13,3	623,0	629,4	6,4			
9,0	6,4	-2,6	13,0	2,9	-10,1	22,0	9,3	-12,7			
8,0	6,5	-1,5	12,0	3,0	-9,0	20,0	9,5	-10,5			
13,0	16,3	3,3	19,0	2,5	-16,5	32,0	18,8	-13,2			
10,0	30,2	20,2	19,0	21,1	2,1	29,0	51,3	22,3			
2,0	0,3	-1,7	2,0	14,9	12,9	4,0	15,2	11,2			
4,0	1,2	-2,8	6,0	0,9	-5,1	10,0	2,1	-7,9			
2,0	0,3	-1,7	2,0	0,2	-1,8	4,0	0,5	-3,5			
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
2,0	1,4	-0,6	2,0	1,8	-0,2	4,0	3,2	-0,8			
29,0	37,7	8,7	29,0	35,9	6,9	58,0	73,6	15,6			
0,0	0,3	0,3	0,0	54,4	54,4	0,0	54,7	54,7			
0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0			
0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0			
0,0	0,6	0,6	0,0	-0,6	-0,6	0,0	0,0	0,0			
0,0	138,4	138,4	0,0	0,2	0,2	0,0	138,6	138,6			
0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1			

0.1.71.000070 - Convênio SEE - Transporte Escolar - EM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	28.0	36.4	8.4	28.0	36.4	8.4
0.1.71.000071 - Convênio SEE - Transporte Escolar - EF	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	24.0	21.4	-2.6	24.0	21.4	-2.6
0.1.71.000189 - Convênio SEE - Aquisição de Veículo	0.0	0.4	0.4	0.4	0.4	0.0	0.3	0.3	0.0	0.7	0.7
0.1.82.000114 - Pavimentação de Ruas - BRDE	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.000.0	1.000.0	0.0	1.000.0	1.000.0
0.1.82.000120 - Banco do Brasil - PNAFM	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SOMA	6.148,0	6.390,8	242,8	7.722,0	8.343,1	621,1	13.870,0	14.733,9	863,9		
UNIDADE GESTORA: FMS											
0.1.02.000000 - Recursos para ASPS - Mínimo 15%	0.0	3.8	3.8	0.0	9.4	0.0	5.6	5.6	0.0	5.6	5.6
0.2.27.000000 - Tx de Fiscalização Sanitária	81.4	11.8	-69.6	11.5	51.1	92.9	39.3	-53.6	92.9	39.3	-53.6
0.2.28.000098 - Transf. de Rec.do SUS - Combate ao COVID-19	0.0	0.0	0.0	0.0	342.3	0.0	342.3	342.3	0.0	342.3	342.3
0.2.28.000099 - Transferências de Recursos do SUS	966.0	969.5	3.5	966.0	2.988.3	1.932.0	2.018.8	86.8	1.932.0	2.018.8	86.8
0.2.28.000100 - Custeio das Ações e Serv.Púb.de Saúde-Invest.	46.0	0.0	-46.0	47.0	0.0	-47.0	0.0	-93.0	93.0	0.0	-93.0
0.2.29.000156 - Progra de Assistência Farmacêutica Básica	13.0	6.8	-6.2	14.0	26.7	27.0	19.9	-7.1	27.0	19.9	-7.1
0.2.29.000158 - Co Financiamento da Atenção Básica	40.0	11.3	-28.7	40.0	76.2	36.2	64.9	-15.1	80.0	64.9	-15.1
0.2.29.000159 - Atenção de Média e Alta Compl. - Amb. e Hospitalar	398.0	0.0	-398.0	398.0	0.0	-398.0	0.0	-796.0	796.0	0.0	-796.0
0.2.29.000160 - Piso de Atenção Básica - NASF	6.0	1.4	-4.6	6.0	10.6	4.6	9.2	-2.8	12.0	9.2	-2.8
0.2.29.000169 - Incentivo estadual para ações de MAC	100.0	0.0	-100.0	100.0	0.0	-100.0	0.0	-200.0	200.0	0.0	-200.0
0.2.31.000000 - Outras Receitas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
0.2.40.000000 - Outras Transferências de Instituições Privadas	0.0	0.0	0.0	0.0	10.0	10.0	10.0	10.0	0.0	10.0	10.0
SOMA	1.650,4	1.004,6	-645,8	1.582,5	3.514,6	1.932,1	2.510,0	-722,9	3.232,9	2.510,0	-722,9
UNIDADE GESTORA: SAMAE											
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.4	0.4	0.4	0.0	0.4	0.4
0.2.36.000000 - Distribuição de Água	269.0	281.8	12.8	315.0	325.2	10.2	607.0	23.0	584.0	607.0	23.0
0.2.82.000124 - CEF - Implantação da Rede de Esgoto	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
0.2.82.000125 - CEF - Sistema de Captação de Água	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
SOMA	269,0	281,8	12,8	315,0	325,6	10,6	607,4	23,4	584,0	607,4	23,4
UNIDADE GESTORA: IPREVENT											
0.2.32.000000 - Contrib do Serv Ativo Civil p/o Reg Próprio	830.0	676.9	-153.1	859.0	578.5	-280.5	1.255.4	-433.6	1.689.0	1.255.4	-433.6
0.2.35.000000 - Contrib Patr do Serv Ativo Civil - T.A.	19.0	42.7	23.7	40.0	42.6	2.6	85.3	26.3	59.0	85.3	26.3
SOMA	849,0	719,6	-129,4	899,0	621,1	-267,9	1.340,7	-397,3	1.738,0	1.340,7	-397,3
TOTAL GERAL	8.916,4	8.396,8	-519,6	10.508,5	12.804,4	2.295,9	19.424,9	-232,9	19.424,9	19.192,0	-232,9

Nova Trento, 21 de maio de 2020

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

ADÉRICO EDILIO DALRI
Contador CRC/SC 015336/O-3

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.639 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512500

DECRETO Nº 2.639 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PARA ANALISAR E DEFINIR AÇÕES EM RELAÇÃO AO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAT) E RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 56 da Lei Orgânica Municipal, e demais legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão para apuração dos valores referentes às alíquotas aplicadas ao Fato Acidentário de Prevenção FAT e Riscos Ambientais de Trabalho RAT, nos últimos 05 anos, assim composta:

IVONEI LUIZ PASTRE (PRESIDENTE)

· AIMAR FRANCISCO PAVELECINI (MEMBRO)

· VALDEMAR PEDRO GOBI (MEMBRO)

· JUAREZ ZILLI (MEMBRO)

· RODOLFO BUENO BOTTEGA (MEMBRO)

Art. 2º As despesas decorrente deste Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal.

Art. 3º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 04 de junho de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2.640 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512517

DECRETO Nº 2.640, de 04 de junho de 2020.

APROVA O plano de contingencia para o enfrentamento a pandemia causada pelo covid-19 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CMAS e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e no disposto no art. 8º da Lei Municipal nº 472 de 20 de junho de 2013 e Resolução CMAS nº 05/2020;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado o Plano de Contingencia que estabelece normas para o enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19, conforme Resolução nº 05/2020 do Conselho Municipal de Assistência Social na forma do Anexo único do presente Decreto.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 04 de junho de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e AIMAR F. PAVELECINI

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Bruno Sanagiotto - 68 – Centro – Novo Horizonte – SC

Fone: (49) 3362-0206
E-mail – cras@novohorizonte.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.05/2020.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Contingência que estabelece normas para o enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte/SC, em Reunião Virtual realizada no dia 03 de junho de 2020, no uso das competências que lhes são conferidas, e, o previsto na Lei Federal N° 8.842 de 04 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Contingencia que estabelece normas para o enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19.

Art. 2º: Esta resolução entra vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte/SC, 03 de junho de 2020

Ildo Adão da Rosa
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 2513605

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2017, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:00hs as 18:00hs. O presente chamamento, nos termos do item 17.1.6, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
LUIZA DE CASSIA OLIVEIRA	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	40 HS

Orleans, 04 de junho de 2020.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans.

PROCESSO Nº 26/2020 FMS

Publicação Nº 2514083

FMS DE ORLEANS
PROCESSO Nº 26/2020 FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020 FMS – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE MOVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE DE SAÚDE PADRE SANTOS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 22/06/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 23/06/2020, às 14h30min.

Este processo é pautado pela Regra Geral (ampla concorrência).

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 04 de Junho de 2020.

Fernando De Faveri Marcelino
Secretário da Saúde

Paial**PREFEITURA****ESTRATO DE CONTRATO 021-2020**

Publicação Nº 2513404

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**CONTRATO Nº: 021/2020****Contratante...: MUNICÍPIO DE PAIAL -SC****Contratada...: ENÉIAS CADORI ME****Valor : R\$ 394.905,17 (Trezentos e noventa e quatro mil e novecentos e cinco Reais e dezessete centavos)****Vigência : Início: 03/06/2020 Término:03/12/2020****Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 003/2020****Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução de passeios públicos(CALÇADAS) incluindo construção de MUROS DE CONTENÇÃO,com o concomitante fornecimento de materiais e mão de obra.****NEVIO ANTONIO MORTARI****PREFEITO MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO 0006-2020**

Publicação Nº 2513413

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**CONTRATO Nº: 006/2020****Contratante...: MUNICÍPIO DE PAIAL –SC FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Contratada...: DE MARCO LTDA****Valor : R\$ 170.900,00(Cento e setenta mil e novecentos Reais)****Vigência : Início: 01/06/2020 Término:01/06/2021****Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 001/2020****Objeto : Aquisição de 01 (UM) veículo novo, zero km, tipo van com no mínimo 16 lugares, em atendimento ao Convênio nº 2020TR00037,Secretaria de Estado da Saúde - Governo do Estado de Santa Catarina. Veiculo tipo Van o teto alto 16 lugares (15 + 1), de tração dianteira 4x2, ano e modelo 2020/2020, novo, zero km, fornecido por fabricante ou concessionaria credenciada (Lei nº 6.729/79), cor branca, 02 portas (motorista e passageiro), porta para embarque de passageiros e porta traseira dupla com bagageiro com no mínimo 850 litros, comprimento total mínimo 5910mm, distancia mínima entre eixos 3660mm, largura mínima 1990mm, altura mínima 2490mm, motor dianteiro mínimo 04 cilindros, potência máxima igual ou superior a 130 CV, sistema de alimentação injeção eletrônica, abastecimento de combustível óleo diesel capacidade mínima do tanque de combustível 75 litros, transmissão manual de no mínimo 05 velocidades a frente e uma a ré, direção elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica, freio com sistema anti bloqueio (ABS) nas quatro rodas, AIRBAG frontais, alarme sistema anti furto, câmera traseira para manobras, cinto de segurança de 03 pontos para os ocupantes dos assentos dianteiros, cinto de segurança para os passageiros, encosto de cabeça para todos os ocupantes, travamento central das portas, sensor de estacionamento traseiro, ar condicionado quente e frio em todo o veículo, banco do motorista com ajuste de altura, ajuste elétrico dos retrovisores, controle elétrico dos vidros dianteiros, ponto de força 12V, sistema de sonorização com central multimidia original com GPS, pneus e rodas novas compatíveis com o veículo de acordo com a especificação técnica de fábrica incluindo o estepe, faróis de neblina, bancos de passageiros reclináveis, bancos com revestimento em tecido, computador de bordo, contagiros, termômetro de agua do motor, tacógrafo digital, protetor de cârter/caixa de câmbio, jogo de tapetes e demais acessórios e equipamentos de série e componentes de segurança obrigatórios exigidos pela Legislação vigente para o bom funcionamento do veículo.****JANDIRA MARIA FRANZ****SECRETÁRIA DE SAÚDE****NOTA DE ESCLARECIMENTO 005-2020 FMS PE 003-2020**

Publicação Nº 2513134

Número:005/2020**Número do Processo Interno:005/2020****Modalidade:Registro de Preços Eletrônico****Abertura:15/06/2020 - 08:05****Orgão:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****Município:Paial / SC****NOTA DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO º 003/2020****A Pregoeira designada pelo DECRETO 005 de 21 de janeiro de 2020, torna público aos licitantes participantes do PROCESSO 005/2020 PE**

003/2020

OBJETO:
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE USO HOSPITALAR, MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICOS, MATERIAIS DE LIMPEZA DE USO HOSPITALAR E OUTROS MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE

Questionamento 1

Como é sabido, No item 134 do referido edital vocês informam que, caso não seja cotada a mesma marca dos aparelhos que vocês já possuem no município, deverá ser entregue monitores em comodato. Porém nesse descritivo não informa a marca dos aparelhos que vocês já possuem, e é necessário que coloquem também no descritivo a quantidade de aparelhos que vocês precisarão em comodato. Então, o correto é fazer um levantamento de quantos pacientes vocês têm que usam o aparelho de glicemia, e incluir isso no descritivo do edital.

Resposta do Setor demandante:

MARCA DO APARELHOS DO MUNICIPIO? ON CALL PLUS

QUANTIDADE DE APARELHOS? Até o momento 40 (QUARENTA) aparelhos em COMODATO, seriam necessários caso a empresa não apresente as tiras compatíveis aos aparelhos do MUNICIPIO.

Paial, 04 de junho de 2020.

MIRIAN DARGAS

Pregoeira

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUG. 003-2020 FMS 005-2020

Publicação N° 2513133

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 005/2020 PREGAO ELETRONICO 003/2020 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

REF.: PREGÃO ELETRONICO N° 003/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2020

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL APRESENTADA EM 03/06/2020

Cuida-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto através do portal de compras, ora impugnante, referente ao Pregão Eletrônico n° 003/2020 que tem por objeto FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE USO HOSPITALAR, MATERIAIS DE USO ODONTOLÓGICOS, MATERIAIS DE LIMPEZA DE USO HOSPITALAR E OUTROS MATERIAIS DIVERSOS PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE

DA ADMISSIBILIDADE:

Conforme item 4 do Edital,

4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2 As impugnações, pelos licitantes, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, em observância às determinações contidas no § 2º do art. 41 da Lei 8.666/93.

4.3 As respostas dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações também serão realizadas pelo mesmo meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Desse modo, observa-se que a Impugnante encaminhou sua petição meramente informal de forma de Esclarecimento, via protocolo, no dia 03/06/2020 às 15h37 min e, considerando que a abertura da sessão pública do pregão está agendada para o dia 15/06/2020 às 08 h 05 min, a presente Impugnação é TEMPESTIVA.

DO PONTO QUESTIONADO

Especificações do Item 134 do Termo de Referência:

No item 134 do referido edital vocês informam que, caso não seja cotada a mesma marca dos aparelhos que vocês já possuem no município, deverá ser entregue monitores em comodato. Porém nesse descritivo não informa a marca dos aparelhos que vocês já possuem, e é necessário que coloquem também no descritivo a quantidade de aparelhos que vocês precisarão em comodato. Então, o correto é fazer um levantamento de quantos pacientes vocês têm que usam o aparelho de glicemia, e incluir isso no descritivo do edital.

Em linhas gerais, a Impugnante questiona que nas especificações deste item não foi informado no descritivo, tais como MARCA DOS

APARELHOS DO MUNICIPIO E QUANTIDADE EM COMODATO QUE O MUNICIPIO NECESSITARIA, alegando que sem essas informações as empresas poderão cotar produtos diferentes, não havendo igualdade no certame.

DA ANÁLISE DOS PONTOS QUESTIONADOS

A definição clara e precisa do objeto é indispensável ao bom andamento do certame. Assim, necessário se faz uma adequada caracterização do objeto a ser licitado, com especificações técnicas claras, objetivas e estritamente vinculadas à necessidade apontada para que a licitação venha a ser bem sucedida.

Assim, ao Órgão licitador é assegurado de que estará adquirindo ou obtendo exatamente o objeto pretendido e necessário ao contexto público envolvido. Tais definições são de importância fundamental para a Comissão de Licitação ou Pregoeiro analisar e julgar as propostas recebidas dos participantes, constatando quais delas atendem ao que foi solicitado, porém as considerando informações complementares.

A Lei 10.520/02 que rege o Pregão, mas cujas diretrizes, posto serem dotadas de generalidade, servem de subsídio a toda e qualquer modalidade licitatória, também trata da definição precisa do objeto:

Art. 3º - A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

(...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

A descrição precisa do objeto também é comentada pela jurisprudência, e diante de sua análise e importância o Tribunal de Contas da União (TCU) editou a Súmula 177 cuja redação é a seguinte:

Súmula 177: "A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

Na fase do devido planejamento da licitação se identifica a necessidade e qual será o objeto ou serviço que realmente poderá atendê-la. Nesta etapa é que devem ser evitadas as definições imprecisas, excessivas ou restritivas do objeto, que frustram os certames e inviabilizam a solução almejada pela contratação.

Dentre os cuidados necessários à elaboração de uma descrição precisa do objeto está a participação dos setores demandantes e técnicos da Instituição, aos quais cabe a definição precisa do item que será adquirido.

Ao solicitar análise e explicações do Setor demandante quanto aos pontos questionados pela Empresa impugnante, o mesmo reconhece a ausência de descrição do item 134 do Termo de Referência no tocante o Setor demandante explanou MARCA DOS APARELHOS, BEM COMO A QUANTIDADE DE APARELHOS CASO NÃO SEJA COTADA A MARCA DAS FITAS DO MUNICIPIOS. Por sua vez, quanto A MARCA DOS APARELHOS QUE O MUNICIPIO POSSUI É (ON CALL PLUS,) é que necessário a quantidade até o momento 40 (QUARENTA) aparelhos em COMODATO, caso a empresa não apresente as tiras compatíveis aos aparelhos do MUNICIPIO.

Observa-se que o parágrafo único do art. 4º do Decreto n º 3.555/2000, assim prescreve:

"Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação"

De todo modo, não pode a Administração se abster de verificar a exequibilidade das ofertas apresentadas nos certames licitatórios, se restringindo apenas ao valor a ser contratado, mas sendo diligente desde o primeiro instante para que a contratação não seja apenas pelo menor preço, mas buscando aliar o quantum com a qualidade e executividade do serviço.

DA DECISÃO

Por tais razões, entende a Pregoeira Oficial, que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado por absoluto, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações.

A concordância da ausência das informações solicitadas descrito no item 134 do Termo de Referência (quantidade, e marca do Município) identificadas pela Empresa impugnante e confirmadas pelo Setor demandante são estritamente necessárias para assegurar aos interessados igualdade de direitos em participar do certame e permitir a Administração Pública a escolha da melhor proposta, razão pela qual tais informações serão devidamente adicionadas no Termo de Referência anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2020, porém na análise deve ser informações COMPLEMENTARES.

Ainda nesse bojo, será mantida a descrição do item, sendo acrescentado essa informação como ADICIONAL assim a competição em igualdade de condições aos interessados em participar da Licitação.

Diante do exposto, INDEFIRO a presente impugnação e emitindo NOTA DE ESCLARECIMENTO ao processo, juntamos ao documentos do processo, essa decisão, bem como da sequência ao processo em tramite normal

Dê ciência à Impugnante, após divulgue-se esta decisão junto ao site www.paial.sc.gov.br e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Paial, 04 de junho de 2020,

MIRIAN DARGAS
Pregoeira

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 136/2020

Publicação Nº 2513069

ATO Nº. 136/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOÃO GONÇALVES NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Defesa do Cidadão, Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536, de 08 de janeiro de 2020, com efeitos a contar de 06/04/2020.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 137/2020

Publicação Nº 2513070

ATO Nº. 137/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MAURICIO MACIEL DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral de Esportes, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536 de 08 de janeiro de 2018, a contar de 06/04/2020.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 138/2020

Publicação Nº 2513072

ATO Nº. 138/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ARCENDINO JOSE CERINO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Sul, Nível DAS-DR Quadro de Pessoal

da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.463, de 10 de abril de 2019, com efeitos a contar de 06/04/2020.

Palhoça, SC, em 02 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 139/2020

Publicação Nº 2513074

ATO Nº. 139/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º EXONERAR todos os servidores do cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Artigo 2º Fica excluído deste ato os servidores conforme anexo I.

ANEXO I

NOME	SECRETARIA
Carolina Carol Farias	Gabinete do Prefeito
Renato Darci Estácio	Gabinete do Prefeito
Luiz Carlos Espindola	Gabinete do Prefeito
Ana Carolina Bossle	Gabinete do Prefeito
Jean Joaci Martins	Gabinete do Prefeito
Jessica de Souza Teodoro	Gabinete do Prefeito
Onezia Aselina de Sousa	Gabinete do Prefeito
Cleusa Maria Conrad	Gabinete do Prefeito
Ricardo Martins dos Santos	Gabinete do Prefeito
Alexandro Rodrigues Martins	Gabinete do Prefeito
Pedro Henrique da Rosa	Gabinete do Prefeito
Leticia dos Santos	Gabinete do Prefeito
Thiago de Oliveira Domingues	Gabinete do Prefeito
Helena Cardoso Correa	Gabinete do Prefeito
Ariel Douglas Fracasso	Gabinete do Prefeito
Ana Carolina Pinho	Gabinete do Prefeito
Edmilson Cruz da Silva	Gabinete do Prefeito
Luciano Dalla Pozza	Procuradoria Geral do Município
Orlando Mazzotta Neto	Procuradoria Geral do Município
Andre Schmidt Jannis	Procuradoria Geral do Município
Lucas Pereira Fernandes	Procuradoria Geral do Município
Alice Broering Harger	Procuradoria Geral do Município
Nelson Portanova Marques Neto	Procuradoria Geral do Município
Kristy Cardoso Fabre	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Sergio Matiola	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Leonel Luchi Wierthorn	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Roberto Eller Salvador	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Felipe Marcel Ziemann	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Daniella de Oliveira	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Leandro Pereira	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Geovane Guilherme Probst	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Roseli Regina Alves Heuderscheidt	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Leandro Pereira	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento

Flavio Jose de Souza	Secretaria de InfraEstrutura e Saneamento
Tarsyane Zenilda da Silva Stange	Secretaria de Fazenda
Adailson Miguel Malagotti	Secretaria de Fazenda
Alexandra Lucia Silveira	Secretaria de Fazenda
Anderson Andre Espindola	Secretaria de Fazenda
Camila Soares	Secretaria de Fazenda
Francini Lucia dos Santos	Secretaria de Fazenda
Ismael Augusto da Silva	Secretaria de Fazenda
Jessica dos Santos Carvalho	Secretaria de Fazenda
Jhonatan Altair Adriano	Secretaria de Fazenda
Jussara Antunes de Oliveira Ghizoni	Secretaria de Fazenda
Karoline Lani da Silva	Secretaria de Fazenda
Karolini Wagner	Secretaria de Fazenda
Maria Luiza Moreira	Secretaria de Fazenda
Mary Lucia da Silveira	Secretaria de Fazenda
Matheus de Souza	Secretaria de Fazenda
Pedro Paulo dos Passos	Secretaria de Fazenda
Ruan Ferreira da Silva	Secretaria de Fazenda
Sophia Zacchi da Rosa	Secretaria de Fazenda
Nicolas Hercilio Hoffmann Amorim	Secretaria de Fazenda
Márcio João Martins	Secretaria de Fazenda
Thamy Aurora Diniz	Secretaria de Fazenda
Simone Regina Lemos	Secretaria de Fazenda
Miguel João Ferreira	Secretaria de Fazenda
Eumar Giendruczak	Secretaria de Fazenda
Mariana Borges	Secretaria de Fazenda
João Roberto Honório de Andrade	Secretaria de Fazenda
Bruno Orona de Azevedo	Secretaria de Fazenda
Vitor Alécio de Jesus	Secretaria de Fazenda
Wend da Silveira	Secretaria de Fazenda
Isadora Serrat	Secretaria de Fazenda
Vitor Oliveira	Secretaria de Fazenda
Ismenia Iria Carmisini	Secretaria de Fazenda
Nelson Ferreira Rocha Neto	Secretaria de Fazenda
Fernando Marcondes Cunha	Secretaria de Fazenda
Gabriela Schmidt	Secretaria de Fazenda
Rosângela Campos	Secretaria de Assistência Social
Simone de Mello Weingartner	Secretaria de Assistência Social
Lucimar Bittencourt Espindola	Secretaria de Assistência Social
Angelica Martinelli dos Passos	Secretaria de Assistência Social
Josiane da Silva	Secretaria de Assistência Social
Rosana da Silveira Wagner	Secretaria de Assistência Social
Priscila Cardoso	Secretaria de Assistência Social
Leticia Gonçalves dos Anjos	Secretaria de Assistência Social
Allan Pyetro de Melo de Souza	Secretaria de Assistência Social
Laiara Cristina Cardoso	Secretaria de Assistência Social
Natalia de Faria	Secretaria de Assistência Social
Andreia de Abreu	Secretaria de Assistência Social
Jucelia Oliveira Schneider	Secretaria de Assistência Social
Débora Pereira Rocha	Secretaria de Assistência Social
Maria de Lourdes Da Silva Leite Basto	Secretaria de Assistência Social
Liamara Poleti	Secretaria de Assistência Social
Elizabete da Rosa Diniz Mares	Secretaria de Assistência Social
Jadna Aparecida Nunes	Secretaria de Assistência Social
Patrícia Peressoni F. Althenhoffen	Secretaria de Assistência Social
Gerson Severino de Campos	Secretaria de Assistência Social
Eriberto Schmitz Filho	Secretaria de Assistência Social
Neri João Duarte	Secretaria de Assistência Social
Aline Maria Venâncio de Simas	Secretaria de Assistência Social
Eliane Maria da Silva	Secretaria de Assistência Social
Janaina Pereira da Silva	Secretaria de Assistência Social
Daniela Alves Pereira	Secretaria de Assistência Social
Susana Padilha Oliveira	Secretaria de Assistência Social
Elizabete Garcia Correia	Secretaria de Assistência Social

Bruno Siqueira Adriano	Secretaria de Assistência Social
Antonio Maicon Duarte da Rosa	Secretaria de Assistência Social
Catia Pereira de Oliveira	Secretaria de Assistência Social
Christie Pauli de Souza	Secretaria de Assistência Social
Francielly Pierre de Souza	Secretaria de Assistência Social
Josiane Cristina da Silva	Secretaria de Assistência Social
Josiel Jose de Abreu	Secretaria de Assistência Social
Helio João da Silva	Secretaria de Assistência Social
Alini Cleisia Pereira	Secretaria de Assistência Social
Edson Madeira	Secretaria de Assistência Social
Domingos Vilmar Bruno	Secretaria de Assistência Social
Ari Leonel Filho	Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Rafaela de Mello Silva	Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Gilberto Rosa	Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Karolina Lemos	Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Rodrigo Ferreira de Melo	Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Sandra Ribeiro de Abreu	Secretaria de Saúde
Linea Terezinha Niehuse	Secretaria de Saúde
Doris Helena de Mello Pelegrini	Secretaria de Saúde
Marcelo Eduardo Martins	Secretaria de Saúde
Carlos Eduardo Sotero	Secretaria de Saúde
Fabiola Silveira	Secretaria de Saúde
Carla Regina da Silva Martins	Secretaria de Saúde
Marcelo Adilio Pereira	Secretaria de Saúde
Maraisa Melo Farias	Secretaria de Saúde
Monike da Silva	Secretaria de Saúde
Silviaelane Gonçalves	Secretaria de Saúde
Claudiano Agostinho da Rosa	Secretaria de Saúde
Katiana Pereira	Secretaria de Saúde
João Severiano da Silva	Secretaria de Saúde
Vanderlei Eli de Jesus	Secretaria de Saúde
Isabel Ruth Vieira	Secretaria de Saúde
Letícia Dalabrida	Secretaria de Saúde
Luciano Thiesen	Secretaria de Saúde
Karoliny Hillesheim Nascimento	Secretaria de Saúde
Lais Pamela de Souza	Secretaria de Saúde
Silviaelene Gonçalves	Secretaria de Saúde
Nazare Juraci Ramos da Costa	Secretaria de Saúde
Silvana Meurer	Secretaria de Saúde
Shirley Nobre Scharf	Secretaria de Educação
Gean Karlo Medeiros	Secretaria de Educação
Andréia Maurilia Pacheco Ferreira	Secretaria de Educação
Kelly Cristini Geremias	Secretaria de Educação
Nelzilene de Amorim	Secretaria de Educação
Jessica Pereira de Farias	Secretaria de Educação
Luiz Alberto Cardoso	Secretaria de Educação
Evadio Francisco Broering	Secretaria de Educação
Wilza Soraya Terezinha	Secretaria de Educação
Claudemir Alves Carvalho	Secretaria de Educação
Chayron dos Santos	Secretaria de Educação
Willian Broering	Secretaria de Educação
Marcelo Siegel	Secretaria de Educação
Hudson Roberto Alves	Fundação Municipal de Esportes e Cultura
Jaison Gonçalves	Fundação Municipal de Esportes e Cultura
Lui Vandre da Rosa	Fundação Municipal de Esportes e Cultura
Vanilson Vlademar da Silveira	Fundação Municipal de Esportes e Cultura
Fabio Sebastião Ribeiro	Fundação Municipal de Esportes e Cultura
Mauricio do Val Lino	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Roberto Iacovo Teixeira	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Marília Cardoso Duarte	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Priscila Leonel	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Bruno Matheus David Antunes Pacheco	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Luana Martins Areão	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Rogério Enoch Rech	Fundação Cambirela do Meio Ambiente

Jackson Lee Simas	Fundação Cambirela do Meio Ambiente
Cristina Schwinden Schmidt	Secretaria de Administração
Michelle Silveira Volpato Ribeiro	Secretaria de Administração
Aryani Oliveira Velho	Secretaria de Administração
João Vinicius dos Santos	Secretaria de Administração
Henrique Eurico Barreto Silva	Secretaria de Administração
Josiane de Oliveira	Secretaria de Administração
Thuany Maria dos Santos	Secretaria de Administração
Aline Bittencourt Medeiros	Secretaria de Administração
Rafaela de Souza José	Secretaria de Administração
Taísson da Rosa Generoso	Secretaria de Administração
Natercio Tomaz de Souza Neto	Secretaria de Administração
Maiara Danuza de Medeiros	Secretaria de Administração
Elisete Borrego Franhan F. Vasques	Secretaria de Administração
Fabiano Dias Botelho	Secretaria de Administração
Ana Cristina de Souza	Secretaria de Administração
Guilherme Davi dos Santos	Secretaria de Administração
Ana Paula Barducco	Secretaria de Administração
Gabriela Gonçalves de Souza	Secretaria de Administração
Célio João Batista	Secretaria de Administração
Leticia Abreu Ramos	Secretaria de Administração
Rebecca Elizabeth Goulart	Secretaria de Administração
Anna Paula Heiderscheidt	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Alessandra de Andrade Klettenberg	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Lucimara Aparecida Prim	Secretaria de Turismo
Wagner Paes Figueiredo	Secretaria de Turismo
Fabio Henrique Pereira	Faculdade Municipal de Palhoça
Jane Coser	Faculdade Municipal de Palhoça
Ana Paula Machado	Secretaria de Segurança Pública
Jaqueline Lichtenfelz	Secretaria de Segurança Pública
Igor Silva Alexandre	Secretaria de Segurança Pública
Fabiano Luis Lamarque	Secretaria de Segurança Pública
Fabiano Zaia	Secretaria de Segurança Pública
Ronaldo Figueiredo da Costa Gadelha	Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura
Plaumi Pedro da Silva	Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura
Adilson Francisco de Oliveira	Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura
João Gonçalves Neto	Secretaria de Defesa do Cidadão
Gabriel Nilson Espindola	Secretaria de Defesa do Cidadão
Rosemary Kampfert Marques	Secretaria de Defesa do Cidadão
Ronaldo Cesar Laurindo	Secretaria de Defesa do Cidadão
Najla Botelho	Secretaria de Defesa do Cidadão
Josiane Susana Marcelino	Secretaria de Defesa do Cidadão
Jaci Heleodoro Martins	Secretaria de Serviços Públicos
Adelino Idalino Martins	Secretaria de Serviços Públicos
Rudnei Jose do Amaral	Secretaria de Serviços Públicos
Afonso Claudino dos Santos	Secretaria de Serviços Públicos
Aldori de Medeiros	Secretaria de Serviços Públicos
Alex Candido da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Americo de Almeida	Secretaria de Serviços Públicos
Arcendino Jose Cerino	Secretaria de Serviços Públicos
Aroldo Jose Silva Moreira	Secretaria de Serviços Públicos
Clenio Sebastião de Souza	Secretaria de Serviços Públicos
Daniel Olm Santos Junior	Secretaria de Serviços Públicos
Deivid de Souza	Secretaria de Serviços Públicos
Eder Cristiano Rodrigues	Secretaria de Serviços Públicos
Edson Adelino da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Edson Luiz Vieira	Secretaria de Serviços Públicos
Eduardo de Souza	Secretaria de Serviços Públicos
Eduardo Luis Lemos	Secretaria de Serviços Públicos
Eloiza Sodre	Secretaria de Serviços Públicos
Elias Pereira	Secretaria de Serviços Públicos
Evaldo Manoel de Sousa	Secretaria de Serviços Públicos
Evandro de Castro	Secretaria de Serviços Públicos
Fermino Manoel Cabral	Secretaria de Serviços Públicos

Fernando Rodrigo Duarte	Secretaria de Serviços Públicos
Filipe dos Passos Duarte	Secretaria de Serviços Públicos
Gildasio da Silva Pereira	Secretaria de Serviços Públicos
Itamar da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Itelmo Antonio Silveira	Secretaria de Serviços Públicos
Jose Adelino da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Jose de Freitas Batista	Secretaria de Serviços Públicos
Jose Fabrício Pagani	Secretaria de Serviços Públicos
Jose Invenção da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Jose Tiago Rodrigues Nunes	Secretaria de Serviços Públicos
Leandro Valmiro Rosa	Secretaria de Serviços Públicos
Luis Gonzaga dos Santos	Secretaria de Serviços Públicos
Elias Pereira	Secretaria de Serviços Públicos
Evaldo Manoel de Sousa	Secretaria de Serviços Públicos
Evandro de Castro	Secretaria de Serviços Públicos
Fermino Manoel Cabral	Secretaria de Serviços Públicos
Fernando Rodrigo Duarte	Secretaria de Serviços Públicos
Filipe dos Passos Duarte	Secretaria de Serviços Públicos
Gildasio da Silva Pereira	Secretaria de Serviços Públicos
Itamar da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Itelmo Antonio Silveira	Secretaria de Serviços Públicos
Luiz Felipe Martins Mariano	Secretaria de Serviços Públicos
Manoel Medeiros	Secretaria de Serviços Públicos
Manuela Tessiani	Secretaria de Serviços Públicos
Maria Cristina da Silva de Cisne	Secretaria de Serviços Públicos
Marlon de Oliveira	Secretaria de Serviços Públicos
Matheus da Silva Nunes	Secretaria de Serviços Públicos
Messias Lisboa	Secretaria de Serviços Públicos
Nairto João Espindola	Secretaria de Serviços Públicos
Ogel Luiz dos Santos	Secretaria de Serviços Públicos
Orlando Correa da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Paulo Amancio de Souza	Secretaria de Serviços Públicos
Paulo Cesar Back	Secretaria de Serviços Públicos
Paulo Cesar Costa	Secretaria de Serviços Públicos
Paulo Roberto dos Santos	Secretaria de Serviços Públicos
Pedro Julio de Melo	Secretaria de Serviços Públicos
Ricardo Raul Martins	Secretaria de Serviços Públicos
Roberto Quirino Constante	Secretaria de Serviços Públicos
Rodrigo Ferreira de Melo Amorim	Secretaria de Serviços Públicos
Ronaldo Oliveira da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Roque João Dias	Secretaria de Serviços Públicos
Rosane de Oliveira	Secretaria de Serviços Públicos
Tamara Candido da Silveira	Secretaria de Serviços Públicos
Thiago Oscar da Conceição Duarte	Secretaria de Serviços Públicos
Zulmar Vilmar Jose	Secretaria de Serviços Públicos

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 140/2020

Publicação Nº 2513075

ATO Nº. 140/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR KATIA DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde



da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 141/2020

Publicação Nº 2513080

ATO Nº. 141/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUCIANA MARIA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Nível DAS-II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 142/2020

Publicação Nº 2513082

ATO Nº. 142/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR NATALIA DE FARIA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, Nível DAS-II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 143/2020

Publicação Nº 2513083

ATO Nº. 143/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARAISA DE MELO FARIAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 144/2020

Publicação Nº 2513085

ATO Nº. 144/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GRAZIELA MARIA APOLINARIO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536, de 08 de janeiro de 2020, com efeitos a contar de 05/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 145/2020

Publicação Nº 2513086

ATO Nº. 145/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARAISA DE MELO FARIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.536, de 08 de janeiro de 2020, com efeitos a contar de 05/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 146/2020

Publicação Nº 2513088

ATO Nº. 146/2020.

LAUDELINO NAIRDO SOARES, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura Designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CECILIO VIEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

LAUDELINO NAIRDO SOARES
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 147/2020

Publicação Nº 2513090

ATO Nº. 147/2020.

LAUDELINO NAIRDO SOARES, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura Designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GABRIEL DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

LAUDELINO NAIRDO SOARES
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 148/2020

Publicação Nº 2513091

ATO Nº. 148/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR BRUNA SIQUEIRA ADRIANO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 149/2020

Publicação Nº 2513092

ATO Nº. 149/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LINEA TERESINHA NIEHUES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 150/2020

Publicação Nº 2513094

ATO Nº. 150/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR CECILIO VIEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.551, de 18 de fevereiro de 2020, com efeitos a contar de 12/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LAUDELINO NAIRDO SOARES
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 110/2020

Publicação Nº 2513114

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de junho de 2020, às 09:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 110/2020, que tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's) e testes para o COVID-19, tanto testes RT-PCR, quanto testes rápidos com IgG e IgM, para suprir as necessidades das Unidades da Rede Municipal de saúde de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, diariamente, ou pelo site: <http://www.palhoca.atende.net>. Palhoça, 04 de junho de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.593, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2514135

DECRETO Nº 2.593, de 03 de JUNHO de 2020.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA NA ORDEM DE R\$ 800.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais com amparo no art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.792, de 30 de dezembro de 2019, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça como segue:

14:00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
14:01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
Projeto/Atividade :1023 – Drenagem e Pavimentação de Ruas
Red116 – 44.90.00.00.00.00.0.1.000142- Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada abaixo:

14:00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
14:01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
Projeto/Atividade :1023 – Drenagem e Pavimentação de Ruas
Red55 – 33.90.00.00.00.00.0.1.000142- Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palhoça, 03 de junho de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 2491/2020

Publicação Nº 2512857

PORTARIA Nº. 2491/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1712 de 09 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FERNANDA SOUSA GIRARDI, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2492/2020

Publicação Nº 2512860

PORTARIA Nº. 2492/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1742 de 12 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DAIANE CANDIDO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2493/2020

Publicação Nº 2512863

PORTARIA Nº. 2493/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1412 de 21 de fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CRISTINA JANAINA DA CRUZ, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2494/2020

Publicação Nº 2512865

PORTARIA Nº. 2494/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0922 de 14 de fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora TAMIRIS ALADIA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/03/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2495/2020

Publicação Nº 2512866

PORTARIA Nº. 2495/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1411 de 21 de fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RITA DE CASSIA FRANÇA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2496/2020

Publicação Nº 2512869

PORTARIA Nº. 2496/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2051 de 30 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSA MARIA DA SILVEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2497/2020

Publicação Nº 2512870

PORTARIA Nº. 2497/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2050 de 30 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA APARECIDA NUNES ESPINDOLA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2498/2020

Publicação Nº 2512872

PORTARIA Nº. 2498/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1666 de 09 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LUCIA GARCIA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2499/2020

Publicação Nº 2512873

PORTARIA Nº. 2499/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
100411-1	Angelo Nilton de Amorim	R\$ 700,00	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2500/2020

Publicação Nº 2512875

PORTARIA Nº. 2500/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor Eduardo Hirt Pinto, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 166282-5 e Senhora Regiane Duggen Maurício, Arquiteta e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça, CAU/SC A56899-6, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 29/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção da Unidade Básica de Saúde da Guarda do Cubatão, área a ser construída 482,74 m² (quatrocentos e oitenta e dois, vírgula setenta e quatro metros quadrados) neste Município, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários.

Esta Portaria entre em vigor em 04 de maio de 2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2502/2020

Publicação Nº 2512887

PORTARIA Nº. 2502/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE LIMA COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de pronto Atendimento da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2020 a 11/05/2021. Não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2503/2020

Publicação Nº 2512888

PORTARIA Nº. 2503/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DAIANA POLICENA MARTINS RODRIGUES COELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de

dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de pronto Atendimento da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/05/2020 a 07/05/2021. Não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2504/2020

Publicação Nº 2512889

PORTARIA Nº. 2504/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARLY TEREZINHA ZOCCOLI de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/2020, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/05/2020 a 09/05/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2505/2020

Publicação Nº 2512897

PORTARIA Nº. 2505/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCIA MISUMI MURAKAMI ROSA STANCK PINHEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMS/2018, para ocupar o cargo de Farmacêutico, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Farmácia de Alto Custo, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2020 a 11/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2506/2020

Publicação Nº 2512890

PORTARIA Nº. 2506/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CIBELE SERAFIM VARGAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Processo Seletivo Edital nº. 005/SMS/2019, para ocupar o cargo de Farmacêutico, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Laboratório Central, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2020 a 11/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2507/2020

Publicação Nº 2512891

PORTARIA Nº. 2507/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEISIANE OLIVEIRA HEINZ, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMA/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2020 a 04/05/2021, não há concurso vigente.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2508/2020

Publicação Nº 2512892

PORTARIA Nº. 2508/2020.

SANDRA REGINA DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROBERTO CARLOS SANTOS JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Lei 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Médio Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/05/2020 a 06/05/2021, vaga transitória.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2509/2020

Publicação Nº 2512893

PORTARIA Nº. 2509/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DOUGLAS JOSE SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMA/2019, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Setor de Transportes da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2020 a 11/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2510/2020

Publicação Nº 2512894

PORTARIA Nº. 2510/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2389 de 23 de abril de 2020, que Contratou por Tempo Determinado o servidor FLAVIO PANHOCA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2020 a 11/06/2020, face ao impedimento da titular Atanil Wagner que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2511/2020

Publicação Nº 2512899

PORTARIA Nº. 2511/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1574 de 02 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARTHA GISLAINE OZORIO DA LUZ, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/03/2020 a 09/09/2020, face ao impedimento da titular Clarice Salla Chagas que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2512/2020

Publicação Nº 2512900

PORTARIA Nº. 2512/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1417 de 21 de fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSILANE MARY DOS PASSOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2513/2020

Publicação Nº 2512901

PORTARIA Nº. 2513/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1664 de 09 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JULIA RAMOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2020 a 31/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2514/2020

Publicação Nº 2512902

PORTARIA Nº. 2514/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 10 de maio de 2020.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
801461-5	Michelle Pereira	R\$ 921,35	Diretor Adjunto do CEI Pequeno Príncipe

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2515/2020

Publicação Nº 2512903

PORTARIA Nº. 2515/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MICHELLE PEREIRA, matrícula nº. 801461-5, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Snoopy da Secretaria de Educação, da Administração Direta, com efeitos a contar de 11/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2516/2020

Publicação Nº 2512904

PORTARIA Nº. 2516/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DOS PASSOS FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº. 001/SMAS/2019, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Abrigo Nova Direção da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/05/2020 a 07/05/2021.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2517/2020

Publicação Nº 2512905

PORTARIA Nº. 2517/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Aline Vivian da Silva	20	40	08/05/2020 a 05/08/2020
Edineia Maria da Rosa	20	40	12/05/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 30 de março de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2518/2020

Publicação Nº 2512906

PORTARIA Nº. 2518/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Autoridade de Trânsito Municipal em conformidade com a Lei nº. 9.503, CTB e Convênio Firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina o servidor ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura contar de 03/04/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2519/2020

Publicação Nº 2512909

PORTARIA Nº. 2519/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0739 de 14 fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOSELIA DA SILVA SALZAR SCHEIDT, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/04/2020 a 23/06/2020, face ao impedimento da titular Terezinha Celina Jorge, que se encontra em LTS e Férias.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2520/2020

Publicação Nº 2512911

PORTARIA Nº. 2520/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3763627-1	Marli Salete da Rosa Luca	20%	10/03/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2521/2020

Publicação Nº 2512914

PORTARIA Nº. 2521/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para os (a) servidores (a) abaixo relacionados, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta.

Matrícula	Nome	Pelo período de
3763179-2	Thuany Vieira Lange	03/02/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2522/2020

Publicação Nº 2512917

PORTARIA Nº. 2522/2020.

JOÃO GONÇALVES NETO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DAIANE VIEIRA DOS SANTOS LUCKMANN, matrícula nº. 800987-1, titular do cargo de ASG, do Quadro

de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 23/05/2008 a 23/05/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 20/07/2020 a 20/08/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

JOÃO GONÇALVES NETO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2523/2020

Publicação Nº 2512918

PORTARIA Nº. 2523/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARINE LISBOA, matrícula nº. 401958-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/01/2013 a 02/01/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2524/2020

Publicação Nº 2512919

PORTARIA Nº. 2524/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº. 401324-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/07/2011 a 04/07/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2525/2020

Publicação Nº 2512921

PORTARIA Nº. 2525/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEUDE ELIZA DETOFOL MARCIO, matrícula nº. 401099-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/11/2010 a

08/11/2015 por 02 (dois) meses, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2526/2020

Publicação Nº 2512922

PORTARIA Nº. 2526/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RAQUEL DEBIAZI FERREIRA, matrícula nº. 401365-4, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2011 a 01/08/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2527/2020

Publicação Nº 2512923

PORTARIA Nº. 2527/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE MARIA ESPINDOLA DE MEDEIROS, matrícula nº. 400038-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 12/06/2010 a 12/06/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2528/2020

Publicação Nº 2512924

PORTARIA Nº. 2528/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZETE BRAZ JACINTO DA ROSA, matrícula nº. 190010-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 07/07/2012 A 07/07/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2529/2020

Publicação Nº 2512925

PORTARIA Nº. 2529/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EUNICE LUZ DOS SANTOS, matrícula nº. 400031-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 11/05/2012 a 11/05/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 08/05/2020 a 08/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2530/2020

Publicação Nº 2512927

PORTARIA Nº. 2530/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA PAULA DA ROSA ZACCHI, matrícula nº. 402230-6, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 06/10/2014 a 06/10/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 15/05/2020 a 15/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2531/2020

Publicação Nº 2512929

PORTARIA Nº. 2531/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NAIARA RAQUEL SANTOS CAMPOS, matrícula nº. 400964-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/08/2010 a 05/08/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 07/05/2020 a 07/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2532/2020

Publicação Nº 2512930

PORTARIA Nº. 2532/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE MARIA DA CONCEIÇÃO, matrícula nº. 300075-1, titular do cargo de Assistente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 11/07/2009 a 11/07/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2533/2020

Publicação Nº 2512931

PORTARIA Nº. 2533/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE DE MELO MARCOS, matrícula nº. 401885-5, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/12/2012 a 21/01/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2534/2020

Publicação Nº 2512932

PORTARIA Nº. 2534/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA ZENITA TEIXEIRA GOMES, matrícula nº. 3745655-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2535/2020

Publicação Nº 2512933

PORTARIA Nº. 2535/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ATANIL DE MEDEIROS WAGNER FILHO, matrícula nº. 125323-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 15/03/2014 a 15/03/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/05/2020 a 11/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2536/2020

Publicação Nº 2512934

PORTARIA Nº. 2536/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA PIRES, matrícula nº. 129563-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2020 a 04/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2537/2020

Publicação Nº 2512936

PORTARIA Nº. 2537/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para HELENA MARIA DE ESPÍNDOLA, matrícula nº. 120212-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de

29/05/2013 a 29/05/2018, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 06/05/2020 a 06/08/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2538/2020

Publicação Nº 2512938

PORTARIA Nº. 2538/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE APARECIDA DA ROSA, matrícula nº. 802223-11, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 02/04/2012 a 02/04/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2539/2020

Publicação Nº 2512939

PORTARIA Nº. 2539/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, matrícula nº. 801107-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2014 a 03/06/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2020 a 04/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2540/2020

Publicação Nº 2512940

PORTARIA Nº. 2540/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE SOARES, matrícula nº. 121785-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 27/01/2015 a 27/01/2020, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 06/05/2020 a 06/08/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2541/2020

Publicação Nº 2512944

PORTARIA Nº. 2541/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETE PAULINA DA ROSA ARAÚJO, matrícula nº. 123002-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 07/02/2012 a 07/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 11/05/2020 a 11/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2542/2020

Publicação Nº 2512945

PORTARIA Nº. 2542/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLUCI SOUZA KLEIN, matrícula nº. 800295-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/01/2009 a 01/01/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/05/2020 a 08/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2543/2020

Publicação Nº 2512946

PORTARIA Nº. 2543/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSEMERE MARIA ESPÍNDOLA, matrícula nº. 800646-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 09/10/2011 a 09/10/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 05/05/2020 a 05/08/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2544/2020

Publicação Nº 2512948

PORTARIA Nº. 2544/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE ZENIR BERNARDES, matrícula nº. 127063-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 12/09/2010 a 12/09/2015, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/05/2020 a 01/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2545/2020

Publicação Nº 2512949

PORTARIA Nº. 2545/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DE FÁTIMA SECCO CARDOSO, matrícula nº. 800426-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 14/02/2015 a 14/02/2020, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 20/04/2020 a 20/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2546/2020

Publicação Nº 2512950

PORTARIA Nº. 2546/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLENE CABRAL INÁCIO, matrícula nº. 800297-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 26/10/2009 a 26/10/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 21/02/2020 a 21/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2547/2020

Publicação Nº 2512952

PORTARIA Nº. 2547/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ACINDINO ANDRE LAMIM, matrícula nº. 401659-4, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2548/2020

Publicação Nº 2512953

PORTARIA Nº. 2548/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA DE CAMPOS VIEIRA, matrícula nº. 3745660-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2549/2020

Publicação Nº 2512954

PORTARIA Nº. 2549/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA VIRGILINA DE PINHO SILVA, matrícula nº. 401325-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/07/2011 a 04/07/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 16/05/2020 a 16/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2550/2020

Publicação Nº 2512956

PORTARIA Nº. 2550/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AUDA MARIA RIBEIRO DA CRUZ VARELA, matrícula nº. 401869-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/11/2012 a 02/11/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 21/05/2020 a 21/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2551/2020

Publicação Nº 2512958

PORTARIA Nº. 2551/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BARBARA LUIZA CUNHA FERNANDES DO AMARAL, matrícula nº. 402132-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2013 a 03/06/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2552/2020

Publicação Nº 2512959

PORTARIA Nº. 2552/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula nº. 3745066-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2553/2020

Publicação Nº 2512960

PORTARIA Nº. 2553/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CAROLINE ANDREIA CAETANO LEMOS, matrícula nº. 802859-4, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2554/2020

Publicação Nº 2512961

PORTARIA Nº. 2554/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DANIELA HINKEL, matrícula nº. 401978-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/01/2013 a 09/04/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2555/2020

Publicação Nº 2512962

PORTARIA Nº. 2555/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DILANE RODRIGUES SCHMITZ, matrícula nº. 3745074-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 14/07/2014 a 14/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2556/2020

Publicação Nº 2512963

PORTARIA Nº. 2556/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DIONEIA MAFRA SILVANO ARAUJO, matrícula nº. 401882-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 12/11/2012 a 08/03/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2557/2020

Publicação Nº 2512965

PORTARIA Nº. 2557/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDMERI LIANE ESPINDOLA DA ROSA, matrícula nº. 128485-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2558/2020

Publicação Nº 2512966

PORTARIA Nº. 2558/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FRANCIELE DE LOURDES COSTA, matrícula nº. 401671-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/03/2012 a 02/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2559/2020

Publicação Nº 2512967

PORTARIA Nº. 2559/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GISELE OLIVEIRA CICERO, matrícula nº. 401316-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/07/2011 a 04/07/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2560/2020

Publicação Nº 2512968

PORTARIA Nº. 2560/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IRACEMA ZIMMERMANN, matrícula nº. 211146-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2561/2020

Publicação Nº 2512969

PORTARIA Nº. 2561/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONETE LUIZA DA SILVA KREMMER, matrícula nº. 3745664-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2562/2020

Publicação Nº 2512971

PORTARIA Nº. 2562/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JEAN CARLOS MARQUES DA SILVA, matrícula nº. 3745701-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2563/2020

Publicação Nº 2512972

PORTARIA Nº. 2563/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE DA SILVEIRA MACHADO DA SILVA, matrícula nº. 3745665-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2564/2020

Publicação Nº 2512973

PORTARIA Nº. 2564/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE GONÇALVES DE SOUZA, matrícula nº. 401523-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 07/11/2011 a 07/11/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2565/2020

Publicação Nº 2512974

PORTARIA Nº. 2565/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANE GONÇALVES DE HOLANDA, matrícula nº. 3745667-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2566/2020

Publicação Nº 2512975

PORTARIA Nº. 2566/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA CRISTINA DA SILVA VALENTIM, matrícula nº. 401386-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2011 a 01/08/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2567/2020

Publicação Nº 2512976

PORTARIA Nº. 2567/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA LINHARES ARAUJO, matrícula nº. 401683-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2568/2020

Publicação Nº 2512977

PORTARIA Nº. 2568/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIAN KARLA DA SILVA, matrícula nº. 401655-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2569/2020

Publicação Nº 2512978

PORTARIA Nº. 2569/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIANE APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº. 401880-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/11/2012 a 05/11/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2570/2020

Publicação Nº 2512979

PORTARIA Nº. 2570/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUANA GAMBATTO BEZERRA, matrícula nº. 401676-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2571/2020

Publicação Nº 2512980

PORTARIA Nº. 2571/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE EMA CORDEIRO, matrícula nº. 3745661-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2572/2020

Publicação Nº 2512981

PORTARIA Nº. 2572/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE MARI DOS SANTOS DA SILVEIRA, matrícula nº. 402152-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2013 a 03/06/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2573/2020

Publicação Nº 2512982

PORTARIA Nº. 2573/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIMAR BROERING VIEIRA, matrícula nº. 401314-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/07/2011 a 04/07/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2574/2020

Publicação Nº 2512983

PORTARIA Nº. 2574/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA CRISTINA BRANCO CIPRIANO, matrícula nº. 401652-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2575/2020

Publicação Nº 2512984

PORTARIA Nº. 2575/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETH DE MELO MARCOS DUARTE, matrícula nº. 401629-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/03/2012 a 02/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2576/2020

Publicação Nº 2512985

PORTARIA Nº. 2576/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA DOS PASSOS MENDONÇA, matrícula nº. 401886-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 26/11/2012 a 26/11/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2577/2020

Publicação Nº 2512986

PORTARIA Nº. 2577/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA REGINA SOARES STOCK, matrícula nº. 800439-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 14/02/2010 a 14/02/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2578/2020

Publicação Nº 2512987

PORTARIA Nº. 2578/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIE DUARTE, matrícula nº. 400994-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/09/2010 a 01/09/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2579/2020

Publicação Nº 2512988

PORTARIA Nº. 2579/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARTINES QUADROS DA SILVA, matrícula nº. 3745714-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2580/2020

Publicação Nº 2512989

PORTARIA Nº. 2580/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MAYARA DE ARAUJO, matrícula nº. 401330-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/07/2011 a 04/07/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2581/2020

Publicação Nº 2512990

PORTARIA Nº. 2581/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRELY SCHMITZ, matrícula nº. 3745068-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2582/2020

Publicação Nº 2512991

PORTARIA Nº. 2582/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA SCHARF EGER, matrícula nº. 3745237-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 06/10/2014 a 06/10/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2583/2020

Publicação Nº 2512992

PORTARIA Nº. 2583/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PRISCILA MARIA MENDONÇA GONZAGA, matrícula nº. 3745704-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2584/2020

Publicação Nº 2512994

PORTARIA Nº. 2584/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PRISCILA ROSA DE SOUZA, matrícula nº. 401936-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 02/01/2013 a 02/01/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2585/2020

Publicação Nº 2512995

PORTARIA Nº. 2585/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para REJANI MARIA BASEGGIO, matrícula nº. 401072-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 13/10/2010 a 13/10/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2586/2020

Publicação Nº 2512996

PORTARIA Nº. 2586/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RIDES MARCONI HUGEN, matrícula nº. 3745065-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 21/05/2020 a 21/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2587/2020

Publicação Nº 2512997

PORTARIA Nº. 2587/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSI MERI TRINDADE DA COSTA, matrícula nº. 3745716-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 14/04/2015 a 14/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2588/2020

Publicação Nº 2512998

PORTARIA Nº. 2588/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILEIDE CARDOSO SILVA, matrícula nº. 3745702-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 08/04/2015 a 08/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 22/05/2020 a 22/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2589/2020

Publicação Nº 2512999

PORTARIA Nº. 2589/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA REGINA ALVES DOS SANTOS, matrícula nº. 401674-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2590/2020

Publicação Nº 2513000

PORTARIA Nº. 2590/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIRLENE DARIA VIEIRA, matrícula nº. 401708-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 16/04/2012 a 16/04/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2591/2020

Publicação Nº 2513002

PORTARIA Nº. 2591/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE CARLINE BOSQUETTI LEHNERT DE OLIVEIRA, matrícula nº. 802144-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/07/2014 a 01/07/2019 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 15/05/2020 a 15/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2592/2020

Publicação Nº 2513003

PORTARIA Nº. 2592/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANDIRA SCHLEMPER CHAPOVAL, matrícula nº. 401870-3, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/11/2012 a 05/11/2017 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2593/2020

Publicação Nº 2513004

PORTARIA Nº. 2593/2020.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA KARINA DA CUNHA, matrícula nº. 300412-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2010 a 01/06/2015 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 11/05/2020 a 11/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2594/2020

Publicação Nº 2513005

PORTARIA Nº. 2594/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ISAIAS CIOTTA PEREIRA, matrícula nº. 402123-1, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2013 a 03/06/2018 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 27/04/2020 a 27/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2595/2020

Publicação Nº 2513006

PORTARIA Nº. 2595/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDE MARIA LEONEL, matrícula nº. 400020-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/08/2011 a 01/08/2016 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/05/2020 a 13/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2596/2020

Publicação Nº 2513007

PORTARIA Nº. 2596/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VIVIANE CUNHA PACHECO DE ANDRADE, matrícula nº. 400871-1, titular do cargo de Nutricionista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/04/2015 a 05/04/2020 por 01 (um) mês, com efeitos a contar 14/05/2020 a 14/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2597/2020

Publicação Nº 2513008

PORTARIA Nº. 2597/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOELMA MARIA DA SILVEIRA CANDIDO, matrícula nº. 100272-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 13/04/2010 a 13/04/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/05/2020 a 15/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2598/2020

Publicação Nº 2513009

PORTARIA Nº. 2598/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTINE AZEVEDO JORDÃO, matrícula nº. 401313-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/07/2011 a 04/07/2016 por 02 (dois) meses, com efeitos a contar 02/05/2020 a 02/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2599/2020

Publicação Nº 2513010

PORTARIA Nº. 2599/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RODRIGO LINO NUNC NFOONRO, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3762736-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2600/2020

Publicação Nº 2513011

PORTARIA Nº. 2600/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
300004-1	Adriana Truppel	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00
150085-1	Leonardo Wellington Adão	R\$ 500,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

PORTARIA Nº. 2601/2020

Publicação Nº 2513013

PORTARIA Nº. 2601/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANDERLEI HERMESMEIYER, matrícula nº. 401462-1, titular do cargo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 05/09/2011 a 05/09/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/05/2020 a 07/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2602/2020

Publicação Nº 2513014

PORTARIA Nº. 2602/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDELIZ COMIN, matrícula nº. 100582-1, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 30/04/2013 a 30/04/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/04/2020 a 08/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2603/2020

Publicação Nº 2513015

PORTARIA Nº. 2603/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIO OSMAR TIZZIANI, matrícula nº. 123105-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 24/02/2009 a 24/02/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2604/2020

Publicação Nº 2513016

PORTARIA Nº. 2604/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800538-2	Díneia Maria da Silva	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2605/2020

Publicação Nº 2513017

PORTARIA Nº. 2605/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE	PARA
401242-2	Rosilaine da Rosa Hugen	R\$ 200,00	R\$ 600,00

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2606/2020

Publicação Nº 2513018

PORTARIA Nº. 2606/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANTONIA SEBASTIANA PINTO DE SOUSA, matrícula nº. 801058-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 14/04/2009 a 14/04/2014, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2607/2020

Publicação Nº 2513019

PORTARIA Nº. 2607/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AURORA IRINESIA LAMIM FARIAS, matrícula nº. 800015-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 07/07/2009 a 07/07/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2608/2020

Publicação Nº 2513020

PORTARIA Nº. 2608/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDUARDO HENRIQUE MACHADO SATO, matrícula nº. 300507-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 16/01/2012 a 16/01/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 27/04/2020 a 27/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2609/2020

Publicação Nº 2513021

PORTARIA Nº. 2609/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIO CESAR DA CRUZ, matrícula nº. 300506-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 27/04/2020 a 27/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2610/2020

Publicação Nº 2513023

PORTARIA Nº. 2610/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA PAULA GOMES CUNHA, matrícula nº. 401729-2, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 06/06/2012 a 06/06/2017 por 03 (três) meses, com efeitos a contar 15/05/2020 a 15/08/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2611/2020

Publicação Nº 2513025

PORTARIA Nº. 2611/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DANIELA MACHADO TORRES DA ROSA, matrícula nº. 100492-1, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 13/08/2012 a 13/08/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2612/2020

Publicação Nº 2513027

PORTARIA Nº. 2612/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SERGIO ROBERTO PIRES DA SILVA, matrícula nº. 500447-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 19/05/2010 a 19/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2613/2020

Publicação Nº 2513028

PORTARIA Nº. 2613/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA LUCIA MEDEIROS, matrícula nº. 300099-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 10/03/2009 a 10/03/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2614/2020

Publicação Nº 2513029

PORTARIA Nº. 2614/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE AYRES D'ÁVILA, matrícula nº. 100743-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/05/2014 a 05/05/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2615/2020

Publicação Nº 2513030

PORTARIA Nº. 2615/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EVA PAULA FRANCIOSI, matrícula nº. 100467-2, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 14/07/2014 a 14/07/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2616/2020

Publicação Nº 2513031

PORTARIA Nº. 2616/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FRANCINY CORDIOLI DA ROSA, matrícula nº. 100725-2, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 10/04/2014 a 09/04/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/06/2020 a 10/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2617/2020

Publicação Nº 2513032

PORTARIA Nº. 2617/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONE ZÉLIA DE SOUZA, matrícula nº. 300107-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 10/03/2009 a 10/03/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2618/2020

Publicação Nº 2513033

PORTARIA Nº. 2618/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LEONILDO SIVIERO JÚNIOR, matrícula nº. 100417-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2619/2020

Publicação Nº 2513034

PORTARIA Nº. 2619/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ESTER MARTINS, matrícula nº. 3745090-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 17/07/2014 a 17/07/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2620/2020

Publicação Nº 2513035

PORTARIA Nº. 2620/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para Nanci Cecília de Oliveira Veras, matrícula nº. 100380-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 12/09/2011 a 12/09/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 26/05/2020 a 26/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2621/2020

Publicação Nº 2513036

PORTARIA Nº. 2621/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NOARA CLAUDINNI DA SILVA, matrícula nº. 100430-7, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2622/2020

Publicação Nº 2513037

PORTARIA Nº. 2622/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CAROLINE ALINE MARGHOTI, matrícula nº. 100761-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 19/05/2014 a 19/05/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2020 a 15/07/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2623/2020

Publicação Nº 2513039

PORTARIA Nº. 2623/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALINE DA ROSA KIESLICH, matrícula nº. 100586-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2013 a 03/06/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/05/2020 a 20/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2624/2020

Publicação Nº 2513040

PORTARIA Nº. 2624/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANIA HERONDINA PERES POLUCENO, matrícula nº. 800549-1, titular do cargo de Contador, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 21/08/2008 a 21/08/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2625/2020

Publicação Nº 2513041

PORTARIA Nº. 2625/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOBI VIEIRA, matrícula nº. 100399-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2626/2020

Publicação Nº 2513043

PORTARIA Nº. 2626/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA DA SILVA MARTINS, matrícula nº. 100412-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 16/01/2012 a 16/01/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/05/2020 a 18/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2627/2020

Publicação Nº 2513044

PORTARIA Nº. 2627/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANA ROSA DE FREITAS, matrícula nº. 100305-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 04/10/2010 a 04/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2020 a 25/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2628/2020

Publicação Nº 2513046

PORTARIA Nº. 2628/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA JUSSARA BAIRROS DE MELLO, matrícula nº. 100621-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 17/09/2013 a 17/09/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2020 a 28/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2629/2020

Publicação Nº 2513047

PORTARIA Nº. 2629/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1617 de 09 de março de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FLÁVIA GUTHA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/05/2020 a 19/06/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2630/2020

Publicação Nº 2513048

PORTARIA Nº. 2630/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Flávia Gutia	30	20	19/05/2020 a 19/06/2020

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2631/2020

Publicação Nº 2513050

PORTARIA Nº. 2631/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando os Decretos do Governo do Estado de Santa Catarina, que declarou situação de emergência no território catarinense, bem como que impôs o regime de quarentena, e o Decreto Municipal de acatamento às regras estaduais,

Considerando a Notificação Recomendatória Circular nº 001/2020 do Ministério Público de Contas - MPC/SC, resolve

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado que os contratos de locação firmados pelo Poder Executivo Municipal deverão ter seus valores revisados, em decorrência dos efeitos econômicos e sociais ocasionados pela pandemia do COVID-19.

Art. 2º Recomenda-se a redução de 20% (vinte) por cento sobre os valores dos contratos de locação do Município de Palhoça em que a Municipalidade figure como LOCATÁRIA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2632/2020

Publicação Nº 2513051

PORTARIA Nº. 2632/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VARNER CRISTINA BRUM RIBEIRO, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3763904-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2633/2020

Publicação Nº 2513053

PORTARIA Nº. 2633/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO INGRID DA SILVA GASS, titular do cargo de Motorista, Matrícula nº. 3762093-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2634/2020

Publicação Nº 2513055

PORTARIA Nº. 2634/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR YARIM DE MEDEIROS, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3762701-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2635/2020

Publicação Nº 2513056

PORTARIA Nº. 2635/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR HORÁCIO DORNELLES FOGAÇA E SILVA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763366-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2636/2020

Publicação Nº 2513058

PORTARIA Nº. 2636/2020.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Joana Knoth Frassetto	04688635294

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2637/2020

Publicação Nº 2513059

PORTARIA Nº. 2637/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2020.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
3763601-1	Pollyana Aline Dorigoni Sangiuliano	R\$ 1.000,00	Coordenador da UBS Passa Vinte

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2638/2020

Publicação Nº 2513060

PORTARIA Nº. 2638/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria Municipal de Saúde a servidora POLLYANA ALINE DORIGONI SANGIULIANO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a partir de 01/05/2020.

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2639/2020

Publicação Nº 2513061

PORTARIA Nº. 2639/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 07 de maio de 2020.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800345-1	Elizabete Marques Correia	R\$ 331,00

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2640/2020

Publicação Nº 2513062

PORTARIA Nº. 2640/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 08 de maio de 2020.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
800345-1	Elizabete Marques Correia	R\$ 1.347,77	Diretor da ER Olga Cerino

Palhoça, SC, em 30 de abril de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2020**

Publicação Nº 2513640

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2020
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), pós-pago, com serviço voz e dados com tecnologia 4G ou superior, velocidade mínima de 20 Mbps de download, com minutos ilimitados para fixo e celular de qualquer operadora para todo Brasil e com pacote mensal de dados de no mínimo 10 GB para cada acesso, a ser executado de forma contínua visando a atender às necessidades da Câmara Municipal de Palhoça, conforme Anexo I – Termo de Referência - do Edital.

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, nomeada pela Portaria n. 41/2020, no exercício de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 19 de junho de 2020, às 10h, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, Pregão Eletrônico contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal.

O edital em sua íntegra pode ser obtido no sítio eletrônico <https://www.cmp.sc.gov.br/>, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br ou diretamente na Sede da Câmara de Palhoça, no endereço Rua Joci José Martins, 101, Palhoça/SC das

13 às 18 horas.

Palhoça, 04 de junho de 2020.

DELEON DE SOUSA
Pregoeiro

PORTARIA Nº 53/2020

Publicação Nº 2514169

PORTARIA 53, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Estabelece novas medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo COVID-19, a serem adotadas no âmbito da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a entrada do público externo na sede da Câmara de Vereadores de Palhoça, única e exclusivamente, para acesso aos Gabinetes dos Vereadores, limitada a 01 (uma) pessoa em cada sala, por vez, sem aglomerações.

Parágrafo Único. Todas as pessoas antes de entrarem o prédio da Câmara Municipal deverão fazer uso do álcool gel que estará à disposição, bem como ter sua temperatura aferida, só estando autorizada a entrada de pessoas com temperatura até/abaixo de 37,8 graus, sendo ainda imprescindível o uso máscara.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições a respeito do assunto e não forem contrárias a presente.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2020**

Publicação Nº 2513330

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 53/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO
 FRANCISCO LTDA - ME**. OBJETO: Aquisição de gêneros
 alimentícios e utensílios para cozinha, os alimentos serão
 manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS
 AD, CAPSi e para os servidores da rede municipal de saúde,
 nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO FRANCISCO LTDA - ME				CNPJ: 01.964.929/0001-01	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pão de hambúrguer - embalagem com 300gr com 6 unidades - fabricado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. o produto deve estar em conformidade com as leis específicas vigentes.					
82	200,00	KG	SÃO FRANCISCO	R\$12,3600	R\$2.472,0000
Especificação: PÃO DE MILHO FATIADO. Especificação: massa preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, glúten, gordura vegetal, sal emulsificantes e conservadores. Embalagem a partir de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade e tabela com informação nutricional, conforme legislação vigente.					
83	200,00	PCT	SÃO FRANCISCO	R\$6,4000	R\$1.280,0000
Especificação: Pão de sanduíche, branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.					
84	450,00	PCT	SÃO FRANCISCO	R\$5,7000	R\$2.565,0000
Especificação: Pão de sanduíche, integral. Especificação: pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo integral, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e tabela com informação nutricional.					
85	450,00	PCT	SÃO FRANCISCO	R\$5,9500	R\$2.677,5000
Especificação: Pão para cachorro quente. Especificação: massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50 gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e tabela com informação nutricional					
86	350,00	KG	SÃO FRANCISCO	R\$11,5600	R\$4.046,0000
Valor Total (treze mil, quarenta reais e cinquenta centavos)					R\$13.040,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2020

Publicação Nº 2513333

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 54/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **SAFI COMÉRCIO ATACADISTA
 EIRELI**. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e
 utensílios para cozinha, os alimentos serão manipulados e
 servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPSi e
 para os servidores da rede municipal de saúde, nas
 capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI				CNPJ: 13.839.796/0001-12	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Chocolate granulado, feito de cacau, em embalagens de 130gr á 150gr. A embalagem deverá informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente.Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.					
25	300,00	PCT	DA FILO	R\$3,0000	R\$900,0000
Especificação: Creme de Leite, embalagem lacrada com rotulagem conforme legislação vigente. Unidade de 200 gramas					
30	350,00	UN	TIROL	R\$2,1500	R\$752,5000
Especificação: Ervilha em conserva. Embalagem: latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado. Rotulagem conforme legislação.					
33	170,00	LATA	BONARE	R\$1,5900	R\$270,3000
Especificação: Farinha de Mandioca: Grupo: farinha seca Subgrupo: fina Classe: branca Tipo 1. Não devera apresentar misturas, resíduos, impurezas, odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Embalagem : Pacotes com capacidade de 1 kg. Observação: NÃO DEVE CONTER GLÚTEN E NEM LACTOSE.					
36	20,00	KG	Dinda	R\$2,5400	R\$50,8000
Especificação: Massa com ovos sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (B9) ovos e corante natural peso líquido 500 gramas					
53	50,00	PCT	ROSANE	R\$2,0300	R\$101,5000
Especificação: Pó para preparo de pudim, caixa com 50g, produto constituído de amido, açúcar, espessantes e outras substancias aprovadas. sabores diversos. o produto deve estar em conformidade com as leis específicas vigentes					
60	350,00	CX	NEILAR	R\$1,0000	R\$350,0000
Especificação: Refresco. Especificação: preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com no mínimo 8 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
64	700,00	PCT	NEILAR	R\$0,5000	R\$350,0000
Especificação: Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg.					
65	24,00	KG	ZIZO	R\$1,0000	R\$24,0000
Especificação: Iogurte com polpa de frutas sabor Coco. Ingredientes: leite açúcar, preparado de Coco, fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem deverá conter no mínimo 900 ml. Rotulagem conforme legislação vigente					
71	400,00	UN	FRIMESA	R\$4,5700	R\$1.828,0000
Especificação: Iogurte de frutas com polpa sabor Morango Ingredientes: leite, açúcar, preparado de morango, fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem com no mínimo 900 ml. Rotulagem conforme legislação vigente.					
72	400,00	UN	FRIMESA	R\$4,5700	R\$1.828,0000
Especificação: GENGIBRE. Características Técnicas:Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
93	2,00	KG	IN NATURA	R\$10,3000	R\$20,6000
Valor Total(seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta centavos)					R\$6.475,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020

Publicação Nº 2513335

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 55/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **LPK LTDA ME**. OBJETO: Aquisição
 de gêneros alimentícios e utensílios para cozinha, os alimentos
 serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II,
 CAPS AD, CAPSi e para os servidores da rede municipal de
 saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: LPK LTDA ME				CNPJ: 00.535.560/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abridor, tipo manual, material aço inoxidável, uso garrafa/lata.					
103	5,00	UN	DINOX	R\$4,6700	R\$23,3500
Especificação: Batedor Misturador manual (tipo fouet) de massas, ovos, clara em neve, tipo pera, com aprox. 26cm.					
104	2,00	UN	KEHOME	R\$11,9900	R\$23,9800
Especificação: Espátula de silicone para alimentos, toda em silicone, medidas aproximadas: 27X6X2cm.					
107	2,00	Unid	KEHOME	R\$15,0000	R\$30,0000
Especificação: Espátula para bolo em inox, com aprox. 26cm					
108	5,00	UN	KEHOME	R\$10,0000	R\$50,0000
Especificação: Faca para corte de pão em aço inox, lâmina serrilhada, cabo em madeira, polipropileno ou policarbonato injetado, medindo aproximadamente 30 cm					
109	2,00	UN	TRAMONTINA	R\$9,9000	R\$19,8000
Especificação: Forma redonda para pudim/bolo, em alumínio reforçado, com furo no meio, diâmetro com no mínimo 20cm, altura 9cm.					
112	2,00	Unid	ALUMINIOS ABC	R\$21,5000	R\$43,0000
Especificação: Forma/assadeira para bolo, redonda fundo removível (fundo falso) diâmetro aproximado 20 cm, altura 7cm					
114	4,00	Unid	ALUMINIOS ABC	R\$24,5000	R\$98,0000
Especificação: Forma/assadeira para bolo, redonda fundo removível (fundo falso) diâmetro aproximado 25 cm, altura 9cm					
115	4,00	Unid	ALUMINIOS ABC	R\$30,3000	R\$121,2000
Especificação: Pincel de silicone, medindo aprox. 20 cm de comprimento, para culinária.					
118	2,00	Unid	KEHOME	R\$8,1000	R\$16,2000
Especificação: Prato de bolo (boleira) de vidro, no mínimo 30cm de diâmetro, sem tampa e sem pé.					
119	10,00	Unid	VF	R\$64,0000	R\$640,0000
Valor Total (um mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos)					R\$1.065,53

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2020

Publicação Nº 2513336

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 56/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**.
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e utensílios para
 cozinha, os alimentos serão manipulados e servidos para os
 usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPSi e para os servidores
 da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo
 NEPS em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI				CNPJ: 14.990.312/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg.					
2	500,00	KG	CARAVELAS	R\$2,4800	R\$1.240,0000
Especificação: Amendoim sem casca, entregar em pacote com 500 gramas					
5	75,00	KG	SUPER 10	R\$8,4400	R\$633,0000
Especificação: Bebida gaseificada a base de cola, frasco com 2 litros.					
11	100,00	FRS	Fys	R\$4,1800	R\$418,0000
Especificação: Bebida gaseificada a base de guaraná, frasco com 2 litros					
12	100,00	FRS	Fys	R\$4,1800	R\$418,0000
Especificação: Bebida gaseificada a base de limão, garrafa com 2 litros.					
13	100,00	FRS	Fys	R\$4,1800	R\$418,0000
Especificação: Biscoito de Água e Sal, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, Embalagem primária polipropileno ou polietileno, pacote de 340 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
14	300,00	PCT	Estrela	R\$3,0200	R\$906,0000
Especificação: Biscoito doce tipo maria, Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, amido, sal, fermento químico e aromatizante. Embalagem: plástica com dupla proteção, contendo 370 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
15	300,00	PCT	Estrela	R\$3,0200	R\$906,0000
Especificação: BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, sal, corante, fermentos químicos, emulsificante, aromatizantes. Embalagem de polipropileno ou polietileno contendo 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
16	300,00	PCT	MARILAN	R\$3,6100	R\$1.083,0000
Especificação: Biscoito Rosca de Leite -Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos. Embalagem polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
18	300,00	PCT	MARILAN	R\$3,6200	R\$1.086,0000
Especificação: Café preto em pó, características técnicas: café em pó, torrado, moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo tradicional com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado, de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
19	800,00	PCT	IGUAÇU	R\$8,6000	R\$6.880,0000
Especificação: Chocolate em pó, 50% de cacau. Embalagem de 200 gr. Rotulagem conforme legislação vigente.					
24	150,00	UN	APTI	R\$5,8100	R\$871,5000
Especificação: Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas					
27	200,00	PCT	APTI	R\$2,3000	R\$460,0000
Especificação: Doce de leite - doce de leite cremoso, pote de 400 gramas, livre de sujidades, bom sabor, cor e odor característicos. Deverá ser fabricado com matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Sem adição de amido.					
32	200,00	POTE	AUREA	R\$3,1100	R\$622,0000
Especificação: Fermento em Pó Químico. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem Primária: pote de plástico em polietileno de alta densidade, com tampa também em polietileno de alta densidade, com capacidade para 100 gramas. No rótulo devem constar as denominações "Fermento Químico" e "Conservar em lugar fresco e seco". Rotulagem conforme legislação vigente.					
41	300,00	FRS	APTI	R\$1,8900	R\$567,0000
Especificação: Leite de vaca em pó integral instantâneo, apresentação acondicionado em lata de 400 g. A lata deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Conservação em ambiente seco e arejado.					
48	150,00	LATA	ITAMBÉ	R\$10,1400	R\$1.521,0000
Especificação: Polvilho azedo fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e					

detritos animais e vegetais, pacote de polietileno atóxico resistente. Embalagem para entrega contendo peso líquido de 500gr ou 1 KG					
61	80,00	KG	Machado	R\$7,0500	R\$564,0000
Especificação: Polvilho doce fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais, pacote de polietileno atóxico resistente. Embalagem para entrega contendo peso líquido de 500gr ou 1 KG					
62	80,00	KG	Machado	R\$8,2400	R\$659,2000
Especificação: Sardinha. Especificação: Pescado em óleo, conserva. Embalagem: lata com aproximadamente 125 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
66	200,00	UN	88	R\$2,9900	R\$598,0000
Especificação: Carne bovina moída, fraldinha, congelada, limpa, sem nervos, sem aponevroses e sem gorduras, com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de produção e validade.					
69	350,00	KG	RB	R\$21,4500	R\$7.507,5000
Especificação: Filé de frango do tipo Sassami. Características técnicas: Corte de Frango in - natura provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Deverá ser realizada a aparagem (eliminação de toda gordura aderida e pele) durante o processamento. Os cortes de frango deverão ser isentos de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponevroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Deve apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve possuir Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. E deve conter no máximo 2,0% de soro na embalagem. RDC n.º 13 de 02 de janeiro de 2001.					
70	250,00	KG	Ave Serra	R\$11,1400	R\$2.785,0000
Especificação: Linguíça calabresa, ingredientes carne suína e frango, empacotada à vácuo embalagem plástica de 3kg. Com certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Prazo de qualidade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.					
74	150,00	KG	Frigoneves	R\$10,7400	R\$1.611,0000
Especificação: Forma em alumínio, formato retangular, medindo aproximadamente 30 cm de largura , comprimento 40 cm, altura 6 cm.					
113	10,00	Unid	BELMAR	R\$27,9000	R\$279,0000
Especificação: Prato descartável de plástico, redondo, raso, mínimo 18 cm de diâmetro, branco. Embalagem com 10 unidades.					
120	200,00	PCT	KEROCOPO	R\$2,2800	R\$456,0000
Valor Total (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)					R\$32.489,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2020

Publicação Nº 2513337

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 57/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **MAYCON WILL EIRELI EPP**.
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e utensílios para
 cozinha, os alimentos serão manipulados e servidos para os
 usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPSi e para os servidores
 da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo
 NEPS em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: MAYCON WILL EIRELI EPP				CNPJ: 18.712.730/0001-80	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 400 gramas.					
1	100,00	LATA	NECTAR Abacaxi em calda	R\$7,4000	R\$740,0000
Especificação: Batata Palha - Ingredientes: batata, gordura vegetal e sal. Embalagem polipropileno ou polietileno, pacote com 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
10	70,00	PCT	Agitu's Batata palha	R\$10,3400	R\$723,8000
Especificação: Canjica Branca: Milho de primeira qualidade isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Embalagem plástica atóxica de 500 gramas. Rotulagem conforme legislação					
22	72,00	PCT	SINHA Canjica branca	R\$2,6300	R\$189,3600
Especificação: Coador de pano em algodão para coar café, tamanho padrão para bule.					
26	36,00	UN	Zaleano Coador de pano	R\$2,6500	R\$95,4000
Especificação: Farinha de trigo integral fina, de primeira qualidade, com no mínimo 6 gramas de fibra alimentar de 50g de produtos secos. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico pacotes de 1 kg. Rotulagem conforme legislação vigente.					
39	24,00	KG	PAN FÁCIL Farinha de trigo integral	R\$3,8000	R\$91,2000
Especificação: Manteiga pura com sal. Embalagem com, no mínimo, 200g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.					
76	200,00	UN	Lasaroli Manteiga	R\$6,9900	R\$1.398,0000
Especificação: Presunto cozido fatiado, sem gordura. Embalagem lacrada com 150 gramas, devidamente identificados com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.					
78	250,00	KG	JCW presunto	R\$23,6500	R\$5.912,5000
Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio. Embalagem: devidamente identificada com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente.					
81	180,00	KG	JCW Salsicha	R\$7,6700	R\$1.380,6000
Especificação: Filme plástico, em pvc transparente, dimensões aproximadas: 28 cm x 30 m, para uso em alimentos, apresentação rolo.					
110	500,00	RL	ORLEPLAST Filme plástico em pvc	R\$3,1800	R\$1.590,0000
Valor Total (doze mil, cento e vinte reais e oitenta e seis centavos)					R\$12.120,86

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2020

Publicação Nº 2513338

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 58/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **IMPERATRIZ COMÉRCIO
 ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.** OBJETO:
 Aquisição de gêneros alimentícios e utensílios para cozinha, os
 alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos
 CAPS II, CAPS AD, CAPSi e para os servidores da rede
 municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS
 em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA				CNPJ: 14.546.646/0001-83	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acolatado em Pó Solúvel, deve ser preparado com ingredientes são e limpos de primeira qualidade, tendo aparência pó fino homogêneo, cor marrom, odor característico, sabor próprio. Ingredientes: cacau em pó, açúcar e mistura vitamínica. Embalagem: 400gr do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente.					
3	200,00	UN	TODDY	R\$5,0700	R\$1.014,0000
Especificação: Amido de milho - aspecto: pó fino cor branca odor próprio. Embalagem padronizada de 200gr.					
6	60,00	PCT	NEILAR	R\$2,9600	R\$177,6000
Especificação: Arroz tipo 1 branco, beneficiado, polido com no mínimo 90% de grãos inteiros isento de matéria terrosa, de parasitos, de detritos animais e vegetais, pacote em polietileno atóxico, resistente de peso de 5 KG.					
7	30,00	KG	KIKA	R\$2,8200	R\$84,6000
Especificação: Biscoito Rosca de Coco: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ferro, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, coco e fermentos químicos, Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente					
17	300,00	PCT	PARATI	R\$3,6200	R\$1.086,0000
Especificação: Canela em pó: características técnicas: canela em pó, acondicionada em embalagem de polietileno atóxica, transparente, aproximadamente 50 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso fornecendo, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasita, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
20	50,00	PCT	DA FILÓ	R\$3,0400	R\$152,0000
Especificação: Cominho em pó, pacote com no mínimo 30gr.					
28	50,00	PCT	DA FILÓ	R\$3,0200	R\$151,0000
Especificação: Cravo da índia, pacote com no mínimo 15 gr					
29	50,00	PCT	DA FILÓ	R\$1,9800	R\$99,0000
Especificação: Doce de fruta, nos sabores sabor Banana, morango, goiaba e uva. Especificação: Polpa da fruta, açúcar, glicose e conservantes. Embalagem: Potes de polipropileno Resistentes, com tampa hermeticamente fechada e lacre de proteção, potes de 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente. (15 potes para cada sabor).					
31	100,00	POTE	LUISALVENSE	R\$3,6500	R\$365,0000
Especificação: Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes.					
35	250,00	UN	BONARE	R\$1,4500	R\$362,5000
Especificação: Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.					
37	80,00	KG	ROCHA	R\$2,4200	R\$193,6000
Especificação: Farinha de Trigo especial. Especificação: Deverá ser fabricada a partir de grão de trigo sã e limpa, isentos de matéria terrosa. embalagem primária: Sacos de Polietileno transparente, atóxico pacotes de 1 kg. Rotulagem conforme legislação vigente.					
38	700,00	KG	FIDALGA	R\$2,3900	R\$1.673,0000
Especificação: Filtro de papel para café nº 103, cx com 30 unidades					
42	120,00	CX	BRIGITTA	R\$2,8500	R\$342,0000
Especificação: Gelatina em pó nos sabores: Uva, Framboesa, Morango, limão e Tutti Fruti. Ingredientes Açúcar, gelatina, sal acidulante, regulador de acidez aromatizantes e corantes, 70 unidades de cada sabor, embalagem com no mínimo 25 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
43	350,00	Unid	NEILAR	R\$0,6900	R\$241,5000
Especificação: Maionese tradicional, 1ª qualidade, embalagem com 500 gr					
51	150,00	UN	SOYA	R\$3,7000	R\$555,0000
Especificação: Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, Entregar em					

embalagem 500 gramas.					
54	100,00	KG	SINHA	R\$4,7400	R\$474,0000
Especificação: Milho verde em conserva. Embalagem: Latas sem ferrugem e/ou amassadas de no mínimo 200 gramas drenado. Rotulagem conforme legislação vigente.					
55	200,00	LATA	QUERO	R\$1,7700	R\$354,0000
Especificação: Molho de tomate sabor pizza, Ingredientes: Tomate, amido modificado, açúcar, sal, cebola, orégano, extrato de levedura, conservador sorbato de potássio, realçador de sabor glutamato monossódico e aromatizante. Sachê com no mínimo 300gr.					
56	100,00	Unid	PREDILECTA	R\$1,5700	R\$157,0000
Especificação: Orégano desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente.					
59	20,00	PCT	DA FILO	R\$5,4000	R\$108,0000
Especificação: Suco industrializado, apresentação pronto pra beber, de néctar de fruta, sabor variados, pêssego, laranja, uva, maçã, composto de suco e polpa de fruta concentrados, embalagem Tetra Pack de 1000 ml.					
67	150,00	Litro	DA FRUTA	R\$4,3300	R\$649,5000
Especificação: Margarina. Especificação: produto obtido de óleos vegetais líquidos e Inter esterificados, água, sal, leite desnatado, vitamina A e corante urucum. Embalagem: de 500gr, com 65 a 80% de lipídeos. Rotulagem conforme legislação vigente.					
75	300,00	UN	DELICIA	R\$4,1800	R\$1.254,0000
Especificação: ABACAXI PEROLA. Características Técnicas: Tamanho médio: pesando 1000 a 1400 gramas, a unidade. Frutos perfeitos, sadios, maduros, isentos de danos mecânicos, sem pragas ou doenças. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei, de acordo com a resolução no 12/78 da CNNPA.					
88	100,00	UN	IN NATURA	R\$5,0900	R\$509,0000
Especificação: Banana branca. Características Técnicas: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A no. 126 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
89	400,00	KG	IN NATURA	R\$3,5600	R\$1.424,0000
Especificação: Cebola de cabeça. Características Técnicas: Classe 4, tipo especial (de 70 a 90mm de diâmetro transversal) pesando entre 100 a 200g a unidade, de acordo com a Portaria M. A no 529 de 18/03/97. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem isológicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.					
90	130,00	KG	IN NATURA	R\$3,0700	R\$399,1000
Especificação: Cebolinha verde. Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.					
91	130,00	PCT	IN NATURA	R\$2,6200	R\$340,6000
Especificação: Cenoura. Características técnicas: Classe média, tipo especial. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
92	110,00	KG	IN NATURA	R\$3,5200	R\$387,2000
Especificação: Laranja pera, Rio ou Coroa. Características técnicas: Grupo I - Classe: 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, Portaria MA 125 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei					
94	800,00	KG	IN NATURA	R\$2,7400	R\$2.192,0000
Especificação: Limão Taiti. Características técnicas: Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
95	110,00	KG	IN NATURA	R\$3,4900	R\$383,9000
Especificação: Maçã Gala. Características técnicas: Grupo: rajada classe 100, tipo ou categoria 02, conforme a norma 50. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
96	300,00	KG	IN NATURA	R\$5,2700	R\$1.581,0000
Especificação: Mamão formosa. Características Técnicas: Tamanho médio - pesando entre 1000 a 1500 gramas a unidade. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
97	250,00	KG	IN NATURA	R\$4,6200	R\$1.155,0000
Especificação: Melancia. Características Técnicas: Tamanho médio, pesando entre 9 a 12 Kg a unidade. Frutos perfeitos, são, isentos de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formadas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isentos de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
98	300,00	KG	IN NATURA	R\$1,9400	R\$582,0000
Especificação: SALSA - Características Técnicas: Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes. Pacotes de 100 gramas.					
100	130,00	PCT	IN NATURA	R\$2,7000	R\$351,0000

Especificação: Tangerina, mexerica ou bergamota. Características técnicas: Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

101	400,00	KG	IN NATURA	R\$4,5600	R\$1.824,0000
-----	--------	----	-----------	-----------	---------------

Especificação: TOMATE Características Técnicas: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, de 50 a 60mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200g a unidade, de conformidade com a portaria M.A no 533 de 30/08/95. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.

102	150,00	KG	IN NATURA	R\$4,9700	R\$745,5000
-----	--------	----	-----------	-----------	-------------

Especificação: Saco Plástico para Freezer e Geladeira, picotado, capacidade de 5 litros ou 5 kg, rolo com 100 unidades.

121	500,00	RL	NEISAN	R\$4,0800	R\$2.040,0000
-----	--------	----	--------	-----------	---------------

Valor Total(vinte e três mil, quatrocentos e sete reais e sessenta centavos)				R\$23.407,60	
---	--	--	--	---------------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2020

Publicação Nº 2513339

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 59/2020. Pregão Presencial 59/2020 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS
 ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP**. OBJETO: Aquisição de gêneros
 alimentícios e utensílios para cozinha, os alimentos serão
 manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS
 AD, CAPSi e para os servidores da rede municipal de saúde,
 nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede.
 DATA: 04/06/2020 a 03/06/2021.

Nome da Empresa: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP				CNPJ: 08.310.833/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: ADOÇANTE EM GOTAS 100% STÉVIA Características Técnicas: Ingredientes: água e glicosídeos de esteviol. Embalagem: 65 a 80 ml. Rotulagem conforme legislação vigente. Validade de no mínimo 12 (doze) meses no ato de entrega.					
4	40,00	FRS	LINEA	R\$12,4500	R\$498,0000
Especificação: Aveia em flocos finos: Características Técnicas: Aveia 100% natural, grãos finos, integral. Umidade máxima de 11,5%. Ingredientes: 100% aveia. Embalagem primária: sacos de polipropileno e polietileno com capacidade para até 200 gr. Observação: Não deve conter lactose.					
8	8,00	PCT	NATURALE	R\$2,7500	R\$22,0000
Especificação: Azeitona verde sem caroço, ingredientes: azeitonas verdes sem caroço, salmora (água e sal), e acidulante. Embalagem deve apresentar tabela com informação nutricional. Deverá conter aproximadamente peso drenado de 140 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
9	80,00	UN	STELLA DORO	R\$4,7500	R\$380,0000
Especificação: ketchup - Embalagem com no mínimo 390 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente.					
21	36,00	UN	STELLA DORO	R\$3,5000	R\$126,0000
Especificação: Leite condensado, embalagem com aproximadamente 395gr.					
46	350,00	UN	TRIANGULO MINEIRO	R\$3,3900	R\$1.186,5000
Especificação: Leite de coco, 1ª qualidade, embalagem de 500ml.					
47	150,00	FRS	MENINA	R\$7,5000	R\$1.125,0000
Especificação: Leite U.A.T. ou U.H.T. Integral. Características técnicas. Leite de vaca integral homogeneizado, submetido ao processo de ultrapasteurização, UAT (Ultra alta temperatura) ou UHT (do inglês Ultra High Temperature) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas. embalagem Tetra Pack de 1 litro, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional conforme legislação vigente.					
49	2000,00	Litro	LATVIDA	R\$2,6300	R\$5.260,0000
Especificação: Leite UHT para dietas com restrição de Lactose - Zero Lactose. Ingredientes: Leite semidesnatados, enzima lactase e estabilizantes. Embalagem: 1 litro, cartonada, composta por polietileno, papel branco, papel pardo e alumínio. Com tampa. Rotulagem conforme legislação vigente.					
50	120,00	Litro	PIRACANJUBA	R\$3,9000	R\$468,0000
Especificação: Óleo de soja refinado - Características Técnicas: produto obtido por prensagem mecânica e/ou extração por solvente, dos grãos de soja, isento de misturas de outros óleos, gorduras ou outras matérias estranhas ao produto e de cheiro forte. Óleo de soja refinado, 100% natural. Embalagem primária: Garrafa "pet" com capacidade 900 ml					
58	400,00	FRS	COCAMAR	R\$3,9600	R\$1.584,0000
Especificação: Vinagre de álcool - Embalagem 900 ml, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade. .					
68	20,00	FRS	HEINIG	R\$2,0000	R\$40,0000
Especificação: Iogurte natural. Ingredientes: leite integral e fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem com no mínimo 900 ml. Observação não deve conter edulcorantes artificiais. Rotulagem conforme legislação vigente.					
73	100,00	UN	HOLANDES	R\$5,2200	R\$522,0000
Especificação: Nata fresca. Especificação: creme de leite padronizado quanto ao teor de gordura. Produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite, que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água, homogeneizado ou não, e submetido a processo de pasteurização, mediante tratamento térmico e procedimentos tecnologicamente adequados, suficientes para destruir todos os microrganismos patogênicos. Contém no mínimo 45% de gordura láctea. Embalagem com 300g. Rotulagem conforme legislação vigente.					
77	200,00	POTE	LACTOVALE	R\$6,0000	R\$1.200,0000
Especificação: Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gramas, devidamente identificados com rótulo impresso, de acordo com a Legislação vigente					
79	250,00	KG	Darolt	R\$23,3800	R\$5.845,0000
Especificação: Requeijão - Ingredientes: leite pasteurizado, creme de leite, sal, fermento lácteo. Acondicionado em vasilhame com tampa que possibilite vedar o produto após a sua abertura. Embalagem com no mínimo 180gr. Possuir selo SIF.					
80	200,00	POTE	LAC-LELO	R\$4,0000	R\$800,0000
Especificação: Alho. Características técnicas: Alho branco, gráudo, novo, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionando em embalagem resistente e transparente. Rotulagem conforme legislação vigente					
87	20,00	KG	IN NATURA	R\$20,4100	R\$408,2000

Especificação: Ovos de galinha. Características técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais. Acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada, com capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente.

99	500,00	DZ	LINDSAY	R\$5,9100	R\$2.955,0000
----	--------	----	---------	-----------	---------------

Especificação: Colher descartável, plástico, branco, resistente, para refeição, pacote com 50 unidades.

105	40,00	PCT	STRAWPLAST	R\$3,5000	R\$140,0000
-----	-------	-----	------------	-----------	-------------

Especificação: Forma de alumínio lisa para empada nº 0, Kit com 12 unidades.

111	15,00	KIT	DOUPAN	R\$6,1900	R\$92,8500
-----	-------	-----	--------	-----------	------------

Valor Total (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)				R\$22.652,55	
---	--	--	--	---------------------	--

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 55/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2020

Publicação N° 2513623

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 55/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2020– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE. OBJETO: – Fica alterado o valor do item 5 (ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML 100 ML) da Ata de Registro de Preços n° 25/2020 do pregão 6/2020. O preço unitário do item 5 passa a ser: R\$4,08.

DATA: 02/06/2020.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 56/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2019

Publicação N° 2513625

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° 56/2020, À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2019– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: – Fica alterado os valores dos itens 74 (nitrato de miconazol 20mg/g) item 22 (cetoconazol 20 mg/ml) e item 51 (glicose 50%) da Ata de Registro de Preços n° 62/2019 do pregão presencial 70/2019. O preço unitário dos itens passará a ser: item 74: R\$5,84, item 22: R\$4,31 e o item 51 passará a ser R\$0,2244.

DATA: 03/06/2020.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 100/2020

Publicação Nº 2513331

Decreto 100/2020, de 03 de junho de 2020
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2062/2020, de 19 de maio de 2020.

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.164.497,27 (hum milhão, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos) para fazer face às despesas para construção de uma Rua Coberta no Município de Palma Sola:

07.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

07.01 Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0018.1044 Construção de Rua Coberta

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0134 Aplicações Diretas R\$ 859.500,00

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 229.592,70

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0350 Aplicações Diretas R\$ 75.404,57

Art. 2º As despesas do artigo anterior correrão por conta da Proposta cadastrada no SICONV Nº 034368/2019, no Valor de R\$ 859.500,00 de recursos Federais, e para contrapartida será de R\$ 42.721,38 dos recursos de superávit do recurso da Cessão Onerosa do Pré-Sal recebido no exercício de 2019 e anulação parcial de dotação no valor de R\$ 262.275,89 das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 Secretaria de Administração

0004.0122.0005.1014 – Aquisição de Veículo Administração.

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

03.04 Fundo Municipal Reconstituição de Bens lesados

0004.0122.0016.2084 Manutenção e Funcionamento Rec. de Bens Lesados

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.06 Diretoria de Esportes e Turismo

0027.0812.0009.1024 Construção de Complexo Poliesportivo

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0027.0812.0009.1025 Construção de Alambrado Futebol de Campo

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

0020.0606.0014.2046 Aquisição de Máquinas para Patrulha Agrícola

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

06.03 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

0006.0182.0049.2085 Segurança Por Videomonitoramento

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.00 Secretaria de Infraestrutura e Obras

07.01 Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0018.1036 Pavimentação das Ruas das Comunidades do Interior

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diversas R\$ 10.000,00

0015.0451.0018.2015 Arborização e Paisagismo na Cidade

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.02 Secretaria de Infraestrutura e Transporte

0026.0782.0018.1039 Construir/Reformar/Ampliar Garagem Municipal

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0026.0782.0018.1040 Aquisição Veículo/Máquinas/Equipamentos Patrulha Mecanizada

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 59.566,20

07.03 Fundo Rotativo Habitacional

0016.0482.0022.1042 Aquisição/Construção/Reforma de Imóveis

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0016.0482.0022.2088 Manutenção e Funcionamento do Fundo Rotativo Habitacional

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

08. FUNREBOM FUNDO DE REEQUIPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR**08.01 FUNREBOM**

0006.0182.0039.2060 Manutenção e Funcionamento do FUNREBOM

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**10.01 Secretaria de Assistência Social**

0008.0244.0007.1008 Construção/Reforma/Ampliação Centros de Múltiplo Uso

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0350 Aplicações Diretas R\$ 32.683,19

0008.0244.0007.1009 Aquisição de Veículos Assistência Social

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 13.626,50

0008.0244.0007.2052 Manutenção e Funcionamento da Casa da Cidadania

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 2.400,00

0008.0244.0007.2082 Manutenção/Reforma/Construção Cemitérios Municipais

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

10.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência

0008.0243.0033.2010 Manutenção e Funcionamento do FIA

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

10.03 Fundo Municipal de Direitos do Idoso

0008.0241.0024.1007 Construção/Ampliação/Reforma Centro Terceira Idade

3.4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 03 de junho de 2020

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

DECRETO 101/2020

Publicação Nº 2513332

Decreto 101/2020, de 03 de junho de 2020

Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2063/2020, de 19 de maio de 2020.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 160.000,00(Cento e sessenta mil reais) para fazer face às despesas para construção de uma Rua Coberta no Município de Palma Sola:

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTE**04.001 Creches**

1027 Construção/Ampliação/Reforma das Creches

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/ Educação

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.02 Educação Pré Escolar

1028 Construção/Ampliação/Reformas na Educação Infantil

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/ Educação

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2025 Manutenção e Funcionamento Educação Infantil 04 a 05 anos (Pré-Infância)

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/Educação

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.004 Secretaria de Educação

2011 Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/Educação

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1030 Construção/Ampliação/Reforma Unidades Escolares

01010101 Receitas e transferências de Impostos/Educação

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTE

2013 Alimentação Escolar Creche Integral

01010101 Receitas e Transferências de Impostos Educação

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.003 Educação Especial

2039 Manutenção e Funcionamento Educação Especial

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/Educação

3.3.3.50.00.00.00.00.00.00 Transf. Instit Priv. s/Fins Lucrativos R\$ 60.000,00

04.004 Secretaria de Educação

2030 Merenda Escolar Ensino Fundamental

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/Educação

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 43.336,00

1032 Aquisição de veículos Secretaria de Educação

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/Educação

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 3.664,00

1019 Construção de Quadra para Prática Esportiva

01010101 Receitas e Transferências de Impostos/Educação

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

1021 Aquisição de Terreno para Construção de Quadra Esportiva

01010101 Receitas e Transferências de Impostos Educação

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 03 de junho de 2020

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

DECRETO 102/2020

Publicação Nº 2513334

Decreto 102/2020, de 03 de junho de 2020

Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 200.000,00(duzentos mil reais) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.003 Fundo Municipal de Saúde

2021 Atenção Básica

01780178 Emendas Parlamentares Individuais – Transferência com finalidade definida (Inciso II do art.1º EC 105/2019)

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente Decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Emenda Individual repassado ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 03 de junho de 2020

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

Palmeira

PREFEITURA

DECRETO N.º 1680_2020_EXONERA O SENHOR RENAN PAIM DE JESUS, DO CARGO DE SECRETÁRIO ADJUNTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Publicação Nº 2513636

DECRETO Nº 1.680/2020

EXONERA O SENHOR RENAN PAIM DE JESUS, DO CARGO DE SECRETÁRIO ADJUNTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Fernanda de Souza Córdova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Exonera a partir de 04/06/2020 o senhor Renan Paim de Jesus, brasileiro, inscrito no RG sob nº 5709334 e no CPF sob nº 106.365.549-88, do cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto de Indústria e Comércio, previsto no anexo I, da lei complementar 16/2005, nomeado pelo Decreto n.1512, de 21 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 04 de junho de 2020.

Fernanda de Souza Córdova

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de junho de 2020.

DECRETO N.º 1681_2020_EXONERA O SENHOR JOÃO ALDERICO RIBEIRO, DO CARGO DE DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS DO INTERIOR

Publicação Nº 2513638

DECRETO Nº 1.681/2020

EXONERA O SENHOR JOÃO ALDERICO RIBEIRO, DO CARGO DE DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS DO INTERIOR.

Fernanda de Souza Córdova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Exonera a partir de 01/06/2020 o Senhor João Alderico Ribeiro, brasileiro, inscrito no RG sob nº 3399000 e no CPF sob nº 983.386.339-68, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras e Serviços do Interior, previsto no anexo I, da lei complementar 16/2005, nomeado pelo Decreto n. 1.654, de 20 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 04 de junho de 2020.

Fernanda de Souza Córdova

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de junho de 2020.

DECRETO N.º 1682_2020_NOMEIA A SENHORA LILIAM DOS SANTOS BRUDER, DO CARGO DE SECRETÁRIO ADJUNTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Publicação Nº 2513639

DECRETO Nº 1.682/2020

NOMEIA A SENHORA LILIAM DOS SANTOS BRUDER, DO CARGO DE SECRETÁRIO ADJUNTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Fernanda de Souza Córdova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir de 08/06/2020 a senhora LILIAM DOS SANTOS BRUDER, brasileira, inscrita no RG sob nº 6.523.509 e no CPF sob nº 116.271.399-23, no cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto de Indústria e Comércio, previsto no anexo I, da lei complementar 16/2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.
Palmeira, 04 de junho de 2020.

Fernanda de Souza Córdova
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de junho de 2020.

LEI ORDINÁRIA N. 852_2020_DENOMINA PRAÇA JANIO CARLOS SCHUMACKER XAVIER.

Publicação Nº 2513633

LEI Nº. 852/2020

Denomina Praça Janio Carlos Schumacker Xavier.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica denominada Praça do Município de Palmeira de "JANIO CARLOS SCHUMACKER XAVIER".

Art. 2º A praça citada no art. 1º, localizar-se-á próximo à Creche Municipal, incrustada entre as ruas Juvenal José de Farias, Georgina Paim Silva e Carmosino Paim, na sede do Município de Palmeira e conterà na placa denominativa os seguintes dizeres:

" PRAÇA JANIO CARLOS SCHUMACKER XAVIER ".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palmeira, 03 de junho de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 03 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 0152 NOMEAÇÃO MARIA EDUARDA FURLANETTO

Publicação Nº 2513889

PORTARIA Nº 0152/2020

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 20/03/2020 a servidora, MARIA EDUARDA FURLANETTO, brasileira, inscrita no CPF de nº 089.588.979-02, ocupante do cargo de MÉDICA, lotada na Secretaria de Saúde, com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 04 de maio de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 02 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 0153 EXONERAÇÃO JOSE RAFAEL XAVIER WERNER

Publicação Nº 2513893

PORTARIA Nº 0153/2020

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - A Pedido, exonerar a partir de 02/06/2020 o servidor, JOSE RAFAEL XAVIER WERNER, brasileiro, inscrito no CPF de nº 039.804.789-80, ocupante do cargo EFETIVO de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II, lotada na Secretaria de Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de junho de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de junho de 2020.

PORTARIA Nº 0154 EXONERAÇÃO MARIA EDUARDA FURLANETTO

Publicação Nº 2513895

PORTARIA Nº 0154/2020

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - A Pedido, exonerar a partir de 02/06/2020 o servidor, MARIA EDUARDA FURLANETTO, brasileira, inscrita no CPF de nº 089.588.979-02, ocupante do cargo de MÉDICA, lotada na Secretaria de Saúde, com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de junho de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de junho de 2020.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 003/2019 - MATERPLAN E JC LOCAÇÃO E TRANSPORTE

Publicação Nº 2513811

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CREDENCIAMENTO Nº 003/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: JC LOCAÇÃO E TRANSPORTES e MATERPLAN TERRAPLANAGEM E MINERAÇÃO. Aditamento de prazo de validade com vigência até 22 de Maio de 2021. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 04 de Junho de 2020. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 029/2020-PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2513402

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRENCIA Nº 029/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação, nas ruas Esmeraldino Maia de Almeida, Jacob Schadeck, Leoberto Leal, Manoel Estevão Furtado, Miguel Ferenz e Tenente Ary Rauen. Entrega dos envelopes: 21 de JULHO de 2020 até às 08:30 h; Início da Sessão Pública: 08:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 04 de JUNHO de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 030/2020-PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2513405

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRENCIA Nº 030/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação, nas ruas Ermelino Atanásio, Ernesto Greinert, Francisco Martins Hass, Francisco Martins Hass TRC 02 e João Greinert. Entrega dos envelopes: 21 de JULHO de 2020 até às 14:30 h; Início da Sessão Pública: 14:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 04 de JUNHO de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 031/2020 - PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2513412

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONCORRENCIA Nº 031/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação, na rua João Mendes de Souza. Entrega dos envelopes: 22 de JULHO de 2020 até às 08:30 h; Início da Sessão Pública: 08:45h Base Legal: Lei 8.666/93 atualizada e Lei Municipal Complementar nº 046, de 21 de junho de 2013. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 04 de JUNHO de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020**

Publicação Nº 2513652

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ANO DE 2020, CORRESPONDENTE À PRESTAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020 ÀS 16:30 HORAS

Em 27 de fevereiro de 2020, às 16:30 horas na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor Vereador James Michel Cerniak, Membro da CFO - Comissão de Finanças e Orçamento, cumprimentou a todos e declarou aberta a presente Audiência Pública de prestação de contas do município referente ao 3º QUADRIMESTRE DE 2019, abordando que esta atende a exigência do Art. 9º, § 4º da LRF -Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sequência passou a palavra ao representante do Poder Executivo para iniciar os trabalhos. O senhor José Ratochinski Filho, Contador do Município, cumprimentou todos e iniciou a apresentação das informações, declarando que objetivo de sua presença é atender às exigências da LRF. Inicialmente focou no Princípio do Equilíbrio Orçamentário, esclarecendo que o montante das receitas sempre devem estar equilibrado com o montante das despesas. Com relação aos valores, comentou que a receita até o período era prevista em R\$ 61.000.000,00, foram arrecadadas R\$ 64.253.725,40, sendo arrecadado R\$ 3.253.725,40 a mais que o previsto; as despesas foram autorizadas em R\$ 73.653.246,17, executadas em R\$ 57.709.025,69, sendo gasto R\$ 15.944.220,48 a menos que a despesa autorizada. Em um comparativo, no cumprimento das metas, foi identificado um superávit de R\$ 6.544.699,71, ou seja, a arrecadação foi maior que as despesas, porém frisou que o instituto de previdência interfere nesse valor uma vez que a análise é feita de forma consolidada. Com relação às metas do resultado primário, a previsão foi de (-) R\$ 6.490.000,00, realizado em R\$ 2.885.021,82, resultando R\$ (-) 3.604.978,18, situação influenciada por operações de crédito que foram previstas, porém não realizadas até o presente momento. Com relação às metas do resultado nominal, a previsão foi de R\$ 1.600.000,00, realizado em R\$ 7.850.268,71, resultando uma diferença de R\$ 6.250.268,71. Na sequência, comentou sobre os gastos com investimentos, os quais estavam previstos até o período em R\$ 6.991.000,00, executados em R\$ 1.954.047,15 e uma diferença a executar de R\$ 5.036.952,85, situação também devido a não contratação de operações de crédito que estavam previstas. Na saúde, o mínimo a ser gasto é 15% da receita tributária do município, equivalente a R\$ 5.473.865,83, foram gastos 27,20% no valor de R\$ 9.926.587,43, sendo aplicado R\$ 4.452.721,60 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Na educação, o mínimo a ser gasto é 25% da receita tributária do município, equivalente a R\$ R\$ 11.265.893,36, foram gastos 26,46% no valor de R\$ 11.797.730,33, sendo aplicado R\$ 531.836,97 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Com relação ao FUNDEB, o mínimo a ser gasto na valorização do magistério é de 60%, equivalente a R\$ 4.993.974,98 neste período, sendo gasto 71,03%, equivalente a R\$ 5.906.379,22, sendo aplicados R\$ 912.404,24 a mais que o mínimo exigido por lei. O Contador também comentou que nas Despesas com pessoal do Poder Executivo o máximo a ser gasto era de R\$ 30.588.252,23, sendo 54% da Receita Corrente Líquida – RCL dos últimos 12 meses e foram gastos 48,50%, equivalente a R\$ 27.474.790,58, aplicados R\$ 3.113.461,65 a menos que o limite máximo legal. Com relação ao Poder Legislativo o máximo a ser gasto era de R\$ 3.398.694,69, sendo 6% da Receita Corrente Líquida – RCL dos últimos 12 meses e foram gastos 2,25%, equivalente a R\$ 1.272.317,56, aplicados R\$ 2.126.377,13 a menos que o limite máximo. Sobre a alienação de ativos, havia um saldo anterior de R\$ 11.378,27, não houve receita, o saldo aplicado gerou rendimento no valor de R\$ 52,77, foram aplicados R\$ 11.431,04 em materiais permanentes, e não restou saldo, o senhor José ressaltou que o investimento foi realizado na aquisição de equipamentos. Referente à dívida flutuante, havia um saldo anterior de R\$ 4.493.899,04, houve a inscrição de R\$ 10.320.078,74, foram pagos R\$ 9.758.669,57, restando um saldo a pagar de R\$ 5.055.308,21. Referente à dívida fundada interna, o saldo anterior era de R\$ 5.284.299,55, não houve inscrição, e foram pagos R\$ 281.737,30, restando um saldo a pagar de R\$ 5.002.562,25. Em seguida, mencionou que as informações que a LRF exige que sejam apresentadas são estas colocadas aqui e que a audiência foi convocada pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal e que o Sistema de Controle Interno e a Contabilidade do município foram responsáveis pela elaboração e apresentação das informações. Na sequência foi aberto espaço para questionamentos. O vereador James solicitou explicações entre a diferença da dívida flutuante e a fundada interna para que a pessoas que estivessem acompanhando pudessem ter uma compreensão melhor, sendo respondido pelo contador, o qual abordou que a flutuante se refere basicamente à retenções e a fundada interna está relacionada a investimentos. Nada mais havendo a tratar, o Vereador James Michel Cerniak, Membro da CFO, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. A ata vai assinada pelos Representantes da: CFO, do Poder Executivo e do quadro de servidores do Poder Legislativo e vai acompanhada da lista de presença que possui valor de confirmação de presença das pessoas participantes. Plenário da Câmara Municipal de Papanduva, em 27 de fevereiro de 2020.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020

Publicação Nº 2513657

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ANO DE 2020, CORRESPONDENTE À PRESTAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2020 ÀS 16:30 HORAS

Em 28 de maio de 2020, às 16:30 horas na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor Vereador Cezar Augusto Bussularo dos Santos, Presidente da CFO - Comissão de Finanças e Orçamento, cumprimentou a todos e declarou aberta a presente Audiência Pública de prestação de contas do município referente ao 1º QUADRIMESTRE DE 2020, abordando que esta atende a exigência do Art. 9º, § 4º da LRF -Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sequência passou a palavra ao representante do Poder Executivo para iniciar os trabalhos. O senhor José Ratochinski Filho, Contador do Município, cumprimentou todos e iniciou a apresentação das informações, declarando que objetivo de sua presença é atender às exigências da LRF. Inicialmente focou no Princípio do Equilíbrio Orçamentário, esclarecendo que o montante das receitas sempre devem estar equilibrado com o montante das despesas. Com relação aos valores, comentou que a receita até o período era prevista em R\$ 21.600.000,00, foram arrecadadas R\$ 20.809.835,97, sendo arrecadado R\$ -790.164,03 a menos que o previsto; as despesas foram

autorizadas em R\$ 21.580.000,00, executadas em R\$ 19.353.993,49, sendo gasto R\$ 2.226.006,51 a menos que a despesa autorizada. Em um comparativo, no cumprimento das metas, foi identificado um superávit de R\$ 1.455.842,48, ou seja, a arrecadação foi maior que as despesas. Com relação às metas do resultado primário, a previsão foi de (-) R\$ 8.895.000,00, realizado em (-) R\$ 1.001.835,46, resultando R\$ 7.893.164,54. Com relação às metas do resultado nominal, a previsão foi de R\$ 7.183.000,00, realizado em R\$ 4.278.851,73, resultando uma diferença de R\$ 2.904.148,27. Na sequência, comentou sobre os gastos com investimentos, os quais estavam previstos até o período em R\$ 6.991.000,00, executados em R\$ 1.954.047,15 e uma diferença a executar de R\$ 5.036.952,85, situação devido a não contratação de operações de crédito que estavam previstas. Na saúde, o mínimo a ser gasto é 15% da receita tributária do município, equivalente a R\$ 1.870.472,73, foram gastos 30,02% no valor de R\$ 3.743.608,72, sendo aplicado R\$ 1.873.135,99 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Na educação, o mínimo a ser gasto é 25% da receita tributária do município, equivalente a R\$ 3.118.652,76, foram gastos 27,84% no valor de R\$ 3.473.395,04, sendo aplicado R\$ 354.742,28 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Com relação ao FUNDEB, o mínimo a ser gasto na valorização do magistério é de 60%, equivalente a R\$ 1.662.531,73 neste período, sendo gasto 72,55%, equivalente a R\$ 2.009.779,78, sendo aplicados R\$ 347.248,05 a mais que o mínimo exigido por lei. O Contador também comentou que nas Despesas com pessoal do Poder Executivo o máximo a ser gasto era de R\$ 29.909.239,03, sendo 54% da Receita Corrente Líquida – RCL dos últimos 12 meses e foram gastos 49,34%, equivalente a R\$ 27.325.771,51, aplicados R\$ 2.583.467,52 a menos que o limite máximo legal. Com relação ao Poder Legislativo o máximo a ser gasto era de R\$ 3.323.248,78, sendo 6% da Receita Corrente Líquida – RCL dos últimos 12 meses e foram gastos 2,33%, equivalente a R\$ 1.291.231,62, aplicados R\$ 2.032.017,16 a menos que o limite máximo. Sobre a alienação de ativos, não houve movimentação nenhuma. Referente à dívida flutuante, havia um saldo anterior de R\$ 5.055.308,21, houve a inscrição de R\$ 10.460.372,64, foram pagos R\$ 5.659.598,42, restando um saldo a pagar de R\$ 9.856.082,43. Referente à dívida fundada interna, o saldo anterior era de R\$ 5.002.562,25, houve a inscrição de R\$ 1.375.603,73, e foram pagos R\$ 99.252,34, restando um saldo a pagar de R\$ 6.278.913,64. Em seguida, mencionou que as informações que a LRF exige que sejam apresentadas são estas colocadas aqui e que a audiência foi convocada pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal e que o Sistema de Controle Interno e a Contabilidade do município foram responsáveis pela elaboração e apresentação das informações. Nada mais havendo a tratar, o Vereador Cezar Augusto Bussularo dos Santos, Presidente da CFO, informou que a presente audiência pública foi transmitida de forma on-line devido à pandemia do COVID-19, agradeceu a todos que acompanharam, informando que qualquer dúvida sobre a apresentação, poderá ser dirigida ao contador do município, senhor José Ratochinski Filho pelo telefone 47 3653-2166 e declarou encerrada a Audiência Pública. A ata vai assinada pelos Representantes da: CFO, do Poder Executivo e do quadro de servidores do Poder Legislativo. Plenário da Câmara Municipal de Papanduva, em 28 de maio de 2020.

Paraíso

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020 FMS

Publicação Nº 2513775

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/6

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Processo Nº.: 12/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020

No dia 3 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Sr(a). ILI ALVES, inscrito no CPF sob o nº. 897.842.439-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2020, Processo Licitatório nº. 12/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRO-PÉ E AVENTAIS DE TNT, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC PARA PROTEÇÃO REFERENTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10033	BUGRE COMERCIAL EIRELI	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	DJONATAN PEDRO OST RICHETTI	092.529.269-92

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRO-PÉ E AVENTAIS DE TNT, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC PARA PROTEÇÃO REFERENTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10033 - BUGRE COMERCIAL EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AVENTAL DESCARTÁVEL FRONTAL MANGA LONGA, PUNHO LATEX, CONFECCIONADO EM TNT, FABRICADA EM 100% PROLIPROPILENO, GRAMATURA 40. ATÓXICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	PCT	CLEANTECH/	300,000	57,5000	17.250,00
2	PRO-PÉ TNT: PAR DE SAPATILHA PARA PROTEÇÃO DOS CALÇADOS DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM ÁREAS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, CONFECCIONADAS DE TNT (TECIDO NÃO TECIDO): 100% POLIPROPILENO; GRAMATURA GR 20, ATÓXICA, HIPOALÉRGICA, NÃO INFLAMÁVEL E ESTERILIZÁVEL, POSSUI ACABAMENTO EM ELÁSTICO PARA MELHOR FIXAÇÃO AOS PÉS	PAR	ZOON	2.000,000	2,4000	4.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 3/6
Processo Nº.: 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO

Página: 6/6
Processo Nº.: 12/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 3 de Junho de 2020.

ILI ALVES
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresas Participantes:

BUGRE COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 35.088.051/0001-00 _____

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO - TP 001-2020

Publicação Nº 2513983

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO EXISTENTE COM CONCRETO ASFÁLTICO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS SEGUINTE RUAS: RUA BEIRA RIO, COM EXTENSÃO DE 469,63m; RUA CORONEL JOÃO FERNANDES E RUA MAMPITUBA, COM EXTENSÃO DE 914,50m; RUA GUILHERME RODRIGUES DA SILVA, COM EXTENSÃO DE 443,21m; RUA JOSÉ PEREIRA MACIEL, COM EXTENSÃO DE 222,97m; RUA BEIRA RIO - CALÇADÃO, COM EXTENSÃO DE 430,42m; RUA PEDRO INÁCIO DOS SANTOS, COM EXTENSÃO DE 161,04m, BEM COMO A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA MANOEL PEREIRA MACIEL, COM EXTENSÃO DE 181,27m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS – PROJETO I. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 13h15 do dia 23/06/2020, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 14h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO - TP 002-2020

Publicação Nº 2513987

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA NEREU RAMOS, COM EXTENSÃO DE 1.034,68m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS - PROJETO II. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 15h45 do dia 23/06/2020, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 16h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO - TP 003-2020

Publicação Nº 2513992

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 003/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CAPA ASFÁLTICA EM CBUQ, REPERFILAGEM, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO DA AVENIDA BEIRA MAR, PRAIA BELLA TORRES, COM EXTENSÃO DE 820,24m, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANTAS, DESENHOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS - PROJETO III. Regime Legal: Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 17h45 do dia 23/06/2020, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 18h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA 100/2020

Publicação Nº 2513449

PORTARIA Nº 100, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados no período de: 01/06/2020 à 30/06/2020.

GABINETE DO PREFEITO

-SILMAR SPINDLER - Período Aquisitivo: 08/03/2018 à 07/03/2019

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

-RONALDO DOS SANTOS CÂNDIDO – Período Aquisitivo: 02/07/2012 à 01/07/2013

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

-JANAINA SILVEIRA SCHEFFER- Período Aquisitivo: 01/01/2019 à 31/12/2019

-LUCI PERES CABREIRA - Período Aquisitivo: 02/03/2018 à 01/03/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de junho de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 101/2020

Publicação Nº 2513452

PORTARIA Nº 101 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, MARCOS RODRIGUES HESPANHOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora Pública Municipal MARCOS RODRIGUES HESPANHOL, referente ao período aquisitivo de: 08/12/2012 à 07/12/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/06/2020 com término em 29/08/2020 .

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de junho de 2020.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2020.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia**PREFEITURA****045-2020 RECURSO ESTADUAL DE 29-05-2020**

Publicação Nº 2513686

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Multas de Trânsito

Valor: R\$ 1.884,14

Data de liberação: 29/05/2020

Passos Maia – SC, 4 de junho de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513757

PORTARIA Nº 209, de 02 de junho de 2020.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de afastar a servidora Maria Rita Nogueira das atividades do plantão e sobreaviso de enfermagem da Secretaria Municipal da Saúde, haja vista que a referida servidora é portadora de doença cardíaca, considerada fator de risco para Covid-19;

Considerando as Recomendações Gerais expedidas pelos Conselhos Regional e Federal de Enfermagem, que sugerem medidas de organização dos serviços das equipes de enfermagem, visando a menor exposição dos portadores de fatores de risco em atendimentos aos pacientes com sintomas respiratórios ou suspeita de Covid-19;

Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando a impossibilidade de dar andamento à realização de novo Processo Seletivo e Concurso Público em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora GABRIELA APARECIDA FILLIPINI FERREIRA, para ocupar o cargo temporário de Enfermeiro, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, cumprindo regime de sobreaviso, conforme disposto no Decreto nº 317/2007, pelo período de 02/06/2020 a 02/09/2020.

Parágrafo único – Para o exercício do cargo a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido no Decreto nº 044, de 14 de maio de 2018, proporcional às horas de serviço prestadas (plantão), conforme relatório e escala mensal elaborados pela Secretaria Municipal da Saúde e repassados ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 210, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513758

PORTARIA Nº 210, de 02 de junho de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Antônio Castiglioni – CRM 17235 – no dia 02/06/2020, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 07 (sete) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora a EDINALVA BOCALON ZOTTI, matrícula nº 9015, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Trabalhos Artesanais, lotada na Secretaria do Desenvolvimento Social, pelo período de 02/06/2020 a 08/06/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 211, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513759

PORTARIA Nº 211, de 02 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora TEREZINHA FATIMA DIAS DE OLIVEIRA SILVEIRA, matrícula nº 9595, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 25/02/2019 a 24/02/2020, para serem gozadas do dia 02/06/2020 a 16/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 212, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513762

PORTARIA Nº 212, de 03 de junho de 2020.

"AUTORIZA RETORNO AO TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando que o período de licença para tratamento de saúde da servidora se estenderia até o dia 12/06/2020, conforme disposto na Portaria nº 143, de 25 de março de 2020;
Considerando a solicitação de retorno antecipado ao trabalho realizada pela servidora;
Considerando o Atestado de Saúde Ocupacional expedido em 02/06/2020 pelo Médico do Trabalho Dr. Pedro Espinosa – CRM/SC 5424 – que considera que a servidora Josiani Marsango está apta para o retorno ao trabalho após cumprimento de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o retorno ao trabalho da servidora JOSIANI MARSANGO, matrícula nº 387, ocupante do Cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 03 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 213, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513764

PORTARIA Nº 213, de 03 de junho de 2020.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de férias realizado pela servidora.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ELISIANE FREITAS DENARDIN BORTOLINI, matrícula nº 9046, ocupante do Cargo Público de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 15/03/2016 a 14/03/2017, para serem gozadas do dia 03/06/2020 a 02/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 214, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513766

PORTARIA Nº 214, de 03 de junho de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o pedido de férias realizado pela servidora através de requerimento, em 28 de maio de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SILVANA APARECIDA SIQUEIRA, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 02/04/2019 a 01/04/2020, para serem gozadas do dia 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

Paulo Lopes

PREFEITURA

254/2020

Publicação Nº 2514209

PORTARIA Nº 254/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes;

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991; e

Considerando o Pedido do Sevidor;

RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, concedida pela Portaria nº 175/2019, ao Servidor Público Municipal João dos Passos Custódia, matrícula nº 10929, nomeado pela Portaria nº 273/2013, ocupante do cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01/06/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de junho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

255/2020

Publicação Nº 2514210

PORTARIA Nº 255/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Nivaldo Manoel Martins, matrícula nº 1000, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos com gozo no período de 01/06/2020 a 30/06/2020, referente ao quinquênio 02/01/2011 a 01/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de junho de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

256/2020

Publicação N° 2514211

PORTARIA N° 256/2020

NILTO FETES RODRIGUES, Secretário de Finanças do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Eduardo Manoel da Rosa, matrícula n° 987, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, a disposição da Secretaria Municipal de Finanças com gozo no período de 01/06/2020 a 30/06/2020, referente ao quinquênio 14/05/2014 a 12/07/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de junho de 2020.

Nilto Fetes Rodrigues
Secretário Municipal de Finanças

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

257/2020

Publicação N° 2514212

PORTARIA N° 257/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Joel Rui Cabral, matrícula n° 340, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 24/09/2010 a 23/09/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

258/2020

Publicação N° 2514213

PORTARIA N° 258/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Ana de Souza Gularte Pereira, matrícula nº 57, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 03/05/2008 a 02/05/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

259/2020

Publicação Nº 2514214

PORTARIA Nº 259/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Juçara Maria Santos, matrícula nº 53, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 01/03/2003 a 28/02/2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

260/2020

Publicação Nº 2514215

PORTARIA Nº 260/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Adriano José Vieira, matrícula nº 10951, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 02/09/2013 a 01/09/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

261/2020

Publicação Nº 2514216

PORTARIA Nº 261/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Lamartine Rocha Junior, matrícula nº 10721, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 02/01/2012 a 01/01/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

262/2020

Publicação Nº 2514217

PORTARIA Nº 262/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Moacir Manoel da Silveira, matrícula nº 992, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 02/01/2006 a 01/01/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

263/2020

Publicação Nº 2514218

PORTARIA Nº 263/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Robson Luis Bitencourt Liberato, matrícula nº 69, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 01/06/2020, referente ao quinquênio 05/10/2003 a 04/10/2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

264/2020

Publicação Nº 2514219

PORTARIA Nº 264/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 660, de 20 de setembro de 1994, Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Luciana Santos Virgilio dos Santos, matrícula nº 20, ocupante do Cargo de Professora, com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 01/02/2010 a 14/05/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

265/2020

Publicação Nº 2514220

PORTARIA Nº 265/2020

ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSCH, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Ronaldo Pereira Soares, matrícula nº 660, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 02/02/2012 a 01/02/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch
Secretário Municipal de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

266/2020

Publicação Nº 2514222

PORTARIA Nº 266/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Candida Matildes de Souza Pereira, matrícula nº 10748, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 09/02/2012 a 08/02/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

267/2020

Publicação Nº 2514223

PORTARIA Nº 267/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Raquel Damásio Crescencio, matrícula nº 10966, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 14/11/2013 a 13/11/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

268/2020

Publicação Nº 2514224

PORTARIA Nº 268/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Adriana Pereira, matrícula nº 45, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 17/02/1998 a 16/02/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

269/2020

Publicação Nº 2514225

PORTARIA Nº 269/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Simone Nelsa Duarte de Moraes, matrícula nº 10739, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 07/02/2012 a 08/03/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

270/2020

Publicação Nº 2514226

PORTARIA Nº 270/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Isabel Cristina Geraldo, matrícula nº 1037, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 07/02/2011 a 06/04/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

271/2020

Publicação Nº 2514227

PORTARIA Nº 271/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Marlene dos Santos Prudêncio Veira, matrícula nº 994, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 02/01/2011 a 01/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

272/2020

Publicação Nº 2514228

PORTARIA Nº 272/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Luciane Cardoso Custódio, matrícula nº 666, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 18/02/2012 a 17/02/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

273/2020

Publicação Nº 2514229

PORTARIA Nº 273/2020

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Patricia Paes da Silveira, matrícula nº 10733, ocupante do Cargo de Nutricionista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 01/02/2012 a 31/01/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

274/2020

Publicação Nº 2514231

PORTARIA Nº 274/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao servidor Wellington Vieira do Nascimento, matrícula nº 10725, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Administração com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 09/01/2012 a 08/01/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

275/2020

Publicação Nº 2514232

PORTARIA Nº 275/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Sônia Mara da Rosa Mendes, matrícula nº 33, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Administração com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 02/06/1997 a 01/06/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

276/2020

Publicação Nº 2514233

PORTARIA Nº 276/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora Ana Maria Lopes Demétrio, matrícula nº 728, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Administração com gozo no período de 03/06/2020 a 02/07/2020, referente ao quinquênio 01/03/2002 a 28/02/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 3 de junho de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 5 de junho de 2020.

DECRETO 35/2020

Publicação Nº 2513107

DECRETO Nº 35/2020

Dispõe a aplicabilidade do Decreto nº 630 de 1º de Junho do corrente ano de 2020 editado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que apresenta novas medidas a serem adotadas para enfrentamento e contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Paulo Lopes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, na forma da Lei Federal nº 13.979 de 6 de Fevereiro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º O Município de Paulo Lopes aplicará as medidas e determinações constantes no Decreto nº 630 de 1º de Junho do corrente ano de 2020 editado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Ficam suspensos, em todo o território do Município de Paulo Lopes, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – até 2 de agosto de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

II – até 5 de julho de 2020, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada; e

IV – até 5 de julho de 2020, a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

Art. 3º No Município de Paulo Lopes será aplicada a nova redação do art. 9º do Decreto nº 562, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

§ 1º A pactuação estabelecida entre os Municípios abrangidos pela respectiva região de saúde poderá orientar as deliberações das autoridades sanitárias municipais quanto às medidas de enfrentamento do coronavírus.

§ 2º Para fins do disposto neste Decreto, as regiões de saúde são definidas por meio de ato do Secretário de Estado da Saúde.

§ 3º O COES deverá emitir protocolos sanitários e epidemiológicos a respeito de atividades públicas e privadas, a fim de orientar as autoridades sanitárias municipais.

§ 4º Ficam ratificadas as portarias do COES editadas até 8 de junho de 2020, sendo consideradas protocolos sanitários para fins de tomada de decisão pelas autoridades sanitárias municipais.” (NR)

Art. 4 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 05 de junho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA 022/2020 PMP

Publicação Nº 2513193

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 - PMP
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 – PMP
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE PLACAS DE TRÂNSITO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa JR COMUNICAÇÕES VISUAL LTDA ME, estabelecida à Rua Maria Lopes Borba nº 151, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.356.633/0001-62, representada, neste ato pelo Sr. José Renato de Melo, CPF sob o nº 678.371.589-20, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2020-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de placas de trânsito objetivando a manutenção e implementação da sinalização viária vertical no Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 336/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Objeto	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
01	PLACA CIRCUCLAR COM SUPORTE.	Placa circular com diâmetro de 0,40 fixada em tubo de aço galvanizado com 2,80 M. Com uso de parafusos de aço galvanizado tipo cabeça francesa com no mínimo 08 (oito) milímetros de espessura e porcas na parte traseira (Proibido estacionar, proibido virar a indicação de velocidade).	Unid.	100	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
02	PLACA QUADRADA 0,50 X 0,50 CM COM SUPORTE.	Placa em formato quadrado 0,50 x 0,50 cm fixada em tubo de aço galvanizado com 2,80 M. Com uso de parafusos de aço galvanizado tipo cabeça francesa com no mínimo 08 (oito) milímetros de espessura e porcas na parte traseira (Travessia de pedestres, área escolar).	Unid.	80	R\$ 123,00	R\$ 9.840,00

03	PLACA QUADRADA 0,50 X 0,70 CM.	Placa quadrada 0,50 x 70 cm fixada em tubo de aço galvanizado com 2,80 M. Com uso de parafusos de aço galvanizado tipo cabeça francesa com no mínimo 08 (oito) milímetros de espessura e porcas na parte traseira. (Lombada, travessia elevada).	Unid.	60	R\$ 143,00	R\$ 8.580,00
04	PLACA OCTOGONAL COM LADO 0,50 CM COM SUPORTE.	Placa octogonal com lados 0,50 cm fixada em tubo de aço galvanizado com 2,80 M. Com uso de parafusos de aço galvanizado tipo cabeça francesa com no mínimo 08 (oito) milímetros de espessura e porcas na parte traseira. (Pare).	Unid.	60	R\$ 120,00	R\$ 7.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 37.620,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria de Planejamento Urbano.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Planejamento Urbano. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Planejamento Urbano.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Planejamento Urbano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 26 de Maio de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA J R DESIGNS SERVIÇOS DE PINTURA LTDA ME
Secretário de Administração José Renato de Melo
CONTRATADO
TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle interno

Portaria nº 739/2019

ATA 023/2020 PMP

Publicação Nº 2513282

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020 - PMP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020 - PMP

Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DE SISTEMA DE ANÁLISE E GESTÃO DE CONTAS CONTÁBIL EM AMBIENTE WEB.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa GOVVIEN SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, estabelecida à Rua Coronel Pedro Benedet nº 333, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.656.007/0001-40, representada, neste ato pelo Sr. Jonas Scremin Brolese CPF sob o nº 053.480.079-35, Cargo/Função Sócio Diretor, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2020-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços Registro de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de Análise e Gestão de Contas Contábeis exclusivamente em ambiente web, em atenção a solicitação nº 185/2020 da Secretaria de Administração, que atenda as especificações técnicas descritas no termo de referência deste edital, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para cada item encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Previsto	Preço Total Previsto
01	Licença e hospedagem módulo de gestão financeira, orçamentaria, contábil e administrativo em nuvem na modalidade SaaS (Sistema como serviço); Informações de forma consolidada: locação do módulo gestão financeira, orçamentária, contábil e administrativo. Gestão de atos de pessoal; audiência pública.	12	Mês	R\$ 2.047,30	R\$ 24.567,60
02	Implementação: 40 Horas de conversão dos dados de 2016 à 2019 e configuração; 1 dia (8 horas) de treinamento; despesas de deslocamento; suporte on-line.	04	Anos	R\$ 1.935,60	R\$ 7.742,40

03	Suporte presencial (valor de referência/hora).	150	Horas	R\$ 132,30	R\$ 19.845,00
04	Customização de funcionalidade (valor referência/hora)	150	Horas	R\$ 132,30	R\$ 19.845,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 72.000,00					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá a Empresa:

- executar os serviços disponibilizando profissionais conforme a necessidade dos serviços;
- responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais, quando necessário, (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes a cada tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;
- as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de reforma registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida, bem como fornecer bens e serviços de acordo com as normas da ABNT-NBR;

II - Cumprir a execução dos serviços, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para cada Ordem(ns) de Serviços/Nota(s) de Empenho(s), se for o caso;

IV - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

V - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

VI - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VII - A falta de pessoal, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VIII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

IX - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

X- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

XI - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

- XII – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XIII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIV – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- XV - Comparecer em Juízo nas ações trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou propostas contra esta Administração, assumido o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários advocatícios, custas judiciais e demais cominações e sucumbências;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- V - Indenizar o CONTRATANTE, por eventual condenação decorrente de AÇÃO TRABALHISTA, proposta por seus empregados ou qualquer pessoa alocada na prestação dos serviços objeto desta ATA, ainda que expirada a vigência desta.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com as certidões negativas Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Administração, de que a prestação dos serviços foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao prestador do serviço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, salvo quando se tratar de empenho global.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2020 da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 29 de maio de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Contratante
GOVVIEN SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
Jonas Scremin Brolese
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

ATA 025/2020 PMP

Publicação Nº 2513499

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE CIMENTO 50 KGS CPII.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, estabelecida à Rod Paulo Stuart Wright nº 157, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.376.162/0001-78, representada, neste ato pelo Sr. Nelson Michels, CPF sob o nº 577.759.079-91, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 013/2020-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de Cimento 50kgs CPII, para ser utilizado em confecção e manutenção de fugas de meio fio, bocas de lobo, caixas de ligação, poços de visitas, muros e demais manutenções diversas em todo município, conforme solicitação nº 445/2020, da Secretaria de Serviços Urbanos, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	CIMENTO 50KG CP II.	Supremo	UNID	2.000	R\$ 23,90	R\$ 47.800,00
TOTAL R\$ 47.800,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X -Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos

de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 01 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

Contratante

AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Nelson Michels

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2020

ATA 026/2020 PMP

Publicação Nº 2513797

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2020 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE LAJOTAS SEXTAVADAS 25x25x8 DE CONCRETO COM 35 MPA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP, estabelecida à BR 470 nº 2.000, KM 35, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.567.076/0001-04, representada, neste ato pelo Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº 721.627.759-72, Cargo/Função Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 012/2020-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de lajota sextavada 25x25x8 de concreto com 35 MPA, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 373/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
1	LAJOTA EM CONCRETO	LAJOTA SEXTAVADA 25X25X08CM - com 35 MPA	M²	50.000	R\$ 36,50	R\$ 1.825.000,00
TOTAL						R\$ 1.825.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X -Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 01 de junho de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretario de Administração

Contratante

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP

Gian Carlos Alves

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO A. CRIVELATTI

Controle interno

Matricula 11230

ATA 048/2020 FMS

Publicação Nº 2514071

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020 - FMS
 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020 - FMS
 Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE TIRAS REAGENTES.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, nº. 175, Santa Lúcia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, estabelecida à AV Gentil Reinaldo Cordioli nº 391, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.531.725/0001-20, representada, neste ato pelo Sr. Júlio César Mafacioli, CPF sob o nº 539.226.460-34, Cargo/Função Diretor Comercial, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 004/2020-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tiras reagentes para determinação quantitativa de glicose sanguínea para atender necessidades da Farmácia Municipal da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade receptora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	TIPO DE UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	TIRAS REAGENTES PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 10-600 MG/DL OU 20-600 MG/DL, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA AMPEROMÉTRICA OU FOTOMÉTRICA. COM REGISTRO NA ANVISA. CONTENDO 01 FRASCO DE 50 TIRAS OU 02 FRASCOS DE 25 (TOTAL DE 50 TIRAS). TAMBÉM ESTÁ INCLUIDO NA EMBALAGEM, UM MANUAL DE INSTRUÇÕES E UM CHIP DO CÓDIGO. O FORNECEDOR VENCEDOR DEVERÁ FORNECER 300 APARELHOS EM FORMA DE COMODATO. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM PROFISSIONAL PARA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO.	Caixa	10.000	R\$ 16,50	R\$ 165.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 165.000,00					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 26 de Maio de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Júlio César Mafacioli

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Portaria nº 739/2019

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle interno

CONTRATO 018/2020 FMS

Publicação Nº 2513911

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA DOUGLAS SCHWITZKI – ME, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES VISANDO O ATENDIMENTO AOS PACIENTES COM SUSPEITA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 018/2020 - FMS de 28/04/2020
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 - FMS
 MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020
 HOMOLOGADO EM 28/04/2020

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa DOUGLAS SCHWITZKI - ME, estabelecida à Rua Quintino Bocaiuva, nº 1172, Bairro Vila Ferroviária, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.535.028/0001-91, CEP: 89.300-000, representada neste ato pela Sr. DOUGLAS SCHWITZKI, inscrito no CPF sob o nº 103.658.979-06, sócio proprietário (contrato social em anexo), residente à Rua Quintino Bocaiuva, nº 1172, Bairro Vila Ferroviária, na cidade de Mafra/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Estadual 515/2020 e Decretos Municipais 3506/2020, 3507/2020 e 3508/2020 como meio de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), Justificativa e Solicitação nº 365/2020 da Secretaria de Saúde do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O OBJETO: Contratação da Empresa DOUGLAS SCHWITZKI - ME, para aquisição de equipamentos hospitalares visando o atendimento aos pacientes com suspeita do novo coronavírus (Covid-19) no pronto atendimento 24 horas do município, objetivando atender à solicitação nº 365/2020 da Secretaria de Saúde.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>NIKKEI usado.</p> <p>Especificações: é um aparelho destinado a cirurgias de alto e baixo fluxo. Um produto que reúne versatilidade e segurança para atender todo tipo de paciente, de neonatais a adultos obesos. Sua tecnologia oferece ao médico-anestesiologista as melhores condições de trabalho e os mais variados recursos ventilatórios, com o manuseio fácil, tornando-o ideal, tanto para cirurgia de pequeno porte como para intervenções mais complexas.</p> <p>Compreendendo:</p> <p>Ventilador Eletrônico; Microprocessador para anestesia, que atende pacientes neonatais, pediátricos e adultos; Modalidades VCV, PCV, SIMV/V e SIMV/P. Ajustes diretos na tela principal para volume corrente, frequência, relação I/E, platô, pressão máxima e PEEP; Disparos dos ciclos assistidos por pressão e fluxo; Monitorização: volume expirado, FIO2, pressão pico, pressão média, pressão platô, frequência respiratória, complacência dinâmica e estática. Curvas Pxt, Fxt, Vxt e Loops de VxP e FxV, volume minuto, fluxo, peep, resistência, tempo inspiratório, relação I:E, pressão intrínseca no final da expiração (ipeep). • Bateria interna com autonomia de 120 minutos para o ventilador e alarmes.</p> <p>Vaporizador Calibrado KT 500: Distribui concentrações precisas em várias condições de fluxo, pressão e temperatura; Precisão é elevada em taxas de fluxo baixo; Calibrado especialmente para cada tipo de gás; Opcional: Vaporizador desflurane.</p>	Unidade	01	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
02	<p>Ventilador mecânico.</p> <p>Especificação: opção leve e moderna de dispositivo para uso em ambiente hospitalar ou residencial, em terapias respiratórias invasivas e não invasivas, tanto em pacientes pediátricos quanto adultos.</p>	Unidade	01	R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00
03	Filtro ventilação mecânica HME.	Unidade	20	R\$ 59,00	R\$ 1.180,00

04	Traqueia original.	Unidade	3	R\$ 199,00	R\$ 597,00
VALOR TOTAL: R\$ 104.777,00					

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 104.777,00 (Cento e quatro mil setecentos e setenta e sete reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) do mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - Os pagamentos serão realizados por meio de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

5 Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

6 Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

7 Dotação: 20.01.2.108.4.4.90.52.08.00.00.00 (112/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que fornecido os objetos contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, iniciar o fornecimento dos materiais, objeto deste instrumento, após recebimento de Autorização de Fornecimento e ou assinatura da Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir a perfeita execução do contrato, não sendo aceito aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento, eficiência e qualidade dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos materiais, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de pessoal, materiais ou equipamentos que sejam necessários à entrega dos materiais não poderão ser alegadas como motivo de força maior para o atraso, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10- As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11- Caso a vencedora venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12- O fornecimento dos materiais contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Saúde, a quem caberá fiscalização com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14- Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17- Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19- As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 28 de Abril de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante
DOUGLAS SCHWITZKI
DOUGLAS SCHWITZKI - ME.
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo:
CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:
MARCELO A. CRIVELTTI
Controle Interno
Matricula nº 11230

PORTARIA Nº 1030/2020

Publicação Nº 2513960

PORTARIA N.º 1.030/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 01/2020 FMS, onde era contratada a Sra. NAIANA ROSSILEIA GOMES MOREIRA, da função de Enfermeira, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 01/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1031/2020

Publicação Nº 2513962

PORTARIA N.º 1.031/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o Sr. FREDOLINO ALBRETO BENTO do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 550/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 02 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1032/2020

Publicação Nº 2513964

PORTARIA N.º 1.032/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. WALDEMIR JOSE MAFRA JUNIOR do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 707/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 02 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1033/2020

Publicação Nº 2513965

PORTARIA N.º 1.033/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 04/06/2020 à 04/10/2020, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) ROBERTO SCHMITT MAES, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de junho de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 91/2020 - 1º ADITIVO A ATA 29/2020

Publicação N° 2514323

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBAATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 91/2020
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA N° 29/2020PROCESSO LICITATÓRIO N° 139/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 69/2019

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio n.º 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **NEUSA KLEIN MARASCHINI**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 69/2019, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Avenida Sete de Setembro, n.º 236, Edifício Itália, Bairro Centro, Tapejara, Rio Grande do Sul, CEP 99.950-000, inscrita no CNPJ n.º 88.197.330/0001-60, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor **SIRINEI PANIZZON**, portador da Carteira de Identidade n.º 6005103831 e CPF n.º 204.208.700-91, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Suprimir da ata de registro de preços original o item n.º 49, a pedido da empresa, pela impossibilidade de fornecimento do item caso este seja solicitado pelo município, devido à altas nos preços, conforme a tabela abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
49	40	UN	7894 - PNEU NOVO 275/80 R22,5, dianteiro MISTO, (borrachudinho) de primeira Linha - com no mínimo: 16 lonas. PNEU NOVO 275/80 R22,5, dianteiro MISTO (borrachudinho), de primeira Linha - com no mínimo: 16 LONAS, deverá conter em alto relevo as seguintes especificações: capacidade máxima de carga de no mínimo 3.000 kg e velocidade máxima com no mínimo o índice J, símbolo do INMETRO, profundidade de sulco de no mínimo 18,5 mm, data de fabricação não superior a 1 ano.	Goodyear/ ARMORMAX MSS	1.400,00	56.000,00
Total						56.000,00

1.2. Sendo que o valor suprimido ficou em **R\$ 56.000,00** (Cinquenta e seis mil reais).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços n.º 29/2020 permanecem inalteradas.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Município de Peritiba, SC., 03 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

Contratada

DÂNDARA LUISA BAZZEI

Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN

Testemunha

FABIANO LUIZ RIFFEL

Fiscal do Contrato

JOSÉ ORIDES DE BRITO

Fiscal do Contrato

LUANA CAROLINA SCHARDONG

Fiscal do Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 92/2020 - 6º ADITIVO A ATA 02/2020

Publicação Nº 2514331

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBAATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020
SEXTO ADITIVO À ATA Nº 02/2020PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **NEUSA KLEIN MARASCHINI**, inscrita no CPF sob número 825.056.329-87 no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 72/2019, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua do Comércio, nº 80, Bairro Centro, Peritiba, Santa Catarina, CEP 89.750-000, inscrita no CNPJ nº 03.899.314/0001-66, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor **LEONALDO VIEIRA LOPES**, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 363.010 e CPF nº 295.572.759-87, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

- 1.1. Aditar a ata de registro de preços nº 02/2020 o reajuste de preços provocado pelo aumento do valor dos combustíveis conforme justificativa e comprovantes (112559 de 27/04/2020 e 113727 de 01/06/2020 para diesel S500 e 112560 de 27/04/2020 e 113727 de 01/06/2020 para o diesel S10) apresentados pela contratada e aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei nº 8.666/93 e no "item 14" da Ata original.
- 1.2. A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Saldo Quant.	Und.	Especificação do Produto	Marca	R\$ Unt. Antes do Acréscimo	% do acréscimo	R\$ Unt. após o acréscimo	R\$ total após o reajuste
2	140.789	Lts	Óleo Diesel S-500	Branca	3,06	0,99	3,09	435.038,01
3	145.093	Lts	Óleo Diesel S10	Branca	3,12	2,25	3,20	464.297,60
Total								899.335,61

- 1.3. O valor total estimado para o saldo total desta ata é de: R\$ 899.335,61 (Oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos). Sendo que o valor aditado a ata original ficou em R\$ 15.831,11 (Quinze mil, oitocentos e trinta e um reais e onze centavos).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

- 2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 02/2020 permanecem inalteradas.

Município de Peritiba, SC., 05 de junho de 2020.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP
Contratada

DÂNDARA LUISA BAZZEI
Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

FABIANO LUIZ RIFFEL
Fiscal do Contrato

GRACIELI DENISE WUADEN
Fiscal do Contrato

JOSÉ ORIDES DE BRITO
Fiscal do Contrato

LUANA CAROLINA SCHARDONG
Fiscal do Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/2020 - 8º ADITIVO A ATA 47/2020

Publicação Nº 2514336



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2020
OITAVO TERMO ADITIVO À ATA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **NEUSA KLEIN MARASCHINI**, inscrita no CPF sob número 825.056.329-87 no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº **72/2019**, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua do Comércio, s/nº, Bairro Centro, Peritiba, Santa Catarina, CEP 89.750-000, inscrita no CNPJ nº 09.155.931/0001-33, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor **MARCELO BOLL**, portador da Carteira de Identidade nº 4.235.692 e CPF nº 058.916.299-33, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Aditar a ata de registro de preços nº 01/2020 o reajuste de preços provocado pelo aumento do valor dos combustíveis conforme justificativa e comprovantes (23327 de 18/05/2020 e 23621 de 02/06/2020) apresentados pela contratada e aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei nº 8.666/93 e no "item 14" da Ata original.

1.2. A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Saldo Quant.	Und.	Especificação do Produto	Marca	R\$ Unt. Antes do Acréscimo	% do acréscimo	R\$ Unt. após o acréscimo	R\$ total após o reajuste
1	44.281	Lts	4437 - GASOLINA COMUM	Bandeira Branca	3,80	2,37 %	3,89	172.253,09
Total								172.253,09

1.3. O valor total estimado para o saldo total desta ata é de: R\$ 172.253,09 (Cento e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e nove centavos). Sendo que o valor aditado da ata original ficou em R\$ 3.985,29 (Três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 01/2020 permanecem inalteradas.

Município de Peritiba, SC., 05 de junho de 2020.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI
Contratada

DÂNDARA LUISA BAZZEI
Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

FABIANO LUIZ RIFFEL
Fiscal do Contrato

FRANCIELI SCHOENELL
Fiscal do Contrato

GRACIELI DENISE WUADEN
Fiscal do Contrato

IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT
Fiscal do Contrato

LUANA CAROLINA SCHARDONG
Fiscal do Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA Nº 080/2020

Publicação Nº 2512483

PORTARIA Nº 080/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor DEIVID MONTEIRO TORQUATO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Superintendente de Ensino (GDA - 40), para ocupar cumulativamente, o cargo de Secretário Adjunto de Educação (GAP - 10).

Art. 2º - A acumulação de que trata o Artigo 1º não será remunerada ou gratificada, em atendimento ao disposto no XVI, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 081/2020

Publicação Nº 2512542

PORTARIA Nº 081/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar "a pedido" o servidor do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
MATHEUS DE SOUZA VICENTE	SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/2020

Publicação Nº 2512544

PORTARIA Nº 082/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar cargo do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
GABRIELA DE MEDEIROS RODRIGUES	SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos

Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 07 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 083/2020

Publicação Nº 2512547

PORTARIA Nº 083/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, o servidor de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
MATHEUS DE SOUZA VICENTE	DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO / SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 10 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 084/2020

Publicação Nº 2512557

PORTARIA Nº 084/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os(as) servidores(as) em cargo(s) do tipo "CONTRATADOS(AS)", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR(A)	CARGO
DULCIRENE DE JESUS AGUIAR	ENFERMEIRA ESF
ELISÂNGELA GUIMARÃES MARTINS CORDEIRO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM ESF
LAURA IUNG ESMERALDINO	MÉDICA ESF

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 10 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 085/2020

Publicação Nº 2512569

PORTARIA Nº 085/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o(a) servidor(a) em cargo do tipo "CONTRATADO(A)", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR(A)	CARGO
RAFAEL DE SÁ FERNANDES	MÉDICO ESF

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 086/2020

Publicação Nº 2512572

PORTARIA Nº 086/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o(a) servidor(a) em cargo do tipo "COMISSIONADO(A)", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR(A)	CARGO / SECRETARIA
MARIANE VIEIRA ROCHA	ASSESSORA DE SECRETARIA / SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087/2020

Publicação Nº 2512574

PORTARIA Nº 087/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os(as) servidores(as) em cargo(s) do tipo "COMISSIONADOS(AS)", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR(A)	CARGO / SECRETARIA
MARCEL MARTINS GUAREZI	DIRETOR DE ESCOLA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MARIA JOSÉ DE SOUZA FLORZINO	DIRETORA DE ESCOLA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de fevereiro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088/2020

Publicação Nº 2512576

PORTARIA Nº 088/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do(a) servidor(a), de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ALINE DE CAMPOS JORDÃO	NUTRICIONISTA – 40 HORAS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 089/2020

Publicação Nº 2512623

PORTARIA Nº 089/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar por motivo de aposentadoria, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "EFETIVO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
JANETE PAZ DE OLIVEIRA	PROFESSORA 5ª A 8ª SÉRIE

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de abril de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2020

Publicação Nº 2512635

PORTARIA Nº 090/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar por motivo de aposentadoria, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "EFETIVO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
CENILMA MARCONDES EMILIANO	PROFESSORA PRÉ-ESCOLAR

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de abril de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 10 abril de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2020

Publicação Nº 2512638

PORTARIA Nº 091/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar, as servidoras de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ANA PAULA DE SOUZA	PROFESSORA 40 HORAS
ITAMARA RODRIGUES CORRÊA	PROFESSORA 30 HORAS
VANESSA RODRIGUES AMARAL	PROFESSORA 40 HORAS
MARISELMA FIRMINO DOS SANTOS NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 02 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2020

Publicação Nº 2512643

PORTARIA Nº 092/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar cargo do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
MANOEL DE MEDEIROS FERNANDES	SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 02 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2020

Publicação Nº 2512647

PORTARIA Nº 093/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar cargo de servidor do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO / SECRETARIA
FELIPE DE AGUIAR OLIVEIRA	CHEFE DO SETOR DE COBRANÇA / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de março de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2020

Publicação Nº 2512648

PORTARIA Nº 094/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ISRAEL MATHEUS METZKER	FARMACÊUTICO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2020

Publicação Nº 2512650

PORTARIA Nº 095/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, o servidor(a) de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
DANIELA BALZ HARA	ASSESSORA PEDAGÓGICA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2020

Publicação Nº 2512651

PORTARIA Nº 096/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, o servidor(a) de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO / SECRETARIA
ISRAEL MATHEUS METZKER	CHEFE DE SETOR DE FARMÁCIA / SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097/2020

Publicação Nº 2512655

PORTARIA Nº 097/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, o servidor(a) de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
CENILMA MARCONDES EMILIANO	DIRETORA DE ESCOLA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de maio de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098/2020

Publicação Nº 2512658

PORTARIA Nº 098/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, o servidor(a) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO / SECRETARIA
JULIANA CARDOSO BOTAN DE AGUIAR	FARMACÊUTICA / SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de maio de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 10 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2020

Publicação Nº 2512659

PORTARIA Nº 099/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
DENISE SILVEIRA GALARZ	FONOAUDIÓLOGA

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 11 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2020

Publicação Nº 2512663

PORTARIA Nº 100/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Diminuir a carga horária da servidora de tipo "CONTRATADA", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
THAYSE MATIAS BORGES	PROFESSOR 20 HORAS

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de maio de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 11 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2020

Publicação Nº 2512664

PORTARIA Nº 101/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica

do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Aumentar a carga horária da servidora de tipo "EFETIVA", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
JEOVÂNIA NASCIMENTO DOS SANTOS	PROFESSORAR 20 HORAS

Art. 2º- O aumento da carga horária dar-se-á como SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA à professora da disciplina de Geografia, do 6º ao 9º ano, na Escola Luiz Pacheco dos Reis, em decorrência de aposentadoria;

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de maio de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 11 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2020

Publicação Nº 2512666

PORTARIA Nº 102/2020

NOMEIA COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO, EM VISTA DA NECESSIDADE DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 53, § 1º, da Lei 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Vistoria e Avaliação com o fim especial de vistoriar e avaliar bens imóveis a serem locados para cumprir necessidades concernentes à Prefeitura de Pescaria Brava:

- Cristiano Corrêa de Medeiros
- Cássia Goulart Nogueira
- Jaime Corrêa Guarezi Junior

Art. 2º. Cabe a Comissão constituída no art. 1º desta Portaria vistoriar, organizar e avaliar os bens imóveis a serem locados pelo Poder Público Municipal, bem como elaborar Termo de Avaliação, seguindo as normas estabelecidas nas leis vigentes.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 26 de Maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2020

Publicação Nº 2512670

PORTARIA Nº 103/2020

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014 e nos art. 13, do Decreto Municipal nº 262/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 04/2018, celebrado pelo Município de Pescaria Brava/SC com o Hospital de Caridade Bom Jesus dos Passos de Laguna/SC, tendo como objeto auxiliar na manutenção das atividades da entidade, a qual presta assistência aos pacientes do Município de Pescaria Brava.

- a) JUANITA ALVES IZIDORO, inscrita no CPF sob nº 048.348.169-66, registrada na matrícula sob nº 353, que a presidirá a Comissão;
- b) JOICE CATANEO FRANCISCO, inscrita no CPF sob nº 070.567.849-09, registrada na matrícula sob nº 1419;
- c) MATHEUS DE SOUZA VICENTE, inscrito no CPF sob nº 053.618.419-43, registrado na matrícula sob nº 1512;

Art. 2º São atribuições da Comissão de Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 262/2017, Plano de Trabalho e Termo de Colaboração

nº 04/2018.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC,
27 de Maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 104/2020

Publicação Nº 2512671

PORTARIA Nº 104/2020

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014 e nos art. 13, do Decreto Municipal nº 262/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 04/2018, celebrado pelo Município de Pescaria Brava/SC com o Hospital de Caridade Bom Jesus dos Passos de Laguna/SC, tendo como objeto auxiliar na manutenção das atividades da entidade, a qual presta assistência aos pacientes do Município de Pescaria Brava.

- a) JUANITA ALVES IZIDORO, inscrita no CPF sob nº 048.348.169-66, registrada na matrícula sob nº 353, que a presidirá a Comissão;
- b) JOICE CATANEO FRANCISCO, inscrita no CPF sob nº 070.567.849-09, registrada na matrícula sob nº 1419;
- c) MATHEUS DE SOUZA VICENTE, inscrito no CPF sob nº 053.618.419-43, registrado na matrícula sob nº 1512;

Art. 2º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, conforme Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 262/2017, Plano de Trabalho e Termo de Colaboração nº 04/2018.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC,
27 de Maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 105/2020

Publicação Nº 2512673

PORTARIA Nº 105/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar "a pedido" o servidor do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO / SECRETARIA
SAMUEL DA COSTA DE BEM	ASSESSOR DE SECRETARIA / SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E PLANEJAMENTO URBANO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 29 de maio de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020 – FMS TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020 – FMS

Publicação Nº 2512471

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020 – FMS
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2020 – FMS

AVISO DE ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, informa que será realizada licitação, na modalidade Tomada de Preços, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE ESF BARREIROS. CONFORME ANEXOS DO RESPECTIVO EDITAL, A OBRA DEVERÁ SER EXECUTADA DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PROJETO E NAS QUANTIDADES ESPECIFICADAS NAS CORRESPONDENTES PLANILHAS ORÇAMENTARIAS DE MODO A PROMOVER A CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO EDIFÍCIO, BEM COMO DOS MOBILIÁRIOS EXISTENTES. Licitação regida nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93. Data de Abertura: 22/06/2020 às 08:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do fone: (048) 3647-6312 - Setor de Licitações e no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br (site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Sede administrativa: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 05 de junho de 2020.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Petrolândia

PREFEITURA

3 ADITIVO CONTRATO 18 2017 - INFO-VR TECNOLOGIA

Publicação Nº 2508554

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2017

3º Termo Aditivo que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa INFO VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI, inscrita no CNPJ: 08.662.246/0001-30. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Data: 04/06/2020. Aditivo de Prazo. Petrolândia, 05 de junho de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CHAMADA PÚBLICA 01 2020 - CONTRATAÇÃO DE MÉDICO

Publicação Nº 2513406

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

A Prefeitura Municipal de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde, faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO PARA ATENDIMENTO NO CENTRO DE ATENDIMENTO PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19. A documentação será recebida no período de 05/06/2020 a 10/06/2020, através do e-mail saude@petrolandia.sc.gov.br. A cópia do edital poderá ser obtida no site www.petrolandia.sc.gov.br. Outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 05 de junho de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 02 2020 - MATERIAIS CRAS

Publicação Nº 2512510

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 04/2020 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (COPA E COZINHA, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS) PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 22/06/2020, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente, pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br ou pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 05 de junho de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 18 2020 - MATERIAL ESCOLAR

Publicação Nº 2512796

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 21/2020 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ESCOLAR PARA FORNECIMENTO ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO LETIVO DE 2020. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 23/06/2020, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 05 de junho de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO CHAMAMENTO - CREDENCIAMENTO 003-2020 - ATENDIMENTO EM DIVERSAS ESPECIALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS.

Publicação N° 2512575

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO –SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 003/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados que está procedendo o CHAMAMENTO PÚBLICO a partir de 06/07/2020, horário das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h na Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, na Av. São Paulo, 1615, Centro, para fins de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS OU FÍSICAS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA PARA ATENDIMENTO EM DIVERSAS ESPECIALIDADES PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS para realização de procedimentos cirúrgicos para atendimentos das demandas do Fundo de Saúde de Pinhalzinho, conforme condições constantes no Edital de Credenciamento.

Informações complementares pelo fone (49) 3366-6600 ou e-mail compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br Pinhalzinho, SC, dia 05 de junho de 2020.

Elmo Zanchet
Secretário de Saúde

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 011/2020 TOMADA DE PREÇO

Publicação N° 2513161

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 011/2020 MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 23/06/2020, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇO n° 011/2020, que visa A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE LIXEIRAS MODELO TAÇA EM CONCRETO ARMADO, (Material e Serviços), SENDO DESENHO DE CACHO DE UVA, FOLHA E RAMO DA PARREIRA EM ALTO RELEVO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, consoante PROJETO e MEMORIAL DESCRITIVO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 23/06/2020, até às 08:15h, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30h.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 04 DE JUNHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 115/2020

Publicação N° 2512649

CONTRATO ADMINISTRATIVO 115/2020

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE ADESIVO COM IMPRESSÃO DA LOGO (BRASÃO) DA POLICIA CIVIL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MAISVOCE PUBLICIDADE LTDA, autorizado através do Processo n. 69/2020, Licitação n. 18DL2020, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF n° 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MAISVOCE PUBLICIDADE LTDA

CNPJ-MF n° 16.490.436/0001-46

Endereço: AV CAETANO NATAL BRANCO, 78, CENTRO, TERREO,

Joaçaba-Santa Catarina – CEP 89.600-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa n° 18DL2020, datado de 19/05/2020, conforme art 24, II e IV, Lei 8.666/93, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE ADESIVO COM IMPRESSÃO DA LOGO (BRASÃO) DA POLICIA CIVIL, PARA SER INSTALADO NOS VIDROS DAS PORTAS E JANELAS DA DELEGACIA DE POLICIA.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL COM LOGO (BRASÃO) DA POLICIA CIVIL.	un	4	130,00	520,00
TOTAL		520,00			

TOTAL CONTRATADO: R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
6 - Segurança Pública
181 - Policiamento
4 - Segurança Municipal
2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
246 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
11 - Convênio de Trânsito - CIVIL - exerc. anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 18DL2020 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 19 de maio de 2020.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MAISVOCE PUBLICIDADE LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 118/2020

Publicação N° 2512661

CONTRATO ADMINISTRATIVO 118/2020

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BENS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa BENETRON COMERCIAL EIRELI, autorizado através do Processo n. 71/2020, Licitação n. 19DL2020, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: BENETRON COMERCIAL EIRELI

CNPJ-MF nº 02.021.647/0001-25

Endereço: AV IRETE, 1672, PLANALTO PAULISTA,

São Paulo-São Paulo – CEP 04.064-004

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 19DL2020, datado de 22/05/2020, conforme art 24, II e IV, Lei 8.666/93, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE COFRE ELETRONICO PARA ACONDICIONAMENTO DE ARMAMENTO DA POLICIA.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	76504 - COFRE ELETRONICO PARA ACONDICIONAMENTO DE ARMAMENTO DA POLICIA	un	1	2.290,00	2.290,00
TOTAL				2.290,00	

TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.290,00 (dois mil e duzentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

6 - Segurança Pública

181 - Policiamento

4 - Segurança Municipal

2.67 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATROLHA - POLICIA MILITAR

181 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 19DL2020 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 22 de maio de 2020.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

BENETRON COMERCIAL EIRELI

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 121/2020

Publicação Nº 2512653

CONTRATO ADMINISTRATIVO 121/2020

Termo de Contrato de EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM E SEM CONTRASTE celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DIGIMAX VIDEIRA - CLINICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA, autorizado através do Processo n. 073/2020, Licitação n. 20DL2020, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: DIGIMAX VIDEIRA - CLINICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA

CNPJ-MF nº 19.386.065/0001-45

Endereço: RUA OSVALDO CRUZ, 62, S/N, CENTRO,

Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 20DL2020, datado de 28/05/2020, com base no art 24, II, Lei 8.666/93, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM E SEM CONTRASTE

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	32871 - EXAMES DE RESSONÂNCIA	un	26	268,75	6.987,50



2	61067 - MEDICAMENTO CONTRASTE PARA EXAMES	2	6	80,00	480,00
Total	7.467,50				

TOTAL CONTRATADO: R\$ 7.467,50 (sete mil e quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
10 - Saúde
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
9 - Saude Com Qualidade
2.59 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DO M.A.C. UNIÃO
238 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
338 - Transferencia do SUS/União - Exercício anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 20DL2020 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 28 de maio de 2020.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

DIGIMAX VIDEIRA - CLINICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO N.º 5.238, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2514306

DECRETO N.º 5.238, DE 04 DE JUNHO DE 2020
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 12 DE JUNHO DE 2020

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado nacional de 11 de junho – Corpus Christi;

CONSIDERANDO que referida data do feriado será na quinta-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 12 de junho de 2020.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 401, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2514294

PORTARIA N° 401, DE 04 de junho de 2020.
Concede Licença prêmio Ao Servidor Público Sergio Luiz Burik.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público Sergio Luiz Burik, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 26/08/2008 a 26/08/2013, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 04 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020 devendo retornar a suas atividades em 04/07/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 04 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 402, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2514292

PORTARIA N° 402, DE 04 de junho de 2020.
Concede Licença prêmio Ao Servidor Público Euclesio José Peliciolli.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público Euclesio José Peliciolli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 26/06/2012 a 26/06/2017, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 08 de junho de 2020 a 07 de julho de 2020 devendo retornar a suas atividades em 08/07/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 04 de junho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

CLASS TP 002/2020

Publicação Nº 2513535

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

Objeto: "contratação de empresa(s) do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de reformas no Centro Comunitário de Lajeado Mariano, constituindo de: cobertura, revestimentos, esquadrias, hidrossanitárias e pisos, conforme Projetos Básicos constantes do Anexo "E" deste Edital."

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante COPAG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME, sagrou-se vencedora da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 65.372,21 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e um centavos); a licitante LUCINEI LUIZ DA SILVA, ficou na segunda colocação da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 74.725,12 (setenta e quatro mil setecentos e vinte e cinco reais e doze centavos); a licitante LEANDRO POGGERE CONSTRUTORA LTDA ficou na terceira colocação da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 76.052,62 (setenta e seis mil, cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos) e a licitante CONSTRUTORA AMT LTDA ficou na quarta colocação da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 78.083,85 (setenta e oito mil, oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Piratuba, SC, 04 de junho de 2020.

DÉBORA CRISTINA C. DE OLIVEIRA
Presidente da C.P.L.

DECRETO 1336/2020

Publicação Nº 2513756

DECRETO Nº 1.336/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Estabelece ponto facultativo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por lei, e de acordo com o inciso VI, do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Piratuba, no dia 12 de junho de 2020.

§ Único. O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para o profissional médico designado para atendimento de plantão no Hospital Beneficente Piratuba/Ipira.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 04 de Junho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 04 de Junho de 2020.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 5014/2020

Publicação Nº 2512559

DECRETO Nº 5.014/2020, DE 04 DE JUNHO 2020.

Regulamenta a modalidade de licitação pregão, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 10.520/02,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia.

§ 1º Subordinam-se ao regime deste Decreto, além dos órgãos da Administração Municipal direta e indireta, os fundos especiais, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

§ 2º É permitida a utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e os fundos especiais.

§ 3º Os contratos celebrados pela Administração Pública, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 4º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 2º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão, sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

DEFINIÇÕES:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital;
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão eletrônico; e
- d) o endereço no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão presencial;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

V - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - Cadastro de Fornecedores do Município de Planalto Alegre - SC - registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebram contratos e atas de registro de preços com o Município de Planalto Alegre - SC;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - Sisg;

X - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;

XI - órgão solicitante - é o centro de competência instituído para o desempenho da função estatal que solicita, por intermédio de sua autoridade competente, realização de certame licitatório;

XII - autoridade competente - é a responsável pela licitação pública e pela celebração do futuro contrato;

XIII - Central Permanente de Licitação - órgão competente para disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios requeridos pelos órgãos solicitantes; e

XIV - termo de referência - documento que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão.

VEDAÇÕES

Art. 4º O pregão não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS

FORMA DE REALIZAÇÃO

Art. 5º O pregão será modalidade adotada para aquisição de bens e serviços comuns e poderá ser realizada:

I - à distância e em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de licitação adotado pelo município de Planalto Alegre – SC, mediante sistema a ser designado e que deverá ser dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame; e

II - de forma presencial, em sessão pública a ser realizada na sede do município de Planalto Alegre – SC.

ETAPAS

Art. 6º A realização do pregão observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recursal;

VIII - adjudicação; e

IX - homologação.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

DOCUMENTOS

Art. 8º O processo relativo ao pregão será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - termo de referência;

II - planilha estimativa de despesa, se necessário;

III - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VI - edital e respectivos anexos;

VII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

IX - os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

- c) os lances ofertados, na ordem de classificação;
- d) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
- e) a aceitabilidade da proposta de preço;
- f) a habilitação;
- g) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
- h) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
- i) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
 - b) do extrato do contrato;
 - c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e
- XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

§ 3º Fica dispensado o inciso VIII, caso haja parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

CAPÍTULO III - ACESSO AO PROVEDOR DO PREGÃO ELETRÔNICO

CREDENCIAMENTO

Art. 9º A autoridade competente do órgão solicitante, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, demais servidores que se fizerem necessários e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá ao responsável do Setor ou Departamento de Licitações solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio e das autoridades competentes.

LICITANTE

Art. 10. O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciado, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.

§ 1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

§ 2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

CAPÍTULO IV - CONDUÇÃO DO PROCESSO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DA LICITAÇÃO

Art. 11. O pregão será conduzido pelo Setor ou Departamento de Licitações.

AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 12. A autoridade competente é o Prefeito, ou pessoa designada por ele para responder pelos atos de sua atribuição no presente Decreto.

Art. 13. Caberá à autoridade competente do certame, de acordo com suas atribuições legais:

I - decidir a forma do pregão, eletrônico ou presencial;

III - designar acerca do sigilo do preço;

IV - designar o modo de disputa; e

V - designar o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

I - determinar a abertura do processo licitatório;

II - designar o pregoeiro;

II - decidir os recursos contra atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

III - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

IV - homologar o resultado da licitação; e

V - celebrar o contrato.

Parágrafo único. A assinatura da ata de registro de preços é de competência do Pregoeiro ou da Autoridade Competente do Certame.

CAPÍTULO V - FASE PREPARATÓRIA OU PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 14. Na fase preparatória do pregão será observado o seguinte:

I - aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

II - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

III - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

IV - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

VALOR ESTIMADO OU VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

DESIGNAÇÕES DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Art. 16. Caberá ao Presidente da Central Permanente de Licitação, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto.

DESIGNAÇÕES DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Art. 16. Caberá à autoridade competente, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto.

DO PREGOEIRO

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

DA EQUIPE DE APOIO

Art. 18. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Parágrafo único. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da Administração.

DO LICITANTE

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

I - na forma eletrônica:

a) credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Central Permanente de Licitação;

b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

d) acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e

II - na forma presencial:

a) apresentar a documentação (credenciamento, proposta de preços e habilitação) na forma designada no Edital;

b) acompanhar as sessões presenciais durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus de perda de negócios, decorrente da ausência de manifestação verbal do licitante, quando da provocação do Pregoeiro;

c) remeter, no prazo estabelecido, quando necessário, documentos complementares; e

d) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

CAPÍTULO VI - DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL PUBLICAÇÃO

Art. 20. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município - DOM e no sítio eletrônico oficial do município de Planalto Alegre.

§ 1º Nas hipóteses de pregão realizado para obras e serviços comuns de engenharia, com utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em diário oficial do respectivo ente.

§ 2º Em se tratando de obras comuns, serviços e compras de grande vulto, aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 e art. 120 da Lei Federal nº 8.666/1993, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em jornal de grande circulação.

EDITAL

Art. 21. Os editais serão disponibilizados na íntegra no sítio eletrônico oficial do município de Planalto Alegre – SC.

Parágrafo único. Em se tratando de pregão eletrônico, os editais também deverão ser disponibilizados na íntegra no sistema eletrônico de licitação adotado pela sítio eletrônico oficial do município de Planalto Alegre – SC.

MODIFICAÇÃO DO EDITAL

Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

ESCLARECIMENTOS

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

IMPUGNAÇÃO

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 26. Quando se tratar de Pregão na forma eletrônica, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf ou no Cadastro de Fornecedores do município de Planalto Alegre – SC, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 50.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE NO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 27. Quando se tratar de Pregão na forma presencial, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes, no dia, hora e local designados, deverão comparecer à sessão pública para entrega dos envelopes na forma do Edital, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhada da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

CAPÍTULO VIII - ABERTURA DA SESSÃO E ENVIO DE LANCES**HORÁRIO DE ABERTURA**

Art. 28. Em se tratando de Pregão na forma eletrônica, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 29. Em se tratando de Pregão na forma presencial, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta pelo comando do pregoeiro, procedendo-se à imediata abertura do envelope de proposta de preços e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

Art. 30. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema ou na ata da sessão pública, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Art. 31. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

Art. 32. Em se tratando de Pregão na forma presencial, a descrição do objeto, valor e eventuais documentos estarão disponíveis na sessão para os interessados ou qualquer cidadão que esteja presente, podendo posteriormente qualquer pessoa solicitar cópias do mesmo, na forma da Lei nº 12.527/2011.

ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 33. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

Art. 34. Em se tratando de Pregão na forma presencial, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

§ 1º Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no caput, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

§ 2º Quando houverem proposta iniciais empatadas, o Pregoeiro realizará sorteio na presença dos licitantes para definir a ordem de classificação.

INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

Art. 35. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 36. Em se tratando de pregão presencial, classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão apresentar lances verbais em sessão pelos proponentes.

MODOS DE DISPUTA NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 37. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

MODO DE DISPUTA ABERTO NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 38. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 37, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

Art. 39. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 37, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 40. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 41. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

MODO DE DISPUTA NO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 42. Em se tratando de Pregão na forma presencial, os licitantes apresentarão lances de forma verbal pelos seus representantes credenciados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

§ 1º O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

§ 2º A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

§ 3º Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Art. 43. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 44. Em se tratando de pregão eletrônico, os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, no pregão eletrônico, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX - JULGAMENTO

NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

Art. 45. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico ou na sessão pública presencial, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema ou na sessão presencial e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, uma hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

§ 3º Em se tratando de Pregão na forma presencial, o instrumento convocatório deverá estabelecer o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do pregoeiro na sessão, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, podendo ser enviada por meio designado no Edital.

JULGAMENTO DA PROPOSTA

Art. 46. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 43, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, § 9º do art. 26 e art. 27, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X - HABILITAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Art. 47. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais, Distrital e Municipais, conforme for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Planalto Alegre - SC.

Art. 48. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 49. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

Art. 50. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Planalto Alegre - SC, nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e/ou Cadastro de Fornecedores do Município de Planalto Alegre - SC serão enviados nos termos do disposto nos arts. 26 e 27.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema (pregão eletrônico) e por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo disposto no §§ 2º e 3º do art. 43.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema (pregão eletrônico) ou por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos de regulamento específico do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, enquanto não houver regulamento específico do Município de Planalto Alegre - SC.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI - RECURSO

INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

Art. 51. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema (pregão eletrônico) ou de forma verbal (pregão presencial), manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 52. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso III e IV do caput do art. 13.

Art. 53. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII - SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

ERROS OU FALHAS

Art. 54. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 1º Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, quando se tratar de pregão eletrônico.

§ 2º O procedimento descrito no parágrafo anterior poderá ser realizado no pregão presencial, podendo ser reiniciada sessão pública mediante aviso prévio publicado no sítio eletrônico oficial do Município de Planalto Alegre - SC com, no mínimo, três dias de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV - CONTRATAÇÃO

ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 55. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido

no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 56.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de noventa dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV - SANÇÃO

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Art. 56. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Planalto Alegre - SC e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de Planalto Alegre - SC, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf e no Cadastro de Fornecedores do Município de Planalto Alegre - SC.

CAPÍTULO XVI - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 57. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII - DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

APLICAÇÃO

Art. 58. As unidades gestoras do Município de Planalto Alegre - SC poderão adotar o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e

III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato da autoridade competente do Município de Planalto Alegre - SC regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 59. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 60. Os participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet (pregão eletrônico) ou participando da sessão presencial (pregão presencial).

Art. 61. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 62. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 63. Art. 2º Compete à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

REVOGAÇÃO

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.703/2017, de 21 de março de 2017.

Art. 65. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre/SC, 3 de junho de 2020.

Juares Bet
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087 / 2019 - PRAZO

Publicação Nº 2513001

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 087 / 2019 PRAZO

Processo Administrativo nº 118 / 2019. Tomada de Preços para Serviços de Engenharia nº 010 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL AMALIA ANDERS, LOCALIZADO NA RUA RIBEIRÃO HERDT, N.º 679 - BAIRRO RIBEIRÃO HERDT, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prazo de vigência: 90 dias até 02/08/2020. Justificativa: Em conformidade com a cláusula sexta do contrato nº 087 / 2019, PRORROGA-SE o prazo por mais 90 dias, Justifica-se a presente prorrogação devido aos transtornos ocasionados pela paralisação dos serviços, conforme Decreto do Governo Estadual por conta da medida preventiva da Epidemia do novo Coronavírus, o COVID-19, impedindo assim a finalização dos serviços dentro do prazo pré determinado. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Valdir Bento Falchetti, Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda - Contratada. Pomerode / SC, 24 de Abril de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL Nº 002/2020/COMAS

Publicação Nº 2514296

EDITAL Nº 002/2020/COMAS

Convocação para a Assembléia de Eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, Gestão 2020/2022.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode realizada no dia 26 de maio de 2020;

CONSIDERANDO:

A Resolução nº 003/2020/COMAS que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS, Gestão 2020/2022;

Que não houve entidades suficientes inscritas na eleição definida pelo Edital nº 01/2020-COMAS para preencher as vagas destinadas para entidades e organizações de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

CONVOCA:

Art. 1º Os representantes das entidades e organizações dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), de âmbito municipal, para a Assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, titulares e suplentes, para a Gestão 2020-2022, a ser realizada no dia 22 de junho de 2020, às 09h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode.

DATA	ATIVIDADE
05/06/2020 até 12/06/2020	Prazo para apresentar pedido de habilitação, juntamente com a documentação exigida na Resolução COMAS nº 003/2020 na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, com Irani Reinke Ender
15/06/2020	Publicação no Diário Oficial do Município, no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e nos murais da Prefeitura Municipal de Pomerode e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do SUAS habilitados.

16/06/2020	Prazo final para ingressar com recurso junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode – COMAS.
17/06/2020	Prazo final para julgamento de recursos apresentados.
18/06/2020	Prazo final para publicação no Diário Oficial do Município, no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e nos murais da Prefeitura Municipal de Pomerode e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação do Ato de Homologação da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social, e dos trabalhadores do setor, candidatas ao pleito como eleitoras e habilitadas para designar candidatos, e os resultados do julgamento de recurso.
22/06/2020	Assembléia de Eleição
A partir do dia 30/06/2020	Publicação dos resultados das eleições dos representantes da sociedade civil dos representantes governamentais nos jornais do município, Diário Oficial do Município, site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e nos murais da Prefeitura Municipal de Pomerode e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.
30/06/2020	Posse dos Conselheiros

Art. 2º As entidades deverão, no momento de apresentação do pedido de habilitação, indicar a condição de seu representante como eleitor ou eleitor/candidato, bem como o segmento a que pertencem, observado seu Estatuto, conforme Resolução COMAS nº 003, de 18 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial do Município, no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e nos murais da Prefeitura Municipal de Pomerode e na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES.

Art. 3º Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, com Iraní, telefone 3395-6318, endereço eletrônico comas@pomerode.sc.gov.br.

Art. 4º - Esse Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 05 de Junho de 2020.

João José Marçal Junior
Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513663

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 131.032,90 (cento e trinta e um mil e trinta e dois reais e noventa centavos) / Itens 1, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 24, 25, 42, 43, 44, 45, 46, 85, 105, 109, 110, 111, 119, 121, 122, 123, 127, 128, 129, 145, 146, 151, 161, 181, 182, 188, 208, 209, 210, 211, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 239, 248, 251, 257, 258, 259, 260, 267, 282, 283, 284, 286, 305, 307, 309, 325, 326, 327, 328, 341, 343, 344, 346, 347, 354 e 383. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.
Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513664

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 491.611,00 (quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e onze reais) / Itens 20, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 49, 54, 57, 58, 87, 88, 89, 90, 92, 118, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 147, 148, 149, 150, 166, 179, 185, 189, 198, 199, 200, 201, 212, 220, 221, 252, 253, 254, 336, 359, 373, 377, 379, 384, 393 e 398. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.

Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513666

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 109.125,00 (cento e nove mil, cento e vinte e cinco reais) / Item 396. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.

Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513668

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: JN BOLSAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais) / Item 376. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.

Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513670

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 20.308,70 (vinte mil, trezentos e oito reais e setenta centavos) / Itens 26, 27, 28, 29, 51, 55, 68, 69, 70, 78, 79, 80, 81, 104, 106, 108, 113, 115, 171, 186, 187, 289, 291, 292, 293, 294, 296, 298, 299, 337, 340, 378, 380 e 390. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.
Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513671

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 28.052,00 (vinte e oito mil e cinquenta e dois reais) / Itens 94, 100, 101, 241 e 242. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.

Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513672

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: YELO COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 84.560,00 (oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais) / Itens 91, 95 e 97. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021.

Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513674

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: HENRIQUE DE OLIVEIRA PRADO. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais) / Item 167. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021. Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513676

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019 / 2020 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 004 / 2020 - SAÚDE. Pregão Eletrônico n.º 002 / 2020 – Registro de Preços - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: LPK LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPÊUTICOS DIVERSOS, BOLSAS, COLCHONETES E ARTIGOS DE CAMA E BANHO PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES SUS DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF E DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$ 1.480,00 (hum mil quatrocentos e oitenta reais) / Itens 381 e 382. Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 07/05/2021. Pomerode / SC, 08 de maio de 2020.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 007 / 2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2513577

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 007 / 2020

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, torna público que se encontra aberto o edital de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, SERVENTE, MARCENEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E ENCANADOR DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A documentação relativa à licitação será recebida até as 08h00min. do dia 24/06/2020 na Praça do Cidadão da Prefeitura Municipal de Pomerode. A sessão pública de abertura dos envelopes e análise dos documentos apresentados terá início às 08h00min. do dia 24/06/2020 no Departamento de Licitações do Município de Pomerode. INFORMAÇÕES: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 04 de Junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 26.597

Publicação N° 2512706

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.597

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELA PORTARIA 25.906, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 29 do Decreto 2899 de 19 de dezembro de 2014, PRORROGAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 018/2019, instaurado para apurar supostas irregularidades praticadas pelo servidor RICARDO ALEXANDRE FARIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, prorrogando-se por mais 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de junho de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 26.574

Publicação N° 2512519

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-00PORTARIA N° 26.574

DESIGNA RICARDO LUIZ WERNER PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 046 / 2020

O Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Jorge Alfredo Hoge, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 025 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 26 de Maio de 2020, servidor RICARDO LUIZ WERNER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 576948, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 046 / 2020, firmado entre o Município de Pomerode e a Empresa Sovrana Engenharia e Construções Ltda.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de Maio de 2020.

Pomerode / SC, em 25 de Maio de 2020.

JORGE ALFREDO HOGE
Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

RICARDO LUIZ WERNER
Engenheiro Civil

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 353/2020

Publicação Nº 2513832

DECRETO Nº 353/2020, DE 28 DE MAIO DE 2020.

☐ DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ☐.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.386, de 12 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2020 no valor de R\$ 214.000,00 (Duzentos e Catorze Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.1201.1052 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - EDUCAÇÃO

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.32.1132.00 – 23 - R\$ 214.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional de até R\$ 214.000,00 (Duzentos e Catorze Mil Reais) serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE MAIO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO 24/2020 ÔNIBUS FNDE

Publicação Nº 2512970

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.050192/2018-41

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019

CONTRATO Nº 24/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CNPJ: 82.777.236/0001-01

CONTRATADO: CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA

CNPJ: 01.844.555/0005-06

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de 01 (um) veículo de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE 2), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino no Município de Ponte Serrada, conforme TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 202001461-4/FNDE. Valor: R\$ 214.000,00 (Duzentos e Quatorze Mil Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados da data de assinatura. Ponte Serrada, 04 de Junho de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 012/2020 - ELETRÔNICO 001/2020 - FMS - RETIFICADO

Publicação Nº 2512715

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão nº 012/2020 – FMS – Pregão Eletrônico - Nº 001/2020 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 19/06/2020, no site www.portaldecompraspublicas.com.brO edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 05 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 014/2020 - FMS

Publicação Nº 2512498

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 014/2020 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de microchips para atender as necessidades do Centro de Castração do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 19/06/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 19/06/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 05 de Junho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2448, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512724

DECRETO Nº 2448, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Insere o item que menciona no Decreto Municipal nº 2396/2020, que dispõe sobre as medidas de incentivos fiscais em virtude do enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense,

para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal nº 2385, de 19 de março de 2020, que declarou situação de emergência em saúde pública no âmbito do Município de Porto Belo, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - CONVID-19;

Considerando que este momento de pandemia representa grande incerteza financeira para a maioria da população, devido à paralisação das atividades econômicas, conforme Decreto Estadual, DECRETA:

Art. 1º Insere o art. 2º-A no Decreto Municipal nº 2396, de 1º de abril de 2020, com a seguinte redação:

Art. 2º-A O prazo de pagamento da parcela do Imposto Sobre Serviço - ISS, relativo ao mês de abril de 2020, com data limite de pagamento para 10 de maio de 2020, fica prorrogado, mediante opção do contribuinte, para o dia 10 do mês de julho de 2020, sem incidência de juros e multa.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2396, de 1º de abril de 2020, permanecem inalterados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2450 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513129

DECRETO Nº 2.450, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019".
O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 12.763,19 (Doze mil, setecentos e sessenta e três reais e dezenove centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 21 – Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo
Funcional Programática: 0023.0695.0024
Projeto: 1.034 – Ampliação do Centro de Atendimento ao Turista
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03000000 - SF: Recursos Ordinários
Valor: R\$ 12.763,19

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$12.763,19 (Doze mil, setecentos e sessenta e três reais e dezenove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 04 de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2451 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513163

DECRETO Nº 2.451, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.840/2019".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.182,00 (Um mil, cento e oitenta e dois reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática: 0012.0361.0011

Atividade – 2038 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01010100 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 1.182,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 1.182,00 (Um mil, cento e oitenta e dois reais):

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional Programática: 0012.0361.0011
Atividade – 2038 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01010100 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 1.182,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 04 de junho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO CONTRATO Nº 0526.630-68/2019 - FINISA

Publicação Nº 2513386

EXTRATO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO - FINISA

CAIXA/ PORTO BELO/SC; CNPJ 82.575.812/0001-20; CT 2625.0526.630-68/2019/CAIXA; Objeto: Apoio Financeiro para Despesa de Capital para o município de Porto Belo/SC; Programa: FINISA – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO; Valor do Empréstimo sob forma de financiamento com recursos CAIXA: R\$ 4.300.000,00; A presente retificação se faz necessária devido a erro/ alteração meramente formal, realizado no ato da elaboração da minuta contratual e/ou no decurso da vigência do contrato, não envolvendo modificações financeiras e/ou obrigacionais e/ou prazos do contrato e/ou condicionantes contratuais; Data e Assinaturas: 15/05/2020, RENATO FRANCISCO SAVARIS, EMERSON LUCIANO STEIN.

RESOLUÇÃO Nº 02/CMAS, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2512573

RESOLUÇÃO Nº 02/CMAS, DE 03 DE Abril DE 2020.

Aprova a Programação SIGTV Nº 421350020200001 que tem por finalidade estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo /SC no uso da competência que lhe foi conferida pela Lei nº 944, de 02/04/1997, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socio-assistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho, em reunião realizada em 0304./2020, constante na respectiva Ata nº 001/2020

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a Programação nº 421350020200001, elaborada e inserida pela Prefeitura Municipal de Porto Belo./SC no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SIGTV (Ministério da Cidadania), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a(s) unidade(s) que oferta(m) serviço(s) socioassistencial(ais) nacionalmente tipificados (Resolução CNAS 109/2009), conforme a seguir:

• Unidade(s) Beneficiária(s):

a) Denominação (informar CNPJ, quando a unidade for privada): -----

b) Valor (R\$): 50.000,00

c) Classificação do Recurso (Custeio ou Investimento): Custeio

Observações: Apresentar as informações para cada unidade beneficiária.

Tratando-se de unidade socioassistencial pública, a mesma deverá estar devidamente cadastrada no CadSuas. Por sua vez, tratando-se de unidade socioassistencial privada, deverá estar com o cadastro concluído no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), como ofertante de serviço socioassistencial, em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Giovana Nunes de Souza
Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

Porto União**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 058/2020**

Publicação Nº 2512773

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 058/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICO HOSPITALARES - EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020

Processo LICITATÓRIO nº. 072/2020

Aos 22 dias do mês de maio de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICO HOSPITALARES - EIRELI, CNPJ/MF 21.504.525/0001-34, sediada na Rua Anne Frank, Nº5241, Bairro Boqueirão, CEP 81.730-010, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, telefone (41)3012-0304, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr(a). Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Humberto Délio Donini, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 022/2020 e seus Anexos, Processo nº. 072/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2020 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT.	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
2	Gesso Pedra tipo 3 composição: pó formado pela mistura de gesso pedra(-gipsita) aditivo e corante	K-DENT QUIMI-DROL	120	Kg	10,00	1.200,00

Valor total: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 – A Secretaria Municipal de Saúde efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, CONFORME A NECESSIDADE, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.2 - Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 05 (cinco) dias, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de compras, situada na Avenida João Pessoa, nº 1454, centro, Porto União/SC, CEP 89400-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, sem custo adicional, sendo de total responsabilidade da empresa vencedora a entrega.

3.3 - Os itens objetos desta licitação deverão ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, constando externamente dados de identificação, data de fabricação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde.

- 3.4 - Itens com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados no ato da entrega.
- 3.5 - O prazo de validade dos itens deverá ser de no mínimo 01 ano, a contar do recebimento dos mesmos.
- 3.6 - Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 3.7. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
- 3.7.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- 3.7.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

- 5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

- 6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

- 6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

- 6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

- 6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

- 6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

- 6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

- 8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

- 8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

- 8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

- 8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução

da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 022/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 022/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 22 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICO HOSPITALARES -
EIRELI
FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/2020

Publicação Nº 2512778

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 059/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE,
ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE
OUTRO A EMPRESA KLS COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES DE PEÇAS
AGRÍCOLAS LTDA, NA FORMA
ABAIXO.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2020**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 073/2020**

Aos 22 dias do mês de maio de 2020, o **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Eliseu Mibach**, em face da classificação das propostas de preços - no **Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços**, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, **RESOLVE** registrar os preços para **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EM OBRAS DO MUNICÍPIO** constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa **KLS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PEÇAS AGRÍCOLAS LTDA**, CNPJ/MF 36.475.743/0001-65, sediada na Rua Borges de Medeiros, Nº 1.186, Bairro Capelinha, CEP 97.650-000, Município de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul, telefone (55) 3433-6649 classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, como **ÓRGÃO GERENCIADOR**, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. **Eliseu Mibach**, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. **Lucas Biaggio Soares**, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 023/2020** e seus Anexos, **Processo nº. 073/2020**, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EM OBRAS DO MUNICÍPIO** constantes da proposta comercial referente ao Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2020** e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT.	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Chave Combinada 19 mm	WORKER	6	PC	15,70	94,20
2	Chave Combinada 9/16"	WORKER	6	PC	11,13	66,78
3	Chave Combinada 13 mm	WORKER	6	PC	9,94	59,64
4	Chave Combinada 17 mm	WORKER	6	PC	12,20	73,20
5	Chave Combinada 11 mm	WORKER	6	PC	8,92	53,52
6	Chave Combinada 10 mm	WORKER	6	PC	8,80	52,80
7	Chave Combinada 08 mm	WORKER	6	PC	7,93	47,58
8	Chave Combinada 15 mm	WORKER	6	PC	10,94	65,64
9	Chave Combinada 15/16"	WORKER	6	PC	28,00	168,00
10	Chave Torta 22x19 mm	WORKER	6	PC	48,03	288,18
11	Chave Combinada 24 mm	WORKER	6	PC	22,94	137,64
12	Chave de Boca 32x27 mm	WORKER	6	PC	33,42	200,52
13	Chave de Fenda Pequena	WORKER	6	PC	2,40	14,40
14	Chave de Fenda Média	WORKER	6	PC	3,49	20,94
15	Chave de Fenda Grande	WORKER	6	PC	8,90	53,40
16	Chave Phillips Pequena	WORKER	6	PC	2,91	17,46
17	Chave Phillips Média	WORKER	6	PC	5,53	33,18
18	Chave Phillips Grande	WORKER	6	PC	9,82	58,92
19	Chave Combinada 5/8"	WORKER	6	PC	13,92	83,52
20	Chave Combinada 16 mm	WORKER	6	PC	11,13	66,78
21	Chave Combinada 18 mm	WORKER	6	PC	13,11	78,66

22	Chave Combinada 12 mm	WORKER	6	PC	7,08	42,48
23	Chave Combinada 7 mm	WORKER	6	PC	6,94	41,64
24	Chave Combinada 28 mm	WORKER	6	PC	35,00	210,00
25	Chave Combinada 27 mm	WORKER	6	PC	26,50	159,00
26	Chave Combinada 6 mm	WORKER	6	PC	6,83	40,98
27	Chave Combinada 3/8"	WORKER	6	PC	7,80	46,80
28	Marreta c/ Cabo 2 kg	COLLINS	6	UN	47,09	282,54
29	Martelo de Mecânico 300 gr	COLLINS	4	UN	34,16	136,64
30	Chave de Cano Pequena	WORKER	3	UN	27,72	83,16
31	Macaco Jacaré 5 toneladas	FORTG	2	UN	1.835,93	3.671,86
32	Torno de Mesa nº8	SPARTA	2	UN	262,00	524,00
33	Alicate p/ Abrir Travas Pequeno	WORKER	3	UN	23,92	71,76
34	Alicate p/ Abrir Travas Médio	WORKER	3	UN	47,40	142,20
35	Alicate p/ Abrir Travas Grande	WORKER	3	UN	43,72	131,16
36	Alicate p/ Fechar Travas Pequeno	WORKER	3	UN	31,43	94,29
37	Alicate p/ Fechar Travas Médio	WORKER	3	UN	50,17	150,51
38	Alicate p/ Fechar Travas Grande	WORKER	3	UN	51,93	155,79
39	Jogo de Chave de Pito Linha Leve	WESTERN	1	UN	225,70	225,70
40	Jogo de Chave de Pito Linha Pesada	WESTERN	1	UN	489,91	489,91
41	Chave de Cano 36" - 225	WORKER	2	UN	169,91	339,82
42	Serra Circular - Potência Mínima de 1.500 W, Número de Rotações de 6.000 por minuto (Sem Carga) Capacidade de Corte em 90° de no mínimo 65 mm e em 45° de no mínimo 45mm, Disco de Serra 7 1/4" (184 mm), Contendo Botão Trava do Eixo, Placa Base em Aço, Peso Máximo de 3,7 KG Incluso Disco 24 Dentes, Guia Paralelo e Chave Allen	PHILCO	2	UN	589,74	1.179,48
43	Parafusadeira a Bateria 14 V (1,5 Ah Li), Número de Rotações (Sem Carga) 0-450/1.700, Torque Máximo 50/18 Nm, Perfuração Máxima: Madeira 32 mm, Aço 10 mm, Peso Máximo com Bateria 1,5 Kg	KLATTER	1	UN	378,31	756,62
44	Conjunto Oxi-Solda - Equipado com um cilindro de oxigênio e um de acetileno, com reguladores RECORD R9, mangueiras de 5 metros e maçarico RECORD MPSSuper 201 com 02 extensões. Equipamento destinado para Soldas, Aquecimento, Pequenos Cortes, Funilaria Automotiva, Derretimento de Metais, Uso Profissional	WES-OSC-RECORD	1	UN	2.599,94	2.599,94
46	Disco Diamantado 35 mm para corte de Asfalto	WORKER	10	UN	180,91	1.809,10
47	Disco Diamantado 35 mm para corte de Concreto	WORKER	10	UN	180,92	1.809,20

Valor total: R\$ 16.929,54 (dezesesseis mil e novecentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1 – A Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos efetuará o pedido dos itens através da solicitação de fornecimento, **CONFORME A NECESSIDADE**, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.2 – Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, na sede da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, a combinar, sem custo adicional, sendo de total responsabilidade da empresa vencedora a entrega.

3.3 – Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenado e promover a imediata substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

3.4 – Salientamos o que, *A SOLICITAÇÃO DAS MERCADORIAS SERÁ REALIZADA DE MANEIRA FRACIONADA, CONFORME A NECESSIDADE.*

3.5 – Fornecer Garantia de todos os produtos que deverá ser de 12 meses (3 meses de garantia legal por lei, contando a partir da data de emissão da Nota Fiscal de Venda e 9 meses de garantia concedido pelo fabricante contra defeito de fabricação).

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará ao **FORNECEDOR REGISTRADO**, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO** reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 023/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao **FORNECEDOR REGISTRADO** o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o **FORNECEDOR REGISTRADO** seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** poderá requerer ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 023/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo **MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 22 de maio de 2020.

ELISEU MIBACH
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

KLS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PEÇAS AGRÍCOLAS
LTDA
FORNECEDOR

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2020

Publicação Nº 2512886

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 013/2020 – Sequencial 1.

Partes: Município de Porto União e Produvale Produtos Hospitalares Ltda.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro para os itens:

28 – SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML SEM AGULHA, passando do valor de R\$ 0,23 (vinte e três centavos) para R\$ 0,27 (vinte e sete centavos).

145 – FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 4-0, passando do valor de R\$ 23,30 (vinte e três reais e trinta centavos) para R\$ 30,32 (trinta reais e trinta e dois centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 19 de maio de 2020.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 193/2019

Publicação Nº 2512884

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 193/2019 – Sequencial 1.

Partes: Município de Porto União e Ambar Tecnologia EIRELI.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro para os itens:

8 – LAMPADA LED BULBO 15W BIVOLT, passando do valor de R\$ 7,66 (sete reais e sessenta e seis centavos) para R\$ 8,65 (oito reais e sessenta e cinco centavos).

23 – CABO FLEXIVEL 750V 4MM PRETO, passando do valor de R\$ 1,44 (um real e quarenta e quatro centavos) para R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos).

24 – CABO FLEXIVEL 750V 4MM VERDE, passando do valor de R\$ 1,44 (um real e quarenta e quatro centavos) para R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos).

25 – CABO FLEXIVEL 750V 4MM AZUL, passando do valor de R\$ 1,44 (um real e quarenta e quatro centavos) para R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos).

26 – CABO FLEXIVEL 750V 2,5MM PRETO, passando do valor de R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) para R\$ 1,09 (um real e nove centavos).

27 – CABO FLEXIVEL 750V 2,5MM VERDE, passando do valor de R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) para R\$ 1,09 (um real e nove centavos).

28 – CABO FLEXIVEL 750V 2,5MM AZUL, passando do valor de R\$ 0,88 (oitenta e oito centavos) para R\$ 1,09 (um real e nove centavos).

20 – CABO 6MM PRETO - 450/750V, passando do valor de R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) para R\$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos).

21 – CABO FLEXIVEL 6MM VERDE, passando do valor de R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) para R\$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos).

22 – CABO FLEXIVEL 6MM AZUL, passando do valor de R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) para R\$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de maio de 2020.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 026/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2512784

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 026/2020 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Auto Coletivo Caçador Ltda

Objeto: Aquisição e Instalação de Para-Brisas, Vidros, Retrovisores, Borrachas, Palhetas e Cintos de Segurança.

Valor: R\$ 81.171,66 (oitenta e um mil e cento e setenta e um reais e sessenta e seis centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 007/2020 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 21 de maio de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Auto Coletivo Caçador Ltda.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 027/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2512794

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 027/2020 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Marcia Regina Arendt
Objeto: Contratação Serviços de Fotocópias.
Valor: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 008/2020 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Marcia Regina Arendt.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 060/2020

Publicação Nº 2512832

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 060/2020.
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos – EIRELI.
Objeto: Fornecimento de Material De Higiene e Limpeza e Produtos Alimentícios para o D.M.E.
Valor: R\$ 23.335,15 (vinte e três mil trezentos e trinta e cinco reais e quinze centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 028/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Jackiw Atacadista de Alimentos – EIRELI.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 061/2020

Publicação Nº 2512833

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 061/2020.
Partes: Município de Porto União e Máxima Atacadista – Eireli.
Objeto: Fornecimento de Material De Higiene e Limpeza e Produtos Alimentícios para o D.M.E.
Valor: R\$ 25.447,10 (vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 028/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Máxima Atacadista – Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 062/2020

Publicação Nº 2512834

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 062/2020.
Partes: Município de Porto União e Luís Kaminski – ME.
Objeto: Fornecimento de Material De Higiene e Limpeza e Produtos Alimentícios para o D.M.E.
Valor: R\$ 8.537,00 (oito mil quinhentos e trinta e sete mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 028/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Luís Kaminski – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 063/2020

Publicação Nº 2512825

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 063/2020.
Partes: Município de Porto União e Asauva Eireli.
Objeto: Contratação de Serviços de Arbitragem Para Eventos Promovidos Pelo D.M.E.
Valor: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Asauva Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 064/2020

Publicação Nº 2512798

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 064/2020.
Partes: Município de Porto União e E&R Representações Comerciais Eireli.
Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas.
Valor: R\$ 7.882,90 (sete mil e oitocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
E&R Representações Comerciais Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 065/2020

Publicação Nº 2512799

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 065/2020.
Partes: Município de Porto União e Grego Fabricação e Comércio de Artigos e Acessórios Esportivos Eireli
Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas.
Valor: R\$ 23.507,50 (vinte e três mil e quinhentos e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Grego Fabricação e Comércio de Artigos e Acessórios Esportivos Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 066/2020

Publicação Nº 2512801

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 066/2020.
Partes: Município de Porto União e Isza Comércio e Atacado Eireli
Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas.
Valor: R\$ 6.444,00 (seis mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Isza Comércio e Atacado Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 067/2020

Publicação N° 2512802

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 067/2020.
Partes: Município de Porto União e Monumental Indústria e Comércio de Troféus Ltda
Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas.
Valor: R\$ 35.277,50 (trinta e cinco mil e duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Monumental Indústria e Comércio de Troféus Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 068/2020

Publicação N° 2512851

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 068/2020.
Partes: Município de Porto União e ACR Comércio e Serviços Eireli.
Objeto: Fornecimento de Materiais Para Manutenção Iluminação Pública.
Valor: R\$ 112.704,50 (cento e doze mil e setecentos e quatro reais e cinquenta centavos).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 033/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
ACR Comércio e Serviços Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 069/2020

Publicação N° 2512854

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 069/2020.
Partes: Município de Porto União e Eletro Led Material Elétrico Ltda.
Objeto: Fornecimento de Materiais Para Manutenção Iluminação Pública.
Valor: R\$ 37.162,00 (trinta e sete mil e cento e sessenta e dois reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 033/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Eletro Led Material Elétrico Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 070/2020

Publicação Nº 2512855

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 070/2020.
Partes: Município de Porto União e G5 Soluções em Iluminação Pública Eireli.
Objeto: Fornecimento de Materiais Para Manutenção Iluminação Pública.
Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 033/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
G5 Soluções em Iluminação Pública Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 071/2020

Publicação Nº 2512858

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 071/2020.
Partes: Município de Porto União e JV Comércio de Materiais Elétricos e Decorações Ltda.
Objeto: Fornecimento de Materiais Para Manutenção Iluminação Pública.
Valor: R\$ 3.320,00 (três mil e trezentos e vinte reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 033/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
JV Comércio de Materiais Elétricos e Decorações Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 072/2020

Publicação Nº 2512861

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 072/2020.
Partes: Município de Porto União e Multiluz Comercial Ltda.
Objeto: Fornecimento de Materiais Para Manutenção Iluminação Pública.
Valor: R\$ 35.313,00 (trinta e cinco mil e trezentos e treze reais).
Vigência: até 31 de dezembro de 2020.
Base legal: Pregão Presencial 033/2020, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Multiluz Comercial Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 034/2020

Publicação Nº 2513438

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 105/2020.
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 034/2020.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portalde-compraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 22 de junho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portalde-compraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br,

licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de junho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 123/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2512769

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 123/2017 - EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Gregorio & Pelisson Construções LTDA - ME.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Prorroga-se pelo período de 04 (quatro) meses o prazo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se pelo período de 04 (quatro) meses o aludido contrato superior, a contar de 21 de junho de 2020.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 22 de maio de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Gregorio & Pelisson Construções LTDA - ME.

Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 128/2019

Publicação Nº 2512879

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 128/2019.

Partes: Município de Porto União e Saulo Marcel dos Santos – EPP.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 95.367,75 (noventa e cinco mil trezentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), referente aos itens:

ITEM	PRODUTO	QTDE LICITADA	QTDE A ADITAR	EQUIVALENTE
01	Bloco retangular de concreto, 20x10cm, cor cinza, espessura 6cm	5.500	1.375	25 %
02	Bloco retangular de concreto, 20x10cm, cor marrom, espessura 6cm	500	125	25 %
03	Bloco retangular de concreto, 20x10cm, cor preta, espessura 6cm	2.500	625	25 %
04	Bloco retangular de concreto, 20x10cm, cor vermelha, espessura 6cm	500	125	25 %
05	Bloco retangular de concreto, 20x10cm, alerta ou direcional, espessura 6cm	1.200	300	25 %
06	Meio-fio em concreto pré-moldado, compr. 0,80m, altura 30cm, largura 10cm	2.500	625	25 %

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até a data de 31 de dezembro de 2020, a contar de 23 de maio de 2020.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 22 de maio de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Saulo Marcel dos Santos – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 257/2019

Publicação Nº 2512882

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 257/2019.
Partes: Município de Porto União e Susan Hatschbach Graupmann Eireli.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA
Prorroga-se pelo período de 90 (noventa) dias o prazo de vigência, a contar de 02 de junho de 2020.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 22 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal
Contratante.
Susan Hatschbach Graupmann Eireli.
Contratada.

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 022/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2512774

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 072/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.
Pregão Eletrônico 022/2020.
Termo de Adjudicação
Adjudico a empresa DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICO HOSPITALARES - EIRELI.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 023/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2512780

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 073/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.
Pregão Eletrônico 023/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Adjudicação
Adjudico a empresa KLS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PEÇAS AGRÍCOLAS LTDA.
Porto União SC, 19 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 022/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2512775

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 072/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.
Pregão Eletrônico 022/2020.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório com base da lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 023/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2512782

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 073/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.
Pregão Eletrônico 023/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório com base da lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 2512787

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 014/2020 – EDUCAÇÃO.
Pregão Presencial 007/2020.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Auto Coletivo Caçador Ltda.
Porto União SC, 21 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 2512795

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 015/2020 – EDUCAÇÃO.
Pregão Presencial 008/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Marcia Regina Arendt
Porto União SC, 22 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2020

Publicação N° 2512805

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 049/2020.
Pregão Presencial 023/2020.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa E&R Representações Comerciais Eireli, Grego Fabricação e Comércio de Artigos e Acessórios Esportivos Eireli, Isza Comércio e Atacado Eireli e Monumental Indústria e Comércio de Troféus Ltda.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2020

Publicação N° 2512827

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 054/2020.
Pregão Presencial 027/2020.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Asauva Eireli.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2020

Publicação N° 2512836

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 056/2020.
Pregão Presencial 028/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw Atacadista de Alimentos – EIRELI, Máxima Atacadista – Eireli e Luís Kaminski – ME.
Porto União SC, 20 de maio de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 033/2020

Publicação Nº 2512862

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 079/2020.
Pregão Presencial 033/2020.

Termo de Homologação e Adjudicação.

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas ACR Comércio e Serviços Eireli, Eletro Led Material Elétrico Ltda, G5 Soluções em Iluminação Pública Eireli, JV Comércio de Materiais Elétricos e Decorações Ltda e Multiluz Comercial Ltda.

Porto União SC, 21 de maio de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 019/2020

Publicação Nº 2512874

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 066/2020.
Pregão Eletrônico 019/2020.

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em justificativa contida do ofício 166/2020 – PLAN.

Porto União SC, 20 de maio de 2020.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 009/2020

Publicação Nº 2512876

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 081/2020.
Tomada de Preços 009/2020.

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta conforme ata da comissão.

Porto União SC, 21 de maio de 2020.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2020

Publicação Nº 2513428

PORTARIA Nº 032, de 04 de junho de 2020.

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR RUDI MAURI FEIX JUNIOR – Matrícula 2051701, para atuar como membro da Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigativos, constituída pela Portaria nº 038, de 29 de julho de 2019, em substituição à Senhora Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma – Matrícula 2122501.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 651/2020 - RH

Publicação Nº 2513719

PORTARIA Nº 651, de 1º de junho de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a partir 1º de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora LUCIA MARIA ORTH DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 652/2020 - RH

Publicação Nº 2513727

PORTARIA Nº 652, de 1º de junho de 2020.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho FRANCELLI SPERANDIO GRAVINA, matrícula 2197304, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 653/2020 - RH

Publicação Nº 2513741

PORTARIA Nº 653, de 02 de junho de 2020.

Desclassificar Candidata Aprovada no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 024/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 30 de abril de 2020, Edição nº 3.127;

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR a candidata LUANA CAROLINA BENONI, aprovada em 32º lugar no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 654/2020 - RH

Publicação Nº 2513748

PORTARIA Nº 654, de 02 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 02 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2004 a outubro/2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ISABEL CAZNOK, matrícula 48501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 655/2020 - RH

Publicação Nº 2513752

PORTARIA Nº 655, de 02 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 02 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2004 a outubro/2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ISABEL CAZNOK, matrícula 48502, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 656/2020 - RH

Publicação Nº 2513753

PORTARIA Nº 656, de 02 de junho de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 02 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de outubro/2014 a outubro/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora SILMARA DE FATIMA AMARANTE BUENO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de junho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.517/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513483

Decreto nº D/4.517/2.020, de 04 de junho de 2.020.

Nomeia o Conselho Municipal de Saúde – CMS, do Município de Presidente Castello Branco.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.414/2009, de 12 de março de 2009,

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde – CMS, do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme segue:

I – Representantes do Governo Municipal:

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social ou órgão equivalente:

Titular: Leila Frigo Bet

Suplente: Cristina Paula Forquezato

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: Terezinha Matiolo

Suplente: Fernanda Miotto Perondi

c) Representante da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A:

Titular: José Henrique Piccoli

Suplente: Marizete Matiollo

II – Representantes dos Profissionais da Saúde:

a) Representante dos profissionais de saúde, de profissão regulamentada, que atua na Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:

Titular: Luciane Nunes Magalhães

Suplente: Rosemari da Silva Ribeiro

III – Representantes dos Usuários:

a) Representante da Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Presidente Castello Branco – Coopercastello:

Titular: Ilmar Claudino Nora

Suplente: Alfeu Giacomini

b) Representante dos Grupos de Idosos:

Titular: Irani Schimidt

Suplente: Laurete Ackermann

c) Representante da APP da Escola de Educação Básica Dois Irmãos:

Titular: Andréia Rosa Longhini Balzzan

Suplente: Jane Elisa Wiltgen Savoldi

d) Representante dos Clubes de Mães:

Titular: Noeli Rodrigues Frigo

Suplente: Catarina Grando

Art. 2º. O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 3º. O mandato dos conselheiros será pelo período de 01(um) ano.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC., em 04 de junho de 2.020.

Ademir Domingos Miotto,
Prefeito Municipal.

Publicado o presente Decreto em 04/06/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo

Diretora da Secretaria Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513735

Edital de Convocação nº 001/2020.

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que realizará entre os dias 05 de junho de 2020 a 29 de junho de 2020, no horário de expediente, a inscrição para a seleção de Associações de Agricultores ou assemelhadas, situada no território do município que tiver interesse em receber através de doação, doses de sêmen bovino, autorizado pela Lei Municipal nº 1.806/2017, de 30 de agosto de 2017 e suas alterações posteriores, para distribuição de até 500 doses mensais, com vigência de 12 meses com possibilidade de prorrogação por mais 12 meses, onde serão distribuídos ainda, materiais necessários para a aplicação das referidas doses, nos limites previstos no artigo 4º da referida Lei.

O Município fornecerá por intermédio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimentos referente ao presente edital, inclusive através do fone 49 3457 1122.

Para receberem o subsídio as associações deverão preencher seguintes requisitos:

I - Comprovação de que a sede da associação está situada no Município de Presidente Castello Branco;

II - Indicação da pessoa responsável pela aplicação do sêmen com comprovação de curso de capacitação;

III - Estar com o CNPJ regularizado junto à Secretaria da Receita Federal;

IV - Efetuar a inscrição junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

V - Declaração de que as doses de sêmen serão distribuídas gratuitamente aos pecuaristas;

VI - Entregar e protocolar no tempo hábil a ficha de inscrição e documentos correspondentes;

VII - Atender as determinações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que se refere atendimento ao público alvo, manejo e prestação de contas do produto e insumo ofertados, dentre outros:

a) Efetuar as inseminações em todo território de Presidente Castello Branco, proibido a prática de atos não relacionados ao programa de inseminação;

b) Zelar pelo patrimônio repassado via Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, efetuando reposição de material e equipamentos danificados;

c) Utilização do material genético e insumos exclusivamente para os fins do programa de inseminação à produtores cadastrados no município, podendo somente ser armazenado nos botijões de sêmen, o material genético cedido pelo programa;

d) Prestar contas mensalmente e anualmente por meio de planilhas dos materiais e insumos recebidos, com indicação dos produtores beneficiados na forma exigida pela Secretaria, cientes que cumprimento das determinações acarretará na exclusão do Programa.

Presidente Castello Branco - SC, 04 de junho de 2020.

Neucir José Giacomini

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Ficha de Inscrição.

Edital de Convocação nº 001/2020.

Nome da Associação: _____.

CNPJ nº: _____ Telefone _____.

Endereço da Associação: _____.

Nome do Presidente: _____.

CPF nº: _____ RG: _____.

Endereço do Presidente: _____.

Responsável pela inseminação

Nome: _____.

Endereço: _____.

CPF nº: _____ RG nº: _____.

Responsável pela inseminação

Nome: _____.

Endereço: _____.

CPF nº: _____ RG nº: _____.

Responsável pela inseminação

Nome: _____.

Endereço: _____.

CPF nº: _____ RG nº: _____.



Presidente Castello Branco, de de 2020.

Presidente da Associação Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

Publicação Nº 2513432

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 22 (vinte e dois) de junho de 2020, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Seguros de Veículos da Municipalidade, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, conforme as especificações constantes no presente Edital e seus anexos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 04 DE JUNHO DE 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020

Publicação Nº 2513722

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME
OBJETO:	A presente dispensa de licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração e fiscalização de Projeto Elétrico com entrada de energia (trifásica), no prédio da Prefeitura Municipal, situada na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, centro do Município de Presidente Castello Branco/SC, contemplando Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); Projeto Elétrico, Memorial Descritivo e/ou de cálculo; Planilha Orçamentária referente aos materiais e mão-de-obra empregados para execução do referido projeto;
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é a importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), valor este que o Contratante pagará a Contratada. O pagamento será feito através de débito em conta, 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso I da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	04/06/2020
VIGÊNCIA:	31/12/2020

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NR. 02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020

Publicação Nº 2512696

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NR. 02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	IRACEMA TALIN 01848335903

OBJETO:	O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa especializada para execução de arte em grafite no Muro de contenção do Centro de Eventos Castellão localizado na Av. XV de Novembro, centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC com área de 182,00m², contemplando pintura de fundo do muro em tinta acrílica, com durabilidade média de 04 (quatro) anos, artes com tinta para grafite/arte urbana com durabilidade média de 10 anos.
VALOR:	O valor a ser pago à contratada pela prestação dos serviços é a importância de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), valor este que o Contratante pagará à Contratada.
FUNDAMENTO:	Art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	04/06/2020
VIGÊNCIA:	30 (trinta) dias

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020 - FMS

Publicação Nº 2513420

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020 - FMS

AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA, VISANDO O ABASTECIMENTO DE POSTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 22/06/2020 às 14h15min. A sessão de abertura será às 14h30min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 04 de junho de 2020
IARA POSSAMAI – Secretária da Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020 - FMS

Publicação Nº 2513519

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2020

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COZINHA PARA UNIDADES DA SAÚDE. Entrega dos envelopes até o dia 17/06/2020 às 9h00min. Sessão de abertura às 9h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 4 de junho de 2020
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2020 SAATE

Publicação Nº 2513489

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
SAATE - SERVICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2020

AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA, PARA USO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO DE PRESIDENTE GETÚLIO. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 24/06/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 04 de junho de 2020
Edson José Staloch – Superintendente

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 587 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512548

DECRETO Nº 587 DE 04 DE JUNHO DE 2020

SUSPENDE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE GINÁSIO ESPORTIVO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, X, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO, O Decreto Municipal nº 554 de 08 de maio de 2020 que regrou os contratos contínuos celebrados pela Municipalidade;

CONSIDERANDO a impossibilidade de uso de espaços públicos para atividades coletivas, especialmente com crianças e adolescentes;

DECRETA:

Art. 1º A suspensão à partir de 01.06.2020 do Contrato de Locação 01 ADT 10/2019 decorrente do processo licitatório 42/2019 celebrado com a Associação Esportiva 13 de Maio, durante a vigência da situação de emergência em todo o território catarinense, e principalmente, a suspensão de atividades coletivas em decorrência da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus).

Art. 02. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 4 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 588 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512745

DECRETO Nº 588 DE 04 DE JUNHO DE 2020

SUSPENDE CONTRATOS CELEBRADOS COM MEIOS DE COMUNICAÇÃO – RÁDIOS AM E FM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, X, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO, que a legislação eleitoral disciplina o comportamento dos agentes públicos no decorrer do período eleitoral, estabelecendo penalidades para eventual favorecimento de candidatos, partidos políticos e coligações partidárias;

CONSIDERANDO que o Poder Público possui como obrigação fundamental a observância da legislação vigente, especialmente da Constituição Federal e legislação eleitoral,

CONSIDERANDO, as Resoluções e normas que disciplinam as eleições de 2020, disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO, a proibição pela lei 9.504/1997 ao agente público municipal realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos municipais que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito;

CONSIDERANDO, que as emissoras de rádio que divulgam os atos institucionais estão cientes da suspensão dos contratos e respectivos pagamentos a partir de 07 de maio de 2020;

CONSIDERANDO, que não há impedimento para que as emissoras de rádio continuem disponibilizando espaço radiofônico gratuitamente para divulgação de atos e fatos institucionais pelo Município de Princesa;

DECRETA:

Art. 1º A suspensão do Terceiro Termo Aditivo decorrente do contrato 12/2017 celebrado com a Rádio Integração do Oeste Ltda e 13/2017 com a Rádio Cidade Ltda, resultantes do processo licitatório 18/2017.

Art. 02. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 07 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,

Estado de Santa Catarina, 4 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 02 ADT 23.2018 E 02 ADT 24.2018

Publicação Nº 2512928

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 02 ADT 23/2018 - Contrato Nº: 23/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada.: MIRCEIA SEVALD 05427811907

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 06/06/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2018 Recursos : Dotação:

Objeto : Segundo termo aditivo para prorrogação de prazo do contrato 23/2018 referente a contratação de Pessoa Jurídica para ministrar AULAS DE DANÇA para atender crianças, jovens e idosos do Município de Princesa/SC.

Aditivo Nº : 02 ADT 24/2018 - Contrato Nº: 24/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada.: HERRIBERD UTZIG 10009671900

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2018 Recursos : Dotação:

Objeto : Segundo termo aditivo referente a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de REGÊNCIA DE CORAL, destinado ao coral de Princesa/SC, formado por integrantes do Município. Princesa, 4 de Junho de 2020

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 67.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 31.2020 - ESTANTES ARQUIVOS E SAMAE

Publicação Nº 2512898

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 67/2020-PM
Pregão Presencial 31/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto é "Aquisição de PRATELEIRAS/ESTANTES para instalação em salas do Centro Administrativo, com finalidade de organização de arquivos, materiais e documentos; e para instalação no SAMAE localizado na Casa da Cultura do Município com finalidade de organização de materiais". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 19 de junho de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 04 de junho de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

NOTA DE ANULAÇÃO - PL 61.2020 PR 27.2020 - RELÓGIO PONTO CRAS

Publicação Nº 2512732

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2020 - PR**Processo Administrativo: 54/2020
Processo de Licitação: 61/2020
Data do Processo: 19/05/2020**Objeto:** Aquisição de RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO com emissão de comprovante/ ticket, a ser instalado no CRAS do Município de Princesa/SC.**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2020****Motivo:** Devido ao não comparecimento de proponentes ou interessados, bem como a inexistência de qualquer demonstração de interesse no objeto deste certame, o processo licitatório nº 61/2020-PM foi declarado DESERTO, conforme Ata da Comissão nº 41/2020.

Princesa, 4 de Junho de 2020

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 124, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512473

PORTARIA Nº. 124, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe a Seção VII, Artigo 130 e 135, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e Lei Complementar Nº 71 de 11 de Junho de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio à Servidora, Senhora Fernanda Rubin Klaus, brasileira, casada, portadora do CPF Nº 060.570.419-84, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para usufruir no período de 04 de junho de 2020 até 18 de julho de 2020, totalizando 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 04 de junho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 68.2020-PM - INEXIGIBILIDADE 07.2020-PM - 2ª REVISÃO OROCH AGRICULTURA E OBRAS

Publicação Nº 2513469

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020-PM
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2020-PM

OBJETO

Aquisição de filtros, demais componentes e mão de obra para realizar a revisão das 20.000 km dos veículos Oroch Duster, marca Renault, placas QJY5343 PM4638, em uso na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e placas QJY5333 PM4637, em uso na Secretaria de Obras do Município de Princesa/SC.

JUSTIFICATIVA

A aquisição se faz necessária visando realizar a segunda revisão dos veículos visando preservar as suas garantias, já que é fundamental garantir o bom funcionamento dos mesmos, prolongar a sua vida útil, evitando quebras inesperadas e desgastes prematuros, além de garantir a eficiência e o valor dos mesmos.

Os veículos serão transportados pela secretaria até a Agencia onde a mão de obra será gratuita. A aquisição por inexigibilidade será em razão de que a empresa é a Concessionária Autorizada de veículos da marca Renault mais próxima, e possui os materiais necessários para preservar as garantias do mesmo.

Princesa, 04 de junho de 2020.

Inácio Oscar Klein Secretário de Transportes e Obras	
Eldor Alfredo Barth Secretário de Agricultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020-PM
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2020-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente inexigibilidade fundamenta-se no disposto no artigo 25 da Lei 8.666/93, que a caracteriza como indicada nas situações em que houver inviabilidade de competição. Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório.

Jessé Torres Pereira Júnior cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra, exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Transcreva-se o art. 25 da lei 8.666/93, para maior esclarecimento:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Princesa, 04 de junho de 2020.

Inácio Oscar Klein Secretário de Transportes e Obras	
Eldor Alfredo Barth Secretário de Agricultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020-PM
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2020-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDORE E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade, buscou-se no mercado por profissional que atuasse em área compatível. Neste tema foi encontrada a empresa DE MARCO LTDA, CNPJ 84.584.556/0012-15, com sede na Rua Cristóvão Colombo, nº 65E, Bairro Bela Vista, Chapecó/SC.

A escolha do Fornecedor justifica-se em razão de ser a Concessionária Autorizada de Veículos da marca Renault mais próxima, que foi o seu fornecedor (fábrica) e responsável por todas as garantias do veículo.

O preço foi definido a partir de orçamento realizado pelo responsável da Frota Municipal com o responsável da Empresa, sendo que os veículos serão transportados até a Agência, e que a mão de obra para a revisão será gratuita. Destaca que os veículos são de grande importância na secretaria, por ser utilizado em várias atividades do setor, e principalmente de forma rotineira nos serviços administrativos da secretaria. O fornecedor supramencionado deverá fornecer os itens, conforme especificações abaixo:

Valor Total: R\$ 2.254,92 (Dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais com noventa e dois centavos)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 04 de junho de 2020.

Inácio Oscar Klein Secretário de Transportes e Obras	
Eldor Alfredo Barth Secretário de Agricultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020-PM
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2020-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo a contratada para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa DE MARCO LTDA, CNPJ 84.584.556/0012-15, com sede na Rua Cristóvão Colombo, nº 65E, Bairro Bela Vista, Chapecó/SC.

O fornecedor supramencionado deverá fornecer os itens, conforme especificações abaixo:

Valor Total: R\$ 2.254,92 (Dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais com noventa e dois centavos)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 04 de junho de 2020.

Inácio Oscar Klein Secretário de Transportes e Obras	
Eldor Alfredo Barth Secretário de Agricultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020-PM
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2020-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso I, do art. 25, da Lei 8.666/93, PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2020-PM, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2020-PM a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa/SC, 04 de junho de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	
---	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 68.2020 IL 07.2020 - 2ª REVISAO OROCH

Publicação Nº 2513474

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 68/2020 b) Licitação Nr.: 7 /2020-IL c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação d) Data Homologação: 04/06/2020

e) Data da Adjudicação: 04/06/2020 Sequência: 0

f) Objeto da Licitação Aquisição de filtros, demais componentes e mão de obra para realizar a revisão das 20.000 km dos veículos Oroch Duster, marca Renault, placas QJY5343 PM4638, em uso na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e placas QJY5333 PM4637, em uso na Secretaria de Obras do Município de Princesa/SC.

(em Reais R\$) g) Fornecedores e Itens Vencedores: Qtde de Itens Média Descto (%) Total dos Itens

- 010388 - DE MARCO CHAPECO LTDA 15 0,0000 2.254,92

15 2.254,92

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (147), 2.043.3.3.90.00.00.00.00.00 (164)

Princesa, 4 de Junho de 2020. -----

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 142/2020 – DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513235

DECRETO Nº 142/2020 – DE 01 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e Lei Municipal n. 1600/2001, e

CONSIDERANDO que o Poder Executivo lançou o Edital de Concurso Público n. 02/2019 visando o provimento de vários cargos, sobretudo nas áreas da saúde e da educação;

CONSIDERANDO que em muitos cargos não houve classificação dos candidatos, por não terem obtido a nota mínima exigida pelo edital;

CONSIDERANDO solicitação do Secretário de Saúde (cópia anexo) para provimento imediato de alguns cargos, por serem necessários e urgentes para a continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o Município de Quilombo lançou novo Edital de Concurso Público nº 001/2020 para provimento dos cargos em relação aos quais não houve classificação no Concurso Público nº 002/2019;

CONSIDERANDO que se trata de cargos que não podem ser terceirizados, aliado ao fato de que a realização de um teste seletivo demandaria praticamente o mesmo prazo de um concurso público;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 1600/2001, em seu art. 3º, § 1º, prevê que a contratação para atender a situações de emergência e urgência prescindirá de processo seletivo;

CONSIDERANDO que o provimento temporário dos cargos nas áreas da saúde e da educação configuram situações de emergência, tendo em vista que o Município não pode interromper ou precarizar os serviços nesses setores;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo escolheu como critério de escolha para as contratações temporárias a ordem decrescente da pontuação obtida no Concurso Público nº 002/2019;

CONSIDERANDO que a adoção desse critério objetiva atender aos princípios da impessoalidade e da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna 021/2020, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a contratação de profissional Técnico de Enfermagem para atender as demandas decorrentes das ações de enfrentamento ao COVID-19;

CONSIDERANDO a desistência formalizada via e-mail, em 29 de maio de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONVOCADA a Sra. Sandra Sakrczewski, conforme ordem decrescente de pontuação obtida no Concurso Público relativo ao Edital nº 02/2019, a comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Quilombo, sito à Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, no prazo máximo improrrogável de 05 (cinco) dias a contar da notificação deste Decreto, para manifestar seu interesse e apresentar documentação a fim de, temporariamente, assumir o cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo estipulado, este perderá o direito à contratação temporária.

§ 2º A contratação temporária dar-se-á nas condições da Administração Municipal, sendo formalizada por meio de contrato de trabalho temporário assinado imediatamente após a apresentação da documentação.

§ 3º O início do exercício das atividades deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato de trabalho temporário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 01 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em ____/06/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº 0408/2020 - DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513173

PORTARIA Nº 0408/2020- DE 04 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DE VEÍCULO ENTRE A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUILOMBO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo;

Considerando a necessidade de entrega de sextas básicas para alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino;

Considerando a Solicitação do Gestor do Fundo de Assistência Social de Quilombo/SC do dia 26 de maio de 2020 e;

Considerando o deferimento do pleito do Secretário Interino da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente datado de 29 de maio de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o veículo Caminhonete HR, placa QJQ - 7931, da Secretaria de Agricultura, para a Secretaria de Assistência Social, para atender aos interesses e necessidades da mesma, da presente data até o dia 08 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/06/2020.

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado.

PORTARIA Nº. 0404/2020 - DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513240

PORTARIA Nº. 0404/2020 - DE 03 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE ANTUNES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Margarete Antunes dos Santos (20271), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 05 de junho de 2020, a partir das 10h40min do período matutino e no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7351, de 03 de junho de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento da referida servidora, na competência 06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0405/2020 - DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513243

PORTARIA Nº. 0405/2020 - DE 03 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EMILIA APARECIDA VIDI DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Emilia Aparecida Vidi de Almeida (20343), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 04 de junho de 2020, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7352, de 03 de junho de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, saldo do banco de horas da referida servidora ficará zerado e às 07h restantes serão descontadas na folha de pagamento da referida servidora, na competência 06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0406/2020 - DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513245

PORTARIA Nº. 0406/2020 - DE 03 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENI SEGALLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Eleni Segalla (20207), ocupante do cargo de Professor(a) de Educação Infantil, no dia 05 de junho de 2020, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7354, de 03 de junho de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas trabalhadas em férias da referida servidora será de 15h17min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 03 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 18/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO

Publicação N° 2512915

EXTRATO DE CONTRATO N° 18/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: leiloeira SIMONE WENNING, inscrita no CPF sob o n° 746.463.110-20, Matrícula da Junta Comercial do Estado: AARC N° 276. O objeto é a contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilão público, presenciais, visando a alienação de bens móveis, inservíveis ao município de Rancho Queimado. Data de assinatura: 28 de maio de 2020. Rancho Queimado, 04 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO N° 38/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO

Publicação N° 2513126

EXTRATO DE CONTRATO N° 38/2020 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: LEONARDO FELIPE COSTA SILVA 06360015986, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.790.232/0001-38. Objeto: eventual prestação de serviços de mão de obra para construção de boca de lobo, conforme especificações e quantitativos constantes no edital de Pregão n° 15/2020. O valor global para a eventual contratação é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Data de assinatura: 03 de junho de 2020. Rancho Queimado, 04 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° I-30/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO

Publicação N° 2513096

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° I-30/2020. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: PREMIUM SAÚDE EIRELI, CNPJ n° 12.682.451/0001-35. Objeto: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais na forma de plano privado de assistência à saúde prevista no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656/1998, visando à assistência Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia com a cobertura de todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, compatíveis com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, editado pela ANS, vigente à época do evento, para a segmentação Ambulatorial, Hospitalar com Obstetrícia. O prazo Contratual fica prorrogado até 03 de julho de 2020, a contar de 03 de junho de 2020 ou até a homologação do Processo Licitatório n° 13/2020 – Pregão Presencial n° 07/2020, o que ocorrer primeiro. Ficam ratificadas todas demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, naquilo que não conflitem com o presente aditamento. Data de assinatura: 02 de junho de 2020. Rancho Queimado, 04 de junho de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

264 PORTARIA N° 264 DESIGNA COMO RESPONSÁVEL PELA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO - ELITE ZANGHELINI

Publicação N° 2513135

Portaria n°. 264, de 04 de junho de 2020.

“Designa como responsável pela Defesa Civil do Município de Rio do Campo a servidora elite zanghelini”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuído à servidora ELITE ZANGHELINI, matrícula n° 34260, Ocupante do cargo de Secretaria de Administração e Finanças, o encargo de responder cumulativamente pela Defesa Civil do Município de Rio do Campo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 04 de junho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANDREI STOCK - 2º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2513356

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 043/2020, firmado em 28/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREI STOCK, portador(a) do CPF nº 040.689.669-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 043/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 043/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDREI STOCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANDREIA TERESINHA ADÃO - 2º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2513351

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2020, firmado em 02/03/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA TERESINHA ADÃO, portador(a) do CPF nº 043.982.729-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 073/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDREIA TERESINHA ADÃO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANDRESSA ANDRÉ - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2513347

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 023/2020, firmado em 08/01/2020, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANDRESSA ANDRÉ, portador(a) do CPF nº 088.615.719-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 023/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 023/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDRESSA ANDRÉ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANE CAROLINE STEINBACH - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2514346

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 069/2020, firmado em 18/02/2020, com término previsto para 07/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANE CARLINE STEINBACH, portador(a) do CPF nº 062.497.969-59, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 069/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 069/2020, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2020 e encerrando-se em 01/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANE CAROLINE STEINBACH
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2513396

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2019, firmado em 27/06/2019, com término previsto para 30/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 796.313.399-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 115/2019, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2020 e encerrando-se em 04/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

DECRETO Nº 9065, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512512

DECRETO Nº 9.065, de 01 de junho de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE RIO DO SUL.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12, inciso I, da Lei Orçamentaria nº 6.090, de 12 de dezembro de 2019, e com a Lei nº 6.145, de 01 de junho de 2020;

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

92.00	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE RIO DO SUL		
92.01	Rio do Sul Prev		
2.088	Manutenção do Rio do Sul Prev		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03750000	Taxa de Administração RPPS – Superávit	R\$	400.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

01 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9067, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513770

DECRETO Nº 9067, de 01 de junho de 2020.

"PRORROGA EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO O MANDATO DOS CONSELHEIROS DA ATUAL GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul/SC, no uso de suas atribuições prevista no inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 4.903, de 12 de agosto de 2009.

DECRETA:

Art. 1º- Prorrogar em caráter extraordinário o mandato dos Conselheiros da atual Gestão (2018-2020) do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Rio do Sul, para mais um ano, visto que o Processo de Eleição para escolha dos Conselheiros da Sociedade Civil deveria acontecer no mês de junho de 2020.

Art. 2º- Fica prorrogado para o mês de junho do ano de 2021 (dois mil e vinte e um) o Processo de Eleição para escolha dos Conselheiros da Sociedade Civil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Rio do Sul, sendo que o mandato da próxima gestão será de 2021 a 2023.

Art. 3º- A prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros (Gestão 2018 – 2020, Decreto nº 7315 de 12 de julho de 2018) dar-se à em razão da pandemia do COVID-19 e os decretos de restrição de aglomeração de pessoas, com o objetivo de prevenir e/ou mitigar a transmissão do coronavírus, tendo em vista que sequer estão ocorrendo presencialmente às reuniões ordinárias do Conselho.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
01 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9070, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513456

DECRETO Nº 9070, de 04 de junho de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.923.938,30 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta centavos), por excesso de arrecadação, referente a repasse de recursos conforme Lei 13.995/2020 e Portaria n. 1.448 de 29/05/2020, que dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.063	Blmac – Manutenção da Gestão Plena – MAC		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01381900	Enfrentamento Coronavírus – COVID 19	R\$	1.923.938,30
	TOTAL	R\$	1.923.938,30

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
04 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9073, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513763

DECRETO Nº 9.073, de 04 de junho de 2020.

“REGULAMENTA A HORA-ATIVIDADE EXTRACLASSE NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008,

DECRETA

Art. 1º A hora-atividade no âmbito do Magistério Público Municipal de Rio do Sul observará os critérios e condições previstos na Lei Federal 11.738/2008 e neste Decreto.

Art. 2º Fica assegurado aos profissionais do Magistério no exercício da função de docência e aos pedagogos o período destinado à hora-atividade.

§ 1º Para o professor em função de docência, o período será correspondente a 1/3 (um terço) da respectiva carga horária semanal de trabalho para o exercício de atribuições não relacionadas ao desempenho das atividades de interação com os educandos;

§ 2º O período destinado à hora-atividade poderá ser concedido ao pedagogo proporcionalmente ao tempo de interação com classes de educandos, quando solicitado pela direção da unidade educacional em situações eventuais e indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino e aprendizagem.

§ 3º O tempo de interação com classes de educandos, por parte do pedagogo, deverá ser comprovado através de relatório de atividades assinado pelo pedagogo e pela direção.

§ 4º A carga horária de interação com classes de educandos, por parte do pedagogo, poderá ser cumulativa, desde que, ao atingir o limite máximo de 26 horas e 40 minutos, tenha início um novo cômputo.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Hora-atividade: o tempo reservado para o exercício de atribuições de planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos, avaliação da produção dos educandos, pesquisa, formação continuada, reuniões pedagógicas, confecção de material didático-pedagógico, estabelecimento de estratégias para alunos de menor rendimento escolar e ao atendimento a pais ou responsáveis e à comunidade, bem como, ao preenchimento de registros, elaboração de relatórios e demais atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade;

II - Interação com educandos: o tempo reservado para o desempenho das atividades com a participação efetiva do educando, consoante a matriz curricular ou ao Projeto Político-Pedagógico da unidade educacional;

III - Carga horária semanal: a quantidade de horas semanais fixada em lei para o exercício das atribuições do cargo.

Art. 4º Conforme o Plano de Carreira do Magistério - Lei Complementar nº 75/2001, a carga horária semanal dos docentes do Quadro do Magistério Público Municipal é de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 5º Compõem a carga horária semanal dos docentes 2/3 de interação com os educandos e 1/3 de período destinado à hora-atividade.

Art. 6º A jornada de trabalho no âmbito do Magistério Público Municipal corresponderá a carga de:

I - 40 (quarenta) horas semanais, equivalente a 26h40min de interação com educandos, sendo 32 aulas e 2h40min de recreio monitorado, e 13h20min de hora-atividade;

II - 30 (trinta) horas semanais, equivalente a 20h de interação com educandos, sendo 24 aulas e 2h de recreio monitorado, e 10h de hora-atividade;

III - 20 (vinte) horas semanais, equivalente a 13h20min de interação com educandos, sendo 16 aulas e 1h20min de recreio monitorado, e 6h40min de hora-atividade;

IV - 10 (dez) horas semanais, equivalente a 6h40min de interação com educandos, sendo 8 aulas e 40min de recreio monitorado, e 3h20min de hora-atividade.

Art. 7º A hora-atividade será distribuída na carga horária semanal do professor, e em relação ao pedagogo conforme §2º do art. 2º deste Decreto, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico de cada unidade educacional, compreendendo:

I - 50% (cinquenta por cento) de hora-atividade exercida dentro da unidade conforme quadro de horário próprio, respeitando as especificidades de cada unidade educacional;

II - 50% (cinquenta por cento) de hora-atividade exercida fora da unidade, computando-se nesta carga horária também outras atividades pedagógicas, tais como reuniões pedagógicas, planejamentos coletivos mensais, assembleia de pais e demais atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade, exceto em casos de excepcionalidade quando a direção solicitar o trabalho na unidade educacional.

Art. 8º As atividades previstas para o período destinado à hora-atividade realizadas fora da unidade serão registradas através de relatório para assessoria e/ou acompanhamento da direção da unidade.

Parágrafo único. A não entrega do relatório previsto no caput deste artigo à direção ou o descumprimento das atividades previstas para a hora-atividade, implicará na abertura de processo administrativo de sindicância e disciplinar, sujeitando-se às penalidades disciplinares previstas no art. 181 da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação promoverá cursos de formação continuada, podendo computar a carga horária correspondente como hora-atividade, mediante cronograma estabelecido para este fim.

Parágrafo único - Em virtude dos 50% (cinquenta por cento) de horas-atividade disponibilizados para exercício fora do âmbito escolar, torna-se obrigatório, em caráter de convocação e incluso nesta carga horária, a participação na Formação Continuada oferecida pela Secretaria, computando-se falta em caso de ausência.

Art. 10 Caberá à direção gerenciar o exercício da hora-atividade para atender à situações excepcionais, respeitadas as necessidades de cada

unidade educacional.

Art. 11 Conforme disposto no art. 171, inciso I, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, a ausência do professor no período de hora-atividade preestabelecido no calendário escolar, será registrada como falta injustificada.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.068, de 11 de dezembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO

04 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2020

Publicação Nº 2513804

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

015/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Susi Mari Brandeler		168318- Laudo Técnico nº 027/2020

Rio do Sul, 04 de Junho de 2020

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN - 7º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2513172

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2019, firmado em 26/08/2019, com término previsto para 10/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN, portador(a) do CPF nº 070.292.976-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2019, iniciando-se a prorrogação em 11/04/2020 e encerrando-se em 15/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN - 8º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2513175

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2019, firmado em 26/08/2019, com término previsto para 15/05/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN, portador(a) do CPF nº 070.292.976-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2019, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIANA CRISTINA CUNHA TOLEDO FRANKLIN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARLON HASCKEL - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2513276

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2019, firmado em 09/05/2019, com término previsto para 31/03/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLON HASCKEL, portador(a) do CPF nº 011.806.169-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 97/2019, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2020 e encerrando-se em 30/04/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARLON HASCKEL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARLON HASCKEL - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2513288

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2019, firmado em 09/05/2019, com término previsto para 30/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLON HASCKEL, portador(a) do CPF nº 011.806.169-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 97/2019, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2020 e encerrando-se em 01/07/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARLON HASCKEL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 002/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513918

CÂMARA TÉCNICA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – RIO DO SUL - SC

Pauta de Julgamento Nº 002/2020

Denise Peres Farias Marcon, Secretária da Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no art. 3º do Decreto nº 9.011 de 04 de maio de 2020, torna público que a Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 16 de junho de 2020, às 08hs00min de forma virtual, para realização de julgamento dos seguintes processos:

01. Protocolo Nº 159265/2016.

Requerente: Siegel Imoveis Ltda

Relator: Leon Keunecke

02. Protocolo Nº 169988/2018.

Requerente: Henrique Javaert Pamplona.

Relator: Carlos Alberto Michels

Rio do Sul, 04 de junho de 2020.

DENISE PERES FARIAS MARCON

Secretária da Câmara Técnica de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio do Sul

PORTARIA N.0435/DGP

Publicação Nº 2513632

PORTARIA Nº 0435/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOUTOR ROMÃO TRAUZYNSKI, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: ANGELA MARIA WEISS, matrícula 106801-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, ANDIARA MARCHIORO, matrícula 122041-9, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, MARCIA WESSNER VINOTTI, matrícula 79308-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: ELIANE CITADINI, matrícula 101680-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e GLAUCEMARA BONACOLSI, matrícula 94951-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que

integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0451/DGP

Publicação Nº 2513616

PORTARIA Nº 0538/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e, designar como membros: MARIA APARECIDA DOS ANJOS PANDINI, matrícula 308080-1, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, CAMILA STOLF SUMARIVA ANGIOLETTI, matrícula 123293-2, ocupante do cargo de provimento efetivo psicólogo, EMILIANA VARGAS, matrícula 105880-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente social e, designar como seus respectivos suplentes: LINO ANDRE FIDELIS DA SILVA, matrícula 105449-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente administrativo e MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, matrícula 236764-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes a Secretaria supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0543/DGP

Publicação Nº 2513730

PORTARIA Nº 0543/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE URBANISMO, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, designar como membros: RAFAEL MACEDO, matrícula 31588271-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro civil e, designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Urbanismo, FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ, matrícula 99406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO, matrícula 92703-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Serviços Públicos e, designar como seus respectivos suplentes: DENISE PERES FARIAS MARCON, matrícula 218871-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto e ALEXANDRE JOSE WORITOVICZ, matrícula 105406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0544/DGP

Publicação N° 2513721

PORTARIA N° 0544/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE GEOPROCESSAMENTO, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, designar como membros: DALTON ALEXANDRO DOLZAN, matrícula 264334-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de defesa civil e designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Geoprocessamento, DENISE PERES FARIAS MARCON, matrícula 218871-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, DANIEL PASA, matrícula 104485-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista e, designar como seus respectivos suplentes: FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ, matrícula 99406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto e ALEXANDRE JOSE WORITOVICZ, matrícula 105406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0545/DGP

Publicação Nº 2513641

PORTARIA Nº 0545/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON e, designar como membros: VANDERLEI LUIS WALDRICH, matrícula 738786-1, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor, LUANA VIEIRA, matrícula 102113-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, FLAVIA LUIZA VARGAS DA SILVA, matrícula 259241-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal do Procon e, designar como suplente: CRISTIAN GREIN BUENO, matrícula 31601898-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e DINENSE LUCAS DE SOUZA, matrícula 105902-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0546/DGP

Publicação Nº 2513649

PORTARIA Nº 0546/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL, da Secretaria Municipal de Gestão de Governo e, designar como membros: SILVIO ANDRADE, matrícula 75949-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, ELIGIO LUIS PESSOA, matrícula 76279-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, BRUNO DA SILVA OSSEMER, matrícula 194239-6, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0546/DGP

Publicação Nº 2513648

PORTARIA Nº 0546/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL, da Secretaria Municipal de Gestão de Governo e, designar como membros: SILVIO ANDRADE, matrícula 75949-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, ELIGIO LUIS PESSOA, matrícula 76279-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, BRUNO DA SILVA OSSEMER, matrícula 194239-6, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0548/DGP

Publicação Nº 2513654

PORTARIA Nº 0548/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, designar como membros: PEDRO DOLZAN, matrícula 408581-2, ocupante do cargo de Diretor do Departamento Administrativo de Obras, IVO RONALDO WESSNER, matrícula 166294-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, JEAN CLAUDIO DE OLIVEIRA, matrícula 87394-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e, designar como seus respectivos suplentes: LEANDRO DOCKHORN, matrícula 82090-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão e CARLOS NASCIMENTO RIBEIRO, matrícula 74462-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0555/DGP

Publicação Nº 2513679

PORTARIA Nº 0555/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: IVANIR SCHLEMPER NEVES, matrícula 75353-3, ocupante do cargo de Diretor Técnico de Saúde, JONAS HENRIQUE SALVADOR, matrícula 236470-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, JEAN DE JESUS, matrícula 100676-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve e, designar como seus respectivos suplentes: MARIA TEREZINHA BARBOZA, matrícula 100994-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino e LEANDRO DA SILVA FERREIRA, matrícula 101176-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/06/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0557/DGP

Publicação Nº 2513675

PORTARIA Nº 0557/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO e, designar como membros: JAIRO WEHMUTH JUNIOR, matrícula 286192-1, ocupante do cargo de Procurador Geral do Município, KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS, matrícula 100773-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador, JAISON FERNANDO DE SOUZA, matrícula 71862-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador e, designar como seus respectivos suplentes: FRANCINI BIANCA CIPRIANI, matrícula 187135-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador e DANIEL GORGES, matrícula 235245-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes a Procuradoria supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/06/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0558/DGP

Publicação Nº 2513697

PORTARIA N. 0558/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0970/DGP de 05/09/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e, designar como membros: DANIEL PASA, matrícula 104485-1, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, RAFAEL MACEDO, matrícula 31588271-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro civil, ALEXANDRE JOSE WORITOVICZ, matrícula 105406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro civil e, designar como seus respectivos suplentes: DENISE PERES FARIAS MARCON, matrícula 218871-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto e FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ, matrícula 99406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0573/DGP

Publicação Nº 2513665

PORTARIA N. 0573/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0971/DGP de 05/09/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE ANALISE DE PROJETOS E PLANO DIRETOR e, designar como membros: DANIEL PASA, matrícula 104485-1, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, ALEXANDRE DE MORAES, matrícula 269514-1, ocupante do cargo de provimento efetivo topografo, FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ, matrícula 99406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, designar como seus respectivos suplentes: DENISE PERES FARIAS MARCON, matrícula 218871-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto e ALEXANDRE JOSE WORITOVICZ, matrícula 105406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro civil.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Fcb

PORTARIA N.0582/DGP

Publicação Nº 2513691

PORTARIA Nº 0582/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de

Desempenho para servidores em Estágio Probatório da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL e, designar como membros: RAFAEL APARICIO TSCHUMI, matrícula 639591-1, ocupante do cargo de Diretor Executivo de Cultura, CATIA DAGNONI, matrícula 194743-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, MARCIANI RAQUEL BEZERRA, matrícula 31534694-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Bibliotecário e, designar como suplente: SILVIA APARECIDA BOZIO, matrícula 435520-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes a Fundação supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0589/DGP

Publicação N° 2513685

PORTARIA N° 0589/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da CASA DO EMPREENDEDOR, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e, designar como membros: DIEGO RODRIGO LAZZAROTTO, matrícula 2670240-1, designado para exercer as funções do cargo de Diretor de Apoio ao Empreendedor, ILSA JURASZEK, matrícula 218065-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, SANDRO RENATO SOFKA, matrícula 87009-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e, designar como seus respectivos suplentes: INES ZITA FLORIANI, matrícula 88226-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e SARAH MELLO SCHNEIDER, matrícula 236802-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2020.

Parágrafo único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0594/DGP

Publicação Nº 2513660

PORTARIA N. 0594/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0495/DGP de 18/05/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e, designar como membros: DIOVANA MAY MACHADO, matrícula 101346-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Contador, designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento Contábil, PATRICIA NICOLLADELLI GILI, matrícula 102245-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RUBIA CRISTINA MOHR, matrícula 108170-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Contador e, designar como seus respectivos suplentes: AIRTON CARLOS DAHMER, matrícula 107999-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e LILIANA REGINA MAY, matrícula 102865-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0595/DGP

Publicação Nº 2513629

PORTARIA N. 0595/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0500/DGP de 18/05/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA e, designar como membros: ALEXANDRE MATOS PEREIRA, matrícula 496014-1, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, LAIANA DA SILVA OSSEMER, matrícula 168971-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, MARISTELA REGINA BALBINOT, matrícula 166928-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social e, designar como seus respectivos suplentes: RAMIRO DE LIZ E SOUZA, matrícula 168963-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e LEONICE WITTE, matrícula 77143-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0596/DGP

Publicação Nº 2513624

PORTARIA N. 0596/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0529/DGP de 18/05/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, designar como membros: FRANCIELE LIPPEL LAUBENSTEIN, matrícula 991350-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, designada para exercer as funções do cargo de, Diretor do Departamento de Licitações, ODIRLEI FARINÉA, matrícula 1284460-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, AIRTON CARLOS DAHMER, matrícula 107999-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: RAMIRO DE LIZ E SOUZA, matrícula 168963-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e LILIANA REGINA MAY, matrícula 102865-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.I.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N.0597/DGP

Publicação Nº 2513702

PORTARIA N. 0597/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0499/DGP de 18/05/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: NADIR MARCHI, matrícula 76155-3, designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, GRAZIELA ROMANIO, matrícula 258431, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Saúde Pública, DAIANE GONZAGA STASIAK, matrícula 258458-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Saúde Pública e, designar como seus respectivos suplentes: ROSANE GANDIN DA ROSA, matrícula 77321-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro e FERNANDO CESAR ALEXANDRINO, matrícula 99341-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N° 0482/DGP

Publicação N° 2513157

PORTARIA N° 0482/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 02/05/2020, a servidora GREICE RECH, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA N° 0483/DGP

Publicação N° 2513166

PORTARIA N° 0483/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 30/04/2020, o servidor LUIZ FELIPE RAHN, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de Maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA N° 0553/DGP

Publicação N° 2513152

PORTARIA N° 0553/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 30/04/2020, o servidor CARL HEINZ GUTJAHR, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Contabilidade nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015. Diretor do Dep. da Coord. Municipal de Prot. e Defesa Civil

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2020

Publicação Nº 2512935

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO E/OU AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E/OU MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL DE ACORDO COM ANEXOS DESTE EDITAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00 min do dia 08/06/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 22/06/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h10min do dia 22/06/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 25 de maio de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CRISTIAN CAE SEEMANN STASSUN
Secretário de Gestão de Governo

RESOLUÇÃO Nº 06/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513354

Resolução Nº 06/2020

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Rio do Sul – SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal Complementar Nº 413, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do SUAS, ou seja, o Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul – CMAS, e

CONSIDERANDO a resolução da CIB nº 004/2020 que dispõe sobre a aprovação do cofinanciamento no exercício 2020 de critérios prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC, para os serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO a resolução do CEAS nº 06/2020 que aprova a pactuação do cofinanciamento no exercício de 2020, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – FEAS/SC, para os serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO a reunião ordinária (presencial e on-line) do CMAS ocorrida no dia 04 de junho de 2020, que deliberou pela aprovação do Plano de Trabalho o qual foi apresentado e que destina os recursos para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a serem transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS referente as segunda e terceira parcelas do ano de 2020, a serem executados conforme estabelecido no referido Plano.

Parágrafo único: O valor previsto do cofinanciamento pactuado pelo Estado para o município de Rio do Sul será de duas parcelas no valor de R\$ 96.938,75 (noventa e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos) cada, para a proteção social especial de alta complexidade.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 04 de junho de 2020.

ANDRE FRITZE

Presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RICARDO DA SILVA - 5º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2513294

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 98/2019, firmado em 13/05/2019, com término previsto para 30/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RICARDO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 009.420.289-37, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 98/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 98/2019, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2020 e encerrando-se em 01/07/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	RICARDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SCHIRLEI APARECIDA KREUSCH SCHLICKMANN - 2º TERMO ADITIVO

Publicação N° 2513492

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 057/2020, firmado em 29/01/2020, com término previsto para 06/03/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHIRLEI APARECIDA KREUSCH SCHLICKMANN, portador(a) do CPF nº 046.681.699-51, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 057/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 057/2020, iniciando-se a prorrogação em 16/05/2020 e encerrando-se em 29/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/05/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SCHIRLEI APARECIDA KREUSCH SCHLICKMANN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2514339

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2020, firmado em 06/03/2020, com término previsto para 09/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA portador(a) do CPF nº 005.022.739-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 077/2020, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2020 e encerrando-se em 01/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SHIRLEI REGINA DE MELLO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SULAMITA BATISTA CORREA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2514332

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2020, firmado em 09/03/2020, com término previsto para 09/04/2020.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SULAMITA BATISTA CORREA portador(a) do CPF nº 086.094.239-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 078/2020, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2020 e encerrando-se em 15/05/2020."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/04/2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SULAMITA BATISTA CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

TOMADA DE PREÇO Nº 081/2020

Publicação Nº 2512470

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 081/2020

O Município de Rio do Sul/SC, por meio da Secretaria de Infraestrutura, torna público que, fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução indireta do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para reconstrução da Ladeira

Joaquim Nabuco – Centro – Rio do Sul/SC, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 com suas alterações e pelas normas, especificações e condições contidas neste edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, no Departamento de Licitações do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações ou pelos endereços eletrônicos: jose.deola@riodosul.sc.gov.br / franciele.lippel@riodosul.sc.gov.br.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 08h00min do dia 23/06/2020, devendo ser protocolados no Departamento de Licitações.

A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 08h30min do dia 23/06/2020, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 03 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DANIEL PASA
Secretário de Infraestrutura

TOMADA DE PREÇO Nº 082/2020

Publicação Nº 2512472

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 082/2020

O Município de Rio do Sul/SC, por meio da Secretaria de Infraestrutura, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução indireta do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da pavimentação da rua João Naschweng, no bairro Bremer – Rio do Sul/SC, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 com suas alterações e pelas normas, especificações e condições contidas neste edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, no Departamento de Compras e Licitações do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações ou pelos endereços eletrônicos: jose.deola@riodosul.sc.gov.br / franciele.lippel@riodosul.sc.gov.br.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 08h00min do dia 24/06/2020, devendo ser protocolados no Departamento de Compras e Licitações.

A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 08h30min do dia 24/06/2020, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 03 de junho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DANIEL PASA
Secretário de Infraestrutura

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2019 DE 12/06/2019 DATA: 03/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Publicação Nº 2514088

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2019 de 12/06/2019

DATA: 03/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA CNPJ 08.310.833/0001-60

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA – ACRÉSCIMO

ITEM 2

INÍCIO: 03/06/2020

TÉRMINO: 12/06/2020

VALOR: Total de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais)

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2019 DE 12/06/2019 DATA: 02/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Publicação Nº 2514091

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2019 de 12/06/2019

DATA: 02/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA CNPJ 26.886.394/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEIO FIO Prensado e Pedrisco 1/4 PARA UTILIZAÇÃO NAS RUAS QUE SERÃO PAVIMENTADAS PELO SISTEMA MUTIRÃO. ACRÉSCIMOS NO ITEM 1

INÍCIO: 02/06/2020

TÉRMINO: 12/06/2020

VALOR: R\$ 12.441,00 (doze mil, quatrocentos e quarenta e um reais)

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 44/2020 PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA DAS DIVERSAS AUTARQUIAS MUNICIPAIS

Publicação Nº 2513622

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 44/2020

PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Rio dos Cedros – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA DAS DIVERSAS AUTARQUIAS MUNICIPAIS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min do dia 17 de Junho de 2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 09h05min do dia 17 de Junho de 2020. ATRAVES DO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.compras-br.com.br/>. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro ou pelo Fone: (47) 3386-1050 Ramal 2021, no site: www.riodoscedros.sc.gov.br e <http://www.comprasbr.com.br/> e no e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros (SC), 04 de Junho de 2020.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito

DECRETO DE 18 DE MAIO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2513526

DECRETO DE 18 DE MAIO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

002 – EDUCAÇÃO BÁSICA

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos – Educação)R\$ 10.000,00

Para:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

002 – EDUCAÇÃO BÁSICA

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos – Educação)R\$ 10.000,00

TotalR\$ 10.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 18 de Maio de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 18 de Maio de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 19 DE MAIO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 2513528

DECRETO DE 19 DE MAIO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019 e pela Lei Municipal nº 2.093 de 19 de Maio de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros

0008.0244.0140.2102 – CIMVI – Acolhimento Institucional

3337100000000000 – Transf. Consórcios Públicos (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... R\$ 53.986,87

3447100000000000 – Transf. Consórcios Públicos (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... R\$ 17.102,57

04 – Secretaria de Infraestrutura

001 – Diretoria do Serviço Rodoviário Municipal

0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários

3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.500.000 – Cessão Onerosa) R\$ 5.543,12

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0017.0512.0020.2044 – Manutenção da Coleta de Lixo

3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.500.000 – Cessão Onerosa) R\$ 69.359,12

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

003 – Diretoria de Cultura

0027.0812.0100.2055 – Manutenção das Atividades do Desporto

3335000000000000 – Transf. Instituições privadas s/ fins lucrativos (1.000.000 – Rec. Ordinários) R\$ 15.000,00

Total Geral R\$ 160.991,68

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros

0008.0244.0140.2041 – Manutenção da Casa da Cidadania

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)R\$ 53.986,87

0008.0244.0140.2035 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)R\$ 17.102,57

04 – Secretaria de Infraestrutura

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0451.0020.1004 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.500.000 – Cessão Onerosa) R\$ 74.902,24

07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos

003 – Diretoria de Esportes

0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) R\$ 15.000,00

Total Geral R\$ 160.991,68

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 19 de Maio de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 19 de Maio de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 27 DE MAIO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2513529

DECRETO DE 27 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0302.0151.2087 – CISAMVI – Serviços Ambulatoriais Hospitalares

333930000000000000 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe. (3.020.000 – Receitas de Impostos - Saúde) R\$ 12.705,70

Total R\$ 12.705,70

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 27 de Maio de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 27 de Maio de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.066, DE 20 DE MAIO DE 2020. ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 3.032, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020 QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA HOLANDA (EXCLUSIVAMENTE NA EXTENSÃO MENCIONADA), PELO REGIME DE MUTIRÃO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº216, DE 10 DE JULHO DE 2012, EM CONFORMI

Publicação Nº 2513520

DECRETO Nº 3.066, DE 20 DE MAIO DE 2020.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 3.032, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020 QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA HOLANDA (exclusivamente na extensão mencionada), PELO REGIME DE MUTIRÃO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº216, DE 10 DE JULHO DE 2012, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 89/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Os dispositivos abaixo, todos do Decreto nº 3.032, de 10 de fevereiro de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º - Os interessados na pavimentação de vias públicas deverão dirigir a empresa credenciada Credenciamento nº 89/2017, a qual, a partir da adesão mínima de 52% (cinquenta e dois por cento) dos proprietários de imóveis (computado o percentual por imóvel), ficará autorizada a executar as obras de pavimentação.

[...]

Art. 10 – Após a aprovação dos projetos pela Secretaria de Planejamento e a demonstração pela Credenciada de contratação com 52% (cinquenta e dois por cento) dos proprietários de imóveis (computado o percentual por imóvel) de adesão ao Poder Executivo Municipal, este, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, emitirá a ordem de início de serviços.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, em 20 de Maio de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 20 de Maio de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.067, DE 20 DE MAIO DE 2020. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL COMO A INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Publicação Nº 2513523

DECRETO Nº 3.067, DE 20 DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL COMO A INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, dos artigos 14 e 30 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e da Instrução Normativa nº 01, de 20 de maio de 2005.

DECRETA:

Art.1º O controle e participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local pela Instância de Controle Social, criada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitada a intersetorialidade e a paridade entre governo e sociedade civil.

Art.2º Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, como INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL de caráter permanente,

com as funções de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família, constituída pela representação dos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:

REPRESENTANTES DE ENTIDADE GOVERNAMENTAL

1. Marineusa Hoffmann – Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social Assistência Social
2. Roseli Samagaia – Representante da Secretaria de Educação
3. Patrícia Naiara Teske – Representante da Administração.

SUPLENTES:

1. Marisane Terezinha Hoffmann – Representante da Assistência Social
2. Michele Vicenzi Fiussi – Representante da Secretaria de Educação
3. Paula Wackernagel - Representante da Administração

REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

TITULARES:

1. Lucimara Rocha Henrique – Representante dos usuários da Assistência Social de Rio dos Cedros
2. Ângela Aparecida Barbosa Representante da Paróquia Imaculada Conceição de Rio dos Cedros
3. Daniela Beyer Spiess Longo – Representante do Conselho Municipal de Educação

SUPLENTES:

1. Aparecida Ropelatto – Representante dos usuários da Assistência Social de Rio dos Cedros
2. Marlize Floriani - Representante da Paróquia Imaculada Conceição de Rio dos Cedros
3. Tatiana Cristina Busarello Kisner – Representante do COMED - Conselho Municipal de Educação

Parágrafo único: O prazo de vigência do presente Conselho será de 02 (dois) anos.

Art.3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o decreto nº 2.895, de 25 de abril de 2018.

Rio dos Cedros, 20 de maio de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de maio de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.068, DE 20 DE MAIO DE 2020. REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EXCLUSIVAMENTE PARA A RUA PIETRO ANTONIO OSTI (NA EXTENSÃO DE 305 METROS QUE INICIA DO ENTRONCAMENTO COM A RUA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER), PELO REGIME DE MUTIRÃO PREVISTO NA LEI COMPLEM

Publicação Nº 2513525

DECRETO Nº 3.068, DE 20 DE MAIO DE 2020.

REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EXCLUSIVAMENTE PARA A RUA PIETRO ANTONIO OSTI (na extensão de 305 metros que inicia do entroncamento com a Rua Expedicionário Anselmo Leitempergher), PELO REGIME DE MUTIRÃO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº216, DE 10 DE JULHO DE 2012, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 31/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto estabelece regras para hierarquização dos pedidos de Pavimentação, Melhoria e/ou Manutenção de Logradouros e Passeios destinados ao uso público que integram as vias do município de Rio dos Cedros pelo regime de mutirão de que trata a Lei Complementar nº216, de 10 de Julho de 2012 e em conformidade com o Credenciamento nº 31/2019, exclusivamente para a pavimentação em Regime de Mutirão da rua PIETRO ANTONIO OSTI, na extensão de 305 metros que inicia do entroncamento com a Rua Expedicionário Anselmo Leitempergher.

Art.2º - Os interessados na pavimentação da citada via pública deverão dirigir-se à empresa credenciada de acordo com o Credenciamento nº 31/2019, a qual, a partir da adesão mínima de 60% (sessenta por cento) dos proprietários de imóveis (computado o percentual por imóvel), ficará autorizada a executar as obras de pavimentação.

§1º - Considera-se adesão a efetiva participação financeira dos interessados (proprietários/possuidores dos imóveis lindeiros), como forma de viabilizar a execução da obra.

§2º - Os proprietários de imóveis que não aderirem ao sistema de mutirão deverão ser submetidos ao regime de contribuição de melhoria, cabendo ao Departamento de Tributação a adoção das medidas pertinentes à cobrança do tributo.

Art.3º - A Secretaria Municipal de Planejamento caberá a homologação e aprovação do projeto de pavimentação na via pública, bem como o cronograma físico e temporal de execução da obra mencionada no artigo 1º do presente Decreto, competindo a empresa credenciada, nos termos constantes do Credenciamento nº 31/2019, diligenciar apresentando os documentos necessários a homologação e aprovação do projeto de pavimentação do logradouro, mediante a utilização dos materiais constantes do credenciamento, conforme análise técnica do órgão municipal de planejamento e infraestrutura.

§1º - Caberá à empresa Credenciada executora da obra a retirada de todas as licenças, autorizações, bem como o pagamento de todos os tributos e taxas cabíveis, respondendo única e exclusivamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, infortunisticos, securitários, entre outros, eventualmente incidentes sobre a obra, além de responder pelos atos e omissões de seus funcionários, empregados, prepostos e terceiros, sem qualquer responsabilidade, solidária ou subsidiária do Município ou dos aderentes do Regime de Mutirão, pelas suas ações ou negligência, assegurado o direito destes de regresso em face daquela em caso de eventual condenação.

Art.4º - A contratação do serviço de pavimentação ocorrerá diretamente entre os proprietários /possuidores dos imóveis lindeiros e a empresa credenciada, não havendo qualquer responsabilidade do Município pelo custeio em razão de eventual inadimplência daqueles.

§1º - Os serviços contratados deverão ser executados através dos profissionais da empresa Credenciada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto naquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Administração Pública, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da Contratada pelo ônus, responsabilidade e perfeição técnica do mesmo.

§2º - Em nenhuma hipótese a responsabilidade pelos pagamentos das obrigações pactuadas entre os aderentes e a Credenciada será arca da pela Municipalidade, cabendo a credenciada procurar as vias legais cabíveis para seu devido ressarcimento contra os aderentes inadimplentes, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, a paralisação da obra ou o descumprimento dos prazos e projetos sob a justificativa de inadimplência de pagamentos.

Art. 5º - A empresa credenciada, para os fins da contratação mencionada no caput do artigo anterior, deverá utilizar-se da minuta de contrato constante da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, efetuando as devidas adaptações no que for cabível para melhor adequação ao sistema de contratação e as regras convencionadas, além das disposições do presente Decreto.

Art. 6º - Não haverá qualquer vínculo trabalhista entre a empresa Credenciada e o Município de Rio dos Cedros.

§1º - É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 71 da Lei 8.666/93.

§2º - A CREDENCIADA executará única e exclusivamente as disposições constantes do Credenciamento e do presente Decreto, por seus próprios meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os empregados e prepostos da CREDENCIADA e o Poder Público.

Art. 7º - Através de sua Secretaria de Planejamento, o Município de Rio dos Cedros exercerá fiscalização sobre a obra de pavimentação, a qual deverá seguir a metodologia técnica e regulamentar dos serviços de engenharia destinados a tais fins, bem como observar todos os critérios e normatizações técnicas determinadas pela Secretaria de Planejamento e Infraestrutura quando da homologação e aprovação do projeto de pavimentação apresentado pela empresa Credenciada.

§1º - A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CREDENCIADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução da obra de pavimentação do logradouro citado neste Decreto e perante quaisquer terceiros e o Poder Público.

§2º - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes do Credenciamento nº 31/2019, fica a CREDENCIADA responsável:

I - em prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos, independentemente do adimplemento das obrigações pactuadas com os proprietários/possuidores aderentes;

II - em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

III - pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa a obra;

IV - civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao Poder Público e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;

V - única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução da obra de pavimentação;

VI - em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto da pavimentação, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao Poder Público e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;

VII - em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução do objeto da pavimentação;

VIII - em refazer todos e quaisquer serviços mal executados ou defeituosos, bem como com a execução fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;

IX - única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto da pavimentação;

X - em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

XI - única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto da pavimentação;

XII - em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto da pavimentação;

XIII - quanto à quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;

XIV - em comunicar o Poder Público, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir ou retardar a execução destes serviços (por escrito);

XV - em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto da pavimentação ou aquelas apresentadas pelo Poder Público;

XVI - em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto da pavimentação;

XVII - por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;

XVIII - de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias à execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;

XIX - civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude de dano causado ao Poder Público e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução da obra de pavimentação;

XX - em facilitar que o Poder Público acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução da obra de pavimentação, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Art. 8º - A empresa Credenciada responderá exclusivamente pela solidez e perfectibilidade da obra, de acordo com a legislação de regência, respondendo também por todos os atos praticados por seus funcionários, prepostos ou terceiros, dolosos ou culposos, sem que haja qualquer responsabilidade do Município.

§1º - Em caso de condenação do Município por fato praticado por preposto, funcionário e/ou terceiros da empresa Credenciada, ficará assegurado o direito de regresso daquele em face desta.

Art. 9º - Como contrapartida no Regime de Mutirão da Rua PIETRO ANTONIO OSTI, na extensão de 305 metros que inicia do entroncamento com a Rua Expedicionário Anselmo Leitempergher, nos termos da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, o Município realizará as seguintes obras:

- I – Melhorias de drenagem com reposicionamento de bocas de lobo e complementação de tubulação;
- II – Preparação da pista compreendendo o fornecimento de meio fio;
- III – Fornecimento de base de brita graduada, para revestimento asfáltico;
- IV – Sinalização vertical, sem pintura de meio fio.

§1º - A Credenciada, antes da execução de seus trabalhos, deverá realizar aprofundado estudo sobre a situação do solo em que será realizada a obra de pavimentação bem como sobre os serviços que ficaram sobre a responsabilidade do Município.

§2º - Apurando a necessidade de regularização de qualquer parcela dos serviços que ficaram sob a incumbência do Município, no regime de mutirão de que trata o presente Decreto, a Credenciada deverá Notificar o Município, no prazo de 03 (três) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço, através de sua Secretaria de Obras, para que regularize a situação.

§3º - O início das obras pela Credenciada e/ou a ausência de manifestação no prazo mencionado no parágrafo anterior, afasta a responsabilidade do Município, inclusive sobre a parcela que executou, e implica a assunção pela Credenciada da obrigação de promover todas as eventuais correções que eventualmente sejam necessárias para regularização de problemas ocorridos com a pavimentação, inclusive os referentes as obras executadas originariamente pela municipalidade.

Art. 10 – Após a aprovação dos projetos pela Secretaria de Planejamento e a demonstração pela Credenciada de contratação com 60%(sessenta por cento) de adesão ao Poder Executivo Municipal, este, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, emitirá a ordem de início de serviços.

§1º - A apresentação dos contratos individuais celebrados entre a empresa Credenciada e cada um dos aderentes, substitui, para todos os fins e efeitos, a utilização da minuta constante do Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, que tem

caráter meramente exemplificativo podendo ser substituída por outros documentos que lhe fizerem às vezes.

Art.11 – A Credenciada, pelo descumprimento das regras previstas neste Decreto, no Edital de Credenciamento, nos projetos, memoriais e cronogramas aprovados pela Secretaria de Planejamento ficará sujeita a imposição das sanções capituladas no artigo 87 da Lei 8.666/97.

§1º - Além das demais disposições constantes do Credenciamento nº 031/2019, e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo Poder Público, a Credenciada incorrerá nas seguintes penalidades:
I - 10,0% (dez por cento) do valor da obra, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente Decreto ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

II - demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8.666/97, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme previsão legal.

§2º - A Credenciada será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

§3º - A penalidade de multa deverá ser paga junto à Tesouraria do Poder Executivo de Rio dos Cedros, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo.

§4º - Caso a Credenciada não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

Art.12 - A rescisão contratual, com o descredenciamento poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do Poder Público, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Poder Público.

Art. 13 - A inexecução total ou parcial da obra de pavimentação enseja o descredenciamento da empresa, com as consequências previstas no artigo 11 deste Decreto.

Art.14 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§1º - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CREDENCIADA, esta terá direito ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido, ressarcimento que deverá ser pleiteado em face dos aderentes.

§2º - A rescisão de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

§3º - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Poder Público, a rescisão importará em:

I - aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o Poder Público, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

II - declaração de inidoneidade quando a CREDENCIADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do Poder Público).

§4º - A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

Art.15 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio dos Cedros, em 20 de Maio de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 20 de Maio de 2020.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2020 DE 01/04/2020 DATA: 31/05/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020 AQUISIÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTO: ART.24, IV, DA LEI 8.666/93 CONTRATO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A

Publicação Nº 2514105

DISTRATO ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2020 de 01/04/2020

Data: 31/05/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020 AQUISIÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDAMENTO: art.24, IV, da Lei 8.666/93

CONTRATO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A – CNPJ n. 02.255.187/0001-08

OBJETO: aquisição e fornecimento de CONTRATAÇÃO DE PROVEDOR DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO à Administração Pública Municipal

INÍCIO: 31/05/2020

DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2020 DE 06/05/2020 DATA: 31/05/2020 CONTRATAÇÃO DIRETA FUNDAMENTO: LEI 8.666/94, ART.24, II DECRETO NACIONAL Nº 9.412/2018 CONTRATO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A

Publicação Nº 2514108

DISTRATO ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2020 de 06/05/2020

Data: 31/05/2020

CONTRATAÇÃO DIRETA FUNDAMENTO: Lei 8.666/94, art.24, II Decreto Nacional nº 9.412/2018

CONTRATO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A – CNPJ n. 02.255.187/0001-08

OBJETO: AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

INÍCIO: 31/05/2020

DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 151/2018 DE 20/11/2018 DATA: 31/05/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Publicação Nº 2514101

DISTRATO ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 151/2018 de 20/11/2018

DATA: 31/05/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - CNPJ 02.255.187/0001-08OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS INTERNET E INTERLIGAÇÃO POR MEIO DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓPTICA, PARA USO NA ESCOLA

MUNICIPAL PREFEITO JOÃO FLORIANI NA LOCALIDADE DE RIO ROSINA

INÍCIO: 31/05/2020

LEI ORDINÁRIA Nº 2.094, DE 02 DE JUNHO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 2513645

LEI ORDINÁRIA Nº 2.094, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.1008 – Construção e Ampliação de Creches

3449000000000000 – Aplicações diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação) 50.000,00

0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3319000000000000 – Aplic. diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)...200.000,00

3449000000000000 – Aplicações diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação) 13.990,81

Total Geral.263.990,81

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Administração da Secretaria de Educação
0012.0361.0065.2025 – Gestão Administrativa na Educação
3339000000000000 – Aplicações diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação) 50.000,00

002 – Educação Básica
0012.0361.0060.1020 – Construção e Ampliação de Escolas
3449000000000000 – Aplicações diretas (1.010.000 – Receita de Imp.- Educação) 13.990,81

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim
3319000000000000 – Aplic. diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)...200.000,00

Total Geral 263.990,81

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 02 de junho de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar
em 02 de junho de 2020.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

PORTARIAS DE Nº 211 A Nº 221_2020

Publicação Nº 2513531

PORTARIA Nº 211, DE 05 DE MARÇO DE 2020.
NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE RIO DOS CEDROS –SC (COOMDEC)

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 15 da Lei nº 1.772 de 24/04/2013), pela presente.

Resolve:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COOMDEC:

- SR. JUCINEI IVAN VICENZI - Coordenador.
- SRTA. PAULA WACKERNAGEL - Secretária
- SR. RAFAEL NONES - Setor Operativo
- SR. ARIEL FABRICIO SALVADOR - Setor Técnico

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 004, de 1º de janeiro de 2018 e a Portaria nº 396, de 28 de novembro de 2018.

Cumpra-se e publique-se.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar
em 05 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 212, DE 05 DE MARÇO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros SC,, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 2º § 2º da Lei nº 1.772, de 24/04/2013, pela presente.

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão o CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC:

Sr. Marildo Domingos Felippi - Presidente
Sr. Jucinei Ivan Vicenzi – Representante da COOMDEC
Sra. Miria Eliete Schmid Floriani - Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
Sra. Marineusa Hoffmann – Representante da Assistência Social
Sr. Rafael Nones - Representante da Secretaria de Obras
Sr. Ariel Fabricio Salvador - Representante do Departamento de Meio Ambiente
Sra Roseli Samagaia - Representante da Secretaria de Educação
Sr. Gabriel Francisco- 3º Sgto PM - Representante da Polícia Militar
Sr. Lindomar Ceregatti -3º Sgto BM - Representante do Corpo de Bombeiros
Sr. Bruno Caetano - Representante do Clube dos Trilheiros
Sr. Fábio Anesi - Representante da Ass. Bombeiros Comunitários
Sr. Gean Carlo Bagatolli - Representante da Câmara Diretores Lojistas
Sr. Dárcio Gonçalves da Cruz - Representante do Rotary Club Rio dos Cedros
Sr. Reinoldo Stein - Representante da Diretoria da Agricultura
Sr. Paulo Bindelli - Representante da Secretaria da Fazenda

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº005 de 05 de janeiro de 2018.

Cumpra-se e publique.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 05 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 213, DE 05 DE MARÇO DE 2020.

CONCEDE VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Conceder, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita, com efeitos a partir de 05/03/2020:

Servidor(a)	Funções Originárias do Cargo	Novas Atribuições/Funções	Vantagem Concedida
Helio Goetten	Servente de Serviços Gerais	Responderá, além das funções de seu cargo, pelas rotinas administrativas de planejamento, organização e operacionalização das tarefas relacionadas ao setor de mecânica da Secretaria de Infraestrutura.	FG-I (50%), nos termos do §2º do art.10 c/c Anexo VIII da Lei Complementar nº. 002, de 09 de dezembro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar nº 224/2013.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 05 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 214, DE 05 DE MARÇO DE 2020.
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Autoriza, o(a) Servidor(a) abaixo relacionado(a), a conduzir veículos da frota municipal:

NOME	CARGO	Habilitação	Categoria
Rafael Valério Gretter	Auxiliar de Computação	07426103370	"AB"

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 05 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 215, DE 05 DE MARÇO DE 2020.
CONCEDE VANTAGEM TRANSITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Conceder, conforme abaixo especificado, a vantagem transitória a seguir descrita, com efeitos a partir de 05/03/2020:

Servidor(a)	Funções Originárias do Cargo	Novas Atribuições/Funções	Vantagem Concedida
Mariah Couto Teixeira	Agente Administrativo	Responderá, além das atribuições de seu cargo, pelas rotinas administrativas de planejamento, organização e operacionalização das tarefas do setor de Serviço de Tributação.	FG-II (30%), nos termos do §2º do art.10 c/c Anexo VIII da Lei Complementar nº. 002, de 09 de dezembro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar nº 224/2013.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 05 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 216, DE 05 DE MARÇO DE 2020.
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Autoriza, o(a) Servidor(a) abaixo relacionado(a), a conduzir veículos da frota municipal:

NOME	CARGO	Habilitação	Categoria
Marcio Schoen	Servente de Serviços Gerais	02489571152	"AB"

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 05 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 05 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 217, DE 09 DE MARÇO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA MUNICIPAL.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 50 e 70, inciso II, letra "a" e "g", c/c o artigo 130 e 134 da Lei Complementar nº 001/91;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, ao(a) Servidor(a) Municipal LURDES DALCANALE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referencia salarial nível 14, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Licença Prêmio relativo ao período aquisitivo abaixo relacionado:

Protocolo nº	Período Aquisitivo:	Gozadas a partir de:
551/2020	14/06/2011 à 13/06/2016	09/03/2020 a 06/06/2020

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 09 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 09 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 218, DE 09 DE MARÇO DE 2020.
AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "a" e "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Autoriza, o(a) Servidor(a) abaixo relacionado(a), a conduzir veículos da frota municipal:

NOME	CARGO	Habilitação	Categoria
Helio Goetten	Servente de Serviços Gerais	1089820301	"B"

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 09 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 09 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 219, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Jaqueline Viebrantz	Assistente de Educação Infantil	164/2009	Prop. 17	20 hs	10/03/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 10 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 10 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 220, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NA FORMA DO ART.37, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, DE AGENTE PÚBLICO(A) DE ACORDO COM O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017/CTNEIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Homologar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo de	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho semanal (horas)	Início do Contrato	Término do Contrato
Maria Anita Gonçalves De Jesus Grande	Professor I – Artes	068/2005	34	40 hs	10/03/2020	29/05/2020 ou no retorno da titular Rogéria A. Borges De Lima Ribeiro que esta afastada em auxílio doença, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único – A presente contratação temporária se faz na forma do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017/CTNEIP,

e demais legislações municipais de regência, em especial as Leis Municipais nº 1.577/2008 e nº 1.652/2010.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 10 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 10 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 221, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

HOMOLOGA CONTRATAÇÕES DE AGENTES PÚBLICOS(AS) PARA ATENDEREM AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso I, combinado com o artigo 70, inciso II, letras "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Considerando a ausência de classificados nos processos seletivos abertos pela Administração Municipal para contratação temporária de agentes públicos visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, ficam homologadas as contratações temporárias, sob o regime jurídico único dos funcionários públicos municipais, do(a) agente público(a) abaixo nominado(a):

Nome	Funções do Cargo	Nº da L.C.	Nível Salarial	Jornada de Trabalho Semanal	Início do Contrato	Término do Contrato
Viviane De Jesus Borges De Lima	Professor II – Atendimento Educacional Especializado	068/2005	09	20 hs	10/03/2020	29/05/2020

Parágrafo Único – Fica determinado aos órgãos competentes que promovam o lançamento de novo processo seletivo, valendo o presente ato como justificativa de instauração do certame.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 10 de Março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF

Prefeito em Exercício de Rio dos Cedros

A presente Portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 10 de Março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

Rio Negrinho

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 056/2020

Publicação Nº 2511286

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2020
CONCORRÊNCIA PÚBLICA

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até às 09:00 horas do dia 08 de julho de 2020, processo licitatório na modalidade Concorrência Pública do tipo MAIOR OFERTA, PARA OUTORGA DE PERMISSÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS QUE COMETEM INFRAÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503/97) NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO – SC. Os envelopes das propostas e documentação de habilitação deverão ser protocolados e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard S. de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC até a data e horário acima. O início da sessão de abertura dos envelopes se dará no mesmo dia e horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, mesmo endereço. O edital, em inteiro teor, está disponível no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 1º de junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13984 - DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2514293

DEFINE NOVAS MEDIDAS ESSENCIAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AO RETORNO DO TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do coronavírus em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no Brasil;

CONSIDERANDO, o avanço do contágio do coronavírus no Brasil e principalmente no Estado de Santa Catarina e nossa região do Norte do Estado e, em razão da transmissão comunitária do vírus, sendo impossível identificar a origem da infecção;

CONSIDERANDO, que o Município de Rio Negrinho decretou Estado de Emergência através do Decreto Municipal n.º 13.905, de 18 de maio de 2020 e posteriormente decretou Estado de Calamidade Pública, por meio do Decreto Municipal n.º 13.967, 18 de maio de 2020, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO, que o Estado de Santa Catarina, através do Decreto 630 de 01 de junho de 2020, possibilitou aos Municípios catarinenses decidirem sobre o retorno do transporte público coletivo municipal:

DE C R E T A

Art. 1º - Fica autorizado, a partir do dia 08 de junho de 2020, o retorno do transporte coletivo público municipal obedecidas as seguintes diretrizes pela empresa de transporte coletivo e passageiros:

I – O transporte de passageiros com 60 (sessenta) anos ou mais somente poderá ocorrer em casos de extrema necessidade e devidamente comprovados;

II – Instalar suporte para álcool-gel na entrada e saída do veículo para higienização dos passageiros;

III - Disponibilizar álcool-gel para motoristas e cobradores;

IV - Higienizar os veículos e o local de estacionamento dos mesmos após sua utilização;

V - Exigir que os passageiros com 02 (dois) anos ou mais de idade somente possam utilizar o meio de transporte com o uso de máscaras;

VI – Disponibilizar, no máximo, 60% (sessenta por cento) da capacidade do ônibus, com espaçamento adequado entre cada passageiro e deverá, se possível, manter as janelas abertas durante todo o trajeto para garantir a ventilação no veículo;

VII - Reorganizar os horários e itinerários de forma a evitar aglomerações;

VIII - Disponibilizar material informativo sobre os cuidados com o coronavírus e sobre horários e itinerários dos ônibus em local com visibilidade nos veículos e nos terminais, assim como disponibilizar as informações na página da internet da Prefeitura Municipal e da empresa de transporte;

IX - Disponibilizar a compra antecipada de passes no terminal rodoviário de forma adequada, observados o distanciamento entre os passageiros/usuários e a disponibilização de álcool-gel, assim como ampliar o horário de vendas para evitar aglomerações;

X - Disponibilizar caixa ou urna para recebimento de passes nos ônibus, evitando que o cobrador ou o motorista toque no passe;

XI - Evitar a compra de passagem dentro dos veículos de transporte devendo ser realizada a venda antecipada;

XII - Realizar higienização com frequência no terminal urbano de passageiros, bem como higienizar, após cada uso, materiais de uso comum aos funcionários, como pontos eletrônicos, banheiros, refeitórios, entre outros;

Parágrafo Único. A empresa responsável pelo transporte poderá restringir horários de circulação dos ônibus nos finais de semanas e feriados.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no § 2º e § 3º do artigo 1º e no artigo 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 04 de junho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

WILSON LUIZ VEISS
Secretário de Administração
e Recursos Humanos

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal,
em 04 de junho de 2020.

Maristela Briniak - Diretora do Departamento Administrativo,
da Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2513915

Incubadora RINETEC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De conformidade com o Artigo 35º, Artigo 38º do Estatuto Social da Incubadora RINETEC e Legislação Civil em vigor, convoca os integrantes, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 16 de Junho de 2.020, às 07:30 horas na sede da ACIRNE, situado na Rua Maria Scholz,62 - Centro – Rio Negrinho – SC com a finalidade de atender aos artigos qualificados, conforme segue:

Em função de falecimento de membro diretor, recomposição para Eleição a Presidência, Vice-Presidência e demais conselheiros que compõem o Conselho de Administração, por maioria simples dos membros presentes, para um mandato de 4 (quatro) anos.

Nota: O Conselho de Administração é o órgão colegiado de gestão superior da RINETEC e é composto pelos seguintes membros:

I - 3 Membros de Entidades Empresariais e Sindicatos

II - 3 Membros de Instituições de Ensino

III - 3 Membros de Instituições Públicas

Rio Negrinho – SC, 01 de Junho de 2020.

Leandro Liberato do Santos

Vice Presidente do Conselho RINETEC

INEXIGIBILIDADE Nº 060/2020

Publicação Nº 2512877

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060/2020

FORNECEDOR: CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM

CNPJ 02.667.539/0001-24

OBJETO: Contratação de acolhimento para o idoso Sr. A. D. V. F. em instituição de longa permanência, conforme requisição do Ministério Público de Santa Catarina contida no ofício nº 0561/2019/01PJ/RNE, conforme documentos anexos ao presente processo de Inexigibilidade de Licitação.

VALOR: R\$ 3.628,00 (três mil seiscentos e vinte e oito reais) mensais, totalizando a importância de R\$ 21.768,00 (vinte e um mil setecentos e sessenta e oito reais).

VIGÊNCIA DO ACOLHIMENTO: 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

DESPESA: 189/07.003.2100.3.3.90.00.00.00.00 – do orçamento vigente da Secretaria de Assistência Social.

FUNDAMENTO DA DESPESA: Conforme preceitua o caput do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de acolhimento Grau III, de idoso, Sr. A. D. V. F. em centro de convivência, mediante requisição do Ministério Público de Santa Catarina. A decisão pela contratação de acolhimento ao idoso se justifica pelo requerimento do Ministério Público e Santa Catarina. O Centro de Convivência Pommern Heim está devidamente cadastrado junto à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina e foi escolhido depois

de ter sido visitada pelos profissionais da Secretaria de Assistência Social, comprovando possuir vaga estrutura apta ao acolhimento, dentro do menor preço encontrado. O acolhimento se dará, inicialmente, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme a necessidade.

Rio Negrinho, 04 de junho de 2020.

JÚLIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

PRIMEIRA ALTERAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 045/2020

Publicação N° 2513486

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2020 – CONCORRÊNCIA

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que EM RAZÃO DE ALTERAÇÕES QUANTO AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, foi retificado se acha aberto até às 09:00 horas do dia 13 de Julho de 2020, o Processo Licitatório na modalidade de Concorrência para contratação de empresa especializada para realizar os serviços de LIMPEZA URBANA, INCLUINDO CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS, PASSEIOS, ÁREAS PÚBLICAS E ESCOLAS MUNICIPAIS NA CIDADE DE RIO NEGRINHO - SC. A licitação se realizará conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, devendo as propostas e documentação habilitadora serem entregues e protocoladas no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até a data e horário acima, para abertura a partir das 09:00 horas do mesmo dia, tendo por local a sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, no mesmo endereço. O Edital com alterações está disponível no link <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos, Setor de Licitações da Prefeitura (endereço acima) ou pelo fone (47) 3646-3648/3646-3636

Rio Negrinho, 04 de Junho de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9990/2020

Publicação Nº 2512920

PORTARIA Nº 9990/2020

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Servidora Pública Municipal Sra. ALESSANDRA PULITA HEIMBURG, cargo em comissão DIRETOR CC-10, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de junho de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

DECRETO Nº 4.248/2020

Publicação Nº 2512896

DECRETO Nº 4.248/2020**DECRETA PONTO FACULTATIVO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado **PONTO FACULTATIVO**, em todas as repartições Públicas Municipais, no dia 12 de Junho de 2020, sexta-feira, em virtude do feriado de Corpus Christi.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia - SC, 04 de Junho de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Saltinho

PREFEITURA

PREGÃO 017/2020

Publicação Nº 2513768

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICÍPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 025/2020- Pregão Presencial com Registro de Preços nº 017/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 017/2020 – decorrente do PROCESSO 025/2020, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDIMENTO A FROTA MUNICIPAL. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 13:00MIN DO DIA 19 DE JUNHO DE 2020, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 13H15MIN DO DIA 19 DE JUNHO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 04 de junho de 2020. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 53/2020

Publicação N° 2514271

DECRETO N.º 053 - DE 27 DE MAIO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.857,60 (Quatro Mil Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2040 – MAN. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 4.857,60

Fonte: 1333.0000

RED: 40

Art. 2º. O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: SUPERÁVIT FINANCEIRO

Descrição da Fonte: 00.01.1333.00000 – APLICAÇÕES DIRETAS

Superávit Financeiro: R\$ 4.857,60

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de Maio de 2020

Ana Rosa Zanela
Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 37/2020 - TOMADA DE PREÇO N° 08/2020

Publicação N° 2513774

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 37/2020 – TOMADA DE PREÇO N° 08/2020

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 37/2020, na Modalidade de Tomada de Preço n° 08/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução das obras de ampliação e reforma dos ginásios de esportes das comunidades de linha Bela Vista e linha Liberdade. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 23 de junho de 2020. Abertura das propostas as 08h45min do dia 23 de junho de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 04 de junho de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ATO 010: SUSPENSÃO DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

Publicação N° 2513408

ATO 010: Suspensão de Realização da Prova Objetiva

Considerando que a nova data prevista para a prova escrita objetiva, dia 07/06/2020, é diretamente afetada em virtude de prorrogação de medidas sanitárias em nível regional, decorrente do aumento dos casos da pandemia da COVID-19.

Tendo por objetivo garantir a ampla participação de candidatos e a segurança da saúde de todos os participantes, promove-se a SUSPENSÃO da Prova Escrita Objetiva, Prova Prática e demais atos inerentes ao Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por tempo indeterminado.

Após a normalização da situação em nível regional, será realizada a convocação da Prova Escrita Objetiva e da Prova Prática, bem como, serão confirmados os locais e horários de prova, que serão realizados em instituições de ensino do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, e também a publicação do novo cronograma para finalização do evento.

Ficam cancelados os Atos Administrativos 06, 07, 08 e 09 relativos aos procedimentos de prova do Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, sendo publicados novos atos relacionados, assim da definição no novo cronograma de aplicação.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 04 de junho de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito do Município de Santa Terezinha do Progresso

ARP PL 48-2020 PP 28-2020

Publicação Nº 2514118

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/8
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2020

No dia 1 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a) DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2020, Processo Licitatório nº. 48/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SENDO CAIXA DE SOM, LIQUIDIFICAR, BATEDEIRA, FORNO ELÉTRICO, GARRAFA TÉRMICA, AR CONDICIONADO E FREEZER; LAVADOURA DE ROUPAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. DOS ITENS 01 ATÉ O ITEM 17 SERÁ DESTINADOS PARA SORTEIO NA CAMPANHA DE INSENTIVO FISCAL, PROPOSTA PELO MUNICÍPIO, PELO QUAL VISA INCENTIVAR A ARRECADAÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO LOCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS AN Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
623	GESUL COMERCIAL LTDA - ME	3, 4, 5, 6, 18
1606	GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	15, 16
562	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	2, 12, 13, 14
1708	MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI	11
1585	NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	1, 17
251	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME	7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GESUL COMERCIAL LTDA - ME	14.711.959/0001-40	ANDRE LUIZ LANSING SCHNORRENE	029.962.159-66
GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	34.759.165/0001-63	GIOVANI FRANKEN	004.822.049-31
JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	041.562.419-39
MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI	33.859.616/0001-71	TIAGO BERGAMASCHI	080.736.089-95
NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	19.115.775/0001-30	RUBI NYLAND	423.027.499-87
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME	03.958.284/0001-11	EDENILSON DA COSTA	066.145.629-32

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SENDO CAIXA DE SOM, LIQUIDIFICAR, BATEDEIRA, FORNO ELÉTRICO, GARRAFA TÉRMICA, AR CONDICIONADO E FREEZER; LAVADOURA DE ROUPAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. DOS ITENS 01 ATÉ O ITEM 17 SERÁ DESTINADOS PARA SORTEIO NA CAMPANHA DE INSENTIVO FISCAL, PROPOSTA PELO MUNICÍPIO, PELO QUAL VISA INCENTIVAR A ARRECADAÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO LOCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS AN
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 251 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	COOKTOP, à gás, 5 bocas, acendimento inteligente, bivolt, mesa de vidro temperado	Und	atlas	1,000	515,0000	515,00
8	FOGÃO À GÁS, 4 bocas, acendimento automático; 3 queimadores médios, 1 queimador grande rápido; mesa em aço inox brilhante,	Und	Muller	1,000	559,0000	559,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 48/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

Fornecedor: 251 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	FORNO ELÉTRICO, 44 L, auto limpante, 220v	Und	Nardelli	1,000	528,0000	528,00
10	GARRAFA TÉRMICA, air Pot, 1,8L, Acabamento aço Inóx inoxidável, ampola de vidro	Und	Invicta	5,000	100,0000	500,00

Fornecedor: 562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BATEDEIRA PLANETÁRIA, 220v, tigela para capacidade de 4L, min 6 velocidades, batedores de aço, 500W potência	Und	Britânia	1,000	432,0000	432,00
12	LIQUIDIFICADOR, 220v, 1200W potência, min 12 velocidades, pulsar autolimpeza, capacidade de 3L	Und	Philco	2,000	174,0000	348,00
13	MICRO-ONDAS, 31L, 220v, 1000W potência	Und	Electrolux	2,000	539,0000	1.078,00
14	REFRIGERADOR, biplex, capacidade 334L; freezer do refrigerador , aprox. 76L	Und	Consul	3,000	1.758,0000	5.274,00

Fornecedor: 623 - GESUL COMERCIAL LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BICILETA INFANTIL, aro 12, idade mínima recomendada 3 à 5 anos, com duas rodinhas, dimensões aprox: 82x55x50cm; Menina e menino (a combinar)	Und	CAIRU	1,000	180,0000	180,00
4	BICILETA INFANTIL, aro 16, idade mínima recomendada 5 à 7 anos, com duas rodinhas, dimensões aprox. 53,5x107x69cm; Menina e menino (a combinar)	Und	CAIRU	2,000	452,0000	904,00
5	BICILETA, aro 20, 18 marchas, Estrutura de aço carbono, cor a combinar	Und	COLLI	2,000	540,0000	1.080,00
6	BICILETA, aro 26, 18 marchas, aro em alumínio, alavanca de câmbio em nylon, modelo torneirinha, Estrutura de aço carbono, cor a combinar	Und	ACTION COLI	2,000	530,0000	1.060,00
18	CAIXA DE SOM, MULTI USO, AMPLIFICADA, COM BLUETOOTH, RÁDIO, USB E CARTÃO DE MEMÓRIA, COMPATÍVEL COM VIOLÃO E MICROFONE; BIVOLT; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL; POTÊNCIA RMS COM MÍNIMO DE 290 W; FUNÇÃO GRAVAR	Und	MULTILASER	1,000	748,0000	748,00

Fornecedor: 1585 - NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AR CONDICIONADO - SPLIT 9000 BTUs/FRIO/QUENTE, CLASSIFICAÇÃO ENERGETICA "A", 220V, INTERNO E EXTERNO	Und	KOMECO/KAC	1,000	1.379,0000	1.379,00
17	SMARTPHONE, 32 GB, dual chip, tela 5.7", 1.8GHz, octa-Core, 4G, câmera 13MP	Und	LG/k40	2,000	900,0000	1.800,00

Fornecedor: 1606 - GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	SMART TV, Led, 32", full HD, Conversor digital, Wi-fi integrado, 1 USB, 2 HDMI	Und	AOC	2,000	1.143,0000	2.286,00
16	SMART TV, Led, 40", full HD, Conversor digital, Wi-fi integrado, 2 USB, 2 HDMI	Und	MULTILASER	2,000	1.505,0000	3.010,00

Fornecedor: 1708 - MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	LAVADOURA DE ROUPAS, min 13kg, alta capacidade, 220v, cesto inox	Und	ELECTROLUX	4,000	1.730,0000	6.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/8
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/8
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/8
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/8
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSOPágina: 7/8
Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 1 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

GESUL COMERCIAL LTDA - ME	CNPJ: 14.711.959/0001-40	_____
GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	CNPJ: 34.759.165/0001-63	_____
JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 13.772.057/0001-50	_____
MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI	CNPJ: 33.859.616/0001-71	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 8/8
Processo N°. 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 28/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 1 de Junho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 19.115.775/0001-30

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 03.958.284/0001-11

ATA DE JULGAMENTO PL 48-2020 PP 28-2020

Publicação Nº 2514119

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 28/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 48/2020 Data do Processo: 07/05/2020</p>
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SENDO CAIXA DE SOM, LIQUIDIFICAR, BATEDEIRA, FORNO ELÉTRICO, GARRAFA TÉRMICA, AR CONDICIONADO E FREEZER; LAVADOURA DE ROUPAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. DOS ITENS 01 ATÉ O ITEM 17 SERÁ DESTINADOS PARA SORTEIO NA CAMPANHA DE INSENTIVO FISCAL, PROPOSTA PELO MUNICÍPIO, PELO QUAL VISA INCENTIVAR A ARRECADAÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO LOCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS AN

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 1 de Junho de 2020, às 14.40 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 48/2020, Licitação nº 28/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Finalizada a etapa de lances, consagrando-se vencedoras as empresas presente foram abertos os envelopes de habilitação, dos vencedores do certame. Toda a documentação pertinente a habilitação das empresas foi amplamente analisada por todos os representantes presentes, bem como pela equipe de apoio. A empresa Potencia Som e Informatica Ltda, apresentou negativa estadual vencida, senão que a mesma se enquadra na LEI 123/06, que pode apresentar documento em até 05 dias úteis, sendo que a mesma já foi conferida no momento pela comissão, sendo que está de acordo, estando assim anexada ao processo, não houve objeção. A documentação apresentada estava de acordo com o solicitado no instrumento convocatório, sendo então declaradas todas as empresas como vencedoras no certame. Não houve interesse dos licitantes de interpor recursos do que foi decidido na sessão pública. Sendo assim, encerra-se a presente sessão pública, lavrando a presente ata que vai assinada por todos. Na sequência será encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação. Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de junho de 2020.

Participante: 251 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	COOKTOP, à gás, 5 bocas, acendimento inteligente, bivolt, mesa de vidro temperado	Und	1,00	atlas	0,0000	515,00	515,00
8	FOGÃO À GÁS, 4 bocas, acendimento automático; 3 queimadores médios, 1 queimador grande rápido; mesa em aço inox brilhante	Und	1,00	Muller	0,0000	559,00	559,00
9	FORNO ELÉTRICO, 44 L, auto limpante, 220v	Und	1,00	Nardelli	0,0000	528,00	528,00
10	GARRAFA TÉRMICA, air Pot, 1,8L, Acabamento aço Inóx inoxidável, ampola de vidro	Und	5,00	Invicta	0,0000	100,00	500,00
Total do Participante ----->							2.102,00

Participante: 562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	BATEDEIRA PLANETÁRIA, 220v, tigela para capacidade de 4L, min 6 velocidades, batedores de aço, 500W potência	Und	1,00	Britânia	0,0000	432,00	432,00
12	LIQUIDIFICADOR, 220v, 1200W potência, min 12 velocidades, pulsar autolimpeza, capacidade de 3L	Und	2,00	Philco	0,0000	174,00	348,00
13	MICRO-ONDAS, 31L, 220v, 1000W potência	Und	2,00	Electrolux	0,0000	539,00	1.078,00
14	REFRIGERADOR, biplex, capacidade 334L; freezer do refrigerador, aprox. 76L	Und	3,00	Consul	0,0000	1.758,00	5.274,00
Total do Participante ----->							7.132,00

Participante: 623 - GESUL COMERCIAL LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	BICILETA INFANTIL, aro 12, idade mínima recomendada 3 à 5 anos, com duas rodinhas, dimensões aprox: 82x55x50cm; Menina e menino (a combinar)	Und	1,00	CAIRU	0,0000	180,00	180,00
4	BICILETA INFANTIL, aro 16, idade mínima recomendada 5 à 7 anos, com duas rodinhas, dimensões aprox. 53,5x107x69cm; Menina e menino (a combinar)	Und	2,00	CAIRU	0,0000	452,00	904,00
5	BICILETA, aro 20, 18 marchas, Estrutura de aço carbono, cor a combinar	Und	2,00	COLLI	0,0000	540,00	1.080,00
6	BICILETA, aro 26, 18 marchas, aro em alumínio, alavanca de câmbio em nylon, modelo torneirinha, Estrutura de aço carbono, cor a combinar	Und	2,00	ACTION COLLI	0,0000	530,00	1.060,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 28/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 48/2020 Data do Processo: 07/05/2020
Folha: 2/3	

Participante: 623 - GESUL COMERCIAL LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	CAIXA DE SOM, MULTI USO, AMPLIFICADA, COM BLUETOOTH, RÁDIO, USB E CARTÃO DE MEMÓRIA, COMPATÍVEL COM VIOLÃO E MICROFONE; BIVOLT; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL; POTÊNCIA RMS COM MÍNIMO DE 290 W; FUNÇÃO GRAVAR	Und	1,00	MULTILASER	0,0000	748,00	748,00

Total do Participante -----> 3.972,00

Participante: 1585 - NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AR CONDICIONADO - SPLIT 9000 BTUs/FRIO/QUENTE, CLASSIFICAÇÃO ENERGETICA "A", 220V, INTERNO E EXTERNO	Und	1,00	KOMECO/KAC	0,0000	1.379,00	1.379,00
17	SMARTPHONE, 32 GB, dual chip, tela 5.7", 1.8GHz, octa-Core, 4G, câmera 13MP	Und	2,00	LG/k40	0,0000	900,00	1.800,00

Total do Participante -----> 3.179,00

Participante: 1606 - GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	SMART TV, Led, 32", full HD, Conversor digital, Wi-fi integrado, 1 USB, 2 HDMI	Und	2,00	AOC	0,0000	1.143,00	2.286,00
16	SMART TV, Led, 40", full HD, Conversor digital, Wi-fi integrado, 2 USB, 2 HDMI	Und	2,00	MULTILASER	0,0000	1.505,00	3.010,00

Total do Participante -----> 5.296,00

Participante: 1708 - MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	LAVADOURA DE ROUPAS, min 13kg, alta capacidade, 220v, cesto inox	Und	4,00	ELECTROLUX	0,0000	1.730,00	6.920,00

Total do Participante -----> 6.920,00

Total Geral -----> 28.601,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 1 de Junho de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCO - - Pregoeiro(a)

ELENICE ELECIR PORSCO - - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO

MARGARETE ROSA ALVES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

ERONI ALLEBRANDT - - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO

MARCIANE ELENI PINNO - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

SOLANGE BRAGA - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

JULIANA DAL MAGO - - PSICÓLOGA

ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ - - ATENDENTE DE FARMÁCIA

LUANA CAROLINE STEIN HUPPES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

EDENILSON DA COSTA - - Representante

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

CNPJ: 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 28/2020 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

48/2020

Data do Processo:

07/05/2020

Folha: 3/3

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANDRE LUIZ LANSING SCHNORRENBERGER - - Representante

RUBI NYLAND - - Representante

GIOVANI FRANKEN - - Representante

TIAGO BERGAMASCHI - - Representante

TERMO DE HOM E ADJ PL 48-2020 PP 28-2020

Publicação Nº 2514124

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 28/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 48/2020 Data do Processo: 07/05/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 48/2020
b) Licitação Nr.: 28/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/06/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SENDO CAIXA DE SOM, LIQUIDIFICAR, BATEDEIRA, FORNO ELÉTRICO, GARRAFA TÉRMICA, AR CONDICIONADO E FREEZER; LAVADOURA DE ROUPAS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. DOS ITENS 01 ATÉ O ITEM 17 SERÁ DESTINADOS PARA SORTEIO NA CAMPANHA DE INSENTIVO FISCAL, PROPOSTA PELO MUNICÍPIO, PELO QUAL VISA INCENTIVAR A ARRECADAÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO LOCAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS AN

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u> (em Reais R\$)
- 000623 - GESUL COMERCIAL LTDA - ME	5	0,0000	3.972,00
- 001606 - GF EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	2	0,0000	5.296,00
- 000562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	4	0,0000	7.132,00
- 001708 - MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI	1	0,0000	6.920,00
- 001585 - NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA	2	0,0000	3.179,00
- 000251 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME	4	0,0000	2.102,00
	18		28.601,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 13**

Publicação Nº 2513417

PORTARIA N. 13, de 06 de junho de 20120.

FIXA JORNADA DE TRABALHO EM TURNO ÚNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores;

Considerando a decretação de situação de emergência no Município, em função da estiagem, através do Decreto 075, de 27 de março de 2020;

Considerando a necessidade de ajustar o funcionamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Agricultura, otimizando o desenvolvimento dos trabalhos, em especial no perímetro rural do Município de Santa Terezinha do Progresso;

Considerando a situação de calamidade pública, de que trata o Decreto 562/2020, alterado pelo Decreto 630/2020, editados pelo Governo do Estado de SC;

Considerando os Decretos 065, 072, 081, 087, 089, 090, 091, 101, 102 e 104, todos de 2020, editados pelo Município de Santa Terezinha do Progresso, para o enfrentamento da pandemia do coronavírus;

DECRETA

Art. 1º. É fixada a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais, em turno único, no horário das 12h às 18h, excepcionalmente, no período de 3 de junho de 2020 a 3 de julho de 2020.

§ 1º. Nos dias em que ocorrem as sessões do Poder Legislativo o expediente se estenderá até o encerramento dos trabalhos em plenário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua, revogando-se as demais disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 06 de junho de 2020.

VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

SALETE INÊS WESCHENFELDER

Assessora Jurídica

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº 004/2020 - ADEQUAÇÃO

Publicação Nº 2513620

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - ADEQUAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

004/2020

Processo	0113.002.0002626
Proprietário ou Requerente	JN INCORPORADORA LTDA
CPF/CNPJ	25.313.751/0001-99
Localização	Rua Clemente Tiago Diniz, nº 59 – Bairro Centro
Inscrição Imobiliária	01.01.040.0221
Área Licenciada	2.589,93(Alvará nº 034/2018) + 155,08= 2.745,01 m2
Número de Pavimentos:	08 + ático
Responsável Técnico (Projeto/execução: Arquitetônico, hidrossanitário, Elétrico, Estrutural)	Walmir Roberto Kosloski – Engenheiro Civil – CREA 148942-8 – ART 7391050-2
Prazo de Início e Término da Obra	A obra encontra-se em fase final (correção de área construída)

Tipo de Obra

Construção civil

Denominação da Obra

Edificação mista (residencial/comercial)

Uso e Atividade

Residencial/Comercial

Observação

Conforme Lei Complementar 224/2019.

1. AS ATIVIDADES PERMITIDAS NO LOCAL PRESERVAM AS LIMITAÇÕES INERENTES AO DIREITO DE VIZINHANÇA E AO BOM USO DA PROPRIEDADE, SEM CAUSAR DANOS AOS VIZINHOS E AO MEIO AMBIENTE;
2. A EDIFICAÇÃO DEVE ATENDER SEMPRE AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE ACIMA DE QUALQUER DETALHE ARQUITETÔNICO;
3. A MUNICIPALIDADE PODERÁ POR DECISÃO MOTIVADA, IMPOR CONDICIONANTES, ADEQUAÇÕES, SUSPENDER OU CANCELAR O PRESENTE ALVARÁ;
4. A EDIFICAÇÃO DEVE ATENDER À NORMA DE ACESSIBILIDADE NBR 9050: A INCLINAÇÃO TRANSVERSAL DE CALÇADAS, PASSEIOS E VIAS EXCLUSIVAS DE PEDESTRES NÃO DEVE SER SUPERIOR A 3%. EVENTUAIS AJUSTES DE SOLEIRA DEVEM SER EXECUTADOS SEMPRE DENTRO DOS LOTES. OS PASSEIOS DEVERÃO POSSUIR INCLINAÇÃO LONGITUDINAL ACOMPANHANDO O GREIDE DA RUA NÃO SUPERIOR A 8,33%;
5. A ACOMODAÇÃO TRANSVERSAL DO ACESSO DE VEÍCULOS E SEUS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO DEVEM SER FEITA EXCLUSIVAMENTE DENTRO DO IMÓVEL, DE FORMA A NÃO CRIAR DEGRAUS OU DESNÍVEIS ABRUPTOS NOS PASSEIOS;
6. APÓS A CONCLUSÃO DA OBRA, REQUERER O HABITE-SE (VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA), APRESENTANDO CÓPIA DO ALVARÁ E HABITE-SE DO CORPO DE BOMBEIROS (QUANDO FOR NECESSÁRIO);

É OBRIGATÓRIA A PERMANÊNCIA DO ALVARÁ E DO PROJETO APROVADO NO LOCAL DA OBRA, A DISPOSIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO. DOCUMENTO EXPEDIDO SEM RASURAS.

Santo Amaro da Imperatriz, 04 de junho de 2020

Técnico Responsável

Antônio Carlos Campos
Eng. Civil – CREA 017051-0
Matrícula 1502

CONTRATO 52-2020-ADITIVO

Publicação Nº 2513550

CONTRATO Nº 52, 02 de junho de 2020

1º ADITIVO AO CONTRATO 47/2020, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 21.310.754/0001-18, com sede à Rua Luiz Fagundes, nº 821, Sala 01, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC – CEP 88.103-500, neste ato representada por sua sócia administradora Sra. Mirian Cassia Figueiredo, brasileira, solteira, arquiteta, inscrita no CPF sob o nº 338.118.478-48, residente e domiciliada na Rua Francisco Jacinto de Melo, nº 1562, Apto 307, Bloco C, Bairro Areias, na cidade de São José/SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 08/2020 - TP, homologado em 04/05/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 47/2020 da Rua Mauri Josino de Campos, fica suprimido o valor de R\$ 19.959,69 e aditivado o valor de R\$ 10.743,94, gerando um reflexo financeiro negativo de 2,90%, cfe. planilhas de readequação anexa, passando o contrato principal para R\$ 280.384,92.

3. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 02 de junho de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal
Contratante

MIRIAN CÁSSIA FIGUEIREDO
Diretora Administradora PROPAV
Contratada

Testemunhas

1 2
Nome : Nome:

CONTRATO Nº 53, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513683

CONTRATO Nº 53, de 01 de junho de 2020.

7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA QUANTUM ENGENHARIA LTDA.

O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante, e a empresa Quantum Engenharia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.094.640/0001-72, com sede à Rua Dom Pedro II, 63, – Capoeiras – Florianópolis - SC, neste ato representada por seu Diretor Gilberto Vieira Filho, residente e domiciliado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, nº 397, Bairro Distrito Industrial, São José, CEP. 88.104 – 785 doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório TP nº 27/2015, homologado em 03/06/2015, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O prazo a que se refere à cláusula quinta do contrato nº 51/2015 fica prorrogado até o dia 02 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 01 de junho de 2020.

Município de Santo Amaro da Imperatriz Quantum Engenharia Ltda
Contratante Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO N° 54, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação N° 2513966

CONTRATO N° 54, de 04 de junho de 2020.

1º ADITIVO AO CONTRATO N° 23/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA KS CONSTRUÇÕES EIRELI.

1. Cláusula Primeira - Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) KS CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 10.286.202/0001-03, com sede na Rua Jacob Villain Filho, nº 95, Guarda do Cubatão – Município de Palhoça – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Sandro Luciano Scarpa, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 651.043.749-04, residente e domiciliado na Rua Jacob Villain Filho, nº 95, Guarda do Cubatão – Município de Palhoça – SC doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 05/2020 - TP, homologado em 10/03/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Cláusula Segunda – Da Vigência do Contrato

Fica o prazo previsto na cláusula décima, prorrogado por mais 60 (sessenta) dias passando a finalizar-se em 04/08/2020.

3. Cláusula Terceira - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 04 de junho de 2020.

EDESIO JUSTEN SANDRO LUCIANO SCARPA
Contratante Contratado

Testemunhas

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2020

Publicação Nº 2512777

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2020

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2020, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS GUSTAVO GERMANO BRAND, BEATRIZ KLAUMANN WEBER, ALVIN MORETTI E WALLY WEBER MORETTI, BAIRRO PROGRESSO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, CONDICIONADOS A LIBERAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR PARTE DO ÓRGÃO FINANCIADOR CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FINISA MUNICÍPIOS, para à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, totalizando em R\$ 2.331.880,77 vencedora do item 01. São Bento do Sul, 16 de março de 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 88/2020

Publicação Nº 2512809

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 88/2020
MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que receberá até as 08h30min horas do dia 06/07/2020, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AV. JOSÉ GROSSI, BAIRRO RIO NEGRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO FIRMADO COM O MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CONVÊNIO Nº 891659/2019.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: saobentodosul.atende.net, obter maiores informações e retirada do memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e projetos no link: <https://nuvem.saobentodosul.sc.gov.br/index.php/s/MuAwnYBcUs79en5> - senha 1234 na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 as 16h00.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2020.

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2020

Publicação Nº 2514290

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2020
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 5 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E EXAME DE SAÚDE COM LAUDO DE AUDIOMETRIA PARA OS MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ANEXO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Recebimento das propostas: até às 13h30min do dia 18/06/2020

Início da sessão: dia 18/06/2020, às 14h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-6163.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS
Secretaria de Educação

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2020

Publicação Nº 2512779

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2020

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 8/2020, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS GUSTAVO GERMANO BRAND, BEATRIZ KLAUMANN WEBER, ALVIN MORETTI E WALLY WEBER MORETTI, BAIRRO PROGRESSO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, CONDICIONADOS A LIBERAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR PARTE DO ÓRGÃO FINANCIADOR CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FINISA MUNICÍPIOS, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

São Bento do Sul, 16 de março de 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo

DECRETO Nº 1799/2020

Publicação Nº 2513626

DECRETO Nº 1799, DE 4 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 1.001, DE 13 DE JULHO DE 2018, QUE REGULAMENTA O ESTACIONAMENTO ROTATIVO SÃO BENTO, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.425, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Confere-se nova redação ao § 4º do artigo 15 do Decreto 1.001, de 13 de julho de 2018, que passam a contar com a seguinte redação:

“Art. 15
.....
.....

§ 4º O horário de atendimento ao público externo na parte administrativa da Central de Operação do Rotativo São Bento é de segunda-feira a sexta-feira das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 18h00min; e aos sábados das 08h00min às 12h00min.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 10804/2020

Publicação Nº 2513621

ERRATA:
Na publicação da Portaria nº 10804, de 3 de junho de 2020, na Edição nº 3161, página 1152, de 4 de junho de 2020, do Diário Oficial dos Municípios, no local que se lê “Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 18/06/2020 a 17/07/2020”, leia-se “Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 16/07/2020 a 14/08/2020”.

PORTARIA N° 10788/2020

Publicação N° 2513596

PORTARIA N° 10788, DE 3 DE JUNHO DE 2020.
CONSOLIDA PORTARIA N° 8688/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria n° 8688, de 1º de novembro de 2019, que concedeu aposentadoria à NEIVA MARIA ROSA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo n° @APE – 20/00009349, através da Decisão n° GAC/JNA – 477/2020, de 25 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 10811/2020

Publicação N° 2513602

PORTARIA N° 10811, DE 4 DE JUNHO DE 2020.
CONSOLIDA PORTARIA N° 8479/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria n° 8479, de 04 de outubro de 2019, que concedeu aposentadoria à LAURA VALERIO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo n° @APE – 20/00009691, através da Decisão n° COE/SNI – 414/2020, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 10812/2020

Publicação N° 2513608

PORTARIA N° 10812, DE 4 DE JUNHO DE 2020.
CONSOLIDA PORTARIA N° 8489/2019

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria n° 8489, de 04 outubro de 2019, que concedeu aposentadoria a JOSÉ ELVINO PEDROCHESKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo n° @APE – 20/00008458, através da Decisão n° COE/SNI – 416/2020, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10813/2020

Publicação Nº 2513611

PORTARIA Nº 10813, DE 4 DE JUNHO DE 2020.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor MATHEUS ROSSETTO, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Tecnologia Aplicada à Sinalização Viária, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placas MIU 1477;
- GM/Corsa, placas MIU 1547;
- GM/Corsa, placas MLB 4516;
- VW/Gol, placas MHQ 6962;
- GM/Celta, placas MCS 6957;
- GM/Celta, placas MCS 6867;
- GM/Corsa, placas MJA 1377;
- GM/Celta, placas MES 5242.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10814/2020

Publicação Nº 2513614

PORTARIA Nº 10814, DE 4 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ÉRICA KOASKI, no cargo de Bioquímico, do Concurso Público nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 9241/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10815/2020

Publicação Nº 2513617

PORTARIA Nº 10815, DE 4 DE JUNHO DE 2020.
Demite servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 050/2018 – Processo Administrativo nº 15569/2018, que observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar e a decisão emitida na forma do artigo 178 da Lei nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III, e no artigo 143, ambos da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores);

CONSIDERANDO que a decisão em recurso administrativo – Processo nº 7800/2020 manteve a pena de demissão aplicada ao servidor

RESOLVE:

Art. 1º APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 5 de junho de 2020, ao servidor ANTÔNIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, médico clínico geral, matrícula funcional nº 5130, nos termos do art. 139, III, e 143, da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores), por infração ao disposto no Artigo 131, incisos II, III, VI, VII, VIII e XVII; Artigo 132, inciso X; Artigo 143, incisos IV e X, todos da Lei Municipal nº 228/2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
São Bento do Sul, 4 de junho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2512469

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Poder: Legislativo

Período de Referência: Maio de 2019 a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
LIQUIDADAS														
	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	203.363,03	200.984,03	280.664,76	199.940,37	200.972,92	211.567,65	204.660,16	441.149,21	110.116,45	196.494,00	189.429,77	187.916,52	2.627.258,88	0,00
Pessoal Ativo	203.363,03	200.984,03	280.664,76	199.940,37	200.972,92	211.567,65	204.660,16	441.149,21	110.116,45	196.494,00	189.429,77	187.916,52	2.627.258,88	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	169.865,26	167.742,73	248.161,11	166.933,35	168.140,53	179.686,09	171.844,57	363.022,49	91.601,55	164.586,66	158.839,76	157.511,17	2.207.955,27	0,00
Obrigações Patronais	33.497,77	33.241,32	32.903,65	32.987,02	32.832,39	31.881,54	32.815,59	78.126,72	18.514,90	31.907,34	30.590,01	30.405,35	419.303,62	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	203.363,03	200.984,03	280.664,76	199.940,37	200.972,92	211.567,65	204.660,16	441.149,21	110.116,45	196.494,00	189.429,77	187.916,52	2.627.258,88	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													% SOBRE A RCL AJUSTADA	
a) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													317.038.038,78	
b) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)													-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + V - VI)													317.038.038,78	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													2.627.258,89	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													18.071.168,21	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II de §1º do art. 59 da LRF)													17.120.054,10	

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL - Emissão: 03/06/2020, às 09:59:37.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Identificador: WPR3781101-071-CXERN-32887917 - Emitido por: TEODORO KRZESINSKI

Pág 1 / 2

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



Poder: Legislativo

Período de Referência: Maio de 2019 a Abril de 2020 / Quadrimestre Janeiro-Abril

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL					
2020		Exercício do primeiro período seguinte		Exercício do segundo período seguinte	
1º Quadrimestre		Primeiro período seguinte		Segundo período seguinte	
Limite Máximo	% DTP	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	Redutor Residual	Limite
(a)	(b)	(c) = (1/3 * e)	(e) = (b-d)	(g) = (f-a)	(h) = (a)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.					
					% DTP
					(i)
					0,00

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
 Presidente da Câmara
 CPF: 618.270.709-78

TEODOMIRO KRZESINSKI
 Contador
 CRC/SC 023798/O-2

Identificador: WPR3761101-071-CXERN-328877917 - Emitido por: TEODOMIRO KRZESINSKI

Pág 2 / 2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2020**

Publicação Nº 2514001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

CONTRATO Nº 11/2020

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS

Contratada: FT SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 85.355.600/0001-25.

Vigência: Início: 29/05/2020 – Término 28/05/2021.

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - IPRESBS

Ação: 4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS.

Referência: 33 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Modalidade de Aplicação: 3.33.90.39.77 – Vigilância ostensiva/monitorada

Valor do Contrato: O preço contratado de R\$ 114,27 (cento e catorze reais e vinte e sete centavos) por mês, sendo R\$ 1.371,24 (um mil trezentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos), pelo período contratado.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de monitoramento eletrônico da central de alarme já instalada na sede do IPRESBS (órgão público municipal), localizada à Rua Alfredo Klimmek, 439, Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89280-334.

Observação: Conforme Dispensa de Licitação nº 12/2020.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2020.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE, Diretor-Presidente, assina pelo Contratante

RAFAEL BUCHMANN, Assina pela contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2020**

Publicação Nº 2513945

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 58/2019

Contrato nº: 51/2020 – 4º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Vigência: Início: 06/05/2020 - Término: 04/06/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DA SEGUNDA PARTE DA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL DO SAMAE, COMPREENDENDO QUADRA DE VÔLEI DE AREIA, QUADRA DE BASQUETE 3X3, PARCÃO, ESCAVAÇÃO DA LAGOA E ATERRO DO PLAYGROUND.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 06 de maio de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

DO RECURSO: 23.4.1004.3.4.4.90.51 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2020

Publicação Nº 2513951

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 72/2019

Contrato nº: 52/2020 – 2º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: HISAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

Vigência: Início: 08/05/2020 - Término: 05/08/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir de 07 de maio de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

VALOR: O preço total do objeto deste contrato é de R\$ 117.000,00 (Cento e dezessete mil reais).

RECURSOS: 23.3.1003.3.4.4.90.51.07 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2020

Publicação Nº 2513956

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 23/2020

Contrato nº: 54/2020

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: OI S.A.

Vigência: Início: 11/05/2020 - Término: 11/05/2021

OBJETO: Prestação de serviço de telefonia fixa comutado, STFC para atender as necessidades do SAMAE.

DO VALOR CONTRATUAL: O preço total do contrato é de R\$ 26.100,000 (Vinte e seis mil e cem reais).

RECURSOS: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 23.1.2063.3.3.3.90.40.05 – Setor de Serviços Administrativos – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2020

Publicação Nº 2513957

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 27/2018

Contrato nº: 55/2020 - 2º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Vigência: Início: 09/05/2020 - Término: 09/05/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO DIGITAL DE VOZ ATUALMENTE EM OPERAÇÃO.

ADITIVO: Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 09 de maio de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

DO REAJUSTE: Fica reajustado o valor total do contrato para R\$ 62.599,73 (Sessenta e dois mil quinhentos e noventa e nove reais e setenta e três centavos), conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 6,6908%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 5.216,64 (Cinco mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) mensal.

DO RECURSO: 23.4.2066.3.390.39.17 – Setor de saneamento Geral – Exercício Vigente.
São Bento do Sul, 04 de junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2020

Publicação Nº 2513959

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Credenciamento nº 16/2018
Contrato nº: 56/2020 - 2º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: GAZETA DO NORTE LTDA
Vigência: Início: 09/05/2020 - Término: 09/05/2021
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS JORNALÍSTICAS (JORNAIS) INTERESSADAS NO SERVIÇO DE FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO DE VALORES REFERENTES À *MENSALIDADE DE JORNAL* ATRAVÉS DAS FATURAS EMITIDAS PELO SAMAE.

ADITIVO: Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 09 de maio de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

São Bento do Sul, 04 de junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2020

Publicação Nº 2513963

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 28/2018
Contrato nº: 57/2020 – 3º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: MKS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - ME
Vigência: Início: 11/05/2020 - Término: 11/05/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEMETRIA, TELECOMANDO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO REMOTA EXISTENTES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 11/05/2020.

RECURSO: 23.4.2066.3.3.90.39.17 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente
São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2020

Publicação Nº 2513969

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 26/2018
Contrato nº: 58/2019 - 2º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: HERA SUL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA
Vigência: Início: 11/05/2020 - Término: 11/05/2021
OBJETO: Destinação de resíduos sólidos da construção civil, resíduos provenientes de podas e limpeza urbana, resíduos domiciliares volumosos, e resíduos perigosos (pilhas e baterias), provenientes do LEV – Local de Entrega Voluntária instalado pelo SAMAE no Bairro Brasília, onde serão recebidos resíduos provenientes de pequenos geradores (domiciliares).
ADITIVO: Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 11

de maio de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

DO REAJUSTE: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 6,6908%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) conforme demonstrativo abaixo:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de recebimento e disposição ambientalmente adequada de resíduos domiciliares da construção civil (não contaminado)	100 T	116,69	11.669,00
02	Serviço de recebimento e disposição ambientalmente adequada de resíduos domiciliares da construção civil (contaminado)	100 T	307,64	30.764,00
03	Serviço de recebimento e disposição ambientalmente adequada de resíduos provenientes de poda e limpeza urbana.	100 T	148,52	14.852,00
04	Serviço de recebimento e disposição ambientalmente adequada de resíduos domiciliares volumosos (colchões, estofados, móveis, etc.)	100 T	193,60	19.360,00
05	Serviço de recebimento e disposição ambientalmente adequada de resíduos perigosos (Pilhas e baterias usadas).	1.000 KG	5,82	5.820,00

RECURSOS: Dotação: 23.5.2069.3.3.90.39.28– Setor de Resíduos Sólidos – Exercício Vigente
São Bento do Sul, 04 de junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2020

Publicação Nº 2513971

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 21/2020

Contrato nº: 59/2020

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: JOÃO ALBERTO TREML

Vigência: Início: 14/05/2020 - Término: 12/07/2020

OBJETO: Serviço de terraplanagem com carregamento, transporte e descarregamento na área da nova sede do Samae e demais lugares que se fizer necessário nos serviços do departamento técnico do SAMAE.

DO VALOR CONTRATUAL: O preço total do objeto enunciado na Cláusula Primeira deste ajuste, nos termos da Proposta Comercial, é de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE
01	SERVIÇO DE TERRAPLAGEM COM CARREGAMENTO, TRANSPORTE, DESCARREGAMENTO EM CAMINHÃO TRUCADO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 10 M ³ + MÁQUINA DE PEQUENO PORTE (RETRO OU ESCAVADEIRA HIDRAULICA) PARA REALIZAR O ESPALHAMENTO DO MATERIAL (SOLO) E NIVELAMENTO DO SOLO.	10.000 M ³

RECURSOS: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguinte Dotação Orçamentária:

23.4.2066.3.3.3.90.39.99 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2020

Publicação Nº 2513974

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 24/2020

Contrato nº: 61/2020

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: LAVAÇÃO TAIÓ LTDA

Vigência: Início: 18/05/2020 - Término: 18/05/2021

OBJETO: SERVIÇO DE LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS VEÍCULOS PESADOS E UTILITÁRIOS DA FROTA DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL, SC.

DO VALOR CONTRATUAL: O preço total do objeto enunciado na Cláusula Primeira deste ajuste, nos termos da Proposta Comercial, é de R\$ 47.090,02 (Quarenta e sete mil noventa reais e dois centavos), conforme abaixo:

Produto LOTE 01	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO MERCEDES BENZ L 1318/51 CAÇAMBA - MET-8608 ANO 2007.	SERVIÇO	28	R\$ 128,73000	R\$ 3.604,44
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO RETRO III FIAT ALLIS FB 80.3 - MCX-0667 ANO 2001.	SERVIÇO	28	R\$ 168,35000	R\$ 4.713,80
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO MERCEDES BENZ L 1620/ 51 CARGA HIDROJATO - MFX-3354 ANO 2008.	SERVIÇO	54	R\$ 168,35000	R\$ 9.090,90
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO VW 8.150 DELIVERY PLUS, DIESEL - MJM-0613 ANO 2012.	SERVIÇO	28	R\$ 123,78000	R\$ 3.465,84
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO RETRO VOLVO BL 70B - ANO 2014.	SERVIÇO	28	R\$ 168,35000	R\$ 4.713,80
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO MB ACELLO - QIF-6552 - ANO 2016.	SERVIÇO	28	R\$ 121,83000	R\$ 3.411,24
Total do Lote:				R\$ 29.000,02
Produto LOTE 02	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS (RANGER - KIA K2700 - F-350 - KANGOO - PARTNER - AMAROCK) EM UM TOTAL DE 11 VEÍCULOS, PARA 12 MESES.	SERVIÇO	270	R\$ 67,00000	R\$ 18.090,00
Total do Lote:				R\$18.090,00
Total do Fornecedor:				R\$47.090,02

RECURSOS: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

23.01.2063.3.3.3.90.39.15 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

23.03.2065.3.3.3.90.39.15 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

23.02.2064.3.3.3.90.39.15 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2020

Publicação Nº 2513977

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 24/2020

Contrato nº: 62/2020

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: LAVAÇÃO TAIÓ LTDA

Vigência: Início: 18/05/2020 - Término: 18/05/2021

OBJETO: SERVIÇO DE LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE PASSEIO E MOTOCICLETAS DA FROTA DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL, SC.

DO VALOR CONTRATUAL: O preço total do objeto enunciado na Cláusula Primeira deste ajuste, nos termos da Proposta Comercial, é de R\$ 17.152,20 (Dezessete mil cento e cinquenta e dois reais e vinte centavos), conforme abaixo:

Produto LOTE 03	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO (STRADA - ASTRA - GOL - SAVEIRO - UNO - CRUZE - MON-TANA E FORD KÁ) EM UM TOTAL DE 22 VEÍCULOS, PARA 12 MESES.	SERVIÇO	540	R\$ 27,69000	R\$ 14.952,60
		Total do Lote:		R\$ 14.952,60
Produto LOTE 04	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
LAVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE MOTOCICLETAS (INTRU-DER - CG 125 - XLR 125 E NXR 125) EM UM TOTAL DE 10 MOTOCICLETAS, PARA 12 MESES.	SERVIÇO	130	R\$ 16,92000	R\$ 2.199,60
		Total do Lote:		R\$ 2.199,60
		Total do Fornecedor:		R\$ 17.152,20

RECURSOS: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

23.01.2063.3.3.3.90.39.15 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

23.03.2065.3.3.3.90.39.15 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

23.02.2064.3.3.3.90.39.15 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2020

Publicação Nº 2513979

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2019

Contrato nº: 64/2020 – 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: JOÃO ALBERTO TREML

Vigência: Início: 21/05/2020 - Término: 16/11/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA E CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO COM FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO, OPERADOR E COMBUSTÍVEL.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir de 21/05/2020.

RECURSO: 23.2.2064.3.3.3.90.39.12 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente e 23.3.2065.3.3.3.90.39.12 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2020

Publicação Nº 2513985

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 58/2019

Contrato nº: 65/2020 – 5º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Vigência: Início: 20/05/2020 - Término: 04/06/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DA SEGUNDA PARTE DA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL DO SAMAE, COMPREENDENDO QUADRA DE VÔLEI DE AREIA, QUADRA DE BASQUETE 3X3, PARCÃO, ESCAVAÇÃO DA LAGOA E ATERRO DO PLAYGROUND.

ADITIVO: Através do presente termo aditivo fica acrescido ao valor total do contrato ora aditado o valor de R\$ 9.249,94 (Nove mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos) correspondente a 3,30355% do valor inicial de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), totalizando R\$ 289.249,94 (Duzentos e oitenta e nove mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), para conclusão das etapas de tapumes e do fechamento da quadra.

DO RECURSO: 23.4.1004.3.4.4.90.51 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2020

Publicação Nº 2513986

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 82/2019

Contrato nº: 66/2020 – 2º Termo Aditivo CT 190/2019

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Vigência: Início: 20/05/2020 - Término: 01/08/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL DO SAMAE, COMPREENDENDO SERVIÇOS INICIAIS E PRELIMINARES, PLAYGROUND, LAGOA, PISTA DE PATINAÇÃO, CALÇADAS, ESTACIONAMENTO, QUIOSQUE, VESTIÁRIO E VEGETAÇÃO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, TABELA BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, RRT E PROJETOS ANEXOS.

DO ADITIVO: Através do presente termo aditivo fica acrescido ao valor total do contrato ora aditado o valor de R\$ 42.653,13 (Quarenta e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e treze centavos) correspondente a 10,9367% do valor inicial de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais), totalizando R\$ 432.653,13 (Quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e treze centavos), devido a alterações necessárias na execução nas bordas das lagoas do Parque.

DO RECURSO: 23.4.1004.3.4.4.90.51 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2020

Publicação Nº 2513989

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 57/2019

Contrato nº: 67/2020 – 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA

Vigência: Início: 23/03/2020 - Término: 13/08/2020

OBJETO: Prestação de serviços de retirada, transporte, fornecimento e colocação de calçamento "Tipo Paver" para o SAMAE de São Bento do Sul nas Ruas Barão do Rio Branco, Benjamin Constant, Jorge Zipperer, Tomás Vidal Teixeira e Capitão Ernesto Nunes e no anel central da cidade.

ADITIVO: Fica acrescido ao valor inicial do contrato o valor de R\$ 156.451,83 (Cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos) correspondente a 14,7961% do total do contrato ora aditado

RECURSOS: 23.3.1003.3.4.4.90.51.91 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2020

Publicação Nº 2513993

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 69/2019

Contrato nº: 68/2020 – 5º Termo Aditivo CT. 152/2019

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Vigência: Início: 30/05/2020 - Término: 28/07/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA A RUA PROFESSOR EGON HUSSMANN, RUA ÁUSTRIA E RUA ALEXANDRE BUHNEMANN, DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

ADITIVO: Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditivado pelo período de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 30 de maio de 2020.

RECURSOS: 23.3.1003.3.4.4.90.51.98 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente

São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2020

Publicação Nº 2513994

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 82/2019
Contrato nº: 69/2020 – 3º Termo Aditivo CT 190/2019
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Vigência: Início: 01/06/2020 - Término: 01/08/2020

OBJETO: EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL DO SAMAE, COMPREENDENDO SERVIÇOS INICIAIS E PRELIMINARES, PLAYGROUND, LAGOA, PISTA DE PATINAÇÃO, CALÇADAS, ESTACIONAMENTO, QUIOSQUE, VESTIÁRIO E VEGETAÇÃO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, TABELA BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, RRT E PROJETOS ANEXOS.

DO ADITIVO: Através do presente fica renovado o prazo de vigência do contrato ora aditado pelo período de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 03 de Junho de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

DO RECURSO: 23.4.1004.3.4.4.90.51 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente.
São Bento do Sul, 04 de Junho de 2020.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 96/2020

Publicação Nº 2513579

CONTRATO Nº 96/2020

TERMO ADITIVO SEGUNDO AO CONTRATO Nº 9/2020, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9/2020, QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S-10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 78/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 9/2020, aditado pelo Contrato nº 74/2020.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 30.275,00 (trinta mil duzentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 03/06/2020 até o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 78/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 9/2020, aditado pelo Contrato nº 74/2020, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
3/5	8.750,00	Lt	OLEO DIESEL S-10	RODOIL	3,46	30.275,00
Total						30.272,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 9/2020, aditado pelo Contrato nº 74/2020.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 78/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 9/2020, aditado pelo Contrato nº 74/2020.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. ADEMIR JOSÉ CIMA, portador do CPF nº 564.323.139-53, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 9/2020, aditado pelo Contrato nº 74/2020.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 3 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

GUSTAVO PESAVENTO
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 97/2020

Publicação Nº 2513572

CONTRATO Nº 97/2020

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa, L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA inscrita no CNPJ nº 15345797000136, localizada na RUA JOÃO PESSOA, 685 SALA TERREO, na cidade de Pinhalzinho - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. EDSON ZUCCO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na RUA JOÃO PESSOA, 685 SALA TERREO, na cidade de Pinhalzinho - SC, inscrito no CPF sob nº 033.506.999-10, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS MESMOS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MELHORAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CANTEIROS CENTRAIS AO LONGO DA RUA SÃO BERNARDINO E RUA VERÔNICA SCHEID CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA EM ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS MESMOS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MELHORAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CANTEIROS CENTRAIS AO LONGO DA RUA SÃO BERNARDINO E RUA VERÔNICA SCHEID CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA EM ANEXO, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 34/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99, e Processo Licitatório nº 34/2020, modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	76,00	Und	luminária pública LED 150 W. refrigeração por dissipador de calor sem ventilação forçada. Temperatura de cor entre 4000K e 5000K. índice de reprodução de cor - IRC > 70. Fluxo luminoso útil mínimo 15000 lm. Potência nominal de 150 W. Eficiência mínima da luminária - 100lm/W. Vida útil mínima 60000 horas. Grau de proteção do conjunto óptico e driver IP66 ou IP67. Grau de proteção contra impactos mecânicos IK08. Temperatura de operação -5°C a 50°C. Fator de potência mínimo 0,95. Distorsão harmônica máxima 10%. Garantia mínima de 5 anos. Permitir a fixação em tudo de diâmetro 46-49 mm. Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e relé foto controlador conforme NBR; fio com 4 metros de comprimento sem emendas	ZAGONEL	850,00	64.600,00
2	7,00	Und	Braço para iluminação pública de 3 metros de comprimento, com sapata, produzido em tubo de aço galvanizado tipo SAE1010/1020, soldado por processo contínuo e uniforme, com acabamento zincado a fogo por imersão, homologado pela Celesc	OLIVO	130,90	916,30
3	69,00	Und	Mão de obra - Retirada de luminária pública existente	INSTALTEC	28,00	1.932,00
4	76,00	Und	Mão de obra - Instalação de luminária pública (incluindo fita isolante e conector)	INSTALTEC	40,75	3.097,00
5	7,00	Und	Mão de obra - Instalação de braço 3 metros com sapata para iluminação pública	INSTALTEC	65,00	455,00
Total						71.000,30

O valor total do contrato é de R\$ 71.000,30 (setenta e um mil reais e trinta centavos), conforme constam no Processo Licitatório nº 34/2020, modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 34/2020 modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato é de 04/06/2020 até 31/12/2020, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do Fornecedor o percentual de 1,0 % (um, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso, depois de solicitada a entrega dos materiais e/ou serviços pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a execução dos serviços bem como fornecer os materiais, após solicitação por parte do Município.

II - Fornecedor ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos e serviços contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais e serviços contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais e serviços contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 34/2020 Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

VI - Fornecedor materiais e serviços de primeira qualidade e garantia de fábrica.

VII - Realizar os serviços em seu estabelecimento utilizando os equipamentos necessários para execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais e serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 34/2020 Modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizadas as seguintes previsões orçamentárias constantes no Orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal:

2.033.3390.00 - 3000 - 177/2020 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica 2.033.3390.00 - 1000 - 141/2020 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 34/2020, modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designado o Sr. ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 4 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL EDSON ZUCCO
Prefeito Municipal Fornecedor
Município
RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

DECRETO Nº 153/2020

Publicação Nº 2513564

DECRETO Nº 153/2020 DE 28/05/2020

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do Orçamento Financeiro de 2020 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação

12.000.0000.0.000.000 – Educação

12.367.0000.0.000.000 – Educação Especial

12.367.0009.0.000.000 – Ensino Especial

12.367.0009.2.020.000 – Apoio ao Ensino Especial

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Rec. próprio – ordinário R\$ 5.000,00

PARA:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação

12.000.0000.0.000.000 – Educação

12.367.0000.0.000.000 – Educação Especial

12.367.0009.0.000.000 – Ensino Especial

12.367.0009.2.020.000 – Apoio ao Ensino Especial

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1000 – Rec. próprio – ordinário R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de Maio de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Rsp. Sec. da Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 154/2020

Publicação Nº 2513565

DECRETO Nº 154/2020 DE 01/06/2020

	DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que determina o Art. 57 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO QUE:

- A data que sucede o feriado nacional de Corpus Christi, é de ser de grande importância para toda a sociedade Brasileira;
- A situação atual que estamos passando, do enfrentamento da pandemia COVID 19, e do isolamento social, possa minimizar possíveis contaminações;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, em decorrência do feriado nacional de Corpus Christi no período das 00h01min às 24h00min do dia 12 de junho de 2020;

Art. 2º - A Unidade Básica de Saúde, por ser atividade fim, manterão o atendimento a população em regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de junho de 2020

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 01 de junho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Responsável Secretária Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 156/2020

Publicação Nº 2513566

DECRETO Nº 156/2020 DE 04/06/2020

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor público municipal Sr. ANDERSON LUCAS NILSON, matrícula 536/02, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR, nomeado através do Decreto nº 048/2017 de 01/02/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 04 de junho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda**DECRETO Nº 157/2020**

Publicação Nº 2513568

DECRETO Nº 157/2020 DE 04/06/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.312/2020 de 04/06/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública
VALOR =====> R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
AÇÃO =====> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
VALOR =====> R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Especial, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública
VALOR =====> R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
AÇÃO =====> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
VALOR =====> R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Especial, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.000.0000.0.000.000 – Saúde
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1380 – Transf. Rec. União SUS/PAB R\$ 180.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.000.0000.0.000.000 – Saúde
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
10.301.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1380 – Transf. Rec. União SUS/PAB R\$ 220.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Especial, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de Junho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 158/2020

Publicação Nº 2513567

DECRETO Nº 158/2020 DE 04/06/2020

	REVOGA OS EFETOS DE DECRETO QUE TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial A Lei orgânica Municipal e o inciso II do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso I da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados a partir desta data, os efeitos do Decreto nº 123/2020 de 23/04/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de Junho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1312/2020

Publicação Nº 2513570

LEI Nº 1.312/2020 DE 04/06/2020

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Especial no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR =====> R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Especial, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Especial no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

VALOR =====> R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Especial, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Especial no valor de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1380 – Transf. Rec. União SUS/PAB R\$ 180.000,00

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.028.000 – Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.71.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1380 – Transf. Rec. União SUS/PAB R\$ 220.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Especial, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso previsto para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 204/2020

Publicação Nº 2513556

PORTARIA Nº 204/2020 DE 04/06/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias à Servidor Público Municipal Sr. VALDECIR SCHVIERK ocupante do cargo de Operador 1, matrícula 299/02, do dia 08/06/2020 a 07/07/2020, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 205/2020

Publicação Nº 2513557

PORTARIA Nº 205/2020 DE 04/06/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias à Servidor Público Municipal Sr. CLEDIR LUIZ LUDWIG ocupante do cargo de COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, matrícula 545/02, do dia 15/06/2020 a 14/07/2020, referente ao período aquisitivo de 08/03/2018 a 07/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 206/2020

Publicação Nº 2513558

PORTARIA Nº 206/2020 DE 03/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILEI DA SILVA GALUPO, ocupante do cargo de Agente Bibliotecário, matrícula nº 85/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 14/05/2020 a 28/05/2020 (15 dias), conforme atestado médico da Dra. Lia Regina de Sampaio (CRM/SC 20647), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/05/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 03 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 207/2020

Publicação Nº 2513560

PORTARIA Nº 207/2020 DE 03/06/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILEI DA SILVA GALUPO, ocupante do cargo de Agente Bibliotecário, matrícula nº 85/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 29/05/2020 à 11/08/2020 (75 dias), para encaminhamento do benefício junto ao INSS, conforme atestado médico da Dra. Lia Regina de Sampaio (CRM/SC 20647), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 29/05/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 03 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 208/2020

Publicação N° 2513561

PORTARIA N° 208/2020 DE 04/06/2020

	DETERMINA A TRANSFERÊNCIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinada a transferência da Servidora Pública Municipal, Sra. MARCIA DE OLIVEIRA RODRIGUES matrícula nº 558/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do atual local de trabalho (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente), para o cumprimento de sua jornada de trabalho junto à Creche municipal João Claudio Bevilaqua, com as responsabilidades e atribuições inerentes ao cargo e local de trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 04 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 209/2020

Publicação N° 2513562

PORTARIA N° 209/2020 DE 04/06/2020

	DETERMINA A TRANSFERÊNCIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinada a transferência da Servidora Pública Municipal, Sra. ELISANDRA DAS CHAGAS, matrícula nº 560/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do atual local de trabalho (Secretaria Municipal da Administração e Fazenda), para o cumprimento de sua jornada de trabalho junto ao Núcleo Escolar Aldino Leo Scheid, com as responsabilidades e atribuições inerentes ao cargo e local de trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 04 de junho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 210/2020

Publicação Nº 2513563

PORTARIA Nº 210/2020 DE 04/06/2020

	CONCEDE ABONO POR AUSÊNCIA AO TRABALHO À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Artigo 104, Inciso III, da Lei Municipal 004/1997 e Artigo 84, inciso II da Lei 1.267/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Sra. JOCIELI ANTUNES VIEL, ocupante da função de membro do conselho tutelar, matrícula nº 168/02 - 30hs semanais, abono por ausência ao trabalho de 04/06/2020 à 10/06/2020 (sete dias), por motivo de falecimento do seu filho MAXSUEL VIEL TELLES.

Art. 2º - Ficam cancelados os efeitos da Portaria 202/2020 de 01/06/2020 a partir da presente data.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 04 de junho de 2020.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 34/2020

Publicação Nº 2513178

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2020 - TP Processo Administrativo: 34/2020 Processo de Licitação: 34/2020 Data do Processo: 23/04/2020 Folha: 1/2
---	---

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2020
b) Licitação Nr.: 5/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/06/2020
e) Data da Adjudicação: 04/06/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS MESMOS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MELHORAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CANTEIROS CENTRAIS AO LONGO DA RUA SÃO BERNARDINO E RUA VERÔNICA SCHEID CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA EM ANEXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1 LE Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA (5442)

1 luminária pública LED 150 W. refrigeração por dissipador de calor sem ventilação forçada. Temperatura de cor entre 4000K e 5000K. Índice de reprodução de cor - IRC > 70. Fluxo luminoso útil mínimo 15000 lm. Potência nominal de 150 W. Eficiência mínima da luminária - 100lm/W. Vida útil mínima 60000 horas. Grau de proteção do conjunto óptico e driver IP66 ou IP67. Grau de proteção contra impactos mecânicos IK08. Temperatura de operação - 5°C a 50°C. Fator de potência mínimo 0,95. Distorsão harmônica máxima 10%. Garantia mínima de 5 anos. Permitir a fixação em tudo de diâmetro 46-49 mm. Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e relé foto controlador conforme NBR; fio com 4 metros de comprimento sem emendas - Marca: ZAGONEL	Und	33,00	-	850,00	28.050,00
1 luminária pública LED 150 W. refrigeração por dissipador de calor sem ventilação forçada. Temperatura de cor entre 4000K e 5000K. Índice de reprodução de cor - IRC > 70. Fluxo luminoso útil mínimo 15000 lm. Potência nominal de 150 W. Eficiência mínima da luminária - 100lm/W. Vida útil mínima 60000 horas. Grau de proteção do conjunto óptico e driver IP66 ou IP67. Grau de proteção contra impactos mecânicos IK08. Temperatura de operação - 5°C a 50°C. Fator de potência mínimo 0,95. Distorsão harmônica máxima 10%. Garantia mínima de 5 anos. Permitir a fixação em tudo de diâmetro 46-49 mm. Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e relé foto controlador conforme NBR; fio com 4 metros de comprimento sem emendas - Marca: ZAGONEL	Und	43,00	-	850,00	36.550,00
2 Braço para iluminação pública de 3 metros de comprimento, com sapata, produzido em tubo de aço galvanizado tipo SAE1010/1020, soldado por processo contínuo e uniforme, com acabamento zincado a fogo por imersão, homologado pela Celesco - Marca: OLIVO	Und	4,00	-	130,90	523,60

São Bernardino, 4 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2020 - TP Processo Administrativo: 34/2020 Processo de Licitação: 34/2020 Data do Processo: 23/04/2020
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1 **L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA (5442)**

2 Braço para iluminação pública de 3 metros de comprimento, com sapata, produzido em tubo de aço galvanizado tipo SAE1010/1020, soldado por processo contínuo e uniforme, com acabamento zincado a fogo por imersão, homologado pela Celesc - Marca: OLIVO	Und	3,00	-	130,90	392,70
--	-----	------	---	--------	--------

Total por Fornecedor: 65.516,30

LOTE: 2 **L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA (5442)**

3 Mão de obra - Retirada de luminária pública existente - Marca: INSTALTEC	Und	69,00	-	28,00	1.932,00
4 Mão de obra - Instalação de luminária pública (incluindo fita isolante e conector) - Marca: INSTALTEC	Und	76,00	-	40,75	3.097,00
5 Mão de obra - Instalação de braço 3 metros com sapata para iluminação pública - Marca: INSTALTEC	Und	7,00	-	65,00	455,00

Total por Fornecedor: 5.484,00

Total Geral: 71.000,30

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (141), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (177)

São Bernardino, 4 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.61.2.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2020 - TP Processo Administrativo: 34/2020 Processo de Licitação: 34/2020 Data do Processo: 23/04/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2020
b) Licitação Nr.: 5/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 04/06/2020
e) Data da Adjudicação: 04/06/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS MESMOS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MELHORAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CANTEIROS CENTRAIS AO LONGO DA RUA SÃO BERNARDINO E RUA VERÔNICA SCHEID CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA EM ANEXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

				(em Reais R\$)	
	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item

LOTE: 1 **L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA (5442)**

1 luminária pública LED 150 W. refrigeração por dissipador de calor sem ventilação forçada. Temperatura de cor entre 4000K e 5000K. Índice de reprodução de cor - IRC > 70. Fluxo luminoso útil mínimo 15000 lm. Potência nominal de 150 W. Eficiência mínima da luminária - 100lm/W. Vida útil mínima 60000 horas. Grau de proteção do conjunto óptico e driver IP66 ou IP67. Grau de proteção contra impactos mecânicos IK08. Temperatura de operação -5°C a 50°C. Fator de potência mínimo 0,95. Distorção harmônica máxima 10%. Garantia mínima de 5 anos. Permitir a fixação em tudo de diâmetro 46-49 mm. Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e relé foto controlador conforme NBR; fio com 4 metros de comprimento sem emendas - Marca: ZAGONE	Und	33,00	-	850,00	28.050,00
1 luminária pública LED 150 W. refrigeração por dissipador de calor sem ventilação forçada. Temperatura de cor entre 4000K e 5000K. Índice de reprodução de cor - IRC > 70. Fluxo luminoso útil mínimo 15000 lm. Potência nominal de 150 W. Eficiência mínima da luminária - 100lm/W. Vida útil mínima 60000 horas. Grau de proteção do conjunto óptico e driver IP66 ou IP67. Grau de proteção contra impactos mecânicos IK08. Temperatura de operação -5°C a 50°C. Fator de potência mínimo 0,95. Distorção harmônica máxima 10%. Garantia mínima de 5 anos. Permitir a fixação em tudo de diâmetro 46-49 mm. Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e relé foto controlador conforme NBR; fio com 4 metros de comprimento sem emendas - Marca: ZAGONE	Und	43,00	-	850,00	36.550,00
2 Braço para iluminação pública de 3 metros de comprimento, com sapata, produzido em tubo de aço galvanizado tipo SAE1010/1020, soldado por processo contínuo e uniforme, com acabamento zincado a fogo por imersão, homologado pela Celesc - Marca: OLIVO	Und	4,00	-	130,90	523,60

São Bernardino, 4 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2020 - TP Processo Administrativo: 34/2020 Processo de Licitação: 34/2020 Data do Processo: 23/04/2020
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1 **L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA (5442)**

2 Braço para iluminação pública de 3 metros de comprimento, com sapata, produzido em tubo de aço galvanizado tipo SAE1010/1020, soldado por processo contínuo e uniforme, com acabamento zincado a fogo por imersão, homologado pela Celesc - Marca: OLIVO	Und	3,00	-	130,90	392,70
--	-----	------	---	--------	--------

Total por Fornecedor: 65.516,30

LOTE: 2 **L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA (5442)**

3 Mão de obra - Retirada de luminária pública existente - Marca: INSTALTEC	Und	69,00	-	28,00	1.932,00
4 Mão de obra - Instalação de luminária pública (incluindo fita isolante e conector) - Marca: INSTALTEC	Und	76,00	-	40,75	3.097,00
5 Mão de obra - Instalação de braço 3 metros com sapata para iluminação pública - Marca: INSTALTEC	Und	7,00	-	65,00	455,00

Total por Fornecedor: 5.484,00

Total Geral: 71.000,30

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (141), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (177)

São Bernardino, 4 de Junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO 110/2020

Publicação Nº 2514125

DECRETO Nº 110, DE 29 DE MAI 2020.

Nomeia os Membros da Comissão Municipal do Processo Seletivo nº 01/2020.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão para acompanhar os trâmites do Processo Seletivo Simplificado para ACT Nº 01/2020, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de São Bonifácio, integrada por WALZIRA MARIA BUSS KRAUS, ELISANGELA APARECIDA SCHMOELLER NIENKOETTER E JOSIELE EPPING, sob a presidência do primeiro e em conjunto com a empresa contratada para a realização do referido certame.

Art. 2º A Comissão ora constituída acompanhará a elaboração do Edital do Processo Seletivo, submetendo-o a Homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2020

Publicação Nº 2513518

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2020

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratada: Diagnostica Catarinense Comércio de Produtos Laboratoriais Eireli, pessoa jurídica, de direito privado, situada na Rua 25 de dezembro, bairro Flor de Nápolis, na cidade São José, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 14.248.265/0001-18.

Valor total do contrato: O valor total do contrato é de R\$ 13.117,10 (treze mil cento e dezessete reais e dez centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LABORATÓRIO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Item	Discriminação	Unidade	Qtde.	Preço Unitário	Total do Item
1	ACIDO URICO R1- 1X200ML R2- 1X50ML CALIBRADOR - 1X5ML LIQUIFORM 250 ML ENSAIO DE PONTO FINAL	UN.	5	R\$ 143,00	R\$ 715,00
2	AGULHA COLETA MULTIPLA A VACUO 25X8MM C/ 100	CX	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
3	ÁLCOOL LÍQUIDO 0%INP	LT.	10	R\$ 11,30	R\$ 113,00
4	ALGODÃO HIDRÓFILO C/500G	RL.	5	R\$ 20,00	R\$ 100,00
5	BLOOD FILM COM 500 UN	CX.	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
6	COLESTEROL HDL PRECIPITANTE R1- 1X50ML CALIBRADOR- 1X5ML SEPARAÇÃO SELETIVA DO HDL 50 ML	CX.	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
7	COLESTEROL LIQUIFORM R1- 2X100ML CALIBRADOR- 1X5ML ENSAIO COLORIMETRICO DE PONTO FINAL 200 ML	CX.	5	R\$100,00	R\$ 500,00
8	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO (SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE ADESIVO DUPLA FACE ANTIALERGÊNICO)	UN.	200	0,45	90,00
9	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO (SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE ADESIVO DUPLA FACE ANTIALERGÊNICO)	UN.	200	R\$ 0,45	R\$ 90,00

10	CREATININA K R1- 1X240ML R-2 1X60ML R4- 1X5ML CALIBRADOR- 1X5ML ENSAIO CINETICO DE DOIS PONTOS 300ML	CX	5	R\$ 56,00	R\$ 280,00
11	CUBETA PARA COAGULOMETRO C/160 UN WAMA	CX	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
12	GLICOSE LIQUIFORM R1- 1X500ML CALIBRADOR - 1X5ML 500ML ENSAIO DE PONTO FINAL	CX	5	R\$ 73,00	R\$ 365,00
13	GLUC UP PRONTO 75GR C/300ML SABOR LIMAO	UN.	25	R\$ 7,00	R\$ 175,00
14	INSTANT PROV (CONJUNTO DE CORANTES PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL RÁPIDA EM HEMATOLOGIA COM 3 FRASCOS DE 500ML)	UN.	1	R\$ 40,00	R\$ 40,00
15	LUGOL 2%	LT	1	R\$ 63,00	R\$ 63,00
16	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NITRIL TAM P	PAR	12	R\$ 55,00	R\$ 660,00
17	MICRO ESFERA PARA COAGULOMETRO C/ 200 UN WAMA	CX	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
18	MICROPIPETA VOLUME FIXO 10 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
19	MICROPIPETA VOLUME FIXO 100 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
20	MICROPIPETA VOLUME FIXO 1000 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
21	MICROPIPETA VOLUME FIXO 20 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
22	MICROPIPETA VOLUME FIXO 25 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
23	MICROPIPETA VOLUME FIXO 250 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
24	MICROPIPETA VOLUME FIXO 50 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
25	MICROPIPETA VOLUME FIXO 500 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 109,00	R\$ 109,00
26	MICROPIPETA VOLUME FIXO 75 MICROLITROS	UN.	1	R\$ 130,00	R\$ 130,00
27	PONTEIRAS TIPO GILSON CRAL VOL. 0-200UI MICROLITROS C/1000	CX.	5	R\$ 17,00	R\$ 85,00
28	PONTEIRAS TIPO GILSON CRALVOL. 0.1-10UI MICROLITROS C/1000	CX.	4	R\$ 17,90	R\$ 71,60
29	PONTEIRAS TIPO UNIVERSAL VOL. 200-1.000UI MICROLITROS	UN.	5	R\$ 45,00	R\$ 225,00
30	POTES PARA COLETA DE URINA E FEZES 80 ML	UN.	1500	R\$ 0,43	R\$ 645,00
31	SORO CONTROLE QUALITROL 1H 5ML	UN.	5	R\$ 54,00	R\$ 270,00
32	TIRAS DE URINA URI-COLOR CHECK 10 AREAS C/ 100	CX	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
33	TUBO COLETA A VACUO COM CITRATO 4,5 ML C/100 AZUL	CX	3	R\$ 80,00	R\$ 240,00
34	TUBO COLETA A VACUO COM EDTA PARA HEMOGRAMA 5ML C/100	CX	15	R\$ 76,50	R\$ 1.147,50
35	TUBO COLETA A VACUO COM GEL SEPARADOR 3,5 ML C/100 AMARELO	CX	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
36	TUBO COLETA À VÁCUO COM GEL SEPARADOR 5 ML	UN.	1.000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
37	TUBO COLETA A VACUO COM GEL SEPARADOR 8,5 ML C/100 AMARELO	CX	5	R\$ 160,00	R\$ 800,00
	Total	R\$ 13.117,10			

Vigência: Dá-se ao presente contrato a vigência até 31 de dezembro de 2020.

Pregão Presencial nº 15/2020

Data da assinatura: São Bonifácio, 01 de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020

Publicação Nº 2513536

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratada: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Dom Pedro II, nº 272, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis, inscrita no CNPJ sob o nº 83.214.833/0001-82.

Valor total do contrato: O valor total do contrato é de R\$ 13.827,50 (treze mil oitocentos e vinte sete reais e cinquenta centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LABORATÓRIO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Item	Discriminação	Unidade	Qtde.	Preço Unitário	Total do Item
1	CEFALINA ATIVADA 6X2,5ML CLOT TTPA C/100 TESTES	CX	5	R\$ 99,00	R\$ 297,00
2	COLUNA DEIONIZADORA SOBRESSALENTE PERMUTION CS 0350 SATI-0011 TEMP MAX 10C	UN.	2	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00

3	PCR TURBIQUEST PLUS C/ CALIBRADOR 50ML REF331-1 R1-1X40ML R2-1X10ML CAL1X1.0ML ENSAIO IMUNOTURBIDIMETRICO	CX.	3	R\$ 399,50	R\$ 1.198,50
4	QUALITROL AEO-FR-PCR CONTROLE ASO FR PCR QUALITROL 2X1ML CONTROL 1 - 1X1ML CONTROL 2	CX.	2	R\$ 299,50	R\$ 599,00
5	SDH CLEANER 3 FRASCOS DE 150ML SDH YELLOW- 1X150ML SDH BLUE-1X150ML SDH RED- 1X150ML AGENTES DE LIMPEZA PARA ANALIZADORES DE HEMATOLOGIA SDH-20 LABTEST	CX.	2	R\$ 1.190,00	R\$ 2.380,00
6	SDH DILUENTE REF 206-20 - DILUENTE PARA DILUIR AMOSTRAS DE SANGUE TOTAL 20 LITROS	UN.	2	R\$ 598,00	R\$ 1.196,00
7	SDH LISANTE REF 205-5 - SOLUÇÃO LISANTE PARA OS ANALISADORES DE HEMATOLOGIA SDH-20 5 LITROS	UN.	2	R\$ 1.250,00	R\$ 2.500,00
8	TRIGLICERIDEOS LIQUIFORM R1- 2X100ML CALIBRADOR- 1X5ML ENSAIO DE PONTO FINAL 200ML	CX.	5	R\$ 119,00	R\$ 595,00
9	TROMBOPLASTINA 10X2ML CLOT C/100 TESTES	CX	3	R\$ 99,00	R\$ 297,00
10	UREIA UV R1- 4X40ML R2- 4X10ML CALIBRADOR-1X5ML ENSAIO CINETICO EM ULTRAVIOLETA 200ML	CX	5	R\$ 179,00	R\$ 895,00
11	URILAB C/ 10 TUBOS (CLED AGAR/ MAC.CONKEY)	CX	30	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00
	Total			R\$ 13.827,50	

Vigência: Dá-se ao presente contrato a vigência até 31 de dezembro de 2020.

Pregão Presencial nº 15/2020

Data da assinatura: São Bonifácio, 01 de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020

Publicação Nº 2513551

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO.

Contratada: NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI - NBS PROVAS, CNPJ nº 34.768.312/0001-61, com sede na Rua Timbó, n.º 301 - Sala 54, Victor Konder, Blumenau – SC, CEP. 89012-180.

Valor total do contrato: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço proposto que é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de uma empresa especializada prestadora de serviços, para a realização de PROCESSO SELETIVO para cargos do quadro da Administração da CONTRATANTE, listados abaixo, compreendendo a elaboração de editais, decretos, portarias, preparo do edital de convocação para as provas, preparação e impressão de provas, empacotamento de provas, coordenação das provas escritas e práticas, listagem de inscritos, correção das provas, emissão de listagem do resultado parcial e final do PROCESSO SELETIVO, resposta e eventuais recursos, contratação de fiscais, análise e parecer de recursos interpostos por candidatos e apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame.

PROCESSO SELETIVO com 4 (quatro) cargos: Médico; Dentista; Psicólogo; Assistente Social.

Vigência: Este contrato tem vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

Processo de Licitação nº 36/2020, Modalidade Dispensa de Licitação nº 06/2020.

PORTARIA Nº 1023/2020

Publicação Nº 2513724

Portaria nº 1023/2020

CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso I da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a MARISA MOENSTER BACKES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Contábil Financeiro, nível 2201-D, inscrita no quadro de pessoal sob matrícula nº 635, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 10% (dez por cento), sobre a letra que o servidora estiver enquadrada, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1024/2020

Publicação Nº 2513740

Portaria nº 1024/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso I da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a ELISANGELA APARECIDA SCHMOELLER NIENKOETTER, servidora pública, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, nível 2103-D, inscrita no quadro de pessoal sob matrícula nº 640, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 10% (dez por cento), sobre a letra que o servidora estiver enquadrada, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1025/2020

Publicação Nº 2513742

Portaria nº 1025/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso I da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a WALZIRA MARIA BUSS KRAUSS, servidora pública, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, nível 2103-J, inscrita no quadro de pessoal sob matrícula nº 250, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 10% (dez por cento), sobre a letra que o servidora estiver enquadrada, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1026/2020

Publicação Nº 2513743

Portaria nº 1026/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso I da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a VALTER SCHARF FILHO, servidor publico municipal, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo,

nível 2103-F, inscrito no quadro de pessoal sob matrícula nº 299, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 10% (dez por cento), sobre a letra que o servidor estiver enquadrado, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1027/2020

Publicação Nº 2513745

Portaria nº 1027/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso I da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a JORGE LUIS CATÂNIO, servidor publico municipal, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, nível 2202-E, inscrito no quadro de pessoal sob matrícula nº 678, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 10% (dez por cento), sobre a letra que o servidor estiver enquadrado, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1028/2020

Publicação Nº 2513747

Portaria nº 1028/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso II da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a SIMONE MARIA MOENSTER HAWERROTH, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Contadora, nível 2204-F, inscrita no quadro de pessoal sob matrícula nº 807, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 05% (cinco por cento), sobre a letra que a servidora estiver enquadrada, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1029/2020

Publicação Nº 2513749

Portaria nº 1029/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso II da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a DEISI FEUSER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Pedagoga Social, nível 2401-D, inscrita no quadro de pessoal sob matrícula nº 749, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 05% (cinco por cento), sobre a letra que a servidora estiver enquadrada, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1030/2020

Publicação Nº 2513751

Portaria nº 1030/2020
CONCEDE ADICIONAL POR ESCOLARIDADE.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 123, inciso II da Lei Complementar nº 144/2020 e dos artigos 25-29, da Lei Complementar 146/2020,

RESOLVE:

CONCEDER a MAGALI MAFRA MARGHOTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, nível 2504-J, inscrita no quadro de pessoal sob matrícula nº 298, ADICIONAL POR ESCOLARIDADE de 05% (cinco por cento), sobre a letra que a servidora estiver enquadrada, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de maio de 2020.

São Bonifácio, 29 de maio de 2020.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1031/2020

Publicação Nº 2514090

Portaria nº 1031/2020
Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 106, da Lei Complementar nº 144/2020, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5513/2020, deferido em 04/06/2020, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A LUIZ DA SILVA FLORES, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, nível 2601-E, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 08 de junho de 2020, referente ao exercício 2018/2019.

São Bonifácio, 04 de junho de 2020.
Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 31/2020

Publicação Nº 2514126

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 31/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de tubos de concretos.

Vencimento: 22/06/2020 às 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 32/2020

Publicação Nº 2514128

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 32/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de pneus novos para veículos e máquinas da frota municipal.

Vencimento: 22/06/2020 às 16:00 (dezesesseis horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

EDITAL 4/2020 FMS

Publicação Nº 2514130

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 4/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Aquisição de material hospitalar e odontológico para Secretaria Municipal de Saúde.

Vencimento: 25/06/2020 às 8:00 (oito horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: www.saocristovao.sc.gov.br ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br. SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1124, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513598

DECRETO Nº 1124, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde (CMS).

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pelo artigo 3º da Lei Municipal nº 1.013 de 18/03/96; e artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08;

- Considerando a necessidade de atualização dos membros do Conselho Municipal de Saúde;
- Considerando a indicação das entidades representativas que compõe o conselho;
- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde, Juliana Dutra do Prado;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde (CMS), que passa a ter a seguinte composição:

I - DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal da Saúde:

Efetivo: Juliana Dutra do Prado e Suplente: Gilmar Antonio Brandalize.

b) Administração Municipal:

Efetivo: Vanilse Meirelles e Suplente: Juliane Brunetto

c) Secretaria Municipal da Educação:

Efetivo: Iraci Inês Marmentini Walendorff e Suplente: Cleusa Maria Piran Pressanto

d) Órgão de Saneamento:

Efetivo: Vinicius Meotti Woiciechowski e Suplente: Neivete Peruzzo Joaquim.

II - DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE SAÚDE PRIVADOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE VINCULADOS AO SUS:

a) Profissionais Odontólogos:

Efetivo: Patricia Fae e Suplente: Andreia Sutil da Trindade

b) Profissionais Enfermeiros:

Efetivo: Catia de Marchi Pase e Suplente: Giovana Gomes Gutierres

c) Representante dos Profissionais do Setor Farmacêutico;

Efetivo: Gustavo Bortoli Valgoi e Suplente: Flavia Maria Persici de Oliveira

d) Representante dos Profissionais Bioquímicos;

Efetivo: Catiane Bigolin e Suplente: Andre Pozzer

III - DOS USUÁRIOS:

a) Representante das Instituições Religiosas:

Efetivo: Celso Borges e Suplente: Salezio Guareze Ricardo

b) Representante do Sindicato dos Trabalhadores:

Efetivo: Josiane Rotava e Suplente: Jerson Camilotti

c) Clubes de Serviço:

Efetivo: Zilma Rotta e Suplente: João Inácio Hans

d) Associações de Portadores de Deficiências Físicas:

Efetivo: Rosi Marmentini Scheffer e Suplente: Franciane Renata Panassolo Lodi

e) Associações Comunitárias:

Efetivo: Debora Aparecida Araujo Lemes Prudente e Suplente: Cleusa Aparecida Roll Triches

f) Representante do Movimento das Mulheres Organizadas:

Efetivo: Dulce Carvalho Fonseca e Suplente: Nair Dlugoskensi

g) Representante dos Movimentos Sociais Organizados:

Efetivo: Silvana Hennerich da Rosa e Suplente: Ivone Lang.

h) Representante da Associação de Bombeiros de São Domingos:

Efetivo: Eduardo Garcia da Silva Suplente: Jonatas Silvano Fermiano

Art. 2º A duração do mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos, permitida a recondução para igual período.

Art. 3º Pela participação nas reuniões, os conselheiros não perceberão qualquer remuneração, sendo considerado como serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1118, de 03 de junho de 2020.

São Domingos (SC), 04 de junho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1125, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513604

DECRETO Nº 1125, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Altera a composição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

- Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da Lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;
- Considerando a necessidade na continuidade dos trabalhos realizados pela coordenadoria.

DECRETA:

Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, constituída com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade, passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Coordenador: Laercio Castro de Oliveira;

II - Secretário: Juliane Brunetto;

III - Setor Técnico:

a) Edílio Stiburski - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) CB BM Rodrigo Moesch Welter - Corpo de Bombeiros Militar;

IV - Setor Operativo:

a) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

d) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

e) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

f) Secretaria Municipal de Assistência Social;

g) Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

h) Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

i) Polícia Militar de Santa Catarina e Polícia Civil de Santa Catarina;

Art. 2º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC;

II - colaborar na formação de banco de dados e mapa dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situações de emergência ou de calamidade pública que atinjam o Município ou a região;

V - executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 794 de 16 de julho de 2019.

São Domingos (SC), 04 de junho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1126 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513607

DECRETO Nº 1126 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município de 28/09/90, atualizada pela Lei Municipal nº 1808 de 19/09/17 e,

- Considerando o requerimento apresentado pela Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de São Domingos;
- Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração.

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de São Domingos/SC, passa a ser composto pelos seguintes membros:

I – Do Governo Municipal:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ederléia Gonçalves .

Suplente: Adriana Burin.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Rozelaine Turmina Negretti.

Suplente: Sabrina de Fátima Forosteski.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Marcia Natalina Orlandi Marcante.

Suplente: Marilussi Marmentini.

d) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: Vanilse Meirelles.

Suplente: Odila Giroto Elger.

e) Representantes do Rotaract de São Domingos:

Titular: Ana Claudia G. Arruda.

Suplente: Caroline Hechellen Dalla Riva.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos – APAE:

Titular: Rosângela de Oliveira de Souza.

Suplente: Taíse Marmentini Maciel.

b) Representantes da Escola Especial Professora Ilda Lago Dalla Corte:

Titular: Franciane Renata Panassolo Lodi.

Suplente: Jucélia Meotti Araldi Aiolfi.

c) representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas:

Titular: Salete Gandini.

Suplente: Sirlei Brunetto Comachio.

Art. 2º As atribuições do Conselho são as estabelecidas na Lei n. 1808 de 19 de setembro de 2017.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED poderão exercer o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 5º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, para o mandato imediatamente subsequente.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 1117, de 03 de junho de 2020.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de junho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 1127, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513609

DECRETO Nº 1127, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Prefeita Municipal de São Domingos, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; atualizada e:

Considerando a necessidade da formação de um comitê para monitorização de possíveis casos suspeitos da doença e desenvolvimento de novas estratégias para o desenvolvimento de ações de combate ao COVID-19;

Considerando o Decreto nº 507, de 16/03/2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao coronavírus - COVID-19 nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, o Decreto nº 515, de 17/03/2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, o decreto 521 de 19/03/2020 com suas atualizações, ambos do Governo do Estado de Santa Catarina;

Considerando o Decreto Municipal nº 1065 de 17/03/2020;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, em âmbito mundial, pandemia do vírus COVID-19;

Considerando a previsão do Ministério da Saúde do aumento significativo do número de casos de infecção pelo coronavírus;

Considerando a maior vulnerabilidade dos idosos e portadores de determinadas doenças aos sintomas decorrentes do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao COVID-19, o qual incumbe o monitoramento dos casos suspeitos da doença e do desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento no âmbito municipal.

Art. 2º Ficam nomeados os servidores e munícipes abaixo relacionados para comporem o comitê de enfrentamento e operações emergenciais:

a) Vigilância Epidemiológica
Catia de Marchi Pase

b) Vigilância Sanitária
Vinicius Meotti Woiciechoski

c) Médicos
André Filipe da Guarda Ventura

d) Enfermagem
Rosangela Maria Zanin

e) Gestão em Saúde
Juliana Dutra do Prado

f) Defesa Civil
Laercio Castro de Oliveira

g) Educação
Ivanete Rodrigues Hennerich

h) Assistência Social
Angela Maria de Lima

i) Administração
Paula Natana Comachio

j) Transportes, Infraestrutura e Obras
Flavio Triches

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de março de 2020.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1122, de 03 de junho de 2020.

São Domingos (SC), 04 de junho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 023-2020 - LICENÇA PREMIO 90 DIAS

Publicação N° 2512564

PORTARIA SAMAE N.º 23, de 01 de junho de 2020.

CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, DIRETORA-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, ao servidor HILTON RODRIGO SCHETZ, ocupante do cargo de Leiturista, matrícula 41, por 90 (noventa) dias, no período de 03/06/2020 a 31/08/2020, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Carolyne Gomes Espindola
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA N° 16.495/2020

Publicação N° 2514241

PORTARIA n° 16.495, de 5 de junho de 2020.

A Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas e a Diretora Presidente da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município; de acordo com a Lei Complementar n.º 72, de 10 de julho de 2015; e de acordo com o Decreto n.º 3.012, de 17 de dezembro de 2018, conforme Requerimento n° 029/2019/IPRESF.

RESOLVEM:

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com fundamento no art. 6º da EC n.º 41/2003; c/c art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988; art. 45, c/c art. 23, §1º, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; art. 20, §4º, c/c art. 36, II, da EC n.º 103/2019, à servidora ELIZABETE TAVARES LOPES KRUGER, matrícula n.º 524034, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n.º 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de junho de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 5 de junho de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS
Diretora Presidente do IPRESF

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM n° _____.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 121/2020

Publicação Nº 2513899

DECRETO FUNCIONAL 121/2020

Designar atribuições

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica designado LUIZ HENRIQUE LAURITZEN, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Finanças, a responder interinamente pelos atos administrativos e contábeis da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em razão do afastamento por Licença Médica do atual Secretário, a contar de 02 de junho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da designação.

São João Batista, 04 de junho de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3962/2020

Publicação Nº 2513711

DECRETO 3.962/2020

Nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso do exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, IX e XII, da Lei Orgânica do Município, e na forma do artigo 51 da Lei Federal 8.666/93, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para a função de membros da Comissão Permanente de Licitações, com investidura que se estenderá até o dia 31/12/2020, os seguintes servidores:

I – RILDO VARGAS, matrícula 1040, presidente;

II – DANIEL RUFATTO, matrícula 9498, secretário;

III – LEDIR CRISPIM SARDO, matrícula 9780, membro titular;

IV – GUSTAVO BONIFÁCIO NASCIMENTO, matrícula 9718, primeiro suplente;

V – ANDRÉ LUIZ FERNANDO SCHWEITZER, matrícula 5618, segundo suplente.

Parágrafo único. Os membros poderão se reunir em sistema de rodízio, com o número mínimo de três, para a execução das atividades de acordo com o dia e horário a ser designado.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação atuará em todos os certames licitatórios no âmbito da Administração Direto e Indireta do Município de São João Batista.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 02 de junho de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3963/2020

Publicação Nº 2513714

DECRETO 3.963/2020

Altera o Decreto Municipal 3.072/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, incisos IX, da Lei orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 3.072, de 06 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. Fica designado como pregoeiro o servidor público Augusto Correia Júnior, matrícula 7110, como titular e Rildo Vargas, matrícula 1040, como suplente.

Parágrafo Único. Fica constituída a equipe de apoio que será composta pelos servidores: Aluísio Venâncio da Silva, matrícula 7105, Janaina Pera, matrícula 2284 e Gustavo Bonifácio Nascimento, matrícula 9718.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 02 de junho de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

[[[

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/FMAS/2017

Publicação Nº 2513738

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 007/FMAS/2017

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista, inscrito no CNPJ nº. 11.588.933/0001-68;
Contratada: Rádio Clube São João Batista LTDA, inscrita no CNPJ nº. 86.151.727/0001-95;
Processo Licitatório 073/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 001/PMSJB/2017;
Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 007/FMAS/2017 por mais 30 (trinta) dias, contados de 05/06/2020 até 04/07/2020;
Reajuste: Os valores serão reajustados pelo índice INPC (IBGE), no percentual de 2,4599%, passando o valor unitário da inserção de R\$ 45,08 (quarenta e cinco reais e oito centavos) para R\$ 46,18 (quarenta e seis reais e dezoito centavos);
Dotação orçamentária: A despesa deste termo aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: (46) 3.3.90.39.88.00.00.00.00.00;
Data da assinatura: 04/06/2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/SISAM/2017

Publicação Nº 2513755

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 016/SISAM/2017

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal (SISAM), inscrito no CNPJ nº. 07.585.406/0001-22;
Contratada: Rádio Clube São João Batista LTDA, inscrita no CNPJ nº. 86.151.727/0001-95;
Processo Licitatório 073/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 001/PMSJB/2017;
Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 016/SISAM/2017 por mais 30 (trinta) dias, contados de 05/06/2020 até 04/07/2020;
Reajuste: Os valores serão reajustados pelo índice INPC (IBGE), no percentual de 2,4599%, passando o valor unitário da inserção de R\$ 45,08 (quarenta e cinco reais e oito centavos) para R\$ 46,18 (quarenta e seis reais e dezoito centavos);
Dotação orçamentária: A despesa deste termo aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: (9) 3.3.90.39.88.00.00.00.00.00;
Data da assinatura: 04/06/2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/FMS/2017

Publicação Nº 2513746

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 020/FMS/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº. 08.361.788/0001-73;
Contratada: Rádio Clube São João Batista LTDA, inscrita no CNPJ nº. 86.151.727/0001-95;
Processo Licitatório 073/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 001/PMSJB/2017;
Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 020/FMS/2017 por mais 30 (trinta) dias, contados de 05/06/2020 até 04/07/2020;
Reajuste: Os valores serão reajustados pelo índice INPC (IBGE), no percentual de 2,4599%, passando o valor unitário da inserção de R\$ 45,08 (quarenta e cinco reais e oito centavos) para R\$ 46,18 (quarenta e seis reais e dezoito centavos);
Dotação orçamentária: A despesa deste termo aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: (13) 3.3.90.39.88.00.00.00.00.00;
Data da assinatura: 04/06/2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 098/PMSJB/2017

Publicação Nº 2513732

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 098/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ nº. 82.925.652/0001-00;
Contratada: Rádio Clube São João Batista LTDA, inscrita no CNPJ nº. 86.151.727/0001-95;
Processo Licitatório 073/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 001/PMSJB/2017;
Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato nº. 098/PMSJB/2017 por mais 30 (trinta) dias, contados de 05/06/2020 até 04/07/2020;
Reajuste: Os valores serão reajustados pelo índice INPC (IBGE), no percentual de 2,4599%, passando o valor unitário da inserção de R\$ 45,08 (quarenta e cinco reais e oito centavos) para R\$ 46,18 (quarenta e seis reais e dezoito centavos);
Dotação orçamentária: As despesas deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria de Infraestrutura: (83) 3.3.90.39.88.00.00.00.00.00.00; Secretaria de Administração: (14) 3.3.90.39.88.00.00.00.00.00.00 e Secretaria de Educação: (62) 3.3.90.39.88.00.00.00.00.00.00;
Data da assinatura: 04/06/2020.

JUSTIFICATIVA AGRICULTURA

Publicação Nº 2512684

São João Batista, 04 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 17.545.116/0001-09

OFICINA MECANICA TRATEEK

NOTA FISCAL	VALOR
5352	R\$ 12.588,24
5347	R\$ 2.259,90
5348	R\$ 752,00
5349	R\$ 260,00
5350	R\$ 30,00
5351	R\$ 40,00
5353	R\$ 320,00
5354	R\$ 51,34

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 16.301,48 DA EMPRESA OFICINA MECANICA TRATEEK, REFERENTE A SERVIÇOS DE MECANICA/PEÇAS.

JUSIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Agricultura, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Manoel Serafim Peixer

Secretário Municipal de Agricultura

JUSTIFICATIVA ASSISTENCIA SOCIAL

Publicação Nº 2512682

Prefeitura Municipal de São João Batista
Secretaria Municipal de Assistência Social
Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo
CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637
E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

São Joao Batista, 04 de junho de 2020.

Para: Secretaria de Finanças.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Justifica a Ordem Cronológica para pagamento a saber:

CNPJ: 12.970.750/0001-75

SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
2518	R\$ 12.719,40
2541	R\$ 9.722,30

OBJETO: Solicitamos a Secretaria de Finanças que efetue o pagamento das notas fiscais acima, da empresa SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se o pagamento da nota acima para que o proprietário continue prestando serviço a essa Secretaria.

Desde já agradecemos sua compreensão.

ROSANE SARTORI ROSA

SECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA DESENVOLVIMENTO

Publicação Nº 2512680

São João Batista, 04 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 18.786.010/0001-60
FALCÃO SANEAMENTO LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
1233	R\$ 1.069,15

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.069,15 DA EMPRESA FALCÃO SANEAMENTO LTDA, REFERENTE A SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA.

JUSIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário Municipal de Desenvolvimento

JUSTIFICATIVA FUBE

Publicação Nº 2512687

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 29.021.240/0001-54
LIGA LITORANEA NORTE SUL DE BOCHA
Recibo/NF Nº008 - R\$ 2.800,00
Valor Total: R\$ 2.800,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido à falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Marcelo Miranda Machado
Diretor Executivo

São João Batista, 4 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA INFRAESTRUTURA

Publicação Nº 2512689

São João Batista, 04 de junho de 2020.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 11.465.236/00001-10
VIP SOCIAL COMUNICAÇÃO E MIDIA LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
1249	R\$ 2.800,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 2.800,00 DA EMPRESA VIP SOCIAL COMUNICAÇÃO E MIDIA LTDA, REFERENTE A SERVIÇOS DE EDIÇÃO E GRAVAÇÃO.

CNPJ: 17.545.116/0001-09
OFICINA MECANICA TRATEEK

NOTA FISCAL	VALOR
5331	R\$ 9,63
5333	R\$ 327,50
5334	R\$ 417,60
5335	R\$ 710,47
5336	R\$ 1.228,20
5337	R\$ 4.180,31
5338	R\$ 2,50
5339	R\$ 36,00
5340	R\$ 479,25
5341	R\$ 1.682,50
5342	R\$ 1.490,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 10.563,96 DA EMPRESA OFICINA MECANICA TRATEEK, REFERENTE A SERVIÇOS DE MECANICA/PEÇAS.

CNPJ: 24.052.495/0001-60
COTA7 ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
113	R\$ 5.340,45
118	R\$ 5.340,45

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 10.680,90 DA EMPRESA COTA7 ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA, REFERENTE A SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.

CNPJ: 18.786.010/0001-60
FALCÃO SANEAMENTO LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
1232	R\$ 534,58
1234	R\$ 23.796,27

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 24.330,85 DA EMPRESA FALCÃO SANEAMENTO LTDA, REFERENTE A SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA/HIDROJATEAMENTO.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Infraestrutura, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

TAYNAM JOSE DA CUNHA
Secretária Municipal de Infraestrutura

LEI MUNICIPAL N° 3976/2020

Publicação N° 2513423

Lei Municipal 3.976, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 250.000,00.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:
Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

14 – ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.843.0000.0.099 – Pagamento de Precatórios

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00– Aplicações Diretas

Valor – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da anulação da seguinte modalidade de aplicação:

14 – ENCARGOS GERAIS

1401 – ENCARGOS GERAIS

28.843.0000.0.093 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicação Direta

Valor – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista - SC, 04 de junho de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/FMAS2020

Publicação Nº 2513484

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 2/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020**

No dia 4 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.588.933/0001-68, com sede administrativa localizada na RUA TIBÚRCIO TAURINO BOZZANO, 210, bairro JARDIM SÃO PAULO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 2/2020, Processo Licitatório nº. 2/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE BOLSAS DE ALIMENTOS E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO DESTINADAS AS FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E AO PROJETO GARI CIDADÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11349	SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	12.970.750/0001-75		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE BOLSAS DE ALIMENTOS E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO DESTINADAS AS FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E AO PROJETO GARI CIDADÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BOLSAS DE ALIMENTOS PARA PESSOAS CARENTES CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: -02 KG DE TRIGO -03KG DE AÇÚCAR -03 KG DE ARROZ -02 KG DE FEIJÃO PRETO -01 KG DE FUBÁ -01 KG DE FARINHA DE MANDIOCA -01 KG DE CAFÉ MOÍDO -01 KG DE MACARRÃO -01 LATAS DE ÓLEO DE SOJA -01 PACOTE DE BISCOITO 400GR -04 LITROS DE LEITE (CAIXINHA) -01 DUZIA DE OVOS VERMELHOS -01 KG DE SAL -01 UNIDADE DE MARGARINA 500GR -02 UNIDADES DE SABONETES 90 GR -02 UNIDADE DE SABÃO EM BARRA 200GR -01 UNIDADE DE TUBO DE CREME DENTAL 50GR	BLS	BOLSA DE AL	1.500,000	86,6000	129.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Página: 2/7

Processo N°: 2/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 2/2020**Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BOLSAS DE ALIMENTOS PARA PESSOAS CARENTES CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: -02 KG DE TRIGO -03KG DE AÇÚCAR -03 KG DE ARROZ -02 KG DE FEIJÃO PRETO -01 KG DE FUBÁ -01 KG DE FARINHA DE MANDIOCA -01 KG DE CAFÉ MOÍDO -01 KG DE MACARRÃO -01 LATAS DE ÓLEO DE SOJA -01 PACOTE DE BISCOITO 400GR -04 LITROS DE LEITE (CAIXINHA) -01 DUZIA DE OVOS VERMELHOS -01 KG DE SAL -01 UNIDADE DE MARGARINA 500GR -02 UNIDADES DE SABONETES 90 GR -02 UNIDADE DE SABÃO EM BARRA 200GR -01 UNIDADE DE TUBO DE CREME DENTAL 50GR	BLS	BOLSA DE AL	500,000	86,6000	43.300,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 2/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2020****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 2/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 2/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 2/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOAO BATISTA**Processo N°.: 2/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N°. 2/2020****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 4 de Junho de 2020.

Assinatura do Responsável**Empresas Participantes:**

SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 12.970.750/0001-75 _____

São João do Sul

PREFEITURA

CONT. Nº 039_2020_PREF

Publicação Nº 2513540

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2020

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução da Obra de Construção de ponte sobre o Rio Verde, conforme localização, condições, especificações, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projetos e demais dados técnicos do memorial descritivo, edital e anexos, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ARAUJO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

VIGÊNCIA: 04/06/2020 a 31/03/2021.

VALOR: R\$ 1.526.532,90 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 20/2020, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.01 – 1.023 – 4.4.90.51.98.00.0024 (126): R\$ 595.853,84; 09.01 – 1.023 – 4.4.90.51.98.00.3024 (184): R\$ 643.490,66; 09.01 – 1.023 – 4.4.90.51.98.00.3035 (185): R\$ 287.188,40.

São João do Sul/SC, 04 de junho de 2020.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 316/2020

Publicação Nº 2513627

PORTARIANº 316/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a C.I. nº 004/2020, do setor de RH; fica ALTERADA a Portaria Nº 308/2020, de 29/05/2020, na parte onde se refere à licença para tratamento de saúde da servidora: - JULIANA VIEIRA RABELO PEREIRA, onde se lê ocupante do cargo de Enfermeira - ESF, por 14 (quatorze) dias a contar do dia 27/05/2020, leia-se ocupante do cargo de Enfermeira – Unidade Central, por 07 (sete) dias a contar do dia 27/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 27 de maio de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/2020

Publicação Nº 2513631

PORTARIANº 317/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – MARGARIDA ALCIDIA SILVERIO VELHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 03/06/2020 e o retorno de acordo com o INSS. – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 28/05/2020. – DAIANE PADILHA, ocupante do cargo de Fiscal do Cadastro Imobiliário, por 01 (um) dia, no dia 29/05/2020. – IRACI TEREZINHA DE LIMA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 29/05/2020. – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 01/06/2020. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, por 01 (um) dia, no dia 01/06/2020. – MAURICIO SVAISSER BACHA, ocupante da função de Médico - ESF, por 01 (um) dia, no dia 01/06/2020. – LUCAS HUGEN RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 01/06/2020. – RENATA SOUZA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 01/06/2020. – ANA PAULA PEREIRA MARTINS, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 02/06/2020 para tratamento de saúde de sua mãe. – MARIANA NUNES PADILHA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 02/06/2020. – EDUARDO FELIPE, ocupante da função de Eletricista, por 01 (um) dia, no dia 02/06/2020. – BIANCA DE OLIVEIRA PEREIRA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 03/06/2020. – CHEILA RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Assessora de Secretaria -CC-3, por 01 (um) dia, no dia 03/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de junho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

Publicação Nº 2513618

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10963/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 021/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA BENFEITORIAS NA ESCOLA PROFISSIONAL DE BARREIROS E REFORMA DO CEI ZENIR KRETZER BORGES, NO BAIRRO COLONIA SANTANA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura via Despacho.

EMPRESAS LICITANTES:

- CAP CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA EPP;
- ED CONSTRUÇÕES LTDA;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- HF CONSTRUÇÕES LTDA;
- LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES;
- MARCELO DOS REIS ME;
- MASTER PRIME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS;
- METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- RDG CONSTRUÇÕES EIRELI;
- RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA;
- SINAL CONSTRUÇÕES LTDA;
- SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA;
- WR CONSTRUÇÕES;

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura, exarou um despacho informando o seguinte relato sobre as empresas:

- ED CONSTRUÇÕES LTDA: Inabilitada Técnica por não apresentar Acervo Técnico para Instalação Elétrica.
- RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA: Inabilitada Técnica por não apresentar Acervo Técnico para Instalação Elétrica..
- WR CONSTRUÇÕES: Inabilitada Técnica por apresentar Acervos Técnicos sem o respectivo registro.

As demais empresas ficam Habilitadas Técnica.

1 – MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não foram plenamente atendidas pelas empresas:

- ED CONSTRUÇÕES LTDA;
- RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA;
- WR CONSTRUÇÕES;

Por terem sido INABILITADAS TÉCNICAMENTE pela Secretaria de Infraestrutura do município de São José/SC. As demais empresas atenderam plenamente as condições editalícias.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR AS EMPRESAS:

- ED CONSTRUÇÕES LTDA;
- RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA;
- WR CONSTRUÇÕES;

HABILITAR AS EMPRESAS:

- CAP CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA EPP;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- HF CONSTRUÇÕES LTDA;

- LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES;
- MARCELO DOS REIS ME;
- MASTER PRIME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS;
- METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- RDG CONSTRUÇÕES EIRELI;
- SINAL CONSTRUÇÕES LTDA;
- SMD EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 17/06/2020, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 04 de junho de 2020.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	MEMBRO DA CPL

Humberto Alcino da Silva	IRIBERTO ANTÔNIO M. JÚNIOR
Membro da CPL	MEMBRO DA CPL

DECRETO Nº 13415/2020

Publicação Nº 2514153

DECRETO N.º 13415/2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA LIBERAÇÃO PARCIAL DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL METROPOLITANO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO a emergência em saúde pública, declarada de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde, culminando com a adoção de medidas restritivas pelo Município de São José/SC para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que o transporte coletivo é uma atividade essencial para a população acessar serviços públicos, como os de saúde, e exercer suas atividades econômicas e profissionais;

CONSIDERANDO que o transporte coletivo em funcionamento não deverá ser compreendido como medida contrária à recomendação de isolamento social e nem como incentivo para o relaxamento do isolamento social; e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13255/2020 e todas as suas alterações e complementações, bem como o Decreto Estadual nº 630/2020;

DECRETA:

Art. 1º Com a flexibilização do período de quarentena determinado pelo Decreto Estadual nº 630/2020, fica liberada a circulação de veículos de transporte público coletivo municipal e intermunicipal metropolitano no território do Município de São José/SC a partir do dia 8 de junho de 2020, mediante o cumprimento das regras e normativas impostas neste Decreto.

Art. 2º Para a circulação dos veículos de transporte coletivo, as empresas deverão observar e garantir as seguintes medidas:

I – motoristas, cobradores e demais colaboradores deverão usar máscaras cobrindo boca e nariz, além de protetores faciais anti respingos com abas ajustáveis (face shield);

II – acompanhar e monitorar as condições de saúde dos motoristas, cobradores e demais colaboradores;

III – para acessar e permanecer nos veículos, os passageiros deverão usar máscaras cobrindo boca e nariz, exceto crianças com idade inferior a 2 (dois) anos de idade, e fazer uso de álcool gel 70% para higienização das mãos;

IV – os veículos deverão possuir dispositivos com álcool gel 70% no embarque e e junto ao cobrador, quando for o caso;

V – a lotação total ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do veículo;

VI – após cada itinerário, as superfícies de contato (direção, bancos, maçanetas, portas, catraca, corrimão, barras de apoio e outras) deverão ser higienizadas com água e sabão ou álcool 70%;

VII – no final do expediente deverá ser realizada a higienização sanitária do veículo;

VIII – os veículos deverão circular sempre com as janelas e alçapões de teto abertos e travados para que não ocorra o fechamento durante a viagem;

IX – na impossibilidade de abrir as janelas, deverá ser fixado no interior do veículo e em local visível aos passageiros, comprovante da limpeza diária dos equipamentos de ar condicionado e ar renovável.

Art. 3º O transporte coletivo municipal e intermunicipal metropolitano, no território do Município de São José/SC, funcionará de segunda a sexta-feira, no horário de sábado; aos sábados, os horários das linhas serão os de domingo; nos domingos não haverá transporte coletivo.

Art. 4º O pagamento da viagem deverá ser efetuado, preferencialmente, através de cartão.

Art. 5º Pessoas integrantes do grupo de risco, com idade igual ou superior a 60 anos não poderão utilizar o transporte coletivo municipal e/ou intermunicipal metropolitano.

Art. 6º A fiscalização do transporte coletivo a que se refere este Decreto fica sob a responsabilidade dos Fiscais da Vigilância Sanitária, dos Fiscais de Transporte e dos Servidores da Defesa Civil, conforme Decreto Municipal nº 13263/2020 e respectivas alterações.

Art. 7º As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 8º O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual 6320/1983 e na Lei Municipal 2446/1992, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 9º Este decreto entra em vigor no dia 8 de junho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 4 de junho de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI Secretária de Saúde	ANDREA IRANI PACHECO RODRIGUES Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Geral	

LEI 5.871 DE 15 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514334

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO NO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM PROCESSOS SELETIVOS DE CONTRATAÇÃO E CONCURSOS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA CIDADÃOS QUE PRESTEM SERVIÇOS À JUSTIÇA ELEITORAL NO PERÍODO DE ELEIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os cidadãos convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral que prestem serviços no período eleitoral, visando a preparação, execução e apuração de eleições oficiais, ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição nos processos seletivos de contratação e nos concursos públicos realizados pelo Poder Legislativo e pela Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias, Fundações Públicas e Entidades mantidas pelo Poder Executivo Municipal, no âmbito do Município de São José, nos termos desta lei.

Art. 2º Para efeitos desta lei, considera-se:

I – cidadão convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período das eleições, plebiscitos ou referendos, como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, coordenador de seção eleitoral, supervisor de local de votação e os designados para auxiliar seu trabalho, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.

II – período eleitoral ou período de eleição a véspera e o dia do pleito, do plebiscito ou do referendo, sendo cada turno válido como uma eleição.

Art. 3º Para ter direito à isenção o cidadão convocado deve comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, duas eleições oficiais, consecutivas ou não.

Parágrafo único. A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação da declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do cidadão, a função desempenhada, a data e o turno da eleição, do plebiscito ou do referendo, cuja cópia deverá ser anexada no ato da inscrição.

Art. 4º O benefício concedido ao cidadão que prestou serviços à Justiça Eleitoral terá validade de 4 (quatro) anos a contar da data da segunda eleição oficial, incluindo o plebiscito ou o referente no qual o cidadão prestou serviços.

Art. 5º Esta lei será regulamentada, no que couber, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 15 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.872 DE 15 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514337

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA "S.O.S PETS DESAPARECIDOS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa "S.O.S PETS DESAPARECIDOS", nos termos da presente lei.

Art. 2º O referido programa terá como finalidade:

I – Promover a divulgação de informações sobre animais de estimação desaparecidos ou abandonados no âmbito do Município de São José;

II – Promover ações de conscientização e prevenção para combater a perda e o desaparecimento de animais domésticos.

Art. 3º Para a divulgação de informações sobre animais de estimação desaparecidos, o Poder Público poderá utilizar-se de plataformas digitais, jornais e sua página oficial na internet.

Art. 4º Além dos meios descritos no artigo anterior, o Poder Público poderá criar um aplicativo para a divulgação das informações necessárias junto aos Protetores de animais e comunidade em geral, buscando alcançar um resultado muito mais rápido e eficaz.

Art. 5º A execução do programa deverá ficar ao encargo da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Diretoria do Bem-estar animal – DIBEA.

Art. 6º O Poder Público Municipal poderá realizar convênios e parcerias com as entidades sociais envolvidas, visando uma maior divulgação da presente lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 15 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.874 DE 21 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514342

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DISPONIBILIZAR NA FORMA DIGITAL, OS EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a disponibilizar no formato digital, os resultados dos exames laboratoriais, realizados na rede pública de saúde do Município de São José.

Art. 2º Após a realização dos exames, o paciente receberá uma senha individual para acesso e a impressão dos exames e seus respectivos laudos.

Art. 3º A disponibilidade dos exames em formato digital não elimina a retirada do resultado do exame na rede pública de saúde, no local indicado.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 21 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.876 DE 27 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514345

DENOMINA DE RONALDO GOMES DIONISSA, O ESPAÇO PÚBLICO EXISTENTE NO ENTORNO DO GINÁSIO BELA VISTA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominado de "RONALDO GOMES DIONISSA", o espaço público existente no entorno do Ginásio Bela Vista que compreende o Parque, campo de futebol, estacionamento e a área destinada ao lazer e à circulação pública de pedestres.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 27 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.877 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514348

DISPÕE SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS DESPORTIVOS E ESPORTIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica atribuída a organização de todos e quaisquer eventos desportivos e esportivos organizados no âmbito municipal, devendo reservar de forma gratuita o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total das inscrições às pessoas com necessidades especiais.

Parágrafo único. Os paratletas profissionais ou amadores deverão comprovar deficiência ou mobilidade reduzida por meio de atestado, expedido por profissional competente ou apresentar documentação válida.

Art. 2º Independente da colocação final dos paratletas, fica atribuída à organização conferir premiação a todos os participantes do evento, a fim de promover a inclusão e a competitividade.

§ 1º Será concedido como prêmios aos vencedores do evento: medalhas e troféus, observando a ordem de classificação.

§ 2º Somente serão agraciados com a premiação o primeiro, segundo e terceiro lugar na classificação geral.

§ 3º Todos os atletas receberão uma medalha pela sua participação no evento.

Art. 3º Caso a organizadora não tenha condições de custear as despesas com as premiações dos participantes com necessidades especiais, poderá ser requerida à Fundação Municipal de Esporte e Lazer o custeio dessas despesas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 29 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.878 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514351

DISPÕE SOBRE A CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NÃO EDIFICADOS, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR INTERVENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Todo terreno urbano privado e não edificado localizado em São José deverá respeitar a legislação municipal no tocante a construção e manutenção de passeios, calçadas e muros, bem como deverá ser mantido limpo, capinado, desinfetado e drenado, em condições mínimas que garantam a harmonia da região e a segurança dos moradores próximos.

Art. 2º Nos imóveis referidos no artigo 1º, os proprietários deverão afixar informativo em local visível, no qual conste o número de identificação do imóvel junto ao cadastro imobiliário do Município.

Art. 3º Em caso de descumprimento ao disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar os serviços necessários para a correção da irregularidade, por seus meios ou através da contratação de terceiros, devendo efetuar a cobrança dos valores gastos em cada intervenção lançando o débito no cadastro imobiliário do imóvel, acrescido o percentual de 30% sobre o valor total a título de despesas administrativas.

§ 1º Para o cumprimento do presente artigo, consideram-se como intervenções a construção de calçadas e muros, a limpeza, roçagem, drenagem e desinfetação de terrenos, e demais providências que se entenderem cabíveis.

§ 2º A aplicação do caput do artigo não exclui as demais penalidades já previstas na legislação aplicável.

§ 3º As intervenções previstas no caput do artigo somente poderão ser realizadas após notificação do órgão responsável ao proprietário do imóvel, conforme legislação existente.

Art. 4º Nos imóveis que descumprirem o art. 1º e, por qualquer razão, não forem submetidos ao disposto no artigo 3º, fica autorizado o Poder Executivo a, mediante a edição de regulamentação específica, aplicar multa progressiva, tendo por base de cálculo o valor do IPTU do imóvel, devendo seguir a seguinte metodologia:

I – 01 vez o valor do IPTU em primeira ocorrência;

II – 2,5 vezes o valor do IPTU em segunda ocorrência;

III – 4 vezes o valor do IPTU em terceira ocorrência;

IV – 5,5 vezes o valor do IPTU em quarta ocorrência;

V – 6,5 vezes o valor do IPTU em quinta ocorrência.

Parágrafo único. após a quinta ocorrência, a multa seguirá sendo aplicada nos termos do inciso V.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber e entender necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 29 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI 5.879 DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2514357

DENOMINA DE RUA RODNEY BRASIL MACHADO VIA PÚBLICA NO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Rodney Brasil Machado, via pública identificada como "Rua C", localizada no Bairro Sertão do Maruim, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 29 de maio de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 07, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514003

PORTARIA Nº 07, DE 04 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PÚBLICAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados para conduzir veículo oficial quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo impossibilitem o eficiente desempenho de suas atividades.

- I. Rosemeri Baruchski, matrícula nº427665-5;
- II. Simone Cristina Vieira Machado, matrícula nº427679-5;
- III. Glades Gonçalves Panasolo, matrícula nº428038-5;
- IV. Diego Gnecco, matrícula nº426362-6;
- V. Tábata Gomes Panozzo, matrícula nº426687-0;
- VI. Cleidiamar Aparecida Furlanetto, matrícula nº22693-9;
- VII. Mário Sérgio do Nascimento, matrícula nº428284-1;
- VIII. Marla Sacco Martins, matrícula nº430093-9;
- IX. Zamilé Cristina da Silva Schutz, matrícula nº033207-0;
- X. Iria Locks, matrícula nº33197-0;
- XI. Gabriella Dornelles Chagas, matrícula nº428537-9;
- XII. Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula nº428271-0;
- XIII. Manoel Abreu, matrícula nº34414;
- XIV. Gilson Gonzaga dos Santos, matrícula nº17565;
- XV. Patrícia Cristina da Silva, matrícula nº 32243-1;
- XVI. Jule Nazário Mendes Minelli, matrícula nº 43009-9;
- XVII. Daiany Sheilla de Oliveira, matrícula nº 428285-0;
- XVIII. Fabiola Grams Porto, matrícula nº 429777-6;

XIX. Kerlen Mignoni da Silva, matrícula nº 429773-3;
XX. Walter Correa de Faveri, matrícula nº 36977-2;
XXI. Henrique Cabral Faraco, matrícula nº 426402-9;
XXII. Lais Santos Silva, matrícula nº 430092;
XXIII. Sandra Regina Souza e Souza, matrícula nº 39713-0;
XXIV. Roberta T. S. Ferraz de Campos, matrícula nº 428539-5;
XXV. Marissandro Goulart, matrícula nº 428201-9
XXVI. Juceliani da Silva Borges, matrícula nº 428368-6;
XXVII. Marilene Alves dos Santos, matrícula nº 34518;
XXVIII. Márcio Antônio do Reino da Luz, matrícula nº 428299-0;
XXIX. Regis Rosa Custodio Matrícula, matrícula nº 43091-1.

Art. 2º A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

I - apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;
II - preenchimento, pelo servidor, do formulário “diário de bordo”;

Art. 3º Concedida à autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I - não poderá:

- a) ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II - deverá:

- a) preencher corretamente o formulário “diário de bordo”;
- b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;
- c) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º Findo a prazo fixado no Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser revalidado, desde que:

I - haja interesse da Administração;

II - o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

I - a qualquer tempo, por interesse da Administração;

II - a pedido do servidor.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 04 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI

Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 787 - PRORROGAÇÃO PORTARIA Nº 754

Publicação Nº 2514141

PORTARIA Nº 787 de 04 de Junho de 2020

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São José – SC,

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 754 de 05 de Maio de 2020, publicada no DOM/SC, de 08 de Maio de 2020, ante as razões apresentadas no Processo Administrativo nº 2460/2020 de 04 de Maio de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 04 de Junho de 2020

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA SA 0149/2020

Publicação N° 2513437

PORTARIA- SA – N° 0149/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO:

O Decreto Municipal nº 13220/2020 que regulamenta os artigos 87,95,97 e 119 da Lei Ordinária Municipal nº 2248/1991, adotando medidas administrativas de atos de pessoal no âmbito do município de São José em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (covid-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Administração, por 30 dias:

Mat	Nome	Cargo	Início	Periodo Aquisitivo
17060	Maria Vanda da Silva de Assis	Agente de Serviços Gerais	03/06/2020	2000/2005
35608-5	Kenia Amorim	Agente Administrativo	18/05/2020	2013/2018
35237-3	Fernanda Gomes Miranda Amorim	Agente Administrativo	03/06/2020	2013/2018

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de maio de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de junho de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2018

Publicação N° 2514004

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, aqui representado pela Gestora do FMAS Senhora ROSEMERI BARTUCHESKI, Secretária Municipal de Assistência Social, inscrita no CPF nº 563.563.669-15, denominados neste ato simplesmente Administração Pública Municipal de um lado, e de outro lado o/a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM AMODELAR - AMORJA, ora dito(a) OSC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.321.982/0001-76, estabelecida na Rua Manoel Loureiro, nº 1.620, Barreiros, São José, representado pelo(a) Presidente, Sra. Claudia Vanderléia Soethe, portador do RG nº 1/R 1578032 e inscrito no CPF nº 563.799.199-53, resolvem, com base no art. 57 da Lei Federal nº 13019/14 realizar o PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Aditivo contratual decorre da necessidade de adequação dos valores repassados as entidades que não estão realizando atividade de forma presencial devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), bem como devido à orientação de repassar apenas o valor referente aos gastos básicos para manutenção da entidade, de acordo com a orientação expedida pela Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Enquanto perdurar a necessidade de realização de atividades não presenciais devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), o valor para a execução do objeto do Termo de Colaboração nº 04/2018 fica reduzido para a quantia de R\$ 9.121,00 (nove mil, cento e vinte e um reais) mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE

I. O Presente termo aditivo tem como data de inicio de vigência a publicação no diário oficial do Município até a volta das atividades presenciais da entidade com os usuários.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS PREVISTAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2018

I. Ratificam-se as demais cláusulas previstas no termo de colaboração nº 004/2018.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes em três vias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São José, SC, 03 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI
Secretária de Assistência Social

CLAUDIA VANDERLÉIA SOETHE
Associação de Moradores do Jardim Amodelar - AMORJA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2018

Publicação Nº 2514006

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, aqui representado pela Gestora do FMAS Senhora ROSEMERI BARTUCHESKI, Secretária Municipal de Assistência Social, inscrita no CPF nº 563.563.669-15, denominados neste ato simplesmente Administração Pública Municipal de um lado, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO AMIGO DOWN, ora dito(a) OSC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.306.991/0001-98, estabelecida na Rua 09 de Julho, nº 900, Bairro Ipiranga, São José, representado pelo(a) Presidente, Sra. Vivian dos Santos Beuttemmüller Senra, portadora do RG nº 7.007.003 SSP/SC e inscrita no CPF nº 045.919.219-13, resolvem, com base no art. 57 da Lei Federal nº 13019/14 realizar o PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Aditivo contratual decorre da necessidade de adequação dos valores repassados as entidades que não estão realizando atividade de forma presencial devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), bem como devido à orientação de repassar apenas o valor referente aos gastos básicos para manutenção da entidade, de acordo com a orientação expedida pela Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Enquanto perdurar a necessidade de realização de atividades não presenciais devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), o valor para a execução do objeto do Termo de Colaboração nº 06/2018 fica reduzido para a quantia de R\$ 3.794,00 (três mil, setecentos e noventa e quatro reais) mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE

I. O Presente termo aditivo tem como data de início de vigência a publicação no diário oficial do Município até a volta das atividades presenciais da entidade com os usuários.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS PREVISTAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2018

I. Ratificam-se as demais cláusulas previstas no termo de colaboração nº 006/2018.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes em três vias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São José, SC, 03 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI
Secretária de Assistência Social

VIVIAN DOS SANTOS BEUTTEMMÜLLER SENRA
Associação Amigo Down

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/2018

Publicação Nº 2514007

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, aqui representado pela Gestora do FMAS Senhora ROSEMERI BARTUCHESKI, Secretária Municipal de Assistência Social, inscrita no CPF nº 563.563.669-15, denominados neste ato simplesmente Administração Pública Municipal de um lado, e de outro lado o/a AÇÃO SOCIAL BARREIROS, ora dito(a) OSC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.188.257/0001-34, estabelecido na Rua Candido Amaro Damásio, nº 700, Barreiros, São José/SC, representado pelo(a) Vice-Presidente, Sr. Osmar José Matucheski, portador do RG nº 3522590 SESP/PR e inscrito no CPF nº 476.840.469-34, resolvem, com base no art. 57 da Lei Federal nº 13019/14 realizar o PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Aditivo contratual decorre da necessidade de adequação dos valores repassados as entidades que não estão realizando atividade de forma presencial devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), bem como devido à orientação de repassar apenas o valor referente aos gastos básicos para manutenção da entidade, de acordo com a orientação expedida pela Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Enquanto perdurar a necessidade de realização de atividades não presenciais devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), o valor para a execução do objeto do Termo de Colaboração nº 08/2018 fica reduzido para a quantia de R\$ 4.976,00 (quatro mil, novecentos e setenta e seis reais) mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE

I. O Presente termo aditivo tem como data de início de vigência a publicação no diário oficial do Município até a volta das atividades presenciais da entidade com os usuários.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS PREVISTAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/2018

I. Ratificam-se as demais cláusulas previstas no termo de colaboração nº 008/2018.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes em três vias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São José, SC, 03 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI Secretária de Assistência Social	OSMAR JOSÉ MATUCHESKI Ação Social Barreiros
--	--

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020

Publicação Nº 2513435

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020 – Processo nº 101/2020 – Proc. Adm. 2260/2020 Fornecedor: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISO E DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO (LOCAL/REGIONAL) PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 93.750,00 (noventa e três mil e setecentos e cinquenta reais). Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 2514008

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, aqui representado pela Gestora do FMAS Senhora ROSEMERI BARTUCHESKI, Secretária Municipal de Assistência Social, inscrita no CPF nº 563.563.669-15, denominados neste ato simplesmente Administração Pública Municipal de um lado, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS SC, ora dito(a) OSC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.827.177/0001-53, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 708, Agrônoma, Florianópolis/SC, representado pelo(a) Presidente, Sr(a). José Roberto Leal, portador do RG nº 258.017-9 e inscrito no CPF nº 417.882.229-20, resolvem, com base no art. 57 da Lei Federal nº 13019/14 realizar o SEGUNDO TERMO DE ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Aditivo contratual decorre da necessidade de adequação dos valores repassados as entidades que não estão realizando atividade de forma presencial devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), bem como devido à orientação de repassar apenas o valor referente aos gastos básicos para manutenção da entidade, de acordo com a orientação expedida pela Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Enquanto perdurar a necessidade de realização de atividades não presenciais devido à pandemia do covid-19 (coronavírus), o valor para a execução do objeto do Termo de Colaboração nº 01/2019 fica reduzido para a quantia de R\$ 32.601,00 (trinta e dois mil, seiscentos e um reais) mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE

I. O Presente termo aditivo tem como data de início de vigência a publicação no diário oficial do Município até a volta das atividades presenciais da entidade com os usuários.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS PREVISTAS NO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019

I. Ratificam-se as demais cláusulas previstas no termo de colaboração nº 001/2019.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes em três vias, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São José, SC, 03 de junho de 2020.

ROSEMERI BARTUCHESKI Secretária de Assistência Social	JOSÉ ROBERTO LEAL Associação Florianopolitana De Deficientes Físicos Sc
--	--

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 089/2019-01

Publicação N° 2513355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 089/2019-01 – Proc. Adm. 2683/2020 – Contratado: CONQUISTAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objetivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato n° 089/2019. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO: fica prorrogado o prazo do Contrato N° 089/2019 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 26/06/2020. Data da assinatura: 29 de maio de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 107/2020

Publicação N° 2513600

PORTARIA N° 0107/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Convocar a servidora Cátia Cilene de Souza, matrícula n° 6, ocupante do cargo de Telefonista, a retornar às suas atividades normais de trabalho a partir de 03 de junho de 2020, interrompendo sua licença-prêmio iniciada em 13 de maio de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 02 de junho de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

LAO Nº 305/2020

Publicação Nº 2513808

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO PROTOCOLO Nº 305/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 305/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor JOÃO CARLOS JUSTEN, CPF 710.537.439-04, para a atividade de 01.54.00 – GRANJA DE SUÍNOS - TERMINAÇÃO, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

LAO Nº 382/2020

Publicação Nº 2513802

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO PROTOCOLO Nº 382/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 382/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor ALEXANDRE ODY BATTISTI, CPF 035.305.469-09, para a atividade de 01.54.00 – GRANJA DE SUÍNOS - TERMINAÇÃO, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2513916

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - ICSL.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2020.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Objeto: prorrogar o prazo de vigência e execução do Contrato nº 008/2020, de 16 de março de 2020 (originário do art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXPOGRÁFICO DOS ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS QUE ENVOLVEM A ANTIGA SEDE DO MUSEU COMERCINDO PEDERSSETTI, CORRESPONDENDO TAMBÉM A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO), até 31/12/2020, em razão da paralisação dos trabalhos devido a Pandemia, e conforme solicitação e justificativa anexa ao presente.

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Gizele Kalinoski (Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2513921

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - ICSL.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2020, Modalidade Pregão Presencial no 001/2020.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Objeto: prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 013/2020, de 13 de março de 2020 (originário do Processo Licitatório nº 001/2020, Modalidade Pregão Presencial no 001/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PESQUISA, REGISTRO, ELABORAÇÃO DE PLANO MUSEOLÓGICO, PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO, PRODUÇÃO E IMPRESSÃO DE FOLDERS E BANNERS DO MUSEU COMERCINDO PEDERSSETTI DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), até 31/12/2020, em razão da paralisação dos trabalhos devido a Pandemia, e conforme solicitação e justificativa anexa ao presente.

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Gizele Kalinoski (Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020 - FMS.

Publicação Nº 2513908

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020 - FMS.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: reajustar o valor do Contrato nº 016/2019, de 29/03/2019, (originário do Processo Licitatório nº 009/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA FINS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE), no percentual de 2,40% (dois vírgula quarenta por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, considerando o período compreendido entre os meses março de 2019 a março de 2020.

Data de Assinatura: 02/06/2020.

Vigência: de 02/06/2020 a 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Juleide Inês D'Agostini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513872

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 026/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: reajustar o valor do Contrato nº 137/2018, de 27/04/2018, (originário do Processo Licitatório nº 026/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA E DE LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO), no percentual de 2,40% (dois vírgula quarenta por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, considerando o período compreendido entre os meses março de 2019 a março de 2020.

Data de Assinatura: 02/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Juleide Inês D' Agostini pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513875

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Origem: art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BIO ÁGUA POÇOS ARTESIANOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.820.248/0001-55.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS A PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA NO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER.

Valor: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, sob a seguinte rubrica orçamentária: 107/2020 – 10.01.17.511.4507.1.080.3.3.90.00.00.00.00 – Secretaria de Agricultura.

Data de Assinatura: 02/06/2020.

Vigência: 30/08/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Mariana Ramos de Moura pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513877

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 047/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

CONSIDERANDO a instauração Processo Administrativo para Apuração de Descumprimento Contratual e Aplicação de Penalidades nº 004/2020, relativo ao Contrato nº 047/2020, de 07 de fevereiro de 2020, firmado com a empresa AIRTON SENA MIOTTO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 08.446.332/0001-06, cujo objeto consistiu na "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2020", sendo oriundo do Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020. CONSIDERANDO o Processo Administrativo para Apuração de Descumprimento Contratual e Aplicação de Penalidades nº 004/2020, restou comprovado descumprimento contratual, e se faz necessária a IMEDIATA RESCISÃO do Contrato nº 047/2020, de 07 de fevereiro de 2020, e aditivos.

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513879

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2018

Origem: Processo Licitatório nº 046/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: QUALITÁ ENGENHARIA LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.813.051/0001-60.

Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 182/2018, de 04 de junho de 2018 (originário do Processo Licitatório nº 046/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM 12 SALAS DE AULA E QUADRA COBERTA, NO LOTEAMENTO MENEGUETTI IV, ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO 4.806,18M², NO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E TERMO DE COMPROMISSO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, REFERENTE AS AÇÕES DELIMITADAS NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR, Nº 31362/2014), até 31/12/2020, em razão da paralisação das obras públicas, e conforme solicitação e justificativa anexa ao presente.

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Vigência: 25/06/2020 a 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Antonio Carlos Scotti pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513886

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 104/2018, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 008/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: VG - MAX PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.777.063/0001-66.

Objeto: prorrogar o prazo de início das atividades do Contrato nº 231/2018, de 17 de julho de 2018, decorrente do (Processo Licitatório nº 104/2018, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 008/2018 cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PERMISSÃO ONEROSA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 1.910/2010), em 180 (cento e oitenta) dias, em razão do tempo decorrido entre o protocolo do projeto até a obtenção do alvará de construção, conforme justificativa técnica anexa ao presente.

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Vigência: 08/06/2020 a 07/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Volnei Luis Stefanello pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513891

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2019, Modalidade Tomada de preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: QUALITÁ ENGENHARIA LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.813.051/0001-60.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 044/2019, (originário do Processo Licitatório nº 002/2019, Modalidade Tomada de preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS NO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, COM ÁREA TOTAL DE 166.33M² CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL-FNASC/CAIXA - CONTRATO DE REPASSE Nº873981/2018), em R\$ 12.459,06 (doze mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e seis centavos), referente aos serviços de execução de gradil metálico e ajuste de talude, conforme justificativa anexa ao presente.

Valor: R\$ 12.459,06 (doze mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e seis centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 121/2020 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social..

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Antonio Carlos Scotti pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513898

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 139/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 102/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CLAUDEMIR RIBEIRO DOS SANTOS 08561784970, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.107.898/0001-05.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 069/2020, (originário do Processo Licitatório nº 139/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 102/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC), em 25% (vinte e cinco por cento), que corresponde a um total de R\$ 7.211,76 (sete mil, duzentos e onze reais e setenta e seis centavos), tendo em vista que as quantidades iniciais não foram suficientes para suprir as necessidades de do solicitante.

Valor: R\$ 7.211,76 (sete mil, duzentos e onze reais e setenta e seis centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município por conta do exercício financeiro de 2020, conforme a seguinte rubrica orçamentária: D - 49/2020 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental; D - 56/2020 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Educação Infantil Pré Escolar.

Data de Assinatura: 04/06/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Claudemir Ribeiro dos Santos pela contratada.

PORTARIA Nº 654, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512539

PORTARIA Nº 654, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a partir de 04 de junho de 2020, o servidor público municipal LAURI ECKER, matrícula nº 1871/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo em comissão de Diretor de Estímulos às Atividades Econômicas Rurais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 655, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512541

PORTARIA Nº 655, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 05 de junho de 2020, o Senhor LAURI ECKER, para exercer o Cargo em Comissão de Secretario Municipal de Agricultura e Aquicultura Nível AGS-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 656, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512545

PORTARIA Nº 656, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a partir de 04 de junho de 2020, o servidor público municipal ADIRLEI CARLOS SANTIAN, matrícula nº 142/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo em comissão de Gerente de Inspeção Animal e Vegetal, voltando ao cargo efetivo de Técnico em Agropecuária.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 657, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512546

PORTARIA Nº 657, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 05 de junho de 2020, o Senhor ADIRLEI CARLOS SANTIAN, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor De Estímulos Às Atividades Econômicas Rurais, Nível AGD-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 2 (AR-2).

Art.2ºAs despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 658, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512951

PORTARIA Nº 658, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art. 8º da Lei 1.742 de 09/04/2008;

CONSIDERANDO, fim da licença maternidade da servidora pública municipal Gracieli Dos Santos, em 07 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 08 de junho de 2020, a servidora pública municipal GRACIELI DOS SANTOS, matrícula nº 3597/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo de Professor Habilitado – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 659, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512955

PORTARIA Nº 659, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art. 8º da Lei 1.742 de 09/04/2008;
CONSIDERANDO, fim da licença maternidade da servidora pública municipal Danglei Mattei, em 29 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 30 de junho de 2020, a servidora pública municipal DANGLEI MATTEI, matrícula nº 3177/04, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do cargo de Professor Habilitado – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 660, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2512964

PORTARIA Nº 660, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art. 8º da Lei 1.742 de 09/04/2008;
CONSIDERANDO, fim da licença maternidade da servidora pública municipal Francieli Bortolini, em 29 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 30 de junho de 2020, a servidora pública municipal FRANCIELI BORTOLINI, matrícula nº 3263/03, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do cargo de Professor Habilitado – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 661 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2513495

PORTARIA Nº 661 DE 04 DE JUNHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 248, de 22/10/2019, e de acordo com o Processo Seletivo 04/2020, homologado pelo Decreto nº 6.679, de 27 de abril de 2020, CONSIDERANDO, o Memorando nº 2.899/2020 do Sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a Senhora WANEISSA VICENTE no cargo de Técnico em Enfermagem, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde – Combate a pandemia Covid-19, 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput vigorará enquanto perdurar o estado de calamidade pública em vista da Pandemia de Covid-19, de acordo com o Decreto Municipal nº 6.688, de 04 de maio de 2020.

Art. 2º A remuneração para o cargo está prevista no Anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de Outubro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

DECRETO 61- ITBI

Publicação Nº 2514347

DECRETO Nº 061/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre os procedimentos de lançamento e exigência do Imposto sobre a Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição - ITBI.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O procedimento de apuração e lançamento do ITBI inicia-se pelo requerimento junto ao Paço Municipal no Setor competente (tributação e/ou fiscalização), onde o "usuário (pessoa física ou jurídica) ou o cartório" deverá protocolar o requerimento para ter acesso a Guia ITBI e incluir um novo processo do referido imposto com as informações abaixo, onde o contribuinte declara:

I - dados do imóvel objeto da transação, identificando-o através do número da matrícula no Registro de Imóveis e do número da inscrição cadastral municipal;

II - dados do(s) transmitente(s);

III - dados do(s) adquirente(s); IV - a natureza da transação;

V - valor do imóvel;

VI - Identificação da imobiliária/corretor, se houve intermediação;

VII - Informar se requer a apuração da incidência ou a exoneração tributária;

§ 1º O requerimento que for protocolado até quarta-feira pela manhã (das 07h30min até 11h30min) terão seus pareceres elaborados até o final da mesma semana. Já os requerimentos protocolados a partir da quarta-feira à tarde (das 13h00min até 17h00min) terão os respectivos pareceres efetuados até o final da próxima semana.

§ 2º O requerimento deverá vir acompanhado de cópia física e ou digitalizada da matrícula do imóvel objeto da transação expedida a menos de 30 dias pelo Registro de Imóveis competente.

§ 3º O requerente declara a operação e dados a ela relativos, diretamente ao Cartório, estando ciente de que a omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária pátria e tipifica crime de

Falsidade Ideológica, Art. 299 do Código Penal, além de crime a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo, Art. 1º da Lei 8.137/1990.

Art. 2º - A apresentação do requerimento que dá início à apuração e lançamento do ITBI dar-se-á:

I – nos cartórios de serviços notariais e de registros públicos, os quais enviarão o requerimento, em papel timbrado e assinado com o carimbo cartoral, ao Município de forma física no Paço Municipal nos Setores competentes (tributação e/ou fiscalização), e de forma eletrônica via e-mail: tributos@saomigueldaboavista.sc.gov.br , apresentando as informações e documentos.

II – nas assessorias e imobiliárias, os quais enviarão o requerimento ao Município de forma física no Paço Municipal nos Setores competentes (tributação e/ou fiscalização), e de forma eletrônica via e-mail: tributos@saomigueldaboavista.sc.gov.br , apresentando as informações e documentos.

III - no Paço Municipal nos Setores competentes (tributação e/ou fiscalização) em formulário assinado pelo contribuinte ou procurador, quando a transação não necessite de trâmite pelos cartórios.

Art. 3º - Além da cópia do inteiro teor da matrícula atualizada do imóvel, todo requerimento interposto deverá ser acompanhado dos seguintes

documentos, de acordo com a natureza da transação:

I - na compra e venda, o contrato, se houver, caso não haja, declaração do(s) transmitente(s) e adquirentes(s) do valor da transação financeira firmada em cartório;

II - na compra e venda com financiamento com prazo mínimo de 60 (sessenta) meses, o contrato;

III - na dação em pagamento e na permuta, o instrumento particular ou decisão judicial;

IV - na aquisição por ente público:

- a) contrato, se houver;
- b) ato administrativo, normativo ou judicial que autoriza a aquisição;

V - na aquisição por entidades imunes:

- a) contrato se houver;
- b) ata de fundação da entidade;
- c) estatuto atualizado;
- d) ata de posse da atual diretoria;
- e) ata da reunião autorizativa da aquisição do imóvel;

VI - na aquisição parcial de imóvel, decorrente de dissolução da sociedade conjugal, o documento comprobatório do quantum adquirido;

VII - na arrematação, na adjudicação, na alienação extrajudicial e na venda com autorização judicial, o documento comprobatório do valor da aquisição;

VIII - na cessão onerosa de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, o instrumento de cessão;

IX - na aquisição de terreno ou fração ideal edificado total ou parcialmente ao tempo da transmissão da propriedade, para fins de prova do ônus da construção por conta própria ou de terceiros:

- a) projeto de construção aprovado e licenciado;
- b) notas fiscais de aquisição de material e serviços relativos à obra;
- c) outros documentos que, a critério do contribuinte, auxiliem na formação da prova;

X - na aquisição de terreno ou fração ideal com previsão de construção de unidade imobiliária para entrega futura, para fins de prova do ônus da construção por conta própria ou de terceiros:

- a) projeto de construção aprovado e licenciado, acompanhado do alvará da obra;
- b) contrato de prestação de serviços de construção civil, celebrado entre o adquirente e o incorporador ou construtor;
- c) documentos fiscais e registros contábeis de compra de serviços e de materiais de construção;
- d) ata da assembleia inscrita no Registro de Títulos e Documentos que constitui a Comissão de Representantes de que trata o art. 50 da Lei 4.591/64;
- e) outros documentos que auxiliem na formação da prova;

XI - na incorporação de bens ou direitos ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, o documento societário em que conste a efetivação da integralização de capital, cartão CNPJ, cópia do RG e CPF dos sócios;

XII - na transmissão decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, o documento societário em que conste a destinação do bem ou direito objeto da operação.

§ 1º As situações previstas neste artigo não excluem outras modalidades de transmissão de bens ou cessão de direitos, cuja ocorrência demande documentos próprios.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos IV, V, XI e XII, será exigida a Declaração de Uso Futuro do Imóvel, conforme modelo constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 4º - Apresentados o requerimento e documentos exigidos terá início o processo em que serão identificados os elementos necessários para a apuração da incidência ou exoneração tributária, a estimativa da base de cálculo e o valor do imposto a recolher.

§ 1º A autoridade administrativa elaborará, sempre que necessária, a estimativa do valor venal do imóvel objeto da transação, e emitirá:

I - documento de arrecadação (Guia de ITBI) do valor do imposto devido com prazo de pagamento ou impugnação, nas operações tributadas;

II - despacho reconhecendo a exoneração, nas operações não tributadas;

III - despacho reconhecendo a exoneração sob condição resolutória, nas operações sujeitas à verificação futura.

§ 2º O resultado do processo ficará disponível ao contribuinte enquanto válido o documento de arrecadação ou o despacho que reconhecer a exoneração, nos termos da lei.

§ 3º A quitação do documento de arrecadação do ITBI poderá ser acessada pelo cartório, através do número de ITBI gerado no ato de entrada do requerimento. Ainda, estará disponível a "Declaração de Quitação do ITBI", que demonstrará a situação do processo, ambos podendo ser solicitados nos Setores Competentes mencionados (tributação e/ou fiscalização) e ou por endereço eletrônico: tributos@sao-migueldaboavista.sc.gov.br.

Art. 5º - Discordando da estimativa do valor venal o contribuinte poderá apresentar recurso do lançamento, oferecendo as razões do seu inconformismo, anexo II.

§ 1º Recebido o recurso por meio de Protocolo nos Setores Competentes mencionados (tributação e/ou fiscalização) e ou por endereço eletrônico: tributos@saomigueldaboavista.sc.gov.br, este será destinado à autoridade lançadora, para que no prazo de 10 (dez) dias emita parecer.

§ 2º Acolhendo as razões do recurso, a autoridade lançadora poderá alterar o lançamento e encaminhar a nova Guia de ITBI ao Contribuinte, com o novo valor pecuniário.

§ 3º Sendo mantido o lançamento original, o recurso será enviado para a Unidade de Julgamento Singular (Secretário(a) de Administração e Fazenda),

que analisará o pedido e emitirá decisão, sustentando ou alterando a estimativa original, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º Caso a decisão da Unidade de Julgamento Singular (Secretário(a) de Administração e Fazenda) seja desfavorável ao contribuinte, este poderá apresentar recurso ao Chefe do Poder Executivo local, no prazo de 30 (trinta) dias, o qual proferirá decisão definitiva em âmbito administrativo.

§ 5º O pedido de que trata o caput deverá vir acompanhado de 03 (três) avaliações do imóvel, emitidas por imobiliárias, corretores imobiliários ou por profissionais qualificados devidamente habilitados pelo órgão classe competente.

§ 6º A apresentação da avaliação do imóvel flagrantemente inverídica, com dados muito a baixo dos praticados no mercado, caracteriza falsidade de informações, que visa reduzir ou suprimir o valor do tributo, a imobiliária/corretor/profissional poderá responder cível e criminalmente, bem como ser denunciado nos órgãos de classe respectivos.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,
aos 04 dias do mês de junho do ano de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE USO FUTURO

DECLARANTE:	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
IMÓVEL:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	

DECLARO, sob as penas da lei e para fins de RECONHECIMENTO DA EXONERAÇÃO DO ITBI, que o imóvel identificado será usado, após a transferência, com a(s) seguinte(s) finalidade(s) (apontar uma ou mais das opções):

- ☐ Templo religioso.
- ☐ Instalação de sede/unidade de partidos políticos ou de suas fundações.
- ☐ Instalação de sede/unidade de entidades sindicais de trabalhadores.
- ☐ Instalação de sede/unidade de instituição de educação, sem fins lucrativos.
- ☐ Instalação de sede/unidade de instituição de assistência social, sem fins lucrativos.
- ☐ Instalação de órgão da União, Estado ou Município, suas fundações ou autarquias.
- ☐ Exploração da seguinte atividade econômica:
- ☐ Operações de venda, locação ou arrendamento mercantil.
- ☐ Outra (especificar) : _____

☐ Simples incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

☐ Finalidade não indicada acima (especificar): _____

Declaro ainda estar ciente que:

1. Todas as informações prestadas estão sujeitas à verificação por parte da fiscalização fazendária que poderá, dentro do prazo decadencial de 05 (cinco) anos, lançar o imposto indevidamente reduzido ou suprimido por força desta declaração.
2. A omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária municipal e tipifica crime de Falsidade Ideológica (Art. 299 Código Penal), além de crime contra a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo (Art. 1º da Lei 8.137/1990).

São Miguel da Boa Vista - SC, ____ de ____ de ____

Assinatura do Requerente/Declarante

ANEXO II

À SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
Setor de Fiscalização Tributária - Unidade de Julgamento Singular

RECURSO DE LANÇAMENTO DE ITBI

PROCESSO DE ITBI Nº:	
DADOS DO REQUERENTE:	
Nome:	
CPF/CNPJ:	
E-mail/Telefone:	
DADOS DO IMÓVEL:	
Inscrição Municipal:	
Matrícula Reg. Imóveis:	
Valor Declarado R\$:	
Elementos adicionais: (quaisquer outras informações relevantes, se houver)	

REQUERIMENTO:

Conforme previsão na Lei Complementar nº 031/2007, por discordar da estimativa fiscal constante do processo, requer-se a reavaliação do valor venal declarando os seguintes fatos e fundamentos:

DOCUMENTOS ANEXOS:

Obs.: Poderão ser apresentadas avaliações do imóvel, desde que emitidas por imobiliárias, por corretores imobiliários e profissionais qualificados devidamente habilitados pelo órgão de classe competente, sendo que a apresentação de avaliação imobiliária flagrantemente inverídica, com dados muito abaixo dos praticados no mercado, caracteriza falsidade de informações, que visa reduzir ou suprimir o valor do tributo, a imobiliária, corretor e o profissional habilitado poderá responder civil e criminalmente, bem como ser denunciado junto ao seu respectivo Conselho de Registro Profissional.

DECLARAÇÃO: O recorrente declara-se ciente de que a omissão de informações ou a falsidade delas constitui infração à legislação tributária municipal e tipifica crime de Falsidade Ideológica, Art. 299 Código Penal, além de crime contra a ordem tributária se resultar em supressão ou redução de tributo, Art. 1º da Lei 8.137/1990.

São Miguel da Boa Vista - SC, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Recorrente

DECRETO 62-2020 - DISPÕE SOBRE O USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL EM DECORRÊNCIA DO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2514349

DECRETO Nº. 062/2020
=====

DISPÕE SOBRE O USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO FACIAL EM DECORRÊNCIA DO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou com pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), e as orientações emanadas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria SES Nº 251, de 16 de abril de 2020, a qual determina que todo estabelecimento público, privado ou filantrópico em funcionamento no Estado de Santa Catarina deve assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem no local façam a utilização de máscaras;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas mais restritivas quanto a circulação de pessoas, mediante a obrigatoriedade de uso de máscaras em todo território do município de São Miguel da Boa Vista/SC, por qualquer pessoa, como meio de diminuir a circulação do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 349 de 12 de dezembro de 2001 que dispõe sobre normas de saúde em vigilância sanitária e estabelece penalidades;

CONSIDERANDO a disponibilidade de máscaras através da Secretaria de Saúde e Setor de Assistência Social sendo que a distribuição foi realizada na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e pelos agentes de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de se conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde.

DECRETA

=====

Art. 1º - Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial, por todos os indivíduos que circularem pelo território do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, em especial:

I – Nos espaços de acesso aberto ou público, incluídos os bens de uso comum da população, inclusive vias públicas;

II – No interior de:

a) Órgãos públicos;

b) Nos estabelecimentos privados, comerciais, industriais, prestadores de serviços ou outras atividades.

§ 1º. O uso de máscaras é obrigatório para população em geral, agentes públicos, prestadores de serviços e particulares, por contribuintes, clientes, consumidores, fornecedores, empregados e colaboradores.

§ 2º. O uso de máscaras constitui condição de ingresso e frequência eventual ou permanente, nos recintos descritos no inciso II deste artigo.

Art. 2º - É proibido em todo território do Município de São Miguel da Boa Vista o comércio ambulante de vendedores não regularizados junto ao Setor de Fiscalização Municipal.

Art. 3º - A fiscalização do contido neste Decreto ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e Polícia Militar, será realizada em caráter educativo pelo período de 7 (sete dias).

Art. 4º - Para fins de gradação da penalidade será aplicada advertência, seguida de multa se não houver pronto atendimento da exigência. A infração ao contido neste Decreto caracteriza infração sanitária leve, com penalidade prevista no artigo nº 44 da Lei Municipal nº 349/2001 e a reincidência caracteriza como infração gravíssima, prevista no Art. nº 45 da Lei Municipal nº 349/2001.

§ 1º. A penalidade aplicada pela Polícia Militar deverá ser encaminhada à Vigilância Sanitária do Município de São Miguel da Boa Vista/SC para abertura e tramitação de procedimento administrativo sanitário.

§ 2º. A multa não será aplicada em menores de 18 (dezoito) anos, devendo nesses casos, ser acionado o Conselho Tutelar e responsabilizados os pais ou responsável.

§ 3º. Não se recomenda o uso de máscaras em crianças com idade inferior a 2 (dois) anos, com a finalidade de evitar-se risco de acidentes ou sufocamento.

§ 4º. Fica dispensado o uso de máscaras em pessoas com mobilidade reduzida e incapazes de removê-las por conta própria, bem como, pessoas com autismo.

Art. 5º - Fica incluído como membro no Comitê de Gestão de Risco do enfrentamento do coronavírus (COVID-19):

Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC – Município de São Miguel da Boa Vista:

- Senhor Volmir Bianchet – RG nº 3257399

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina,
aos 04 dias do mês de junho do ano de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2513688

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA LEGISLATIVA Nº 21/2020

=====

Revoga Resolução Administrativa nº 20/2020 que dispõe sobre a retomada das sessões presencias e dá outras providências.

Considerando que em sessão realizada no dia 01 de junho de 2020 os vereadores, de comum acordo, opinaram para a permanência da realização das sessões de forma virtual

ADRIANO MAGIONI, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º Fica revogada a Resolução Administrativa nº 20/2020 a Resolução Administrativa nº 20/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Miguel da Boa Vista, 04 de junho de 2020.

ADRIANO MAGIONI

Presidente

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 94/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2513880

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 94/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: E. J. F. EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : R\$ 255.555,84 (duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 25/05/2020 Término: 25/11/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 13/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GIOVANI BARRICHELLO, BAIRRO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SOB Nº 889344/2019, DE ACORDO COM ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2020

CONTRATO 98/2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2513885

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 98/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada.: QUALITY ENERGIA SOLAR LTDA
Valor : R\$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais), sendo o valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais)
Vigência : Início: 28/05/2020 Término: 10/09/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 6/2020
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ENSINO FUNDAMENTAL WALDEMAR ANTÔNIO VON DENTZ, NA LINHA CANELA GAÚCHA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME CONVÊNIO 2019TR1315, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL, POR MEIO DA SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2020

DECRETO 9.325/2020

Publicação Nº 2514129

DECRETO Nº 9.325/2020
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o artigo 72, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 001/2020/CMAS do Conselho Municipal de Assistência Social, o qual solicita alteração de membros do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, acompanhados de seus respectivos suplentes, a seguir discriminados:

I – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

a) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Leciane Matiello - Titular
Raquel Storch Reginatto - Suplente

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Daiane Moreira - Titular
Rubiele Scariot - Suplente

c) Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
Sofie Borhz - Titular
Neusa Bonatto Zanatta – Suplente

d) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura;
Plaudenir Joraci Mallmann - Titular
Alessandro de Matos Alves - Suplente

e) Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Júlio Antônio Bagetti - Titular
Maurício Balke – Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Representantes dos usuários ou organizações e usuários da assistência social;
Maria Lourdes Dill - Titular
Marinês Schanadelbach – Suplente

Elenir Cardoso de Moraes - Titular
Cristiane Araujo – Suplente

b) Representante de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
Letícia Marafon (CIEE) - Titular
Cristiane Magrini Dutra (APAE) - Suplente

c) Representante de entidades de trabalhadores do SUAS.
Daniele Bohnenberger (Assistência Social)- Titular
Francieli Backer Battaglin (Assistência Social)- Suplente

Greyce Camila dos Santos (APAS) - Titular
Juliana Camini Oliveira (APAE) - Suplente

Art. 2º Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 3º Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, contados da nomeação pelo Presidente, permitida uma recondução.

Parágrafo Único. Os membros substitutos atuarão até completar o período de seus antecessores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 9.185 de 01 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 03 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA REBELATO
Secretária Municipal de Assistência Social

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

EDITAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO Nº 002/2020 HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 2513805

EDITAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO Nº 002/2020
HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições e com base na legislação vigente, divulga a Classificação e Homologação do Edital de Concurso de Remoção do Magistério Público Municipal n. 002/2020:

1. DA VAGA

Coordenador Pedagógico

LOCAL	CARGA HORÁRIA
EMEIEF Mundo Mágico	40 hs

2. DA CLASSIFICAÇÃO

NÃO HOUVE INCRITOS

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

São Miguel do Oeste – SC, 05 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 76/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2513903

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 13/2020

HOMOLOGAÇÃO: CONTRATANTE:

25/05/20 10:24

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GIOVANI BARRICHELLO, BAIRRO SANTA RITA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, SOB Nº 889344/2019, DE ACORDO COM ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 255.555,84

WILSON TREVISAN- Prefeito Municipal

PORTARIA SGPT/DDP N. 0753/2020

Publicação Nº 2514020

PORTARIA SGPT/DDP N. 0753/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;

CONSIDERANDO o Memorando n. 03/2020 oriundo da Comissão de Sindicância Instaurada pela Portaria SGTP/DDP n. 0464/2020 solicitando o retorno do servidor Luis Felipe Santos dos Santos ao exercício de suas funções, considerando as oitivas das testemunhas onde não foi identificado a materialidades dos fatos citados no documento que deu origem a instauração da referida Sindicância Administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a portaria SGTP/DDP n. 0493/2020 bem como o Art. 2º da Portaria SGTP/DDP n. 0562/2020 que afastou do exercício do Cargo de Atendente Social do servidor Luis Felipe Santos dos Santos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0748/2020

Publicação Nº 2513258

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0748/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO a vacância do cargo em função do pedido de Exoneração dos servidores efetivos Laura Beckenkamp e Vinicius Kochhann Gohlke e que estavam sendo substituídos por servidores ACTs até a realização de novo concurso público.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR EMMANUELLE CRISTINE ZANELLA CAPRA, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, no Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0749/2020

Publicação Nº 2513259

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0749/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a MARCIO PICOLLO, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Contador, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designado para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 03 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de junho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0750/2020

Publicação Nº 2513260

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0750/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19; CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para os servidores efetivos, constantes no Anexo I desta portaria.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

ANEXO I

No período de 17 de junho de 2020 a 14 de setembro de 2020

LIZANGELA MARIA PARMIGIANI, Técnico Administrativo, Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência.

No período de 19 de junho de 2020 a 16 de setembro de 2020

RAQUEL STORCH REGINATTO, Técnico Administrativo, Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0751/2020

Publicação Nº 2513262

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0751/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a suspensão por ordem judicial do Concurso Público 022/2014 para o cargo de Motorista não sendo possível o preenchimento das vagas por meio de Concurso Público.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal MARCELO GARBINI, contratado pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18 de junho de 2020 até 17 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0752/2020

Publicação Nº 2513263

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0752/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo EVANDRO GEWEHR VARGAS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para passar a atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 92/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2514127

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de óleos lubrificantes destinados à frota de veículos e equipamentos do Município de São Miguel do Oeste, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, de acordo com o anexo I, Termo de Referência do Edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 08 de junho de 2020 até às 08h15min do dia 19 de junho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 19 de junho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 04 de junho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 248/2020

Publicação Nº 2513326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 248/2020

Exonera MARIANNA MONTEIRO DE OLIVEIRA do cargo de Engenheiro Civil.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIANNA MONTEIRO DE OLIVEIRA do cargo de Engenheiro Civil, contrato de trabalho nº. 055/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 249/2020

Publicação Nº 2513328

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 249/2020

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE JOÃO CARLOS SANTOS TRIERVEILER PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear JOÃO CARLOS SANTOS TRIERVEILER para o cargo de Engenheiro Civil, Grupo IV, Atividade de Nível Superior – ANS, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.980,72 (um mil novecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos), carga horária semanal de 20 horas.

Art. 2º - O candidato nomeado, fica desde já convocado para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerado apto no exame médico e cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações, a saber:

I. Comprovação relativa a:

- nacionalidade brasileira;
- gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
- certificado de reservista
- quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- idade mínima de 18 anos;
- habilitação exigida para exercer o cargo;
- Informação concernente aos dados pessoais como: CPF, RG, carteira de trabalho e PIS/PASEP - (Carteira de Trabalho Original);
- Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;

- i) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- j) Comprovante de endereço;
- k) Declaração de bens;
- l). Exame médico de aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial;
- m) Foto 3x4;
- n) Folha corrida judicial.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação de justificativa, bem como o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no artigo 2º, implica automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.
São Pedro de Alcântara/SC, 05 de junho de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Saudades

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2020

Publicação N° 2513457

EXTRATO CONTRATUAL N° 39/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: CERAÇÁ - COOPERATIVA DE INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VALE DO ARAÇÁ OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) KITS DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS (7,50 X 5,10M), CLASSE 240/NBR 7188, INCLUSO O TRANSPORTE E A INSTALAÇÃO DO MESMO NO MUNICÍPIO DE SAUDADES, SC.

VALOR: 77.000,00

PRAZO: 31/12/20

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1000/2020

MODALIDADE: Pregão N° 9/2020.

SAUDADES SC, 04/06/2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 03/2020-SANEAMENTO

Publicação Nº 2513459

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 03/2020-SANEAMENTO

Tomada de Preços nº. 01/2020-SANEAMENTO - Processo nº. 03/2020-SANEAMENTO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.353.837/0001-63, estabelecida na Rua Tecla Kirschner Todt, nº. 51, Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-726.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Engenharia Sanitária para Assessoria e Consultoria na Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Esgotamento Sanitário (SES) e Controle de Perdas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 37.375,00 (trinta e sete mil trezentos e setenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 04/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 48/2020-PMS

Publicação Nº 2513344

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 48/2020-PMS

Tomada de Preços nº. 09/2020-PMS - Processo nº. 68/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº. 187, salas 06, 07 e 09, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.202-100

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Duas Mamas, EST OPP- Est 77 + 0m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.540,00m e área total de 13.803,58m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.469/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Valor do contrato: R\$ 2.588.218,31 (dois milhões quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e dezoito e trinta e um reais)

Data da Assinatura: 04/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Juck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.329/2020, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512850

PORTARIA Nº 8.329/2020, DE 4 DE JUNHO DE 2020

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de montar uma equipe técnica para estabelecimento de protocolos/ações estruturadas e coordenadas, objetivando aumentar a eficácia no enfrentamento da pandemia do COVID-19 no Município de Schroeder;

RESOLVE :

Art. 1º Designar membros para a composição do Comitê Técnico de Enfrentamento do COVID-19, a saber:

Coordenadora: Camila Sartori Ganzert

Secretária: Gabriela Grabowski Bosco

Membros: Cristiane de Lima Pacheco de Miranda Lima

Lúcia Kersten Brumuller

Andrea Gimenes de Lima Couto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008, revogando-se a Portaria nº 7.177/2017, de 17 de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 4 de junho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020-SANEAMENTO

Publicação Nº 2513461

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020-SANEAMENTO

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020-SANEAMENTO, PROCESSO Nº. 03/2020-SANEAMENTO, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço POR ITEM, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Engenharia Sanitária para Assessoria e Consultoria na Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Esgotamento Sanitário (SES) e Controle de Perdas para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.353.837/0001-63, estabelecida na Rua Tecla Kirschner Todt, nº. 51, Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-726.

Valor da proposta vencedora: R\$ 37.375,00 (trinta e sete mil trezentos e setenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 04/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2020-PMS

Publicação Nº 2513374

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2020-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2020-PMS, PROCESSO Nº. 68/2020-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Duas Mamas, EST OPP- Est 77 + 0m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.540,00m e área total de 13.803,58m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.469/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Vencedor: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº. 187, salas 06, 07 e 09, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.202-100

Valor da proposta vencedora: R\$ 2.588.218,31 (dois milhões quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e dezoito e trinta e um reais)

Data da Assinatura: 05/06/2020 – Vigência: 31/12/2020

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ANULAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 11/2020-PMS

Publicação Nº 2513426

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 11/2020 - TP****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 75/2020
Data do Processo: 06/05/2020

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Domo Estrutural com área de 40.15m² com sistema de projeção Terra, na Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz e Jardim de Infância Bondinho Alegre, neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2020

Motivo: Devido a necessidade de adequações no edital.

Schroeder, 4 de Junho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 35/2020-PMS

Publicação Nº 2512675

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2020

Número do Registro de Preços: 28/2020		Data do Registro: 04/06/2020		Válido até: 04/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de tachões/implantação e serviço de pintura de demarcação viária horizontal, para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do M							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Pintura acrílica para demarcação viária (horizontal) com tintas à base de solvente, com aplicação de premix e micro esfera de vidro, todos os equipamentos de aplicação, máquinas, serviço de execução e sinalização de segurança. Conforme Memorial Descritivo.	M²	CONCEITO SINALIZACAO LTDA (14154)		0	8,8500	1
2	Aquisição e instalação de tachão (amarelo e branco) bidirecional (divisão de pista) medindo 250 X 150 X 50 MM. Devem suportar carga de no mínimo 1500 Kg. Devem ser de material orgânico-inorgânico à base de resina sintéticas e materiais de enchimento constituídos de materiais de cor amarela permanente, contendo na base estrutura em aço 1010/1020, tela de nylon, p/ absorção de impacto, e dois pinos de fixação com barra transversal. Pinos de fixação: Deve ser constituído de 02 parafusos de rosca completa, aço 1010/1020, c/ proteção contra oxidação devendo ser parte do corpo do tachão. A parte dos pinos de fixação a ser imbuída no pavimento deve ser rosqueada para aumentar a aderência. Elemento reflexivo amarelo/amarelo ou vermelho/vermelho: cola deve ser constituída de material sintético, pré-acelerado, à base de resinas de poliéster, de cura rápida e oferecer perfeita aderência dos dispositivos ao pavimento de concreto ou asfáltico, seu tempo de secagem não pode ser superior a 45 minutos.	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Sinal City	0	18,0000	1
3	Aquisição e instalação de tachas: corpo - injetado em polímero de engenharia reforçado com fibra de vidro e aditivos anti UV. Lente - injetadas em policarbonato com aditivos Anti UV. Dimensões - 90 X 110 X 22 mm. Reflexância - cristal>500mod/lux - Ambar>325mod/lux e Rub> 110mod/lux.	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Sinal City	0	4,7500	1
2	SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA - SINASC (13483)				0	18,3200	2
3	WHSUL SINALIZACAO LTDA (13902)			PROPRIA	0	20,0000	3
2	CONCEITO SINALIZACAO LTDA (14154)				0	4,8000	2

Página: 2/3

MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (11109)

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2020

Número do Registro de Preços: 28/2020		Data do Registro: 04/06/2020		Válido até: 04/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de tachões/implantação e serviço de pintura de demarcação viária horizontal, para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do M							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020
PROCESSO Nº 81/2020

(11109) - MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
(12652) - SINAL CITY SINALIZACAO LTDA
(13483) - SINASC SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA -
(13902) - WHSUL SINALIZACAO LTDA
(14154) - CONCEITO SINALIZACAO LTDA

Schroeder, 4 de Junho de 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2020 - TP
	Processo Administrativo: 69/2020 Processo de Licitação: 22/04/2020 Data do Processo:
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 83/2020 (Sequência: 4)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da ESTRADA BRAÇO DO SUL - TRECHO 01, Est. OPP 00 a est. 30 + 10,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 610,00m e área total de 6.205,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contr

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 4 de Junho de 2020

COMISSÃO:

- Daniela Samuleski
- Ivandra de Souza
- Rafaela Susan Kienen
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- Marlene Neumann
- Valderi Rocha de Camargo
- Germana Heller Bauemle
- - Presidente da Comissão de Licitação
- - Membro
- - Membro
- - Membro
- - Secretária
- - Membro Suplente
- - Membro Suplente

QUADRO COMPARATIVO TP 10/2020-PMS

Publicação Nº 2513272

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 69/2020		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 0,00				
Licitação.....:		10/2020 - TP						
Modalidade.....:		Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia						
Objeto.....:		contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da ESTRADA BRAÇO DO SUL - TRECHO 01, Est. OPP 00 a est. 30 + 10,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 610,00m e área total de 6.205,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contr						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 23608	- PAVIMENTAÇÃO ESTRADA BRAÇO DO SUL - Unidade: UN						
14388	DUPLOCK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
11016	INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA		1,000	0,0000	859.022,0300	859.022,03	Indefinido	0
9522	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	885.991,9900	885.991,99	Indefinido	0

Schroeder,	Em/...../.....
Daniela Samuleski -		- Presidente da Comissão
Ivandra de Souza -		- Membro
Rafaela Susan Kienen -		- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna -		- Membro
Marlene Neumann -		- Secretária
Valderi Rocha de Camargo -		- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle -		- Membro Suplente
Natascha Luize Kopper Strelow -		- Membro Suplente
Elbir José Wendt -		- Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 050/2020-- PL 091/2020 - NITROTEC

Publicação Nº 2512686

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 091/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº. 033/2020
Pregão Presencial nº. 050/2020
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Nitrotec Com. de Produtos Agropecuários Ltda, CNPJ n.º 09.492.811/0001-21, estabelecida na rua Pio XII, 1847, centro, Cascavel, PR, neste ato representada pelo Sr. Sandro Henrique Borella, brasileiro, casado, empresário, RG n.º. 22.237.908-X, CPF nº. 164.023.768-25, residente e domiciliado na rua Tenente Coronel Viligran Cabrita, 1179, casa 18, Curitiba, PR, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 050/2020 de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de nitrogênio líquido, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 22.200,00, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/06/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/06/2021.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 050/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/06/2020.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Sandro Henrique Borella
Nitrotec Com. de Produtos Agropecuários Ltda
Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2020

Publicação Nº 2513739

Processo Licitatório nº. 098/2020
Edital de Pregão Presencial nº. 052/2020

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respeito impreterivelmente até às 13h30min do dia 22/06/2020, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à locação, manutenção e monitoramento de equipamentos eletrônicos - alarmes. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327 ou 3452-8323.

Seara, SC, 04 de junho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 050/2020-- PL 091/2020 - NITROTEC

Publicação Nº 2512688

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 91/2020			Licitação: 50/2020 - PR		Data da Homologação: 04/06/2020				
Fornecedor: 12519			- NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA						
1	3898	NITROGÊNIO LIQUIDO	NITROTEC	LTS	20.000,000	0,0000	1,1100	22.200,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					20.000,000			22.200,00	

Seara, 4 de Junho de 2020.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 091/2020

Publicação Nº 2512679

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2020 - PR Processo Administrativo: 65/2020 Processo de Licitação: 91/2020 Data do Processo: 21/05/2020
--	--

Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) CLAISNEI ANDRE VANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 91/2020
b) Licitação Nr.: 50/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 04/06/2020 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO.

					(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens Adjudicados:	Unid.	Qtidade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (12519)</u>					
1 NITROGÊNIO LÍQUIDO - Marca: NITROTEC	LTS	20.000,00	0,0000	1,11	22.200,00
Total do Fornecedor:					22.200,00
Total Geral:					22.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.247.3.3.90.00.00.00.00 (135) Saldo: 114.521,80

Seara, 4 de Junho de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Tais Cristina Dreon - Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 091/2020

Publicação Nº 2512681

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2020 - PR Processo Administrativo: 65/2020 Processo de Licitação: 91/2020 Data do Processo: 21/05/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 91/2020
- b) Licitação Nr.: 50/2020-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 04/06/2020
- e) Objeto da Licitação SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA (12519)

1 NITROGÊNIO LÍQUIDO - Marca: NITROTEC	LTS	20.000,00	0,0000	1,11	22.200,00
Total do Fornecedor:					22.200,00
Total Geral:					22.200,00

Seara, 4 de Junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 14_2020**

Publicação Nº 2514032

PORTARIA Nº 14/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

Altera o horário de expediente dos servidores da Câmara Municipal de Seara e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Art. 1º O horário de expediente dos servidores Adriana de Camargo, matrícula 2, Marinês Miranda, matrícula 5, Marisa Scussel, matrícula 46, Wanderléia Tondello Batista, matrícula 51 e Lésio Luvisa, matrícula 1, retorna ao fixado pela Portaria nº 8/2019.

Art. 2º O horário de expediente semanal da servidora Sirlei Antunes Martini, matrícula 88, segue o fixado pela Portaria nº 11/2020, ou seja, das 13h30 às 17 horas, na segunda e quarta-feira e das 14h às 17 horas nas quinta-feira.

Art. 3º As servidoras Adriana de Camargo e Sirlei Antunes Martini seguem designadas para o assessoramento nas sessões ordinárias ou extraordinárias virtuais realizadas.

Parágrafo único. As horas excedentes para a realização do assessoramento previsto no caput do artigo não serão compensadas e servirão como complemento da carga horária não realizada desde a suspensão das atividades em 19 de março de 2020.

Art. 4º O servidor Anilton Guioto Consalter, matrícula 3, por estar incluído no chamado grupo de risco deve permanecer afastado, desenvolvendo suas atividades conforme estabelece o art. 4º do Decreto Municipal nº 1865/2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de junho de 2020.

JERSON BRUSAMARELLO

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 15_2020

Publicação Nº 2514040

PORTARIA Nº 15/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Concede licença-prêmio a servidor

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com amparo no art. 128 da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e nos termos da Resolução nº 2/2018, que regulamenta o gozo da licença-prêmio, RESOLVE:

Conceder, conforme requerido em 3 de junho, protocolo nº 18562, 10 (dez) dias de licença-prêmio ao servidor LÉSIO LUVISA, ocupante do cargo efetivo de Contador, Nível "30", matrícula 1, referente ao quinquênio 01/04/2011 a 31/03/2016, a partir do dia 8 até 17 de junho de 2020.

A presente Portaria entra em vigor da data da sua publicação.

JERSON BRUSAMARELLO

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 16_2020

Publicação Nº 2514043

PORTARIA Nº 16/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme art. 129 §4º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, RESOLVE:

Conceder, conforme Requerido em 3 de junho, protocolo nº 18563, 10 (dez) dias restantes de férias à servidora MARISA SCUSSEL, matrícula 46, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível 20, referente ao período de 1º de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2019, a partir de 08 de junho de 2020.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERSON BRUSAMARELLO

Presidente da Mesa

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2020 DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513939

DECRETO N.º 131/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e em consonância com a Lei Municipal nº 088/1991,

CONSIDERANDO

A celebração religiosa de Corpus Christi, e a necessidade de isolamento social decorrente da pandemia do Covid -19,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo em todo território do Município de Serra Alta/SC, no dia 12 de junho de 2020.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 04 de junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020- REGISTRO DE PREÇOS- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2512583

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a possível Aquisição de Medicamentos de uso contínuo e preventivo para manutenção da Farmácia Básica e distribuição gratuita aos pacientes que necessitam devido às patologias contraídas. Objetivando dessa forma, melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes Serraltenses por intermédio da Unidade de Saúde Municipal.

Entrega dos Envelopes será até: 08:30 horas do dia 22 de Junho de 2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 22 de Junho de 2020.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 05 de Junho de 2020.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” CMI N.º 01/2020

Publicação Nº 2513619

RESOLUÇÃO “ad referendum” CMI N.º 01/2020

Dispõe sobre para a concessão de Registro e Renovação de Registro das Organizações governamentais/entidades, e Não governamentais com ou sem fins lucrativos, de atendimento direito ao idoso no município de Siderópolis:

O Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei municipal nº. 1.875, de 26 de maio de 2010, e CONSIDERANDO o advento da Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – ESTATUTO DO IDOSO, bem como seus artigos 47, 48, 49, 50, no título IV, capítulo II; e ainda, o disposto na referida lei quanto à fiscalização das organizações governamentais e não governamentais/entidades, com ou sem fins lucrativos, de atendimento direito ao idoso.

Considerando A situação de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme os Decretos nº 515/2020 e nº 525/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), bem como o Plano de Contingência para Resposta as Emergências em Saúde Pública;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar “ad referendum” a Regulamentação dos Critérios para a concessão de Registro e Renovação de Registro das Organizações governamentais e não governamentais/entidades, com ou sem fins lucrativos, de atendimento direito ao idoso, constante nos anexos desta resolução.

Art. 2º – Poderão obter registro no CMI as entidades com ou sem fins lucrativos que promovam ações no campo da política de atendimento à Pessoa Idosa, conforme estabelecido no artigo 47 do Estatuto do idoso, que considera como linhas de atendimento:

I. Políticas sociais básicas, previstas na lei federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994;

II. Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

III. Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV. Serviços de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V. Proteção jurídico social por entidades de defesa de direitos dos idosos;

VI. Mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento ao idoso.

Art. 3º – A Concessão de Inscrição para organizações governamentais e não

governamentais/entidades, com ou sem fins lucrativos, e seus respectivos programas de atendimento de acordo com o que se preceitua a legislação supracitada, obedecerá ao disposto na presente Resolução Normativa.

Parágrafo Único – o Certificado de Inscrição a ser concedido pelo CMI terá prazo de validade de dois anos, sendo obrigatório sua atualização bianual dos documentos no primeiro quadrimestre de cada exercício, até abril, de acordo com o estabelecido na presente normatização.

Art. 4º – Somente deverão solicitar e obter Inscrição no CMI, organizações governamentais e não governamentais/entidades, com ou sem fins lucrativos, que atuem no atendimento e defesa dos direitos do Idoso, apresentando seu respectivo programa de atuação de acordo com dispostos nos artigos 48, 49 e 50 do Estatuto do idoso – Lei Federal nº 10.741/03, transcritos nos artigos a seguir:

Art. 5º – Para Concessão da respectiva inscrição as organizações, de atendimento ao idoso, deve observar os seguintes requisitos, conforme disposto no artigo 48 do Estatuto do Idoso.

I. Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II. Apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;

III. Estar regularmente constituída;

IV. Demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 6º – As organizações que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios, conforme disposto no artigo 49 do Estatuto do Idoso.

I. Preservação dos vínculos familiares;

II. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;

III. Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;

IV. Participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

V. Observância dos direitos e garantias dos idosos;

VI. Preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 7º – Constituem obrigações das organizações de atendimento, conforme disposto no artigo 50 do Estatuto do Idoso.

I. celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;

II. Observar os direitos e as garantias de que são titulares aos idosos;

III. Fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;

IV. Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;

V. Oferecer atendimento personalizado;

VI. Diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;

VII. Oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;

VIII. Proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;

IX. Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;

X. Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XI. Proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

- XII. Comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infectocontagiosas;
- XIII. Providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;
- XIV. Fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;
- XV. Manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
- XVI. Comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
- XVII. Manter no quadro de pessoais profissionais com formação específica.
- Art. 8º – São os documentos necessários ao encaminhamento do pedido de inscrição ao Conselho Municipal do Idoso – CMI:
- a) Organizações não governamentais e/ou entidades, sem fins lucrativos:
- I. Requerimento fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;
- II. Formulário de Cadastro fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo II, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização, que devesse rubricar todas as folhas;
- III. Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, devidamente atualizado;
- IV. SIL – Sistema Integrado de Licenciamento; Caso a entidade não possua a documentação deverá informar o motivo da ausência do documento, firmando termo de compromisso de Regularização, com a manifestação favorável da vigilância sanitária, cabendo ao CMI avaliar a possibilidade de registro/renovação, baseado no presente ajuste; (anexo III);
- V. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;
- VI. Cópia do documento comprobatório de dedetização do estabelecimento;
- VII. Apresentação de projeto aprovado do imóvel para os fins a que se destina e cópia do respectivo habite-se; Laudo Técnico de avaliação – L.T.A;
- VIII. Cópia do Estatuto, onde seja comprovado que os objetivos estatutários estejam em conformidade com o Estatuto do Idoso, devendo estar registrado em cartório de registro Civil das Pessoas jurídicas;
- IX. Nos casos de entidades e organizações de assistência social, apresentar cópia do certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- X. Apresentação do modelo de contrato de prestação de serviço com o idoso, de acordo com que preceitua o Estatuto do Idoso, em seu artigo 50, inciso I - celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;
- XI. Plano Anual de trabalho, com os respectivos programas de atendimento, conforme roteiro anexo IV;
- XII. Relação da quantidade e tipo de vínculo empregatício de funcionários, prestadores de serviços, voluntários, estagiários que exerçam qualquer atividade na entidade, conforme modelo anexo V;
- XIII. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar a declaração de compatibilidade com o Estatuto do Idoso, artigo 35 - Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada; § 1o No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade; § 2o O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1o, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso; § 3o Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput deste artigo; (anexo VI);
- XIV. Cópia da Ata da eleição e posse da atual diretoria, devidamente averbadas em cartório de registro Civil das Pessoas jurídicas;
- XV. Cópia da ata da fundação registrada em cartório;
- XVI. Cópia do RG e CPF do Presidente, Vice-Presidente e tesoureiro;
- XVII. Atestado de Antecedentes criminais da Diretoria Executiva;
- XVIII. Declaração de idoneidade de todos os integrantes da Diretoria Executiva, conforme modelo anexo VII, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;
- XIX. Nos casos de projetos intersetoriais com outras políticas, o CMI solicitará aos órgãos pertinentes, parecer quanto ao seu funcionamento;
- XX. É facultado ao CMI solicitar outros documentos que sejam necessários para análise da inscrição.
- Art. 9º - Para a renovação do registro serão exigidos os seguintes documentos:
- I. Cópia do certificado de registro anterior;
- II. Cópia do Estatuto, onde seja comprovado que os objetivos estatutários estejam em conformidade com o Estatuto do Idoso, devendo estar registrado em cartório de registro Civil das Pessoas jurídicas;
- III. Cópia da Ata da eleição e posse da atual diretoria, devidamente averbadas em cartório de registro Civil das Pessoas jurídicas;
- IV. Formulário de Cadastro fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo II, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização, que devesse rubricar todas as folhas;
- V. Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, devidamente atualizado;
- VI. Certidão de Regularidade do FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- VII. Certidão negativa de Débitos relativos a contribuição Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);
- VIII. SIL – Sistema Integrado de Licenciamento; Caso a entidade não possua a documentação deverá informar o motivo da ausência do documento, firmando termo de compromisso de Regularização, com a manifestação favorável da vigilância sanitária, cabendo ao CMI avaliar a possibilidade de Siderópolis/renovação, baseado no presente ajuste; (anexo III);
- IX. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;
- X. Atestado de Antecedentes criminais da Diretoria Executiva;
- XI. Declaração de idoneidade de todos os integrantes da Diretoria Executiva, conforme modelo anexo VII, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;
- XII. Relatório Anual de atividades, assinado pelo representante legal da entidade em que se identifiquem, descreva, quantifiquem e

qualifiquem as ações desenvolvidas no último exercício;

XIII. Requerimento fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização.

Parágrafo único – Os documentos acima especificados são obrigatórios e deverão ser entregues em cópias acompanhadas de seus originais para conferência ou autenticados por cartório, exceto os emitidos pela internet, na sede do CMI, com 01 (um) mês de antecedência de seu vencimento.

b) Organizações não governamentais e/ou entidades, com fins lucrativos:

I. Requerimento fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;

II. Formulário de Cadastro fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo II, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização, que devesse rubricar todas as folhas;

III. Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, devidamente atualizado;

IV. SIL – Sistema Integrado de Licenciamento; Caso a entidade não possua a documentação deverá informar o motivo da ausência do documento, firmando termo de compromisso de Regularização, com a manifestação favorável da vigilância sanitária, cabendo ao CMI avaliar a possibilidade de Siderópolis/renovação, baseado no presente ajuste; (anexo III);

V. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;

VI. Cópia do documento comprobatório de dedetização do estabelecimento;

VII. Apresentação de projeto aprovado do imóvel para os fins a que se destina e cópia do respectivo habite-se; Laudo Técnico de avaliação – L.T.A;

VIII. Cópia do Contrato Social e alterações posteriores que demonstre a regularidade de sua constituição. Registrado em Cartório;

IX. Apresentação do modelo de contrato de prestação de serviço com o idoso, de acordo com que preceitua o Estatuto do Idoso, em seu artigo 50, inciso I - celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;

X. Plano Anual das atividades para o ano vigente, com os respectivos programas de atendimento, conforme roteiro anexo IV;

XI. Relação da quantidade e tipo de vínculo empregatício de funcionários, prestadores de serviços, voluntários, estagiários que exerçam qualquer atividade na entidade, conforme modelo anexo V;

XII. Cópia do RG e CPF do Representante Legal da Organização;

XIII. Atestado de Antecedentes criminais do representante legal da organização;

XIV. Declaração de idoneidade dos integrantes legais da organização, conforme modelo anexo VII, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;

XV. Descrição da forma em que se executa a prestação de serviço, que deverá ser compatível com os princípios do Estatuto do Idoso;

XVI. Cópia do Regimento Interno da Instituição devidamente assinada pelo seu representante legal;

XVII. Nos casos de projetos intersetoriais com outras políticas, o CMI solicitará aos órgãos pertinentes, parecer quanto ao seu funcionamento;

XVIII. Em caso de entidade com sede em outro município a entidade deverá possuir uma unidade executora em Siderópolis;

XIX. É facultado ao CMI solicitar outros documentos que sejam necessários para análise da inscrição.

Art. 10 – Para a renovação do registro serão exigidos os seguintes documentos:

I. Cópia do certificado de registro anterior;

II. Cópia do Contrato Social e alterações posteriores que demonstre a regularidade de sua constituição. Registrado em Cartório;

III. Formulário de Cadastro fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo II, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização, que devesse rubricar todas as folhas;

IV. Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, devidamente atualizado;

V. SIL – Sistema Integrado de Licenciamento; Caso a entidade não possua a documentação devesse informar o motivo da ausência do documento, firmando termo de compromisso de Regularização, com a manifestação favorável da vigilância sanitária, cabendo ao CMI avaliar a possibilidade de Siderópolis/renovação, baseado no presente ajuste; (anexo III);

VI. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, devidamente

atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;

VII. Atestado de Antecedentes criminais do representante legal da organização;

VIII. Declaração de idoneidade de todos os integrantes da Diretoria Executiva, conforme modelo anexo VII, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;

IX. Relatório de atividades, assinado pelo representante legal da entidade em que se identifiquem, descreva, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas no último exercício;

X. Requerimento fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização.

c) Organizações governamentais, programas e serviços de atendimento das políticas públicas básicas de atenção ao idoso:

I. Requerimento fornecido pelo CMI, conforme modelo anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;

II. Ficha Cadastral para cada programa desenvolvido fornecida pelo CMI, conforme modelo anexo II, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização, que devesse rubricar todas as folhas;

III. Laudo da vigilância sanitária expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente atualizado;

IV. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;

V. Plano de trabalho anual com os respectivos programas de atendimento conforme modelo anexo IV;

VI. É facultado ao CMI solicitar outros documentos que sejam necessários para análise da inscrição;

VII. Em se tratando de renovação, a entidade deverá apresentar a cópia do certificado de registro anterior.

d) Em se tratando de FUNDAÇÃO, a requerente deverá apresentar ainda:

I. cópia da escritura de sua instituição, devidamente registrada no Cartório de Siderópolis Civil das Pessoas Jurídicas;

II. Comprovante de aprovação dos estatutos, bem como suas respectivas alterações, se houverem, pelo Ministério Público;

III. Cópia do Regimento Interno, bem como cópia da ata da assembleia que o aprovou.

IV. É facultado ao CMI solicitar outros documentos que sejam necessários para análise da inscrição.

V. Em se tratando de renovação, a entidade deverá apresentar a cópia do certificado de registro anterior.

VI. Nos casos de entidades de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Siderópolis, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;

Art. 11 – O pedido de inscrição e de renovação, deverá ser apresentado com documentação completa em envelope, na sede do CMI;

Art. 12 – O pedido de inscrição e os documentos encaminhados pela entidade serão apresentados aos membros do CMI, que providenciarão a sua atuação e farão uma conferência formal sobre o cumprimento do art. 9 desta deliberação.

Parágrafo único – constatada ausência de qualquer documento, a entidade interessada será notificada, por ofício, para complementação.

Art. 13 – Após a avaliação da plenária, caso a decisão final seja favorável à inscrição e renovação, emitir o correspondente certificado, cujo prazo de vigência será de dois (02) anos.

Art. 14 – A inscrição junto ao CMI poderá ser cancelada a qualquer tempo, de forma motivada, se for comprovado, por meio de processo administrativo deflagrado junto ao conselho, o descumprimento de exigências legais e / ou administrativas, assegurada a ampla defesa.

Art. 15 – O requerente poderá solicitar informações sobre o andamento de pedido de inscrição e renovação através de ofício, dirigindo à diretoria executiva do CMI, que enviará resposta à requerente por ofício.

Art. 16 – Para manutenção de certificado de inscrição e renovação, as organizações não governamentais, com ou sem fins lucrativos, e os programas e serviços governamentais deverão cumprir as seguintes formalidades:

I. Sempre que ocorrer qualquer alteração na programação, nas atividades, nos compromissos sociais da organização, bem como na razão social, endereço, telefones, composição da diretoria executiva, representante legal da organização, ou ainda, de proprietário, ou quaisquer outras alterações relevantes, esta deverá comunicar ao CMI, através de ofício, endereçado ao presidente, imediatamente após a alteração ocorrida;

II. Apresentar outras informações e / ou documentos, quando solicitados pelo CMI;

III. Atender criteriosamente, o estabelecido no art.4º, parágrafo único da presente resolução.

Art. 17 – O CMI efetuará visitas às entidades e organizações não governamentais, e aos programas e serviços da área governamental, objetivando verificação de atendimento e atuação junto ao Idoso, conforme o que se preceitua o Estatuto do Idoso, em seu artigo 52.

Art. 18 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, e a partir de então as entidades terão o prazo de sessenta (90) dias para regularizar a inscrição de cadastro no CMI, na forma ora estabelecida.

Siderópolis/SC, 04 de junho de 2020.

ROSEMERI SAVARIS

Presidente do CMI

TIMBRE DA ENTIDADE

ANEXO I

REQUERIMENTO

() INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE REGISTRO

() RENOVAÇÃO DO REGISTRO NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SIDERÓPOLIS/SC

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMI de Siderópolis/SC,

A organização, denominada _____

_____, representada por _____ representante legal da instituição, portador(a) do CPF nº _____, firma o presente requerimento, com a anexação dos documentos solicitados no item 4 da Resolução nº 01/2020 do CMI, estando ciente que a expedição do certificado de registro de entidade, bem como sua renovação, ocorrerá após a análise dos documentos, visita e elaboração de parecer, confirmando que a entidade atende aos princípios previsto pelo Estatuto do Idoso.

Siderópolis/SC, ____ de _____ de 2020.

Nome do Representante Legal e Assinatura

TIMBRE DA ENTIDADE

ANEXO II

FORMULÁRIO CADASTRAL

I – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome da Instituição (de acordo com o estatuto):

Nome Fantasia:

Endereço:

Número: Bairro: Distrito:

Telefone: Fax: Município:

E-mail:

Telefone/outro: CEP:

CNPJ:

Data da Fundação:

II – DADOS DO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO

Nome:

CPF: RG:

Formação Profissional:

Vigência do Mandato: Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

Endereço: Número:

Bairro: CEP: Município:

Telefone: E-mail:

II- DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:

CPF: RG:

Formação Profissional:

Registro no Conselho de classe:

Vigência do Mandato: Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

Endereço: Número:

Bairro: CEP: Município:

Telefone:

III – DADOS QUANTITATIVOS

IV – FINALIDADE ESTATUTÁRIA

V- IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS:

VI – RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTO(S) MANTIDO(S)

Nome:

Endereço: Número:

Bairro: CEP: Município: UF:

CNPJ:

Observação: Caso o número de estabelecimentos mantidos seja superior, solicitamos que relacione-os em folha suplementar, constando os dados acima expressos.

TIMBRE DA ENTIDADE

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO

(Entidade) _____, com sede na Rua _____, na cidade de Siderópolis,

Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ _____, vem pelo presente firmar Termo de Compromisso de Regularização de Documentação, visto que _____ (explicar motivo da falta do Alvará/Licença Sanitária). Desta forma, pretendemos finalizar a regularização da documentação no prazo médio de _____ meses, data em que encaminharemos ao CMI o(s) documento(s) pendente(s).

_____, (Presidente), portador do RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, firma o presente Termo, estando ciente que a Inscrição/Renovação no CMI ocorrerá após a análise dos documentos, visita e elaboração de parecer, confirmando que a entidade atende os princípios previstos pelo Estatuto do Idoso.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Siderópolis, ____ de _____ de 2020.

Nome do Representante Legal e Assinatura

TIMBRE DA ENTIDADE

ANEXO IV

ROTEIRO PARA O PLANO DE TRABALHO

PLANO ANUAL DE TRABALHO – Exercício 20____

- O Plano de Trabalho é o planejamento global da entidade.

- Inclui: missão da entidade, objetivos gerais, estratégias, constituindo-se em um planejamento para o prazo de 02 anos, devendo conter: Identificação da Entidade ou Organização; Nome, localização, município, data da criação, público-alvo atendido, etc.

- Apresentação: Descrever o conteúdo do plano, ou seja, do que se trata o trabalho realizado pela entidade, para qual público e a área que abrange; sua relevância à sociedade; metodologia de trabalho; os parceiros para o desenvolvimento das atividades (como as redes de

atendimento) e da elaboração do mesmo. Também são apresentados os princípios que norteiam as ações, de forma que expressem os valores morais, culturais, políticos, etc.; as diretrizes das ações; as leis que fundamentam toda a ação e o modelo de gestão adotado pela organização.

- Diagnóstico da área: Apresentar o diagnóstico da área que será implantado o plano de trabalho ou que já vem sendo desenvolvido, contendo a caracterização das pessoas que serão atendidas; análise da realidade social da comunidade (bairro, cidade, etc.); aspectos demográficos, fontes de recursos, histórico da região e/ou público.

- Objetivos: Definir de forma ampla o que se quer alcançar, ou seja, o objetivo geral, qual situação-problema que se quer superar. E os objetivos específicos, que são descritos de forma mais detalhada que o geral.

- Prioridades e estratégias: Listar as prioridades das ações da entidade, levando em conta a sua viabilidade e seu potencial humano e financeiro. Já, estratégias são os caminhos escolhidos pela entidade para se alcançar o objetivo proposto.

- Recursos humanos, materiais e financeiros: Explicar todos os recursos que a entidade possui para desenvolver as ações. O quadro de profissionais que compõem a atividade, suas especialidades e funções; quem são os responsáveis diretos por cada; os materiais que compõem a organização para o seu funcionamento; e os recursos financeiros da organização, se são recursos próprios ou não, sua fonte, etc.

- Metas: Mostrar quantitativamente o objetivo que se quer atingir e prazo para alcançá-lo ou se aproximar do desejado.

- Monitoramento e Avaliação: Descrever como será realizado o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades e apresentar a tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela entidade, para identificar os avanços e dificuldades visando um possível aprimoramento.

- Alterações: Caso a entidade altere o Plano de Trabalho, este deverá ser reencaminhado ao Conselho, com as devidas alterações.

TIMBRE DA ENTIDADE

ANEXO V

RELAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Relação de funcionários, prestadores de serviços, voluntários e estagiários que desenvolvem atividades na Instituição:

(Nome): _____

Identificação do Profissional

Formação Educacional

Vínculo Empregatício

Carga Horária Mensal

Atividade Desenvolvida

Siderópolis, ____ de ____ 202 .

TIMBRE DA ENTIDADE

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA E CUMPRIMENTO

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, _____, com sede na _____ (endereço),

em Siderópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº _____ observa e cumpre com Art. 35 do Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/2003), que estabelece:

"Todas as entidades de longa permanência, ou casa lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa obrigada.

Inciso 1º No caso de entidade filantrópica, ou casa lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

Inciso 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no inciso 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

Inciso 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput desse artigo". (g.n.)

Sem mais, coloco-me à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Siderópolis, ____ de ____ de 202

.

Nome do Representante Legal e Assinatura

Sombrio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2020

Publicação Nº 2513100

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020

OBJETO: A presente ata tem por objeto o registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) para fornecimento(s) de materiais de proteção (EPI) necessários no período da pandemia (COVID-19) para serem utilizados em todas as secretarias e departamentos do município de Sombrio/SC, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 036/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: RCS COMERC. ATACADISTA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 357.887,60

Processo Licitatório nº 036/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 02 de junho de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2020

Publicação Nº 2513102

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2020

OBJETO: A presente ata tem por objeto o registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) para fornecimento(s) de materiais de proteção (EPI) necessários no período da pandemia (COVID-19) para serem utilizados em todas as secretarias e departamentos do município de Sombrio/SC, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 036/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: TECHTUDO ELETRONICOS EIRELI ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 352.896,00

Processo Licitatório nº 036/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 02 de junho de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 2.493**

Publicação Nº 2513612

**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

LEI Nº 2.493, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

**“INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO
LAR BENEFICENTE DO IDOSO SÃO JOSÉ E A
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS – APAE DE SOMBRIO”**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, senhor Vilmar Daminelli, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes do Município de Sombrio, que a Câmara Municipal aprovou e ele, na forma do art. 50, §6º e §9º da Lei Orgânica Municipal de Sombrio e Art. 45, VIII e IX do Regimento Interno da Câmara Municipal, promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica instituído o fundo municipal de Apoio ao Lar Beneficente do Idoso São José e a APAE Sombrio, sob a gestão e execução direta ou descentralizada da Secretaria de Educação ou bem estar social.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Apoio ao Lar Beneficente do Idoso São José e a APAE Sombrio tem por objetivo destinar:

I- de no mínimo 25% (quinze por cento) dos seus recursos financeiros para custeio e manutenção do lar beneficente do idoso são José; e

II- de no mínimo 25% (quinze por cento) dos seus recursos financeiro para custeio e manutenção da APAE de Sombrio;

Art.3º. O Fundo Municipal de apoio ao Lar Beneficente São José e a APAE de Sombrio será constituída com recursos provenientes de:

I- Devolução obrigatória de recursos financeiro oriundos da participação do poder legislativo da receita líquida disponível não utilizada e restituída ao poder Executivo;

II- Doações efetuadas por contribuintes tributários estabelecido no município, desde que a este fundo destinados;

III- Receitas decorrentes de aplicação de seus recursos; e

IV- Outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Art. 4º. Os recursos do Fundo Municipal de apoio ao Lar Beneficente do Idoso São José e a APAE de Sombrio não serão contabilizados para o compute de percentual mínimo de aplicação de receita a e impostos em ações e programas de assistências a saúde e em educação, previsto nos art. 155 e 167 da constituição do estado e nos art. 198 e 212 da Constituição Federal.

Art.5º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as adequações no Plano Plurianual (PPA) abrir crédito especial a criar unidade orçamentária no

orçamento do município do corrente exercício, com vistas ao atendimento das despesas previstas no art.2º desta lei.

Art.6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sombrio, SC, 03 de junho de 2020.

Vilmar Daminelli
Presidente Vereador

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

Jairo Adriano Freitas
1º Secretário

LEI Nº 2.494

Publicação Nº 2513615

**MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC**
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

LEI Nº 2.494, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

**“ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO
ARTIGO 135 DA LEI Nº 1414 DE 20 DE MAIO
DE 2003 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, senhor Vilmar Daminelli, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes do Município de Sombrio, que a Câmara Municipal aprovou e ele, na forma do art. 50, §6º e §9º da Lei Orgânica Municipal de Sombrio e Art. 45, VIII e IX do Regimento Interno da Câmara Municipal, promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 135 da Lei municipal nº 1414 de 20 de maio de 2003 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135º (...)

Parágrafo Único – O servidor público municipal, contratado por tempo determinado na forma da Lei, não poderá ser dispensado no período de suspensão de suas atividades motivada por decretação de estado de calamidade pública, estado de emergência ou ações de enfrentamento de surtos de doenças, epidemias e pandemias.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sombrio, SC, 03 de junho de 2020.

Vilmar Daminelli
Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Jairo Adriano de Freitas
1º Secretário

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 204/2020

Publicação Nº 2512586

DECRETO Nº.204, de 28 DE MAIO DE 2020

CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, para fins que se fizerem necessários, para atuar a partir desta data, conforme segue:

- JOÃO PAULO GUBERT - Presidente
- VANDERLEI ANTONIO CREMONINI - Secretário

MEMBROS:

- ALINE GIUMBELI
- CELSO ANTONIO FAZZIONI
- EDIMAR BICIGO

Art. 2º. O exercício da função de membro da Comissão Municipal de Avaliação de bens móveis e imóveis não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 3º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se o DECRETO nº.096 de 24 de abril de 2017, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 28 de maio de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO 206/2020

Publicação Nº 2512588

DECRETO Nº.206 DE 29 DE MAIO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA ESCOLHA DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e ainda,

CONSIDERANDO, que não há registros de partituras ou gravações originais de um hino oficial do município de Sul Brasil/SC;

CONSIDERANDO, a publicação do Edital de Concurso Público para escolha da letra do hino oficial do município de Sul Brasil/SC;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 18, do Regulamento do Concurso para escolha da letra do hino oficial do município de Sul Brasil/SC, datado de 20 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Específica para avaliação e julgamento do Concurso Público para escolha do hino oficial do município de Sul Brasil/SC, compostas dos seguintes membros:

I – RODRIGO KROTH FACCO,

II – MARISA REGINA WEBER CAPPRINI,
III – VANUSA SANTI MUNARO,
IV – FERNANDA ORSO MENEGETTI,
V – SIMONE ROTTAVA FERRARI,
VI – ELENÍ DAL'PIZZOL SAUGO,
VII – HELÍ JOSÉ HÜBNER.

Art. 2º. A presente comissão terá o intuito de avaliar e julgar as obras cadastradas após o prazo de inscrição, devendo se reunir em números de vezes que entender necessária para a apreciação e avaliação.

Art. 3º. Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestação de serviços, considerando-se serviços públicos relevantes, sem custo para o Município.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e está vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Revogam-se o Decreto nº.133 de 20 de março de 2020 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de maio de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0207-2020 LEI Nº 1.240-2020 DE 04-06-2020 PL 009-2020

Publicação Nº 2512759

DECRETO Nº 0207/2020 DE 04/06/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019 e Lei nº 1.240/2020 de 04 de junho de 2020.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

06.003.0026.0782.0011.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (345)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 477.500,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação aberto no artigo 1º no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), proveniente de Proposta nº 034862/2019, cadastrada no ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para recuperação de Estradas Vicinais.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0207-2020 LEI Nº 1.240-2020 DE 04-06-2020 PL 009-2020**DECRETO Nº 0208-2020 LEI Nº 1.241-2020 DE 04-06-2020 PL 010-2020**

Publicação Nº 2512761

DECRETO Nº 0208/2020 DE 04/06/2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019 e Lei nº 1.241/2020 de 04 de junho de 2020.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 334.250,00 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

06.003.0026.0782.0011.1.003- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00 (247)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 334.250,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar ficam anulados os recursos de R\$ 334.250,00 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta reais), nos seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

06.003.0026.0782.0011.1.003- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (244)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00

06.004.0020.0608.0010.1.024- Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (260)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 84.250,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0209-2020 LEI Nº 1.242-2020 DE 04-06-2020 PL 013-2020

Publicação Nº 2512762

DECRETO Nº 0209/2020 DE 04/06/2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019 e Lei nº 1.242/2020 de 04 de junho de 2020.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

05.001.0010.0301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (110)	01633965	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 95.000,00

05.001.0010.0301.0008.1.008- Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (113)	01633965	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação aberto no artigo 1º no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), proveniente de Convênio nº 2020TR00495 no valor de R\$ 100.000,00 e Proposta SIGEF

Nº 22355 no valor de R\$ 100.00,00.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0210 DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2514344

DECRETO Nº 0210, DE 03 DE JUNHO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISCO DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Francisco dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Endemias, com lotação Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, pelo período de 30(trinta) dias a partir de 03.06.2020 a 02.07.2020, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de publicação vinculada a Publicação da Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 03 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2020

Publicação Nº 2513071

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 042/2020 Edital: DISPENSA nº 008/2020

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ASFALTAMENTO DE RODOVIA MUNICIPAL EMSB10, ENTRE Lª ALTO RECREIO E Lª ALTO ALEGRE, TRECHO Nº 1, MUNIC. SUL BRASIL.

VALOR DA AQUISIÇÃO: R\$ 350.000,00

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL- CIDIR – CNPJ: 11.117.243/0001-20.

Concedente: MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO; Contrato de Repasse OGU MAPA 892899/2019 - Operação 1067295-02.

DISPOSITIVO LEGAL: Artigo 24, Inciso XXVI da Lei 8.666/93.

Av. Dr. José Leal Filho 589, fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT- Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.240-2020 DE 04-06-2020 PL 009-2020

Publicação Nº 2512751

LEI MUNICIPAL Nº 1.240/2019 DE 04/06/2020

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

06.003.0026.0782.0011.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (345)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 477.500,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação aberto no artigo 1º no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), proveniente de Proposta nº 034862/2019, cadastrada no ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para recuperação de Estradas Vicinais.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.241-2020 DE 04-06-2020 PL 010-2020

Publicação Nº 2512754

LEI MUNICIPAL Nº 1.241/2019 DE 04/06/2020

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 334.250,00 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

06.003.0026.0782.0011.1.003- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00 (247)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 334.250,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar ficam anulados os recursos de R\$ 334.250,00 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e cinquenta reais), nos seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

06.003.0026.0782.0011.1.003- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (244)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00

06.004.0020.0608.0010.1.024- Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (260)	01341134	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 84.250,00

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.242-2020 DE 04-06-2020 PL 013-2020

Publicação Nº 2512757

LEI MUNICIPAL Nº 1.242/2019 DE 04/06/2020

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECA-
DAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 165.000,00 (centro e sessenta e cinco mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

05.001.0010.0301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (110)	01633965	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 95.000,00

05.001.0010.0301.0008.1.008- Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (113)	01633965	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação aberto no artigo 1º no valor de R\$ 165.000,00 (centro e sessenta e cinco mil reais), proveniente de Convênio nº 2020TR00495 no valor de R\$ 100.000,00 e Proposta SIGEF Nº 22355 no valor de R\$ 100.00,00.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

TOMADA DE PREÇO 009/2020

Publicação Nº 2513077

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO / TOMADA DE PREÇO

Processo Administrativo nº 045/2020; TOMADA DE PREÇOS nº 009/2020

Objeto: TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, EMSB10, EMSB015, EMSB103, EMSB111, EMSB209, EMSB210, EMSB215, EMSB217, EMSB218, EMSB219

Concedente: MAPA – MINISTÉRIO AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO /GIGOV – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: CONTRATO DE REPASSE OGU 893425/2019 - OPERAÇÃO 1069689-89 - PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL – adequação de vias vicinais no Município de Sul Brasil.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 23 de junho de 2020

Abertura do certame: 09:15 horas do dia 23 de junho de 2020

O Edital poderá ser obtido pelo fone (49)3367-0030 e no site www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT - Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 010/2020

Publicação N° 2513079

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO / TOMADA DE PREÇO

Processo Administrativo nº 047/2020 - TOMADA DE PREÇOS nº 010/2020

Objeto: TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE SALA DE REUNIÃO E ALMOXARIFADO ANEXO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

CONCEDENTE: ESTADO DE SANTA CATARINA, CONVÊNIO 2020TR00495

Entrega dos envelopes: 14:00 horas do dia 23 de junho de 2020

Abertura do certame: 14:15 horas do dia 23 de junho de 2020

O Edital poderá ser obtidos no seguinte endereço: pelo fone (49)3367-0030 e no site www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 05 de junho de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA N.º 364, DE 04 DE JUNHO DE 2020. NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2513706

PORTARIA N.º 364, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei Municipal n.º 1.308/1996 com as alterações da Lei Municipal n.º 2.033/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, as seguintes pessoas:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- a) Daniela Zampronhe Vargas Slongo – Titular;
- b) Estela Aparecida Belini Menoncin – Suplente.

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Josiane Possara Bevilaqua Pontel – Titular;
- b) Franciele Silva – Suplente.

III - Representantes do Departamento de Assistência Social:

- a) Carolina Maciel Luschesi – Titular;
- b) Luci Aparecida Cardoso da Silva Lazzari – Suplente;
- c) Tais Matté – Titular;
- d) Silvana Tragancin do Amaral – Suplente.

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

- a) Marisete Piana – Titular;
- b) Leandro da Silva – Suplente.

V - Representantes da Associação de Pais e Professores dos Excepcionais:

- a) Eliane Weber – Titular;
- b) Janete Teles – Suplente.

VI - Representantes dos Usuários:

- a) Inês Kaipers – Titular;
- b) Margareth Samistraro Walter – Suplente;
- c) Osnirido Domingos dos Santos – Titular;
- d) Diva Romilda dos Santos – Suplente.
- e) Daiane Denardi Renier – Titular;
- f) Mariele Moreira – Suplente.
- g) Luciana Regina Balbinote – Titular;

h) Cristiane Regina Borges Corrêa – Suplente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria n.º 184, de 08 de março de 2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 04 DE JUNHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 362, DE 03 DE JUNHO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2513704

PORTARIA Nº. 362, DE 03 DE JUNHO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a contratação do sistema denominado WCompras, para a realização de Licitações por meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas, sem dispêndio financeiro ao Município, da empresa ECUSTOMISE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A., CNPJ nº 09.397.355/0001-30, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 03 DE JUNHO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 002/2020 - HMFR

Publicação Nº 2512513

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 05/2020 Pregão Presencial n. 02/2020

Objeto a AQUISIÇÃO DE EPIs E EQUIPAMENTOS PARA O SETOR DE RX DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 09h00min do dia 24/06/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 04 de Junho de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 190/2020

Publicação N° 2512474

PORTARIA N°. 190/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar n°. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. IZOLDI AVANI ZILKE, portadora do CPF n°. 466.886.090-53, Agente Político no cargo de Secretária Municipal de Saúde, cadastrada sob a matrícula n° 583/30, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 01 de Junho de 2020 a 15 de Junho de 2020, retornando as atividades normais em 16 de Junho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar n°. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar n° 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01 de Junho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JUNHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de junho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2020

Publicação Nº 2513442

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 1/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2020

No dia 4 do mês de Junho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na RUA FELIPE BACZINSKI, 479, bairro CENTRO, CEP nº. 89875-000, nesta cidade de Tigrinhos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 589.844.969-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2020, Processo Licitatório nº. 17/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS E FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUNTO AOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3994	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	2, 4, 18, 37, 44, 49
3678	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	3, 20, 43, 52
4553	BUGRE COMERCIAL EIRELI	7, 10, 12, 21, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 41, 48, 51, 60, 63, 64
4208	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	1, 13, 14, 15, 46, 53, 58
4552	PASCHOAL COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	5, 6, 16, 19, 29, 34, 35, 36, 57, 61
3323	SCS COMERCIO LTDA	8, 9, 11, 17, 24, 27, 28, 30, 33, 38, 39, 40, 42, 45, 47, 50, 54, 55, 56, 59, 62, 65

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	16.738.785/0001-34	CLEITON KAMINSKI	075.669.709-33
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	ILISANDRO PIETRO BIASI	095.725.489-05
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	DJONATAN RICHETTI	092.529.269-92
LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	LEANDRO DE PAULA	009.925.610-00
PASCHOAL COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	37.076.968/0001-01	GASPAR LUIS PASCHOAL	015.024.480-09
SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	ELOI SCHIMELFENIG	961.431.349-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS E FUTURAS DE MATERIAIS DIVERSOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUNTO AOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITARIO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	BALDE EM PLÁSTICO CAPACIDADE PARA 15 LITROS, CONSTITUÍDO DE PLÁSTICO NÃO RECICLÁVEL E ALÇA DE METAL.	UN	ARQPLAST	36,000	4,3500	156,60
9	BALDE EM PLÁSTICO CAPACIDADE PARA 20 LITROS, CONSTITUÍDO DE PLÁSTICO NÃO RECICLÁVEL E ALÇA DE METAL.	UN	ARQPLAST	36,000	6,0000	216,00
11	COPO DESCARTÁVEL CRISTAL TRANSPARENTE 180 ML - TIRA C/ 100 UNIDADES. A EMBALAGEM PLÁSTICA DEVERÁ VIR LACRADA, CONFORME ABNT E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	PCT	COPOSUL	1.200,000	2,0000	2.400,00
17	ESCOVA PARA ROUPA - COM CERDAS E CORPO PLÁSTICO, DE BOA QUALIDADE.	UN	DESAFIO	60,000	1,6500	99,00
24	GUARDANAPO DE PAPEL 30X33CM FOLHAS BRANCAS SIMPLES - PCT C/ 50 UNIDADES	PCT	NOBRE	300,000	1,2900	387,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 2/9
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	LIXEIRA DE INOX COM TAMPA E PEDAL - CAPACIDADE 12 LITROS	UN	MOR	10,000	79,9000	799,00
28	LIXEIRA EM PLÁSTICO COM TAMPA E PEDAL - CAPACIDADE 12 LITROS - COR BRANCA	UN	ARQPLAST	12,000	12,9000	154,80
30	LIXEIRO PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPA - CAPACIDADE DE 15 LT	UN	ARQPLAST 2l	18,000	7,0000	126,00
33	LUSTRA MÓVEIS LÍQUIDO, FRASCO DE 200 ML , DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE DOZE MESES.	FR	PERFECT	48,000	2,0000	96,00
38	PANO DE CHÃO - SACARIA ALVEJADA 100% ALGODÃO TAM. 44X62CM.	UN	MARTINS 40x	36,000	2,3000	82,80
39	PANO DE CHAO (TIPO COBERTOR) TAMANHO 60CM X 90CM	UN	MARTINS 80x	30,000	5,7000	171,00
40	PANO DE COPA TAMANHO EM ALGODAO TAM. 100CMX0,90CM - COR BRANCA, COM COSTURA NA BARRA.	UN	MARTINS 70x	90,000	4,2500	382,50
42	PAPEL HIGIÊNICO - BRANCO DE BOA QUALIDADE MACIO, FOLHA DUPLA, PICOTADA, SEM PERFUME, NÃO RECICLADO, ALTA ABSORÇÃO, FARDOS CONTENDO 16 PACOTES COM 04 ROLOS DE 30MT X 10CM. A EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR LACRADA, CONTENDO A INDICAÇÃO DO FABRICANTE, INDICAÇÃO DE NÃO RECICLADO, COR E LOTE DO PRODUTO.	FAR	FOFINHO	120,000	57,7000	6.924,00
45	PRENDEDOR DE ROUPA - MATERIAL PLÁSTICO - PCT C/ 12 UNIDADES	PCT	DESAFIO	50,000	1,0500	52,50
47	RODO DE ESPUMA COM FIBRA/MANTA E CABO - MEDIDAS 40X08X12CM, COM CABO.	UN	DESAFIO	100,000	5,8500	585,00
50	RODO PLÁSTICO COM DUAS BORRACHAS MEDINDO 40CM, COM CABO DE 1,20 METROS.	UN	DESAFIO	48,000	4,5000	216,00
54	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE 100 LITROS - PCT C/ 05 UNIDADES	PCT	SCS	400,000	1,1500	460,00
55	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE 50 LITROS - PCT C/ 10 UNIDADES	PCT	SCS	1.000,000	1,1000	1.100,00
56	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE DE 15 LITROS - PCT C/ 20 UNIDADE	PCT	SCS	300,000	1,1000	330,00
59	TIRA MANCHAS EM PÓ, SEM CLORO, QUITAMANCHAS, MULTIUSO, SUPER POTENTE, RESULTADO EM 30 SEGUNDOS, AÇÃO OXIACCIÓN. EMBALAGEM PESO LÍQUIDO 450GR.	UN	VANISH	80,000	22,0000	1.760,00
62	TOALHA DE ROSTO 100% ALGODÃO TAMANHO 45CM X 75CM - MACIA, CORES DIVERSAS, COM BARRA NAS BORDAS.	UN	TOAMINE	150,000	4,5000	675,00
65	VASSOURA PLÁSTICA - CEPA DE 20 CM - CERDAS DE NYLON , COM CABO DE 1,20 ROSQUEÁVEL, INDICADA PARA TODOS OS PISOS (CERÂMICA/MADEIRA).	UN	GAUCHA	150,000	3,5000	525,00

Fornecedor: 3678 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 46,2 INPM (LIMPEZA GERAL) - LÍQUIDO	LT	ITAJA	600,000	3,8000	2.280,00
20	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE DE BOA QUALIDADE FIBRA MACIA - MULTIUSO 110mmx75mm x20mm. ESPUMA EM UM DOS LADOS E MANTA ABRASIVA DO OUTRO.	UN	BETANIN	600,000	0,4600	276,00
43	PAPEL TOALHA BRANCO C/02 DOBRAS TAM. 20CMX21CM CADA: EM PACOTES C/ 1000 TOALHAS.	PCT	GUIPEL	800,000	6,0000	4.800,00
52	SABÃO EM PÓ DE BOA QUALIDADE - EMBALAGEM DE 01 KG, EMBALAGEM LACRADA EM CAIXA DE PAPEL, COM INDICAÇÃO PARA ABERTURA DA EMBALAGEM, MULTIUSO, COMPOSTO DE TENSOATIVO ANIONICO, TAMPONANTES, CODJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICOS, ESSENCIAS, ÁGUA, ALVEJANTE E CARGA. DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE.	PCT	ASSIM	400,000	5,2000	2.080,00

Fornecedor: 3994 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ALCOOL EM GEL 65º INPM MULTIUSO - FRASCO COM 500GR: COMPOSIÇÃO: ETANOL, NEUTRALIZANTE, ESPESSANTE, DESNATURANTE E ÁGUA DEIONIZADA, PARA LIMPEZA GERAL: DOMÉSTICA, VIDROS, PAREDES, FÓRMICAS, MESAS, BANCADAS E BALCÕES. EMBALAGEM PLÁSTICA COM BICO DOSADOR, COM CERTIFICAÇÃO NO INMETRO.	FR	flops	200,000	4,3900	878,00
4	ÁLCOOL GEL 70º INPM - ANTI-SÉPTICO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, ELIMINA 99,99% DOS GERMES, COM GLICERINA E VITAMINA E - EMBALAGEM PLÁSTICA COM BICO DOSADOR - 500 GR.	FR	flops	240,000	4,9400	1.185,60
18	ESFREGAO DE AÇO INOXIDÁVEL - PCT C/ 02 UNIDADES	UN	relux	80,000	0,8000	64,00
37	PA PARA LIXO EM MATERIAL PLÁSTICO COM ESCOVINHA (ENCAIXE)	UN	desafio	24,000	3,1500	75,60
44	PEDRA SANITÁRIA COM SUPORTE E REDE PROTETORA - 25GR - FRAGRÂNCIAS DIVERSAS. CONTENDO: 01 PEDRA + 1 GUANCHO + 01 REDE PLÁSTICA PROTETORA.	UN	perfect	600,000	0,9500	570,00
49	RODO PLÁSTICO - COM DUAS BORRACHAS MEDINDO 60CM, COM CABO DE 1,20 METROS.	UN	desafio	48,000	7,7000	369,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 3/9
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

Fornecedor: 4208 - LEANDRO APARECIDO DE PAULA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGUA SANITARIA: FRASCO CONTENDO 2LT. CLORO ATIVO, (DESINFETANTE, ALVEJANTE, TIRA MANCHAS), EMBALAGEM COM BICO DOSADOR, CONTENDO MODO DE USAR, COMPOSIÇÃO, INFORMAÇÕES TÉCNICAS.	LT	GLAMOUR	600,000	2,6500	1.590,00
13	DESENGORDURANTE (MULTI USO) FRASCO DE 500ML - PARA LIMPEZA EM GERAL, COM BICO DOSADOR E TAMP, COMPOSTO DE ALQUIEL BENZENO SULFATO DE SODIO, COADJUVANTES, SOLVENTES, SEQUESTRANTE, FRAGRANCIA E AGUA.	FR	GLAMOUR	500,000	2,2000	1.100,00
14	DESINFETANTE SANITARIO - EMBALAGEM DE DE 2 LITROS, ANTI-BACTERICIDA, PERFUMADO, COM BICO DOSADOR, CONTENDO MODO DE USAR, COMPOSIÇÃO, INFORMAÇÕES TÉCNICAS.	FR	GLAMOUR	800,000	2,3000	1.840,00
15	DETERGENTE PARA LOUÇA LÍQUIDO CONCENTRADO NEUTRO, FRASCO DE 500ML. COMPOSIÇÃO: ALQUIL BENZENO SULFONADO DE SODIO LINEAR, ALQUIL BEZENO SULFONATO DE TRIETANOLAMINA, LAURIL ESTER SULFATO DE SODIO, COCO AMIDO PROPIL BETAINE, SULFATO DE MAGNESIO, EDTA, FORMOL, CORANTE, PERFUME E AGUA. CONTENDO TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, EM EMBALAGEM PLÁSTICA E BICO DOSADOR, CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE.	FR	GLAMOUR	1.000,000	0,9800	980,00
46	REMOVEDOR DE MANCHAS CONCENTRADO PARA LIMPEZA PESADA EM BANHEIROS, COZINHAS E CALÇADAS, EMBALAGEM DE 02 LITROS.	FR	GLAMOUR	250,000	5,5000	1.375,00
53	SABONETE LÍQUIDO - EMBALAGEM DE 05 LITROS - FRAGRÂNCIAS DIVERSAS.	FR	GLAMOUR	36,000	9,7000	349,20
58	SAPÓLIO/SAPONÁCEO CREMOSO MULTIUSO COM CLORO, NÃO RISCA - EMBALAGEM COM 450ML.	FR	GLAMOUR	300,000	1,4000	420,00

Fornecedor: 4552 - PASCHOAL COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	AMACIANTE DE ROUPA - aspecto físico líquido viscoso, composição tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação amaciante artigos têxteis, características adicionais líquido concentrado, solúvel em água, base neutra, frasco com 2 L.	FR	NATURATE	300,000	2,4900	747,00
6	ANTI MOFO CONCENTRADO (LIMPADOR DE USO GERAL) - EMBALAGEM DE 01 LITRO, PRINCÍPIO ATIVO CLORO, PARA LIMPEZA PESADA, IDEAL PARA TIRAR MOFOS EM PAREDES E PISOS.	LT	TAQLIMPO	200,000	5,9500	1.190,00
16	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO ARREDONDADA - MATERIAL PLÁSTICO COM SUPORTE, CABO DE 17 CENTÍMETROS, COM CERDAS DE NYLON.	UN	RIO	60,000	2,5900	155,40
19	ESPONJA DE AÇO - PARA LIMPEZA EM GERAL, 60GR, EMBALAGEM LACRADA CONTENDO 08 UNIDADES, PRODUTO 100% ECOLÓGICO.	PCT	BRILHOS	120,000	0,9800	117,60
29	LIXEIRO PLÁSTICO - CAPACIDADE DE 10 LITROS SEM TAMP	UN	ARQPLAST	24,000	4,6600	111,84
34	LUVA DE LÁTEX PUNHO LONGO TAMANHO P - PAR - NA COR NATURAL, SEM FORRO, 40 CM DE COMPRIMENTO, INDICADA PARA HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA.	PAR	KALPSO	36,000	6,0000	216,00
35	LUVAS DE LÁTEX NATURAL MULTIUSO, FORRADAS E COM PONTOS ANTIDERRAPANTES, RESISTENTES. TAMANHOS: P, M, G.	PAR	NOBRE	200,000	2,3000	460,00
36	PA PARA LIXO EM MATERIAL PLÁSTICO, COM CABO ESTENDIDO: APROXIMADAMENTE 80CM, ACOMPANHA CABO ROSQUEÁVEL.	UN	DALSIM	12,000	4,0000	48,00
57	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE DE 30 LITROS: PACOTE CONTENDO 10 UNIDADES.	PCT	ESSAN	400,000	0,9000	360,00
61	TOALHA DE ROSTO (PARA LIMPEZA) MEDINDO 30X60CM, 100% ALGODÃO, 270G/M², NAS CORES ESCURAS, COM BARRA NAS BORDAS.	UN	ROSANA	48,000	3,7500	180,00

Fornecedor: 4553 - BUGRE COMERCIAL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	AROMATIZANTE/ ODORIZADOR DE AMBIENTES - AEROSOL FRASCO DE 360ML, ELIMINA ODORES DESAGRAVÁVEIS E PERFUMA, TENDO NA SUA COMPOSIÇÃO EMULSIFICANTE, ANTI-OXIDANTE, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E PROPELANTES.	FR	ULTRAFLECH	360,000	4,9800	1.792,80
10	CERA LÍQUIDA INCOLOR PARA TODOS OS PISOS - FRASCO DE 750ML, DILUIÇÃO PRONTO USO, COMPOSIÇÃO CARNAUBA, COR INCOLOR PARA TODOS OS PISOS.	FR	GIOCA	250,000	2,3500	587,50
12	COPO DESCARTÁVEL CRISTAL TRANSPARENTE 50ML - TIRA C/ 100 UNIDADES. A EMBALAGEM PLÁSTICA DEVERÁ VIR LACRADA, CONFORME ABN E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN	ORLEPLAST	250,000	1,1400	285,00
21	FILME DE PVC - TRANSPARENTE ROLO COM 300MTX38CM, PARA USO DOMÉSTICO, ESTICÁVEL.	RL	GIOPACK	12,000	30,0000	360,00
22	FILME DE PVC TRANSPARENTE ROLO DE 30MT X LARGURA 28CM, PARA USO DOMESTICO, ESTICÁVEL.	RL	GIOPACK	24,000	3,4000	81,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 4/9
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

Fornecedor: 4553 - BUGRE COMERCIAL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	GARRAFA TERMICA DE MESA - 1,8 LITROS, COM JATO DIRECIONÁVEL E BICO CONTA PINGOS, COM CORPO CONSTITUÍDO EM AÇO INOX E AMPOLA INTERNA DE VIDRO, COM MECANISMO DE PRESSÃO SUPERIOR.	UN	MOR	16,000	59,0000	944,00
25	LIMPA FORNO - POTE COM 250GRAMAS (diabo verde) - DESINCROSTANTE ALCALINO, CONTÉM APLICADOR INTERNO.	UN	GIOCA	36,000	6,5000	234,00
26	LIMPADOR DE USO GERAL (PERFUMADO) - FRASCO DE 500 ML, FRAGRÂNCIAS SORTIDAS.	FR	GIOCA	230,000	1,5500	356,50
31	LIXEIRO PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPAS - CAPACIDADE DE 35 LT NA COR PRETA.	UN	RICHIOTO	18,000	15,0000	270,00
32	LIXEIRO PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPAS - CAPACIDADE DE 50 LT NA COR PRETA/CINZA.	UN	RICHIOTO	24,000	21,5000	516,00
41	PANO DE PRATO/COPA EM ALGODÃO TAM. 55CM X 85CM - COR BRANCA, COM COSTURA NA BARRA.	UN	FLABOM	90,000	3,4000	306,00
48	RODO EM ALUMÍNIO COM BORRACHA DUPLA MEDINDO 80CM, COM ENCAIXE DE ROSCA, CABO EM ALUMÍNIO DE 1,20, COM REFORÇO LATERAL.	UN	LOCATELI	12,000	25,0000	300,00
51	SABÃO EM BARRA GLICERINADO NEUTRO - C/05 UNIDADES DE 200GR (01KG), CONTENDO GLICERINA, COMPOSIÇÃO, MODO DE USAR E DATA DE FABRICAÇÃO.	PCT	LAR	36,000	4,8000	172,80
60	TOALHA DE PAPEL DE 20CM X 22CM, BRANCAS, PCT C/ 02 ROLOS, CADA ROLO COM NO MÍNIMO 55 TOLHAS.	PCT	NATUREZA	400,000	2,4000	960,00
63	TOALHA P/ SER UTILIZADA COMO PANO DE CHÃO MEDIDA 60CMX1,20MT, COM BARRA NAS BORDAS.	UN	toamine	150,000	5,9000	885,00
64	VASSOURA DE PALHA - COM PALHA NATURAL, TIPO COLONIAL GRANDE, COM CABO DE MADEIRA DE 1,20M.	UN	COLONIAL	120,000	8,5000	1.020,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 6/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 7/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 8/9
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2020

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOSPágina: 9/9
Processo N°. 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tigrinhos, 4 de Junho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	CNPJ: 16.738.785/0001-34	_____
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
BUGRE COMERCIAL EIRELI	CNPJ: 35.088.051/0001-00	_____
LEANDRO APARECIDO DE PAULA	CNPJ: 19.634.481/0001-15	_____
PASCHOAL COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	CNPJ: 37.076.968/0001-01	_____
SCS COMERCIO LTDA	CNPJ: 13.995.853/0001-52	_____

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1552-2020

Publicação Nº 2513130

DECRETO Nº 1552, 03 DE JUNHO DE 2020.

Altera decreto nº 1361, de 04 de outubro de 2018, que nomeia os representantes do Conselho Curador da Fundação Cultural e Tradição de Tijucas e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1912, de 11 de março de 2005, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Altera os incisos II, III e IV, do art. 1º do decreto nº 1361, de 04 de outubro de 2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

II - Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Turismo: Leila dos Anjos Costa;

III - Presidente do Poder Legislativo: Vilson Natálio Silvino;

IV - Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Tijucas: João Moraes Azzi Júnior;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 03 de junho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 180/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/PMT/19 – TOMADA DE PREÇO Nº 013/PMT/19

Publicação Nº 2512813

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 180/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/PMT/19 – TOMADA DE PREÇO Nº 013/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA RUA OTÁVIO MELIM, COM 341,04 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI E TODAS AS ART'S (CREA) NECESSÁRIAS E PROJETOS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

PRAZO PRORROGADO: DE 13/06/2020 A 11/10/2020.

TIJUCAS/SC, 03 DE JUNHO DE 2020.

TERMO DE DOAÇÃO Nº 072-2020

Publicação Nº 2513137

CONTRATO Nº 072/PMT/2020

TERMO DE DOAÇÃO

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

DONATÁRIO: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel B-chelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.577.636/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito do Município, ELOI MARIANO ROCHA, brasileiro, divorciado, professor, portador da cédula de identidade RG nº 449.147 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 216.076.059-53, residente e domiciliado na Travessa Pedro L. de Amorim, nº 20, Bairro da Praça, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

DOADOR: G ILMAR SARAMENTO, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF/MF sob nº 534.505.909-87, portador da cédula de identidade RG nº 1.376.106-4 (SSP/SC), residente e domiciliado na Rua Jacob Hommers, nº 222, Bairro Joaia, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

II – DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1ª As partes acima identificadas têm entre si justas e acordadas a doação dos serviços de som volante adiante especificado neste termo, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

III – DO OBJETO DA DOAÇÃO E SUA ORIGEM

Cláusula 2ª Neste ato, o DOADOR presta ao DONATÁRIO, a título de doação, 15 (quinze) horas de som volante para divulgação de campanha de conscientização do uso de máscaras para o enfrentamento da pandemia causado pelo coronavírus (COVID-19), o qual declara que prestará o serviço sem qualquer ônus para o DONATÁRIO.

Cláusula 3ª Os serviços de som volante para divulgação de campanha de conscientização do uso de máscaras para o enfrentamento da pandemia causado pelo coronavírus, objeto de doação, será prestado diretamente pelo DOADOR, com veículo e equipamento de sua propriedade.

Cláusula 4ª O DOADOR declara que os serviços doados estão inteiramente livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, dúvidas, dívidas, encargos e gravames, não havendo restrição alguma, quer de natureza legal, contratual, societária ou judicial, que impeçam o DOADOR de validamente doar e/ou ceder os serviços ao DONATÁRIO e que, a qualquer título, impeçam ou restrinjam a subsequente e efetiva titularidade do mesmo.

Cláusula 5ª É de livre e espontânea vontade do DOADOR, sem coação de quem quer que seja, não existindo vício de vontade qualquer, fazer a doação ao DONATÁRIO, a título gratuito, sem encargos, dos serviços anteriormente descritos, transferindo, desde já, em caráter definitivo ao DONATÁRIO toda posse, jus, direito de propriedade e domínio sobre tal serviço.

IV – DA FORMA DE DOAÇÃO

Cláusula 6ª A doação pura e simples, objeto do presente termo é celebrada em caráter definitivo e irrevogável, não envolvendo ônus ou encargo de qualquer espécie ao DONATÁRIO e/ou DOADOR.

Cláusula 7ª Para a execução deste Termo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sempre observado o previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013.

V – DA DESTINAÇÃO DO BEM

Cláusula 8ª Os serviços de som volante para divulgação de campanha de conscientização do uso de máscaras, destinam-se para aplicação e utilização imediata para as ações em saúde pública voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19).

Cláusula 9ª O DONATÁRIO, se compromete a executar o presente termo, destinando o serviço ofertado para atender a demanda nos serviços prestados à população, no âmbito da pandemia da COVID 19, observando a legislação em vigor, bem como cumprindo as normas vigentes.

VI – DA PUBLICAÇÃO

Cláusula 10ª A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo DONATÁRIO até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

VII – DO FORO E DOS PROCEDIMENTOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Cláusula 11ª As partes, neste ato, declaram aceitar, concordar e autorizar que o presente instrumento seja assinado pelos seus representantes legais, admitindo-o, como instrumento válido e eficaz, capaz de gerar todos os efeitos de direito.

Cláusula 12ª Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste termo de doação, as partes elegem o foro da Comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Tijucas (SC), 02 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE TIJUCAS
DONATÁRIO

GILMAR SARAMENTO
DOADOR

Testemunhas:

1) _____
Nome: Jéssica de Souza e Silva
CPF/MF nº 095.349.129-30

2) _____
Nome: Janaína Pereira Correia
CPF/MF nº 025.242.229-50

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 05/2020

Publicação Nº 2513972

Aviso de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL 05/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001-30 com sede a Rua Coronel B-chelle 180, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 18/06/2020, às 08:30h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão Presencial 05/2020.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente licitação tem como objeto a INSTALAÇÃO E SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS NOVAS INSTALAÇÕES APÓS REFORMA DA SEDE OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS/SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

Tijucas, 05 de junho. de 2020.

VILSON NATALIO SILVINO
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC
Presidente

PORTARIA 58/2020

Publicação Nº 2512718

PORTARIA N.º 058/2020/CMT, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Altera a portaria nº 019/2020 que dispõe da nomeação dos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro da Câmara Municipal de Tijucas/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o §1º, do artigo 2º da Portaria 19/20, que passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - Para equipe de apoio, ficam designados a servidora efetiva Elizangela Lopes Moreira Santos, matrícula nº 192 e o servidor efetivo Gustavo Lemos Souza matrícula nº 168.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 104/2020 ALTERA COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TIMBE DO SUL/SC

Publicação Nº 2513256

DECRETO Nº 104, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TIMBE DO SUL/SC

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que está disposto na Lei Federal 10.257 de 2001(Estatuto das Cidades);

DECRETA:

Art. 1º- Fica alterada a composição do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Timbé do Sul/SC, órgão colegiado, integrado por representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza temporária, com caráter consultivo e deliberativo no âmbito de suas competências, integrante do processo participativo do Plano Diretor de Timbé do Sul/SC, constituído através do Decreto nº 85/2019, conforme representação que elencamos:

1 – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

1.1 - Poder Público Municipal		
Titular	Evandro Floriano Amandio	Coordenador de Defesa Civil
Suplente	Fabiano Pelizzari Waterkemper	Secretário de Saúde
Titular	Eduarda Peterle Bernhardt	Engenheira Civil
Suplente	Geovana Pizzolo	Departamento de Tributos
Titular	Francisco Crepaldi	Sec. Agricultura e Meio Ambiente
Suplente	Valdecir Sachet	Diretor de Agricultura
Titular	Jorge Acir Cordeiro	Procuradoria
Suplente	Vilma Pelizzari Ghellere	Secretária de Assistência Social

1.2 - Poder Legislativo Municipal		
Titular	Josélia Scot Pezente	Vereadora
Suplente	Norma Regina Machado Crepaldi	Vereadora
Titular	Ademilson Luiz	Vereador
Suplente	Vilmar Mafioletti	Vereador

1.3 - Autarquias e Conselhos Municipais		
Titular	Ricardo Stecanella	SAMAE
Titular	Roger de Oliveira Rocha	CONSEG

2 - REPRESENTANTES DOS SETORES ORGANIZADOS DA SOCIEDADE CIVIL

2.1 - Associações Cívicas		
Titular	Elias Makar	Assoc. Mant. Hosp. Timbé do Sul
Titular	Edemilson Monsani	Assoc. Mant. Cemitério
Suplente	Fernando Pizzolo Manenti	Assoc. Mant. Cemitério
Titular	Samuel Niero Machado	APAE
Suplente	Juliano Zilli Favarin	APAE

2.2 - Entidades Empresariais		
Titular	Luiza Pezenti Burigo	CDL
Suplente	Ana Carolina Mondardo Boeira	CDL

2.3 - Entidades Sindicais e Religiosas		
Titular	Luiz Pizzoni	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular	Zemir Polli	Sindicato dos Produtores Rurais
Titular	Tarcísio Rovaris	CAEP

2.4 - Profissionais e Acadêmicos		
Titular	Eder Giorgio Monsani	CREA
Suplente	Gilvan Frigo	CREA
Titular	Daniele Assis dos Santos	Tabeliã Cartório
Suplente	Iran da Silva Ribeiro	Tabelião Substituto Cartório

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Núcleo Gestor exercerão seu mandato até o término da realização do plano diretor.

Art. 3º A Presidência do Núcleo Gestor será exercida pelo Coordenador de Defesa Civil, Senhor Evandro Floriano Amandio ou por representante designado pelo Chefe do Executivo Municipal, com as devidas competências já estabelecidas no Decreto 85/2019.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 04 de junho de 2020.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Josélia Scot Pezente

Agente Administrativo – Matrícula 844

DECRETO 105/2020 ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL N° 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.

Publicação N° 2513257

DECRETO N° 105, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL N° 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal nº 13.465/2017, e Decreto Municipal nº 30/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica assim constituída a Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Timbé do Sul(SC), conforme especificamos:

I – Luciana Florêncio André – Assistente Social;

II – Deivid Marchesini – Secretário da Junta do Serviço Militar;

III – Jorge Acir Cordeiro – Procurador Geral do Município;

IV – Eduarda Peterle Bernhardt – Engenheira Civil;

V – Evandro Floriano Amandio – Coordenador de Defesa Civil

VI – Giovana Pizzolo – Diretor do Departamento de Receitas;

VII – Vilma Pelizzari Ghelere – Secretária de Assistência Social e Habitação;

VIII – Francisco Crepaldi – Secretario de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 2º - A presidência da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Timbé do Sul/SC será exercida pelo membro do Inciso I, do Art. 1º deste Decreto, Senhora Luciana Florêncio André.

Art. 3º - A Comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

Art. 4º - São atribuições da Comissão:

§ 1º Quando o Município não for o Requerente da Regularização Fundiária Urbana:

I – Processar administrativamente o requerimento;

II – Classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;

III – Processar, analisar e aprovar o projeto de regularização fundiária;

IV – Sanear o procedimento administrativo;

V – Elaborar a Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

Art. 5º - A Comissão de Regularização Fundiária Urbana ficará instalada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, utilizando sua infraestrutura e corpo técnico sempre que necessário.

Art. 6º - A Comissão de Regularização Fundiária Urbana publicará portaria com o fluxograma das fases dos procedimentos administrativos e a relação da documentação necessária para a efetivação da regularização.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 04 de junho de 2020.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Josélia Scot Pezente

Agente Administrativo/Mat. 844

PORTARIA 43/2020 DESIGNA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA

Publicação Nº 2512852

PORTARIA Nº 43, DE 04 DE JUNHO DE 2020.
DESIGNA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Diretora do Departamento de Tesouraria Merian Panatto, CPF nº 080.386.599-61, responsável pela movimentação das contas bancárias do Município de Timbé do Sul, autorizada a realizar todas as operações financeiras necessárias para o bom funcionamento da Tesouraria Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 04 de junho de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Josélia Scot Pezente
Agente Administrativo – Matrícula 844

PORTARIA 44/2020 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Publicação Nº 2513304

PORTARIA Nº 44, DE 04 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.441, de 11 de dezembro de 2007: que Cria o Fundo Municipal de habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor do Fundo Municipal de habitação de Interesse Social – FHIS e considerando o que determina a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, regulamentada pelo Decreto nº 5.796 de 06 de junho de 2006, que por sua vez detalha as atribuições da Caixa Econômica Federal como Agente Operador do Fundo:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo para integrarem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS do município de Timbé do Sul.

I – Secretário de Assistência Social e Habitação:

Vilma Pelizzari Ghellere

II – Representante da Secretaria de Administração e Finanças:

Evandro Floriano Amandio

III – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Luiz Pizzoni

IV – Representante do Sindicato dos Produtores Rurais:

Zemir Polli

V – Representante da Associação Feminina de Assistência Social:

Luara Scarpari

Art. 2º - A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Timbé do Sul/SC, 04 de junho de 2020.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Josélia Scot Pezente
Agente Administrativo
Matrícula 844

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 39.2020 PAVIPLAN

Publicação Nº 2514005

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 39/2020 – PMT

INTERESSADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Às oito horas e trinta minutos, do quarto dia do mês de junho de dois mil e vinte (04/06/2020), na sala do setor de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/20, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade nº. 39/2020 – PMT.

Considerando a justificativa constante do processo licitatório, foram analisados os documentos regulares (abaixo relacionados), integrantes deste processo de Inexigibilidade apresentados pela empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº. 03.620.927/0001-12:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acordão TCU 254/2004
Cartão do CNPJ	Lei 8666/93 - Art. 29 I
Cadastro de Contribuição do ICMS	Lei 8666/93 – Art. 29, II
Projeto e ART da Obra – Rua Frederico Schumann – Timbó/SC	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó (SC) e do domicílio da licitante – Guaramirim (SC).	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certificado de regularidade do FGTS	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 “a”
Certidão Falência, Concordata e Recuperação Judicial	
Declarações obrigatórias	CF art. 7º XXXIII Lei 8.666/93 art. 27 V.
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	Lei 8.666/93
Ato Constitutivo – Contrato Social – 15ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28

Da análise destes documentos, e levando-se em consideração a apresentação de toda documentação, a Comissão de Licitações entende que a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

THOMAZ H. CAMPREGHER Presidente	TAINARA H. FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
------------------------------------	-------------------------------	-------------------------

AVISO PP 09 2020 SAMAE

Publicação Nº 2514010

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 SAMAE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA DA SAÍDA DO TRATAMENTO (E.T.A), SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, CAPTAÇÃO SUPERFICIAL, DE ACORDO COM A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 28/09/2017 ANEXO XX E CONAMA Nº 357/05, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 23 de junho de 2020. ABERTURA: dia 23 de junho de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou pelo e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7000.

Timbó (SC), 04/06/2020
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto de Timbó

AVISO RETIFICAÇÃO - ATAS - CONCORRÊNCIA 02 2020 FUMTUR E CREDENCIAMENTO 19 2020 PMT

Publicação Nº 2514017

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CENTRAL DE LICITAÇÕES

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó informa a ocorrência de erro material na publicação de atos praticados pela Comissão de Licitações veiculados entre os dias 25 e 28 de maio de 2020, especificamente no que se refere ao nome do presidente da comissão, face os efeitos da Portaria nº 2.053, de 29 de maio de 2020, motivo pelo qual se expede o presente aviso para retificar o nome do presidente da comissão para Thomaz Henrique Nogueira Campregher, nos atos a seguir descritos:

Ata de Julgamento da Habilitação, na Concorrência nº 02/2020 FUMTUR - publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) em 26/05/2020 (Edição 3152, página 1375, publicação 2498366);

Ata de Habilitação de Credenciamento, no Processo de Credenciamento nº 19/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) em 28/05/2020 (Edição 3154, página 1369, publicação 2501895).

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 04 de junho de 2020.

ANGELA PREUSS
Central de Licitações

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01 2020 FME

Publicação Nº 2513613

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CENTRAL DE LICITAÇÕES

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó, através da Fundação Municipal de Esportes, informa aos interessados que, considerando o recebimento de impugnação no Pregão Presencial nº 01/2020 FME, que objetiva a aquisição de um veículo (com garantia e assistência técnica), tipo micro-ônibus rodoviário completo chassi mais carroceria, zero quilometro, ano e modelo 2020, capacidade mínima de 27 passageiros (mais 01 auxiliar e 01 motorista), comprimento total de no mínimo 8.450 mm, altura interna de no mínimo 1.900 mm, motor de no mínimo 3.750 cilindradas a diesel, turbo aftercooler, potência mínima de 152 cavalos, com pbt mínimo de 8.700 kg, distância de entre eixos de 4.500 mm, direção hidráulica, com computador de bordo, retifica informação do edital devendo ser considerada a abaixo relacionada:

Na tabela com a especificação do objeto, constante no Anexo I do Edital, retifica-se a descrição do produto. Desta forma:

Onde se lê: "[...] ALTURA DO CHÃO ATÉ O PARA-CHOQUES DE NO MÍNIMO 500MM COM "PASSA Balsa" A BAIXO DO PORTA MALAS [...]"

Leia-se: "[...] ALTURA DO CHÃO ATÉ O PARA-CHOQUES DE NO MÍNIMO 450MM COM "PASSA Balsa" A BAIXO DO PORTA MALAS [...]"

Em atenção às alterações, a entrega dos documentos fica agendada para a data de 24/06/2020 às 09:00hs e a abertura da sessão ocorre às 09:05min da mesma data.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 04 de junho de 2020.

JULIA DE FREITAS
Diretora Presidente
Fundação Municipal de Esportes

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 36 2020 PMT

Publicação N° 2514025

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2020 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COMPANHIA ULTRAGAZ SA, CNPJ nº 61.602.199/0232-44 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 15/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 04 de junho de 2020.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 153.2019 SAMAE

Publicação N° 2514027

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 153/2019 SAMAE
TOMADA DE PREÇOS N.º 13/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA EPP, CNPJ nº 12.535.370/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 15/06/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 04 de junho de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO - INDEFERIMENTO DE REEQUILÍBRIO CONTRATUAL - PP24-2019

Publicação N° 2514023

DECISÃO

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 24/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24-05/2019 FMDE
JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI - EPP

A CONTRATADA (JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP) apresentou pedido de reequilíbrio financeiro em relação à Ata de Registro de Preço nº 24-05/2019 FMDE, decorrente do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 24/2019, justificando para tanto que houve aumento dos custos do pernil suíno (item 39), em razão da conjuntura econômica advinda da pandemia do Covid-19. Assim, requereu que fosse aplicado o reequilíbrio de preços, para alterar o valor de R\$ 11,65/kg (preço original) para R\$ 17,60/kg, anexando notas fiscais e uma carta da empresa Comercio de Carnes Butzke Eireli, que segundo a CONTRATADA, é sua fornecedora para o produto em questão.

Recebido o pedido, este foi encaminhado ao economista da municipalidade, juntamente com a documentação apresentada, para avaliação e emissão do Parecer Econômico Financeiro.

Assim, o economista emitiu o Parecer nº 018/2020, no sentido de que a diferença de preço pretendida pela CONTRATADA representa um aumento de aproximadamente 51% ao valor originalmente licitado, e que a segunda colocada no certame, ROSAR ALIMENTOS LTDA, consultada sobre a possibilidade de fornecer o produto nas mesmas condições de preço originalmente acordado na licitação, informou que poderia fornecer o produto ao preço de R\$ 13,69. Assim, conforme narra o parecer, a CONTRATADA fora novamente questionada se conseguiria fornecer o produto nas condições propostas pela segunda colocada, tendo aquela informado que poderia continuar fornecendo o produto pelo preço de R\$ 14,50.

Neste sentido, tem-se que a CONTRATADA pleiteia reequilíbrio de preços pautada em diferença desproporcional, sendo que há a possibilidade de fornecimento por preço menor, conforme delineado no parecer emitido pelo economista da municipalidade.

A Ata de Registro de Preços nº 24-05/2019 FMDE, na Cláusula IX, Item 1.1, menciona que:

1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do art. 65, II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

Além disso, a Cláusula XI da Ata de Registro de Preços nº 24-05/2019 FMDE menciona:

1.2. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração, quando:
(...)

1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Ante o exposto, tendo em vista a ausência de justificativa apta a ensejar o aumento do preço pleiteado pela Contratada, bem como a possibilidade da prática de preço inferior pela segunda colocada, indefiro o pedido de reequilíbrio econômico financeiro.

Dê-se ciência à CONTRATADA, para que apresente o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ciente de que a impossibilidade da mesma em fornecer o produto ao preço igual ou menor do que de R\$ 13,69 acarretará na rescisão da Ata de Registro de Preços no tocante ao item 39, uma vez que a Administração Pública deve pautar-se pela proposta mais vantajosa.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 03 de junho de 2020.

MARCIA WITTHOEFT MELLIES

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5615, DE 28 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513436

DECRETO Nº 5615, DE 28 DE MAIO DE 2020

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3111, de 11 de dezembro de 2019, bem como Lei nº 3154, de 28 de maio de 2020,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2020:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.2624.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
641	0.10200	REC. IMPOSTOS - SAUDE	200.000,00
		TOTAL	200.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.02.0010.0302.0311.1627	MODERNIZAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
686	0.10200	REC. IMPOSTOS - SAUDE	200.000,00
		TOTAL	200.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5616, DE 28 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513439

DECRETO Nº 5616, DE 28 DE MAIO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 6.100,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019, bem como Lei nº 3.145, de 30 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar Especial ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	15.01.0010.0301.0310.1624.	MODERNIZAÇÃO DA SAUDE BUCAL	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449300.00	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO DE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES DOS OFSS COM CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE	
848	0.33864	TRANSF. SUS UNIÃO – ATENÇÃO BÁSICA	6.100,00
		TOTAL	6.100,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5617, DE 28 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513440

DECRETO Nº 5617, DE 28 DE MAIO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 116.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	24.001.0026.0782.0380.1713.	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO DEMUTRAN	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTO	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
872	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00
		TOTAL	40.000,00
	24.001.0026.0782.0380.2710.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
839	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	56.000,00
		TOTAL	56.000,00
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
840	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
		TOTAL	20.000,00
		TOTAL FUMTRAN	116.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 5618, DE 28 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513441

DECRETO Nº 5618, DE 28 DE MAIO DE 2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 23.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.111, de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), mediante a utilização dos recursos assim indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

REFERÊNCIA	13.001.0018.0542.0290.2600.	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
842	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	16.000,00
		TOTAL	16.000,00
	319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	
843	0.300000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00
		TOTAL FMMA	23.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

ERRATA DO EDITAL Nº 09/2019 DE PAVIMENTAÇÃO SISTEMA MUTIRÃO DA RUA CARIJÓS

Publicação Nº 2513488

ERRATA DO EDITAL Nº 09/2019 DE PAVIMENTAÇÃO SISTEMA MUTIRÃO DA RUA CARIJÓS

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – RUA CARIJÓS

Esta errata trata do Edital de Contribuição de Melhoria de nº 09/2019 – Pavimentação sistema mutirão da Rua Carijós publicado no dia 17 de janeiro de 2020, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, edição de nº 3030.

No decorrer da pavimentação houve alteração/atualização de proprietário do imóvel de inscrição imobiliária nº 01.09.035.5140 no cadastro municipal.

Onde lê-se:

6.3 –

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor antes pav.	Valor depois pav.	Valorização
ESPÓLIO DE HILDA DUWE	01.09.035.5140	R\$ 79.910,95	R\$ 87.902,05	R\$ 7.991,10
SOMATÓRIO				R\$ 7.991,10

7.4 –

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valorização Imobiliária	Contribuição de Melhorias	Contribuição de Melhorias + 15%
ESPÓLIO DE HILDA DUWE	01.09.035.5140	R\$ 7.991,10	R\$ 7.991,10	R\$ 9.189,76
SOMATÓRIO		R\$ 7.991,10	R\$ 7.991,10	R\$ 9.189,76

Leia-se:

6.3 –

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor antes pav.	Valor depois pav.	Valorização
MARCIA SILENE LEITZKE	01.09.035.5140	R\$ 79.910,95	R\$ 87.902,05	R\$ 7.991,10
SOMATÓRIO				R\$ 7.991,10

7.4 –

Proprietário/Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valorização Imobiliária	Contribuição de Melhorias	Contribuição de Melhorias + 15%
MARCIA SILENE LEITZKE	01.09.035.5140	R\$ 7.991,10	R\$ 7.991,10	R\$ 9.189,76
SOMATÓRIO		R\$ 7.991,10	R\$ 7.991,10	R\$ 9.189,76

Ficam mantidos os demais termos do Edital. Esta ERRATA integra o Edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no Mural da Prefeitura.

Município de Timbó, 02 de junho de 2020.

Jorge Augusto Kruger Prefeito	Maria Angélica Faggiani Secretária da Fazenda e Administração
Roseli L. Rocha Engenheira Civil	Daniela R. Witthoeft Krambeck Fiscal de Tributos

EXTRATO CONTRATO 68.2020 PMT

Publicação N° 2514041

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 68/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão de obra) da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, extensão de trecho de 407,37 m, em plena e total conformidade com os memoriais descritivos, projetos, quantitativos, orçamentos estimativos, cronogramas físico – financeiros e demais documentos relacionados.

VALOR TOTAL: R\$ 417.516,11 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e dezesseis reais e onze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2020.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO CONTRATO 70.2020 SAMAE

Publicação N° 2514045

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 70/2020

AUTORIZANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

AUTORIZADO: METAVISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de controle de frota e logística e manutenção de equipamentos eletrônicos, locação de todos os materiais e equipamentos necessários com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução, de acordo com o instrumento e termo de referência que constitui anexo do contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 14.528,80 (quatorze mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), sendo que R\$ 2.080,00 (referente às instalações) será pago em parcela única, e o restante será pago em parcelas mensais de R\$ 1.037,40.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2020.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO CONTRATO 71.2020 FMS

Publicação Nº 2514048

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2020

AUTORIZANTE: Fundo Municipal de Saúde – FMS.

AUTORIZADO: DOUGLAS SCHWITZKI - ME

OBJETO: Aquisição de 03 (três) respiradores pulmonares, destinados a realização de atividades para enfrentamento a pandemia do CO-VID-19 no município de Timbó, nos termos da lei nº 13.979/2020.

VALOR TOTAL: R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/05/2020.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

EXTRATO CONTRATO 72.2020 FUMTUR

Publicação Nº 2514050

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 72/2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE.

OBJETO: Contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, denominada SEBRAE, CNPJ 82.515.859/0001-06, situada na Av. Rio Branco, nº 611, bairro centro, 89.015-000, Florianópolis/SC para a estruturação do dossiê da Indicação Geográfica – IG “Linguíça Blumenau”, conforme proposta comercial, cronograma e demais documentos.

VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/05/2020.

CINTIA MARA MICHELLI PANINI
Assessora Técnica Institucional de Turismo

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 02-03.2020 FME- MULTI ESPORTES

Publicação Nº 2514053

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 02-03/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação Municipal de Esportes

CONTRATADO: Multi Esportes Ltda - ME.

OBJETO: Credenciamento objetivando a contratação de profissionais (pessoas físicas e jurídicas) para exercício das funções de árbitros, mesários e/ou assistentes, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da fundação municipal de esportes, conforme calendário do ano corrente – ITENS: 01, 03, 04, 05, 06 e 10.

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2020.

PRAZO: 27/05/2020 até 31/12/2020.

JULIA DE FREITAS
Diretora Presidente da Fundação Municipal de Esportes

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 19-04.2020 - VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME

Publicação Nº 2514055

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 19-04/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, espaços e locais públicos danificados pelos consertos de vazamentos, para realização de manutenções e revitalizações de espaços públicos, sendo respeitados os projetos construtivos, tudo conforme o Edital de Credenciamento nº 19/2020.

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2020.

PRAZO: 27/05/2020 até 11/03/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

BRUNA DE ANDRADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE

EXTRATO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118.2017 - PMT

Publicação Nº 2514058

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 118/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: Copy Line Comércio e Serviços Ltda Epp.

OBJETO: Acréscimo de 02 (dois) Equipamentos do tipo 1 (Copiadora/Impressora/Scanner) ao item 2.2.1, do Anexo I, do contrato 118/2017, bem como do Edital de Pregão Presencial nº 50/2017 PMT.

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 183.2019 - SAMAE

Publicação Nº 2514060

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 183/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: SERGIO CAMPESTRINI.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 19/11/2020.

DATA DA ASSINATURA: 19/05/2020.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 05-04.2019 - PMT - TORDO ENGENHARIA

Publicação Nº 2514062

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05-04/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

CREDENCIADO: Tordo Engenharia Civil e Ambiental Eirelli.

OBJETO: Prorrogação do prazo conforme vigência do edital de Credenciamento nº 05/2017.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 09-02.2019 - PMT - LAJETUBOS

Publicação Nº 2514065

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 09-02/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.
CREDENCIADO: Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli.
OBJETO: Prorrogação do prazo conforme vigência do edital de Credenciamento nº 09/2019.
DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 09-03.2019 - PMT - IDP

Publicação Nº 2514067

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 09-03/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.
CREDENCIADO: IDP Construções, Engenharia e Terraplenagem Ltda.
OBJETO: Prorrogação do prazo conforme vigência do edital de Credenciamento nº 09/2019.
DATA DA ASSINATURA: 03/05/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 21-05.2019 - PMT - IDP

Publicação Nº 2514068

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 21-05/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.
CREDENCIADO: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI.
OBJETO: Prorrogação do prazo conforme vigência do edital de Credenciamento nº 21/2019.
DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

EXTRATO QUADRAGÉSIMO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO - PREGÃO Nº 28.2015 PMT

Publicação Nº 2514073

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO TERMO DE ACRÉSCIMO

QUADRAGÉSIMO TERMO ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
CONTRATADA: Gente Seguradora S/A
OBJETO: Acréscimo de R\$ 682,50 (SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), conforme tabela abaixo:

VEÍCULO	VALOR ACRESCIDO NA APÓLICE DE SEGURO
VEÍCULO HYUNDAI (DIESEL) - HR-HBD PLACA RAE6E43, ANO/MODELO: 2020/2021, CHASSI: 95PZBN7KPMBO87732	R\$ 341,29

VEÍCULO HYUNDAI (DIESEL) – HR-HBD
PLACA RAE6E33
ANO/MODELO: 2020/2021
CHASSI: 95PZBN7KPMBO87733

R\$ 341,21

DATA DA ASSINATURA: 27/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 153.2019 - SAMAE

Publicação Nº 2514074

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 153/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 05/07/2020, acréscimo de R\$ 145.179,06 (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta e nove reais e seis centavos), que correspondem a 22,29% ao valor total do contrato e supressão de R\$ 48.643,29 (quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos), corresponde a 7,47% do valor total do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 21/05/2020.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 139.2019 PMT

Publicação Nº 2514076

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 139/2019

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.

CONTRATADO: EMPREITEIRA K J LTDA EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 12/06/2020, acréscimo de R\$ 44.748,11 (quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e onze centavos) e supressão de R\$ 5.874,88 (cinco mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2020.

BRUNA DE ANDRADE
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 107.01-2019 - PMT - SICREDI

Publicação Nº 2514077

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107-01/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 107.02-2019 - PMT - VIACREDI

Publicação Nº 2514078

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107-02/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
AUTORIZADO: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS.
OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 26/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 107.03-2019 - PMT - CAIXA

Publicação Nº 2514079

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107-03/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
AUTORIZADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 26/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 107.04-2019 - PMT - BRADESCO

Publicação Nº 2514081

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107-04/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
AUTORIZADO: BANCO BRADESCO S/A.
OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 29/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 107.05-2019 - PMT - BANCO DO BRASIL

Publicação Nº 2514082

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107-05/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
AUTORIZADO: BANCO DO BRASIL S/A.
OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 29/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 107.06-2019 - PMT - BANCOOB

Publicação Nº 2514085

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 107-06/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
AUTORIZADO: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A.
OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 25/05/2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 176.2019 - PMT

Publicação Nº 2514087

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 176/2019
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola .
AUTORIZADO: RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução por mais 15 dias.
DATA DA ASSINATURA: 15/05/2020

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

PORTARIA NO 2029, DE 12 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513464

PORTARIA No 2029, DE 12 DE MAIO DE 2020

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Alterar para o ano letivo de 2020, a carga horária semanal de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação-Ensino Fundamental, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para o período de 12/05/2020 até 21/12/2020, conforme demonstrativo:

NOME	CARGA HORÁRIA EFETIVA	CARGA HORÁRIA SUBSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Ledinei Avi	40h	03h	43h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de maio de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2030, DE 12 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2513467

PORTARIA No 2030, DE 12 DE MAIO DE 2020

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidores ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA SEMANAL de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação (Fundo Municipal de Educação), ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor, conforme demonstrativos abaixo, para o ano letivo de 2020, ou seja:

a) No período de 04/05/2020 até o término do contrato:

NOME	DE	PARA
Paulo Lacerda	20h/a	10h/a

b) No período de 11/05/2020 até o término do contrato:

NOME	DE	PARA
Larissa Perini	37h/a	08h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2033, DE 13 DE MAIO DE 2020

Publicação N° 2513468

PORTARIA No 2033, DE 13 DE MAIO DE 2020

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Alterar para o ano letivo de 2020, a carga horária semanal de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação-Ensino Fundamental, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para o período de 30/04/2020 até 10/06/2020, conforme demonstrativo:

NOME	CARGA HORÁRIA EFETIVA	CARGA HORÁRIA SUBSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Rosemeri Prusak	20h	20h	40h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2047, DE 25 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513473

PORTARIA No 2047, DE 25 DE MAIO DE 2020

Designa membros para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obra relacionada ao Contrato Administrativo nº 61/2020 FCT.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os seguintes Servidores para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obra – Contrato Administrativo nº 61/2020 FCT, referente a reforma do Centro Integrado de Cultura (CIC), como segue:

- a) TAMIRES SMANIOTTO – Engenheira Civil;
- b) LEONARDO KLINGENFUS ANTUNES – Engenheiro Eletricista;
- c) JARBAS DALLABRIDA – Diretor do departamento de cultura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2051, DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513475

PORTARIA No 2051, DE 29 DE MAIO DE 2020

Retifica Portaria nº 2017, de 04 de maio do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Retificar, para "11 de maio de 2020", a data de início da designação da Servidora Chantelli Thayna Ritter Izeppi, para desempenhar a função de Secretária Administrativa junto a JARI, através da Portaria nº 2017, de 04 de maio do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2055, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513477

PORTARIA No 2055, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Altera a Portaria nº 1275, de 29 de março de 2019, designando servidora em substituição, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.70, II, "c" da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 231-A da Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o Parágrafo Único, art.1º, da Portaria nº 1275, de 29 de março de 2019, designando a Servidora Pública Municipal MARAIZA WUERZ, para exercer a função de Secretária no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF, em substituição à Ketlyn Samantha Mohr, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2056, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2513478

PORTARIA No 2056, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidoras ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA SEMANAL de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação (Fundo Municipal de Educação) – Ensino Fundamental, ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo de 2020, ou seja:

a) No período de 01/06/2020 até o término do contrato:

NOME	DE	PARA
Analú Lenzi Kleinschmidt	40h/a	24h/a
Bruna da Silva Lopes	36h/a	32h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2065, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2513480

PORTARIA No 2065, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Exonera Servidor Público Municipal ocupante de cargo em comissão na Administração Direta e dá outras providências, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar desta data:

GABINETE DO PREFEITO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Andrei Kayo Lamim	Coordenador de Serviços-Nível I / CC-6	Nº 1596, de 02/09/2019

Art.2º Revogar a Portaria nº 1862, de 03 de fevereiro do corrente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2066, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2513481

PORTARIA No 2066, DE 03 DE JUNHO DE 2020

Concede Gratificação de Condução de Transporte Especial-Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Gratificação de Condução de Transporte Especial-Educação, na importância de 20% calculado sobre a Referência Salarial

52, com base no art.1º da Lei Complementar nº 530, de 18 de outubro de 2019, ao seguinte Servidor Público Municipal, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Motorista, a contar de 05/03/2020:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(Fundo Municipal de Educação)

JAIR PEREIRA NARLOCH

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 05/03/2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2067, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513482

PORTARIA Nº 2067, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Nomeia Servidores para cargo em comissão na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

GABINETE DO PREFEITO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Andrei Kayo Lamim	Executivo de Gabinete / DAS 2	92
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Luiz Angelo Schuster	Coordenador de Serviços-Nível I / CC-6	32

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de junho de 2019; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2052, DE 29 DE MAIO DE 2020

Publicação Nº 2513476

PORTARIA Nº 2052, DE 29 DE MAIO DE 2020

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
EDRICK DECARLI	404135259	0	01/06/2020
MARCIO DEIVID CARDOSO	404135262	0	01/06/2020
OSIRIS LEAL GIL	404135258	0	01/06/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2057, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513479

PORTARIA Nº 2057, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Remove de Ofício Servidor Público Municipal lotado na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO o Servidor Público Municipal a seguir relacionado, a contar desta data:

NOME	DE	PARA
Otávio Felipe Betanin	Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2020; 150o ano de Fundação; 86o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 21/2020

Publicação Nº 2513684

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 26/2020

Parecer: 19/2020

Matéria: PLO 21/2020

Autor: Mesa Diretora

Relator: Ver. Haroldo Fiebes

Conclusão: Favorável

Data: 03/06/2020

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Timbó, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

I – RELATÓRIO

Trata-se Projeto de Lei de iniciativa da Mesa Diretoria que visa fixar o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Timbó para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Respetivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 15 de maio corrente.

O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 19 de maio, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 20 de maio, a pedido do relator, os autos do projeto foram encaminhados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica, bem como ao IGAM.

No dia 27 de maio, os autos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental. No mesmo sentido, se manifestou a Orientação Técnica nº 26.369/2020 do IGAM. No dia 3 de junho, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião ordinária, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

A iniciativa do projeto em análise foi corretamente exercida, eis que o processo legislativo foi deflagrado pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, órgão competente para a fixação dos subsídios dos Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais, conforme os termos do art. 29, V e VI, da Constituição Federal e art. 16, VII da Lei Orgânica Municipal.

De outra banda, considerando a regra constitucional do subsídio constante no art. 39, § 4º, da Carta Federal, a fixação deve ser por lei e, em se tratando de uma despesa com pessoal de natureza continuada, a proposição deve respeitar as determinações impostas pela Lei Complementar Federal nº 101/00.

Verificando-se os autos do projeto em análise, observa-se a existência de estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro (documento de fls.9) e da declaração assinada pelo ordenador da despesa (documento de fls. 8) e, conseqüentemente a observância dos requisitos impostos pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

III – CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 21/2020. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:
Vereador Rubens Borchardt
Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, 3 de junho de 2020.

Rubens Borchardt
Presidente

Haroldo Fiebes
Relator

Martinho de Souza Filho
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 22/2020

Publicação Nº 2513687

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 27/2020

Parecer: 20/2020

Matéria: PLO 22/2020

Autor: Mesa Diretora

Relator: Ver. Haroldo Fiebes

Conclusão: Favorável

Data: 03/06/2020

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Timbó, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

I – RELATÓRIO

Trata-se Projeto de Lei de iniciativa da Mesa Diretoria que visa fixar o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Timbó para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 15 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 19 de maio, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 20 de maio, a pedido do relator, os autos do projeto foram encaminhados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica, bem como ao IGAM.

No dia 27 de maio, os autos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental. No mesmo sentido, se manifestou a Orientação Técnica nº 26.370/2020 do IGAM.

No dia 3 de junho, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião ordinária, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

A iniciativa do projeto em análise foi corretamente exercida, eis que o processo legislativo foi deflagrado pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, órgão competente para a fixação dos subsídios dos Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais, conforme os termos do art. 29, V e VI, da Constituição Federal e art. 16, VII da Lei Orgânica Municipal.

De outra banda, considerando a regra constitucional do subsídio constante no art. 39, § 4º, da Carta Federal, a fixação deve ser por lei e, em se tratando de uma despesa com pessoal de natureza continuada, a proposição deve respeitar as determinações impostas pela Lei Complementar Federal nº 101/00.

Verificando-se os autos do projeto em análise, observa-se a existência de estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro (documento de fls.11) e da declaração assinada pelo ordenador da despesa (documento de fls. 10) e, conseqüentemente a observância dos requisitos impostos pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

III – CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 22/2020. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, 3 de junho de 2020.

Rubens Borchardt
Presidente

Haroldo Fiebes
Relator

Martinho de Souza Filho
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 26/2020

Publicação Nº 2512755

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 29/2020

Parecer: 21/2020

Matéria: PLO 26/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt

Conclusão: Favorável

Data: 03/06/2020

Ementa do Projeto: Autoriza a pavimentação de via em regime de colaboração público-privada e aprova a instituição e futura Cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Petúnia.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que Autoriza a pavimentação de via em regime de colaboração público-privada e aprova a instituição e futura Cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Petúnia.

Respectivo Projeto foi protocolizada nesta Casa Legislativa no dia 25 de maio. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 26 de maio, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

Acompanha o projeto de lei o orçamento para a implantação da obra de pavimentação da rua referida (fls. 7-8); termo de adesão que será assinado proprietários de imóveis ali localizados (fl.9); croqui da área que será objeto do projeto de pavimentação a ser executado (fls. 10); No dia 26 de maio o vereador Haroldo Fiebes solicitou vista dos autos, o que foi deferido pelo Presidente da Comissão.

No dia 3 de junho, após devolução dos autos pelo Vereador Haroldo Fiebes, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Nesse sentido, ainda determina a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, II ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre o sistema tributário municipal, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei visa autorizar a cobrança de Contribuição de Melhoria em decorrência da execução da pavimentação de via, realizada através do regime de colaboração público-privada.

No que tange ao regime de colaboração de pavimentação de via, este não possui quaisquer diferenças com o sistema de pavimentação de ruas pelo sistema de mutirão, regulamentado pela Lei nº 1.940, de 21 de maio de 1997, razão pela qual não há empecilhos ao Poder Executivo e proceder com a pavimentação da via em questão pelo regime ora proposto.

No que diz respeito à contribuição de melhoria, tal tributo está previsto no inciso III do art. 145 da Constituição Federal e nos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Decreto Lei n.º 195/1967), e possui como fato gerador a valorização imobiliária oriunda de obra realizada pelo Poder Público. Também está prevista no Código Tributário Municipal.

Apesar de haver previsão legal já referida, entendem os Tribunais pátrios ser obrigatória a edição de lei específica autorizando, para cada obra, a cobrança de contribuição de melhoria para. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA AUTORIZANDO A COBRANÇA DO TRIBUTO. EDITAL QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À SUA INSTITUIÇÃO. VÍCIO, ADEMAIS, NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO. CONSIDERAÇÃO DO CUSTO DA OBRA SEM LEVAR EM CONTA A EFETIVA VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL. INEXIGIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE ESTADUAL. "A contribuição de melhoria é tributo cujo fato imponible decorre da valorização imobiliária que se segue a uma obra pública, ressoando inequívoca a necessidade de sua instituição por lei específica, emanada do Poder Público construtor, obra por obra, nos termos do art. 150, I, da CF/88 c/c art. 82 do CTN, uma vez que a legalidade estrita é incompatível com qualquer cláusula genérica de tributação. (Precedentes: REsp 739.342/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/04/2006, DJ 04/05/2006; REsp 444.873/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2005, DJ 03/10/2005)" (REsp 927.846/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. em 03/08/2010, DJe 20/08/2010). (TJSC, Apelação Cível n. 2015.058486-3, de Braço do Norte, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 29-03-2016).

Assim, não basta a simples instituição da Contribuição de Melhoria através do Código Tributário Municipal de maneira genérica, deve haver para cada caso concreto a edição de lei específica autorizando a cobrança do tributo em questão.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

III – CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 26/2020. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:
Vereador Martinho de Souza Filho
Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 3 de maio de 2020.

Rubens Borchardt
Presidente/Relator

Martinho de Souza Filho
Membro

Haroldo Fiebes
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 27/2020

Publicação Nº 2513681

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 29/2020

Parecer: 21/2020

Matéria: PLO 27/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho

Conclusão: Favorável

Data: 03/06/2020

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a denominação da Rua Projetada A, do loteamento em processo de regularização fundiária denominado Luci Voigt, como Rua "Alvino P.F. Voigt".

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre a denominação da Rua Projetada A, do loteamento em processo de regularização fundiária denominado Luci Voigt, como Rua "Alvino P.F. Voigt".

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 25 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 26 de maio, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 27 de maio, a pedido do relator, os autos do projeto foram encaminhados à assessoria jurídica para elaboração de orientação técnica. No dia 27 de maio, os mesmos foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental (orientação de fls. 14-15).

No dia 3 de junho, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião extraordinária, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Dispõe ainda a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 15, I e XVII, ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre assuntos de interesse local e sobre a denominação de próprios, vias e logradouros públicos, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Legislativo para a proposição em análise.

Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação nesta Casa.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 26/2020. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o relator, aprovando o parecer:
Vereador Rubens Borchardt

Voto divergente

Votou de maneira diversa do relator o Vereador Haroldo Fiebes, se manifestando pela inconstitucionalidade do projeto, por entender que a proposição está desacompanhada de documentos necessários à sua instrução, no caso, a certidão de óbito do homenageado, uma vez que é vedado denominar prédios públicos com nomes de pessoas vivas.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2020.

Rubens Borchardt
Presidente

Martinho de Souza Filho
Relator

Haroldo Fiebes
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 09/2020

Publicação Nº 2513678

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 12/2020

Parecer: 18/2020

Matéria: PLO 9/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Carlos Adriano Kr-ger

Conclusão: Favorável

Data: 28/05/2020

Ementa do Projeto: Altera o §1º do art. 2º e as alíneas do inciso I do art. 3º todos da Lei nº 2.521, de 12 de julho de 2011.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que pretende alterar §1º do art. 2º e as alíneas do inciso I do art. 3º todos da Lei nº 2.521, de 12 de julho de 2011. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 5 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 21 de maio.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 18/2020 (fls.36-38) se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

Ao tratar da alteração da carga horária dos estagiários da Administração Pública, que terá como consequência o aumento na bolsa que lhes é paga, o projeto em análise gera despesas ao erário, razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, para verificação de sua compatibilidade com as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e exame de seu impacto orçamentário e financeiro.

No dia 28 de maio esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se, em primeiro lugar, que as despesas a serem criadas com o aumento da jornada de trabalho dos estagiários e, consequentemente, da bolsa por esses percebida, estão em conformidade com a legislação orçamentária, conforme declaração emitida pelo Poder Executivo em fls. 27-33 dos autos. Logo, confirma-se que o projeto de lei atende o disposto no art. 165 da Constituição Federal e art. 87 da Lei Orgânica Municipal, pois tem compatibilidade com as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

Quanto ao estudo de impacto orçamentário e financeiro apresentados no documento de fls. 34 dos autos, observa-se que os mesmos não apresentam inconsistência técnica e que a ação governamental ora pretendida terá impacto no exercício financeiro de 2020 de 0,10%; no de 2021 de 0,15%, e no de 2022 de 0,15%. Assim, constata-se a viabilidade do objetivo pretendido pelo projeto, sem que isso afete o equilíbrio fiscal do município.

Assim não há óbices, no que tange a competência desta Comissão, a tramitação da proposição nesta Casa Legislativa.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 9/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, 28 de maio de 2020.

Carlos Adriano Kr-ger

Presidente/Relator

Douglas Emanuel Marchetti

Membro

John Adriano Schwartz

Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 25/2020

Publicação Nº 2513750

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 31/2020

Parecer: 19/2020

Matéria: PLO 25/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Douglas Emanuel Marchetti

Conclusão: Favorável

Data: 28/05/2020

Ementa do Projeto: Autoriza a anulação e suplementação em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2020, da Administração Direta e Indireta.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que autoriza a anulação e suplementação e abertura de crédito especial de valores em dotações orçamentárias por abertura de crédito especial no Orçamento-Programa 2020, da Administração Direta e Indireta.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 19 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 26 de maio, em Sessão Ordinária, conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno.

O Projeto em análise tem por objeto alterar a legislação orçamentária municipal (LOA), razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, posto ser de sua competência manifestar-se sobre proposições que versem sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária, bem como suas alterações.

No dia 28 de maio esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 140.000,00 em dotações orçamentárias de órgão da administração direta (Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente – Transferências a consórcios públicos; Manutenção do Instituto Ambiental Aracua – Recursos Livres). A conta de tal anulação, será realizada abertura de: crédito suplementar, no valor de até R\$ 140.000,00 nas dotações orçamentárias da administração direta (Gestão da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola – Recursos Livres).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 25/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Carlos Adriano Kr-ger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, 28 de maio de 2020.

Carlos Adriano Kr-ger

Presidente

Douglas Emanuel Marchetti

Relator

John Adriano Schwartz

Membro

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO Nº. 22/2020.

Publicação Nº 2513961



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 38/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020.

Interessado: * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Aos 01 dias do mês de junho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **RAVATO DIESEL LTDA**, CNPJ nº **02.578.240/0004-46**, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a RUA SC 303, nº 4851, Bairro BARRA GRANDE; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	ÓLEO DIESEL S 10	LITRO	PETROBRAS	300.000,00	R\$2,316

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 22/2020 – Procedimento Administrativo nº. 38/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 01 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

RAVATO DIESEL LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1

NILTON AVANIR HURMUS

2

LUCIANE TOMCYK

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 53/2020

Publicação Nº 2512947

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.**

Procedimento Licitatório nº. 53/2020 - Edital Pregão nº. 32/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 19 de Junho de 2020, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE FRALDAS GERIÁTRICAS, destinados para pacientes do município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 19 de Junho de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 04 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 54/2020

Publicação Nº 2513422

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.**

Procedimento Licitatório nº. 54/2020 - Edital Pregão nº. 33/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 18 de Junho de 2020, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RADIOGRAFIA DIGITAL, destinados à realização de exames de Raio X aos pacientes do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 18 de Junho de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 04 de junho de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 311/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512788

DECRETO Nº 311/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 005/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 029/97, de 30 de abril de 1997 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 005/2020, de 01 de junho de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nos termos que a mesma é recomendada pelo órgão deliberativo Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 01 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 312/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512792

DECRETO Nº 312/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 930/19, de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.546,67 (Trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para adicionar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.007 – Manutenção dos serviços de Assistência Social

Dotação 02

3.1.91.00.00.00.00.4222 – Aplicações DiretasR\$ 33.146,67

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.039 – Manutenção do Conselho Tutelar

Dotação – 15

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações DiretasR\$ 2.400,00

TOTAL R\$ 35.546,67

Art. 2º. Os recursos destinados à abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação total e/ou parcial do seguinte recurso do orçamento vigente e excesso de arrecadação no Fundo Municipal de Assistência Social:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FUNDO MUNICIPAL

DE ASSISTENCIA SOCIALR\$ 33.146,67

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.039 – Manutenção do Conselho Tutelar

Dotação – 14

3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações DiretasR\$ 2.400,00

TOTAL R\$ 35.546,67

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de junho de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 04 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 313/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512793

DECRETO Nº 313/2020, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DO EMPREGADO FÁBIO COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de janeiro de 2017 e o Decreto nº 645/2019, de 05 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 04 de junho de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o empregado FÁBIO COELHO das funções do emprego de MÉDICO (CARDIOLOGISTA), em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 04 de junho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 04 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 311/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512783

PORTARIA Nº 311/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A EMPREGADA JACINTA DE OLIVEIRA.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Trevisó, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 45., Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, com vencimentos integrais, a contar de 01 de junho de 2020, conforme atestado médico e certidão de nascimento em anexos, à empregada JACINTA DE OLIVEIRA, ocupante do emprego de PROFESSORA AUXILIAR II.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 02 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 312/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2512786

PORTARIA Nº 312/2020, DE 02 DE JUNHO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO EMPREGADO ANDREI BROLESSI ARIATTI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 53 caput, § 1º, 2º e 3º; Art. 54, incisos I, II, III e IV; e Art. 55, incisos I e II e Parágrafo Único; da Lei Municipal Complementar nº 608/12, de 14 de março de 2012 e ainda,

CONSIDERANDO, levantamento junto ao Departamento de Recursos Humanos, comprovando que não há faltas injustificadas para redução de dias; que não houve concessão de licenças sem percepção de salário por mais de sessenta dias; que não há mais de sessenta faltas justificadas não consecutivas e; que não houve suspensão do período aquisitivo em virtude de percepção de prestações de acidente de trabalho ou de auxílio doença da Previdência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de junho de 2020, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2018, ao empregado ANDREI BROLESSI ARIATTI, ocupante do emprego de VIGILANTE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 02 de junho de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de junho de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

PREGÃO 16/2020

Publicação Nº 2513246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

O Município de Treviso, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço global, Registro de preço para futuras contratações de empresa especializada para prestar serviços de paisagismo e jardinagem destinados à manutenção e conservação dos jardins e praças públicas existentes no município de Treviso/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência) para os próximos 12 meses. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 23/06/2020 às 08h30min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 03 de junho de 2020.

Pedro Paulo Felipe
Secretaria de Viação, Obras e Serviços

RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2019

Publicação Nº 2513532

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2019, FIRMADA ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ – SAMAE E A EMPRESA G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI ME

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE, cadastrado no CNPJ, sob nº 05.683.868/0001-57, com sede na Avenida Professor José Forest Abatti, 258, Trevisó - SC, representado pelo seu Diretor o Sr. Anderson José Pagani, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Professor José F. Abatti, s/nº, bairro Centro, Trevisó/SC, portador do CPF nº 034.927.569-64. CONTRATADA: Empresa G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI ME, CNPJ/MF nº 05.931.197/0001-04, estabelecida na Rua Presidente Campos Salles, nº 893, Glória, Joinville/SC, neste ato representado por Gabriel Loureiro Ferreira, portador do CPF nº 055.952.479-08. O CONTRATANTE estabelece o presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL, referente à Ata de Registro de Preço nº 01/2019, cujo objeto é FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA REPAROS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA DO SAMAE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL LICITATÓRIO, regulado pelos preceitos do direito público, especialmente pela Lei 8.666/93, mediante as Cláusulas e condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA- DA RESCISÃO: Pelo presente termo fica rescindida a Ata de Registro de Preço nº 01/2019, que tem por objeto FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA REPAROS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA DO SAMAE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL LICITATÓRIO, com efeitos a partir desta data. CLAUSULA SEGUNDA- DA MOTIVAÇÃO: a motivação para a rescisão contratual, dar-se pela inexecução dos serviços contratados, destacado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE e fundamentado pela Assessoria Jurídica Municipal, nos termos da Lei 8.666/93. CLAUSULA TERCEIRA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A rescisão ora efetivada unilateralmente encontra fundamento no Artigo 77 e 78, Inciso I, c/c o Artigo 79, I, da Lei nº 8.666/93. PARÁGRAFO ÚNICO: Em virtude da pandemia coronavírus, considerando as alegações feitas pela empresa G2 e Parecer Jurídico emitido pela assessoria deste município, não serão aplicadas as penalidades previstas nos artigos Artigos 86, 87 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preço nº 01/2019. CLAUSULA QUARTA- DA PUBLICAÇÃO: O presente termo e Rescisão Unilateral será publicado no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios e Mural Público.

Trevisó, 03 de junho de 2020.

Anderson José Pagani

Diretor do SAMAE

Treze de Maio

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 06/2020-PMTM

Publicação Nº 2513187

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

O Município de Treze de Maio, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a aquisição de 1 (uma) motoniveladora nova, para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e viação, com assistência técnica durante o período de garantia. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 09:00 hrs do dia 23 de junho de 2020. A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, sito à Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Treze de Maio, no horário das 08:00 às 17:00 horas.
Treze de Maio, 04 de junho de 2020.
Volnei Fregnani – Pregoeiro

PREFEITURA

Publicação Nº 2512937

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Documento gerado em 28/05/2020 14:46:13



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.497.680,85	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	39.497.680,85	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	17.624.972,24	44,62
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	21.328.747,66	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	20.262.310,28	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	19.195.872,89	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div></div><div>siconfi</div></div></div><div><div><div></div><div>TESOURONACIONAL</div></div></div></div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div></div></div></div>	<div><div>Relatório de Gestão Fiscal</div><div>Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)</div><div>Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social</div><div>CNPJ:</div><div>Exercício: 2020</div><div>Período de referência: 1º quadrimestre</div></div>
---	--

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal	
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada			
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)			
Dívida Mobiliária	1.555.744,06	2.756.961,59	-
Dívida Contratual	1.555.744,06	0,00	-
Empréstimos	322.410,73	2.756.961,59	
Internos	322.410,73	2.573.346,62	
Externos		2.573.346,62	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios		0,00	
Financiamentos	1.233.333,33	183.614,97	
Internos	1.233.333,33	183.614,97	
Externos			
Parcelamento e Renegociação de Dívidas		0,00	
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais		0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos		0,00	
Outras Dívidas		0,00	
DEDUÇÕES (II)			
Disponibilidade de Caixa	8.077.146,97	9.858.203,37	
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.063.876,28	9.844.932,68	
(-) Restos a Pagar Processados	8.255.086,00	10.357.348,93	
Demais Haveres Financeiros	191.269,72	512.416,25	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - RCL (III) = (I - II)	13.270,69	13.270,69	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	-6.521.402,91	-7.101.241,78	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	39.797.918,97	39.497.680,85	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	39.797.918,97	39.497.680,85	
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	3,91	6,98	
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-16,39	-17,98	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	47.757.502,76	47.397.217,02	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	42.981.752,49	42.657.495,32	
Outros Valores Não Integrantes da DC			
Precatórios Anteriores a 05/05/2000		0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)		0,00	
Passivo Atuarial			
Insuficiência Financeira		0,00	
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	1.322,54	157.688,42	
RP Não-Processados		2.392.307,04	
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	2.827.709,62		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 1º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
Dívida Contratual de PPP		Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais		Até o 1º Quadrimestre	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

	Tributação de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida					
	Exercício em que Encetados o Limite Consolidado por Encetados o Limite		Exercício do primeiro período seguinte		Exercício do segundo período seguinte	
	Limite Máximo (A)	% Excedente (B) = (C/B-A)	Limite (D) = (E-B)	% DCL (F)	Redutor Residual (G) = (H-F)	Limite (I) = (J-H)
		% DCL (K)		% DCL (L)		% DCL (M)
Tabela 21 - Tributação de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida						
Tributação de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida						
Preços Descontados.						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL


Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TesouroNACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldo do Exercício Anterior			Saldo do Exercício de 2020		
	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas						
Garantias Concedidas						
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)						
Em Operações de Crédito Externas						
Em Operações de Crédito Internas						
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)						
Em Operações de Crédito Externas						
Em Operações de Crédito Internas						
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)						
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)						
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)						
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII)						
= (VI - VII)						
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (VVIII)						
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL						
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)						
Contragarantias Recebidas						
Contragarantias Recebidas						
DOS ESTADOS (IX)						
Em Garantia às Operações de Crédito Externas						
Em Garantia às Operações de Crédito Internas						
DOS MUNICÍPIOS (X)						
Em Garantia às Operações de Crédito Externas						
Em Garantia às Operações de Crédito Internas						
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)						
Em Garantia às Operações de Crédito Externas						
Em Garantia às Operações de Crédito Internas						
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)						
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XII) = (IX + X + XI + XII)						

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna	1.233.333,33	1.233.333,33
Empréstimos	1.233.333,33	1.233.333,33
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa		
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	1.233.333,33	1.233.333,33

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.497.680,85	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	39.497.680,85	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	1.233.333,33	3,12
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.319.628,94	16,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	5.687.666,04	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.764.837,66	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios


Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre	
	Valor Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida	-	
Receita Corrente Líquida		39.497.680,85
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		39.497.680,85
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		39.497.680,85

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.624.972,24	44,62
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <=>	21.328.747,66	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <=>	20.262.310,28	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=>	19.195.872,89	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-7.101.241,78	17,97
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.397.217,02	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.689.489,79	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	1.233.333,33	3,12
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.319.628,93	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.764.837,66	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by MARIA LUCIA DALLA COSTA CENCI:54049547953
Date: 2020.06.04 10:35:56 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by MAURO DRESCH:46044060900
Date: 2020.06.04 10:38:43 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicação Nº 2512941

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Documento gerado em 04/06/2020 10:34:19



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Recetas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%(c/a)	
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS DE CAPITAL	4.966.666,67	4.966.666,67	1.233.333,33	24,83	1.433.291,87	28,86	3.533.374,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.966.666,67	4.966.666,67	1.233.333,33	24,83	1.233.333,33	24,83	3.733.333,34
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo	4.966.666,67	4.966.666,67	1.233.333,33	24,83	1.233.333,33	24,83	3.733.333,34
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					199.958,54		-199.958,54
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas					199.958,54		-199.958,54
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.450.000,00	42.450.000,00	7.763.865,14	18,29	14.728.971,99	34,70	27.721.028,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobilizatória							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobilizatória							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	42.450.000,00	42.450.000,00	7.763.865,14	18,29	14.728.971,99	34,70	27.721.028,01
DEFÍCIT (VI)							
TOTAL COM DEFÍCIT (VII) = (V + VI)	42.450.000,00	42.450.000,00	7.763.865,14	18,29	14.728.971,99	34,70	27.721.028,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		3.142.494,18			3.142.494,18		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (N)
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	
Despesas Orçamentárias							

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

RRR-Exo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Documento gerado em 04/06/2020 10:34:19



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Estágios da Receita Intra-Orçamentária				SALDO (a-c)
			RECEITAS REALIZADAS		% (c/a)	% (c/a)	
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)			
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							



Systema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária							INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)								
DESPESAS CORRENTES				0,00				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA								
OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
DESPESAS DE CAPITAL								
INVESTIMENTOS								
INVERSOES FINANCEIRAS								
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

documento gerado em 04/06/2020 10:34:19

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

PRREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Documento gerado em 04/06/2020 10:34:19



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Fundos/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE (d)	SAÍDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE (d+b)	%	SAÍDO (e) = DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%	SAÍDO (f) = PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial									
FU03 - Administração Geral									
FU03 - Demais Subfunções									
Administração									
Planejamento e Orçamento									
FU04 - Administração Geral									
FU04 - Administração Financeira									
Controle Interno									
Normalização e Fiscalização									
Tecnologia da Informação									
Ordenamento Territorial									
Formação de Recursos Humanos									
Administração de Receitas									
Administração de Concessões									
Comunicação Social									
FU04 - Demais Subfunções									
Defesa Nacional									
Defesa Aérea									
Defesa Naval									
Defesa Terrestre									
FU05 - Administração Geral									
FU05 - Demais Subfunções									
Segurança Pública									
Policamento									
Defesa Civil									
Informação e Inteligência									
FU06 - Administração Geral									
FU06 - Demais Subfunções									
Relações Exteriores									
Relações Diplomáticas									
Cooperação Internacional									
FU07 - Administração Geral									
FU07 - Demais Subfunções									
Assistência Social									
Assistência ao Idoso									
Assistência ao Portador de Deficiência									
Assistência à Criança e ao Adolescente									
Assistência Comunitária									
FU08 - Administração Geral									
FU08 - Demais Subfunções									
Previdência Social									
Previdência Básica									
Previdência do Regime Estatutário									
Previdência Complementar									
Previdência Especial									
FU09 - Administração Geral									
FU09 - Demais Subfunções									
Saúde									
Atenção Básica									
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Suporte Profilático e Terapêutico									
Vigilância Sanitária									
Vigilância Epidemiológica									
Alimentação e Nutrição									
FU10 - Administração Geral									



siconfi
Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Fundação/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	Execução da Despesa - Intra				DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	SALDO (e) = PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			%(b/III b)	SALDO (c) =	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação											
Educação Fundamental											
Educação Médio											
Educação Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Deportes da Cidadania											
Custódia e Rerintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitatção											
Habitatção Rural											
Habitatção Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											





Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Fundos/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra					INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (h)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	SALDO (c) = (a+b) - (d+e)	
			DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III b)	
Desenvolvimento Científico						
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia						
Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico						
FU19 - Administração Geral						
FU19 - Demais Subfunções						
Agricultura						
Abastecimento						
Extensão Rural						
Irrigação						
Promoção da Produção Agropecuária						
Defesa Agropecuária						
FU20 - Administração Geral						
FU20 - Demais Subfunções						
Organização Agrária						
Reforma Agrária						
Colonização						
FU21 - Administração Geral						
FU21 - Demais Subfunções						
Indústria						
Promoção Industrial						
Produção Industrial						
Mineração						
Propriedade Industrial						
Normalização e Qualidade						
FU22 - Administração Geral						
FU22 - Demais Subfunções						
Comércio e Serviços						
Promoção Comercial						
Comercialização						
Comércio Exterior						
Serviços Financeiros						
Turismo						
FU23 - Administração Geral						
FU23 - Demais Subfunções						
Comunicações						
Telecomunicações						
FU24 - Administração Geral						
FU24 - Demais Subfunções						
Energia						
Conservação de Energia						
Energia Elétrica						
Combustíveis Minerais						
Biocombustíveis						
FU25 - Administração Geral						
FU25 - Demais Subfunções						
Transporte						
Transporte Aéreo						
Transporte Rodoviário						
Transporte Ferroviário						
Transporte Hidroviário						
Transportes Especiais						
FU26 - Administração Geral						
FU26 - Demais Subfunções						
Desporto e Lazer						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%	Execução da Despesa - Intra		DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
						(b/III b)	(c/7) = (a-b)					
Desporto de Rendimento												
Desporto Comunitário												
Lazer												
FIJ27 - Administração Geral												
FIJ27 - Demais Subfunções												
Encargos Especiais												
Refinanciamento da Dívida Interna												
Refinanciamento da Dívida Externa												
Serviço da Dívida Interna												
Serviço da Dívida Externa												
Transferências												
Outros Encargos Especiais												
Transferências para a Educação Básica												
FIJ28 - Demais Subfunções												
Reserva de Contingência												



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Documento gerado em 04/06/2020 10:34:19



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Treze Tilias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

RECEITAS	Recargas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
RECEITAS CORRENTES (I)					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Receita de Contribuições Patronais					
Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Receita Patrimonial					
Recargas Imobiliárias					
Recargas de Valores Mobiliários					
Outras Recargas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Recargas Correntes					
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS					
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)					
Demais Recargas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (III)					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Recargas de Capital					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)					

RRREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	Em 2020	
Despesas								
Benefícios - Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	Em 2020	
	Benefícios - Civil						Em 2019	
	Aposentadorias							
	Pensões							
	Outros Benefícios Previdenciários							
	Benefícios - Militar							
	Reformas							
	Pensões							
	Outros Benefícios Previdenciários							
	Outras Despesas Previdenciárias							
	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS							
	Demais Despesas Previdenciárias							
	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)							
	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)							



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TesouroNACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária	
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	CNPJ:	
	Exercício: 2020	
Período de referência: 2º bimestre		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)				
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)				



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020 RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	37.483.333,33	13.295.680,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.250.401,33	1.639.768,20
IPTU	1.100.138,00	393.227,91
ISS	1.057.350,00	450.395,61
ITBI	462.000,00	178.882,64
IRRF	840.000,00	227.732,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	790.913,33	389.530,04
Contribuições	448.500,00	107.292,74
Receita Patrimonial	295.020,00	29.007,48
Aplicações Financeiras (II)	295.020,00	29.007,48
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	30.670.050,00	10.467.929,20
Cota-Parte do FPM	6.680.000,00	2.128.075,72
Cota-Parte do ICMS	13.400.000,00	4.588.005,10
Cota-Parte do IPVA	1.440.000,00	498.570,75
Cota-Parte do ITR	1.680,00	34,24
Transferências da LC 87/1996	40.320,00	
Transferências da LC nº 61/1989	168.000,00	53.683,97
Transferências do FUNDEB	6.500.000,00	2.310.434,29
Outras Transferências Correntes	2.440.050,00	889.125,13
Demais Receitas Correntes	1.819.362,00	1.051.682,50
Outras Receitas Financeiras (III)		935,20
Receitas Correntes Restantes	1.819.362,00	1.050.747,30
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	37.188.313,33	13.265.737,44
RECEITAS DE CAPITAL (V)	4.966.666,67	1.433.291,87
Operações de Crédito (VI)	4.966.666,67	1.233.333,33
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital		199.958,54
Convênios		99.963,94
Outras Transferências de Capital		99.994,60
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		199.958,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	37.188.313,33	13.465.695,98

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div><div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div><div>siconfi</div><div>TesouroNACIONAL</div></div></div></div></div></div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Treze Tilias - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2020</div> <div>Período de referência: 2º bimestre</div>
--	---

RR-REO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias		Despesa Orçamentária						
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias								
DESPESAS CORRENTES (XII)	35.467.400,73	14.769.938,06	9.777.111,38	9.277.796,09	185.058,76	226.935,64	226.935,64	
Pessoal e Encargos Sociais	19.422.856,72	5.399.558,35	5.399.558,17	5.146.029,27	-	-	-	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	611.000,00	72.427,11	45.539,06	45.539,06	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	15.433.544,01	9.297.952,60	4.332.014,15	4.086.227,76	185.058,76	226.935,64	226.935,64	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XII) - (XIV)	34.856.400,73	14.697.510,95	9.731.572,32	9.232.257,03	185.058,76	226.935,64	226.935,64	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	10.368.338,05	4.706.210,46	2.813.648,56	2.906.698,96	-	189.856,63	189.856,63	
Investimentos	9.898.338,05	4.629.392,38	2.881.532,76	2.874.582,76	-	189.856,63	189.856,63	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida (XX)	470.000,00	76.818,08	32.115,80	32.115,80	-	-	-	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI) - (XVII) - (XVIII) - (XIX) - (XX)	9.898.338,05	4.629.392,38	2.881.532,76	2.874.582,76	189.856,63	189.856,63	189.856,63	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	-	-	-	-	-	-	-	
RESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV) + (XXI) + (XXII)	44.754.738,78	19.326.903,33	12.613.105,08	12.108.839,79	185.058,76	416.792,27	416.792,27	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))	757.005,16

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	5.694.862,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	29.007,48
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	45.539,06

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	740.473,58

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-95.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2019 (a)	Até o Bimestre 2020 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)		10.364.468,66
Disponibilidade de Caixa		10.351.197,97
Disponibilidade de Caixa Bruta		10.357.348,93
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		6.150,96
Demais Haveres Financeiros		13.270,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-10.364.468,66

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	10.364.468,66

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-6.150,96
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	10.370.619,62

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	10.387.151,20

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.142.494,18
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.142.494,18
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Systema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS										RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS										Saldo Total L = (e + k)
	Inscritas					Canceladas (d)					Inscritas					Canceladas (f)					
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)	Pagos (c)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Canceladas (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Em Exercícios Anteriores (l)	Em 31 de Dezembro de 2019 (m)	Liquidados (n)	Pagos (o)	Canceladas (p)	Saldo k = (f + g) - (i + j)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	117,70	191.036,02	185.059,76	6.150,96	6.150,96	69.616,54	2.756.000,98	417.762,27	417.762,27	18.610,31	2.392.307,04	69.616,54	2.756.000,98	417.762,27	417.762,27	18.610,31	2.392.307,04				
PODER EXECUTIVO																					
PODER LEGISLATIVO																					
Legislativo																					
Câmara Municipal																					
PODER JUDICIÁRIO																					
Judiciário																					
Tribunal de Contas do Município																					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)																					
TOTAL (III) = (I + II)	117,70	191.036,02	185.059,76	6.150,96	6.150,96	69.616,54	2.756.000,98	417.762,27	417.762,27	18.610,31	2.392.307,04	69.616,54	2.756.000,98	417.762,27	417.762,27	18.610,31	2.392.307,04				

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS										RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS										Saldo Total L = (g + k)			
	Inscritas					Canceladas (d)					Inscritas					Canceladas (f)								
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)	Pagos (c)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Canceladas (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Em Exercícios Anteriores (l)	Em 31 de Dezembro de 2019 (m)	Liquidados (n)	Pagos (o)	Canceladas (p)	Saldo k = (f + g) - (i + j)							
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																								
PODER EXECUTIVO																								
PODER LEGISLATIVO																								
Legislativo																								
Câmara Municipal																								
PODER JUDICIÁRIO																								
Judiciário																								
Tribunal de Contas do Município																								
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)																								
TOTAL (III) = (I + II)																								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	REGISTROS EFETUADOS EM 2020	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

<div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div></div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2020</div> <div>Período de referência: 2º bimestre</div>
--	---

RRR-ANEXO 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

[illegible]

RRR-ANEXO 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

	Despesas de PPP					
Despesas do PPP Da Entidade Federada, exceto estatais não dependentes - À contratar (1.2)	EXERCÍCIO ANTERIOR	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>
					<EC + 7>	<EC + 8>
						<EC + 9>

PRREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)


[illegible]

PRREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

[illegible]

PRREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP		Despesas de PPP										
		EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP												
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)												
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)												
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)												
REGATA CORRENTE E LÍQUIDA (RC/L) (IV)												
REGATA CORRENTE E LÍQUIDA (RC/L) (V) PARA O LIMITE = (I)												
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RC/L (%) (VI) = (I / IV)												

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanco Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanco Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	42.450.000,00
Previsão Atualizada	42.450.000,00
Receitas Realizadas	14.728.971,99
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	3.142.494,18
DESPESAS	
Dotação Inicial	42.450.000,00
Dotação Atualizada	45.835.738,78
Despesas Empenhadas	19.476.148,52
Despesas Liquidadas	12.690.759,94
Despesas Pagas	12.184.494,65
Superávit Orçamentário	2.038.212,05

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	19.476.148,52
Despesas Liquidadas	12.690.759,94

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	39.497.680,85
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	39.497.680,85
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	39.497.680,85

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios


Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	5.694.862,00	757.005,16	13,29
Resultado Nominal - Acima da Linha	-95.000,00	740.473,58	794,45

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	191.209,72	0,00	185.058,76	6.150,96

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	191.209,72	0,00	185.058,76	6.150,96
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.827.709,62	18.610,31	416.792,27	2.392.307,04
Poder Executivo	2.827.709,62	18.610,31	416.792,27	2.392.307,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	3.018.919,34	18.610,31	601.851,03	2.398.458,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Ensino	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.962.936,49	25,00	18,99
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.184.257,28	60,00	51,21
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	1.233.333,33	3.733.333,34
Despesa de Capital Líquida	4.706.210,46	5.662.127,59

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Saúde	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.341.360,01	15,00	12,98

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuo Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
Despesas de Caráter Continuo Derivadas de PPP	-	
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by MARIA LUCIA DALLA COSTA CENCI:54049547953
Date: 2020.06.04 10:34:43 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by MAURO DRESCH:46044060900
Date: 2020.06.04 10:37:45 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Treze Tílias - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Tunápolis

PREFEITURA

LEI Nº 1433/2020

Publicação Nº 2513546

LEI Nº 1433, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Institui e denomina como "AGOSTO LARANJA" o mês de agosto, passando a ser o mês de prevenção à deficiência intelectual e múltipla, e o insere no calendário municipal oficial de eventos do município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Tunápolis o "AGOSTO LARANJA", sendo o mês de prevenção à deficiência intelectual e múltipla, a ser celebrado anualmente.

Art. 2º No mês de Agosto de cada ano o Município, em cooperação com outros setores públicos, com a iniciativa privada, com entidades civis e organizações profissionais e científicas, realizará junto às escolas e à sociedade em geral, atividades de caráter preventivo nas áreas das deficiências Intelectual e Múltipla, podendo realizar seminários, palestras, encontros, panfletagem, entre outros, direcionados à prevenção de deficiências.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a Administração Direta e Indireta dos entes da federação, setor privado, entidades e instituições de assistência social e educacional para a realização das atividades necessárias no que se refere ao dia e ao mês de prevenção à deficiência intelectual e múltipla.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de junho de 2020.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5393/2020

Publicação Nº 2513597

PORTARIA Nº. 5.393/2020
Em 04 de Junho de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 756/2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os Conselheiros, para representar o Conselho Municipal de Saúde, órgão de caráter permanente, com funções deliberativa, normativa e fiscalizadora, relativamente ao Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal:

1 - GOVERNAMENTAL

1.1 – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Titular: Carlos Adolfo Baumgratz Suplente: Luana Heberle

1.2 – Representante do Serviço de Assistência Social

Titular: Cleonice Deisi Yess Suplente: Deisi Flach

2 – PRESTADORES DE SERVIÇOS

2.1 - Representante da Sociedade Hospitalar de Tunápolis

Titular: Dirce Schneider Suplente: Paulo Hahn

3 – PROFISSIONAIS DA SAÚDE

3.1 – Representantes dos Profissionais da Saúde

Titular: Siliane Meier Suplente: Franciele Deters

4 – DOS USUÁRIOS DO SISTEMA

4.1 – Representantes da Associação de Pais e Professores (APP)

Titular: Cleiton Kist Suplente: Joséli T. Becker Hofmann

4.2 – Representante da Pastoral de Saúde

Titular: Guido Erhardt Suplente: Maria Bettio

4.3 – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Paulo Jose Griebeler Suplente: Nestor Hammerschmidt

4.4 – Representante da Associação Vida e Saúde de Tunápolis

Titular: Selvino Alfredo Nicodem Suplente: Claudia Inês Mueller

4.5 – Representante do Grupo de Idosos Flor de Tunas

Titular: João Batista Hofer Filho Suplente: Hilário Roque Juchem

4.6 – Representante da Clínica Santa Maria

Titular: Hilton César Lamour Suplente: Marcieli Hartmann

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº. 5.155 de 12 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Junho de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5394/2020

Publicação Nº 2513647

PORTARIA Nº. 5.394/2020

Em 04 de Junho de 2020

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, OBJETIVANDO LEILÃO PÚBLICO OU DAÇÃO EM PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal;

NOMEIA:

Art. 1º. A Comissão para Avaliação de Bens Patrimoniais do Município de Tunápolis, objetivando posteriormente a realização de Leilão Público ou dação em pagamento, passa a ser integrada pelos seguintes Senhores:

I – PAULO GROTH

II – VANDERLEI STOFFEL

III – BRUNO LENGERT

IV – PEDRO BAUMGRATZ

V – JACKSON SCHERER

VI – BLÁSIO DILL

Parágrafo único: A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo, e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso II.

Art. 2º. Os membros nomeados através desta Portaria exercerão suas funções, tendo como vigência a data de 31.12.2020.

Art. 3º. As funções dos membros da Comissão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remuneradas.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 5.165 de 18 de Setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 04 de Junho de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5395/2020

Publicação Nº 2513950

PORTARIA Nº. 5.395/2020

Em 04 de Junho de 2020

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Tunápolis passa a ser integrada pelos seguintes servidores titulares:

I – BRUNO LENGERT

II – SHEILA INÊS BIEGER

III – BLASIO DILL

§ 1º A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

§ 2º A função de Pregoeiro e Leiloeiro Municipal será exercida pelo servidor indicado no inciso II deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata esta Portaria, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

I – ELÓI WINK

II – ELISANDRO BOTH

III – JULIANA SCHEREN

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções até 31 de Dezembro de 2020.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remuneradas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a portaria nº 5.227 de 02 de Janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Junho de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5396/2020

Publicação Nº 2514289

PORTARIA Nº. 5.396/2020

Em 05 de Junho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, BRUNO LENGERT, no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, cargo este, de provimento Agente Político, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, neste município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 05 de Junho de 2020.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 36/2020

Publicação Nº 2512838

DECRETO Nº 036/20, de 03 de Junho de 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JAIR DAGOSTIN, Prefeito Municipal em Exercício de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.390/19 (Lei Orçamentária Anual), de 03.12.2019.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias Urbanas Pavim. Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.0080 (074) – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 (recursos próprios) por excesso de arrecadação no valor de R\$ - 250.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 03 de Junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 130/2020

Publicação Nº 2512843

PORTARIA Nº 130/20, de 01 de Junho de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora ROSA MARIA MIRANDA BROVEDAN, CPF nº. 652.645.259-00, matrícula nº. 0348, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 02.06.2020 a 31.07.2020, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio ao servidor LUIZ CARLOS DE SANTA HELENA, CPF nº. 378.166.249-72, matrícula nº. 1086, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Mecânico, no período de 02.06.2020 a 31.07.2020, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 131/2020

Publicação Nº 2512845

PORTARIA Nº 131/20, de 01 de Junho de 2020.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.06.2020 a 30.06.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.
MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1862 Valmir da Rosa 06.05.2018 a 05.05.2019
1020 Ronaldo dos Santos 14.02.2017 a 13.02.2018
0672 Bernardete Biz Souza 06.03.2015 a 05.03.2016
4347 Marly Miguel 02.03.2019 a 01.03.2020

Art. 2º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 02.06.2020 a 01.07.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.
MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1900 Antônio Perera 09.05.2017 a 08.05.2018

Art. 3º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 03.06.2020 a 02.07.2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.
MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0676 Valdir Carlessi Ferreira 01.04.2019 a 31.03.2020
1442 Nair Salvador da Silva 16.01.2018 a 15.01.2019
4367 Antônio Eugenio da Silva Gonçalves 02.04.2019 a 01.04.2020
0127 Vilmar Pinheiro 02.05.2017 a 01.05.2018

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de junho de 2020.

EDSON JAIR DAGOSTIN
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 38/2020

Publicação Nº 2513466

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2020- DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Do objeto: Execução da base e pavimentação asfáltica no acostamento da BR 285 em Linha Contessi (trecho da ciclovia), com 3.200,00m² e na Rua Ângelo Sartor, com 1.300m².

Contratante: Município de Turvo com sede à Rua Nereu Ramos, 609, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA, Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 32.113.845/0001-80, com sede na Rua Nereu Ramos, 595 - Centro, no município de Turvo/SC.

Do valor e do pagamento: O valor total estimado para execução dos serviços é de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais), e será pago após o término da execução dos serviços.

Da base legal: Inciso III, § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007

Da justificativa: Justifica-se tal contratação por tratar-se de Consórcio Público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, formado pelos municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Turvo, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005.

Turvo/SC, 03 de junho de 2020.

Priscila Tramontin Bianchini
Chefe do Departamento de Compras

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020 - FMS

Publicação Nº 2513160

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020 - FMS

PROCESSO Nº 10/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: A contar da data de sua assinatura e publicação, a Ata de Registro de Preços terá validade até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

Aos quatro dias do mês de junho de 2020, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. Leodacir Pianesola, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 04/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA TESTE RÁPIDO DO COVID-19 IGG/IGM, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS. Conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
1	20	CX	TESTE RÁPIDO DO COVID-19 LGG/LGM, DIAGNÓSTICO IN VITRO DE ÚNICO PASSO, BASEADO EM ENSAIO IMUNOCROMATOGRÁFICO, EM SANGUE HUMANO; CAIXA COM NO MÍNIMO 25 TESTES. COMPOSTO POR ANTICORPO MONOCLONAL IGM ANTI-HUMANO DE CAMUNDONGO 0,44 +- 0,11UG, ANTICORPO MONOCLONAL IGG ANTI-HUMANO DE CAMUNDONGO 0,44 +- 0,11UG, 2019-NCOV N PROTEÍNA RECOMBINANTE 0,08+- 0,02UG, IGG DE CABRA ANTI-CAMUNDONGO; TESTE PODENDO SER REALIZADO USANDO SANGUE TOTAL: IMEDIATAMENTE APÓS A COLETA OU ATÉ 24 HORAS DEPOIS DA COLETA SE ARMAZENADO DE 2 A 8 GRAUS C, PLASMA: EM TUBO DE COLETA PODENDO SER UTILIZADO A AMOSTRA POR ATÉ 3 DIAS, SE ARMAZENADO EM TEMPERATURA DE 2 APROXIMADAMENTE 8 GRAUS C, SORO: RESULTADO DO TESTE EM ATÉ 15 MINUTOS; DEVENDO APRESENTAR ALTA SENSIBILIDADE CLÍNICA ACIMA DE 90% EM MÉDIA, POR TEMPO POSITIVO POR MAIS DE 4 DIAS, PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE 6 MESES; ARMAZENAMENTO ENTRE 2 A 30 GRAUS CENTIGRADOS; CONTENDO DILUENTE DE ENSAIO E DISPOSITIVO TESTE; APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA BULA, CATALOGO E REGISTRO NA ANVISA.	MEDTESTE	2.660,00	53.200,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. LEODACIR PIANESOLA Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.037 MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 36 - 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 04/2020.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 05/2019 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 04/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

LEODACIR PIANESOLA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,
JOSIANE BEATRIZ JACINTO
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Andressa G. Donzelli
CPF: 090.534.369-79

02. _____
Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO ATA 033/2019

Publicação Nº 2513322

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO 043/2019
PREGÃO PRESENCIAL 019/2019

Extrato 1º Termo Aditivo a ata de registro de preços Nº 033/2019 para estabelecer o reequilíbrio econômico financeiro.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino, conforme anexo 01 do Edital, para Ata de Registro de Preço.
CONTRATADO: Cleiton de Souza Comercial ME. Item 13-Arroz parbolizado tipo 1 pct 05kg. Valor: R\$ 12,24 (doze reais e vinte e quatro centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente termo para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.931/20

Publicação Nº 2512481

LEI Nº 2.931, DE 2 DE JUNHO DE 2020.

Altera os artigos 9º e 10 da Lei nº 2.064, de 25 de abril de 2005.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 2.064, de 25 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O Município de Urussanga, através do Poder Executivo, fica autorizado a:

I - Prestar serviço remunerado com equipamentos públicos ou de terceiros contratados, para agricultores pessoa física ou jurídica estabelecidos no município de Urussanga;

II - Prestar serviço remunerado de abertura, conservação e revestimento de estradas de acesso às sedes das propriedades rurais;

III - Prestar serviço remunerado de construção e manutenção das estradas de acesso às unidades produtoras de aves e outras unidades de produção agropecuária;

IV - Prestar serviço remunerado de drenagens até a sede da propriedade, excluídos os materiais;

V - Prestar serviço remunerado de transporte de cascalho, pedras, britas, pó de brita areão e similares;

VI - Prestar serviço remunerado de abastecimento de água com caminhão pipa às propriedades destinadas a agricultura e a produção agropecuária;

VII - Prestar serviços remunerados de perfuração de poços, abertura e manutenção de açudes e manutenção de reservatórios de água destinados ao abastecimento de as propriedades destinadas a agricultura e a produção agropecuária;

VIII - Fornecimento oneroso de cascalho, pedras, britas, pó de brita areão e similares;

IX - Doação de até 15hs (quinze horas) de serviço de terraplanagem (corte e aterro) para a implantação de infraestrutura onde será edificado o aviário, estufas e atividades associativas e produtivas;

X - Prestar serviço de mão de obra na iluminação através de colocação de lâmpadas, troca de reatores, fotocélulas e demais componentes do conjunto, até a sede da propriedade.

§ 1º A necessidade dos serviços descritos nos incisos I à VII serão avaliados e autorizados pela Secretaria de Agricultura.

§ 2º Caberá ao Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, fixar os valores dos serviços e valores hora-máquina previstos nos incisos I à VII de acordo com o equipamento a ser utilizado, bem como, o preço do metro cúbico dos materiais previstos no inciso VI. (Redação dada pela Lei nº 2758/2015).

§ 3º Eventuais licenças ambientais que forem necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade exclusiva do tomador do serviço.”

Art. 2º O caput do art. 10 da Lei nº 2.064, de 25 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O usuário do serviço descrito nos inciso I à VII e/ou adquirente do material descrito no inciso VIII do artigo anterior, deverá recolher o valor correspondente antes da execução dos serviços, de acordo com o valor estabelecido em Decreto, junto à Secretaria Municipal da Administração e Finanças, ou junto à rede bancária, mediante boleto bancário ou guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Tributação.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio de Brida, em Urussanga, 2 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

LEI Nº 1.695/2020

Publicação Nº 2513876

Lei nº 1.695/2020

Autoriza o município de Vargeão - SC a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

VOLMIR FELIPE, Prefeito do Município de Vargeão - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município Vargeão – SC autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias visando à descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 01 de junho de 2020.

VOLMIR FELIPE

Prefeito de Vargeão

Vargem

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

Publicação Nº 2513637

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 19/2020 – Dispensa de Licitação nº 06/2020

Na qualidade de Prefeita Municipal de Vargem/SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação nº 06/2020, relativo à contratação de serviços de recuperação do veículo placas MCU0396, em favor de Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Ltda., no valor de R\$ 20.594,75.

Vargem/SC, 04 de junho de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 038/2020 CA 001/2020

Publicação Nº 2513109

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020

OBJETO: Alienação de Terreno Público do município, para fins industriais, com área de 31.568,76 M2 (Trinta e um mil quinhentos e sessenta e oito metros e setenta e seis centímetros) sem benfeitorias, registrado sob a Matrícula nº 7.880, localizado na estrada geral a Linha Mar-meiro, neste Município de Vargem Bonita – SC, nos termos do Edital do certame.

Tipo: Maior Preço.

Critério de Julgamento: Maior Oferta.

Entrega dos Envelopes dos Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços: Até às 09h00min do dia 06 de julho de 2020.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 06 de julho de 2020 às 09h00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 04 de Junho de 2020.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.412/2020

Publicação Nº 2512568

DECRETO Nº 17.412/2020, DE 3 DE JUNHO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.759/19 de 13 de dezembro de

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria de Desenv Urbano, Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Desenvolvimento Urbano	
2.041 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	800.000,00
09 – Secretaria de Desenv Urbano, Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Desenvolvimento Urbano	
2.045 – Conservação do Aeroporto	
4.4.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	460.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	1.260.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos próprios do exercício de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 2 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2020 - FMS

Publicação Nº 2512477

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA" PARA FORNECIMENTO DE TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DE COVID-19, A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

FORNECEDOR: MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.750,00 (Sessenta e três mil setecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Artigo 4º, da Lei 13.979, e 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 03 de junho de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

EXTRATO DO CONTRATO N. 0062/2020

Publicação Nº 2514028

Extrato do Contrato n. 0062/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SCHEILA DO NASCIMENTO

CPF: 051.124.189-58

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atuar nos locais onde haja a necessidade - Volante. (Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 2º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2020 a 31 de janeiro de 2021 FUNÇÃO: Professor – Área de Atuação: Educação Infantil LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 3.523,91 (três mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0075/2020

Publicação Nº 2514022

Extrato do Contrato n. 0075/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SARA GONÇALVES RYBANDT

CPF: 763.271.409-04

OBJETO: Admissão em substituição à servidora MARILEI APARECIDA VAIS DIAS, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.(Processo Seletivo: 001/2019; Classificação da Contratada: 15º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19). VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2020 a 10 de março de 2020 FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS SALÁRIO BASE: R\$ 1.059,17 (um mil e cinquenta e nove reais e dezessete centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0196/2020

Publicação Nº 2514033

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0196/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALANA DA CAS CPF: 066.730.169-06

VIGÊNCIA: de 09 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 0382/2020

Publicação Nº 2512566

PORTARIA nº 0382/2020

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11248/2020.

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores MARCIA MODZELESKI, DAVID CORDEIRO SCHMIDT, EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, LEONILDE MARIA BONETTI RIBEIRO, EDUARDA NORDT, GLADIS ANSILIEIRO, MONICA ANDRES, ODIRLEI MARCELO ALFLEN, LAUANA CENCI, GISLEI SAGAI, ZORNITTA, ANA CAROLINA RECHIA, DÉBORA DE MEIRA PADILHA E JOÃO BATISTA FERNANDES DA ROCHA, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0713/2019.

Videira, 2 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 2 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0383/2020

Publicação Nº 2512565

PORTARIA nº 0383/2020
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Memorando nº 03/20DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora DANIELA GEMELLI PIACENTINI, Professora, a partir do dia 15 de maio de 2020 até 10 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 15 de maio de 2020.

Videira, 2 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 2 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0384/2020

Publicação Nº 2512563

PORTARIA nº 0384/2020

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

DORIVAL CARLOS BORG, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 091.970.679-70, nomeado no cargo de caráter temporário de Engenheiro Civil, matrícula nº 19.042, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 04/2020-PMV, contrato administrativo nº CT 79/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para executar reforma do quartel do corpo de bombeiros, localizado na Rua Nicolau Caven, Bairro Centro, Videira, conforme projeto básico.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução das obras acima referidas, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de junho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de junho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020 - PMV

Publicação Nº 2512571

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020 – PMV

LICITAÇÃO COM LOTE EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP, E LOTE PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 20/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXA DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 05/06/2020 a partir das 08:00h até o dia 23/06/2020 às 13:59h. Abertura das propostas: dia 23/06/2020 às 14:00h. Início da sessão de disputa de lances: dia 23/06/2020 às 14:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 04 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020 - PMV

Publicação Nº 2513559

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020 – PMV

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 21/2020 – PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO HABITAÇÃO E PROJETOS E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 05/06/2020 a partir das 08:00h até o dia 22/06/2020 às 08:59h. Abertura das propostas: dia 22/06/2020 às 09:00h. Início da sessão de disputa de lances: dia 22/06/2020 às 09:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 04 de junho de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020 - PMV

Publicação Nº 2513973

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR DRENAGEM COMPLEMENTAR NO LOTEAMENTO LINHA BONITA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Nivelter Terraplenagens e Obras Eireli – ME por apresentar o valor de R\$ 139.423,67 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos). Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Informamos que a ata de abertura e julgamento das propostas encontra-se disponível no site do Município de Videira (www.videira.sc.gov.br).

Videira, 04 de junho de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TERMO ADITIVO Nº 78/2020 - PMV

Publicação Nº 2512816

Termo Aditivo nº 78/2020

Contrato/CT nº 230/2019

Processo: TP 33/2019-PMV

Contratado: ROBERTO MIGUEL ME

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 938,24 (novecentos e trinta e oito reais, e vinte e quatro centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 04/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 79/2020 - PMV

Publicação Nº 2512993

Termo Aditivo nº 79/2020

Contrato/CT nº 213/2019

Processo: CC 06/2019 - PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 213/2019, por mais 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir de 15/06/2020 até 14/08/2020.

Data: 04/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 80/2020 - PMV

Publicação Nº 2513444

Termo Aditivo nº 80/2020

Contrato/ATA nº 207/2019

Processo: PR 119/2019 - PMV

Contratado: CESAR MURILO FLORES-ME

Objeto: Alterar os fiscais de contrato do Corpo de Bombeiros da Ata de Registro de Preços nº 207/2019, passando para Capitão BM Leandro Flores Emmanuelli e Sub Tenente RR BM Dhiêmis Metz Pinheiro

Data: 04/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 81/2020 - PMV

Publicação Nº 2513517

Termo Aditivo nº 81/2020

Contrato/ATA nº 208/2019

Processo: PR 119/2019 - PMV

Contratado: TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA ME

Objeto: Alterar os fiscais de contrato do Corpo de Bombeiros da Ata de Registro de Preços nº 208/2019, passando para Capitão BM Leandro Flores Emmanuelli e Sub Tenente RR BM Dhiêmis Metz Pinheiro.

Data: 04/06/2020.

TERMO ADITIVO Nº 82/2020 - PMV

Publicação Nº 2513594

Termo Aditivo nº 82/2020

Contrato/ATA nº 209/2019

Processo: PR 119/2019 - PMV

Contratado: ADO AUTO PEÇAS LTDA

Objeto: Alterar os fiscais de contrato do Corpo de Bombeiros da Ata de Registro de Preços nº 209/2019, passando para Capitão BM Leandro Flores Emmanuelli e Sub Tenente RR BM Dhiêmis Metz Pinheiro.

Data: 04/06/2020.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PR 03/2020- CMV**

Publicação N° 2513695

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2020 – CMV REGISTRO DE PREÇOS

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2020 - CMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE E SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 22 de junho de 2020, na Câmara de Vereadores de Videira, na Avenida Manoel Roque, nº 99, 2º andar, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.camaravideira.sc.gov.br ou na Câmara Municipal de Vereadores, na Avenida Manoel Roque, nº 99, Videira/SC, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através do e-mail: assessoria@camaravideira.sc.gov.br. Videira/SC, 04 de junho de 2020.

CARLOS DEMENEK - Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 020/2020

Publicação Nº 2513277

Processo de Licitação 020/2020

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 006/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES. CONVÊNIO Nº 2020TR000857 VIA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA CATARINA, PROCESSO Nº SCC 5811/2019, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 23 de junho de 2020 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Integra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 05 de junho de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146/2020

Publicação Nº 2513707

PORTARIANº 146/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANA PAULA MASON BERKENBROCK

Cargo: ENFERMEIRO - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em caráter emergencial, a partir do dia 04 de junho de 2020 até a vigência do Decreto nº 021/2020, que declara situação de emergência decorrente da COVID-19 ou até que o servidor, que por ventura esteja substituindo ou venha a substituir, retorne às atividades normais inerentes ao cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de junho de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 4 DE JUNHO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Witmarsum

PREFEITURA

TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2020

Publicação Nº 2511367

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO
002/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Termo de Colaboração/Fomento 002/2020 junto com a Associação Hospitalar de Witmarsum – AHWI, que tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento à população de Witmarsum, nos serviços de promoção gratuita à saúde, dentro dos preceitos éticos e legais, visando sempre o benefício da comunidade, através de repasse financeiro.

Witmarsum/SC, em 05 de Junho de 2020.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0028/2020

Publicação Nº 2513131

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0109/2020 – Dispensa de Licitação nº 0028/2020

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Aquisição da caixa literária com 394 livros para o Projeto Mala Viajante com a participação de alunos do Ensino Fundamental, através de Dispensa de Licitação, com o fornecedor VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - CNPJ 02.593.711/0001-42, no valor total de R\$ 7.986,00 (sete mil e novecentos e oitenta e seis reais). De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II. Xanxerê/SC, 04 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 133/2020

Publicação Nº 2512878

DECRETO Nº 133/2020

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, ADEMIR JOSÉ GASPARINI, nomeado pelo Decreto nº 060/2019, de 15 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 060/2019, de 15 de março de 2019.

Xanxerê/SC, 03 de junho de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NR. 0020/2018

Publicação Nº 2513162

Extrato 8º Aditivo a Contrato nº 0020/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI.

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia civil, para a Construção de Escola com 12 (doze) Salas de Aula, no Bairro Leandro, Município de Xanxerê, de acordo com Projeto Padrão FNDE, Programa de Ações Articuladas (PAR).

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 31 de maio de 2020, vigorando até 30 de junho de 2020, conforme Parecer do Comitê Gestor 299/2020.

Xanxerê-SC, 29 de maio de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0059/2020

Publicação Nº 2512957

Extrato de Contrato nº 0059/2020

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XANXERÊ E REGIÃO - CAF

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural objetivando a composição da merenda escolar destinadas aos Centros de Educação Infantil, Pré-Escolas e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Valor Total: R\$ 223.562,50

Prazo: até 28 de fevereiro de 2021

Xanxerê-SC, 29 de maio de 2020. Claudia S. Fávero – Secretária Municipal de Educação.

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 465/2020

Publicação Nº 2512516

DECRETO Nº 465, DE 05 DE JUNHO DE 2020.

Regulamenta as normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da administração pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentadas, na forma disposta neste Decreto, as normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da administração pública municipal, qualquer que seja o valor estimado.

Parágrafo único. Ficam subordinados ao regime deste Decreto, todos os órgãos da administração pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 2º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

§1º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

§2º Os bens e serviços de informática e automação adquiridos nesta modalidade deverão observar o disposto na Lei Federal nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e regulamentação específica.

Art. 3º Os contratos celebrados pelo Município, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Parágrafo único. Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 6º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I - determinar a abertura de licitação;
- II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
- III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e
- IV - homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Parágrafo único. Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

- I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;
- II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;
- III - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:
 - a) definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas, de forma clara, concisa e objetiva, de acordo com termo de referência elaborado pelo requisitante, em conjunto com a área de compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado;
 - b) justificar a necessidade da aquisição;
 - c) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento;
 - d) designar, dentre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio;
- IV - constarão dos autos a motivação de cada um dos atos especificados no inciso anterior e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados

pela Administração; e

V - para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 9º As atribuições do pregoeiro incluem:

I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

V - a adjudicação da proposta de menor preço;

VI - a elaboração de ata;

VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e

IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 10. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do pregão, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em:

a) Diário Oficial do Município;

b) Meio Eletrônico, na Internet;

c) Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

d) Diário Oficial da União, quando se tratar de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contrato de repasse.

II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

III - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;

IV - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

V - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VI - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

VII - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

VIII - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

IX - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

X - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

XI - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XIII - sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, ou nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

XIV - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

XV - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

XVI - nas situações previstas nos incisos XI, XII e XV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVII - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

XVIII - o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XX - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XXI - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXII - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XV e XVI deste artigo;

XXIII - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados a fazê-lo, na ordem de classificação;

XXIII - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso XXII;
XXIV - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 13. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral para a Administração, relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal; e

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 14. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 15. É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo único. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 17. Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:

I - deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante ao Município;

II - cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

III - a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

IV - para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;

V - as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

VI - as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato; e

VII - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Art. 18. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 19. Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 20. O Município publicará, no Diário Oficial competente, o extrato dos contratos celebrados, no prazo de até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o servidor responsável a sanção administrativa.

Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;

III - planilhas de custo;

IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - parecer jurídico;

VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e

XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Art. 22. Compete Poder Executivo Municipal estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 23. Fica revogado o Decreto Municipal nº 077 de 27/08/2009.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 05 de Junho de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 466/2020

Publicação Nº 2512518

DECRETO Nº 466, DE 05 DE JUNHO DE 2020.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da administração pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11 da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - ÓRGÃO GERENCIADOR: órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE: órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

VI - COMPRA NACIONAL: compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e

VII - ÓRGÃO PARTICIPANTE DE COMPRA NACIONAL: órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 4º A Intenção de Registro de Preços (IRP) será formalizada através da Solicitação de Compras ou Serviços pelo órgão gerenciador, que deverá ser utilizada pelos órgãos integrantes da Administração interessados em participarem do processo licitatório para registro de preços.

Art. 5º Caberá ao chefe imediato do órgão gerenciador que é o órgão responsável pela instauração da licitação, a prática de todos os atos relativos ao processo licitatório e ainda o seguinte:

I - registrar sua Intenção de Registro de Preços (IRP) no Departamento de Compras e Licitações;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - confirmar junto às demais unidades administrativas a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

XI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 8º do art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

Parágrafo único. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

Art. 6º O órgão participante interessado será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações, ou termo de referência ou projeto básico, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e da legislação municipal atinente à matéria, se adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte e devendo ainda:

I - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Solicitação de Compras ou Serviços, seu interesse de adesão e sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

II - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe à unidade administrativa interessada comunicar ao órgão gerenciador ocorrências que ensejem o cancelamento da ata de registro de preços, salvo em situações em que o órgão interessado também seja órgão gerenciador.

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§1º O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§2º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§3º O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pelo departamento jurídico do órgão gerenciador.

Art. 10. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993;

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial ou no Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§4º O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§1º Fica autorizado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme o § 2º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Art. 13. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 15. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 18. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 20. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§2º A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública municipal da utilização da ata de registro de preços.

§3º Na hipótese de compra nacional, as aquisições ou as contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos

§4º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§5º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Art. 23. A Administração deverá, sempre que possível, utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto, automatizando procedimentos de controle e atribuições do órgão gerenciador e de órgãos participantes.

Art. 24. O órgão gerenciador deverá estipular previamente o sistema de controle e atualização dos preços registrados, quais serão publicados para orientação da Administração, na imprensa oficial.

Parágrafo único. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

Art. 25. Compete Poder Executivo Municipal estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.
Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Xavantina/SC, 05 de Junho de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
JAQUELINE RIBEIROS
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 467/2020

Publicação Nº 2512567

DECRETO Nº 467, DE 05 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 001/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados para comporem a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 001/2020 a ser realizado pelo Município de Xavantina, a saber:

I – Gicelle Parisotto;

II – Vagner Rodrigo Grolle;

III – Jane Carmem Brand.

Art. 2º A investidura dos membros se dá sem ônus de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, sendo os serviços prestados considerados relevantes para o Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 05 de Junho de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 468/2020

Publicação Nº 2513628

DECRETO Nº 468, DE 05 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo contido no Art. 5º, "a", §1º, II da Lei Municipal n. 1.715 de 14 de Novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 36.777,51 (trinta e seis mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica – SCFV e PBF
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.1552– (CR 131) 36.777,51

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos do FNAS – COVID/19 - 01.1552.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 05 de Junho de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
JAQUELINE RIBEIROS
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2512750

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2020

Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vaga, em caráter temporário, no quadro de pessoal na Administração Pública Municipal.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo Chefe do Poder Executivo, Sr. ENOIR FAZOLLO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 782/2002, que dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender necessidade de excepcional interesse público e dá outras providências e;

Considerando a necessidade de atendimento integral a população na área da saúde;

Considerando a tentativa anterior de realização do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019, em que não houve inscrição deferida;

Considerando que a vaga a ser preenchida é de provimento efetivo e não há concurso vigente ou cadastro reserva em vigor;

Considerando a necessidade de contratação temporária, em CARATER EMERGENCIAL, no cargo de auxiliar de odontólogo, para suprir a vaga decorrente da exoneração de servidor público;

Considerando a necessidade de contratação IMEDIATA para complementação da Equipe da Saúde da Família, sob pena da perda de repasse de recursos públicos provenientes do SUS/FNS;

Considerando a impossibilidade de realização de prova presencial de Concurso Público ou Processo Seletivo, em razão das restrições ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus;

Torna público que se encontram abertas as inscrições para Processo Seletivo Simplificado destinado preenchimento da vaga no cargo público de Auxiliar de Odontólogo, em caráter temporário, no Quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal, nos termos do presente edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

- 0.1 O presente Processo Seletivo se dará através de PROVA DE TÍTULOS regida pelas normas deste Edital e pelas demais disposições vigentes, e será executado pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Centro, Xavantina/SC, Telefone (49) 3454-3128.
- 0.2 As inscrições serão realizadas no período de 08 a 22 de Junho de 2020, das 7h45min às 11h45min e das 13h às 17h, por e-mail ou pessoalmente ou por procurador habilitado;
- 0.3 Se por e-mail deverá ser encaminhada para saude@xavantina.sc.gov.br ou administracao@xavantina.sc.gov.br; e se pessoalmente ou por procurador habilitado, a inscrição deverá ser protocolada no endereço declinado no item 1.1;
- 0.4 Será considerada protocolada a inscrição até as 17h do dia 22/06/2020, por qualquer meio indicado no item 1.2;
- 0.5 Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste Edital:
- a) Acessar o site: www.xavantina.sc.gov.br no banner correspondente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020;
- b) Baixar, ler na íntegra o Edital, preencher, imprimir e assinar a Ficha de Inscrição (Anexo I), e a Ficha da Prova de Títulos (Anexo II);
- c) Junto a documentação referida no item anterior deverá ser anexada cópia da documentação referente aos títulos (itens 4.1 e 4.2), os quais serão conferidos aos documentos originais no ato do protocolo;
- c.1) O protocolo deverá ser realizado no endereço declinado no item 1.1, caso for feita pessoalmente ou por procurador habilitado;
- d) Caso for feita por e-mail, a documentação referente ao item 'b' deverá ser enviada juntamente com cópia autenticada dos documentos dos itens 4.1 e 4.2, para o endereço eletrônico: saude@xavantina.sc.gov.br ou administracao@xavantina.sc.gov.br;
- e) O protocolo da inscrição referente ao item 'd', será feita por meio de 'acusos de recebimento' pelo mesmo meio eletrônico;
- f) A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos descritos nas alíneas anteriores e dentro do prazo e horários de inscrição.
- 0.6 O descumprimento de qualquer instrução para a inscrição implicará na não efetivação ou indeferimento da inscrição.
- 0.7 As inscrições serão homologadas conforme cronograma (Anexo IV). O candidato deverá conferir a publicação da lista das inscrições deferidas e indeferidas no site www.xavantina.sc.gov.br
- 0.8 Em caso de dados incorretos ou incompletos o candidato terá sua inscrição indeferida.
- 0.9 Não haverá custos para inscrição dos candidatos.

2. DA VAGA A SER PREENCHIDA:

2.1 O cargo, a vaga, a carga horária e remuneração prevista para o presente Edital, são:

Cargo	Habilitação mínima exigida	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento
Auxiliar de Odontólogo	Ensino Médio Completo	01	40 horas	R\$ 1.877,71

Atribuições do Cargo: realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, de equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; processar filme radiográfico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; manipular materiais de uso odontológico; e participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos; outras atribuições e serviços inerentes ao cargo, inclusive a participação em eventos realizados ou incentivados pelo Município, assim como, outras atribuições e serviços definidos em Decreto.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

- 3.1 São requisitos básicos para investidura na vaga:
- a) A nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da Lei;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;

- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo;
- g) A aprovação no Processo Seletivo.

4. DA SELEÇÃO POR PROVA DE TÍTULOS E SUA COMPROVAÇÃO

4.1 A seleção do candidato para a vaga prevista neste edital terá peso de 100% (cem por cento) e, considerará:

- a) Cursos com relação à área de odontologia/Saúde bucal ou área correlata, com duração mínima de 10 horas, a ser comprovado com os respectivos certificados.
- b) Tempo de serviço no exercício da atividade inerente ao cargo da área específica de atuação com a saúde bucal, com experiência comprovada através de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho, atos de nomeação ou Declaração do empregador;
- c) Realização de curso técnico na área de Saúde Bucal, outros cursos técnicos na área da saúde, cursos de graduação na área da saúde, comprovados através de certificado ou diploma emitido por instituições devidamente credenciadas, não sendo aceito qualquer tipo de atestado ou declaração de conclusão de curso.
- d) Em caso de empate terá preferência o candidato com a maior pontuação em cursos de formação e aperfeiçoamento na área de atuação, persistindo o empate será contabilizado o candidato com maior tempo de serviço atuando na atividade de auxiliar de odontólogo. Permanecendo o empate terá preferência o candidato com maior idade.
- e) Não apresentado nenhum título descrito nas alíneas anteriores, não será recebida a inscrição;

4.2 Considera-se títulos os descritos na tabela abaixo, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios relativos a cada titulação:

Para os Auxiliares de Odontólogo: TÍTULOS	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
1. Cursos		
a) Certificados, diplomas ou equivalente relativo à participação em curso de formação e aperfeiçoamento, na área de atuação ou em atividade específica ou similar relacionada às atribuições do cargo, para cada 10 horas ou 10 horas/aulas de curso.	0,20	5,00
b) Tempo de Serviço na atividade de auxiliar de odontólogo na área específica de atuação (considerando 01 mês completo).	0,05	2,00
2. Cursos Técnicos e de Graduação		
a) Curso Técnico na área de Saúde Pública.	-----	1,50
b) Curso Técnico na área de Saúde Bucal	-----	2,00
c) Curso de Graduação na área de Saúde.	-----	3,00
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO	10,00	

4.2.1 A nível de cursos técnicos ou de graduação previsto nas alíneas a, b e c do item 2 do quadro acima descrito, somente será considerado um diploma/certificado, o de maior pontuação, desconsiderando os demais.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação dos candidatos dar-se-á por ordem decrescente da soma dos pontos obtidos na prova de títulos, respeitado o previsto na alínea "d" do item 4.1 em caso de empate.

5.2 A classificação preliminar e a homologação final será divulgada no site: www.xavantina.sc.gov.br conforme cronograma estabelecido (Anexo IV).

6. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

6.1 O quadro de vaga será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação final do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da Administração Municipal.

6.2 Os candidatos aprovados, além das vagas estabelecidas no presente Edital, serão considerados como Cadastro Reserva, podendo ser chamados no prazo de vigência do processo e por ordem de classificação.

6.3 O candidato que não assumir no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte da data da convocação, será desclassificado, sendo chamado o próximo candidato da lista.

7. DOS RECURSOS

7.1 A impugnação do edital, o recurso contra a homologação das inscrições e o recurso contra classificação preliminar, deverão ser feitos por escrito e protocolados no endereço declinado no item 1.1 ou por e-mail nos endereços eletrônicos: saude@xavantina.sc.gov.br ou administracao@xavantina.sc.gov.br, conforme cronograma do Anexo IV, até às 17h.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A inscrição implica na aceitação por parte do candidato das normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação vigente.

8.2 A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

- 8.3 O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
- 8.4 O Município de Xavantina não se responsabiliza por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no prazo de 48 horas (quarenta e oito), por meio do telefone ou e-mail fornecido na inscrição, será realizada a convocação do próximo candidato da lista;
- 8.5 Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à apresentação de documentos referidos no Anexo III;
- 8.6 O não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação do candidato no Processo Seletivo;
- 8.7 O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido por Comissão Responsável pelo Processo Seletivo a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
- 8.8 Os candidatos classificados pelo presente Processo Seletivo estarão regidos pela Lei Complementar nº 002/2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.
- 8.9 Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:
- a) Anexo I – Ficha de Inscrição.
 - b) Anexo II – Ficha para a Prova de Títulos
 - c) Anexo III – Documentos Necessários para Admissão.
 - d) Anexo IV – Cronograma
- 8.10 O Processo Seletivo será conduzido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que executará todas as fases do processo, juntamente com o setor de Recursos Humanos da Administração Municipal, supervisionado pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo que decidirá em casos omissos.
- 8.11 O candidato que efetuar a inscrição de forma presencial (pessoalmente ou por procurador habilitado) deverá tomar todas as medidas de proteção ao combate ao novo coronavírus.

Xavantina/SC, em 04/06/2020

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

JÉSSICA PAULA PINSETTA
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020

Nº INSCRIÇÃO
(reservado exclusivamente para o setor de recebimento das inscrições)

Cargo : Auxiliar de Odontólogo

Entidade: Prefeitura Municipal de Xavantina/SC

Nome do Candidato:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Data de Nascimento:

CPF:

RG:

DECLARO sob as penas do Art. 299 do Código Penal, que as informações constantes neste documento são expressões da verdade.

Xavantina/SC, em de de 2020

Assinatura do Candidato

Reservado para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Xavantina/SC, em de de 2020

Servidor Responsável

ANEXO II
FICHA PARA PROVA DE TÍTULOS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020

Nº INSCRIÇÃO

(reservado exclusivamente para o setor de recebimento das inscrições)

Cargo : Auxiliar de Odontólogo

Entidade: Prefeitura Municipal de Xavantina/SC

Nome do Candidato:

ESPECIFICAÇÃO DS TÍTULOS

QUANTIDADE

() Certificados de cursos com relação na área de odontologia/saude bucal, com duração mínima de 10 horas (cursos)

() Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho, atos de nomeação ou Declaração do empregador para tempo de serviço na área de odontologia ou área correlata (meses)

() Certificados de cursos técnicos na área de saúde bucal

() Certificados de cursos técnicos na área da saúde

() Diploma de graduação na área da Saúde

TOTAL

Observações:

Xavantina/SC,de de 2020

Assinatura do Candidato Assinatura Responsável Inscrição

ANEXO III
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020

Documentos que deverão ser entregues na Prefeitura Municipal no Setor de Recursos Humanos, cópias juntamente com os originais para contrato:

- Carteira de Identidade
- CPF
- CNH
- Título de Eleitor e Certidão Eleitoral de Regularidade
- Certificado de Reservista (quitação com as obrigações militares, somente para homem.)
- Cartão de PIS/PASEP
- Carteira de Trabalho
- Certidão de Nascimento ou Casamento
- 01 foto 3X4 recente
- Comprovante de Residência
- Tipo sanguíneo
- Qualificação Cadastral E-Social
- Declaração de encargos de família para IRPF
- Número de conta salário no Banco do Brasil ou SICOOB
- Comprovante de escolaridade, conforme exigência para o cargo
- Declaração de Bens e fontes de renda, com a data de Admissão
- Antecedentes Criminais (Fórum ou www.tjsc.jus.br)
- Declaração de não acumulo de cargos, empregos ou funções públicas
- Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares no exercício de cargo público

- Atestado Médico Ocupacional

ANEXO IV
CRONOGRAMA DO EDITAL
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020

ATO	DATA
Publicação do Edital	04/06/2020
Prazo para impugnação do edital	Até 08/06/2020
Período de Inscrições	09/06/2020 a 23/06/2020
Homologação das inscrições	24/06/2020
Prazo para recurso contra a homologação das inscrições	Até 17h do 25/06/2020
Homologação final das inscrições	26/06/2020
Divulgação da classificação preliminar	29/06/2020
Prazo para recurso contra classificação preliminar	Até 17 h dia 01/07/2020
Homologação final da classificação	02/07/2020

OBS. Havendo necessidade o cronograma do edital poderá ser alterado por meio de nova publicação.

PP 020/2020 PMXV

Publicação Nº 2513251

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de expediente e escolar para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 23/06/2020.

Abertura: dia 23/06/2020, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 04 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

PP 021/2020 PMXV

Publicação Nº 2513910

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de Pneus novos (1400R24) para uso em máquinas da frota do Município de Xavantina-SC, conforme as especificações constantes do Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 22/06/2020.

Abertura: dia 22/06/2020, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 04 de junho de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Associações

GRANFPOLIS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 21/05/2020

Publicação Nº 2513533

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – GRANFPOLIS, realizada no dia vinte e um de maio do ano de dois mil e vinte, de forma virtual, com base na Resolução 05/2020, convocada pelo Edital Nº 002/2020 publicado no dia 14 de maio de dois mil e vinte, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, sendo iniciada às dez horas, em segunda convocação, contando com a presença de Prefeitos de Águas Mornas, Omero Prim, de Angelina, Gilberto Dorigon, de Antônio Carlos, Geraldo Pauli, de Biguaçu, Ramon Wollinger, de Florianópolis, Gean Marques Loureiro, de Leoberto Leal, Vitor Norberto Alves, de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, de Palhoça, Camilo Martins, de Paulo Lopes, Nadir Carlos Rodrigues, de Rancho Queimado, Cleci Aparecida Veronezi, de Santo Amaro da Imperatriz, Edésio Justen, de São Bonifácio, Ricardo de Souza Carvalho, de São Pedro de Alcântara, Ernei José Stahelin, do Presidente da Câmara de Paulo Lopes, Agnaldo Rodrigues, além do Diretor Administrativo e Financeiro da Granfpolis, Gilberto Brasil e da Assessora de Comunicação, Maria Helena Pereira.

O Diretor Administrativo e Financeiro da Granfpolis convidou o Presidente para fazer a abertura da Assembleia Geral Ordinária, que cumpriu a todos e submeteu a discussão e deliberação a Ata da Assembleia anterior, que foi aprovada na íntegra por unanimidade. Passou a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro para que, com inversão de pauta, tratasse dos assuntos diversos. O Diretor fez uma breve apresentação do Projeto de Lei 039/2020, que institui o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-Cov-2. Em seguida relatou que foi encaminhado aos Prefeitos e Prefeitas um relatório elaborado pelo Consórcio CINCATARINA, posicionando a região em relação ao Projeto Recuperar. Passando para o item de pauta que tratava da troca de experiências entre os gestores municipais sobre as dificuldades no enfrentamento a Pandemia provocada pela COVID-19, a Prefeita de Rancho Queimado solicitou orientações, inclusive para os contadores municipais, sobre as questões envolvendo os limites de gastos com pessoal, demonstrando preocupação, tendo em vista a queda da arrecadação que eleva o percentual. Apresentou ainda o problema que seu Município enfrenta com a estiagem, sendo Decretada Situação de Emergência. Em seguida o Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro solicitou que fosse marcada uma reunião com as Vigilâncias Epidemiológicas dos Municípios, colocando sua equipe técnica à disposição da região. Após, o Presidente da Granfpolis passou a palavra ao Prefeito de Nova Trento, Gian Voltolini, segundo Vice-Presidente, para que coordenasse a discussão da Recomendação do Ministério Público Estadual N. 0001/202/12PJ/CAP sobre ajustes no Contrato de Trabalho do Assessor Jurídico da GRANFPOLIS. O Prefeito Gian Voltolini fez uma explanação da situação atual e solicitou uma interrupção da Assembleia, pedindo que o Diretor Administrativo e Financeiro da Associação e a Assessora de Comunicação saíssem da sala virtual para que os prefeitos e presidente de câmara pudessem tratar do assunto em particular. Após o intervalo o Prefeito de Nova Trento retomou os trabalhos ouvindo ainda a manifestação dos prefeitos de Palhoça, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara. Apresentou as opções para a situação encontrada que foram: manutenção da jornada de trabalho do Assessor Jurídico em quarenta horas semanais, com dedicação exclusiva, mantendo a remuneração atual, substituindo as horas extras por uma gratificação, ressaltando que esta foi a proposta do Assessor Jurídico da Granfpolis; redução da jornada de trabalho para vinte horas semanais com a retirada das horas extras; proposição de um Programa de Demissão Voluntária Incentivada e por fim a exoneração. Posto em votação, o prefeito de Leoberto Leal, Vitor Norberto Alves se absteve do voto e a proposta de redução de jornada de trabalho para vinte horas semanais foi aprovada por unanimidade. A Assembleia ratificou ainda a atual remuneração paga ao Assessor Jurídico, com exceção das horas extras, para a jornada de vinte horas semanais. Por fim, o Diretor Administrativo e Financeiro apresentou um requerimento encaminhado pela colaboradora Adriana de Souza do Nascimento, no qual solicita que seu trabalho seja executado em forma de teletrabalho, de acordo com a Lei 13.467/2017, tendo em vista os sérios problemas de saúde de sua filha. Após a manifestação do Prefeito de São Pedro de Alcântara, de São Bonifácio e da Prefeita de Rancho Queimado, foi posto em votação e, por unanimidade, foi concedido a possibilidade de teletrabalho durante quatro dias semanais, sendo que um dia por semana, o atendimento será presencial. Foi destacado ainda que este benefício será feito através de Resolução do Presidente da Granfpolis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Granfpolis, Edésio Justen, deu por encerrada a Assembleia. Sendo lavrada a presente ata, que vai por mim Gilberto Brasil, Diretor Administrativo e Financeiro, e pelo Presidente Edésio Justen assinada.

Florianópolis (SC) em 21 de maio de 2020.

GILBERTO BRASIL
Diretor Administrativo e Financeiro

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
PRESIDENTE

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO - SEDE DA GRANFPOLIS - 04/06/2020

Publicação Nº 2513552

ATA DA REUNIÃO DOS CONSELHOS EXECUTIVO E FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – GRANFPOLIS, realizada no dia quatro de junho de dois mil e vinte, nas dependências da Sala da Diretoria Administrativa e Financeira e também de forma virtual, na sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, convocada pelo Presidente, para análise de Pedido de Reconsideração elaborado pelo Assessor Jurídico da GRANFPOLIS, doutor Waldir Gorges Alves, relacionado a Recomendação do Ministério Público Estadual N. 0001/202/12PJ/CAP sobre ajustes no seu Contrato de Trabalho. Iniciada às dez horas e trinta minutos, contou com a presença do Prefeito Edésio Justen – Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz – Presidente (presencialmente), Camilo Martins - Prefeito Municipal de Palhoça – primeiro vice-presidente (virtualmente), Gian Francesco Voltolini – Prefeito Municipal de Nova Trento – segundo vice-presidente (virtualmente), Ramon Wollinger – Prefeito Municipal de Biguaçu – Conselheiro Fiscal (virtualmente), Gilberto Brasil – Diretor Administrativo e Financeiro (presencialmente) O presidente fez uma breve abertura passando de imediato a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro – Gilberto Brasil, que explanou sobre o Pedido de Reconsideração elaborado pelo Doutor Waldir

Gorges Alves. Destacou, em resumo, que o Doutor Waldir argumenta que terá dificuldades financeiras para se adequar em tão pouco tempo a retirada de sessenta e sete por cento de sua remuneração, sendo apresentada duas propostas. Os presentes solicitaram que o Diretor Administrativo Financeiro se retirasse da sala para que pudessem fazer uma discussão entre os prefeitos. Concluída a conversa, foi decidido em pagar ao Assessor Jurídico o valor de remuneração sem as horas extras, conforme decidido em Assembleia Geral Ordinária da Associação e foi autorizado o pagamento de um valor atrasado de revisão geral anual, concedida através da Resolução 04/2017, em seis parcelas iguais e sucessivas. Foi autorizado também propor ao Doutor Waldir Gorges Alves a inscrição em Programa de Demissão Incentivada Voluntária, nos moldes do já praticado pela GRANFPOLIS, sendo necessária a realização de nova Assembleia para deliberar sobre um aumento do valor autorizado.

Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que vai por mim Gilberto Brasil, Diretor Administrativo e Financeiro, e pelo Presidente Edésio Justen assinada.

Florianópolis (SC) em 04 de junho de 2020.

GIBERTO BRASIL
Diretor Administrativo e Financeiro

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
PRESIDENTE

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO - SEDE DA GRANFPOLIS - 11/05/2020

Publicação Nº 2513544

ATA DA REUNIÃO DOS CONSELHOS EXECUTIVO E FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – GRANFPOLIS, realizada no dia onze de maio de dois mil e vinte, nas dependências da Sala dos Colegiados, na sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, convocada pelo Presidente, para análise da Recomendação do Ministério Público Estadual N. 0001/202/12PJ/CAP sobre ajustes no Contrato de Trabalho do Assessor Jurídico da GRANFPOLIS. Iniciada às oito horas e quinze minutos, contou com a presença do Prefeito Edésio Justen – Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz – Presidente, Gian Francesco Voltolini – Prefeito Municipal de Nova Trento – segundo vice-Presidente, Ramon Wollinger – Prefeito Municipal de Biguaçu – Conselheiro Fiscal, Gilberto Brasil – Diretor Administrativo e Financeiro e Waldir Gorges Alves – Assessor Jurídico da GRANFPOLIS. O presidente fez uma breve abertura passando de imediato a palavra ao Doutor Waldir Gorges Alves que fez uma apresentação e leitura de trechos da recomendação do Ministério Público. Destacou, em resumo, que o Ministério Público recomenda a interrupção do pagamento de horas extras de forma contínua, com a possibilidade de alteração do contrato de trabalho para dedicação exclusiva. Em seguida apresentou algumas propostas sugeridas: inclusão de cláusula de dedicação exclusiva no contrato de trabalho, ficando impedido de advogar em causas particulares, solicitando um prazo de cento e oitenta dias para conseguir implementar esta alteração; oferecimento de um Programa de Demissão Voluntária Incentivada; redução da jornada de trabalho e por fim, até mesmo sua exoneração. Deixou claro a vontade de permanecer nos quadros de pessoal da GRANFPOLIS. O Prefeito de Nova Trento, Gean Francesco Voltolini, fez a sugestão de incluir nas propostas apresentadas uma cláusula onde o Assessor Jurídico “abriria mão” dos atrasados do percentual de oito e meio por cento, pago aos demais empregados da Associação, no ano de dois mil e dezessete. Logo após foi feito um intervalo de quinze minutos, onde os três prefeitos discutiram separadamente e chegaram à conclusão que o assunto deveria ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária da Associação. Ficou definido que tal assembleia ocorrerá no dia vinte e um de maio de dois mil e vinte, de forma virtual, às nove horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que vai por mim Gilberto Brasil, Diretor Administrativo e Financeiro, e pelo Presidente Edésio Justen assinada.

Florianópolis (SC) em 11 de maio de 2020.

GIBERTO BRASIL
Diretor Administrativo e Financeiro

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 07/2020

Publicação Nº 2513292

RESOLUÇÃO Nº 007/2020

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 12 de junho de 2020.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 04 de junho de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
PRESIDENTE

AMUNESC**EDITAL N° 002/2020**

Publicação N° 2514030

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
16/06/2020 – 10h

De acordo com o art. 12 do Estatuto da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC, ficam todos os associados convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a qual se realizará no dia 16 de junho de 2020, às 10h, na sala de reuniões da sua sede, localizada na Rua Max Colin, nº 1.843, Bairro América, em Joinville/SC, com a seguinte ordem do dia:

“Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal em razão da vacância dos cargos ocasionada pela renúncia coletiva de Prefeitos e de Presidentes das Câmaras de Vereadores nos dias 04/06/2020 e 04/04/2020, respectivamente. ”

Joinville, 04 de junho de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito de Garuva
Presidente da AMUNESC

Obs. Em atenção ao art. 16 do Estatuto, solicitamos a Vossas Excelências a divulgação e afixação deste edital nas Prefeituras e Câmaras de Vereadores.

Consórcios

CIGA

PORTARIA Nº 25, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2513776

PORTARIA N.º 25, DE 04 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre concessão de férias à empregada pública, Sra. Morgana Arent Michels Bagini, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS À EMPREGADA PÚBLICA, Sra. Morgana Arent Michels Bagini, Gerente Administrativa, matrícula n.º 4, do dia 08/06/2020 a 12/06/2020, referente ao período aquisitivo de 03/05/2019 a 02/05/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 04 de junho de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/013

Publicação Nº 2513242

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/013 DE 03/06/2020

LICITAÇÃO Nº 003/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA ADEQUAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MEDIÇÃO, INSTALAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO COM POTÊNCIA DE 300 KVA, EM POSTE, E TROCA DOS CABOS DA REDE AÉREA DE MÉDIA TENSÃO, CONFORME PADRÕES CELESC. A MEDIÇÃO SERÁ INDIRETA INSTALADA EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA PADRÃO HORO-SAZONAL, PARA ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ SITUADO NA RUA TUPINIQUIM, 1070, ZONA RURAL, NA CIDADE DE TIMBÓ/SC

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa THOMAS THIAGO ROMARIO TALASKA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 32.786.679/0001-82, com sede na Estrada Geral Linha Baliza, s/nº, na cidade de Xanxerê - SC, CEP: 89.820-000, neste ato representada por Thomas Thiago Romario Talaska, inscrito(a) no CPF nº 090.554.969-44, com endereço profissional junto a pessoa jurídica representada, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Tomada de Preços nº 003/2020 e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações e Decreto nº 9.412/18, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente contrato, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA ADEQUAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MEDIÇÃO, INSTALAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO COM POTÊNCIA DE 300 KVA, EM POSTE, E TROCA DOS CABOS DA REDE AÉREA DE MÉDIA TENSÃO, CONFORME PADRÕES CELESC. A MEDIÇÃO SERÁ INDIRETA INSTALADA EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA PADRÃO HORO-SAZONAL, PARA ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ SITUADO NA RUA TUPINIQUIM, 1070, ZONA RURAL, NA CIDADE DE TIMBÓ/SC, de acordo com as especificações técnicas constantes no Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 003/2020, proposta vencedora e seus anexos.

1.2. Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes da Tomada de Preços nº 003/2020, anexos e do presente contrato, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.

1.3. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

1.4. O presente contrato, a Tomada de Preços nº 003/2020 e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

1.5. Fica o (a) CONTRATADO (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.6. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 228.011,20 (duzentos e vinte e oito mil e onze reais e vinte centavos), a título de pagamento integral pela prestação dos serviços, bem como pelas demais obrigações, atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento.

2.2. No referido preço deverão estar inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados à responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, deslocamentos, garantia da obra (art. 618, do CC), montagem, instalação, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais, alimentação e trabalhistas e demais custos necessários à plena e total execução do objeto e demais atribuições e obrigações constantes da Tomada de Preços nº 003/2020, anexos e no presente instrumento.

2.3. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após o término e aprovação de cada medição dos serviços, mediante apresentação da relação de empregado(s), das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas e certidões negativas exigidas no certame, bem como dos documentos fiscais liquidados por agente do CIMVI, devendo-se cumprir também todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação Tomada de Preços nº 003/2020.

2.4. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal (is) emitida(s) pela CONTRATADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, conforme o caso.

2.5. As despesas provenientes do objeto deste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária própria do CONTRATANTE, como segue:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.002	Gestão de Saneamento
2008	GESTÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
34490000000000000000	Aplicações Diretas
03000119	Recursos Ordinários 2019- CIMVI - JÓIA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O prazo máximo para a execução do objeto deste contrato é de 90 (noventa) dias, contado tal prazo da data de emissão da Ordem de Compra/Serviço, podendo ser alterado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo.

3.2. O presente instrumento terá vigência a contar da data de sua assinatura, estendendo-se até 31 de Dezembro de 2020, podendo ser alterado e/ou renovado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes na Tomada de Preços nº 003/2020, anexos e no presente contrato, fica a CONTRATADA desde já responsável:

a) Prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;

b) Disponibilizar todo e qualquer recurso seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

c) Enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Segunda, para recebimento dos valores;

d) Responsabilizar-se civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE

e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissional ou preposto, ficando assegurado o direito de regresso;

e) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;

f) Assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, tributos, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução deste contrato.

g) Providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, taxas, anotações, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

h) Por todos os serviços, materiais e equipamentos necessários a execução do objeto deste contrato;

i) Por fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto, ARTs e demais atribuições constantes deste instrumento;

j) Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito);

k) responsabilizar-se por todos os encargos e honorários advocatícios de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

l) Facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

4.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Segunda;

b) Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;

c) Fazer a publicação resumida deste instrumento, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

5.1. O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas à execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e da Tomada de Preços nº 003/2020.

5.2. As orientações da fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE serão por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

5.3. A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Além das demais disposições constantes da Tomada de Preços nº 003/2020, anexos e do presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que porventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá na seguinte penalidade:

- 10% do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE;
- 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente instrumento ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

6.2. A CONTRATADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo. Caso a CONTRATADA não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO SERVIÇO PRESTADO

7.1. A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, por seus próprios empregados e meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

- amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na Cláusula Sexta.

8.3. Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

8.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o CONTRATANTE, quaisquer dos municípios que o compõem, seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestidas de má fé (a juízo do CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A CONTRATADA não poderá transferir delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Timbó, 03 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

CONTRATADA

THOMAS THIAGO ROMARIO TALASKA Representante legal: Thomas Thiago Romario Talaska

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado

OAB/SC 17.721 - Visto

CONTRATO Nº 2017-035 - ADOBE - OPERAÇÃO ATERRO - 12º TA DE 02.06.2020

Publicação Nº 2513376

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/035

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.154.345/0001-62, com sede na rua Bananal, nº 283, bairro Glória, cidade de Joinville – SC, representada por Francisco Mauricio Jauregui, inscrito(a) no CPF nº 456.270.619-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Tomada de Preços nº 005/2017 e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações e Decreto nº 9.412/2018, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1. CONSIDERANDO o recebimento, por parte do CIMVI, de requerimento protocolizado pela CONTRATADA na data de 29/05/2020

requerendo o reajuste dos valores pactuados no Contrato Administrativo nº 2017/035 com base no INPC/IBGE acumulado de maio/2019 a abril/2020;

1.2. CONSIDERANDO a decisão prolatada que julgou "PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados, determinando a expedição de Termo Aditivo para aplicação do INPC/IBGE ao Contrato Administrativo nº2017/35, com efeitos a partir de Junho/2020, no importe de 2,4599%"

1.3. CONSIDERANDO que o item 10.6 do Edital de Tomada de Preços nº 005/2017 prevê que "Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros doze meses de contratação, contados da data de assinatura do respectivo contrato. Após, e, em caso de renovação do objeto / prorrogação da vigência/execução do contrato, seus preços poderão ser reajustados ou revisados, anualmente, observado como limite o índice inflacionário acumulado no período decorrido (medido pelo INPC/IBGE) e o preço base de mercado." e, por sua vez, a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 2017/035 dispõe que "O valor contratado não poderá sofrer nenhuma correção/atualização no preço originalmente proposto, para execução integral do objeto no prazo inicial de vigência do contrato (um ano). Na eventual renovação do objeto e/ou prorrogação do contrato para período(s) posterior(es), será avaliado a necessidade de reajuste ou revisão do(s) valor(es), considerando-se como teto para qualquer alteração de preço o índice inflacionário medido pelo INPC/IBGE no período decorrido desde a apresentação da proposta, sem prejuízo da observância do preço base de mercado."

1.4. CONSIDERANDO que o INPC/IBGE acumulado de maio/2019 a abril/2020 corresponde a 2,4599%;

1.5. É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Nos termos da Lei Federal n.8.666/93, item 10.6 do Edital de Tomada de Preços nº 005/2017, cláusula segunda do Contrato Administrativo nº 2017/035 é celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. As partes acordam que os valores pactuados no Contrato Administrativo nº 2017/035 os quais passam a vigorar, a partir Junho de 2020, ficam reajustados em 2,4599% correspondente ao INPC/IBGE acumulado de maio de 2019 a abril de 2020, conforme segue:

Valores Reajustados em 2,4599% - INPC/IBGE acumulado de maio/2019 a abril/2020:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR REAJUSTADO (R\$) UNITÁRIO
1.1.1	Instalação e manutenção do canteiro de obras/serviços (refeitório, vestiários, banheiro e escritório/almoxarifado) e mobilização e desmobilização	mês/ano	546,93
2.1	Técnico Químico ou de Meio Ambiente c/ EPI	mês/ano	6.715,37
2.2	Líder de Equipe Operacional c/ EPI	mês/ano	7.508,65
2.3	Engenheiro Sanitarista c/ EPI	hs/ano	134,76
2.4	Auxiliar Operacional c/ EPI	hs/ano	23,14
3.1	Trator de Esteiras com diesel e motorista (mínimo 12 ton)	hs/ano	155,43
3.2	Escavadeira Hidráulica com diesel e motorista (mínimo 14 ton)	hs/ano	155,43
3.3	Caminhão Basculante 6x4 10 m³ com diesel e motorista	hs/ano	103,62
3.4	Retroescavadeira com diesel e motorista (peso mínimo 7 ton)	hs/ano	109,38
3.5	Roçadeira a Gasolina, incluso combustível e manutenção	mês/ano	259,04
3.6	Rolo compactador com diesel e motorista(peso mínimo 12 ton)	hs/ano	109,38
4.1	Instalação de geomembrana quantitativo anual	m²	1,65
4.2	Controle monitoramento de ruídos	anual	546,93
5.1	"AS BUILT" Topográfico	unid	4.375,45
5.2	Ortofoto Aérea	unid	2.003,28
5.3	Monitoramento de recalques	unid	1.641,27
5.4	Medição de volumes	unid	1.367,33
5.5	Projeção de avanço de frentes	unid	1.400,15
5.6	Planta setorial de drenagem	unid	984,48
5.7	Gestão de Informação com SIG web	unid	889,31
5.8	Controle Técnico das Obras de Ampliação	unid	1.090,59

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO

4.1. A CONTRATADA declara para todos os fins e efeitos que as alterações decorrentes do presente termo aditivo representam a materialização do reajuste pelo índice INPC/IBGE, conforme cláusula segunda do contrato, mantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato, assumindo o dever de bem e fielmente executá-lo em conformidade com as disposições do Edital de Licitação, seus anexos bem como

das previsões contidas no contrato e normas regulamentares, renunciando a todo direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CIMVI.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

5.2. O presente instrumento será publicado em minuta, na forma regulamentar.

5.3. As despesas provenientes do objeto contratual correrão à conta do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 02 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI – Presidente

Jean Michel Grundmann

CONTRATADA

Adobe Engenharia Ltda EPP

Representante Legal: Francisco Mauricio Jauregui

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

Testemunhas:

André Moro da Silva
CPF: 043.293.839-77

Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

CONTRATO Nº 2019-018 – LICITAÇÃO Nº 020-2019 – 4º TERMO ADITIVO | 04.06.2020

Publicação Nº 2513270

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2019/018

Aos três dias do mês de junho do ano de 2020 (dois mil e vinte), o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrita no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa HMS TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE CÂMBAS LTDA, estabelecida na cidade de Curitiba/PR, na Rua William Booth, nº 28, Boqueirão, inscrita no CNPJ sob nº 00.291.755/0001-92, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por seu administrador, Sr. Hélio Malacarne Silva, inscrito no CPF sob o nº 561.737.689-68 e RG nº 3.760.227-2 SSP/PR, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2019/018, firmado em 08/10/2019, de conformidade com a licitação nº 020/2019 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, o qual reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 020/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2019/018;
- 1.2. CONSIDERANDO o apurado em processo administrativo instaurado a pedido da contratada para apuração de eventual quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 1.3 CONSIDERANDO que, em conformidade com os cálculos efetuados a decisão prolatada pelo Presidente do CIMVI foi no sentido de reconhecer a quebra do equilíbrio econômico-financeiro e, à luz dos cálculos efetuados pelo Gestor da Pasta, Engenheiro Allan Eduardo Stark, deferir parcialmente o pedido de recomposição formulado;
- 1.7 É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. Nos termos do art.65, II, “d”, da Lei Federal n.8.666/93, e de acordo com o decidido no processo administrativo de recomposição dos preços, no qual foi decidido por julgar parcialmente procedentes os pedidos formulados pela CONTRATADA, para conceder o reequilíbrio econômico, limitando-se o valor da tonelada a R\$179,90 (para o item 1), a contar de 15/05/2020; é celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 3.1. As partes pactuam, de comum acordo, que o item 1 da Cláusula Segunda do contrato originário, passa a ter seu valor reequilibrado, a partir de 15/05/2020, para:

Item		Valor unitário por Tonelada (reequilibrado)
01	Preço para Execução do Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos - Orgânicos e Rejeitos	R\$179,90

3.2. A CONTRATADA, renuncia, de forma irrevogável, irretratável e irrenunciável, ao direito de eventual indenização referente aos períodos anteriores a subscrição do presente termo aditivo, permanecendo incólumes os demais valores contratuais, renunciando à eventual reajuste inflacionário relativo ao período aquisitivo pretérito no tocante ao item 01, iniciando-se quanto a este, a partir da celebração de termo aditivo, o novo marco para reajuste inflacionário, que somente poderá ser pleiteado após o período de 12 (doze) meses da contratualização, mediante pedido escrito.

3.3. O pedido de reequilíbrio econômico financeiro do contrato poderá ser formulado a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

4.1. A CONTRATADA declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, no Edital e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento, renunciando a CONTRATADA a todo e qualquer direito material ou de ação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

5.2. O presente instrumento será publicado na forma regulamentar.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 04 de Junho de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

CONTRATADA

HMS Transportes e Locação de Caçambas LTDA

Representante legal: Hélio Malacarne Silva

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

Testemunhas:

Fernando Tomaselli

CPF: 016.637.969-71

André Moro da Silva

CPF: 043.293.839-77

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – 1º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512742

Pág 1 / 2

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 17 - CIMVI - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA

Função: 0008 Assistência Social		Subfunção: 0243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		Fonte/Destinação: 01000720 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Acolhimento Institucional - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
17 - CIMVI - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 2020							
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO							
33390000000000000000	189.912,49	15.826,04 15.826,04	185.564,49 185.564,49	492,19 492,19	492,19 492,19	0,00 0,00	
33390361500000000000			3.433,26 3.433,26	490,47 490,47	490,47 490,47	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,72 1,72	1,72 1,72	1,72 1,72	0,00 0,00	
33390399900000000000			182.129,51 182.129,51	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490000000000000000	9.995,39	1.665,88 1.665,88	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
Total Municipio	199.907,88	17.491,92 17.491,92	185.564,49 185.564,49	492,19 492,19	492,19 492,19	0,00 0,00	
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO							
33390000000000000000	67.075,43	0,00 0,00	65.539,76 65.539,76	173,84 173,84	173,84 173,84	0,00 0,00	
33390361500000000000			1.212,60 1.212,60	173,23 173,23	173,23 173,23	0,00 0,00	
33390398100000000000			0,61 0,61	0,61 0,61	0,61 0,61	0,00 0,00	
33390399900000000000			64.326,56 64.326,56	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490000000000000000	3.530,29	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
Total Municipio	70.605,72	0,00 0,00	65.539,76 65.539,76	173,84 173,84	173,84 173,84	0,00 0,00	
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS							
33390000000000000000	189.878,96	31.646,46 31.646,46	185.531,63 185.531,63	492,10 492,10	492,10 492,10	0,00 0,00	
33390361500000000000			3.432,65 3.432,65	490,38 490,38	490,38 490,38	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,72 1,72	1,72 1,72	1,72 1,72	0,00 0,00	

IPM Sistemas Ltda
 Alameda Nri - WFO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-IVGIF-328814383 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 16:19:43 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código E230-C956-DF-13-8CEE



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 17 - CIMVI - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0008 Assistência Social						
Subfunção: 0243 - Assistência à Criança e ao Adolescente						
Fonte/Destinação: 01000720 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Acolhimento Institucional - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
17 - CIMVI - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 2020						
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	189.878,86	31.646,46 31.646,46	185.531,63 185.531,63	492,10 492,10	492,10 492,10	0,00 0,00
33390399900000000000			182.097,26 182.097,26	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
34490000000000000000	9.993,62	1.665,60 1.665,60	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Município	199.872,48	33.312,06 33.312,06	185.531,63 185.531,63	492,10 492,10	492,10 492,10	0,00 0,00
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	706.813,22	117.802,20 117.802,20	690.630,93 690.630,93	1.831,81 1.831,81	1.831,81 1.831,81	0,00 0,00
33390361500000000000			12.777,85 12.777,85	1.825,41 1.825,41	1.825,41 1.825,41	0,00 0,00
33390398100000000000			6,40 6,40	6,40 6,40	6,40 6,40	0,00 0,00
33390399900000000000			677.846,67 677.846,67	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
34490000000000000000	37.200,70	6.200,10 6.200,10	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Município	744.013,92	124.002,30 124.002,30	690.630,93 690.630,93	1.831,81 1.831,81	1.831,81 1.831,81	0,00 0,00
Total Área Atuação	1.214.400,00	174.806,28 174.806,28	1.127.266,81 1.127.266,81	2.989,93 2.989,93	2.989,93 2.989,93	0,00 0,00
Total	1.214.400,00	174.806,28 174.806,28	1.127.266,81 1.127.266,81	2.989,93 2.989,93	2.989,93 2.989,93	0,00 0,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código E230-C956-DF-13-8CCE



Assinado por 1

Identificador: WEC1001202-004-1VGF-328814383 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WEC1 V-2013.01

02/06/2020 16:19:43 -03



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E230-C956-DF13-8CEE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 02/06/2020 16:33:28 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/E230-C956-DF13-8CEE>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – CULTURA – 1º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512738

Pag 1 / 5

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

16 - CIMVI - CULTURA 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura						
Subfunção: 0392 - Difusão Cultural						
Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
16 - CIMVI - CULTURA 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	18.263,98	3.043,98 3.043,98	902,62 902,62	92,64 92,64	92,64 92,64	0,00 0,00
33390398100000000000			1,44 1,44	1,44 1,44	1,44 1,44	
33390399900000000000			396,57 396,57	28,13 28,13	28,13 28,13	
33390400800000000000			504,61 504,61	63,08 63,08	63,08 63,08	
34490000000000000000	344,60	57,42 57,42	159,21 159,21	159,21 159,21	159,21 159,21	0,00 0,00
34490523500000000000			159,21 159,21	159,21 159,21	159,21 159,21	
Total Município	18.608,58	3.101,40 3.101,40	1.061,83 1.061,83	251,85 251,85	251,85 251,85	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33390000000000000000	16.712,32	2.785,38 2.785,38	825,94 825,94	84,77 84,77	84,77 84,77	0,00 0,00
33390398100000000000			1,32 1,32	1,32 1,32	1,32 1,32	
33390399900000000000			362,88 362,88	25,74 25,74	25,74 25,74	
33390400800000000000			461,74 461,74	57,72 57,72	57,72 57,72	
34490000000000000000	315,33	52,54 52,54	145,68 145,68	145,68 145,68	145,68 145,68	0,00 0,00
34490523500000000000			145,68 145,68	145,68 145,68	145,68 145,68	
Total Município	17.027,65	2.837,92 2.837,92	971,62 971,62	230,45 230,45	230,45 230,45	0,00 0,00
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	18.779,60	3.129,92 3.129,92	928,10 928,10	95,26 95,26	95,26 95,26	0,00 0,00
33390398100000000000			1,48 1,48	1,48 1,48	1,48 1,48	
33390399900000000000			407,77 407,77	28,92 28,92	28,92 28,92	

IPM Sistemas Ltda
Atenção: Nf - WFO v.2013.01

Identificador: WFO1001202-004-MAUNP-32888145 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 14:35:45 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código A70F-833B-D751-0848

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura						
Subfunção: 0392 - Difusão Cultural						
Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
16 - CIMVI - CULTURA 2020						
3565 - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	18.779,60	3.129,92 3.129,92	928,10 928,10	95,26 95,26	95,26 95,26	0,00 0,00
33390400800000000000			518,86 518,86	64,86 64,86	64,86 64,86	
34490000000000000000	354,33	59,04 59,04	163,70 163,70	163,70 163,70	163,70 163,70	0,00 0,00
34490523500000000000			163,70 163,70	163,70 163,70	163,70 163,70	
Total Município	19.133,93	3.188,96 3.188,96	1.091,80 1.091,80	258,96 258,96	258,96 258,96	0,00 0,00
3573 - MUNICÍPIO DE BOTUVERA						
33390000000000000000	15.039,07	2.506,50 2.506,50	743,24 743,24	76,28 76,28	76,28 76,28	0,00 0,00
33390398100000000000			1,19 1,19	1,19 1,19	1,19 1,19	
33390399900000000000			326,55 326,55	23,16 23,16	23,16 23,16	
33390400800000000000			415,51 415,51	51,94 51,94	51,94 51,94	
34490000000000000000	283,76	47,28 47,28	131,10 131,10	131,10 131,10	131,10 131,10	0,00 0,00
34490523500000000000			131,10 131,10	131,10 131,10	131,10 131,10	
Total Município	15.322,83	2.553,78 2.553,78	874,34 874,34	207,38 207,38	207,38 207,38	0,00 0,00
3476 - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33390000000000000000	14.423,90	2.403,98 2.403,98	712,84 712,84	73,16 73,16	73,16 73,16	0,00 0,00
33390398100000000000			1,14 1,14	1,14 1,14	1,14 1,14	
33390399900000000000			313,19 313,19	22,21 22,21	22,21 22,21	
33390400800000000000			398,51 398,51	49,81 49,81	49,81 49,81	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-MAUNP-328808145 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 14:35:45 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ammyv1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código A70F-833B-D751-0848

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
16 - CIMVI - CULTURA 2020
ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO							
34490000000000000000	272,15	45,34 45,34	125,73 125,73	125,73 125,73	125,73 125,73	0,00 0,00	
34490523500000000000			125,73 125,73	125,73 125,73	125,73 125,73	0,00 0,00	
Total Município	14.696,05	2.449,32 2.449,32	838,57 838,57	198,90 198,90	198,90 198,90	0,00 0,00	
3590 - MUNICIPIO DE GUABIRUBA							
33390000000000000000	25.263,38	0,00 0,00	1.248,54 1.248,54	128,15 128,15	128,15 128,15	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,99 1,99	1,99 1,99	1,99 1,99	0,00 0,00	
33390399900000000000			548,55 548,55	38,90 38,90	38,90 38,90	0,00 0,00	
33390400800000000000			697,99 697,99	87,25 87,25	87,25 87,25	0,00 0,00	
34490000000000000000	476,67	0,00 0,00	220,22 220,22	220,22 220,22	220,22 220,22	0,00 0,00	
34490523500000000000			220,22 220,22	220,22 220,22	220,22 220,22	0,00 0,00	
Total Município	25.740,05	0,00 0,00	1.468,76 1.468,76	348,37 348,37	348,37 348,37	0,00 0,00	
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL							
33390000000000000000	50.791,98	8.465,32 8.465,32	2.510,18 2.510,18	257,64 257,64	257,64 257,64	0,00 0,00	
33390398100000000000			4,01 4,01	4,01 4,01	4,01 4,01	0,00 0,00	
33390399900000000000			1.102,86 1.102,86	78,22 78,22	78,22 78,22	0,00 0,00	
33390400800000000000			1.403,32 1.403,32	175,41 175,41	175,41 175,41	0,00 0,00	
34490000000000000000	958,34	159,72 159,72	442,75 442,75	442,75 442,75	442,75 442,75	0,00 0,00	
34490523500000000000			442,75 442,75	442,75 442,75	442,75 442,75	0,00 0,00	
Total Município	51.750,32	8.625,04 8.625,04	2.952,93 2.952,93	700,39 700,39	700,39 700,39	0,00 0,00	

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-MAUNP-328808145 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 14:35:45 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código A70F-833B-D751-0848

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3506 - MUNICÍPIO DE POMERODE							
33390000000000000000	30.977,60	0,00 0,00	1.530,94 1.530,94	157,13 157,13	157,13 157,13	0,00 0,00	
33390398100000000000			2,44 2,44	2,44 2,44	2,44 2,44		
33390399900000000000			672,62 672,62	47,70 47,70	47,70 47,70		
33390400800000000000			855,87 855,87	106,98 106,98	106,98 106,98		
34490000000000000000	584,48	0,00 0,00	270,03 270,03	270,03 270,03	270,03 270,03	0,00 0,00	
34490523500000000000			270,03 270,03	270,03 270,03	270,03 270,03		
Total Município	31.562,08	0,00 0,00	1.800,97 1.800,97	427,16 427,16	427,16 427,16	0,00 0,00	
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS							
33390000000000000000	18.778,41	3.129,72 3.129,72	928,04 928,04	95,25 95,25	95,25 95,25	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,48 1,48	1,48 1,48	1,48 1,48		
33390399900000000000			407,74 407,74	28,92 28,92	28,92 28,92		
33390400800000000000			518,82 518,82	64,85 64,85	64,85 64,85		
34490000000000000000	354,31	59,04 59,04	163,69 163,69	163,69 163,69	163,69 163,69	0,00 0,00	
34490523500000000000			163,69 163,69	163,69 163,69	163,69 163,69		
Total Município	19.132,72	3.188,76 3.188,76	1.091,73 1.091,73	258,94 258,94	258,94 258,94	0,00 0,00	
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO							
33390000000000000000	18.861,27	3.143,54 3.143,54	932,14 932,14	95,67 95,67	95,67 95,67	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,49 1,49	1,49 1,49	1,49 1,49		
33390399900000000000			409,54 409,54	29,04 29,04	29,04 29,04		

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-MAUNP-328808145 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 14:35:45 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código A70F-833B-D751-0848

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO							
33390000000000000000	18.861,27	3.143,54 3.143,54	932,14 932,14	95,67 95,67	95,67 95,67	0,00 0,00	
33390400800000000000			521,11 521,11	65,14 65,14	65,14 65,14		
34490000000000000000	355,87	59,30 59,30	164,41 164,41	164,41 164,41	164,41 164,41	0,00 0,00	
34490523500000000000			164,41 164,41	164,41 164,41	164,41 164,41		
Total Município	19.217,14	3.202,84 3.202,84	1.096,55 1.096,55	260,08 260,08	260,08 260,08	0,00 0,00	
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ							
33390000000000000000	37.108,49	6.184,74 6.184,74	1.833,93 1.833,93	188,23 188,23	188,23 188,23	0,00 0,00	
33390398100000000000			2,93 2,93	2,93 2,93	2,93 2,93		
33390399900000000000			805,74 805,74	57,14 57,14	57,14 57,14		
33390400800000000000			1.025,26 1.025,26	128,16 128,16	128,16 128,16		
34490000000000000000	700,16	116,68 116,68	323,47 323,47	323,47 323,47	323,47 323,47	0,00 0,00	
34490523500000000000			323,47 323,47	323,47 323,47	323,47 323,47		
Total Município	37.808,65	6.301,42 6.301,42	2.157,40 2.157,40	511,70 511,70	511,70 511,70	0,00 0,00	
Total Área Atuação	270.000,00	35.449,44 35.449,44	15.406,50 15.406,50	3.654,18 3.654,18	3.654,18 3.654,18	0,00 0,00	
Total	270.000,00	35.449,44 35.449,44	15.406,50 15.406,50	3.654,18 3.654,18	3.654,18 3.654,18	0,00 0,00	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvl1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código A70F-833B-D751-0848



Assinado por 1

Identificador: WEO1001202-004-MAUNP-328808145 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

02/06/2020 14:35:45 -03



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A70F-833B-D751-0848

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 02/06/2020 15:16:16 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/A70F-833B-D751-0848>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – CULTURA – 2º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512736

Pag 1 / 5

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/03/2020 até 30/04/2020

16 - CIMVI - CULTURA 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA							
33390000000000000000	18.263,98	3.043,98 6.087,96	211,44 1.114,06	181,29 273,93	181,29 273,93	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,44 2,88	1,44 2,88	1,44 2,88	0,00 0,00	
33390399900000000000			0,00 396,57	53,69 81,82	53,69 81,82	0,00 0,00	
33390400800000000000			210,00 714,61	126,15 189,23	126,15 189,23	0,00 0,00	
34490000000000000000	344,60	57,42 114,84	0,00 159,21	0,00 159,21	0,00 159,21	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 159,21	0,00 159,21	0,00 159,21	0,00 0,00	
Total Municipio	18.608,58	3.101,40 6.202,80	211,44 1.273,26	181,29 433,13	181,29 433,13	0,00 0,00	
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA							
33390000000000000000	16.712,32	2.785,38 5.570,76	193,48 1.019,41	165,88 250,66	165,88 250,66	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,32 2,64	1,32 2,64	1,32 2,64	0,00 0,00	
33390399900000000000			0,00 362,88	49,13 74,87	49,13 74,87	0,00 0,00	
33390400800000000000			192,16 653,90	115,43 173,15	115,43 173,15	0,00 0,00	
34490000000000000000	315,33	52,54 105,08	0,00 145,68	0,00 145,68	0,00 145,68	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 145,68	0,00 145,68	0,00 145,68	0,00 0,00	
Total Municipio	17.027,65	2.837,92 5.675,84	193,48 1.165,09	165,88 396,34	165,88 396,34	0,00 0,00	
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO							
33390000000000000000	18.779,60	3.129,92 6.259,84	217,41 1.145,51	186,40 281,66	186,40 281,66	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,48 2,96	1,48 2,96	1,48 2,96	0,00 0,00	
33390399900000000000			0,00 407,77	55,21 84,13	55,21 84,13	0,00 0,00	

IPM Sistemas Ltda
Atenção: Nbr - WFO v2013.01

Identificador: WEO1007202-004-ECJSJ-328811651 - Emitido por: SAGRINA FURLANI

02/06/2020 15:34:11 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://amv.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código B36C-349C-0A2B-35E8

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3565 - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO							
33390000000000000000	18.779,60	3.129,82 6.259,84	217,41 1.145,51	186,40 281,66	186,40 281,66	0,00 0,00	
33390400800000000000			215,93 734,78	129,71 194,57	129,71 194,57	0,00 0,00	
34490000000000000000	354,33	59,04 118,08	0,00 163,70	0,00 163,70	0,00 163,70	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 163,70	0,00 163,70	0,00 163,70	0,00 0,00	
Total Município	19.133,93	3.188,96 6.377,92	217,41 1.309,21	186,40 445,36	186,40 445,36	0,00 0,00	
3573 - MUNICÍPIO DE BOTUVERA							
33390000000000000000	15.039,07	2.506,50 5.013,00	174,10 917,35	149,28 225,56	149,28 225,56	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,19 2,37	1,19 2,37	1,19 2,37	0,00 0,00	
33390399900000000000			0,00 326,55	0,00 67,37	0,00 67,37	0,00 0,00	
33390400800000000000			172,92 588,43	103,88 155,82	103,88 155,82	0,00 0,00	
34490000000000000000	283,76	47,28 94,56	0,00 131,10	0,00 131,10	0,00 131,10	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 131,10	0,00 131,10	0,00 131,10	0,00 0,00	
Total Município	15.322,83	2.553,78 5.107,56	174,10 1.048,44	149,28 356,65	149,28 356,65	0,00 0,00	
3476 - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO							
33390000000000000000	14.423,90	2.403,98 4.807,96	166,98 879,82	143,17 216,33	143,17 216,33	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,14 2,28	1,14 2,28	1,14 2,28	0,00 0,00	
33390399900000000000			0,00 313,19	0,00 64,62	0,00 64,62	0,00 0,00	
33390400800000000000			165,84 564,36	99,63 149,44	99,63 149,44	0,00 0,00	



02/06/2020 15:34:11 -03

Identificador: WEO1001202-004-ECUSJ-328811651 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura						
Subfunção: 0392 - Difusão Cultural						
Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
16 - CIMVI - CULTURA 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
34490000000000000000	272,15	45,34 90,68	0,00 125,73	0,00 125,73	0,00 125,73	0,00 0,00
34490523500000000000			0,00 125,73	0,00 125,73	0,00 125,73	0,00 0,00
Total Município	14.696,05	2.449,32 4.898,64	166,98 1.005,56	143,17 342,07	143,17 342,07	0,00 0,00
3590 - MUNICIPIO DE GUABIRUBA						
33390000000000000000	25.263,38	8.421,12 8.421,12	292,47 1.541,00	250,76 378,91	250,76 378,91	0,00 0,00
33390398100000000000			1,99 3,98	1,99 3,98	1,99 3,98	
33390399900000000000			0,00 548,55	74,27 113,17	74,27 113,17	
33390400800000000000			290,48 988,47	174,50 261,75	174,50 261,75	
34490000000000000000	476,67	158,88 158,88	0,00 220,22	0,00 220,22	0,00 220,22	0,00 0,00
34490523500000000000			0,00 220,22	0,00 220,22	0,00 220,22	0,00 0,00
Total Município	25.740,05	8.580,00 8.580,00	292,47 1.761,22	250,76 599,13	250,76 599,13	0,00 0,00
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	50.791,98	8.465,32 16.930,64	588,01 3.098,19	504,15 761,79	504,15 761,79	0,00 0,00
33390398100000000000			4,01 8,01	4,01 8,01	4,01 8,01	
33390399900000000000			0,00 1.102,86	149,32 227,53	149,32 227,53	
33390400800000000000			584,00 1.987,32	350,83 526,24	350,83 526,24	
34490000000000000000	958,34	159,72 319,44	0,00 442,75	0,00 442,75	0,00 442,75	0,00 0,00
34490523500000000000			0,00 442,75	0,00 442,75	0,00 442,75	
Total Município	51.750,32	8.625,04 17.250,08	588,01 3.540,94	504,15 1.204,54	504,15 1.204,54	0,00 0,00

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ECUSJ-328811651 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 15:34:11 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código B36C-349C-0A2B-35E8

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE							
33390000000000000000	30.977,60	7.744,38 7.744,38	358,62 1.889,56	307,48 464,61	307,48 464,61	0,00 0,00	
33390398100000000000			2,44 4,89	2,44 4,89	2,44 4,89		
33390399900000000000			0,00 672,62	91,07 138,77	91,07 138,77		
33390400800000000000			356,18 1.212,05	213,97 320,95	213,97 320,95		
34490000000000000000	584,48	243,50 243,50	0,00 270,03	0,00 270,03	0,00 270,03	97,40 97,40	
34490523500000000000			0,00 270,03	0,00 270,03	0,00 270,03		
Total Municipio	31.562,08	7.987,88 7.987,88	358,62 2.159,59	307,48 734,64	307,48 734,64	97,40 97,40	
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS							
33390000000000000000	18.778,41	3.129,72 6.259,44	217,39 1.145,44	186,39 281,64	186,39 281,64	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,48 2,96	1,48 2,96	1,48 2,96		
33390399900000000000			0,00 407,74	55,20 84,12	55,20 84,12		
33390400800000000000			215,91 734,74	129,71 194,56	129,71 194,56		
34490000000000000000	354,31	59,04 118,08	0,00 163,69	0,00 163,69	0,00 163,69	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 163,69	0,00 163,69	0,00 163,69		
Total Municipio	19.132,72	3.188,76 6.377,52	217,39 1.309,13	186,39 445,33	186,39 445,33	0,00 0,00	
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO							
33390000000000000000	18.861,27	0,00 3.143,54	218,35 1.150,49	187,21 282,89	187,21 282,89	0,00 0,00	
33390398100000000000			1,49 2,98	1,49 2,98	1,49 2,98		
33390399900000000000			0,00 409,54	55,45 84,49	55,45 84,49		

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ECUSJ-328811651 - Emitido por: SABRINA FURLANI

02/06/2020 15:34:11 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código B36C-349C-0A2B-35E8

Pág 5 / 5

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 16 - CIMVI - CULTURA 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0013 Cultura		Subfunção: 0392 - Difusão Cultural		Fonte/Destinação: 01001620 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Cultura - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
16 - CIMVI - CULTURA 2020							
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO							
33390000000000000000	18.861,27	0,00 3.143,54	218,35 1.150,49	187,21 282,89	187,21 282,89	0,00 0,00	
33390400800000000000			216,87 737,98	130,28 195,42	130,28 195,42		
34490000000000000000	355,87	0,00 59,30	0,00 164,41	0,00 164,41	0,00 164,41	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 164,41	0,00 164,41	0,00 164,41	0,00 0,00	
Total Município	19.217,14	0,00 3.202,84	218,35 1.314,90	187,21 447,30	187,21 447,30	0,00 0,00	
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ							
33390000000000000000	37.108,49	6.184,74 12.369,48	429,60 2.263,53	368,33 556,56	368,33 556,56	0,00 0,00	
33390398100000000000			2,93 5,85	2,93 5,85	2,93 5,85		
33390399900000000000			0,00 805,74	109,09 166,24	109,09 166,24		
33390400800000000000			426,67 1.451,93	256,31 384,47	256,31 384,47		
34490000000000000000	700,16	116,68 233,36	0,00 323,47	0,00 323,47	0,00 323,47	0,00 0,00	
34490523500000000000			0,00 323,47	0,00 323,47	0,00 323,47	0,00 0,00	
Total Município	37.808,65	6.301,42 12.602,84	429,60 2.587,00	368,33 880,04	368,33 880,04	0,00 0,00	
Total Área Atuação	270.000,00	48.814,48 84.263,92	3.067,85 18.474,35	2.630,35 6.284,53	2.630,35 6.284,53	97,40 97,40	
Total	270.000,00	48.814,48 84.263,92	3.067,85 18.474,35	2.630,35 6.284,53	2.630,35 6.284,53	97,40 97,40	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código B36C-349C-0A2B-35E8



Assinado por 1

Identificador: WEO1001202-004-ECUSJ-328811651 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

02/06/2020 15:34:11 -03



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B36C-349C-0A2B-35E8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 02/06/2020 16:04:28 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/B36C-349C-0A2B-35E8>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – 1º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512734

Pág 1 / 35

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3549 - MUNICÍPIO DE APIUNA						
33190000000000000000	62.358,17	10.393,02 10.393,02	5.194,55 5.194,55	5.194,55 5.194,55	4.624,98 4.624,98	0,00 0,00
33190110100000000000			3.209,71 3.209,71	3.209,71 3.209,71	3.209,71 3.209,71	
33190113300000000000			512,50 512,50	512,50 512,50	512,50 512,50	
33190114200000000000			177,55 177,55	177,55 177,55	177,55 177,55	
33190114500000000000			59,18 59,18	59,18 59,18	59,18 59,18	
33190130100000000000			272,40 272,40	272,40 272,40	124,50 124,50	
33190130200000000000			715,07 715,07	715,07 715,07	293,40 293,40	
33190131800000000000			13,97 13,97	13,97 13,97	13,97 13,97	
33190164400000000000			150,34 150,34	150,34 150,34	150,34 150,34	
33190924900000000000			49,31 49,31	49,31 49,31	49,31 49,31	
33190929900000000000			34,51 34,51	34,51 34,51	34,51 34,51	
33390000000000000000	23.036,67	3.839,44 3.839,44	21.864,26 21.864,26	4.928,67 4.928,67	4.928,62 4.928,62	0,00 0,00
33390113300000000000			7.414,42 7.414,42	1.268,81 1.268,81	1.268,81 1.268,81	
33390300100000000000			111,81 111,81	80,75 80,75	80,75 80,75	
33390300600000000000			3,71 3,71	3,71 3,71	3,71 3,71	
33390301500000000000			119,46 119,46	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			1,42 1,42	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			15,17 15,17	15,17 15,17	15,17 15,17	

 IPM Sistemas Ltda
 Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202004-TQMSY-328466212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3549 - MUNICÍPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	23.036,67	3.839,44 3.839,44	21.864,26 21.864,26	4.928,67 4.928,67	4.928,62 4.928,62	0,00 0,00
33390302600000000000			4,89 4,89	4,89 4,89	4,89 4,89	
33390302800000000000			25,31 25,31	25,31 25,31	25,31 25,31	
33390303100000000000			78,46 78,46	78,46 78,46	78,46 78,46	
33390329900000000000			116,71 116,71	116,71 116,71	116,71 116,71	
33390360700000000000			333,55 333,55	333,55 333,55	333,55 333,55	
33390364200000000000			0,72 0,72	0,72 0,72	0,72 0,72	
33390369600000000000			131,81 131,81	131,81 131,81	131,76 131,76	
33390390500000000000			625,64 625,64	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			79,09 79,09	21,97 21,97	21,97 21,97	
33390396300000000000			10,98 10,98	10,98 10,98	10,98 10,98	
33390397700000000000			4.375,81 4.375,81	729,30 729,30	729,30 729,30	
33390397800000000000			972,12 972,12	162,02 162,02	162,02 162,02	
33390397900000000000			682,16 682,16	102,87 102,87	102,87 102,87	
33390398000000000000			22,40 22,40	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			23,07 23,07	23,07 23,07	23,07 23,07	
33390399900000000000			4.111,21 4.111,21	1.482,43 1.482,43	1.482,43 1.482,43	
33390400100000000000			115,34 115,34	23,07 23,07	23,07 23,07	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	23.036,67	3.839,44 3.839,44	21.864,26 21.864,26	4.928,67 4.928,67	4.928,62 4.928,62	0,00 0,00
33390400200000000000			891,38 891,38	74,28 74,28	74,28 74,28	
33390400400000000000			230,64 230,64	38,44 38,44	38,44 38,44	
33390400500000000000			126,29 126,29	17,74 17,74	17,74 17,74	
33390400800000000000			1.103,34 1.103,34	45,24 45,24	45,24 45,24	
33390924900000000000			137,37 137,37	137,37 137,37	137,37 137,37	
34490000000000000000	4.532,59	755,42 755,42	1.646,66 1.646,66	476,18 476,18	476,18 476,18	0,00 0,00
34490519900000000000			1.392,92 1.392,92	222,44 222,44	222,44 222,44	
34490523500000000000			253,74 253,74	253,74 253,74	253,74 253,74	
Total Município	89.927,43	14.987,88 14.987,88	28.705,47 28.705,47	10.599,39 10.599,39	10.029,77 10.029,77	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33190000000000000000	54.425,97	9.070,98 9.070,98	4.533,78 4.533,78	4.533,78 4.533,78	4.036,66 4.036,66	0,00 0,00
33190110100000000000			2.801,42 2.801,42	2.801,42 2.801,42	2.801,42 2.801,42	
33190113300000000000			447,31 447,31	447,31 447,31	447,31 447,31	
33190114200000000000			154,97 154,97	154,97 154,97	154,97 154,97	
33190114500000000000			51,66 51,66	51,66 51,66	51,66 51,66	
33190130100000000000			237,75 237,75	237,75 237,75	108,67 108,67	
33190130200000000000			624,11 624,11	624,11 624,11	256,07 256,07	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33190000000000000000	54.425,97	9.070,98 9.070,98	4.533,78 4.533,78	4.533,78 4.533,78	4.036,66 4.036,66	0,00 0,00
33190131800000000000			12,19 12,19	12,19 12,19	12,19 12,19	
33190164400000000000			131,21 131,21	131,21 131,21	131,21 131,21	
33190924900000000000			43,04 43,04	43,04 43,04	43,04 43,04	
33190929900000000000			30,12 30,12	30,12 30,12	30,12 30,12	
33390000000000000000	20.106,31	3.351,04 3.351,04	19.083,04 19.083,04	4.301,72 4.301,72	4.301,68 4.301,68	0,00 0,00
33390113300000000000			6.471,28 6.471,28	1.107,41 1.107,41	1.107,41 1.107,41	
33390300100000000000			97,58 97,58	70,48 70,48	70,48 70,48	
33390300600000000000			3,24 3,24	3,24 3,24	3,24 3,24	
33390301500000000000			104,26 104,26	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			1,24 1,24	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			13,24 13,24	13,24 13,24	13,24 13,24	
33390302600000000000			4,27 4,27	4,27 4,27	4,27 4,27	
33390302800000000000			22,09 22,09	22,09 22,09	22,09 22,09	
33390303100000000000			68,48 68,48	68,48 68,48	68,48 68,48	
33390329900000000000			101,86 101,86	101,86 101,86	101,86 101,86	
33390360700000000000			291,13 291,13	291,13 291,13	291,13 291,13	
33390364200000000000			0,63 0,63	0,63 0,63	0,63 0,63	

IPM Sistemas Ltda
 Arende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328466212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33390000000000000000	20.106,31	3.351,04 3.351,04	19.083,04 19.083,04	4.301,72 4.301,72	4.301,68 4.301,68	0,00 0,00
33390369600000000000			115,05 115,05	115,05 115,05	115,00 115,00	
33390390500000000000			546,05 546,05	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			69,03 69,03	19,17 19,17	19,17 19,17	
33390396300000000000			9,59 9,59	9,59 9,59	9,59 9,59	
33390397700000000000			3.819,19 3.819,19	636,53 636,53	636,53 636,53	
33390397800000000000			848,46 848,46	141,41 141,41	141,41 141,41	
33390397900000000000			595,38 595,38	89,78 89,78	89,78 89,78	
33390398000000000000			19,55 19,55	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			20,13 20,13	20,13 20,13	20,13 20,13	
33390399900000000000			3.588,25 3.588,25	1.293,86 1.293,86	1.293,86 1.293,86	
33390400100000000000			100,66 100,66	20,13 20,13	20,13 20,13	
33390400200000000000			777,99 777,99	64,83 64,83	64,83 64,83	
33390400400000000000			201,30 201,30	33,55 33,55	33,55 33,55	
33390400500000000000			110,22 110,22	15,49 15,49	15,49 15,49	
33390400800000000000			962,99 962,99	39,48 39,48	39,48 39,48	
33390924900000000000			119,90 119,90	119,90 119,90	119,90 119,90	

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental							
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental							
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI							
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020							
3557 - MUNICÍPIO DE ASCURRA							
34490000000000000000	3.956,03	659,32 659,32	1.437,20 1.437,20	415,60 415,60	415,60 415,60	0,00 0,00	
34490519900000000000			1.215,74 1.215,74	194,14 194,14	194,14 194,14		
34490523500000000000			221,46 221,46	221,46 221,46	221,46 221,46		
Total Município	78.488,31	13.081,34 13.081,34	25.054,02 25.054,02	9.251,11 9.251,11	8.753,94 8.753,94	0,00 0,00	
3565 - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO							
33190000000000000000	64.994,11	10.832,34 10.832,34	5.414,12 5.414,12	5.414,12 5.414,12	4.820,48 4.820,48	0,00 0,00	
33190110100000000000			3.345,39 3.345,39	3.345,39 3.345,39	3.345,39 3.345,39		
33190113300000000000			534,17 534,17	534,17 534,17	534,17 534,17		
33190114200000000000			185,06 185,06	185,06 185,06	185,06 185,06		
33190114500000000000			61,69 61,69	61,69 61,69	61,69 61,69		
33190130100000000000			283,92 283,92	283,92 283,92	129,77 129,77		
33190130200000000000			745,29 745,29	745,29 745,29	305,80 305,80		
33190131800000000000			14,56 14,56	14,56 14,56	14,56 14,56		
33190164400000000000			156,69 156,69	156,69 156,69	156,69 156,69		
33190924900000000000			51,40 51,40	51,40 51,40	51,40 51,40		
33190929900000000000			35,97 35,97	35,97 35,97	35,97 35,97		
33390000000000000000	24.010,45	4.001,74 4.001,74	22.788,48 22.788,48	5.137,01 5.137,01	5.136,96 5.136,96	0,00 0,00	
33390113300000000000			7.727,84 7.727,84	1.322,44 1.322,44	1.322,44 1.322,44		

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental							
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental							
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI							
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020							
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO							
33390000000000000000	24.010,45	4.001,74 4.001,74	22.788,48 22.788,48	5.137,01 5.137,01	5.136,96 5.136,96	0,00 0,00	
33390300100000000000			116,53 116,53	84,17 84,17	84,17 84,17		
33390300600000000000			3,86 3,86	3,86 3,86	3,86 3,86		
33390301500000000000			124,50 124,50	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390301600000000000			1,48 1,48	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390301700000000000			15,81 15,81	15,81 15,81	15,81 15,81		
33390302600000000000			5,09 5,09	5,09 5,09	5,09 5,09		
33390302800000000000			26,38 26,38	26,38 26,38	26,38 26,38		
33390303100000000000			81,77 81,77	81,77 81,77	81,77 81,77		
33390329900000000000			121,64 121,64	121,64 121,64	121,64 121,64		
33390360700000000000			347,65 347,65	347,65 347,65	347,65 347,65		
33390364200000000000			0,75 0,75	0,75 0,75	0,75 0,75		
33390369600000000000			137,38 137,38	137,38 137,38	137,38 137,38		
33390390500000000000			652,08 652,08	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391500000000000			82,43 82,43	22,90 22,90	22,90 22,90		
33390396300000000000			11,45 11,45	11,45 11,45	11,45 11,45		
33390397700000000000			4.560,78 4.560,78	760,13 760,13	760,13 760,13		
33390397800000000000			1.013,21 1.013,21	168,87 168,87	168,87 168,87		

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	24.010,45	4.001,74 4.001,74	22.788,48 22.788,48	5.137,01 5.137,01	5.136,96 5.136,96	0,00 0,00
33390397900000000000			710,99 710,99	107,22 107,22	107,22 107,22	
33390398000000000000			23,35 23,35	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			24,04 24,04	24,04 24,04	24,04 24,04	
33390399900000000000			4.285,00 4.285,00	1.545,10 1.545,10	1.545,10 1.545,10	
33390400100000000000			120,21 120,21	24,04 24,04	24,04 24,04	
33390400200000000000			929,06 929,06	77,42 77,42	77,42 77,42	
33390400400000000000			240,39 240,39	40,06 40,06	40,06 40,06	
33390400500000000000			131,63 131,63	18,49 18,49	18,49 18,49	
33390400800000000000			1.149,98 1.149,98	47,15 47,15	47,15 47,15	
33390924900000000000			143,18 143,18	143,18 143,18	143,18 143,18	
34490000000000000000	4.724,19	787,36 787,36	1.716,27 1.716,27	496,30 496,30	496,30 496,30	0,00 0,00
34490519900000000000			1.451,80 1.451,80	231,84 231,84	231,84 231,84	
34490523500000000000			264,46 264,46	264,46 264,46	264,46 264,46	
Total Municipio	93.728,75	15.621,44 15.621,44	29.918,87 29.918,87	11.047,44 11.047,44	10.453,74 10.453,74	0,00 0,00
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33190000000000000000	45.872,11	7.645,34 7.645,34	3.821,23 3.821,23	3.821,23 3.821,23	3.402,24 3.402,24	0,00 0,00
33190110100000000000			2.361,14 2.361,14	2.361,14 2.361,14	2.361,14 2.361,14	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3573 - MUNICÍPIO DE BOTUVERA						
33190000000000000000	45.872,11	7.645,34 7.645,34	3.821,23 3.821,23	3.821,23 3.821,23	3.402,24 3.402,24	0,00 0,00
33190113300000000000			377,01 377,01	377,01 377,01	377,01 377,01	
33190114200000000000			130,61 130,61	130,61 130,61	130,61 130,61	
33190114500000000000			43,54 43,54	43,54 43,54	43,54 43,54	
33190130100000000000			200,38 200,38	200,38 200,38	91,59 91,59	
33190130200000000000			526,02 526,02	526,02 526,02	215,83 215,83	
33190131800000000000			10,28 10,28	10,28 10,28	10,28 10,28	
33190164400000000000			110,59 110,59	110,59 110,59	110,59 110,59	
33190924900000000000			36,27 36,27	36,27 36,27	36,27 36,27	
33190929900000000000			25,38 25,38	25,38 25,38	25,38 25,38	
33390000000000000000	16.946,30	2.824,38 2.824,38	16.083,85 16.083,85	3.625,64 3.625,64	3.625,60 3.625,60	0,00 0,00
33390113300000000000			5.454,22 5.454,22	933,36 933,36	933,36 933,36	
33390300100000000000			82,25 82,25	59,40 59,40	59,40 59,40	
33390300600000000000			2,73 2,73	2,73 2,73	2,73 2,73	
33390301500000000000			87,87 87,87	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			1,05 1,05	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			11,16 11,16	11,16 11,16	11,16 11,16	
33390302600000000000			3,60 3,60	3,60 3,60	3,60 3,60	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33390000000000000000	16.946,30	2.824,38 2.824,38	16.083,85 16.083,85	3.625,64 3.625,64	3.625,60 3.625,60	0,00 0,00
33390302800000000000			18,62 18,62	18,62 18,62	18,62 18,62	
33390303100000000000			57,71 57,71	57,71 57,71	57,71 57,71	
33390329900000000000			85,85 85,85	85,85 85,85	85,85 85,85	
33390360700000000000			245,37 245,37	245,37 245,37	245,37 245,37	
33390364200000000000			0,53 0,53	0,53 0,53	0,53 0,53	
33390369600000000000			96,96 96,96	96,96 96,96	96,93 96,93	
33390390500000000000			460,23 460,23	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			58,18 58,18	16,16 16,16	16,16 16,16	
33390396300000000000			8,08 8,08	8,08 8,08	8,08 8,08	
33390397700000000000			3.218,95 3.218,95	536,49 536,49	536,49 536,49	
33390397800000000000			715,11 715,11	119,19 119,19	119,19 119,19	
33390397900000000000			501,81 501,81	75,67 75,67	75,67 75,67	
33390398000000000000			16,48 16,48	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			16,97 16,97	16,97 16,97	16,97 16,97	
33390399900000000000			3.024,30 3.024,30	1.090,51 1.090,51	1.090,51 1.090,51	
33390400100000000000			84,84 84,84	16,97 16,97	16,97 16,97	
33390400200000000000			655,72 655,72	54,64 54,64	54,64 54,64	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33390000000000000000	16.946,30	2.824,38 2.824,38	16.083,85 16.083,85	3.625,64 3.625,64	3.625,60 3.625,60	0,00 0,00
33390400400000000000			169,66 169,66	28,28 28,28	28,28 28,28	
33390400500000000000			92,90 92,90	13,05 13,05	13,05 13,05	
33390400800000000000			811,64 811,64	33,28 33,28	33,28 33,28	
33390924900000000000			101,05 101,05	101,05 101,05	101,05 101,05	
34490000000000000000	3.334,28	555,70 555,70	1.211,32 1.211,32	350,29 350,29	350,29 350,29	0,00 0,00
34490519900000000000			1.024,67 1.024,67	163,63 163,63	163,63 163,63	
34490523500000000000			186,66 186,66	186,66 186,66	186,66 186,66	
Total Município	66.152,69	11.025,42 11.025,42	21.116,40 21.116,40	7.797,16 7.797,16	7.378,13 7.378,13	0,00 0,00
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33190000000000000000	42.727,26	7.121,20 7.121,20	3.559,26 3.559,26	3.559,26 3.559,26	3.168,99 3.168,99	0,00 0,00
33190110100000000000			2.199,27 2.199,27	2.199,27 2.199,27	2.199,27 2.199,27	
33190113300000000000			351,16 351,16	351,16 351,16	351,16 351,16	
33190114200000000000			121,66 121,66	121,66 121,66	121,66 121,66	
33190114500000000000			40,55 40,55	40,55 40,55	40,55 40,55	
33190130100000000000			186,65 186,65	186,65 186,65	85,31 85,31	
33190130200000000000			489,96 489,96	489,96 489,96	201,03 201,03	
33190131800000000000			9,57 9,57	9,57 9,57	9,57 9,57	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3476 - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33190000000000000000	42.727,26	7.121,20 7.121,20	3.559,26 3.559,26	3.559,26 3.559,26	3.168,99 3.168,99	0,00 0,00
33190164400000000000			103,01 103,01	103,01 103,01	103,01 103,01	
33190924900000000000			33,79 33,79	33,79 33,79	33,79 33,79	
33190929900000000000			23,64 23,64	23,64 23,64	23,64 23,64	
33390000000000000000	15.784,52	2.630,74 2.630,74	14.981,19 14.981,19	3.377,08 3.377,08	3.377,04 3.377,04	0,00 0,00
33390113300000000000			5.080,29 5.080,29	869,37 869,37	869,37 869,37	
33390300100000000000			76,61 76,61	55,33 55,33	55,33 55,33	
33390300600000000000			2,54 2,54	2,54 2,54	2,54 2,54	
33390301500000000000			81,85 81,85	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			0,97 0,97	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			10,40 10,40	10,40 10,40	10,40 10,40	
33390302600000000000			3,35 3,35	3,35 3,35	3,35 3,35	
33390302800000000000			17,34 17,34	17,34 17,34	17,34 17,34	
33390303100000000000			53,76 53,76	53,76 53,76	53,76 53,76	
33390329900000000000			79,97 79,97	79,97 79,97	79,97 79,97	
33390360700000000000			228,55 228,55	228,55 228,55	228,55 228,55	
33390364200000000000			0,49 0,49	0,49 0,49	0,49 0,49	
33390369600000000000			90,32 90,32	90,32 90,32	90,28 90,28	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33390000000000000000	15.784,52	2.630,74 2.630,74	14.981,19 14.981,19	3.377,08 3.377,08	3.377,04 3.377,04	0,00 0,00
33390390500000000000			428,68 428,68	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			54,19 54,19	15,05 15,05	15,05 15,05	
33390396300000000000			7,53 7,53	7,53 7,53	7,53 7,53	
33390397700000000000			2.998,27 2.998,27	499,71 499,71	499,71 499,71	
33390397800000000000			666,09 666,09	111,01 111,01	111,01 111,01	
33390397900000000000			467,41 467,41	70,48 70,48	70,48 70,48	
33390398000000000000			15,35 15,35	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			15,81 15,81	15,81 15,81	15,81 15,81	
33390399900000000000			2.816,96 2.816,96	1.015,75 1.015,75	1.015,75 1.015,75	
33390400100000000000			79,03 79,03	15,81 15,81	15,81 15,81	
33390400200000000000			610,77 610,77	50,90 50,90	50,90 50,90	
33390400400000000000			158,03 158,03	26,34 26,34	26,34 26,34	
33390400500000000000			86,53 86,53	12,16 12,16	12,16 12,16	
33390400800000000000			756,00 756,00	31,00 31,00	31,00 31,00	
33390924900000000000			94,13 94,13	94,13 94,13	94,13 94,13	
34490000000000000000	3.105,69	517,60 517,60	1.128,28 1.128,28	326,27 326,27	326,27 326,27	0,00 0,00
34490519900000000000			954,42 954,42	152,41 152,41	152,41 152,41	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
34490000000000000000	3.105,69	517,60 517,60	1.128,28 1.128,28	326,27 326,27	326,27 326,27	0,00 0,00
34490523500000000000			173,86 173,86	173,86 173,86	173,86 173,86	
Total Municipio	61.617,47	10.269,54 10.269,54	19.668,73 19.668,73	7.262,61 7.262,61	6.872,31 6.872,31	0,00 0,00
121029 - MUNICIPIO DE ILHOTA						
33190000000000000000	72.243,71	0,00 0,00	6.018,03 6.018,03	6.018,03 6.018,03	5.358,17 5.358,17	0,00 0,00
33190110100000000000			3.718,54 3.718,54	3.718,54 3.718,54	3.718,54 3.718,54	
33190113300000000000			593,75 593,75	593,75 593,75	593,75 593,75	
33190114200000000000			205,70 205,70	205,70 205,70	205,70 205,70	
33190114500000000000			68,57 68,57	68,57 68,57	68,57 68,57	
33190130100000000000			315,58 315,58	315,58 315,58	144,24 144,24	
33190130200000000000			828,43 828,43	828,43 828,43	339,91 339,91	
33190131800000000000			16,19 16,19	16,19 16,19	16,19 16,19	
33190164400000000000			174,17 174,17	174,17 174,17	174,17 174,17	
33190924900000000000			57,13 57,13	57,13 57,13	57,13 57,13	
33190929900000000000			39,98 39,98	39,98 39,98	39,98 39,98	
33390000000000000000	26.688,63	0,00 0,00	25.330,36 25.330,36	5.710,00 5.710,00	5.709,94 5.709,94	0,00 0,00
33390113300000000000			8.589,82 8.589,82	1.469,95 1.469,95	1.469,95 1.469,95	
33390300100000000000			129,53 129,53	93,55 93,55	93,55 93,55	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328466212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 - 03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental							
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental							
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI							
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020							
121029 - MUNICÍPIO DE ILHOTA							
33390000000000000000	26.688,63	0,00 0,00	25.330,36 25.330,36	5.710,00 5.710,00	5.709,94 5.709,94	0,00 0,00	
33390300600000000000			4,29 4,29	4,29 4,29	4,29 4,29		
33390301500000000000			138,39 138,39	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390301600000000000			1,65 1,65	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390301700000000000			17,58 17,58	17,58 17,58	17,58 17,58		
33390302600000000000			5,66 5,66	5,66 5,66	5,66 5,66		
33390302800000000000			29,32 29,32	29,32 29,32	29,32 29,32		
33390303100000000000			90,89 90,89	90,89 90,89	90,89 90,89		
33390329900000000000			135,21 135,21	135,21 135,21	135,21 135,21		
33390360700000000000			386,43 386,43	386,43 386,43	386,43 386,43		
33390364200000000000			0,83 0,83	0,83 0,83	0,83 0,83		
33390369600000000000			152,71 152,71	152,71 152,71	152,65 152,65		
33390390500000000000			724,82 724,82	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391500000000000			91,63 91,63	25,45 25,45	25,45 25,45		
33390396300000000000			12,73 12,73	12,73 12,73	12,73 12,73		
33390397700000000000			5.069,50 5.069,50	844,92 844,92	844,92 844,92		
33390397800000000000			1.126,22 1.126,22	187,70 187,70	187,70 187,70		
33390397900000000000			790,30 790,30	119,18 119,18	119,18 119,18		

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
121029 - MUNICÍPIO DE ILHOTA						
33390000000000000000	26.688,63	0,00 0,00	25.330,36 25.330,36	5.710,00 5.710,00	5.709,94 5.709,94	0,00 0,00
33390398000000000000			25,96 25,96	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			26,72 26,72	26,72 26,72	26,72 26,72	
33390399900000000000			4.762,95 4.762,95	1.717,44 1.717,44	1.717,44 1.717,44	
33390400100000000000			133,62 133,62	26,72 26,72	26,72 26,72	
33390400200000000000			1.032,69 1.032,69	86,06 86,06	86,06 86,06	
33390400400000000000			267,20 267,20	44,53 44,53	44,53 44,53	
33390400500000000000			146,31 146,31	20,56 20,56	20,56 20,56	
33390400800000000000			1.278,25 1.278,25	52,41 52,41	52,41 52,41	
33390924900000000000			159,15 159,15	159,15 159,15	159,15 159,15	
34490000000000000000	5.251,14	0,00 0,00	1.907,71 1.907,71	551,66 551,66	551,66 551,66	0,00 0,00
34490519900000000000			1.613,74 1.613,74	257,70 257,70	257,70 257,70	
34490523500000000000			293,96 293,96	293,96 293,96	293,96 293,96	
Total Município	104.183,48	0,00 0,00	33.256,10 33.256,10	12.279,69 12.279,69	11.619,77 11.619,77	0,00 0,00
3492 - MUNICÍPIO DE INDAIAL						
33190000000000000000	228.644,94	0,00 0,00	19.046,53 19.046,53	19.046,53 19.046,53	16.958,12 16.958,12	0,00 0,00
33190110100000000000			11.768,85 11.768,85	11.768,85 11.768,85	11.768,85 11.768,85	
33190113300000000000			1.879,16 1.879,16	1.879,16 1.879,16	1.879,16 1.879,16	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3492 - MUNICÍPIO DE INDIAIAL						
33190000000000000000	228.644,94	0,00 0,00	19.046,53 19.046,53	19.046,53 19.046,53	16.958,12 16.958,12	0,00 0,00
33190114200000000000			651,03 651,03	651,03 651,03	651,03 651,03	
33190114500000000000			217,01 217,01	217,01 217,01	217,01 217,01	
33190130100000000000			998,80 998,80	998,80 998,80	456,51 456,51	
33190130200000000000			2.621,89 2.621,89	2.621,89 2.621,89	1.075,77 1.075,77	
33190131800000000000			51,23 51,23	51,23 51,23	51,23 51,23	
33190164400000000000			551,23 551,23	551,23 551,23	551,23 551,23	
33190924900000000000			180,81 180,81	180,81 180,81	180,81 180,81	
33190929900000000000			126,52 126,52	126,52 126,52	126,52 126,52	
33390000000000000000	84.467,15	0,00 0,00	80.168,35 80.168,35	18.071,65 18.071,65	18.071,46 18.071,46	0,00 0,00
33390113300000000000			27.186,01 27.186,01	4.652,25 4.652,25	4.652,25 4.652,25	
33390300100000000000			409,95 409,95	296,09 296,09	296,09 296,09	
33390300600000000000			13,59 13,59	13,59 13,59	13,59 13,59	
33390301500000000000			438,00 438,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			5,22 5,22	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			55,63 55,63	55,63 55,63	55,63 55,63	
33390302600000000000			17,92 17,92	17,92 17,92	17,92 17,92	
33390302800000000000			92,81 92,81	92,81 92,81	92,81 92,81	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa até período	Empenhado no período	Liquidado no período	Pago no período	Devolução no período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3492 - MUNICÍPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	84.467,15	0,00	80.168,35	18.071,65	18.071,46	0,00
		0,00	80.168,35	18.071,65	18.071,46	0,00
33390303100000000000			287,67	287,67	287,67	
			287,67	287,67	287,67	
33390329900000000000			427,93	427,93	427,93	
			427,93	427,93	427,93	
33390360700000000000			1.223,02	1.223,02	1.223,02	
			1.223,02	1.223,02	1.223,02	
33390364200000000000			2,63	2,63	2,63	
			2,63	2,63	2,63	
33390369600000000000			483,31	483,31	483,12	
			483,31	483,31	483,12	
33390390500000000000			2.293,98	0,00	0,00	
			2.293,98	0,00	0,00	
33390391500000000000			289,99	80,55	80,55	
			289,99	80,55	80,55	
33390396300000000000			40,28	40,28	40,28	
			40,28	40,28	40,28	
33390397700000000000			16.044,52	2.674,09	2.674,09	
			16.044,52	2.674,09	2.674,09	
33390397800000000000			3.564,40	594,07	594,07	
			3.564,40	594,07	594,07	
33390397900000000000			2.501,22	377,18	377,18	
			2.501,22	377,18	377,18	
33390398000000000000			82,15	0,00	0,00	
			82,15	0,00	0,00	
33390398100000000000			84,58	84,58	84,58	
			84,58	84,58	84,58	
33390399900000000000			15.074,33	5.435,54	5.435,54	
			15.074,33	5.435,54	5.435,54	
33390400100000000000			422,90	84,58	84,58	
			422,90	84,58	84,58	
33390400200000000000			3.268,38	272,36	272,36	
			3.268,38	272,36	272,36	
33390400400000000000			845,67	140,94	140,94	
			845,67	140,94	140,94	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3492 - MUNICIPIO DE INDAIAL						
33390000000000000000	84.467,15	0,00 0,00	80.168,35 80.168,35	18.071,65 18.071,65	18.071,46 18.071,46	0,00 0,00
33390400500000000000			463,05 463,05	65,06 65,06	65,06 65,06	
33390400800000000000			4.045,54 4.045,54	165,87 165,87	165,87 165,87	
33390924900000000000			503,69 503,69	503,69 503,69	503,69 503,69	
34490000000000000000	16.619,38	0,00 0,00	6.037,72 6.037,72	1.745,96 1.745,96	1.745,96 1.745,96	0,00 0,00
34490519900000000000			5.107,35 5.107,35	815,60 815,60	815,60 815,60	
34490523500000000000			930,37 930,37	930,37 930,37	930,37 930,37	
Total Município	329.731,47	0,00 0,00	105.252,60 105.252,60	38.864,14 38.864,14	36.775,55 36.775,55	0,00 0,00
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33190000000000000000	67.630,05	11.271,66 11.271,66	5.633,70 5.633,70	5.633,70 5.633,70	5.015,98 5.015,98	0,00 0,00
33190110100000000000			3.481,07 3.481,07	3.481,07 3.481,07	3.481,07 3.481,07	
33190113300000000000			555,83 555,83	555,83 555,83	555,83 555,83	
33190114200000000000			192,56 192,56	192,56 192,56	192,56 192,56	
33190114500000000000			64,19 64,19	64,19 64,19	64,19 64,19	
33190130100000000000			295,43 295,43	295,43 295,43	135,03 135,03	
33190130200000000000			775,52 775,52	775,52 775,52	318,20 318,20	
33190131800000000000			15,15 15,15	15,15 15,15	15,15 15,15	
33190164400000000000			163,05 163,05	163,05 163,05	163,05 163,05	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328466212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118290 - MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES						
33190000000000000000	67.630,05	11.271,66 11.271,66	5.633,70 5.633,70	5.633,70 5.633,70	5.015,98 5.015,98	0,00 0,00
33190924900000000000			53,48 53,48	53,48 53,48	53,48 53,48	
33190929900000000000			37,42 37,42	37,42 37,42	37,42 37,42	
33390000000000000000	24.984,23	4.164,02 4.164,02	23.712,70 23.712,70	5.345,35 5.345,35	5.345,29 5.345,29	0,00 0,00
33390113300000000000			8.041,25 8.041,25	1.376,07 1.376,07	1.376,07 1.376,07	
33390300100000000000			121,26 121,26	87,58 87,58	87,58 87,58	
33390300600000000000			4,02 4,02	4,02 4,02	4,02 4,02	
33390301500000000000			129,55 129,55	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			1,54 1,54	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			16,45 16,45	16,45 16,45	16,45 16,45	
33390302600000000000			5,30 5,30	5,30 5,30	5,30 5,30	
33390302800000000000			27,45 27,45	27,45 27,45	27,45 27,45	
33390303100000000000			85,09 85,09	85,09 85,09	85,09 85,09	
33390329900000000000			126,58 126,58	126,58 126,58	126,58 126,58	
33390360700000000000			361,75 361,75	361,75 361,75	361,75 361,75	
33390364200000000000			0,78 0,78	0,78 0,78	0,78 0,78	
33390369600000000000			142,96 142,96	142,96 142,96	142,96 142,96	
33390390500000000000			678,53 678,53	0,00 0,00	0,00 0,00	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118290 - MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES						
33390000000000000000	24.984,23	4.164,02 4.164,02	23.712,70 23.712,70	5.345,35 5.345,35	5.345,29 5.345,29	0,00 0,00
33390391500000000000			85,77 85,77	23,83 23,83	23,83 23,83	
33390396300000000000			11,91 11,91	11,91 11,91	11,91 11,91	
33390397700000000000			4.745,75 4.745,75	790,96 790,96	790,96 790,96	
33390397800000000000			1.054,30 1.054,30	175,72 175,72	175,72 175,72	
33390397900000000000			739,83 739,83	111,57 111,57	111,57 111,57	
33390398000000000000			24,30 24,30	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			25,02 25,02	25,02 25,02	25,02 25,02	
33390399900000000000			4.458,78 4.458,78	1.607,76 1.607,76	1.607,76 1.607,76	
33390400100000000000			125,09 125,09	25,02 25,02	25,02 25,02	
33390400200000000000			966,74 966,74	80,56 80,56	80,56 80,56	
33390400400000000000			250,14 250,14	41,69 41,69	41,69 41,69	
33390400500000000000			136,96 136,96	19,24 19,24	19,24 19,24	
33390400800000000000			1.196,61 1.196,61	49,06 49,06	49,06 49,06	
33390924900000000000			148,98 148,98	148,98 148,98	148,98 148,98	
34490000000000000000	4.915,79	819,28 819,28	1.785,87 1.785,87	516,43 516,43	516,43 516,43	0,00 0,00
34490519900000000000			1.510,68 1.510,68	241,24 241,24	241,24 241,24	
34490523500000000000			275,19 275,19	275,19 275,19	275,19 275,19	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118290 - MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES						
Total Município	97.530,07	16.254,96 16.254,96	31.132,28 31.132,28	11.495,48 11.495,48	10.877,71 10.877,71	0,00 0,00
118311 - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA						
33190000000000000000	80.057,07	13.342,84 13.342,84	6.668,89 6.668,89	6.668,89	5.937,67 5.937,67	0,00 0,00
33190110100000000000			4.120,71 4.120,71	4.120,71	4.120,71 4.120,71	
33190113300000000000			657,96 657,96	657,96	657,96 657,96	
33190114200000000000			227,95 227,95	227,95	227,95 227,95	
33190114500000000000			75,98 75,98	75,98	75,98 75,98	
33190130100000000000			349,72 349,72	349,72	159,84 159,84	
33190130200000000000			918,02 918,02	918,02	376,67 376,67	
33190131800000000000			17,94 17,94	17,94	17,94 17,94	
33190164400000000000			193,00 193,00	193,00	193,00 193,00	
33190924900000000000			63,31 63,31	63,31	63,31 63,31	
33190929900000000000			44,30 44,30	44,30	44,30 44,30	
33390000000000000000	29.575,08	4.929,18 4.929,18	28.069,91 28.069,91	6.327,55 6.327,55	6.327,49 6.327,49	0,00 0,00
33390113300000000000			9.518,83 9.518,83	1.628,93 1.628,93	1.628,93 1.628,93	
33390300100000000000			143,54 143,54	103,67 103,67	103,67 103,67	
33390300600000000000			4,76 4,76	4,76 4,76	4,76 4,76	
33390301500000000000			153,36 153,36	0,00 0,00	0,00 0,00	

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118311 - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA						
33390000000000000000	29.575,08	4.929,18 4.929,18	28.069,91 28.069,91	6.327,55 6.327,55	6.327,49 6.327,49	0,00 0,00
33390301600000000000			1,83 1,83	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			19,48 19,48	19,48 19,48	19,48 19,48	
33390302600000000000			6,28 6,28	6,28 6,28	6,28 6,28	
33390302800000000000			32,50 32,50	32,50 32,50	32,50 32,50	
33390303100000000000			100,72 100,72	100,72 100,72	100,72 100,72	
33390329900000000000			149,83 149,83	149,83 149,83	149,83 149,83	
33390360700000000000			428,23 428,23	428,23 428,23	428,23 428,23	
33390364200000000000			0,92 0,92	0,92 0,92	0,92 0,92	
33390369600000000000			169,22 169,22	169,22 169,22	169,16 169,16	
33390390500000000000			803,21 803,21	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			101,53 101,53	28,20 28,20	28,20 28,20	
33390396300000000000			14,10 14,10	14,10 14,10	14,10 14,10	
33390397700000000000			5.617,78 5.617,78	936,30 936,30	936,30 936,30	
33390397800000000000			1.248,03 1.248,03	208,00 208,00	208,00 208,00	
33390397900000000000			875,77 875,77	132,07 132,07	132,07 132,07	
33390398000000000000			28,76 28,76	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			29,61 29,61	29,61 29,61	29,61 29,61	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328466212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118311 - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA						
33390000000000000000	29.575,08	4.929,18 4.929,18	28.069,91 28.069,91	6.327,55 6.327,55	6.327,49 6.327,49	0,00 0,00
33390399900000000000			5.278,08 5.278,08	1.903,19 1.903,19	1.903,19 1.903,19	
33390400100000000000			148,07 148,07	29,61 29,61	29,61 29,61	
33390400200000000000			1.144,38 1.144,38	95,36 95,36	95,36 95,36	
33390400400000000000			296,10 296,10	49,35 49,35	49,35 49,35	
33390400500000000000			162,13 162,13	22,78 22,78	22,78 22,78	
33390400800000000000			1.416,49 1.416,49	58,08 58,08	58,08 58,08	
33390924900000000000			176,36 176,36	176,36 176,36	176,36 176,36	
34490000000000000000	5.819,06	969,84 969,84	2.114,03 2.114,03	611,33 611,33	611,33 611,33	0,00 0,00
34490519900000000000			1.788,27 1.788,27	285,57 285,57	285,57 285,57	
34490523500000000000			325,76 325,76	325,76 325,76	325,76 325,76	
Total Município	115.451,21	19.241,86 19.241,86	36.852,84 36.852,84	13.607,78 13.607,78	12.876,48 12.876,48	0,00 0,00
3506 - MUNICÍPIO DE POMERODE						
33190000000000000000	127.351,65	21.225,26 21.225,26	10.608,62 10.608,62	10.608,62 10.608,62	9.445,41 9.445,41	0,00 0,00
33190110100000000000			6.555,07 6.555,07	6.555,07 6.555,07	6.555,07 6.555,07	
33190113300000000000			1.046,66 1.046,66	1.046,66 1.046,66	1.046,66 1.046,66	
33190114200000000000			362,61 362,61	362,61 362,61	362,61 362,61	
33190114500000000000			120,87 120,87	120,87 120,87	120,87 120,87	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328466212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33190000000000000000	127.351,65	21.225,26 21.225,26	10.608,62 10.608,62	10.608,62 10.608,62	9.445,41 9.445,41	0,00 0,00
33190130100000000000			556,31 556,31	556,31 556,31	254,27 254,27	
33190130200000000000			1.460,35 1.460,35	1.460,35 1.460,35	599,19 599,19	
33190131800000000000			28,53 28,53	28,53 28,53	28,53 28,53	
33190164400000000000			307,02 307,02	307,02 307,02	307,02 307,02	
33190924900000000000			100,71 100,71	100,71 100,71	100,71 100,71	
33190929900000000000			70,47 70,47	70,47 70,47	70,47 70,47	
33390000000000000000	47.046,88	7.841,14 7.841,14	44.652,52 44.652,52	10.065,63 10.065,63	10.065,52 10.065,52	0,00 0,00
33390113300000000000			15.142,18 15.142,18	2.591,23 2.591,23	2.591,23 2.591,23	
33390300100000000000			228,34 228,34	164,92 164,92	164,92 164,92	
33390300600000000000			7,57 7,57	7,57 7,57	7,57 7,57	
33390301500000000000			243,96 243,96	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			2,91 2,91	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			30,99 30,99	30,99 30,99	30,99 30,99	
33390302600000000000			9,98 9,98	9,98 9,98	9,98 9,98	
33390302800000000000			51,69 51,69	51,69 51,69	51,69 51,69	
33390303100000000000			160,23 160,23	160,23 160,23	160,23 160,23	
33390329900000000000			238,35 238,35	238,35 238,35	238,35 238,35	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33390000000000000000	47.046,88	7.841,14 7.841,14	44.652,52 44.652,52	10.065,63 10.065,63	10.065,52 10.065,52	0,00 0,00
33390360700000000000			681,21 681,21	681,21 681,21	681,21 681,21	
33390364200000000000			1,46 1,46	1,46 1,46	1,46 1,46	
33390369600000000000			269,20 269,20	269,20 269,20	269,09 269,09	
33390390500000000000			1.277,71 1.277,71	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			161,52 161,52	44,87 44,87	44,87 44,87	
33390396300000000000			22,43 22,43	22,43 22,43	22,43 22,43	
33390397700000000000			8.936,55 8.936,55	1.489,42 1.489,42	1.489,42 1.489,42	
33390397800000000000			1.985,32 1.985,32	330,89 330,89	330,89 330,89	
33390397900000000000			1.393,14 1.393,14	210,08 210,08	210,08 210,08	
33390398000000000000			45,76 45,76	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			47,11 47,11	47,11 47,11	47,11 47,11	
33390399900000000000			8.396,16 8.396,16	3.027,51 3.027,51	3.027,51 3.027,51	
33390400100000000000			235,55 235,55	47,11 47,11	47,11 47,11	
33390400200000000000			1.820,43 1.820,43	151,70 151,70	151,70 151,70	
33390400400000000000			471,02 471,02	78,50 78,50	78,50 78,50	
33390400500000000000			257,91 257,91	36,24 36,24	36,24 36,24	
33390400800000000000			2.253,30 2.253,30	92,38 92,38	92,38 92,38	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33390000000000000000	47.046,88	7.841,14 7.841,14	44.652,52 44.652,52	10.065,63 10.065,63	10.065,52 10.065,52	0,00 0,00
33390924900000000000			280,55 280,55	280,55 280,55	280,55 280,55	
34490000000000000000	9.256,73	1.542,78 1.542,78	3.362,91 3.362,91	972,48 972,48	972,48 972,48	0,00 0,00
34490519900000000000			2.844,71 2.844,71	454,27 454,27	454,27 454,27	
34490523500000000000			518,20 518,20	518,20 518,20	518,20 518,20	
Total Município	183.655,26	30.609,18 30.609,18	58.624,05 58.624,05	21.646,72 21.646,72	20.483,40 20.483,40	0,00 0,00
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33190000000000000000	64.988,02	10.831,32 10.831,32	5.413,62 5.413,62	5.413,62 5.413,62	4.820,03 4.820,03	0,00 0,00
33190110100000000000			3.345,08 3.345,08	3.345,08 3.345,08	3.345,08 3.345,08	
33190113300000000000			534,12 534,12	534,12 534,12	534,12 534,12	
33190114200000000000			185,04 185,04	185,04 185,04	185,04 185,04	
33190114500000000000			61,68 61,68	61,68 61,68	61,68 61,68	
33190130100000000000			283,89 283,89	283,89 283,89	129,75 129,75	
33190130200000000000			745,22 745,22	745,22 745,22	305,77 305,77	
33190131800000000000			14,56 14,56	14,56 14,56	14,56 14,56	
33190164400000000000			156,68 156,68	156,68 156,68	156,68 156,68	
33190924900000000000			51,39 51,39	51,39 51,39	51,39 51,39	
33190929900000000000			35,96 35,96	35,96 35,96	35,96 35,96	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	24.008,20	4.001,36 4.001,36	22.786,34 22.786,34	5.136,53 5.136,53	5.136,47 5.136,47	0,00 0,00
33390113300000000000			7.727,11 7.727,11	1.322,31 1.322,31	1.322,31 1.322,31	
33390300100000000000			116,52 116,52	84,16 84,16	84,16 84,16	
33390300600000000000			3,86 3,86	3,86 3,86	3,86 3,86	
33390301500000000000			124,49 124,49	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			1,48 1,48	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			15,81 15,81	15,81 15,81	15,81 15,81	
33390302600000000000			5,09 5,09	5,09 5,09	5,09 5,09	
33390302800000000000			26,38 26,38	26,38 26,38	26,38 26,38	
33390303100000000000			81,76 81,76	81,76 81,76	81,76 81,76	
33390329900000000000			121,63 121,63	121,63 121,63	121,63 121,63	
33390360700000000000			347,62 347,62	347,62 347,62	347,62 347,62	
33390364200000000000			0,75 0,75	0,75 0,75	0,75 0,75	
33390369600000000000			137,37 137,37	137,37 137,37	137,32 137,32	
33390390500000000000			652,02 652,02	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			82,42 82,42	22,90 22,90	22,90 22,90	
33390396300000000000			11,45 11,45	11,45 11,45	11,45 11,45	
33390397700000000000			4.560,35 4.560,35	760,06 760,06	760,06 760,06	

IPM Sistemas Ltda
 Arende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	24.008,20	4.001,36 4.001,36	22.786,34 22.786,34	5.136,53 5.136,53	5.136,47 5.136,47	0,00 0,00
33390397800000000000			1.013,11 1.013,11	168,85 168,85	168,85 168,85	
33390397900000000000			710,93 710,93	107,21 107,21	107,21 107,21	
33390398000000000000			23,35 23,35	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			24,04 24,04	24,04 24,04	24,04 24,04	
33390399900000000000			4.284,59 4.284,59	1.544,95 1.544,95	1.544,95 1.544,95	
33390400100000000000			120,20 120,20	24,04 24,04	24,04 24,04	
33390400200000000000			928,97 928,97	77,41 77,41	77,41 77,41	
33390400400000000000			240,37 240,37	40,06 40,06	40,06 40,06	
33390400500000000000			131,61 131,61	18,49 18,49	18,49 18,49	
33390400800000000000			1.149,87 1.149,87	47,14 47,14	47,14 47,14	
33390924900000000000			143,16 143,16	143,16 143,16	143,16 143,16	
34490000000000000000	4.723,74	787,28 787,28	1.716,11 1.716,11	496,26 496,26	496,26 496,26	0,00 0,00
34490519900000000000			1.451,67 1.451,67	231,82 231,82	231,82 231,82	
34490523500000000000			264,44 264,44	264,44 264,44	264,44 264,44	
Total Município	93.719,96	15.619,96 15.619,96	29.916,07 29.916,07	11.046,40 11.046,40	10.452,76 10.452,76	0,00 0,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33190000000000000000	65.411,60	10.901,92 10.901,92	5.448,90 5.448,90	5.448,90 5.448,90	4.851,44 4.851,44	0,00 0,00
33190110100000000000			3.366,88 3.366,88	3.366,88 3.366,88	3.366,88 3.366,88	
33190113300000000000			537,60 537,60	537,60 537,60	537,60 537,60	
33190114200000000000			186,25 186,25	186,25 186,25	186,25 186,25	
33190114500000000000			62,08 62,08	62,08 62,08	62,08 62,08	
33190130100000000000			285,74 285,74	285,74 285,74	130,60 130,60	
33190130200000000000			750,08 750,08	750,08 750,08	307,76 307,76	
33190131800000000000			14,66 14,66	14,66 14,66	14,66 14,66	
33190164400000000000			157,70 157,70	157,70 157,70	157,70 157,70	
33190924900000000000			51,73 51,73	51,73 51,73	51,73 51,73	
33190929900000000000			36,20 36,20	36,20 36,20	36,20 36,20	
33390000000000000000	24.164,68	4.027,44 4.027,44	22.934,86 22.934,86	5.170,00 5.170,00	5.169,95 5.169,95	0,00 0,00
33390113300000000000			7.777,47 7.777,47	1.330,93 1.330,93	1.330,93 1.330,93	
33390300100000000000			117,28 117,28	84,71 84,71	84,71 84,71	
33390300600000000000			3,89 3,89	3,89 3,89	3,89 3,89	
33390301500000000000			125,30 125,30	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			1,49 1,49	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			15,92 15,92	15,92 15,92	15,92 15,92	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental							
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental							
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI							
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020							
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO							
33390000000000000000	24.164,68	4.027,44 4.027,44	22.934,86 22.934,86	5.170,00 5.170,00	5.169,95 5.169,95	0,00 0,00	
33390302600000000000			5,13 5,13	5,13 5,13	5,13 5,13		
33390302800000000000			26,55 26,55	26,55 26,55	26,55 26,55		
33390303100000000000			82,30 82,30	82,30 82,30	82,30 82,30		
33390329900000000000			122,42 122,42	122,42 122,42	122,42 122,42		
33390360700000000000			349,89 349,89	349,89 349,89	349,89 349,89		
33390364200000000000			0,75 0,75	0,75 0,75	0,75 0,75		
33390369600000000000			138,27 138,27	138,27 138,27	138,21 138,21		
33390390500000000000			656,27 656,27	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391500000000000			82,96 82,96	23,04 23,04	23,04 23,04		
33390396300000000000			11,52 11,52	11,52 11,52	11,52 11,52		
33390397700000000000			4.590,08 4.590,08	765,01 765,01	765,01 765,01		
33390397800000000000			1.019,72 1.019,72	169,95 169,95	169,95 169,95		
33390397900000000000			715,56 715,56	107,91 107,91	107,91 107,91		
33390398000000000000			23,50 23,50	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390398100000000000			24,20 24,20	24,20 24,20	24,20 24,20		
33390399900000000000			4.312,52 4.312,52	1.555,02 1.555,02	1.555,02 1.555,02		
33390400100000000000			120,98 120,98	24,20 24,20	24,20 24,20		

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-32846212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33390000000000000000	24.164,68	4.027,44 4.027,44	22.934,86 22.934,86	5.170,00 5.170,00	5.169,95 5.169,95	0,00 0,00
33390400200000000000			935,03 935,03	77,92 77,92	77,92 77,92	
33390400400000000000			241,93 241,93	40,32 40,32	40,32 40,32	
33390400500000000000			132,47 132,47	18,61 18,61	18,61 18,61	
33390400800000000000			1.157,36 1.157,36	47,45 47,45	47,45 47,45	
33390924900000000000			144,10 144,10	144,10 144,10	144,10 144,10	
34490000000000000000	4.754,53	792,42 792,42	1.727,29 1.727,29	499,49 499,49	499,49 499,49	0,00 0,00
34490519900000000000			1.461,13 1.461,13	233,33 233,33	233,33 233,33	
34490523500000000000			266,16 266,16	266,16 266,16	266,16 266,16	
Total Municipio	94.330,81	15.721,78 15.721,78	30.111,06 30.111,06	11.118,40 11.118,40	10.520,89 10.520,89	0,00 0,00
3530 - MUNICIPIO DE TIMBO						
33190000000000000000	158.693,45	26.448,90 26.448,90	13.219,44 13.219,44	13.219,44 13.219,44	11.769,96 11.769,96	0,00 0,00
33190110100000000000			8.168,30 8.168,30	8.168,30 8.168,30	8.168,30 8.168,30	
33190113300000000000			1.304,25 1.304,25	1.304,25 1.304,25	1.304,25 1.304,25	
33190114200000000000			451,85 451,85	451,85 451,85	451,85 451,85	
33190114500000000000			150,62 150,62	150,62 150,62	150,62 150,62	
33190130100000000000			693,22 693,22	693,22 693,22	316,85 316,85	
33190130200000000000			1.819,75 1.819,75	1.819,75 1.819,75	746,65 746,65	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ						
33190000000000000000	158.693,45	26.448,90 26.448,90	13.219,44 13.219,44	13.219,44 13.219,44	11.769,96 11.769,96	0,00 0,00
33190131800000000000			35,56 35,56	35,56 35,56	35,56 35,56	
33190164400000000000			382,58 382,58	382,58 382,58	382,58 382,58	
33190924900000000000			125,49 125,49	125,49 125,49	125,49 125,49	
33190929900000000000			87,82 87,82	87,82 87,82	87,82 87,82	
33390000000000000000	58.625,33	4.885,44 4.885,44	55.641,70 55.641,70	12.542,82 12.542,82	12.542,69 12.542,69	0,00 0,00
33390113300000000000			18.868,74 18.868,74	3.228,94 3.228,94	3.228,94 3.228,94	
33390300100000000000			284,53 284,53	205,50 205,50	205,50 205,50	
33390300600000000000			9,43 9,43	9,43 9,43	9,43 9,43	
33390301500000000000			304,00 304,00	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			3,62 3,62	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301700000000000			38,61 38,61	38,61 38,61	38,61 38,61	
33390302600000000000			12,44 12,44	12,44 12,44	12,44 12,44	
33390302800000000000			64,42 64,42	64,42 64,42	64,42 64,42	
33390303100000000000			199,66 199,66	199,66 199,66	199,66 199,66	
33390329900000000000			297,01 297,01	297,01 297,01	297,01 297,01	
33390360700000000000			848,85 848,85	848,85 848,85	848,85 848,85	
33390364200000000000			1,83 1,83	1,83 1,83	1,83 1,83	

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WEO v.2013.01

Identificador: WEO1001202-004-TQMSY-328468212 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 15:36:52 -03:00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	58.625,33	4.885,44 4.885,44	55.641,70 55.641,70	12.542,82 12.542,82	12.542,69 12.542,69	0,00 0,00
33390369600000000000			335,45 335,45	335,45 335,45	335,32 335,32	
33390390500000000000			1.592,16 1.592,16	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391500000000000			201,27 201,27	55,91 55,91	55,91 55,91	
33390396300000000000			27,95 27,95	27,95 27,95	27,95 27,95	
33390397700000000000			11.135,87 11.135,87	1.855,98 1.855,98	1.855,98 1.855,98	
33390397800000000000			2.473,91 2.473,91	412,32 412,32	412,32 412,32	
33390397900000000000			1.736,00 1.736,00	261,79 261,79	261,79 261,79	
33390398000000000000			57,02 57,02	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390398100000000000			58,70 58,70	58,70 58,70	58,70 58,70	
33390399900000000000			10.462,50 10.462,50	3.772,60 3.772,60	3.772,60 3.772,60	
33390400100000000000			293,51 293,51	58,70 58,70	58,70 58,70	
33390400200000000000			2.268,45 2.268,45	189,04 189,04	189,04 189,04	
33390400400000000000			586,95 586,95	97,82 97,82	97,82 97,82	
33390400500000000000			321,38 321,38	45,16 45,16	45,16 45,16	
33390400800000000000			2.807,85 2.807,85	115,12 115,12	115,12 115,12	
33390924900000000000			349,59 349,59	349,59 349,59	349,59 349,59	

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ						
34490000000000000000	11.534,85	961,23 961,23	4.190,54 4.190,54	1.211,81 1.211,81	1.211,81 1.211,81	0,00 0,00
34490519900000000000			3.544,81 3.544,81	566,07 566,07	566,07 566,07	
34490523500000000000			645,73 645,73	645,73 645,73	645,73 645,73	
Total Município	228.853,63	32.295,57 32.295,57	73.051,68 73.051,68	26.974,07 26.974,07	25.524,46 25.524,46	0,00 0,00
Total Área Atuação	1.637.370,54	194.728,93 194.728,93	522.660,15 522.660,15	192.990,37 192.990,37	182.618,91 182.618,91	0,00 0,00
Total	1.637.370,54	194.728,93 194.728,93	522.660,15 522.660,15	192.990,37 192.990,37	182.618,91 182.618,91	0,00 0,00

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – 2º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512730

Pag 1 / 38

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33190000000000000000	62.358,17	10.393,02 20.786,04	5.894,91 11.089,45	5.894,91 11.089,45	5.769,40 10.394,37	0,00 0,00
33190110100000000000			3.901,22 7.110,93	3.901,22 7.110,93	3.901,22 7.110,93	
33190113300000000000			627,46 1.139,96	627,46 1.139,96	627,46 1.139,96	
33190114200000000000			8,07 185,62	8,07 185,62	0,00 177,55	
33190114500000000000			23,46 82,64	23,46 82,64	20,77 79,95	
33190130100000000000			318,68 591,08	318,68 591,08	305,81 430,31	
33190130200000000000			844,95 1.560,01	844,95 1.560,01	836,19 1.129,58	
33190131800000000000			38,23 52,20	38,23 52,20	38,23 52,20	
33190164400000000000			101,56 251,89	101,56 251,89	8,44 158,78	
33190924900000000000			31,29 80,60	31,29 80,60	31,29 80,60	
33190929900000000000			0,00 34,51	0,00 34,51	0,00 34,51	
33390000000000000000	23.036,67	3.839,44 7.678,88	921,42 22.785,67	7.737,17 12.665,84	7.118,17 12.046,79	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 7.414,42	2.618,02 3.886,83	2.618,02 3.886,83	
33390300100000000000			45,88 157,69	70,90 151,65	70,90 151,65	
33390300600000000000			0,00 3,71	0,00 3,71	0,00 3,71	
33390301500000000000			0,00 119,46	35,84 35,84	35,84 35,84	
33390301600000000000			0,00 1,42	1,42 1,42	1,42 1,42	
33390301700000000000			0,00 15,17	0,00 15,17	0,00 15,17	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/>



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-WJPVL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atenção: Nul - WFO v.2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	23.036,67	3.839,44 7.678,88	921,42 22.785,67	7.737,17 12.665,84	7.118,17 12.046,79	0,00 0,00
33390302100000000000			164,39 164,39	164,39 164,39	164,39 164,39	
33390302600000000000			0,00 4,89	0,00 4,89	0,00 4,89	
33390302800000000000			63,78 89,09	63,78 89,09	63,78 89,09	
33390303100000000000			0,00 78,46	0,00 78,46	0,00 78,46	
33390303900000000000			21,97 21,97	21,97 21,97	21,97 21,97	
33390329900000000000			0,00 116,71	0,00 116,71	0,00 116,71	
33390360700000000000			397,76 731,31	397,76 731,31	397,76 731,31	
33390364200000000000			0,00 0,72	0,00 0,72	0,00 0,72	
33390369600000000000			16,15 147,96	16,15 147,96	16,20 147,96	
33390390500000000000			0,00 625,64	0,00 245,16	245,16 245,16	
33390391500000000000			0,00 79,09	0,00 35,15	13,18 35,15	
33390392000000000000			64,70 64,70	64,70 64,70	64,70 64,70	
33390396300000000000			0,00 10,98	0,00 10,98	0,00 10,98	
33390397700000000000			0,00 4.375,81	2.187,91 2.917,21	1.601,91 2.331,21	
33390397800000000000			0,00 972,12	324,04 486,06	324,04 486,06	
33390397900000000000			0,00 682,16	162,18 265,05	162,18 265,05	
33390398000000000000			0,00 22,40	22,40 22,40	22,40 22,40	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SÁBINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	23.036,67	3.839,44 7.678,88	921,42 22.785,67	7.737,17 12.665,84	7.118,17 12.046,79	0,00 0,00
33390398100000000000			20,66 43,73	20,66 43,73	20,66 43,73	
33390399000000000000			13,24 4.124,45	798,78 2.281,22	765,73 2.248,16	
33390400100000000000			0,00 115,34	46,13 69,20	46,13 69,20	
33390400200000000000			0,00 891,38	148,56 222,85	148,56 222,85	
33390400400000000000			0,00 230,64	76,88 115,32	76,88 115,32	
33390400500000000000			0,00 126,29	32,98 50,73	32,98 50,73	
33390400800000000000			0,00 1.103,34	90,47 135,71	90,47 135,71	
33390924900000000000			112,90 250,27	112,90 250,27	112,90 250,27	
34490000000000000000	4.532,59	755,42 1.510,84	1.487,93 3.134,59	2.086,09 2.562,26	2.086,09 2.562,26	0,00 0,00
34490519900000000000			991,98 2.384,91	1.596,74 1.819,17	1.596,74 1.819,17	
34490523000000000000			6,59 6,59	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			489,35 743,09	489,35 743,09	489,35 743,09	
Total Município	89.927,43	14.987,88 29.975,76	8.304,25 37.009,72	15.718,17 26.317,56	14.973,66 25.003,43	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33190000000000000000	54.425,97	9.070,98 18.141,96	5.145,05 9.678,83	5.145,05 9.678,83	5.035,51 9.072,17	0,00 0,00
33190110100000000000			3.404,97 6.206,39	3.404,97 6.206,39	3.404,97 6.206,39	
33190113300000000000			547,64 994,95	547,64 994,95	547,64 994,95	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv11.doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI							
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020							
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA							
33190000000000000000	54.425,97	9.070,98 18.141,96	5.145,05 9.678,83	5.145,05 9.678,83	5.035,51 9.072,17	0,00 0,00	
33190114200000000000			7,04 162,01	7,04 162,01	0,00 154,97		
33190114500000000000			20,47 72,13	20,47 72,13	18,13 69,78		
33190130100000000000			278,14 515,89	278,14 515,89	266,91 375,57		
33190130200000000000			737,47 1.361,57	737,47 1.361,57	729,82 985,90		
33190131800000000000			33,36 45,56	33,36 45,56	33,36 45,56		
33190164400000000000			88,64 219,85	88,64 219,85	7,37 138,58		
33190924900000000000			27,31 70,35	27,31 70,35	27,31 70,35		
33190929900000000000			0,00 30,12	0,00 30,12	0,00 30,12		
33390000000000000000	20.106,31	3.351,04 6.702,08	804,21 19.887,25	6.752,97 11.054,69	6.212,71 10.514,39	0,00 0,00	
33390113300000000000			6.471,28	2.285,00 3.392,41	2.285,00 3.392,41		
33390300100000000000			40,05 137,63	61,88 132,36	61,88 132,36		
33390300600000000000			0,00 3,24	0,00 3,24	0,00 3,24		
33390301500000000000			0,00 104,26	31,28 31,28	31,28 31,28		
33390301600000000000			0,00 1,24	1,24 1,24	1,24 1,24		
33390301700000000000			0,00 13,24	0,00 13,24	0,00 13,24		
33390302100000000000			143,48 143,48	143,48 143,48	143,48 143,48		
33390302600000000000			0,00 4,27	0,00 4,27	0,00 4,27		



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33390000000000000000	20.106,31	3.351,04 6.702,08	804,21 19.887,25	6.752,97 11.054,69	6.212,71 10.514,39	0,00 0,00
33390302800000000000			55,66 77,75	55,66 77,75	55,66 77,75	
33390303100000000000			0,00 68,48	0,00 68,48	0,00 68,48	
33390309900000000000			19,17 19,17	19,17 19,17	19,17 19,17	
33390329900000000000			0,00 101,86	0,00 101,86	0,00 101,86	
33390360700000000000			347,16 638,29	347,16 638,29	347,16 638,29	
33390364200000000000			0,00 0,63	0,00 0,63	0,00 0,63	
33390369600000000000			14,09 129,14	14,09 129,14	14,14 129,14	
33390390500000000000			0,00 546,05	0,00 213,98	213,98 213,98	
33390391500000000000			0,00 69,03	11,50 30,68	11,50 30,68	
33390392000000000000			56,47 56,47	56,47 56,47	56,47 56,47	
33390396300000000000			0,00 9,59	0,00 9,59	0,00 9,59	
33390397700000000000			0,00 3.819,19	1.909,60 2.546,13	1.398,14 2.034,67	
33390397800000000000			0,00 848,46	282,82 424,23	282,82 424,23	
33390397900000000000			0,00 595,38	141,55 231,34	141,55 231,34	
33390398000000000000			0,00 19,55	19,55 19,55	19,55 19,55	
33390398100000000000			18,03 38,17	18,03 38,17	18,03 38,17	
33390399900000000000			11,55 3.599,80	697,18 1.991,04	668,32 1.962,18	



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental					
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental					
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI					
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020					
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA					
33390000000000000000	20.106,31	3.351,04 6.702,08	804,21 19.887,25	6.752,97 11.054,69	6.212,71 10.514,39
33390400100000000000			0,00 100,66	40,27 60,40	40,27 60,40
33390400200000000000			0,00 777,99	129,67 194,50	129,67 194,50
33390400400000000000			0,00 201,30	67,10 100,65	67,10 100,65
33390400500000000000			0,00 110,22	28,79 44,28	28,79 44,28
33390400800000000000			0,00 962,99	78,96 118,45	78,96 118,45
33390924900000000000			98,54 218,44	98,54 218,44	98,54 218,44
34490000000000000000	3.956,03	659,32 1.318,64	1.298,66 2.735,86	1.820,73 2.236,33	1.820,73 2.236,33
34490519900000000000			865,80 2.081,54	1.393,62 1.587,77	1.393,62 1.587,77
34490523000000000000			5,75 5,75	0,00 0,00	0,00 0,00
34490523500000000000			427,11 648,57	427,11 648,57	427,11 648,57
Total Municipio	78.488,31	13.081,34 26.162,68	7.247,92 32.301,94	13.718,75 22.969,86	13.068,95 21.822,89
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO					
33190000000000000000	64.994,11	10.832,34 21.864,68	6.144,09 11.558,21	6.013,27 10.833,75	6.013,27 10.833,75
33190110100000000000			4.066,13 7.411,51	4.066,13 7.411,51	4.066,13 7.411,51
33190113300000000000			653,98 1.188,15	653,98 1.188,15	653,98 1.188,15
33190114200000000000			8,41 193,47	8,41 185,06	8,41 185,06
33190114500000000000			24,45 86,14	24,45 86,14	21,65 83,33

IPM Sistemas Ltda
 Atividade Nat. - WFC1 v-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33190000000000000000	64.994,11	10.832,34 21.664,68	6.144,09 11.558,21	6.144,09 11.558,21	6.013,27 10.833,75	0,00 0,00
33190130100000000000			332,15 616,07	332,15 616,07	318,73 448,50	
33190130200000000000			880,66 1.625,96	880,66 1.625,96	871,54 1.177,33	
33190131800000000000			39,84 54,41	39,84 54,41	39,84 54,41	
33190164400000000000			105,85 262,54	105,85 262,54	8,80 165,49	
33190924900000000000			32,61 84,01	32,61 84,01	32,61 84,01	
33190925900000000000			0,00 35,97	0,00 35,97	0,00 35,97	
33390000000000000000	24.010,45	4.001,74 8.003,48	960,37 23.748,85	8.064,23 13.201,24	7.419,06 12.556,02	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 7.727,84	2.728,69 4.051,13	2.728,69 4.051,13	
33390300100000000000			47,82 164,35	73,90 158,06	73,90 158,06	
33390300600000000000			0,00 3,86	0,00 3,86	0,00 3,86	
33390301500000000000			0,00 124,50	37,35 37,35	37,35 37,35	
33390301600000000000			0,00 1,48	1,48 1,48	1,48 1,48	
33390301700000000000			0,00 15,81	0,00 15,81	0,00 15,81	
33390302100000000000			171,34 171,34	171,34 171,34	171,34 171,34	
33390302600000000000			0,00 5,09	0,00 5,09	0,00 5,09	
33390302800000000000			66,47 92,85	66,47 92,85	66,47 92,85	
33390303100000000000			0,00 81,77	0,00 81,77	0,00 81,77	



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	24.010,45	4.001,74 8.003,48	960,37 23.748,85	8.064,23 13.201,24	7.419,06 12.556,02	0,00 0,00
33390309900000000000			22,90 22,90	22,90 22,90	22,90 22,90	
33390329900000000000			0,00 121,64	0,00 121,64	0,00 121,64	
33390360700000000000			414,57 762,22	414,57 762,22	414,57 762,22	
33390364200000000000			0,00 0,75	0,00 0,75	0,00 0,75	
33390369600000000000			16,83 154,22	16,83 154,22	16,83 154,22	
33390390500000000000			0,00 682,08	0,00 255,52	255,52 255,52	
33390391500000000000			0,00 82,43	13,74 36,64	13,74 36,64	
33390392000000000000			67,43 67,43	67,43 67,43	67,43 67,43	
33390396300000000000			0,00 11,45	0,00 11,45	0,00 11,45	
33390397700000000000			0,00 4.560,78	2.280,39 3.040,52	1.689,63 2.429,76	
33390397800000000000			0,00 1.013,21	337,74 506,60	337,74 506,60	
33390397900000000000			0,00 710,99	169,04 276,26	169,04 276,26	
33390398000000000000			0,00 23,35	23,35 23,35	23,35 23,35	
33390398100000000000			21,53 45,58	21,53 45,58	21,53 45,58	
33390399900000000000			13,80 4.298,79	832,55 2.377,64	798,10 2.343,19	
33390400100000000000			0,00 120,21	48,08 72,13	48,08 72,13	
33390400200000000000			0,00 929,06	154,84 232,27	154,84 232,27	



Assinado por: 1 pessoa:
 SÁBRIANA FURLANI

Identificador: WEO0101202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SÁBRIANA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nari - WFC1 V-2013.01

29/05/2020 16:12:10 -03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	24.010,45	4.001,74 8.003,48	960,37 23.748,85	8.064,23 13.201,24	7.419,06 12.556,02	0,00 0,00
33390400400000000000			0,00 240,39	80,13 120,19	80,13 120,19	
33390400500000000000			0,00 131,63	34,38 52,87	34,38 52,87	
33390400800000000000			0,00 1.149,98	94,30 141,45	94,30 141,45	
33390924900000000000			117,67 260,85	117,67 260,85	117,67 260,85	
34490000000000000000	4.724,19	787,36 1.574,72	1.550,82 3.267,09	2.174,27 2.670,57	2.174,27 2.670,57	0,00 0,00
34490519900000000000			1.033,92 2.485,72	1.664,23 1.896,07	1.664,23 1.896,07	
34490523000000000000			6,87 6,87	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			510,04 774,50	510,04 774,50	510,04 774,50	
Total Municipio	93.728,75	15.621,44 31.242,88	8.655,28 38.574,15	16.382,59 27.430,02	15.606,61 26.060,35	0,00 0,00
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33190000000000000000	45.872,11	7.645,34 15.290,68	4.336,43 8.157,66	4.336,43 8.157,66	4.244,10 7.646,34	0,00 0,00
33190110100000000000			2.869,83 5.230,96	2.869,83 5.230,96	2.869,83 5.230,96	
33190113300000000000			461,57 838,58	461,57 838,58	461,57 838,58	
33190114200000000000			5,94 136,55	5,94 136,55	0,00 130,61	
33190114500000000000			17,26 60,79	17,26 60,79	15,28 58,82	
33190130100000000000			234,43 434,81	234,43 434,81	224,96 316,55	
33190130200000000000			621,56 1.147,58	621,56 1.147,58	615,12 830,95	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda N.º 1 - WCC 1 - 2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABI RINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33190000000000000000	45.872,11	7.645,34 15.290,68	4.336,43 8.157,66	4.336,43 8.157,66	4.244,10 7.646,34	0,00 0,00
33190131800000000000			28,12 38,40	28,12 38,40	28,12 38,40	
33190164400000000000			74,71 185,30	74,71 185,30	6,21 116,80	
33190924900000000000			23,02 59,29	23,02 59,29	23,02 59,29	
33190929900000000000			0,00 25,38	0,00 25,38	0,00 25,38	
33390000000000000000	16.946,30	2.824,38 5.648,76	67,82 16.761,67	5.691,64 9.317,28	5.236,29 8.861,90	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 5.454,22	1.925,88 2.859,24	1.925,88 2.859,24	
33390300100000000000			33,75 116,00	52,16 111,56	52,16 111,56	
33390300600000000000			0,00 2,73	0,00 2,73	0,00 2,73	
33390301500000000000			87,87	26,36 26,36	26,36 26,36	
33390301600000000000			0,00 1,05	0,00 1,05	1,05 1,05	
33390301700000000000			0,00 11,16	0,00 11,16	0,00 11,16	
33390302100000000000			120,93 120,93	120,93 120,93	120,93 120,93	
33390302600000000000			0,00 3,60	0,00 3,60	0,00 3,60	
33390302800000000000			46,91 65,53	46,91 65,53	46,91 65,53	
33390303100000000000			0,00 57,71	0,00 57,71	0,00 57,71	
33390303900000000000			16,16 16,16	16,16 16,16	16,16 16,16	
33390325900000000000			0,00 85,85	0,00 85,85	0,00 85,85	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33390000000000000000	16.946,30	2.824,38 5.648,76	677,82 16.761,67	5.691,64 9.317,28	5.236,29 8.861,90	0,00 0,00
33390360700000000000			292,60 537,97	292,60 537,97	292,60 537,97	
33390364200000000000			0,00 0,53	0,00 0,53	0,00 0,53	
33390369600000000000			11,88 108,84	11,88 108,84	11,92 108,84	
33390390500000000000			0,00 460,23	180,35 180,35	180,35 180,35	
33390391500000000000			0,00 58,18	9,70 25,86	9,70 25,86	
33390392000000000000			47,59 47,59	47,59 47,59	47,59 47,59	
33390396300000000000			0,00 8,08	0,00 8,08	0,00 8,08	
33390397700000000000			0,00 3.218,95	1.609,47 2.145,96	1.178,40 1.714,89	
33390397800000000000			0,00 715,11	238,37 357,56	238,37 357,56	
33390397900000000000			0,00 501,81	119,31 194,98	119,31 194,98	
33390398000000000000			0,00 16,48	16,48 16,48	16,48 16,48	
33390398100000000000			15,20 32,17	15,20 32,17	15,20 32,17	
33390399900000000000			9,74 3.034,04	587,60 1.678,11	587,60 1.653,80	
33390400100000000000			0,00 84,84	33,94 50,91	33,94 50,91	
33390400200000000000			0,00 655,72	109,29 163,93	109,29 163,93	
33390400400000000000			0,00 169,66	56,55 84,83	56,55 84,83	
33390400500000000000			0,00 92,90	24,26 37,32	24,26 37,32	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nari - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SÁBINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33390000000000000000	16.946,30	2.824,38 5.648,76	677,82 16.761,67	5.691,64 9.317,28	5.236,29 8.861,90	0,00 0,00
33390400800000000000			0,00 811,64	66,55 99,83	66,55 99,83	
33390924900000000000			83,05 184,11	83,05 184,11	83,05 184,11	
34490000000000000000	3.334,28	555,70 1.111,40	1.094,55 2.305,88	1.534,58 1.884,86	1.534,58 1.884,86	0,00 0,00
34490519900000000000			729,73 1.754,39	1.174,60 1.338,23	1.174,60 1.338,23	
34490523000000000000			4,85 4,85	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			359,98 546,64	359,98 546,64	359,98 546,64	
Total Município	66.152,69	11.025,42 22.050,84	6.108,80 27.225,20	11.562,64 19.359,80	11.014,97 18.393,10	0,00 0,00
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33190000000000000000	42.727,26	7.121,20 14.242,40	4.039,14 7.598,39	4.039,14 7.598,39	3.953,14 7.122,13	0,00 0,00
33190110100000000000			2.673,08 4.872,34	2.673,08 4.872,34	2.673,08 4.872,34	
33190113300000000000			429,93 781,09	429,93 781,09	429,93 781,09	
33190114200000000000			5,53 127,19	5,53 127,19	0,00 121,66	
33190114500000000000			16,07 56,63	16,07 56,63	14,23 54,78	
33190130100000000000			218,36 405,00	218,36 405,00	209,54 294,85	
33190130200000000000			578,95 1.068,91	578,95 1.068,91	572,95 773,98	
33190131800000000000			26,19 35,77	26,19 35,77	26,19 35,77	
33190164400000000000			69,59 172,60	69,59 172,60	5,78 108,79	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33190000000000000000	42.727,26	7.121,20 14.242,40	4.039,14 7.598,39	4.039,14 7.598,39	3.953,14 7.122,13	0,00 0,00
33190924900000000000			21,44 55,23	21,44 55,23	21,44 55,23	
33190929900000000000			0,00 23,64	0,00 23,64	0,00 23,64	
33390000000000000000	15.784,52	2.630,74 5.261,48	631,35 15.612,54	5.301,44 8.678,52	4.877,31 8.254,35	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 5.080,29	1.793,84 2.663,22	1.793,84 2.663,22	
33390300100000000000			31,44 108,05	48,58 103,91	48,58 103,91	
33390300600000000000			0,00 2,54	0,00 2,54	0,00 2,54	
33390301500000000000			0,00 81,85	24,55 24,55	24,55 24,55	
33390301600000000000			0,00 0,97	0,97 0,97	0,97 0,97	
33390301700000000000			0,00 10,40	0,00 10,40	0,00 10,40	
33390302100000000000			112,64 112,64	112,64 112,64	112,64 112,64	
33390302600000000000			0,00 3,35	0,00 3,35	0,00 3,35	
33390302800000000000			43,70 61,04	43,70 61,04	43,70 61,04	
33390303100000000000			0,00 53,76	0,00 53,76	0,00 53,76	
33390309900000000000			15,05 15,05	15,05 15,05	15,05 15,05	
33390329900000000000			0,00 79,97	0,00 79,97	0,00 79,97	
33390360700000000000			272,54 501,09	272,54 501,09	272,54 501,09	
33390364200000000000			0,00 0,49	0,00 0,49	0,00 0,49	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nari - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ammyv1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33390000000000000000	15.784,52	2.630,74 5.261,48	631,35 15.612,54	5.301,44 8.678,52	4.877,31 8.254,35	0,00 0,00
33390369600000000000			11,06 101,38	11,06 101,38	11,10 101,38	
33390390500000000000			0,00 428,68	167,98 167,98	167,98 167,98	
33390391500000000000			0,00 54,19	9,03 24,08	9,03 24,08	
33390392000000000000			44,33 44,33	44,33 44,33	44,33 44,33	
33390396300000000000			0,00 7,53	0,00 7,53	0,00 7,53	
33390397700000000000			0,00 2.998,27	1.499,13 1.998,84	1.097,62 1.597,33	
33390397800000000000			0,00 686,09	222,03 333,04	222,03 333,04	
33390397900000000000			0,00 467,41	111,13 181,61	111,13 181,61	
33390398000000000000			0,00 15,35	15,35 15,35	15,35 15,35	
33390398100000000000			14,16 29,96	14,16 29,96	14,16 29,96	
33390399900000000000			9,07 2.826,03	547,32 1.563,07	524,67 1.540,42	
33390400100000000000			0,00 79,03	31,61 47,42	31,61 47,42	
33390400200000000000			0,00 610,77	101,79 152,69	101,79 152,69	
33390400400000000000			0,00 158,03	52,68 79,02	52,68 79,02	
33390400500000000000			0,00 86,53	22,60 34,76	22,60 34,76	
33390400800000000000			0,00 756,00	61,99 92,99	61,99 92,99	
33390924900000000000			77,36 171,48	77,36 171,48	77,36 171,48	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
34490000000000000000	3.105,69	517,60 1.035,20	1.019,52 2.147,79	1.429,37 1.755,64	1.429,37 1.755,64	0,00 0,00
34490519900000000000			679,70 1.634,12	1.094,07 1.246,48	1.094,07 1.246,48	
34490523000000000000			4,52 4,52	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			335,30 509,16	335,30 509,16	335,30 509,16	
Total Município	61.617,47	10.269,54 20.539,08	5.690,00 25.358,73	10.769,95 18.032,55	10.259,82 17.132,12	0,00 0,00
121029 - MUNICIPIO DE ILHOTA						
33190000000000000000	72.243,71	0,00 0,00	6.829,42 12.847,44	6.829,42 12.847,44	6.684,01 12.042,18	0,00 0,00
33190110100000000000			4.519,67 8.238,21	4.519,67 8.238,21	4.519,67 8.238,21	
33190113300000000000			726,93 1.320,68	726,93 1.320,68	726,93 1.320,68	
33190114200000000000			9,35 215,05	9,35 215,05	0,00 205,70	
33190114500000000000			27,18 95,75	27,18 95,75	24,06 92,63	
33190130100000000000			369,20 684,78	369,20 684,78	354,29 498,53	
33190130200000000000			978,89 1.807,32	978,89 1.807,32	968,75 1.308,65	
33190131800000000000			44,29 60,47	44,29 60,47	44,29 60,47	
33190164400000000000			117,66 291,83	117,66 291,83	9,78 183,95	
33190924900000000000			36,25 93,38	36,25 93,38	36,25 93,38	
33190925900000000000			0,00 39,98	0,00 39,98	0,00 39,98	



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
121029 - MUNICIPIO DE ILHOTA						
33390000000000000000	26.688,63	0,00 0,00	1.067,49 26.397,85	8.963,73 14.673,73	8.246,60 13.956,55	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 8.589,82	3.033,05 4.503,00	3.033,05 4.503,00	
33390300100000000000			53,16 182,69	82,14 175,69	82,14 175,69	
33390300600000000000			0,00 4,29	0,00 4,29	0,00 4,29	
33390301500000000000			0,00 138,39	41,52 41,52	41,52 41,52	
33390301600000000000			0,00 1,65	1,65 1,65	1,65 1,65	
33390301700000000000			0,00 17,58	0,00 17,58	0,00 17,58	
33390302100000000000			190,45 190,45	190,45 190,45	190,45 190,45	
33390302600000000000			0,00 5,66	0,00 5,66	0,00 5,66	
33390302800000000000			73,89 103,21	73,89 103,21	73,89 103,21	
33390303100000000000			0,00 90,89	0,00 90,89	0,00 90,89	
33390309900000000000			25,45 25,45	25,45 25,45	25,45 25,45	
33390329900000000000			0,00 135,21	0,00 135,21	0,00 135,21	
33390360700000000000			460,81 847,25	460,81 847,25	460,81 847,25	
33390364200000000000			0,00 0,83	0,00 0,83	0,00 0,83	
33390369600000000000			18,71 171,42	18,71 171,42	18,71 171,42	
33390390500000000000			0,00 724,82	0,00 284,03	284,03 284,03	
33390391500000000000			0,00 91,63	15,27 40,72	15,27 40,72	



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
121029 - MUNICIPIO DE ILHOTA						
33390000000000000000	26.688,63	0,00 0,00	1.067,49 26.397,85	8.963,73 14.673,73	8.246,60 13.956,55	0,00 0,00
33390392000000000000			74,95 74,95	74,95 74,95	74,95 74,95	
33390396300000000000			0,00 12,73	0,00 12,73	0,00 12,73	
33390397700000000000			0,00 5.089,50	2.534,75 3.379,67	1.855,86 2.700,78	
33390397800000000000			0,00 1.126,22	375,41 563,11	375,41 563,11	
33390397900000000000			0,00 790,30	187,90 307,07	187,90 307,07	
33390398000000000000			0,00 25,96	25,96 25,96	25,96 25,96	
33390398100000000000			23,94 50,66	23,94 50,66	23,94 50,66	
33390399900000000000			15,33 4.778,29	925,41 2.642,85	887,12 2.604,56	
33390400100000000000			0,00 133,62	53,45 80,17	53,45 80,17	
33390400200000000000			0,00 1.032,69	172,12 258,17	172,12 258,17	
33390400400000000000			0,00 267,20	89,07 133,60	89,07 133,60	
33390400500000000000			0,00 146,31	38,21 58,77	38,21 58,77	
33390400800000000000			0,00 1.278,25	104,82 157,22	104,82 157,22	
33390924900000000000			130,80 289,95	130,80 289,95	130,80 289,95	
34490000000000000000	5.251,14	0,00 0,00	1.723,81 3.631,51	2.416,79 2.968,46	2.416,79 2.968,46	0,00 0,00
34490519900000000000			1.149,24 2.762,98	1.849,86 2.107,56	1.849,86 2.107,56	
34490523000000000000			7,64 7,64	0,00 0,00	0,00 0,00	

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EFO-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
121029 - MUNICIPIO DE ILHOTA						
34490000000000000000	5.251,14	0,00 0,00	1.723,81 3.631,51	2.416,79 2.968,46	2.416,79 2.968,46	0,00 0,00
34490523500000000000			566,93 860,89	566,93 860,89	566,93 860,89	
Total Município	104.183,48	0,00 0,00	9.620,71 42.876,81	18.209,94 30.489,63	17.347,41 28.967,18	0,00 0,00
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33190000000000000000	228.644,94	0,00 0,00	21.614,49 40.661,02	21.614,49 40.661,02	21.154,30 38.112,42	0,00 0,00
33190110100000000000			14.304,36 26.073,21	14.304,36 26.073,21	14.304,36 26.073,21	
33190113300000000000			2.300,67 4.179,83	2.300,67 4.179,83	2.300,67 4.179,83	
33190114200000000000			29,59 680,62	29,59 680,62	0,00 651,03	
33190114500000000000			86,01 303,02	86,01 303,02	76,15 293,16	
33190130100000000000			1.168,48 2.167,28	1.168,48 2.167,28	1.121,29 1.577,80	
33190130200000000000			3.098,11 5.720,01	3.098,11 5.720,01	3.066,00 4.141,78	
33190131800000000000			140,16 191,39	140,16 191,39	140,16 191,39	
33190164400000000000			372,38 923,61	372,38 923,61	30,95 582,17	
33190924900000000000			114,72 295,53	114,72 295,53	114,72 295,53	
33190929900000000000			0,00 126,52	0,00 126,52	0,00 126,52	
33390000000000000000	84.467,15	0,00 0,00	3.378,50 83.546,85	28.369,42 46.441,07	26.099,77 44.171,23	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 27.186,01	0,00 14.251,59	9.599,34 14.251,59	
33390300100000000000			168,24 578,19	259,97 556,05	259,97 556,05	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvni.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	84.467,15	0,00	3.378,50 83.546,85	28.369,42 46.441,07	26.099,77 44.171,23	0,00 0,00
33390300600000000000			0,00 13,59	0,00 13,59	0,00 13,59	0,00 13,59
33390301500000000000			0,00 438,00	131,40 131,40	131,40 131,40	131,40 131,40
33390301600000000000			0,00 5,22	5,22 5,22	5,22 5,22	5,22 5,22
33390301700000000000			0,00 55,63	0,00 55,63	0,00 55,63	0,00 55,63
33390302100000000000			602,75 602,75	602,75 602,75	602,75 602,75	602,75 602,75
33390302600000000000			0,00 17,92	0,00 17,92	0,00 17,92	0,00 17,92
33390302800000000000			233,84 326,65	233,84 326,65	233,84 326,65	233,84 326,65
33390303100000000000			0,00 287,67	0,00 287,67	0,00 287,67	0,00 287,67
33390309900000000000			80,55 80,55	80,55 80,55	80,55 80,55	80,55 80,55
33390329900000000000			0,00 427,93	0,00 427,93	0,00 427,93	0,00 427,93
33390360700000000000			1.458,43 2.681,46	1.458,43 2.681,46	1.458,43 2.681,46	1.458,43 2.681,46
33390364200000000000			0,00 2,63	0,00 2,63	0,00 2,63	0,00 2,63
33390369600000000000			59,21 542,52	59,21 542,52	59,40 542,52	59,40 542,52
33390390500000000000			0,00 2.293,98	0,00 2.293,98	0,00 2.293,98	0,00 2.293,98
33390391500000000000			0,00 289,99	0,00 289,99	48,33 128,88	48,33 128,88
33390392000000000000			237,22 237,22	237,22 237,22	237,22 237,22	237,22 237,22
33390396300000000000			0,00 40,28	0,00 40,28	0,00 40,28	0,00 40,28



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	84.467,15	0,00 0,00	3.378,50 83.546,85	28.369,42 46.441,07	26.099,77 44.171,23	0,00 0,00
33390397700000000000			0,00 16.044,52	8.022,26 10.696,35	5.873,63 8.547,72	
33390397800000000000			0,00 3.564,40	1.188,13 1.782,20	1.188,13 1.782,20	
33390397900000000000			0,00 2.501,22	594,67 971,85	594,67 971,85	
33390398000000000000			0,00 82,15	82,15 82,15	82,15 82,15	
33390398100000000000			75,76 160,34	75,76 160,34	75,76 160,34	
33390399900000000000			48,53 15.122,86	2.928,85 8.364,40	2.807,65 8.243,19	
33390400100000000000			0,00 422,90	169,16 253,74	169,16 253,74	
33390400200000000000			0,00 3.288,38	544,73 817,09	544,73 817,09	
33390400400000000000			0,00 845,67	281,89 422,83	281,89 422,83	
33390400500000000000			0,00 463,05	120,94 186,01	120,94 186,01	
33390400800000000000			0,00 4.045,54	331,73 497,60	331,73 497,60	
33390924900000000000			413,97 917,66	413,97 917,66	413,97 917,66	
34490000000000000000	16.619,38	0,00 0,00	5.455,70 11.493,41	7.648,94 9.394,90	7.648,94 9.394,90	0,00 0,00
34490519900000000000			3.637,25 8.744,60	5.854,65 6.670,25	5.854,65 6.670,25	
34490523000000000000			24,17 24,17	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			1.794,28 2.724,65	1.794,28 2.724,65	1.794,28 2.724,65	
Total Municipio	329.731,47	0,00 0,00	30.448,69 135.701,29	57.632,85 96.496,99	54.903,00 91.678,55	0,00 0,00

IPM Sistemas Ltda
 Atividade Nat. - WFC1 v-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EFO-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33190000000000000000	67.630,05	11.271,66 22.543,32	6.393,27 12.026,97	6.393,27 12.026,97	6.257,15 11.273,13	0,00 0,00
33190110100000000000			4.231,03 7.712,10	4.231,03 7.712,10	4.231,03 7.712,10	
33190113300000000000			680,51 1.236,34	680,51 1.236,34	680,51 1.236,34	
33190114200000000000			8,75 201,32	8,75 201,32	0,00 192,56	
33190114500000000000			25,44 89,63	25,44 89,63	22,52 86,71	
33190130100000000000			345,62 641,05	345,62 641,05	331,66 466,69	
33190130200000000000			916,38 1.691,90	916,38 1.691,90	906,88 1.225,08	
33190131800000000000			41,46 56,61	41,46 56,61	41,46 56,61	
33190164400000000000			110,15 273,19	110,15 273,19	9,15 172,20	
33190924900000000000			33,93 87,41	33,93 87,41	33,93 87,41	
33190929900000000000			0,00 37,42	0,00 37,42	0,00 37,42	
33390000000000000000	24.984,23	4.164,02 8.328,04	999,31 24.712,02	8.391,29 13.736,63	7.719,96 13.065,25	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 8.041,25	2.839,35 4.215,43	2.839,35 4.215,43	
33390300100000000000			49,76 171,02	76,89 164,47	76,89 164,47	
33390300600000000000			0,00 4,02	0,00 4,02	0,00 4,02	
33390301500000000000			0,00 129,55	38,87 38,87	38,87 38,87	
33390301600000000000			0,00 1,54	1,54 1,54	1,54 1,54	
33390301700000000000			0,00 16,45	0,00 16,45	0,00 16,45	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33390000000000000000	24.984,23	4.164,02 8.328,04	999,31 24.712,02	8.391,29 13.736,63	7.719,96 13.065,25	0,00 0,00
33390302100000000000			178,28 178,28	178,28 178,28	178,28 178,28	
33390302600000000000			0,00 5,30	0,00 5,30	0,00 5,30	
33390302800000000000			69,17 96,62	69,17 96,62	69,17 96,62	
33390303100000000000			0,00 85,09	0,00 85,09	0,00 85,09	
33390309900000000000			23,83 23,83	23,83 23,83	23,83 23,83	
33390329900000000000			0,00 126,58	0,00 126,58	0,00 126,58	
33390360700000000000			431,38 793,14	431,38 793,14	431,38 793,14	
33390364200000000000			0,00 0,78	0,00 0,78	0,00 0,78	
33390369600000000000			17,51 160,47	17,51 160,47	17,57 160,47	
33390390500000000000			0,00 678,53	265,89 265,89	265,89 265,89	
33390391500000000000			0,00 85,77	14,30 38,12	14,30 38,12	
33390392000000000000			70,17 70,17	70,17 70,17	70,17 70,17	
33390396300000000000			0,00 11,91	0,00 11,91	0,00 11,91	
33390397700000000000			0,00 4.745,75	2.372,88 3.163,83	1.737,34 2.528,30	
33390397800000000000			0,00 1.054,30	351,43 527,15	351,43 527,15	
33390397900000000000			0,00 739,83	175,90 287,46	175,90 287,46	
33390398000000000000			0,00 24,30	24,30 24,30	24,30 24,30	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33390000000000000000	24.984,23	4.164,02 8.328,04	999,31 24.712,02	8.391,29 13.736,63	7.719,96 13.065,25	0,00 0,00
33390398100000000000			22,41 47,43	22,41 47,43	22,41 47,43	
33390399900000000000			14,36 4.473,14	866,31 2.474,07	830,46 2.438,22	
33390400100000000000			0,00 125,09	50,03 75,05	50,03 75,05	
33390400200000000000			0,00 966,74	161,12 241,69	161,12 241,69	
33390400400000000000			0,00 250,14	83,38 125,07	83,38 125,07	
33390400500000000000			0,00 136,96	35,77 55,02	35,77 55,02	
33390400800000000000			0,00 1.196,61	98,12 147,18	98,12 147,18	
33390924900000000000			122,45 271,43	122,45 271,43	122,45 271,43	
34490000000000000000	4.915,79	819,28 1.638,56	1.613,72 3.399,60	2.262,45 2.778,88	2.262,45 2.778,88	0,00 0,00
34490519900000000000			1.075,85 2.586,53	1.731,73 1.972,97	1.731,73 1.972,97	
34490523000000000000			7,15 7,15	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			530,72 805,92	530,72 805,92	530,72 805,92	
Total Município	97.530,07	16.254,96 32.509,92	9.006,31 40.138,59	17.047,01 28.542,49	16.239,56 27.117,27	0,00 0,00
118311 - MUNICIPIO DE MASSARANDUBA						
33190000000000000000	80.057,07	13.342,84 26.685,68	7.568,04 14.236,93	7.568,04 14.236,93	7.406,90 13.344,57	0,00 0,00
33190110100000000000			5.008,49 9.129,20	5.008,49 9.129,20	5.008,49 9.129,20	
33190113300000000000			805,55 1.463,51	805,55 1.463,51	805,55 1.463,51	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Niterói - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvni.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118311 - MUNICIPIO DE MASSARANDUBA						
33190000000000000000	80.057,07	13.342,84 26.685,68	7.568,04 14.236,93	7.568,04 14.236,93	7.406,90 13.344,57	0,00 0,00
33190114200000000000			10,36 238,31	10,36 238,31	0,00 227,95	
33190114500000000000			30,12 106,10	30,12 106,10	26,66 102,65	
33190130100000000000			409,13 758,84	409,13 758,84	392,60 552,44	
33190130200000000000			1.084,76 2.002,79	1.084,76 2.002,79	1.073,52 1.450,19	
33190131800000000000			49,08 67,01	49,08 67,01	49,08 67,01	
33190164400000000000			130,38 323,39	130,38 323,39	10,84 203,84	
33190924900000000000			40,17 103,48	40,17 103,48	40,17 103,48	
33190929900000000000			0,00 44,30	0,00 44,30	0,00 44,30	
33390000000000000000	29.575,08	4.929,18 9.858,36	1.182,94 29.252,85	9.933,18 16.260,74	9.138,50 15.465,99	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 9.518,83	3.361,08 4.990,01	3.361,08 4.990,01	
33390300100000000000			58,91 202,44	91,02 194,69	91,02 194,69	
33390300600000000000			0,00 4,76	0,00 4,76	0,00 4,76	
33390301500000000000			0,00 153,36	46,01 46,01	46,01 46,01	
33390301600000000000			0,00 1,83	1,83 1,83	1,83 1,83	
33390301700000000000			0,00 19,48	0,00 19,48	0,00 19,48	
33390302100000000000			211,04 211,04	211,04 211,04	211,04 211,04	
33390302600000000000			0,00 6,28	0,00 6,28	0,00 6,28	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118311 - MUNICIPIO DE MASSARANDUBA						
33390000000000000000	29.575,08	4.929,18 9.858,36	1.182,94 29.252,85	9.933,18 16.260,74	9.138,50 15.465,99	0,00 0,00
33390302800000000000			81,88 114,37	81,88 114,37	81,88 114,37	
33390303100000000000			0,00 100,72	0,00 100,72	0,00 100,72	
33390309900000000000			28,20 28,20	28,20 28,20	28,20 28,20	
33390329900000000000			0,00 149,83	0,00 149,83	0,00 149,83	
33390360700000000000			510,65 938,88	510,65 938,88	510,65 938,88	
33390364200000000000			0,00 0,92	0,00 0,92	0,00 0,92	
33390369600000000000			20,73 189,96	20,73 189,96	20,80 189,96	
33390390500000000000			0,00 803,21	314,74 314,74	314,74 314,74	
33390391500000000000			0,00 101,53	16,92 45,13	16,92 45,13	
33390392000000000000			83,06 83,06	83,06 83,06	83,06 83,06	
33390396300000000000			0,00 14,10	0,00 14,10	0,00 14,10	
33390397700000000000			0,00 5.617,78	2.808,89 3.745,19	2.056,58 2.992,87	
33390397800000000000			0,00 1.248,03	416,01 624,01	416,01 624,01	
33390397900000000000			0,00 875,77	208,22 340,28	208,22 340,28	
33390398000000000000			0,00 28,76	28,76 28,76	28,76 28,76	
33390398100000000000			26,53 56,14	26,53 56,14	26,53 56,14	
33390399900000000000			16,99 5.295,07	1.025,50 2.928,68	983,06 2.886,25	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO010202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
118311 - MUNICIPIO DE MASSARANDUBA						
33390000000000000000	29.575,08	4.929,18 9.858,36	1.182,94 29.252,85	9.933,18 16.260,74	9.138,50 15.465,99	0,00 0,00
33390400100000000000			0,00 148,07	59,23 88,84	59,23 88,84	
33390400200000000000			0,00 1.144,38	190,73 286,09	190,73 286,09	
33390400400000000000			0,00 296,10	98,70 148,05	98,70 148,05	
33390400500000000000			0,00 162,13	42,35 65,13	42,35 65,13	
33390400800000000000			0,00 1.416,49	116,15 174,23	116,15 174,23	
33390924900000000000			144,95 321,31	144,95 321,31	144,95 321,31	
34490000000000000000	5.819,06	969,84 1.939,68	1.910,24 4.024,27	2.678,18 3.289,50	2.678,18 3.289,50	0,00 0,00
34490519900000000000			1.273,53 3.061,81	2.049,93 2.335,50	2.049,93 2.335,50	
34490523000000000000			8,46 8,46	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			628,25 954,00	628,25 954,00	628,25 954,00	
Total Municipio	115.451,21	19.241,86 38.483,72	10.661,22 47.514,05	20.179,40 33.787,17	19.223,58 32.100,06	0,00 0,00
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33190000000000000000	127.351,65	10.612,63 31.837,89	12.038,93 22.647,55	12.038,93 22.647,55	11.782,61 21.228,02	0,00 0,00
33190110100000000000			7.967,30 14.522,37	7.967,30 14.522,37	7.967,30 14.522,37	
33190113300000000000			1.281,44 2.328,10	1.281,44 2.328,10	1.281,44 2.328,10	
33190114200000000000			16,48 379,09	16,48 379,09	0,00 362,61	
33190114500000000000			47,91 168,78	47,91 168,78	42,42 163,29	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33190000000000000000	127.351,65	10.612,63 31.837,89	12.038,93 22.647,55	12.038,93 22.647,55	11.782,61 21.228,02	0,00 0,00
33190130100000000000			650,83 1.207,14	650,83 1.207,14	624,54 878,81	
33190130200000000000			1.725,60 3.185,95	1.725,60 3.185,95	1.707,72 2.306,90	
33190131800000000000			78,07 106,60	78,07 106,60	78,07 106,60	
33190164400000000000			207,41 514,43	207,41 514,43	17,24 324,26	
33190924900000000000			63,90 164,60	63,90 164,60	63,90 164,60	
33190925900000000000			0,00 70,47	0,00 70,47	0,00 70,47	
33390000000000000000	47.046,88	3.320,57 11.761,71	1.881,77 46.534,29	15.801,32 25.866,95	14.537,16 24.602,68	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 15.142,18	5.346,68 7.937,91	5.346,68 7.937,91	
33390300100000000000			93,70 322,04	144,80 309,71	144,80 309,71	
33390300600000000000			0,00 7,57	0,00 7,57	0,00 7,57	
33390301500000000000			0,00 243,96	73,19 73,19	73,19 73,19	
33390301600000000000			0,00 2,91	2,91 2,91	2,91 2,91	
33390301700000000000			0,00 30,99	0,00 30,99	0,00 30,99	
33390302100000000000			335,72 335,72	335,72 335,72	335,72 335,72	
33390302600000000000			0,00 9,98	0,00 9,98	0,00 9,98	
33390302800000000000			130,25 181,94	130,25 181,94	130,25 181,94	
33390303100000000000			0,00 160,23	0,00 160,23	0,00 160,23	



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33390000000000000000	47.046,88	3.920,57 11.761,71	1.881,77 46.534,29	15.801,32 25.866,95	14.537,16 24.602,68	0,00 0,00
33390309900000000000			44,87 44,87	44,87 44,87	44,87 44,87	
33390329900000000000			0,00 238,35	0,00 238,35	0,00 238,35	
33390360700000000000			812,32 1.493,53	812,32 1.493,53	812,32 1.493,53	
33390364200000000000			0,00 1,46	0,00 1,46	0,00 1,46	
33390369600000000000			32,98 302,18	32,98 302,18	33,08 302,18	
33390390500000000000			0,00 1.277,71	0,00 500,68	500,68 500,68	
33390391500000000000			0,00 161,52	26,92 71,79	26,92 71,79	
33390392000000000000			132,13 132,13	132,13 132,13	132,13 132,13	
33390396300000000000			0,00 22,43	0,00 22,43	0,00 22,43	
33390397700000000000			0,00 8.936,55	4.468,27 5.957,70	3.271,52 4.760,95	
33390397800000000000			0,00 1.985,32	661,77 992,66	661,77 992,66	
33390397900000000000			0,00 1.393,14	331,22 541,31	331,22 541,31	
33390398000000000000			0,00 45,76	45,76 45,76	45,76 45,76	
33390398100000000000			42,20 89,31	42,20 89,31	42,20 89,31	
33390399900000000000			27,03 8.423,20	1.631,32 4.658,84	1.563,81 4.591,33	
33390400100000000000			0,00 235,55	94,22 141,33	94,22 141,33	
33390402000000000000			0,00 1.820,43	303,41 455,11	303,41 455,11	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO010202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3506 - MUNICÍPIO DE POMEROUE						
33390000000000000000	47.046,88	3.920,57 11.761,71	1.881,77 46.534,29	15.801,32 25.866,95	14.537,16 24.602,68	0,00 0,00
33390400400000000000			0,00 471,02	157,01 235,51	157,01 235,51	
33390400500000000000			0,00 257,91	67,36 103,60	67,36 103,60	
33390400800000000000			0,00 2.253,30	184,77 277,15	184,77 277,15	
33390924900000000000			230,57 511,12	230,57 511,12	230,57 511,12	
34490000000000000000	9.256,73	771,39 2.314,17	3.038,74 6.401,65	4.260,34 5.232,81	4.260,34 5.232,81	0,00 0,00
34490519900000000000			2.025,89 4.870,60	3.260,95 3.715,22	3.260,95 3.715,22	
34490523000000000000			13,46 13,46	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			999,39 1.517,59	999,39 1.517,59	999,39 1.517,59	
Total Município	183.655,26	15.304,59 45.913,77	16.959,44 75.583,49	32.100,59 53.747,31	30.580,11 51.063,52	0,00 0,00
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS						
33190000000000000000	64.988,02	10.831,32 21.662,64	6.143,51 11.557,13	6.143,51 11.557,13	6.012,71 10.832,74	0,00 0,00
33190110100000000000			4.065,74 7.410,82	4.065,74 7.410,82	4.065,74 7.410,82	
33190113300000000000			653,92 1.188,04	653,92 1.188,04	653,92 1.188,04	
33190114200000000000			8,41 193,45	8,41 193,45	0,00 185,04	
33190114500000000000			24,45 86,13	24,45 86,13	21,64 83,33	
33190130100000000000			332,12 616,01	332,12 616,01	318,70 448,46	
33190130200000000000			880,58 1.625,80	880,58 1.625,80	871,45 1.177,22	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33190000000000000000	64.988,02	10.831,32 21.662,64	6.143,51 11.557,13	6.143,51 11.557,13	6.012,71 10.832,74	0,00 0,00
33190131800000000000			39,84 54,40	39,84 54,40	39,84 54,40	
33190164400000000000			105,84 262,52	105,84 262,52	8,80 165,47	
33190924900000000000			32,61 84,00	32,61 84,00	32,61 84,00	
33190929900000000000			0,00 35,96	0,00 35,96	0,00 35,96	
33390000000000000000	24.008,20	4.001,36 8.002,72	960,28 23.746,62	8.063,47 13.200,00	7.418,37 12.554,84	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 7.727,11	2.728,43 4.050,75	2.728,43 4.050,75	
33390300100000000000			47,82 164,34	73,89 158,05	73,89 158,05	
33390300600000000000			0,00 3,86	0,00 3,86	0,00 3,86	
33390301500000000000			0,00 124,49	37,35 37,35	37,35 37,35	
33390301600000000000			0,00 1,48	1,48 1,48	1,48 1,48	
33390301700000000000			0,00 15,81	0,00 15,81	0,00 15,81	
33390302100000000000			171,32 171,32	171,32 171,32	171,32 171,32	
33390302600000000000			0,00 5,09	0,00 5,09	0,00 5,09	
33390302800000000000			66,46 92,84	66,46 92,84	66,46 92,84	
33390303100000000000			0,00 81,76	0,00 81,76	0,00 81,76	
33390309900000000000			22,90 22,90	22,90 22,90	22,90 22,90	
33390325900000000000			0,00 121,63	0,00 121,63	0,00 121,63	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO0101202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	24.008,20	4.001,36 8.002,72	960,28 23.746,62	8.063,47 13.200,00	7.418,37 12.554,84	0,00 0,00
33390360700000000000			414,53 762,15	414,53 762,15	414,53 762,15	
33390364200000000000			0,00 0,75	0,00 0,75	0,00 0,75	
33390369600000000000			16,83 154,20	16,83 154,20	16,83 154,20	
33390390500000000000			0,00 652,02	0,00 652,02	0,00 652,02	
33390391500000000000			0,00 82,42	0,00 82,42	0,00 82,42	
33390392000000000000			67,43 67,43	67,43 67,43	67,43 67,43	
33390396300000000000			0,00 11,45	0,00 11,45	0,00 11,45	
33390397700000000000			0,00 4.560,35	0,00 4.560,35	0,00 4.560,35	
33390397800000000000			0,00 1.013,11	0,00 1.013,11	0,00 1.013,11	
33390397900000000000			0,00 710,93	0,00 710,93	0,00 710,93	
33390398000000000000			0,00 23,35	0,00 23,35	0,00 23,35	
33390398100000000000			21,53 45,57	21,53 45,57	21,53 45,57	
33390399900000000000			13,79 4.298,39	13,79 4.298,39	13,79 4.298,39	
33390400100000000000			0,00 120,20	0,00 120,20	0,00 120,20	
33390400200000000000			0,00 928,97	0,00 928,97	0,00 928,97	
33390400400000000000			0,00 240,37	0,00 240,37	0,00 240,37	
33390400500000000000			0,00 131,61	0,00 131,61	0,00 131,61	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda N.º 1 - WCC 1 - 2013.01

Identificador: WEO010202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SÁBINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	24.008,20	4.001,36 8.002,72	960,28 23.746,62	8.063,47 13.200,00	7.418,37 12.554,84	0,00 0,00
33390400800000000000			0,00 1.149,87	94,29 141,43	94,29 141,43	
33390924900000000000			117,66 260,83	117,66 260,83	117,66 260,83	
34490000000000000000	4.723,74	787,28 1.574,56	1.550,68 3.266,79	2.174,07 2.670,32	2.174,07 2.670,32	0,00 0,00
34490519900000000000			1.033,82 2.485,49	1.664,07 1.895,89	1.664,07 1.895,89	
34490523000000000000			6,87 6,87	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			509,99 774,43	509,99 774,43	509,99 774,43	
Total Município	93.719,96	15.619,96 31.239,92	8.654,47 38.570,54	16.381,05 27.427,45	15.605,14 26.057,90	0,00 0,00
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33190000000000000000	65.411,60	0,00 10.901,92	6.183,56 11.632,46	6.183,56 11.632,46	6.051,90 10.903,34	0,00 0,00
33190110100000000000			4.092,24 7.459,12	4.092,24 7.459,12	4.092,24 7.459,12	
33190113300000000000			658,18 1.195,78	658,18 1.195,78	658,18 1.195,78	
33190114200000000000			8,47 194,71	8,47 194,71	0,00 186,25	
33190114500000000000			24,61 86,69	24,61 86,69	21,79 83,87	
33190130100000000000			334,28 620,02	334,28 620,02	320,78 451,38	
33190130200000000000			886,32 1.636,40	886,32 1.636,40	877,13 1.184,89	
33190131800000000000			40,10 54,75	40,10 54,75	40,10 54,75	
33190164400000000000			106,53 264,23	106,53 264,23	8,85 166,55	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33190000000000000000	65.411,60	0,00 10.901,92	6.183,56 11.632,46	6.183,56 11.632,46	6.051,90 10.903,34	0,00 0,00
33190924900000000000			32,82 84,55	32,82 84,55	32,82 84,55	
33190929900000000000			0,00 36,20	0,00 36,20	0,00 36,20	
33390000000000000000	24.164,68	0,00 4.027,44	966,53 23.901,40	8.116,03 13.286,03	7.466,72 12.636,67	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 7.777,47	2.746,21 4.077,15	2.746,21 4.077,15	
33390300100000000000			48,13 165,41	74,37 159,08	74,37 159,08	
33390300600000000000			0,00 3,89	0,00 3,89	0,00 3,89	
33390301500000000000			0,00 125,30	37,59 37,59	37,59 37,59	
33390301600000000000			0,00 1,49	1,49 1,49	1,49 1,49	
33390301700000000000			0,00 15,92	0,00 15,92	0,00 15,92	
33390302100000000000			172,44 172,44	172,44 172,44	172,44 172,44	
33390302600000000000			0,00 5,13	0,00 5,13	0,00 5,13	
33390302800000000000			66,90 93,45	66,90 93,45	66,90 93,45	
33390303100000000000			0,00 82,30	0,00 82,30	0,00 82,30	
33390309900000000000			23,04 23,04	23,04 23,04	23,04 23,04	
33390329900000000000			0,00 122,42	0,00 122,42	0,00 122,42	
33390360700000000000			417,23 767,12	417,23 767,12	417,23 767,12	
33390364200000000000			0,00 0,75	0,00 0,75	0,00 0,75	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WCC 1-2013.01

Identificador: WEO010202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33390000000000000000	24.164,68	0,00 4.027,44	966,53 23.901,40	8.116,03 13.286,03	7.466,72 12.636,67	0,00 0,00
33390369600000000000			16,94 155,21	16,94 155,21	16,99 155,21	
33390390500000000000			0,00 656,27	257,17 257,17	257,17 257,17	
33390391500000000000			0,00 82,96	13,83 36,87	13,83 36,87	
33390392000000000000			67,87 67,87	67,87 67,87	67,87 67,87	
33390396300000000000			0,00 11,52	0,00 11,52	0,00 11,52	
33390397700000000000			0,00 4.590,08	2.295,04 3.060,05	1.680,35 2.445,36	
33390397800000000000			0,00 1.019,72	339,91 509,86	339,91 509,86	
33390397900000000000			0,00 715,56	170,13 278,03	170,13 278,03	
33390398000000000000			0,00 23,50	23,50 23,50	23,50 23,50	
33390398100000000000			21,67 45,87	21,67 45,87	21,67 45,87	
33390399900000000000			13,88 4.326,40	837,90 2.392,92	803,22 2.358,24	
33390400100000000000			0,00 120,98	48,39 72,59	48,39 72,59	
33390400200000000000			0,00 985,03	155,84 233,76	155,84 233,76	
33390400400000000000			0,00 241,93	80,64 120,97	80,64 120,97	
33390400500000000000			0,00 132,47	34,60 53,21	34,60 53,21	
33390400800000000000			0,00 1.157,36	94,90 142,35	94,90 142,35	
33390924900000000000			118,43 262,53	118,43 262,53	118,43 262,53	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO0101202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SÁBINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO						
34490000000000000000	4.754,53	0,00 792,42	1.560,79 3.288,08	2.188,24 2.687,73	2.188,24 2.687,73	0,00 0,00
34490519900000000000			1.040,56 2.501,69	1.674,92 1.908,25	1.674,92 1.908,25	
34490523000000000000			6,91 6,91	0,00 0,00	0,00 0,00	
34490523500000000000			513,32 779,48	513,32 779,48	513,32 779,48	
Total Município	94.330,81	0,00 15.721,78	8.710,88 38.821,93	16.487,82 27.606,22	15.706,86 26.227,74	0,00 0,00
3530 - MUNICÍPIO DE TIMBÓ						
33190000000000000000	158.693,45	26.448,90 52.897,80	15.001,77 28.221,21	15.001,77 28.221,21	14.682,37 26.452,33	0,00 0,00
33190110100000000000			9.928,09 18.096,39	9.928,09 18.096,39	9.928,09 18.096,39	
33190113300000000000			1.596,80 2.901,05	1.596,80 2.901,05	1.596,80 2.901,05	
33190114200000000000			20,54 472,39	20,54 472,39	0,00 451,85	
33190114500000000000			59,70 210,32	59,70 210,32	52,85 203,47	
33190130100000000000			811,00 1.504,22	811,00 1.504,22	778,24 1.095,09	
33190130200000000000			2.150,28 3.970,03	2.150,28 3.970,03	2.127,99 2.874,64	
33190131800000000000			97,28 132,84	97,28 132,84	97,28 132,84	
33190164400000000000			258,46 641,04	258,46 641,04	21,48 404,06	
33190924900000000000			79,62 205,11	79,62 205,11	79,62 205,11	
33190925900000000000			0,00 87,82	0,00 87,82	0,00 87,82	



Assinado por 1 pessoa: SÁBRINA FURLANI

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SÁBRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

29/05/2020 16:12:10 -03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	58.625,33	14.656,32 19.541,76	2.344,88 57.986,58	19.690,10 32.232,92	18.114,82 30.657,51	0,00 0,00
33390113300000000000			0,00 18.868,74	6.662,52 9.891,47	6.662,52 9.891,47	
33390300100000000000			116,77 401,30	180,43 385,93	180,43 385,93	
33390300600000000000			0,00 9,43	0,00 9,43	0,00 9,43	
33390301500000000000			0,00 304,00	91,20 91,20	91,20 91,20	
33390301600000000000			0,00 3,62	3,62 3,62	3,62 3,62	
33390301700000000000			0,00 38,61	0,00 38,61	0,00 38,61	
33390302100000000000			418,34 418,34	418,34 418,34	418,34 418,34	
33390302600000000000			0,00 12,44	0,00 12,44	0,00 12,44	
33390302800000000000			162,30 226,72	162,30 226,72	162,30 226,72	
33390303100000000000			0,00 199,66	0,00 199,66	0,00 199,66	
33390309900000000000			55,91 55,91	55,91 55,91	55,91 55,91	
33390329900000000000			0,00 297,01	0,00 297,01	0,00 297,01	
33390360700000000000			1.012,24 1.861,09	1.012,24 1.861,09	1.012,24 1.861,09	
33390364200000000000			0,00 1,83	0,00 1,83	0,00 1,83	
33390369600000000000			41,10 376,54	41,10 376,54	41,10 376,54	
33390390500000000000			0,00 1.592,16	623,90 623,90	623,90 623,90	
33390391500000000000			0,00 201,27	33,54 89,45	33,54 89,45	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO0101202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental Subfunção: 0542 - Controle Ambiental Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	58.625,33	14.656,32 19.541,76	2.344,88 57.986,58	19.690,10 32.232,32	18.114,82 30.657,51	0,00 0,00
33390392000000000000			164,65 164,65	164,65 164,65	164,65 164,65	
33390396300000000000			0,00 27,95	0,00 27,95	0,00 27,95	
33390397700000000000			0,00 11.135,87	0,00 7.423,91	4.076,66 5.932,64	
33390397800000000000			0,00 2.473,91	824,64 1.236,96	824,64 1.236,96	
33390397900000000000			0,00 1.736,00	412,74 674,53	412,74 674,53	
33390398000000000000			0,00 57,02	57,02 57,02	57,02 57,02	
33390398100000000000			52,58 111,28	52,58 111,28	52,58 111,28	
33390399900000000000			33,68 10.496,18	2.032,80 5.805,40	1.948,68 5.721,27	
33390400100000000000			0,00 293,51	117,41 176,11	117,41 176,11	
33390400200000000000			0,00 2.268,45	378,08 567,11	378,08 567,11	
33390400400000000000			0,00 586,95	195,65 293,47	195,65 293,47	
33390400500000000000			0,00 321,38	83,94 129,10	83,94 129,10	
33390400800000000000			0,00 2.807,85	230,24 345,36	230,24 345,36	
33390924900000000000			287,32 636,91	287,32 636,91	287,32 636,91	
34490000000000000000	11.534,85	2.883,69 3.844,92	3.786,58 7.977,13	5.308,83 6.520,63	5.308,83 6.520,63	0,00 0,00
34490519900000000000			2.524,47 6.069,28	4.063,48 4.629,56	4.063,48 4.629,56	
34490523000000000000			16,77 16,77	0,00 0,00	0,00 0,00	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Niterói - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

29/05/2020 16:12:10 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

Pág 38 / 38

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0542 - Controle Ambiental						
Fonte/Destinação: 01000920 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Lic. Ambiental - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
9 - CIMVI - LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
34490000000000000000	11.534,85	2.883,69 3.844,92	3.786,58 7.977,13	5.308,83 6.520,63	5.308,83 6.520,63	0,00 0,00
34490523500000000000			1.245,34 1.891,07	1.245,34 1.891,07	1.245,34 1.891,07	
Total Município	228.853,63	43.988,91 76.284,48	21.133,24 94.164,92	40.000,69 66.974,76	38.106,01 63.630,47	0,00 0,00
Total Área Atuação	1.637.370,54	175.395,90 370.124,83	151.201,19 673.861,34	286.191,45 479.181,82	272.635,67 455.254,58	0,00 0,00
Total	1.637.370,54	175.395,90 370.124,83	151.201,19 673.861,34	286.191,45 479.181,82	272.635,67 455.254,58	0,00 0,00

Assinado por 1 pessoa: SABRINA FURLANI



29/05/2020 16:12:10 -03

Identificador: WEO1001202-004-VJPL-328468330 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Alameda Nair - WFC1 V-2013.01



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 78C9-D4C5-2EF0-CF8D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 01/06/2020 13:46:50 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/78C9-D4C5-2EF0-CF8D>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – RECURSOS NATURAIS – 1º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512722

Pág 1 / 4

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	4.074,03	679,00 679,00	1.714,50 1.714,50	272,68 272,68	272,68 272,68	0,00 0,00
33390390500000000000			1.648,10 1.648,10	207,52 207,52	207,52 207,52	
33390396300000000000			1,23 1,23	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			65,16 65,16	65,16 65,16	65,16 65,16	
Total Municipio	4.074,03	679,00 679,00	1.714,50 1.714,50	272,68 272,68	272,68 272,68	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33390000000000000000	3.057,47	509,56 509,56	1.286,69 1.286,69	204,64 204,64	204,64 204,64	0,00 0,00
33390390500000000000			1.236,86 1.236,86	155,74 155,74	155,74 155,74	
33390396300000000000			0,93 0,93	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			48,90 48,90	48,90 48,90	48,90 48,90	
Total Municipio	3.057,47	509,56 509,56	1.286,69 1.286,69	204,64 204,64	204,64 204,64	0,00 0,00
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	4.411,84	735,30 735,30	1.856,66 1.856,66	295,29 295,29	295,29 295,29	0,00 0,00
33390390500000000000			1.784,76 1.784,76	224,72 224,72	224,72 224,72	
33390396300000000000			1,34 1,34	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			70,57 70,57	70,57 70,57	70,57 70,57	
Total Municipio	4.411,84	735,30 735,30	1.856,66 1.856,66	295,29 295,29	295,29 295,29	0,00 0,00



01/06/2020 16:47:44 -03

Identificador: WEO1001202-004-XJSYR-328728664 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atenção: Nul - WFO v2013.01

Assinatura de 1 pessoa: SABRINA FURLANI

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://amv1.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 9380-1846-4A87-D26C

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33390000000000000000	1.558,22	1.558,22 1.558,22	655,75 655,75	104,29 104,29	104,29 104,29	0,00 0,00
33390390500000000000			630,36 630,36	79,37 79,37	79,37 79,37	
33390396300000000000			0,47 0,47	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			24,92 24,92	24,92 24,92	24,92 24,92	
Total Município	1.558,22	1.558,22 1.558,22	655,75 655,75	104,29 104,29	104,29 104,29	0,00 0,00
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	25.384,58	0,00 0,00	10.682,73 10.682,73	1.699,01 1.699,01	1.699,01 1.699,01	0,00 0,00
33390390500000000000			10.269,02 10.269,02	1.293,00 1.293,00	1.293,00 1.293,00	
33390396300000000000			7,69 7,69	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			406,02 406,02	406,02 406,02	406,02 406,02	
Total Município	25.384,58	0,00 0,00	10.682,73 10.682,73	1.699,01 1.699,01	1.699,01 1.699,01	0,00 0,00
118311 - MUNICIPIO DE MASSARANDUBA						
33390000000000000000	6.342,24	1.057,04 1.057,04	2.669,04 2.669,04	424,49 424,49	424,49 424,49	0,00 0,00
33390390500000000000			2.565,68 2.565,68	323,05 323,05	323,05 323,05	
33390396300000000000			1,92 1,92	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			101,44 101,44	101,44 101,44	101,44 101,44	
Total Município	6.342,24	1.057,04 1.057,04	2.669,04 2.669,04	424,49 424,49	424,49 424,49	0,00 0,00

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-XJSYR-32872864 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 16:47:44 -03



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3506 - MUNICÍPIO DE POMERODE						
33390000000000000000	12.403,30	2.067,20 2.067,20	5.219,75 5.219,75	830,16 830,16	830,16 830,16	0,00 0,00
33390390500000000000			5.017,60 5.017,60	631,78 631,78	631,78 631,78	
33390396300000000000			3,76 3,76	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			198,39 198,39	198,39 198,39	198,39 198,39	
Total Município	12.403,30	2.067,20 2.067,20	5.219,75 5.219,75	830,16 830,16	830,16 830,16	0,00 0,00
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	4.411,06	735,16 735,16	1.856,33 1.856,33	295,24 295,24	295,24 295,24	0,00 0,00
33390390500000000000			1.784,44 1.784,44	224,68 224,68	224,68 224,68	
33390396300000000000			1,34 1,34	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			70,55 70,55	70,55 70,55	70,55 70,55	
Total Município	4.411,06	735,16 735,16	1.856,33 1.856,33	295,24 295,24	295,24 295,24	0,00 0,00
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO						
33390000000000000000	4.465,34	744,22 744,22	1.879,17 1.879,17	298,87 298,87	298,87 298,87	0,00 0,00
33390390500000000000			1.806,40 1.806,40	227,45 227,45	227,45 227,45	
33390396300000000000			1,35 1,35	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			71,42 71,42	71,42 71,42	71,42 71,42	
Total Município	4.465,34	744,22 744,22	1.879,17 1.879,17	298,87 298,87	298,87 298,87	0,00 0,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 9380-1B46-4A87-D26C



Assinatura de 1 pessoa: SABRINA FURLANI

Identificador: WED1001202-004-XJSYR-32872864 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

01/06/2020 16:47:44 -03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	16.419,92	2.736,64 2.736,64	6.910,08 6.910,08	1.099,00 1.099,00	1.099,00 1.099,00	0,00 0,00
33390390500000000000			6.642,48 6.642,48	836,37 836,37	836,37 836,37	
33390396300000000000			4,97 4,97	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390929900000000000			262,63 262,63	262,63 262,63	262,63 262,63	
Total Município	16.419,92	2.736,64 2.736,64	6.910,08 6.910,08	1.099,00 1.099,00	1.099,00 1.099,00	0,00 0,00
Total Área Atuação	82.528,00	10.822,34 10.822,34	34.730,69 34.730,69	5.523,67 5.523,67	5.523,67 5.523,67	0,00 0,00
Total	82.528,00	10.822,34 10.822,34	34.730,69 34.730,69	5.523,67 5.523,67	5.523,67 5.523,67	0,00 0,00

Assinado por 1 pessoa: SABRINA FURLANI



01/06/2020 16:47:44 -03

Identificador: WEO1001202-004-XJSYR-328729664 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9380-1B46-4A87-D26C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 01/06/2020 18:09:19 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/9380-1B46-4A87-D26C>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – RECURSOS NATURAIS – 2º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512720

Pag 1 / 4

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/03/2020 até 30/04/2020

14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33390000000000000000	4.074,03	679,00 1.358,00	0,00 1.714,50	611,75 884,43	611,75 884,43	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 1.648,10	610,52 818,03	610,52 818,03	
33390396300000000000			0,00 1,23	1,23 1,23	1,23 1,23	
33390929900000000000			0,00 65,16	0,00 65,16	0,00 65,16	
Total Municipio	4.074,03	679,00 1.358,00	0,00 1.714,50	611,75 884,43	611,75 884,43	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33390000000000000000	3.057,47	509,56 1.019,12	0,00 1.286,69	459,11 663,75	459,11 663,75	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 1.236,86	458,18 613,92	458,18 613,92	
33390396300000000000			0,00 0,93	0,93 0,93	0,93 0,93	
33390929900000000000			0,00 48,90	0,00 48,90	0,00 48,90	
Total Municipio	3.057,47	509,56 1.019,12	0,00 1.286,69	459,11 663,75	459,11 663,75	0,00 0,00
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	4.411,84	735,30 1.470,60	0,00 1.856,66	662,48 957,77	662,48 957,77	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 1.784,76	661,14 885,86	661,14 885,86	
33390396300000000000			0,00 1,34	1,34 1,34	1,34 1,34	
33390929900000000000			0,00 70,57	0,00 70,57	0,00 70,57	
Total Municipio	4.411,84	735,30 1.470,60	0,00 1.856,66	662,48 957,77	662,48 957,77	0,00 0,00



01/06/2020 18:28:41 -03

Identificador: WEO1001202-004-AXCXK-328735001 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atenção: Nul - WFO v.2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3476 - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33390000000000000000	1.558,22	0,00 1.558,22	0,00 655,75	233,98 338,27	233,98 338,27	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 630,36	233,51 312,88	233,51 312,88	
33390396300000000000			0,00 0,47	0,47 0,47	0,47 0,47	
33390929900000000000			0,00 24,92	0,00 24,92	0,00 24,92	
Total Município	1.558,22	0,00 1.558,22	0,00 655,75	233,98 338,27	233,98 338,27	0,00 0,00
3492 - MUNICÍPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	25.384,58	0,00 0,00	0,00 10.682,73	3.811,73 5.510,74	3.811,73 5.510,74	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 10.269,02	3.804,04 5.097,04	3.804,04 5.097,04	
33390396300000000000			0,00 7,69	7,69 7,69	7,69 7,69	
33390929900000000000			0,00 406,02	0,00 406,02	0,00 406,02	
Total Município	25.384,58	0,00 0,00	0,00 10.682,73	3.811,73 5.510,74	3.811,73 5.510,74	0,00 0,00
118311 - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA						
33390000000000000000	6.342,24	1.057,04 2.114,08	0,00 2.669,04	952,35 1.376,84	952,35 1.376,84	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 2.565,68	950,42 1.273,47	950,42 1.273,47	
33390396300000000000			0,00 1,92	1,92 1,92	1,92 1,92	
33390929900000000000			0,00 101,44	0,00 101,44	0,00 101,44	
Total Município	6.342,24	1.057,04 2.114,08	0,00 2.669,04	952,35 1.376,84	952,35 1.376,84	0,00 0,00

IPM Sistemas Ltda
 Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-AXCX-328735601 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 18:26:41 -03



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3506 - MUNICÍPIO DE POMEROUE						
33390000000000000000	12.403,30	1.033,60 3.100,80	0,00 5.219,75	1.862,47 2.692,63	1.862,47 2.692,63	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 5.017,60	1.858,71 2.490,49	1.858,71 2.490,49	
33390396300000000000			0,00 3,76	3,76 3,76	3,76 3,76	
33390929900000000000			0,00 198,39	0,00 198,39	0,00 198,39	
Total Município	12.403,30	1.033,60 3.100,80	0,00 5.219,75	1.862,47 2.692,63	1.862,47 2.692,63	0,00 0,00
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	4.411,06	735,16 1.470,32	0,00 1.856,33	662,36 957,60	662,36 957,60	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 1.784,44	661,03 885,71	661,03 885,71	
33390396300000000000			0,00 1,34	1,34 1,34	1,34 1,34	
33390929900000000000			0,00 70,55	0,00 70,55	0,00 70,55	
Total Município	4.411,06	735,16 1.470,32	0,00 1.856,33	662,36 957,60	662,36 957,60	0,00 0,00
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO						
33390000000000000000	4.465,34	0,00 744,22	0,00 1.879,17	670,51 969,38	670,51 969,38	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 1.806,40	669,16 896,61	669,16 896,61	
33390396300000000000			0,00 1,35	1,35 1,35	1,35 1,35	
33390929900000000000			0,00 71,42	0,00 71,42	0,00 71,42	
Total Município	4.465,34	0,00 744,22	0,00 1.879,17	670,51 969,38	670,51 969,38	0,00 0,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvl1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código D49D-A4B1-47DF-39C3



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-AXCXK-328735601 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 18:26:41 -03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0018 Gestão Ambiental						
Subfunção: 0541 - Preservação e Conservação Ambiental						
Fonte/Destinação: 01001420 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Rec. Naturais - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
14 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	16.419,92	2.736,64 5.473,28	0,00 6.910,08	2.465,60 3.564,60	2.465,60 3.564,60	0,00 0,00
33390390500000000000			0,00 6.642,48	2.460,63 3.297,00	2.460,63 3.297,00	
33390396300000000000			0,00 4,97	4,97 4,97	4,97 4,97	
33390929900000000000			0,00 262,63	0,00 262,63	0,00 262,63	
Total Município	16.419,92	2.736,64 5.473,28	0,00 6.910,08	2.465,60 3.564,60	2.465,60 3.564,60	0,00 0,00
Total Área Atuação	82.528,00	7.486,30 18.308,64	0,00 34.730,69	12.392,34 17.916,01	12.392,34 17.916,01	0,00 0,00
Total	82.528,00	7.486,30 18.308,64	0,00 34.730,69	12.392,34 17.916,01	12.392,34 17.916,01	0,00 0,00

Assinado por 1 pessoa: SABRINA FURLANI



01/06/2020 18:26:41 -03

Identificador: WEO1001202-004-AXCXK-328735601 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D49D-A4B1-47DF-39C3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 01/06/2020 18:52:12 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/D49D-A4B1-47DF-39C3>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – TURISMO – 1º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512727

Pág 1 / 14

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

13 - CIMVI - TURISMO 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 - Administração Subfunção: 0695 - Turismo Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33190000000000000000	8.056,58	671,38 671,38	953,00 953,00	953,00 953,00	806,56 806,56	0,00 0,00
33190110100000000000			667,12 667,12	667,12 667,12	667,12 667,12	
33190113300000000000			90,80 90,80	90,80 90,80	90,80 90,80	
33190130100000000000			53,37 53,37	53,37 53,37	12,97 12,97	
33190130200000000000			140,09 140,09	140,09 140,09	34,05 34,05	
33190131800000000000			1,62 1,62	1,62 1,62	1,62 1,62	
33390000000000000000	20.023,68	5.005,92 5.005,92	1.937,00 1.937,00	825,33 825,33	793,72 793,72	0,00 0,00
33390300100000000000			12,44 12,44	12,44 12,44	12,44 12,44	
33390303100000000000			9,92 9,92	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390369600000000000			30,99 30,99	30,99 30,99	30,99 30,99	
33390390500000000000			458,07 458,07	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			17,66 17,66	17,66 17,66	17,66 17,66	
33390394100000000000			102,26 102,26	102,26 102,26	102,26 102,26	
33390396300000000000			85,90 85,90	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			6,45 6,45	6,45 6,45	6,45 6,45	
33390398100000000000			1,30 1,30	1,30 1,30	1,30 1,30	
33390399900000000000			176,01 176,01	31,61 31,61	0,00 0,00	
33390400800000000000			1.036,02 1.036,02	622,63 622,63	622,63 622,63	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC

01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJHJ-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Alameda Nri - WFO v.2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
Total Município	28.080,26	5.677,30 5.677,30	2.890,00 2.890,00	1.778,33 1.778,33	1.600,28 1.600,28	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33190000000000000000	7.262,70	1.210,44 1.210,44	859,10 859,10	859,10 859,10	727,09 727,09	0,00 0,00
33190110100000000000			601,38 601,38	601,38 601,38	601,38 601,38	
33190113300000000000			81,85 81,85	81,85 81,85	81,85 81,85	
33190130100000000000			48,11 48,11	48,11 48,11	11,69 11,69	
33190130200000000000			126,29 126,29	126,29 126,29	30,69 30,69	
33190131800000000000			1,46 1,46	1,46 1,46	1,46 1,46	
33390000000000000000	18.050,62	3.008,42 3.008,42	1.746,13 1.746,13	744,00 744,00	715,51 715,51	0,00 0,00
33390300100000000000			11,21 11,21	11,21 11,21	11,21 11,21	
33390303100000000000			8,94 8,94	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390306000000000000			27,93 27,93	27,93 27,93	27,93 27,93	
33390390500000000000			412,94 412,94	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			15,92 15,92	15,92 15,92	15,92 15,92	
33390394100000000000			92,18 92,18	92,18 92,18	92,18 92,18	
33390396300000000000			77,43 77,43	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			5,82 5,82	5,82 5,82	5,82 5,82	
33390398100000000000			1,17 1,17	1,17 1,17	1,17 1,17	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA							
33390000000000000000	18.050,62	3.008,42 3.008,42	1.746,13 1.746,13	744,00 744,00	715,51 715,51	0,00 0,00	
33390399900000000000			158,66 158,66	28,49 28,49	0,00 0,00		
33390400800000000000			93,93 93,93	561,28 561,28	561,28 561,28		
Total Municipio	25.313,32	4.218,86 4.218,86	2.605,23 2.605,23	1.603,10 1.603,10	1.442,60 1.442,60	0,00 0,00	
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO							
33190000000000000000	8.320,38	1.386,72 1.386,72	984,21 984,21	884,21 884,21	832,97 832,97	0,00 0,00	
33190110100000000000			688,96 688,96	688,96 688,96	688,96 688,96		
33190113300000000000			93,78 93,78	93,78 93,78	93,78 93,78		
33190130100000000000			55,12 55,12	55,12 55,12	13,40 13,40		
33190130200000000000			144,68 144,68	144,68 144,68	35,16 35,16		
33190131800000000000			1,67 1,67	1,67 1,67	1,67 1,67		
33390000000000000000	20.679,35	3.446,54 3.446,54	2.000,42 2.000,42	852,35 852,35	819,71 819,71	0,00 0,00	
33390300100000000000			12,84 12,84	12,84 12,84	12,84 12,84		
33390303100000000000			10,24 10,24	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390369600000000000			32,00 32,00	32,00 32,00	32,00 32,00		
33390390500000000000			473,07 473,07	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391200000000000			18,24 18,24	18,24 18,24	18,24 18,24		
33390394100000000000			105,60 105,60	105,60 105,60	105,60 105,60		

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	20.679,35	3.446,54 3.446,54	2.000,42 2.000,42	852,35 852,35	819,71 819,71	0,00 0,00
33390396300000000000			88,71 88,71	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			6,66 6,66	6,66 6,66	6,66 6,66	
33390398100000000000			1,34 1,34	1,34 1,34	1,34 1,34	
33390399900000000000			181,77 181,77	32,64 32,64	0,00 0,00	
33390400800000000000			1.069,94 1.069,94	643,02 643,02	643,02 643,02	
Total Município	28.999,73	4.833,26 4.833,26	2.984,63 2.984,63	1.836,56 1.836,56	1.652,68 1.652,68	0,00 0,00
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33190000000000000000	6.406,62	1.067,76 1.067,76	757,83 757,83	757,83 757,83	641,38 641,38	0,00 0,00
33190110100000000000			530,50 530,50	530,50 530,50	530,50 530,50	
33190113300000000000			72,21 72,21	72,21 72,21	72,21 72,21	
33190130100000000000			42,44 42,44	42,44 42,44	10,31 10,31	
33190130200000000000			111,40 111,40	111,40 111,40	27,08 27,08	
33190131800000000000			1,29 1,29	1,29 1,29	1,29 1,29	
33390000000000000000	15.922,91	2.653,80 2.653,80	1.540,31 1.540,31	656,30 656,30	631,17 631,17	0,00 0,00
33390300100000000000			9,89 9,89	9,89 9,89	9,89 9,89	
33390303100000000000			7,89 7,89	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390306900000000000			24,64 24,64	24,64 24,64	24,64 24,64	



01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3573 - MUNICÍPIO DE BOTUVERA						
33390000000000000000	15.922,91	2.653,80 2.653,80	1.540,31 1.540,31	656,30 656,30	631,17 631,17	0,00 0,00
33390390500000000000			364,26 364,26	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			14,05 14,05	14,05 14,05	14,05 14,05	
33390394100000000000			81,31 81,31	81,31 81,31	81,31 81,31	
33390396300000000000			68,30 68,30	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			5,13 5,13	5,13 5,13	5,13 5,13	
33390398100000000000			1,03 1,03	1,03 1,03	1,03 1,03	
33390399900000000000			139,96 139,96	25,13 25,13	0,00 0,00	
33390400800000000000			823,84 823,84	495,12 495,12	495,12 495,12	
Total Município	22.329,53	3.721,56 3.721,56	2.298,14 2.298,14	1.414,14 1.414,14	1.272,55 1.272,55	0,00 0,00
3476 - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33190000000000000000	6.091,88	1.015,30 1.015,30	720,60 720,60	720,60 720,60	609,87 609,87	0,00 0,00
33190110100000000000			504,43 504,43	504,43 504,43	504,43 504,43	
33190113300000000000			68,66 68,66	68,66 68,66	68,66 68,66	
33190130100000000000			40,35 40,35	40,35 40,35	9,81 9,81	
33190130200000000000			105,93 105,93	105,93 105,93	25,75 25,75	
33190131800000000000			1,23 1,23	1,23 1,23	1,23 1,23	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:21:08 -03

Assinado por 1 pessoa: SABRINA FURLANI

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO							
33390000000000000000	15.140,66	2.523,44 2.523,44	1.464,64 1.464,64	624,06 624,06	600,16 600,16	0,00 0,00	
33390300100000000000			9,40 9,40	9,40 9,40	9,40 9,40		
33390303100000000000			7,50 7,50	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390369600000000000			23,43 23,43	23,43 23,43	23,43 23,43		
33390390500000000000			346,37 346,37	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391200000000000			13,36 13,36	13,36 13,36	13,36 13,36		
33390394100000000000			77,32 77,32	77,32 77,32	77,32 77,32		
33390396300000000000			64,95 64,95	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390397500000000000			4,88 4,88	4,88 4,88	4,88 4,88		
33390398100000000000			0,98 0,98	0,98 0,98	0,98 0,98		
33390399900000000000			133,08 133,08	23,90 23,90	0,00 0,00		
33390400800000000000			783,37 783,37	470,79 470,79	470,79 470,79		
Total Município	21.232,54	3.538,74 3.538,74	2.185,24 2.185,24	1.344,67 1.344,67	1.210,04 1.210,04	0,00 0,00	
3590 - MUNICIPIO DE GUABIRUBA							
33190000000000000000	11.637,67	0,00 0,00	1.376,61 1.376,61	1.376,61 1.376,61	1.165,07 1.165,07	0,00 0,00	
33190110100000000000			963,65 963,65	963,65 963,65	963,65 963,65		
33190113300000000000			131,16 131,16	131,16 131,16	131,16 131,16		
33190130100000000000			77,09 77,09	77,09 77,09	18,74 18,74		

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3590 - MUNICIPIO DE GUABIRUBA							
33190000000000000000	11.637,67	0,00	1.376,61	1.376,61	1.376,61	1.165,07	0,00
		0,00	1.376,61	1.376,61	1.376,61	1.165,07	0,00
33190130200000000000			202,36	202,36	202,36	49,18	
			202,36	202,36	202,36	49,18	
33190131800000000000			2,34	2,34	2,34	2,34	
			2,34	2,34	2,34	2,34	
33390000000000000000	28.924,10	0,00	2.797,98	1.192,18	1.192,18	1.146,53	0,00
		0,00	2.797,98	1.192,18	1.192,18	1.146,53	0,00
33390300100000000000			17,97	17,97	17,97	17,97	
			17,97	17,97	17,97	17,97	
33390300310000000000			14,32	0,00	0,00	0,00	
			14,32	0,00	0,00	0,00	
33390365600000000000			44,76	44,76	44,76	44,76	
			44,76	44,76	44,76	44,76	
33390390500000000000			661,68	0,00	0,00	0,00	
			661,68	0,00	0,00	0,00	
33390391200000000000			25,51	25,51	25,51	25,51	
			25,51	25,51	25,51	25,51	
33390394100000000000			147,71	147,71	147,71	147,71	
			147,71	147,71	147,71	147,71	
33390396300000000000			124,08	0,00	0,00	0,00	
			124,08	0,00	0,00	0,00	
33390397500000000000			9,32	9,32	9,32	9,32	
			9,32	9,32	9,32	9,32	
33390398100000000000			1,87	1,87	1,87	1,87	
			1,87	1,87	1,87	1,87	
33390399900000000000			254,24	45,66	45,66	0,00	
			254,24	45,66	45,66	0,00	
33390400800000000000			1.496,52	899,39	899,39	899,39	
			1.496,52	899,39	899,39	899,39	
Total Municipio	40.561,77	0,00	4.174,59	2.568,79	2.568,79	2.311,60	0,00
		0,00	4.174,59	2.568,79	2.311,60	2.311,60	0,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



Assinada em 01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33190000000000000000	24.698,84	0,00	2.921,60	2.921,60	2.472,66	0,00
		0,00	2.921,60	2.921,60	2.472,66	0,00
33190110100000000000			2.045,17	2.045,17	2.045,17	
			2.045,17	2.045,17	2.045,17	
33190113300000000000			278,37	278,37	278,37	
			278,37	278,37	278,37	
33190130100000000000			163,61	163,61	39,77	
			163,61	163,61	39,77	
33190130200000000000			429,48	429,48	104,38	
			429,48	429,48	104,38	
33190131800000000000			4,97	4,97	4,97	
			4,97	4,97	4,97	
33390000000000000000	61.386,10	0,00	5.938,20	2.530,19	2.433,30	0,00
		0,00	5.938,20	2.530,19	2.433,30	0,00
33390300100000000000			38,13	38,13	38,13	
			38,13	38,13	38,13	
33390303100000000000			30,40	0,00	0,00	
			30,40	0,00	0,00	
33390369600000000000			95,00	95,00	95,00	
			95,00	95,00	95,00	
33390390500000000000			1.404,30	0,00	0,00	
			1.404,30	0,00	0,00	
33390391200000000000			54,15	54,15	54,15	
			54,15	54,15	54,15	
33390394100000000000			313,49	313,49	313,49	
			313,49	313,49	313,49	
33390396300000000000			263,33	0,00	0,00	
			263,33	0,00	0,00	
33390397500000000000			19,78	19,78	19,78	
			19,78	19,78	19,78	
33390398100000000000			3,97	3,97	3,97	
			3,97	3,97	3,97	
33390399900000000000			539,57	96,90	0,00	
			539,57	96,90	0,00	
33390400800000000000			3.176,09	1.908,78	1.908,78	
			3.176,09	1.908,78	1.908,78	

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:21:08 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC

Assinado por: 1 pessoa: SABRINA FURLANI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL							
Total Municipio	86.084,94	0,00 0,00	8.859,80 8.859,80	5.451,79 5.451,79	4.905,95 4.905,95	0,00 0,00	
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES							
33190000000000000000	8.584,19	1.430,68 1.430,68	1.015,42 1.015,42	1.015,42 1.015,42	859,38 859,38	0,00 0,00	
33190110100000000000			710,81 710,81	710,81 710,81	710,81 710,81		
33190113300000000000			96,75 96,75	96,75 96,75	96,75 96,75		
33190130100000000000			56,86 56,86	56,86 56,86	13,82 13,82		
33190130200000000000			149,27 149,27	149,27 149,27	36,28 36,28		
33190131800000000000			1,73 1,73	1,73 1,73	1,73 1,73		
33390000000000000000	21.335,02	3.555,82 3.555,82	2.063,85 2.063,85	879,38 879,38	845,70 845,70	0,00 0,00	
33390300100000000000			13,25 13,25	13,25 13,25	13,25 13,25		
33390303100000000000			10,57 10,57	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390369600000000000			33,02 33,02	33,02 33,02	33,02 33,02		
33390390500000000000			488,07 488,07	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391200000000000			18,82 18,82	18,82 18,82	18,82 18,82		
33390394100000000000			108,95 108,95	108,95 108,95	108,95 108,95		
33390396300000000000			91,52 91,52	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390397500000000000			6,88 6,88	6,88 6,88	6,88 6,88		
33390398100000000000			1,38 1,38	1,38 1,38	1,38 1,38		

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33390000000000000000	21.335,02	3.555,82 3.555,82	2.063,85 2.063,85	879,38 879,38	845,70 845,70	0,00 0,00
33390399900000000000			187,53 187,53	33,68 33,68	0,00 0,00	
33390400800000000000			1.103,86 1.103,86	663,41 663,41		
Total Municipio	29.919,21	4.986,50 4.986,50	3.079,27 3.079,27	1.894,80 1.894,80	1.705,09 1.705,09	0,00 0,00
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33190000000000000000	14.561,23	0,00 0,00	1.722,43 1.722,43	1.722,43 1.722,43	1.457,76 1.457,76	0,00 0,00
33190110100000000000			1.205,73 1.205,73	1.205,73 1.205,73		
33190113300000000000			164,11 164,11	164,11 164,11		
33190130100000000000			96,46 96,46	96,46 96,46		
33190130200000000000			253,20 253,20	253,20 253,20	61,54 61,54	
33190131800000000000			2,93 2,93	2,93 2,93	2,93 2,93	
33390000000000000000	36.190,26	0,00 0,00	3.500,87 3.500,87	1.491,68 1.491,68	1.434,55 1.434,55	0,00 0,00
33390300100000000000			22,48 22,48	22,48 22,48		
33390303100000000000			17,92 17,92	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390369600000000000			56,00 56,00	56,00 56,00		
33390390500000000000			827,91 827,91	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			31,92 31,92	31,92 31,92	31,92 31,92	
33390394100000000000			184,82 184,82	184,82 184,82	184,82 184,82	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda N.º 1 - WCC 1 - 2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:21:08 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC

Pág 11 / 14

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 - Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE						
33390000000000000000	36.190,26	0,00	3.500,87	1.491,68	1.434,55	0,00
		0,00	3.500,87	1.491,68	1.434,55	0,00
33390396300000000000			155,25	0,00	0,00	
			155,25	0,00	0,00	
33390397500000000000			11,66	11,66	11,66	
			11,66	11,66	11,66	
33390398100000000000			2,34	2,34	2,34	
			2,34	2,34	2,34	
33390399900000000000			318,11	57,12	0,00	
			318,11	57,12	0,00	
33390400800000000000			1.872,47	1.125,33	1.125,33	
			1.872,47	1.125,33	1.125,33	
Total Município	50.751,49	0,00	5.223,31	3.214,11	2.892,31	0,00
		0,00	5.223,31	3.214,11	2.892,31	0,00
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33190000000000000000	8.319,77	1.386,62	984,14	984,14	832,91	0,00
		1.386,62	984,14	984,14	832,91	0,00
33190110100000000000			688,91	688,91	688,91	
			688,91	688,91	688,91	
33190113300000000000			93,77	93,77	93,77	
			93,77	93,77	93,77	
33190130100000000000			55,11	55,11	13,39	
			55,11	55,11	13,39	
33190130200000000000			144,67	144,67	35,16	
			144,67	144,67	35,16	
33190131800000000000			1,67	1,67	1,67	
			1,67	1,67	1,67	
33390000000000000000	20.677,84	3.446,30	2.000,28	852,29	819,65	0,00
		3.446,30	2.000,28	852,29	819,65	0,00
33390300100000000000			12,84	12,84	12,84	
			12,84	12,84	12,84	
33390303100000000000			10,24	0,00	0,00	
			10,24	0,00	0,00	
33390369600000000000			32,00	32,00	32,00	
			32,00	32,00	32,00	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



01/06/2020 15:21:08 -03

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32874468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3514 - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	20.677,84	3.446,30 3.446,30	2.000,28 2.000,28	852,29 852,29	819,65 819,65	0,00 0,00
33390390500000000000			473,04 473,04	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			18,24 18,24	18,24 18,24	18,24 18,24	
33390394100000000000			105,60 105,60	105,60 105,60	105,60 105,60	
33390396300000000000			88,70 88,70	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			6,66 6,66	6,66 6,66	6,66 6,66	
33390398100000000000			1,34 1,34	1,34 1,34	1,34 1,34	
33390399900000000000			181,76 181,76	32,64 32,64	0,00 0,00	
33390400800000000000			1.069,86 1.069,86	642,97 642,97	642,97 642,97	
Total Município	28.997,61	4.832,92 4.832,92	2.984,41 2.984,41	1.836,43 1.836,43	1.652,56 1.652,56	0,00 0,00
3522 - MUNICÍPIO DE RODEIO						
33190000000000000000	8.362,17	1.393,68 1.393,68	989,15 989,15	989,15 989,15	837,15 837,15	0,00 0,00
33190110100000000000			692,42 692,42	692,42 692,42	692,42 692,42	
33190113300000000000			94,25 94,25	94,25 94,25	94,25 94,25	
33190130100000000000			55,39 55,39	55,39 55,39	13,46 13,46	
33190130200000000000			145,41 145,41	145,41 145,41	35,34 35,34	
33190131800000000000			1,68 1,68	1,68 1,68	1,68 1,68	



Assinado por 1 pessoa: SABRINA FURLANI

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

01/06/2020 15:21:08 -03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33390000000000000000	20.783,19	3.463,86 3.463,86	2.010,47 2.010,47	856,63 856,63	823,83 823,83	0,00 0,00
33390300100000000000			12,91 12,91	12,91 12,91	12,91 12,91	
33390303100000000000			10,29 10,29	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390369600000000000			32,16 32,16	32,16 32,16	32,16 32,16	
33390390500000000000			475,45 475,45	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			18,33 18,33	18,33 18,33	18,33 18,33	
33390394100000000000			106,14 106,14	106,14 106,14	106,14 106,14	
33390396300000000000			89,15 89,15	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			6,70 6,70	6,70 6,70	6,70 6,70	
33390398100000000000			1,34 1,34	1,34 1,34	1,34 1,34	
33390399900000000000			182,68 182,68	32,81 32,81	0,00 0,00	
33390400800000000000			1.075,31 1.075,31	646,25 646,25	646,25 646,25	
Total Município	29.145,36	4.857,54 4.857,54	2.999,62 2.999,62	1.845,79 1.845,79	1.660,98 1.660,98	0,00 0,00
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33190000000000000000	17.697,97	2.949,66 2.949,66	2.093,48 2.093,48	2.093,48 2.093,48	1.771,78 1.771,78	0,00 0,00
33190110100000000000			1.465,47 1.465,47	1.465,47 1.465,47	1.465,47 1.465,47	
33190113300000000000			199,47 199,47	199,47 199,47	199,47 199,47	
33190130100000000000			117,24 117,24	117,24 117,24	28,49 28,49	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Niterói - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:21:08 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/01/2020 até 29/02/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 - Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33190000000000000000	17.697,97	2.949,66 2.949,66	2.093,48 2.093,48	2.093,48 2.093,48	1.771,78 1.771,78	0,00 0,00
33190130200000000000			307,75 307,75	307,75 307,75	74,80 74,80	
33190131800000000000			3,56 3,56	3,56 3,56	3,56 3,56	
33390000000000000000	43.986,27	7.331,04 7.331,04	4.255,02 4.255,02	1.813,01 1.813,01	1.743,58 1.743,58	0,00 0,00
33390300100000000000			27,32 27,32	27,32 27,32	27,32 27,32	
33390303100000000000			21,78 21,78	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390369600000000000			68,07 68,07	68,07 68,07	68,07 68,07	
33390390500000000000			1.006,25 1.006,25	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			38,80 38,80	38,80 38,80	38,80 38,80	
33390394100000000000			224,63 224,63	224,63 224,63	224,63 224,63	
33390396300000000000			188,69 188,69	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390397500000000000			14,18 14,18	14,18 14,18	14,18 14,18	
33390398100000000000			2,85 2,85	2,85 2,85	2,85 2,85	
33390399900000000000			386,63 386,63	69,43 69,43	0,00 0,00	
33390400800000000000			2.275,83 2.275,83	1.367,74 1.367,74	1.367,74 1.367,74	
Total Município	61.684,24	10.280,70 10.280,70	6.348,50 6.348,50	3.906,49 3.906,49	3.515,36 3.515,36	0,00 0,00
Total Área Atuação	453.100,00	46.947,38 46.947,38	46.632,75 46.632,75	28.695,00 28.695,00	25.822,01 25.822,01	0,00 0,00
Total	453.100,00	46.947,38 46.947,38	46.632,75 46.632,75	28.695,00 28.695,00	25.822,01 25.822,01	0,00 0,00

IPM Sistemas Ltda
 Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-ULJU-32872468 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:21:08 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amv1.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código 05B9-75E5-289A-15AC



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 05B9-75E5-289A-15AC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 01/06/2020 15:42:00 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/05B9-75E5-289A-15AC>

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE RATEIO – TURISMO – 2º BIMESTRE – EXERCÍCIO 2020

Publicação Nº 2512725

Pag 1 / 19

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária

Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício

Período: 01/03/2020 até 30/04/2020

13 - CIMVI - TURISMO 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

Função: 0004 - Administração Subfunção: 0695 - Turismo Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repasso Rateio	Repasso no período Repasso até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA						
33190000000000000000	8.056,58	2.014,14 2.685,52	1.459,50 2.412,51	1.459,50 2.412,51	1.464,88 2.271,44	0,00 0,00
33190110100000000000			972,88 1.640,00	972,88 1.640,00	972,88 1.640,00	
33190113300000000000			194,58 285,38	194,58 285,38	194,58 285,38	
33190130100000000000			77,83 131,20	77,83 131,20	79,31 92,28	
33190130200000000000			204,30 344,40	204,30 344,40	208,20 242,25	
33190131800000000000			9,91 11,54	9,91 11,54	9,91 11,54	
33390000000000000000	20.023,68	1.668,64 6.674,56	1.648,62 3.585,62	951,87 1.777,20	907,21 1.700,93	0,00 0,00
33390300100000000000			9,92 22,36	9,92 22,36	9,92 22,36	
33390300700000000000			22,97 22,97	22,97 22,97	0,00 0,00	
33390301500000000000			37,18 37,18	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			21,66 21,66	21,66 21,66	21,66 21,66	
33390303100000000000			0,00 9,92	9,92 9,92	9,92 9,92	
33390369600000000000			0,00 30,99	0,00 30,99	0,00 30,99	
33390390500000000000			0,00 458,07	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			0,00 17,66	0,00 17,66	0,00 17,66	
33390394100000000000			0,00 102,26	0,00 102,26	0,00 102,26	
33390395900000000000			260,29 260,29	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390396300000000000			101,33 187,22	187,22 187,22	187,22 187,22	

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nul - WFO v.2013.01

Identificador: WFO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://amv1.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código ACBE-B89A-5453-4859



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3549 - MUNICIPIO DE APIUNA							
33390000000000000000	20.023,68	1.668,64 6.674,56	1.648,62 3.585,62	951,87 1.777,20	907,21 1.700,93	0,00 0,00	0,00 0,00
33390397500000000000			0,00 6,45	0,00 6,45	0,00 6,45	0,00 6,45	
33390398100000000000			1,30 2,59	1,30 2,59	1,30 2,59	1,30 2,59	
33390398800000000000			462,32 462,32	122,09 122,09	122,09 122,09		
33390399000000000000			82,23 82,23	82,23 82,23	82,23 82,23		
33390399900000000000			21,69 197,70	81,19 112,79	59,49 59,49		
33390400800000000000			627,73 1.663,75	413,39 1.036,02	413,39 1.036,02		
Total Município	28.080,26	3.682,78 9.360,08	3.108,13 5.998,13	2.411,38 4.189,71	2.372,09 3.972,37	0,00 0,00	0,00 0,00
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA							
33190000000000000000	7.262,70	1.210,44 2.420,88	1.315,69 2.174,79	1.315,69 2.174,79	1.320,53 2.047,62	0,00 0,00	0,00 0,00
33190110100000000000			877,01 1.478,40	877,01 1.478,40	877,01 1.478,40		
33190113300000000000			175,40 257,26	175,40 257,26	175,40 257,26		
33190130100000000000			70,16 118,27	70,16 118,27	71,50 83,19		
33190130200000000000			184,17 310,46	184,17 310,46	187,68 218,38		
33190131800000000000			8,94 10,40	8,94 10,40	8,94 10,40		
33390000000000000000	18.050,62	3.008,42 6.016,84	1.486,17 3.232,31	858,08 1.602,08	817,82 1.533,33	0,00 0,00	0,00 0,00
33390300100000000000			8,94 20,15	8,94 20,15	8,94 20,15		
33390300700000000000			20,71 20,71	20,71 20,71	0,00 0,00		

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3557 - MUNICIPIO DE ASCURRA						
33390000000000000000	18.050,62	3.008,42 6.016,84	1.486,17 3.232,31	858,08 1.602,08	817,82 1.533,33	0,00 0,00
33390301500000000000			33,52 33,52	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390301600000000000			19,53 19,53	19,53 19,53	19,53 19,53	0,00 0,00
33390303100000000000			0,00 0,00	8,94 8,94	8,94 8,94	0,00 0,00
33390303696000000000			0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390305000000000000			0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309120000000000			0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309410000000000			0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309590000000000			234,64 234,64	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309630000000000			91,34 168,77	168,77 168,77	168,77 168,77	0,00 0,00
33390309750000000000			0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309810000000000			1,17 2,34	1,17 2,34	1,17 2,34	0,00 0,00
33390309880000000000			416,77 416,77	110,06 110,06	110,06 110,06	0,00 0,00
33390309900000000000			74,12 74,12	74,12 74,12	74,12 74,12	0,00 0,00
33390309990000000000			19,55 178,22	73,19 101,68	53,63 53,63	0,00 0,00
33390400800000000000			565,88 1.499,81	372,65 933,93	372,65 933,93	0,00 0,00
Total Município	25.313,32	4.218,86 8.437,72	2.801,86 5.407,09	2.173,77 3.776,87	2.138,35 3.580,95	0,00 0,00



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.tdoc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33190000000000000000	8.320,38	1.386,72 2.773,44	1.507,29 2.491,50	1.507,29 2.491,50	1.512,85 2.345,82	0,00 0,00
33190110100000000000			1.004,73 1.693,70	1.004,73 1.693,70	1.004,73 1.693,70	
33190113300000000000			200,95 294,72	200,95 294,72	200,95 294,72	
33190130100000000000			80,38 135,50	80,38 135,50	81,91 95,31	
33190130200000000000			210,99 355,68	210,99 355,68	215,01 250,18	
33190131800000000000			10,24 11,91	10,24 11,91	10,24 11,91	
33390000000000000000	20.679,35	3.446,54 6.893,08	1.702,61 3.703,03	983,04 1.835,40	936,92 1.756,63	0,00 0,00
33390300100000000000			10,24 23,09	10,24 23,09	10,24 23,09	
33390300700000000000			23,73 23,73	23,73 23,73	0,00 0,00	
33390301500000000000			38,40 38,40	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			22,37 22,37	22,37 22,37	22,37 22,37	
33390303100000000000			0,00 10,24	10,24 10,24	10,24 10,24	
33390303696000000000			0,00 32,00	0,00 32,00	0,00 32,00	
33390390500000000000			0,00 473,07	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			18,24 18,24	0,00 18,24	0,00 18,24	
33390394100000000000			105,60 105,60	0,00 105,60	0,00 105,60	
33390395900000000000			268,81 268,81	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390396300000000000			104,64 193,35	193,35 193,35	193,35 193,35	



IPM Sistemas Ltda
 Alameda Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3565 - MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO						
33390000000000000000	20.679,35	3.446,54 6.893,08	1.702,61 3.703,03	983,04 1.835,40	936,92 1.756,63	0,00 0,00
33390397500000000000			0,00 6,66	0,00 6,66	0,00 6,66	
33390398100000000000			1,34 2,68	1,34 2,68	1,34 2,68	
33390398800000000000			477,46 477,46	126,09 126,09	126,09 126,09	
33390399000000000000			84,92 84,92	84,92 84,92	84,92 84,92	
33390399900000000000			22,40 204,17	83,84 116,49	61,44 61,44	
33390400800000000000			648,29 1.718,23	426,92 1.069,94	426,92 1.069,94	
Total Município	28.999,73	4.833,26 9.666,52	3.209,90 6.194,53	2.490,34 4.326,90	2.449,76 4.102,45	0,00 0,00
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA						
33190000000000000000	6.406,62	1.067,76 2.135,52	1.160,60 1.918,44	1.160,60 1.918,44	1.164,88 1.806,26	0,00 0,00
33190110100000000000			773,64 1.304,13	773,64 1.304,13	773,64 1.304,13	
33190113300000000000			154,73 226,93	154,73 226,93	154,73 226,93	
33190130100000000000			61,89 104,33	61,89 104,33	63,07 73,38	
33190130200000000000			162,46 273,87	162,46 273,87	165,56 192,64	
33190131800000000000			7,88 9,17	7,88 9,17	7,88 9,17	
33390000000000000000	15.922,91	2.653,80 5.307,60	1.310,99 2.851,30	756,93 1.413,24	721,42 1.352,59	0,00 0,00
33390300100000000000			7,89 17,78	7,89 17,78	7,89 17,78	
33390300700000000000			18,27 18,27	18,27 18,27	0,00 0,00	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3573 - MUNICIPIO DE BOTUVERA							
33390000000000000000	15.922,91	2.653,80 5.307,60	1.310,99 2.851,30	756,93 1.413,24	721,42 1.352,59	0,00 0,00	0,00 0,00
33390301500000000000			29,57 29,57	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390301600000000000			17,23 17,23	17,23 17,23	17,23 17,23	17,23 17,23	17,23 17,23
33390303100000000000			0,00 7,89	0,00 7,89	0,00 7,89	0,00 7,89	0,00 7,89
33390303696000000000			0,00 24,64	0,00 24,64	0,00 24,64	0,00 24,64	0,00 24,64
33390309050000000000			0,00 364,26	0,00 364,26	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390391200000000000			0,00 14,05	0,00 14,05	0,00 14,05	0,00 14,05	0,00 14,05
33390394100000000000			0,00 81,31	0,00 81,31	0,00 81,31	0,00 81,31	0,00 81,31
33390395900000000000			206,98 206,98	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390396300000000000			80,58 148,88	148,88 148,88	148,88 148,88	148,88 148,88	148,88 148,88
33390397500000000000			0,00 5,13	0,00 5,13	0,00 5,13	0,00 5,13	0,00 5,13
33390398100000000000			1,03 2,06	1,03 2,06	1,03 2,06	1,03 2,06	1,03 2,06
33390398800000000000			367,64 367,64	97,08 97,08	97,08 97,08	97,08 97,08	97,08 97,08
33390399000000000000			65,39 65,39	65,39 65,39	65,39 65,39	65,39 65,39	65,39 65,39
33390399900000000000			17,25 157,21	64,56 89,69	47,31 47,31	47,31 47,31	47,31 47,31
33390408000000000000			499,18 1.323,02	328,73 823,84	328,73 823,84	328,73 823,84	328,73 823,84
Total Município	22.329,53	3.721,56 7.443,12	2.471,60 4.769,74	1.917,54 3.331,67	1.886,29 3.158,85	0,00 0,00	0,00 0,00



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACFE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33190000000000000000	6.091,88	1.015,30 2.030,60	1.103,59 1.824,19	1.103,59 1.824,19	1.107,65 1.717,52	0,00 0,00
33190110100000000000			735,63 1.240,06	735,63 1.240,06	735,63 1.240,06	
33190113300000000000			147,13 215,79	147,13 215,79	147,13 215,79	
33190130100000000000			58,85 99,20	58,85 99,20	59,97 69,78	
33190130200000000000			154,48 260,41	154,48 260,41	157,43 183,17	
33190131800000000000			7,50 8,72	7,50 8,72	7,50 8,72	
33390000000000000000	15.140,66	2.523,44 5.046,88	1.246,59 2.711,22	719,75 1.343,81	685,98 1.286,14	0,00 0,00
33390300100000000000			7,50 16,90	7,50 16,90	7,50 16,90	
33390300700000000000			17,37 17,37	17,37 17,37	0,00 0,00	
33390301500000000000			28,12 28,12	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			16,38 16,38	16,38 16,38	16,38 16,38	
33390303100000000000			0,00 7,50	7,50 7,50	7,50 7,50	
33390303696000000000			0,00 23,43	0,00 23,43	0,00 23,43	
33390390500000000000			0,00 346,37	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			0,00 13,36	0,00 13,36	0,00 13,36	
33390394100000000000			0,00 77,32	0,00 77,32	0,00 77,32	
33390395900000000000			196,81 196,81	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390396300000000000			76,62 141,57	141,57 141,57	141,57 141,57	



Assinado por: 1 pessoa: SÁBRINA FURLANI

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SÁBRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

01/06/2020 15:55:55 -03

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3476 - MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO						
33390000000000000000	15.140,66	2.523,44 5.046,88	1.246,59 2.711,22	719,75 1.343,81	685,98 1.286,14	0,00 0,00
33390397500000000000			0,00 4,88	0,00 4,88	0,00 4,88	
33390398100000000000			0,98 1,96	0,98 1,96	0,98 1,96	
33390398800000000000			349,58 349,58	92,32 92,32		92,32 92,32
33390399000000000000			62,17 62,17	62,17 62,17		62,17 62,17
33390399900000000000			16,40 149,49	61,39 85,29		44,99 44,99
33390400800000000000			474,65 1.258,02	312,58 783,37		312,58 783,37
Total Município	21.232,54	3.538,74 7.077,48	2.350,17 4.535,41	1.823,33 3.168,00	1.793,63 3.003,66	0,00 0,00
3590 - MUNICIPIO DE GUABIRUBA						
33190000000000000000	11.637,67	3.879,20 3.879,20	2.108,24 3.484,85	2.108,24 3.484,85	2.116,01 3.281,08	0,00 0,00
33190110100000000000			1.405,32 2.368,97	1.405,32 2.368,97		1.405,32 2.368,97
33190113300000000000			281,06 412,23	281,06 412,23		281,06 412,23
33190130100000000000			112,43 189,52	112,43 189,52		114,57 133,30
33190130200000000000			295,12 497,48	295,12 497,48		300,74 349,92
33190131800000000000			14,32 16,66	14,32 16,66		14,32 16,66
33390000000000000000	28.924,10	9.641,36 9.641,36	2.381,43 5.179,41	1.374,98 2.567,16	1.310,46 2.456,99	0,00 0,00
33390300100000000000			14,33 32,29	14,33 32,29		14,33 32,29
33390300700000000000			33,19 33,19	33,19 33,19		0,00 0,00



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3590 - MUNICIPIO DE GUABIRUBA						
33390000000000000000	28.924,10	9.641,36 9.641,36	2.381,43 5.179,41	1.374,98 2.567,16	1.310,46 2.456,99	0,00 0,00
33390301500000000000			53,71 53,71	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			31,29 31,29	31,29 31,29	31,29 31,29	
33390303100000000000			0,00 14,32	14,32 14,32	14,32 14,32	
33390303690000000000			0,00 44,76	0,00 44,76	0,00 44,76	
33390309050000000000			0,00 661,68	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390309120000000000			0,00 25,51	0,00 25,51	0,00 25,51	
33390309410000000000			0,00 147,71	0,00 147,71	0,00 147,71	
33390309590000000000			375,99 375,99	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390309630000000000			146,37 270,44	270,44 270,44	270,44 270,44	
33390309750000000000			0,00 9,32	0,00 9,32	0,00 9,32	
33390309810000000000			1,87 3,74	1,87 3,74	1,87 3,74	
33390309880000000000			667,82 667,82	176,36 176,36	176,36 176,36	
33390309900000000000			118,77 118,77	118,77 118,77	118,77 118,77	
33390309990000000000			31,33 285,57	117,27 162,93	85,94 85,94	
33390400800000000000			906,76 2.403,28	597,13 1.496,52	597,13 1.496,52	
Total Município	40.561,77	13.520,56 13.520,56	4.489,67 8.664,26	3.483,22 6.052,01	3.426,47 5.738,07	0,00 0,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvl.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 - Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33190000000000000000	24.698,84	0,00 0,00	4.474,36 7.395,97	4.474,36 7.395,97	4.490,84 6.963,50	0,00 0,00
33190110100000000000			2.982,53 5.027,70	2.982,53 5.027,70	2.982,53 5.027,70	
33190113300000000000			596,51 874,88	596,51 874,88	596,51 874,88	
33190130100000000000			238,60 402,21	238,60 402,21	243,15 282,91	
33190130200000000000			626,33 1.055,81	626,33 1.055,81	638,27 742,65	
33190131800000000000			30,39 35,36	30,39 35,36	30,39 35,36	
33390000000000000000	61.386,10	0,00 0,00	5.054,15 10.992,35	2.918,14 5.448,33	2.781,21 5.214,50	0,00 0,00
33390300100000000000			30,41 68,54	30,41 68,54	30,41 68,54	
33390300700000000000			70,43 70,43	70,43 70,43	0,00 0,00	
33390301500000000000			113,99 113,99	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			66,41 66,41	66,41 66,41	66,41 66,41	
33390303100000000000			0,00 30,40	0,00 30,40	30,40 30,40	
33390303696000000000			0,00 95,00	0,00 95,00	0,00 95,00	
33390309050000000000			0,00 1.404,30	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			0,00 54,15	0,00 54,15	0,00 54,15	
33390394100000000000			0,00 313,49	0,00 313,49	0,00 313,49	
33390395900000000000			797,96 797,96	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390396300000000000			310,64 573,96	573,96 573,96	573,96 573,96	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doo.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5452-4859

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ammyv1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3492 - MUNICIPIO DE INDIAIAL						
33390000000000000000	61.386,10	0,00	5.054,15 10.992,35	2.918,14 5.448,33	2.781,21 5.214,50	0,00 0,00
33390397500000000000			0,00 19,78	0,00 19,78	0,00 19,78	
33390398100000000000			3,97 7,94	3,97 7,94	3,97 7,94	
33390398800000000000			1.417,33 1.417,33	374,28 374,28	374,28 374,28	
33390399000000000000			252,08 252,08	252,08 252,08	252,08 252,08	
33390399900000000000			66,50 606,07	248,89 345,78	182,39 182,39	
33390400800000000000			1.924,43 5.100,52	1.267,31 3.176,09	1.267,31 3.176,09	
Total Município	86.084,94	0,00	9.528,51 18.388,32	7.392,50 12.844,29	7.272,05 12.178,00	0,00 0,00
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33190000000000000000	8.584,19	1.430,68 2.861,36	1.555,09 2.570,50	1.555,09 2.570,50	1.560,81 2.420,20	0,00 0,00
33190110100000000000			1.036,59 1.747,40	1.036,59 1.747,40	1.036,59 1.747,40	
33190113300000000000			207,32 304,07	207,32 304,07	207,32 304,07	
33190130100000000000			82,93 139,79	82,93 139,79	84,51 98,33	
33190130200000000000			217,68 366,95	217,68 366,95	221,83 258,11	
33190131800000000000			10,56 12,29	10,56 12,29	10,56 12,29	
33390000000000000000	21.335,02	3.555,82 7.111,64	1.756,59 3.820,44	1.014,21 1.893,59	966,62 1.812,32	0,00 0,00
33390300100000000000			10,57 23,82	10,57 23,82	10,57 23,82	
33390300700000000000			24,48 24,48	24,48 24,48	0,00 0,00	



IPM Sistemas Ltda
 Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ammyv1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
118290 - MUNICIPIO DE LUIZ ALVES						
33390000000000000000	21.335,02	3.555,82 7.111,64	1.756,59 3.820,44	1.014,21 1.893,59	966,62 1.812,32	0,00 0,00
33390301500000000000			39,62 39,62	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390301600000000000			23,08 23,08	23,08 23,08	23,08 23,08	23,08 23,08
33390303100000000000			0,00 10,57	10,57 10,57	10,57 10,57	10,57 10,57
33390306900000000000			0,00 33,02	0,00 33,02	0,00 33,02	0,00 33,02
33390309050000000000			0,00 488,07	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309120000000000			0,00 18,82	0,00 18,82	0,00 18,82	0,00 18,82
33390309410000000000			0,00 108,95	0,00 108,95	0,00 108,95	0,00 108,95
33390309590000000000			277,34 277,34	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
33390309630000000000			107,96 199,48	199,48 199,48	199,48 199,48	199,48 199,48
33390309750000000000			0,00 6,88	0,00 6,88	0,00 6,88	0,00 6,88
33390309810000000000			1,38 2,76	1,38 2,76	1,38 2,76	1,38 2,76
33390309880000000000			492,60 492,60	130,08 130,08	130,08 130,08	130,08 130,08
33390309900000000000			87,61 87,61	87,61 87,61	87,61 87,61	87,61 87,61
33390309990000000000			23,11 210,64	86,50 120,18	63,39 63,39	63,39 63,39
33390408000000000000			668,84 1.772,71	440,46 1.103,86	440,46 1.103,86	440,46 1.103,86
Total Município	29.919,21	4.986,50 9.973,00	3.311,68 6.390,94	2.569,30 4.464,09	2.527,43 4.232,52	0,00 0,00

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvyl.idoc.com.br/verificacao/> e informe o código ACFE-B89A-5453-4859



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v-2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE							
33190000000000000000	14.561,23	3.640,29 3.640,29	2.637,87 4.360,30	2.637,87 4.360,30	2.647,58 4.105,34	0,00 0,00	
33190110100000000000			1.758,35 2.964,09	1.758,35 2.964,09	1.758,35 2.964,09		
33190113300000000000			351,67 515,78	351,67 515,78	351,67 515,78		
33190130100000000000			140,67 237,13	140,67 237,13	143,35 166,79		
33190130200000000000			369,25 622,46	369,25 622,46	376,29 437,83		
33190131800000000000			17,92 20,85	17,92 20,85	17,92 20,85		
33390000000000000000	36.190,26	15.079,25 15.079,25	2.979,68 6.480,55	1.720,39 3.212,07	1.639,67 3.074,22	6.031,70 6.031,70	
33390300100000000000			17,93 40,41	17,93 40,41	17,93 40,41		
33390300700000000000			41,52 41,52	41,52 41,52	0,00 0,00		
33390301500000000000			67,21 67,21	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390301600000000000			39,15 39,15	39,15 39,15	39,15 39,15		
33390303100000000000			0,00 17,92	17,92 17,92	17,92 17,92		
33390369600000000000			0,00 56,00	0,00 56,00	0,00 56,00		
33390390500000000000			0,00 827,91	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390391200000000000			0,00 31,92	0,00 31,92	0,00 31,92		
33390394100000000000			0,00 184,82	0,00 184,82	0,00 184,82		
33390395900000000000			470,44 470,44	0,00 0,00	0,00 0,00		
33390396300000000000			183,14 338,38	338,38 338,38	338,38 338,38		



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração		Subfunção: 0695 - Turismo		Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI			
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período	
13 - CIMVI - TURISMO 2020							
3506 - MUNICIPIO DE POMERODE							
33390000000000000000	36.190,26	15.079,25 15.079,25	2.979,68 6.480,55	1.720,39 3.212,07	1.639,67 3.074,22	6.031,70 6.031,70	
33390397500000000000			0,00 11,66	0,00 11,66	0,00 11,66		
33390398100000000000			2,34 4,68	2,34 4,68	2,34 4,68		
33390398800000000000			835,59 835,59	220,66 220,66	220,66 220,66		
33390399000000000000			148,61 148,61	148,61 148,61	148,61 148,61		
33390399900000000000			39,20 357,31	146,73 203,86	107,53 107,53		
33390400800000000000			1.134,55 3.007,02	747,14 1.872,47	747,14 1.872,47		
Total Município	50.751,49	18.719,54 18.719,54	5.617,55 10.840,86	4.358,26 7.572,37	4.287,25 7.179,56	6.031,70 6.031,70	
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS							
33190000000000000000	8.319,77	1.386,62 2.773,24	1.507,18 2.491,32	1.507,18 2.491,32	1.512,74 2.345,65	0,00 0,00	
33190110100000000000			1.004,66 1.693,57	1.004,66 1.693,57	1.004,66 1.693,57		
33190113300000000000			200,93 294,70	200,93 294,70	200,93 294,70		
33190130100000000000			80,37 135,49	80,37 135,49	81,90 95,30		
33190130200000000000			210,98 355,65	210,98 355,65	215,00 250,16		
33190131800000000000			10,24 11,91	10,24 11,91	10,24 11,91		
33390000000000000000	20.677,84	3.446,30 6.892,60	1.702,48 3.702,76	982,37 1.835,26	936,85 1.756,50	0,00 0,00	
33390300100000000000			10,24 23,09	10,24 23,09	10,24 23,09		
33390300700000000000			23,72 23,72	23,72 23,72	0,00 0,00		



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 v.2013.01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassse Rateio	Repassse no período Repassse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3514 - MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS						
33390000000000000000	20.677,84	3.446,30 6.892,60	1.702,48 3.702,76	982,97 1.835,26	936,85 1.756,50	0,00 0,00
33390301500000000000			38,40 38,40	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			22,37 22,37	22,37 22,37	22,37 22,37	
33390303100000000000			10,24 10,24	10,24 10,24	10,24 10,24	
33390369600000000000			0,00 32,00	0,00 32,00	0,00 32,00	
33390390500000000000			0,00 473,04	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390391200000000000			0,00 18,24	0,00 18,24	0,00 18,24	
33390394100000000000			105,60 105,60	0,00 105,60	0,00 105,60	
33390395900000000000			288,79 288,79	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390396300000000000			104,64 193,34	193,34 193,34	193,34 193,34	
33390397500000000000			0,00 6,66	0,00 6,66	0,00 6,66	
33390398100000000000			1,34 2,68	1,34 2,68	1,34 2,68	
33390398800000000000			477,43 477,43	126,08 126,08	126,08 126,08	
33390399000000000000			84,91 84,91	84,91 84,91	84,91 84,91	
33390399900000000000			22,40 204,15	83,84 116,48	61,44 61,44	
33390408000000000000			648,24 1.718,10	426,89 1.069,86	426,89 1.069,86	
Total Município	28.997,61	4.832,92 9.665,84	3.209,67 6.194,08	2.490,15 4.326,58	2.449,58 4.102,15	0,00 0,00



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvni.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACFE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 - Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33190000000000000000	8.362,17	0,00 1.393,68		1.514,86 2.504,02	1.520,44 2.357,60	0,00 0,00
33190110100000000000				1.009,78 1.702,20	1.009,78 1.702,20	
33190113300000000000				201,96 296,20	201,96 296,20	
33190130100000000000				80,78 136,18	82,32 95,78	
33190130200000000000				212,05 357,46	216,09 251,43	
33190131800000000000				10,29 11,97	10,29 11,97	
33390000000000000000	20.783,19	0,00 3.463,86		1.711,16 3.721,63	987,98 1.844,61	0,00 0,00
33390300100000000000				10,30 23,20	10,30 23,20	
33390300700000000000				23,85 23,85	0,00 0,00	
33390301500000000000				38,59 38,59	0,00 0,00	
33390301600000000000				22,48 22,48	22,48 22,48	
33390303100000000000				0,00 10,29	10,29 10,29	
33390303696000000000				0,00 32,16	0,00 32,16	
33390390500000000000				0,00 475,45	0,00 0,00	
33390391200000000000				0,00 18,33	0,00 18,33	
33390394100000000000				0,00 106,14	0,00 106,14	
33390395900000000000				270,16 270,16	0,00 0,00	
33390396300000000000				194,32 194,32	194,32 194,32	

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5452-4859



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
Atividade Nat. - WFC1 V-2013.01Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvvi.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3522 - MUNICIPIO DE RODEIO						
33390000000000000000	20.783,19	0,00 3.463,86	1.711,16 3.721,63	987,98 1.844,61	941,62 1.765,45	0,00 0,00
33390397500000000000			0,00 6,70	0,00 6,70	0,00 6,70	
33390398100000000000			1,34 2,69	1,34 2,69	1,34 2,69	
33390398800000000000			479,86 479,86	126,72 126,72		
33390399000000000000			85,34 85,34	85,34 85,34	85,34 85,34	
33390399900000000000			22,51 205,19	84,26 117,07	61,75 61,75	
33390400800000000000			651,54 1.726,86	429,07 1.075,31	429,07 1.075,31	
Total Município	29.145,36	0,00 4.857,54	3.226,02 6.225,64	2.502,84 4.348,63	2.462,06 4.123,05	0,00 0,00
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33190000000000000000	17.697,97	2.949,66 5.899,32	3.206,11 5.299,59	3.206,11 5.299,59	3.217,92 4.989,70	0,00 0,00
33190110100000000000			2.137,13 3.602,60	2.137,13 3.602,60	2.137,13 3.602,60	
33190113300000000000			427,43 626,89	427,43 626,89	427,43 626,89	
33190130100000000000			170,97 288,21	170,97 288,21	174,23 202,72	
33190130200000000000			448,80 756,54	448,80 756,54	457,35 532,15	
33190131800000000000			21,78 25,34	21,78 25,34	21,78 25,34	
33390000000000000000	43.986,27	7.331,04 14.662,08	3.621,55 7.876,58	2.090,99 3.904,00	1.992,88 3.736,46	0,00 0,00
33390300100000000000			21,79 49,11	21,79 49,11	21,79 49,11	
33390300700000000000			50,47 50,47	50,47 50,47	0,00 0,00	



IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ammyv1.doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA



Função: 0004 - Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repassa Rateio	Repassa no período Repassa até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
13 - CIMVI - TURISMO 2020						
3530 - MUNICIPIO DE TIMBÓ						
33390000000000000000	43.986,27	7.331,04 14.662,08	3.621,55 7.876,58	2.090,99 3.904,00	1.992,88 3.736,46	0,00 0,00
33390301500000000000			81,68 81,68	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390301600000000000			47,59 47,59	47,59 47,59	47,59 47,59	
33390303100000000000			0,00 21,78	0,00 21,78	21,78 21,78	
33390303690000000000			0,00 68,07	0,00 68,07	0,00 68,07	
33390305000000000000			0,00 1.006,25	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390309120000000000			0,00 38,80	0,00 38,80	0,00 38,80	
33390309410000000000			0,00 224,63	0,00 224,63	0,00 224,63	
33390309590000000000			571,78 571,78	0,00 0,00	0,00 0,00	
33390309630000000000			222,59 411,27	411,27 411,27	411,27 411,27	
33390309750000000000			0,00 14,18	0,00 14,18	0,00 14,18	
33390309810000000000			2,85 5,69	2,85 5,69	2,85 5,69	
33390309880000000000			1.015,59 1.015,59	268,19 268,19	268,19 268,19	
33390309900000000000			180,63 180,63	180,63 180,63	180,63 180,63	
33390309990000000000			47,65 434,28	178,34 247,77	130,69 130,69	
33390400800000000000			1.378,95 3.654,78	908,09 2.275,83	908,09 2.275,83	
Total Município	61.684,24	10.280,70 20.561,40	6.827,66 13.176,16	5.297,10 9.203,59	5.210,79 8.726,16	0,00 0,00
Total Área Atuação	453.100,00	72.335,42 119.282,80	50.152,42 96.785,17	38.909,72 67.604,72	38.275,76 64.097,77	6.031,70 6.031,70

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Neri - WFC1 V-2013.01

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

01/06/2020 15:55:55 -03



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://amvni.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACFE-B89A-5453-4859



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Execução Orçamentária
 Consórcio de Rateio - Acompanhamento do Exercício
 Período: 01/03/2020 até 30/04/2020
 13 - CIMVI - TURISMO 2020
 ESTADO DE SANTA CATARINA

Pág 19 / 19

Função: 0004 - Administração						
Subfunção: 0695 - Turismo						
Fonte/Destinação: 01001320 - Rec. Ord. 2020 - Rateio Turismo - CIMVI						
Elemento	Repasse Rateio	Repasse no período Repasse até período	Empenhado no período Empenhado até período	Liquidado no período Liquidado até período	Pago no período Pago até período	Devolução no período Devolução até período
Total	453.100,00	72.335,42 119.282,80	50.152,42 96.785,17	38.909,72 67.604,72	38.275,76 64.097,77	6.031,70 6.031,70

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ammv1.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código ACBE-B89A-5453-4859

Assinado por 1 pessoa: SABRINA FURLANI



01/06/2020 15:55:55 -03

Identificador: WEO1001202-004-VCCSM-328726555 - Emitido por: SABRINA FURLANI

IPM Sistemas Ltda
 Avenida Nair - WFC1 V-2013.01

VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS

Código para verificação: ACBE-B89A-5453-4859

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SABRINA FURLANI (CPF 053.618.579-47) em 01/06/2020 16:18:55 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ammvi.1doc.com.br/verificacao/ACBE-B89A-5453-4859>**CIS/AMARP****ADITIVO 02 HOSPITAL NSD CAPINZAL**

Publicação Nº 2512577

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 171/2019.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99 Térreo, Alvorada, Videira/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Pedro Rabuske e de outro lado a CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS, CNPJ 33.789.850/0007-65, situada na Rua Wilson Bordin nº 48 – Centro, Capinzal/SC, neste ato representada pela sua representante legal Adelaide Frigo, RG 1071483 e CPF 808.868.097-20, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 171/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação o(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Radiografia de Coluna Cervical (AP+Lateral+To/Flexão)	02.04.02.004-2	20,48
Radiografia de Coluna Cervical (AP+Lateral+-To+Obliquas)	02.04.02.003-4	20,83
Radiografia de Coluna Cervical Funcional/Dinâmica	02.04.02.005-0	25,73

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 171/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Videira, 11 de março de 2020.

Pedro Rabuske Adelaide Frigo
Presidente CISAMARP Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazconi Marcelo
061.058.249-63

José Borsatti Guilherme Krieger
425.790.239-68 OAB/SC 27692

Visto: _____

CIS/AMAUC

TERMO DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2005 - TC65

Publicação Nº 2514142

TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º Andar, Edifício Mirage Offices, CEP 89.700-905, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, inscrita com CNPJ 07.654.807/0001/97, CNES 9269185, neste ato representado pela sua Presidente Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita de Peritiba-SC nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2005, CREDENCIA, através deste termo a empresa CLÍNICA INTEGRADA OESTE LTDA – OTIOUVE, CNES 3514404, inscrita no CNPJ 06.261.557/0001-62, estabelecida na Rua Florianópolis 1565-E, Bairro Santa Maria, Chapecó – SC CEP: 89812-505, neste ato representada pelo seu administrador senhor André João Teloken, CPF 579.357.429-87, RG 2.030.041-SSP/SC, para a prestação de serviço ao CIS AMAUC, conforme solicitação de credenciamento 02 de junho de 2020 e de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviço especializado em NEUROLOGIA– Consulta Especializada em Neurologia – 03.01.01.007-2, através do profissional médico Dr. Raymundo Tomkowski Mesko da Fonseca, CRM-SC 24.337 - RQE-SC 15070, conforme a solicitação de credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC Anexo I do Edital de Chamamento 01/2005, republicada em maio de 2020, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REAJUSTE

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contrarreferência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo, município de origem e valor;

V - até o prazo de 30 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VI - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia – SC, 02 de junho de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Presidente CIS Amauc

CLÍNICA INTEGRADA DO OESTE - OTIOUVE
André João Telocken

TESTEMUNHAS:

CIS Amauc/Termo Credenciamento/Edital 01/2005/TC65 Clínica Integrada Oeste Ltda - Neurologia

CIS/AMURES**ATA 2020 CREDENCIAMENTO N.11/2020**

Publicação Nº 2512710

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS-AMURES NO ANO DE 2020.

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação e Credenciamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e membros formado pelas senhoras Camilla Coriander de Souza Alves, Cristina de Oliveira e pelo senhor Alexandre de Sousa. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA e SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 e 5.2 e 5.3 do Processo de Inexigibilidade de Licitação 02/2019 e Edital de Credenciamento 02/2019 e suas alterações, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade, o termo de ratificação e o extrato de inexigibilidade de licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento; Camilla Coriander de Souza Alves, Cristina de Oliveira, Alexandre de Sousa (membros).

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento CIS/AMURES

ALEXANDRE DE SOUSA

Membro CIS/AMURES

CAMILLA CORIANDER DE SOUZA ALVES

Membro CIS/AMURES

CRISTINA DE OLIVEIRA

Membro CIS/AMURES

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2020

Publicação Nº 2512756

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020

Objeto: Compra de jalecos para o centro de triagem do COVID-19.

Após análise da justificativa do processo administrativo 701/2020, assegurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a contratação do objeto supramencionado por intermédio de compra direta com DINÂMICA SOLUÇÕES- CNPJ nº 37.130.733/0001-50, pelo valor de R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 03 de Junho de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo

Diretora Executiva CIS-AMURES

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2020

Publicação Nº 2512765

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

Objeto: Compra de HD para computador do setor de RH

Após análise da justificativa do processo administrativo 703/2020, assegurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a contratação do objeto supramencionado por intermédio de compra direta com FHORTEC DO BRASIL INFORMÁTICA - CNPJ nº 83.202.093/0001-64, pelo valor de R\$ 272,90 (duzentos e setenta e dois reais e noventa centavos).

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 04 de Junho de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo

Diretora Executiva CIS-AMURES

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO SILVA SERVICOS MEDICOS N. 16/2020

Publicação Nº 2512704

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2020

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMURES e a empresa SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAMURES, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, Lages/SC, CEP: 88.502-230, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. THIAGO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, inscrito no RG nº 4.140.520 e CPF nº 049.157.289-19, residente e domiciliado na cidade de Rio Rufino/SC, doravante denominado "Contratante" e de outro lado, a empresa SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 32.377.047/0001-65, com endereço a Rua Marechal Deodoro nº 700, Lages/SC, CEP: 88.501-003, neste ato representada pelo Sr. EDERSON ALEXANDRE DA SILVA inscrito no CPF nº 792.641.669-04 e RG nº 2.893.495, doravante denominado "Contratada", tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato visa a contratação de consultas médicas em psiquiatria e exames de ultrassonografia, para o atendimento dos usuários de saúde dos municípios consorciados do CISAMURES, conforme requerimento de credenciamento e edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações, sendo possível a inclusão ou exclusão de serviços específicos através de termo aditivo desde que estejam compreendidos na tabela vigente do CISAMURES.

1.2. O local de atendimento do prestador será no endereço do CNPJ contratado, salvo em casos que o prestador realize os atendimentos na sede do CISAMURES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1. A vigência do presente Contrato contará a partir da data da assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ter a sua duração prorrogada, por ato do CISAMURES, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1. O presente contrato tem como valor anual estimado o seguinte:

Descrição do Serviço	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
CONSULTA MÉDICA EM PSIQUIATRIA	100	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS)	30	R\$ 88,55	R\$ 2.656,50
ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	30	R\$ 133,37	R\$ 4.001,10
ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	30	R\$ 88,55	R\$ 2.656,50
ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	30	R\$ 69,80	R\$ 2.094,00
ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	30	R\$ 65,74	R\$ 1.972,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	30	R\$ 55,62	R\$ 1.668,60
ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	30	R\$ 65,74	R\$ 1.972,20
ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	30	R\$ 65,74	R\$ 1.972,20
ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	30	R\$ 52,26	R\$ 1.567,80
ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	30	R\$ 40,36	R\$ 1.210,80
ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	30	R\$ 72,46	R\$ 2.173,80
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN INFERIOR	30	R\$ 40,36	R\$ 1.210,80
ULTRASSONOGRAFIA DE CERVICAL	30	R\$ 65,74	R\$ 1.972,20
TOTAL	490		R\$ 32.128,70

3.2. Por se tratar de uma quantidade estimada não está o CISAMURES obrigado a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente contrato.

3.3. Se a CONTRATADA atingir o valor anual estimado estabelecido no item 3.1, a suplementação é permitida a fim de atender as necessidades do CISAMURES, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, respeitando o cronograma de faturamento e pagamento emitido pelo setor de faturamento que será enviado a contratada após a assinatura do contrato.

4.2. A comprovação da realização dos serviços se dará mediante a inserção das autorizações no sistema disponibilizado pelo CISAMURES bem como a apresentação de relatório constando o nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidos pelo CISAMURES e assinadas pelo funcionário responsável.

4.3. A vigência das autorizações do CISAMURES será de 03 meses, contados a partir da data de realização do serviço, perdendo sua validade após este período em caso de não entrega ao setor de faturamento.

4.4. Na situação de glosa das autorizações, a CONTRATADA deverá retirar a autorização no setor de faturamento e deverá realizar as correções necessárias para reapresentação ao CISAMURES conforme o prazo estabelecido no item 4.3.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Para cumprimento do presente contrato em seus objetivos o contratado obriga-se a cumprir rigorosamente os termos do presente contrato e o Edital de Credenciamento 02/2019 e suas alterações, bem como:

5.2 - Compete ao CONTRATANTE:

5.2.1. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores estimados constantes no presente contrato;

5.2.2. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

5.2.3. Fiscalizar o cumprimento das disposições do Edital e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

5.2.4. Fornecer as autorizações para execução dos serviços.

5.3 - Compete ao CONTRATADO:

5.3.1. Cumprir as cláusulas do presente contrato;

5.3.2. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

5.3.3. Justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;

5.3.4. Manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

5.3.5. Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;

5.3.6. Apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE;

5.3.7. Fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;

5.3.8. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;

5.3.9. Manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;

5.3.10. Submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;

5.3.11. Submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;

5.3.12. Garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;

5.3.13. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;

5.3.14. Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado;

5.3.15. A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

5.3.16. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e CONTRATADA.

CLAUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde dos Municípios consorciados serão repassados para conta do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISAMURES, Ano Base 2020.

6.2. A dotação utilizada será a seguinte: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080

CLAUSULA SÉTIMA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

7.1. A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

7.2. O CONTRATANTE terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato, por meio de seus fiscais de contrato estabelecidos por resolução.

7.3. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

7.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

7.5. A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

7.6. O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto nesta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

7.7. A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

7.8. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

8.1.1. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada;

8.1.2. A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

8.1.3. No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE a qualquer tempo todas as informações, certidões negativas, alvarás e demais documentos que este lhe solicitar.

CLAÚSULA DÉCIMA - DO DESCREDECIMENTO

10.1. Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou para promover a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93
- e) Interesse manifesto de descredenciamento, mediante solicitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.2. A decisão de descredenciamento ou suspensão do credenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo CISAMURES, será precedida da concessão do prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa, como garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa. O pedido expresso de reconsideração do descredenciamento, apresentado em prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da aplicação da sanção, será avaliado pelo CISAMURES e decidido no prazo de 05 (cinco) dias úteis

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis à espécie, garantida a prévia e ampla defesa:

11.1.1. Advertência

11.1.2. Suspensão temporária de participar de licitação ou contratar com o CONTRATANTE ou com qualquer de seus municípios consorciados por até dois anos;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.1.4. As sanções previstas nos itens 11.1.1 e 11.1.2 poderão também ser aplicadas à CONTRATADA nas seguintes hipóteses:

- a). Injustificadamente retardar a execução do objeto deste contrato;
- b). Injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste contrato;
- c). Fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer de seus municípios Consorciados;
- d). Falhar ou fraudar na execução do presente contrato;
- e). Ter sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f). Ter praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação;
- g). Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1. Fica eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

E por estarem assim acordes, assinam as partes o presente contrato o qual apresenta-se em 02 (duas) vias de igual teor e assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para que produza seus devidos e legais efeitos.

Lages / SC, 01 de Junho de 2020.

Thiago Costa Ederson Alexandre da Silva
Presidente CISAMURES Silva Serviços Médicos Ltda

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO SRS SERVICOS MEDICOS N. 17/2020

Publicação Nº 2512652

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2020

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMURES e a empresa SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAMURES, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, Lages/SC, CEP: 88.502-230, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. THIAGO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, inscrito no RG nº 4.140.520 e CPF nº 049.157.289-19, residente e domiciliado na cidade de Rio Rufino/SC, doravante denominado "Contratante" e de outro lado, a empresa SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.782.877/0001-42, com endereço a Rua Emiliano Ramos Branco nº 80, Lages/SC, CEP: 88.502-250, neste ato representada pela Sra. SANDRA DEMOLINER inscrita no CPF nº 029.143.830-02 e RG nº 110.952.098-9, doravante denominado "Contratada", tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato visa a contratação de consultas médicas em psiquiatria e gastroenterologia, para o atendimento dos usuários de saúde dos municípios consorciados do CISAMURES, conforme requerimento de credenciamento e edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações, sendo possível a inclusão ou exclusão de serviços específicos através de termo aditivo desde que estejam compreendidos na tabela vigente do CISAMURES.

1.2. O local de atendimento do prestador será no endereço do CNPJ contratado, salvo em casos que o prestador realize os atendimentos na sede do CISAMURES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1. A vigência do presente Contrato contará a partir da data da assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ter a sua duração prorrogada, por ato do CISAMURES, mediante termo aditivo, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1. O presente contrato tem como valor anual estimado o seguinte:

Descrição do Serviço	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
CONSULTA MÉDICA EM PSIQUIATRIA	500	R\$ 50,00	R\$ 25.000,00
CONSULTA MÉDICA EM GASTROENTEROLOGIA	500	R\$ 50,00	R\$ 25.000,00
TOTAL	1000		R\$ 50.000,00

3.2. Por se tratar de uma quantidade estimada não está o CISAMURES obrigado a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente contrato.

3.3. Se a CONTRATADA atingir o valor anual estimado estabelecido no item 3.1, a suplementação é permitida a fim de atender as necessidades do CISAMURES, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, respeitando o cronograma de faturamento e pagamento emitido pelo setor de faturamento que será enviado a contratada após a assinatura do contrato.

4.2. A comprovação da realização dos serviços se dará mediante a inserção das autorizações no sistema disponibilizado pelo CISAMURES bem como a apresentação de relatório constando o nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidos pelo CISAMURES e assinadas pelo funcionário responsável.

4.3. A vigência das autorizações do CISAMURES será de 03 meses, contados a partir da data de realização do serviço, perdendo sua validade após este período em caso de não entrega ao setor de faturamento.

4.4. Na situação de glosa das autorizações, a CONTRATADA deverá retirar a autorização no setor de faturamento e deverá realizar as correções necessárias para reapresentação ao CISAMURES conforme o prazo estabelecido no item 4.3.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Para cumprimento do presente contrato em seus objetivos o contratado obriga-se a cumprir rigorosamente os termos do presente contrato e o Edital de Credenciamento 02/2019 e suas alterações, bem como:

5.2 - Compete ao CONTRATANTE:

- 5.2.1. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores estimados constantes no presente contrato;
- 5.2.2. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- 5.2.3. Fiscalizar o cumprimento das disposições do Edital e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- 5.2.4. Fornecer as autorizações para execução dos serviços.

5.3 - Compete ao CONTRATADO:

- 5.3.1. Cumprir as cláusulas do presente contrato;
- 5.3.2. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 5.3.3. Justificar ao CONTRATANTE, ao paciente ou seu responsável, sempre que solicitado e por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;
- 5.3.4. Manter o ambiente de atendimento dos pacientes em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;
- 5.3.5. Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da junta comercial ou do cartório de registro de pessoas jurídicas;
- 5.3.6. Apresentar a fatura/nota fiscal da forma que for solicitada pelo CONTRATANTE;
- 5.3.7. Fornecer ao CONTRATANTE as informações sobre os procedimentos realizados nos pacientes;
- 5.3.8. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto deste contrato;
- 5.3.9. Manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, inclusive quanto aos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATADA que executarão o objeto ora contratado;
- 5.3.10. Submeter-se à regulação instituída pelo gestor da área da saúde, quando houver;
- 5.3.11. Submeter-se a todos os controles de prestação de serviços determinados pelo CONTRATANTE, seja de auditoria, controle, avaliação ou outros assemelhados;
- 5.3.12. Garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;
- 5.3.13. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE eventual mudança de endereço, para que seja analisada a conveniência de manter os serviços ora contratados, podendo o CONTRATANTE rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente, sem que disso lhe resulte ônus;
- 5.3.14. Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer irregularidade referente ao serviço contratado;
- 5.3.15. A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente/usuário ou seu acompanhante quaisquer valores pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
- 5.3.16. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante em razão da execução deste contrato, independentemente da espécie de vínculo existente entre o profissional que realizou a cobrança e CONTRATADA.

CLAUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde dos Municípios consorciados serão repassados para conta do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISAMURES, Ano Base 2020.

6.2. A dotação utilizada será a seguinte: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080

CLAUSULA SÉTIMA – DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

7.1. A prestação dos serviços ora contratada não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

7.2. O CONTRATANTE terá direito a acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato, por meio de seus fiscais de contrato estabelecidos por resolução.

7.3. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

7.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de contratar quantos prestadores julgar necessários para atendimento da demanda dos municípios consorciados.

7.5. A CONTRATADA não terá direito adquirido à realização de quaisquer quantitativos físicos e financeiros mínimos mensais.

7.6. O encaminhamento do paciente a outro prestador de serviços conforme exposto nesta Cláusula, não dará direito ao prestador de serviços ora contratado a cobrar do CONTRATANTE qualquer forma de ressarcimento.

7.7. A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados ao paciente e a terceiros a eles vinculados decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, bem como pelas obrigações e indenizações decorrentes desses danos.

7.8. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do CONTRATANTE ou servidor designado não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Além das hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, são motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

8.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada;

8.3. A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de trinta (30) dias;

8.4. No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de trinta (30) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE a qualquer tempo todas as informações, certidões negativas, alvarás e demais documentos que este lhe solicitar.

CLAÚSULA DÉCIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

10.1. Constituem motivo para o credenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou para promover a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93
- e) Interesse manifesto de credenciamento, mediante solicitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.2. A decisão de credenciamento ou suspensão do credenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo CISAMURES, será precedida da concessão do prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa, como garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa. O pedido expresso de reconsideração do credenciamento, apresentado em prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da aplicação da sanção, será avaliado pelo CISAMURES e decidido no prazo de 05 (cinco) dias úteis

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo de outras medidas legais aplicáveis à espécie, garantida a prévia e ampla defesa:

11.1.1. Advertência

11.1.2. Suspensão temporária de participar de licitação ou contratar com o CONTRATANTE ou com qualquer de seus municípios consorciados por até dois anos;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.1.4. As sanções previstas nos itens 11.1.1 e 11.1.2 poderão também ser aplicadas à CONTRATADA nas seguintes hipóteses:

- a). Injustificadamente retardar a execução do objeto deste contrato;
- b). Injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas neste contrato;
- c). Fizer declaração falsa ao CONTRATANTE ou a qualquer de seus municípios Consorciados;
- d). Falhar ou fraudar na execução do presente contrato;
- e). Ter sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f). Ter praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação;
- g). Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1. Fica eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

E por estarem assim acordes, assinam as partes o presente contrato o qual apresenta-se em 02 (duas) vias de igual teor e assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para que produza seus devidos e legais efeitos.

Lages / SC, 01 de Junho de 2020.

Thiago Costa Sandra Demoliner
Presidente CISAMURES SRS Serviços Médicos Ltda

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2019

Publicação Nº 2512590

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, no uso de atribuições legais e considerando o que consta deste Processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores para Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde, para a prestação de serviços, compreendendo sessões, procedimentos, exames e consultas especializadas, fornecimento de óculos, próteses, cirurgias, hospedagem de TFD, laudos, conforme segue: Consultas médicas em psiquiatria e ultrassonografias, conforme requerimento de credenciamento.

Contratada – SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 32.377.047/0001-65, com endereço a Rua Marechal Deodoro nº 700, Lages/SC, CEP: 88.501-003

Valor do Contrato – Valor anual estimado do contrato será de R\$ 32.128,70 respeitando a tabela de valores atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações.

Assim, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, vimos comunicar o Senhor Presidente do CISAMURES da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Lages, 01 de Junho de 2020.

Guilherme Rangel Bianchini
Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2019

Publicação Nº 2512562

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, no uso de atribuições legais e considerando o que consta deste Processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores para Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde, para a prestação de serviços, compreendendo sessões, procedimentos, exames e consultas especializadas, fornecimento de óculos, próteses, cirurgias, hospedagem de TFD, laudos, conforme segue: Consultas médicas em psiquiatria e gastroenterologia, conforme requerimento de credenciamento.

Contratada – SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.782.877/0001-42, com endereço a Rua Emiliano Ramos Branco nº 80, Lages/SC, CEP: 88.502-250

Valor do Contrato – Valor anual estimado do contrato será de R\$ 50.000,00 respeitando a tabela de valores atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações.

Assim, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, vimos comunicar o Senhor Presidente do CISAMURES da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Lages, 01 de Junho de 2020.

Guilherme Rangel Bianchini
Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 71/2020

Publicação Nº 2512746

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 71/2020.

Extrato de Compra Direta nº 71/2020. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratada: GRÁFICA ROTTA LTDA CNPJ: 03.845.486/0001-57. Objeto: Aquisição de Material de expediente (Receituários) para dar continuidade aos atendimentos no Consórcio Intermunicipal de Saúde. Data: 13/05/2020. Valor: R\$ 885,00 (Oitocentos e oitenta e cinco reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

Lages, SC 04 de Junho de 2020.

BEATRIZ MONTEMEZZO
Diretora Executiva CIS/AMURES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº14/2020

Publicação Nº 2512581

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº14/2020 – CISAMURES

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CISAMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA Objeto: Contratação de consultas médicas em psiquiatria e ultrassonografia Valor: valor anual estimado em R\$ 32.128,70, respeitando a tabela de valores atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações. Período de duração: 01 de Junho de 2020 até 31 de Dezembro de 2020, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 01 de Junho de 2020. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº15/2020

Publicação Nº 2512558

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº15/2020 – CISAMURES

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CISAMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA Objeto: Contratação de consultas médicas em psiquiatria gastroenterologia Valor: valor anual estimado em R\$ 50.000,00, respeitando a tabela de valores atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações. Período de duração: 01 de Junho de 2020 até 31 de Dezembro de 2020, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 01 de Junho de 2020. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2020

Publicação Nº 2512760

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020

Processo administrativo: 701/2020
Dispensa de Licitação: 07/2020
Objeto: Compra de jalecos para o centro de triagem do COVID-19.
Contratado: DINÂMICA SOLUÇÕES- CNPJ nº 37.130.733/0001-50
Valor Total: R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais).
Vigência: Entrega imediata
Fundamentação Legal: Artigo 24, Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020

Lages, SC, 03 de Junho de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo
Diretora Executiva CIS-AMURES

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2020

Publicação Nº 2512763

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

Processo administrativo: 703/2020
Dispensa de Licitação: 08/2020
Objeto: Compra de HD para computador do setor de RH
Contratado: FHORTEC DO BRASIL INFORMÁTICA - CNPJ nº 83.202.093/0001-64
Valor Total: R\$ 272,90 (duzentos e setenta e dois reais e noventa centavos)
Vigência: Entrega imediata
Fundamentação Legal: Artigo 24, Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020

Lages, SC, 04 de Junho de 2020.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo
Diretora Executiva CIS-AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

Publicação Nº 2512555

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 – CISAMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente do CISAMURES, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019 – CISAMURES, RATIFICA a declaração de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa SRS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, para prestação de serviços de consultas médicas em psiquiatria e ultrassonografias ao CISAMURES, no valor anual estimado de R\$ 50.000,00, conforme tabela de valores atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações, no período de 01 de Junho de 2020 até 31 de Dezembro de 2020 ficando autorizada a prorrogação na forma do inc. II, do art. 57, da Lei 8.666/93, observado o limite máximo de 60 meses, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Lages, 01 de Junho de 2020.

Thiago Costa
Presidente CIS/AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

Publicação Nº 2512579

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 – CISAMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Presidente do CISAMURES, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019 – CISAMURES, RATIFICA a declaração de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, para prestação de serviços de consultas médicas em psiquiatria e ultrassonografias ao CISAMURES, no valor anual estimado de R\$ 32.128,70, conforme tabela de valores atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 02/2019 e suas alterações, no período de 01 de Junho de 2020 até 31 de Dezembro de 2020 ficando autorizada a prorrogação na forma do inc. II, do art. 57, da Lei 8.666/93, observado o limite máximo de 60 meses, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Lages, 01 de Junho de 2020.

Thiago Costa
Presidente CIS/AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2020

Publicação Nº 2512758

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2020

Assegurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020, RATIFICO os atos do procedimento, em favor de DINÂMICA SOLUÇÕES- CNPJ nº 37.130.733/0001-50 para a compra de jalecos para o centro de triagem do COVID-19.

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 03 de Junho de 2020.

THIAGO COSTA
Presidente CIS-AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2020

Publicação Nº 2512764

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020

Assegurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, considerando ainda o art. 17. Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020, RATIFICO os atos do procedimento, em favor de FHORTEC DO BRASIL INFORMÁTICA - CNPJ nº 83.202.093/0001-64 para a compra de HD para computador do setor de RH.

Sigam-se os ulteriores termos.

Lages, SC, 04 de Junho de 2020.

THIAGO COSTA
Presidente CIS-AMURES

CIS/AMVI**424.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - COMPRAS COLETIVAS OUTRAS SECRETARIAS**

Publicação Nº 2514014

RESOLUÇÃO Nº 424, DE 04 DE JUNHO DE 2020.

Autoriza todas as secretarias dos municípios consorciados de requisitarem insumos e serviços contratados de forma compartilhada pelo CISAMVI.

A ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 8º do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, reunida em 25 de maio de 2020, e considerando:

1. o objetivo contratual de estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
2. o objetivo contratual de contratar ou administrar bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como medicamentos, serviços ou materiais da saúde;
3. a necessidade do uso de equipamentos de proteção individual (EPI) por diversos agentes públicos municipais envolvidos no atendimento da população, não vinculados às secretarias municipais de saúde, ao longo da atual pandemia causada pelo Novo Coronavírus;
4. o objetivo dos processos de aquisição em andamento contempla a necessidade das demais secretarias; e
5. a importância da economicidade, transparência e eficiência nas compras públicas.

RESOLVE:

Art. 1º. Incluir no rol de objetivos do CISAMVI, destacados no artigo 8º o inciso: "XV. Contratar ou administrar bens, serviços e insumos para uso compartilhado dos entes consorciados, em todas as suas áreas de atuação;"

Parágrafo único. Ficam todas as secretarias dos municípios consorciados autorizadas à aderir as atas de registro de preços de insumos e contratos de serviços, contratados de forma compartilhada pelo CISAMVI.

Art. 2º. O município, por meio da secretaria interessada deverá encaminhar ao CISAMVI:

- I. cópia da publicação do ato municipal de suplementação ao orçamento da secretaria municipal para a finalidade de aplicação via consórcio (3.3.9.3 ou 4.4.9.3);
- II. os dados da secretaria/autarquia/fundo municipal interessado na adesão das compras compartilhadas;
- III. agente público ordenador da despesa da secretaria e do agente públicos que ficará responsável pelas requisições/compras, para fins de cadastro.

Art. 3º. Nas atas de registro de preços vigentes, a secretaria municipal poderá comprar ou contratar até o limite do saldo remanescente da secretaria de saúde do seu município – saldo original do município.

Art. 4º. Em novos pregões, a previsão e indicação do quantitativo a ser licitado é de responsabilidade da secretaria interessada.

Art. 5º. O processo de compra ou contratação respeitará as regras já adotadas nas compras compartilhadas, ficando cada secretaria responsável pela emissão da intenção de registro de preço, no caso de novos pregões, emissão das autorizações de fornecimento no momento da demanda de compra, liquidação da autorização de fornecimento na data de recebimento do objeto, e emissão e pagamento da nota de débito emitida pelo CISAMVI, em todas as situações sempre via sistema disponibilizado pelo consórcio.

§ 1º. As condições de compra e recebimento dos insumos e serviços é indicada sempre nos editais de licitação, que devem ser observados pelos interessados na aquisição do objeto licitado/contratado.

§ 2º. O pagamento ao fornecedor dos itens adquiridos é feito ao CISAMVI, no mesmo padrão já executado pelas secretarias de saúde, no prazo de 15 dias após a emissão da Nota de Débito.

§ 3º. A capacitação e treinamento dos novos usuários do sistema de compras compartilhadas do CISAMVI deverá ser feita internamente em cada município, pelos profissionais que já utilizam o referido sistema. Todos os procedimentos necessários para execução das rotinas estão registrados no manual do sistema, enviado à cada usuário cadastrado. Eventualmente o CISAMVI poderá programar capacitações gerais para atualizações de funções.

Art. 6º. Não haverá cobrança de rateio para a adesão às licitações e contratações enquanto forem utilizados os processos que atendam as secretarias municipais de saúde.

Parágrafo único. Havendo necessidade de licitações não voltadas para a área da saúde, deve ser discutido em assembleia geral o rateio do custeio dos serviços administrativos do CISAMVI para execução dos trabalhos internos dos processos.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 04 de junho de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2020 - REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Publicação N° 2513642

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2020

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI
CNPJ nº 03.269.695/0001-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> (acesso identificado), com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS das 10h00min do dia 08/06/2020 até 08h00min do dia 22/06/2020, ABERTURA DAS PROPOSTAS/INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA às 08h30min do dia 22/06/2020 e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 09h00min do mesmo dia (horário de Brasília-DF), podendo estender-se para os dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional.

O Edital encontra-se disponível em www.cisamvi.sc.gov.br. Informações complementares serão prestadas na sede do CISAMVI, Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, bairro Velha, em Blumenau - SC, ou fone (47) 3331-5812 das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira.

Blumenau-SC, 04 de junho de 2020.

Ércio Kriek - Presidente do CISAMVI | Cleones Hostins - Diretor Executivo

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2020 - REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Publicação N° 2513643

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2020

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, consórcio público com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, Bairro Velha, CEP 89036-200, em Blumenau/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO”, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições/contratações futuras do objeto indicado neste Edital, de forma parcelada, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – internet, na data, horário e local abaixo indicados, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decretos nºs 7.892 de 23/01/2013 e 10.024 de 20/09/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

TIPO: Menor preço por item

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Início às 10hs00min do dia 08/06/2020 até 08hs00min do dia 22/06/2020

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA/ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08hs30min do dia 22/06/2020

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09hs00min do dia 22/06/2020

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF)

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau-SC – Telefone (47) 3331-5806 licitacao@cisamvi.sc.gov.br

OBTENÇÃO DO EDITAL NA ÍNTEGRA: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.cisamvi.sc.gov.br

A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes, se necessário.

1 OBJETO

1.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos, com entregas parceladas, conforme especificações constantes do ANEXO I (Termo de Referência), para uso dos municípios consorciados junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, quais sejam, Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio Dos Cedros, Rodeio e Timbó, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro será da data da sua publicação até 23/10/2020, conforme artigo 15, § 3º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

2 das boas práticas administrativas



2.1 O licitante, ao participar do presente certame, declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

1.2 O CISAMVI não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, cabendo aos licitantes, em caráter irrevogável e irretratável:

2.2.1 Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente a Lei Federal nº 12.846/2013, e o Decreto Federal nº 8.420/2015, e divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros;

1.0.1 Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.

2 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.1 Os trabalhos serão conduzidos pelos colaboradores do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, através de seu Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante do sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

2.2 A abertura da sessão pública será às 08hs30min e início da sessão de disputa de lances será às 09hs00min do dia 22/06/2020. A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes se necessário.

2.3 Todas as referências de tempo constantes deste Edital e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório poderão ser realizados por qualquer pessoa, e deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública.

3.2 Os pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser enviados exclusivamente por intermédio da plataforma onde ocorrerá o certame – <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> – meio no qual, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento do pedido de esclarecimento/impugnação, serão igualmente divulgadas as respostas e decisões do Pregoeiro.

3.3 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento/impugnações apresentados fora do prazo estabelecido no item 4.1, ou que não observem a forma prescrita no item 4.2.

3.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e decisões das impugnações aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.5 A impugnação não possui efeito suspensivo, cabendo ao Pregoeiro concedê-lo excepcionalmente em decisão motivada.

3.6 A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

3.7 As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

4 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no país, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos, bem como legislação aplicável.

4.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

4.2.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

4.2.2 Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração direta de um dos entes consorciados motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;

4.2.3 Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo;

4.2.4 Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

4.2.5 As hipóteses previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;

4.2.6 Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS;

4.2.7 Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo CISAMVI em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.

4.3 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega do objeto nas quantidades, locais e prazos definidos, sob pena de aplicação de multa diária pelo inadimplemento da obrigação assumida.

5 DO CREDENCIAMENTO

5.1 Os interessados em participar deste Pregão deverão cadastrar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por intermédio do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

5.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.3 O credenciamento para participação no Pregão Eletrônico nº 06/2020 dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do licitante no Portal Compras Públicas e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

5.3.1 O credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 ESTIMATIVA DE CONSUMO

6.1 O CISAMVI e seus municípios consorciados não se obrigam a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, tampouco a adquirir a totalidade das quantidades indicadas no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições o beneficiário do Registro de Preços vigente terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, além dos documentos de habilitação exigidos neste Edital (item 10).

7.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 A licitante deverá elaborar a sua proposta com base neste Edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

7.4 Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.5 O licitante deverá enviar sua proposta no idioma oficial do Brasil mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1 Valor unitário e total para cada item em moeda corrente nacional;

7.5.2 Na descrição detalhada deverão conter FABRICANTE, MARCA, NOME COMERCIAL E REGISTRO JUNTO À ANVISA do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.

7.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital e seus anexos.

8.7.1 A falsidade da declaração de que trata o subitem 8.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

7.8 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como abreviações (relacionadas a empresa), telefones, nomes, etc., acarretando na desclassificação prévia do licitante o seu descumprimento.

7.9 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fins de gozo dos benefícios dispostos na mesma lei.

7.10 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa competitiva.

8 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Deverão ser encaminhados, juntamente com a proposta, exclusivamente via sistema, os seguintes documentos:

8.1.1 Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ;

8.1.2 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração conforme modelo sugerido no ANEXO II;

8.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

8.1.4 Caso a licitante vencedora seja representada por procurador(es) deverá apresentar procuração ou documento equivalente, além de cópia do RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, de Outorgante(s) e Outorgado(s);

8.1.5 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;

8.1.6 Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da empresa;

8.1.7 Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;

8.1.8 Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.1.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.1.10 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;

8.1.11 Declaração assinada por representante legal da proponente, conforme modelo constante do ANEXO IV, de que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

- Concorda com os termos do Edital e dará pleno cumprimento à Ata de Registro de Preços/Contrato, caso sagre-se vencedora de itens/ lotes do certame;

- Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos;

8.1.12 Cópia da Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

8.1.13 Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo ANEXO V.

8.2 Os documentos cuja autenticidade não possa ser conferida através da internet deverão ser encaminhados devidamente autenticados por Tabelião.

8.3 Quando o prazo de validade não constar no documento, somente será considerado válido aqueles emitidos em data de até 60 (sessenta) dias da sessão de abertura das propostas.

8.4 Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, amparadas pela LC nº 123/06, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, para regularização de eventuais restrições no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação/desclassificação e/ou decadência do direito de contratação.

8.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

8.5.1 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

8.5.2 Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem

emitidos apenas em nome da matriz.

8.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para continuidade da mesma.

8.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.8.1 Se a licitante não atender às exigências de habilitação o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

8.8.2 No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 A abertura da Sessão Pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 Durante a Sessão Pública a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou que contenham vícios insanáveis.

9.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

9.8.1 Na hipótese do subitem anterior a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.9 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de percentual entre os lances.

9.10 Considerando que o valor unitário dos itens objeto deste pregão são de pouca expressão, motivo pelo qual os valores consideram 4 (quatro) casas decimais, o intervalo mínimo de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento) sobre o valor unitário de cada item.

9.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.12 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.13 Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

9.14 A etapa competitiva deste Pregão Eletrônico observará as regras do modo de disputa ABERTO, no qual a etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente por 2 (dois) minutos pelo sistema, sucessivamente, sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

9.15 Não havendo novos lances na forma estabelecida no subitem anterior a Sessão Pública será encerrada automaticamente.

9.16 Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio e mediante justificativa, admitir o reinício da Sessão Pública de lances em prol da consecução do melhor preço.

9.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.18 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10 EMPATE

10.1 Considera-se empate ficto as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os artigos 44 e 45 da Lei Complementar n 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

10.1.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no subitem 11.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

10.1.2 Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame;

10.1.3 Não apresentada nova proposta, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.1.5 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado automaticamente pelo sistema, decairá

do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.1.6 O disposto nos subitens 11.1.1 a 11.1.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.7 A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

10.2 Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.2.1 Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

10.2.2 Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.2.3 Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

10.2.4 Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

10.2.5 Sorteio.

11 NEGOCIAÇÃO, JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 Encerrada a etapa de lances e decididos eventuais empates, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o menor preço, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3 Encerrada a etapa de negociação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

11.4 O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado e os documentos complementares referentes aos itens vencidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação.

11.5 A Proposta de Preços atualizada (modelo sugerido no ANEXO III), enviada via sistema no prazo estipulado no subitem 12.4, deverá conter nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver), além de FABRICANTE, MARCA, NOME COMERCIAL, Nº DE REGISTRO JUNTO À ANVISA e FORMA DE APRESENTAÇÃO do(s) produto(s) cotado(s), devendo ser apresentada conforme as especificações técnicas constantes no ANEXO I, identificando o número do lote ao qual corresponde no Edital da Licitação.

11.6 Cada proponente deverá evidenciar na proposta o fabricante dos produtos ofertados e o país de origem, caso não seja nacional.

11.7 As propostas deverão conter valor unitário e total arrematado de cada item, em moeda corrente, já inclusas quaisquer outras despesas, tais como impostos, fretes para entrega nos locais estabelecidos no Edital, seguros, montagem, embalagem, etc.

11.8 Para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 04 (quatro) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de 02 (dois) dígitos após a vírgula.

11.9 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.10 Constituem documentos complementares referentes aos itens vencidos, que devem ser enviados juntamente com a proposta atualizada no prazo estabelecido, sob pena de inabilitação:

11.10.1 Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso a renovação da Autorização de Funcionamento ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização previsto no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;

11.10.2 Cópia da Autorização Especial de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial União da empresa, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (Artigo 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde);

11.10.2.1 Caso a renovação da Autorização de Funcionamento e/ou Autorização de Funcionamento Especial ainda não tenha sido publicada(s) pela ANVISA, serão aceitos cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização prevista no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;

11.10.3 Cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso o Registro do produto esteja vencido, apresentar juntamente com Certificado de Registro do produto, o comprovante de protocolo de pedido de atualização do registro do produto, ou se for o caso, comprovar que o produto está dispensado do registro;

11.10.4 Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle linha de produção/Produtos, emitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). No caso de produto importado é também necessária apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela Autoridade Sanitária do País de origem ou Laudo de Inspeção emitido pela Autoridade Sanitária Brasileira, conforme RDC nº 59 de 27 de junho de 2000;

11.10.5 No caso de a empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a empresa licitante deverá apresentar contrato de terceirização contendo os produtos a serem terceirizados, bem como o Certificado de Boas Práticas de Fabricação para a linha de produção da empresa fabricante;

11.10.6 Manual/embalagem do produto (original ou cópia bem legíveis).

12 RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

12.1.2 Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias

úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

12.2.1 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no sistema, não sendo recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

12.3 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, encaminhá-lo à Diretoria Executiva do para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

13.2 O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, à Diretoria Executiva do CISAMVI.

13.3 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

14.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

14.1.1 Firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do artigo 81 da Lei nº 8.666/93;

14.1.2 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.1.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

14.1.4 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

14.1.5 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

14.1.6 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

14.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

14.1.8 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.9 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

14.1.10 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

14.1.11 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI

14.1.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

14.1.13 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

14.1.14 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

15 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, a serem firmadas entre o CISAMVI e o Fornecedor, e terão sua vigência desde a data da sua publicação até 23/10/2020.

15.0.15 Será publicada Ata Geral, cuja minuta consta do ANEXO VI, onde constarão todos os itens objeto deste Edital e licitantes vencedores/fornecedores, assim como serão formalizadas atas entre o CISAMVI e os fornecedores, cuja minuta consta do ANEXO VII.

15.1 Constará da Ata de Registro de Preços Geral, na forma de anexo, o Cadastro Reserva dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16.2.1 Constarão igualmente do Cadastro Reserva as propostas dos licitantes que não manifestarem a possibilidade de fornecimento nas mesmas condições do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

15.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar a Ata de Registro de Preço correspondente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

15.2.1 Será utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

15.3 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do envio do documento, implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

15.4 A Ata de Registro de Preços será encaminhada ou pelo endereço eletrônico informado pelo licitante vencedor no documento Dados

Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V) ou por intermédio do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas.

15.4.1 Quando encaminhada pelo Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, o sistema encaminhará aviso para o endereço eletrônico informado pelo licitante vencedor no documento Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V) de que o documento está disponível junto ao sistema.

15.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, o CISAMVI poderá firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.6 A existência de preços registrados não obriga o CISAMVI ou os municípios consorciados a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.7 O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16 REAJUSTE DOS PREÇOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

17.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

16.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

16.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

16.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

16.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

17.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

16.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.5 Independentemente de solicitação, o CISAMVI poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

16.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

16.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

17 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

17.1 O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:

17.1.1 Recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

17.1.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;

17.1.3 Tiver presentes razões de interesse público;

17.1.4 For declarado inidôneo, impedido de licitar ou contratar com o CISAMVI ou com qualquer um dos municípios consorciados, antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigo 49 do Decreto nº 10.024/19;

17.1.5 Não utilizar os recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo CISAMVI na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

17.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.

17.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não sendo aplicadas, então, quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

18.3.1 Os pedidos de cancelamento de valores registrados devem ser protocolados/ encaminhados para a sede do CISAMVI, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, não sendo conhecidos pedidos de cancelamento encaminhados por e-mail ou fac-símile.

18 DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA/FORNECIMENTO

18.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o CISAMVI emitirá e publicará a Ata de Registro de Preços no sítio eletrônico do consórcio público e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

18.2 Formalizada a Ata de Registro de Preços e assinada a Ata, os licitantes vencedores se sujeitam a acatar o fornecimento regular pelo prazo de sua validade, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas neste Edital e/ou nas disposições legais pertinentes.

18.3 As contratações/solicitações dos itens, ocorrerão de forma parcelada, sendo efetuadas conforme a necessidade de cada município consorciado, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

18.4 O CISAMVI, durante a validade da Ata de Registro de Preços, utilizará Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas,

acessível através da internet (sistema web), para gerenciamento e controle dos processos de compra, ficando o fornecedor obrigado desde já a utilizá-lo e alimentá-lo.

18.5 Após a formalização da Ata de Registros de Preços, será atribuído login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, disponível online.

19.5.1 O login e a senha para acesso ao Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em "Responsável pelos pedidos" do documento Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V).

19.6 Dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços os municípios consorciados emitirão Autorizações de Fornecimento, utilizando para tanto o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, cabendo ao licitante vencedor/fornecedor acessar a referida plataforma para retirada dos pedidos, e efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada.

19.6.1 Pedidos de dilação do prazo para entrega devem ser encaminhados diretamente ao responsável pelo pedido do Município Requisitante, nos endereços eletrônicos indicados no ANEXO I, instruído com documentação que justifique a solicitação.

18.7 As Autorizações de Fornecimento são consideradas recebidas pelo fornecedor após 24 (vinte e quatro) horas após sua emissão.

18.8 Caso os itens registrados em determinada Autorização de Fornecimento não atinjam o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), o fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao Município Requisitante, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não lhe sendo aplicada qualquer sanção.

18.9 Ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf.

18.9.1 A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

18.10 As Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão "Pregão Eletrônico nº 06/2020", o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

19.10.1 As Notas Fiscais Eletrônica que apresentarem incorreções serão devolvidas ao fornecedor, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pelo CISAMVI.

18.11 Cada produto entregue deverá estar registrado na Nota Fiscal Eletrônica com nome idêntico ao constante da Ata de Registro de Preços.

19 ENTREGAS/EXECUÇÃO

19.1 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

19.2 Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado, nos termos do ANEXO I, e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

19.3 O transporte e as entregas deverão ser realizados conforme estabelecido no ANEXO I – Termo de Referência.

19.4 Os fornecedores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento para efetuar a entrega dos itens solicitados, devendo apresentar, no ato da entrega, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto.

19.5 A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta e indicada na Ata de Registro de Preços, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste Edital.

19.5.1 Solicitações de troca de marca para atendimento de Autorização de Fornecimento específica/determinada devem ser encaminhadas diretamente ao responsável pelo pedido do Município Requisitante, nos endereços eletrônicos indicados no ANEXO I, instruído com documentação que justifique a solicitação.

19.5.2 Não sendo possível efetivar a entrega do item pelo restante da validade da Ata de Registro de Preços com a marca registrada, deverá o fornecedor encaminhar pedido de troca de marca ao CISAMVI, instruído com os documentos necessários para homologação da nova marca, além dos documentos necessários à comprovação de suas alegações.

19.6 Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital e seus anexos, sem nenhum ônus para o CISAMVI, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

19.7 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

20 PAGAMENTO

20.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo CISAMVI em favor do licitante vencedor/fornecedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor nos Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V).

20.2 O CISAMVI efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo.

20.3 Fica ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

20.4 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

20.5 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.6 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

21 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes

termos:

22.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

21.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

21.0.3 Ficarão suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

22.2 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 23.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

22.2.1 Advertência por escrito.

22.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

22.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

22.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 23.2:

22.3.1 Prestar declaração falsa de que cumpre com os requisitos de habilitação e/ou de conformidade da proposta apresentada com as exigências deste Edital;

22.3.2 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

22.3.3 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

22.3.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

22 DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Caberá ao CISAMVI a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

22.2 A quantidade relacionada no ANEXO I serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

22.3 O CISAMVI poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

22.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do CISAMVI.

22.7 O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema onde ocorrerá o certame ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso no Portal Compras Públicas, ainda que por terceiros.

22.9 Os fornecimentos a serem realizados em decorrência da licitação serão efetuados após regular assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, reconhecendo desde já o licitante que as requisições de entrega representam compromisso entre as partes, assim como a Ata de Registro de Preços.

22.10 Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

22.11 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.12 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.13 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no modo e prazo determinados pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.14 As normas constantes deste Edital e que regem esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.15 A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades ressalvadas neste Instrumento Convocatório.

22.16 A detecção pelo CISAMVI, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.17 Caso o fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a empresa vencedora deverá substituir o produto a ser fornecido por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituído proposto.

22.18 É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do artigo 57, §4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

22.19 Cabe aos licitantes acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico do CISAMVI (<https://www.cisamvi.sc.gov.br>).

22.20 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

22.21 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro até a adjudicação do processo licitatório. A partir desta fase, situações não previstas ou ocorridas após homologação, serão resolvidas pela Diretoria Executiva do CISAMVI, com base na legislação federal.

22.22 O CISAMVI não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela

autoridade competente, ou sua cópia fiel.

23 ANEXOS

23.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

23.1.1 ANEXO I – Termo de Referência;

23.1.2 ANEXO II – Declaração de Microempresas e Empresas De Pequeno Porte;

23.1.3 ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

23.1.4 ANEXO IV – Declaração de idoneidade, concordância com os termos do Edital e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

23.1.5 ANEXO V – Dados Cadastrais do Fornecedor;

23.1.6 ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços – Geral;

23.1.7 ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços – por Fornecedor.

Blumenau-SC, 04 de junho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto

1.1 O objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, pelo prazo aproximado de 4 (quatro) meses, com entrega nos municípios consorciados junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, quais sejam, Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, conforme as especificações e quantidades abaixo discriminadas:

Item	Quantitativo total	Descrição	Unidade	Valor de Referência (por unidade)
1	1000	Aminofilina, 24 mg/ml, solução injetável, ampola com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 0,8196
2	2314000	Amitriptilina Cloridrato, 25 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou embalagem primária com no máximo 15 comprimidos e embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,0330
3	769600	Amoxicilina, 500 mg, cápsula ou comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 unidades	Comprimido/Cápsula	R\$ 0,1487
4	1750	Atropina Sulfato, 0,25 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 ampolas	Ampola	R\$ 0,3500
5	525	Benzilpenicilina potássica, associada a Penicilina Procaína, 100.000 ui + 300.000 ui, injetável, frasco ampola + ampola diluente, embalagem com no máximo 100 frascos - ampolas	Frasco-Ampola	R\$ 6,7356
6	965000	Carbonato de Cálcio, associado com Vitamina D3, 1250 mg (equivalente a 500 mg de Cálcio) + 400 ui, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,0730
7	500000	Carbonato de Cálcio, associado com vitamina D3, 500 mg de Cálcio + 200 ui, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades	Comprimido/Cápsula	R\$ 0,0650
8	907500	Carbonato de Lítio, 300 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, ou embalagem primária com no máximo 15 comprimidos e embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,3680
9	32800	Cetoconazol, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,1600

10	3900	Dexametasona, 4 mg/ml, solução injetável, ampola com 2,50 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 0,6250
11	539300	Diazepam, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 1000 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,0765
12	20150	Dipirona Sódica, 500 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 120 ampolas	Ampola	R\$ 0,7000
13	9350	Escopolamina Butilbrometo, 20 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 1,0000
14	6350	Escopolamina Butilbrometo, associada com Dipirona Sódica, 4 mg + 500 mg/ml, solução injetável, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 1,6714
15	1730	Fenitoína Sódica, 50 mg/ml, solução injetável, ampola com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 1,7290
16	14250	Fenoterol Bromidrato, 5 mg/ml, solução oral, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho	Frasco	R\$ 5,3700
17	104500	Levomepromazina, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,6500
18	20800	Medroxiprogesterona Acetato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 20 comprimidos	Comprimido	R\$ 1,6771
19	5400	Medroxiprogesterona Acetato, 150 mg/ml, solução injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 60 ampolas	Ampola	R\$ 12,1000
20	373500	Metildopa, 250 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,4289
21	8900	Metoclopramida Cloridrato, 5 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	Ampola	R\$ 0,4850
22	146600	Nitrofurantoina, 100 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas	Cápsula	R\$ 0,2300
23	4200	Prometazina Cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 1,7350
24	800000	Ranitidina Cloridrato, 150 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,0847
25	3050	Ranitidina Cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas	Ampola	R\$ 0,4287
26	23000	Sulfadiazina, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Comprimido	R\$ 0,1929
27	27050	Sulfato Ferroso, 25 mg/ml de Ferro II, solução oral, frasco conta-gotas com 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	Frasco	R\$ 0,7259
28	950	Terbutalina Sulfato, 0,5 mg/ml, injetável, ampola com 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas	Ampola	R\$ 1,0400

2 Justificativa

2.1 A aquisição dos medicamentos visa suprir a necessidade de atendimento da demanda dos usuários da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, visando economia com a compra em escala.

2.2 Os descritivos dos itens a serem adquiridos foram definidos pela Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica, ao passo que a quantidade a ser licitada são as mesmas utilizadas no Pregão Eletrônico para registro de preços nº 02/2020 que por motivo de os fármacos que restaram terem ficado desertos, fracassados ou cancelados serão novamente licitados.

3 Previsão da despesa e preço de referência

3.1 O valor total para aquisição dos itens relacionados neste Termo de Referência corresponde a R\$ 1.262.990,98 (um milhão e duzentos e sessenta e dois mil e novecentos e noventa reais e noventa e oito centavos), entretanto, cabe destacar que trata-se de Registro de Preços no qual o CISAMVI e seus municípios consorciados não se obrigam a adquirir do(s) licitante(s) vencedor(es) os itens/quantidades relacionados.

3.2 Para a composição dos preços estimados, constante no anexo I deste termo de referência, considerando que não foram encontrados dados recentes do estado de Santa Catarina no Banco de Preços em Saúde, e também não foram encontradas atas de registro de preço recentes na região do médio vale do Itajaí, utilizou-se, os preços registrados na Ata de registro de preço do pregão eletrônico nº 0005/2020 processo nº 1036/2020 do Consórcio Interfederativo de Santa Catarina - CINCATARINA, disponível em <<https://www.cincatarina.sc.gov.br>> (acesso em 25/05/2020), para os itens não abrangidos no mesmo utilizou-se os preços registrados no termo de homologação do pregão eletrônico nº 002/2020 processo nº 002/2020 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE, disponível em <<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>> (acesso em 25/05/2020) e os o valor registrado pelo CISAMVI em Agosto/2019 (Pregão Eletrônico nº 05/2019) corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

3.3 E, por fim, para os itens cujo valor constante na pesquisa estavam superiores ao teto estabelecido na Lista de Preços Máximos estabelecida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) ou não apresentaram referencial de preço, foram atribuídos os valores indicados no aludido referencial teórico disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>> (acesso em 26/05/2020).

3.4 Os valores estimados não são valores máximos, não impedindo os licitantes de participarem com lances superiores ao valor de referência. O preço de cada item terá como valor máximo/teto o valor estabelecido na Lista de Preços Máximos estabelecida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), em sua versão mais atualizada ao tempo da realização das propostas do pregão, a qual se encontra disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>>.

4 Dotação orçamentária

4.1 Eventuais despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MÉDIO VALE ITAJAÍ
02.001	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MÉDIO VALE ITAJAÍ
0010.0122.0002	GESTÃO DE INSUMOS
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

5 Qualificação Técnica

5.1 As empresas vencedoras do processo licitatório deverão apresentar a seguinte documentação, sob pena de inabilitação:

5.0.1 Cópia da Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

5.0.2 Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

5.0.3 Cópia da Autorização Especial de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial União da empresa, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (Artigo 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde);

5.1.3.1 Caso a renovação da Autorização de Funcionamento e/ou Autorização de Funcionamento Especial ainda não tenha sido publicada(s) pela ANVISA, serão aceitos cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização prevista no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;

5.0.4 Cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso o Registro do produto esteja vencido, apresentar juntamente com Certificado de Registro do produto, o comprovante de protocolo de pedido de atualização do registro do produto, ou se for o caso, comprovar que o produto está dispensado do registro;

5.0.5 Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, do laboratório fabricante, para a linha de produção/forma farmacêutica, emitido pela autoridade sanitária brasileira, inclusive para produto importado;

5.0.6 No caso de a empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a empresa licitante deverá apresentar contrato de terceirização contendo os produtos a serem terceirizados, bem como o Certificado de Boas Práticas de Fabricação para a linha de produção/forma farmacêutica da empresa fabricante;

5.0.7 Bula/manual/embalagem do produto (original ou cópia bem legíveis).

5.2 Demais documentos correspondentes à regularidade fiscal e qualificação jurídica devem constar do Instrumento Convocatório.

6 Deveres das partes

6.1 Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s):

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

6.1.2 Fornecer os objetos dentro do prazo de validade exigido no Edital e seus anexos;

- 6.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas neste Termo de Referência;
- 6.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos entregues em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 6.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 6.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
- 6.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
- 6.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;
- 6.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI;
- 6.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 6.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiverem sujeitos;
- 6.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.
- 6.2 Será de responsabilidade dos municípios consorciados:
- 6.2.1 Registrar as ocorrências e acusar o recebimento dos medicamentos no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CISAMVI, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 6.3 Será de responsabilidade do CISAMVI:
- 6.3.1 Fazer o gerenciamento da Ata de Registro de Preços;
- 6.3.2 Efetuar o pagamento, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Saúde requisitante.

7 Regime de execução/critérios de aceitação do objeto

- 7.1 Os pedidos dos itens a serem adquiridos serão efetuados por Autorização de Fornecimento, devidamente numerada em ordem sequencial, emitida pelo servidor designado em cada município consorciado, por intermédio de sistema informatizado acessível através da internet (sistema web) disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município.
- 7.2 A entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, sob pena de multa pelo atraso registrado.
- 7.3 Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade, sendo vedado o envio por intermédio de serviço postal.
- 7.4 O recebimento dos itens será feito inicialmente em caráter provisório; o aceite definitivo, com a liberação da Nota Fiscal para pagamento, está condicionado ao atendimento das seguintes exigências:
- 7.4.1 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.
- 7.4.2 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 7.4.3 No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.
- 7.4.4 Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.
- 7.4.5 Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.
- 7.4.6 Os produtos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.
- 7.4.7 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 7.4.8 Os dados constantes na embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo e etc., deverá corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 7.4.9 Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este Consórcio, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de notificação.
- 7.4.10 Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, 3 (três) lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem o número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal Eletrônica.
- 7.4.11 As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados os produtos deverão estarem perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 7.4.12 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01(um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CISAMVI, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias para solicitação de

substituição, contados do recebimento do produto.

7.5 O recebimento definitivo implica na entrega total pela empresa fornecedora dos itens requeridos pela Secretaria Municipal de Saúde, com a resolução de todas as pendências, se houver (faltas, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.6 Os itens deverão ser entregues no horário compreendido entre 8hs00min/12hs00min e 13hs00min/17hs00min, em dias úteis, nos endereços indicados pelas 15(quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme discriminados abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde de Apiúna/SC: Avenida Florianópolis, nº 107, bairro Centro, CEP 89135-000, Apiúna/SC

Servidor responsável: Lilian Maria Villain Oliveira/Rúbia Graciele da Silva

Contato: (47) 3353-2500 - Endereço eletrônico: farmaciaapiuna@yahoo.com

Secretaria Municipal de Saúde de Ascurra/SC: Rua Nossa Senhora De Lurdes, nº 47, bairro Centro, CEP 89138-000, Ascurra/SC

Servidor responsável: Alline Souza Augusto Figueiredo

Contato: (47) 3383-0222 - Endereço eletrônico: farmacia@ascurra.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Benedito Novo/SC: Rua Cruz e Souza, nº 163, bairro Rio Tigre, CEP 89124-000, Benedito Novo/SC

Servidor responsável: Anne Luize Buzzi

Contato: (47) 3385-1653 - Endereço eletrônico: farmacia.beneditonovo@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau/SC: Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 3965, bairro Itoupava Central, CEP 89068-001, Blumenau/SC

Servidor responsável: Daniela Sackl

Contato: (47) 3338-2575 - Endereço eletrônico: almoxsemus.farmacia@blumenau.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Botuverá/SC: Rua João Moreli, nº 05, bairro Centro, CEP 88295-000, Botuverá/SC

Servidor responsável: Andréia Ingrid Vailati

Contato: (47) 3359-1204 - Endereço eletrônico: farmacia@botuvera.sc.gov.br e andrea.ingrit@gmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de Brusque/SC: Rua Dr. Penido, nº 153 – Almojarifado Central, bairro Centro, CEP 88350-460, Brusque/SC

Servidor responsável: Tereza Cristina Pamplona Mosimann Busnardo

Contato: (47) 3351-2853 - Endereço eletrônico: pedidos@smsbrusque.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Pedrinho/SC: Rua Santa Catarina, nº 93, bairro Centro, CEP 89126-000, Doutor Pedrinho/SC

Servidor responsável: Lourena Nones Bidone

Contato: (47) 3388-0010 - Endereço eletrônico: farmacia@doutorpedrinho.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Gaspar/SC: Avenida Olga Welmunth, nº 151, bairro Sete de Setembro, CEP 89114-736, Gaspar/SC

Servidor responsável: Jeanne Alessandra Santana

Contato: (47) 3703-3729 - Endereço eletrônico: farmacia.saude@gaspar.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Guabiruba/SC: Rua 10 de Junho, nº 195, bairro Centro, CEP 88360-000, Guabiruba/SC

Servidor responsável: Wilson Willrich/ Heloá Klabunde

Contato: (47) 3354-0991 - Endereço eletrônico: wilson@guabiruba.sc.gov.br e heloaklabunde@hotmail.com

Secretaria Municipal de Saúde de Indaial/SC: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 49, bairro Centro, CEP 89080-063, Indaial/SC

Servidor responsável: Brian Ehrat

Contato: (47) 3019-6009 - Endereço eletrônico: farmacia@indaial.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Luiz Alves/SC: Rua Erich Gielow, nº 35, bairro Centro, CEP 89115-000, Luiz Alves/SC

Servidor responsável: Gabriel Elias da Silva

Contato: (47) 3377-8688 - Endereço eletrônico: saudecompras@luizalves.sc.gov.br ou farmacia@luizalves.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Pomerode/SC: Rua Hermann Weege, nº 677, bairro Centro, CEP 89107-000, Pomerode/SC

Servidor responsável: Marcelo Cleyton de Castro

Contato: (47) 3387-7600 - Endereço eletrônico: farmasaude@pomerode.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Rio dos Cedros/SC: Avenida Tiradentes, nº 349, bairro Centro, CEP 89121-000, Rio dos Cedros/SC

Servidor responsável: Francine Goulart Tavares Lobato

Contato: (47) 3386-1050 - Endereço eletrônico: farmacia@riodoscedros.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Saúde de Rodeio/SC: Rua Giacomo Furlani, nº 450, bairro Centro, CEP 89136-000, Rodeio/SC

Servidor responsável: João Nantes de Castilho Júnior

Contato: (47) 3384-0166 - Endereço eletrônico: joaonantes@yahoo.com.br

Secretaria Municipal de Saúde de Timbó/SC: Rua Aracaju, nº 60, bairro Centro, CEP 89120-000, Timbó/SC

Servidor responsável: Wesley Hendrik Macedo

Contato: (47) 3399-0220 - Endereço eletrônico: altocusto@timbo.sc.gov.br

8 Das sanções e penalidades administrativas

8.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes

termos:

8.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

8.1.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

8.1.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

8.2 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 10.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

8.2.1 Advertência por escrito.

8.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

8.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 8.2:

8.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

8.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

8.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

9 Da fiscalização

9.1 O CISAMVI, através da servidora Daniella Martins Tarouco, fará a gestão da(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) do certame; e os municípios consorciados, por intermédio de seus farmacêuticos, terão amplos poderes para acompanhar, inspecionar e fiscalizar as obrigações assumidas pelo(s) fornecedor(es).

Blumenau, 28 de maio de 2020.

Heloá Klabunde

Coordenadora - Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica do Médio Vale do Itajaí

Lucilene Manerichi

Auxiliar administrativo CISAMVI – Matrícula 123056

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara, ainda, que não há nenhum dos impedimentos previstos no §4º, artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 06/2020

NOME DA EMPRESA/CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL/CPF:

ENDEREÇO:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - Pregão Eletrônico nº 06/2020, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus Anexos.

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	REGISTRO ANVISA	APRESENTAÇÃO	Valor Unitário	Valor Total

• No preço cotado já estão inclusas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas de transporte e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias consecutivos contados da sessão pública do Pregão Eletrônico.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____,
_____, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, tampouco pelo CISAMVI, e que não existem fatos impeditivos para sua habilitação nesta licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Concorde com os termos do Edital e dará pleno cumprimento às obrigações constantes da Ata de Registro de Preços, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;

- Em atendimento ao artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

(Local e data)

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

Anexo V – dADOS CADASTRAIS

DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR

[FORNECEDOR]
[ENDEREÇO]
[CNPJ]

Titular da empresa que irá firmar a Ata de Registro de Preços

[NOME COMPLETO]
[CPF]
[QUALIFICAÇÃO]
[ENDEREÇO ELETRÔNICO]

Responsável por receber os pedidos

[NOME COMPLETO]
[TELEFONE PARA CONTATO]
[ENDEREÇO ELETRÔNICO]

Responsável pelo setor financeiro

[NOME COMPLETO]
[TELEFONE PARA CONTATO]
[ENDEREÇO ELETRÔNICO]

Informações para pagamento

[BANCO]
[AGÊNCIA Nº]
[CONTA CORRENTE Nº]

ANEXO VI

[MINUTA] ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL
PREGÃO ELETRÔNICO 06/2020
(Vigência de XX/XX/2020 até 23/10/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2020, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 e dos Decretos Federais nºs 7.892/13 e 10.024/19, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região

do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

FORNECEDOR					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
XX	XX	XX	XX	XX	XX

3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 23/10/2020 (XX/0X/2020 até 23/10/2020).

4 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

4.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.1 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.2 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.3 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

5 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecedor emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerado o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

4.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

4.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecedor.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

4.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

4.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

5 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

5.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo

de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

5.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

5.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

5.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

5.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

5.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

5.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI

5.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

5.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

5.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

7.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

6.1 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 06/2020 e no Termo de Referência correspondente.

8.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

8.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 06/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

8.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, xx de xx de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

CADASTRO RESERVA

Item	Especificação	Fornecedor	Marca	Valor Unitário	Classificação

ANEXO VII

[MINUTA] ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 POR FORNECEDOR
 PREGÃO ELETRÔNICO 06/2020
 (Vigência de XX/XX/2020 até 23/10/2020)

Aos XX dias do mês de XX do ano de dois mil e XX, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2020, registrar o(s) preço(s) correspondentes ao(s) item(s) vencido(s) por _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada à _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, dos Decretos Federais nºs 7.892/13 e 10.024/19, e do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 06/2020, em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

FORNECEDOR					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
XX	XX	XX	XX	XX	XX

3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 23/10/2020 (XX/0X/2020 até 23/10/2020).

4 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

4.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.4 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.5 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.6 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

4 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.1 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

4.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.2.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

4.2.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.2.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.4 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

4.5 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.6 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

4.7 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

5 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

5.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

5.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

5.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

5.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

5.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

5.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

5.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI

5.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

5.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

5.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

7.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

6.1 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas

e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 06/2020 e no Termo de Referência correspondente.

8.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

8.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 06/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

8.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, xx de xx de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

CISAM

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 02.2020 - CISAM MO

Publicação Nº 2514278

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL- CISAM MEIO OESTE

CNPJ: 08.484.353/0001-16

ACESSO A CIDADE ALTA, 3815

CAPINZAL – SC – CEP: 89665-000

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2020 - PR

Processo de Licitação: 2/2020

Data do Processo: 20/03/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenador De Despesas, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 2/2020

b) Licitação Nr.: 2/2020-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO

d) Data Homologação: 04/06/2020

e) Objeto da Licitação: Pregão Presencial do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos e conexões por parte dos consorciados do CISAM MO, com entrega na sede dos respectivos prestadores, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 02/2020.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores(cfe. cotação):

Código	Nome da Empresa	Itens
261	BERMAD BRASIL INDUSTRIA DE VÁLVULAS LTDA	231
211	C.E. MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRE	5, 19, 25, 26, 40, 43, 46, 53, 54, 59, 61, 62, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 89, 95, 105, 108, 112, 113, 123, 143, 144, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 175, 179, 181, 183, 184, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 214, 215, 221, 223, 244, 251, 257, 258, 259, 273, 288, 292, 293, 296,

		297, 316, 317, 328, 334, 335, 337, 338, 339, 342,
		343, 344, 349, 350, 351, 353, 354, 357, 358, 365,
		368, 379, 396, 397, 398, 399, 401, 408, 410, 411,
		412, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 425,
		426, 427, 428, 430, 431, 434, 435, 437, 439, 440,
		441, 442, 443, 444, 445, 446, 453, 464, 465, 471,
		472, 485, 504, 507, 512, 513, 514, 530, 535, 536,
		537, 562, 568, 570, 580, 582, 583, 620, 622, 644,
		647, 654, 655, 656, 658
265	CAETANO COMERCIO DE CONSTRUÇOES LTDA	595
254	FACTUM EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO EIRELLI EPP	171, 172, 177, 178, 193, 195, 224, 225, 226, 227,
		228, 233, 234, 235, 237, 238, 246, 289, 290, 291,
		319, 321, 322, 326, 406, 407, 414, 448, 460, 563,
		564, 571, 572, 573, 577, 578, 694, 695, 696, 697,
		698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707
259	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME	57, 166, 200, 204, 2, 4, 12, 50, 58, 239, 240, 253,
		263, 308, 309, 310, 311, 423, 424, 429, 494, 497,
		498, 509, 539, 542, 575, 576, 579, 665, 666, 668,
		669, 675, 676, 686, 687, 688, 689, 690
256	GUIMARÃES E CASTRO DE MATERIAIS PARA SANEAMENTO LT	34, 137, 645
252	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA.	173, 532
262	LOT METAIS EIRELI ME	190, 191, 232, 245, 247, 413, 451, 452, 455, 456,
		505, 574
250	LUPY BRASIL VALVULAS E EQUIPAMENTOS EIRELLI - EPP	682, 693
157	N.B. FALCE E CIA LTDA	174, 313, 314, 323, 454, 588, 594, 596, 597, 598,
		599
255	POLYVIN PLÁSTICOS E DERIVADOS LTDA	623, 631, 632, 636, 637
258	SANEFOR ALMEIDA HIDRÁULICA LTDA	32, 584, 643, 659
257	SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIREL	3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22,
		28, 31, 33, 38, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 56, 63,
		64, 65, 66, 68, 73, 82, 83, 84, 91, 99, 102, 109, 114,
		115, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 136,
		138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 149, 150,
		151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 164, 165, 180,
		182, 185, 186, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212,
		213, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 230, 236, 241,
		242, 243, 248, 252, 260, 261, 262, 264, 272, 274,
		275, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 285, 286, 287,
		298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 320, 324,
		325, 327, 329, 330, 331, 332, 333, 340, 346, 347,
		348, 352, 355, 356, 370, 371, 372, 373, 374, 375,
		377, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 390,
		391, 392, 393, 394, 395, 402, 403, 404, 405, 432,
		436, 438, 447, 449, 458, 462, 463, 473, 474, 477,
		478, 480, 482, 483, 484, 486, 487, 488, 489, 493,
		495, 500, 501, 502, 503, 506, 510, 519, 523, 524,
		525, 529, 531, 533, 534, 538, 547, 548, 549, 550,
		554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 565, 566,
		601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 652, 653, 657,
		670, 671, 677, 678, 679, 680, 681
263	STARLUX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	306, 312
253	TALENTOS D'AGUA REPRESENTAÇÃO, PROJETOS E ACESSORI	1, 6, 23, 24, 27, 30, 35, 36, 37, 39, 52, 55, 60, 67,
		69, 70, 72, 75, 81, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 96,
		97, 98, 100, 101, 104, 106, 107, 110, 111, 116, 117,
		118, 119, 121, 122, 124, 130, 131, 132, 133, 148,
		176, 205, 229, 249, 250, 265, 266, 267, 268, 269,
		270, 271, 280, 281, 282, 294, 295, 318, 336, 345,
		359, 360, 361, 362, 363, 376, 378, 388, 389, 409,
		450, 457, 459, 461, 466, 467, 468, 469, 470, 475,
		476, 479, 481, 490, 491, 492, 496, 508, 511, 517,
		518, 520, 521, 522, 526, 527, 528, 540, 541, 543,
		544, 545, 546, 552, 553, 581, 600, 618, 621, 646,
		648, 649, 650, 651, 660, 661, 662, 663, 664, 672,
		673, 674

267	TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA	587, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 624, 625,
		626, 627, 628, 630, 633, 634, 635, 639, 640, 641,
		642

- 000261 - BERMAD BRASIL INDUS- TRIA DE VÁLVULAS LTDA	1	0,0000	99.820,00
- 000211 - C.E. MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS	151	0,0000	735.030,10
- 000265 - CAETANO COMERCIO DE CONSTRUCOES LTDA	1	0,0000	16.281,60
- 000254 - FACTUM EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO EIRELLI	50	0,0000	738.826,76
- 000259 - G2 MATERIAIS HIDRAU- LICOS EIRELI - ME	40	0,0000	310.823,05
- 000256 - GUIMARÃES E CASTRO DE MATERIAIS PARA	3	0,0000	6.157,50
- 000252 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA.	2	0,0000	7.554,20
- 000262 - LOT METAIS EIRELI ME	12	0,0000	76.330,00
- 000250 - LUPY BRASIL VALVULAS E EQUIPAMENTOS EIRELLI -	2	0,0000	116.720,00
- 000157 - N.B. FALCE E CIA LTDA	11	0,0000	1.486.249,50
- 000255 - POLYVIN PLÁSTICOS E DERIVADOS LTDA	5	0,0000	844.556,60
- 000258 - SANEFOUR ALMEIDA HIDRÁULICA LTDA	4	0,0000	8.183,00
- 000257 - SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS	229	0,0000	1.349.752,35
- 000263 - STARLUX EQUIPAMEN- TOS INDUSTRIAIS LTDA	2	0,0000	15.001,74
- 000253 - TALENTOS D´ÁGUA REPRESENTAÇÃO, PROJETOS E	131	0,0000	325.346,95
- 000267 - TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO	21	0,0000	1.274.351,30
	665		7.410.984,65

Total Geral: R\$ 7.410.984,65

Capinzal, 04 de junho de 2020.
ELISABET M. Z. SARTORI
Superintendente CISAM MO

QUIRIRI**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº 014/2020**

Publicação Nº 2514238



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE Nº 014/2020 FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI E A EMPRESA SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA,, EM 14 DE ABRIL DE 2020, ASSINADO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, BASEADO NO INCISO II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

Considerando o Contrato nº 014/2020 que consiste na contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum, para abastecimento do veículo VW/Gol 1.6, branco, placa MGJ-5165 do Consórcio Intermunicipal Quiriri, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a informação por parte da CONTRATADA da alteração do preço do litro da gasolina comum, por motivo de repasse da Petrobras, e, conforme previsto na Cláusula Quinta – Do Valor, o valor contratado por litro era de R\$ 3,685 (três reais, sessenta e oito centavos e cinco décimos). Por sua vez, houve redução no valor do litro da gasolina comum, passando a R\$ 3,539 (três reais, cinquenta e três centavos e nove décimos).

Diante do exposto, faz-se necessário alterar a Cláusula Quinta – Do Valor, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Travessa Theodoro Koch, nº 30, sala 20, Centro, São Bento do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. JOÃO CARLOS GOTTARDI, brasileiro, portador do CPF: 824.772.569-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.905.097/0008-10, com sede na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 669- sala 19, na cidade de São Bento do Sul- SC, neste ato representada pelo Sr. Mário Cesar Pacheco, portador do CPF nº 303.169.529-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem:

1º- Altera-se o valor do litro da gasolina comum para R\$ 3,539 (três reais, cinquenta e três centavos e nove décimos).

2º – As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 14 de abril de 2020 permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes o presente Termo Aditivo que doravante passa a fazer parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e de direito, em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.



São Bento do Sul, 04 de maio de 2.020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PRESIDENTE

SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA
MÁRIO CESAR PACHECO
CONTRATADO

Testemunhas:

ALICE DROSCZAKA
Contadora

CRISTIANA MARIA DEMARCHI HASTREITER
Secretária Executiva CIQ

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

RESOLUÇÃO CIQ 078/2020

Publicação Nº 2514240

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 078/2020**

Reconduz a **Sra. ALICE DROSCZAKA**, ocupante do cargo efetivo de contador, do GAPRE da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, para conduzir os trabalhos de contabilidade/control interno do Consórcio Intermunicipal Quiriri.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI- CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica reconduzida a **Sra. ALICE DROSCZAKA**, ocupante do cargo efetivo de contador, do GAPRE da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, para realizar os trabalhos de contabilidade/control interno do Consórcio Intermunicipal Quiriri para a gestão 2020 – 2021.

Art. 2º - Os trabalhos supramencionados serão realizados com pagamento conforme estabelecido no Contrato de Consórcio Público.

Art. 3º - Fica facultado a **Sra. ALICE DROSCZAKA** subscrever esta resolução como aceite do cargo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à contar de 07 de março de 2020.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 05 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

Prefeito de Corupá
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

ALICE DROSCZAKA

Contadora/Controladora Interna

 www.quiriri.com.br
 [/consorcioquiriri](https://www.facebook.com/consorcioquiriri)
 [@consorcioquiriri](https://www.instagram.com/consorcioquiriri)

Sede - Travessa Theodoro Koch, n.30, sala 20
Centro, São Bento do Sul/SC - CEP:89280-178
quiriri@quiriri.com.br 47.3512.9903

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº 014/2020

Publicação Nº 2514239



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DE Nº 014/2020 FIRMADO ENTRE O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI** E A EMPRESA **SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA,,** EM 14 DE ABRIL DE 2020, ASSINADO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, BASEADO NO INCISO II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666/93.

Considerando o Contrato nº 014/2020 que consiste na contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum, para abastecimento do veículo VW/Gol 1.6, branco, placa MGJ-5165 do Consórcio Intermunicipal Quiriri, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a informação por parte da CONTRATADA da alteração do preço do litro da gasolina comum, por motivo de repasse da Petrobras, e, conforme previsto na Cláusula Quinta – Do Valor, o valor contratado por litro era de R\$ 3,539 (três reais, cinquenta e três centavos). Por sua vez, houve aumento no valor do litro da gasolina comum, passando a R\$ 3,685 (três reais, sessenta e oito centavos e cinco décimos).

Diante do exposto, faz-se necessário alterar a Cláusula Quinta – Do Valor, nos seguintes termos:

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Travessa Theodoro Koch, nº 30, sala 20, Centro, São Bento do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. JOÃO CARLOS GOTTARDI, brasileiro, portador do CPF: 824.772.569-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.905.097/0008-10, com sede na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 669- sala 19, na cidade de São Bento do Sul- SC, neste ato representada pelo Sr. Mário Cesar Pacheco, portador do CPF nº 303.169.529-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem:

1º - Altera-se o valor do litro da gasolina comum para R\$ 3,685 (três reais, sessenta e oito centavos e cinco décimos).

2º – As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 14 de abril de 2020 permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes o presente Termo Aditivo que doravante passa a fazer parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e de direito, em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

 www.quiriri.com.br
 [/consorcioquiriri](https://www.facebook.com/consorcioquiriri)
 [@consorcioquiriri](https://twitter.com/consorcioquiriri)

Sede - Travessa Theodoro Koch, n.30, sala 20
Centro, São Bento do Sul/SC - CEP:89280-178
quiriri@quiriri.com.br 47.3512.9903

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul



São Bento do Sul, 25 de maio de 2.020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PRESIDENTE

SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA
MÁRIO CESAR PACHECO
CONTRATADO

Testemunhas:

ALICE DROSCZAKA
Contadora

CRISTIANA MARIA DEMARCHI HASTREITER
Secretária Executiva CIQ

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

CONDER**EXTRATO - EDITAL - PROC LIC 018.2020 - PE 02.2020 - LEITES E SUPLEMENTOS**

Publicação Nº 2513914

EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Osvaldo Cruz, 167, Prédio da CASAN, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Lei Federal nº 13979/2020, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do Portal de Compras Públicas (www.portal-decompraspublicas.com.br), visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM FORNECIMENTO PARCELADO DE LEITES E SUPLEMENTOS PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTES CERTAMES.

São órgãos participantes desta licitação os seguintes municípios consorciados ao CONDER: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis

As Propostas de Preços serão recebidas no período das 08h1 do dia 05 de junho até às 08h30min do dia 24 de junho de 2020, no site supramencionado. O início da Sessão de Disputa de Preços (lances) será no dia 24 de junho de 2020 às 09h no site supramencionado.

Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: www.portal-decompraspublicas.com.br

A presente licitação será regida pelas disposições das Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Lei Federal nº 13979/2020, e pelas condições estabelecidas no Edital do referido processo, o qual encontra-se à disposição dos interessados integra do edital e demais documentos relativo ao processo na íntegra, no endereço eletrônico www.conder.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de junho de 2020

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

REEQUILÍBRIO DE PREÇO - ITEM 240 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002.2020 - CONDER

Publicação Nº 2512797

PARECER JURÍDICO Nº 97/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.

1 – RELATÓRIO

A empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 240 – manta sms, 50 x50cm, 45 g, pacote com 100 unidades - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que devido à pandemia de COVID-19 o produto passa por grande volatilidade mercantil e sofreu considerável aumento. Juntou documentos no afã de comprovar suas alegações.

Passa-se a analisar o pleito.

2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

"Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica

indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em comento e que cotaram o item 240 – Possato & Possato Ltda e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda – tendo a empresa 2ª colocada para o item – Possato & Possato Ltda informado que teria condições de assumir o item nos termos registrados, inclusive valor de R\$ 38,0700.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro apenas para alcançar o valor registrado para o segundo colocado do item.

Nada obstante, em relação a marca oferecida pela empresa Possato & Possato Ltda - HOSPFLEX – em diligências realizadas junto ao setores farmacêuticos dos municípios consorciados constatou-se que a marca HOSPFLEX registrada pela empresa segunda colocada do item possui padrão de qualidade similar a marca registrada pela empresa vencedora POLAR FIX não havendo prejuízos em se proceder a alteração da marca.

Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 38,0700 pacote com 100 unidades, bem como autorizada a entrega do item da marca HOSPFLEX.

3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda em relação ao item nº 240 – manta sms, 50x50cm, 45 g, pacote com 100 unidades - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do pacote com 100 unidades como sendo R\$ 38,0700.

Ademais, em vista da inexistência de prejuízo da substituição da marca registrada pela empresa vencedora do item POLAR FIX pela marca registrada pela empresa segunda colocada HOSPFLEX entendendo ser o caso de possibilitar a alteração.

Por fim, OPINO seja a empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda cientificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e da possibilidade de alteração da marca registrada para a marca HOSPFLEX para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e marca substituída e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa segundo colocada para o item Possatto & Possatto Ltda cientificada para a entrega do item, pelo valor e marca registrados.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 02 de junho de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO
OAB/SC 21.448
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja REALIZADO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO do item nº 240 – manta sms, 50x50cm, 45 g, pacote com 100 unidades - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo R\$ 38,0700 pacote com 100 unidades podendo ser entregue também a marca HOSPFLEX ou mesmo outras que mantenham similar ou superior padrão de qualidade da marca inicialmente registrada – POLAR FIX - devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 243 pelo valor reequilibrado e com possibilidade de alteração da marca inicialmente registrada, mantido similar padrão de qualidade e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Possatto & Possatto Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor e marca registrados.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda e Possatto & Possatto Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 02 de junho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER